

Enrique Nuesch e Adriana Beloti
(Orgs.)

ANAIIS
DO
III ENCONTRO ANUAL
DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Unespar - Apucarana. 24 a 26 de Outubro, 2017

Anais do II Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar
Apucarana, 24 a 26 de outubro, 2017

**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E ENSINO SUPERIOR



UNESPAR
Universidade Estadual do Paraná



CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

E56 Encontro Anual de Iniciação Científica da UNESPAR – EAIC
(3. : 2017 : Apucarana, PR).

Anais eletrônicos... / III Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar – EAIC. - 24 a 26 de outubro de 2017. / Organizadores: Enrique Nuesch, Adriana Beloti. – Apucarana : UNESPAR, 2017

Evento realizado pela Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – Campus Apucarana e Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação – Campus de Campo Mourão.

ISSN 2447-5688 - eletrônico

1. Iniciação Científica – Encontro. 2. Pesquisa – Encontro. I. NUESCH, Enrique, (org.). II. BELOTI, Adriana, (org.). III. Universidade Estadual do Paraná – Campus Apucarana.

CDD 21.ed. 302.072

Apresenta-se nestes Anais a seleta de trabalhos completos enviados por estudantes do Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Paraná - Unespar. Este volume contém textos dentre os resultantes das 216 pesquisas realizadas e concluídas entre agosto de 2016 e julho de 2017, expostas em sessões de comunicação públicas ao longo do III Encontro Anual de Iniciação Científica - EAIC, evento que teve lugar no *Campus* de Apucarana, entre 24 e 26 de outubro de 2017.

Em 2014 constituiu-se a primeira turma do Programa de Iniciação Científica da Unespar, cujos resultados de pesquisa foram apresentados durante o I EAIC, acontecido no *Campus* de Campo Mourão. No ano seguinte, para a turma de 2015, o II EAIC foi organizado no *Campus* de Paranavaí. No presente ano, a turma 2016 apresentou seus resultados no III EAIC, acontecido no *Campus* de Apucarana. Um olhar retrospectivo mostra estas edições do EAIC como a expressão de um Programa de Iniciação Científica que se estabeleceu e se encontra em expansão, com conquista de crescente apoio das agências de fomento, por meio de concessão de bolsas e apoio financeiro aos eventos de disseminação das pesquisas realizadas pelos estudantes. Em um cenário um tanto desfavorável à pesquisa acadêmica, marcado de cortes profundos sobre os orçamentos correspondentes por parte dos entes governamentais, os resultados alcançados nesses três anos pela Universidade Estadual do Paraná se mostram alentadores, indicando que no evento de uma (re)tomada de consciência por parte dos gestores públicos acerca da importância que a formação em pesquisa dos jovens possui, as possibilidades de se alcançarem patamares elevados em Iniciação Científica pela Unespar são realíssimas.

Nesse sentido, deve-se apontar para os esforços dispendidos pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, junto às Coordenações de Iniciação Científica e Divisões de Pesquisa e Pós-graduação dos sete *campi* da Unespar. O trabalho empenhado dessas instâncias, em conjunto e em suas atribuições próprias, tem sido uma força propulsora para o avanço do Programa de Iniciação Científica. Do planejamento à execução, cada EAIC já acontecido foi produto de olhar, pensamento e fazer minuciosos, assim como de cuidadoso exame pós-evento, para realização das edições futuras.

Ao leitor das páginas que seguem, deseja-se proveito. Aos autores, parabeniza-se o esforço para alcançar a forma final do texto aqui apresentado. Às agências de fomento, CNPq e Fundação Araucária, agradece-se o apoio contínuo.

A Organização do III EAIC - Unespar

Sumário

- 7 **CAMPANHA ELEITORAL E AGENTES RELIGIOSOS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**
Wesley Batista Ast de Souza, Daiana Nunes da Rosa
- 21 **PRÁTICAS DE ESCRITA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**
Nayara Emidio de Lima
- 36 **CRISE PÓS 2008, CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO: ASPECTOS RECENTES DA ECONOMIA BRASILEIRA E PARANAENSE**
Paulo Sérgio Silva de Godoy, Jéssica Letícia Souza da Silva
- 50 **CURSOS DE LETRAS: UMA PRÉVIA ANÁLISE E ANALOGIA SOBRE OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO MEC- INEP E O CONCEITO DE EMANCIPAÇÃO HUMANA**
Jocieli Aparecida de Oliveira Pardinho
- 61 **ORGANIZAÇÃO, CATALOGAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DO JORNAL GAZETA DO CENTRO OESTE**
Lucas Alves da Silva
- 76 **ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO HELENA WOLF (1930-1961): A MOVIMENTAÇÃO DOS TROPEIROS E A NECESSIDADE DA CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO ESCOLAR**
Bruna Aldine Müller
- 91 **TRÊS NOTAS EM RELAÇÃO AO SETOR SUCROENERGÉTICO PARANAENSE, TENDO COMO REFERÊNCIA O PLANO NACIONAL DE AGROENERGIA**
Roberto José de Brito Neto
- 106 **GRUPO ESCOLAR PROFESSOR BALDUÍNO CARDOSO (SC) E CURSOS ANEXOS: DOCUMENTOS ESTATÍSTICOS REVELANDO ESPECIFICIDADES DA INSTITUIÇÃO (1942 – 1971)**
Leslaine Araceli Muckler
- 120 **O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E OS DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**
Francielle Ravanelli
- 134 **ELEIÇÕES E GASTOS COM PESSOAL NOS ESTADOS DO BRASIL**
Gabriel Araujo Rosa
- 146 **AS RELAÇÕES ENTRE AS DOBRADURAS E O ENSINO DE MATEMÁTICA NA CONSTRUÇÃO DE SÓLIDOS GEOMÉTRICOS**
Emilly da Silva Nunes
- 159 **ELEIÇÕES E GASTOS COM SAÚDE NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ**
Simone Luzia Santana Sambugaro Wencel
- 168 **OBJETIVOS DE DESEMPENHO EM SUPERMERCADOS DE CAMPO MOURÃO/PR**
Larissa Candida Rodrigues
- 184 **AGENTES RELIGIOSOS NAS ELEIÇÕES AO LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO (2016)**
Renan Silva de Oliveira
- 198 **CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO RECENTE DO SETOR MADEIREIRO COM ÊNFASE AOS SEGMENTOS DE BENEFICIAMENTO DA MADEIRA, NO BRASIL E NO PARANÁ**
Jéssica Letícia Souza da Silva
- 211 **SANTO AGOSTINHO: EDUCADOR DO PASSADO E DO PRESENTE**
Carina Greicy Rak Stobbe
- 227 **A TEORIA DAS CLASSES: O ESTUDO SOBRE UM TEMA ATUAL CRUCIAL**
Monica Nagabe

- 240 **BIOPROSPECÇÃO DE BACTÉRIAS COM CAPACIDADE PARA BIODEGRADAÇÃO DE HIDROCARBONETOS DE PETRÓLEO**
Juciane Modesto dos Santos
- 252 **QUALIDADE E TÉCNICA DE CURTIMENTO EM COUROS DE ROBALOS**
Anderson Ricardo dos Santos
- 265 **ESTUDOS DA ARGUMENTAÇÃO: TEXTO E CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS**
Fernanda Duarte Siqueira
- 278 **O CINEMA DE LEON HIRSZMAN E AS GREVES DO ABC**
Lucas Jeison Souza Mazza
- 286 **REPRESENTAÇÕES ACERCA DA FUNÇÃO E DO VALOR DO CINEMA A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES DE LETRAS DA UNESPAR – CAMPUS DE PARANAGUÁ**
Viviane de Jesus Nascimento
- 299 **DRAMATURGIA EM DANÇA COMO RESULTADO DO CONVÍVIO SOCIAL NO COTIDIANO**
Daiana Sarai Nunes
- 307 **FABRICAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO: JÚLIA DA COSTA, A MEMÓRIA, A HISTÓRIA E O CAMPO LITERÁRIO**
Ana Flávia Silva
- 316 **DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO NÃO FATAIS SEGUNDO FAIXA ETÁRIA**
Renata Rodrigues Mendonça
- 328 **O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E OS DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**
Francielle Ravanelli
- 340 **ESTRUTURA POPULACIONAL DO SIRI EXÓTICO *Charybdis Hellerii* NA BAÍA DE PARANAGUÁ.**
Milena Lopes Chaves
- 350 **ETNOMUSICOLOGIA PARTICIPATIVA NO BRASIL: UM ESTUDO INICIAL**
José Augusto Grassi Ignácio
- 362 **SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO NO CINEMA BRASILEIRO: o filme *Libertários (1976)*, de Lauro Escorel Filho**
Guilherme Luiz Lourenço Gomez
- 374 **ESTRUTURA DA VEGETAÇÃO ARBÓREA EM MANGUEZAIS DO COMPLEXOESTUARINO DE PARANAGUÁ**
Isabela Borin Olsemann
- 384 **ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**
Myriã Foletto A. S. Queiroz
- 401 **RELIGIÃO E POLÍTICA: ANÁLISE DAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 2016 EM CAMPO MOURÃO**
Keytellen Nayara Pereira Ramos
- 414 **O PÃO, O CIRCO E O CINEMA: MAZZAROPI E O PROFETA DA FOME**
Guilherme Morilha
- 427 **TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO CONTEXTO ESCOLAR INCLUSIVO**
Beatriz Dutra dos Santos

- 440 **VARIAÇÃO DE TAMANHO DE *Ucides cordatus* EM MANGUEZAIS COM DIFERENTES GRAUS DE ANTROPIZAÇÃO NA BAÍA DE PARANAGUÁ**
Fábio Marcelo da Costa Júnior
- 451 **ESTUDO DA ARGUMENTAÇÃO: O CASO DA DESCRIÇÃO DEFINIDA EM COLUNAS JORNALÍSTICAS**
Vanessa da Silva Manoel Gavioli
- 465 **CRIAÇÃO DE PATCHES EM AMBIENTE MAX PARA EXPERIMENTAÇÃO MICROTONAL**
Paul Franz Wegmann Pena
- 478 **AVALIAÇÃO DOS MANGUEZAIS URBANOS COMO PONTOS CRÍTICOS PARA A EPIDEMIA DE DENGUE EM PARANAGUÁ, PR.**
Stephany Crislainy Franco Alves
- 488 **FORMAS DE LEGITIMAÇÃO DO ARTISTA VISUAL NA CONTEMPORANEIDADE: ESTUDO EXPLORATÓRIO DAS PERCEPÇÕES DE REPRESENTANTES DA COMUNIDADE ARTÍSTICA DE CURITIBA**
Thais Paulina Gralik
- 502 **ANTROPOLOGIA E ARTE CONTEMPORÂNEA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL?**
Kamila Tatiana da Cruz Bach
- 512 **PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO NOROESTE PARANAENSE**
Guilherme Alda Biscola
- 525 **A APLICAÇÃO DA ESCALA INDIVIDUALIZED MUSIC THERAPYASSESSMENT PROFILE (IMTAP) NO TRABALHO DA MUSICOTERAPIA PARA RECONHECIMENTO DA MUSICALIDADE**
Gustavo Henrique Costa
- 537 **PROJETO DE ENSINO “LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL”: REFLEXOS À FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL**
Ana Paula Costa Furman
- 549 **A POLÍTICA DA UNESCO PARA A DIVERSIDADE CULTURAL A PARTIR DOS ANOS DE 1990: ANÁLISE DE DOCUMENTOS**
Suzana Cristina de Freitas
- 561 **AS REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS(AS): CONCEPÇÕES MÚLTIPLAS**
Laiza Suelen Barroso Campos
- 575 **TECENDO MEMÓRIAS, ATRAINDO OLHARES: A APROPRIAÇÃO DE PADRÕES ORNAMENTAIS E DECORATIVOS NA EXPRESSÃO ARTÍSTICA**
Rita Isabel Vaz
- 590 **AVALIAÇÃO ESPECTROFOTOMÉTRICA DE NITRATO EM AMOSTRAS DOS RECURSOS HÍDRICOS DO LITORAL PARANAENSE**
Ana Carolina Carneiro da Silva
- 599 **ENRAIZAMENTO DE *Rhizophora mangle* L., SUBMETIDA A REGULADOR VEGETAL AIB E DIFERENTES ESTACAS.**
Bruna Gomes Francisco
- 607 **A VALORAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UM ESTUDO NO PARQUE ESTADUAL LAGO AZUL EM CAMPO MOURÃO NO PARANÁ.**
Rita Matielle Ast da Silva

- 619 **BIOPROSPECÇÃO DE FUNGOS COM CAPACIDADE PARA BIODEGRADAÇÃO DE HIDROCARBONETOS DE PETRÓLEO**
Caroline Alves Cordeiro
- 631 **A INOVAÇÃO COMO IDEOLOGIA PARA O TRABALHO DOCENTE**
Leandro Costa Discacciati
- 655 **LAGARTAS E PLANTAS HOSPEDEIRAS DE LEPIDÓPTEROS (PAPILIONIDAE, PIERIDAE, SATURNIDAE, NOTODONTIDAE E ARCTIIDAE) ENCONTRADAS NA RESERVA NATURAL RIO CACHOEIRA, ANTONINA, PR**
Emerson Luis Pawoski da Silva
- 664 **PALAVRAS: DA DIMENSÃO FÍSICA À DIMENSÃO MÁGICA**
Paula Fernanda Gallo Silva
- 678 **LAGARTAS E PLANTAS HOSPEDEIRAS DE LEPIDÓPTEROS (NYMPHALIDAE, NOCTUIDAE, NOTODONTIDAE E GEOMETRIDAE) ENCONTRADAS NA RESERVA NATURAL RIO CACHOEIRA, ANTONINA, PR.**
Luan Xavier Santos Mattos
- 686 **Ó QUÃO DESSEMELHANTE! A SONORIDADE DO ÁLBUM TRANSA, DE CAETANO VELOSO**
João Pedro Schmidt
- 699 **AS CORES DO BRASIL NO CANCIONEIRO DE WALDEMAR HENRIQUE**
Tauana Romanelli Assumpção
- 712 **FRAGMENTOS DE HISTÓRIA INTELECTUAL: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA ACERCA DE LEOCÁDIO JOSÉ CORREIA**
Jorge Tibilletti de Lara
- 722 **AS MULHERES NA CRÍTICA DE ARTE DE FERNANDO BINI**
Ana Paula Krachinski



CAMPANHA ELEITORAL E AGENTES RELIGIOSOS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Wesley Batista Ast de Souza (PIC/CNPq)
Unespar/Campus de Campo Mourão, wesleytri@outlook.com
Daiana Nunes da Rosa (PIC/CNPq)
Unespar/Campus de Campo Mourão, daiananunesdarosa@gmail.com
Frank Mezzomo (Orientador)
Unespar/Campus de Campo Mourão, frankmezzomo@gmail.com
Cristina Pátaro (Coorientadora)
Unespar/Campus de Campo Mourão, crispataro@gmail.com

Palavras-chave: Religião e política. Eleição. Evangélicos.

INTRODUÇÃO

A presença de evangélicos na política é um fenômeno emergente dentro da modernidade, entendida como um processo gerado no aumento da importância da ciência e da racionalidade como guia dos projetos de sociedade. Essa conjuntura criou o que chamamos de Estado Moderno, representado na contemporaneidade pela constituição de Repúblicas que tem como um dos seus sustentáculos a laicidade. Nesse sentido, a laicidade ocidental advém de um processo de secularização que ocorre no âmbito da sociedade e da cultura. Esse “não é um processo uniforme e unilinear onde ocorre [...]. Avanços na secularização claramente em curso em várias esferas não apenas coexistem com avanços na adesão ou práticas religiosas, mas também rivalizam e reforçam-se mutuamente entre si” (BURITY, 2008, p. 84-85).

No Brasil, ao longo do século XX, ocorreu um processo de *disestablishment* da religião, com o enfraquecimento do poder monopolístico da Igreja Católica e a limitação da influência do Estado sobre a religião (PIERUCCI, 2008). Porém, essa secularização não enfraqueceu a religião, ao contrário, levou à fomentação de outros tipos de religiosidade não católica, multiplicando e pluralizando o ambiente social e religioso. Essa liberdade resulta em “agentes religiosos¹ menos acomodados, mais dinâmicos e dispostos, bem como em organizações religiosas pouco a pouco mais racionalizadas e eficientes na mobilização do laicato, na conquista de espaços e não raro de votos e cargos eletivos” (PIERUCCI, 2012, p. 92).

Conseqüentemente, o espaço público brasileiro, sobretudo a partir da década de 1980, passou a contar com a presença dos evangélicos na ocupação dos espaços políticos em campanhas ao legislativo e mais recentemente em candidaturas ao executivo, seja nas esferas municipal, estadual ou

¹ A expressão ‘Agentes Religiosos’ refere-se aos “candidatos que reivindicaram abertamente a sua condição de líderes religiosos (membros da hierarquia ou participantes ativos de uma religião) ou que se apresentaram como representantes de uma organização religiosa” (ORO, 2001, p. 10).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

nacional. Não é coincidência que isso tenha ocorrido na década de abertura democrática após o Regime Civil Militar (1964-1985). Nesse período, constatamos um processo de minoritização da política, em que “mulheres, negros, indígenas, minorias sexuais, pessoas com habilidades físicas, idosos, entre outros grupos, vivenciaram um notável processo de emergência identitária e de mobilização política” (BURITY, 2016, p. 13). Entre essas minorias estavam os evangélicos que à época representavam 6,6% da população e atualmente, conforme Censo do IBGE (2010), somam 22,2%.

A literatura não apresenta um consenso sobre o que significa ser evangélico. Outrora, usavam-se termos como ‘crentes’ ou ‘protestantes’, no entanto, a diversidade de tipos de crenças e doutrinas dificulta a definição de marcos conceituais rígidos. No presente, esse é um termo em disputa, pois “devido a alguns estigmas adquiridos pela categoria nos últimos anos, muitos protestantes históricos e pentecostais têm preferido identificar-se pelo nome específico de sua denominação e pelo termo genérico ‘cristão’² (ALMEIDA, 2017, p. 6). De todo modo, para fins de nossa pesquisa, o termo evangélico é adequado e suficiente para expressar nossa compreensão e discussão tanto teórica como empírica.

Os estigmas acima referidos estão relacionados, em parte, com os posicionamentos conservadores assumidos pela Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional³. Mesmo levando-se em consideração que há conservadores não evangélicos, esse grupo acabou por adquirir essa identificação anteriormente usada como uma categoria política de acusação e mais recentemente publicamente assumida (ALMEIDA, 2017). Logo, a expressão ‘evangélicos’ passou a abranger aqueles grupos ideológica e teologicamente conservadores (BURITY, 2015). No entanto, sabemos haver grupos ligados a Teologia da Missão Integral⁴, as igrejas inclusivas⁵ e progressistas⁶ que também podem receber tal alcunha.

²As igrejas protestantes históricas são aquelas surgidas no contexto da Reforma Protestante no século XVI e as suas derivações. Já o pentecostalismo surgiu em 1906 nos Estados Unidos da América. Esse movimento é caracterizado pela “crença e a experiência de um Pentecostes bíblico cristão no cotidiano contemporâneo” (MARIZ; SOUZA, 2015, p. 382).

³ Em 1986 foi constituída a primeira Bancada Evangélica no Congresso Nacional, isto é, um grupo suprapartidário para defender os interesses dessas organizações religiosas. Em 2003 foi criada a Frente Parlamentar Evangélica, ou seja, um grupo numericamente maior que na atual legislatura, 2014-2018, soma 199 deputados e 4 senadores. Conforme Machado e Nacif (2017, p. 573), embora de matriz cristã, “nem todos os parlamentares têm ligação direta com as igrejas evangélicas; há também católicos praticantes, católicos carismáticos e deputados eleitos com apoio de igrejas evangélicas, mas não a elas vinculados”.

⁴ A Teologia da Missão Integral se baseia numa prática de evangelismo associada a responsabilidade social do cristão. Teve seu primeiro congresso realizado no Brasil em 1983. Desde o seu início o movimento sofreu influência da Teologia da Libertação católica (AQUINO, 2013).

⁵ A religiosidade cristã inclusiva “possibilita a conciliação entre cristianismo e formas de exercício da sexualidade dissonantes da norma heterossexual” (NATIVIDADE, 2010, p. 90).

⁶ “Os coletivos progressistas têm uma marca jovem em sua comunicação e estética virtual [...]. Esses coletivos sofrem inúmeras tentativas de silenciamento por parte de evangélicos de comportamento extremista e conservador. [...] O silenciamento na grande mídia e por parte da produção acadêmica decorre, em grande medida, do impacto social que o comportamento de extremistas e conservadores vem causando na política nacional, além do preconceito generalizado em relação aos evangélicos no Brasil, tratados como os “outros” em relação ao ‘nós’ – que significariam os católicos” (CUNHA; LOPES; LUI, 2017, p. 125).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Considerando essa conjuntura, nossa pesquisa objetiva saber como esses cruzamentos entre os campos da religião e da política se deram na campanha de quatro agentes religiosos eleitos à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná nas eleições de 2014.

Parte dos dados referentes à campanha foi coletada durante o período eleitoral, entre julho a outubro de 2014, e encontra-se no acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder⁷. Para o levantamento foram observados os seguintes procedimentos: coletaram-se os materiais produzidos durante a campanha eleitoral, tais como: *flyers*; programas transmitidos em Horário Eleitoral Obrigatório; *blogs*, canais no Youtube, sites oficiais e *fanpage* dos candidatos; *jingles*; notas de apoio e entrevistas ou informes publicados na imprensa. De posse desse material, procedemos à tabulação e descrição, organizando em tabelas, quadros e textos. Na sequência, empreendemos a leitura sistemática da empiria.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Investigamos o imbricamento entre os campos da religião e da política na campanha de agentes religiosos à ALEP em 2014. No primeiro turno das eleições, ocorrido em 05 de outubro daquele ano, compareceram às urnas 6.536.251 eleitores, 83,15% do total. As eleições proporcionais do Paraná visavam o preenchimento de 54 cadeiras da ALEP, para a qual concorreram 736 candidatos. Dentre os candidatos, 31 foram identificados como agentes religiosos, sendo os quatro eleitos sujeitos da nossa pesquisa. Portanto, apresentamos, a seguir, os materiais e as discussões acerca do itinerário dos seguintes candidatos: Pastor Edson Praczyk, Cantora Mara Lima, Pastor Gilson de Souza e Missionário Ricardo Arruda.

“A diferença que vem de Deus”: Pastor Edson Praczyk eleito para o quinto mandato na ALEP

O Deputado Estadual Pastor Edson Praczyk foi eleito pelo PRB (Partido Republicano Brasileiro) em 2014 com 47.797 votos. Ele se identificou como pertencente à IURD (Igreja Universal do Reino de Deus), para a qual afirmou ter se convertido em 1980. Conforme Quadro 1, foi eleito 5 vezes consecutivas para o parlamento estadual do Paraná.

Quadro 1

Candidaturas do Pastor Edson Praczyk.					
Eleição	Cargo	Situação	Votos	Partido	Coligação
1998	Deputado Estadual	Eleito	32.277	PSDB	PSDC/PSDB
2002	Deputado Estadual	Eleito	46.889	PL	PT/PHS/PCB/PCdoB/PL

⁷ Outros membros do Grupo de Pesquisa Cultura e Poder, vinculado à Universidade Estadual do Paraná, Câmpus de Campo Mourão, desenvolvem o projeto mais amplo denominado “Agentes religiosos na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná: articulações entre religião e política na campanha eleitoral”, coordenado pelo Professor Frank Mezzomo. Parte dos resultados das pesquisas em andamento pode ser conferida em: Callegari, Mezzomo e Pátaro (2016); Rosa, Mezzomo e Pátaro (2017).

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

2006	Deputado Estadual	Eleito	35.725	PRB	PT/ PHS/PL/PAN/PRB/PCdoB
2010	Deputado Estadual	Eleito	50.074	PRB	PSDB/DEM/PSB/PP/PPS/PTB/PMN/PHS/PTC/ PSDC/PRP / PTN/PSL/PRB
2014	Deputado Estadual	Eleito	47.797	PRB	PT/PDT/PCdoB/PRB

Fonte: Dados da pesquisa.

Na eleição de 2002, concorreu pelo Partido Liberal, sigla que contava com pastores e bispos da IURD em sua cúpula. Desde 2006, vem concorrendo pelo PRB, partido fundado com a contribuição da IURD na coleta de assinaturas que mobilizou pastores e fieis. Desse modo “a participação de lideranças religiosas da IURD na direção nacional do PRB desde sua criação acabou fazendo com que os políticos desse segmento confessional se concentrassem no partido” (MACHADO, 2012, p. 36).

Segundo narrou em discurso na convenção estadual do partido realizada em 28 de junho de 2014, Praczyk foi um dos fundadores do PRB no Paraná. Ele recebeu convite do Bispo Marcelo Crivella e do então vice-presidente da República, José Alencar, que lhe dissera em uma ligação telefônica: “estou aqui com o seu bispo que falou [...] da sua seriedade enquanto homem religioso, **homem de Deus** que é, enquanto político que é. [...] Preciso de você para um projeto muito, muito grande que nasceu aqui com o Crivella, comigo, conosco, nós estamos formando um novo partido” (Edson Praczyk, Youtube, 2 jul. 2014, grifo nosso). Por essa narrativa, denotamos que já na convenção partidária o candidato se postulou como ‘homem de Deus’, marca⁸ religiosa assumida pelo deputado ao longo de sua trajetória política.

Durante a campanha, o referido pastor utilizou símbolos, frases, relatos e preces que evocam o sentimento religioso. Quando se diz que evocam sentimentos, recorremos à definição de Danièle Hervieu-Léger (2015), segundo a qual a religião é um veículo de transmissão de uma memória autorizada por uma tradição. Destarte, a tradição tem como característica a continuidade ao longo das gerações, estabelecendo um fio de memória.

Entre 22 de julho e 13 de agosto de 2014, Praczyk postou no Youtube uma série de 10 vídeos, com duração de cerca de 3 minutos cada. O candidato, como demonstramos adiante, concebeu sua trajetória percorrendo o caminho de uma vida pobre, desordenada e violenta para uma vida pacífica, equilibrada e dedicada às atividades da religião. Essa é uma estrutura narrativa comum nos testemunhos de conversão de evangélicos expostos nos veículos de mídia. Estes estabelecem um paralelo intertextual com histórias do próprio texto bíblico, onde se vislumbra a conversão e posterior mudança de vida, por exemplo, no Novo Testamento, por meio das trajetórias dos apóstolos Mateus, Pedro, Paulo, e dos seguidores de Cristo, como Zaquaeu, Bartimeu e Maria Madalena (KUDLAWICZ; BOFF, 2013).

⁸ A marca é constituída por aqueles elementos que estão além do campo ideológico partidário e que fazem com que o eleitor diferencie um candidato dos demais (CERVI, 2010).

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

É possível dividir a série em três eixos de análise: primeiro, a pobre e conturbada infância e adolescência (primeiros quatro vídeos); segundo, a conversão à IURD (quinto vídeo); e, por fim, um terceiro momento, pós-conversão, de felicidade e dedicação aos interesses da IURD (últimos cinco vídeos).

Inicialmente, Praczyk apresentou ao espectador sua origem familiar: paulista filho de pernambucanos, de mãe costureira e pai filho de imigrantes poloneses. Prosseguindo as suas recordações, mencionou as dificuldades financeiras de sua infância. Ainda no primeiro momento, o candidato falou de seu pai alcoólatra e agressivo com a família.

Quanto a sua adolescência, declarou como o período em que começou a trabalhar como pintor junto com seu pai, afirmando o traço trabalhador que possui atualmente como herança paternal. Também nesse vídeo, abordou sua fase escolar e o que considerou seu ‘mau comportamento em sala de aula’.

O segundo eixo de análise trata do momento da conversão. Praczyk continuou tendo reclamações de seu comportamento escolar até que tudo mudou a partir de seu encontro com a IURD. Construiu a narrativa de modo a tornar este o momento clímax da autobiografia:

Até que assistindo a um programa de televisão minha mãe anotou o endereço da Igreja Universal e toda a família se dispôs a ir, [...] o que culminou na conversão de todos nós. **Meu pai foi liberto do seu vício, minha mãe curada de uma dezena de enfermidades, eu transformado em uma pessoa pacata, em uma pessoa moderada, uma pessoa equilibrada** (Edson Praczyk, Youtube, 22 jul. 2014, grifo nosso).

O candidato, na sua conversão, se tornou parte do ‘Povo de Deus’. Essa expressão refere-se às figuras do texto bíblico, notadamente dos judeus no Velho Testamento, o povo escolhido de Deus. Aqui, é possível apresentar um dos *flyers* do candidato, que compôs a sua marca de ‘homem de Deus’⁹. Na imagem 1, visualizamos uma digital verde com uma cruz ao meio, acompanhada do nome do agente religioso e a frase: “A diferença que vem de Deus. Mt 3:18”. Essa marca estabelece uma diferenciação entre aqueles que fazem parte do grupo e os que estão ‘no mundo’. Expressa um diferencial pelo âmbito da fé, fazendo referência a um trecho do livro de Malaquias: “Então, vereis outra vez a diferença entre o justo e o ímpio, entre o que serve a Deus e o que não o serve” (BIBLIA, 2009, p. 1242).



Imagem 1: Material de campanha de Edson Praczyk. **Fonte:** Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

⁹ A mesma expressão também foi utilizada no jingle de campanha, na seguinte letra: “Voto no Edson Praczyk, Praczyk, é dez, um, dois, três. Voto no Edson Praczyk, Praczyk, a diferença que vem de Deus” (Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Notamos que após a narrativa sobre a conversão, o candidato não falou sobre a sua família como nos episódios anteriores, indicando que a Igreja e questões religiosas assumiram uma maior relevância em sua história de engajamento eclesial, do preparo para tornar-se pastor em tempo integral e liderar projetos junto à IURD.

Os últimos quatro vídeos foram dedicados à sua vida na política. Começando pela escolha feita em 1998 pela hierarquia da Igreja para que o mesmo fosse o candidato oficial da IURD. Ele utilizou uma expressão facial de alegria e animação ao alegar o caráter divino de sua entrada na política: “fui a pessoa privilegiada por Deus a ser escolhida para disputar eleição (Edson Praczyk, Youtube, 13 ago. 2014). Por fim, o candidato agradeceu a atenção, fez uma prece pelos espectadores e, ao final, pediu apoio e voto para as eleições que se aproximavam.

Em termos de apoio, a campanha focou em apresentar falas de bispos e pastores da IURD. Entre eles percebemos: Bispo Sergio Corrêa, Bispo Alexandre Mendes, Bispo Wagner Negrão¹⁰, Pastor Roque Junior (Representante da Força Jovem Universal), Pastor João Filho (IURD de Araucária), Pastor Josieldo Catedral (Catedral da Fé de Curitiba), Pastor Kleber Borges (IURD de Telêmaco Borba) e Pastor Milton (Catedral da Fé de Curitiba). Os bispos e pastores reiteraram a marca de ‘homem de Deus’, ao afirmarem Praczyk como possuidor das seguintes características: ‘pessoa que está na guerra com a gente’, ‘fiel’, ‘de caráter’, ‘de família’, ‘trabalhador’, ‘honesto’, ‘pessoa de Deus’, ‘que anda no caminho do bem, no caminho da fé’ e ‘ficha limpa’.

Em geral as propagandas eleitorais, são pensadas em duas vias: para divulgar as propostas aos eleitores ou para propagar uma imagem do caráter do candidato ou partido, sendo que uma via não necessariamente exclui a outra. Nas propagandas do Pastor Praczyk, foram enfatizadas iniciativas para formar e/ou reforçar a imagem do candidato como ‘homem de Deus’, isto é, alguém dotado de aprovação divina e representante legítimo da Igreja e dos fiéis.

Concluimos que é possível identificar a recorrência ao espectro religioso dos fiéis, o fio de memória a que se refere Hervieu-Léger (2015), a fim de mobilizar o eleitor para depositar o voto no homem que pautou sua candidatura na ‘diferença que vem de Deus’. Para se firmar como ‘homem de Deus’, o candidato trouxe à baila o momento da conversão, colocando-a como um divisor de águas entre um primeiro momento de vida, conflituosa e pobre, contra um segundo, de vida pacata, equilibrada, com harmonia familiar e dedicada às atividades ligadas à Igreja. Assim, se expressa a ‘diferença que vem de Deus’.

Em defesa da família: Cantora Mara Lima é reeleita com apoio gospel

A Cantora Mara Lima foi eleita pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) em 2014 com 43.549 votos. Em 2010, havia sido eleita pelo mesmo partido, tendo obtido um total de 56.516 votos. Vinculada à Assembleia de Deus, ela se declara evangélica desde a adolescência.

¹⁰ Os bispos são os integrantes de mais alta hierarquia na IURD, em seguida temos os pastores, auxiliares, obreiros e membros. A hierarquia é seguida, os fiéis e pastores locais são mobilizados por meio de vários elementos práticos e simbólicos a seguirem as ordens superiores (ORO, 2003).

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Atualmente é proprietária de gravadora, de emissora de rádio, de estúdio de gravação e de uma grande loja de produtos evangélicos. Nas suas participações como locutora, nesses veículos, seu lema é “Abençoando o Paraná”.

Nas propagandas da campanha de 2014 se destacaram as participações de cantores evangélicos, pastores e fãs que gravaram depoimentos declarando voto à candidata. Entre os artistas gospel presentes no compilado de vídeos denominado “Eles dizem sim para Mara Lima”, estavam os cantores: Thiago Alves, Rogeria Rosa, Adriane Naurea, Kerem Mattos, Roseli Carvalho, Fernanda Oliveira, Lene Delfino, Thiago Oliver, Mara Chagas, Elisama da Rosa, Dayane Boy e as duplas Eder e Marcio Goiano e Canarinhos de Cristo. Além desses apoios, o cantor, pastor e Deputado Federal Marcos Feliciano também enviou um vídeo pedindo voto para Cantora Mara Lima.

Como percebemos na trajetória de Mara Lima, a arte é um dos meios de inserção dos evangélicos no espaço público. Especialmente pelas músicas gospel buscam cunhar sua presença na cultura e proliferar referências. Isso ocorre porque esse grupo social não se identifica com a cultura nacional fundada no catolicismo. Esse tipo de manifestação, “Al contrario de Estados Unidos, donde gospel designa tradicionalmente un género musical con connotaciones étnicas, en Brasil gospel se convirtió en sinónimo de música religiosa moderna, que comprende varios géneros y logra extrapolar el universo evangélico” (GIUMBELLI, 2013, p. 27).

No mesmo sentido a candidata ressaltou a sua participação na ‘Marcha para Jesus’ por meio de fotos veiculadas nos vídeos que apresentaram os seus *jingles* de campanha (Imagem 2). Segundo Emerson Giumbelli (2013, p. 28), “la Marcha para Jesús también se consolida como una oportunidad para hacer visible este inmenso circuito de producción y consumo cultural sintetizado en el gospel brasileño”. Portanto, na campanha eleitoral investigada, o gospel se associa com a política para conferir representatividade à candidata e persuadir os eleitores evangélicos e/ou apreciadores do gospel.

Em vídeo postado em seu canal no Youtube no dia 17 de setembro de 2014, a candidata se dirigiu aos eleitores dizendo que se orgulha de tê-los representado em seu primeiro mandato na ALEP, entre 2010 e 2014:



Imagem 2: Imagem da Deputada Cantora Mara Lima em ato público. **Fonte:** Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Eu tenho o maior orgulho de representar o povo de Deus, a família paranaense, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. [...] Eu sou contra pedofilia, eu sou contra a legalização da maconha, eu sou contra o aborto. [...] Sou a favor realmente da verdade, daquilo que é certo, daquilo que é correto, daquilo que é verdadeiro. Se tem algo que é verdadeiro, que é puro e que nós temos orgulho de todos os dias defender é a família (Mara Lima em vídeo de divulgação de sua candidatura – Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Esse tipo de militância associa a candidata uma forma de representação parlamentar compreendida consoante à ‘onda conservadora’ (ALMEIDA, 2017). É um posicionamento comum entre os parlamentares integrantes da bancada evangélica no Congresso Nacional, destarte tem sido interpretado como movimento que, “de um lado, pretende proteger a família tradicional, a moralidade cristã, a liberdade religiosa e de expressão. De outro, fundamenta-se na disposição para tentar restaurar uma certa ordem moral e social tradicional” (MARIANO, 2016, p. 723). Essa onda sobrevive “nas mais diversas expressões da cultura e do relacionamento humano desde as relações de trabalho às escolares, de amigos e mesmo familiares. A sociedade se enraíza e se expressa em cada centelha da ação humana” (ANTUNES, 2016, p. 5) e reflete-se no espaço público.

Outra característica da campanha da Cantora Mara Lima foi a referência ao texto bíblico. Assim como verificamos na campanha do Pastor Praczyk, a candidata fez referências intertextuais no seu *jingle*, utilizando uma música com a seguinte letra: “Cantora Mara Lima quarenta e cinco, um, dois, três, deputada estadual é Mara Lima outra vez. **Quando o justo governa o povo se alegra**, eu estou feliz demais que está chegando a eleição” (*Jingle* de Cantora Mara, grifo nosso – Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Poder). Trata-se da utilização do texto bíblico do livro de Provérbios, em seu capítulo 29 e versículo 2, que assim expressa: “Quando os justos governam, alegra-se o povo; mas quando o ímpio domina, o povo geme” (BIBLIA, 2009, p. 894). Nesse trecho a candidata recorre ao fio de memória religiosa do cristianismo por meio da linguagem que os identifica internamente e os diferencia externamente (HERVIEU-LÉGER, 2015) para persuadir os eleitores da sua condição de pessoa justa. Para Herculano Alves (2015, p. 1), os justos, no conceito bíblico, devem agir “de tal modo, que agradem a Deus” e as pessoas que o amam.

Leonildo Campos (2013) identificou nas eleições de Deputados Federais evangélicos em 2010 o uso da expressão ‘governo dos justos’. Na perspectiva do autor, está tácito nesse *slogan*/palavra de ordem a concepção de que “os ramos da política brasileira só irão mudar quando o País se conscientizar da importância de uma ação regulada pelos ‘planos de Deus’ expressos na Bíblia” (CAMPOS, 2013, p. 66).

A linguagem bíblica foi trazida pelos evangélicos para o espaço público ainda na década de 1980. No entendimento de Burity (2015), isso ocorreu devido à inexperiência em campanhas eleitorais e em consequência do pouco traquejo para um vocabulário próprio do espaço político, de modo que acabaram utilizando da linguagem bíblica não só para justificar a inserção política, mas para apresentarem-se como melhor preparados para a ‘missão’ de converter e purificar o espaço público.

Enfim, a Cantora Mara Lima se colocou como representante do ‘povo e Deus’ e defensora da família. Além disso, utilizou a linguagem bíblica para propagandear o ‘governo dos justos’ e tomou como base de apoio ícones do cenário gospel. Esse estilo musical, atualmente se comporta como parte da cultura de massa em nosso país, e é um meio de inserção dos evangélicos na sociedade (GIUMBELLI, 2013, 2016).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

“Pelo direito de se manifestar contra as práticas imorais e/ou anticristãs”: Pastor Gilson de Souza é reeleito

O Deputado Pastor Gilson de Souza foi líder da 43ª Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ) de Curitiba e está no seu segundo mandato na ALEP, tendo sido eleito com apoio oficial da Igreja. Na sua campanha de 2014 obteve 34.470 votos. O deputado é do Partido Social Cristão (PSC), sigla fundamentada na Doutrina Social Cristã¹¹.

A campanha do Pastor Gilson de Souza começou com a publicação do dia 4 de julho de 2014 no Facebook, quando o agente religioso compartilhou o link de um vídeo da convenção do PSC no Paraná. Na ocasião, foram publicizadas as candidaturas dos filiados que concorreram aos cargos de Deputado Estadual, Deputado Federal e Presidência do País. A propaganda destacou o papel do PSC na defesa dos valores da família, tendo como candidato à Presidência da República, Pastor Everaldo, ao qual o Pastor Gilson de Souza se associou, aparecendo unidos em diversos momentos da campanha. Essa combinação conservadora entre as pautas estadual e nacional foi possibilitada pelo fato do Pastor Everaldo (primeiro candidato de confissão evangélica à presidência) ter proposto os seguintes itens no seu programa: “a ‘defesa da família tal como presente na Constituição Federal’, a ‘defesa da vida desde a sua concepção’ e o resgate dos ‘valores tradicionais da nação brasileira’” (CUNHA; LOPES; LUI, 2017, p. 17).

Ainda na campanha de Pastor Gilson, a partir do dia 16 de julho daquele ano, o candidato publicou assiduamente o *flyer* apresentado na Imagem 3, em que verificamos sua preeminência da militância em defesa da família e “pelo direito de se manifestar contra práticas imorais e/ou anticristãs”. Nos *flyers* de campanha o candidato manifestou a mesma postura característica da onda conservadora defendida pela Cantora Mara Lima. Essa ‘onda conservadora’ (ALMEIDA, 2017), se tornou mais fragrante após “às transformações socioculturais que o Brasil tem experimentado, em especial a partir dos anos 2000, com a abertura e a potencialização de políticas públicas voltadas para direitos humanos e gênero” (CUNHA, 2017, p. 158).

Eleitoralmente o conservadorismo evangélico foi visibilizado em maior escala a partir de 2010, em campanhas de pastores e cantores, para os quais “o Legislativo é um espaço a um só tempo de resistência aos movimentos das minorias sexuais e de ampliação dos espaços políticos do grupo, que se percebe como uma minoria ou como cidadãos de ‘segunda classe’ frente aos católicos”



Imagem 3: Flyer do Candidato Pastor Gilson.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

¹¹ O estatuto do PSC está disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/partidosocialcristao>. Acesso em: 5 jun. 2017.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

(MACHADO, 2017, p. 356). Esse sentimento de sub-representação pública é em parte justificado porque o catolicismo historicamente se colocou como a religião natural, pública e da totalidade dos brasileiros (GIUMBELLI, 2013).

A vinculação do candidato com a IEQ foi evidenciada em vídeo de cerimônia de inauguração de um centro educacional na cidade de Araucária, região metropolitana de Curitiba, postado no Youtube em 10 de julho de 2014. Segundo o narrador e as imagens mostradas, o evento contou com a participação e discurso do Pastor Irineu Rodrigues, Presidente da Igreja Quadrangular no Paraná, do Pastor Gilson de Souza e do então Deputado Federal Ratinho Junior¹².

A atuação do Pastor Gilson, em nível estadual, ocorreu no encaixe de uma experiência acumulada pela IEQ no Brasil. Atualmente, seu próprio estatuto de funcionamento, apresenta um capítulo sobre a Coordenação Nacional de Ação Política. Assim, em âmbito nacional é organizada uma diretoria para discutir quais os fins da atuação da Igreja:

Os parlamentares eleitos pela Igreja devem estar filiados à Coordenação Nacional de Ação Política para definir métodos de ação parlamentar e política em seus respectivos campos de atuação para representar o posicionamento político da Igreja. [...] Os membros do Ministério devem manifestar seu apoio aos candidatos oficiais, demonstrando sua fidelidade à Igreja (CONSELHO NACIONAL DE DIRETORES – Estatuto da Igreja do Evangelho Quadrangular, 2000).

O Conselho Nacional de Diretores atua escolhendo candidatos desde 1986. Após a criação da Coordenação Nacional de Ação Política, em 1999, passou a ser realizado um processo interno de eleição de representantes oficiais. Dessa maneira “é permitido aos fiéis se candidatarem às prévias mas estes não possuem poder de voto que é restrito aos pastores e obreiros credenciados. Isso tem garantido um predomínio quase absoluto de pastores entre os candidatos oficiais da denominação” (PAULA, 2012, p. 73).

Entendemos que Pastor Gilson de Souza lançou mão de estratégias que o aproximavam dos fiéis evangélicos por meio da luta contra ‘práticas imorais e anticristãs’. Apesar de, em campanha, o pastor não ter explicado cada uma dessas pautas, pressupomos um acordo tácito entre o agente religioso e os eleitores representados. Já a IEQ, atuou escolhendo-o como candidato oficial e conferindo-lhe apoio por meio da hierarquia eclesiástica.

‘Representando a obra de Deus’: Missionário Arruda eleito com apoio da IMPD

Missionário Arruda foi eleito para o seu primeiro mandato na ALEP pelo PSC com 23.592 votos. Em 2000 havia sido candidato não eleito a vereador em São Paulo pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Em 2010 foi candidato a deputado federal no Paraná pelo PSC, obtendo 33.119 votos, ficando com a vaga de segundo suplente e assumindo o cargo por 4 meses em 2013.

¹² Ratinho Junior foi eleito em 2014 com 300.928 votos. Sua expressiva votação foi um dos motivos que alavancou o crescimento da bancada do PSC na ALEP, passando de 2 para 12 deputados.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Nos materiais de campanha, Missionário Arruda teve a sua imagem associada ao Apóstolo Valdemiro Santiago. Essa autoridade religiosa da Igreja Mundial do Poder de Deus (IMPD), o apresentou aos fiéis utilizando bordões como: ‘nosso braço direito representando a obra de Deus’, ‘defensor da causa nobre evangelho’ e ‘pessoa qualificada por Deus’. Ainda, o Apóstolo buscou promover uma ‘cruzada’ ao reportar-se a perseguições sofridas pela sua Igreja, o que deveria impulsionar e mobilizar os telespectadores para atuarem como cabos eleitorais do agente religioso. Em vídeo de divulgação de campanha publicado no Facebook e no Youtube, o Apóstolo assim se dirigiu ao eleitor:

Vocês sabem que enfrentamos perseguições, lutas, adversidades e eles são os soldados que Deus preparou. Quando eu digo eles, me refiro aos deputados da Igreja Mundial do Poder de Deus [...]. Então, nós queremos que você se empenhe além de contar com você, com [...] todo o povo e também os simpatizantes, seus amigos aí, católicos, vizinhos, convença-os em votar em pessoas qualificadas por Deus, escolhidos por Deus (Apóstolo Valdemiro Santiago em vídeo de divulgação de campanha eleitoral – Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder).

Assim como ocorreu na campanha do Pastor Edson Praczyk e do Pastor Gilson de Souza, há uma mobilização por parte da hierarquia da Igreja para conquistar votos para o candidato oficial da instituição. Isso, de algum modo, nos faz refletir sobre qual a visão política desses agentes e o impacto da partição de ‘representantes da obra de Deus’ no espaço público. É possível construir um parlamento democrático com tais ‘representantes de Deus’?

Para responder a essa pergunta, precisaríamos investigar seus mandatos e saber para quem um ‘representante da obra Deus’ legisla. No entanto, já sabemos que “resta inviável erigir-se o Estado a partir de valores religiosos, muitas vezes irreconciliáveis entre si, dada a multiplicidade de crenças, o que redundaria em restrições de direitos aos divergentes” (SOUZA; VIEIRA, 2016, p. 62) e em casos mais extremos na criação de cidadãos de segunda categoria (GIUMBELLI, 2016).

Na Imagem 4, observa-se o Apóstolo Valdemiro Santiago fazendo oração com as mãos sobre ‘envelopes consagrados’ no porta-malas de um carro. Na descrição da foto, postada no Facebook, lê-se: “Vamos junto com o Apóstolo nesse propósito, envelopes consagrados para multiplicação dos votos, esta campanha começa neste domingo em todas as Igrejas do Paraná, quem ama está na Obra, não fique de fora! Vamos Juntos!!” (Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder).

Nessa mensagem, verificamos que a



Imagem 4: Valdemiro Santiago ora sobre ‘envelopes consagrados’. **Fonte:** Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

estratégia eleitoral do candidato movimentou as igrejas locais do estado de forma intensiva, o que acabou resultando no sucesso eleitoral do agente religioso. Esse pragmatismo vem se tornando prática comum em decorrência da competitividade entre as igrejas que precisam lançar mão de estratégias de marketing para sobreviver ao pluralismo denominacional, decorrente do processo de secularização e consequente pluralização do mercado religioso brasileiro (PIERUCCI, 2012; FERREIRA, 2012).

Concluimos que o agente religioso Missionário Ricardo Arruda demonstrou a mais flagrante ligação com a instituição que faz parte, pois o mesmo, ao longo de toda a campanha, se associou a figura do Apóstolo Valdemiro Santiago. Esse líder se apresentou conferindo credibilidade e o aproximando dos fiéis, o que imprime um cunho personalista para a campanha. Nesse sentido, o caráter carismático do líder assume especial relevância para a persuasão política.

A partir da análise dos materiais de campanha, podemos concordar com Guilherme Rodrigues e Mario Fuks (2015), quando afirmam que o sucesso eleitoral das candidaturas evangélicas é em grande medida decorrente da associação entre fatores como: presença de carismas, organização hierárquica centralizada e forte exposição à liderança. Esse processo tende a se acirrar quanto mais se pluraliza o ambiente religioso e aumenta a disputa entre as Igrejas por fiéis, espaços e representantes políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigamos a permeabilização entre religião e política a partir da campanha eleitoral de quatro agentes religiosos à ALEP, no ano de 2014. Essa relação de diluição de fronteiras por parte dos evangélicos tornou-se mais evidente em âmbito nacional na década de 1980, quando a presença pública dos evangélicos, na esteira do processo de abertura democrática brasileira, se torna mais visível. Compreendemos, conforme Burity, que os evangélicos canalizam energia social e ganham legitimidade pública naquilo que é chamado de processo de minoritização da política e pluralização do ambiente religioso.

Na nossa análise notamos convergências e diferenças nas estratégias de campanha. O Pastor Edson Praczyk se diferencia pelo distintivo de ‘homem de Deus’(representante oficial da IURD); a Cantora Mara Lima, oriunda do mundo gospel, se destaca pelo apoio de figuras desse seguimento musical e pelo ativismo em favor da família; Pastor Gilson de Souza (cuja campanha é encampada pela IEQ) demonstrou sua militância pelo direito de se manifestar contra as ‘práticas anti-cristãs’; e, por fim, o Missionário Arruda (candidato da IMPD) foi apresentado pelo Apóstolo Valdemiro Santiago como legítimo ‘representante da obra de Deus’.

Portanto, os quatro candidatos investigados flagram intensas interações entre religião e política. Desde a recorrência a símbolos que evocam uma memória cristã mais ampla, ou a arte gospel e a sua abrangência, até a utilização massiva da imagem e discurso dos líderes das instituições religiosas às quais se vinculam. Resta saber como a pertença ostensiva e uso da religião impacta no mandato desses agentes religiosos eleitos.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, p. 1-27, jun. 2017.
- ALVES, Herculano. Misericórdia e Justiça na Bíblia. **Revista Bíblica**, Lisboa, n. 361, nov./dez.2015.
- ANTUNES, Deborah Christina. Tolerância e democracia hoje: o discurso de deputados em defesa da posição conservadora. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 3-13, jan./abr. 2016.
- AQUINO, Rodrigo Bibo de. **Missão integral em poucas palavras**. Joinville: BTBooks, 2013.
- BÍBLIA SAGRADA**. 4 ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.
- BURITY, Joanildo. Religião, cultura e espaço público: onde estamos na presente conjuntura? In: MEZZOMO, Frank Antonio Mezzomo; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; HAHN, Fábio André (orgs). **Religião, cultura e espaço público**. São Paulo: Olho D'Água; Campo Mourão: Fecilcam, 2016, p. 13-49.
- BURITY, Joanildo. Religião e Espaço Público: entrevista com Joanildo Burity. **Debates do Ner**, Porto Alegre, v. 2, n. 28, p. 127-147, jul./dez. 2015. Entrevista concedida a Lara Grigoletto Bonini e Thaís Serafim.
- BURITY, Joanildo. Religião, política e cultura. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 83-113, jul./dez. 2008.
- CALLEGARI, Rafael; MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. Religião no tempo da eleição: análise da candidatura de Edson Praczyk à Assembleia Legislativa do Paraná em 2014. **Anais do Seminário Internacional de Práticas Religiosas no Mundo Contemporâneo**, Londrina, v. 4, p. 321-335, 2016.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. Evangélicos e política no Brasil: análises das eleições de 2002 a 2010 para Câmara Federal. In: PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; HAHN, Fábio André; MEZZOMO, Frank Antonio (orgs). **Instituições e sociabilidades: Religião, política e juventudes**. Campo Mourão: Editora Fecilcam, 2013, p. 63-122.
- CERVI, Emerson Urizzi. O “Tempo da Política” e a distribuição de recursos partidários: uma análise do HGPE. **Revista Em Debate**, Belo Horizonte, v. 2, n. 8, p. 12-17, ago. 2010.
- CONSELHO NACIONAL DE DIRETORES, **Estatuto da Igreja do Evangelho Quadrangular**. São Paulo: Editora Quadrangular, 2000.
- CUNHA, Christina Vital da; LOPES, Paulo Victor Leite, LUI, Janayna. **Religião e política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll e Instituto de Estudos da Religião, 2017.
- CUNHA, Magali do Nascimento. “É preciso salvar a família”: gênero, religião e política no contexto do neoconservadorismo evangélico nas mídias no Brasil. In: CUNHA, Christina Vital da; LOPES, Paulo Victor Leite, LUI, Janayna. **Religião e política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll e Instituto de Estudos da Religião, 2017, p. 157-169.
- FERREIRA, Ismael de Vasconcelos. Pentecostalismo e secularização: da rigidez doutrinária ao pluralismo religioso. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 10, n. 28, p. 1458-1472, out./dez. 2012.
- GIUMBELLI, Emerson. Cultura pública: evangélicos y su presencia en la sociedad brasileña. **Sociedad y Religion**, Buenos Aires, v. 23, n. 40, p. 13-43, jul./oct. 2013,
- GIUMBELLI, Emerson. Religião, cultura e espaço público – Emerson Alessandro Giumbelli. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 8, n. 15, p. 13-21, jul./dez. 2016. Entrevista concedida a Amanda Costa Pinheiro e Daiana Nunes Rosa.
- HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido: a religião em movimento**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

KUDLAWICZ, Luciane; BOFF, Clodovis. Os encontros com Jesus nos evangelhos: elementos para a “iniciação à vida cristã” hoje. Caderno Teológico da PUCPR, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 124-162, nov. 2013.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião, cultura e política. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 29-56, jul./dez. 2012.

MACHADO, Mônica Sampaio; NACIF, Cristina Lontra. Evangélicos, política e espaço: novas estratégias rumo à presidência da república? **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 566-586, jul./dez.2016.

MARIANO, Ricardo. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: Secularização e pluralismo em debate. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 710-728, out./dez. 2016.

MARIZ, Cecília Loreto; SOUZA, Carlos Henrique. Carismáticos e pentecostais: os limites das trocas ecumênicas. **Contemporânea**, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 381-408, jul./dez. 2015.

NATIVIDADE, Marcelo. Uma homossexualidade santificada? Etnografia de uma comunidade inclusiva pentecostal. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p.90-121, jul./dez. 2010.

ORO, Ari Pedro. Religião e política nas eleições 2000 em Porto Alegre. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 2, n. 3, p. 9-69, set. 2001.

PAULA, Vitor Aparecido Santos de. **Religião e política no Vale do Paranapanema: a Igreja do Evangelho Quadrangular em Assis-SP (1996-2008)**. 144 f. Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista. Assis, 2012.

PIERUCCI, Antônio Flávio. O fiel é Deus: notas sobre o mercado religioso. **Rever**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 9-70, jul./dez. 2012.

_____. De olho na modernidade religiosa. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 23-24, jul./dez. 2008.

RODRIGUES, Guilherme Alberto; FUKS, Mario. Grupos sociais e preferência política. O voto evangélico no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 115-129, fev. 2015.

ROSA, Daiana Nunes da; MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. Agentes religiosos em campanha eleitoral para a Assembleia Legislativa do Paraná. **Anais do VI Evento Nacional Cultura e Poder**. Campo Mourão, v. 5, p. 189-203, 2017.

SOUZA, Cleinton; VIEIRA, Reinaldo Faria. Secularização, pós-secularização, laicidade e laicismo: um esclarecimento de conceitos. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, v. 4, n. p. 51-68, maio/ago. 2016.



PRÁTICAS DE ESCRITA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Nayara Emidio de Lima (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus de Campo Mourão, nayaraemidio@gmail.com
Adriana Beloti (Orientadora)
Unespar/Campus de Campo Mourão, adriana.beloti@unespar.edu.br

Palavras-chave: Escrita como processo. Produção textual. Educação Básica.

INTRODUÇÃO

O professor, no ensino básico do estado do Paraná, tem seu trabalho norteado pelas Diretrizes Curriculares da Educação Básica (PARANÁ, 2008) - DCE, então, possui direcionamentos quanto à prática de escrita na sala de aula. Partindo disso, este estudo trata de um trabalho que considera o caráter processual de escrita, conforme propõem as DCE, por possibilitar reflexões a respeito de como o processo de produção textual pode ser trabalhado pelo professor e busca compreender como a escrita pautada na vertente processual mostra-se mais adequada para o desenvolvimento das capacidades linguístico-discursivas e para a constituição da escrita dos estudantes, assim como quais são as implicações para os alunos de uma prática sustentada nessa vertente.

Fundamentados na concepção de escrita como trabalho, de Fiad e Mayrink-Sabinson (1991), nas discussões de Menegassi (1998), Jesus (2004) e Beloti (2016) no tocante ao processo de escrita, revisão e reescrita, nos tipos de correção que o professor pode empregar, apresentados por Ruiz (2010), nas reflexões sobre as operações linguístico-discursivas, conforme Gasparotto (2014), e nas orientações das DCE (PARANÁ, 2008), quanto às práticas nas escolas, visando a discutir sobre essa prática, analisamos produções textuais escritas do gênero discursivo Resumo, realizadas no ano de 2016, por uma turma de sétimo ano do Ensino Fundamental II, de um colégio da rede estadual de Campo Mourão, considerando todas as versões do texto. As produções textuais foram disponibilizadas pela professora da turma.

Na análise, observamos como são estabelecidas as interações entre a professora e os estudantes durante processo de produção textual, de que forma ela intervém nas etapas de escrita e, por fim, como os mesmos respondem às intervenções em suas produções, a fim de compreender de que forma a prática processual de escrita influencia no desenvolvimento das capacidades linguístico-discursivas dos estudantes. Para ilustrar e discutir a análise realizada, bem como os resultados obtidos, selecionamos, aleatoriamente de nosso corpus de pesquisa, quatro exemplos dos textos produzidos, os quais foram digitalizados e a identificação dos participantes omitida.

O PROCESSO DE ESCRITA

No ensino básico, atividades de escrita pautadas na concepção de escrita como trabalho (FIAD; MAYRINK-SABINSON, 1991) não estão efetiva e totalmente presentes, ainda que conste nos documentos que orientam o ensino e o planejamento do professor, pois, para que ocorram, são necessárias determinadas teorias e metodologias de ensino para sustentar as práticas, constantemente, em um processo contínuo. Além disso, o professor esbarra em dificuldades e desafios durante seu trabalho, por exemplo, pouco tempo para produção e organização de atividades para as aulas, turmas com grande número de estudantes e alunos desinteressados. Porém, esses fatores não podem determinar suas atuações e levá-lo a realizar um trabalho que inviabilize a aprendizagem e os objetivos do ensino de Língua Portuguesa, especialmente, da escrita: possibilitar o desenvolvimento das habilidades de escrita e da capacidade linguístico-discursiva. Então, buscando desempenhar práticas pautadas na escrita como trabalho, conforme orientam as DCE (PARANÁ, 2008), é necessário refletir sobre teorias e concepções que corroboram e estão associadas a essa concepção de escrita de cunho interacionista.

Para discutir sobre a escrita como trabalho, é fundamental partirmos da concepção de linguagem como processo de interação (PERFEITO, 2010), dado que esta subjaz o processo de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa. É importante que os professores tenham conhecimento sobre tal vertente, pois não é possível realizar práticas efetivas no ensino sem um embasamento teórico e metodológico consistente, que vise a formação de sujeitos usuários da linguagem nas mais diversas situações de interação verbal social.

A concepção de linguagem como processo de interação não considera a língua apenas como um sistema abstrato de formas ou algo individual, mas sim “[...] enquanto atuação social, enquanto atividade e interação verbal de dois ou mais interlocutores [...]” (ANTUNES, 2003, p. 41). Sobre essa mesma concepção, Doretto e Beloti (2011, p. 92) expõem que “[...] a língua é usada não apenas para a comunicação, mas, também, para estabelecer a interação social (agir sobre, agir entre) [...] Considera-se os contextos social, histórico e ideológico”. Pensando no ensino de Língua Portuguesa, Antunes (2003, p. 41) afirma que a linguagem como processo de interação “[...] possibilita uma consideração mais ampla da linguagem e, conseqüentemente, um trabalho pedagógico mais produtivo e relevante.”. Assim, concordamos que devemos sustentar nossas práticas de ensino nos pressupostos dessa concepção, entre elas a prática de escrita. Ao concebermos a linguagem como um processo de interação, torna-se necessário assumir a escrita como trabalho, tendo em vista que é este conceito que coaduna com tal teoria.

Anteriormente à concepção de escrita como trabalho ser considerada como a mais adequada, pelos documentos oficiais e teorias interacionistas, para fundamentar a prática de produção textual nas escolas, houve outras três concepções vigentes, conforme Menegassi (2010), as quais possuem relação

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

intrínseca com as três concepções de linguagem. A primeira concepção de escrita com foco na língua, discutida por Koch e Elias (2011), enfatiza a estrutura linguística, com suas regras gramaticais, pois pressupõe que o estudante é capaz de produzir um texto após internalizar essas regras. A segunda, proposta por Sercundes (2004), concebe a escrita como dom, então, não há um trabalho que oriente a produção textual, o estudante escreve apenas a partir dos conhecimentos que já possui acerca do tema supostamente conhecido. Essas duas vertentes estão relacionadas à concepção de linguagem como expressão do pensamento, a qual se volta para o domínio da estrutura da língua e para a ideia de escrita como materialização linguística do pensamento. Com isso, acreditava-se que para escrever “bem” era necessário ter conhecimento das regras da língua e da gramática. Essa ideia foi muito forte, perdurou durante um longo período e deixou resquícios até hoje, dificultando, muitas vezes, o trabalho do professor em sala de aula, pela visão tradicionalista que os alunos ainda apresentam sobre a produção de um texto, a qual os leva a recusar práticas que consideram a escrita de forma processual, por exemplo.

A terceira concepção de escrita, discutida por Sercundes (2004), propõe a escrita como resultado de atividades realizadas anteriormente, podendo ser em sala de aula ou fora dela. Ao seguir os pressupostos da escrita como consequência, o professor pode fazer com o que o aluno apresente uma resistência para escrever, pois produzir textos passa a ser algo semelhante a uma punição pela atividade diferenciada que foi realizada e, novamente, trabalha com a escrita sem finalidades e funções delimitadas.

A partir dos anos 80, devido a novas pesquisas e estudos no campo da linguística, passou-se a conceber a linguagem como um processo de interação e, com isso, outra concepção de escrita, que estabelece relação com tal teoria, tornou-se vigente. As formas anteriores de conceber a escrita foram refutadas, pois essa passou a ser considerada como trabalho, conforme propõem Fiad e Mayrink-Sabynson (1991). Essa concepção compreende a escrita como uma atividade processual, contínua de ensino e aprendizagem, que possibilita ao estudante condições reais para a produção textual. Com isso, ele assume a posição de produtor do texto e não mero reproduzidor de normas gramaticais desvinculadas da real situação de uso da linguagem.

Fiad e Mayrink-Sabynson (1991, p. 55) afirmam que “[...] a linguagem é construída pela interação entre os sujeitos.”, então, nessa concepção, o texto é o espaço no qual acontece a interação verbal entre os sujeitos envolvidos no processo. Além disso, a escrita como trabalho não considera o texto como um produto pronto e acabado, mas o caracteriza como processual, uma produção que resulta de “[...] idas e vindas, reflexões do autor com o escritor.” (GASPAROTTO, 2014, p.66), envolvendo outras etapas além da própria escrita, a fim de adequar o texto à proposta de produção e aos demais elementos relacionados à situação. Em relação ao processo de escrita, Fiad e Mayrink-Sabynson (1991) declaram:

A [...] na modalidade escrita de linguagem, essa construção envolve momentos diferentes, como o de planejamento de um texto, o da própria escrita do texto, o da

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

leitura do texto pelo próprio autor, o das modificações feitas no texto a partir dessa leitura (FIAD; MAYRINK-SABYNSON, 1991, p.55).

Assim sendo, podemos compreender que a produção escrita de um texto não envolve apenas o ato de escrever. Inicialmente, há a etapa do planejamento, momento no qual o estudante pode refletir e/ou organizar informações que julga importantes e necessárias para seu texto, considerando a proposta de escrita. Após, tem-se a etapa da escrita propriamente dita, na qual o produtor realiza a produção do texto, buscando adequar as escolhas linguísticas aos elementos das condições de produção. A etapa seguinte consiste na revisão, momento em que há uma volta ao texto, visando a observar se o mesmo está adequado à situação de interação verbal social. Na sequência, pode ocorrer a reescrita, na qual se busca alterar o texto considerando os aspectos linguístico-discursivos observados ou apontados na revisão. Apesar de, nas teorias e nos estudos, as etapas serem apresentadas em uma sequência, durante o processo de escrita elas não precisam seguir, necessariamente, uma ordem determinada, podem ocorrer em momentos diferentes daqueles que costumam ser apresentados, conforme as necessidades ou práticas de cada aluno, caracterizando-se como etapas processuais e recursivas.

Em um trabalho sustentado nessa concepção, a escrita se dá por meio da interação entre os sujeitos, professor e estudante, e do processo colaborativo entre eles, além disso, devemos compreender “[...] a produção de textos como a devolução da palavra ao sujeito.” (GERALDI, 2004 p. 20), então, o professor deve realizar práticas que promovam a interação, para que os alunos possam esperar uma atitude responsiva ativa em relação ao texto. A escrita possibilita a interação verbal e a revisão e a reescrita são fundamentais para que essa interação seja mantida, pois, por meio de tais práticas, professor e aluno instituem um diálogo e, conforme Ruiz (2010), uma troca de turnos pela interlocução, já que com a proposta de produção o professor passa a palavra para o aluno, que a devolve para o professor quando entrega o texto, esse é revisado e, no momento da reescrita, a palavra volta-se para o estudante, mais uma vez. Ademais, a revisão e a reescrita diferenciam essa concepção de escrita em relação às demais e conferem a ela um caráter processual e recursivo, desenvolvido por meio de etapas fundamentais ao processo.

Destacando a revisão, ela ocorre, em geral, após a escrita, mas também pode acontecer antes ou simultaneamente à produção do texto, isto é, em qualquer momento do processo de escrita. Nessa etapa, busca-se adequar o texto à situação de produção, observando e refletindo sobre as possíveis inadequações, tanto em relação à forma, quanto ao conteúdo, bem como sobre possíveis alterações que podem ser realizadas no texto, com o objetivo de deixá-lo mais adequado ao comando de produção e aos elementos ligados a ele.

Pensando no contexto de ensino, a revisão de um texto pode acontecer de três diferentes formas, conforme Menegassi (2010): a partir da visão do professor, de colegas de classe ou do próprio produtor do texto. Quando a revisão é realizada pelo professor, ele se torna o responsável por efetuar apontamentos que considera necessários, os quais direcionam a revisão e a reescrita do estudante. Na revisão efetuada por um colega, também há apontamentos ou comentários sobre o texto, contudo,

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

esses são diferentes daqueles utilizados pelo professor, ainda que semelhanças possam ser observadas. Além dessas formas, a revisão também pode ser realizada pelo próprio produtor do texto, quando observa e reflete sobre o que pode ser adequado em seu texto, considerando as condições de produção. Porém, é necessário destacar que esse tipo de revisão exige um amadurecimento do aluno em relação às estratégias de revisão e reescrita, para que possa, efetivamente, revisar seu texto, colocando-se mais no papel de leitor, que da posição de escritor.

Para que um texto esteja adequado à proposta e às condições de escrita, todas as etapas de produção são fundamentais. A revisão, conforme exposto anteriormente, contribui significativamente para isso, pois possibilita que adequações necessárias sejam realizadas. Em relação à revisão do professor, em seu turno de correção, há algumas estratégias que podem ser empregadas, as quais possuem relação direta com a revisão e reescrita do produtor. Ruiz (2010) discute sobre quatro possibilidades de correção, três dessas - indicativa, resolutive e classificatória - já propostas anteriormente pela autora italiana Serafini (1987), e um quarto modo de correção apresentado por Ruiz, a textual-interativa.

A correção indicativa é utilizada para apontar, por meio de uma indicação, a inadequação presente no texto, sendo essa, em geral, relacionada a aspectos linguísticos ou gramaticais. Ela é caracterizada como uma correção pontual, apresenta os erros no corpo e/ou na margem do texto, desse modo, não leva a grandes alterações, apenas na palavra, frase ou período apontado. Por apenas indicar, geralmente, essa correção não possibilita que o aluno desenvolva o conteúdo, as ideias de seu texto, pois não apresenta caminhos para a revisão e a reescrita, restringindo-o apenas àquilo que foi marcado, muitas vezes, até mesmo sem refletir sobre a alteração que precisa ser realizada. Outro tipo de correção é a resolutive, empregada quando o professor verifica um erro, muitas vezes, linguístico ou gramatical, e o corrige no próprio texto, ou seja, assume a função de reescrever palavras, frases ou períodos, no corpo, na margem ou no pós-texto. Assim, efetuando a adequação necessária no texto do estudante, esse apenas precisa reescrever a partir da resolução já apresentada, o que pode implicar na não compreensão acerca do que foi alterado. A última correção apresentada por Serafini (1987) é a classificatória, por meio da qual o professor classifica os erros presentes no texto, indicando, geralmente na margem textual, a natureza do aspecto que precisa ser revisado e reescrito. Para a classificação, podem ser utilizados códigos, símbolos ou outra forma que seja de conhecimento dos sujeitos envolvidos para se referir ao elemento destacado para revisão. Essa correção demanda atenção e cuidado por parte do professor em relação à classificação proposta, para que não impossibilite a compreensão do aluno e, conseqüentemente, a adequação do texto. O quarto tipo de correção, a textual-interativa, é proposto por Ruiz (2010). Esse tipo de apontamento pode relacionar-se às correções anteriores e efetiva-se, comumente, por meio de bilhetes mais desenvolvidos, utilizados para tratar de inadequações no texto, da tarefa de revisão por parte do aluno e de correção por parte do professor. A correção textual-interativa é empregada, em geral, no pós-texto, mas pode ser encontrada, também, no corpo ou na margem, é bastante utilizada para tratar de aspectos relacionados ao conteúdo

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

textual, apoiando-se em uma vertente mais discursiva de trabalho com a linguagem. Diferente das outras correções, não apenas aponta o erro, mas também torna possível uma interação verbal entre professor e estudante, que leva à atitude responsiva requerida pela produção e coprodução do texto, dando maiores condições para a efetiva revisão e reescrita do estudante – produtor do texto.

Menegassi e Gasparotto (2016) propõem, a partir das discussões de Ruiz (2010), que a correção textual-interativa, apesar de configurar-se como bilhete textual, pode ser caracterizada de diferentes formas, a fim de atender a “[...] diferentes aspectos: ao objetivo do professor por meio do bilhete; ao problema textual em questão, à idade escolar do aluno e às especificidades próprias do aluno-autor.” (MENEGASSI; GASPAROTTO, 2016, p. 1026). Assim, a correção textual-interativa pode ser considerada como um questionamento, apontamento ou comentário, de acordo com a sua forma de organização e objetivo. Ao fazer uso do questionamento, configurado como uma pergunta, o professor objetiva destacar ao aluno algum problema presente no texto, levando-o, muitas vezes, a adicionar informações ou refletir sobre aspectos discursivos ou estruturais do texto. O apontamento caracteriza-se como uma correção breve e objetiva que busca apontar, informar um problema existente e, em alguns casos, indicar ao aluno o que deve realizar na reescrita. Em geral, essa intervenção é introduzida por verbos no imperativo. O comentário consiste em uma revisão mais completa, que pode fazer uso de “[...] questionamentos, apontamentos e outros recursos discursivos que aproximem o revisor do interlocutor.” (MENEGASSI; GASPAROTTO, 2016, p. 1033) visando a abordar problemas presentes no texto. Conforme Menegassi e Gasparotto (2016), o comentário é a forma mais completa de correção textual-interativa e tende a ser mais elucidativa e compreensível para o estudante, por apresentar maior interação, bem como pela possibilidade de englobar apontamentos e questionamentos.

No tocante à reescrita, é importante destacar que tem relação direta com a revisão, pois, para que a reescrita seja possível, é necessário que uma revisão preceda-a no processo de produção textual. Durante muito tempo, acreditou-se na reescrita como um momento destinado a alterar no texto todos os aspectos linguísticos e gramaticais considerados como errados para a norma padrão da língua portuguesa, caracterizando-se, então, como uma etapa de limpeza da superfície do texto ou de higienização, que o torna livre de inadequações gramaticais, mas desconsidera o contexto enunciativo, correndo o risco de transformar o texto “[...] num rol de enunciados desarticulados [...]”, como apresenta Jesus (2004, p. 113). Assim, opondo-se a tal visão, a reescrita deve ser entendida “[...] como atividade de exploração das possibilidades de realização linguística, de tal forma que o instituído pelos cânones gramaticais fosse colocado a serviço desse objetivo maior e, por isso mesmo, passível de releituras e novas formulações (JESUS, 2004, p.100)”.

A reescrita é uma atividade diretamente relacionada à revisão, além disso, aproxima-se dessa porque também pode ocorrer de diferentes formas na sala de aula. O professor pode propor à turma que a reescrita do texto aconteça de forma individual, bem como em duplas, grupos ou até mesmo com

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

o coletivo da sala. Isso mostra que o professor dispõe de diversas alternativas para realizar essa etapa, a qual é fundamental para a constituição da escrita do estudante.

No momento da revisão são realizados apontamentos no texto, seja por parte do professor, colega ou do próprio produtor, que visam a orientar e auxiliar a revisão e a reescrita. Durante essa etapa de reescrita, o aluno pode fazer uso de diferentes estratégias, denominadas operações linguístico-discursivas, que são próprias desse momento, para evidenciar sua responsividade no processo de produção do texto. Menegassi (1998), apoiado em Fabre (1987 apud MENEGASSI, 1998), apresenta as operações de adição, substituição, supressão, deslocamento e a de ignorar, proposta em sua tese, como possíveis de serem empregadas pelo produtor a partir das revisões realizadas.

A operação de adição acontece quando há um acréscimo de elementos gráficos, palavras ou frases no texto, a fim de adequá-lo em relação a aspectos linguísticos e gramaticais ou desenvolver o conteúdo apresentado. Já a substituição ocorre quando o produtor, a partir da revisão, suprime algum elemento, palavra ou trechos do texto, substituindo por outro considerado como mais pertinente para a compreensão. Em relação à operação de supressão, essa é caracterizada pela retirada de uma palavra, elemento gráfico ou frase que está tornando o texto inadequado à proposta de produção. O deslocamento consiste na alteração da ordem/posição de elementos, palavras, frases, etc., no próprio texto. Menegassi (1998) propõe outra estratégia que pode ser utilizada pelo aluno na reescrita, a de ignorar. Essa consiste na decisão, por parte do estudante, de não atender ao que foi apontado na revisão, por não compreender o apontamento efetuado, por não considerar que se trata de uma alteração necessária ou por não ter conhecimento do modo como a adequação pode ser realizada.

Em suma, por meio de todas as etapas que caracterizam o processo de produção textual pautado na escrita como trabalho, o planejamento, a escrita, a revisão e a reescrita, há uma escrita planejada e repensada, que demanda uma continuidade e atividades do produtor, pois está relacionada à abordagem processual-discursiva, como propõe Menegassi (2010). Em relação ao ensino, essa concepção constitui-se como a mais satisfatória, pois, ao longo de todo esse processo, possibilita que o estudante passe a compreender a necessidade e importância de adequar seu texto às condições de produção, a fazer diferentes usos da língua, conforme as situações e para atingir seus propósitos, bem como permite ao estudante uma constituição da escrita e desenvolvimento de suas capacidades linguístico-discursivas, isto é, que saiba usar a linguagem mais adequada a cada situação de interação verbal social.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realizar esta pesquisa, analisamos produções textuais escritas de uma turma do 7º ano do Ensino Fundamental II, de um colégio da rede estadual de Campo Mourão, disponibilizadas pela professora da turma. Inicialmente, entramos em contato com a professora e a convidamos para

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

participar da pesquisa, explicando como esta seria realizada. Após aceitar o convite, em um segundo momento, agendamos uma entrevista, a fim de explicarmos, de forma detalhada, que a pesquisa visa a discutir, a partir de atividades pautadas na concepção de escrita como trabalho, vigente nos documentos norteadores do ensino, como as DCE (PARANÁ, 2008), por exemplo, como práticas de escrita sustentadas nessa concepção contribuem para o desenvolvimento das capacidades linguístico-discursivas dos estudantes, analisando textos produzidos que mostrem os resultados do ensino sustentado nessa perspectiva.

A entrevista foi organizada com questões objetivas e dissertativas visando à compreensão acerca das concepções da professora em relação ao trabalho com a escrita. Além disso, objetivamos obter dados que nos possibilitassem compreender e analisar como se caracterizavam suas práticas e de que forma interferem no processo de ensino e aprendizagem e, especificamente, no processo de produção textual escrita do gênero Resumo, foco de estudo neste trabalho.

No início da entrevista, constatamos que a professora realizava atividades de produção textual escrita em suas turmas seguindo uma prática sustentada na concepção de escrita como processo. Então, como esse trabalho já estava sendo feito constantemente pela professora, ela se propôs a disponibilizar os textos do gênero discursivo Resumo, produzidos pelos alunos de uma de suas turmas, a qual foi escolhida aleatoriamente, com seus apontamentos de revisão já realizados, e a versão reescrita desses mesmos textos, bem como nos descreveu como foi o trabalho desenvolvido até o momento dessa produção escrita, quais textos utilizou ao longo do processo e quais atividades os estudantes realizaram, disponibilizando-nos todo o material utilizado. Dessa forma, além de constituir-se como um momento fundamental para o delineamento da pesquisa, a entrevista foi necessária para que pudéssemos ter conhecimento e maiores informações acerca das práticas que incidiram sobre nosso objeto de pesquisa: as produções textuais escritas dos estudantes da educação básica.

Dessa forma, na sequência da entrevista, a professora foi questionada a respeito do período de desenvolvimento do trabalho e de que forma ocorreu, quais foram os textos e as atividades encaminhadas até a produção do texto. Assim, informou-nos que o processo de produção textual do Resumo ocorreu entre os meses de junho e agosto de 2016. As atividades desenvolvidas ao longo do processo foram baseadas no livro *Resumo*, de Machado, Lousada e Abreu-Tardelli (2004) e no livro didático - LD - da turma (CEREJA; MAGALHÃES, 2012). Os textos selecionados para esse trabalho foram: a história infantil Lolo Barnabé, de Eva Furnari; a notícia A Tragédia do Serpentiário, de Daniel Sales, presentes no LD; e o conto A Doida, de Carlos Drummond de Andrade, que foi utilizado para a produção escrita do Resumo ao final de todo o trabalho e também está presente no LD.

A professora relatou que, para iniciar o trabalho, conversou com os alunos sobre o gênero a ser estudado, questionando-os em relação à frequência com que este era pedido por outros professores, quais disciplinas o requisitavam, de que forma os alunos realizavam a produção, entre

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

outros aspectos. Em seguida, houve uma explicação sobre a função social e comunicativa desse gênero, abordando diversos exemplos de resumos, e sobre o papel desse gênero na escola. Nas aulas seguintes, o foco foi o processo de sumarização, com apresentação aos estudantes de excertos de vários textos para serem sumarizados. Além disso, houve trabalho com os processos de menção e referenciação ao autor do texto resumido. Portanto, os alunos foram orientados sobre diferentes formas de fazer referência a autores de textos diversos.

Na sequência, foi estudado o gênero Resumo e suas características. A professora relatou ter proposto diferentes tipos de atividades para dar condições para os estudantes compreenderem o gênero e produzirem um resumo ao final do trabalho. Entre essas atividades, foram encaminhadas, em diferentes momentos, produções de resumos. A primeira aconteceu a partir da contação da história Lolo Barnabé. Nessa produção, os alunos não tinham o texto original em mãos, justamente para perceberem que deveriam atentar-se somente aos aspectos mais importantes da história. O comando para a produção foi feito oralmente em sala de aula pela professora e os textos foram corrigidos individualmente no caderno. Após essa atividade e com as adequações realizadas pelos alunos, os resumos foram apresentados oralmente na sala de aula para os outros estudantes da turma, a fim de que estes pudessem observar se todos os estudantes compreenderam os fatos mais importantes da história e os apresentaram em seus resumos, o que consiste em uma característica fundamental do gênero Resumo.

A segunda produção foi baseada na notícia A Tragédia do Serpentário, presente no LD. Após a leitura do texto, a resolução das questões de interpretação presentes no material e a correção das questões, os alunos receberam os encaminhamentos para a produção escrita. Essa produção também foi corrigida individualmente no caderno, com apontamentos informando o que precisava ser adequado em relação ao conteúdo do texto original e às características do gênero na revisão e na reescrita do texto. Após, a professora informou ter realizado a reescrita coletiva de um dos textos no quadro. Essa atividade teve como objetivo possibilitar aos alunos a compreensão de que o resumo deve estar atrelado ao texto original e adequado às condições de sua produção – finalidade, gênero, interlocutores, circulação, suporte, posicionamento social.

Por fim, tendo como foco a produção do resumo ao final do trabalho, os estudantes realizaram a leitura do conto A Doida e, posteriormente, as atividades de interpretação propostas no LD. A professora informou que essas atividades não foram corrigidas, visto que um dos objetivos de trabalhar esse gênero envolve, justamente, perceber a capacidade de compreensão do texto lido. Assim, após a leitura e realização das atividades, os alunos receberam o seguinte comando de produção, produzido pela professora para encaminhar o trabalho de escrita:

“Enquanto estudante do sétimo ano, após ter estudado o gênero Resumo em sala de aula e ter lido o conto “A Doida”, de Carlos Drummond de Andrade (páginas 124 a 127 do Livro Didático), produza um Resumo, de 10 a 15 linhas, para demonstrar sua capacidade de compreensão e síntese de ideias. A sua produção servirá como diagnóstico para o projeto

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

“Letramento, leitura e escrita” do Colégio Estadual Marechal Rondon. Não se esqueça de usar os verbos no passado, citar o título do conto que foi resumido e o seu autor. Lembre-se, também, de apresentar apenas as informações mais importantes. Além disso, veja se o seu resumo apresenta a mesma ordem dos acontecimentos do conto e cuide da pontuação e ortografia. Usar somente caneta azul ou preta.”

Posteriormente à produção, os Resumos foram entregues à professora, que, em seu turno de correção, os revisou para encaminhar à revisão e à reescrita do texto pelos estudantes.

Assim, após entrevistarmos a professora e, dessa forma, termos conhecimento sobre as práticas que incidiram sobre as produções textuais dos estudantes, iniciamos as análises da pesquisa. Observamos, primeiramente, a proposta de escrita apresentada aos estudantes, com o comando de produção, e, após, o conto A Doida, utilizado para a escrita do Resumo, para que pudéssemos compreender a história e, conseqüentemente, as informações que deveriam estar presentes nos textos dos estudantes, bem como os apontamentos de revisão realizados pela professora visando a orientar a revisão e a reescrita dos textos.

Em um segundo momento, analisamos o processo de revisão e reescrita de vinte e seis estudantes¹, contudo, selecionamos, aleatoriamente, apenas dois para serem apresentados neste trabalho, considerando a primeira versão do texto comparada à segunda. Nessa análise, consideramos as intervenções de revisão da professora e o modo como os estudantes responderam a esses apontamentos na versão revisada e reescrita de seus textos, visando a discutir sobre as relações entre os tipos de correção (RUIZ, 2010) e as operações linguístico-discursivas (GASPAROTTO, 2014) e de que forma as interações entre a professora e o estudante, durante o processo de escrita em práticas pautadas em uma concepção processual, contribuem para a constituição da escrita e o desenvolvimento das capacidades linguístico-discursivas do estudante.

A ESCRITA COMO TRABALHO: CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDANTES

Ao analisarmos o processo de escrita dos textos dos vinte e seis estudantes, pautado na concepção de escrita como trabalho, constatamos que esta contribui significativamente para a constituição da escrita do estudante. Dezoito estudantes, já na primeira versão, atenderam total ou parcialmente à proposta de produção, os outros oito, a partir da revisão da professora, atenderam total ou parcialmente na segunda versão do texto. É necessário pontuar que houve um trabalho anterior à etapa de escrita, que contemplou o gênero Resumo, bem como aspectos linguístico-discursivos

¹ Na turma, vinte e nove estudantes produziram o resumo, mas três deles não realizaram as etapas de revisão e de reescrita dos textos. Por compreendermos a escrita como um processo, retiramos da pesquisa esses três estudantes, pois devido à ausência da segunda versão do texto, não seria possível analisar o processo de escrita de forma completa.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

relacionados a ele e foi fundamental para dar condições aos estudantes terem o que dizer em seus textos, poderem adequar suas ideias e informações, atendendo, assim, à situação de produção.

Em uma prática de escrita com caráter processual, as etapas de revisão e de reescrita são fundamentais. Nas produções analisadas, essas duas etapas configuraram-se como de grande importância para o desenvolvimento das capacidades linguístico-discursivas, pois, por meio delas, os estudantes que já haviam atendido à proposta de produção puderam adequar seus textos e os alunos que não haviam atendido puderam, a partir dos apontamentos de revisão da professora, revisar e reescrever suas produções, desenvolvendo-as de modo a atender à situação de escrita proposta.

Ao analisarmos, especificamente, o processo de revisão e reescrita dos textos dos vinte e seis estudantes, verificamos o emprego de diferentes apontamentos realizados pela professora, a fim de orientar a revisão e a reescrita dos alunos. Verificamos que, no total, 404 correções foram realizadas pela professora. Entre essas, chamamos a atenção para o total de 77 correções textual-interativas realizadas, um tipo de correção caracterizada como dialógica, que marca a interação entre professor e estudante, aponta para aspectos relacionados ao conteúdo do texto e não apenas a sua estrutura, ou seja, volta-se “[...] para aspectos globais do texto.” (MENEGASSI; GASPAROTTO, 2016, p. 1020). Assim, ao efetuar essa correção, a professora possibilita ao estudante refletir sobre as ideias e informações que apresenta em seu texto, sendo capaz de adequá-las à situação de produção e trabalhar com o desenvolvimento de suas habilidades de escrita.

Buscando discutir como as etapas de revisão e de reescrita contribuem para a constituição da escrita, analisamos o processo de produção de dois estudantes, considerando a primeira versão do texto, as intervenções da professora e o modo como o produtor respondeu a tais intervenções na segunda versão.

Como podemos observar a seguir, na primeira versão do texto do estudante 1, houve, de modo geral, compreensão em relação ao conto, com síntese de ideias e informações sobre os acontecimentos do conto e apresentação de forma sequencial. No entanto, precisamos considerar a presença de inadequações no Resumo quanto a aspectos linguísticos e a características do gênero, conforme evidenciam as intervenções efetuadas pela professora.

No total, observamos 36 correções, dos diferentes tipos, as quais foram respondidas por meio de 36 operações linguístico-discursivas, sendo 9 de adição, 23 de substituição, 1 de supressão e apenas 3 operações de ignorar. Esse dado indica-nos que as correções foram, em geral, atendidas pelo estudante e possibilitaram que alterações necessárias, quanto ao gênero discursivo e aspectos linguístico-discursivos, fossem realizadas no texto, tornando-o mais adequado à situação de interação e aos elementos estabelecidos na proposta de escrita e, conseqüentemente, proporcionando o desenvolvimento das capacidades de escrita do estudante.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

A. Doido

1. No Conto de Carlos Drummond de Andrade sobre uma
2. mulher que foi maltratada e abandonada,
3. a mulher morava perto de um riacho numa casinha
4. e lá tinha um garoto que passava para jogar pedras na
5. casa e sempre a filha ria.
6. Mas, um dia, ele colocou uma pedra na cabeça
7. da filha e um dos meninos curiosos entrou dentro da casa.
8. Lá, tinha uma barrica e o pai estava a ver.
9. Na cama deitada toda irritada, e o menino viu a situação
10. da filha e ficou com pena e deu um copo de água para
11. beber, mas ele percebeu que a filha precisava de um
12. médico, ele pensou de ir e avisar os outros, mas percebeu
13. que a filha já estava morrendo e decidiu não deixar ela
14. ali sozinho e esperou a filha morrer ali com ele.
15. _____

seu texto ficou bom, mas a ortografia, Deus do céu! Vamos melhorar na reescrita.

Imagem 1: Estudante 1 - primeira versão.

1. O conto "A doida" de Carlos Drummond de Andrade fala
2. sobre uma mulher que foi maltratada e abandonada.
3. A mulher morava perto de um riacho numa casinha
4. e lá tinha um garoto que passava para jogar pedras na
5. casa e sempre a filha ria.
6. Mas, um dia, ele colocou uma pedra na cabeça
7. da filha e um dos meninos curiosos entrou dentro da casa.
8. Lá, tinha uma barrica e o pai estava a ver.
9. Na cama deitada toda irritada, e o menino viu a situação
10. da filha e ficou com pena e deu um copo de água para
11. beber, mas ele percebeu que a filha precisava de um
12. médico, ele pensou de ir e avisar os outros, mas percebeu
13. que a filha já estava morrendo e decidiu não deixar ela
14. ali sozinho e esperou a filha morrer ali com ele.
15. _____

para ver e que aconteceria.
Ela não viveu no conto. !

Imagem 2: Estudante 1 - segunda versão.

Apresentamos, na sequência, o processo de escrita do estudante 2. Na primeira versão do texto, esse estudante não atendeu à proposta de escrita, visto que não produziu, de fato, um resumo, apenas copiou trechos do texto original. Então, a professora efetuou apontamentos com vistas a orientar a revisão e reescrita do estudante, possibilitando que este modificasse seu texto tornando-o adequado. No total, 16 correções de diferentes tipos foram realizadas, evidenciando, em grande parte, as inadequações do texto quanto ao conteúdo e gênero, para que o estudante pudesse compreender o que era necessário ser modificado.

apresenta a mesma ordem dos acontecimentos do conto e cuida da pontuação e ortografia.

1. O conto "A doida" de Carlos Drummond de
2. Andrade conta sobre uma doida que habitava
3. em um chafiz. Lá a sua filha passava o tempo
4. e os meninos costumavam ir brincar lá.
5. Quando passaram pela casa da doida
6. e perceberam que ela estava muito triste, que
7. na doida tinha uma barrica igual às outras. O garoto
8. empurrou a pedra e ela caiu. Então não veio
9. mais.
10. O menino foi avisar os outros e
11. chegou ali com um copo de água, mas ele percebeu
12. que a filha já estava morrendo e decidiu não
13. deixar ela ali sozinho e esperou a filha morrer
14. ali com ele.
15. _____

... não há uma ligação entre as informações. Vou fazer copiar as palavras e elas não se ligam. São informações soltas que não se completam. Precisa ter uma sequência. Além disso, de me nos detalhes de como era a casa por dentro e se punha aos fatos que fazem a narrativa ser interessante.

No final, escreva com suas palavras, não fique

Imagem 3: Estudante 2 - primeira versão.

1. O conto "A doida" de Carlos Drummond de
2. Andrade conta sobre uma doida e três meni-
3. nos. Os três meninos costumavam ir brincar em
4. frente da casa da doida e perceberam que
5. a doida sempre ria em formas de
6. risinhos.
7. Ela ria de todos, por isso teve uma
8. barrica com o marido. Um dia que
9. os garotos foram brincar na casa e a filha
10. não veio, um dos meninos entrou
11. na casa da velha, quando ele abriu a
12. porta viu uma barrica de madeira e
13. viu a filha deitada na cama, e ficou
14. com dó e chamou água, ficou esperando
15. o que ia acontecer.

Imagem 4: Estudante 2 - segunda versão.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

As correções efetuadas foram respondidas pelo estudante por meio de 5 operações linguístico-discursivas, sendo estas 1 operação de adição, 3 de substituição e 1 de supressão. Como podemos verificar, o estudante realizou a alteração de todo o texto, visto que não havia atendido à proposta de escrita e a professora, em suas correções, orientou que o estudante utilizasse “suas palavras” na escrita, relacionasse as informações e apresentasse menos detalhes. A partir da revisão, foi possível que o estudante modificasse seu texto de modo a torná-lo adequado à situação de produção. A segunda versão da produção textual, diferente da versão anterior, seguiu as características do gênero resumo, apresentando síntese de ideias e adequação linguística. Portanto, essa prática de escrita de caráter processual, que considera as etapas de revisão e de reescrita, proporcionou ao estudante o desenvolvimento das capacidades linguístico-discursivas e constituição da escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa evidenciou que práticas de escrita pautadas na concepção de escrita como trabalho mostram-se mais adequadas para o desenvolvimento das capacidades linguísticodiscursivas e constituição da escrita dos estudantes, pois proporcionam aos estudantes condições à produção de textos mais completos e adequados, linguística e discursivamente, à situação de interação verbal social e possibilitam reflexão sobre seus próprios textos.

As práticas de escrita de caráter processual, diferentemente daquelas pautadas em outras concepções mais tradicionais e estruturais, possuem etapas a serem realizadas para que a escrita seja uma atividade contínua de ensino e aprendizagem e, além disso, possibilitam ao estudante condições reais para a produção textual. Assim, a escrita passa a ter uma finalidade, o estudante não escreve de forma descontextualizada e o texto não se configura, exclusivamente, como objeto de avaliação. Isso porque o professor deixa de ser apenas avaliador do texto e passa a assumir-se como coprodutor e leitor, buscando proporcionar a constituição da escrita do aluno, não apenas avaliar a produção textual.

Nessa concepção, o professor realiza um trabalho anterior à escrita, abordando aspectos necessários a determinada produção textual, buscando oferecer condições para que o estudante tenha o que dizer em seu texto, cumprindo finalidade e adequando a linguagem e o conteúdo aos interlocutores, ao gênero discursivo, ao meio de circulação e suporte.

Ademais, as etapas de revisão e de reescrita textuais são realizadas e essas possibilitam que a interação, estabelecida na escrita, seja mantida, já que essas etapas instituem um diálogo entre professor e estudante, sendo marcado pelas correções realizadas pelo professor e operações linguístico-discursivas efetuadas pelo estudante, que favorece o desenvolvimento e adequação do texto à situação de produção.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Dessa forma, práticas de escrita que seguem essa concepção devem ser realizadas no ensino básico, conforme orientam as DCE, documento norteador do ensino no estado do Paraná, pois essa vertente implica positivamente na aprendizagem dos alunos, por todas as contribuições que é capaz de propiciar.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, I. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. **Português: linguagens**. 7. ed. reform. São Paulo: Saraiva, 2012.
- BELOTI, A. **A formação teórica, metodológica e prática dos conceitos de revisão e reescrita no PIBID de língua portuguesa**. 2016. 227 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.
- DORETTO, S. A.; BELOTI, A. **Concepções de linguagem e conceitos correlatos: a influência no trato da língua e da linguagem**. Revista Encontros de Vista. 8. ed. 2011, p. 89 -103. Disponível em <http://www.encontrosdevista.com.br/normas_p.php>. Acesso em: 23 nov. 2016.
- FIAD, R. S., MAYRINK-SABINSON, M. L. T. **A escrita como trabalho**. In: MARTINS, M. H. (Org.). Questões de linguagem. São Paulo: Contexto, 1991. p.54-63.
- GASPAROTTO, D. **O trabalho colaborativo em práticas de revisão e reescrita de textos em séries finais do Ensino Fundamental I**. 2014. 325 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.;
- GERALDI, J. W. **Da redação à produção de textos**. In: CHIAPPINI, L. (Coord.). In: Aprender e ensinar com textos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 17-24.
- JESUS, C. A. de. **Reescrevendo o texto: a higienização da escrita**. In: CHIAPPINI, L. (Coord.). In: Aprender e ensinar com textos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p.99-117.
- KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 31-36.
- MENEGASSI, R. J. **Da revisão à reescrita de textos: operações e níveis linguísticos na construção do texto**. 1998. 265 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis, 1998.
- _____. **O processo de produção textual**. In: SANTOS, A. R. dos; GRECO, E. A.; GUIMARÃES, T. B. (Orgs.) A produção textual e o ensino. Maringá: Eduem, 2010. p. 75- 102.
- MENEGASSI, R. J.; GASPAROTTO, D. M. **Revisão textual-interativa: aspectos teórico-metodológicos**. Revista Domínios de Linguagem. vol. 10. n.3. 2016, p. 1019-1045. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/33021>>. Acesso em: 11 abr. 2017.
- PARANÁ, S. E. E. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica: Língua Portuguesa**. Curitiba: SEED, 2008.
- PERFEITO, A. M. **Concepções de linguagem, teorias subjacentes e ensino de língua portuguesa**. In: MENEGASSI, R. J.; SANTOS, A., R. dos; RITTER, L. C. B. (Org.). Concepções de linguagem e ensino. Maringá: Eduem, 2010. p. 11-40. (Coleção formação de professores EAD, v. 41).
- RUIZ, E. D. **Como corrigir redações na escola: uma proposta textual-interativa**. 1. ed.1. Reimp. São Paulo: Contexto, 2010. p.33-57.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

SERAFINI, M. T. **Como escrever textos**. Tradução Maria Augusta Barros de Mattos, Adaptação Ana Luísa Marcondes Garcia. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

SERCUNDES, M. M. I. **Ensinando a escrever**. In: CHIAPPINI, L. (Coord.). Aprender e ensinar com textos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 75-97.



CRISE PÓS 2008, CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO: ASPECTOS RECENTES DA ECONOMIA BRASILEIRA E PARANAENSE

Paulo Sérgio Silva de Godoy (PIC, CNPq)
Unespar/Apucarana, paulogodoiy@hotmail.com
Jéssica Letícia Souza da Silva,
Unespar/Apucarana, jheeleticia@hotmail.com
Paulo Correia Cruz (Orientador),
Unespar/Apucarana, correiapc@yahoo.com.br

Palavras-chave: Brasil. Paraná. Crise e Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

A crise norte americana de 2008, acarretou consigo mediante o cenário do mercado mundial, a distribuição de lacunas, depressões, que demandavam a mobilização econômica dos países capitalistas para o combate a retração econômica reproduzido na globalização. A queda no fluxo de transações entre os países, levaram a retração dos preços das commodities como o petróleo, investimentos futuros, bolsa de valores, etc. O principal ponto seria manter o crescimento e minimizar efeitos, mediante a intervenção de um órgão regulador, no caso o estado, com políticas econômicas eficazes que assegurassem o consumo e produto nacional, passando a depender menos do mercado internacional, minimizando assim consideravelmente os impactos da crise (WORLDBANK, 2017).

Este estudo se faz relevante mediante o comportamento dos últimos anos do desempenho em relação ao crescimento brasileiro, que ao longo do período vem deparando-se com barreiras que dificultaram o crescimento e desenvolvimento do país. Segundo dados do Banco Mundial, em 2008 o crescimento, variação de produto da economia brasileira era de 5,1%, já em 2016 a variação de crescimento foi de (-3,6%). Seguido juntamente com o acréscimo do índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) denominada inflação, dados segundo Banco Central (BACEN), quando em 2015 obteve seu maior ápice da última década, cerca de 10,67% ao ano, sendo superior à meta de 6,5% ao ano, (BACEN, 2016, 2017).

Considerando um estudo de causalidade, o esforço aqui empenhado como objetivo geral, busca auferir os efeitos da atual crise sobre a conjuntura brasileira e paranaense considerando as experimentações no decorrer da história para o pós 2008.

A primeira parte do trabalho, de cunho teórico, mostra os principais conceitos referentes ao crescimento e desenvolvimento para Keynes e Schumpeter. A segunda parte está dividida em duas seções, na primeira, faz-se uma análise das questões referentes à crise para o Brasil, com impactos advindos da crise do exterior. A segunda seção, envolve o comércio exterior. A terceira parte do

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

trabalho, está na seção três, apresentada por meio da catalogação de informações estatísticas em análises gráficas, avança-se no estudo do andamento da crise, tratando a referida problemática a partir das transformações recentes ocorridas nos últimos anos no Paraná.

1 – O FOCO TEÓRICO SEGUNDO KEYNES

Keynes mostrou em sua teoria a importância da intervenção do estado e seu papel regulador nas economias, essa intervenção através de suas políticas e ações de manutenção do emprego e análises de pleno emprego, dos gastos do governo e seu papel na manutenção da economia. A década de 1930 trouxe recessão profunda, desemprego involuntário persistente e explicou a incapacidade de auto ajuste das economias capitalistas. Foi um período em que o colapso econômico e social trazia o “risco” de colapso político; e, os setores conservadores temiam as ideias de planificação da produção, contra a economia de mercado (KEYNES, 1992).

A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (Teoria Geral) foi publicada nesse contexto e veio de Cambridge, um meio em que Marshall e seus discípulos buscavam teorias cujas conclusões eram otimistas em relação às forças persistentes do mercado. Ainda que admitissem imperfeições e falhas nos mecanismos de mercado, que justificariam intervenções do Estado, havia forte crença na tendência dos desequilíbrios se ajustarem automaticamente. Foi nesse ambiente, cultivado em Cambridge, onde Keynes publicou sua obra e o termo “revolução” (KEYNES, 1992).

A Teoria Geral, em oposição às ideias anteriores, conclui, basicamente, que a economia pode sofrer com insuficiência de demanda, rígida oferta no mercado de trabalho, o que implica em desemprego involuntário; diante de tais situações de baixa demanda e desemprego persistente, Keynes argumentava que não há motivos teóricos, nem indícios na realidade, para crer que a economia seja, por si só, auto ajustável.

Segundo Keynes (1992), a ênfase no termo “geral” se justifica por ser uma teoria que se aplica não só ao caso especial do pleno emprego, como ocorria na abordagem ortodoxa, mas, aos casos que se coadunam com a realidade observada nas economias capitalistas.

Keynes (1992), faz oposição aos clássicos, que diziam que a oferta criava sua própria demanda (lei de Say), que o desemprego era esporádico, ou seja, que ao sabor do mercado, logo as pessoas desempregadas iriam ter seus empregos de volta, mas isso não acontecia, porque na época o desemprego na Inglaterra, por exemplo, alcançava altas taxas. Keynes (1992), diz que não é a oferta que cria a demanda, e sim a demanda que cria a oferta. Ele parte do princípio de que a demanda efetiva é o fator que determina o nível de produção, essa demanda efetiva não é apenas a demanda efetivamente realizada, mas ainda o que se espera que seja gasto em consumo das famílias, mais o que se espera que seja gasto em investimento pelas empresas. O Princípio de que o desemprego pode ser eliminado através de obras públicas, parte do multiplicador Keynesiano, esse ciclo se inicia com a criação de obras públicas pelo Estado, contratando pessoas para trabalharem, o que vai gerar salário

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

para elas. Esse salário será revertido em consumo de bens. Assim, a economia fica aquecida e o desemprego praticamente não existe.

Keynes (1992), defendia a intervenção do governo na economia, quando ela se encontrasse na condição de nível elevado de desemprego involuntário; e, de insuficiência crônica de demanda efetiva, como forma de retomar uma nova etapa de crescimento, reaquecendo uma economia estagnada ou em recessão; o que não poderia acontecer como preconizado pela teoria neoclássica, através dos mecanismos auto reguladores do mercado. A teoria neoclássica é adequada para a verificação presente do andamento do mercado, mas não suficiente na promoção do crescimento e do desenvolvimento econômico (KEYNES, 1992).

1. 1 - A TEORIA ECONÔMICA EM SCHUMPETER

Em relação ao processo de inovação, Schumpeter (1985), declara que tal processo era o responsável por períodos prósperos na economia, e para que o desenvolvimento econômico surgisse deveria haver mudanças na vida econômica. Com este pensamento ele contrapõe ao da teoria tradicional, que compreende que, dentro do fluxo circular as rendas e os insumos de produção, só podem sofrer alterações na composição da combinação dos insumos que existem, e também a redistribuição de renda, em um processo contínuo ao longo do tempo.

Schumpeter (1985), destaca que essa teoria tradicional, em que predomina o fluxo circular, apesar de sofrer essas alterações citadas anteriormente, ainda é incompatível com o desenvolvimento econômico, pois essas transformações acontecem dentro de um limite; e, as modificações da vida econômica acontecem de tal forma que conseguem alterar esse limite.

O desenvolvimento analisado em Schumpeter (1985), é um fenômeno diferente e anormal ao observado no fluxo circular, ou na tendência para o equilíbrio. Ele deriva de novas combinações de insumo, ou de novas formas de se fazer o produto. O desenvolvimento econômico, portanto se constitui dessas novas combinações, de forma intermitente e perturbadora, de tal modo que faça com que se rompa o fluxo circular, rompendo então com a regra geral de economia estática de equilíbrio. Essas combinações inovadoras podem se configurar nos seguintes casos:

I) introdução de um novo bem, II) introdução de um novo método de produção, III) abertura de um novo mercado, IV) conquista de uma nova fonte de matérias-primas, ou de bens semi-manufaturados, V) estabelecer um novo modo de organização de qualquer indústria (SCHUMPETER, 1985, p. 48-49).

Estas são as formas do empreendedor inovar em sua empresa, em relação aos meios de produção, e caso este não os possua precisará de crédito, que é um fator importante do processo de

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

desenvolvimento da economia. O crédito considerado por Schumpeter (1997), representa o poder de compra do empresário, que destina-se a ser empregado ao processo de produção de um novo bem.

Em relação ao preço dos produtos inovadores pode-se observar que, no preço de um produto inovador, ou numa nova forma de produzir um bem existente, se inclui todos os custos de produção, podendo ser vendido a um valor mais elevado inicialmente, porém, essa fase não consegue manter-se por muito tempo, a partir do momento em que o produto torna-se massificado e os preços tendem a cair.

Em concordância com Schumpeter (1997), o processo de inovação pode-se observar através dos ciclos econômicos, flutuações das atividades econômicas no longo prazo, ou a sequência de um pico ao outro que são os pontos de inflexão, podendo ser definidas em quatro fases que são: i) boom, ii) recessão, iii) depressão; e, iv) Recuperação. Segundo Schumpeter (1997, p. 202).

O boom termina e a depressão começa após a passagem do tempo, que deve transcorrer antes que os produtos dos novos empreendimentos possam aparecer no mercado. E um novo Boom se sucede à depressão, quando o processo de reabsorção das inovações estiver terminado.

O *boom* começa a partir de um processo de inovação, sendo capaz de romper o fluxo circular e termina quando o processo de propagação da inovação se esgota, com a deflagração de um meio de deflação geral. Esse sistema dá início a uma crise que se transforma na depressão que absorverá as inovações eficientes gerando um novo ciclo de ascensão (SCHUMPETER, 1995, 1997).

2 - METODOLOGIA

Este trabalho foi construído por meio da compilação de dados secundários, o processo metodológico, se dá com base na observação desses dados, compilados por meio de estatística descritiva em gráficos e tabelas. Os dados são de fontes como: Instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE, 2016), Banco central (BACEN, 2016, 2017), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2016); e, de muitos outros autores que já trataram desta problemática envolvendo crise, crescimento e desenvolvimento econômico.

3 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 POLÍTICA ECONÔMICA, MONETÁRIA E FISCAL DO BRASIL

Esta seção apresenta algumas ações adotadas pelo governo para estabelecer o crescimento diante a propagação da crise iniciada em 2008, onde a demanda e mobilização econômica dos países, com políticas econômicas eficazes para a proteção do produto nacional e manutenção da garantia do crédito e da liquidez.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Segundo relatório do Banco Central (Bacen 2016), em 2008 a minimização dos efeitos internacionais sobre a liquidez, confiança dos consumidores e substituição da escassez ao crédito internacional, se mantiveram sólidos com base no aprofundamento no mercado de crédito doméstico. A restrição de liquidez no segmento de bancos de pequeno e médio porte, fez com que o (Bacen) adotasse medidas para assegurar a estabilidade; como redução do recolhimento compulsório sobre o depósito bancário; autorização para utilizar cerca de 70% de seus recolhimentos compulsórios sobre depósitos a prazo; para compra de direitos creditórios no mercado interbancário, com o intuito de diminuir o *spread* bancário, minimizar o custo ao crédito e garantir a liquidez.

Como apresentado na **tabela 1**, a expansão das operações de crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN), envolveu o segmento de recursos livres¹ e direcionados² ao longo de 2008 a 2015.

Tabela 1: Evolução do Crédito nacional, em R\$ bilhões, 2008-2015:

RECURSOS:	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Livres	871,2	954,5	1.116	1.304,8	1.399,2	1.506,8	1.577,2	1.637,3
Direcionados	356,1	459,8	589,8	725,2	969,2	1.204,6	1.440,3	1.582,2
Total:	1.227,3	1.414,3	1.705,8	2.030,1	2.368,4	2.711,4	3.017,50	3.219,50

Fonte: BACEN, (2016, 2017).

Em 2009 a variação nos recursos direcionados em relação a 2008, foi próximo a (29,12%) positivo; seguindo 2010 (65,63%); 2011 (103,65%); 2012 (172,17%); 2013 (238,28%); 2014 (304,47%); e, em 2015 alcançando (344,31%) com base em 2008. A atuação dos Bancos Públicos se tornaram mais frequentes em resposta à crise, no âmbito fiscal, o governo federal baseou-se em cinco principais frentes: i) expansão dos investimentos do PAC de 2007; ii) Programa Minha Casa Minha Vida subsidiada em grande medida pelo crédito habitacional direcionado; e, (BNDES) com R\$ 28 bilhões em subsídios e R\$60 bilhões em investimentos; iii) Plano Safra 2009-2010 com R\$107 bilhões; iv) manutenção e expansão dos programas sociais (bolsa família - R\$12 bilhões – e, reajuste do salário mínimo que injetou R\$20 bilhões na economia em 2009; e, v) redução de tributos: IRPF, IPI, IOF, PIS/COFINS (BACEN, 2016, 2017; PAC I; PAC II, 2016).

Como pode-se observar no período de 2008 á 2015, o crescimento do crédito de recursos direcionados, foram reflexo da atuação das instituições financeiras públicas na tentativa de políticas anticíclicas, o que de fato dever-se-ia ser feito segundo a teoria Keynesiana.

3.2 COMÉRCIO EXTERIOR

¹ Operações formalizadas com taxas de juros livremente pactuadas entre os mutuários e as instituições financeiras, excluídas as operações de repasse do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ou quaisquer outras lastreadas em recursos compulsórios, ou governamentais.

² Créditos direcionados são aqueles destinados a determinados setores, ou atividades realizadas com recursos regulados em lei, ou normativo.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Em função da forte oscilação dos preços das *commodities*³ nos últimos anos, trouxeram a economia diversos impactos nas receitas de exportação, dado o fato de que a participação relativa dos produtos não industriais na pauta de exportações brasileiras praticamente dobrou – de acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), sendo de fundamental importância analisar, quais os efeitos dos preços das *commodities* sobre a economia brasileira?

Estes insumos, alimentam a indústria nacional, porém em sua maioria são destinados ao mercado internacional, a variação no preço das *commodities* não só afetam a balança comercial; pela grande representatividade nos produtos brasileiros exportados - como apresentado na **figura 1** - mais também os preços dos bens finais, taxa de câmbio, a renda nacional, demanda agregada e consequentemente variações inflacionárias.

Figura 1 - Exportações de produtos de commodities do Brasil, em percentual - 2016:



Fonte: Adaptado de MIDIC, 2017; IBGE, 2016).

Em 2016 a receita pela exportação somou cerca de US\$185,2 bilhões, com superávit de US\$47,692 bilhões, o que segundo (MDIC-2016) sendo maior superávit da História. Os impactos sobre a economia brasileira desde 2008, não foram maiores em decorrência do crescimento de seus principais aliados comerciais consumidores das *commodities* nacionais, e pelo país apresentar variedades na pauta exportadora, sendo a China o principal país consumidor em volume nos últimos anos.

Em 2011, a receita pelas exportações foram cerca de US\$256,0 bilhões, devido ao aumento do preço das *commodities* e do aumento na quantidade demandada pelos países aliados comerciais. O chamado *boom* das *commodities* começou em 2004, o Brasil conseguiu aproveitar a época de prosperidade usufruindo do acréscimo na quantidade demandada e preço, aproveitando-se do embalo

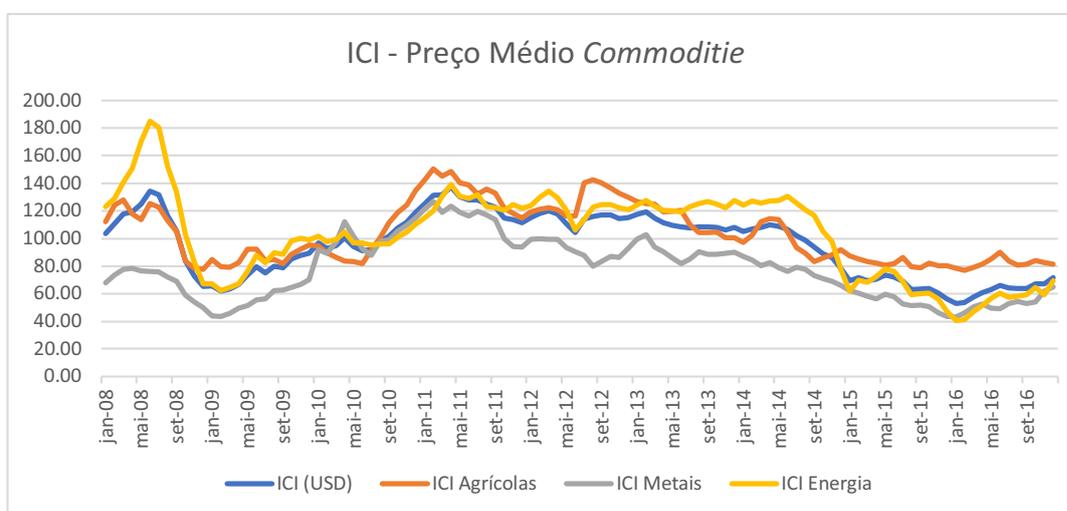
³ **Commodities** são mercadorias e produtos de baixo valor agregado e trabalho industrial, dividido entre agrícolas, metais e Energia Fóssil.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

de uma política de câmbio com Real desvalorizado. As exportações para a China aumentaram mais de 500% entre 2005 e 2011, o que contribuiu para o crescimento do PIB brasileiro, mesmo com a crise de 2008.

O ICI *commodities* é um indicador índice usado pelo Banco Itaú, composto pelas médias mensais dos preços internacionais de dezesseis das principais *commodities*, ponderadas com base no valor global da produção de cada uma delas, sendo divididas em três grupos: agrícolas, metais e energia, como segue as dispersões no gráfico 1.

Gráfico 1 - Exportações brasileiras por grupo de produtos, em US\$ milhões, 2008-2016:



Fonte: Adaptado de ITAÚ e MIDIC (2017).

Analisando o **gráfico 1**, é notório a queda das médias ao fim de 2014, o que agravou o cenário de crescimento em 2015, queda dos preços implica em percas da receita de exportação, diminuição das perspectivas pelos produtores, o que implica diretamente na quantidade de estoques em reserva e na perspectiva a ser produzida para o próximo ciclo. Se as quantidades de produtos diminuem os preços consequentemente aumentam, pelo princípio da escassez, tratando-se de *commodities* insumos, resultaram no acréscimo, ou inflação de preços para os bens finais da economia doméstica.

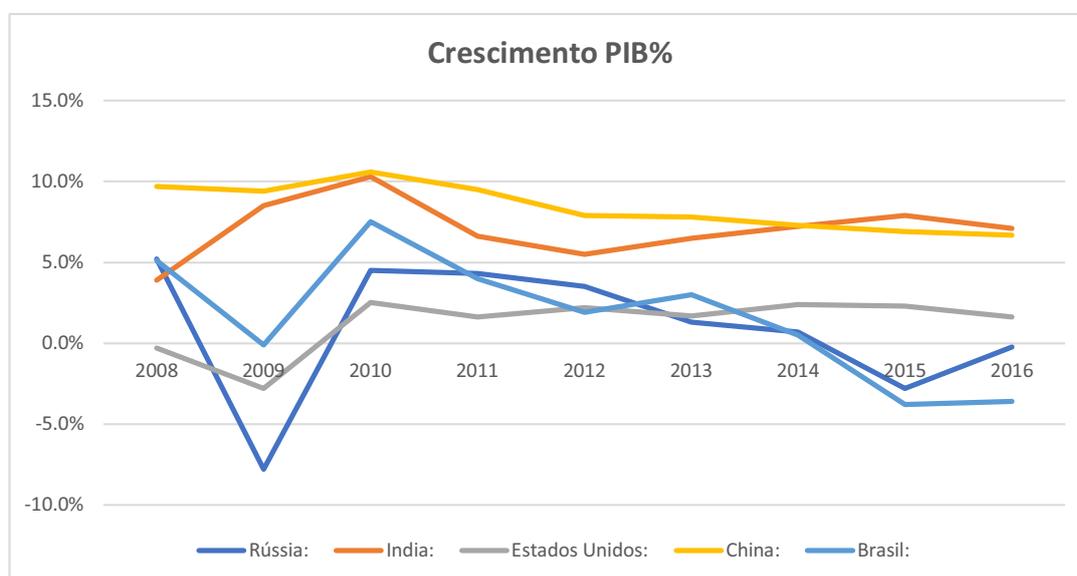
As exportações brasileiras contribuíram para que os impactos da crise de 2008 fossem amenizados; o crescimento se manteve mediante grandes receitas até o fim de 2014; porém, as mudanças estruturais em alguns dos principais países demandantes de matéria prima, afetaram negativamente a quantidade demandada e consequentemente os preços finais praticados.

3.3 CRESCIMENTO ECONÔMICO.

O crescimento nos últimos anos se manteve, como apresentado na primeira seção, sob auxílio e ação governamental direta, com intuito a garantia de crédito e liquidez; porém, este modelo não apresentou consistência ao fim de 2013 e início de 2014 como apresentado.

O desempenho do crescimento global vem apresentando quedas nos últimos sete anos, em 2010 a variação de crescimento mundial foi de 4,37%, já em 2016 apresentou 2,43% dados do Banco Mundial. Como apresentado no gráfico 2, a comparação de crescimento do Brasil e alguns países.

Gráfico 2 – Comparação do crescimento brasileiro com países concorrentes, 2008-2016:



Fonte: Adaptado de worldbanck e MIDIC, (2017).

Como apresentado no gráfico 2, o impacto nas demais economias globais, sendo em um primeiro instante demonstrado em 2009, em quem nota-se a ligeira queda no crescimento: Federação Russa (-7,8%), Estados unidos (-2,8%), Brasil (-0,1%), Índia (8,5%), China (9,4%), já em 2016, Federação Russa (-0,2%), Estados unidos (1,6%), Brasil (-3,6%), Índia (7,1%), China (6,7%).

Em 2010 a economia brasileira, com medidas de indução governamental obteve seus melhores resultados da última década, com variação de crescimento no PIB, segundo dados do IBGE, de 7,5%, dada a taxa básica de juros SELIC de 10,75% ao ano e com IPCA referente ao mês de dezembro de 5,91%. Porém, em 2015, a economia apresenta estagnação e recessão, com decréscimo de (-3,8%), com IPCA acumulado de 10,67% para dezembro, e taxa básica de juros de 14,25% ao ano.

Os sinais negativos podem ser observados também pelo saldo de empregos, que apresenta certa correlação com o crescimento. Como apresentados no gráfico 3, no decorrer de 2010 á 2016, as

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

percas dos postos de trabalho foram resultantes direto do mau desempenho do crescimento e desenvolvimento da economia brasileira.

Gráfico 3 – Evolução do Crescimento brasileiro em emprego e desemprego, 2008-2016:



Fonte: Adaptado de BACEN e MTE (2017).

As evoluções da taxa básica de juros contribuíram para o encarecimento do crédito, com custo de capital mais caro e alta taxa de desemprego, criam-se acumulação de estoques não planejados, forçando os empresários a reduzirem suas capacidades produtivas, de maneira que minimize os custos de produção. Por um lado, tem-se empresários com intuito de minimizar custos para manter preços competitivos no mercado, utilizando-se da mobilização e diminuição de seus fatores de capital; e, por outro, aumenta a taxa de desempregados, o que contribuiu para a diminuição da demanda agregada levando ao endividamento das famílias.

4 - IMPACTOS DA CRISE NO CRESCIMENTO PARA ECONOMIA PARANAENSE

Apresenta-se nesta seção, algumas medidas do governo para garantia do crescimento econômico, dos setores agrícolas e de infraestrutura, que obtiveram resultados no estado do Paraná.

Criado em 2007 com duração a 2010, o plano de aceleração do crescimento visava em suma, planos estratégicos de curto e longo prazo, para o desenvolvimento da economia brasileira, mediante incentivos governamentais intervencionistas via crédito facilitado, taxa de juros, projetos de infraestrutura e habitacional. Estas medidas foram decisivas para o enfrentamento da crise norte americana de 2008 em diante, o que garantiu crescimento e sustentabilidade das atividades econômicas do país. Na economia paranaense, teve-se papel fundamental garantindo-se o crescimento econômico, havendo repasses federais de cerca de 33,7 bilhões, distribuídas entre ações de melhoramento da logística, distribuição e produção energética; e, social urbana (PAC I e PAC II, 2016).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

No referente ao plano estratégico de logística, o estado passou a contar com melhorias e ampliações das rodovias, ferrovias e hidrovias, para o melhor escoamento dos produtos aos portos de embarque e desembarque; aumentando a mobilidade da produção agrícola e industrial; o que beneficiou o consumo interno; e, as exportações pela mobilidade ao Porto de Paranaguá (IPARDES (a), 2016).

Outra importante medida foi o aumento do subsídio ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), garantindo crédito para o produtor rural e estimulando o mesmo a produção agrícola mediante subsídio de fácil acesso, a taxa de juros reduzidas, assegurando o desenvolvimento agrário no Paraná. O processo iniciado em 2003, só naquele ano foram contratados cerca de 101.616 novos contratos, o que rendeu cerca de 304,9 milhões ao estado; já no período de 2009/2010, momento crucial da crise mundial, foram efetuados cerca de 117.829 novos contratos, rendendo aproximadamente R\$ 1.317,490 direcionados a indução da economia do estado (IPARDES (a); (IPARDES (b), 2016; FAEP, 2017).

4.1 INDÚSTRIA E EMPREGO NA ECONOMIA PARANAENSE

Na economia paranaense, os efeitos da crise afetaram principalmente as empresas destinadas à exportação, sendo setores como indústria e transformação de bens, comércio e serviços segmentos que sentiram com maior peso os efeitos negativos. O que por sua vez, fez com que os investimentos de curto prazo fossem adiados, resultando na diminuição da produção, pelo acúmulo de estoques nas firmas e na demissão de significativa parte da massa de trabalhadores desses segmentos.

Segundo os dados IparDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), a indústria da transformação é composta pela produção de diversos produtos como: Alimentos que somam cerca 24,2%; Veículos automotores que contribui com cerca de 17,1%; Refino de Petróleo e produção de Álcool 9,4%; Máquinas e Equipamentos 4,7%; produção de Papel e Celulose em 4,4%; produtos Químicos 4,6%; e, outros com cerca de 35,4%; que juntos totalizam o desempenho do setor industrial. Conforme apresentado na **tabela 2**, é possível observar, os impactos no mercado de trabalho paranaense, sendo observados os períodos de 2008 á 2016.

Tabela 2 – Crise e mercado de trabalho industrial paranaense, números absolutos, 2008-2016:

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Indústria	22.765	12.993	41.116	23.691	12.093	12.831	-8.894	-	-
Transformação	21.797	12.829	40.119	21.645	11.310	12.434	-8.927	-	-
Comércio	33.067	22.775	36.110	30.521	25.935	25.873	12.260	-	-7.810
Serviço	35.686	27.377	49.791	47.793	31.959	36.368	29.389	-4.659	-

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

									11.824
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--------

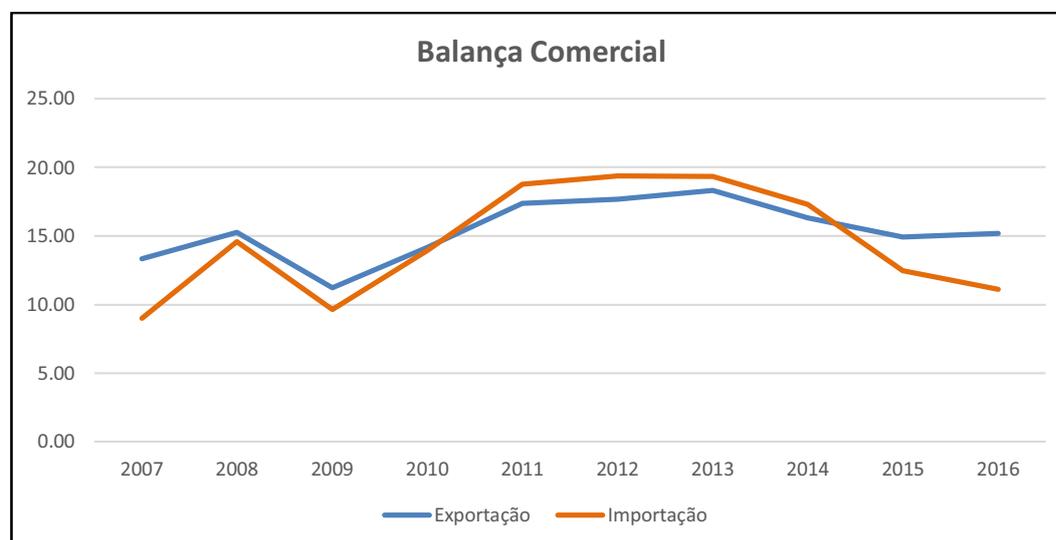
Fonte: Adaptado de IPARDES (b), (2016); MTE, (2017).

Em relação a **tabela 2**, a indústria de transformação vem sofrendo turbulências nos últimos períodos, tanto no nível de exportação como no consumo nacional de produtos industrializados como: veículos automotores, máquinas e equipamentos bens de capital que seriam motivadas pela escassez; e, custo alto do crédito tanto para consumo, como para investimento; porém, o aumento no desemprego vem demonstrando menor ritmo, como observado na **tabela 2** para os períodos de 2015 a 2016 espera-se que haja reversão até o fim do período de 2017.

4.2 IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO NA ECONOMIA PARANAENSE

Nos últimos anos a balança comercial do estado vem sofrendo com grandes oscilações e perdas, devido a diminuição da demanda dos principais países como China, Argentina e Estados Unidos. Como apresentado no **gráfico 4**, é possível observar o comportamento dos últimos anos da balança comercial do estado, tendo atualmente obtido valores positivos, decorridos da queda de importação de bens de capital e insumos, devido ao desaquecimento do consumo do mercado interno. Por exemplo, no consumo ao setor automotivo, e pela sobrevalorização do dólar, o que fez com que os custo de insumos e de produção sofressem reajustes, encarecendo o bem e dificultando as importações.

Gráfico 4 – Evolução da Balança Comercial paranaense, em (US\$ MIL FOB), 2008-2016:



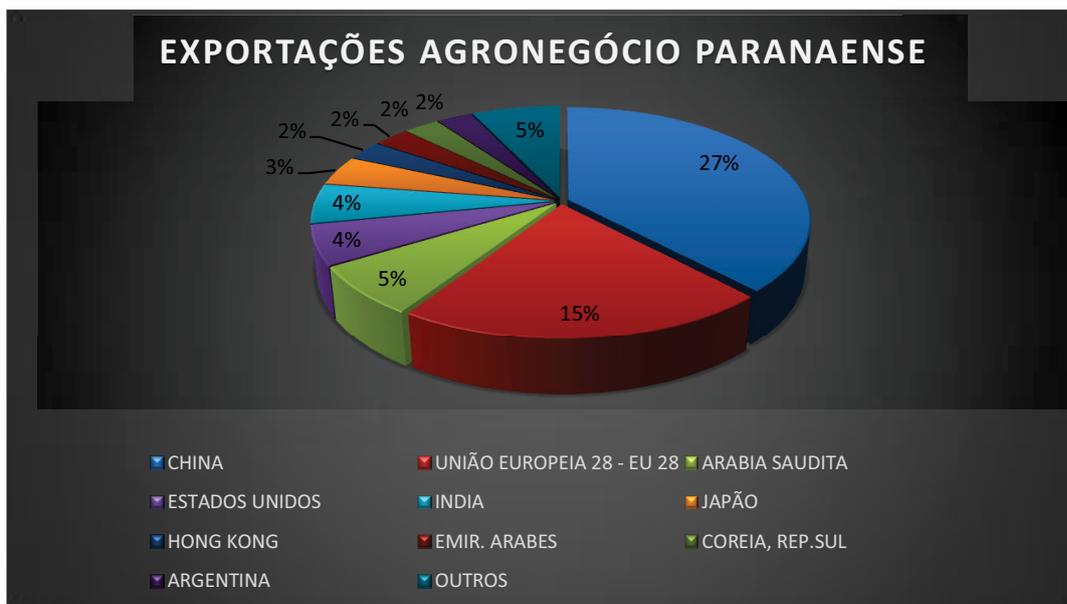
Fonte: Adaptado de IPARDES (c), (2016); MIDIC, (2017).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Em 2015, o valor exportado pelo agronegócio obteve representação de 78% do valor total das exportações, o que segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, o ano foi marcado pela maior participação deste setor, já registrada desde 2000.

No estado atualmente os principais produtos exportados, responsáveis pelo saldo positivo da balança comercial são as commodities como: Complexo Soja responsável por cerca de 29,7%; complexo Carnes respondendo por 17,4%; Açúcar 6,3%; Madeiras e Manufaturas do setor madeireiro 6,0%; Papel e Celulose 5,7%; entre outros (34,9). Sendo que os principais destinos desses produtos são países como: China, Argentina, Estados Unidos como apresentado no gráfico 5. Constituindo as importações estão os Produtos Químicos 27,7%; Material de Transporte e componentes 15,2%; Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos 13,1%; Petróleo e derivados 11,4%; Matérias elétricos e eletrônicos 6,7%; entre outros (25,9). Entretanto, a crise de emprego, renda e consumo, tem reduzido o volume produtivo das empresas, que se utilizam destes produtos como insumo, razão pela qual o volume de importações tem diminuído.

Gráfico 5 – Compradores do agronegócio paranaense, 2016:



Fonte: Adaptado da IPARDES (c), (2016); FAEP, (2017).

Atualmente a economia Chinesa nos últimos anos vem sofrendo mudanças estruturais em sua conjuntura, as últimas medidas políticas, tem como objetivo passar o atual modelo dependente de investimento, para outro baseado em consumo. Apoiando o crescimento no desenvolvimento de infraestruturas, com barateamento ao crédito imobiliário. Essas mudanças podem trazer consigo especulação por parte dos investidores no futuro, em decorrência da não premeditação do objetivo claro da economia chinesa, o que conseqüentemente se diluirá pela economia global, afetando o fluxo de comércio entre as nações. O fato é que a China vem sustentando altas taxas de crescimento, embora

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

o ambiente mundial seja de crise, uma prova essa de que um planejamento de longo prazo, independente de mudança de governo para uma coordenação direcionada a determinados objetivos, como a valorização da educação, pode sim fazer a diferença e alavancar o desenvolvimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão do trabalho em fase de recortes para publicação, aponta para a importância da presença do estado com papel fundamental para o direcionamento ao crescimento econômico; e, teve papel crucial para minimização dos impactos vindos do exterior, na tentativa da diminuição da dependência externa, mediante o aquecimento da demanda agregada. Porém, as empresas não se desenvolveram de acordo com o esperado, mediante a concessão de incentivos fiscais, para que se mantivesse o crescimento de antes da crise.

Os impactos sobre a economia brasileira em 2008, não foram piores em decorrência do crescimento de seus principais aliados comerciais e consumidores das *commodities* nacionais, sendo a China o principal país consumidor, em volume nos últimos anos. Porém, atualmente a economia Chinesa vem passando por mudanças estruturais em sua conjuntura; as últimas medidas políticas, tem como objetivo vencer o modelo dependente de investimentos externos, para outro baseado no dinamismo do consumo interno, o que poderá trazer riscos para a economia brasileira e paranaense, na medida em que o dinamismo chinês ofereça as respostas esperadas criando-se as condições de suprimento de seu mercado interno.

A noção que se tem, resultante da pesquisa é de que, as instituições não estavam preparadas para manterem o ciclo, apresentado no período de 2008 a 2010, tanto pelo lado habitual dos consumidores, quanto pelo organizacional das empresas. Estes fatos se alicerçam, pelo aumento da inadimplência das famílias nos últimos anos; e, segundo pela falta de resposta do mercado em função da rigidez de oferta diante dos incentivos de desoneração recebidos. O crescimento somente se sustenta pelo aprendizado, inovação, conflitos e evolução das instituições, pela maturação dos hábitos de investimento e consumo de todos os atores sociais.

Em geral, o estado cumpriu com seu dever de provedor e indutor ao crescimento, favorecendo a conjuntura, com crédito e investimento. Porém, a estrutura econômica brasileira apresentou deficiência, quando o crescimento passa a depender enfaticamente do mercado interno, apresentando-se insustentável ao fim de 2014 e somando-se a isso a forte desvalorização das *commodities*.

A indeterminação de uma taxa básica de juros, menos volátil para a economia; falta de duradoura política econômica eficaz para o controle de inflação; também são fortes influenciadores da queda do crescimento; resultantes em especulação interna e externa; o que interfere, diretamente nos investimentos e retarda a retração da crise. Atualmente o que se vê, são políticas contracionistas fortemente favoráveis a um ambiente de prolongamento da crise.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACEN - Banco Central do Brasil, Investimento Estrangeiro Direto – Matriz país x setor <http://www.bcb.gov.br/pt-br/#/n/SERIESTEMPORAIS>, Acesso em 11/10/2016.

BACEN - Banco Central do Brasil, **Relatório de Economia Bancária e Crédito**, <https://www.bcb.gov.br/?SPREAD>, Acesso em 10 de Abril de 2017.

FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná. *Commodities, Indicadores Econômicos* <<http://www.sistemafaep.org.br/faep>>, Acesso em 20 de Julho de 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Séries Históricas e Estatísticas, Produto interno Bruto (PIB) http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=1&no=1&nome=brasil, Acesso em 09 de Outubro de 2016.

IPARDES (a) - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Paraná em Números, Atividades Econômicas, http://www.ipardes.pr.gov.br/pr_numeros/index_pr_numeros_pt.htm, Acesso em 15 de Dezembro de 2016.

IPARDES (b) - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Paraná em Números, Mercado de Trabalho, http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/indices/emprego_formal.pdf, Acesso 20 de Dezembro de 2016.

IPARDES (c) - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Indicadores, Econômicos, Setor Externo, http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&sistemas=1&cod_sistema=5&grupo_indic=1, Acesso 21 de Dezembro de 2016.

ITAÚ - **Análises Econômicas, Nossas Séries, ICI Commodities**, <<https://www.itaubba-pt/analises-economicas/nossas-series-economicas/ici-commodities>>, Acesso em 15 de Junho de 2017.

KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1992.

MIDIC - Ministério de Desenvolvimento de Indústria e Comércio. Comércio exterior – exportações 2016 e 2017; Visto em : <http://www.mdic.gov.br> Acessado em 10 de Julho. de 2017.

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego. Evolução de Emprego do CAGED – EEC, <<http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.xhtml#relatorioSetor>>, Acesso em 20 de Maio de 2017.

PAC I - Plano de Aceleração do Crescimento. Relatório sobre o PAC I. <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>, Acesso em 12/12/2016.

PAC II - Plano de Aceleração do Crescimento. Publicações Nacionais, 11º Balanço Completo do PAC – 4 Anos (2007 a 2010), <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais?ano=2010&keyword=>, Acesso 12/12/2016.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico, uma investigação sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico**. Introdução de Rubens Vaz da Costa; tradução de Maria Silvia Possas. São Paulo; Nova Cultural, 1985 – 2ª Ed.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico, uma investigação sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico**. Disponibilizado por Ronaldo Dart Veiga; tradução de Maria Silvia Possas. São Paulo; Nova Cultural, 1997.

WORLD BANK. **Indicators, Economy & Growth**. <http://data.worldbank.org/indicator>, Acesso em 13 de Maio de 2017.



CURSOS DE LETRAS: UMA PRÉVIA ANÁLISE E ANALOGIA SOBRE OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO MEC- INEP E O CONCEITO DE EMANCIPAÇÃO HUMANA

Jocieli Aparecida de Oliveira Pardini (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus, jocielipardini@gmail.com
Alessandra Augusta Pereira da Silva (Orientadora),
Unespar/Campus de Campo Mourão, alessandrafacilcam@yahoo.com.br

Palavras-chave: Cursos de Letras; ISD; Emancipação humana.

INTRODUÇÃO

Esta investigação teve como objeto de pesquisa os critérios de avaliação de cursos de Letras com maior conceito pelo Ministério da Educação, MEC, em relação à temática emancipação humana e se originou a partir do questionamento sobre a formação docente ofertada nos cursos de Letras no Brasil e sua qualidade para uma formação que possibilite a emancipação humana cunhada em correntes marxistas e afins. A pesquisa justifica-se por destacar a necessidade de investigação de cursos de Letras sob as lentes do materialismo histórico-dialético, dentro dos aportes teórico-metodológicos do Interacionismo Sociodiscursivo, doravante ISD e, especialmente pela teoria marxista de Dependência ao tratar-se de um país, tido como periférico, dentro das políticas educacionais internacionais.

Sabe-se que a formação para o exercício do magistério é cada vez mais exigida a partir de cursos de ensino superior. No contexto da formação no curso de Letras, há um contraste entre essa exigência e o processo de desqualificação e enfraquecimento desse curso no Brasil, devido ao curto prazo para formação, sendo reduzida a carga horária para disciplinas que poderiam verticalizar a formação docente ou, muitas vezes, ofertada a distância, sem a infraestrutura adequada para uma boa formação. Outros fatores são as condições inaceitáveis do trabalho docente, já ressaltadas por Hypolito (1999), que intervém radicalmente tanto na formação como nos aprimoramentos da profissionalização, em seus aspectos subjetivos e objetivos tanto da formação inicial quanto das práticas docentes. Desse processo, foi possível chegar ao questionamento sobre a possibilidade de uma formação para a emancipação humana, ainda dentro dos aportes teóricos outrora apresentados.

O objetivo geral da pesquisa foi o de discutir os critérios de avaliação de cursos de Letras com maior conceito pelo MEC em relação à temática emancipação humana. Para isso, algumas etapas foram fundamentais, sendo elas, 1) Estudo da Literatura; 2) Coleta de dados; 3) Análise de dados; e 4) Analogia entre os critérios de maior peso avaliados nesses cursos pelo MEC em relação ao conceito de emancipação humana.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Este artigo está dividido em três partes, além da introdução, a saber, i. Contextualização da pesquisa; ii. Resultados de análise e iii. Considerações Finais. A primeira parte do artigo tem como foco a explanação do contexto em que a pesquisa foi realizada, incluindo o tipo de pesquisa, a literatura estudada, as perguntas de pesquisa, a coleta e os procedimentos de análise. Na segunda parte, tem-se os resultados de análise dos dados, subdivididos em dois eixos, o primeiro relacionado as três primeiras perguntas de pesquisa e o último delimitado na última pergunta da pesquisa, nosso ponto central do artigo. A última parte do texto retoma a investigação realizada com algumas conclusões obtidas após a análise de dados.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa realizada é bibliográfica e de cunho quantitativo-qualitativo e parte do estudo da literatura em um primeiro momento. Na sequência, estatísticas foram elaboradas a partir da identificação dos critérios estipulados pelo MEC para avaliação de cursos de Instituições de Ensino Superior, IES e, finalmente, a análise tornou-se qualitativa ao adotar os procedimentos metodológicos de análise do ISD, especificamente o Segmento de Orientação Temática (SOT), Segmento de Tratamento Temático (STT) e modalidades, além da análise do contexto que perpassou a análise quantitativa.

A literatura estudada pautou-se no materialismo histórico-dialético, tendo Marx (2000/2011) e Bronckart (1999/2003/2007/2009) como principais aportes. Além deles, textos de Lessa e Tonet (2012), Netto (2011), Neto (2012), Andrade (2012) foram utilizados como objeto de análise a partir de procedimentos de análise linguístico-discursivos, pautados no Interacionismo Sociodiscursivo (BRONCKART, 1999/2003/2007/2009).

A coleta de dados teve como referência a página do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão criado pelo MEC que conceitua os cursos ofertados em instituições de ensino superior de 1 a 5. Nela, foram identificados os dois cursos de Letras mais conceituados do Brasil, juntamente com o documento Nota Técnica nº72, na qual foram encontrados os critérios de avaliação elaborados pelo INEP bem como o peso de cada um para a avaliação desses cursos. Concomitantemente, alguns textos que tinham como temática a Emancipação Humana foram delimitados e se transformaram em objetos de análise para conceituar a temática tratada na investigação.

Nos procedimentos de análise, utilizou-se como ponto de partida o ISD, mais especificamente, os mecanismos de textualização que “contribuem para marcar “tornar visível” a estruturação do conteúdo temático, portanto pressupõem essa organização mais profunda que chamamos de infraestrutura” (BRONCKART, 1999/2007, p. 122). Esses mecanismos foram nomeados de SOT e STT, conforme Machado e Bronckart (2009) e podem ser traduzidos em temas e subtemas identificados nos textos analisados.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Ao mesmo tempo, realizou-se uma análise dos mecanismos enunciativos que podem ser considerados parte do “domínio do nível mais “superficial” do texto, no sentido de mais diretamente relacionados ao tipo de interação que se estabelece entre o agente-produtor e seus destinatários” (COSTA, 2012, p. 32). Dessa forma, têm-se quatro tipos de modalizações, conforme Bronckart (1999/2007):

as modalizações lógicas que realizam a avaliação de algum elemento do conteúdo temático, as modalizações deonticas que se apoiam em valores ou opiniões, as modalizações apreciativas procedentes do mundo subjetivo da voz que é fonte de julgamento, apresentando benefícios e as modalizações pragmáticas que contribuem para a explicitação da responsabilidade de uma entidade constitutiva de um grupo, personagem, instituição entre outros (Bronckart, 1999/2007, p. 330).

Desses mecanismos de modalização, os mais recorrentes em artigos científicos e em documentos de nível institucional foram identificados. Eles denotam as avaliações formuladas sobre alguns aspectos do conteúdo temático e “contribuem para o estabelecimento de sua coerência pragmática ou interativa e [servem] para orientar o destinatário na interpretação de seu conteúdo temático” (BRONCKART, 1999, p. 330).

A análise do documento Nota Técnica nº72, que possui os critérios estabelecidos pelo MEC para avaliar os cursos de Letras, ocorreu, ao mesmo tempo, com a análise da literatura explorada, permitindo, assim, a elaboração de uma analogia do que é apresentado neste documento em relação aos manuscritos marxistas e de seus contemporâneos.

Para melhor entendimento do processo em que se deu a pesquisa insere-se, a seguir, as perguntas específicas da investigação, os instrumentos de coleta de dados e os procedimentos de análise:

Tabela I - Perguntas da pesquisa, dados e procedimentos de análise

Perguntas de Pesquisa	Dados	Procedimentos de análise
1- Quais são os critérios estabelecidos pelo MEC para avaliar cursos de letras?	Banco de dados do INEP.	Quantitativo e qualitativo: análise do contexto de produção
2- Quais são os cursos de letras mais conceituados no Brasil?	Banco de dados do INEP.	Quantitativo e qualitativo: análise de contexto de produção
3- Qual é o peso de cada critério utilizado pelo MEC na avaliação dos cursos do Brasil?	Banco de dados do INEP.	(Quantitativo e qualitativo): análise textual (SOT)
4- Qual é a relação conceitual entre a literatura explorada sobre formação de professores para uma emancipação humana e os critérios avaliativos do MEC?	Banco de dados do MEC, Literatura e procedimentos de análise do (ISD).	Qualitativo: SOT, STT e modalização.

Fonte: as autoras

A tabela acima apresenta as perguntas respondidas na investigação, os dados coletados e os procedimentos de análises que foram utilizados.

Para este artigo, os resultados de análise teve o objetivo de apresentar os resultados acerca da última pergunta de pesquisa, *qual é a relação conceitual entre a literatura explorada sobre formação de professores para uma emancipação humana e os critérios avaliativos do MEC*. No entanto, na seção subsequente, há, primeiramente, uma síntese dos resultados referentes às três primeiras

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

perguntas de pesquisa com o objetivo de contextualizar o leitor para melhor compreensão dos resultados apresentados acerca da última pergunta da investigação e, após é que ela é exposta.

RESULTADOS DE ANÁLISE

Neste item, como já observado no escopo do artigo, apresentamos¹ a síntese dos resultados de análise referente as três primeiras perguntas de pesquisa e, na sequência, os resultados referentes à última pergunta.

Iniciamos a coleta de dados pelo *site* do INEP e identificamos os dois cursos de Letras na modalidade de licenciatura Português/inglês com as notas mais altas do Conceito Preliminar do Curso, CPC. São eles, i. O curso de Letras da Universidade Federal do Ceará, UFC, de Fortaleza/Ceará, cujo CPC foi totalizado em 3,9746 e; ii. O curso de Letras da Universidade São Judas Tadeu, USJT, localizado em São Judas Tadeu/São Paulo, com o CPC 3,8162. Ao analisarmos esses CPC, de acordo com o peso de cada critério, observamos que, em alguns quesitos, o curso mais conceituado (UFC) no âmbito geral teve nota inferior ao segundo (USJT).

Após a delimitação dos cursos de Letras mais conceituados, procuramos identificar quais critérios foram utilizados para a avaliação dos cursos. Os critérios elaborados pelo INEP são divididos em três grandes elementos, cada qual contendo um subconjunto de instrumentos avaliativos. Assim, tem-se 40% de peso para o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, ENADE, 30% para o Índice de Diferença de Desempenho, IDD, e 30% para insumos, ou seja, estão representados em uma escala 100% dividido em: Corpo Docente 63%, Infraestrutura 10% e Recursos Didático-pedagógicos 27%. Em relação a esse resultado, se uma comparação de peso for realizada, é possível evidenciar que, de um total de 100% da avaliação dos cursos, somente 8% da totalidade dos valores distribuídos é atribuído aos recursos pedagógicos.

O ENADE é o único elemento que é formado por um instrumento avaliativo destinado diretamente aos estudantes. O IDD é constituído por um formulário socioeconômico aplicado no início do curso e o ENADE realizado ao final da graduação. A partir das duas aplicações, uma comparação entre elas é feita, dando origem ao IDD, que indica a diferença de desempenho entre o formulário preenchido pelo ingressante do curso e o resultado da avaliação do egresso no ENADE. Em relação ao critério Insumo, temos a seguinte divisão: avaliação do corpo docente, da infraestrutura e de recursos didático-pedagógicos. Dentro dos 30% do Insumo, observamos a seguinte divisão de pesos: 63% para o corpo docente, 10% para a infraestrutura e 27% para os recursos didáticos pedagógicos.

No quesito corpo docente, o INEP considera o percentual de professores doutores lotados no curso e de professores que cumprem regime parcial ou integral (não horista) no curso. Na avaliação da infraestrutura e equipamentos, o órgão considera as aulas práticas e o número de equipamentos

¹ A partir deste ponto do artigo, utilizamos a primeira pessoa do plural para evidenciar o caráter investigativo qualitativo e a produção coletiva, orientando e orientador, da análise.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

disponíveis para o número de estudantes. Já em relação à avaliação de recursos didático-pedagógicos, contempla-se a análise dos planos de ensino.

Os critérios de avaliação do INEP encontram-se descritos no documento intitulado *Nota Técnica nº 72 Cálculo do Conceito Preliminar de Curso referente a 2013* (2013). Esses dados de pesquisa são de responsabilidade da República Federativa do Brasil, do MEC e do INEP, assinado pela diretora de Avaliação da Educação Superior Claudia Maffini Griboski. O governo que vigorava em 2013, quando houve a emissão da Nota Técnica, foi o da presidenta Dilma Rousseff, o qual vigorou até 31 de agosto de 2016 foi *impeachmentada*.

Ao realizar uma análise textual de tema (SOT) e subtema (STT) nos critérios de avaliação dos cursos, destacamos que a Nota Técnica nº 72², demonstra como é realizado o cálculo dos critérios de avaliação do MEC possuindo cinquenta e nove parágrafos³ e três SOT: padronização, componentes do CPC e fórmula do Conceito Preliminar de Curso; e dez STT como estão apresentados na Tabela abaixo.

Tabela 2- Análise de SOT E STT

SOT	STT	Parágrafo/ Linha			Nº de ocorrências
Padronização do CPC	- Conceito Preliminar de Curso (CPC)	1º / 1, 3, 4			4
	- Cálculo do CPC;	2º/1-2-4 4º/1-2,7	3º/1, 3 e 4 5º/1	6º/1 7º/1 8º/1-2 9º	9
	- Equação 4				
Componentes do CPC	- Cálculo do CPC;	10º/1, 2, 3, 4, 5-6, 7-8			8
	- Desempenho dos estudantes;	11º/1,2 e 3 3-4 13º/4	12º/ 14º/4	15º/1-2 16º/ 1-2,4-5, 6, 8 e 11 17º/2	10
	- IDD	21º/6	23º/ 1,2,3,4 e 5	24º/ 1, 2	4
	- Corpo Docente	32º /1,2 e 3	33º/1 e 5	36º/1 e 4 38º/ 1,2 e 3	4
	- A dimensão da Percepção Discente sobre as Condições do Processo Formativo	44º/1 5 e 6 46º/ 1,2 e 4	45º/2, 3 ,4 48º/1-2	49º/1, 2 e 4 52º/1,2 e 3 53º/ 1,2 e 4 55º/ 1,2 e 3	7
Fórmula do CPC	- Fórmula 20	56º/2			2
	- Nota;	58º/2, 5			3

Fonte: as autoras

A análise de SOT e STT consistiu em localizar o SOT e, em seguida, observar como esse tema foi desenvolvido no parágrafo, o STT. Os SOT e STT foram quantificados e apresentados na tabela a partir do número de cada parágrafo e a linha, além do número de ocorrências. Dessa forma, a partir desta análise, evidenciamos que a grande temática do documento foi ilustrar aos avaliadores dos cursos via MEC como devem ser realizadas as avaliações de cada curso. Além disso, conseguimos identificar que o foco das avaliações incidiu, majoritariamente, nas condições objetivas dos cursos, ao tratar do “corpo docente”, até mesmo, quando se tratava da avaliação do “desempenho dos

² A partir deste parágrafo, trataremos este documento como Nota.

³ Define-se parágrafo, nesta pesquisa, como um termo comumente usado no campo da gramática. É de diferentes fragmentos de um texto, que pode ser reconhecido por sua letra maiúscula no início e o ponto a parte que marca o seu fim.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

estudantes”. Essa identificação, para nós, foi cara, para tomarmos consciência do quanto os critérios focam nas condições objetivas de um curso, como fator primordial para a formação docente.

Qual é a relação conceitual entre a literatura explorada sobre formação de professores para uma emancipação humana e os critérios avaliativos do MEC?

Para responder a última pergunta da pesquisa, voltamos para a análise inicial de SOT e STT da literatura delimitada para sistematizar o conceito de emancipação humana e da Nota a partir da inclusão da análise enunciativa. Iniciemos com um exemplo da análise de SOT e STT na literatura, apresentando um excerto do capítulo “Formação da consciência de classe em-si e para-si” (Neto, 2012), a seguir:

A formação da consciência de classe em-si e para-si comparecem como uma determinação reflexiva, em que a consciência para-si somente pode constituir-se através da consciência em-si, quer dizer, embora o trabalho assalariado venha ao mundo como uma determinação objetiva **do** capital, a perspectiva do trabalho pode transpor as determinações impostas **pelo** capital e apontar para uma perspectiva de superação tanto das estruturas que determinam a existência do trabalho como trabalhado abstrato quanto da organização social da humanidade na forma de sociedade de classes. (Neto, 2012, p. 81, grifos nossos).

Como pode ser observado, pelas marcas linguísticas destacadas em negrito, dois STT foram elencados no excerto acima. O primeiro inicia-se na primeira linha e termina na terceira, introduzido pelo sintagma nominal “A formação da consciência de classe em-si e para-si”. O segundo STT começa na linha quatro, pela preposição “de” juntamente com o artigo definido “o” formando “do”, e na mesma linha há, novamente, uma preposição “per” com o artigo definido “o”, ou seja, “pelo”; além dos substantivos “determinações” (mesma linha), “superação” (quinta linha) e, por fim, “organização” (sexta linha). Ao analisar esse STT, podemos evidenciar o quanto a formação de consciência em si, está atrelada ao capital, de forma objetivamente. No entanto, percebemos que a necessidade elencada pelo enunciado de que é necessário transpor essas determinações para que a consciência de classe para si seja materializada. Em outras palavras, para que haja emancipação humana, é necessário haver a transposição da consciência de classe em-si para uma consciência de classe para-si, superando a perspectiva do trabalho abstrato e para além da sociedade de classes.

Destacamos as marcas linguísticas em todos os capítulos analisados para que tanto a identificação do SOT emancipação humana fosse realizada quanto a dos STT correspondentes a ele, evidenciando como o movimento temático ocorria nos textos e permitindo a identificação de todos os STT como apresentado na Tabela 2.

Após a realização da análise dos mecanismos de textualização, partimos para análise enunciativa, mais especificamente, de modalizações que “contribuem para o esclarecimento dos posicionamentos enunciativos no texto e traduzem as diversas avaliações julgamentos, opiniões e sentimentos sobre alguns aspectos do conteúdo temático” (BRONCKART, 1999/ 2007, p. 319). Dessa

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

forma, realizamos a análise de modalização na Nota juntamente com a literatura estudada, como mostra a Tabela 3.

Tabela 3- Análise de modalização na literatura explorada e na NOTA TÉCNICA nº 72

Texto	Modalizações	Parágrafo e linha
Nota Técnica nº 72	Lógica: Podem variar; não se fez necessário; não podem ser; exclusivamente; teria por finalidade; especificamente; Podem ser; poderia ser; seria necessário; não possibilitam; necessário.	4º /7; 12º/4-5 14º/2; 15º/ 2, 3; 16º/3, 10 19º/1; 20º/ 4 5; 27º/7; 43º/4
	Apreciativa: Não é possível; possuem	20º/1; 30º/11
	Deontica: Já havia sido; ao menos 9 vezes; título mínimo 2 vezes; no mínimo; igual ou superior 2 vezes	12º/4; 25º/7, 22; 26º /3, 5, 7; 30º/8; 46º/7,10-11; 54º/ 6; 55º/ 3-4; 25º/11; 30º/ 12-13; 34º/3,5
Formação da consciência de classe em-si e para-si"	Lógica: pode/ pode transpor; é possível; necessariamente; é precisamente, necessariamente; podem 2 vezes, pode 2 vezes, especialmente; necessidade, não pode ser	1º/6, 8; 20º/1/20; 21º/5- 7; 31º/ 3,6, 10,24, 11; 33º/6, 8
	Apreciativa: somente; não passa de 2 vezes, bem mais; mais sofisticadas, mais simples	1º/6, 8; 20º/1/20; 21º/5-7; 31º/ 3,6,10,24, 11; 33º/6, 8
	Pragmática: Constituir-se; deixa-se, observa-se 2 vezes; contrapor-se; não basta apenas.	1º/ 5; 20º/ 4, 17, 15; 24º/4; 31º/ 13
Fenômeno da Alienação	Deontica: Deve ser, não precisa; necessária; é preciso 2 vezes, não possam (Pardinho, 2017, p.81-100).	20º/ 6,10,13; 21º/5; 31º 2, 14, 16
	Apreciativa: aqui, podem ser, desnecessário, apenas poderá ocorrer uma vez; apenas, apenas pode ser	15º/ 1, 5, 8; 31º/ 6, 14
Emanipação política, democracia e cidadania	Lógica: Pode ser; poderiam se, teríamos; possibilidade; intimamente, poderia deixar (Pardinho, 2017, p. 125-154).	15º 9-10; 31º/ 6, 10; 50º/2; 68º/ 1,6
	Deontica: Devem se, devem poder, deve ter	10º/1, 2, 4
Trabalho assalariado e capital	Apreciativa: não mais, nada mais	10º/ 5
	Lógica: Correspondentemente (Pardinho, 2017, p. 45-47).	10º/3,4
	Deontica: devo, desnecessária; possa; queremos; nada possui, necessária	5º/ 3; 25º/ 12; 28º/ 2; 74º 3-4
Trabalho, valorização e alienação	Pragmática: não devem; mandar-se-á	18º/ 12; 131º/ 6
	Lógica: possam, podem tornar; ter 2 vezes, previamente, necessários, novamente; rapidamente, diariamente, não podem, precisamente, dificilmente, talvez, igualmente; possível; poder 2 vezes, diretamente, naturalmente; finalmente, superficialmente, rapidamente, incomparavelmente, proporcionalmente	23º/9; 18º/ 1,2, 5, 6; 23º 1,2, 5, 8, 11,15; 28º/ 1; 74º/2; 131º/ 1,5 140º/ 1, 9, 12, 13
	Apreciativa: - simples, mais importante, os mais difíceis; - onde já, Ai, pouco importando, novo valor 3 vezes; aumenta, nunca 2 vezes, mais extrema, mais desnecessário, sempre crescente; antes de mais, mesmo tempo, voltou, todos, mais afastados, tão; mais simples 2 vezes, nem mesmo, mais numerosos; - imediata; - são demasiado, só, uma grande, mais uma; em maior, todas, só 2 vezes, mais 4 vezes, cada vez mais, cada vez menos, apenas, mais depressa, tanto mais diminuem (Pardinho, 2017, p.1-24).	5º/4, 6,7; 18º/ 3,5,6, 7, 8 23º/ 2,9,16; 25º/ 1, 5, 7, 11, 12, 18 28º/ 1, 4, 5; 74º/3; 131º/ 2, 5, 7, 6; 140º/ 2, 4, 10, 5, 7-8, 14, 9, 12, 13, 6
Trabalho, valorização e alienação	Lógica: espontaneamente, diretamente; meramente 2 vezes, crescentemente, possível; possibilitado, permitiria, meramente; necessariamente; talvez, literalmente, poderá, pode; coletivamente; pode; puramente.	19º/ 5,7; 23º/3,7,5, 17; 33º/ 12, 14, 15; 34º/5,6; 48º/1, 6, 10, 13; 64º/2 70º/3
	Deontica: deve ser, necessidades; possa ser	34º/ 10, 16; 63º/ 2
	Apreciativa: mesmo, não menos verdadeiro; também 2 vezes, muito mais, por acaso, mais; momentos, apenas; impossibilidade, muito preciso, sua mera; desnecessário, quase nunca, não será, mesmo, aqui, impossível, apenas; Ainda que, apenas, sempre; apenas 2 vezes, também aqui, acima de tudo aqui; em nada (Pardinho, 2017, p.135-155).	19º/ 5,6; 23º/ 1, 10, 4, 11, 13; 33º/3, 12; 34º/ 5, 10, 18; 48º/ 1-6, 13; 63º/ 1,3; 64º/22, 4, 5; 70º/ 1

Fonte: as autoras

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Na primeira coluna da Tabela 3, apresentamos os textos analisados, respectivamente, a Nota, o *Trabalho assalariado e capital* (MARX, 1891) e os capítulos *O Fenômeno da Alienação* (TONET, 2012), *Emancipação política, democracia e cidadania* (LESSA e TONET, 2012), *Trabalho, valorização e alienação (Entfremdung)* (LESSA, 2012) e *Formação da consciência de classe em-si e para-si* de (NETO, 2012). Na segunda coluna, inserimos todas as modalizações identificadas em cada texto analisado e, na última, apresentamos os números de parágrafos cujas incidências ocorreram.

Pela análise realizada, evidenciamos que as modalizações mais recorrentes na Nota foram a lógica e a apreciativa. “A modalização lógica diz respeito à avaliação de alguns elementos possíveis, prováveis, eventuais e necessários no conteúdo temático” (BRONCKART, 1999/2007, p. 330). No excerto a seguir, retirado desse corpus de análise, destaca-se a modalização lógica (em negrito), apesar de serem identificadas também, três modalizações pragmáticas (sublinhados) neste mesmo excerto, mais atípicos em nossos dados.

Tendo-se em vista que os desempenhos dos estudantes concluintes no Enade **não podem ser** explicados **exclusivamente** pela qualidade das condições de oferta dos processos formativos, torna-se importante destacar outro importante fator interveniente: o perfil dos estudantes concluintes ao ingressarem na educação superior (NOTA TÉCNICA nº 72, p. 6-7, 2013, grifos nossos).

O exemplo acima possui duas modalizações lógicas, sendo a primeira composta pelo sintagma verbal no presente simples “não podem ser” e a segunda pelo advérbio “exclusivamente”.

Ao observarmos a parte semântica desse excerto, percebemos que a primeira modalização, destacada pela negação “não podem ser” remete a inviabilidade de algo acontecer. Nas palavras de Bronckart (1999/2007), é algo improvável de acontecer. Nesse caso, a impossibilidade recai no objeto “desempenho dos estudantes concluintes no Enade” não sendo possíveis de serem “explicados”.

Já o advérbio “exclusivamente” possui o significado de que não será somente considerado o critério de avaliação ENADE, que viabiliza o desempenho do estudante concluinte no Enade, mais também ressalta a necessidade de ser contabilizado o perfil desse aluno quando ingressou na educação superior, nesse caso, o IDD.

Após realizarmos as análises, notamos que apesar de a Nota apresentar diversos critérios, o termo “aprendizagem” não é mencionado uma única vez no documento analisado. Pelo fato de não considerar o “processo de formação” o critério de avaliação utilizado pelo INEP torna-se incoerente, pois apenas considera o produto final e inicial, ou seja, o ingresso e a conclusão do estudante do Ensino Superior.

Além das modalizações lógicas, encontramos a modalização pragmática por meio dos verbos “tendo-se” e “torna-se”, que são verbos que possuem o sujeito oculto, além do verbo “destacar”, marca de uma modalização deôntica. Já a modalização apreciativa, pouco encontrada em artigos acadêmicos ou em documentos está relacionada ao mundo subjetivo da voz que “é fonte de julgamento, apresentando benefícios, infelizes, estranhos” (BRONCKART, 1999/2007, p.332), do ponto de vista da entidade avaliadora também foi identificada na Nota, conforme excerto:

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

é a proporção de docentes na unidade j com título **mínimo** de mestre [...] é a proporção de docentes na unidade j com título **mínimo** de doutor (NOTA TÉCNICA nº 72, p.10, 2013, grifos nossos).

Nesse fragmento, temos a recorrência da modalização apreciativa, pois aparece a voz de julgamento da instituição avaliadora em afirmar que há um título “mínimo” de mestre ou de doutor. Ao fazermos uma analogia com a literatura estudada, destacamos que a expressão “título mínimo” refere-se ao corpo docente, portanto, às questões objetivas e subjetivas do curso. Em outras palavras, a titulação do corpo docente depende tanto de condições governamentais e oportunidades oferecidas a esses profissionais para sua qualificação, da sua condição pessoal econômica (condição objetiva) quanto de seu nível de desenvolvimento humano e seus ensejos em se qualificar (condição subjetiva).

São poucos os cursos que conseguem atingir maior média do CPC, cinco. Desse modo, vale ressaltar que, ao analisar a Nota, em momento algum foi mencionada a oferta de uma “formação emancipatória”, pelo contrário, encontramos como prioridade na avaliação uma preocupação em destacar a quantidade, por exemplo, do corpo docente, de alunos entre outros. Nem sequer a palavra aprendizagem ou formação são mencionadas no documento.

O documento, dessa forma, diverge significativamente da literatura estudada. Por isso, destacamos o seguinte trecho de Neto (2012) que corrobora para o entendimento do conceito de emancipação humana apontando a necessidade da consciência em-si e para-si da sociedade, para que, de fato, ocorra uma formação emancipadora. Mas, para isso ocorrer, torna-se necessário que todos tenham acesso a esse conhecimento.

A relação dialética entre classe em-si e para-si representa uma ruptura com os determinantes estruturais que servem à produção e reprodução do capital. Ela aponta, para sua **necessidade** de atuação e reprodução na perspectiva de desmoronamento do edifício sócio metabólico do capital. Isso **não pode ser** entendido como algo que brota de uma maneira pronta e acabada, mas que pressupõe um processo de formação da própria classe proletária (NETO, 2012, p. 90-91, grifos nossos)

Ao realizarmos uma análise de cunho enunciativo no trecho acima, destacamos que ele possui duas modalizações lógicas: “necessidade” que faz julgamento de elementos que sejam necessários. Neste caso, a relação dialética de classe em-si e para-si é requisito para o desmoronamento do capital. A negativa “isso não pode ser” refere-se ao “desmoronamento do edifício sócio metabólico do capital” como um processo dialético, portanto, que não se pressupõe concluída, linear, havendo a necessidade de um processo de formação emancipatória.

Ao realizar a comparação feita nos documentos e na literatura, concluímos que no modo de produção social atual, não há possibilidade de haver emancipação humana, pois esse sistema sobrevive de exploração, por meio das alienações que “surgem e se desenvolvem para além do intercâmbio material dos homens com a natureza” (LESSA, 2012, p. 135).

A alienação abordada por Lessa (2012) consiste na ideia de que no sistema capitalista todos vivem de forma alienada por terem que seguir padrões estruturais já impostos, considerando que a subjunção do trabalhador ao capital de forma concreta, também o torna alienado, subjetivamente.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Corroborando com a literatura explorada só é possível uma verdadeira emancipação se realmente ocorrer o fim da alienação e da “exploração do homem pelo homem”.

Dessa forma, ao desenvolvermos um paralelo com o documento analisado sobre os critérios de avaliação do MEC, ressaltamos que o sistema capitalista faz com que os protagonistas que atuam diretamente nos cursos com menores conceitos precisem, eles mesmos, criar condições objetivas e subjetivas para melhorar os conceitos de seus cursos a partir de uma luta mais pontual, em um jogo de concorrência com os cursos historicamente já legitimados por seus conceitos mais altos, gerando um ciclo de reprodução desse sistema, da concorrência entre os cursos, da precariedade do trabalho docente e, por conseguinte, da formação docente, impossibilitando a formação voltada para a emancipação humana que é extremamente necessária para o fim das alienações e, portanto, da exploração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das contribuições trazidas, por meio da pesquisa, é a identificação e análise dos critérios de maior peso pelo MEC para avaliação dos cursos de letras, com o intuito de uma abertura para discussão dos modelos sociais preestabelecidos, validados e legitimados para um curso que pretende formar um professor para a emancipação humana.

A pesquisa também assegurou uma discussão que possibilita contribuições para a readequação de matrizes curriculares que vise à formação de professores, não somente para o atendimento do mundo do trabalho, mas para a formação de pessoas que possam realmente ter acesso a uma emancipação humana. Portanto, vale ressaltar que os dados encontrados apontam para as lacunas existentes nos critérios de avaliação do MEC, demonstrando a relevância de cada critério e a importância de serem repensados.

Enfim, pelos textos analisados, a principal conclusão a que chegamos foi que a emancipação humana acontece como uma forma de sociabilidade, na qual os homens sejam efetivamente livres e para que ela se concretize, pressupõe-se a erradicação do capital e de todas as suas categorias como premissa para a constituição de uma autêntica comunidade humana. A erradicação não significa, de modo algum, o aperfeiçoamento da cidadania, mas, ao contrário, a sua mais completa superação, conforme nossos resultados de investigação.

Assim, temos, por um lado, critérios de avaliação de cursos de letras que visam conceituar os cursos, em seus aspectos subjetivos e objetivos e, por outro lado, os recursos financeiros destinados a esses cursos pelo mesmo órgão que os avaliam. Investigar, portanto, os critérios de avaliação desses cursos articulando-os a esse contexto político nacional de um órgão que, ao mesmo tempo em que, avalia, é responsável pela dotação orçamentária destinada a manutenção dos cursos, permite refletir sobre as condições a que os cursos estão submetidos e que tipo de formação é possível dentro delas, uma formação para o “mercado de trabalho” ou para a emancipação humana.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

REFERÊNCIAS

BRONCKART, J. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo**. São Paulo: EDUC, 1999.

HYPOLITO, A. M. **Trabalho docente e profissionalização: sonho prometido ou sonho negado?** In VEIGA, I. P.; CUNHA, M. I. da (Org.) *Desmistificando a Profissionalização do Magistério*. Campinas, SP: Papius, 1999.

LESSA, S. **Mundo dos Homens: Trabalho e ser social**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MACHADO A. R.; BRONCKART, J. P. (Re)configurações do trabalho do professor construídas nos e pelos textos: a perspectiva metodológica do Grupo ALTER-LAEL. In: ABREU-TARDELLI, L. S.; CRISTOVÃO, V. L. L. **O Trabalho do Professor em uma Nova Perspectiva**. Campinas: Mercado de Letras, 2009. p. 31-77.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**: livro I. Ed. 28. Tradução de SANT'ANNA, R. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1873/1968/1982/2011.

Capítulo de Livro:

ANDRADE, M.A. De Marx a Mészáros: A inseparável relação entre o Estado e a Reprodução do Capital. In: MELO, E.; PANIAGO, M.C.S; ANDRADE, M.A. (Org.) **Marx, Mészáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, S. Fenômeno da Alienação In: LESSA, S. **Para compreender a ontologia de Lukács**. Unijuí: Coleção Filosofia, 2012, p.123-150.

LESSA, S.; TONET, I. Emancipação política, democracia e cidadania. In: LESSA, S; TONET, I. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012, p. 45-50.

NETO, A.B.S. Formação da Consciência de Classe Em-si e Para-si. In: BERTOLO, E.; MOREIRA, L.A.L; JIMENEZ, S. (Org.). **Trabalho educação e formação humana frente a necessidade histórica da revolução** São Paulo: Instituto Lukács, 2012. p.81-100.

Dissertação/ teses:

SILVA, Alessandra Augusta Pereira da. **O trabalho do professor formador de língua inglesa e a natureza de aprendizagem na formação em pré serviço**.2015. 299 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem), UEL- Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

Textos on-line:

COSTA, A.R. **Mecanismos enunciativos: análise das vozes e modalizações em artigos científicos**.

Disponível em:

<http://www.fasete.edu.br/revistarios/media/revistas/2012/mecanismos_enunciativos.pdf> Acesso em: 03 Jun.2017.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/educacao-superior/indicadores/cpc>>. Acessado em: 19 jul.2016.

MARX, K. **Trabalho Assalariado e Capital**. Disponível em:

<<https://www.marxists.org/portugues/marx/1849/04/05.htm>> Acesso em: 02fev.2017.



ORGANIZAÇÃO, CATALOGAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DO JORNAL GAZETA DO CENTRO OESTE

Lucas Alves da Silva (PIC, CNPq),
Unespar/Campus Campo Mourão, lucas.as137@gmail.com
Frank Antonio Mezzomo (Orientador),
Unespar/Campus Campo Mourão, frankmezzomo@gmail.com
Cristina Satiê Pátaro (Coorientadora),
Unespar/Campus Campo Mourão, crispataro@gmail.com

Palavras-chave: Fonte histórica. Jornal. Manchetes.

INTRODUÇÃO

O texto, resultado de pesquisa de Iniciação Científica vinculada ao Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, da Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão, objetivou higienizar, organizar e catalogar o acervo do Jornal Gazeta do Centro Oeste (1982 a 2013). Além do tratamento que visou à preservação física dos documentos, foram identificados e tabulados os conteúdos das manchetes e suas respectivas matérias das edições dos anos de 1982 a 1984. Ao realizar o levantamento e tabulação de seus conteúdos divulgados nos anos iniciais do jornal, procurou-se analisar qual a recorrência dos temas, isto é, quais matérias ganharam mais foco e relevância, a fim de compreender o perfil editorial do periódico, além de sistematizar e disponibilizar à sociedade civil e aos pesquisadores, uma primeira sistematização do jornal.

O trabalho realizado com os arquivos impressos do Jornal Gazeta do Centro Oeste apresenta-se como significativo para a preservação do patrimônio histórico de Campo Mourão e da Mesorregião Centro Ocidental do Paraná¹. Tal ação está em sintonia com a política nacional, que define como patrimônio histórico todos os “bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Constituição Federal do Brasil, 1988, art. 216). Os documentos exercem a função social de contribuir para a preservação da memória e da história de uma sociedade, e funcionam como instrumentos que, por meio de pesquisas, permitem o conhecimento das relações de interesses e de poder que as permeiam.

¹ A Mesorregião Centro Ocidental do Paraná é composta por 25 municípios e possuía, em 2010, 334.125 habitantes (IPARDES, 2010). Dentre os seus municípios Campo Mourão assume papel de polo regional, tendo maior população e urbanização, além de destacar-se pela prestação de serviços. Informações disponíveis em: <http://www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 24 jul. 2017.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Tanto os arquivos físicos como os eletrônicos da Gazeta do Centro Oeste estão sob a guarda do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, e vêm se somar a outras mídias impressas que passaram pelo processo de tratamento de fontes documentais desde 2007². Cumprida a etapa de organização do acervo, os arquivos poderão ser disponibilizados para consulta pública, viabilizando assim novos estudos que permitam entender as características da região de Campo Mourão e das demais áreas de circulação do periódico. Para orientar futuras pesquisas e tomar conhecimento das dimensões abordadas pelo jornal, foi realizada a tabulação e resumo das manchetes dos três primeiros anos de circulação do periódico, o que permite ao público interessado uma prévia do conteúdo abordado em cada edição. Desta forma, a tabulação também se mostrou de grande importância para identificar o perfil jornalístico da Gazeta do Centro Oeste, bem como seu foco noticiário. Conforme relata Capelato,

A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador busca estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais (CAPELATO, 1988, p. 21).

Assim, conhecer as principais discussões levantadas pela mídia em determinada região possibilita refletir sobre o processo de formação e constituição de pensamentos e ideias da população que nela habita, além de pensar sobre as pretensões de um jornal ao eleger determinadas matérias como importantes, a ponto de merecer uma manchete em detrimento ou silenciamento de outras.

A partir dos postulados do movimento dos *Annales*, em especial da sua terceira geração na década de 1970 – o que ficou conhecido como Nova História –, o entendimento a respeito do que poderia ser utilizado como fonte de investigação científica ganha novas perspectivas (DE LUCA, 2008). Um dos principais nomes desta terceira geração, Jacques Le Goff, afirma que o “documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 2003, p. 536). Assim, entende-se que um objeto se torna documento a partir do tratamento e interpretação que o pesquisador o confere, de modo que as fontes não expõem espontaneamente quais suas intenções, nem mesmo o que motivou sua criação. Cabe ao investigador interrogá-las e entender quais relações as cercavam e em qual contexto foram produzidas.

As interações entre a ciência histórica e as demais disciplinas, ocorridas a partir do movimento dos *Annales*, também contribuíram para uma nova forma de investigação nas ciências humanas. A interdisciplinaridade se tornou importante para que as barreiras restritivas do positivismo fossem superadas, como a crença na neutralidade tanto do pesquisador quanto das fontes, e de que as mesmas se constituíam como reflexo inquestionável da realidade (RIBEIRO; SILVA; SILVA, 2014). Esse

² Atualmente, o grupo de pesquisa Cultura e Relações de Poder é responsável pela guarda das seguintes fontes documentais: Jornal Tribuna do Interior, Jornal Folha do Norte do Paraná e Processos da Vara Civil da Comarca de Campo Mourão. Acervo disponível em: <http://www.fecilcam.br/culturaepoder>

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

entendimento traz renovados olhares sobre o que são as fontes históricas, dando aos jornais importância e nova função, deixando de ser apenas um veículo transmissor de informações, dotado de imparcialidade. Os periódicos, impressos ou eletrônicos, passam a ser vistos como integrantes do processo de construção social, carregado de ideais e valores, um local de disputas por poder, operando na constituição de consciência histórica como força ativa da vida moderna (DARNTON, 1990).

Tais mudanças epistemológicas no campo da história possibilitam que as mídias ao serem utilizadas como fontes de pesquisas – nesse caso em especial o jornal –, apresentem interpretações de esferas do cotidiano que tradicionalmente eram relegadas pelas concepções tradicionais. Neste sentido, a cultura ganha importante espaço, de modo que crenças, costumes, valores, entre outros elementos, passam a ser reconhecidos como temas importantes, porque atuantes na formação das relações e dos saberes sociais. Outros atores históricos passam a ganhar visibilidade ao se estudar o cotidiano e as classes populares. As ciências humanas e sociais, que tinham na esfera da política e de seus sujeitos como os mais relevantes, passam a reconhecer, por exemplo, a relevância das mulheres, crianças, negros e índios, que até então, ou haviam sido excluídos dos registros históricos, ou tratados como meros figurantes (CRUZ; PEIXOTO, 2007). Assim, por estar carregado de registros sobre diferentes assuntos, o jornal torna-se uma rica fonte para pesquisas sobre o cotidiano, e se firma por serem passíveis de investigação científica e por abordar de forma ampla as diversas faces sociais.

É importante ressaltar que a mídia impressa, assim como as demais mídias, sofre interferência de interesses e refletem o pensamento do grupo social que o produz. No que se refere ao uso dos jornais como fonte, o pesquisador deve estar atento aos objetivos implícitos em suas publicações, visto que seus produtores podem dar maior ou menor destaque a determinadas notícias, distorcer ou omitir fatos, dependendo dos interesses daqueles que financiam suas edições (FARIAS, 2013). Dessa maneira, é preciso estar ciente de que uma notícia não deve ser tomada como expressão da verdade absoluta, mas como uma construção que surge a partir de relações de poder existentes na sociedade em que está inserida e, por isso, pode ser investigada.

O trabalho com os jornais impressos implica em uma análise dos discursos proferidos por meios das reportagens, devendo-se procurar identificar o que está oculto à matéria, aquilo que o leitor cotidiano não compreende inicialmente. Conforme destaca Zicman (1985, p. 97), em dados momentos “a ausência é mais importante que a própria presença, [...] dá a ênfase na análise dos ‘silêncios’ do discurso de imprensa”. Uma manchete que apresenta uma notícia aparentemente de pouca relevância para a sociedade pode estar suprimindo espaço de uma notícia de maior impacto, a fim de que seus leitores se esqueçam ou menosprezem algum outro fato que não condiz com os objetivos dos responsáveis pela produção jornalística. Um estudo que tenha por base a mídia deve atentar-se ao contexto histórico em que uma notícia está inserida, além das motivações que levaram determinada notícia a ser veiculada, ou seja, as intenções presentes nas entrelinhas de uma reportagem. Para compreender este processo, o pesquisador precisa se colocar como leitor do seu tempo, as concepções atuais a respeito das notícias são diferentes, visto que já se conhecem os desdobramentos dos

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

acontecimentos (WEBER, 2012). É preciso pensar como uma notícia foi recebida pelo público na época de sua divulgação, e não daquela em que o investigador está inserido.

A partir dessas concepções acerca de fonte histórica é que esta pesquisa foi desenvolvida tendo por base o Jornal Gazeta do Centro Oeste, criado em Campo Mourão em 1982, momento político nacional conturbado, marcado principalmente por discussões a respeito da ditadura civil-militar no Brasil. Durante os anos em que esteve em circulação, ao lado de outros jornais regionais, desempenhou papel de (in)formação, veiculando notícias regionais, estaduais, nacionais e internacionais. O jornal cobria eventos políticos (período eleitoral, mandatos, nomeações), esportivos (como campeonatos, torneios, amistosos de diversas modalidades), religiosos (posicionamentos de padres/bispos, comemorações sacras), econômico (alterações do mercado, produção agrícola e pecuária), policiais (assaltos, assassinatos, violência no trânsito), demandas comemorativas (festivais, concursos de beleza, pratos típicos, aniversário dos municípios), entre outros que se apresentassem relevantes. Além de tais enfoques jornalísticos, convém destacar o perfil dos editoriais, compostos por conteúdos opinativos, em que os editores expressam suas concepções acerca de fatos e episódios considerados relevantes para a sociedade regional. Com estas características, o Jornal Gazeta do Centro Oeste, ao ser utilizado como fonte documental, possibilita investigações a respeito da construção subjetiva e social das relações que permeiam os diferentes espaços da região de abrangência.

TRABALHANDO COM O JORNAL

O trabalho com o jornal Gazeta do Centro Oeste – que teve sua primeira edição publicada em 28 de março de 1982 e seu último exemplar impresso em setembro de 2013 –, foi organizado de forma que o material seja disponibilizado para o acesso dos interessados, sem comprometer sua preservação física. As edições, bem como seus cadernos extras e especiais passaram por um processo de higienização e organização – que compreende limpeza; extração de clips, grampos, fitas e adesivos; substituição de exemplares dobrados, rasurados ou corrompidos –, separação das edições por ordem cronológica, catalogação e tabulação de todos exemplares do acervo. A primeira ação desenvolvida, e que contou com apoio de membros ligados ao Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, consistiu na separação e seleção dos jornais, visto que foram recebidas edições repetidas, visando arquivar somente o exemplar que apresentava melhor conservação.

Após a separação e organização preliminar do acervo, o trabalho voltou-se para a catalogação de cada uma das edições do jornal, extraíndo as seguintes informações: ano, mês, dia, número da edição – ou caderno especial/extra, quando fosse o caso –, e o número de páginas de cada um dos jornais. As informações levantadas foram digitadas em uma planilha do Excel, onde foi criada uma aba para cada ano, de forma que facilite a consulta dos dados aos futuros usuários e assegure o

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

arquivamento digital das informações, impulsionando a concepção de preservação da versão impressa. Com essa ação elaborou-se um primeiro catálogo ou guia eletrônico que permite o acesso e conhecimento geral do acervo do jornal.

Findadas as etapas de organização e catalogação de todo o acervo, iniciou-se os trabalhos de tabulação do jornal, que compreendeu a tarefa de identificação das manchetes de cada edição, leitura de suas matérias e transcrição de um breve resumo a respeito de cada uma. A tabulação foi realizada com os números dos três primeiros anos de circulação do periódico, 1982 a 1984. Para tanto, foram adicionadas inicialmente na mesma planilha catalográfica dos jornais mais duas colunas: manchete e resumo das manchetes. Nos resumos das manchetes, buscou-se destacar o assunto principal da notícia, seu local de origem e os principais envolvidos. Após a identificação, leitura e resumo de cada matéria, criou-se categorias sistematizadoras, observando o recorte espacial e temático a que as matérias faziam referência. A partir dos recortes foram criadas categorias de análise, sendo que a dimensão espacial deu origem a três categorias – local, estadual e nacional – e temático originou dez categorias – política, economia, infraestrutura e planejamento, eventos, violência/segurança, transporte, religião, saúde, educação e outros – construídas a partir do perfil das matérias publicadas no Gazeta do Centro Oeste.

Ao final da catalogação e tabulação das manchetes, a planilha de dados apresenta as seguintes informações dos três primeiros anos: ano, mês, dia, número da edição, paginação, recorte espacial, recorte temático, manchete e resumo da manchete.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo por base os pressupostos teóricos e metodológicos delineados, o desenvolvimento da pesquisa foi dividido em dois grandes eixos: 1) organização e catalogação das edições e cadernos extras/especiais; 2) tabulação e análise das manchetes. Enquanto o primeiro eixo engloba todo o trabalho arquivístico, o segundo trata das atividades voltadas para a descrição e tabulação das manchetes publicadas pelo jornal entre os anos de 1982 a 1984. O resultado de tais encaminhamentos técnicos e de descrição e análise do perfil do Jornal Gazeta do Centro Oeste a partir de suas manchetes permite uma primeira entrada cognitiva no periódico, além de colocar em pauta a relevância dessa mídia impressa para as discussões acerca da memória e da história da região.

Com o trabalho de organização e catalogação das edições do jornal, foi possível identificar características técnicas do acervo, tais como quantidade, periodicidade e paginação das edições publicadas entre 1982 e 2013. Ao longo dos anos de circulação do periódico foram publicadas 2.866 edições, além de 116 cadernos especiais e 38 cadernos extras, contendo entre 8 a 12 páginas, com publicações diária, semanal ou quinzenal, conforme o período. Tais informações estão disponíveis em

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

planilha digital, onde se pode averiguar previamente os dados do acervo por ano (Anexo A – Ficha catalográfica).

Já com a tabulação das manchetes do jornal – recorte espacial e recorte temático – buscou-se averiguar e conhecer o foco de atuação do jornal, bem como as áreas abordadas com maior ênfase e quais âmbitos sociais ganharam destaque no período analisado. A partir da categorização das manchetes é possível pensar sobre as relações estabelecidas entre o periódico e a sociedade.

Desta forma, vale ressaltar que,

A Imprensa é linguagem constitutiva do social, detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 260).

Com base na afirmação acima, torna-se pertinente conhecer o perfil do Gazeta do Centro Oeste e em qual campo estabelece de forma mais contundente suas relações sociais. No período analisado, nota-se um aumento anual gradativo no número de edições publicadas: 20 edições em 1982, 28 em 1983 e 49 em 1984. O aumento do número de edições, verificadas ao longo dos três anos, demonstra o espaço que o jornal estava conquistando, o que sinaliza para seu equilíbrio financeiro, aceitabilidade e legitimidade social. Assim, conhecer de onde e sobre o que o jornal fala ajuda na compreensão de suas intenções e subjetividades.

Para análise do recorte espacial foram criadas três categorias: Local (em que se têm manchetes referentes às informações sobre a cidade de Campo Mourão e a Mesorregião Centro Ocidental do Paraná); Estadual (apresenta-se notícias que dizem respeito a acontecimentos da esfera paranaense); e Nacional (se enquadram as reportagens de fatos e eventos que abordam temáticas com foco no âmbito brasileiro). Com o recorte espacial busca-se identificar o âmbito a que se referem as notícias veiculadas nas manchetes do jornal. Tal informação se faz relevante ao se pensar, por exemplo, qual a recorrência das notícias nacionais em contraponto ao noticiário local, além de permitir conjecturar sobre as possíveis intenções da mídia ao falar de determinado local em prejuízo de outro. A categorização espacial foi realizada com 97 manchetes, identificadas e analisadas nas edições publicadas entre 1982 e 1984 (Anexo B – Tabulação manchetes).

No ano de 1982, 70% do total das notícias eram locais; 20% estaduais e 10% nacionais. Percentuais semelhantes foram identificados em relação ao ano de 1983, quando 89,29% eram locais e 10,71% estaduais. Já em 1984, percebeu-se pequeno decréscimo nas notícias locais (85,71%) e aumento nas estaduais (14,29%), não figurando matérias nacionais. Em média, conforme aponta o Gráfico 1, nota-se que o enfoque das reportagens veiculadas no Gazeta do Centro Oeste estão majoritariamente ligadas ao noticiário local (83,51%), seguida por notícias de nível estadual (14,43%), menor frequência as coberturas nacionais (2,06%) e sem recorrência da divulgação de notícias internacionais.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

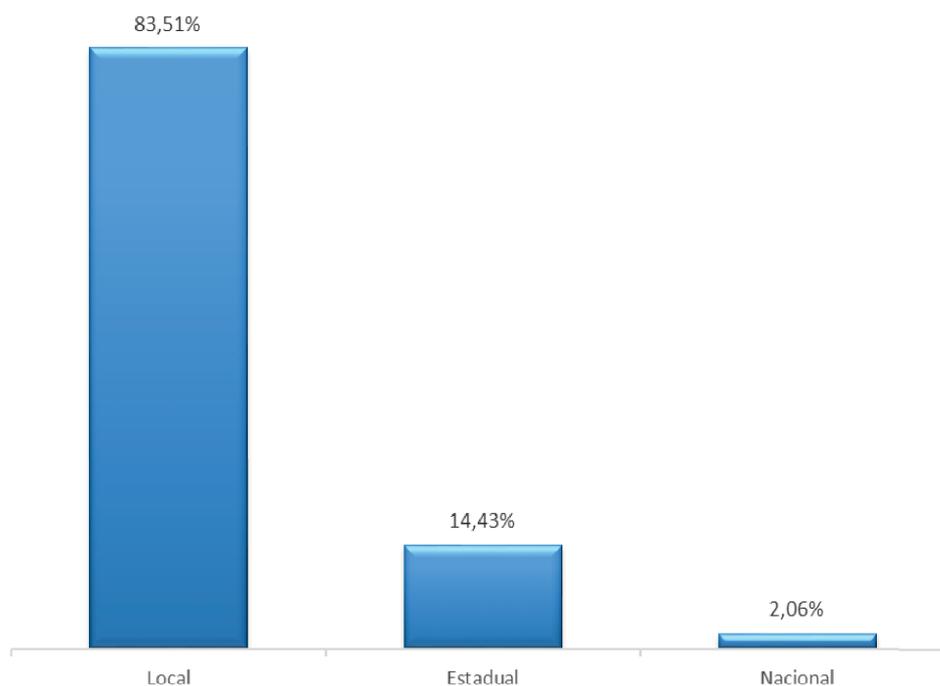


Gráfico 1: Recorte espacial das manchetes publicadas pelo Jornal Gazeta do Centro Oeste

Fonte: Dados da pesquisa.

Tomando por base o gráfico acima, percebe-se a relevância que o periódico apresenta para a veiculação de notícias sobre Campo Mourão e região, afinal o Jornal Gazeta do Centro Oeste era uma das principais mídias locais do período. O caráter local também mostra sua importância tendo em vista as dificuldades no acesso à informação no início da década de 1980, quando muito pouco, ou quase nada, se falava sobre internet e redes sociais, e a TV estava, aos poucos, adentrando os lares e se firmando no ambiente social.

Já em relação à diversidade de conteúdo, o Jornal Gazeta do Centro Oeste pode ser considerado um periódico de temática livre. Para Márcia Silva e Gilmara Franco (2010), um jornal com tal perfil é caracterizado por apresentar múltiplos assuntos, notícias variadas, reportagens, colunas informativas, propagandas, anúncios, além de contar com colunas de opiniões e análises. Procurou-se, a partir das manchetes tabuladas dos anos de 1982 a 1984, verificar qual a variedade temática abordada pelo jornal. Para isso, foram construídas dez categorias de análise, elaboradas a partir da identificação, leitura e elaboração de resumo de todas as matérias publicadas como manchetes no referido período: política, economia, infraestrutura e planejamento, eventos, violência/segurança, transporte, religião, saúde, educação e outros. Todas as notícias-manchetes analisadas foram enquadradas dentro de uma das categorias construídas, a fim de conhecer qual a recorrência de cada uma delas nos três primeiros anos de circulação do jornal, e a fim de esboçar um primeiro perfil tipológico do periódico. Apresenta-se na sequência a definição e entendimento de cada uma das categorias:

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

- 1) *Política*: Trata de notícias relacionadas ao contexto eleitoral do período; acontecimentos envolvendo representantes políticos do governo municipal, estadual e federal; decisões da Câmara Municipal de Vereadores, de Deputados Estaduais, Federais e do Senado da República; Prefeitos, Governador do Estado e Presidente da República. Ainda, reportagens ligadas às ações de órgãos públicos que mantém vinculação com as esferas governamentais.
- 2) *Economia*: Consta matérias referentes à movimentação financeira de empresas de Campo Mourão e região; fatores climáticos que influenciaram na economia e na produção industrial, agrícola, pecuária; programas e políticas públicas promovidas pelo Estado e seus órgãos de apoio voltados para o desenvolvimento financeiro.
- 3) *Infraestrutura e planejamento*: Categoria composta por manchetes voltadas para a situação das vias públicas, erosões, tratamento de esgoto, construção de edifícios e casos envolvendo acidentes de trânsito.
- 4) *Eventos*: Engloba as notícias sobre aniversário e festas dos municípios e de clubes recreativos, bem como sobre concursos de beleza e outros eventos sociais.
- 5) *Violência e segurança*: Diz respeito às notícias que relatam casos de roubo, assalto, sequestro, assassinato e segurança pública.
- 6) *Transporte*: Contempla assuntos relacionados ao transporte coletivo, tanto público como privado.
- 7) *Religião*: Refere-se às manchetes que noticiam manifestações religiosas e atos dos representantes de igrejas.
- 8) *Saúde*: Trata das notícias envolvendo o sistema público de saúde, tratamento e controle de casos de epidemias e reivindicações de funcionários do setor.
- 9) *Educação*: Constam reportagens que abordam aspectos do contexto escolar, como eleições para diretores de colégios, atividades realizadas nas escolas pelos alunos e melhorias na rede pública de ensino.
- 10) *Outros*: Engloba as manchetes que não se enquadraram nas categorias anteriormente explicitadas, como por exemplo, campanhas populares em prol de pessoas carentes.

A partir das definições expostas para cada categoria, procedeu-se a classificação das manchetes do período analisado, sendo que cada uma das reportagens foi enquadrada em uma das categorias. Conforme pode ser visualizado no Gráfico 2, as categorias ficaram assim distribuídas: a política (50,52% - 49 manchetes), seguida da economia (11,34% - 11 manchetes), infraestrutura e planejamento (9,28% - 9 manchetes), eventos (8,25% - 8 manchetes), violência e segurança (7,22% - 7 manchetes), transporte (4,12% - 4 manchetes), religião e outros (3,09% - 3 manchetes), saúde (2,06% - 2 manchetes), e com menor número de manchetes a categoria educação (1,03% - 1 manchete).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

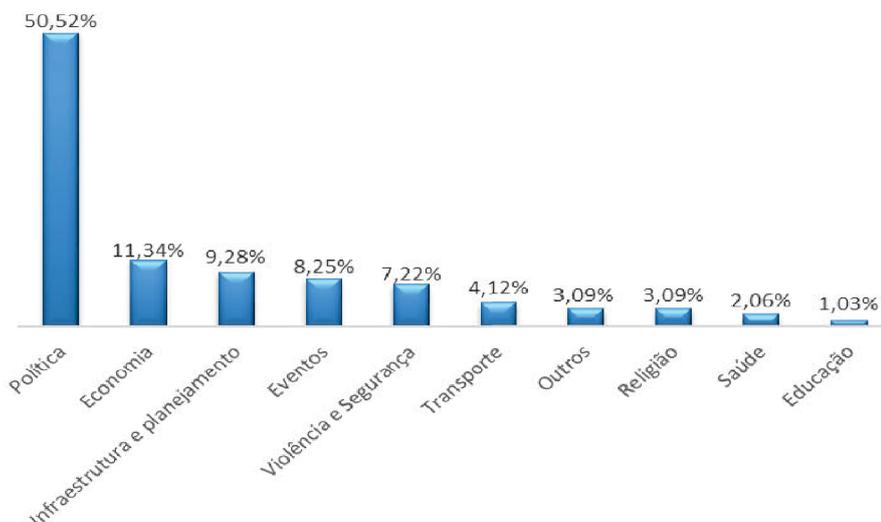


Gráfico 2: Recorte temático das manchetes publicadas pelo Jornal Gazeta do Centro Oeste
Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar o Gráfico 2, nota-se a predominância da categoria política sobre as demais, sendo que a soma de todas as manchetes dos outros nove agrupamentos temáticos ainda é menor do que aquela. Ao longo dos três anos analisados, a política ganhou destaque nas manchetes com as seguintes proporções: 75% nas edições de 1982, 42,86% no ano de 1983 e 44,90% de 1984. Os dados obtidos com base no recorte temático revelam uma das características do periódico: foco na cobertura de eventos políticos institucionalizados, ligados a prefeitura, câmara municipal/estadual e ao governo federal, além da sua forte atuação durante as eleições. Tendo como base as manchetes e suas matérias, percebe-se quanto o jornal buscou acompanhar o dia-a-dia dos acontecimentos político-institucionalizados. Notícias relatadas com detalhes, investigações e especulações em torno da política mostram o quanto esta temática se mostrava importante para o periódico e, possivelmente, para os seus leitores e apoiadores.

Outro elemento relevante é a relação das temáticas com o recorte espacial, quando se identifica quais os espaços a que se referem as notícias de cada categoria temática. Para isso, foi calculado por categoria temática o quanto cada uma representa de notícias locais, estaduais e nacionais. Assim, resultaram-se os seguintes dados: na categoria política 36,08% das manchetes são locais, 12,37% são estaduais e 2,06% são nacionais; como categoria econômica 10,31% das manchetes são locais e 1,03% estaduais; na categoria eventos 7,22% são locais e 1,03% são estaduais; todas as demais categorias apresentam somente manchetes locais. O Gráfico 3 proporciona uma visão geral dos recortes realizados, apresentando o percentual das categorias temáticas conforme sua classificação espacial.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

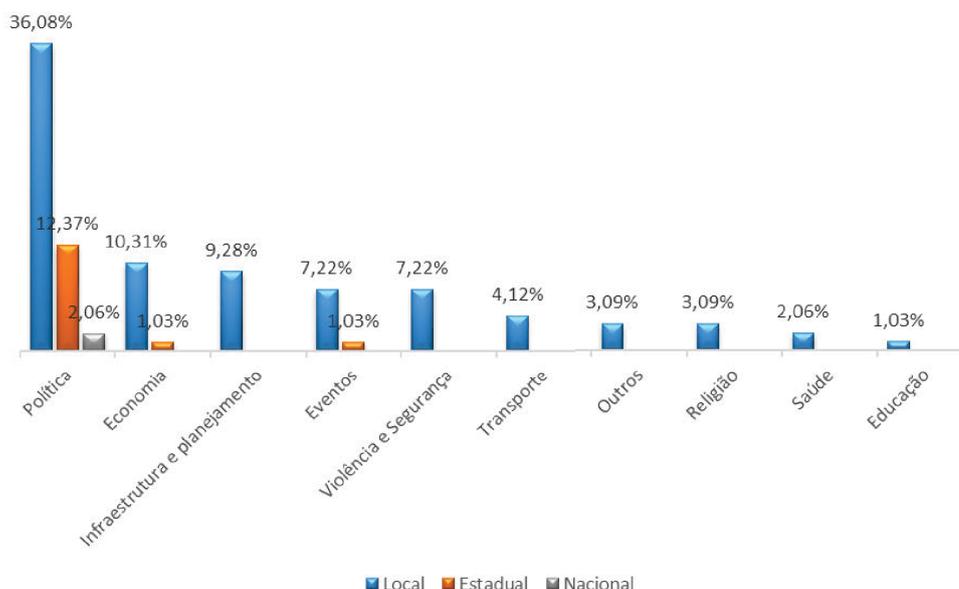


Gráfico 3: Recorte temático e recorte espacial das manchetes publicadas pelo Jornal Gazeta do Centro Oeste
Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se no Gráfico 3 que a categoria temática que se mostra numericamente predominante em relação ao total de manchetes é a política, conseqüentemente, é a que apresenta maior percentual de reportagens locais, estaduais e nacionais.

Com os dados apresentados, e com base na planilha de catalogação e tabulação das informações resultantes da pesquisa, é possível que o público interessado tenha uma prévia sobre o que se encontra no acervo do Jornal Gazeta do Centro Oeste. Conhecer a periodicidade de circulação do jornal, o número de edições publicadas, bem como o número de páginas do periódico, possibilita um planejamento mais apurado das atividades de uma pesquisa. Já com a tabulação das manchetes tem-se uma visão sobre o perfil do jornal, o que oferece subsídios para o desencadeamento de novas perspectivas de estudos tendo esse periódico como fonte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como objetivo higienizar, organizar, catalogar e tornar disponível os arquivos do Jornal Gazeta do Centro Oeste para o público interessado, realizou-se um trabalho sistematizado de tratamento do acervo do periódico por meio do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder. Neste trabalho visou-se a preservação de todo o material do jornal - que compreende os anos de 1982 a 2013, e a criação de uma ficha catalográfica, de forma a facilitar futuras pesquisas. Na sequência, foram tabuladas e analisadas as manchetes dos três anos iniciais do jornal – 1982, 1983 e 1984 – as quais foram classificadas e categorizadas a partir dos recortes espacial e temático.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

O tratamento do acervo e a concepção de preservação impressa são importantes visto que o jornal se mostra como patrimônio histórico e cultural de Campo Mourão e da Mesorregião Centro Ocidental do Paraná. O jornal demonstra também ser um valioso objeto portador de memória e história regional, podendo contribuir, dessa maneira, para que a sociedade não esqueça do seu passado e de suas raízes (COOK, 1998).

A utilização da imprensa como fonte de pesquisa é enriquecedora, especialmente quando se busca trabalhar a história social, das mentalidades e das ideologias (ZICMAN, 1985). Desse modo, o jornal deixa de ser um simples difusor de notícias e de ser encarado como reprodutor da realidade tal como ela é, e passa a ser visto como um instrumento de formação subjetiva da consciência humana e da opinião pública. O jornal, assim como a imprensa como um todo, torna-se uma forma de poder revestida de manipulação, e com isso passa a exercer um papel estratégico dentro de uma sociedade (RÜDIGER, 1993).

Ao tornar o jornal um objeto de pesquisa, procurou-se pensar no seu potencial de influência social e política, bem como suas intencionalidades. Para isso, as manchetes dos três primeiros anos de circulação do jornal foram tabuladas e suas matérias resumidas, a fim de verificar quais temáticas estavam presentes no periódico e quais se mostraram mais recorrentes no período analisado. A análise das manchetes é um indicador para se conhecer o perfil temático e as prioridades editoriais do jornal, visto que é a principal notícia da edição, e sua escolha, em detrimento de outras possíveis, não ocorre livre de interesses, e sim como resultado de critérios de julgamento adotados pela equipe gestora do periódico daquele momento. Neste sentido, a criação das categorias de análise, tanto para o recorte espacial como para o recorte temático, permitiram visualizar quais foram às tendências do jornal. Assim, se a temática das manchetes se mostra predominante em determinada categoria de análise, indica também os assuntos de maior intensidade de debate no período, e que por isso podem ter sido maiores alvos de interesses nas relações de poder do seu local de circulação.

Os levantamentos e categorizações realizados demonstraram que o jornal esteve intrinsecamente ligado ao campo político. Mesmo composto por características de um jornal de temática livre e trazendo no corpo de suas edições notícias de diversas categorias, as manchetes, que foram objeto desta pesquisa, são na sua maioria relacionadas à política. As reportagens são também, majoritariamente, caracterizadas dentro das categorias de recorte espacial local e tratam principalmente da política ligada aos governos municipais de Campo Mourão e das cidades da região.

As informações veiculadas nos noticiários locais, estaduais e políticos abordavam principalmente o período das eleições e o desempenho dos políticos durante seus mandatos, criticando, denunciando e exaltando-os conforme a situação e o sujeito, sendo possível visualizar que boa parte das notícias está carregada da opinião e impressões do editor. Com isso, nota-se que o acompanhamento político foi de grande importância para as produções midiáticas da Gazeta do Centro Oeste, revelando-se como sua principal fonte de notícias.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Considerando ainda o conteúdo do jornal, verificou-se seu enquadramento como periódico de gênero informativo. Tomando em conta a definição de José Marques de Melo (1985), um jornal informativo é composto por notas, notícias, reportagens e entrevistas, aspectos passíveis de identificação nas edições do jornal pesquisado.

Como uma das principais mídias impressas de Campo Mourão e região, ressalta-se a relevância da Gazeta do Centro Oeste na formação de opiniões e no jogo político ideológico durante seu período de circulação. Contudo, deve-se considerar o jornal como fonte histórica, e não como história em si, pronta e acabada, mas como objeto que deve ser criticamente analisado (WEBER, 2012). Sua utilização em pesquisas torna-se relevante devido a amplitude que a mídia atinge na sociedade e sua capacidade de construção e mudança de pensamentos em seus leitores. Destarte, observa-se que, por meio dos jornais, é possível compreender as relações de poder que permeiam a sociedade, e o acesso aos periódicos por parte do público possibilitará o desencadeamento de novas pesquisas que busquem investigar tais relações.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgadas em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp. Acesso em: 21 jun. 2017.

CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 129-149, 1998.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

FARIAS, Eduardo Prado de. A imprensa diária como fonte de pesquisa na História. **Revista Pergaminho**, Patos de Minas, n. 4, p. 10-15, dez. 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5 ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

RIBEIRO, Oliveira Laterza Betânia; SILVA, Elizabeth Farias da; SILVA, Maria Aparecida Alves. Jornal como fonte: uma das pontas do iceberg nas narrativas em História da educação; **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 13, n. 1, p. 219-230, jan./jun. 2014.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do Jornalismo**. Porto Alegre. Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

SILVA, Márcia Pereira; FRANCO, Gilmar Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 4, n. 8, p. 1-11, jul./dez. 2010.

WEBER, Daniela Maria. Metodologia para pesquisa em imprensa: experiências através D'O Paladino. **Revista Signos**, Lajeado, v. 33, n. 1, p. 9-21, 2012.

ZICMAN, Renée Barata. História Através da Imprensa: algumas considerações metodológicas. **Revista História e Historiografia**, São Paulo, n. 4, p. 89-102, jun. 1985.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

ANEXO 1

Ficha catalográfica				
Ano	Mês	Dia	Edição	Paginação
1984	Janeiro	14	46	1 a 6
1984	Janeiro	26	47	1 a 6
1984	Fevereiro	11	48	1 a 6
1984	Fevereiro	25	49	1 a 6
1984	Fevereiro	10	50	1 a 6
1984	Março	17	51	1 a 4
1984	Março	24	52	1 a 6
1984	Março	31	53	1 a 4
1984	Abril	8	54	1 a 6
1984	Abril	15	55	1 a 6
1984	Abril	22	56	1 a 4
1984	Abril	29	57	1 a 4
1984	Maio	6	58	1 a 4
1984	Maio	13	59	1 a 6
1984	Maio	20	60	1 a 4
1984	Maio	25	61	1 a 4
1984	Junho	3	62	1 a 4
1984	Junho	10	63	1 a 4
1984	Junho	17	64	1 a 4
1984	Junho	24	65	1 a 6

Fonte: Dados da pesquisa.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

ANEXO 2

Tabulação manchetes				
Data	Edição	Manchete	Recorte Espacial	Recorte Temático
14/01/1984	46	Assessores entram em pânico!	Local	Política
26/01/1984	47	Polícia continua caçando e prendendo assaltantes de fazendas. Novas preventivas são decretadas.	Local	Violência e Segurança
11/02/1984	48	Mourãoense vai a praça pelas diretas	Local	Política
25/02/1984	49	Recursos do PRAM chegam para a região	Local	Economia
10/02/1984	50	Viação Garcia perde a linha Campo Mourão-Curitiba via Guarapuava, e é obrigada voltar a executar a linha para Curitiba via, via Peabiru, Engenheiro Beltrão e Rodovia do Café.	Local	Transporte
17/03/1984	51	José diz que tudo é culpa do João	Local	Política
24/03/1984	52	Richa, o governador mais popular do Brasil	Estadual	Política
31/03/1984	53	Encontro define posição de empresários	Local	Economia
08/04/1984	54	ACAMDOZE vai eleger novo presidente	Local	Política
15/04/1984	55	Richa e o setor de transportes	Estadual	Política
22/04/1984	56	Vereadores do P.D.S. fazem tudo para cassar Nelsinho	Local	Política
29/04/1984	57	Bilhões do PRAM para C. Mourão	Local	Economia
06/05/1984	58	Querem desestabilizar governo Richa com falsos ofícios e cartas anônimas	Estadual	Política
13/05/1984	59	Simeão fala sobre programa de Microdestilarias	Estadual	Economia
20/05/1984	60	CODUSA cobrava taxa ilegalmente	Local	Infraest. e planejamento
25/05/1984	61	As pedras irregulares e a nossa inércia	Local	Infraest. e planejamento
03/06/1984	62	Em mutirão, Pochapski é Catedrático	Local	Política
10/06/1984	63	Meningite está sob controle	Local	Saúde
17/06/1984	64	Governo começa a aplicar programas em CM	Local	Política
24/06/1984	65	Gabardo no tribunal de Contas. Brzezinski em Brasília.	Local	Política

Fonte: Dados da pesquisa.



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO HELENA WOLF (1930-1961): A MOVIMENTAÇÃO DOS TROPEIROS E A NECESSIDADE DA CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO ESCOLAR

Bruna Aldine Müller (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus de União da Vitória, bruna1997aldine@gmail.com
Orientadora: Prof^ª Dr^ª Roseli B. Klein
Unespar/Campus de União da Vitória, roseli.klein@hotmail.com

Palavras-chave: Instituições Escolares. Práticas Pedagógicas. História e memória oral.

INTRODUÇÃO

No Brasil, as atividades das instituições escolares tiveram início no período colonial, em 1549, com a chegada dos padres jesuítas. A partir desse momento, passaram por muitas reformas, devido aos modelos governamentais e tendências pedagógicas. Na região sul do país, destacaram-se as escolas imigrantes, que em sua maioria se caracterizaram como escolas isoladas e multisseriadas.

Outro destaque na região sul foi a atividade do tropeirismo, a qual entrou em evidência no cenário econômico. Apresentou-se com dupla importância: além de servir como base para o comércio pecuário, contribuiu também para a criação de vilas e cidades, tendo em vista o trajeto constante e periódico dos tropeiros e a fixação de alguns destes. Esse aumento populacional nas vilas exigiu a criação de escolas.

O estudo investiga a escola fundada numa comunidade originária da movimentação de tropas. A escola em questão localiza-se na comunidade de Iratim, no interior do município de General Carneiro (PR), e ainda permanece em funcionamento até os dias atuais.

A pesquisa tem por objetivo desvendar dados de fundação dessa instituição escolar primária, deixando transparecer o percurso educativo da escola, enfatizando questões pedagógicas, os atores escolares e o espaço escolar, entre os anos de 1930 a 1961. O recorte temporal do estudo inicia-se em 1930, por ocasião da criação dessa escola na localidade de Iratim de Palmas, na Vila de General Carneiro (PR), denominação recebida nessa época, pertencente ainda, naquele momento, ao município de Palmas (PR), e o estudo prossegue até 1961, quando a Vila de General Carneiro (PR) se emancipou politicamente de Palmas, tornando-se município independente (Município de General Carneiro – PR), e também, devido à promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61), que alterou algumas disposições escolares.

Justifica-se a investigação devido ao referido estabelecimento de ensino, atualmente denominado de Escola Municipal do Campo Helena Wolf, ter uma significativa importância histórica

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

por ser uma escola pública, fundada em decorrência do aumento populacional da localidade, em virtude da circulação dos tropeiros que por ali passaram, lugar de intenso tráfego de pessoas que se dirigiam das cidades do sul do Paraná até os campos de Palmas (PR). Neste local, havia traslado por meio de diligências, com horário regular de transporte de pessoas, havia hotel e um intenso comércio, entre outros. Os procedimentos metodológicos da pesquisa envolveram estudos bibliográficos, pesquisa descritiva, exploratória e de campo (entrevistas e análise documental).

O TROPEIRISMO E SUA PRESENÇA NA COMUNIDADE DE IRATIM

Caracterizado pela ação do transporte, o tropeirismo esteve presente no Brasil desde o início da colonização portuguesa, como um meio para a condução de riquezas, especiarias e animais de um lugar para outro, com finalidades comerciais.

Os tropeiros inseriram hábitos e costumes, realizando o intercâmbio cultural entre regiões, e fundando inúmeras cidades e povoados. Segundo Wachowicz (2001, p. 108) “cada cidade está separada da outra por uma distância que corresponde a um dia de viagem do tropeiro. Nos locais destinados ao pernoite, estabeleciam-se negociantes, que construíam algum cercado para alugá-lo ao tropeiro [...]”.

Segundo Ribas (2008), o bandeirante Pedro Siqueira Cortes, em 1842, abriu picada ligando Palmas às cidades do sul do Paraná, assegurando o processo de integração do Sul com a região dos Campos Gerais. Por essa rota, os tropeiros provindos dos campos de Palmas percorriam até União da Vitória, Palmeira e Sorocaba, no estado de São Paulo. Tal caminho foi pensado antes da movimentação dos tropeiros, no início da povoação de Palmas, para facilitar o transporte de sal ao gado.

Esse caminho tornou-se, posteriormente, de grande valia para a cidade de Palmas, sendo nomeado de Caminho da Nação (RIBAS, 2008). Dessa forma, os tropeiros auxiliaram a formação de vilas e povoados, na rota em questão, contribuindo com a formação da atual cidade de General Carneiro (PR). Na metade do caminho entre União da Vitória (PR) e Palmas (PR), ficava a localidade de Iratim de Palmas, pertencente inicialmente à Colônia de General Carneiro e elevada a condição de Distrito no ano de 1927, sendo submetida politicamente ao município de Palmas até 1961.

A ação de alugar espaço para os tropeiros, com suas tropas pernovernarem, segundo Ribas (2008), foi uma das razões que contribuiu para o crescimento populacional dessas localidades:

O potreiro de aluguel, comum nos pontos de pouso, poupava o tropeiro do penoso serviço de ronda durante a noite. Nos lugares de pouso surgia normalmente uma casa de secos e molhados, uma capela e outras edificações. Assim surgiram as povoações de Jangada, Marco Cinco, Galinha, Pouso Bonito, Iratim, Papuã, Campina do Tigre e Horizonte. (RIBAS, 2008, p. 37).

A relação da comunidade com os tropeiros visava atividades econômicas e sociais. Essa

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

movimentação de pessoas requereu a fundação de uma escola que foi criada anos após a passagem dos primeiros tropeiros na comunidade de Iratim de Palmas. Tornou-se habitual o encontro dos escolares com os tropeiros e com as tropas. O tropeirismo marcou presença no cotidiano dos estudantes, exerceu influências em seu modo de vida.

A escola, em estudo, foi criada devido à movimentação dos tropeiros, o transporte de gado passando diante dela provocava muita agitação nos alunos. Segundo Sandi (2016):

Quando vinham aquelas tropas de gado, ali na frente do armazém do vô Vitório Andriolli tinha um piquete para tropa parar para sestar. Soltava-se o gado na hora de sol quente, o gado ficava tudo lá. Era transportado o gado só por terra, era tropa de 50, 80, 100 cabeças de gado, [...] e nós morríamos de medo porque estávamos na escola que ficava bem próxima [...]. Era tropa grande, e ia um cavaleiro na frente com um cinorro batendo e as vacas atrás, e nenhuma procurava fugir, todas permaneciam umas atrás das outras. [...] quando passava a tropa pela escola, não tinha o que a professora segurasse, nós saíamos, porque era muito bonito ver os tropeiros passarem. (SANDI, 2016).

Neste momento de passagem, os sentimentos de curiosidade e medo dos educandos se mesclavam e a professora, mesmo com a promessa dos castigos, os deixavam saírem da escola para observar o número de animais, sua ordem, os sons e a rota. Tais contatos influenciaram na constituição da cultura escolar, a qual Faria Filho (2007) identifica como culturas escolares: construídas juntamente com outros elementos do fenômeno educativo, através das experiências e das práticas escolares, dos atores escolares e dos sujeitos presentes no processo escolar.

A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE DE IRATIM DE PALMAS, A CRIAÇÃO DA ESCOLA E O CONTEXTO NACIONAL

A comunidade de Iratim pertenceu ao extenso território de Palmas. Sua localização esteve entre a importante rota que ligava União da Vitória a Palmas¹. A passagem dos tropeiros propiciou, neste local, o crescimento populacional com a criação de comércios, como armazéns e hotéis para auxiliá-los, em sua viagem, com alimentação e pouso. O meio de transporte utilizado era a diligência. Esta percorria de União da Vitória até Palmas. Foi por esse meio que os inspetores escolares tiveram acesso à escola.

O povoamento da região, anterior à chegada dos tropeiros, constituía-se de indígenas e a convivência posterior destes com os desbravadores não foi pacífica, “a estrada da nação, como era conhecido o antigo caminho de tropas foi palco de encontros sangrentos” (RIBAS, 2008, p. 21). Os indígenas sofreram com sucessivos massacres.

A fixação dos pioneiros, como caracteriza Ferreira (1996), ocorreu a partir do ano de 1839 e

¹ Atualmente, o caminho é percorrido por rodovia asfaltada. A distância entre União da Vitória a Palmas é de aproximadamente 130 Km. Essa rota asfaltada não passa mais pela comunidade do Iratim.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

o povoamento em maior quantidade, “[...] só teve início em 1896, com a criação da Colônia General Carneiro, fundada pelo governo federal com imigrantes poloneses”. (FERREIRA, 1996, p. 74).

A comunidade do Iratim, no século XIX, constituía-se em uma única fazenda denominada São Sebastião do Iratim, sendo seus donos os primeiros habitantes dessas terras. A fazenda já possuía a Igreja Católica, com festejos de destaque (RIBAS, 2008):

A data de 20 de janeiro era destaque no calendário dos fazendeiros dos campos do Horizonte, um evento muito esperado. As famílias da região se deslocavam para o Iratim, onde eram realizados os festejos junto à capela de São Sebastião. Os fazendeiros doavam vacas gordas, carneiros e porcos para a churrascada. As hospedarias e casas dos moradores da localidade de Iratim ficavam repletas de visitantes. Os festeiros eram sorteados durante a festa e tinham a obrigação de programar o acontecimento do ano seguinte. Havia rezas, missa, churrascada, leilão de prendas, baile, fogos e outras diversões. Os jogos de cartas e de cachola muitas vezes provocavam entreveros e até tiroteios. (RIBAS, 2008, p. 29).

Percebe-se no relato, a importância da Igreja Católica, nesse momento sendo a primeira instituição social a ser instalada na comunidade. Essa, posteriormente, estabeleceu grande relação com a instituição escolar fundada na comunidade, no século seguinte. “Em torno dessas duas instituições se organizou a vida, o cotidiano das colônias, especialmente daquelas mais distantes dos núcleos urbanos” (KLUG, 2003, p. 142).

No início do século XX, devido a um maior número populacional, na Colônia de General Carneiro, segundo Ferreira (1996) foi instalado um Distrito Policial:

Pelo Decreto Estadual nº 281, do dia 13 de agosto de 1901, foi criado o Distrito Policial na Colônia General Carneiro, no Termo de Palmas, e em 20 de fevereiro de 1914 através da Lei Estadual nº 1.353, o Distrito Policial foi elevado à categoria de Distrito Judiciário. (FERREIRA, 1996, p. 302).

O crescimento do Distrito do Iratim verificou-se a partir do desenvolvimento da pecuária e do comércio por influência dos tropeiros. Percebe-se que a comunidade não foi somente uma pequena vila, mas ao contrário, pois, conforme Ferreira (1996, p. 302), “a Lei Estadual nº 2.466, do dia 02 de abril de 1927, transfere a sede do Distrito Judiciário de General Carneiro para o lugar denominado <Iratim>. Floresce, dessa forma, o Distrito de Iratim”. Esse clima de efervescência econômica, histórica, social e cultural demandou uma instituição escolar, com um espaço propício para a aprendizagem dos meninos e meninas da localidade. Anterior à construção da escola há relatos, dos moradores, de que a instrução acontecia nas casas daqueles que foram eleitos professores, pela comunidade.

A escola absorveu a identidade da comunidade, já estruturada com a presença de outras instituições que promoviam a socialização, além da atividade do tropeirismo. Entretanto, não foram somente os aspectos regionais que contribuíram para o início da escolarização nesse momento, mas também as mudanças no cenário educacional nacional e estadual. A década de 1930, em âmbito

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

nacional, representou um momento de efervescência no campo educacional brasileiro, tendo em vista que:

A partir da década de 1930, a educação despertara maior atenção, quer pelos movimentos dos educadores, quer pelas iniciativas governamentais, ou ainda pelos resultados concretos efetivamente alcançados. É possível compreender essas mudanças analisando o contexto político, social e econômico [...]. Com a crise do modelo oligárquico agroexportador e o delineamento do modelo nacional-desenvolvimentista com base na industrialização, exigia-se maior escolarização [...]. (ARANHA, 2006, p. 305).

A realidade educacional, em âmbito nacional, exigia a escolarização para a população em geral. Na década de 1930, no Estado do Paraná, percebeu-se a ênfase na instalação de instituições escolares primárias rurais. De acordo com Furtado; Schelbauer e Sá (2015), tal desenvolvimento da escolarização no estado ocorreu por dois motivos principais: o ruralismo pedagógico e a ação das companhias colonizadoras. Desse modo, não havendo ainda, uma normatização em nível nacional para o funcionamento dessas instituições de ensino primário, a regulamentação das mesmas, “[...] em boa parte, ainda estava circunscrita ao Código de Ensino de 1917, sendo o estado considerado entre os primeiros que procuraram imprimir unidade e plano aos seus serviços de educação” (FURTADO; SCHELBAUER; SÁ, 2015, p. 123).

Mediante esse contexto nacional e estadual, a Escola do Campo Helena Wolf, na década de 1930, foi descrita por Guimarães (2008, p. 13) da seguinte forma:

[...] modesta escolinha do professor Tibúrcio em Iratim, onde, em 1937, quase um século passado, adolescente, mas já cursando a Escola Complementar do Colégio São José de Porto União, acompanhando meu pai, José Frederico Teixeira Guimarães, Inspetor Escolar de General Carneiro, assisti não só aos exames das matérias curriculares, como me emocionei, quando, naquela escola rústica, com sala de chão batido, em bancos toscos de madeira lascada, vi os alunos se levantarem e numa bela demonstração de patriotismo cantarem o Hino Nacional, Hino da Independência, Hino à Bandeira e Canção do Soldado [...]. (GUIMARÃES *apud* RIBAS, 2008, p. 13).

Esta referência à modesta escolinha deixou transparecer alguns elementos importantes, como a presença de um professor em sala de aula, o ambiente escolar simples, e práticas do Estado Novo: presença dos inspetores, o civismo e o respeito para com a Pátria.

O ensino primário continuou sendo organizado a partir das regulamentações estaduais, pois “a reforma do ensino primário só seria regulamentada após o Estado Novo, em 1946, com a introdução de diversas modificações” (ARANHA, 2006, p. 307). Tais modificações, em nível nacional, foram resultados da Reforma Capanema, que dividiu a educação primária em modalidades: a Escola Isolada, caracterizada por uma turma de alunos e um professor responsável; as Escolas Reunidas; os Grupos Escolares e a Escola Supletiva. Cada estabelecimento tinha por função ofertar os distintos níveis de ensino, sendo o menor grau o das escolas isoladas e reunidas, com o curso primário elementar de quatro anos, e mediante exame de admissão o aluno poderia prosseguir seus estudos no

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

curso ginásial (BRASIL, 1946). Entre os anos de 1946 a 1961, o ensino seguiu dessa Lei, havendo quatro anos de curso. Não foram raros os alunos que permaneceram somente com essa escolaridade e poucos realizaram o exame de admissão para prosseguirem os estudos nos ginásios de cidades vizinhas.

Assim, o recorte temporal do estudo sobre a Escola Municipal do Campo Helena Wolf, contemplou também o período nacional-desenvolvimentista. Nesse momento, segundo Nascimento (2006), especificamente no início da década de 1960, o desenvolvimento urbano e industrial brasileiro tornava-se presente, evidenciavam-se as desigualdades sociais que refletiram em novas reformas de base para amenizar tais diferenças no campo educacional, influenciando a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A Escola Municipal do Campo Helena Wolf: o espaço escolar

Nos estudos sobre instituições escolares, o espaço escolar e a arquitetura dos prédios constituem-se como um dos aspectos para a construção da história da escola. Tal importância é atribuída aos espaços visto que a arquitetura a qual a instituição possui ou possuiu “[...] é mais do que uma construção com suas fachadas e acomodações, é na realidade, m desígnio intelectual de quem a projetou, é o cruzamento utópico de ensinar todo o saber produzido pela humanidade e as suas restrições técnicas e espaciais” (CASTRO; CASTELLANOS, 2015, p. 438). Assim, no recorte temporal que compreende os anos de 1930 até 1961, a atual Escola Municipal do Campo Helena Wolf possuiu dois prédios escolares, os quais apresentaram arquiteturas distintas, entretanto ambos ofereceram as aulas de forma multisseriada.

O primeiro prédio da Escola Municipal do Campo Helena Wolf foi marcado pela simplicidade, pois se tratava de uma povoação que percebeu a necessidade de um espaço escolar, após atingir outras conquistas como o Distrito Judiciário em 1927, a Igreja e comércios, cartório, entre outros. Conforme a documentação da Escola, sua construção ocorreu por iniciativa dos moradores e pais, “na época os moradores da localidade eram, a maioria fazendeiros, e, necessitando de uma escola para seus filhos, compraram um terreno para a construção de uma escola, construída em madeira [...]” (GENERAL CARNEIRO, 2001, p. 2).

Os recursos para a construção do espaço escolar foram provenientes da colaboração dos próprios pais dos alunos e a construção e manutenção ficaram sob a responsabilidade do município de Palmas (PR). O espaço escolar foi descrito por um ex-aluno que o frequentou na década de 1940, da seguinte forma: “exteriormente era cercada por terreno baldio. Era bem simples, pequena, de madeira e sem pintura, tinha o sótão bem alto e as carteiras eram duplas feitas de madeira lascada, estudava-se muito naquela época [...]” (COSTA, 2016). Essa observação completa-se com o comentário de Braun (2016): “[...] o sótão alto era o quarto da professora, mas acho que ninguém morou lá [...]”. A figura 1 busca representar o primeiro prédio da instituição.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**



Figura 1 - Representação do primeiro prédio da Escola.

Fonte: Pintura de Leticia Lachowski, a partir das descrições coletadas nas entrevistas.

O espaço escolar era bem simples, tendo em vista a formação da comunidade e os estabelecimentos que nela havia. Mesmo simples e construída por iniciativa dos pais dos educandos na década de 1930, o município de Palmas (PR), conjuntamente com o Estado, subsidiou o funcionamento da escola. De acordo com Schelbauer (2014, p. 81): “os documentos atribuem a denominação rural àquelas escolas subvencionadas, ora mediante acordo com o governo federal, ora mediante acordo entre o Estado e os municípios, ora financiadas pelo próprio Estado”.

Para sanar a falta de espaço, foi construído um novo prédio, a mudança foi por volta do ano de 1951. Assim, o primeiro espaço da Escola Helena Wolf surgiu a partir da necessidade de se ter uma estrutura para atender uma população de crianças advindas da expansão do pequeno vilarejo e o segundo prédio foi construído para atender a demanda em expansão, pois a pequena escola já não comportava o grande número de educandos. A nova escola possuía duas salas e a residência para os professores que viessem de longe para lecionar.

Um prédio ficou próximo ao outro. A figura 2 retrata parte do prédio, destacando um aluno exibindo sua lembrança da Primeira Eucaristia, realizada na Igreja próxima, entretanto a festa em decorrência dessa celebração aconteceu no interior da escola.



Figura 2 - Emil Müller em sua Primeira Eucaristia, em 1954, em frente ao segundo prédio da Escola Municipal do Campo Helena Wolf.

Fonte: Acervo particular de Teodora Müller.

A escolarização paranaense rural, na década de 1950, e a instalação de novos prédios escolares fazia parte da meta do Estado. Segundo Schelbauer (2014):

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Ao iniciar a década de 1950, a mensagem de abertura da sessão legislativa de Lupion reflete a tônica do Programa de Organização do Ensino Primário. Ao dar ênfase ao fato de que o Paraná representava o maior centro agrícola do país e que, se ainda não o fosse, o Estado marchava rapidamente para isso, o governador afirmava as ações de seu governo relacionadas à educação primária, à formação de professores e, sobretudo, ao ensino rural. Dentre elas, estava o plano de aumento e ampliação da rede de ensino primário rural, em regime de acordo com os municípios, mediante o qual o Estado assumia a responsabilidade financeira pela abertura de escolas na zona rural [...]. (SCHELBAUER, 2014, p. 84).

Na década de 1950, o espaço escolar tornou-se mais adequado, com duas salas e a possibilidade da professora residir na escola, tendo em vista que o Estado paranaense estava investindo na educação primária rural.

A Escola Municipal do Campo Helena Wolf: professores e alunos

O professor dessas escolas multisseriadas, nas colônias imigrantes, geralmente era escolhido a partir do seguinte caráter “[...] o indivíduo que demonstrasse maior desembaraço e dominasse as noções elementares de escrita e cálculo” (LUPORINI, 2007, p. 219).

O quadro abaixo (quadro 1) destaca os possíveis professores² que lecionaram na Escola Helena Wolf entre o período de 1930 a 1961:

QUADRO 1 – Professores que lecionaram na Escola Helena Wolf entre os anos de 1930 e 1961.

	ANO	ESTRUTURA	DOCENTES	(Possíveis) INSPETORES ESCOLARES QUE A VISITARAM
1ª escola	1930 a 1951	Escola em madeira, pintada na cor branca, com janelas verdes, de vidro. A escola funcionou de forma multisseriada, sendo composta por uma sala pequena. Lembrava um chalé, assim, oferecia um sótão funcionando como quarto da professora. As carteiras eram duplas de madeira lascada. Denominava-se Escola Pública de Palmas.	Tibúrcio (1937) Teresa (1939 - 1941) Olga Bulek Andriolli (1941 - 1950) Anízia Andriolli (1951 - 1955) Helena Wolf (1944 - 1954)	José Frederico Teixeira Guimarães (1930 a meados década de 1940) Pedro Araújo Netto (1930 - 1940) Cordovan de Melo (1940 a meados da década de 1950)

² A relação dos possíveis professores que lecionaram nessa escola e inspetores que por ela passaram, listados no quadro 1, tem por base as entrevistas realizadas nessa pesquisa. Isso não quer dizer que após a realização dessa investigação, não possam surgir outros educadores ou inspetores ainda não relacionados nesse quadro, pois novos documentos podem ser resgatados e outras fontes de história e memória oral podem ser encontradas, dando novos desmembramentos sobre esses atores escolares. Entretanto, até o presente momento, estes são os docentes que contribuíram com a formação das crianças e jovens nas primeiras décadas de funcionamento dessa escola.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

2ª escola	1951 a 1961	Prédio em madeira com uma arquitetura mais delineada. Construção ampla dividida em cinco espaços: duas salas de aula, cozinha, um quarto, se caso a professora desejasse residir na escola e, na parte frontal, havia uma pequena varanda. O prédio possuía uma pequena escadaria de alvenaria. Passou a denominar-se Escola Pública de General Carneiro.	Guiomar Ribas (1951 -1956) Abemayr Steptjuk (1957 - 1961)	Orli Domit (1957 -1961)
------------------	-------------------	---	--	----------------------------

Fonte – Acervo da pesquisadora, elaborado com base em entrevistas a ex-alunos e ex-professores da Escola Helena Wolf na Comunidade do Iratim, Município de General Carneiro (PR).

A Escola Municipal do Campo Helena Wolf: práticas educativas

As práticas educativas presentes na escola, no período analisado, tinham por base a pedagogia tradicional: o ato de decorar, os exames finais e os castigos. Behrens (1999, p. 45) aponta uma dinâmica “referendada por uma visão cartesiana, onde a metodologia fundamenta-se em quatro pilares: escute, leia, decore e repita”. Aliada a tal metodologia, enfatizam-se os castigos físicos como aliados para moldar comportamentos e conduzir à aprendizagem. A disciplina rígida e os castigos faziam parte da prática pedagógica das educadoras no início do século XX. Essa prática tradicional segundo Behrens (1999, p. 44) levava o docente a apresentar-se “autoritário, severo, rigoroso, e objetivo”, procurando disciplinar os alunos, na sala de aula, em nome da obediência, da organização e do silêncio.

Segundo Muller (2016a):

A professora era muito severa. Tinha uma professora que usava o pedaço de madeira que havia debaixo do mapa, aqueles que, quando o mapa ficava velho se soltavam. E aproveitava-os para “descer no lombo”, por isso que se aprendia. [...] Nós usávamos o guarda pó e o bibico branco. O bibiquinho era de colocar na cabeça, igual uma barra de calça que você prende e põe na cabeça, tipo de polícia um aviãozinho [...]. (MULLER, 2016a).

Para avaliar o conteúdo aprendido, utilizava-se de exames finais rigorosos, onde os alunos deveriam saber o conteúdo de todo o ano letivo. Muitos reprovavam. Segundo Muller (2016b):

Eu estudei lá até o terceiro ano, mas ao todo foram cinco anos, porque três foram só no primeiro ano escolar. Meu Deus do céu! Quando eu pensava: - passei, e agora vou para o segundo ano, eu voltava para o “primeiro ano atrasado”, porque tinha o “adiantado” e o “atrasado” [...] eu não aprendia ler. Escrever eu escrevia meio mal, e daí escrevia quando a professora colocava aqueles pontos para a gente estudar em casa. Decorava uma folha inteira. Eu copiava, chegava em casa e não podia ler aquilo lá. (MULLER, 2016b).

A divisão de turmas entre “atrasados” e “adiantados” foi uma prática constante da escola, mesmo numa turma multisseriada.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Por outro lado, as professoras também realizavam atividades menos rígidas, como aquelas que incentivavam os alunos a se expressarem por meio do teatro. A apresentação de teatros, entre os anos de 1940 até 1947, deriva da renovação pedagógica. Segundo Costa (2016) a professora Helena Wolf e a professora Olga Andriolli foram incentivadoras dessa prática: “me recordo, de uma apresentação de teatro, que eu e meus colegas apresentamos para nossos pais. Esforcei-me e ensaiei muito [...]”. Braun (2016) também revela a prática dos teatros na escola e afirma que a rotina escolar contemplava “a entrada às oito horas, a realização das orações, seguida das tarefas, depois o ensaio do teatro, o recreio, e na sequência, voltávamos para a aula”. A presença dos teatros, na década de 1940, são resultados isolados da renovação pedagógica escolanovista, que segundo Araújo, Valdemarin, Souza (2015), ocorreram por meio da mobilização dos educadores e das disciplinas escolares:

Além da relação com a formação de professores, a investigação sobre a renovação pedagógica recolhe indícios em iniciativas segmentadas nos diferentes conteúdos ensinados na escola primária. Embora o currículo da escola primária brasileira tenha sofrido poucas alterações sob o influxo da Escola Nova, a renovação nos processos de ensino pode ser melhor analisada quando se considera as diversas áreas de conhecimento. O ensino da Geografia e da Aritmética, por exemplo, parece ser mais propício para viabilizar pelas orientações metodológicas a conexão da escola com a vida, enquanto o ensino da língua materna, dada a sua centralidade na instrução primária, demanda maior mediação [...]. (ARAÚJO; VALDEMARIN; SOUZA, 2015, p. 37).

Os conteúdos oferecidos pela Escola do Campo Helena Wolf envolviam as disciplinas de Português, Aritmética, Desenho, Geografia do Brasil, História do Brasil e Ciências Naturais. A Lei Orgânica do Ensino Primário exigia a oferta das seguintes disciplinas no ensino primário elementar de quatro anos nas escolas: “Leitura e linguagem oral e escrita. Iniciação matemática. Geografia e História do Brasil. Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho. Desenho e trabalhos manuais. Canto orfeônico. Educação física” (BRASIL, 1946). Percebe-se uma divergência entre o que a Lei determinava e as disciplinas que a escola oferecia.

A figura 3 apresenta um fragmento de prova de aritmética realizada em caderno escolar. Observa-se que os “problemas” matemáticos envolviam a realidade do campo, abordando questões referentes à terra.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

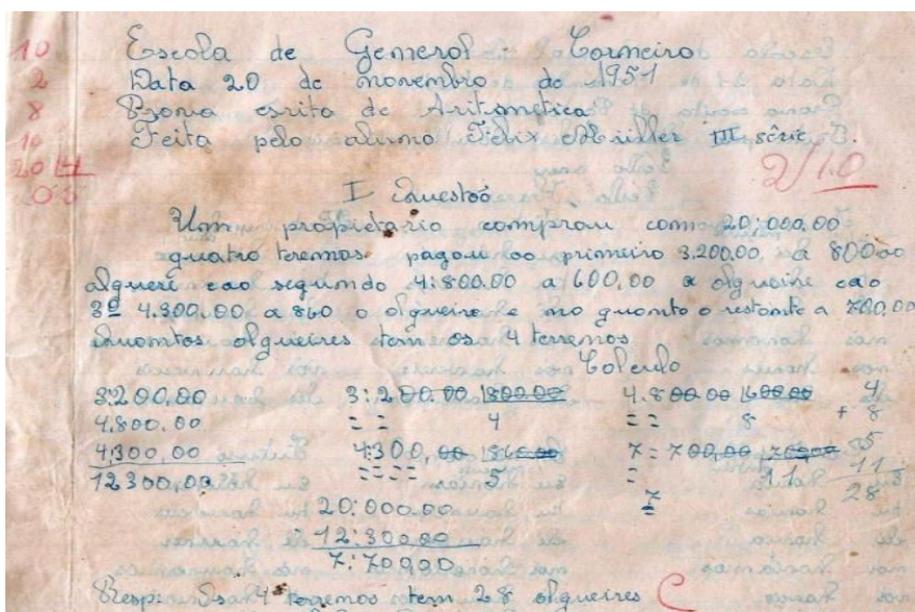


Figura 3 – “Problema” de Aritmética, da 3ª série do Curso Primário (1951).

Fonte: Acervo do Núcleo de Catalogação de Documentos Histórico-Educacionais (NUCATHÉ).

De acordo com Oliveira (2007, p. 266), as disciplinas “[...] são herdeiras de processos de seleção e transmissão culturais devedores de disputas que procuram afirmar ou infirmar saberes, práticas e condutas, que definiram e continuam a definir o lugar de indivíduos, grupos ou classes na organização da cultura”. Percebe-se que os conteúdos enfatizam questões práticas na vida dos educandos, ao estarem envolvidas também com o contexto rural. Segundo Araújo, Souza e Pinto (2015):

As ideias ruralistas em debate no Brasil desde os anos 1920 floresceram nas décadas de 1930 e 1940, do século XX e, foram incorporadas nas propostas de educação rural levadas a termo pelos governantes federais e estaduais. O ensino típico rural tornou-se uma expressão a mais do ruralismo que defendia uma escola com proposta pedagógica específica para o campo atendendo as especificidades da população do meio rural. (ARAÚJO; SOUZA; PINTO, 2015, p. 72-73).

A figura 4 mostra a professora Helena Wolf conduzindo seus alunos numa procissão, realizada durante uma festa dominical em honra a São Sebastião. Nesta, realizou-se a Primeira Comunhão de alguns alunos.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.



Figura 4 – Os alunos da Escola Helena Wolf participando de Procissão em honra a São Sebastião, no final da década de 1940.

Fonte: Acervo particular de Teodora Müller.

A prática do ensino religioso estava ligada à Igreja Católica, acontecia no interior da escola, realizavam-se as orações antes de iniciar a aula e havia o ensinamento do Catecismo: uma preparação para a Eucaristia. Braun (2016) revela que “a doutrina era a professora quem nos ensinava. Aprendíamos as orações, os mandamentos da Lei de Deus e da Igreja. Acontecia aos sábados na escola. No dia da Primeira Eucaristia, havia uma festinha na escola, feita para as crianças”.

Mesmo sob um regime político republicano que estabeleceu um estado laico, desde a Constituição de 1891, percebeu-se um forte vínculo das escolas com a Igreja Católica. Desse modo, tal influência resultou da atuação dos católicos na década de 1930, perdurando na década de 1940, “[...] os pensadores católicos criticavam a tendência laica instalada pela República. Preconizavam a reintrodução do ensino religioso nas escolas por considerar que a verdadeira educação devia estar vinculada à orientação moral cristã” (ARANHA, 2006, p. 304). As práticas educativas empregadas nessa escola tiveram influência do catolicismo e se voltaram para a realidade da área rural, com predominância da Pedagogia Tradicional. A partir do ano de 1937, houve significativa influência das políticas de nacionalização do ensino, destacando a presença do civismo e princípios de higienização.

Segundo Santos (2008):

A reforma na educação foi ponto de partida para a campanha de nacionalização de 1937. A obrigatoriedade de lecionar utilizando a língua vernácula, a modificação curricular com obrigatoriedade do ensino de História e Geografia do Brasil e a ênfase na Educação Moral e Cívica e Educação Física [...] tiveram de ser incorporadas ao cotidiano escolar. (SANTOS, 2008, p. 69).

Os alunos que estudaram na Escola do Campo Helena Wolf destacaram as práticas educativas realizadas no interior da instituição, relacionadas a essas atividades que reforçavam conteúdos referentes às datas cívicas e a ação de cantar o Hino Nacional com a bandeira hasteada, entre outras. De acordo com Santos (2008), o docente a partir de sua prática pedagógica buscava

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

enaltecer a cultural nacional brasileira e as solenidades, além de despertar sentimentos pátrios nos alunos, essas práticas eram percebidas também pela comunidade. As constantes visitas de inspetores, durante as décadas de 1930 e de 1940, juntamente com as exigências de patriotismo, civismo e higienização, fizeram parte do processo de nacionalização do ensino. Segundo Santos (2008):

O governo brasileiro pretendia uma escola como espaço de reprodução de formas de pensar, sentir e viver conformados ao projeto nacionalista. A avaliação do papel dos docentes e dos inspetores escolares, durante e pós Estado Novo, permite alargar a compreensão do quanto a sua atuação no direcionamento das práticas pedagógicas curriculares atenderam aos apelos e permanência da campanha nacionalista [...]. (SANTOS, p. 75, 2008).

A proposta nacionalista, nesse ambiente rural, foi concretizada pela ação dos inspetores escolares. As escolas isoladas com grandes distâncias a serem percorridas, impediam uma formação continuada docente e frequente. Essa vontade de alfabetizar as crianças brasileiras em língua pátria, instruir para o civismo, higienizar e ensinar a história e a geografia do Brasil, somente foi possível pela abnegada tarefa dos inspetores que adentraram essas localidades longínquas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, buscou-se compreender a contribuição do tropeirismo para a formação da comunidade do Iratim, e a conseqüente necessidade da criação da instituição escolar nessa localidade. A partir dessa análise foi possível apontar as transformações geográficas, culturais e sociais da comunidade e os benefícios que o ambiente escolar, ali implantado, proporcionou aos seus habitantes.

O estudo permitiu o levantamento de dados sobre a fundação e o percurso educativo da Escola Municipal do Campo Helena Wolf, entre os anos de 1930 até 1961. A investigação resgatou, por meio das memórias dos principais atores escolares: os que lecionaram e os estudantes dessa escola, as práticas educativas efetivadas no interior da instituição. O estudo revelou, também, a organização do espaço escolar.

O período de estudo da Escola do Campo Helena Wolf, contemplou a Era Vargas e o período Nacional Desenvolvimentista. A fase em que Getúlio Vargas esteve no poder foi marcada por inúmeras transformações educacionais. Muitas reformas educacionais aconteceram e trouxeram consigo mudanças significativas na educação brasileira.

O ponto de destaque foi a política da nacionalização da educação, implantando a exigência de alfabetizar as crianças das escolas isoladas na língua pátria e incutir o civismo, que teve como finalidade formar o cidadão brasileiro. Essas práticas foram concretizadas na escola estudada.

Nas décadas de 1950 e 1960, o Brasil passava pela política nacional desenvolvimentista, quando o desenvolvimento urbano e industrial brasileiro tornava-se presente. Entretanto, percebe-se que essas transformações na comunidade do Iratim foram ainda muito lentas. A escola continuou na

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

modalidade multisseriada, e as educadoras que lecionaram permaneciam por longos períodos. Esse processo de não renovação e das dificuldades de locomoção e formação continuada contribuiu para o lento processo de renovação pedagógica revelado na pesquisa.

Investigar a Escola Municipal do Campo Helena Wolf constituiu-se como uma pesquisa inédita, pois os dados coletados ainda não tinham sido revelados. O estudo contribui com a história da educação, ao descrever uma relação educativa de um local, em determinado período, vinculado à atividade exercida pelos tropeiros.

Os dados revelados pelo estudo poderão auxiliar outros pesquisadores a desvendar fatos ainda não investigados, mediante novas fontes que possam surgir.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAÚJO, José Carlos Souza.; VALDEMARIN, Vera Teresa.; SOUZA, Rosa Fátima de. A contribuição da pesquisa em perspectiva comparada para a escrita da história da escola primária no Brasil: notas de um balanço crítico. In: SOUZA, Rosa Fátima de.; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira.; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. (Org.). **História da Escola Primária no Brasil: investigações em perspectiva comparada em âmbito nacional**. Aracaju: Edise, p. 27-46, 2015.

ARAÚJO, José Carlos Souza.; SOUZA, Rosa Fátima de.; PINTO, Rubia-Mar Nunes. A escola primária segundo as mensagens dos presidentes da república e dos governadores de São Paulo, Minas Gerais e Goiás entre 1930 e 1961: Propósitos comuns e desafios. In: SOUZA, Rosa Fátima de.; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira.; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. (Org.). **História da Escola Primária no Brasil: investigações em perspectiva comparada em âmbito nacional**. Aracaju: Edise, p. 47-102, 2015.

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O Paradigma Emergente e a Prática Pedagógica**. Curitiba: Champagnat. 1999.

BRASIL. Decreto Lei nº 8.529 de 02 de janeiro de 1946. **Lei Orgânica do Ensino Primário**.

CASTRO, César Augusto.; CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. Arquitetura Escolar: entre construções e adaptações. In: SOUZA, Rosa Fátima de.; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira.; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. (Org.). **História da Escola Primária no Brasil: investigações em perspectiva comparada em âmbito nacional**. Aracaju: Edise, p. 427-470, 2015.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (Org.). **Culturas Escolares**, saberes e práticas educativas. Itinerários históricos. São Paulo: Cortez, p. 193-211, 2007.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus Municípios**. 19. ed. Maringá: Memória Brasileira, 1996.

FURTADO, Alessandra Cristina.; SCHELBAUER, Analete Regina.; SÁ, Elizabeth Figueiredo de. Escola Primária Rural: Caminhos percorridos pelos estados de Mato Grosso e Paraná (1930-1961). In: SOUZA, Rosa Fátima de.; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira.; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho.(Orgs.). **História da Escola Primária no Brasil: investigações em perspectiva comparada em âmbito nacional**. Aracaju: Edise, p. 103-146, 2015.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

GENERAL CARNEIRO. Secretaria Municipal de Educação. Escola Rural Municipal Helena Wolf – Ensino Fundamental. Portaria nº 13, de 30 de junho de 2001. Relator: Iracy de Lourdes Huergo. Lex: Preâmbulo, General Carneiro, jun. 2001.

GUIMARÃES, Josué. Prefácio. In: RIBAS, Joaquim Osório. **História do Município de General Carneiro**. General Carneiro: Kaygangue, 2008.

KLUG, João. A escola alemã em Santa Catarina. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). **Mosaico de Escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República**. Florianópolis; Santa Catarina: Cidade Futura, p. 141-154, 2003.

LUPORINI, Tereza Jussara. Instituições escolares: etnia e educação escolar. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. [et al]. **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. São Paulo: Autores Associados, p. 209-227, 2007.

NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus. **Educação e nacional-desenvolvimentismo no Brasil**. Campinas: Graf. FE - UNICAMP, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_nacional_desenvolvimentista_intro.html>. Acesso em: 12 jun. 2017.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Educando pelo corpo: saberes e práticas na instrução pública primária nos anos finais do século XIX. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (Org.). **Culturas Escolares, saberes e práticas educativas. Itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, p. 265-300, 2007.

RIBAS, Joaquim Osório. **História do Município de General Carneiro**. General Carneiro: Kaygangue, 2008.

SANTOS, Ademir Valdir dos. O Estado Novo, o período pós 1945 e as escolas primárias Catarinenses: (des)nacionalização do ensino estrangeiro?. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 32, p. 65-84, dez. 2008.

SCHELBAUER, Anaete Regina. Da roça para a escola: institucionalização e expansão das escolas primárias rurais no Paraná (1930-1960). **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 71-91, mai./ago. 2014.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

Entrevistas:

BRAUN, Maria da Conceição. **Entrevista** [ago. 2016]. Entrevistadora: Bruna Aldine Muller. General Carneiro: 2016. Gravação em áudio.

COSTA, Antônio. **Entrevista** [out. 2016]. Entrevistadora: Bruna Aldine Muller. General Carneiro: 2016. Gravação em Áudio.

MULLER, Helmutt Bernardi. **Entrevista** [dez. 2016]. Entrevistadora: Bruna Aldine Muller. General Carneiro: 2016. Gravação em Áudio.

MULLER, Leopoldo Raul. **Entrevista** [dez. 2016]. Entrevistadora: Bruna Aldine Muller. General Carneiro: 2016. Gravação em Áudio.

SANDI, Frida. **Entrevista** [nov. 2016]. Entrevistadora: Bruna Aldine Muller. Bituruna: 2016. Gravação em Áudio.



TRÊS NOTAS EM RELAÇÃO AO SETOR SUCROENERGÉTICO PARANAENSE, TENDO COMO REFERÊNCIA O PLANO NACIONAL DE AGROENERGIA.

Roberto José de Brito Neto (Pic, Fundação Araucária),

Unespar/Apucarana, betorjbn@hotmail.com

Juliana Cristina Teixeira Domingues (Orientadora),

Unespar/Apucarana, julianadomingues77@gmail.com

Palavras-chave: Setor Sucroenergético, Plano Nacional de Agroenergia, Política Agrícola Brasileira.

INTRODUÇÃO

Hodiernamente, no modelo de produção capitalista, a busca por alternativas energéticas que possam substituir fontes de energia não renováveis é matéria central para a produção e consequentemente ao mundo científico. No contexto brasileiro¹, essa temática, no último quarto de século, transita em torno do setor sucroenergético e a produção de biocombustíveis. Fato este que transformou o Brasil no detentor de *know-how* e referência em produção de etanol à base de cana-de-açúcar, culminando em 2006 na elaboração da Política Nacional de Agroenergia e no Plano Nacional de Agroenergia (2006-2011). Os quais apresentavam como principais metas: garantir aprimoramento nos meios de produção sucroenergético, financiamento agrícola, questão ambiental, fortalecimento de pequenos produtores e garantia de desenvolvimento social. Todavia, paradoxalmente, a Política Nacional de Agroenergia é caracterizada historicamente por priorizar grandes latifúndios e multinacionais agrícolas, dentro desta conjuntura discussões acerca: questão ambiental, diminuição de plantio de culturas relacionadas à segurança alimentar colocam em contradição a ideia de desenvolvimento social contido no referido documento. Somam-se a este contexto, as características relacionadas ao setor sucroenergético, como: utilização de uma vasta extensão territorial para produção, aliança com o grande capital, substituição de lavouras alimentícias por energéticas, trabalho degradante via corte de cana-de-açúcar, reforçando os questionamentos em torno ao setor. (DOMINGUES, 2014).

Dessa forma, o objetivo central deste estudo é apresentar após o fim do período estipulado para a execução do Plano Nacional de Agroenergia (PNA), os resultados iniciais em relação a três

¹ Isto porque, o setor sucroenergético brasileiro encontra-se entre os gigantes mundiais no tocante da produção agroenergética, chegando a produzir na safra 2016/2017, aproximadamente 632,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, movimentando a fabricação de 37,5 milhões de toneladas de açúcar e 26,6 bilhões de litros de etanol (MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO-MAPA, 2017).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

categorias específicas, as quais foram denominadas neste trabalho como notas, denominadas: Participação do Setor Sucroenergético paranaense no Balanço Energético Nacional (BEN); indicadores sociais em relação ao mercado de trabalho sucroenergético; e parâmetros de desenvolvimento social e humano tendo como referência o estado do Paraná.

Para alcançar tal objetivo, além desta parte introdutória, o trabalho foi dividido em outras quatro partes, denominadas: Um breve histórico do setor agrícola brasileiro; O setor sucroenergético brasileiro: do Proálcool ao plano nacional de agroenergia – PNA; A ascensão do setor sucroenergético no Paraná: um recorte do histórico do setor paranaense, e por último, os resultados, apresentados a seguir.

UM BREVE HISTÓRICO DO SETOR AGRÍCOLA BRASILEIRO.

O Brasil é conhecido mundialmente como um dos principais celeiros agroindustriais, sendo o terceiro colocado no *ranking* mundial de produtor de cereais na safra 2016/2017, perdendo apenas para os Estados Unidos da América - EUA e China (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, 2017). Ainda de acordo com a CONAB (2017), o país pode chegar a produzir 234,33 milhões de toneladas de grãos na atual safra, sendo esta a maior já vista nacionalmente (CONAB, 2017).

Outro fator significativo na agroindústria nacional é a representatividade do Brasil no mercado de exportação de proteína animal, conquistando entre 2008 e 2015 a liderança em exportações, sendo: de carne bovina 67,6 milhões de toneladas, carne suína 53,2 milhões de toneladas e de carne de frango 76,39 milhões de toneladas (MAPA, 2016).

Embora esses números impressionem, os mesmos fortalecem as críticas de autores como OLIVEIRA (2012), MUELLER (1983, 2010) e NAVARRO (2001, 2010) que argumentam que a política agrícola nacional é pensada levando em consideração o mercado mundial de *commodities* agrícolas em detrimento a lavouras de subsistência como: mandioca, feijão e arroz que compõem a base nutricional brasileira. Isso porque, historicamente o país teve como prioridade responder aos interesses do grande capital agrícola em detrimento da agricultura interna. Como por exemplo, a atuação da Companhia das Índias Ocidentais no período colonial, cujo único objetivo era a exploração de matéria prima agrícola sem pensar no retorno social e econômico para o país. Sendo assim e de acordo com a história, a riqueza produzida pelo setor está longe de proporcionar internamente uma distribuição de renda com equidade, especialmente, na relação entre trabalhadores rurais, grandes latifúndios e as multinacionais de *commodities* agrícolas.

Nessa mesma perspectiva MUELLER (2010:1983), LOPES e LOPES (2010), DELGADO (2005) e BELIK e PAULILO (2001) apresentam o caráter exploratório que o setor agrícola presenciou entorno a sua história. Sendo utilizado como mantenedor do modelo capitalista, o setor agrícola

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

brasileiro foi visto como suporte de crescimento a outros nichos econômicos, como por exemplo: no crescimento urbano-industrial ocorrido no período ditatorial, sob a égide da modernização conservadora e as propostas da Revolução Verde.

Não diferente do processo de colonização, hoje em dia, a agricultura brasileira continua presenciando uma exploração maciça e agressiva, causada pelas políticas neoliberais através da mundialização da economia. Tal fato é revelado pelo número de empresas multinacionais fixadas em solo brasileiro e pelas mudanças ocasionadas por estas no setor agrícola em âmbitos nacional e internacional, em especial pela transformação de produtos como soja, milho, trigo, arroz, algodão, cacau, café, açúcar, suco de laranja, farelo e óleo de soja, álcool, entre outros, em *commodities* comercializadas em bolsas de valores (DOMINGUES, 2014).

Diante de tantas transformações, a regulação do setor agrícola passa do Estado para o mercado, ligando às necessidades deste setor as necessidades do mercado internacional, ou seja, as mesmas do sistema capitalista. E ao Estado resta apenas garantir a manutenção do *status quo* do setor através de planos, programas e projetos, como por exemplo, PNA, que será uma das bases desta pesquisa (DOMINGUES, 2014).

O SETOR SUCROENERGÉTICO BRASILEIRO: DO PROALCOOL AO PLANO NACIONAL DE AGROENERGIA – PNA

No Brasil, a cana-de-açúcar foi introduzida na primeira metade do século XVI, e em menos de vinte anos a cultura se espalhou por todo litoral brasileiro, de forma a transformar o país ainda no período colonial, no maior produtor de açúcar mundial, momento histórico este conhecido como “ciclo do açúcar” (VIEIRA; LIMA; BRAGA, 2007).

Contudo, a atual importância do setor sucroenergético brasileiro, remete-se há quatro décadas, após, a criação do Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL). Segundo SHIKIDA e BACHA (1999), a grande crise do petróleo, que aconteceu na década de 1970, gerou um “gargalo” no processo produtivo possibilitando um ambiente favorável ao surgimento de novas matrizes energéticas (SHIKIDA; BACHA, 1999). Neste caso, foram criados e apresentados alguns programas que possibilitavam na operacionalização destas novas vertentes energéticas, dentre elas, o Proóleo (Óleo diesel), o Procarvão (Óleo combustível) e o Proálcool. Entretanto, decorrente de uma crise interna do setor sucroenergético, gerada pela instabilidade no mercado externo açucareiro, a notoriedade em torno do Proálcool foi eminente (OHASHI, 2008).

Além de ser criado estrategicamente, em 1975, para suprir os problemas econômicos provenientes da grande crise do petróleo, e, estruturado para a realização de concessões e subsídios fiscais, que favoreciam tanto as indústrias canavieiras quanto à agricultura, (MOREIRA; TARGINO, 2009). Vale dizer, que no que tange a viabilização do Proálcool, existiu também uma miríade de

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

interesse que englobou a indústria sucroenergética, o Estado, o setor de máquinas e equipamentos e a indústria automobilística (SHIKIDA; BACHA, 1999).

Para os usineiros tratava-se de diversificar a produção, de “criar” um novo mercado diante das frequentes crises da economia açucareira. Além disso, era preciso fazer algo com um parque produtivo que precisava avançar tecnologicamente e que estava com tendência à subcapacidade [...]. Para o Estado, os interesses neste programa se resumiam-se nos objetivos nele contidos, quais sejam: economia de divisas; diminuição das desigualdades regionais de renda; crescimento da renda interna; geração de empregos; e a expansão da produção de bens de capital. [...] com o Proálcool o setor de máquinas e equipamentos vislumbrou um quadro de continuidade do crescimento que havia sido iniciado ao final dos anos 60 e que atingiu o seu auge no “milagre” econômico do país. Para a indústria automobilística, a crise do petróleo impedia, de certa forma, a continuidade da política rodoviária peculiar ao desenvolvimento brasileiro, e o carro movido a álcool despontava como uma alternativa de expansão do transporte rodoviário (SHIKIDA; BACHA, 1999, p. 7).

Este programa basicamente dividiu-se em três fases distintas, a primeira fase, referiu-se ao álcool anidro, e tinha como objetivo a mistura deste com gasolina. Foram utilizados nesta primeira fase, que durou de 1975 a 1979, US\$ 1,019 bilhões, destes investimentos cerca de US\$ 770 milhões foram advindas de recursos públicos, e cerca de US\$ 249 milhões foram investidos pelo setor privado. O montante total foi destinado basicamente na infraestrutura da indústria canavieira, no que se refere a sua modernização, ampliação e até mesmo em novas unidades de produção (SHIKIDA; BACHA, 1999). A segunda fase, por sua vez, era relacionada ao álcool hidratado que seria utilizado como combustível exclusivo nos automóveis, tendo isto em vista, esta última fase tinha como alvo produzir uma frota de veículos movidos somente a álcool (OHASHI, 2008). Este novo momento iniciou-se em 1980 e teve duração de cinco anos, com um aumento nos seus investimentos de 530%, chegando ao montante de US\$ 5,406 bilhões, deste capital 56% foram destinados pelo setor público. Além dos investimentos realizados pelo estado, houve também, grandes estímulos ao uso do veículo movido exclusivamente a álcool, através de incentivos fiscais, além de ser definida a obrigatoriedade da adição de 22% de Álcool anidro na composição da gasolina (SHIKIDA; BACHA, 1999). Contudo, a última fase do Proálcool datada de 1986 a 1995 apresentou uma acentuada desaceleração em relação a outras fases demonstradas a cima. Os investimentos diminuíram para a cifra de US\$ 0,511 bilhões, sendo que destes, o maior número foi proveniente do setor privado, que representa cerca de 61% dos investimentos.

Frente à apatia dos investimentos estatais, o que de fato já sinalizava uma desregulamentação em torno ao setor sucroenergético, acabou por “desmotivar” a produção de cana-de-açúcar. Os números em torno a esta questão são claros, às taxas de aumento de área colhida de cana-de-açúcar, chegaram apenas a 0,6% ao ano neste última fase do Proálcool, exibindo uma queda acentuada de aproximadamente 90% referente às taxas de crescimento da primeira fase do programa que chegavam a 6,6% ao ano, e contrapondo com a segunda fase, os índices são ainda piores, chegando a uma

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

desaceleração de aproximadamente 94%, pois as taxas de crescimento de área colhida chegavam a 8,7% ao ano (SHIKIDA; BACHA, 1999).

Ao adentrar a última década do século XX, os baixos preços do barril do petróleo, causaram uma dissolução nas justificativas que ainda sustentava as relações de corporativismo em torno do Proálcool, iniciando um lento processo de desregulamentação do setor, cominando no mesmo lastro temporal o fim do programa (SHIKIDA; BACHA, 1999). Diante disto, pressionado pelos mecanismos internacionais e pela baixa lucratividade do setor sucroenergético o Estado brasileiro, sob a égide neoliberal, rompe toda a forma de regulação com as indústrias canavieiras, deixando-a sob a regulamentação do mercado. Dentro dos novos moldes capitalistas, a indústria canvieira, se adapta ao livre mercado e volta a crescer, adentrando o novo milênio em um grande momento expansivo (OLIVEIRA, 2012).

Na primeira década do novo milênio, inerente ao processo de desregulamentação, a entrada da iniciativa privada começa a acontecer por meio da implantação de multinacionais em solo brasileiros. Esta presença se caracteriza de duas formas, sendo, pela compra de unidades indústrias relacionada ao setor; e, por meio de pregões em bolsas de valores.

MOREIRA e TARGINO (2009) mostram quais eram os motivos que geravam o interesse do capital estrangeiro pela indústria canvieira nacional, dizendo:

[...]a) a primeira é a alta produtividade alcançada na produção de açúcar (140 kg/t) e etanol (83 l/t) na região sudoeste, principalmente na região de São Paulo; b) a segunda é, exatamente, a nova conjuntura do mercado internacional em virtude da elevação do preço do petróleo, de um lado, e, de outro, a tendência de redução da produção de açúcar pela União Europeia; c) o agravamento da questão ambiental tem motivado a busca de fontes energéticas para o setor de transporte menos poluentes que os derivados de petróleo, apontando uma perspectiva de médio e longo prazo para os investimentos no setor. (MOREIRA; TARGINO, 2009, p. 9).

Tendo em vista a experiência apresentado pelo Brasil, o grande território para expansão da cultura, mão-de-obra abundante, baixo custo de produção, as especulações financeiras em torno das commodities agrícolas, as exigências internacionais relacionadas aos setores ambientais, ligados ao protocolo de Quioto, somados ao agravamento dos conflitos no oriente médio, o qual detém quase 80% das reservas petrolíferas do mundo, fazem com que o setor sucroenergético brasileiro se torne um dos novos filões financeiros do mercado capitalista (DOMINGUES, 2014).

Perante o bom momento setorial, o Brasil vislumbra na indústria canvieira, um potencial de desenvolvimento econômico, e novamente, a exemplo do PROÁLCOOL, firma parceria com a o setor sucroenergético e automobilístico, aumentando novamente a adição de álcool anidro na gasolina, e criando uma nova versão de carros movidos a álcool, com a tecnologia *flex fuel* (DOMINGUES, 2014). E as vendas desta nova tecnologia somadas aos carros movidos a álcool voltam a subir e atingir índices significativos (SHIKIDA; MORAES; ALVES, 2004).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Dentro desta conjuntura, com todo o crescimento apresentado pelo setor sucroenergético, os interesses econômicos ligados à indústria canavieira e os vários novos produtos oferecidos por esta, juntamente com o álcool combustível, alavancaram a criação em 2005, do PNA, este tratava-se de múltiplas estratégias pautadas na missão de promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do setor em benefício a sociedade brasileira, dando suporte a políticas públicas voltadas a inclusão social. Perante seu caráter consolidado, o setor em tela reuni características que o qualificam a liderar mundialmente à agricultura de energia e o mercado de biocombustível, favorecendo um grande crescimento econômico ao Brasil (DOMINGUES, 2014).

Os objetivos apresentados neste plano são: assegurar o aumento da participação de energia renováveis no balanço Energético Nacional - BEN; garantir a interiorização e a regionalização do desenvolvimento, baseados na expansão da agricultura de energia; expandir as oportunidades de emprego ligadas ao setor, inclusive relacionado aos pequenos produtores; ajudar no cumprimento do compromisso brasileiro perante ao Protocolo de Quioto e criar mecanismos para aumentar o mercado interno de biocombustível, garantindo a liderança setorial do Brasil, no que tange as quatro vertentes expostas no documento, sendo estas: Etanol e cogeração de energia provenientes da cana-de-açúcar; Biodiesel de fontes lipídicas; biomassa florestal; e resíduos e dejetos agropecuários e agroindustriais. Todavia, com atuações conectadas ao meio ambiente, a economia e ao desenvolvimento social, além de ações que alavanquem a substituição de fontes fósseis, por fontes ligadas a agricultura de energia (PNA, 2006).

Contudo as críticas relacionadas a este plano são rígidas, CARVALHO e MARIN (2008), por exemplo, elucidam:

Nesse programa são apresentadas e problematizadas as questões que justificam a retomada dessa política pelo Estado. As justificativas para a produção de biocombustível estão relacionadas ao ideário do tão propalado “desenvolvimento sustentável”, utilizado para camuflar seus reais objetivos e, com isso, receber a aprovação da sociedade ao programa (CARVALHO e MARIN, 2008, S/P).

DOMINGUES (2014), deixa sua contribuição, dizendo:

[...] torna-se evidente a opção do Estado brasileiro com relação aos rumos que a política agrícola nacional vem assumindo na manutenção dos modos de produção do capitalismo contemporâneo, fundamentados especialmente na mundialização do capital e *commodities* agrícolas (mercadorias primárias para a industrialização) em detrimento à agricultura familiar, ao agravamento da questão agrária e aos problemas relacionados ao assalariamento do trabalhador rural. Esse posicionamento político perante o grande capital é um fenômeno histórico, principalmente com relação à agricultura, a qual sempre foi responsável por manter o equilíbrio na balança comercial nacional. Neste contexto, alguns setores agrícolas tornam-se cruciais para a manutenção desse *status quo*, como é o caso do Setor Sucroenergético (DOMINGUES, 2014, P. 46-47).

Sem contar todos os questionamentos em torno da expansão das lavouras agroenergéticas, que podem chegar a afetar outros tipos de culturas que são relacionadas à segurança alimentar do país,

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

além do caráter especulativo que o capital exerce sob o setor, deixando claro os reais interesses em expandir a agroindústria energética e que não estão ligados aos objetivos de cunho social expostos pelo plano (OLIVEIRA, 2012), ponto crucial deste estudo.

A ASCENÇÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO NO PARANÁ: UM RECORTE DO HISTÓRICO DO SETOR PARANAENSE

De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), os primeiros registros de produção de cana-de-açúcar em escala industrial e empresas canavieiras no Estado do Paraná, remontam a década de 40 (IPARDES, 1983). Todavia, a expressividade em torno do setor sucroenergético paranaense, mais precisamente na produção de matéria prima relacionado ao este, em comparação com o cenário nacional era quase nula. Contudo, esta inexpressividade se transformou radicalmente com a implantação do Proálcool (VIEIRA; LIMA; BRAGA, 2007).

O Paraná, até metade da década de 1970 tinha como principal produção agrícola a cafeicultura, após a geada negra de 1975, ampliou o espaço para novas culturas de plantio, dentre elas: a cana-de-açúcar. A partir desta perspectiva, muda-se o perfil agrícola paranaense.

Dentre os estados brasileiros que mais alocaram recursos e projetos referenciados ao Proálcool (SHIKIDA; BACHA, 1999), o Paraná se destaca com 6,6% e 7,9% respectivamente, sendo assim, passa de uma representatividade inexpressiva até final dos anos de 1960, para um crescimento produtivo impressionante, chegando a conquistar o segundo lugar na produção nacional, perdendo apenas para São Paulo, logo após os primeiros investimentos realizados pelo Proálcool (VIEIRA; LIMA; BRAGA, 2007). Entre as regiões paranaenses que mais detinham investimentos relacionados ao setor, encontravam-se a região Noroeste e Norte, posto que as indústrias se instalavam nas regiões onde já existiam uma iniciativa ao cultivo de cana em grande escala, facilitando o escoamento e barateando dos custos e onde já havia a tradição industrial relacionado ao setor (IPARDES, 1983)

Em 1979, com o segundo choque do petróleo, houve um grande aumento sobre a nova alternativa energética, haja vista, que o preço do barril de petróleo permanecia em patamares acima de US\$ 20. Este fato foi um estímulo ao Proálcool a nível nacional, e acabou por consolidar também a produção do setor sucroenergético paranaense (OHASHI, 2008).

Após a desregulamentação do setor, já mencionado acima, assim como exemplo de outros estados do país, os produtores paranaenses passaram a desenvolver alternativas visando aumentar suas capacidade produtiva, via eficiência técnica, modernização, estruturas organizacionais, e, principalmente buscando novos mecanismos de coordenação, como por exemplo, o Alcoopar, procurando manter uma condição *sine qua non*, para a sobrevivência no mercado sucroenergético (SHIKIDA; AZEVEDO; VIAN, 2011).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2017), atualmente o Estado é o quinto maior produtor de cana-de-açúcar, com uma área de cultivo de aproximadamente 627 mil hectares (IBGE, 2015), contando com um parque industrial de 30 unidades produtoras de açúcar e álcool. Destas unidades, são associadas ao Alcopar às unidades Astorga, Bandeirantes, Cambara, Cidade Gaúcha, Colorado, Cornélio Procópio, Engenheiro Beltrão, Florestópolis, Goioerê, Ibaiti, Ivaté, Jacarezinho, Jandaia do sul, Jussara, Marialva, Maringá, Nova Londrina, Paracity, Perobal, Porecatu, Rolândia, Rondon, Santo Inácio, São Carlos do Ivaí, São Pedro do Ivaí, São Tomé, Tapejara, Terra Rica e Umuarama. Refletindo economicamente em aproximadamente 145 municípios (ALCOPAR, 2017), os quais serviram de base de dados para os resultados apresentados a seguir.

RESULTADOS

Primeira Nota: Participação do Setor Sucroenergético paranaense no Balanço Energético nacional.

O objetivo deste tópico é apresentar os resultados referentes aos índices de participação da biomassa de cana-de-açúcar paranaense, no balanço energético nacional, observando se houve um aumento na produção desta matriz, entre 2006 e 2011, partindo do objetivo específico do PNA que diz: “Assegurar o aumento da participação de energias renováveis no Balanço Energético Nacional (BEN)” (PNA, 2006, p. 8).

Para obtenção do resultado foi utilizado como base de dado o Balanço Energético do Paraná, correspondente aos anos de 1980, 1990, 2000, 2006, 2007, 2008 e 2009². Disponibilizado pela Companhia Paranaense de Energia (COPEL).

Através dessa análise, observou-se que entre 2006 e 2009, aproximadamente 94% da energia produzida no estado do Paraná eram renováveis, oriundas principalmente das matrizes: hidráulica e cana-de-açúcar, como apresenta a tabela a seguir.

Tabela 1: Produção Interna de Energia do Paraná entre 1980 a 2009 (em 10³ Tep).

Fonte	1980	1990	2000	2006	2007	2008	2009
<i>Não-Renovável</i>	154	128	503	499	455	349	235
Petróleo	0	0	227	237	195	146	0
Gás Natural	S/I ³	S/I	0	0	0	0	0
Xisto	39	49	227	217	213	151	182
Carvão Mineral	115	79	49	45	47	52	53
<i>Renovável</i>	2.992	7.749	10.248	11.279	13.139	14.431	14.084
Energia Hidráulica	827	4.742	6.693	5.950	6.953	7.450	7.057

² O objetivo primeiro da pesquisa seria analisar todo o período do quinquênio do plano, referente a 2006 a 2011, porém a COPEL dispõe apenas dos balanços das décadas citadas acima, não abrangendo o ano de 2011.

³ S/I: Sem Informação.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Lenha	1.724	1.800	1.256	1.605	1.697	1.765	1.665
Resíduos da madeira	106	191	710	1.287	1.321	1.564	1.620
Cana-de-açúcar	335	1.016	1.589	2.437	3.168	3.652	3.742
<i>Outras Fontes</i>	148	182	235	250	253	333	355
Total	3.294	8.059	10.986	12.028	13.847	15.113	14.674

Fonte: Balanço Energético do Paraná (2010)

Especificamente em relação a cana-de-açúcar, no período estudado, observou-se um crescimento significativo na produção de energia, correspondendo somente em 2006 uma produtividade 53,3% maior se comparada a 2000. Este aumento possibilitou que a biomassa de cana-de-açúcar se tornasse responsável por aproximadamente 24% da composição de produção de energia renovável do estado do Paraná entre 2006 a 2009, ficando atrás apenas da energia hidráulica que lidera a produção de energia renovável no Paraná com aproximadamente 51% entre 2006 e 2009, dada a disponibilidade do recurso natural para esta fonte (COPEL, 2010).

Contudo, os índices apresentados acima, entram em contradição ao analisar a oferta de outras fontes de energia não renováveis como mostra a tabela abaixo.

Tabela 2: Oferta Interna de Energia do Paraná de 1980 a 2009 (em 10³ Tep).

Fonte	1980	1990	2000	2006	2007	2008	2009
<i>Não-Renovável</i>	6.177	7.465	10.133	10.251	9.767	10.344	10.587
Petróleo	5.958	7.079	9.756	9.526	8.827	9.603	9.755
Gás Natural	S/I	S/I	106	462	681	545	602
Xisto	39	49	227	217	213	151	182
Carvão Mineral	180	337	44	46	46	45	48
<i>Renovável</i>	2.996	7.749	10.248	11.279	13.139	14.431	14.084
Energia Hidráulica	827	4.742	6.693	5.950	6.953	7.450	7.057
Lenha	1.728	1.800	1.256	1.605	1.697	1.765	1.665
Resíduos da madeira	106	191	710	1.287	1.321	1.564	1.620
Cana-de-açúcar	335	1.016	1.589	2.437	3.168	3.652	3.742
<i>Outras Fontes</i>	148	182	235	250	253	333	355
Total	9.321	15.396	20.616	21.780	23.159	25.108	25.026

Fonte: Balanço Energético do Paraná (2010)

Nota-se que o crescimento da utilização de petróleo, por exemplo, no período estipula pelo PNA, também tem um crescimento linear, com apenas uma queda, em 2007, mas se recuperando e apresentando índices elevados em 2006, 2008 e 2009, bem como, a utilização de gás natural que até a década de 1990 não havia informação. Fator este que significa que o setor não está avançando em relação ao objetivo proposto pelo PNA, assegurando o aumento da participação de energia renovável no Balanço energético estadual a ponto de diminuir a utilização de fontes não renováveis de energia.

Tabela 3: Produção de energia renovável oriunda da cana-de-açúcar, em âmbito nacional e paranaense, nos anos de 2006 a 2009, em 10³ Tep.

	2006	2007	2008	2009
Brasil	35.133	40.458	45.019	44.775
Paraná	2.437	3.168	3.652	3.742

Fonte: Ministério de Minas e Energia, (2015).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

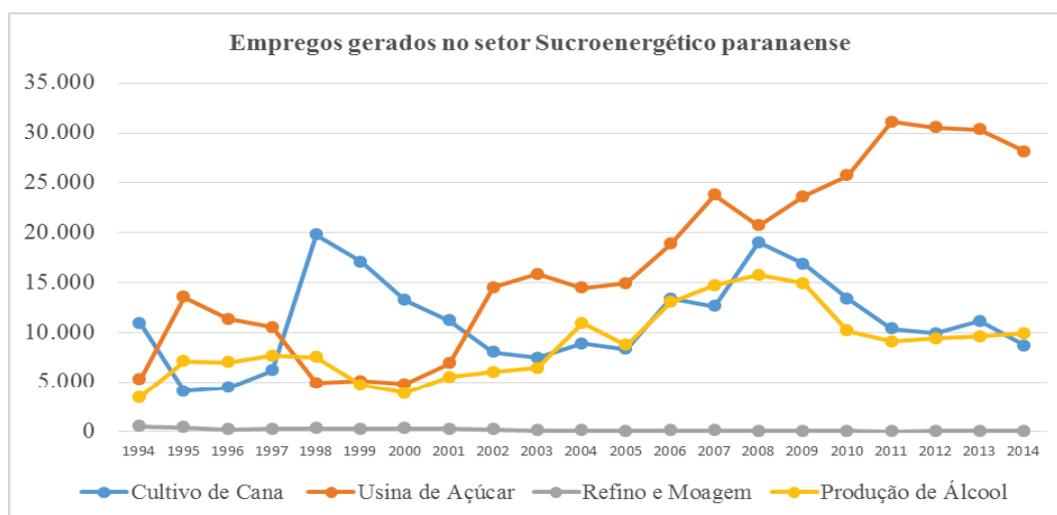
E para finalizar esta nota, como mostra a tabela 3, deve-se levar em consideração, que mesmo o Paraná estando entre os primeiros colocados na produção de cana-de-açúcar, este não chegou a representar 10% da produção de energia oriunda da cana de açúcar, em âmbito nacional, produzindo entre 2006 e 2009 apenas uma média de 7,8% da produção brasileira de energia renovável oriunda da cana-de-açúcar. (MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA, 2015).

Segunda Nota: Indicativos de mercado de trabalho sucroenergético.

O objetivo deste tópico é apresentar os resultados que indicam a oferta de postos de trabalho referentes ao setor canavieiro paranaense entre os anos de 2006 a 2011, partindo do objetivo específico do PNA que diz: criar oportunidades de expansão de emprego e de geração de renda [...], com mais participação dos pequenos produtores” (PNA, 2006, p. 8).

Para alcançar os resultados utilizou-se como base de dados as ferramentas oferecidas pelo Ministério de Trabalho e Emprego (TEM) através do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET), onde mediante ao Código Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), foi possibilitado o acesso a informações referentes as categorias laborativas relacionadas ao setor, entre elas: Classe 01139 – Cultivo de cana-de-açúcar; Classe 15610 – Usinas de Açúcar; Classe 15628 – Refino e Moagem de Açúcar; Classe 23400 – Produção de Álcool.

Sendo assim, os resultados a seguir demonstram que ao observar o número total de empregos gerados pelo setor sucroenergético paranaense, nota-se que, dentro da linha temporal estudada na pesquisa, os empregos cresceram consideravelmente no quinquênio estabelecido no PNA, passando de 32.063 postos em 2005 para 45.431 no primeiro ano do plano, seguido por 51.291, 55.531, 55.490, 39.169 e 41.506 respectivamente aos anos seguintes do quinquênio.



**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Gráfico 1: Empregos gerados no setor sucroenergético paranaense, entre 2006 a 2011.

Fonte: Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho-PDET. (Elaboração própria)(2016).

Entretanto, como mostra o gráfico 1, referentes a transição de 2005 a 2006, o crescimento ocorreu em três das quatro categorias estudadas, sendo: cultivo de cana-de-açúcar, usinas de açúcar e produção de álcool. Não há crescimento considerável na categoria refino e moagem de açúcar, pelo contrário, em todo o quinquênio referenciado no plano, ao invés de obter aumento, esta categoria perde significativamente postos de trabalho. Nos anos seguintes, especificamente após o ano de 2008, a um decline em outras duas categorias, Cultivo de cana-de-açúcar e Produção de Álcool, as quais junto a Refino e Moagem de Açúcar perdem campo de emprego gradativamente até o fim do plano em 2011. Esse fenômeno ocorre devido ao processo de reestruturação que o setor está perpassando desde 2000, sendo essas áreas foco de robotização. Já a categoria Usina de Açúcar, cresce em todo o quinquênio estipulado, apenas tem uma queda no ano de 2008, porém, volta a crescer até o último ano do PNA.

O problema está no fato que ao analisar este gráfico, verifica-se que a maior perda de postos de trabalho refere-se ao cultivo de cana, onde se concentram os trabalhadores vinculados ao meio rural. Esses trabalhadores são representados em sua maioria por bóias-frias e pequenos produtores rurais, que foram absorvidos pelo setor sucroenergético na década de 1970 após o declínio do café. A eliminação destes postos de trabalho sem a reabsorção por outros setores pode ocasionar problemas significativos no meio rural a médio prazo. Isso demonstra que o aumento de postos de trabalho só ocorreu, de fato, nos campos especializados, como por exemplo, dentro de usinas de açúcar, havendo uma forte diminuição nos de referência agrícola. Dessa forma, ao levar em consideração o objetivo específico do PNA demonstrado neste tópico, verifica-se que no estado do Paraná esse objetivo tem se apresentado falido.

Terceira Nota: O Índice de Desenvolvimento Social e Humano Paranaense relacionado ao Setor Sucroenergético.

Este último tópico tem como finalidade, analisar o desenvolvimento humano nas regiões onde estão presentes as indústrias sucroenergéticas, observando se houve resultados referentes ao caráter esboçado no PNA, sobre a inclusão social. Faz-se necessário dizer que a ferramenta usada para analisar tal inclusão, está relacionada ao Índice de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM). Este índice é estabelecido pela média de três categorias, sendo estas: Renda, Longevidade e Educação e é disponibilizado através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Foram utilizados os *rankings* municipais de três décadas, 1991, 2000 e 2010.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Para chegarmos no resultado a seguir, como apresenta o quadro 1 a pesquisa observou o IDHM das cidades onde o setor sucroenergético está consolidado, sendo estas oriundas das mesorregiões região norte e noroeste do estado, analisando o crescimento entre 1991 a 2000 contrapondo com o crescimento de 2000 a 2010 que corresponde com os anos vigentes do PNA. Também foi realizada uma comparação com os índices de desenvolvimento, de cidades com o mesmo porte, onde não existe indústria canavieira, e, onde os identificadores de plantio de cana-de-açúcar são quase nulos, apresentados a seguir.

Quadro 1: Taxa de crescimento⁴ de Índice de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM), dos municípios sedes da indústria sucroenergética paranaense, entre 1991 a 2010.

Municípios	Taxa de crescimento entre 1991 a 2000	Taxa de crescimento entre 1991 a 2010
Astorga	0,124	0,108
Bandeirantes	0,157	0,86
Cambara	0,95	0,76
Cidade Gaúcha	0,153	0,110
Colorado	0,145	0,81
Cornélio Procópio	0,135	0,70
Engenheiro Beltrão	0,161	0,80
Florestópolis	0,155	0,130
Goioerê	0,140	0,121
Ibaiti	0,111	0,162
Ivaté	0,165	0,132
Jacarezinho	0,124	0,99
Jandaia do sul	0,109	0,87
Jussara	0,120	0,81
Marialva	0,128	0,88
Maringá	0,132	0,68
nova londrina	0,183	0,77
Paranacity	0,144	0,88
Perobal	0,173	0,129
Porecatu	0,132	0,91
Rolândia	0,122	0,80
Rondon	0,123	0,103
Santo Inácio	0,143	0,111
São Carlos do Ivaí	0,138	0,107
São Pedro do Ivaí	0,131	0,83
São Tomé	0,130	0,127
Tapejara	0,170	0,119
Terra Rica	0,104	0,111
Umuarama	0,128	0,81

⁴ Vale ressaltar que estas taxas são de crescimento e não os Índices de desenvolvimento em

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (Elaboração Própria) (2016).

Como apresenta o quadro 1, apenas os municípios de Ibaití e Terra Rica, tiveram uma taxa de crescimento maior entre 2000 e 2010, que correspondes ao quinquênio estipulado pelo PNA, em relação a década anterior. Todos os outros municípios tiveram taxas de crescimento mais elevadas nos anos que antecederam o documento em tela.

Por sua vez, quando contrapostos os índices verifica-se que nas cidades onde não existem empresas canavieiras e onde a produção de Cana-de-açúcar é quase nula, tiveram índices de crescimento de IDMH maiores dentro dos anos referentes ao quinquênio estipulado pelo plano do que as cidades sedes do setor sucroenergéticos, referenciadas no quadro 1.

Ou seja, o crescimento do IDMH das cidades paranaenses não está ligado ao setor sucroenergético, pois se estivesse, os as taxas decrescimento seriam mais elevados entre 2000 e 2010, e os municípios sedes teriam taxas de crescimento maiores do que os outros municípios que não tem representatividade na indústria canavieira. Sendo assim, fica nítido que está última nota, assim como as duas anteriores, obteve resultados negativos, se rebatidos aos objetivos centrais do Plano nacional de Agroenergia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode notar, esta pesquisa demonstra, o quanto os objetivos propostos pelo plano em tela, não foram bem sucedidos, no estado do Paraná, seja por uma fragilidade em sua criação, ou superficialidade no que se refere ao assunto. Entretanto, deve-se levar em consideração, que recursos públicos foram investidos neste documento, e não houve um retorno à sociedade em geral, a não ser aos grandes empresários do setor sucroenergético. Sendo assim, o que mais fica nítido, é um grande interesse econômico do sistema capitalista para com o setor sucroenergetico, como um todo, pois como já demonstrado, este se tornam um grande filão financeiro, dado o seu valor especulativo. Estudos em âmbito nacional, já foram realizadas, e os resultados também não foram satisfatório, como demonstra DOMIGUES (2014).

Por conseguinte, esta conjuntura, coloca em cheque a criação do PNA, e o resultados negativos, em âmbito nacional e estadual, demonstram o real papel do estado brasileiro como peça chave na manutenção do sistema econômico atual, traçando um paralelo exploratório abusivo entorno do setor sucroenergético exatamente igual ao processo que o setor agrícola nacional vem sofrendo, desde os primórdios de sua história.

REFERÊNCIAS

ALCOPAR, Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná. 2017. Disponível em: <http://www.alcopar.org.br/>. Acesso em: 03 de Janeiro de 2017.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. **Acompanhamento da safra Brasileiro.** Grãos: Safra 2016/17. v. 9. 2017

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011.** 2º ed. Revisada. Embrapa Informação Tecnológica, Brasília/DF, 2006.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Produção Brasileira de Cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol.** 2017.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Revista de Política Agrícola**, Brasília, 21 ed., p. 9-23, Jul. 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: < <http://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/home/>>. Acesso em: março de 2017.

BRASIL. Portal Brasil. **Líder mundial, Brasil vende carne de frango para 150 países.** 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/09/lider-mundial-brasil-vende-carne-de-frango-para-150-paises>. Acesso em: fevereiro de 2017.

BRASIL. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil (PNUD). Disponível em: <http://www.br.undp.org/>. Acesso em janeiro de 2017.

CARVALHO, Simone Pereira; MARIN, Joel Orlando Bevilaqua; **As Contradições Presentes no Discurso do Atual Programa Nacional de Agroenergia.** XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008, Rio Branco, 2008.

COPEL, Companhia Paranaense de Energia. **Balanco Energético do Paraná 2010.** Disponível em: <[http://www.copel.com/hpcopel/root/sitearquivos2.nsf/arquivos/balanco_energetico_do_parana-2010-ano_base_2009/\\$FILE/Balanco_Energetico_do_Parana-2010-Ano_Base_2009.pdf](http://www.copel.com/hpcopel/root/sitearquivos2.nsf/arquivos/balanco_energetico_do_parana-2010-ano_base_2009/$FILE/Balanco_Energetico_do_Parana-2010-Ano_Base_2009.pdf)>.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. 2005. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/126539/mod_resource/content/2/Guilherme%20%20Delgado%20Quest%C3%A3o%20Agr%C3%A1ria.pdf. Acesso em: fevereiro 2017.

DOMINGUES, Juliana Cristina Teixeira. Três Notas em relação ao Setor Sucreenergético Brasileiro, tendo como referência o Plano Nacional de Agroenergia. 2014. 258 f., Tese (Doutorado), Universidade de Pisa, Pisa, 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Lavouras temporárias 2015. 2015.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pr&tema=lavouratemporaria2015>. Acesso em 15 de Fevereiro de 2017.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Política bioenergética e organização do espaço agrário brasileiro.** XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, p. 1-18.

MUELLER, Charles C. **Das Oligarquias Agrárias ao Predomínio Urbano-Industrial:** Um Estudo do Processo de Formação de Políticas Agrícolas no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Econômico e social- IPEA, 1983. 263 p.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. Estudos Avançados. Scielo, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300009. Acesso em: Fevereiro de 2017.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

OHASHI, Fernando Hideki. **“O advento, crescimento, crise e abandono do Proalcool”**. 2008. 46 f., Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

OLIVEIRA, A. U. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. XII Colóquio Internacional de Geocrítica. Universidade Nacional da Colômbia. Bogotá, 2012. P. 1- 15MUELLER, Charles C. **Das Oligarquias Agrárias ao Predomínio Urbano-Industrial: Um Estudo do Processo de Formação de Políticas Agrícolas no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Econômico e social- IPEA, 1983. 263 p.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis; AZEVEDO, Paulo Furquim; VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. **Desafios da agroindústria canavieira no Brasil pós-desregulamentação: uma análise das capacidades tecnológicas**. RESR, vol. 49, nº3, P. 599- 628. Piracicaba/sp, 2011.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis; BACHA, Carlos José Caetano. **Evolução da Agroindústria Canavieira Brasileira de 1975 a 1995**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, p. 69- 89, Jan/Mar 1999.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis; MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias; ALVES, Lucilio Rogerio Aparecido. **Agroindústria canavieira do Brasil: intervencionismo, desregulamentação e neocorporatismo**. Revista de economia e agronegócio, vol.2, nº 3. 2004.

VIEIRA, Maria Célia Azeredo; LIMA, Jaldir Freire; BRAGA, Natália Mesquita. **Setor Sucroalcooleiro Brasileiro: Evolução e Perspectivas**. Banco do Desenvolvimento- BNDES. 2007.



**GRUPO ESCOLAR PROFESSOR BALDUÍNO CARDOSO (SC) E CURSOS ANEXOS:
DOCUMENTOS ESTATÍSTICOS REVELANDO ESPECIFICIDADES DA INSTITUIÇÃO
(1942 – 1971)**

Leslaine Araceli Muckler (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus de União da Vitória, leslaine.muckler@yahoo.com
Roseli Bilobran Klein (Orientadora)
Unespar/Campus de União da Vitória, roseli.klein@hotmail.com

Palavras-chave: Organização Escolar. Associações intraescolares. Formação de professores.

INTRODUÇÃO

A escola Professor Balduino Cardoso foi idealizada no ano de 1917 quando os limites entre os estados do Paraná (município de União da Vitória) e Santa Catarina (município de Porto União) foram definidos. De Escola Reunidas, em 1918, passou a Grupo Escolar em 1927. Depois disso foi ampliando os graus de ensino e, atualmente caracteriza-se como Escola de Educação Básica. Por meio do documento analisado, destaca-se que nesta escola funcionou: jardim de infância, curso primário, curso primário complementar, curso normal primário, curso normal regional sendo transformado posteriormente, de acordo com as legislações subsequentes, em ginásio normal (Ginásio Normal Marcelino Dutra), curso supletivo para adultos.

Os cursos de formação de professores sofreram alterações de nomenclaturas ao longo dos anos. Na década de 1960, alguns Estados adaptaram os Cursos Normais Regionais ao Ciclo Ginasial, subsequente ao Curso Primário, previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4.024 do ano de 1961. Foi uma forma de acelerar a formação docente tendo em vista a demanda por escolarização. Em Santa Catarina a Lei Estadual nº 3191 de 1963 definiu, no artigo 86, que o ensino normal seria ministrado: no ginásio normal (escola normal de grau ginasial) que ministraria o primeiro ciclo de ensino normal; e no colégio normal (escola normal de grau colegial) que ministraria o segundo ciclo do ensino normal, permanecendo os Institutos de Educação como estabelecimentos que oferecem cursos de especialização (SCHNEIDER e TRIDAPALLI, 2008).

Justifica-se esse estudo pelo fato do referido estabelecimento de ensino, atualmente denominado de Escola de Educação Básica Professor Balduino Cardoso, ter uma significativa importância histórica por ser uma escola pública, da qual se originou o primeiro Grupo Escolar do Município, e mais tarde, a partir desse, resultaram os cursos de formação de professores (inicialmente

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

com a escola primária complementar, transformada em escola normal primária, depois com o curso normal regional que ao longo do seu funcionamento transformou-se em ginásio normal).

A pesquisa tem por objetivo desvendar características relativas ao espaço físico, graus de ensino, organização das classes, entre outros, ao longo do funcionamento da instituição, compreendendo os anos de 1942 a 1971, tomando por base o conjunto de relatórios estatísticos analisados (Relatórios Estatísticos nº 72, pertencente ao acervo do NUCATHE¹).

A investigação apresenta-se descritiva, bibliográfica, exploratória e, além disso, utiliza de uma pesquisa de campo com análise documental sobre a fonte primária em questão. Está dividida em dois momentos, numa primeira parte apresenta a importância de se pesquisar as instituições escolares e o surgimento dos Grupos Escolares no Brasil. Na segunda parte revela os dados contidos no Relatório Estatístico (1942 a 1971), objeto da investigação.

GRUPOS ESCOLARES: UMA NOVA MODALIDADE DE ESPAÇO EDUCACIONAL

As instituições escolares são investigadas não apenas pela busca de um passado que, talvez, se revele fascinante, mas porque este tipo de pesquisa é capaz de reconstruir o passado, focalizando as mudanças e as transformações, possibilitando aos novos educadores relativizarem as ideias e propostas educativas, estimulando a atitude crítica e reflexiva, permitindo a percepção de uma educação como construção social.

A análise de documentos referentes às instituições escolares ou mesmo entrevista com alunos e professores possibilita desvendar o tempo, espaço, saberes escolares, entre outros. Segundo Nosella e Buffa (2009) o estudo das instituições escolares estimula os leitores ao gosto pela história local e nacional. Atualmente, esta linha de pesquisa apresenta-se significativa na área da História da Educação. Estes estudos, nos cursos de pós-graduação em Educação, buscam evidenciar a instituição escolar na sua materialidade e em seus diversos aspectos, destacando a Cultura Escolar. (NOSELLA E BUFFA, 2009).

Entre os anos de 1971 e 2007, realizou-se um levantamento das pesquisas sobre Instituições Escolares, em acervos de teses e dissertações de pós-graduação em diversas universidades do Brasil. Com este levantamento notou-se uma alta visibilidade, na escolha do tema que começou a acontecer a partir dos anos de 1990. Revelou-se, ainda, a existência de pesquisadores dedicados e comprometidos com estes estudos e zelosos em guardar, reorganizar e preservar documentos e materiais destas Instituições. (NOSELLA E BUFFA, 2009).

Os estudos sobre instituições escolares contemplam diversas modalidades de escolas. Os Grupos Escolares tiveram grande destaque nas pesquisas devido às peculiaridades que estes apresentaram por serem resultado de um desejo da elite brasileira no período republicano.

¹ Núcleo de Catalogação, Estudos e Pesquisas em História da Educação (NUCATHE), vinculado a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), *campus* de União da Vitória, colegiado de Pedagogia.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

As escolas graduadas conhecidas como Grupos Escolares, localizavam-se, na maioria das vezes, no mesmo edifício que servia às escolas reunidas. Frequentavam crianças de 7 a 12 anos. O modelo do Grupo Escolar tornava-se atrativo, os municípios que tivessem pelo menos quatro escolas primárias, poderiam solicitar ao governo um Grupo Escolar. Por ser considerado um modelo urbano de escola, continuou a conviver com as escolas isoladas e escolas reunidas.

Essa nova modalidade de escola, com um professor para cada série escolar, agrupadas num mesmo prédio, administradas por um diretor escolar, e de quando em quando visitadas por um inspetor de ensino, possibilitaria a renovação do trabalho pedagógico na escola. Também, favoreceria o processo de higienização da população escolar, um resultado esperado pelas autoridades, tendo em vista que o Brasil Republicano necessitava possuir uma população à altura: cidadãos higienizados, saudáveis e fortes. Uma proposta oposta às casas-escolas em funcionamento, pois funcionaria, com horários a serem seguidos, e seria submetido a um Departamento de Instrução Pública, os alunos deveriam ser divididos por classes, o prédio precisaria estar pedagogicamente bem instalado e bem localizado. (LOPES, 2006).

Esse modelo seria implantado, preferencialmente, nas capitais e cidades com relevância econômica e política. Um diretor fiscalizaria toda a escola, juntamente com as professoras adjuntas, diferentemente das casas-escolas. (LOPES, 2006).

Segundo Nascimento (2006):

Os Grupos Escolares representavam para os republicanos um avanço no ensino, na medida em que traziam, para um prédio único, classes isoladas, com a direção de um professor habilitado na Escola Normal; a organização das classes passa a ser feita segundo critérios de grau de adiantamento, com um professor para cada ano. A criação dos Grupos Escolares representava uma medida econômica, pois reunia duas ou mais escolas que funcionavam na mesma localidade, com vários alunos de séries diferentes e uma equipe de trabalho, todos num mesmo prédio, que reunia as necessárias condições de capacidade e de higiene, constituindo uma organização administrativa e didático-pedagógica. Cada grupo contava com uma equipe administrativa, um diretor, porteiro e serventes, que, assim como os professores, eram selecionados por concurso público; assim, o controle era mais uniforme, não só da equipe de trabalho quanto da clientela a ser atendida. (NASCIMENTO, 2006, p. 333).

Os Grupos Escolares inicialmente atenderam apenas uma parcela da população. Apresentavam construções específicas para o funcionamento da escola.

Bencostta (2005) destaca, em seus estudos a construção de edifícios apropriados para os grupos escolares, onde aconteceria a divisão por séries, com programas específicos, segundo os preceitos da moderna pedagogia para a educação elementar. A figura 1 apresenta o Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso em seu primeiro prédio, cuja construção foi iniciada em 1911 e concluída em 1913.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.



Figura 1 – Grupo Escolar Professor Balduíno Cardoso (década de 1920).
Fonte: Acervo do Museu de Porto União (SC).

Além de um prédio arquitetônico adequado, deveria possuir um espaço escolar que garantisse a satisfatória circulação dos alunos e estar equipado adequadamente. Segundo Teive (2003), os grupos escolares possuíam laboratórios, museus, materiais como globo terrestre, esqueleto humano, cartas de Parker, mapas, caixas com formas geométricas, quadros com a história do Brasil, tabuleiros de areia, contadores mecânicos, microscópios, tabuinhas, cartas de alfabeto, compasso, coleção para desenho, máquinas de costura, cadernos de caligrafia e aritmética e muito mais.

O espaço reservado para a construção dos Grupos Escolares ocupava a área central da cidade. Normalmente essas escolas possuíam um pavilhão, jardim interno, pátios e um muro separando a parte masculina da feminina. As classes das meninas se ocupavam dos trabalhos de agulhas. As salas, geralmente, possuíam quadros negros parietais, armário de portas de vidros para guardar os materiais dos alunos, uma escrivaninha, um estrado, um relógio, um porta canetas, um tinteiro duplo, lápis, penas, o livro de chamadas, um porta-mapas, a cadeira do professor, uma ou duas para visitantes, o quadro de horários, e também deveria ter um “limpa-penas” em cada carteira. As cores das salas de aula deveriam ser “caídas de cor amarelada ou esverdeada”. Os sanitários deveriam ser separados do edifício mantendo sempre a limpeza adequada (TEIVE, 2003).

A rotina dos Grupos Escolares se ocupava tanto da prática pedagógica dirigida ao processo de aprendizagem do aluno, como também, às situações além da sala de aula. Os recreios precisavam ser observados por um “fiscal do dia”, exercido por professores selecionados pelo diretor. Estes tinham o dever de dirigir os alunos nas diversões, ensinar os jogos infantis, proibindo correrias, empurrões e algazaras. Observa-se, portanto, que o recreio, além de ser um momento de descanso e recreação, também se inseria como espaço de educação. Os educadores necessitavam chegar meia hora antes do horário de início das aulas, fiscalizando os alunos antes da entrada e em salas de aula, pois tudo que acontecia no interior da instituição deveria ser monitorado. As aulas aconteciam de segunda a sábado (LOPES, 2006).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

O diretor dos Grupos Escolares deveria possuir além da referência administrativa, a referência pedagógica. Caberia a ele ministrar aulas, receberia um lugar de destaque, e até poderia ser elevado de cargo, como por exemplo, assumir a função de inspetor escolar.

Todos esses pormenores sobre a operacionalização da escolarização no interior dos Grupos Escolares foi consequência da intenção republicana brasileira em querer formar uma população polida, ilustrada, higienizada, alfabetizada por meio da escola e que fizesse jus ao novo modelo político: o da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil, implantada em 1889.

Essa República exigia a aquisição de uma cultura cívica que levasse os indivíduos a exercerem o patriotismo e a contagiarem outros cidadãos. A escola funcionaria como instituição auxiliar para que essa organização e também as celebrações que homenageassem a República, acontecessem em diversos momentos da história. Mediante essa proposta, os Grupos Escolares incentivaram as festas patrióticas que, muitas vezes, incluíam os desfiles escolares. O envolvimento e o entusiasmo dessa prática revelam-se na programação das ocasiões solenes. Os desfiles conduziam com maestria os alunos, por ruas determinadas, destacando datas cívicas. A partir disso esta cultura cívica foi recomendada e, mais tarde, regulamentada por leis e decretos que fortaleceram ainda mais os rituais cívicos, como a obrigatoriedade do canto do Hino Nacional em todos os estabelecimentos educacionais no país. A imprensa teve um grande papel em registrar e divulgar todo o ritual cívico dos desfiles realizados, os quais passaram a ser motivo de prestígio, por serem observados por autoridades locais. Da mesma forma, passou a divulgar todas as manifestações patrióticas no interior das escolas: as sessões cívicas, as sessões solenes organizadas pelas associações intraescolares, as dramatizações, declamações de poesias de literatos brasileiros e incentivadores desse sentimento (BENCOSTTA, 2005).

RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS DO COLÉGIO PROFESSOR BALDUÍNO CARDOSO (1942-1971): ESPECIFICIDADES DA INSTITUIÇÃO

Os relatórios analisados entre os anos de 1942 a 1971 revelam dados estatísticos que contemplam número de alunos matriculados no início e no final do ano escolar, número de alunos reprovados, quantidade de estudantes do sexo masculino e feminino, os graus de ensino que a escola oferecia, horários de aulas, disciplinas, nome e formação dos professores e principalmente as ações das associações escolares no interior da instituição. Alguns relatórios apresentam-se bem detalhados, outros repetem dados e, ainda, há aqueles bem superficiais.

Em Santa Catarina a política de nacionalização do ensino e a influência das ideias escolanovistas estiveram bem presentes na escolarização da população brasileira entre os anos de 1930 e 1940. A Reforma Trindade², de 1935, por exemplo, evidenciava a adesão do Estado a esses movimentos nacionais e o texto da reforma demonstrava a política modernizadora que pretendia se

² Reforma do ensino catarinense (Decreto n. 713 de 8 de janeiro, de 1935) ocorrida no governo de Nereu Ramos e que teve a frente Luiz Bezerra da Trindade, Diretor da Instrução Pública do Estado.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

alinhar aos novos dispositivos metodológicos propostos pela Escola Nova (BOMBASSARO; SILVA, 2011).

Os quadros analisados destacam entre os anos de 1942 a 1953, especialmente, dados referentes às Associações Escolares presentes no interior da instituição. Essas associações tiveram o caráter de direta ou indiretamente integrarem o processo de nacionalização da escolarização brasileira. A Associação Pró-Língua Nacional, por exemplo, tinha a tarefa de levar os educandos a dominarem corretamente a linguagem escrita e oral. Esse fato tornava-se muito importante, principalmente, nos estados do sul do país onde havia um grande número de imigrantes que deveriam absorver a linguagem culta desejada para consolidar o regime republicano. A criação de Museus Escolares no interior dos Grupos Escolares visava à aspiração pela renovação das práticas pedagógicas, já conduzindo o ensino para uma modalidade de escola ativa, a qual utilizaria de materiais palpáveis (coleções de pedras, aves empalhadas, objetos diversos...) a fim de facilitar o processo de aprendizagem. Da mesma forma a Associação do Jornal Escolar ou a Biblioteca Escolar tinham por objetivo disseminar essa linguagem culta tão necessária nesse momento.

O Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria da Educação, Justiça e Saúde, tendo à frente do Departamento de Educação, o diretor Elpídio Barbosa, decretou a Circular nº 94 de 21 de outubro de 1942, a qual foi dirigida aos inspetores escolares, auxiliares de inspeção, diretores de estabelecimentos de ensino e professores de escolas isoladas, que teve como assunto as associações auxiliares da escola. Essa circular previa o preenchimento de um questionário por parte dos Grupos Escolares, sobre especificidades da escola e, principalmente, sobre as Associações Escolares. Segundo os quadros estatísticos analisados (*apud* COLÉGIO BALDUÍNO CARDOSO, 1942 - 1971) o teor dessa circular assim se referia:

O Departamento de Educação aprovou a representação do professor João dos Santos Areão, inspetor geral das Associações Auxiliares da Escola. De acordo com o exposto pela Inspeção Geral, deverá ser remetido, na primeira quinzena de dezembro, a este Departamento, o questionário anexo. O presente inquérito tem a finalidade de podermos levantar tudo quanto temos realizado com referência às Associações Escolares e oferecer dados que sejam a expressão da verdade desse grande trabalho. Para tanto, chamamos a atenção dos dirigentes de Associações no sentido de as atas de reuniões e as atividades de cada uma serem registradas em livros, para que não haja, de futuro, a legação de sua não existência. O enfraquecimento de atividades sociais infantis é a prova de trabalho mal orientado pelo professor e denota desânimo: por isso, cada associação criada precisa ir avante, oferecendo sempre um aspecto novo de sua vida. A escola que não possui, pelo menos uma associação, não deu ainda sinal de que está em caminho de sua evolução e não despertou para essa vibração que todos precisamos experimentar. Para os Grupos Escolares remetemos três vias da presente ficha, sendo uma para ser devolvida logo estejam completos os seus dizeres; outra para acompanhar o relatório e a última para o arquivo do estabelecimento. As escolas isoladas devem devolver as fichas logo estejam convenientemente escrituradas. Todos os senhores diretores de estabelecimentos de ensino e professores de escolas isoladas, devem atender, com o máximo de cuidado, a escrituração da presente ficha, bem como à sua remessa tão logo lhe seja possível. Saúde e fraternidade. Elpídio Barbosa, diretor interino do Departamento de Educação. (COLÉGIO BALDUÍNO CARDOSO, 1942 – 1971, p. 95).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Essa circular previa o funcionamento das Associações Escolares não somente nos Grupos Escolares, mas também nas escolas isoladas. O quadro 1 apresenta resumidamente as atividades das associações existentes na instituição, no ano de 1942.

Quadro 1 – Relatório Estatístico do Colégio Professor Balduino Cardoso, no ano de 1942.

RELATÓRIO ESTATÍSTICO DE 1942		
Elemento	Discriminação	Observações
Clube Agrícola		Produz batatinha, aipim, alface, cenoura, repolho, milho... Área destinada para cultivo: 870,75m ²
Cooperativa		Sócios: 174.
Biblioteca "Professor Orestes Guimarães"		101 volumes. 27 adquiridos. 10 doados.
Pró-Língua Nacional	Patrono José de Alencar	Atividades: 15 álbuns organizados; 20 sessões realizadas, estudos biográficos de vários escritores (Olavo Bilac, Humberto de Campos, Guilherme de Almeida, Machado de Assis...).
Pelotão da Saúde – "Saúde, Força e Alegria"		Atividades: os monitores realizaram conferência em prol da boa prática de higiene
Caixa Escolar		Sócios: 96. Alunos contemplados: 56. Foram recebidos donativos da Sociedade de Escoteiros "Iguassu".
Jornal Iguassu	Professora responsável Jeni Neumann	Exemplares durante o ano escolar: 6.
Museu		Acervo: Armas e utensílios indígenas, insetos, aves, moedas, pedras.
Sopa Escolar		Alunos servidos: 400. Recebe auxílio do Clube Agrícola e da Prefeitura Municipal.

Fonte: COLÉGIO BALDUÍNO CARDOSO. **Relatórios Estatísticos n° 72.** Porto União; Santa Catarina, 1942 – 1971. p. 95. (Documento não publicado).

Em 1944, os dados estatísticos apresentam-se os mais completos de todo o conjunto de quadros do período analisado. As informações foram requeridas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por intermédio do Departamento Estadual de Estatística (Estado de Santa Catarina). Os dados se referem a aspectos gerais do prédio, ao funcionamento dos cursos, aparelhamentos escolares, instituições intraescolares, instituições periescolares, movimento anual do caixa, aproveitamento escolar dos alunos, quadro de professores e respectiva formação profissional e, por fim, as instruções para o relatório. O quadro 2 apresenta o conjunto de informações contidas no relatório estatístico do ano de 1944.

Quadro 2 – Relatório Estatístico do Colégio Professor Balduino Cardoso, no ano de 1944.

RELATÓRIO ESTATÍSTICO DE 1944		
Elemento	Discriminação	Observações
Grupo Escolar Prof. Balduino Cardoso	- Rua General Bormann, s/n. Centro – Porto União (SC). - Construção em alvenaria. Telhas de Barro. Chão assoalho. - Área 673, 40 m ² . Prédio construído em 1938. - Possui 400 carteiras em bom estado de conservação.	

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

	<ul style="list-style-type: none"> - Possui 40 mapas (Brasil, Porto União, Santa Catarina e continentes). - Possui 2 bandeiras, 21 quadros negros. - Possui Gabinete, Museu, Portaria, Corredores, Cozinha, Banheiros, Água encanada, Luz elétrica... 	
População de Porto União e características	<ul style="list-style-type: none"> - População 7.000 habitantes. - Atividade econômica da região: extração de madeiras e indústrias. - Ascendência da população: alemães, poloneses, rutenos, italianos, brasileiros. 	
Caixa Escolar Padre Anchieta	<ul style="list-style-type: none"> - Criada em 19 de março de 1934. - Contribuição dos sócios: Cr\$ 1,00. - Possui 86 alunos beneficiados (material escolar, roupa e calçado). 	
Cooperativa Escolar	<ul style="list-style-type: none"> - Criada em 10 de junho de 1942. - Possui 90 sócios. - Tem por finalidade contribuir com cadernos, livros, canetas, lápis, pena, borracha, réguas, papel almaço, papel... 	
Liga da Bondade	<ul style="list-style-type: none"> - Criada em 10 de março de 1941. - Possui 64 sócios. 	
Jornal Escolar Iguassu	<ul style="list-style-type: none"> - Criado em 11 de setembro de 1937. - Professora responsável: Maria de Souza Farias. 	
Liga Pró-Língua Nacional	<ul style="list-style-type: none"> - Criada em 10 de março de 1941. - Professora responsável: Maria de Souza Farias. - Atividades realizadas: álbuns, festas escolares, quadros com biografias... 	
Pelotão da Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Criado em 31 de março de 1941. - Professora responsável: Antônia Lubi. - Materiais adquiridos: álcool, iodo, mercúrio, óleo de cravo, algodão, água oxigenada, comprimidos. - Receita anual: Cr\$ 50,00. 	
Educação Física	<ul style="list-style-type: none"> - Professor responsável: Antônio Homero Ramos. - Materiais disponíveis: 1 balança Filizola; 10 bolas de arremesso; 1 bola de volley; 4 bastões; 18 medicine balls; 2 postes para salto; 1 espirômetro, 1 quadro para alvo, 1 campo de grama com 4.250 m² 	
Banda de Fanfarra	<ul style="list-style-type: none"> - Possui 4 tambores. 	
Clube de Leitura	<ul style="list-style-type: none"> - Criado em 10 de agosto de 1943. - Possui 311 sócios. 	
Clube Agrícola	<ul style="list-style-type: none"> - Criado em 10 de março de 1938. - Professora Responsável: Alba Assis Rêgo Barros. - Possui 20 alunos envolvidos. - Área cultivada: 704m² - Possui as ferramentas: 1 pá; 2 enxadas; 1 machado; 1 regador; 1 ancinho. 	Os produtos colhidos são utilizados na sopa escolar (couve, ervilha, cenoura, espinafre, repolho, nabo, batata...)
Cozinha Escolar	<ul style="list-style-type: none"> - Criada em 1 de agosto de 1942. - Professora responsável: Ondina da Silva. - Possui: 324 canecas; 373 talheres; 9 toalhas; 2 bacias. 	
Museu Escolar	<ul style="list-style-type: none"> - Criado em 1944. 	Não está organizado.
Biblioteca Escolar	<ul style="list-style-type: none"> - Criada em 3 de março de 1933. - Professora responsável: Astrogilda de Mattos. - Contribuição anual: Cr\$ 95,00. 	Recebe a denominação de Biblioteca Orestes Guimarães
Ensino Religioso	<ul style="list-style-type: none"> - Ministrado pelo Padre da Igreja católica. 	
Trabalhos Manuais	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalhos de agulha, tecelagem, cartonagem e serrinha. 	
Campanha Natal dos Lázarus	<ul style="list-style-type: none"> - Campanha realizada anualmente em prol dos portadores de Lepra ou Hanseníase 	- Todo ano a escola arrecadava uma quantia em dinheiro para enviar a um leprosário em Florianópolis.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Outros	- Os professores recebiam seus vencimentos pela Coletoria Estadual (com sede em Porto União). - Os professores recebiam correspondências por intermédio da Agência Postal de Porto União. - A localidade recebia os jornais das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Florianópolis e Joinville.	
Professoras	Araceli Rodrigues Friedrich Alba Assis Rêgo Barros Antônia Lubi Astrogilda de Mattos Faride Guerios Francisca Maria Weinand Helena Ana de Souza Laura Geraldi Montrucchio Lília Yared Maria de Souza Farias Miroslava Litvinsky Ondina da Silva Sofia d'Oliveira	Normalista Normalista Normalista Normalista Normalista Normalista Vocacional Normalista Normalista Vocacional Normalista Normalista Normalista

Fonte: COLÉGIO BALDUÍNO CARDOSO. **Relatórios Estatísticos n° 72.** Porto União; Santa Catarina, 1942 – 1971. p. 85. (Documento não publicado).

Ambos os quadros registram com ênfase as atividades das Associações Escolares no interior do Grupo Escolar. O Departamento de Educação possuía um inspetor responsável pelas Associações Escolares, João Areão dos Santos, e a Circular n° 94 de outubro de 1942, solicitou que todas as ações destas fossem registradas em ata.

Observando as atividades desenvolvidas, percebe-se que o objetivo de todas se encaminhava para um mesmo propósito: formar o cidadão patriota, ou seja, formar o brasileiro para amar, proteger e guardar a sua pátria. Antes, porém, deviam ser-lhes oferecidas condições para tal, aí entra o papel do Pelotão da Saúde, das atividades de Educação Física, da Caixa Escolar, dando suporte àqueles que não tinham condições financeiras para adquirir uniforme e materiais escolares. Em seguida, viria o trabalho das demais associações formando a cultura do servir, amar e, principalmente, adotar a língua brasileira, mesmo que se tratasse de educandos estrangeiros ou naturalizados. Esse foi o papel, por exemplo, do Clube Agrícola, do Museu, do Jornal Escolar, da Língua Pró-Língua Nacional, Biblioteca, Clube de Leitura, Fanfarra e Ensino Religioso, inculcando a religiosidade predominante no país.

O quadro 3 apresenta um resumo das atividades desenvolvidas no Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso, e cursos anexos, no ano de 1953.

Quadro 3 – Relatório Estatístico do Colégio Professor Balduino Cardoso, no ano de 1953.

RELATÓRIO ESTATÍSTICO DE 1953		
Elemento	Discriminação	Observações
Diretora	Jandira Capriglioni Domit	Normalista – realizou seus estudos no Colégio Santos Anjos (Porto União – SC). Lecionou anteriormente na Escola Isolada Nova Galícia (Zona rural de Porto União – SC).
Cursos	Jardim de Infância Nereu Ramos Fundamental Comum	Grupo Escolar – 4 séries. Curso Complementar – 1 ano. Curso Normal Regional “Marcelino Dutra”: 4 anos.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

	Fundamental Complementar Curso Normal Regional Alfabetização para adultos	
Número de alunos	715 alunos	
Professoras		Jandira Capriglioni Domit Araceli Rodrigues Friedrich Astrogilda de Mattos Alzira Domingos Antonia Lubi Cacilda da Silva Collaço Djanira Amim Pasqualim Eugênia Cavalheiros Magalhães Francisca Maria Weinand Irene Emília Faraco Irene Soares de Carvalho Itamira Cercal de Cristo Leoni Olivetti Gonzaga
Educação Física		Possui um campo com 4250 m ² com instalações para voleibol e basquetebol. Possui: 10 bolas de arremesso; 1 bola de voleibol; 4 bastões; 18 medicinebol; 2 postes para salto; 1 quadro para alvo; 1 cavalete.
Curso Normal Regional "Marcelino Dutra"	Início das aulas em 1º de março e término em 15 de dezembro	<u>Disciplinas:</u> 1º ano – Português, matemática, geografia geral, ciências naturais, desenho, caligrafia, canto orfeônico, trabalhos manuais, economia doméstica, educação física. 2º ano - Português, matemática, geografia do Brasil, ciências naturais, desenho, caligrafia, canto orfeônico, trabalhos manuais, atividades econômicas da região, educação física. 3º ano – Português, matemática, história geral, noções de anatomia e fisiologia humana, desenho, canto orfeônico, trabalhos manuais, atividades econômicas da região e educação física. 4º ano - Português, matemática, história do Brasil, noções de higiene, Psicologia, pedagogia, didática e prática de ensino, desenho, canto orfeônico, educação física, recreação e jogos.

Fonte: COLÉGIO BALDUÍNO CARDOSO. **Relatórios Estatísticos n° 72.** Porto União; Santa Catarina, 1942 – 1971. p. 60 . (Documento não publicado).

A partir do ano de 1953 os quadros estatísticos sofrem algumas alterações, tornam-se mais sintéticos e passam a ser denominados Boletins de Informações. São solicitados pelo Ministério da Educação e Saúde, aos cuidados do Serviço de Estatística da Educação e Saúde. Constatam informações sobre a localização da instituição, aparelhamento do estabelecimento, movimento de cada curso ministrado (número de matrículas iniciais, finais, alunos aprovados e reprovados, evasão) e anotações complementares. Para o preenchimento do Boletim, o documento sugere (BRASIL, 1953 *apud* COLÉGIO BALDUÍNO CARDOSO, 1942 – 1971):

Nominata dos professores e dos alunos que concluíram o curso. Esta informação além de permitir uma interessante apuração estatística, habilitará o Ministério da Educação e Saúde a organizar um completo fichário do professorado e dos diplomados nos vários ramos do ensino elementar, médio e superior, com o auxílio do qual ficará em condições de responder utilmente às constantes solicitações que recebe, do país e do estrangeiro, de instituições industriais, comerciais ou culturais, relativamente a listas de nomes e endereços, para fins de propaganda e outros. (BRASIL, 1953 *apud* COLÉGIO BALDUÍNO CARDOSO, 1942 – 1971, p. 60).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

As informações, a partir de 1953, destacam prioritariamente as atividades desenvolvidas no Curso Normal Regional, que funcionava anexo ao Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso, sob a denominação de Curso Normal Regional Marcelino Dutra. Quanto ao ensino elementar primário, anotava-se número de alunos, quantidade de turmas por série escolar e horários de funcionamento do curso. Dessa data em diante, não há mais registro das Associações Escolares.

O quadro 4 apresenta as atividades da instituição no ano de 1963.

Quadro 4 – Relatório Estatístico do Colégio Professor Balduino Cardoso, no ano de 1963.

RELATÓRIO ESTATÍSTICO DE 1963		
Elemento	Discriminação	Observações
Diretora	Astrogilda de Mattos	Normalista – realizou seus estudos no Colégio Santos Anjos (Porto União – SC).
Curso Normal Regional Marcelino Dutra		Curso Normal Regional “Marcelino Dutra”: 4 anos. 4 turmas. Turno vespertino das 13h15min às 16h30min. Número de alunos - 155
Cursos		Curso Primário Fundamental – 19 turmas. Horário das 8h às 12h; e das 13h às 17h. Curso Normal Ginásial (duração 4 anos) Curso Supletivo Curso Primário Complementar – 1 turma Curso Ginásial Estadual – Ginásio Estadual D. Pedro I

Fonte: COLÉGIO BALDUÍNO CARDOSO. **Relatórios Estatísticos n° 72.** Porto União; Santa Catarina, 1942 – 1971. p. 40 . (Documento não publicado).

O quadro 4 apresenta resumidamente os Cursos oferecidos na instituição no ano de 1963. A partir dessa data percebe-se a oferta do Curso Normal Ginásial e, a coexistência do Curso Normal Regional Marcelino Dutra, ambos com quatro anos de duração. Quanto ao curso de formação de professores Klein (2016) explica:

Anexo ao Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso funcionou a Escola Complementar, criada pelo Decreto n° 2.135, de 12 de março, de 1928. Essa escola formou professores primários, principalmente, para atuarem nas escolas rurais da região. Esse mesmo curso, no ano de 1935, sofreu algumas reformulações tendo em vista as políticas educacionais do Estado de Santa Catarina. Foi transformado em Curso Normal Regional, em 1946, por meio do Decreto Lei n° 257, de 21 de outubro, de 1946, Art. 96, e passou a funcionar, em 1947, anexo ao prédio do Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso, recebendo a denominação de Curso Normal Regional Marcelino Dutra. Mais tarde, em 1963, por meio da Lei Estadual (SC) n° 3.191, o Artigo 86 definiu que o Ensino Normal seria ministrado pelo “Ginásio Normal” (escola normal de grau ginásial), precedendo, um segundo ciclo: a Escola Normal Secundária. Portanto, verificam-se essas duas nomenclaturas: “Curso Normal Regional Marcelino Dutra” (entre os anos de 1947 a 1963) e, depois, “Curso Ginásial Normal Marcelino Dutra”. (KLEIN, 2016, p. 344).

Este quadro Estatístico de 1963 (quadro 4) aponta a existência do Curso Normal Regional porque funcionou até findar a quarta série que estava em andamento. No mesmo ano inicia-se o curso

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

de formação de professores sob a nova denominação de Curso Ginásial Normal de acordo com a lei estadual vigente.

O quadro 5 apresenta o relatório estatístico do ano de 1971, desta vez solicitado pela Secretaria de Educação, sob os cuidados da 8ª Coordenadoria Regional de Educação (Divisão Técnica), neste momento a instituição passou a denominar-se Escola Básica Professor Balduino Cardoso (COLÉGIO BALDUÍNO CARDOSO, 1942 – 1971, p. 5).

Quadro 5 – Relatório Estatístico do Colégio Professor Balduino Cardoso, no ano de 1971.

RELATÓRIO ESTATÍSTICO DE 1971		
Elemento	Discriminação	Observações
Edificação	Especificações	- 12 salas, prédio em alvenaria, pavimento térreo, galpão em alvenaria, salas de emergência (6 de madeira). - 6.734 m2 de área construída. - 1.398,50 m2 de área edificada. - Prédio de construção antiga, necessitando de urgentes reparos: mudar o vigamento do telhado, mudar todas as portas, restaurar sanitários, construir um sanitário próprio para o professor, restaurar o galpão e rever as instalações elétricas do mesmo, reforma da cozinha para que a mesma ofereça condições higiênicas necessárias.

Fonte: COLÉGIO BALDUÍNO CARDOSO. **Relatórios Estatísticos n° 72.** Porto União; Santa Catarina, 1942 – 1971. p. 5. (Documento não publicado).

O quadro 5 traz algumas especificações mais técnicas, relacionadas à edificação do prédio. O relatório original analisado apresenta-se acompanhado de uma planta arquitetônica, a qual demonstra a área total reservada à escola e os espaços externos existentes. O que se visualiza nesse ano de 1971, é a necessidade de reformas, pois o prédio original foi inaugurado em 1938, portanto foram 33 anos de funcionamento. Embora os dados estatísticos se refiram ao ano de 1971, não se visualizam as alterações sofridas em decorrência da Lei 5692/71, tendo em vista que esta foi promulgada em agosto desse ano, não sendo possível, ainda, ser colocada em prática até o término das atividades letivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os quadros estatísticos analisados demonstram as atividades do Grupo Escolar e cursos anexos por um período de vinte e nove anos que contemplou o final da Era Vargas, adentrou o Período Nacional Desenvolvimentista e passou por um Período de Ditadura Militar no país. Nos dizeres de Vidal (2005), foi possível adentrar a “caixa preta” da escola e verificar, mesmo que indiretamente, as relações interpessoais constituídas no cotidiano da escola.

Os Grupos Escolares estiveram a serviço de uma inovação educacional num determinado contexto nacional onde havia a necessidade de alfabetizar, disciplinar, formar o indivíduo para a cidadania, e enaltecer o patriotismo exigido no período Republicano. Os dados levantados

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

demonstram que essa cultura de inovação da educação, por meio das práticas escolares e valorização dos sujeitos escolares, como agentes sociais, começou no início do século XX e se estendeu até os anos de 1950 ou mais. A cultura escolar incorporada pelos educandos que passaram por essa instituição até essa década, esteve permeada pelas normativas de uma escola que criou as Associações Escolares como forma de reproduzir as necessidades sociais da época.

Essas Associações, por meio de suas diferenciadas ações, imprimiram nos educandos além de responsabilidades de sujeitos que aprendem um saber cultural, também responsabilidades sociais. Tomando como exemplo a Associação Pró-Língua Nacional, esta tinha por função organizar álbuns biográficos, realizar sessões festivas e solenes, declamar poesias, escrever cartas, entre outras. A cultura do envolvimento contribuiria, mais tarde, para que esse sujeito incorporasse comportamentos e se tornasse agente de transformação social.

A partir do ano de 1953 os relatórios não contemplaram mais as Associações Escolares. O levantamento enfatizava as ações do Curso Normal Regional investigando sobre o quadro de professores, a formação de cada docente, disciplinas a serem ofertadas, número de alunos, quantidade de educadores que se formavam a cada novo ano letivo, acrescentado de algumas especificidades do Curso Primário Elementar. Na década de 1950 a coleta de dados sob a solicitação do Departamento Estadual de Estatística transferiu-se para o Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE). No ano de 1971 as informações se referiram mais a aspectos relacionados ao espaço físico ocupado pela instituição, e solicitados pela Secretaria Estadual de Educação.

Esse material analisado possibilita aprofundar outras temáticas como: a presença da religião católica no interior de uma instituição laica, a profissionalização de professores (disciplinas, carga horária, cursos...), o destaque dedicado às atividades físicas, a inculcação de hábitos, a cultura material, entre outras. Esse é propósito da análise documental: abrir caminhos para novas investigações.

REFERÊNCIAS

BOMBASSARO, Ticiane; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. Modernização do Estado e Reformas de Ensino: manifestações da Escola Nova em Santa Catarina. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck et al. (orgs.). **Reformas Educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas; São Paulo: Autores Associados, Uberlândia/MG: EDUFU, 2011, p.405 - 425.

BENCOSTTA, Marcos Levy Albino. Grupos Escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. **História e Memórias da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. p. 68-187. 3 v.

COLEGIO BALDUÍNO CARDOSO. **Relatórios Estatísticos n° 72**. Porto União; Santa Catarina, 1942 – 1971. p. 1 – 100. (Documento não publicado).

KLEIN, Roseli B. **Catálogo de Fontes Históricas do Colégio Professor Balduino Cardoso no Planalto Norte Catarinense**. Porto União; Santa Catarina: 2016 (no prelo).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. Das Escolas Reunidas ao Grupo Escolar: a escola como repartição pública de verdade. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos Escolares**. Cultura Escolar Primária e Escolarização da Infância no Brasil. Campinas; São Paulo: Mercado das Letras, 2006.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. Grupos Escolares na Região dos Campos Gerais (PR). In: VIDAL, Diana Gonçalves (ORG.). **Grupos Escolares**, Cultura Escolar Primária e Escolarização da Infância no Brasil (1893-1971). Campinas; São Paulo: Mercado de Letras, 2006.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições Escolares: Por que e como pesquisar**. 2. ed. São Paulo: Alínea, 2009.

SCHNEIDER, Juliete; TRIDAPALLI, Ana Laura. **Normatização de Condutas a Escola Normal em Santa Catarina de 1880 A 1969**. Anais 7. ANPED SUL. Santa Catarina; Itajaí: 2008.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. A Escola Normal Catarinense sob a batuta do professor Orestes Guimarães. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). **Mosaico de Escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República**. Florianópolis; Santa Catarina: Cidade Futura, 2003, p. 221 – 252.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas Escolares**. Campinas; São Paulo: Autores Associados, 2005.



O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E OS DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Francielle Ravanelli (PIC, Fundação Araucária).

Unespar/ Apucarana, francielleravanelli503@gmail.com

Valdir Anhucci (Orientador), anhucci@yahoo.com.br

Unespar/ Apucarana

Palavras-chave: Conselhos. Gestão Democrática. Participação.

INTRODUÇÃO

A partir Constituição Federal de 1988 instituiu-se no Brasil uma nova perspectiva de gestão pública, possibilitando processos participativos que envolvem os diferentes segmentos sociais na gestão das políticas públicas. Com isso, criou-se a expectativa de que a relação entre Estado e sociedade civil no âmbito da gestão pública fosse modificada.

Ao ter como princípio a participação da população no processo de gestão das políticas públicas, a Constituição Federal de 1988 indica a possibilidade de se alterar as relações entre o Estado e a sociedade civil. A participação direta da população aponta para a possibilidade de ampliar o debate sobre a formulação das políticas sociais públicas. A viabilização de uma gestão mais democrática no âmbito destas políticas está vinculada a criação de diferentes espaços públicos de decisão instituídos pela atual Constituição Federal. A implementação de um modelo de gestão democrática no âmbito das políticas sociais implica na reflexão sobre o papel da sociedade civil no processo de discussão e decisão acerca da gestão pública.

Ao se configurarem como espaço de participação, permitindo que a população exerça o controle social sobre a coisa pública, os Conselhos representam um significativo avanço na gestão das políticas sociais públicas, na medida em que os mais diversos segmentos populares passam a ter a possibilidade de interferir na implementação dos serviços públicos.

Entretanto é preciso considerar que a garantia em lei de espaços públicos como os Conselhos, não foi suficiente para alterar o processo de gestão centralizado e autoritário que prevaleceu historicamente no Brasil, na medida em que “[...] este é um processo em curso e em disputa, com potencialidades democráticas, mas também repleto de práticas antidemocráticas” (BEHRING;

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

BOSCHETTI, 2006, p. 184). Sendo assim, diante das práticas autoritárias que ainda prevalecem no trato da coisa pública são grandes os desafios para se consolidar a gestão democrática das políticas sociais. A cultura política autoritária prevalente na sociedade brasileira tem fragilizado o processo de consolidação de espaços públicos democráticos. Tal situação tem influenciado e dificultado o funcionamento dos Conselhos, com prejuízo para a democratização da gestão de políticas públicas.

Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo refletir sobre os desafios que estão postos ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente em se constituir e se consolidar enquanto espaço público que contribua para democratização da gestão de políticas públicas. Na condição de espaços públicos, os Conselhos representam um campo de possibilidades para democratizar a coisa pública, na medida em que contribuem para alterar o modelo de gestão antidemocrático que ainda prevalece.

A CULTURA POLÍTICA ANTIDEMOCRÁTICA E OS DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS PROCESSOS PARTICIPATIVOS NO BRASIL

O Brasil tem profundas marcas da colonização, do escravismo e do patrimonialismo, de maneira que essa cultura política se desenvolveu em um país da “[...] periferia do capitalismo central europeu, mantendo a forte relação de dependência, e também de dominação econômica e cultural das nações de perfil imperialista” (MELLI; COSTA; VISCOVINI 2014, p.05).

Desde o período colonial, o país é fonte de exploração devido a suas riquezas minerais, clima e solo favorável, sendo a colônia que utilizou de forma exacerbada o trabalho escravo que instituiu “[...] uma organização social caracterizada pela imposição e pelo mandonismo, prevalecendo marcas de posturas autoritárias nas relações sociais” (ANHUCCI, 2016, p.28).

Nesse contexto, “[...] a economia colonial foi estruturada a partir da exploração do trabalho compulsório, servil ou escravo, uma escolha que atendia às necessidades de Portugal, mas que impedia o desenvolvimento do Brasil colônia” (MELLI; COSTA; VISCOVINI, 2014, p.06). A maneira como os escravos eram tratados, estabeleceu uma herança cultural de submissão que ainda está presente na sociedade vigente (ANHUCCI, 2016). A sociedade brasileira teve sua origem pautada em desigualdades sociais, onde suas riquezas não foram destinadas a sua população.

No período colonial “As terras não utilizadas pela agricultura comercial eram destinadas ao homem livre pobre, a fim de que ele cultivasse alimentos para sua subsistência” (ANHUCCI, 2016, p.30). Esses homens livres e pobres estavam sujeitos ao favor dos senhores feudais e donos de terras, sendo subordinados a obedecer aos mesmos, estabelecendo uma relação de mando-obediência que se apresenta como parte da herança do período colonial. Essa conjuntura contribuiu “[...] de forma

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

significativa para a reflexão sobre a forte presença nos dias de hoje de práticas autoritárias, clientelistas, patrimonialistas e antidemocráticas” (ANHUCCI, 2016, p.27). Neste aspecto,

Exploração e exclusão, primeiramente com o indígena e depois com o negro, constituem a gênese da formação social brasileira, cuja essência se mantém em relação aos imigrantes europeus que viriam a substituir os escravos nas fazendas e nas cidades, pois, mesmo em regime de assalariamento, persistiam as relações de semi-servidão, prática a que estavam acostumados os antigos proprietários de escravos, avessos a qualquer forma de regulamentação da jornada condições de trabalho e remuneração (MELLI; COSTA; VISCOVINI, 2014, p.12).

Em 1849 o imperador extingue o tráfico de escravos, que além de passar por um processo de exclusão social, passaram pela exclusão racial. Segundo Ribeiro (1995) seria impossível passar por essa delonga de vida, durante séculos, e não carregar marcas dessa experiência. Com o fim da escravidão, os fazendeiros retraíram o apoio político que ofereciam a Monarquia, pois possuíam significativas quantidades de escravos e não foram indenizados pelo governo após a abolição. O governo não era mais bem visto, na maioria dos setores inclusive pelos militares, pois proibiu os mesmos de se manifestarem através da imprensa. Dom Pedro II também não tinha a aprovação da igreja devido à interferência do atual governo nos assuntos religiosos, além das prisões e perseguições feitas a bispos e integrantes da igreja católica (ANDRIETTA, 2015).

A soma desses elementos e o surgimento de uma nova classe média rural que almejava uma maior liberdade política “[...] garantiu o sucesso do golpe liderado por Marechal Deodoro, que mobilizou suas tropas, cercou os ministros imperiais e exigiu a deposição do rei” (ANDRIETTA, 2015, p.01). Diante dessa situação, foi oficializada em 15 de novembro de 1889 no Rio de Janeiro a proclamação da República que “[...] não trouxe transformações econômicas, sociais ou políticas radicais, nem marcou o ingresso do Brasil no concerto das nações civilizadas” (PATTO, 1999, p. 01). Essa mudança assinalou a conservação de benefícios de uma pequena parte da elite sobre a população, e mais uma vez afastou a última das deliberações políticas (ANHUCCI, 2015).

A República Velha, assim denominado o período correspondente entre os anos de 1889 há 1930 é dividida em dois períodos: A República da Espada e a República Oligárquica, tendo a Constituição de 1981 como um marco. A Constituição Republicana foi inspirada na Constituição dos Estados Unidos, onde “[...] transplantam o modelo constitucional americano para o Brasil, sem considerações maiores sobre as diferenças políticas, econômicas ou mesmo culturais entre os dois países” (VARES, 2011, p.123).

A Constituição Republicana foi marcada pela soberania dos grupos oligárquicos sobre a sociedade brasileira, além das exclusões de mulheres, mendigos, soldados, incultos e filiados religiosos. Sendo assim, o “[...] acesso à participação política restrita às elites e o distanciamento dos

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

segmentos de classes populares desse processo fazem parte do modelo autoritário que vem sendo concretizado no país” (ANHUCCI, 2015, p.41).

Nesse período eram os coronéis que controlavam as eleições, o coronelismo foi um confinante da cidadania, na medida em que “[...] qualquer pessoa que se negasse a votar no candidato indicado pelo coronel era vítima de violência física ou perseguição pessoal. Essa medida garantia que os mesmos grupos políticos se consolidassem no poder” (SOUSA, 2017, p.01). Eram os coronéis que exerciam o mandonismo acerca da população, e asseguravam o poder político às altas sociedades locais, submetendo as classes populares a uma situação de obediência.

Após a República Velha, temos a fase da Era Vargas que se iniciou em 1930 e se estendeu até o ano de 1945, tendo como um dos principais ganhos desse período a Constituição de 1934, que foi um marco na evolução da democratização do Brasil. Suas principais características foram: o voto confidencial; voto das mulheres; direitos trabalhistas; soberania dos sindicatos; defesa das riquezas naturais do país e a instituição da Justiça Eleitoral (RESENDE, 2015).

Os ganhos democráticos da Constituição de 1934 perderam seu valor quando Vargas e o exército lideraram um golpe de Estado, para se preservar no poder em 1937, mediante isso se instituiu o Estado Novo. Esse golpe tinha como explicação “[...] a necessidade de impedir um "complô comunista", que ameaçava tomar conta do país, o chamado Plano Cohen, que foi depois desmascarado como uma fraude” (CORTI, 2005, p.03).

Getúlio Vargas outorgou uma nova Constituição em Novembro de 1937, cuja redação foi marcada por ideologias fascistas e ideias semelhantes a Constituições de Ditaduras de países da Europa, dissolvendo todos os partidos políticos. Outro aspecto do estado-novista era o corporativismo entre empregados e patrões que eram forçados a “[...] filiar-se a sindicatos colocados sob o controle do governo. Tudo se passava dentro de uma visão que rejeitava o conflito social e insistia na cooperação entre trabalhadores e patrões, supervisionada pelo Estado” (CARVALHO, 2002, p.109).

Nesse modelo, o presidente decidia pelo povo, o Estado tinha todo o poder e não permitia que a população se mobilizasse, de maneira que “[...] misturava repressão com paternalismo, sem buscar interferir exageradamente na vida privada das pessoas” (CARVALHO, 2002, p.109).

Vargas era populista e como forma de controlar e ganhar apoio da classe trabalhadora consolidou as leis trabalhistas (CLT), sendo ela um dispositivo essencial de regulamentação das leis relacionadas ao trabalho. Através desse mecanismo “[...] criou a carteira de trabalho, a área de segurança e medicina do trabalho, instituiu o salário-maternidade, as férias remuneradas” (SOUZA, 2005, p.02).

Segundo Carvalho (2002) O ditador ganhou apreço popular e era chamado de “Pai dos Pobres”, o que gerou resultados benéficos a ele e garantiu apoio popular no período em que a oposição queria derrubá-lo. Tal apoio popular ficou conhecido como o movimento de “queremismo”. Porém,

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

mesmo com o apoio da população, no ano de 1945 a junta militar liderada pelos militares Gaspar Dutra e Góis Monteiro, o depôs do poder.

Encerra-se o Estado Novo e inicia a democratização do Brasil, onde é eleito seu primeiro presidente, o general Eurico Gaspar Dutra, que durante seu mandato reconstruiu os partidos políticos. Através dessa reedificação, três partidos ganham destaque sendo eles: União Democrática Nacional (UDN) e Partido Social Democrático (PSD) que representavam a elite, e argumentavam a favor da instalação de um capitalismo acessível ao “capital estrangeiro” e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que era constituído em sua maioria por trabalhadores e intervinham a favor do “capitalismo nacionalista”(Resende, 2015).

No mesmo ano da posse de Dutra o general promulgou uma nova Constituição,

[...] que congregou princípios liberais e conservadores. Por um lado, assegurou a manutenção da república federativa presidencialista, o voto secreto e universal para maiores de 18 anos, excetuando-se militares, analfabetos e religiosos, a divisão do Estado em três poderes independentes, restauração das garantias individuais aos cidadãos, fim da censura e da pena de morte. Por outro, preservou a estrutura fundiária tornando intocáveis os grandes latifúndios, a estrutura sindical de cunho fascista com os grandes sindicatos trabalhista vinculados ao Estado, e a rejeição das propostas de nacionalização de bancos e algumas indústrias (CANCIAN, 2006, p.01).

Apesar dos direitos políticos garantidos na Constituição, Dutra fechou o Partido Comunista Brasileiro e cassou os mandatos dos seus parlamentares. “A política governamental repressiva contra as atividades do PCB foi acompanhada por uma política externa que estreitou os vínculos entre Brasil e Estados Unidos” (CANCIAN, 2006, p.01). Esse vínculo facilitou o acesso do capital estrangeiro no Brasil e motivou o rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética, colocando o Brasil ao lado dos Estados Unidos na Guerra Fria. Além de o governo Dutra proibir o PCB, ele também reprimiu os sindicatos, prendendo sindicalistas que divergissem do seu governo, de forma que no “[...] último ano do mandato de Gaspar Dutra, cerca de 200 sindicatos trabalhistas se encontravam sob intervenção governamental” (CANCIAN, 2006, p.02).

Em 1950, foi realizada uma nova eleição para presidente, onde Vargas assumiu novamente o poder, dessa vez de forma democrática. “No primeiro ano de seu governo, o presidente estabeleceu o monopólio estatal sobre o petróleo, a partir de uma campanha de cunho nacionalista que recebeu forte apoio popular” (CANCIAN, 2006, p.02).

Segundo Cancian (2006) a posição nacionalista de Vargas, recebia inúmeras críticas da alta sociedade, dentre os principais críticos estava o jornalista Carlos Lacerda que denunciava recorrentemente a corrupção no governo, através da mídia. A péssima situação do país, as abundantes críticas ao governo e a insatisfação dos militares faziam com que Getúlio perdesse sua popularidade. O

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

presidente sofria pressões internas para renunciar, o que se agravou após o chefe de segurança de Getúlio tentar assassinar Carlos Lacerda no conhecido “Atentado da Tonelero”. Com sua baixa popularidade e pressões internas do exército para a sua deposição, o ditador cometeu suicídio no dia 24 de agosto de 1954.

Após a morte de Vargas o vice-presidente Café Filho, assume o poder, tendo seu governo estruturado por militares, empresários e políticos opostos ao mandato Vargas. Era um período delicado, e o país sofria com instabilidade econômica como a inflação que foi derrotada “[...] através da limitação do crédito, a redução das despesas públicas, a criação de uma taxa única de energia elétrica e a retenção automática do imposto de renda sobre os salários” (SOUSA, s.d, p.01).

Em 1955, Juscelino Kubitschek é eleito presidente tendo a industrialização como um dos seus principais feitos, gerando crescimento na economia do Brasil, abrindo as portas do país para o capital estrangeiro. Através de uma “[...] democracia restrita à parcela limitada da população brasileira, que as nações capitalistas centrais e hegemônicas estabelecem parcerias sólidas junto à periferia dependente e subdesenvolvida” (ANHUCCI, 2015, p.67). A burguesia nacional passa a intervir a favor da ambição do capitalismo internacional e o país passou a ser controlado pelas multinacionais.

Com a industrialização aumentou o “êxodo rural”, os camponeses saíam do campo para trabalhar nas fábricas, aumentando a pobreza e as desigualdades sociais, o que fomentou diversas greves e manifestações, marcando o período do início da década de 60, como um dos momentos mais intensos do sindicalismo e da política brasileira (CANCIAN, 2006).

Em 1960, ocorreram eleições presidenciais, elegendo Jânio Quadros com 48% dos votos, como as eleições para presidente e vice-presidente eram feitas de forma isolada, João Goulart venceu para vice. No ano de 1961 quando Jânio assumiu a Presidência da República o país passava por uma crise econômica, motivada pela alta inflação e crescimento da dívida externa por conta disso o presidente estimulou as exportações, estabilizou os salários e delimitou os créditos (Domingues, 2016).

De acordo com Cancian (2006) o presidente Jânio Quadros buscou romper com a subordinação em relação aos Estados Unidos e manter uma política externa independente, medidas que desagradaram o governo norte-americano. Por conta disso “[...] recebeu pesadas críticas do partido a que Jânio estava vinculado, a UDN, sofrendo também veemente oposição das elites conservadoras e dos militares” (CANCIAN, 2006, p. 02). Sem uma alta popularidade e praticamente nenhum apoio do legislativo, no dia 25 de agosto de 1961, apenas sete meses depois de sua posse Jânio Quadros renunciou na intenção da população defender seu mandato, o que não ocorreu.

Com a renúncia de Jânio Quadros ocorreu à posse de João Goulart que apresentou propostas como as Reformas de Base, que ocasionariam mudanças na estrutura agrária, econômica e educacional do país. Além de proporcionar uma maior atuação das organizações sociais, em contrapartida não

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

agradou as elites conservadoras que temiam um golpe comunista. (FERRARI; PEREIRA; FERNANDES, 2009). Sendo assim.

O clima de crise política e as tensões sociais aumentavam a cada dia. No dia 1º de abril de 1964, tropas de Minas Gerais e São Paulo saem às ruas. Para evitar uma guerra civil que faria muitas vítimas inocentes, Jango deixa o país refugiando-se no Uruguai. Os militares tomam o poder através do golpe de estado. Em 9 de abril, é decretado o Ato Institucional, que mais tarde, com a decretação do AI-2, o primeiro ato receberia o número 1 (AI-1). O Ato Institucional cassou os mandatos políticos de opositores ao regime militar e tirou a estabilidade de funcionários públicos (PILLA, 2016, p.03).

Os partidos políticos foram extintos e criado o bipartidarismo, sendo permitido apenas o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que representava a oposição e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que era representante dos militares. A população foi excluída do processo de decisão política.

Durante o Regime Militar foram utilizados pelo governo, diversos métodos de opressão e fiscalização da opinião pública, de forma que “a censura foi apenas um dos fenômenos para quebrar a autonomia da sociedade civil, reprimindo seu pluralismo para conservar um Estado onipotente como elemento para a implantação do Capitalismo Monopolista “ (FERRI, 2009, p.91).

Foi interrompida a participação ativa da população, no intuito de criação de uma sociedade de direitos, prevalecendo o poder na mão de poucos e reforçando a relação de mando-obediência (MELLI; COSTA; VISCOVINI, 2014).

Em 1967 é aprovada uma nova Constituição que estabelece a ditadura e suas formas de atuação, nesse mesmo ano é eleito indiretamente, pelo Congresso Nacional, o presidente Arthur da Costa e Silva. Essas ações antidemocráticas fizeram com que as manifestações sociais opostas à ditadura militar aumentassem no Brasil, os movimentos organizados pela UNE (União Nacional dos Estudantes) a Passeata dos Cem Mil ganham forças (MELLI; COSTA; VISCOVINI, 2014). Os intelectuais também se mostraram contrários ao regime ditatorial.

Com a alta inflação e uma grande recessão, nos últimos anos da ditadura militar a oposição se fortalece, surgindo novos partidos políticos e o fortalecimento dos sindicatos. Em 1984, milhões de pessoas saíram às ruas pedindo eleições diretas para presidente, em movimento que ficou conhecido como “Diretas Já”.

Os 21 anos de controle e repressão da ditadura no Brasil, apesar das suas terríveis marcas, “[...] não impediu que por fora dos espaços oficiais e controlados, uma pluralidade de experiências participativas e emancipatórias florescessem na base da sociedade brasileira” (CICONELLO, 2008, p.1). No entanto, é notável que diversos fatores da história brasileira acarretaram uma herança política e cultural autoritária e que prevalece nos dias atuais. Nesse sentido, a população tem sido alijada do processo de decisões políticas, o que coloque em cheque uma gestão pública mais democrática.

O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL NA DÉCADA DE 1980

O regime militar entra em processo de decadência, na medida em que no final da década de 1970 e início da década de 1980 o Brasil se encontra diante de uma profunda crise econômica e social. Além das atrocidades cometidas pela ditadura militar, o regime provocou profundas desigualdades sociais, deixando o país em péssimas condições.

No ano de 1974 quando o general Geisel Ernesto assume a presidência do Brasil, inicia-se de forma "lenta, gradual e segura" a restituição da democracia, pois diante da conjuntura brasileira o governo precisava do apoio da população. A anulação fracionária da repressão à imprensa e “[...] os sinais, por parte do governo, de valorização das eleições legislativas daquele ano (1974) indicavam que as declarações do novo presidente eram algo mais do que promessas de retorno à democracia” (KINZO, 2001, p.03).

Dando continuidade nessas mudanças, no ano de 1979 quando Figueiredo assume a presidência, o governante aprova a lei da anistia que,

[...] embora limitada, permitiu a reintegração à vida pública de políticos exilados e de ativistas de esquerda punidos pelo regime militar. Uma nova lei partidária pôs fim ao bipartidarismo compulsório criado em 1966, levando à criação de novos partidos. A reforma partidária representou importante avanço no processo de liberalização, mas foi também uma estratégia do governo para dividir a oposição e assim manter a transição sob controle (KINZO, 2001, p.06).

Diante desse processo de abertura que se iniciava no final da década de 70, os seguimentos sociais começam a reagir a partir de enfrentamentos com o governo militar. Nesse sentido, a população passa a se organizar “[...] em movimentos de bairro, por meio de associações de moradores, nas milhares de Comunidades Eclesiais de Base espalhadas pelo País, no movimento de mulheres, de negros, de homossexuais, etc.” (TONELLA, 2004, p.138).

Esses “novos movimentos sociais” tinham como base a garantia e ampliação de direitos e cidadania. Devido a isso e a insatisfação da população com o regime ditatorial no ano de 1984, inicia-se um grande movimento pelas “Diretas Já”, com uma emenda manifestada por Dante de Oliveira. No movimento uma grande parcela da população constituída por “[...] jovens, operários, trabalhadores e políticos, saíram nas ruas em protesto contra a Ditadura Militar [...] com o interesse de pressionar o governo a realizar eleições diretas para Presidente da República” (ROCHA; LUCIO, 2013, p.03). Esse movimento foi considerado um dos movimentos de maior importância para a redemocratização do Brasil, porém não conseguiu a quantidade de votos necessários para a sua aprovação.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Os sujeitos políticos começaram a buscar a democratização da gestão pública onde a população inicia a luta pela democracia com o objetivo de fazer parte das decisões nos processos deliberativos e decidir sobre o que é público.

Esse período é considerado um marco histórico onde se possibilitou os processos participativos e se destacou a importância da participação de diversos segmentos da sociedade civil. Essa tinha o intuito de criar uma nova Constituição democrática, alterando a Constituição promulgada pelo regime militar. A instalação da Assembleia Nacional Constituinte entre 1987 e 1988 respondeu a um grande processo de participação popular, que através de pressão conseguiu levar suas sugestões para participar de maneira ampla da gestão pública. Nessa perspectiva, a Constituição Federal de 1988 foi “[...] construída a partir da influência de uma pluralidade de forças e de sujeitos políticos” (CICONELLO, 2008, p.4).

Através da Constituição Federal de 1988 foram introduzidos novos mecanismos de participação democrática, permitindo uma maior intervenção da sociedade civil na política com o intuito de exercer o controle social sobre as ações do Estado. Um dos mecanismos de controle social instituídos em lei foram os Conselhos Gestores de Políticas Públicas e os Conselhos de Direitos, importantes espaços públicos que podem ser ocupados na perspectiva de defender os interesses coletivos. Esse assunto a ser discutido no item seguinte.

A IMPLEMENTAÇÃO DOS CONSELHOS A PARTIR DA PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A Constituição de 1988 foi denominada como “Constituição Cidadã” devido a forte influência popular, assim como a instituição de direitos sociais e de novos mecanismos de participação e controle social. Dentre esses mecanismos de participação democrática a sociedade civil começa a valer-se dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas e Conselhos de Direitos. Para Anhucci (2007, p. 09), os Conselhos são “[...] espaços públicos, plurais e democráticos que têm o papel de formular e fiscalizar as mais diversas políticas públicas”. Através dos Conselhos a sociedade pode participar da formulação das políticas públicas, apresentando suas reais demandas e, focando em ações que realmente atendam suas reivindicações. Esses órgãos são de composição paritária, envolvendo o poder público e a sociedade civil.

Os Conselhos são espaços voltados para o exercício da participação e do controle social, tendo como objetivo possibilitar que a sociedade civil possa interferir na gestão das políticas públicas. Nesse sentido, a importância dos Conselhos está em possibilitar a participação direta da população, na perspectiva de melhorar a gestão pública. Sendo assim, mais do que eleger representantes no executivo e no legislativo é preciso valorizar a participação dos diferentes segmentos da sociedade civil no

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

processo de gestão das políticas públicas, considerando a participação democrática como uma vitória da sociedade civil frente ao histórico alijamento da população das decisões políticas no âmbito da gestão pública (ANHUCCI, 2007).

Segundo Gohn (2006) em determinados municípios os Conselhos gestores são apenas uma prática “jurídico-formal” que em inúmeros momentos são usados por parlamentares e elites para se pronunciar em nome da população. Considerando que no Brasil ainda prevalece um modelo de gestão antidemocrático, unilateral e clientelista, “[...] a disseminação dos Conselhos pelos municípios brasileiros não significa necessariamente o sucesso qualitativo deste novo espaço de participação” (GOMES, 2003, p.41). Nessa perspectiva, “[...] a centralização do poder nas mãos do executivo fragiliza, em muitos casos, a autonomia dos Conselhos diante das condições que os governos reúnem para interferir, neutralizar ou mesmo minar suas ações e decisões” (RAICHELIS, 2000, p.13).

Segundo Anhucci (2016), ao se caracterizam como um local do fazer político, a importância dos Conselhos está em se colocar como uma arena de lutas e embates, possibilitando a construção de um processo mais aberto e democrático a cerca da gestão das políticas públicas. Esses espaços devem ser pautados nos interesses coletivos, ultrapassando as atividades corporativistas e individualistas.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa tem como objeto de estudo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Apucarana. Esse Conselho foi instituído através da Lei nº 036 de 24 de Maio de 2005, se caracterizando como um órgão “deliberativo, fiscalizador e controlador de políticas públicas”, tendo como princípio a defesa dos direitos da criança e adolescente no município. Sendo assim, essa pesquisa buscou refletir sobre os desafios que estão postos ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em se consolidar enquanto espaço público, tendo como título “O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e os desafios para a consolidação da gestão democrática”.

Como resultados da pesquisa constatou-se que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Apucarana ainda está muito voltado para questões burocráticas, em especial quando se trata dos recursos do Fundo Municipal, deixando em segundo plano o debate acerca de assuntos mais amplos, como a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Isso significa que prevalecem a busca por respostas a questões imediatas, ficando em segundo plano uma perspectiva política de longo prazo.

A pesquisa indica que o Conselho é marcado por práticas corporativistas, prevalecendo os interesses individuais e corporativos de entidades, o que compromete o caráter público dos Conselhos. Ao contrário disso, o interesse público “[...] são interesses das maiorias – da coletividade – e, portanto, diferentes e distintos dos interesses pessoais, particulares e mesmo dos corporativos” (PAZ apud ANHUCCI, 2007, p. 13). Na medida que os segmentos que estão representados no Conselho priorizam a busca por recursos financeiros para a manutenção dessa ou daquela entidade, esse espaço

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

perde sua função de espaço público. Nesse sentido, o interesse público deveria ser foco central dos Conselhos, indo além dos interesses individuais e corporativistas.

Outro aspecto que tem dificultado a atuação do Conselho está no processo de formação. A pesquisa indica que a capacitação no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Apucarana não ocorre com frequência, mas se dá de forma pontual e descontínua. É preciso considerar que a capacitação dos conselheiros poderá possibilitar “[...] dependendo da maneira como for conduzida, um maior acesso às informações diversas e o desenvolvimento de um senso crítico sobre a realidade social, política e econômica em que está inserido” (CORREIA apud GAEDTKE; GRISOTTI, 2011, p.130). Diante disso é essencial a capacitação dos conselheiros, para que reconheçam de maneira clara o seu papel e não tenham práticas contrárias ao real sentido do Conselho, considerando o exercício do controle social e da participação.

O estudo aponta ainda a permanência de práticas que não aproximam a população dos assuntos de interesse público, mantendo uma relação ainda bastante vertical entre Estado e sociedade civil. Nesse sentido, a sociedade civil ainda não compreendeu que o Estado deve prestar contas à população daquilo que faz ou deseja fazer. Nessa perspectiva, a relação entre Estado e sociedade civil estabelecida nos dias atuais tem possibilitado o desenvolvimento da “[...] letargia política em uma dada população” (ANHUCCI, 2007, p.67). Aproximar o cidadão dos processos decisório é uma atividade que leva tempo e que não interessa aos governantes que pautam suas ações em práticas unilaterais e clientelistas. Esse estudo aponta ainda que, embora a legislação brasileira institua mecanismos de participação como os Conselhos, esses espaços ainda não tem se configurado lócus de participação e controle social. A cultura política autoritária e antidemocrática que ainda prevalece tem determinado a exclusão da população dos processos de decisões políticas, dificultando seu acesso na gestão das políticas públicas.

A pesquisa apresenta que os Conselhos são pouco conhecidos e valorizados enquanto instrumentos de gestão e que possibilitam decisões mais democráticas acerca das políticas públicas. Nessa perspectiva, são grandes os desafios para que a população possa exercer a participação e o controle social no que diz respeito à gestão da coisa pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, é preciso considerar que a herança política e cultural brasileira tem influenciado os dias atuais, de forma que uma pequena parcela da população participa do poder decisório, em detrimento da grande maioria subordinada a apenas obedecer. A cultura política de autoritarismo que se consolidou no Brasil excluiu a população do processo de decisões no âmbito da gestão das políticas públicas, prejudicando o processo democrático.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Diante de tal contexto, o desafio do distanciamento da população no que diz respeito à gestão das políticas públicas deve ser enfrentado a partir do exercício da participação, fortalecendo e consolidando os espaços democráticos como os Conselhos. Torna-se urgente o protagonismo daqueles atores sociais que historicamente estiveram alijados das decisões acerca da coisa pública, com vistas a contribuir para a gestão democrática das políticas públicas. Isso implica em superar a lógica burocrática e antidemocrática que ainda prevalece no trato da coisa pública.

REFERÊNCIAS

ANDRIETTA, Matheus. **Entenda os Motivos da Proclamação da República no Brasil**. Info Enem, 2015.

ANHUCCI, Valdir. **A dimensão política do orçamento público no âmbito dos conselhos de direitos da criança e do adolescente**. 2015. 247f. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, 2016.

ANHUCCI, Valdir. **O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na perspectiva da participação e do controle social**. 2007. 189f Dissertação. (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, 2007.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivaneti, **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

CANCIAN, Renato. Governo Gaspar Dutra (1946-1951): **Democracia e fim do Estado Novo**. Uol Educação, 2006. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-gaspar-dutra-1946-1951-democracia-e-fim-do-estado-novo.htm>. Acesso em 07 de março de 2017.

CANCIAN, Renato. **Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961): "Anos dourados" e Brasília**. Uol Educação, 2006. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-juscelino-kubitschek-1956-1961-anos-dourados-e-brasilia.htm>. Acesso em 07 de março de 2017.

CANCIAN, Renato. Governo Vargas (1951-1954): **Suicídio de Getúlio pós fim à Era Vargas**. Uol Educação, 2006. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-vargas-1951-1954-suicidio-de-getulio-pos-fim-a-era-vargas.htm>. Acesso em 07 de março de 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CICONELLO, Alexandre. **A Participação Social como processo de consolidação da democracia no Brasil**. From Poverty to Power: How Active Citizens and Effective States Can Change the World, Oxfam International 2008.

Constituição Federal: BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

CORTI, Ana Paula. Estado Novo (1937-1945): **A ditadura de Getúlio Vargas**. Uol Educação, 2005. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/estado-novo-1937-1945-a-ditadura-de-getulio-vargas.htm>. Acesso em 21 de fevereiro de 2017.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

CRUZ NETO, Otávio. **O trabalho de campo como descoberta e criação.** In: Minayo, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 8. Ed. Petropolis: Vozes, 1994. p.51-66.

FERRARI, Julio Cesar; PEREIRA, Rafael Caluz; FERNANDES, Paulo Sérgio. **A IMPOSIÇÃO DA DITADURA MILITAR NA SOCIEDADE BRASILEIRA :Uma breve analogia do comportamento Estado/Oposição.** Unisalesiano, 2009.

GAEDTKE ,Kenea Mara; GRISOTTI, Márcia. **Os Conselhos Municipais de Saúde: uma revisão da literatura sobre seus limites e potencialidades.** Política e Sociedade- Florianópolis- Volume 10- N°19- Outubro de 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e gestão pública.** revistas.unisinos, ART01_Gohn, São Paulo, 2006.

GOMES, Eduardo Granha Magalhães. **Conselhos Gestores de Políticas Públicas: Democracia, Controle Social e Instituições.** São Paulo: EAESP/FGV,2003, 110 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado de Administração Pública e Governo da EAESP/FGV, Área de Concentração: Governo Local e Sociedade Civil).

KINZO, Maria Dálva G..**A DEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA um balanço do processo político desde a transição.** São Paulo Perspec. vol.15 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2001.

PILLA, Lúcia. **Castelo Branco, 26º Presidente do Brasil.** GENNI, 2016. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Castelo-Branco-26%C2%BA-Presidente-do-Brasil/6000000015821349702>. Acesso em 09 de julho de 2017.

MELLI, Ana Paula; COSTA, Hélio; VISCOVINI, Lenir. **Programa de Formação Sindical Organização e Representação Sindical de Base.** Caderno, 2014.

MENDONÇA, Marcelo Pires; FRANCESCHINELLI, Milena. **Mas, o que é um conselho municipal?** Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/02/mas-o-que-e-um-conselho-municipal.html>. Acesso 17. De jan. 2017.

MINAYO. Maria Cecília de Souza. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social.** In: _____ (Org.). Pesquisa Social: teoria, método, e criatividade. 8. ed. Petrópolis : Vozes, 1994. p.9-29.

PATTO, Maria Helena Souza. **Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres.** São Paulo, Estud. av. vol.13 no .35, Jan./Apr. 1999.

RAICHELIS, Raquel. **Democratizar a Gestão das Políticas Sociais – Um Desafio a Ser Enfrentado pela Sociedade Civil.** Revista Política Social. Módulo 03. Brasília, Capacitação em Serviço Social e Política Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. CFESS, ABEPSS, CEAD/NED-UNB, 2000.

RESENDE, Marília Ruiz. **A Constituição de 1891.** Politize, 2015. Disponível em: <http://www.politize.com.br/constituicao-de-1891/>. Acesso em 16 de fevereiro de 2017.

RESENDE, Marília Ruiz. **A Constituição de 1934.** Politize, 2015. Disponível em: <http://www.politize.com.br/constituicao-de-1891/>. Acesso em 21 de fevereiro de 2017.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

ROCHA, José Aparecido da Silva; LÚCIO, Antônio Barbosa. **PROTESTO SOCIAL NO BRASIL: OS JOVENS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DIRETAS JÁ E FORA COLLOR.** Resultado de Investigação Finalizada. Gt20: sociedade civil: protestos e movimentos sociais. Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, 2013.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **"Coronelismo"**; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/historiab/coronelismo.htm>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2017.

SOUZA, Ana Patrícia dos Anjos. **OS DIREITOS SOCIAIS NA ERA VARGAS: a Previdência Social no processo histórico de constituição dos Direitos Sociais no Brasil .** II Jornada Internacional de Políticas Publicas. São Luís – MA, 23 a 26 de agosto 2005.

TONELLA, Celene. **AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA: Conselhos Gestores de políticas públicas em Maringá,** REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, n.106, p.137-156, jan./jun. 2004.



ELEIÇÕES E GASTOS COM PESSOAL NOS ESTADOS DO BRASIL

Gabriel Araujo Rosa (PIC, PIBIC/Fundação Araucária)
UNESPAR/Campus de Campo Mourão, gabrielaraujorosa1996@gmail.com

Jorge Leandro Delconte Ferreira (Orientador)
UNESPAR/Campus de Campo Mourão, jorgel.ferreira@unespar.edu.br

Isielli Mayara Barzoto Martins Tierling (Coorientadora)
UNESPAR/Campus, isielli.tierling@unespar.edu.br

Palavras-chave: Gasto com pessoal. Estados do Brasil. Eleições.

INTRODUÇÃO

O carreirismo político faz parte da estrutura política e do cenário eleitoral brasileiro há séculos. Quando se fala em carreirismo político, isso implica dizer que um indivíduo que é eleito ou que é nomeado em um cargo integrante do setor público (ou seja, cujo ingresso não se deu por concurso público) tende a permanecer na carreira política por longos períodos. Uma interpretação recorrentemente descrita como efeito do carreirismo é que a permanência do agente político representa um mecanismo de seleção adversa contínua, em que políticos de baixa capacitação se mantêm no cenário político; essa interpretação pressupõe que os indivíduos mais capacitados e competentes migram automaticamente para a iniciativa privada, em busca de melhor remuneração (CASELLI e MORELLI, 2004). Uma hipótese alternativa para o fenômeno vê o carreirismo político pela vertente da motivação, argumentando que há indivíduos que alcançam maior realização pessoal e profissional ao desempenhar carreiras no setor público, em cargos de nomeação política ou em cargos eletivos; esse argumento é denominado *public fit citizen* (FEDELE e NATICCHIONI, 2015).

A literatura tradicional acerca de federalismo fiscal costuma rotular os formuladores de políticas públicas como planejadores benevolentes, supondo que estes estariam empenhados em maximizar o bem-estar social. Contudo, há diversos trabalhos que apontam que os agentes políticos têm uma prática diversa da ideal, ou seja, que há diferenças sistemáticas entre o que tais agentes deveriam fazer e as suas ações concretas; tais estudos abordam, mas não se limitam, a situações onde há corrupção e desvio de recursos (SOLÉ-OLLÉ e SORRIBAS-NAVARRO, 2008).

É comum a literatura sobre gestão pública se debruçar sobre a questão de por que agem assim os agentes políticos. Na busca de lançar luz ao tema, convém lembrar que, a despeito da questão do carreirismo político (seleção adversa ou *public fit citizen*), o desejo de permanência na vida pública é o fato gerador de pressões eleitorais que incentivam o agente político a distorcer a política pública



eficiente. Essas distorções são orientadas a ampliar a sua popularidade, com propósitos claramente eleitorais (VERGNE, 2009).

Mesmo agentes políticos com sólida formação em gestão pública estão sujeitos a tal comportamento. Isso se explica por um simples fato: antes de ser planejador, um formulador de política pública é, inevitavelmente, político. Por isso, tente a apresentar comportamento oportunístico (na busca pela maximização de suas chances de reeleição ou de eleição de um sucessor apoiado por ele), assim como agir de forma partidária (dando apoio orçamentário a seus aliados). Os dois comportamentos aqui descritos resultam em distorções nas políticas públicas (ARULAMPALAM et al, 2009).

A ideia do presente trabalho foi investigar as seguintes variáveis: se no ano em que há ou não eleições, bem como se o alinhamento político com gestores a nível estadual e federal, afetam ou não a alocação de recursos destinados a cobrir gastos com pessoal durante o período determinado. Além disso, observou-se também se há correlação espacial entre os estados vizinhos, ou seja, se os mesmos influenciam ou são influenciados, a gastar menos ou mais com tal rubrica. Para este último propósito, empregou-se técnicas de Econometria Espacial.

Mesmo que tenha efeitos e desdobramentos em diversas dimensões de políticas públicas, nos níveis local, regional e nacional, a distorção eleitoral das políticas públicas é claramente reconhecível quando se observam as escolhas de execução orçamentária pelos agentes políticos. Os eleitores naturalmente atribuem grande importância ao desempenho da economia no momento de definir o voto; isso, por si só, já constitui incentivo suficientemente robusto para que o agente político persiga efeitos econômicos desejáveis (mas não necessariamente sustentáveis) quando as eleições se aproximam, visando claramente influenciar o desempenho nas urnas (FERREIRA e BUGARIN, 2007).

Esse tipo de comportamento enviesado do gestor de recursos públicos, o agente político, é bem caracterizado por Nordhaus (1975), que propõe o constructo de *political business cycle – PBC*. Partindo da proposição de Nordhaus, Rogoff (1990) sugere que o eleitor não pode se deixar enganar sistematicamente pelo agente político. Considerando essa uma fragilidade do modelo PBC, esse autor propõe o conceito de *political budget cycle*, que restringe a margem de manobra do agente político às decisões de política fiscal, excluindo aspectos de inflação e de produto.

Muitos trabalhos já avaliaram a existência de distorções na alocação de transferências intergovernamentais, tanto em países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento. A esse respeito, Golden e Min (2013) elaboraram um inventário de mais de 150 estudos elaborados na última década. Contudo, o estudo da execução orçamentária (que reflete o gasto efetivo) em nível local (ou seja, nos municípios) ainda é questão pouco explorada na literatura.



Diante dessa lacuna da literatura, o presente trabalho foi orientado pelo seguinte problema de pesquisa: Qual a relação entre o gasto público estadual com pessoal, o alinhamento político e o calendário eleitoral, para os estados do Brasil, no período de 2002 a 2013?

Este trabalho se ocupou, portanto, de avaliar a relação entre a execução orçamentária na área de pessoal, no nível estadual, o alinhamento político partidário com mandatários de níveis superiores e a ocorrência de eleições locais e centrais, para os estados do Brasil, no período de 2002 a 2013. Averiguou-se ainda a possibilidade de uma relação causal entre o aumento nos gastos orçamentários no setor de pessoal em períodos de eleição, com o interesse dos agentes políticos estaduais, em fazer uso desses recursos para gerar ganhos de imagem junto aos eleitores. Para a consecução de uma análise, de forma comparativa, dos efeitos de alinhamento político partidário e a variação dos gastos eleitorais, foi empregado o software estatístico econométrico denominado Stata, o qual cruza as informações do banco de dados, e fornece informações de grande importância sobre o problema em estudo.

O presente trabalho está organizado da seguinte forma: além desta introdução, é descrita na seção seguinte a abordagem metodológica escolhida. Em seguida são listados os resultados, os quais são discutidos. Na seção seguinte, são descritas as conclusões do trabalho, e na sequência apresenta-se as referências que foram utilizadas para avaliar os efeitos de vizinhança na determinação do montante de gasto *per capita* com pessoal pelos estados do Brasil.

METODOLOGIA

Este trabalho partiu de uma modelagem de provisão de bens públicos, inspirada em um modelo simples de provisão de bem público regional com *spillover* (LEVAGGI, 2010), tomando como descentralizada a provisão de bens públicos, compatível com as proposições do federalismo fiscal (BESLEY e COATE, 2003). Construiu-se um banco de dados de forma a sustentar a elaboração de uma análise de painel de dados balanceado (ALMEIDA, 2012).

Contudo, antes da construção do banco de dados, foram elaborados estudos e interpretação de referências bibliográficas recomendadas pelo orientador, para que pudesse melhorar consideravelmente nossa compreensão sobre a metodologia de pesquisa pela qual os dados seriam analisados (eminentemente a partir de ferramentas de econometria para dados em painel, incluindo testes econométricos espaciais).

Em seguida, após o embasamento teórico estar pronto, para que fosse dado início à construção do banco de dados, foi preciso se valer se sites estatísticos, tais como, IPEADATA e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), onde foram colhidos alguns dados necessários, como: quantia



gasta com pessoal nos estados, PIB (Produto Interno Bruto) per capita por estado, transferência do FPE (Fundo de Participação dos Estados) per capita, arrecadação per capita e população. Após os dados serem obtidos, foi possível confrontar suas informações, para saber quais variáveis seriam dependentes e quais seriam independentes.

Para que os dados fossem armazenados e organizados corretamente, para depois serem utilizados no programa estatístico, foi utilizado as planilhas do Excel, desta forma, facilitando a análise dos dados em questão.

A pesquisa em questão, teve como objetivo e parâmetro, os dados de um determinado espaço de tempo, nesse caso, o período entre 2002 e 2013. À medida que os dados foram sendo obtidos, eles foram atualizados por meio do índice do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, considerando o indexador oficial de inflação no Brasil), por meio de cálculos e fórmulas executados no Excel (basicamente, empregando a ferramenta de números-índice), para que pudessem ser adequados corretamente aos valores atuais às variáveis financeiras, para que seja possível compreender a quantia que é gasta com pessoal nos estados do Brasil, e se as variáveis em questão têm fundamento ou não. Em outras palavras, as variáveis medidas em unidades monetárias foram todas convertidas a valor constante de 2013, o último ano do período em análise.

A partir da composição do banco de dados com valores constantes, os dados foram transpostos do Excel para o Stata. Em seguida, foram efetuados diversos testes econométricos. O primeiro teste foi o teste do multiplicador Lagrangeano de Breusch-Pagan, que avalia se os efeitos não observados são relevantes. Em outras palavras, esse teste permite dizer se a estimação com o método dos Mínimos Quadrados Ordinários é enviesada ou não. Os resultados apontaram que a estimação MQO é enviesada, devendo ser feita estimação como Painel de dados. O segundo teste foi o teste de especificação de Hausman para modelagem de painéis. Esse teste avalia se há diferenças significativas na estimação por efeitos fixos ou aleatórios. Os resultados apontaram que o modelo de painel de efeitos fixos era a estimação mais apropriada. O terceiro teste aplicado foi o teste Modificado de Wald para heteroscedasticidade em grupo de dados. Esse teste afere a homocedasticidade do modelo. Os resultados apontaram fragilidades na homocedasticidade, o que resultou na aplicação de estimação robusta para obtenção dos coeficientes não viesados. Por fim, foram aplicados os testes de correlação espacial local (I de Moran) e global (G de Geary), para verificar o grau de auto correlação espacial no gasto com pessoal (ELHORST, 2010). Os resultados dos testes I de Moran e G de Geary não indicaram efeito espacial relevante para tais dados no recorte geográfico estadual, pelo que se optou pela modelagem sem efeitos espaciais. Em síntese, os testes econométricos apontaram a seguinte modelagem ideal dos dados: painel de dados de efeitos fixos, com estimação robusta, sem considerar efeitos espaciais.



A próxima seção detalha os resultados obtidos com as estimações, bem como apresenta as discussões e análises pertinentes à adequada interpretação das estimações feitas pelos modelos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Tabela 1 apresenta um resumo estatístico das variáveis de caráter contínuo que foram empregadas nas estimações. Salienta-se que todas as variáveis ali listadas estão expressas em valores *per capita*, além de terem sido atualizadas a valores de 2012, pela aplicação do IPCA. Em relação à variável dependente, gastos com pessoal, conforme expresso na Tabela 1, há grande variabilidade entre os estados investigados, o que pode ser aferido pelo elevado valor do desvio padrão, em especial se comparado com a média da variável.

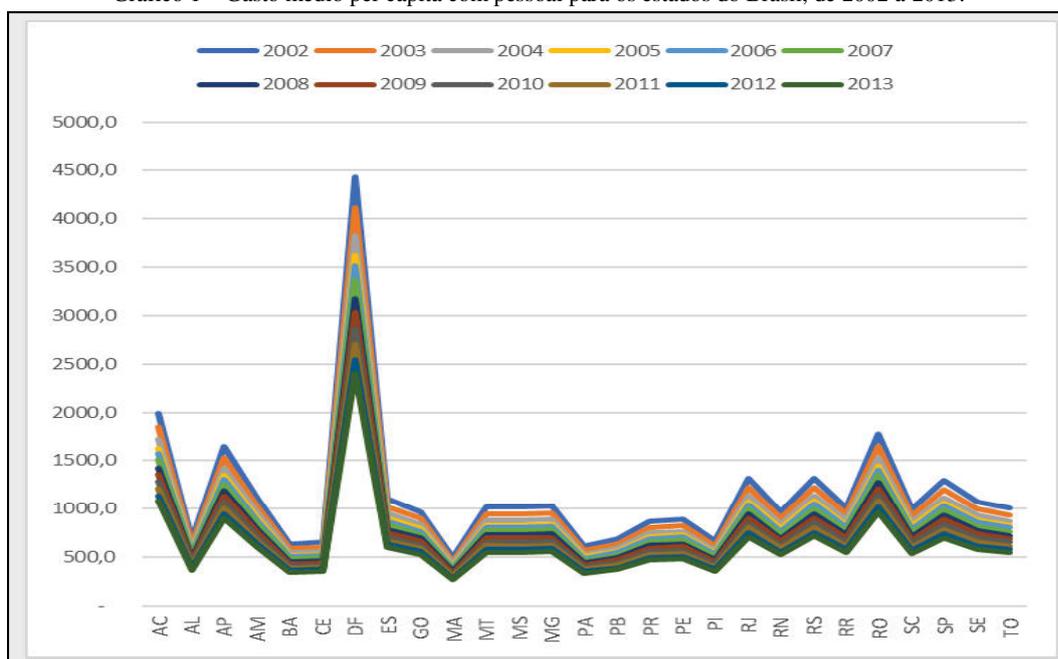
Tabela 1 – Resumo estatístico das variáveis contínuas que compõem os modelos estimados.
Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Variável		Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Observações
Gasto com Pessoal	overall	862.5089	576.7480	268.6991	4432.662	N = 324
	between		555.1815	368.2927	3303.069	n = 27
	within		186.8385	-30.70639	1992.102	T = 12
PIB	overall	23.95962	14.82923	9.214365	100.8737	N = 324
	between		14.90374	9.752321	83.23163	n = 27
	within		2.312829	11.35412	41.60171	T = 12
FPE	overall	822.6006	987.189	51.97833	4749.719	N = 324
	between		979.2504	55.62403	4011.929	n = 27
	within		219.6994	-36.74698	3007.457	T = 12
Arrecadação	overall	7331.109	14384.89	113.7399	89656.14	N = 324
	between		12243.68	307.8761	60062.41	n = 27
	within		7881.794	-48859.65	71394.61	T = 12

Para averiguar mais detalhadamente a questão da elevada variância encontrada na variável dependente, foram construídos dois gráficos com os dados disponíveis. O gráfico 1 apresenta a

variação do gasto com pessoal para os estados do Brasil, reduzido à escala per capita, para fins de comparação. Naquele gráfico é possível perceber que o Distrito Federal apresenta gasto médio no período significativamente superior aos demais estados do país em todos os anos do período em estudo. Em virtude disso, elaborou-se também o gráfico 2, de forma a isolar os efeitos de distorção exercidos pelos dados correspondentes aos gastos do Distrito Federal com o funcionalismo.

Gráfico 1 – Gasto médio per capita com pessoal para os estados do Brasil, de 2002 a 2013.



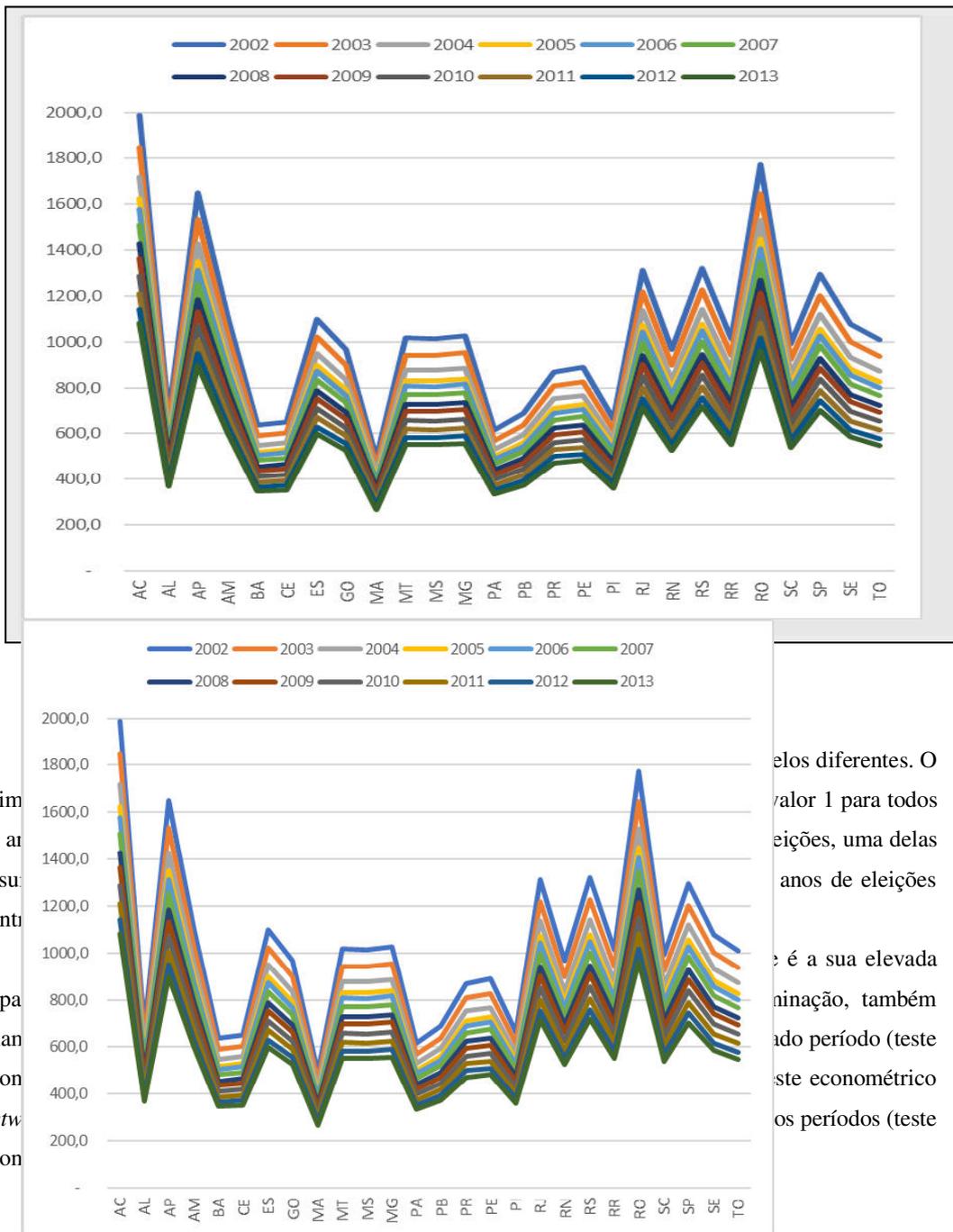
Fonte: Dados da pesquisa (2017).

No gráfico 2, observa-se que, mesmo excluindo o Distrito Federal, verdadeiro *outlier* nos dados, ainda há variação significativa no gasto observado nos estados do país. Contudo, tal variação fica mais suave e o próprio gráfico pode ser mais detalhado, de forma a permitir visualizar as oscilações do mesmo estado ao longo do tempo (variações do tipo *within*), bem como entre estados (variações do tipo *between*).

Três características são remarcáveis no gráfico 2. Em primeiro lugar, todos os estados apresentam comportamento de gasto com pessoal semelhante no período, apresentando crescimento similar. Em segundo lugar, os estados do Acre, Amapá e Rondônia, todos na região Norte do país, demonstram ser os estados com maior gasto médio per capita com pessoal (provavelmente, como resultante da baixa densidade demográfica que caracteriza tais estados, mas que não parece exercer efeito semelhante em estados que também apresentam baixa densidade demográfica, como Pará e

Amazonas, por exemplo). Por fim, o estado do Paraná (estado de origem dos autores deste trabalho) mostra estar entre os mais baixos níveis de gasto *per capita* com pessoal dentre as 27 unidades da federação.

Gráfico 2 – Gasto médio per capita com pessoal para os estados do Brasil exceto DF, de 2002 a 2013.



prim
os ar
assu
centr
capa
chan
econ
betw
econ

elos diferentes. O
valor 1 para todos
eleições, uma delas
anos de eleições
é a sua elevada
minação, também
ado período (teste
este econométrico
os períodos (teste

Analisando a mudança de um teste econométrico para outro, percebe-se que o modelo mantém a sua elevada capacidade de ajustamento e poder explicativo, e não é constatado uma alteração significativa nos resultados obtidos em ambos, o que sugere que os resultados não são afetados de forma considerável.

Tabela 2 – Determinantes do Gasto Público com Pessoal pelos Estados do Brasil de 2002 a 2013 - Resultados das Estimações.

GASTO COM PESSOAL	Modelo 1 - Anos Eleitorais		Modelo 2 - Eleições Locais	
	Coeficiente e erro robusto	P> z	Coeficiente e erro robusto	P> z
PIB	57.498	***	56.960	***
	-8.922		-8.552	
FPE	-0.510	***	-0.513	***
	-0.078		-0.074	
Arrecadação	0.003	***	0.003	***
	-0.001		-0.001	
Virada	-35.429		-32.709	
	-37.992		-38.043	
Mesmo Partido	-73.419		-80.386	
	-93.265		-94.855	
Oposição	-31.776		-32.914	
	-67.027		-67.175	
Ano eleitoral	-2.787			
	-12.107			
Eleições Locais			-26.934	**
			-12.599	
Constante	-103.022		-81.477	
	-234.014		-228.042	
N	132		132	
R ² within	0.8379		0.8406	
R ² between	0.5025		0.4907	
R ² overall	0.4968		0.4934	

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Nota: Estimações feitas com o software Stata SE 12.0. Todas as estimações incluem efeitos fixos unitários. Níveis de significância: * p<0.10, ** p<0.05, *** p<0.01.

A partir dos testes, é percebido que a única variável que permaneceu constante, ou seja, que não apresentou alterações, foi a variável “Arrecadação”, a qual permaneceu com o valor de 0,003, com significância estatística é de 1%. O restante das variáveis – com exceção das variáveis relacionadas a



eleições, que não estão presentes nos dois modelos – permaneceram com a mesma significância estatística de um teste para outro.

A última questão a avaliar, em relação às variáveis de controle utilizadas, é bastante interessante. Nos dois modelos estimados, as variáveis de controle representadas pelo produto interno bruto (PIB) estadual *per capita*, pelo repasse oriundo do Fundo de Participação dos Estados (FPE) *per capita* e pelo montante de arrecadação de recursos próprios *per capita* observado para cada estado apresentaram alta significância estatística, ou seja, significância da variável a 1%, conforme atestado pelo valor do teste t de Student obtido e a comparação na tabela com o valor de $|p| > 0$. Além disso, curiosamente, o valor *per capita* do repasse do FPE obtido pelos estados apresentou coeficiente estimado negativo. Isso significa dizer que, para esse conjunto de dados, quanto maior o repasse obtido pelo FPE, em termos *per capita*, menor o montante gasto com pessoal pelos estados, também em proporção *per capita*. Uma das possíveis explicações para isso é que o repasse de FPE distribuído aos estados observa regras de alocação distributiva que estão amparados na lógica de equilíbrio. Em outras palavras, estados mais pobres, ou com economia mais frágil, tendem a receber um montante proporcionalmente maior de FPE. Por isso, o efeito redutor do FPE no montante médio gasto com pessoal não é necessariamente direto, mas decorrente dessa especificidade na própria métrica da formulação do FPE. Assim, estados mais pobres tenderiam a oferecer remuneração menor a seus servidores; logo, coincidentemente, os estados com maior FPE apresentarem menor remuneração.

Em contraste com o valor do coeficiente do FPE, observa-se que o PIB apresentou relação positiva com o gasto médio *per capita* com pessoal para o período analisado. Embora o sentido da variação seja oposto entre PIB e FPE (positivo versus negativo), a razão é a mesma: estados mais ricos tenderiam a oferecer melhor remuneração aos quadros de servidores que os estados mais pobres. Embora as variáveis PIB e FPE sejam ambas representativas a 1% de significância, o valor absoluto das variáveis difere drasticamente. O PIB apresenta um coeficiente significativamente superior.

A arrecadação própria, por fim, apresentou também coeficiente positivo e significância estatística a 1%. Contudo, seu coeficiente é bastante inferior ao apresentado pelas outras duas variáveis de controle. Assim, parece que o efeito de variações no FPE, por exemplo, que é um componente da receita total do estado (assim como a arrecadação própria) é muito mais intenso do que as receitas locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar a relação entre o gasto público com pessoal nos estados do Brasil e no Distrito Federal, com as variáveis: anos que houvessem ou não eleições; os partidos



políticos de seus respectivos gestores, a nível estadual e federal e se essas variáveis influenciariam ou não no aumento ou na diminuição com os gastos. Como variáveis de controle, foi averiguado se a arrecadação própria dos estados, o PIB estadual e o montante repassado por meio do FPE teriam também alguma influência sobre tal questão.

O teste revela que no modelo 1 (anos eleitorais) o efeito sobre os gastos é menor que no modelo 2 (eleições locais), onde o mesmo é expressivo estatisticamente.

A partir dos testes econométricos aplicados, analisando o desvio padrão, foi constatado que os gastos com pessoal têm uma grande variação – em todos os anos – entre os estados estudados, e que mesmo em estados, onde a densidade demográfica é menor, os gastos com pessoal são muito expressivos. Pode ser constatado também, que as eleições locais são um fator importante no gasto com pessoal nos estados, levando a uma redução expressiva em tais anos.

Concluindo, pode ser dito que o gasto público sofre alterações em anos eleitorais, não necessariamente no montante gasto, mas na sua alocação, por ser tido como um instrumento de marketing por parte dos candidatos a eleição ou reeleição, pois assim, pode aumentar a chance de os tornarem eleitos, ou seja, os pretendentes à posse do cargo público, tendem a aumentar os investimentos, mostrando interesse em melhorar determinadas áreas públicas que se encontram deficientes, para que a comunidade possa venha a ter uma melhor visão dos mesmos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eduardo. **Econometria espacial aplicada**. Campinas-SP. Alínea, 2012.

ARULAMPALAM, Wiji et al. Electoral goals and center-state transfers: A theoretical model and empirical evidence from India. **Journal of Development Economics**, v. 88, n. 1, p. 103-119, 2009.

BESLEY, Timothy; COATE, Stephen. Centralized versus decentralized provision of local public goods: a political economy approach. **Journal of Public Economics**, v. 87, n. 12, p. 2611-2637, 2003.

CASELLI, Francesco; MORELLI, Massimo. Bad politicians. **Journal of Public Economics**, v. 88, n. 3, p. 759-782, 2004.

ELHORST, J. Paul. Applied spatial econometrics: raising the bar. **Spatial Economic Analysis**, v. 5, n. 1, p. 9-28, 2010.

FEDELE, Alessandro; NATICCHIONI, Paolo. Moonlighting politicians: motivation matters! **German Economic Review**, doi: 10.1111/geer.12072, 2015.



FERREIRA, Ivan FS; BUGARIN, Mauricio S. Transferências voluntárias e ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, v. 61, n. 3, p. 271-300, 2007.

GOLDEN, Miriam; MIN, Brian. Distributive politics around the world. **Annual Review of Political Science**, v. 16, p. 73-99, 2013.

LEVAGGI, Rosella. From local to global public goods: How should externalities be represented?. **Economic Modelling**, v. 27, n. 5, p. 1040-1042, 2010.

NORDHAUS, William D. The political business cycle. **The Review of Economic Studies**, v. 42, n. 2, p. 169-190, 1975.

ROGOFF, Kenneth S. Equilibrium political budget cycles. **The American Economic Review**, v. 80, n. 1, p. 21-36. 1987.

SOLÉ-OLLÉ, Albert; SORRIBAS-NAVARRO, Pilar. The effects of partisan alignment on the allocation of intergovernmental transfers. Differences-in-differences estimates for Spain. **Journal of Public Economics**, v. 92, n. 12, p. 2302-2319, 2008.

VERGNE, Clémence. Democracy, elections and allocation of public expenditures in developing countries. **European Journal of Political Economy**, v. 25, n. 1, p. 63-77, 2009.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Resultados dos Testes Econométricos aplicados aos dados para tratamento em painel.

TESTE	OBJETIVO	VALOR	INTERPRETAÇÃO
Breusch-Pagan	Avalia se os efeitos não observados são relevantes.	$\chi^2 = 71.51$ Prob > $\chi^2 = 0.0000$	A estimação com Mínimos Quadrados Ordinários é enviesada. Deve estimar como Painel.
Hausman	Compara a aderência da estimação com efeitos fixos ou efeitos aleatórios.	$\chi^2 = 1250.94$ Prob > $\chi^2 = 0.0000$	Não há diferenças relevantes em estimar por efeitos fixos ou efeitos aleatórios, o que leva à preferência por estimar por efeitos fixos.
Modified Wald test for groupwise heteroskedasticity	Avalia se o modelo é heteroscedástico, ou seja, se a variância é constante ou não.	$\chi^2 = 10074.58$ Prob > $\chi^2 = 0.0000$	Dados têm problemas de heteroscedasticidade, o que demanda a estimação robusta para corrigir essa distorção.
I de Moran	Avalia a ocorrência de autocorrelação espacial global nos dados.	E (I) = -0.003 sd (I) = 0.010	Os dados não apresentam autocorrelação espacial, podendo ser estimados por painel tradicional.
C de Geary	Avalia a ocorrência de autocorrelação espacial local nos dados.	E (C) = 1.000 sd (C) = 0.023	Os dados não apresentam autocorrelação espacial, podendo ser estimados por painel tradicional.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Nota: Estimações feitas com o software Stata SE 12.0.



AS RELAÇÕES ENTRE AS DOBRADURAS E O ENSINO DE MATEMÁTICA NA CONSTRUÇÃO DE SÓLIDOS GEOMÉTRICOS

Emilly da Silva Nunes (PIC)
Unespar – Campus de Campo Mourão, emillysn11@hotmail.com

Talita Secorun dos Santos
Unespar – Campus de Campo Mourão, tsecorun@hotmail.com

Palavras-chave: Poliedros de Platão. Dobraduras. Educação Matemática.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresentamos os resultados finais da pesquisa que teve por objetivo analisar a relação das dobraduras na construção de sólidos geométricos que podem ser utilizadas nas aulas de geometria. O trabalho pretendeu colaborar na aprendizagem e ensino de geometria por meio de materiais manipuláveis, visando romper com a ideia de ensino que utiliza listas de exercícios e fórmulas, procurando estimular a criatividade, o diálogo e o raciocínio dos alunos.

A pesquisa foi dividida em quatro etapas. Na primeira realizamos um levantamento de trabalhos na área da Educação Matemática que envolvem o ensino de geometria por meio de dobraduras. Nessa etapa fizemos buscas em revistas de Educação Matemática, usando para as buscas as palavras: dobraduras, origami, origami modular, poliedros, poliedros regulares, poliedros de Platão. Nessa etapa compreendemos que o uso de dobraduras pode estimular o raciocínio e possibilitar a compreensão dos conceitos matemáticos, de uma maneira lúdica, artística e investigativa.

Na segunda parte, realizamos um estudo axiomático dos termos poliedros, poliedros regulares e poliedros de Platão. Foi necessário compreender o conceito de cada um desses termos e entender a diferença entre ambos.

Com esse estudo acerca da geometria espacial, esclarecemos esses termos para conseguirmos realizar a terceira etapa, na qual, pesquisamos sobre a arte de dobrar papéis, Origami, e escolhemos dentre suas características o Origami modular, para construir os poliedros de Platão. Nessa etapa fotografamos e construímos uma apostila com todo o processo de construção dos poliedros de Platão por meio dos origamis.

III Encontro Anual de Iniciação Científica

Universidade Estadual do Paraná

Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Na última etapa, argumentamos sobre como o processo das dobraduras para a construção dos módulos dos poliedros podem ser exploradas para o ensino de geometria. Destacamos alguns conceitos, como simetria, ângulos e medidas.

HISTÓRIA DO ORIGAMI E SUA RELAÇÃO COM A GEOEMTRIA

Primeiramente devemos pensar, o que é origami? Segundo SOUZA (2012, p.12) as dobraduras são descritas como a arte de dobrar papéis que, nada mais é que o significado da palavra Origami. A palavra, de origem japonesa, surgiu em 1880 e é formada por “ori” que significa dobrar, e “kami”, que significa papel.

Conforme ASCHENBACH (2006, p.24) a arte de dobrar papéis é milenar:

Alguns historiadores acreditam que ele é decorrente da antigüíssima arte de dobrar tecido, pouco conhecida no mundo ocidental. É certo que essa arte teve sua origem na China a partir do manuseio do papel. Mas, ao que se sabe sua prática não se tornou muito popular nesse país. Deve-se ao Japão a primazia de ter codificado, aprimorado e divulgado a prática do Origami, como ele é conhecido hoje no mundo todo (ASCHENBACH, 2006, p.24).

Os chineses faziam o origami para enfeitar suas casas e os altares de suas celebrações, porém foram os japoneses que passaram a desenvolver técnicas e dobras mais complexas transmitidas de pais para filhos.

Segundo Souza (2012, p.13), somente no ano de 1797, com a publicação de Senbazuru Oriката (Como Dobrar Mil Garças), as instruções para fazer os origamis foram conhecidas por mais pessoas, até que em 1876 passou a fazer parte do currículo escolar no Japão.

De acordo com SILVA (2016, p.16), o origami foi trazido ao Brasil por meio dos colonizadores portugueses e conforme os séculos passavam mais livros ensinando a fazer dobraduras foram escritos. Com isso essa arte se espalhou pelo mundo com diferentes nomeações:

O crescimento do Origami no Ocidente teve início na década de 1950. Em sua viagem pelo mundo o Origami recebeu diversos nomes. No Brasil é mais conhecido como “dobradura”; nos países de língua inglesa recebe também o nome de “paperfolding”; em espanhol esta arte é conhecida como “papiroflexia”; em alemão como “faltenpapier” e, em francês, “pliage” (RÊGO, RÊGO e GAUDÊNCIO, 2004, p.25).

III Encontro Anual de Iniciação Científica

Universidade Estadual do Paraná

Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Hoje o Origami é conhecido mundialmente, as formas criadas são várias, desde os animais que possuem um significado especial na cultura do Japão, até na criação de figuras geométricas para desenvolvimento e aprendizado de Geometria.

Conforme SANTOS; SILVA; SANTOS (2013 p.4), tanto a linguagem matemática quanto a linguagem do Origami são universais. Além disso o Origami pode ser classificados em três tipos: Origami simples, as dobraduras são feitas em somente um papel. Origami composto, formado por vários origamis simples e o Origami Modular é um origami composto com os módulos com a mesma forma geométrica.

As dobraduras podem ser utilizadas de maneira lúdica ou matemática. De modo lúdico está relacionado com a criação de formas como animais, barquinhos, aviões entre outros. Trabalhando no contexto matemático é possível explorar os conceitos de geometria tais como, retas paralelas e perpendiculares, ângulos, simetria. Cada passo da dobradura faz com que o aluno aos poucos perceba esses conceitos.

O Origami pode representar para o processo ensino/aprendizagem de Matemática um importante recurso metodológico, através do qual os alunos ampliarão seus conhecimentos geométricos formais, adquiridos inicialmente de maneira informal por meio da observação do mundo de objetos e formas que o cercam. Com uma atividade manual que integra, dentre outros campos do conhecimento, Geometria e Arte, tem-se a oportunidade de representar e discutir uma grande variedade de conteúdos matemáticos, relacionando-os a outros campos de conhecimento (RÊGO, RÊGO e GAUDÊNCIO, 2004, p.18).

Com o origami é possível explorar diversos conceitos geométricos, pois em cada dobra para elaborar determinado objeto será possível mostrar, explicar definições e fazer com que o aluno participe junto dessa construção, além de estimular o raciocínio.

Segundo GENOVA (2009, p.15), alguns desses conceitos são: ângulos, congruência, frações, medida, simetria, proporção e relação. Além disso é possível desenvolver no aluno concentração, coordenação, memória e socialização.

Segundo SILVA, (2016, p.17) para confeccionar as dobraduras primeiro é preciso pensar no papel, na maioria das vezes sua forma inicial é um quadrado, além disso o papel deve ter uma textura que seja possível realizar várias dobras sem rasgá-lo.

Podem ser feitas com somente um papel, ou usando módulos que encaixados formam a figura.

Para fazer as dobraduras há uma sequência de passos que devem ser explicados pelo professor, de maneira simples para que todos consigam compreender.

Corroboramos com RÊGO; RÊGO; GAUDÊNCIO (2003, p.26), segundo os quais:

III Encontro Anual de Iniciação Científica

Universidade Estadual do Paraná

Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

- a) verificar se o formato de papel está adequado ao solicitado pela atividade;
- b) efetuar os vincos com firmeza e precisão para criar os eixos de simetria corretamente;
- c) realizar tentativas antes de executar a versão final do origami para auxiliar na compreensão dos passos;
- d) escolher um papel com espessura e textura adequadas para a realização das dobraduras;
- e) determinar as dimensões iniciais do papel para facilitar a execução das dobras pelos alunos (RÊGO, RÊGO e GAUDÊNCIO, 2003, p.26).

Para o professor ensinar seus alunos a desenvolver o origami é preciso considerar alguns pontos antes colocar em prática:

- 1- As construções realizadas pelos alunos devem ser acompanhadas, passo-a-passo, por um instrutor, que pode ser o próprio professor ou algum aluno-monitor que possua maior facilidade e treinamento prévio;
- 2- O instrutor deve utilizar um papel com dimensão maior do que os alunos para que todos visualizem os detalhes dos procedimentos;
- 3- A escolha da dobradura deve obedecer a uma graduação de dificuldade progressiva, pois mesmo as dobraduras mais simples podem conter diversos conceitos matemáticos a serem explorados;
- 4- Durante a confecção do Origami, o instrutor deve sempre utilizar a linguagem matemática adequada para favorecer a compreensão correta dos conceitos geométricos por parte dos alunos;
- 5- A organização da sala é importante e deve valorizar o trabalho em grupo para que os alunos comparem os trabalhos executados e elaborem diagramas detalhados sobre suas próprias construções;
- 6- Devem-se respeitar os diferentes níveis de aprendizagem durante a execução das dobraduras, sendo freqüente que determinados alunos necessitem de maior prática para realizar os origamis do modo desejado;
- 7- Sempre ter em mente os objetivos pretendidos com a execução do origami: quais conteúdos matemáticos serão abrangidos, que tipo de estrutura será utilizado (diagramas, orientações dirigidas, etc.), como a sala será organizada, etc (RÊGO; RÊGO; GAUDÊNCIO, 2003, p.33).

Dessa maneira, percebemos que relacionar Geometria e Origami pode trazer importantes contribuições para o aprendizado dos alunos, uma vez que o processo de construção dos sólidos platônicos por meio de dobraduras é dinâmico, o que pode vir a facilitar a visualização dos alunos e possibilitar a exploração de vários outros conceitos de geometria plana e espacial.

POLIEDROS DE PLATÃO E ORIGAMI MODULAR

Com o estudo axiomático desenvolvido acerca da geometria espacial, esclarecemos os termos poliedros, poliedros regulares e por fim, poliedros de Platão.

III Encontro Anual de Iniciação Científica

Universidade Estadual do Paraná

Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

De acordo com GERÔNIMO; FRANCO, (2010, p.254), para entendermos o que são os poliedros é preciso iniciar com a definição de figura poliédrica e superfície poliédrica.

Uma **figura poliédrica** é a reunião de um número finito de polígonos planos tais que:

- a) A interseção de dois polígonos quaisquer ou é vazia, ou é um vértice ou é um dos lados dos polígonos;
- b) Dois polígonos contendo um lado em comum não são coplanares; (GERÔNIMO, FRANCO, 2010, p.254).

Já a definição de superfície poliédrica.

Uma **superfície poliédrica** é uma figura poliédrica reunida com as regiões poligonais (não necessariamente todas) determinadas pelos polígonos, denominadas **faces** da superfície poliédrica, com as seguintes condições adicionais:

- c) Cada aresta pertence a no máximo duas faces.
- d) Existindo arestas que pertençam a uma só face elas devem formar uma única poligonal fechada denominada **contorno**. Quando a superfície não tiver contorno é dita **fechada**, caso contrário ela será dita **aberta** (GERÔNIMO, FRANCO, 2010, p.255).

De acordo com França (2017), os poliedros são figuras geométricas formadas por polígonos que possuem três dimensões, ou seja, cada face do poliedro é um polígono.

Conforme Silva (2017), existem três elementos básicos que formam os poliedros: arestas, faces e vértices. As arestas são segmentos de reta em que as faces se encontram, e pertencem somente a duas faces diferentes. As faces: no poliedro cada face é um polígono e podemos dizer que duas faces estão no mesmo espaço e em planos distintos. Já os vértices são os pontos nos quais as arestas se encontram.

Segundo Gerônimo; Franco (2010, p.256), os poliedros podem ser chamados de convexos quando a superfície deste é convexa. Para esses poliedros é válida a relação de Euler que é descrita como:

$$V - A + F = 2$$

Sendo A o número de arestas, F o número de faces e V o número de vértices. Os poliedros que satisfazem essa relação são denominados poliedros Eulerianos.

De acordo com Albino (2011, p.30), o matemático suíço Leonhard Euler (1707-1783), realizou essa descoberta, sendo que todo poliedro convexo satisfaz essa relação, porém não podemos afirmar que todo poliedro que satisfaz a relação de Euler é convexo.

Após essas informações podemos estabelecer as três condições para um poliedro ser denominado poliedro de Platão, de acordo com Gerônimo; Franco (2010, p.262) são elas:

- a) Todas as suas faces possuem o mesmo número n de arestas;

III Encontro Anual de Iniciação Científica

Universidade Estadual do Paraná

Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

- b) Todos os seus vértices possuem o mesmo número m de arestas;
- c) Satisfaz à relação de Euler (é euleriano) (GERÔNIMO, FRANCO, 2010, p.262).

Os poliedros de Platão existentes são cinco: tetraedro, hexaedro, octaedro, dodecaedro e icosaedro.

Segundo Santos; Silva; Santos (2013 p.4), para a construção dos poliedros utilizamos o Origami Modular. Como já explicado anteriormente, essa forma de origami é composta por módulos com a mesma forma geométrica e quando encaixados formam a figura desejada.

Os poliedros: tetraedro, octaedro e icosaedro foram construídos com os módulos triangulares, visto que suas faces são triângulos equiláteros. Para o tetraedro foram utilizados dois módulos, para o octaedro, quatro módulos e para o icosaedro, dez módulos.



Figura 1: Módulo triangular

O hexaedro foi construído a partir do modulo sonobê, que de acordo com Fusè (1990, p.80), o mesmo é feito por meio de um papel no formato de um quadrado, em que é possível obter após as dobraduras um quadrado com duas pontas triangulares, sendo esses triângulos que encaixados formam o hexaedro

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

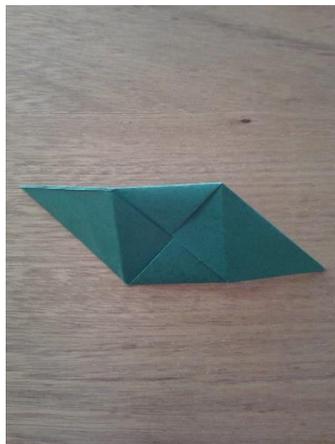


Figura 2: Módulo de Sonobê

O dodecaedro é construído com um módulo que possui a forma de um pentágono, com duas pontas triangulares que são usadas para o encaixe dos módulos.



Figura 3: Módulo do dodecaedro

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

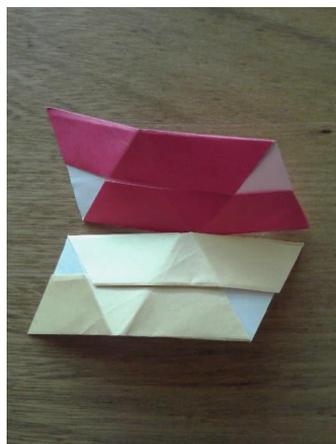


Figura 4: Módulos triangulares do tetraedro



Figura 5: Tetraedro



Figura 6: Módulos de Sonobê

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.



Figura 7: Hexaedro



Figura 8: Módulos do dodecaedro

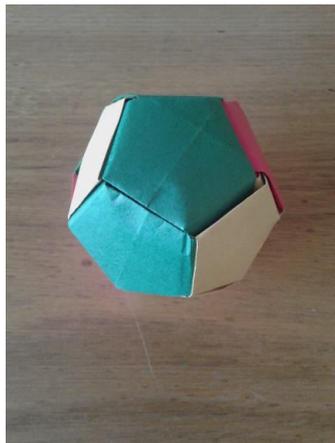


Figura 9: Dodecaedro

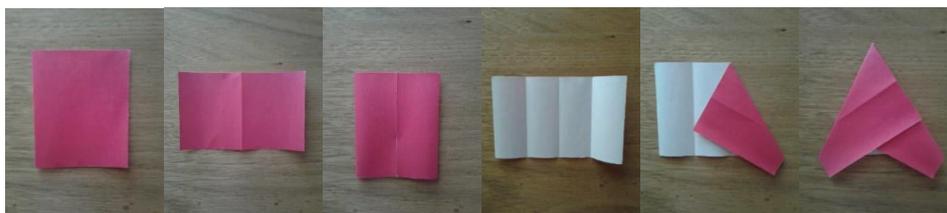
III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Construção do Módulo Triangular

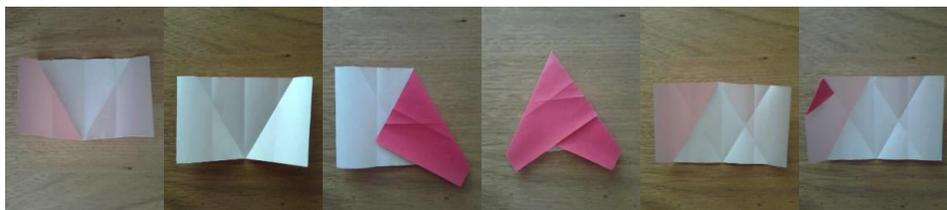
Iremos apresentar a seguir o passo a passo para a construção do módulo triangular e, por fim, o resultado do encaixe dos módulos formando o tetraedro.

Para construir o tetraedro utilizamos duas folhas retangulares com medidas de 14 centímetros de comprimento e 8 centímetros de largura. Para construção dos módulos realizamos as mesmas dobraduras com as duas folhas mudando somente o passo 14. Realizamos a confecção de todos os módulos dos cinco poliedros, porém escolhemos apresentar o passo a passo do módulo triangular que também é utilizado no octaedro e icosaedro.

1. Dobrar a folha retangular ao meio de modo que a dobra fique bem aparente ao abrir o papel. 2. Abrir a folha. 3. Com a parte da dobra para cima fazer com que as duas pontas se encontrem na marca do centro. 4. Abrir o papel novamente de modo que possua quatro divisões iguais. 5. Dobrar a ponta superior direita de maneira que o vértice do triângulo que será formado coincida com a reta que determina $\frac{1}{4}$ do retângulo. 6. Repetir o processo do passo anterior com a ponta superior esquerda do papel.



7. Ao abrir o papel será possível visualizar um triângulo feito através das dobraduras do passo anterior. 8. Virar o papel fazendo com que o vértice do triângulo fique para baixo. 9. Dobrar novamente a ponta superior direita de maneira que o vértice do triângulo que será formado coincida com a reta que determina $\frac{1}{4}$ do retângulo. 10. Repetir o processo do passo anterior com a ponta superior esquerda do papel. 11. Abrir o papel. 12. Dobrar o canto superior esquerdo formando um pequeno triângulo.

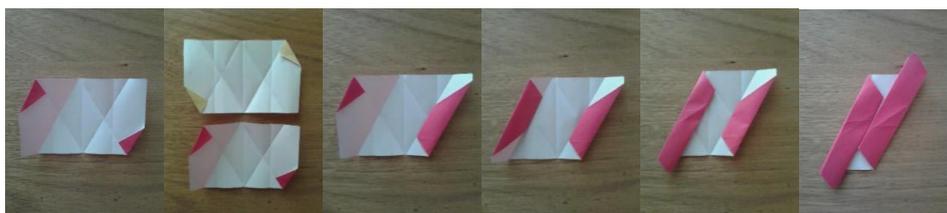


III Encontro Anual de Iniciação Científica

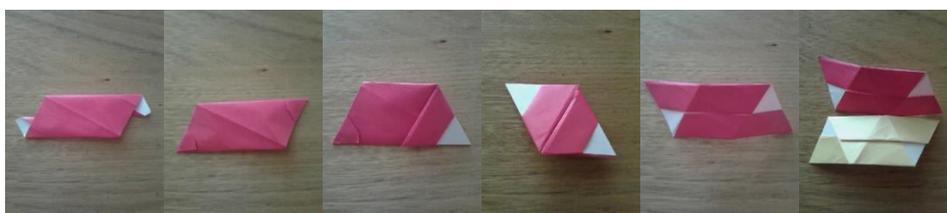
Universidade Estadual do Paraná

Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

13. Dobrar o canto inferior direito formando um pequeno triângulo. 14. Dobrar o outro retângulo seguindo os passos anteriores e nesse passo, dobrar o canto superior direito e o canto inferior esquerdo, do segundo retângulo. 15. Utilizando o primeiro retângulo, dobrar a ponta inferior direita até a reta que determina um dos lados do triângulo. 16. Dobrar a ponta superior esquerda até a reta que determina um lado do outro triângulo. 17. Dobrar a ponta superior esquerda até a reta que determina um lado do triângulo. 18. Dobrar a ponta inferior direita até a reta que define um dos lados do outro triângulo.



19. Virar o verso do papel para cima. 20. Dobrar as pontas para dentro e visualizar um paralelogramo. 21. Dobrar a ponta superior direita até a base do paralelogramo. 22. Dobrar a ponta inferior esquerda até a parte de cima do paralelogramo, sendo possível visualizar um losango. 23. Abrir o papel, de modo que seja possível perceber nas dobraduras quatro triângulos. 24. Repetir esse processo com o segundo triângulo a partir do passo 15 e assim obter os dois módulos triangulares.



25. Encaixar uma das pontas do módulo vermelho nos módulos amarelos até fechá-lo formado o tetraedro.



Após a montagem, além dos conceitos geométricos envolvidos para a construção do módulo, podemos explorar a análise do poliedro de determinadas perspectivas, como por

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

exemplo, mostrar ao aluno uma das faces e perguntar a ele o que vê, rotacionar o objeto mostrando uma de suas arestas ou um de seus vértices e fazer a mesma pergunta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esses estudos, discutimos uma das possíveis maneiras de se ensinar geometria dessa maneira lúdica, artística, desafiadora ou investigativa. O processo de construção dos sólidos platônicos por meio de dobraduras é dinâmico, pois não será somente a construção de um sólido, o que pode vir a facilitar a visualização dos alunos e também pode possibilitar a exploração de vários outros conceitos de geometria plana e espacial.

A construção dos poliedros através de dobraduras possibilitará o diálogo entre alunos e professores. Desse modo, com a ajuda do professor o aluno participará de todas as etapas de construção dos sólidos geométricos, o que irá desenvolver sua criatividade e irá causar curiosidade estimulando o aluno a buscar o conhecimento.

Assim como o uso das dobraduras, devemos dar atenção as novas metodologias de ensino que buscam diferentes maneiras de ensinar matemática, visando sempre contribuir como aprendizado do aluno estimulando o raciocínio lógico e a criatividade.

REFERÊNCIAS

ALBINO, Telma Cristina de Souza. **Poliedros**. f. (57) Monografia(Departamento de Ciências Exatas – ICEX) – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2011.

ASCHENBACH, Maria Helena Costa V. et al. **A arte – magia das dobraduras**. São Paulo: Scipione, 1992.

FRANÇA, Michele Viana Debus. **Poliedro**. Disponível em:
<<https://educacao.uol.com.br/matematica/poliedro.jhtm>>. Acesso em: 05 de julho de 2017, 15h51min.

FUSÈ, Tomoko. **Unit origami**. Tokyo, New York: Japan Publications, 1990.

GENOVA, Carlos. **Origami – Dobras, Contas e Encantos**. São Paulo: Escrituras Editora, 2009.

GERÔNIMO, João Roberto, FRANCO, Valdeni Soliani. **Geometria Plana e Espacial: Um Estudo Axiomático**. Maringá – PR: EDUEM, 2006.

RÊGO, R. G. do; RÊGO, R. M.; GAUNDECIO JÚNIOR, S. **A Geometria do Origami – Atividades do ensino através de dobraduras**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2004.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

SANTOS, Anayara Gomes dos, SILVA, Marília Rocha de Oliveira, SANTOS, Vívica Dayana Gomes dos. **A utilização do Origami como material didático para o ensino de Geometria Espacial no Ensino Fundamental.** In: Encontro Nacional de Educação Matemática, 2013, Curitiba – PR.

SILVA, Luiz Paulo Moreira. **Elementos de um poliedro.** Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/matematica/elementos-um-poliedro.htm>>. Acesso em: 06 de julho de 2017, 14h57min.

SILVA, Michel Clério Ferreira da. **A arte do origami na aprendizagem de poliedros por alunos do projeto formare.** f. (96) Monografia (Centro de Ciências e Tecnologia – CCT) – Universidade Estadual da Paraíba – Campus de Campina Grande, Campina Grande, 2016.

SOUZA, Ana Kely de Albuquerque Sousa e. **A arte do origami no ensino e aprendizagem da matemática: Construções de poliedros.** f. (41) Monografia (Departamento de Matemática Curso de Licenciatura Plena em Matemática) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012.



ELEIÇÕES E GASTOS COM SAÚDE NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ.

Simone Luzia Santana Sambugaro Wencel (PIC)
Unespar/Campus de Campo Mourão, simone_sambugaro@hotmail.com
Jorge Leandro Delconte Ferreira (Orientador)
Unespar/Campus de Campo Mourão, jorgel.ferreira@unespar.edu.br
Isielli Mayara Barzoto Martins Tierling (Coorientadora)
Unespar/Campus, isielli.tierling@unespar.edu.br

Palavras-chave: Gasto público local. Gasto com saúde. Eleições.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o carreirismo político permeia toda a estrutura político-eleitoral, dado que o indivíduo que ingressa na vida pública busca se manter nesta por longo período. Isso é tido por alguns autores como um mecanismo perpétuo de seleção adversa de políticos com baixa habilidade, presumindo que os indivíduos mais habilidosos naturalmente migram para a iniciativa privada, onde são melhor remunerados (CASELLI e MORELLI, 2004). Trabalhos recentes, no entanto, têm discutido o carreirismo político pela ótica da motivação, com o constructo de *public fit citizen* (FEDELE e NATICCHIONI, 2015).

Contudo, independente da explicação do carreirismo (seleção adversa ou *public fit citizen*), a permanência na vida pública gera pressões eleitorais que incentivam o agente político a distorcer a política pública eficiente, para ampliar sua popularidade, com propósitos eleitorais (VERGNE, 2009).

Uma das principais manifestações dessas distorções se dá nas escolhas de execução orçamentária pelos agentes políticos. Os eleitores atribuem grande peso ao desempenho da economia quando da definição do voto. Isso constitui incentivo para que o agente político persiga efeitos econômicos desejáveis (mas não necessariamente sustentáveis) quando as eleições se aproximam, visando claramente o desempenho nas urnas (FERREIRA e BUGARIN, 2007).

Esse tipo de comportamento enviesado na alocação de recursos públicos é caracterizado por Nordhaus (1975), que propõe o constructo de *political business cycle* – *PBC*. Rogoff (1990) critica a proposição de Nordhaus e sugere que o eleitor não opta por se enganar sistematicamente pelo agente político. Esse autor propõe o conceito de *political budget cycle*, que restringe a margem de manobra do agente político às decisões de política fiscal, excluindo aspectos de inflação e de produto.



Embora haja vários trabalhos discutindo distorções na alocação de recursos públicos¹, o estudo da execução orçamentária (que reflete o gasto efetivo) em nível local (ou seja, nos municípios) ainda é questão pouco explorada na literatura.

Diante dessa lacuna da literatura, o presente trabalho apresenta o seguinte problema de pesquisa: Qual a relação entre o gasto público municipal per capita com saúde e calendário eleitoral, para os municípios do estado do Paraná, no período de 2002 a 2012?

Com base neste estudo é possível identificar a relação entre a execução orçamentária na área da saúde, no nível local e a ocorrência de eleições locais e centrais, para os municípios do estado do Paraná, no período estudado.

Averiguou-se a possibilidade de uma relação causal entre o aumento nos gastos orçamentários no setor de saúde em períodos de eleição, com o interesse dos agentes políticos municipais, em fazer uso desses recursos para gerar ganhos de imagem junto aos eleitores; sendo assim, neste âmbito foi possível analisar de forma comparativa os efeitos de alinhamento político partidário e a variação dos gastos eleitorais. Embora não tenha sido identificada correlação espacial entre o gasto público local e a estratégia orçamentária dos municípios vizinhos, o ciclo eleitoral parece exercer clara influência na alocação de gasto *per capita* com saúde nos municípios do estado do Paraná.

METODOLOGIA

Utilizou-se na modelagem econométrica um modelo simples de provisão de bem público local com *spillover* (LEVAGGI, 2010), considerando a descentralização da provisão de bens públicos no federalismo fiscal (BESLEY e COATE, 2003). Foi construído um banco de dados de forma a sustentar a elaboração de uma análise de painel de dados balanceado (ALMEIDA, 2012).

A partir da base teórica, foi estruturado um banco de dados a partir da coleta de dados secundários disponibilizados pelo IPARDES e IPEADATA. A variável dependente escolhida foi o gasto total per capita por saúde e por município do estado do Paraná, no período de 2002 a 2012. Como variáveis explicativas, foram considerados o PIB per capita, as transferências feitas pelo Fundo de Participação dos Municípios, bem como a arrecadação dos mesmos, o volume total de arrecadação e a ocorrência de eleições. Para controlar a ocorrência de eleições foram criadas três variáveis *dummy*: a primeira indicava a ocorrência de eleição, e as duas últimas indicavam o ano eleitoral segundo o tipo de eleição: central ou local.

¹ Golden e Min (2013) elaboraram um inventário de mais de 150 estudos sobre o tema na última década.



Após a coleta dos dados, eles foram lançados em planilhas do Excel para possibilitar a manipulação, organização e ordenação dos valores encontrados de acordo com a necessidade da pesquisa, deixando os dados de maneira que ficasse fácil o entendimento e a análise para a montagem do banco de dados. Os dados contínuos (gasto com saúde, FPM, PIB e arrecadação) foram atualizados a valores de 2012, pela aplicação do número-índice do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), índice oficial de inflação do Brasil, sempre se considerando os valores *per capita* no período em análise.

Os dados foram transpostos para o software Stata 12.0 para testes econométricos e estimações. Foram aplicados os testes Breusch-Pagan, Hausman, Modified Wald, I de Moran e C de Geary². Com base na análise de autocorrelação espacial indicada pelos coeficientes I de Moran e C de Geary, foi verificado que a estimação poderia ser adequadamente conduzida por meio de painel de dados convencional (ELHORST, 2010). A partir dessa definição, foram feitas as estimações econométricas com painel de efeitos fixos e estimação robusta, para avaliar o poder explicativo das variáveis selecionadas, bem como o ajustamento dos modelos como um todo. Os dados foram organizados em dois modelos econométricos, o primeiro considerando a variável ocorrência de eleições e o segundo diferenciando as eleições segundo o tipo: eleições centrais e eleições locais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Tabela 1 apresenta um resumo estatístico das variáveis de caráter contínuo que foram empregadas nas estimações. Salienta-se que todas as variáveis ali listadas estão expressas em valores *per capita*, além de terem sido atualizadas a valores de 2012, pela aplicação do IPCA. Em relação à variável dependente, gastos com saúde, conforme expresso na Tabela 1, há grande variabilidade entre os municípios investigados, o que pode ser aferido pelo elevado valor do desvio padrão, em especial se comparado com a média da variável. Observa-se que as variáveis alcançam observações para todos os 399 municípios do estado do Paraná.

² Os resultados dos testes econométricos estão disponíveis, sob demanda.

Tabela 1 – Resumo estatístico das variáveis contínuas que compõem os modelos estimados.

Variável		Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Observações
saúde	overall	440.5136	206.4997	19.9000	2179.03	N = 4347
	between		161.7847	64.0982	1340.36	n = 399
	within		129.0235			
PIB	overall	12234.47	9784.937	2995.1000	261952.70	N = 4381
	between		6431.908	5053.0140	71373.76	n = 399
	within		7377.847			
FPM	overall	790.5036	529.308	64.7000	4461.96	N = 4389
	between		494.661	87.3273	3476.51	n = 399
	within		189.8293			
Arrecadação	overall	2133.79	946.8268	156.9200	12866.63	N = 4274
	between		810.8802	757.7682	8069.45	n = 399
	within		491.3776			

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A Tabela 2 apresenta os resultados das estimações, distribuídas em dois modelos diferentes. O primeiro modelo considera apenas uma variável *dummy* para eleições, assumindo o valor 1 para todos os anos eleitorais no período. Já o modelo 2 apresenta duas variáveis *dummy* para eleições, uma delas assumindo o valor 1 em anos de eleições locais e a outra assumindo o valor 1 em anos de eleições centrais.

Em relação a ambos os modelos, destaca-se primeiramente o seu alto poder explicativo, representado pelo elevado valor de R^2 tanto para variações de um mesmo município ao longo do tempo (*within*) quanto para variações entre municípios no mesmo ano (*between*) e também variações totais, contemplando todos os municípios em todo o período (*overall*).

Outro ponto que se destaca na estimação dos modelos é a alta significância da constante nos dois modelos. Observa-se que na alternância de um modelo para outro o coeficiente da constante não se altera significativamente, fator que sugere o bom ajustamento do modelo.

Em seguida, avaliadas as variáveis de interesse relacionadas ao ciclo eleitoral, em ambos os modelos o efeito das eleições se destaca. No primeiro modelo, a variável eleições apresenta o maior coeficiente, com significância a 5%. Já no segundo modelo, embora a variável eleições centrais não tenha se mostrado significativa, a variável eleições locais apresentou coeficiente quase três vezes

maior do que o coeficiente apresentado pelas eleições no modelo 1, e mostrou significância estatística a 1%. A partir desses dados é possível inferir que, nos municípios do Paraná, os anos eleitorais são gatilhos para o incremento do gasto per capita com saúde. Além disso, nos anos de eleição local esse gasto é intensificado, o que denota a distorção eleitoral, a despeito de todos os mecanismos existentes para ordenar e fiscalizar o gasto público, além das vedações e limitações de gastos previstas pela legislação durante anos eleitorais.

Tabela 2 – Determinantes do Gasto Público Municipal com Saúde nos Municípios do Paraná de 2002 a 2012 - Resultados das Estimações.

Saúde per capita	Modelo 1 - Anos Eleitorais				Modelo 2 - Tipo de Eleição			
	Coeficiente	Erro robusto	P> z		Coeficiente	Erro robusto	P> z	
Eleições	3.6124 **	1.6886	0.033					
Eleições Locais					9.0440 ***	2.3180	0.000	
Eleições Centrais					-1.9088	2.0887	0.361	
PIB	0.0010 **	0.0004	0.022		0.0009 **	0.0004	0.030	
FPM	0.2254 ***	0.0258	0.000		0.2233 ***	0.0254	0.000	
Arrecadação	0.1477 ***	0.0120	0.000		0.1473 ***	0.0119	0.000	
Constante	66.4654 ***	9.4800	0.000		62.5192 ***	9.6910	0.000	
R ² within	0.7621				0.7630			
R ² between	0.7988				0.7987			
R ² overall	0.7565				0.7575			

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Nota: Estimações feitas com o software Stata SE 12.0. Todas as estimações incluem efeitos fixos unitários. Níveis de significância: * p<0.10, ** p<0.05, *** p<0.01.

Por fim, as variáveis de controle aferidas em ambos os modelos, representadas pelo PIB municipal, repasses do FPM e arrecadação própria total apresentaram significância estatística elevada (1% para os dois últimos e 5% para o PIB) e coeficiente positivo em ambos os modelos. No entanto, quando comparados, os coeficientes são significativamente diferentes daqueles observados pelas *dummies* de eleições, além de também apresentarem variação significativa entre si. De modo geral, os dados sugerem que municípios com maior geração de riqueza (PIB) e com maior arrecadação gastam maior volume per capita com saúde, mas também que municípios mais dependentes do FPM (em geral, municípios menores e mais pobres) também intensificam significativamente os gastos com saúde como resposta a incrementos na receita com o Fundo de Participação dos Municípios.

Adicionalmente, foram acrescentadas quatro variáveis *dummy* para controle do alinhamento político partidário: a filiação do prefeito ao mesmo partido do Governador do Estado, a filiação do prefeito ao mesmo partido do Presidente da República, a filiação a um partido aliado do Governo

Federal e a filiação a um partido de oposição ao Governo Federal. O resultado das estimações com a adição dessas variáveis está evidenciado na Tabela 3.

Tabela 3 –Gasto Público Municipal com Saúde no Paraná de 2002 a 2012 e alinhamento Político.

Saúde per capita	Modelo 1 - Anos Eleitorais				Modelo 2 - Tipo de Eleição			
	Coeficiente	Erro robusto	P> z		Coeficiente	Erro robusto	P> z	
Eleições	4.3973 ***	1.7048	0.010					
Eleições Locais					9.4790 ***	2.3370	0.000	
Eleições Centrais					-0.8383	2.1535	0.697	
PIB	0.0010 **	0.0005	0.029		0.0009 **	0.0004	0.038	
FPM	0.2278 ***	0.0267	0.000		0.2258 ***	0.0263	0.000	
Arrecadação	0.1475 ***	0.0122	0.000		0.1470 ***	0.0121	0.000	
Part. Governador	-2.6899	3.9245	0.493		-2.4340	3.8833	0.531	
Part. Presidente	-19.9486 **	8.0358	0.013		-18.3395 **	7.9648	0.022	
Aliado Presidente	1.4023	6.4085	0.827		1.1970	6.4292	0.852	
Oposição Presid.	1.4627	5.9130	0.805		-0.0416	5.9974	0.994	
Constante	-66.3877 ***	10.7883	0.000		-62.1162 ***	11.1162	0.000	
R ² within	0.7645				0.7653			
R ² between	0.7914				0.7914			
R ² overall	0.7537				0.7546			

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Os coeficientes das variáveis já listadas na estimação anterior não apresentaram variação significativa, com exceção da variável Eleições no modelo 1, cujo coeficiente aumentou sobremaneira e cuja significância estatística também aumentou, passando de significativo a 5% para significativo a 1%.

Por outro lado, as variáveis de alinhamento político partidário analisadas não se mostraram apropriadas para os modelos, com exceção da variável que indicava o alinhamento do Prefeito com o Presidente, com significância a 5%. Em ambos os modelos, essa variável demonstrou coeficiente negativo, o que sugere que prefeitos do mesmo partido que o presidente tendem a gastar um valor menor *per capita* com saúde. Em trabalhos anteriores, Ferreira, Alves e Caldeira (2015) encontraram resultado semelhante quando avaliaram o alinhamento com deputados, o que fica fácil compreender: os deputados do mesmo partido que o presidente naturalmente votam favoravelmente às matérias propostas pelo presidente na câmara. Já os deputados aliados necessitam ser convencidos com certa frequência, e esse convencimento se dá, dentre outras formas, pela alocação de recursos orçamentários.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou verificar a relação entre gasto público per capita com saúde nos municípios do Paraná e o calendário eleitoral. A partir de um painel de dados balanceado, foram feitas estimativas econométricas que sugerem que os municípios intensificam os gastos per capita com saúde em anos eleitorais, provavelmente como um mecanismo de influência nos resultados eleitorais.

Destaca-se que, embora o modelo que considera os efeitos de anos eleitorais indistintamente seja bem ajustado, o segundo modelo, que diferencia entre eleições locais e centrais, revela que o efeito das primeiras é mais intenso que as últimas, com alta significância estatística.

Além disso, o PIB, o FPM e a arrecadação total local apresentam efeito positivo no gasto per capita com saúde, mas dentre essas variáveis o FPM é a que exerce maior efeito (e que, por definição, é mais importante nos orçamentos fiscais dos municípios menores).

Em relação as variáveis de alinhamento político partidário analisadas não se mostraram apropriadas para os modelos, com exceção da variável que indicava o alinhamento do Prefeito com o Presidente, com significância a 5%. Em ambos os modelos, essa variável demonstrou coeficiente negativo, o que sugere que prefeitos do mesmo partido que o presidente tende a gastar um valor menor *per capita* com saúde. Esse comportamento fica fácil de se compreender através de análises de literaturas anteriores com resultado semelhante, quando avaliaram o alinhamento com deputados: os deputados do mesmo partido que o presidente naturalmente votam favoravelmente às matérias propostas pelo presidente na câmara. Já os deputados aliados necessitam ser convencidos com certa frequência, e esse convencimento se dá, dentre outras formas, pela alocação de recursos orçamentários.

Como conclusão, pode-se afirmar que a alocação e a execução orçamentária, a despeito de todos os mecanismos de controle e acompanhamento existentes, ainda é fortemente enviesada pelo calendário eleitoral, o que sugere que é preciso cada vez mais aperfeiçoar os controles do gasto público, evitando o engessamento, mas combatendo a execução orçamentária com viés predominantemente eleitoreiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eduardo. **Econometria espacial aplicada**. Campinas-SP. Alínea, 2012.

BESLEY, Timothy; COATE, Stephen. Centralized versus decentralized provision of local public



goods: a political economy approach. **Journal of Public Economics**, v. 87, n. 12, p. 2611-2637, 2003.

CASELLI, Francesco; MORELLI, Massimo. Bad politicians. **Journal of Public Economics**, v. 88, n. 3, p. 759-782, 2004.

ELHORST, J. Paul. Applied spatial econometrics: raising the bar. **Spatial Economic Analysis**, v. 5, n. 1, p. 9-28, 2010.

FEDELE, Alessandro; NATICCHIONI, Paolo. Moonlighting politicians: motivation matters! **German Economic Review**, doi: 10.1111/geer.12072, 2015.

FERREIRA, Ivan FS; BUGARIN, Mauricio S. Transferências voluntárias e ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, v. 61, n. 3, p. 271-300, 2007.

FERREIRA, Jorge; ALVES, Alexandre; CALDEIRA, Emilie. Grants for whom and why: politics in the allocation of transfers. **Working Papers**. CERDI. Clermont Ferrand, France, 2015.

GOLDEN, Miriam; MIN, Brian. Distributive politics around the world. **Annual Review of Political Science**, v. 16, p. 73-99, 2013.

LEVAGGI, Rosella. From local to global public goods: How should externalities be represented?. **Economic Modelling**, v. 27, n. 5, p. 1040-1042, 2010.

NORDHAUS, William D. The political business cycle. **The Review of Economic Studies**, v. 42, n. 2, p. 169-190, 1975.

ROGOFF, Kenneth S. Equilibrium political budget cycles. **The American Economic Review**, v. 80, n. 1, p. 21-36. 1987.

VERGNE, Clémence. Democracy, elections and allocation of public expenditures in developing countries. **European Journal of Political Economy**, v. 25, n. 1, p. 63-77, 2009.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Resultados dos Testes Econométricos aplicados aos dados para tratamento em painel.

TESTE	OBJETIVO	VALOR	INTERPRETAÇÃO
Breusch-Pagan	Avalia se os efeitos não observados são relevantes.	$\chi^2 = 4774.47$ Prob > $\chi^2 = 0.0000$	A estimação com Mínimos Quadrados Ordinários é enviesada. Deve estimar como Painel.
Hausman	Compara a aderência da estimação com efeitos fixos ou efeitos aleatórios.	$\chi^2 = 243.65$ Prob > $\chi^2 = 0.0000$	Não há diferenças relevantes em estimar por efeitos fixos ou efeitos aleatórios, o que leva à preferência por estimar por efeitos fixos.
Modified Wald test for groupwise heteroskedasticity	Avalia se o modelo é heteroscedástico, ou seja, se a variância é constante ou não.	$\chi^2 = 32995.42$ Prob > $\chi^2 = 0.0000$	Dados têm problemas de heteroscedasticidade, o que demanda a estimação robusta para corrigir essa distorção.
I de Moran	Avalia a ocorrência de autocorrelação espacial global nos dados.	E (I) = -0.000 sd (I) = 0.002	Os dados não apresentam autocorrelação espacial, podendo ser estimados por painel tradicional.
C de Geary	Avalia a ocorrência de autocorrelação espacial local nos dados.	E (C) = 1.000 sd (C) = 0.018	Os dados não apresentam autocorrelação espacial, podendo ser estimados por painel tradicional.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Nota: Estimações feitas com o software Stata SE 12.0.



OBJETIVOS DE DESEMPENHO EM SUPERMERCADOS DE CAMPO MOURÃO/PR

Larissa Candida Rodrigues
Unespar/Campo Mourão, laricandida@gmail.com

Roselis Natalina Mazzuchetti (Orientador)
Unespar/Campo Mourão/Paranaguá, profbibi01@gmail.com

Palavras-chave: Objetivos de desempenho. Pesquisa de Campo. Qualidade.

INTRODUÇÃO

Conforme Barros (2011) as prioridades competitivas tratam de um conjunto de critérios que as empresas utilizam para possuir uma maior competitividade no mercado, o método com que cada empresa utiliza essas vantagens competitivas variam conforme o seu ramo.

As prioridades competitivas trabalhadas no planejamento da produção são delineadas pelo anseio dos consumidores, ou seja, a função produção se adequará para fabricar produtos que atendam às necessidades dos seus clientes, como por exemplo, multi-funcionalidade do produto, baixo preço de venda, rapidez e confiabilidade na entrega e, obedecendo às especificações solicitadas. Geralmente, estas prioridades podem ser restritas a qualidade de processos e produtos, a rapidez de fabricação, a entrega dos bens ou serviços dentro do prazo estabelecido, a capacidade de mudança da produção e do próprio produto, ao custo reduzido de produção, e a habilidade de inovar, seja nos processos produtivos, seja na concepção de produtos (SLACK et al, 2002).

Segundo Penof (2001) tais definições e aplicações levam as empresas a serem competitivas e a conquistarem novos mercados, ou a alcançarem uma parte maior dos mercados existentes e trabalhados por elas.

De acordo com Wilker (2017) toda organização precisa ter objetivos de desempenho de produção claramente definidos não só para nortear a empresa, mas também para permitir o monitoramento e controle completo dos processos produtivos com o fito de aprimorar e atingir os resultados pretendidos. Além de fornecer as condições necessárias para que a organização atinja seus objetivos estratégicos.

Segundo Fernanda (2010), bons empresários têm como objetivo garantir que seus clientes fiquem satisfeitos ao fazer compra em seu estabelecimento, a satisfação auxilia que eles se tornem fieis, ou seja, queiram retornar mais vezes ao lugar para atender necessidades e desejos. Para que isso ocorra é importante que às atividades de produção de uma empresa sejam colocadas em prática à

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

função produção e seja implantado os objetivos de desempenho. “O papel da função produção é dito como a produção de serviços e bens demandados pelos consumidores”.

Slack, Chambers e Johnston (2008) afirmam que a produção deve implantar uma estratégia empresarial. Afirmam, ainda, que “a maioria das empresas possui algum tipo de estratégia, mas é a produção que a coloca em prática”.

A função produção relaciona-se diretamente com os objetivos estratégicos da organização. Basicamente, três razões justificam a existência da função produção nas empresas: ela operacionaliza as estratégias empresariais; serve de apoio as estratégias; impulsiona as estratégias (WILKER, 2017).

Os cinco objetivos de desempenho segundo Fraga (2010), deveriam ser empregados por todas as organizações, pois estes, auxiliam a atender as necessidades dos clientes, conseqüentemente aumenta o marketing que é o gerador de lucro e fideliza os clientes, estes objetivos são: Qualidade; Velocidade; Confiabilidade; Flexibilidade e custos.

Os cinco objetivos de desempenho podem ser vistos como dimensões do desempenho global que satisfazem os consumidores. As necessidades do mercado e as expectativas quanto a cada objetivo de desempenho vão variar, como também a extensão em que a produção atende às necessidades do mercado. Além disso, os requisitos do mercado e o desempenho da produção também podem mudar ao longo do tempo (Meire 2016).

Ritzman e Krajewski (2005) tratam os cinco objetivos de desempenho como prioridades competitivas, onde os autores diz que uma empresa é constituída por muitos processos que precisam se coordenados para atingirem o resultado esperado pelo cliente.

Os objetivos de desempenho, segundo NETO (1999), é um conjunto composto de prioridades que a empresa tem de utilizar para competir no mercado. Conforme as capacidades internas da empresa, do mercado atuante por ela, da concorrência e do tipo de produto ali produzido, terão de priorizar alguns dos critérios competitivos, buscando vantagem competitiva.

Conforme Wilker, os objetivos de desempenho tem como visão a satisfazer as pessoas que vivem na sociedade (fornecedores, consumidores, empregados, etc.) através de cinco objetivos sendo eles: qualidade, velocidade, confiabilidade, flexibilidade e custos.

Esses objetivos podem criar conflitos que chamamos *trade-offs*, por isso é importante analisar bem o público alvo da operação produtiva e definir quais são os principais objetivos da função produção que devem ser explorados, assim as chances de sucesso serão maiores (RIGONE, 2014).

Segundo SLACK (2009), a responsabilidade pelas atividades da organização que contribuem para a produção efetiva são dos gerentes de produção, os objetivos estratégicos da produção caracterizam o entrosamento do que está querendo atingir a função produção. Assim demonstra uma visão de como esta função pode e deve contribuir no atingimento dos objetivos organizacionais.

Slack (2009) e Nordmeyer (2017) abordam os cinco objetivos de desempenho: qualidade; velocidade; confiabilidade; flexibilidade e custo.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Qualidade: “Fazer certo as coisas”, deve-se fornecer bens e serviços sem erros, fazer com que seus consumidores fiquem satisfeitos, ou seja, a qualidade reduz custos e aumenta a confiabilidade. Assim proporciona uma vantagem de qualidade para a empresa; De acordo com Nordmeyer (2017), o autor de "Business Performance Measurement: Unifying Theory and Integrating Practice", a qualidade é mais do que a conformidade com uma especificação.

Velocidade: O objetivo da velocidade refere-se à taxa em que uma empresa pode gerar cotações de vendas e com que rapidez e muitas vezes uma empresa pode entregar seus produtos (NORDMEYER; 2017).

Confiabilidade: Fazer as coisas no tempo correto, para que os consumidores recebam seus bens e serviços. Assim terá a vantagem de confiabilidade e isto economiza tempo e estabilidade.

Flexibilidade: Significa ter preparação para alteração na programação de produção. É a capacidade estar preparado para imprevistos mantendo o tratamento com o consumidor, assim terá a vantagem de flexibilidade.

Custo: Quanto menos o custo de produção mantendo a qualidade do produto/serviço, menor será o custo para o consumidor, mantendo retorno financeiro a empresa. Quando a empresa atingir a esses requisitos terá a vantagem de custo.

Esse estudo tem como objetivo diagnosticar as sequencias dos objetivos de desempenho nos supermercados localizados na cidade de Campo Mourão/PR, conseqüentemente observar qual a priorização de cada supermercado, tanto segundo o proprietário/responsável quanto segundo o cliente.

OBJETIVOS DE DESEMPENHO

Conforme Drucker (2000) as empresas decidem qual a sequência de objetivo de desempenho utilizará, conforme o seu público alvo. Se o seu público procura alto nível de conformidade no produto, a empresa focará em qualidade, se o cliente procura preço baixo e entrega rápida a estratégia será o custo e rapidez. Deste modo, o cliente é a força determinante da ação organizacional e conseqüentemente, da função produção.

Segundo Pires (2004) desempenho é a informação quantificada do resultado de processos, podendo ser comparado com padrões, metas, resultados passados entre outros processos. Conforme Hronec (1993) as avaliações do desempenho são essências para organização, mostrando a estratégia para baixo e os resultados positivos, além de unir o entendimento de metas, métodos e relações causa-efeito estimadas na estratégia.

Todas empresas contem níveis operacionais ou objetivos estratégicos que são o fundamento de um bom planejamento, esses níveis precisam relacionar com as tarefas básicas da empresa, tarefas que satisfazem as necessidades dos consumidores, os objetivos que se relacionam com essas tarefas devem se aplicar a qualquer operação produtiva. Além de serem critérios

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

competitivos, eles devem estar alinhados com indicadores de desempenho para deixar a produção mais próxima dos níveis operacionais ou níveis estratégicos.

São 5 os objetivos clássicos da produção são qualidade do produto, velocidade, confiabilidade, flexibilidade e custo dos produtos. A qualidade de acordo com Slack (2009) é a conformidade, coerente com as expectativas do consumidor; em outras palavras, significa fazer certo as coisas. J.Juran (1997), complementa dizendo que qualidade é a ausência de falhas.

O segundo objetivo de desempenho é a velocidade, que Slack (2009) define como o tempo transcorrido entre a requisição e o recebimento de produtos ou serviços pelos consumidores, pois todas operações necessitam dar respostas rápidas aos consumidores.

O objetivo confiabilidade é “fazer as coisas em tempo para os consumidores receberem seus bens ou serviços exatamente quando necessários ou, ao menos, quando prometidos” (SLACK, 2009, p. 44). Em outras palavras significa cumprir o que promete aos consumidores, e se prometer entregar um determinado produto em uma determinada data e não cumprir, não se torna confiável.

Flexibilidade é conforme Slack (2009) é mudar o que está sendo feito. O mesmo ressalta que a função produção deve ser capaz de variar e adaptar a operação, seja porque as necessidades dos clientes são alteradas, seja devido a mudanças no processo de produção. Empresas com maior flexibilidade, tem alta variedade de produtos, embora o custo saia mais caro a flexibilidade pode possibilitar mais opções para o cliente.

O último objetivo Custo é definido como essencial pois “quanto menor o custo de produzir seus bens e serviços, menor pode ser o preço a seus consumidores, cada real retirado do seu custo é uma operação é acrescentado em seus lucros. A visão desse objetivo é trabalhar com custos baixos para que o preço seja uma vantagem competitiva” (SLACK, 2009, p.48).

METODOLOGIA

Esta pesquisa é definida como um estudo exploratório Segundo Vieira (2002) quando a pesquisa tem como objetivo descobrir ideias, dados e prover critérios e compreensão é definida como estudo exploratório. A técnica utilizada para coleta de dados foi o questionário.

O método de abordagem utilizado neste trabalho no seu decorrer pode ser classificado como qualitativo e quantitativo. Qualitativo por ter sido realizado o levantamento de dados sobre os objetivos de desempenho, e quantitativo por ter sido necessária a formulação de questionários estruturados com perguntas objetivas.

Quanto aos fins, a pesquisa classifica-se como explicativa e descritiva já que foram identificados e analisado os dados por meios como bibliográfica e estudo de campo.

Para a coleta dos dados, foram necessários e utilizados artigos científicos, livros, pesquisas virtuais e pesquisa de campo, além da utilização dos questionários de forma impressa envolvendo o tema abordado. Foram realizadas análises de todos os meios encontrados sobre o assunto.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Conforme Gil (1999) para se apresentar levantamentos bibliográfico e pesquisas exploratórias uma das formas mais utilizadas é o estudo de caso, este se caracteriza pela análise individualizada e exaustiva de um objeto de pesquisa, com objetivo a ampliar o conhecimento referente ao elemento estudado.

Para a coleta de dados e aplicação dos questionários foram realizadas visitas *in loco* nos supermercados da cidade de Campo Mourão/PR, no período de janeiro a março de 2017. Na ocasião, foram realizadas as aplicações dos questionários para um responsável de cada local afim de entender a sequência dos objetivos de desempenho em termos de *trade-offs*¹, e foi realizado a aplicação de questionários aos clientes de cada supermercado, afim de entender a opinião deles para cada supermercado.

ANÁLISE DE DADOS

A intenção inicial, seria de realizar está pesquisa em 7 supermercados localizados na cidade de Campo Mourão – PR, porém somente 5 supermercados aceitaram responder ao questionário, 1 supermercado preferiu passar a sequência dos objetivos de desempenho utilizada por eles, e o Supermercado Big da rede Walmart, por normas internas, o gerente não pode responder ao questionário, porém foram aplicados questionários aos seus clientes. O questionário aplicado para os proprietários/responsáveis de cada supermercado encontra-se em anexo 1. Foi realizado a coleta de dados através de um questionário aplicado aos clientes de cada supermercado apresentado no anexo 2. Os questionários foram criados a partir de uma série de fatores em que os respondentes teriam que dar uma nota de 0 a 5, sendo o 5 o mais importante e 0 o menos importante. As perguntas foram dispostas de maneira a determinar, de maneira implícita cada objetivo, de acordo com seu conceito e para que o respondente não tivesse que entende-los, prioriza-los ou estuda-los para responder.

Para estabelecer o número de questionários que deveriam ser aplicados aos clientes dos supermercados, pesquisou-se o número de habitantes da cidade de Campo Mourão – PR, que segundo o (IBGE, 2014) possui cerca de 92.300 habitantes, definindo-se a população total. Para se realizar os cálculo amostral foi definido o nível de confiança, a probabilidade de acerto, o erro máximo para a aplicação da equação (1), utilizando-se os valores constantes na Tabela 1.

$$n = \frac{N Z^2 \rho (1 - \rho)}{(N - 1)e^2 + Z^2 \rho (1 - \rho)} \quad (1)$$

Onde:

n= O tamanha da amostra que queremos calcular;

N= O número de habitantes;

¹ Trade-off é uma expressão em inglês que significa o ato de escolher uma coisa em detrimento de outra, geralmente de valor semelhante. Muitas vezes é traduzida como "perde-e-ganha".

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Z= O desvio do valor médio que aceitamos para alcançar o nível de confiança desejada. (Nível de confiança 95% -> Z=1,96);

e= Margem de erro máximo que desejo admitir;

ρ = Proporção que esperamos encontrar.

Tabela 1: Levantamento de amostragem.

FORMULA PARA POPULAÇÃO CONHECIDA		
POPULAÇÃO DE CAMPO MOURÃO	92.300	
NÍVEL DE CONFIANÇA (DESVIO PADRÃO)	1,00	1,96
PROBABILIDADE DE ACERTO	50	
A DIFERENÇA DO 100%	50	
ERRO MÁXIMO PERMITIDO	4	
Número de Amostras	100	383

Fonte: As autoras

O resultado foi a amostra de 383 questionários a serem aplicados aos clientes de todos os supermercados. A abordagem aos clientes para responder aos questionários foi aleatória e se usou como critério o supermercado que mais frequenta, buscando-se manter uma proporcionalidade média de respostas para em relação ao número de supermercados pesquisados, sendo este número apresentado no Quadro 1.

Quadro 1: Quantidade de questionários aplicados a cada supermercado

	Bom Dia	Paraná Max	Paraná Matriz	Paraná Família	Carreia	Muffato	BIG
Número de questionário	55	54	56	49	50	66	54

Fonte: Pesquisa realizada pelas autoras

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os questionários aplicados aos proprietários/responsáveis foram tabulados e dispostos na Tabela 2, cujas notas foram tratadas pela média aritmética obtida para cada objetivo de desempenho.

Tabela 2: Dados obtidos através das respostas dos responsáveis/proprietários.

Objetivos de desempenho/ supermercados	Bom Dia	Paraná Max	Paraná Matriz	Paraná Família	Carreia	Muffato
Qualidade	4,66	4,66	4,83	4,5	4	5

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Velocidade	4,4	4,4	4,5	4,2	3,8	1
Confiabilidade	4,75	4,66	4,75	4,75	3,75	4
Flexibilidade	4,25	4,5	4,75	5	3,75	2
Custo	4,66	4,33	5	5	3,66	3

Fonte: Pesquisa realizada pelas autoras

Nota-se que cada supermercado possui sua sequência do objetivo de desempenho, com destaque aos três supermercados da mesma rede, sendo eles o Paraná Matriz, Paraná Família e Paraná Max, que seguem uma sequência diferenciada, ou seja, cada um deles seguem o foco conforme a sua localização e seu público alvo. *In loco* é possível observar a diferença entre eles em relação ao layout, diferenciação de alguns produtos, decoração e até a tecnologia utilizada. Visualizando melhor os resultados foram dispostos no Gráfico 1.



Gráfico (1): Análise dos supermercados segundo o proprietário/responsável.

Fonte: As autoras

Em relação à opinião dos clientes, a sequência dos objetivos de desempenho a cada supermercado está apresentada na Tabela 3, após o tratamento dos dados obtidos pelos questionários.

Tabela 3: Dados obtidos através das respostas dos clientes.

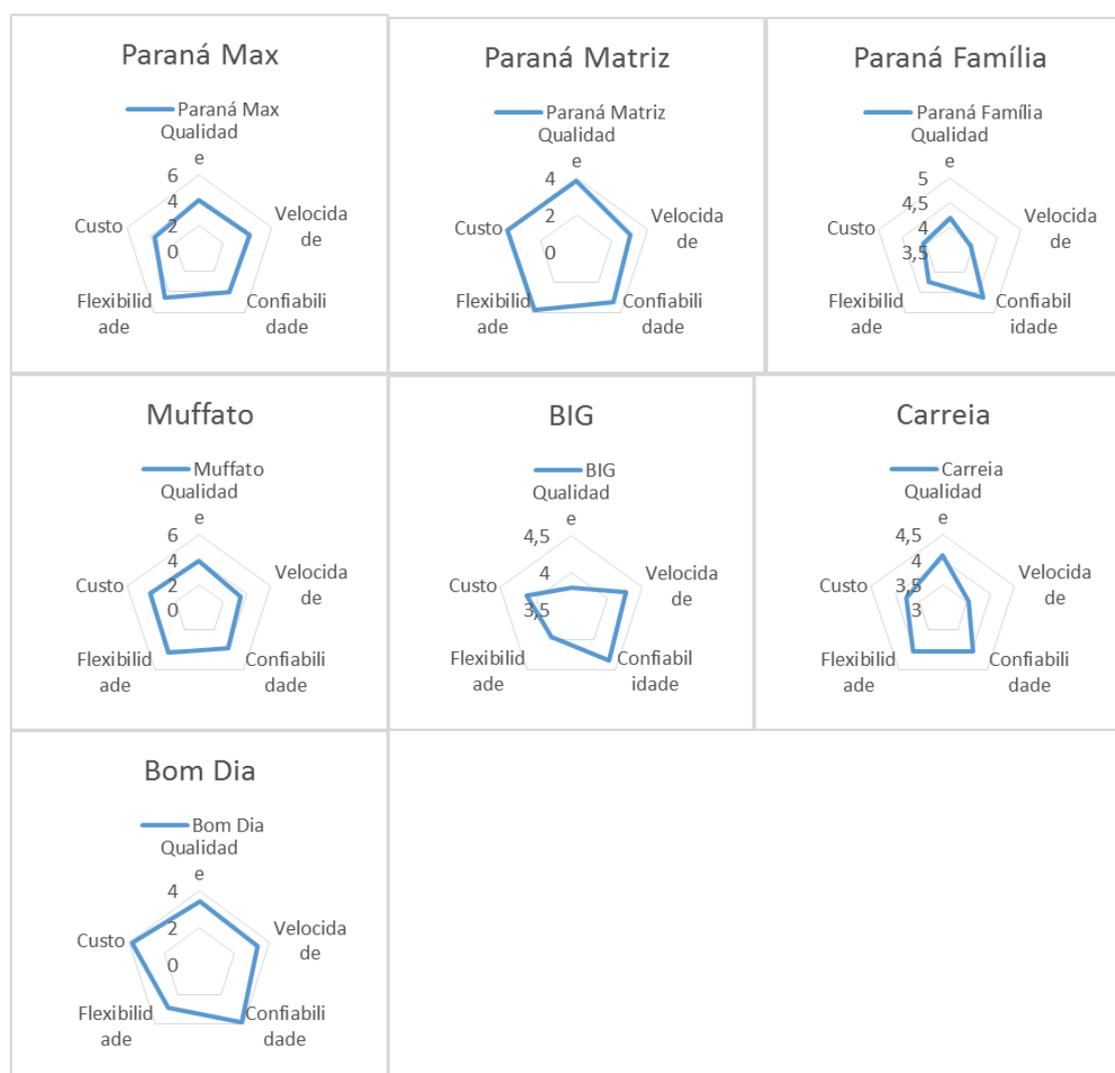
Objetivos de desempenho/ supermercados	Bom Dia	Paraná Max	Paraná Matriz	Paraná Família	Carreira	Muffato	BIG

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Qualidade	3,416	4,055	3,833	4,2037	4,1	3,9545	3,8
Velocidade	3,305	4,166	3	3,9259	3,533	3,4545	4,266
Confiabilidade	3,875	4	3,3125	4,6388	4,025	3,8636	4,35
Flexibilidade	2,875	4,583	3,8125	4,222	4,025	4,2272	3,95
Custo	3,833	3,666	3,9166	4,074	3,766	4,0909	4,133

Fonte: As autoras

Observa-se novamente que os supermercados da mesma rede possuíram seqüências diferenciadas. Segundo os clientes o principal objetivo de desempenho do supermercado Bom Dia é a confiabilidade, supermercado Paraná Max é a flexibilidade, supermercado Paraná Matriz é o custo, supermercado Família é a confiabilidade, supermercado Carreia é a qualidade, Muffato é a flexibilidade e do supermercado Big é a confiabilidade. Para uma melhor visualização, os resultados foram dispostos no Gráfico 2.



III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Gráfico (2): Análise das respostas dos clientes dos supermercados.

Fonte: As autoras

Observando o gráfico 2, a forma dos desenhos demonstra que os resultados foram diferentes para cada supermercado.

Comparando as tabelas 1 e 3 obteve-se a Tabela 4, onde os números são transformados em ordem de classificação, sendo a escala de 1 para as notas mais altas a 5 para as notas mais baixas

Tabela 4: Dados priorizados dos objetivos de desempenho clientes e responsáveis pelos estabelecimentos

Objetivo de Desempenho	Entrevistados	Bom Dia	Paraná Max	Paraná Matriz	Paraná Família	Carreira	Muffato	BIG
QUALIDADE	Prop/resp. cliente	3	2	2	4	1	5	
		3	3	3	3	1	3	5
VELOCIDADE	Prop/resp. cliente	4	4	5	5	2	1	
		4	2	5	5	5	2	2
CONFIABILIDADE	Prop/resp. cliente	1	1	4	3	3	4	
		1	4	4	1	2	4	1
FLEXIBILIDADE	Prop/resp. cliente	5	3	3	1	4	2	
		5	1	2	2	3	1	4
CUSTOS	Prop/resp. cliente	2	5	1	2	5	3	
		2	5	1	4	4	5	3

Fonte: as autoras

Observa-se que o cliente do supermercado Bom Dia percebe as mesmas prioridades dos objetivos de desempenho colocados pelos responsáveis pelos supermercados. O Supermercado Bom Dia é uma franquia e a tomada de decisão em cada setor e em todos os detalhes é planejada por especialistas, que estudam o comportamento do consumidor e atendem a expectativa do estilo de cliente. Em geral as franquias proporcionam uma série de benefícios, como apoio de marketing, suporte estratégico, treinamentos, manuais, sistemas de gestão, garantia de retorno do investimento em curto prazo em razão de experiências vivida pelos franqueadores no ramo e que atingiram bons resultados, o que dá suporte a este resultado.

Os clientes do Supermercado Paraná Max percebem apenas o objetivo custos como última prioridade adotada pelos seus proprietários. O objetivo principal adotado pelo supermercado, a confiabilidade, não é percebido pelos clientes que a priorizaram como quarto colocado. Este supermercado está em fase de reforma e pode ter interferido nos resultados.

No Supermercado Paraná Matriz os objetivos de desempenho Custos, confiabilidade e velocidade são percebidos pelos clientes conforme as expectativas dos responsáveis pelo supermercado. Apenas os objetivos qualidade e flexibilidade estão em ordem invertida (segunda e terceira colocação) e com diferença pequena nos resultados, podendo ser consideradas como com praticamente a maioria dos objetivos atingidos pelo supermercado.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

O supermercado Família atinge apenas 20% dos objetivos de desempenho com o fator velocidade, mas como última prioridade. Dos três supermercados do mesmo grupo este é o maior em termos de instalações e apresenta maior diversidade de produtos daí a expectativa que o cliente o percebesse como flexível, entretanto o cliente o percebe mais confiável, seguido de flexível. A expectativa do objetivo custos ser percebido como segundo colocado não teve êxito uma vez que o mesmo ocupou a quarta colocação.

O supermercado Carreira também atende apenas 20% das expectativas, sendo o primeiro objetivo qualidade. Trata-se de um supermercado tradicional na cidade e que tem uma clientela antiga que tem um setor de carnes muito procurado entendido pelos clientes como alta qualidade no atendimento e manuseio do produto. Os responsáveis entendem que proporcionam mais velocidade do que confiabilidade, o que não é percebido pelo cliente que entende que a velocidade é a última prioridade demonstrada pelo supermercado.

O supermercado Muffato atende somente 20% da sequência dos objetivos que foi a confiabilidade, priorizada em quarta colocação. Trata-se de uma rede de supermercados grande localizados em diversos municípios do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, atacadista e varejista. O supermercado do estudo é um dos menores do grupo. Percebe-se que as posições se invertem em relação à velocidade e flexibilidade e entre custos e qualidade. Observe-se que o supermercado apenas priorizou os objetivos de desempenho sem responder o questionário, o que pode ter causado a inversão, uma vez que o gerente pode não ter conhecimento dos conceitos e fatores que definem cada objetivo.

O Supermercado Big não apresentou os objetivos definidos pelos responsáveis, no entanto é senso comum que a rede Walmart, proprietária do BIG, tem como principal objetivo de desempenho o Custos. Este fator é observado pelo ambiente que é bastante simples, a inexistência de empacotadores nos caixas e o desconto caso não se utilize as sacolas plásticas nos caixas, que aliás são de baixa qualidade. Na percepção dos clientes os custos ficaram em terceira colocação e a confiabilidade em primeiro lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Rodrigues et al. (2016), para admitir o monitoramento e controle complexo dos processos produtivos tendo como o objetivo de aprimorar e alcançar os resultados pretendidos, as organizações precisam conter objetivos de desempenho de produção.

Os objetivos de desempenho também são conhecidos como “prioridades competitiva”, muitas empresas utilizam como ferramenta estratégica para se tomar decisão e os êxitos desta aplicação.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Com o passar dos anos, as empresas estão se preocupando mais com os objetivos de desempenho e dando mais importância a ele, pois assim tem uma melhora na qualidade, e consegue atingir o objetivo da empresa.

Através do estudo foi possível analisar o objetivo de desempenho utilizado por cada um dos supermercados. Observou-se que cada um dos supermercados possui uma sequência diferente, cada um segue um foco específico, mesmo sendo da mesma rede de supermercados. Notou-se também que obteve contradição na resposta do proprietário/responsável com a resposta dos clientes em alguns supermercados, e que em outros obteve uma resposta equivalente.

Observou que cada supermercado utiliza uma estratégia conforme a sua localização, tendo como objetivo atender as demandas daquele local específico, como já citado nos resultados, ao analisar três supermercados da mesma rede, onde cada um fica localizado em um bairro diferente, notou-se que cada um possui sua estratégia, até mesmo o custo de um estabelecimento para o outro encontrou-se diferença.

Em relação aos *trade-offs*, ou seja a escolha entre os objetivos de desempenho, observou-se a preocupação com a qualidade por parte dos supermercados, que deram maior importância a este objetivo, e na grande maioria o objetivo que é o menos priorizado é a velocidade, notou-se que a maioria das pessoas ao responder o questionário questionaram sobre filas encontradas nos supermercados.

Destaca-se o supermercado Bom Dia que é uma franquia e o Supermercados Paraná Matriz tem suas prioridades percebidas por praticamente 100% dos clientes e os demais supermercados atendem em média 20% de suas expectativas. Este resultado abre a necessidade de realizar novas pesquisas para entender com maior profundidade as ações praticadas pelos supermercados, extrapolando para a análise das instalações, ambiência, propaganda realizada, faturamento entre outros. Resultados mais minuciosos podem nortear os supermercados em melhorar seu desempenho e na tomada de decisão observando-se os objetivos de desempenho desejados.

REFERÊNCIAS

BALLOU, R. H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**: planejamento, organização e logística empresarial. Porto Alegre: Bookman, 2004.

BARROS, Raquel Andrade. **Prioridades Competitivas da produção: um estudo exploratório na indústria de softwares**. In: Ingepro, Inovação Gestão Produção, 2011. P. 01.

BOWERSOX, Donal J. **Gestão Logística da cadeia de suprimentos**. Porto Alegre: Bookman, 2006.

CORRÊA, H. L.; GIANESI, I. G. N. **Just in time, MRP II e OPT**: um enfoque estratégico. São Paulo: Atlas, 1993.

DRUCKER, P. F. **Introdução à administração**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

HAYES, R.W., PISANO, G. P. **Manufacturing Strategy**: at the intersection of two paradigm shifts. *Production & Operations Management*, v.5, n.1, p.25-41, Spring 1996.

HENDERSON, Bruce D. **Competitive Advantage**: creating and sustaining superior performance. *Journal of Business Strategy*, Boston, v.6, n.1, p. 94-96, Summer, 1985.

HITT, Michael A., IRELAND, R. Duane, HOSKISSON, Robert E. **Administração estratégica**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

HRONEC, S. **Vital signs**: using quality, time, and cost performance measurements to chart your company's future. USA: Arthur Andersen Co., 1993

JURAN, J. M. **A qualidade Desde o Projeto**: novos passos para o planejamento da qualidade em produtos e serviços. São Paulo: Pioneira, 1997.

MAZZUCHETTI, Roselis. **Gestão da Qualidade**: MASP e PDCA. 2016

MOIZINHO, L. C. S.; BORSATO, R. B.; RIBEIRO, K. C. S. Governança Corporativa, Indicadores de Desempenho e Criação de Valor: Um Estudo Sobre Setor de Alimentos da BM&F Bovespa. In: **Encontro Nacional de Engenharia de Produção – ENEGEP**, Salvador, BA. 2013.

NETO, J. P. B. **Proposta de um Modelo de Formulação de Estratégias de Produção para Pequenas Empresas de Construção habitacional**. Rio Grande do Sul, 1999. 326 p. Tese de Doutorado em Administração – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

NORDMEYER, Billie. **Objectives of Operational Performance**. Disponível em: <<http://smallbusiness.chron.com/objectives-operational-performance-77937.html>>. Acesso em: 06 ago. 2017.

PAIVA, E. L.; CARVALHO JR., J. M. de; FENSTERSEIFER, J. E. **Estratégia de produção e de operações**. Porto Alegre: Boockman, 2004.

PENOF, David Garcia. **Impacto das Políticas Públicas na Implantação dos Sistemas da Qualidade na Pequena Empresa Industrial Metalúrgica da Região do ABC**. Dissertação de Mestrado: São Paulo, 2001. Revista IMES.

PIRES, S. **Gestão da cadeia de suprimentos (supply-chain management)**: conceitos, estratégias, práticas e casos. São Paulo: Atlas, 2004.

RODRIGUES, L.C; MAZZUCHETTI, R. N. Objetivos de desempenho: Conceitos e aplicação. In: **Simpósio de Engenharia de Produção**, 2016, Maringá/Pr.

RITZMAN, L. P.; KRAJEWSKI, L. J. **Administração da produção e operações**. São Paulo: Prentice Hall, 2004

SLACK, N. CHAMBERS, S. JOHNSTON, R. **Administração da Produção**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SLACK, N. **Vantagem competitiva em manufatura**. São Paulo: Atlas, 2002.

SLACK, N. **Vantagem competitiva em manufatura**: atingindo competitividade nas operações industriais. São Paulo: Atlas, 1993.

SLACK, Nigel et al. **Administração da Produção**. São Paulo: Atlas, 2009.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

WANDERLEY, Cláudio de Araújo et al. **Prioridades Competitivas na Administração Estratégica da Manufatura: Um Estudo nas Indústrias de Transformação de Pernambuco.** 2003. Publicado pelo Enegep. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2003_tr0703_0815.pdf>. Acesso em: 07 de julho de 2017.

WEIERMAIR, Klaus; SUPAPOL, Atipol B. **Restructuring, Regrouping and Adjusting:** Canadian Manufacturing in an Era of Free Trade and Globalization. *Managerial and Decision Economics* (1986-1998), v.14, n.4 p. 347, Jul/Aug 1993.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Anexo 1

1 – Em relação ao supermercado abaixo, pontue e 1 a 5, para definir a condição dos produtos do supermercado. Obs: 1-Pessima, 2-Ruim, 3-Regular, 4-Bom, 5-Ótima.

Paraná Família	Paraná Matriz	Paraná Max	Bom dia	Big	Muffato	Carreira					
Você como tomador de decisão							1	2	3	4	5
Os produtos possuem boas condições?											
A loja é limpa e organizada?											
A decoração é adequada e atraente?											
Os funcionários são corteses, amigáveis e solícitos?											
Você se sente confortável enquanto faz suas compras?											
Você sente que tem atendimento especializado?											
Que nota você dá para o tempo que você leva para realizar suas compras neste supermercado?											
O supermercado disponibiliza todos os produtos que você precisa com agilidade? (reposição de produto)											
Quando você precisa ser atendido por um funcionário, ele é rápido?											
De nota para filas no caixa (média mês)											
De nota para filas no açougue (média mês)											
De nota para filas na padaria. (média mês)											
De nota ao horário de atendimento											
Ocorre sempre falta de produtos											
Há sempre disponibilidade de vagas no estacionamento											
Você se sente seguro ao comprar neste supermercado?											
O supermercado sempre coloca produtos novos?											
O supermercado tem ampla variedade de produtos?											
O número de funcionários do supermercado é bom?											
Há sempre promoções neste supermercado?											
É boa a variedade de marcas?											
Dê nota para a tecnologias e instalações do supermercado											
Dê nota para o preço de venda dos produtos em relação a outros supermercados											

2- Qual nota você imagina que os clientes deste estabelecimento darão para cada pergunta.	1	2	3	4	5
Os produtos possuem boas condições?					
A loja é limpa e organizada?					
A decoração é adequada e atraente?					
Os funcionários são corteses, amigáveis e solícitos?					
Você se sente confortável enquanto faz suas compras?					
Você sente que tem atendimento especializado?					
Que nota você dá para o tempo que você leva para realizar suas compras neste supermercado?					
O supermercado disponibiliza todos os produtos que você precisa com agilidade? (reposição de produto)					
Quando você precisa ser atendido por um funcionário, ele é rápido?					
De nota para filas no caixa (média mês)					
De nota para filas no açougue (média mês)					
De nota para filas na padaria. (média mês)					
De nota ao horário de atendimento					

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Ocorre sempre falta de produtos					
Há sempre disponibilidade de vagas no estacionamento					
Você se sente seguro ao comprar neste supermercado?					
O supermercado sempre coloca produtos novos?					
O supermercado tem ampla variedade de produtos?					
O número de funcionários do supermercado é bom?					
Há sempre promoções neste supermercado?					
É boa a variedade de marcas?					
Dê nota para a tecnologias e instalações do supermercado					
Dê nota para o preço de venda dos produtos em relação a outros supermercados					

3- Em relação a concorrência como você pontua este estabelecimento?

4- Este estabelecimento está a quantos anos no mercado?

5- Quais melhorias você faria em termos de qualidade dos produtos, qualidade do processo, custo dos produtos, entrega, diversidade do produto, diversidade dos pagamentos e serviços oferecidos (limpeza, troca de produtos).

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Anexo 2

1- Costuma frequentar sempre o mesmo supermercado? () Sim () Não

2- Qual (is)?	Paraná Família	Paraná Matriz	Paraná Max	Bom dia	Big	Muffato	Carreira
---------------	----------------	---------------	------------	---------	-----	---------	----------

3 – Em relação ao supermercado abaixo, pontue e 1 a 5, para definir a condição dos produtos de cada supermercado. Obs: 1-Pessima, 2-Ruim, 3-Regular, 4-Bom, 5-Ótima.

Paraná Família	Paraná Matriz	Paraná Max	Bom dia	Big	Muffato	Carreira					
							1	2	3	4	5
Os produtos possuem boas condições?											
A loja é limpa e organizada?											
A decoração é adequada e atraente?											
Os funcionários são corteses, amigáveis e solícitos?											
Você se sente confortável enquanto faz suas compras?											
Você sente que tem atendimento especializado?											
Que nota você dá para o tempo que você leva para realizar suas compras neste supermercado?											
O supermercado disponibiliza todos os produtos que você precisa com agilidade? (reposição de produto)											
Quando você precisa ser atendido por um funcionário, ele é rápido?											
De nota para filas no caixa (média mês)											
De nota para filas no açougue (média mês)											
De nota para filas na padaria. (média mês)											
De nota ao horário de atendimento											
Ocorre sempre falta de produtos											
Há sempre disponibilidade de vagas no estacionamento											
Você se sente seguro ao comprar neste supermercado?											
O supermercado sempre coloca produtos novos?											
O supermercado tem ampla variedade de produtos?											
O número de funcionários do supermercado é bom?											
Há sempre promoções neste supermercado?											
É boa a variedade de marcas?											
Dê nota para a tecnologias e instalações do supermercado											
Dê nota para o preço de venda dos produtos em relação a outros supermercados											



AGENTES RELIGIOSOS NAS ELEIÇÕES AO LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO (2016)

Renan Silva de Oliveira (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campo Mourão-PR, oliveirarenansdo@gmail.com
Frank Antonio Mezzomo (Orientador),
Unespar/Campo Mourão-PR, frankmezzomo@gmail.com
Cristina Satiê Pátaro (Co-orientadora),
Unespar/Campo Mourão-PR, crispataro@gmail.com

Palavras-chave: Campo religioso. Campo político. Eleições.

INTRODUÇÃO

A pesquisa em pauta teve como objetivo investigar a articulação entre os campos da religião e da política nas eleições proporcionais de Campo Mourão-PR, ocorridas no dia 2 outubro de 2016. A ênfase deste trabalho é analisar o desempenho eleitoral, a trajetória, o apoio institucional e as estratégias de campanha adotadas por alguns dos candidatos que mantêm vínculo com a religião, nesse caso, as evangélicas. Este estudo faz parte uma pesquisa mais ampla¹ que vem sendo realizada junto ao Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, buscando problematizar a permeabilização das fronteiras entre os campos da religião e da política, a partir da atuação de agentes religiosos em campanhas eleitorais e no exercício de seus mandatos.

Ao refletir sobre tal temática, podemos apreender que a religião é um fenômeno presente em nossa cultura, portanto, enquanto seres sociais, somos influenciados nas mais diversas formas de pensar e de atuar, a partir das dinâmicas religiosas. No Brasil, a religião esteve atrelada ao Estado, e apesar dos processos de secularização e laicidade, ela continua associada ou próxima do campo da política (RANQUETAT JÚNIOR, 2008). No cenário atual, é possível afirmar que essa dinâmica é inegável, e não considerar o aspecto religioso no espaço público-político é ignorar parte da realidade contemporânea. As conquistas políticas e a expansão populacional dos evangélicos no Brasil, que hoje somam cerca de 43 milhões de pessoas (RODRIGUES; FUKS, 2015), suscitam o interesse de estudiosos em compreender quais os elementos, representações, símbolos e estratégias que esses grupos mobilizam em períodos eleitorais. Verifica-se que diversos pesquisadores e núcleos de estudo se debruçam na investigação da inter-relação entre política e religião, em especial nos aspectos que tratam do momento da eleição (BURITY, 2006, 2008; ORO 2001, 2003, 2015).

¹ Trata-se da pesquisa intitulada “Religião e política: participação de agentes religiosos no legislativo municipal”, coordenada pelo Prof. Frank Mezzomo e que conta com apoio financeiro do CNPq.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

METODOLOGIA

Foram selecionados quatro candidatos², que concorriam às eleições proporcionais de 2016 do município de Campo Mourão-PR, classificados como agentes religiosos (Tabela 1). A compreensão de agente religioso refere-se aos “candidatos que reivindicaram abertamente a sua condição de líderes religiosos (membros da hierarquia ou participantes ativos de uma religião) ou que se apresentaram como representantes de uma organização religiosa” (ORO, 2001, p. 10). Assim, a presente investigação tem como objeto de análise as ações e representações dos seguintes candidatos religiosos: Pastor Valdir, vinculado ao Partido da República (PR) e à Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ); Pastora Jurema, pertencente ao Partido Popular Socialista (PPS) e também à IEQ; Otamar Pereira, Partido Republicano Brasileiro (PRB) e da Igreja Universal de Reino de Deus (IURD); e João Marcos Feitoza, vinculado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e à Igreja Palavras que Curam (IPC).

Tabela 1: Eleição proporcional Campo Mourão, 2016: candidato, filiação partidária, pertencimento religioso, quantidade de votos e situação eleitoral.

Candidato	Partido	Pertencimento Religioso	Votos Nominais	Situação
Pastor Valdir	PR	Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ)	350	Suplente
Pastora Jurema	PPS	Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ)	712	Suplente
Otamar Pereira	PRB	Igreja Universal do Reino de Deus (IURD)	302	Suplente
João Marcos Feitoza	PSB	Igreja Palavras que Curam (IPC)	615	Suplente

Fonte: Dados da pesquisa.

Para delinear o perfil dos candidatos como agentes, líderes ou membros religiosos, comparecemos nas convenções realizadas pelos partidos políticos para a escolha dos candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereadores, no lançamento das pré-candidaturas a serem apresentados à Justiça Eleitoral, além de frequentarmos continuamente os comitês das coligações. Durante o período da campanha, sobretudo nos meses de agosto a início de outubro de 2016, desenvolvemos a coleta de fontes, tais como panfletos, “santinhos”, a gravação dos programas transmitidos em horário eleitoral obrigatório, buscas nas redes sociais, em particular no Facebook, e obtivemos informações junto ao

² Na eleição, foram identificados outros agentes religiosos, que são objeto da investigação de Iniciação Científica intitulada: “Religião e Política: análise das eleições proporcionais de 2016 em Campo Mourão”, desenvolvida pela aluna Keytellen Nayara Pereira Ramos e orientada pela profa. Cristina Satiê de Oliveira Pátaro.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Os materiais foram coletados diretamente com os candidatos e seus assessores, também nos comitês de campanha e na internet. Os vídeos, fotos e mensagens com conteúdo religioso e/ou eleitoral foram capturados, gravados e armazenados em arquivo digital e está sob a guarda do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder. Realizamos, ainda, entrevista semiestruturada com cada um dos candidatos pesquisados, objetivando a compreensão dos próprios agentes sobre o momento eleitoral. As entrevistas foram gravadas e transcritas para possibilitar a leitura e análise de seus conteúdos. Na definição do roteiro para realização da entrevista, o enfoque se deu em relação à trajetória dos candidatos, bem como em compreender as interfaces entre os campos da religião e da política concretizada na candidatura dos agentes religiosos. Interessava-nos colher informações relativas ao apoio recebido de instituições religiosas e às concepções dos candidatos sobre como o vínculo religioso poderia contribuir no desempenho de suas funções no legislativo municipal, caso fossem eleitos. Questionou-se, também, sobre a avaliação do candidato acerca das mudanças referentes à legislação eleitoral, instituídas pelo TSE naquele ano.

RESULTADOS

O município de Campo Mourão é de porte médio e possui, segundo o IBGE (2016)³, população estimada em aproximadamente 93.547 habitantes e 60.386 eleitores, sendo 60.513 dos habitantes católicos (69,4%) e 20.720 evangélicos (23,8%). Valores semelhantes ao quadro religioso nacional, em que os católicos representam 65% da população brasileira e os evangélicos 22% (IBGE, 2010). Estes dados evidenciam uma predominância católica e uma significativa presença evangélica no espaço religioso tanto do município quanto do país.

Contudo, assinala-se mudanças no panorama religioso nacional, pois “apesar de o Brasil ser o maior país católico do mundo, o aumento da população evangélica tem sido uma tendência desde meados do século XX” (MACHADO; NACIF, 2017, p. 568). Portanto, registra-se a diminuição das porcentagens de católicos no Brasil e, em contrapartida, o percentual de evangélicos amplia-se gradativamente (ROLIM, 1985, IBGE, 1980, 1991, 2000 apud MACHADO; NACIF, 2017).

Com o crescimento do número de evangélicos, a participação desse segmento religioso no cenário político brasileiro se tornou mais expressiva, apresentando-se de forma mais incisiva a partir da década de 1980. O espaço político é reconfigurado na medida em que esses agentes vêm participando cada vez mais da disputa de eleições, tanto no nível municipal, estadual e federal, de modo a influenciar na atual conjuntura sociocultural, além de consolidar um canal de diálogo com o Estado, onde a pauta evangélica é apresentada e defendida por seus representantes (MACHADO; NACIF, 2017, MACHADO, 2006; GIUMBELLI, 2008; SOFIATI, 2015). Tal cenário ajuda a

³ Dados do IBGE disponíveis em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/4104303>. Acesso em: 23 jan. 2017.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

compreender, ao menos em parte, que a realidade vivenciada em muitos municípios do Paraná, em especial em Campo Mourão, está em sintonia com movimento de aproximação entre os campos da religião e da política, evidenciada, sobretudo, nos períodos eleitorais.

A Câmara de Vereadores de Campo Mourão é composta por 13 vereadores. Na eleição de 2016, concorreram a esta casa legislativa 167 candidatos, dentre os quais esta pesquisa identificou e buscou compreender como quatro candidatos ao legislativo acionaram e recorreram a elementos religiosos em suas campanhas eleitorais. Assim, a fim de compreender as lógicas e relações de poder acionadas, procura-se discutir o pertencimento religioso, o apoio institucional, as estratégias de campanha e a trajetória dos candidatos.

Pastor Valdir Modesto, o candidato oficial da Igreja do Evangelho Quadrangular

Valdir Modesto está vinculado ao PR (Partido da República) e é pastor titular da 5ª Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ)⁴ de Campo Mourão, da qual possui vínculo há mais de 28 anos, sendo formado em Teologia. É graduado em Tecnologia Superior em Gestão Pública e foi chefe do departamento de fomento agropecuário da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente no governo da então prefeita de Campo Mourão, Regina Dubay (2012-2016).

Pastor Valdir foi o candidato oficial da IEQ, de modo que sua candidatura foi apoiada pelas lideranças da IEQ de Campo Mourão, representando, portanto, as seis igrejas da denominação no município (MODESTO, Valdir. Entrevista, 2016). Também ressalta que a IEQ seleciona o seu candidato conforme estatuto interno, que determina que, caso exista mais de um membro da igreja como candidato, é feita uma eleição interna para decidir o representante oficial.

Em seu estatuto, a IEQ estabelece uma Coordenação Nacional de Ação Política para organizar ideologicamente a participação da instituição em eleições e em mandatos no legislativo e no executivo, tanto nos níveis federal, estadual e municipal, a sistematização se dá do seguinte modo:

Os parlamentares eleitos pela Igreja devem estar filiados à Coordenação Nacional de Ação Política para definir métodos de ação parlamentar e política em seus respectivos campos de atuação para representar o posicionamento político da Igreja. Os candidatos a cargos político-partidários no âmbito federal e estadual são escolhidos pelas convenções estaduais e, no âmbito municipal, em uma prévia pelos pastores titulares da região ou campo missionário. Nos municípios onde existia a criação de mais de uma região, os candidatos são escolhidos em reunião convocada pelo Conselho Estadual. Os membros do Ministério devem manifestar seu apoio aos candidatos oficiais, demonstrando sua fidelidade à Igreja (ESTATUTO DA IEQ, Capítulo III, Artigo 13).⁵

⁴ A Igreja do Evangelho Quadrangular é uma denominação evangélica pentecostal que atua em mais 110 países. Foi fundada no Brasil em 1951 e tem sede em Curitiba-PR. Para mais informações, consultar: <http://www.portalquadrangular.org.br/princ.asp>.

⁵ O Estatuto da IEQ está acessível no Portal do Centro Vocacional Quadrangular. Disponível em: <http://cvq.com.br/site/estatuto/>. Acesso em: 27 maio 2017.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Pastor Valdir considera, contudo, que não há restrições para que outros membros e pastores da igreja sejam candidatos no pleito eleitoral, como é o caso da Pastora Jurema, candidata da mesma denominação, também estudada nesta pesquisa.

Quanto às características da oficialidade da IEQ está a descentralização do processo de escolha do “candidato da igreja”, ao contrário da forte hierarquização e centralização que ocorre, por exemplo, na Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), “a IEQ não compartilha do verticalismo e reconhece a liberdade dos fiéis de escolher seus candidatos, sejam eles evangélicos ou não” (ORO, 2003, p. 297).

Para a campanha eleitoral de 2016, Pastor Valdir afirmou, em entrevista, utilizar apenas uma pequena quantidade de material próprio e ter o auxílio de cinco voluntários não pertencentes à igreja, recebendo apoio do próprio partido que forneceu todo o material de campanha e três cabos eleitorais (MODESTO, Valdir. Entrevista, 2016). Também de acordo com o candidato, o ideal seria trabalhar apenas com os “santinhos”, pois isto obrigaria a adoção da tática do corpo a corpo, exigindo do político conhecimento para alcançar e convencer os eleitores, além de reduzir os custos da campanha e eliminar o domínio das eleições pela superioridade financeira.

Essa estratégia eleitoral, de alguma forma, vai ao encontro das mudanças na legislação eleitoral de 2016, que inserem algumas restrições a respeito do material de campanha. Entre outras mudanças está a redução do período eleitoral e o estabelecimento de limites na divulgação da candidatura. Tais alterações foram consideradas adequadas pelo Pastor Valdir, que defende ainda mais modificações nesse sentido (MODESTO, Valdir. Entrevista, 2016).

Além dos materiais de campanha, como “santinhos” e *perfurades*, adotados pelo candidato, foi possível visualizar vídeos veiculados em mídia digital de apoio à candidatura do Pastor Valdir. Como o deputado estadual Gilson de Sousa (PSC), pastor da 43ª IEQ de Curitiba, que divulgou em rede social um vídeo em que declara: “Pastor Valdir, eu conheço. É um homem de bem, é um homem de família, um homem comprometido com os valores cristãos e ele pretende prestar um serviço ainda maior e melhor para a cidade de Campo Mourão”⁶. Finaliza solicitando apoio e voto para o Pastor Valdir, anunciando o número de campanha (Imagem 1).

Imagem 1: Captura de tela de vídeo de campanha do candidato Pastor Valdir Modesto.

⁶ Vídeo disponível em:
<https://www.facebook.com/valdir.modesto.376/videos/vb.100012842292577/169483803489695/?type=2&theater>. Acesso em: 9 set. 2016.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**



Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo Pastor Valdir, o vínculo religioso contribui muito para manter a ética e a postura pública, provendo resistência às seduções e às dificuldades que possam vir a surgir: “eu não posso dizer aqui que eu sou infalível, que eu não erro [...], pra me seduzir as coisas não vão ser tão fáceis assim” (MODESTO, Valdir. Entrevista, 2016). Portanto, o agente entende que a religião o torna moralmente mais preparado para o exercício de suas funções políticas e considera que esse é um diferencial em relação aos demais candidatos.

Outro fator que, segundo o candidato, torna os políticos mais propensos à corrupção é a acirrada campanha eleitoral, considerada um forte fator para os desvios de conduta: “Aí dá pra gente entender porque muitos chegam lá, perdem a cabeça e começa roubar” (MODESTO, Valdir. Entrevista, 2016).

Quanto ao combate à corrupção, Pastor Valdir considera como um problema que deve ser trabalhado na escola, com ensinamentos de natureza ética para a formação moral das novas gerações, sendo, portanto, um processo a longo prazo, dado que a atual geração já está degradada com a corrupção, vista como algo cultural:

Eu acho que se nós queremos combater a corrupção nós não vamos conseguir combater antes que passe esta geração. [...] Então se nós queremos combater a corrupção nós temos que pensar isso pra 50 anos, porque esta geração já tá corrompida, nossa mente já totalmente levada ao “toma lá dá cá”. Então nós temos que começar agora com as crianças, na escola, ensinando sobre ética, sobre postura, sobre moral, pra que daqui a 50 anos, quando eles chegarem no poder, tenham esta cultura. (MODESTO, Valdir. Entrevista, 2016).

Quanto à representatividade, o pastor considera que “na sociedade todos temos direito e temos também os seus deveres. Então, quando a gente for tratar algum assunto polêmico, temos que se desvincular de qualquer grupo, de qualquer interesse e procurar ver o interesse do outro” (MODESTO, Valdir. Entrevista, 2016). Desse modo, evidencia-se que o agente religioso não pretende atender

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

apenas aos interesses da IEQ em seu eventual mandato, e sim dialogar com os demais segmentos sociais.

Valdir Modesto afirmou que sua motivação para concorrer à vereança é deixar como legado para Campo Mourão uma clínica de reabilitação para dependentes químicos que admita internações. Como observa, esse feito demandaria que a pretendida casa de recuperação seja adequada às normas governamentais rígidas, o que seria facilitado pela sua condição de pastor e pelo pretendido cargo de vereador:

Dentro de promoções eu posso chegar em depósitos, eu posso ir na sociedade organizada e me apresentando como vereador e como pastor, e conseguir uma série de apoios que talvez ficaria menos restrito se eu não tiver o mandato (MODESTO, Valdir. Entrevista, 2016).

Contudo, Valdir Modesto alega que um mandato no legislativo é dispensável para efetivar sua contribuição na reabilitação de dependentes químicos, pois já trabalha há muito tempo em uma casa de reabilitação, sendo que a influência que teria como vereador não seria uma necessidade, somente um auxílio:

Eu cheguei à conclusão que isto não me seduz. Eu imaginava que eu precisava mais desse mandato para fazer o que eu faço, mas eu vejo que eu posso continuar fazendo sem ele [...]. Estando no poder ou não estando, eu vou continuar fazendo o que eu faço. (MODESTO, Valdir. Entrevista, 2016).

Esse despreendimento entre sua principal motivação para concorrer ao pleito e a manutenção dos poderes de vereador é considerado pelo Pastor Valdir como um diferencial moral em relação aos demais candidatos, pois, ao contrário destes, não teria necessidade de se corromper no intuito de manter-se no poder.

Pastora Jurema, candidata não oficial da Igreja do Evangelho Quadrangular

Pastora Jurema foi candidata pelo Partido Popular Socialista (PPS), e é vinculada à 1ª Igreja do Evangelho Quadrangular, onde atua como co-pastora há 27 anos. Graduanda em Gestão Pública, é empresária no ramo de publicidade e apresenta o programa de televisão “Amigos da Cidade com a Pastora Jurema” em emissora regional. Foi candidata à vice-prefeita em 2012, porém não conseguiu o êxito eleitoral naquela ocasião. Lançou-se, em 2016, como candidata a vereadora sem o apoio formal de sua denominação religiosa que, como citado anteriormente, apoiou oficialmente o Pastor Valdir⁷.

Para a pastora, o fato de o Pastor Valdir exercer cargo público de confiança na gestão da Prefeita Regina Dubay (2012-2016) fez com que ele tivesse mais prestígio e fosse apoiado pela

⁷ A candidata menciona em entrevista que no pleito de 2012 a IEQ de Campo Mourão já trabalhava com a postura de um candidato oficial e os demais sendo afastados de suas funções de liderança religiosa, mas continuando a serem membros da igreja durante o momento do pleito.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

instituição. Já a Pastora, que concorre em uma coligação oposta à do Pastor Valdir⁸, considera que os fiéis são livres para fazer sua escolha, uma vez que os dois candidatos são aceitos pela Igreja:

Ele trabalha pela atual prefeitura e saiu candidato também pra ajudar essa candidatura. Daí ficou assim uma situação em que a Igreja, em um todo, que são seis igrejas [IEQs], vão escolher o pastor que eles querem votar, qual é a linha, se é da atual prefeitura, ou se é uma linha de mudança que seria o meu caso, né? Então tem essa liberdade, tanto eu como ele fomos apresentados pra Igreja, pra liderança da Igreja da cidade e recebemos do nosso superintendente a bênção (PORTES, Jurema. Entrevista, 2016).

Em relação ao programa de rádio e TV apresentado pela candidata, conforme afirma, a IEQ não está à frente do projeto, porém apoia seu programa que, mesmo não tendo a identidade da Igreja, tem postura religiosa, sendo baseado na Bíblia e em momentos de oração: “é um programa para mexer realmente com ser político de cada um, de cada cidadão, em cada esfera da sua vida e que assim todos nós possamos nos posicionar como políticos que somos e não sabemos” (PORTES, Jurema. Entrevista, 2016). É possível perceber que, na concepção da candidata, religião e política são campos inter-relacionados, pois a mesma utiliza o programa para falar também sobre política.

Esse imbricamento entre os campos da religião e da política é identificado também no material de campanha da Pastora Jurema, nos quais a agente religiosa demonstra enfaticamente o seu pertencimento evangélico. Na Imagem 2, a candidata apresenta-se em seu “santinho” com uma Bíblia, denotando, assim, a sua identidade cristã. Além disso, utilizou a Bíblia como símbolo de sua campanha, levando o livro sagrado inclusive no local de votação.

Imagem 2: Materiais de campanha da candidata Pastora Jurema

VOCÊ JÁ ME CONHECE?
Permita que eu me apresente:

- Sou natural de Curitiba - PR.
- Nasci em 16 de Agosto de 1.962.
- Sou cristã, Ministra do Evangelho.
- Atuo como Co-pastora na 1ª Igreja Quadrangular de Campo Mourão há 27 anos.
- Sou casada com o Pastor André L. Portes há 32 anos e temos um casal de filhos e um neto.
- Fui Professora do Ensino Fundamental.
- Fui candidata a Vice prefeita com Tauillo Tezelli em 2012.
- Sou a Mentora e Diretora do Projeto "Amigos da Cidade" desde 2013.
- Sou a idealizadora e apresentadora dos programas de TV e Rádio - Amigos da Cidade com a Pastora Jurema.
- Sou empresária do ramo de Publicidade.
- Sou filiada ao PPS desde 2.000.
- Sou graduanda em Gestão Pública pela UNICESUMAR.
- Fui Diretora do Instituto Bíblico Quadrangular.
- Resido em Campo Mourão desde 1.989.

POR QUE SOU CANDIDATA?

- Porque desejo continuar contribuindo com as pessoas do bem no sentido de construirmos juntos uma cidade mais bonita, segura, moderna, sustentável, que se torne "o melhor lugar do mundo para se viver"!
- Porque penso que a boa política se faz com gente do bem.
- Porque não posso me omitir diante de um propósito de Deus.

Pastora Jurema - Vereadora
23.010
"Juntos por Campo Mourão!"

23 Tauillo Tezelli - Prefeito
Beto Voidelo - Vice

Coligação: Campo Mourão pra frente outra vez
CNPJ 25.870.282/0001-09

Pastora Jurema
23.010
VEREADOR PPS
Pastora Jurema

⁸ Na Eleição de 2016 existiam quatro coligações concorrentes ao executivo municipal: Regina Dubay, candidata à reeleição (PR, Partido da República); Tauillo Tezelli (PPS, Partido Popular Socialista); Rodrigo Salvadori (PSD, Partido Social Democrático); e Professor Evaldo Bertoldi (PSOL, Partido Socialismo e Liberdade). Pastor Valdir era candidato na coligação da Regina Dubay, enquanto a Pastora Jurema pertencia à coligação de Tauillo Tezelli.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Fonte: Dados da pesquisa.

A candidata também utilizou outros materiais como vídeos em mídia digital e jornal enaltecendo sua biografia, além de *jingles* que eram divulgados em carros de som. As mensagens bíblicas eram frequentemente encontradas em seus materiais. Entre as estratégias adotadas, Pastora Jurema menciona em entrevista que contou com 25 colaboradores para a sua campanha, além do apoio dos membros da Igreja (PORTES, Jurema. Entrevista, 2016).

Pastora Jurema ressalta também que as eleições municipais são fundamentais para que os eleitores possam rejeitar o “mal” presente na esfera política e que assim possam restabelecer a ética na política. Na entrevista concedida, a candidata roga a Deus para que venha ocorrer mudança nos comportamentos e nas mentes das pessoas:

Eu tenho pedido a Deus, dentro da minha religião, da minha vida religiosa, como Jurema, cristã falando e politicamente falando [...] que verdadeiramente as mentes se abram, porque eu penso assim: espiritualmente falando eu penso que existe uma nuvem que cobriu a mente das pessoas, fez uma cobertura. Então que essa nuvem se dissipe e que as pessoas possam começar a ver com clareza (PORTES, Jurema. Entrevista, 2016).

A candidata alega que a razão pela qual se candidatou ao cargo de vereadora é de, a partir de um esforço conjunto, construir uma cidade justa e solidária. Para atingir esse objetivo, considera sentir-se “no sagrado dever de usar dos meus direitos para contribuir, junto com outras pessoas do bem, para que nossa cidade se torne o melhor lugar para se viver” (PORTES, Jurema. Entrevista, 2016):

É preciso atender ao apelo de Deus e unir as forças pelo bem comum. O Evangelho precisa ser vivido em sua plenitude e isso em todas as esferas da sociedade, inclusive nas instituições públicas como Prefeitura e Câmara de Vereadores (PORTES, Jurema. Entrevista, 2016).

Pastora Jurema recebeu 712 votos e não foi eleita, tendo obtido um valor superior ao dobro do número de votos do Pastor Valdir Modesto, candidato oficial da IEQ, que obteve 350 votos. Essa diferença assinala que o apoio institucional da IEQ não foi o fator preponderante para os eleitores na escolha entre estes candidatos.

Otamar Pereira, o candidato oficial da Igreja Universal do Reino de Deus

Otamar Pereira foi candidato pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB) e é pastor da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) há 22 anos. Possui o Ensino Médio completo e buscou a vereança pela primeira vez, alcançando 302 votos. Em seu material de campanha (Imagem 3), o agente religioso destacou que é evangélico há mais de duas décadas, desenvolvendo intenso trabalho de evangelização.

Imagem 3: Material de campanha do candidato Otamar Pereira.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

OTAMAR PEREIRA AMARAL: Trabalho e união para o bem de todos. Sou Otamar Pereira Amaral 48 anos filho de Vitalino Pereira Amaral (roceiro) e Cecília Maria Amaral (do lar). Sou Pastor Evangélico a 22 anos, meu trabalho tem sido realizado entre os aflitos, angustiados, oprimidos, sofridos, enfermos, amargurados, viciados e desacreditados. Vivi até os 26 anos uma vida de solidão sem Deus, sem rumo, sem sentido. Até que brilhou a Luz encontrei o Salvador JESUS, tudo mudou, hoje tenho vida paz e salvação. Sou natural de Rondon Paraná, tendo concluído o segundo grau, trabalhei em Curitiba, foz do Iguaçu, Cascavel, Londrina, Guarapuava. Quero continuar trabalhando pelo bem comum de todos.

PROPOSTAS *Serviço público de qualidade, saúde, educação, segurança.
*Apoiar a criação da guarda municipal.
DE LUTA: *Promover a segurança de motoristas e pedestres.
*Defender os projetos que trazem qualidade de vida para Campo Mourão.

COLIGAÇÃO CAMPO MOURÃO CRESCENDO SEMPRE / PRB - PEN - PT
COLIGAÇÃO CAMPO MOURÃO PRONTA PARA O FUTURO
PR - PEN - PROS - PMN - PRB - PDT - PT - PMDB - PTN - PCdoB
CNPJ GRAF. 07.775.997/0001-09 - CNPJ CAND. 25.862.787/0001-21 - Tiragem 5.000

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação à solicitação para a realização da entrevista, o candidato aparentou certas dúvidas quanto a seus propósitos, e solicitou que enviássemos com antecedência o roteiro das perguntas. É possível que esse receio esteja relacionado às mudanças na legislação eleitoral, que restringem certos apoios das Igrejas aos candidatos. Otamar Pereira afirma que os pastores da IURD “orientam os cristãos a entrar na política de forma ativa” e informa que a Igreja sugeriu sua candidatura, afinal ela entende ser importante ter um representante evangélico no legislativo municipal. Otamar ainda relaciona o processo de escolha do candidato oficial da IURD com uma obrigação outorgada por Deus:

Geralmente é o pastor que está ali por perto e se o perfil dele encaixa ele já é enviado de imediato. Por que o pastor da Igreja Universal tem o espírito de servo, então se realmente ele é um servo, se ele for indicado para ir para a política, se o perfil dele cabe como político, então ele diz: “Eis-me aqui” (PEREIRA, Otamar. Entrevista, 2016).

O candidato também manifesta seu pertencimento religioso e interesse em defender, em eventual mandato, os cristãos e a ideologia advinda do cristianismo, garantindo liberdade aos fiéis de tal concepção religiosa:

Eu tenho um compromisso com os princípios cristãos como: família, casamento, sexualidade, liberdade religiosa. Eu tenho um compromisso com esses princípios, em defendê-los. Tenho que levar isso comigo e lá dentro representar esse direito de liberdade religiosa dentro da Câmara (PEREIRA, Otamar. Entrevista, 2016).

Percebemos que o candidato ressalta o direito da liberdade religiosa como um valor significativo para a atuação na Câmara Municipal, compreendendo que o religioso também deve estar inserido e representado na esfera pública e política. Desse modo, é possível verificar, assim como menciona Burity (2008), que a religião se encontra presente no âmbito coletivo e nas instituições, gerando diferentes modalidades, impactos e disputas entre os atores religiosos.

João Marcos Feitoza, candidato pertencente a Igreja Palavras que Curam

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

João Marcos Feitoza, 23 anos, é natural de Campo Mourão e candidatou-se pela primeira vez à vereança, sendo o mais novo dos pleiteantes de nossa pesquisa. Possui filiação ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e é membro da Igreja Palavras que Curam (IPqC)⁹ desde 2015, onde participa do grupo de jovens da instituição, talvez por essa razão buscou focar a juventude em sua campanha. É graduando em Direito e vinculado ao Fórum de Desenvolvimento Econômico do município de Campo Mourão.

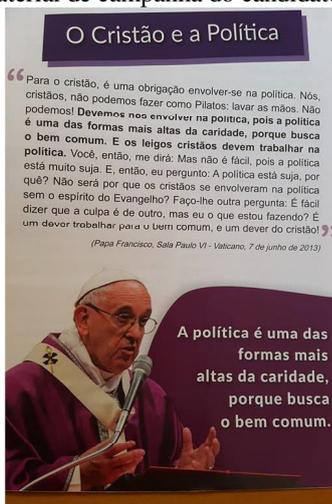
Em sua campanha, João Marcos fez uso de pouco material gráfico do comitê, preferindo as redes sociais, *jingles* e o ‘corpo-a-corpo’ como estratégias para alcançar o eleitorado. Quanto às mudanças eleitorais, o candidato elogiou as modificações relacionadas à diminuição do tempo de campanha e às restrições de propaganda, considerando que essas alterações tornaram as eleições mais limpas e menos corrompidas, e aponta a necessidade de mais mudanças na legislação eleitoral.

A despeito de seu vínculo com uma instituição religiosa, o candidato não utilizou qualquer símbolo ou recurso estratégico religioso em sua campanha, exceto em conversa com o eleitor, preferindo realizar uma campanha focada principalmente na temática da juventude. Em entrevista afirma que a IPqC estimula seus fiéis a atuarem na política, dando-lhes suporte e espaço para divulgarem suas campanhas, embora não manifesta apoio a nenhum dos seus membros:

A Igreja em si tem uma postura apartidária, não apolítica, mas partidária. Ela tem uma visão da importância da política, de ter políticos que sejam verdadeiramente atuantes, que sejam cristãos, mas ela não defende e não apóia nenhum candidato específico (MARCOS, João. Entrevista, 2016).

Mesmo sendo evangélico, João Marcos postou no Facebook uma mensagem do Papa Francisco (Imagem 4), em que o pontífice incumbia os cristãos o dever de atuar na política e fazer a limpeza da mesma, sendo essa uma forma de caridade, de fazer o bem.

Imagem 4: Material de campanha do candidato João Marcos.



⁹ A Igreja Palavras que Curam foi fundada em Campo Mourão em 2011. Para mais informações, cf.: <http://www.igrejaiqc.com.br/>. Acesso em: 5 jul. 2017.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Quanto aos temas da moralidade, o candidato considera que, em um eventual mandato, defenderia os princípios cristãos, principalmente os referentes à educação, não devendo esta ser laica, mas pautada nos valores cristãos:

Uma das propostas que a gente tem apresentado é em relação ao ensino religioso, que gera muita polêmica [...]. É um ensino bíblico, na verdade, voltado aos princípios que contém na Bíblia. Por exemplo, uma criança que teme a Deus ela vai crescer e ter a probabilidade de ser uma boa pessoa, porque se você teme a Deus segundo os preceitos que estão na Bíblia você não rouba, você não mata, você não passa os outros pra trás. Então a gente precisa que as crianças de hoje aprendam a ter esses princípios (MARCOS, João. Entrevista, 2016).

No que tange à presença da religião na esfera educacional, recorreremos às discussões apresentadas por Giumbelli (2008), para quem é possível compreender que se torna necessária a ampliação do debate entre agentes estatais, confissões religiosas e setores da sociedade civil para que os mecanismos do ensino valorizem o direito à liberdade e a tolerância religiosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, podemos perceber que os campos da religião e da política se encontram permeabilizados por meio da presença de agentes religiosos no espaço público. Em suas campanhas, os candidatos utilizam de estratégias que visam alinhar as suas propostas políticas com o vínculo religioso institucional e com a identidade religiosa dos fiéis eleitores, embora o façam com diferentes intensidades e mediante diferentes estratégias.

A IEQ foi representada pelo Pastor Valdir e pela Pastora Jurema. Na campanha dos dois candidatos, nota-se a presença marcante da organização religiosa, que atuou diretamente escolhendo o candidato oficial, embora teria abençoado e proporcionado espaço para que se apresentassem como postulantes do pleito durante os cultos. Contudo, apesar do candidato oficial da IEQ ter sido Pastor Valdir, este recebeu 350 votos nominais, o que representa menos da metade dos votos obtidos pela Pastora Jurema, com 712 votos. Isto indica que a oficialidade, neste caso, não foi o fator preponderante na influência sobre o comportamento político. Ainda, entende-se que o processo de persuasão política dos fiéis pela vinculação entre a fé religiosa e ações políticas específicas também é fortemente condicionado pelo prestígio das lideranças religiosas (MACHADO; NACIF 2017).

O candidato da IURD, Otamar Pereira, destacou o apoio oficial de sua Igreja. Em seus materiais de campanha e na entrevista realizada, manifestou a sua religiosidade quando tratou da sua biografia marcada pela conversão e que, num possível mandato, suas propostas são de defender os princípios e a liberdade cristã na Câmara dos Vereadores. Segundo Guilherme Rodrigues e Mario

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Fuks (2015, p. 119), instituições como a IURD possuem características supostamente mais favoráveis para a promoção do voto evangélico, pois: “contam com elevada frequência dos fiéis à igreja, adotam modelos de organização verticalizados e pouco participativos, ao mesmo tempo que asseguram às suas lideranças grande exposição e promovem experiências carismáticas com os fiéis”. Em contraposição, modelos mais descentralizados, como o da IEQ, são menos eficientes na propagação de informações políticas no interior de seus grupos (ORO, 2003).

Essa suposta vantagem da IURD em relação à IEQ, não se confirma nesta eleição, dado número inferior de votos do candidato da IURD, Otamar Pereira, com 302 votos em relação aos candidatos da Quadrangular, especialmente à Pastora Jurema (712 votos).

Já o candidato João Marcos, ligado à IPqC e o mais jovem entre os agentes religiosos pesquisados, não manifestou intenso vínculo institucional na campanha eleitoral. Utilizou de postagens no Facebook para convencer os fiéis da importância da política como uma forma de caridade e defendeu a proposta de uma educação religiosa nas escolas.

Nas eleições proporcionais de Campo Mourão em 2016, nenhum dos quatro agentes religiosos investigados obteve sucesso eleitoral, apesar de terem utilizado elementos religiosos de diferentes maneiras. Tais resultados nos motiva a refletir que o acionamento da religião não foi um fator determinante na escolha dos candidatos pelos eleitores municipais.

FONTES

MARCOS, João. **Entrevista**. Campo Mourão, 8 de Setembro de 2016.

MODESTO, Valdir. **Entrevista**. Campo Mourão, 15 de Setembro de 2016.

PEREIRA, Otamar. **Entrevista**. Campo Mourão, 23 de Setembro de 2016.

PORTES, Jurema. **Entrevista**. Campo Mourão, 27 de Setembro de 2016.

REFERÊNCIAS

BURITY, Joanildo A. Religião, voto e instituições: notas sobre os evangélicos nas eleições de 2002. In: Joanildo A. Burity; Maria das Dores Campos Machado (Orgs.). **Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil**. Recife: Massangana, 2006, p. 173-213.

BURITY, Joanildo. Religião, política e cultura. **Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 83-113, nov. 2008.

Estatuto da Igreja do Evangelho Quadrangular. Conselho Nacional de Diretores. Portal do Centro Vocacional Quadrangular. Disponível em: <http://cvq.com.br/site/estatuto/>. Acesso em: 23 jan. 2017.

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 28, p. 80-101, 2008.

_____. Ensino religioso em escolas públicas do Brasil: Notas de Pesquisa. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 9, n. 14, p. 1-16, 2008.

RODRIGUES, Guilherme Alberto; FUKS, Mario. Grupos sociais e preferência política: o voto evangélico no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 116-129, 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 05 jul. 2017.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese do município**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/4104303>. Acesso em: 23 jan. 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e religião**: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MACHADO, Mônica Sampaio; NACIF, Cristina Lontra. Evangélicos, política e espaço: novas estratégias rumo à presidência da república? **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 29, v. 2, p. 566-589, 2016.

ORO, Ari Pedro. Igreja Universal: um poder político. In: ORO, Ari Pedro; CORTEN, André; DOZON, Jean-Pierre (Orgs.). **Igreja Universal do Reino de Deus**: os novos conquistadores da fé. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 281-302.

_____. Religião e política nas eleições 2000 em Porto Alegre. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 2, n. 3, p. 9-70. 2001.

ORO, Ari Pedro; CARVALHO JUNIOR, E. T. Eleições gerais de 2014: religião e política no Rio Grande do Sul. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 27, p. 145-171, 2015.

_____. Religiões e eleições 2012 em Porto Alegre. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 14, p. 109-144, 2013.

RANQUETAT JÚNIOR, César. Laicidade, Laicismo e Secularização: definindo e esclarecendo conceitos. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 21, n. 1, p. 1-14, 2008.

SOFIATI, Flávio Munhoz. Perspectivas da laicidade no Brasil contemporâneo. **Contemporânea**, Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 5, p. 9-16, 2015.



CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO RECENTE DO SETOR MADEIREIRO COM ÊNFASE AOS SEGMENTOS DE BENEFICIAMENTO DA MADEIRA, NO BRASIL E NO PARANÁ

Jéssica Leticia Souza da Silva (PIC, Araucária)
Unespar- Campus Apucarana, jheeleticia@hotmail.com
Paulo Sérgio Silva de Godoiy,
Unespar- Campus Apucarana, paulogodoiy@hotmail.com
Paulo Cruz Correia (Orientador) ,
Unespar- Campus Apucarana, correiapc@yahoo.com.br

Palavras-chave: Cadeia produtiva madeireira. Brasil. Paraná. Competitividade.

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa visa apresentar o acontecimento vivido pelo setor de beneficiamento da madeira e mobiliário no estado do Paraná, que é um dos principais exportadores de móveis do Brasil. A pesquisa envolve diversos tipos de fonte, mas como se trata de uma pesquisa regional, serão utilizados dados de pesquisas de entidades nacionais, regionais e locais referentes a produtos voltados ao setor madeireiro no Paraná, dentre elas: sindicatos regionais e associações comerciais, além de material divulgado em Universidades e dados fornecidos pelo Sistema FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná), SNIF (sistema nacional de informações florestais), Ibá (Indústria Brasileira de árvores), Secretaria da agricultura e do abastecimento do Paraná; e, da bibliografia atual a respeito do assunto, a fim de que se possa alcançar o reconhecimento mais apurado possível do setor de produtos de beneficiamento da madeira no Estado do Paraná.

Segundo o IparDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) o Paraná tem atualmente 8.012.850 ha usados na agricultura, mais 932.303 ha de florestas plantadas e 1.950.898 ha de florestas nativas, num total de 10.896.051 ha em uso da terra. Os municípios do Paraná produziram em 2016, 11.053.648 m³ de Madeira para papel e celulose; 16.446.980 m³ de Madeira para outras finalidades; e, 27.500.628 m³ para Madeira em tora. O Paraná conta com 6.076 estabelecimentos agropecuários de florestas plantadas e 2.377 estabelecimento de florestas nativas.

A atividade madeireira gera, ao redor de si, uma economia crescente, desde o início das colonizações. Aqui tomaremos como exercício econômico essencial, a cadeia produtiva da madeira, moveleira, de celulose e de papel no Paraná, onde estes produtos representam cerca de 6% do PIB do

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

estado paranaense. Os objetivos ajustados a este trabalho são: **i)** Verificar a relação entre a cadeia produtiva de madeira e seus setores de celulose, papel, madeira e a indústria; **ii)** Identificar os principais pontos da Cadeia Produtiva de madeira no Paraná e no Brasil; **iii)** Reconhecer as prioridades pelo setor e, **iv)** Analisar as inovações presentes na Indústria Paranaense e Brasileira.

No Paraná, segundo o SIMA (Sindicato das indústrias de móveis de Arapongas-PR) existe 17.810 empregos diretos e 3.562 empregos indiretos gerados no setor, sendo este pólo, o maior consumidor de chapas aglomeradas e compensadas, o pólo de Araponguense detém 10% das exportações brasileiras de móveis. *O tema apresentado merece maior verificação para o Paraná*, uma vez que este estado é um dos principais responsáveis pelas exportações de móveis no país; gerando significativa renda na região e criando, como já citado, significativo volume de empregos e contribuindo com os impostos coletados na região.

O pólo de Arapongas tem participação significativa no PIB de móveis do Brasil com 9,97%. A pesquisa por meio de artigos, livros e das instituições relacionadas permite avaliar os desafios referentes à cadeia produtiva da madeira, e a partir destes formular maneiras oportunas, para aumentar a qualidade de seus produtos, assim ajudando a tomada de decisões e formulações de políticas públicas mais eficientes, para o setor de cada produto estudado no estado do Paraná.

1 - REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Teoria das Cadeias Produtivas

No referencial teórico iremos tratar sobre a teoria das cadeias produtivas, pois o artigo se trata de um estudo da cadeia produtiva de madeira. A cadeia produtiva para (HASENCLEVER, 2002, p.89), é como: "um conjunto de etapas consecutivas pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos".

A cadeia produtiva é um processo que envolve todos os tipos de etapas da produção de um determinado bem até que este chegue ao consumidor. Atualmente a agropecuária é utilizada como base no desenvolvimento do negócio agrícola, nela definimos a relação que acontece em propriedades rurais até todos os seus processos que são interligados.

Para HAGUENAUER e PROCHNIK (1999, p. 56):

As cadeias produtivas resultam da crescente divisão do trabalho e de uma maior interdependência entre os agentes econômicos. As cadeias surgem em decorrência de um duplo processo. Primeiro, pelo processo de desintegração vertical e especialização técnica e social e, segundo, pelas pressões competitivas por maior integração e coordenação entre as atividades, ao longo das cadeias, que reforçam as articulações entre os agentes.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Para realizarmos uma análise das cadeias produtivas existem alguns métodos, no método que é o mais frequentemente utiliza-se o processo de pesquisa, que se refere à observação de demandas sustentada nas ligações de interação entre os atores-chaves da cadeia. Os dados usados para tal são inclusive por informações secundárias e quando necessário informações primárias. Essas informações são realizadas seguindo três tipos de etapas, a primeira é a partir da definição do problema e a assimilação do sistema; a segunda etapa acontece através do exame das oportunidades e limitações; e a terceira etapa acontece através de articulações de políticas de intervenção e planificação (VAN DERHEIJDEN, 1997).

Essas análises comprovam o desempenho dos sistemas produtivos. Através disso aceitamos que esse conjunto de informações interage entre si e que objetiva a produção de algumas matérias-primas (CASTRO et al., 1998).

1.2 A Teoria da Tríplice Hélice

O termo Tríplice Hélice foi criado por Henry Etzkovitz nos anos 90 e tinha o objetivo de descrever o modelo de inovação com base na relação Governo-Universidade-Empresa (ETZKOWITZ, 1994). A Tríplice Hélice é a inter-relação entre governo, universidade e indústria, cada um cumprindo uma parte da missão de promover o crescimento para o desenvolvimento, são as três esferas de coordenação agindo em cooperação.

A Tríplice Hélice evidencia uma eficiência maior das relações entre as três esferas, produto do estabelecimento do novo contrato social entre a universidade e seu entorno que leva as universidades a incorporar os lugares de desenvolvimento econômico às suas outras atividades de ensino e pesquisa e a redefinir suas estruturas e funções (ETZKOWITZ, 2003).

No Brasil a Tríplice Hélice converteu-se em um “movimento” para geração de incubadoras no contexto universitário (ALMEIDA, 2005). Ele provém de um incentivo que procura os desequilíbrios nas dimensões institucionais nos arranjos e nas funções sociais desempenhadas por estes arranjos. Os atritos entre as duas camadas, e entre os três domínios fornecem muitas oportunidades para resolver quebra-cabeças e inovação (LEYDESDORFF, 2012).

2 - METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho é de natureza explicativa, utilizando-se de dados secundários, onde se tem o objetivo de identificar os fatores que determinam a organização do setor

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

madeireiro, assumindo a forma de pesquisa experimental. Os dados foram coletados junto a fontes como a Federação das indústrias do Estado do Paraná (FIEP), IparDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social); e de entidades do setor como dos sindicatos dos setores envolvidos na pesquisa. Tomou-se como princípio pesquisas relacionadas às áreas atualmente estudadas, tanto em pesquisas governamentais quanto privadas. Espera-se poder alcançar os objetivos, buscando-se estabelecer os principais aspectos da cadeia produtiva madeireira, através de dados atuais coletados junto ao setor, analisando a produção e o comércio do setor madeireiro para o Brasil e o Paraná.

3 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 PRINCIPAIS ASPECTOS DA CADEIA PRODUTIVA MADEIREIRA PARA O BRASIL

Em relação ao Brasil, a pesquisa, vem explorando dados, que serão complementados na construção do trabalho em andamento. Conforme apresenta a figura abaixo.

Tabela 1 – Exportação Brasileira de Celulose, principais países de destino em US\$ FOB. 2010-2017:

Descrição (NCM)	2016 A	2017 B	Part. % 2016	Part. % 2017	Var. % A/B
TOTAL GERAL	11.237.669.013	14.911.477.295	100	100	32,69
Celulose	490.999.132	595.365.658	4,37	3,99	21,26
China	183.724.393	278.843.433	37,42	46,84	51,77
Estados Unidos	51.024.609	74.348.828	10,39	12,49	45,71
Itália	57.026.904	66.732.789	11,61	11,21	17,02
Países Baixos (Holanda)	75.748.313	56.418.899	15,47	9,48	-25,71
Alemanha	3.673.100	16.362.880	0,75	2,75	345,48
França	22.135.165	15.296.292	4,51	2,57	-30,9
Bélgica	8.237.306	12.281.239	1,68	2,06	49,09
Taiwan (Formosa)	11.425.621	12.234.051	2,33	2,05	7,08
Ilhas Cayman	12.909.797	11.294.213	2,63	1,90	-12,51
Japão	12.909.797	9.751.962	2,10	1,64	-5,55
Demais Países	54.569.226	9.751.962	11,11	7,02	-23,4

Fonte: MDIC, (2016).

A tabela acima apresenta os principais países de destino da exportação de celulose no Brasil onde o principal é a China contendo no ano de 2016, 42% de todas as importações, depois dela vem à Holanda com 17 % das exportações e Ilhas Cayman com 13%, já no ano de 2017 a China continua como a maior importadora de celulose contendo 49% das importações e logo atrás dela vem Taiwan com 13% e Ilhas Cayman com 12%.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

A celulose é considerada um dos gêneros tradicionais da indústria, onde tem apresentado grande ritmo de crescimento no mercado externo, ficando como o sétimo maior produto exportado, no ano de 2016 das exportações totais do Brasil, refletindo em ganho na participação do gênero (MDIC, 2016).

Considerando a figura abaixo, observa-se que os cinco países que mais importam produtos madeireiros do Brasil, considerando o total em valor, são Estados Unidos (US\$2.195.176.805), China (US\$2.059.321.632), Países Baixos (US\$949.211.608), Itália (US\$793.114.643) e Argentina (US\$494.274.710).

O Brasil vem ganhando mercado explorando a melhoria da qualidade e da inovação no setor, é um movimento que vem envolvendo toda a cadeia produtiva junto com seus elos e nos. Há um esforço geral do setor madeireiro para que as melhorias alcancem do plantio da madeira até a exploração em papel, celulose e outros produtos madeiráveis, qualidade e produtividade, tendo o Canadá como principal exemplo para este setor.

Figura 1 – Principais mercados para as exportações da indústria madeireira brasileira:



Fonte: MDIC (2016).

Tabela 02 – Principais mercados e a evolução das importações da indústria madeireira dos estados brasileiros:

PRODUTOS	UM	Quantidade	Kg Líquido	Valor US\$
Produtos Secun	Tonelada	1	714	15.887
diários de Papel				
Produtos Secun	Tonelada	19	19.017	62.134
diários de Madeira				

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Papel e Papelão	Tonelada	954	954.274	1.180.497
Madeira Serrada	Metro Cúbico	0	42	449
Total Geral		974	974.047	1.258.967

Fonte: MDIC (2015).

A tabela acima mostra os principais produtos florestais brasileiros importados pelos estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Os produtos mais importados para o ano de 2015 foram Papel e Papelão - tanto em quantidade (954 t) quanto em valor (1.180.497). – A maior parte da importação desse produto ocorre no mês de março.

Tabela 3 – Valor Bruto nominal da produção agropecuária, segundo para o Paraná – 2015:

REGIÃO	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (VBP) AGROPECUÁRIA (R\$ 1,00)			
	Agricultura	Florestais	Pecuária	Total
PARANÁ	38.072.016.365,01	3.822.545.572,49	35.926.643.875,24	77.821.205.812,74

Fonte: Iparde (2015).

Na tabela 3 observa-se o valor da produção nominal da agropecuária no estado do Paraná, apresenta uma produção de R\$ 3.822.545.572,49 em produtos florestais, representando 5% do VBP da produção total no estado.

Tabela 4 – Produtos Florestais: produção, Valor Bruto da Produção e participação relativa no Paraná, 2014-2015:

Produto	Produção				VBP milhões R\$			% Part. (2015)	Total
	Unidade	2014	2015	ΔΔ	2014	2015	Δ	Grupo	
Serraria e Laminados	Milhões (m3)	24,17	23,52	-3%	2.319,39	2.146,59	-7%	60%	2,76%
Lenha	Milhões (m3)	16,83	18,23	8%	651,85	556,02	-15%	15%	0,71%
Papel e Celulose	Milhões (m3)	9,48	10,27	8%	16,16	529,15	3%	5%	0,68%
Erva-mate	Mil toneladas	413,9	431,9	4%	529,75	447,18	-16%	13%	0,57%
Outros					212,08	143,6	-32%	6%	0,18%
Total					4.229,23	3.822,55	-10%	100%	5%

Fonte: Agricultura (PR).

Na tabela acima se verifica que a produção de serraria e laminados caiu em 3% do ano de 2014 para 2015, a produção de lenha aumentou em 8%, seguido pelo mesmo aumento de 8% da produção de papel e celulose; e, um aumento de 4% na produção de erva-mate. O valor bruto de produção caiu em 7% para serraria e laminados, a lenha caiu também em seu VBP em 15%, o papel e celulose cresceu no VBP em 3%; e, a erva-mate caiu em 16%.

3.2 PRINCIPAIS ASPECTOS DA CADEIA PRODUTIVA DA MADEIRA NO PARANÁ

A indústria moveleira paranaense, como importante segmento do setor madeireiro, tem seu maior pólo na cidade de Arapongas (PR) na Região Norte do Estado, é o segundo maior polo moveleiro do Brasil (SIMA, 2015). As maiores dificuldades relatadas está na captação de matéria-prima devido à qualidade e quantidade, além de dificuldade de aproveitamento e destinação de seus resíduos industriais. Compõe-se de aproximadamente 172 PMGEs (Pequenas Médias e Grandes Empresas). O número de empresas caiu de 263 empresas, pois a crise recente pesou muito no setor.

Esse aglomerado industrial moveleiro, considerado um *cluster* caminha em direção à sua consolidação como distrito industrial. Diversas têm sido suas conquistas, como o CETMAN (Centro de Tecnologia da Madeira e do Mobiliário), com o objetivo de promover a qualificação técnica de trabalhadores da indústria moveleira da Região Norte Paranaense. A escola inaugurada em 14/08/2004 teve um custo de R\$ 4,2 milhões, possui 3,4 mil metros quadrados com capacidade para 1.200 alunos. A estrutura compõe-se de auditório, administração, biblioteca, laboratório de informática, salas de aula e laboratórios da indústria moveleira.

O empreendimento contou com a parceria de diversos atores como: empresários locais, articulados por meio do SIMA (Sindicato da Indústria Moveleira de Arapongas/PR), da Prefeitura Municipal de Arapongas, com a doação de um terreno de 15 mil metros, de recursos do Ministério da Educação, por meio do PROEP (Programa de Expansão da Educação Profissional); e, da FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná) com doações de equipamentos. O empreendimento chamado de Universidade da Móvelia desenvolve diversos cursos de qualificação profissional e tem um custo anual de R\$ 2 milhões com sua manutenção geral. Com isso, o agrupamento moveleiro de Arapongas/PR espera poder competir a nível internacional em termos de *design*, qualidade e custo (SIMA, 2015). O cluster moveleiro de arapongas é o maior representante do segmento na cadeia produtiva madeireira paranaense.

A cadeia produtiva de madeira e móveis é uma das que mais emprega no Paraná. Juntas, elas empregam mais de 74 mil trabalhadores paranaenses, envolvendo cerca de 13% de toda a indústria da transformação do Paraná (RAIS-FIEP, 2016).

Tabela 5- Produção de Celulose e Papel no Paraná em mil toneladas, 2011 a 2016.

Papel (ton.)	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Produção Total	2.090	2.137	2.191	2.165	2.157	2.148
Participação nacional	20,60%	20,80%	20,80%	20,80%	20,80%	20,76%
Celulose (ton.)	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Produção Total	1.165	1.016	1.054	1.039	1.073	1.069

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Participação nacional	8,60%	7,60%	7,20%	6,50%	6,40%	7,26%
------------------------------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: Adaptado (SINPACEL, IBÁ).

A Tabela 5, mostra que a produção total de papel tem se mantido em sua participação nacional desde 2012, já a produção de celulose caiu 1,34%, na sua participação nacional, do período de 2011 a 2016. As toras utilizadas para serraria são provenientes em sua maioria de pinus e eucaliptos, o impacto no Valor Bruto da Produção florestal é direto em função da queda de renda destas toras, cenário que levou o Valor Bruto da Produção destes produtos a cair conforme já apresentado na tabela 4. A crise pós 2008, tem impactado no setor, uma vez que a utilização de papel tem relação direta com a retração, ou aumento do consumo. Assim, a retração atual econômica tem mantido estável os avanços deste segmento, valendo-se do mercado externo para suprir a carência da demanda interna.

Tabela 6- Área recente de floresta plantada em hectare, por cultura no estado do Paraná – 2015:

CULTURA	2014	2015	Δ%
Eucalipto	687.635	681.799	-0,8
Pinus	909.874	919.664	1,06
Outras espécies	24.652	25.481	3,25
Total Geral	1.622.161	1.626.944	0,29

Fonte: Adaptado de Florestal, (2015).

Como observado na tabela 6, a área de florestas plantadas no estado do Paraná teve um total de 1.626.944(ha) no ano de 2015 sendo estas florestas compostas principalmente de Pinus e Eucalipto. A produção nesses segmentos está estabilizada em função da crise econômica do momento que tem impactado no setor, desestimulando investimentos em novas áreas, ou no replantio de áreas utilizadas até então.

O número de empregos gerados pela Indústria moveleira, compostos por 979 indústrias moveleiras em toda base territorial, geram 23.025 mil empregos, sendo 19.970 diretos e 3.055 indiretos (SIMA, MDIC, SECEX, SEBRAE, ABIMA, IPARDES, FIEP, IBGE, 2016).

O segmento madeireiro é considerado um dos gêneros tradicionais da indústria paranaense. Estes segmentos se inseriram na economia deste estado desde a sua colonização, no século XVIII, perdurando até a atualidade, industrializando boa parte de sua produção em produtos madeiráveis, como é o caso dos móveis fabricados em Arapongas (PR). Atualmente, este segmento Representa a decima segunda maior na pauta de exportações, superado somente pelo milho em grão, soja, carne, cana de açúcar, automóveis e óleo de soja (FIEP-PR, 2016). A indústria madeireira tem apresentado significativo ritmo de crescimento no mercado externo, refletindo em ganhos na participação do

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

gênero no Paraná. Em 1998, em seu melhor momento, chegou a representar cerca de 7,4% da pauta de exportações do Estado, atualmente representa cerca de 6%, conforme apresentado na figura 1.

3.3 O EXEMPLO DA INDÚSTRIA MADEIREIRA DOS CAMPOS GERAIS

O complexo da base florestal da região dos Campos Gerais tem uma ampla produção, incluindo compensados, papel e celulose, móveis e produtos de madeira para a construção civil em geral. O quadro gera efeito econômico, e o setor assume 10% de participação no Valor Bruto da Produção (VBP) regional, diante da média de 6% para o Paraná (Seab, 2016). Na região do núcleo da SEAB (Secretaria de Abastecimento) de Ponta Grossa, composta por 18 municípios, atualmente, o plantio florestal soma 393 mil hectares, ou seja significativos 37% de toda a área estadual. Em um recorte mais abrangente, alcançando até o município de União da Vitória, que contemple toda a região Centro-Sul, o cultivo totaliza 613 mil hectares, ou 83,5% de toda a madeira produzida no Paraná (SEAB e Gazeta do Povo, 2016).

A produção de florestas plantada representa melhoria das condições do meio ambiente, preservando-se nascentes, os cursos d'água e as florestas naturais, os 7,8 milhões de hectares de árvores plantadas absorvem 1,7 bilhão de toneladas de CO₂ da atmosfera, 5,6 milhões de hectares de áreas naturais na forma de Áreas de Preservação Permanente (APPs), de Reserva Legal (RL); e, de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPNs) representam um estoque médio de 2,48 bilhões de toneladas de CO₂, com 70% dos plantios certificados, garantindo a sustentabilidade e as boas práticas do setor. Em 2015, foi produzido, a partir de energia limpa, 65,1 milhões de gigajoules, representando 67% do consumo energético do setor (IBÁ, 2015).

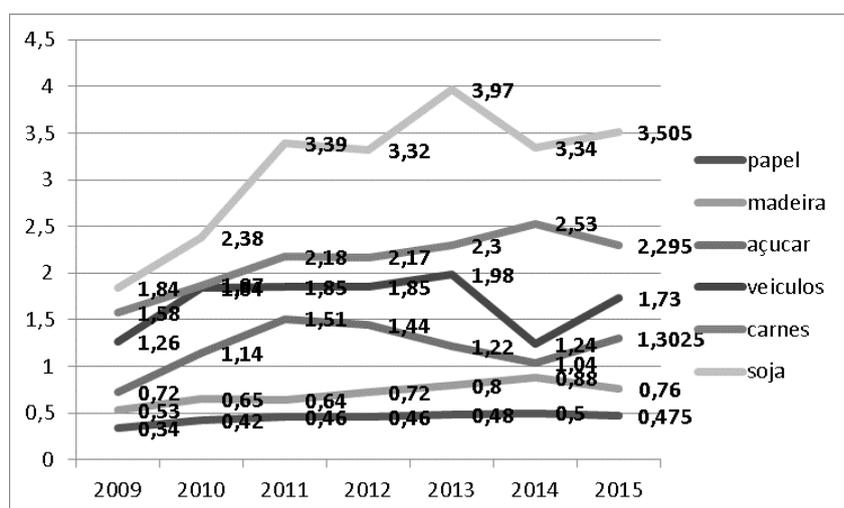
O setor florestal, no segmento de árvores plantadas também é responsável por cerca de 3,8 milhões de empregos diretos, indiretos e resultantes do efeito-renda e é ainda responsável pela geração de R\$ 11,3 bilhões em tributos federais, estaduais e municipais, representando 0,9% da arrecadação nacional (IBÁ, 2015). Os projetos de investimento das empresas, em andamento ou previstos, que visam ao aumento dos plantios, ampliação de fábricas e novas unidades, são da ordem de R\$ 40 bilhões de 2016 a 2020 (IBÁ, 2016). Estes investimentos dependem recentemente da saída do Brasil da crise e da retomada do crescimento na economia mundial. As exportações que vem auos poucos aumentando, são fortes indícios de fortalecimento de investimentos no setor.

De acordo com a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB, 2013), e estimativo do Serviço Florestal Brasileiro, a cobertura florestal no Brasil até 2012 era de 463 milhões de hectares, onde 456,1 milhões de hectares são de florestas nativas, que é 53,6 % da área nacional e aproximadamente 7,2 milhões de hectares de florestas plantadas que são equivalentes a 0,8 % do território brasileiro. A expansão dos territórios de florestas vem aumentando em algumas regiões, com os produtores realizando consórcios entre a madeira e a pecuária.

3.4 A BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ PÓS 2000 PARA PRODUTOS FLORESTAIS

O Paraná partindo de 2000 acelerou o crescimento em seu leque de produtos industriais, produzindo novos produtos, como o MDF este, caracterizando-se como um forte fator de inovação no setor, com base nos reflorestamentos existentes de matas de pinos e eucaliptos. Este crescimento deve-se à suas relações com inovações incrementais e radicais o aproveitamento da matéria-prima, derivada da madeira, utiliza-se não só da matéria-prima nobre, como dos resíduos que até então não se consideravam relevantes. Com isso, a maior parcela de compensado de pinos produzido no Paraná e no Brasil é destinada à exportação de madeira serrada. O gráfico 1 abaixo, apresenta a evolução das exportações do Paraná em seus itens mais representativos entre 2009 e 2015.

Gráfico 01 – Exportações paranaenses por grupo de produtos, em US\$ bilhões, 2009-2015:

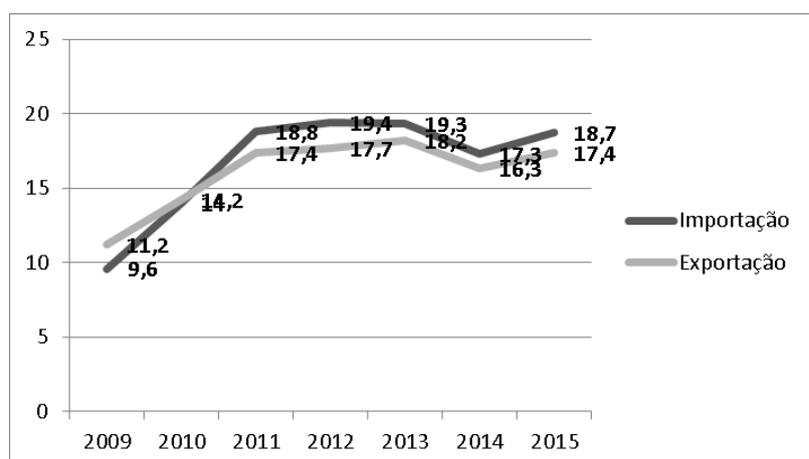


Fonte: Adaptado de MDIC, AEB Infográfica Gazeta do povo, (2016).

Em relação ao gráfico 01 para as exportações, pode-se observar que no grupo dos produtos madeiráveis o papel alcançou significativos em US\$ 1,73 bilhões, enquanto o segmento de madeira exportou em US\$ 760 milhões. O segmento de soja e derivados superou-se com em US\$ 3,505, três bilhões, quinhentos e cinco milhões, sendo acompanhado de outros segmentos menos significativos. As curvas mostram uma ascendência geral entre 2009 até 2011, período de ouro das commodities nacionais seguindo-se de uma retração para os maiores mercados como EUA, China e Argentina, tradicionais compradores nacionais de commodities.

Gráfico 02 - Balança de pagamentos paranaense nos anos de 2009-2015, em US\$ bilhões:

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.



Fonte: Adaptado de MDIC, AEB Infográfica Gazeta do povo (2016).

Em relação a balança comercial, apresentado no gráfico 02, a retração das vendas de commodities, fizeram com que as exportações paranaenses nesse período fossem menores que as importações. A maior variação positiva está no crescimento de soja, açúcar e madeira; porém todos os segmentos exportáveis tem significativa queda de 2013 para 2014. Os resultados apontam para uma queda de 1 bilhão ao final de 2014, um reflexo da crise nas exportações dos commodities que alcançou os países comparadores e impactou a balança estadual e nacional.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, verificou como está organizada a cadeia produtiva do setor de produtos madeiráveis, incluindo os segmentos de móveis, madeira serrada, celulose, papel e produtos de papel ocupando a sétima posição entre os produtos exportáveis do Brasil (MDIC, 2016). A produção de florestas plantada ocupa importante posição na preservação do meio ambiente, pois as árvores plantadas no Brasil absorvem toneladas de CO₂ da atmosfera, porém apenas 70% dos plantios é certificado, mostrando que mesmo sendo um número significativo ainda exige melhorias. A partir do setor de celulose, papel e produtos de papel, há muito que se estudar ainda, principalmente a respeito da sua produção autônoma de energia limpar, que produz quase o consumo total de sua energia utilizada.

No setor moveleiro as prioridades são focar em certificações, para haver mais compradores que preferem um nível estabelecido de qualidade. O setor apresentou queda em 2014 devido a alterações em programas do governo federal, com uma mudança de -2,8%, que causou retratação nas vendas domésticas, mas que como verificado suas exportações cresceram novamente no ano de 2015. Com a receita bruta totalizando R\$ 69 bilhões no setor, 6% do Produto Interno Bruto (PIB) Industrial (IBÁ, 2016). As exportações com números significativos de US\$ 9,0 bilhões, o equivalente a 4,7% das

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

exportações brasileiras. Mostrando assim que mesmo com todas as dificuldades o Brasil tem grande impacto com a exportação e apesar das suas dificuldades ainda assim é de grande representatividade.

O segmento de Florestas Plantadas se mostra como um dos principais, com ótima potencialidade de crescimento, onde o maior obstáculo é o investimento na área, mas que vem sendo ultrapassado de acordo com as pesquisas do Ibá, indicando que haverá crescimento com as iniciativas de consórcios entre agropecuária e produção de madeira. O Brasil tem a liderança tecnológica em árvores plantadas e mesmo assim em 2014 o custo de produção em comparação aos Estados Unidos não chega a 10% em ganhos, um dos problemas é que o setor não vem conseguindo ganhos de produtividade que permita obter vantagens competitivas.

O setor de papel também tem muito potencial de crescimento no Brasil, pois os produtos de fibra longa são de demanda rígida e insuficiente ao mercado nacional. A conclusão que chegamos é que ainda há muito que melhorar no Brasil em termos de florestas plantadas, pois mesmo com o Brasil oferecendo um conjunto de amplas condições vantajosas, como terras produtivas, infraestrutura, ciclos de colheita em menos tempo e menor tempo de rotação, porém, ainda há as incertezas política e econômica interna, que reduzem a expectativa de investimentos.

A falta de madeira para suprir a demanda é uma constante preocupação dos empresários do setor, mas o Brasil tem mostrado interesse com expectativas positivas até 2020; com projetos de investimento de empresas, em andamento ou previstos, que visam ao aumento dos plantios, ampliação de fábricas e novas unidades até lá. O estado do Paraná mostra na pesquisa que a cadeia produtiva madeireira merece atenção, pois este é um dos estados que mais exportam celulose, papel e móveis, são os principais produtos de exportação, em 2012 ocuparam o sexto e o sétimo lugar segundo a FIEP. Verificamos que no período de queda da produção moveleira, em 2014, houve crescimentos inesperados em 2015, superando as expectativas do setor e mostrando a força deste setor. O polo moveleiro de Arapongas é o primeiro do sul e o segundo do país, é um dos segmentos da cadeia produtiva madeireira que mais emprega no estado paranaense; e, no momento que a crise passar, as respostas positivas certamente virão com expressiva participação no mercado interno e externo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A evolução do movimento incubadora no Brasil. **International Journal of Technology and Globalization**, v. 1, n. 2, p. 258-277, 2005.

CASTRO, A.M.G.; LIMA, S.M.V.; GOEDERT, W.J.; FREITAS, A.F. DE; VASCONCELOS, J.R.O. **Cadeias produtivas e sistemas naturais**: Prospecção tecnológica. Brasília, Embrapa - SPI, 1998.

ETZKOWITZ, H. Academic-industry relations: a sociological paradigm for economic development. In: LEYDERSDORFF, L.; VAN DEN BESSLAAR, P. **Evolutionary economics and chaos theory**: new directions in technology studies. London: Printer Publishers, 1994. p. 139-151

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

ETZKOWITZ, H. Innovation in innovation: the triple helix of university-industry government relations. **Social Science Information**, v. 42, n. 3, p. 293-337, 2003.

FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná - Coordenação Regional da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, unidades de Curitiba e Ponta Grossa. Visitas com **formulário de pesquisa** respectivamente em 08 e 15/12/16

Gazeta do povo Comercia **exterior - Com queda de 19%, exportações do Paraná regridem cinco anos**; Visto em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/com-queda-de-19-exportacoes-do-parana-regridem-cinco-anos-c9n6r6iul4gfbm4f76vdfklpw>> Acessado em 15 de jan. de 2017

HAGUENAUER, L.; PROCHNIK, V. **Identificação de Cadeias Produtivas e Oportunidades de Investimento no Nordeste do Brasil**. Banco do Nordeste do Brasil, dez/99. A partir de DECEX/SECEX (1999).

HASENCLEVER, L.; (org.), **Economia Industrial: Teorias e Prática no Brasil**, Rio de Janeiro: Campus, 2002, 73-90.

IBÁ – Indústria Brasileira de Árvores- **Relatório anual** , 2016; Visto em : <http://iba.org/images/shared/Biblioteca/IBA_RelatorioAnual2016_.pdf > Acessado em 08 mai. 2017

IBÁ – Indústria Brasileira de Árvores- **Relatório anual** , 2015 ; Visto em : <http://iba.org/images/shared/iba_2015.pdf > Acessado em 08 de mai. 2017

IPEA DATA, **Comércio exterior, Exportações Brasileiras** ; Visto em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>> Acessado em 05 de jan. de 2017

IPARDES, **Atividades econômicas**; Visto em <http://www.ipardes.pr.gov.br/pr_numeros/index_pr_numeros_pt.htm > Acessado em 8 de julho de 2017.

LEYDESDORFF, L. The triple helix of university-industry-government relations (February 2012). **Amsterdam School of Communication Research**. University of Amsterdam, Fev. 2012.

MDIC - Ministério de desenvolvimento de indústria e comércio, **Comércio exterior – exportações 2016 e 2017**; Visto em : <<http://www.mdic.gov.br>> Acessado em 10 de fev. de 2017.

Produção Florestal, **Produtos madeireiro** ; Visto em : <<http://www.florestal.gov.br/snif/producao-florestal/producao>> Acessado em 15 de jan. de 2017

SIMA - Sindicato da Indústria Moveleira de Arapongas, **Formulário de pesquisa** - Arapongas/PR, 27/12/16

SNIF - **Sistema Nacional de Informações Florestais** Veste em: <http://www.florestal.gov.br/snif/images/stories/ProducaoFlorestal/boletim_snif_producao%20floresta1_dez2016_final.pdf> Acessado em 10 de fev. de 2016

SNIF; **Produção Florestal**; Disponível em: <<http://www.florestal.gov.br/documentos/publicacoes/2230-boletim-snif-producao-florestal-2016/file>>. Acesso em: 10 abr. 2017

Sindicato do Papel e Celulose, Dados do setor – **Os setores de papel e celulose em números**; Visto em : <<http://www.sinpacel.org.br/dados-do-setor.php#topo>> Acessado em :10 de mar. 2017.

VAN DER HEIJDEN, K. (1997). *Scenanos: The Art of Strategic Conversation*. New York: John Wiley & Sons.



SANTO AGOSTINHO: EDUCADOR DO PASSADO E DO PRESENTE

Carina Greicy Rak Stobbe (PIC, Fundação Araucária,
Unespar/Campus de Campo Mourão, ka.rak@globomail.com)

Walmir Ruis Salinas (Orientador),
Unespar/Campus de Campo Mourão. walmir.salinas@gmail.com

Palavras-chave: Santo Agostinho. Educação. Conhecimento.

INTRODUÇÃO

Objetivamos discutir, neste artigo, a teoria do conhecimento de Santo Agostinho e a importância de seu pensamento para a educação. Este estudo justifica-se pelo fato de que o pensamento do bispo de Hipona não se restringe ao seu tempo, podendo ser utilizado para auxiliar a resolver alguns problemas que ocorrem na atualidade, no processo de instrução.

É oportuno levar em consideração que o período que Agostinho viveu e construiu suas concepções sobre educação é diferente dos tempos de hoje, embora alguns problemas ainda sejam relatados por professores da atualidade. Porém, devemos considerar que as condições materiais de produções e de circulação de ideias eram precárias. No entanto, apesar disto, a produção intelectual na Idade Média foi rica e original. Pena, ao nosso ver, que os escritos de intelectuais como Santo Agostinho ainda sejam desconhecidos para parte considerável da população de todos os continentes.

Escolhemos para fazer uma análise mais profunda o tratado *De Catechizandis Rudibus* (*A Instrução dos Catecúmenos*), obra elaborada não apenas tentando atender ao pedido do diácono Deogratias, mas que buscava, também, auxiliar os demais catequistas que apresentassem dificuldade na tarefa de catequizar e ensinar. Esta obra ainda tem valor, uma vez que ensinar com qualidade e eficiência ainda é um problema para alguns profissionais.

Ao observar o ranking mundial de educação, onde o Brasil ficou em 60ª colocação, percebemos que se torna um desafio para o professor atual fazer com que suas aulas sejam mais atrativas e significativas para seus alunos. Após termos o contato com a obra *De Catechizandis Rudibus*, entrevistarmos alguns professores da atualidade percebemos que estes problemas ainda são encontrados na atualidade. Desta forma, nosso objetivo consistiu em mostrar que é possível resolver alguns problemas recorrentes na educação atual por meio da filosofia e pedagogia Agostinianas. Nosso foco foi a obra *A Instrução dos Catecúmenos* justamente porque o santo doutor fala como um professor deve agir em classe para tornar suas aulas mais interessantes, apontando as seis causas do aborrecimento sendo elas: Os professores ficam com a impressão que suas aulas parecem vulgar e

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

sem brilho; os professores, muitas vezes, se encantam com os próprios pensamentos e não sabem se expressar; os professores se lamentam em ter que voltar sempre todos os anos aos mesmos assuntos; os professores se aborrecem com os desinteresses dos alunos, e se enfadam por acharem que a aula pode ser perda de tempo e ainda trazem problemas pessoais para seu trabalho. Estamos convencidos de que estas causas se repetem nos dias de hoje.

O CRISTIANISMO E A EDUCAÇÃO

Em um período da história em que prevaleciam a corrupção, concentração de poder e espetáculos circenses bizarros, surge um grupo humilde pregando aos romanos que a verdadeira virtude não brota da força, mas do amor ao próximo. Assim, surge a doutrina Cristã (SANTOS 1945).

O Império Romano ainda era jovem quando Cristo nasceu. Todavia, os primeiros governadores e imperadores eram tolerantes com o Cristianismo, mas, com a expansão dessa religião, os imperadores a viram como algo subversivo ao Estado e contrário a suas ideologias (GOODING e LENNOX, 2014).

Jesus alegou ser o messias, o filho de Deus. Ao mesmo tempo, ele avisou antecipadamente aos seus discípulos que precisaria morrer e levantar-se novamente. Porém, eles não compreendiam esta afirmação, pois tinham um conceito de salvador que seria um rei que repudiaria as forças imperiais e que advogaria a favor dos necessitados (GOODING e LENNOX, 2014). Assim sendo, um Messias que permitia ser sacrificado por seus inimigos era uma contradição a essa ideia. Quando prenderam o Mestre, eles o abandonaram e fugiram, e, quando Cristo morreu, suas esperanças acabaram. A ressurreição de Cristo não apenas restaurou sua fé, mas aumentou infinitamente seus conceitos de salvação (GOODING e LENNOX, 2014).

Após a morte de Cristo, iniciou-se a pregação do Cristianismo, e os apóstolos saíram para pregar os ensinamentos do nazareno, o que gerou a perseguição deles (LARROYO, 1974). Neste cenário, surgiram os primeiros rudimentos da Educação Católica.

A Educação Católica tinha inicialmente um caráter doméstico. Os apóstolos iam às casas pregar o evangelho e “[...] cada casa cristã, era um santuário” (LARROYO, 1974, p. 257).

O Cristianismo é uma religião que tem como princípio a história de vida e a pregação do filho de Deus, Jesus Cristo (LARROYO, 1974), e o propósito de sua existência é dar testemunho da ressurreição de Cristo (GOODING e LENNOX, 2014).

O Cristianismo se desenvolveu no Império Romano e com ele conviveu durante cinco séculos aproximadamente. Surge, então, pouco a pouco, uma forma própria de ensino, não de caráter pedagógico, mas religioso, de preparação para a vida após a morte, e mais concretamente para o batismo, que se fazia na idade adulta (LUZURIAGA, 1977).

O surgimento do cristianismo operou uma profunda revolução cultural no mundo ocidental. A revolução do Cristianismo trouxe um novo homem e uma nova sociedade, reinventando os valores

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

ético-sociais de igualdade e solidariedade. Nasce, assim, um novo modelo de sociedade, insuflada pelos valores do Evangelho (CAMBI, 1999).

O Cristianismo não é uma filosofia, mas é apresentado à humanidade como uma religião revelada por Deus. Deste modo, o Cristianismo trouxe novos elementos para a investigação filosófica: questões como o homem, o mundo e a existência de um criador (SCIACCA, 1996).

Ao contrário das filosofias já existentes, como as de Platão e Aristóteles, que tinham como ideologia que a sabedoria era para poucos, o Cristianismo buscou uma educação para todos. Deste modo, a busca pela sabedoria aristotélica se enfraqueceu. Estas filosofias asseguravam a felicidade do homem no mundo, já a educação cristã tinha como princípio a salvação por meio dos ensinamentos cristãos, e o pensamento de vida após a morte levou a metafísica religiosa ao ideal da felicidade pela salvação, o que deu uma nova base para a educação (SANTOS 1945).

O medievo recebeu o Cristianismo com base no Velho Testamento. Apesar da Doutrina Cristã negar várias ideias do Antigo Testamento, o Cristianismo foi ensinado como se fosse um complemento do texto bíblico dos judeus (GUIRALDELLI,2008).

Com os decretos 312, 313 e 321 do imperador Constantino, o Cristianismo se tornou religião oficial do Império Romano (Monroe 1978). Tal fato trouxe uma modificação na educação romana: a educação que antes era dada pela família passou a ser papel da Igreja. A pedagogia, de boa parte do Ocidente, desta época, estava pautada em princípios religiosos do Cristianismo (CAMBI, 1999).

A escola passou a ser administrada pela Igreja, e, assim, as comunidades cristãs foram as primeiras instituições didáticas cristãs. Os catecúmenos eram os encarregados de ministrar as aulas, que tinham como objetivo a preparação para o batismo, isso nas escolas cristãs. Havia, também, as escolas pagãs, onde eram ministradas aulas de gramática e de retórica. Essas escolas eram frequentadas por quem queria assumir os cargos públicos nas profissões liberais (SCIACCA, 1996).

Com o Cristianismo apareceu um novo tipo histórico de educação, na qual Jesus seria um modelo perfeito de mestre. Pelo fato de ser Jesus o filho de Deus, foi dado a ele o título de mestre por excelência, e isso fica evidente em vários textos bíblicos (SANTOS 1945).

No Novo Testamento, com certa frequência, a palavra mestre é sinônimo de autoridade ou reverência. O evangelista Lucas a usa normalmente com o sentido de Senhor. Já nos evangelhos de Mateus, Marcos e João, Jesus é apresentado como Mestre ou Rabi. O próprio Jesus afirmou: "vós chamais o Mestre e Senhor e dizeis bem; porque eu o sou" (A BIBLIA SAGRADA, 1999, p.50).

Notamos que Jesus ensinava seus apóstolos, isto fica explícito em vários textos da bíblia, como em Lucas: "De uma feita, estava Jesus orando em certo lugar; quando terminou, um dos seus discípulos lhe pediu: Senhor ensina-nos a orar como também João ensinou aos seus discípulos. Então, ele os ensinou: Quando orardes, dizei: Pai, santificado seja o teu nome; venha o teu reino" (A BIBLIA SAGRADA, 1999 p. 70). Notamos que os cristãos usam Jesus como mestre ou modelo a ser seguido: "andar como ele andou" (A BIBLIA SAGRADA, 1999, p.80). Isto também está explícito em vários textos de Paulo de Tarso, entre eles podemos destacar o texto destinado aos gálatas: "Filhinhos meus

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

por quem eu sinto de novo as dores do parto, até que Jesus Cristo se firme em vós” (A BIBLIA SAGRADA, 1999, p.154). Mais do que isso, Paulo apresentou-se como modelo aos filipenses: “Sede meus imitadores, irmãos, e ponde os olhos naqueles que andam conforme o modelo que tendes em nós” (A BIBLIA SAGRADA, 1999, p.162). Fez o mesmo com os coríntios: “De fato, ainda que tendes dez mil preceptores em Cristo, não tendes todavia muitos pais, pois foi eu que vós gerei em Jesus Cristo por meio do Evangelho. Rogo-vos, pois, que sejais imitadores, como o sou de Cristo” (A BIBLIA SAGRADA, 1999, p. 163).

Poderíamos pensar que Paulo queria estabelecer uma apologia pedagógica, porém sua finalidade era outra. Ele acreditava no caráter libertador e teocêntrico do processo educativo cristão, no qual o mestre não só podia transmitir a doutrina de Cristo, mas também, e principalmente, dar testemunho de vida cristã (Mello, 2007).

Neste sentido, Paulo orientou a educação cristã, a qual buscava levar o cristão para a santificação e a seguir o exemplo e a doutrina de Cristo, é o que observamos nas palavras de Paulo para aos tessalonicenses:

[...] irmão, pois vos rogamos e suplicamos no Senhor Jesus que, como aprendestes de nós que deveis andar e agradar a Deus, assim andeis para ir progredindo cada vez mais. Com efeito, sabeis que preceitos vos dei, por parte de Jesus Cristo. Porquanto esta é a vontade de Deus, a vossa santificação [...] (A BIBLIA SAGRADA, 1999, p.170).

Ser semelhante a Jesus Cristo passou a ser um novo ideal para os cristãos, conforme mostra a pregação de Paulo de Tarso aos filipenses:

Porém, aquelas coisas que eu considerava como lucro, considere-as como perdas por amor de Cristo. E na verdade tudo isso tenho por perda perante o eminente conhecimento de Jesus Cristo, meu Senhor, pelo qual renunciei a todas as coisas e as considero como esterco, para ganhar a Cristo, e ser encontrado nele, não com a minha justiça que vem da lei, mas com aquela que nasce da fé, a fim de o conhecer a ele e à virtude da sua ressurreição e a participar dos seus sofrimentos, assemelhando-se à sua morte, para ver se de algum modo posso chegar à ressurreição dos mortos. Não que eu tenha já alcançado o prêmio e seja já perfeito, mas prossigo para ver se de algum modo o poderei aprender, porque eu também fui aprendido por Jesus Cristo. Irmãos, eu não julgo ter já alcançado a meta. Mas somente faço uma coisa: esquecendo-me do que fica para trás e avançando para as coisas que me estão diante, prossigo para a meta, para o prêmio da soberana vocação de Deus em Jesus Cristo (A BIBLIA SAGRADA, 1999, p.164).

Ao lado de Paulo de Tarso, destacam-se outros nomes como o de João, que, em seu evangelho, pregava os ensinamentos do filho de Deus: “Ninguém pode vir a mim se o Pai, que me enviou, não o atrair” (A BIBLIA SAGRADA, 1999, p. 79). Mais adiante afirma que “[...] o Paráclito, o Espírito Santo, a quem o Pai enviará em meu nome, ele vos ensinará todas as coisas e vos recordará tudo o que vos tenho dito” (A BIBLIA SAGRADA, 1999, p. 77).

A base para afirmar de que o conhecimento vinha de Deus, conforme dizia Paulo de Tarso, originou-se na negação da cultura greco-romana (MELLO, 2007).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Podemos observar isto em Coríntios, onde Paulo afirma: “[...] Porventura não convenceu Deus da loucura a sabedoria deste mundo? [...] o mundo não conheceu a Deus por meio da sabedoria” (A BIBLIA SAGRADA, 1999 p. 146). Com o mesmo vigor evangelizador, ele foi incisivo ao advertir os colossenses de que os ensinamentos comprometidos com a razão eram contrários aos caminhos da fé: “Vede que ninguém vos engane por meio da filosofia inútil e enganadora, segundo a tradição dos homens, segundo os elementos do mundo, e não segundo Cristo” (A BIBLIA SAGRADA, 1999, p.164).

Como educador, Jesus possuía um alto grau de sabedoria. Ele possuía a arte de interrogar e expor os ensinamentos aos discípulos, tendo, como principal ferramenta, o uso de parábolas (LARROYO, 1974).

Mas por que ele usava esse método de ensino? Na Bíblia, por meio do evangelista Mateus, encontramos a explicação:

[...] Os discípulos aproximaram-se dele e perguntaram: ‘Por que falas ao povo por parábolas?’ Ele respondeu: ‘A vocês foi dado o conhecimento dos mistérios do Reino dos céus, mas a eles não. A quem tem será dado, e este terá em grande quantidade. De quem não tem, até o que tem lhe será tirado. Por essa razão eu lhes falo por parábolas: ‘Porque vendo, eles não veem e, ouvindo, não ouvem nem entendem’. Neles se cumpre a profecia de Isaías: ‘Ainda que estejam sempre ouvindo, vocês nunca entenderão; ainda que estejam sempre vendo, jamais perceberão. Pois o coração deste povo se tornou insensível; de má vontade ouviram com os seus ouvidos, e fecharam os seus olhos. Se assim não fosse, poderiam ver com os olhos, ouvir com os ouvidos, entender com o coração e converter-se, e eu os curaria’. Mas, felizes são os olhos de vocês, porque veem; e os ouvidos de vocês, porque ouvem” (A BIBLIA SAGRADA, 1999, p.24).

No período que vai da morte de Jesus à época constantiniana, pessoas renomadas do Catolicismo organizaram boa parte das práticas educativas e teorias pedagógicas sobre a influência da cultura helenística e das comunidades cristãs (CAMBI, 1999).

Primeiramente a Igreja desenvolve uma ação educativa sobre a comunidade, isso estimulou-a a adotar para si uma cultura de governo religioso-civil, seguindo o modelo de administração romana (CAMBI, 1999).

Sobre o ponto de vista educativo/escolar, são dois aspectos que caracterizam os primeiros séculos do cristianismo: a imitação do personagem bíblico Jesus Cristo e a formação do cristão (CAMBI, 1999).

Essa educação era um embate contra a educação clássica. Esse novo modelo de educação saía dos moldes da educação greco-romana, que era destinada ao livre desenvolvimento e posta a serviço da *Pólis*, como Explicita Mello: “O fato de se apoiar na capacidade humana, em lugar de buscar a sabedoria proveniente de Deus manifestado em Cristo, explica o fato de o cristianismo ter negado o conceito grego de Paideia e sua similar romana, a humanitas” (MELLO, 2007, p.35).

Depois das invasões bárbaras, surgiu um novo tipo de escola elementar, de vasto alcance, a escola das igrejas rurais. O concílio Vaison de 529 ordena “a todos os sacerdotes encarregados de paróquia a receber jovens a fins de educa-los cristãmente” (LUZURIAGA, 1977).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

A maioria da população ficava sem instrução ou eram instruídos nas escolas romanas ordinárias até o desaparecimento delas com a invasão bárbara. Então, o ensino foi dado nos mosteiros, únicos mantenedores da educação e cultura (LUZURIAGA,1997).

Os Mosteiros eram o lugar onde era dada a educação formal. Os alunos recebiam, nestes locais, a orientação para a vida espiritual no sentido religioso, submetendo o processo formativo ao princípio da renúncia do prazer, necessário para purgar e disciplinar a vida das paixões e guiar a vida pela razão (CAMBI,1999).

Cada mosteiro deveria ser autossuficiente, e cada monge era submetido à renúncia do prazer da carne, e seu trabalho era de sete horas por dia na formação individual e na vida da comunidade (CAMBI, 1999).

Nos primeiros séculos da Igreja, os pensadores, que constituem a chamada Patrística, eram quase todos educadores, a maioria se formava nas culturas e filosofias grega e romana, especialmente no neoplatonismo e estoicismo (LUZURIAGA, 1997).

Após o grande conflito do século IV entre Paganismo e Cristianismo, que culminou com a vitória política e ideológica do Cristianismo, após o acordo realizado entre o cristianismo e o pensamento greco-helenístico, surgem pensadores como Santo Agostinho (CAMBI, 1999).

Agostinho viveu a reunificação do Império Romano, dividido por Deocleciano em 286, e viu a separação do império Romano com a morte do imperador. O Império Romano havia ficado mais próximo à cultura baseada na língua grega, e, por muito tempo, essas culturas foram bastante semelhantes (GUIRALDELLI,2008).

Podemos observar essas semelhanças com a cultura grega nas obras do bispo de Hipona. Sua filosofia se aproxima muito as obras de Platão, principalmente no que se refere ao conhecimento, porém ele colocou em seu pensamento um caráter cristão.

Sua obra tem como base o platonismo, contudo, com um viés cristão. Suas reflexões guiaram boa parte do pensamento cristão. No plano pedagógico, o santo doutor investigou os aspectos fundamentais de uma pedagogia com base religiosa. Essas investigações lhes deram soluções exemplares pela espessura cultural, pelo valor teológico e também pelo significado espiritual (CAMBI,1999).

Como muitos padres da Igreja, a maioria das obras de Agostinho foi inspirada pelos problemas ou pelas preocupações que atormentavam a Igreja de seu tempo, daí a importância dos escritos do bispo de Hipona (MARROU, 1957).

Entre seus escritos podemos encontrar também uma parte que ele se dedicava ao que podemos chamar de obras pedagógicas, tais como: *De Catechizandis rudibus*, *Doctrina christiana*, *De magistro*, entre outros (MARROU, 1957).

A compreensão da vida do santo doutor é necessária, pois há reflexo dela em seu pensamento e na sua obra. A crença que foi tirado por Deus de uma vida cheia de pecados o leva à convicção de que o homem precisa se afastar de sua vida material e voltar-se para seu interior.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Somente desta forma, segundo ele, o homem encontrará o verdadeiro conhecimento e, assim, a felicidade. Isso justifica o nosso próximo tópico, pois, para estudarmos a proposta de educação agostiniana, é necessário compreendermos os caminhos que o motivaram a seguir suas crenças.

VIDA E OBRA

O maior dos padres da Igreja e um dos pensadores mais importantes de todos os tempos, segundo Costa, se chama Aurelius Augustinus (Santo Agostinho). Ele nasceu na Tagaste, na província romana da Numídia na África (hoje conhecida por Souk-Hrás, na atual Argélia, localizada na parte norte da África), em 13 de novembro de 354 (COSTA, 2013).

Agostinho era filho de Patrício, um pagão que trabalhava como conselheiro municipal de Tagaste, que só se converteu ao cristianismo um pouco antes de falecer, em 371. Sua mãe era Mônica, cristã que teve um papel marcante na vida de Agostinho. Além do filósofo, Mônica e Patrício tiveram mais dois filhos: Navígio e Perpétua (COSTA, 2013).

Aurelius Augustinus iniciou seus estudos aos sete anos. Fez os primeiros estudos em Tagaste, onde recebeu os primeiros ensinamentos nas disciplinas de gramática, aritmética, latim e grego (SOUZA, 2001).

Em 365, aos onze anos, foi enviado à Madaura, para estudar educação geral. Ali Agostinho começou a se destacar entre seus colegas, e seus professores viam nele um futuro promissor (COSTA, 2013).

Sua personalidade era de um jovem crítico e insatisfeito, ansioso, de temperamento ardente, impulsivo e meigo (INSUNZA, 1995).

Aos dezenove anos, leu Hortensius de Cícero. Essa leitura despertou-lhe o gosto pela Filosofia e um amor intenso pela verdade. Outro fato importante de sua vida foi o de ter seguido os maniqueístas durante nove anos. Essa corrente defendia a tese de que existem duas entidades sobrenaturais: a do Bem (Deus) e a do Mal (Diabo), e essas duas forças agem sobre o homem.

Naquela época, Agostinho teve contato com a Bíblia, porém se decepcionou porque, para ele, diante da obra de Cícero, a Bíblia parecia simples e incorreta: “A sua simplicidade repugnava ao orgulho e a luz da minha inteligência não lhe penetrava no íntimo” (AGOSTINHO, 2007, p. 16).

Em Cartago, Agostinho fez um grupo de amigos para discutir questões filosóficas. Destas discussões, nasceu seu primeiro livro: *De Pulchro et Apto* (que significa: sobre o belo e o conveniente). Esta é a única obra dele que se perdeu com o tempo (COSTA, 2013).

A partir das leituras dos filósofos gregos e latinos, as respostas dos maniqueístas não lhe agradavam. Agostinho criou muitas expectativas com o bispo dos maniqueus. Após nove anos seguindo esta seita, finalmente havia chegado a hora de conhecer Fausto, o que ocasionou uma decepção por parte de Agostinho, pois Fausto não esclareceu suas dúvidas. Na obra *Confissões*, ele descreve:

[...] Em sua boca havia laços diabólicos e engodo pegajoso feito com as sílabas de teu nome, do nosso Senhor, Jesus Cristo, e do nosso Paráclito e Consolador, o

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Espírito Santo. Estes nomes nunca saíam de seus lábios, porém, só no som e ruído da boca, pois de resto, seu coração estava vazio de toda verdade (AGOSTINHO, 2000 p. 21).

O maniqueísmo não foi a única influência de sua vida. Em sua tese sobre bem e o mal, podemos encontrar influência do neoplatonismo, uma outra corrente importante na elaboração de suas teses (SALINAS, 2012).

Santo Agostinho sempre foi um buscador da verdade. Buscou-a no Maniqueísmo, bem como no Neoplatonismo. No entanto, antes de ele buscar explicações neoplatônicas, tornou-se cético (SALINAS 2012).

Sua busca pelo Neoplatonismo foi na intenção de saber sobre o Uno, pois se Deus é bom, como Ele poderia ser o autor do mal? Por isso, ele buscou o Neoplatonismo para obter resposta a essa questão, pois já não acreditava que poderia existir uma força boa ou má (ou Deus e o Diabo) que conduziria o homem a agir de determinada forma. Aristóteles defendia que não existe um efeito que não tenha procedência na causa; assim sendo, teria que mostrar como a criatura poderia ser má, uma vez que quem a criou é bom (SALINAS, 2012).

A solução achada por Plotino foi a teoria do Uno. Segundo ele, o Uno teria dado origem a todas as coisas, porém não as criou. O Uno não seria o Deus cristão, mas traz consigo algumas características divinas que foram assimiladas por Santo Agostinho. Esse Deus é o criador do universo, que não pode ser percebido pelos sentidos, mas pelo espírito (SALINAS 2012).

Agostinho levou para suas obras muito da teoria platônica, via neoplatônicos. Nesses pressupostos, o filósofo teve suporte para várias teorias, como a origem do mal (SALINAS, 2012).

Sua relação com o platonismo foi por via indireta, até porque ele tinha pouco conhecimento do idioma grego, isso lhe impediu a leitura direta dos clássicos. As obras pelas quais ele teve acesso nesse período foram de Porfírio (232-304 d.C) e Plotino (204-270 d.C.) (SALINAS, 2012).

Aos 32 anos, em um momento de angústia, teria ouvido uma voz de criança que dizia: “toma e lê, toma e lê” (em latim: *tolle et lege*). Nesse momento, Agostinho teria se levantado, colocando-se a procurar de onde vinha o som, mas apenas encontrou um livro sobre a mesa, era a Bíblia. Ele tomou o livro nas mãos e abriu na Epístola aos Romanos num trecho conhecido como "transformação dos crentes", os capítulos 12 ao 15, no qual Paulo delinea como o Evangelho transforma os crentes e seu comportamento. A epístola dizia: “Andemos honestamente como de dia, não em orgias e bebedices, não em impudicícias e dissoluções, não em contendas e ciúmes; mas revesti-vos do Senhor Jesus Cristo, e não vos preocupeis com a carne para não excitardes as suas cobiças” (A BIBLIA SAGRADA, 1993 p. 195). Tal passagem teria impulsionado sua conversão ao Cristianismo. Em 391, vai para Hipona, quando, por vontade do povo e do bispo Valério, Agostinho é indicado para o sacerdócio e, depois da morte de Valério, ele se torna bispo de Hipona (SANTO AGOSTINHO, 2000).

Além de intelectual preocupado com as questões de seu tempo, Agostinho era um bispo popular, que conversava com seu povo e os conhecia em seu íntimo, tomando ciência de suas

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

dificuldades. Por isso, ele escrevia cartas e sermões dirigidos a seus diocesanos amigos. Suas obras sempre tinham um propósito voltado, em parte, à solução dos problemas que preocupavam o Catolicismo na época. Suas principais obras são: *Contra os acadêmicos* (386); *Solilóquios* ((387); *Do livre-arbítrio* (388-395); *De Magistro* (389); *Confissões* (400); *Espírito e Letra* (412); *A cidade de Deus* (431-426) e *As Retratações* (413-426).

Em 28 de agosto de 430, após conversar com seu amigo Possídio, pediu que chamasse o presbítero e fez seu testamento e disse suas últimas palavras “tu és a misericórdia, senhor, e eu sou a miséria” (COSTA, 1999 p. 159).

O corpo de Agostinho foi enterrado na basílica Pacis de Hipona, mais tarde seus restos mortais foram transportado para a Itália e em 725 para Pavia, na catedral de São Pedro no Céu de Ouro, onde permanecem até hoje (COSTA, 1999).

Ao estudar a teoria do conhecimento em Agostinho, são criadas condições para explicações do fenômeno educativo nos primeiros séculos até o contexto atual. Discussões oriundas do pensamento agostiniano possibilitam uma visão mais crítica sobre a educação, até mesmo na atualidade. Desta forma, faz-se necessário compreendermos o pensamento do santo doutor sobre o conhecimento e os caminhos para chegarmos no verdadeiro conhecimento, pela teoria da iluminação divina.

A ILUMINAÇÃO DIVINA E A TEORIA DO CONHECIMENTO

Para Santo Agostinho, o importante para os seres humanos é alcançar a felicidade. Para isso acontecer é necessário a busca pelo conhecimento, pois: “Amar é conhecer a ele, esta é a vida bem-aventurada, que, se todos proclamam procurar, poucos são os verdadeiramente os que se alegram por ter encontrado” (AGOSTINHO 1987, p.46).

Agostinho demonstra que não devemos buscar a verdade dos sentidos externos, pois estes apenas mostram as aparências e não a essência das coisas. A doutrina agostiniana da sensação é a reinterpretação da doutrina de Plotino, pois, para ele, é a alma que atua sobre o corpo. Segundo o bispo de Hipona, a mente adquire noções sobre as coisas corpóreas pelos sentidos. Desta forma, o conhecimento sensível evidencia a alma, que leva a prova da existência de Deus (SOUZA, 2001).

A teoria do conhecimento agostiniana não pode ser separada da prova da existência de Deus. No livro *O Livre Arbítrio*, ele expõe a prova da existência divina e também sobre o conhecimento humano.

Na obra *O Livre Arbítrio*, o santo doutor apresenta a prova da existência divina e também sobre o conhecimento humano, que se inicia desde o pensamento sensível (do animal) até o pensamento intelectual ou abstrato (AGOSTINHO, 1995).

Nessa ideia, Agostinho mostra a ordem no mundo, bem como o grau de mutabilidade dos seres que o constituem e como a permanência desses seres condiciona o ser e a beleza, e as dimensões

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

de mutabilidade. Assim, ele define a hierarquia dos seres em graus de compreensão (CHÂTELET, 1983).

Agostinho prova a existência de Deus por meio das três funções de excelência crescentes: ser, viver e compreender. Desta três coisas: a pedra tem o ser, o animal tem a vida e o homem tem a existência, a vida e o intelecto. Nesta hierarquia, o homem é mais perfeito do que a pedra e o animal, porque ele, além de ser, viver e compreender, percebe esses três aspectos presentes na realidade, fazendo o uso da razão (CHÂTELET, 1983).

Inicialmente, analisa o homem pelos seus cinco sentidos corporais, porém ele observa que esses cinco sentidos não possuem conhecimentos da própria operação. Isto só é alcançado com o sentido interior, que é o segundo grau de conhecimento, a razão (SANTOS, 2001).

Agostinho também fala sobre a possibilidade do homem fazer o julgamento: “Ninguém contesta que os animais irracionais vivem e sentem. Do mesmo modo é aceito ser superior a eles a alma humana. Não pelo fato de ela perceber o sensível, mas pelo poder que ela tem de julgar” (AGOSTINHO, 1987 p.53).

Mas como o homem pode fazer o julgamento? Ele deve julgar pela razão, então, para isso, é necessário que, na consciência, haja algo que lhe é superior absoluto eterno e imutável, ele observa que isto é encontrado nas verdades matemáticas (SANTOS, 2001).

Logo após, Agostinho escreve sobre os números e a geometria, ou seja, as verdades matemáticas que nos fornecem uma prova de que existe uma verdade imutável, isso nos leva a refletir sobre os mundos inteligível e espiritual. Agostinho acredita que a matemática possibilita construir uma ordem de conhecimento mais segura e forma os espíritos da dialética da ascensão e de ideias puras (SOUZA, 2001).

Se existem coisas que não mudam, isso nos leva a refletir sobre o mundo inteligível e o mundo espiritual; por isso, o homem deve usar dessas verdades para construir seu conhecimento. A sabedoria, como os números, está na dependência da verdade, que é imutável, essa verdade, para Agostinho, só pode ser o próprio Deus (SOUZA, 2001).

Na obra *De Magistro*, Santo Agostinho nos fala que o método mais comum para a transmissão de informações é por meio da linguagem. Os gestos são, para ele, signos visuais, e as palavras são signos auditivos. O professor ensina o aluno por meio dos significados das palavras. Para que o aluno aprenda, ele precisa de um conhecimento prévio, uma vez que as palavras nos trazem lembranças de alguma experiência vivida. Desta forma, para explicar sua teoria do conhecimento, ele parte do Platonismo.

Platão (400 A.C) apresenta a teoria das formas, presente no diálogo *República*, onde aparece a alegoria da caverna. Esta é uma metáfora sobre a ilusão do mundo sensível, isto é, aquele apreendido pelos sentidos: tato, olfato, visão audição e paladar. Em oposição a este, há o mundo inteligível, apreendido pelo intelecto. A alma, para o filósofo grego, contempla todas as ideias do mundo inteligível, e, no momento da união com o corpo, esquece tudo o que havia conhecido antes. No

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

contato com o mundo sensível, ela se relembra do conhecimento em que algum momento já possuía. Porém, Santo Agostinho não concordava com a pré-existência da alma. Ele afirma que o conhecimento é lembrado pela iluminação da luz divina (SOUZA, 2001).

Esta teoria, na visão agostiniana, é uma ação de Deus na mente humana. É por meio dessa ação que o homem pode chegar ao verdadeiro conhecimento. Desta forma, Deus atua a todo o momento na vida do homem, possibilitando o conhecimento, conforme afirma Nunes:

No que diz respeito a todas as coisas que compreendemos, soa por fora, mas a verdade que dentro de nós, preside à própria mente incitados talvez pelas palavras a consultá-las. Quem é consultado ensina verdadeiramente, e este é Cristo, que habita como foi dito no homem inferior (NUNES,1978, p.222).

Para se chegar ao conhecimento, primeiramente o indivíduo precisa ter vontade de aprender. Isso é um papel inevitável na concepção de educação de Agostinho. Contudo, somente isso não é suficiente, pois para se atingir um verdadeiro conhecimento, é preciso a iluminação divina. Desta forma, é preciso que o homem se volte para seu interior, para somente assim adquirir conhecimento (SOUZA e MELLO, 2009).

Para o Santo Doutor, há tipos diferentes de luz interior: a luz sensível e a luz ordinária. Sobre essas luzes, Souza explica: “na qual vemos os corpos; a luz espiritual, ou olho o mesmo da alma, que é a mente, mas esta também é criada. E a luz superior é imutável, que não deve confundir-se com as anteriores”. (Souza, 2001, p. 20)

A educação proposta por Agostinho tem como característica principal a busca pela verdade, embora, segundo ele, quem transmita conhecimento para o indivíduo é Deus. O professor tem um papel fundamental nessa busca, já que acaba a ele o incentivo de se voltar para o interior, desta forma o mestre cria condição para o aluno chegar ao conhecimento (SOUZA e MELLO 2009).

Não podemos confundir a iluminação divina com uma iluminação sobrenatural. Para o santo filósofo, a própria natureza humana se faz como receptor da iluminação divina, porque, para ele, não há nada mais próximo a Deus do que a alma humana (SOUZA, 2001).

A diferença entre a teoria da reminiscência e a teoria da iluminação é que, na teoria da reminiscência, a alma humana precisa buscar uma memória no passado, e, na teoria da iluminação, o homem deve buscar a Deus e buscar a verdade, e Deus, vendo este sacrifício de uma busca incessante, ilumina a mente humana para que ela O conheça (SOUZA, 2001).

Santo Agostinho elaborou esta doutrina com base em Platão e Plotino, mas lhe imprimiu um caráter cristão. Para ele, Deus é a verdade eterna e imutável. Não conhecemos esta verdade por meio da teoria da reminiscência, mas sim por uma busca incessante por Deus. A razão humana serve para reconhecer a presença de Deus, e Ele, em sua infinita misericórdia, vendo que o homem não consegue chegar ao conhecimento sem Ele, ilumina-o, e este conhece a verdade (SOUZA, 2001).

Apresentados os dados centrais da vida e filosofia agostinianas e na crença de que a educação no Brasil pós-ocupação europeia foi fortemente influenciada pelos ideais pedagógicos do Catolicismo, passaremos para o ponto central deste artigo. Partindo do pensamento agostiniano, pretendemos fazer

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

um paralelo com ações pedagógicas no Brasil, almejando auxiliar na busca por uma solução para a crise da educação atual. Para isso, foi necessário analisar as obras *De magistro*, e *A instrução aos catecúmenos*, entre outras, sendo a última obra citada a que mais se aproxima do nosso objetivo. Desta forma, escolhemos analisá-la mais profundamente.

CONTRIBUIÇÃO DA OBRA *A INSTRUÇÃO DOS CATECÚMENOS* PARA AS AÇÕES PEDAGÓGICAS NO BRASIL

A primeira noção pedagógica escolar vivenciada no Brasil advém dos jesuítas, padres da Igreja Católica que faziam parte da Companhia de Jesus. Isso ocorreu quando Tomé de Souza chegou ao Brasil em 1549 e trouxe consigo os primeiros jesuítas que ensinavam os índios a ler, a escrever, a fazer artes e ofícios mecânicos. Os índios também aprendiam as práticas agrícolas e de criação de gado (ARANHA, 2006).

Neste período, as metrópoles europeias enviavam religiosos para o trabalho missionário e pedagógico, com a finalidade principal de converter os gentios e impedir que os colonos se desviassem da fé católica. Desta maneira, a educação que os jesuítas davam tinha como base a educação portuguesa, que era fundamentada na fé cristã. Além disto, a catequese pretendia também aprofundar seu método, visando moldar o cristão, direcionando-o para aquilo que ele deveria acreditar, fazendo o uso de uma metodologia elaborada para alcançar deste objetivo (ARANHA, 2006).

No século V, o catecumenato foi de grande importância para a Igreja, sendo uma das formas de converter as pessoas ao Cristianismo. Na introdução do livro *A instrução dos Catecúmenos*, Pe. Hugo de V. Paiva relata que, a partir das obras deixadas pelos maiores doutores da igreja, é possível notar a importância da função da catequese na igreja. Era utilizado na catequese métodos pedagógico e modelos que podemos, ainda hoje, utilizar em partes. (AGOSTINHO 1973).

Os primeiros padres deram início à obra sobre a teoria cristã e a educação com o intuito de catalogar as instruções morais do Antigo e Novo Testamentos. Essas obras influenciaram os padres posteriores. Inicialmente a catequese era restrita aos mosteiros e, mais tarde, a partir de Carlos Magno, foi estendida para além dos mosteiros com a criação de salas que atendia aos alunos (CASSIMIRO, 2004).

A Instrução dos Catecúmenos é fruto de uma solicitação feita, ao Bispo de Hipona, por um diácono por nome de Deogratias. Esse diácono apresentava algumas dificuldades em catequisar. Em resposta a Deogratias, Santo Agostinho redigiu a obra “*De Catechizandis Rudibus*”, que é um tratado teórico e prático sobre como catequisar. Esse tratado não contém apenas conselhos e técnicas isoladas, mas constitui um trabalho coesivo, simples e breve, desta forma o tratado aborda a escolha de temas até a maneira de ministrar esses conteúdos. A obra foi elaborada não apenas tentando atender ao pedido do diácono Deogratias, buscava, mas também para auxiliar os demais catequistas que apresentassem dificuldade na tarefa de catequisar. (AGOSTINHO,1973).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Algumas das dificuldades apontadas na obra ocorrem nos dias atuais: a falta de interesse em aprender por parte do educando, o desânimo dos professores por achar que suas aulas parecem ser desinteressantes aos alunos, apesar de seus esforços para ensinar, e, ainda, os alunos reclamam por acharem que seus professores não conseguem se expressar de forma clara e objetiva. Esses foram alguns dos principais problemas relatados entre professores de escolas do município de Campo Mourão, Paraná, e também por alunos do ensino médio do mesmo município (informações colhidas por meio de entrevistas).

Santo Agostinho, no tratado, fala como um professor deve agir em classe para tornar suas aulas mais interessantes. Nele, Santo Agostinho aponta as seis causas do aborrecimento, causas que ainda encontramos na atualidade. Sendo a primeira causa do enfado, segundo Agostinho, o professor ficar com a impressão de que suas aulas parecem vulgares e sem brilho. Este problema foi relatado por duas professoras da rede municipal de ensino de Campo Mourão. Para resolução deste problema, Agostinho diz que o professor precisa falar de igual para igual com os educandos.

Aparece na obra, como segunda causa do enfado, o fato professor, muitas vezes, encantar-se com os próprios pensamentos e não saber se expressar. Foi relatado, que isso ainda ocorre, por um aluno do Ensino Médio de um colégio estadual de Campo Mourão. Para a resolução deste problema, Santo Agostinho afirma que o professor não deve ser egocêntrico e deve desempenhar sua função com contentamento.

Para Santo Agostinho, a terceira causa do enfado acontece porque os professores se lamentam em ter que voltar todos os anos aos mesmos assuntos. Para isso, ele diz que os professores precisam adaptar os assuntos aos novos ouvintes e, assim, o assunto parecerá novo. Concordamos com Agostinho, pois o professor deve deixar sua comodidade e estar em constante pesquisa, adaptando-se aos novos conteúdos e aos novos alunos, visando sempre o desenvolvimento das funções intelectuais de seus alunos.

A quarta causa do enfado relatada por Agostinho e por professores é que, às vezes, o professor se aborrece com o desinteresse dos alunos. Os professores apontam isso como uma das causas de indisciplina, o que dificulta o trabalho docente na atualidade. Uma professora afirmou: “O que mais me irrita é fazer tanto esforço e não ter reconhecimento dos alunos... E olha: tive mais de 400 alunos, mas somente uns 15% tem interesse real em estudar!”

Neste caso, segundo Agostinho, o professor deve manter a calma, fazer perguntas para ver o que eles entendem e procurar chamar a atenção dos ouvintes.

A quinta Causa do enfado para quem fala aos catecúmenos seria que alguns professores se enfadam por acharem que a aula pode ser perda de tempo. Neste caso o santo doutor diz que devemos pensar que dar aula não é um prazer, mas uma obrigação. Alguns professores reclamam da não valorização da profissão, mas para que a nossa profissão seja valorizada temos que começar por nós mesmo. Não podemos achar que nossas aulas são perda de tempo. Caso isso venha a acontecer, é importante mudarmos nossa metodologia e nossa didática em ensinar. Dar aula é uma questão de

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

escolha. Ao escolhermos esta profissão temos a obrigação de trabalhar de forma adequada pensando sempre que é por meio de nosso trabalho que o aluno irá se desenvolver e mudar sua visão de mundo.

A sexta causa do enfado relatada no tratado e por alunos entrevistados do Ensino Médio é que os professores trazem consigo problemas pessoais. Isto foi afirmado por alguns alunos, que afirmam, ainda, que existem professores que têm problemas pessoais com os próprios alunos e isso acaba influenciando no processo de ensino e aprendizagem. Para isso, Agostinho sugere que cabe ao professor saber que os alunos não têm culpa de sua situação, e este deve animá-los com pensamentos positivos (AGOSTINHO, 1973).

Agostinho teve um cuidado para que todas as pessoas, independentemente de seu grau de conhecimento, conseguissem aprender e se interessar sobre o conteúdo estudado. Por isso, nesta obra, ele colocou diferentes técnicas para se alcançar esse resultado (SALINAS, 2012).

Uma das queixas apresentadas por Deogratias era em relação ao enfado que ele sentia muitas vezes ao falar com seus alunos. Agostinho, sobre este ponto dizia que quando somos ouvidos com atenção e quando trabalhamos com prazer, a direção de damos a nossa aula é diferente. O que interfere no aprendizado é a maneira que nós narramos a aula, por isso devemos fazê-la com alegria e de forma agradável (AGOSTINHO, 1984).

Agostinho preocupou-se, sobretudo, em como abordar os acontecimentos bíblicos durante a catequese, de modo a apresentar a história da salvação de maneira a narrá-la de forma adequada, estabelecendo a forma correta de se como fazê-lo: “a Catequese começa no Gênesis e termina nos tempos atuais da Igreja” (AGOSTINHO, 1984, p.11).

Desta forma, o catequista deve escolher o que é indispensável para ser ressaltado, priorizando os fatos mais importantes e de maior significado: “a catequese vai direto ‘aos fatos mais admiráveis’ [...] isto é, tratar dos acontecimentos com maior significado religioso” (AGOSTINHO, 1973, p.12)

Esta é uma boa dica para os professores, pois estes devem saber ensinar o conteúdo sempre ressaltando o que é de mais importante e indispensável para a vida do aluno, sempre mostrando onde ele vai utilizar aquele conteúdo em seu cotidiano.

O professor, no contexto atual, deve ter um objetivo ao ensinar determinado conteúdo, procurando sempre intervir, provocando avanços no desenvolvimento do aluno. Por isso, ele deve ter um objetivo ao ensinar. Agostinho também fala que o professor precisa de um objetivo que, no caso da catequese, é a salvação. Neste sentido, ele ressalta:

O objetivo da catequese da História da Salvação é, pois, suscitar uma expectativa ou uma vida, cheia de fé, esperança e amor que, a partir da manifestação das escrituras, descobre o amor agindo em toda a história humana. (AGOSTINHO, 1973, p.11)

As instruções são ministradas no intento de que o instruído almeje a caridade, cujo fim maior é a prática do amor. Desta forma, a instrução visa moldar as pessoas, para que se tornem caridosas e crentes no amor de Jesus. Objetiva-se, assim, que os indivíduos tenham esperança na salvação.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

É importante considerar que cada pessoa busca o conhecimento bíblico por motivos diferentes. Assim sendo, o professor precisa investigar o porquê da pessoa querer ter determinado conhecimento. Agostinho ressalta que o catequista precisa desenvolver o desejo do catequizando em se tornar cristão: “De fato, não sabemos em que momento vem com o espírito aquele cujo corpo já vimos presente. Devemos agir de maneira que se desenvolva nele, se o não tem, o desejo de cristianismo” (AGOSTINHO, 1984, p.45).

É razoável considerar que o período que Agostinho viveu e elaborou suas concepções sobre educação é diferente dos tempos de hoje, embora alguns problemas semelhantes ainda sejam relatados por professores da atualidade. Contudo, devemos considerar que as condições materiais de produções e de circulação de ideias eram precárias. Apesar disso, a produção intelectual na Idade Média foi rica e original, porém os intelectuais deste período ainda são muito pouco conhecidos por boa parte dos educadores, o que é lamentável, pois alguns de seus pensamentos ainda poderiam ser utilizados para o melhoramento da sociedade. Neste sentido, Nunes nos afirma:

Pode-se reconhecer o valor dos grandes literatos, dos cientistas, dos governantes, dos líderes religiosos, dos artistas, mas as suas obras só devem merecer contemplação num estudo de História da Educação, se tiverem efetivamente contribuído para o patrimônio das ideias pedagógicas ou se tiverem influenciado as instituições ou as atividades educacionais (NUNES, 1979, p. 1-2).

Ao estudar pensadores como Santo Agostinho, possibilita-se ter melhores condições para pensarmos no fenômeno educativo, dos primeiros séculos até o contexto atual. Discussões neste sentido nos permitem ter uma visão mais crítica sobre a educação, à medida que visualizamos os pareceres de modo que podemos relacionar as antigas propostas educacionais, identificando o que ainda ocorre o que podemos utilizar para o melhoramento da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos nestas breves páginas que a educação proposta por Agostinho tem como característica principal a busca pela verdade, embora, segundo ele, quem transmite conhecimento para o indivíduo é Deus. O professor tem um papel fundamental nessa busca, já que cabe a ele o incentivo de se voltar para o interior, desta forma o mestre cria condição para o aluno chegar ao conhecimento.

Nesta concepção, para Santo Agostinho, os professores nada ensinam. No entanto eles têm o papel importante de motivar os educandos para o conhecimento, sendo, assim, uma espécie de facilitador para se chegar ao conhecimento. Deste modo, os educandos só poderão aprender se recorrerem a Deus, sendo que o conhecimento somente é atingido com a iluminação divina.

A partir da leitura da obra *A Instrução dos Catecúmenos* estabelecemos um paralelo entre a obra de Agostinho e a pedagogia vivenciada no Brasil. Vimos que a educação atualmente esta posta num cenário de crise, e, conforme observado, problemas que aconteciam no processo educacional na época que Agostinho viveu, ainda acontecem. Vimos, ainda que a filosofia de agostinho ajudou a

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

resolver alguns desses problemas em seu tempo e pode ser usada para resolver algumas dificuldades encontradas por professores no contexto contemporâneo

Ao estudarmos a educação proposta por Santo Agostinho, acreditamos que é possível encontrar condições para melhor compreensão do fenômeno educativo e solução para problemas recorrentes no processo educacional.

REFERÊNCIAS

- BÍBLIA. Português. **A Bíblia Sagrada**. Barueri: Sociedade bíblica do Brasil, 1999.
- COSTA, Marcos Roberto Nunes. **Santo Agostinho: um gênio a serviço da fé**. Porto Alegre: EDIPUCRUS, 1999.
- COSTA, Marcos Roberto Nunes. **10 lições Sobre Santo Agostinho**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1993.
- GHIRALDELLI, Paulo Junior. **História da Filosofia: dos pré-socráticos a Santo Agostinho**. São Paulo: Contexto, 2008.
- GOODING, David. LENNOX, John. **A Definição do Cristianismo**. Porto Alegre: A verdade, 2014.
- LARROYO, Francisco. **História Geral da Pedagogia**. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1974.
- LUZURIAGA, Lorenzo. **História da Educação e da Pedagogia**. São Paulo: Nacional, 1977.
- MARROU, H. **Santo Agostinho e o Agostinismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1957. (Coleção Mestres Espirituais. 2 v.)
- MELLO, José Joaquim Pereira. **O cristianismo e a Cultura Clássica: oposição ou integração?** Rev. Teoria e Prática da Educação, v. 14, n. 2, p. 33-45, maio./ago. 2011.
- SALINAS, Walmir Ruis. **A Docilização do Corpo em Santo Agostinho, a partir de sua Educação Doutrinária**. 100 f. Dissertação (Mestrado em- Educação) – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, Maringá, Paraná, 2012.
- SANTO AGOSTINHO. **A Instrução dos Catecúmenos**. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes Limitadas. 1973. Tradução de Maria da Glória Novak.
- _____. **De magistro**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Tradução de J. Oliveira Santos.
- _____. **Confissões**. São Paulo: Nova Cultural, 2000. (Coleção Os Pensadores).
- SOUZA, José Zacarias de. **AGOSTINHO: Buscador inquieto da verdade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.



A TEORIA DAS CLASSES: O ESTUDO SOBRE UM TEMA ATUAL CRUCIAL¹

Monica Nagabe (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus de Apucarana. Email: monicasyqueira@hotmail.com

Elson Alves de Lima (Orientador)
Unespar/Campus de Apucarana. Email: limaelson@bol.com.br

Palavras-chave: Teoria das Classes. Capital X Trabalho. Marxismo.

INTRODUÇÃO

Este estudo teve por objetivo compreender, no contexto da teoria das classes sociais, a problemática que envolve a relação entre centralidade *versus* não centralidade do trabalho. Tal teoria oferece uma análise científica inescapável da realidade concreta ao destacar a estruturação desigual da sociedade e a complexa formação e composição das classes sociais no interior da sociedade capitalista, além de seus engendramentos mais profundos, bem como a sua articulação e sistematização do capital com o próprio trabalho e vice-versa.

Assim, nos propusemos a recuperar o debate entre Karl Marx (1818-1883) e André Gorz (1927-2007) como sendo bastante significativo, na medida em que contribui para o avanço acerca da compreensão e do aprofundamento da luta de classes por meio das classes sociais. Nosso entendimento é de que o estudo mais aprofundado sobre a Teoria das Classes é de fundamental importância nesse sentido, pois tenta-se repetir “hipocritamente: os homens são iguais. Mas desde há longo tempo que a desigualdade mais vil e mais monstruosa pesa insolentemente sobre o gênero humano” (BABEUF, 1796).

Neste sentido, o referido trabalho está ancorado sob uma reflexão teórico-metodológica crítica e de base marxista, onde o presente texto inscreve-se como sendo de natureza bibliográfica, entre fontes primárias e secundárias, através de livros, revistas e periódicos científicos, tendo como método de investigação social o Materialismo Histórico e Dialético. Tal método pressupõe uma análise capaz

¹ *A priori*, é preciso ressaltar que esta pesquisa é fruto do Projeto de Pesquisa Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (TIDE) também intitulado "A Teoria das Classes: o estudo sobre um tema atual crucial", proposto pelo docente - Elson Alves de Lima - ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), Curso de Serviço Social, da UNESPAR – *Campus* de Apucarana/PR. Parte desta pesquisa foi apresentada no II Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos, III Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais e II Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental, realizado no período de 04 a 07 de julho de 2017, na Universidade Estadual de Londrina – UEL – *Campus* Universitário, no formato de pôster e teve seu desdobramento com a formação do “Grupo de Trabalho Acadêmico”, proposto pelos estudantes que participam do mesmo, enquanto um local de discussão, debate e disseminação da produção realizada para a comunidade universitária e para os demais interessados nessa temática.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

de ultrapassar as interpretações positivistas e pós-modernas da realidade, ao não se limitar a interpretar os fatos de forma subjacente, aparente e imutável, todavia dimensionando o alcance dessa discussão em torno da dialética da centralidade *versus* não centralidade do trabalho no tempo e no espaço histórico observado, ressaltando a repercussão teórica na atualidade em torno de um dos temas mais instigantes de estudo, o da Teoria das Classes, capaz de contribuir para o vigor da teoria marxista, além de dar visibilidade a Ciência Política de matriz teórico-crítica.

A perspectiva marcadamente crítica da realidade adotada merece também ser destacada aqui. A contribuição pretendida apresenta uma discussão ainda em aberto e extremamente atual no campo das ideias, da produção de conhecimento crítico e da própria prática social. A sua grande valia ocorre numa dimensão processual de formação pessoal, profissional e acadêmica mais densa de todos os seus integrantes.

Assim sendo, o nosso artigo está estruturado sob as seguintes premissas: no primeiro capítulo procuramos mostrar de maneira sintética a estrutura da sociedade capitalista e seus aspectos mais pungentes, deixando claro que não há uma relação harmônica entre capital e trabalho e vice-versa. Num segundo capítulo, enfatizamos a importância da discussão da temática do trabalho na atualidade, correlata sobre seu papel, gravitando em torno da discussão rumo à centralidade do trabalho. Em seguida, por fim, recorreremos ao debate entre Karl Marx e André Gorz em torno da centralidade *versus* não centralidade do trabalho para localizarmos os eixos norteadores que dão suporte à própria Teoria das Classes. A guisa de uma conclusão procuramos evidenciar os impactos da não centralidade do trabalho sobre o conjunto da classe trabalhadora na atualidade.

ESTRUTURA DA SOCIEDADE CAPITALISTA E SEUS ENGENDRAMENTOS MAIS PROFUNDOS

Marx e Engels (2005) apresentam, em uma das frases mais célebres do *Manifesto Comunista*, que a “história de todas as sociedades existentes é a história das lutas de classes”. O que equivale a dizer, parafraseando Bukharin (1921), que qualquer mudança importante seja na vida social, seja na passagem da sociedade de uma forma a outra, só se realiza por meio de um confronto sem tréguas entre as classes.

As contribuições acima traduzem a análise do desenvolvimento da história, desde as sociedades mais remotas até os dias atuais, passando por diferentes modos de produção, pela estruturação das sociedades entre as classes sociais e pelo papel que a luta de classes desempenha nesse contexto. Indubitavelmente, observam-se inúmeros confrontos entre as diferentes classes sociais. O conhecimento oferecido pela Teoria das Classes, sob o entendimento dado pela teoria de Marx, permite observarmos adequadamente essa forma específica de estruturação da sociedade capitalista, ao constituir-se sob duas classes distintas - a burguesia e o proletariado - a classe exploradora de um lado;

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

e, de outro, os assalariados, a classe explorada que não possui a propriedade, ou seja, os meios de produção².

A sociedade capitalista, estruturada em torno das classes sociais, coloca em campos inimigos e opostos: o capital e o trabalho respectivamente. Dessa forma, não é possível pensar a produção de mercadorias sem acionarmos o trabalho e o capital e vice-versa. Os proprietários dos meios sociais de produção representam a classe minoritária, isto é, a classe burguesa e capitalista, na qual detém o poder e ditam como o trabalho deve ser pensado e executado. Por outro lado, a classe proletária representa a classe moderna dos trabalhadores que vivem do salário e que não possuem os meios próprios para sua produção e ficam submetidos e dependentes à venda da sua força de trabalho para sua sobrevivência. Por conta dessa baliza desigual de estruturação de classes, o trabalho possui numa determinada condição e o capital outra, portanto, não há uma relação de igualdade entre ambos, uma vez que o trabalho fica em desvantagem em relação ao capital.

Não há como pensarmos nessa estruturação da sociedade capitalista sem mencionar as classes e não temos como falar destas sem tocar na questão central do trabalho, pois a divisão de classes está intrinsecamente ligada à dialética que engloba a análise acerca dos diversos modos de produção³ que o homem cria para dominar e transformar a natureza e, assim, obter e distribuir bens a seu favor.

Deste modo, o movimento acerca da discussão da teoria das classes sociais gravita sob a relação entre capital *versus* trabalho e esta relação é condição *sine qua non* para sua própria sobrevivência. Se “a condição essencial para a existência e supremacia da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de particulares, a formação e o crescimento do capital; a condição de existência do capital é o trabalho assalariado” (MARX; ENGELS, 2005, p. 51).

A estruturação desigual do capital faz com que o trabalho seja o grande elemento de disputa social, política, econômica, cultural. O que garante, por sua vez, um posicionamento de destaque para quem melhor acessa aos bens sociais e o faz numa condição mais privilegiada, daqueles muitos que não conseguem ou não tem condições de fazê-lo. A localização precisa da relação entre o capital e o trabalho e vice-versa, permite com que possamos identificar a própria Teoria das Classes⁴.

A demarcação da divisão da sociedade de classes, no contexto da sociedade capitalista moderna, permite a localização mais precisa também da propriedade privada. Em sua defesa ou contra a propriedade privada observaremos uma clara rivalidade de classes, uma relação contraditória

2 Lembrando que esta definição pode ser encontrada no Manifesto Comunista (2005) - Nota de F. Engels à edição inglesa de 1988.

3 Aqui é suficiente mencionarmos que os modos de produção existentes foram: o da comunidade primitiva, o escravismo, o antigo regime feudal e o capitalismo. A forma histórica de sociedade que deve suceder o regime capitalista é o socialismo rumo ao comunismo, segundo Marx (2005).

4 Discussões realizadas pelo Projeto “A Teoria das Classes: o estudo sobre um tema atual crucial” e sistematizadas pelo “Grupo de Trabalho Acadêmico”, no interior da Unespar *Campus* de Apucarana/PR, realizadas por meio da participação do Professor Mestre Elson Alves de Lima, além de discentes e da comunidade acadêmica em geral (informação verbal, 2016).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

marcada pela desigualdade, o que corrobora para a formação de uma oposição de ideias que se expressam nas estruturas dessa mesma sociedade capitalista⁵.

A divisão social capitalista entre classes permite uma divisão entre os que pensam e aqueles que executam o trabalho, bem como daqueles que trabalham e não lucram e daqueles que não trabalham e lucram muito, tendo início à divisão social e desigual do trabalho e entre toda a sociedade em que vivemos.

Implica dizermos, portanto, que há uma submissão das ideias e do pensamento da classe dominada ao pensamento da classe dominante, além da submissão do trabalho aos ditames do capital, sob uma dominação coercitiva-persuasiva de classe que é também ideológica. Nesse sentido,

A divisão do trabalho alcança um patamar superior quando se separam o trabalho manual do trabalho intelectual. Este último passa a ser função privilegiada de certo segmento da classe, o qual se dedica a pensar. A tarefa exclusiva de pensar se enobrece, enquanto se envilecem as tarefas exigentes de esforço físico, entregues aos indivíduos das classes dominadas e exploradas (GORENDER, XXXVIII-XXIX, 2001).

A reflexão realçada acima revela com nitidez e parece responder a uma das questões postas pela pós-modernidade, ou seja, a de negar a todo o momento essa dicotomia entre capital *versus* trabalho, ao negar também as contradições sociais. Ora, não é possível pensarmos numa relação harmônica entre as classes sociais na sociedade capitalista, conforme nos aponta Nascimento (2011):

Nesta sociabilidade do capital, não acreditamos na possibilidade da solidariedade entre classes distintas, com interesses divergentes e, fundamentalmente, contraditórios. A lógica de solidariedade (para além das classes) é parte do discurso dominante que visa sedimentar consensos no interior das classes trabalhadoras (NASCIMENTO, 2011, p. 95).

Está lógica de solidariedade e união entre as classes não coaduna com a perspectiva de classes que não seja sob a ótica do capital. O discurso de harmonia entre as classes pressupõe uma fragmentação e mistificação da sociedade e também o ocultamento da realidade complexa, num total descolamento acerca do contexto histórico, culminando com a negação do conflito e dos interesses de classe.

Entretanto, é preciso considerar que o capitalismo para reproduzir-se, necessita cristalizar alguns dogmas, petrificar as relações sociais, negar a todo instante os seus contrastes mais intrínsecos. Sob tal ponto de vista, como então falarmos de uma ordem de superação capitalista sem tocar na questão dos antagonismos de classe ou da propriedade privada concretamente? O que é o capitalismo

⁵ Cabe pontuar aqui que a existência desse contraste entre classes opressoras e classes oprimidas, independente de cada tipo de inserção social, conquanto, a sociedade burguesa moderna, que decorreu da decadência da sociedade feudal, não anulou os conflitos e a rivalidade entre as classes. Não fez mais do que designar novas classes, novas condições de arbitrariedade e jugo, além de outra forma de luta em lugar das que existiram no passado, uma vez que: “todos os movimentos históricos têm sido, até hoje, movimentos de minorias ou em proveitos de minorias” (MARX; ENGELS, 2005, p. 50).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

senão a luta de classes? Quando se escamoteia a força que a luta de classes exerce, retira-se a essência de uma estrutura de sociedade que é ou está desigualmente colocada, ofuscando diretamente a possibilidade histórica de transformação da realidade social.

Parece-nos fundamentalmente, sob tais aspectos, discutirmos sobre a questão da centralidade do trabalho. Por que discutir sobre o processo de trabalho atualmente? A categoria trabalho não é mais essencial e nem central na sociedade contemporânea? O trabalho já teria chegado ao fim? O entendimento acerca desse mecanismo de funcionamento é imprescindível para ser observado à medida que se procura, num primeiro momento, promover uma reflexão mais aprofundada em torno de tais questões.

A IMPORTÂNCIA DA DISCUSSÃO DA TEMÁTICA DO TRABALHO NA ATUALIDADE

Uma das temáticas que norteia essa nossa discussão é aquela que engloba a categoria trabalho como fundante do ser social, mesmo diante de variadas concepções de trabalho observadas na atualidade, o estudo foca na apreensão dessa categoria sob a perspectiva de Karl Marx.

A partir desse marco teórico poderemos melhor observá-la, problematizando-a diante dessas outras perspectivas oferecidas sob a ótica do capitalismo. Entendemos que a pertinência dessa temática garante substrato às discussões acerca da lógica de estruturação e composição das classes sociais, além de refletir sobre as teorias que envolvem a tese da centralidade do trabalho, desmistificando aquelas que tratam da chamada não centralidade do trabalho, para que possamos entender de fato e, na essência, a lógica de articulação e sistematização do próprio capital e o papel que as classes sociais desempenham nesse contexto.

Devemos pensar o trabalho não apenas enquanto uma mera atividade física, mas capaz de revelar-se como um ato consciente e que possui subjetividade ao definir uma certa identidade; extrapolando a mera definição de costumes e concepções de vida, problematizando-o não somente como uma rotina diária qualquer, mas sem dúvida, seguindo o entendimento de Engels (1876, p.4), ou seja, o do trabalho enquanto “[...] a condição básica e fundamental de toda vida humana”, extrapolando inclusive o que nos diz Albornoz (2009, p.104), isto é, “tão fascinante quanto o salário no final do mês”.

Sobre o papel do trabalho: gravitando em torno da discussão sobre a centralidade do trabalho

A concepção de trabalho que estamos analisando é aquela que defende esse mesmo trabalho enquanto condição ontológica⁶ do homem, isto é, que constitui o homem enquanto ser humano e, portanto, social.

⁶ Sobre os princípios ontológicos ver especialmente Lukács (1979).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

De acordo Engels (1876), o trabalho não é só uma fonte de riqueza como dizem alguns economistas, mas é basicamente a condição fundamental da vida humana, tendo afirmado que o trabalho criou o homem determinado, dando origem às transformações ocorridas desde os primeiros hominídeos até a sua constituição humana mais acabada.

A partir do processo de humanização, respectivamente, foram criadas a agricultura, a fiação, a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria, a navegação, o comércio, os ofícios, as artes, as ciências, as nações, os Estados, o direito, a política e a religião. Simultaneamente, ao criar novas condições objetivas para satisfação humana, possibilitou o surgimento de novas necessidades sociais, como também, a criação do mundo espiritual, de hábitos, costumes, valores e o principal, ou seja, a consciência, a capacidade de pensar, de raciocinar, diferenciando-se dos demais animais.

Do ponto de vista da análise marxiana, a atividade de raciocinar e projetar as imagens daquilo que será realizado, cuja ação é justamente o trabalho, encontra-se a centralidade do ser humano, enquanto constituinte do ser social. O que eles produzem é o que eles são. Sem o qual, indiscutivelmente, não existiria a sociedade, a história, e muito menos, a espécie humana.

O DEBATE ENTRE KARL MARX E ANDRÉ GORZ EM TORNO DA CENTRALIDADE VERSUS NÃO CENTRALIDADE DO TRABALHO

Nosso entendimento é o de trazermos à tona o debate entre Karl Marx e André Gorz acerca do trabalho, dos trabalhadores e de seu papel revolucionário como classe social. Tal debate tem norteado as discussões em torno da chamada Teoria das Classes.

Para Karl Marx (1818-1883) pensador alemão, o trabalho possui uma relação vital para o humano, ou seja, o trabalho é fundante para o ser social. O trabalho realmente humanizaria a chamada humanidade humana. Ou ainda, o trabalho distancia o homem do conjunto dos demais animais. Por ser fundante, o trabalho garante uma posição humana de destaque em relação à natureza. O homem vai até ela para poder suprir suas necessidades sociobiológicas ou sociometabólicas numa condição mais favorável em relação aos demais animais, por se utilizar da consciência, da razão. Ele somente o fará através do trabalho⁷.

Por sua vez, a teoria das classes sociais é balizada também por um grupo de autores liderados por André Gorz (1927-2007), que em sua obra *“Adeus ao Proletariado: para além do socialismo”* (1980), obra essa publicada no Brasil em 1982, pela Editora Forense Universitária, destaca o chamado fim do trabalho⁸.

O entendimento de Gorz é de que a finitude do trabalho colocaria um problema para o movimento operário e, conseqüentemente, para o marxismo do início dos anos 80. Gorz desenvolve

⁷ Reflexões extraídas do Projeto “Grupo de Trabalho Acadêmico” da Unespar Campus Apucarana/PR (informação verbal, 2017).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

sua narrativa tendo por eixo tal discussão. A sua indagação é a seguinte: o proletariado teria condições de caminhar para uma revolução social ou não?

Diferentemente de Marx, Gorz (1982, p.26) nega que a capacidade revolucionária esteja nas mãos do proletariado, pois o “[...] capitalismo produziu uma classe operária que, em sua maior parte, não é capaz de se tornar dona dos meios de produção e cujos interesses diretamente conscientes não estão de acordo com uma racionalidade socialista”.

O argumento de Gorz concentra-se, sob uma lógica contemporânea, na fragilização da classe trabalhadora e no retrocesso da ação sindical em decorrência das mudanças históricas ocorridas desde os dos anos de 1970 em diante, especialmente com a crise estrutural do petróleo movida pela lógica do capital. Todavia, Gorz não aponta saídas satisfatórias para o problema que teria levantado.

Desse modo, chegamos à questão central apontada por Gorz, ou seja, de que a partir da década de 70, diante das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, fizeram com que o proletariado não tivesse condições de caminhar rumo a uma revolução social, pois a classe proletária seria “onipotente” coletivamente, “totalmente incapaz” e “impossível” de se tornar sujeito consciente e, assim, o trabalho possivelmente já teria chegado à sua finitude ou não seria mais a estrutura primária nesse tipo de sociedade. Gorz (1982) é enfático a esse respeito:

A **onipotência coletiva** de uma classe produtora do mundo e da história é **totalmente incapaz de se tornar sujeito consciente de si em seus membros**. A classe que, coletivamente, desenvolve e põe em ação a totalidade das forças produtivas, é **incapaz de se apropriar dessa totalidade**: de submetê-la a suas próprias finalidades e de percebê-la como a totalidade de seus próprios meios. Em resumo, o trabalhador coletivo permaneceu exterior aos proletários. O desenvolvimento capitalista deu-lhe uma estrutura tal que é **impossível** que os proletários de carne e osso se reconheçam nele, identifiquem-se com ele, interiorizem-no como sua realidade e sua potência próprias (GORZ, 1982, p.40, grifo nosso).

A tese de Gorz, acerca da incapacidade proletária em tomar as rédeas da revolução proletária, inviabilizaria qualquer projeto revolucionário da classe trabalhadora.

Para Marx e alguns autores marxistas como Granemann (2009, p.2), o oposto de Gorz se coloca. Na medida em que, pelo fim do trabalho, “[...] já não haveria validade nas formas de organização típicas do trabalhador e nem teria mais lugar para a construção da ciência e dos instrumentos políticos de luta dos trabalhadores estaria, irremediavelmente, superada a possibilidade da classe para si”. O fim do trabalho na verdade presumiria o fim da consciência e, por conseguinte, os trabalhadores já não teriam mais capacidade de organização para uma luta política, haja vista que se o trabalho pressupõe uma atividade racional de seres pensantes, dispondo de capacidade teleológica e projetiva, a sua finitude decretaria o fim da tomada de consciência da classe trabalhadora. Por conseguinte, sob tal ponto de vista, seria impossível, tal qual apontado por Gorz, decretar o chamado “fim do trabalho”.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

De acordo ainda com Gorz (1982), a questão do desemprego estrutural no capitalismo, diante da diminuição do trabalho no chão de fábrica, acompanhada da reestruturação dos meios de produção, da redução e da desregulamentação dos direitos trabalhistas, correlacionados com a crise da então União Soviética, aceleraria de forma visível o processo de abolição do trabalho na sociedade capitalista, resultando em seu inevitável fim.

Conforme aponta Gorz o “proletariado é constitutivamente incapaz de se tornar sujeito do poder” (1982, p.80), pois jamais se reconheceria como sujeito coletivo, na medida em que os processos de mudança no chão de fábrica fragilizaram ainda mais a classe operária, quer em relação ao seu pertencimento como classe quer na organização social ou em sua ação sindical.

Em face das novas condições de vida postas pela sociedade burguesa, juntamente com a eclosão da crise da esquerda, em decorrência do colapso dos países do Leste Europeu, fizeram com que Gorz eliminasse a dimensão propositiva do trabalho, de realização pessoal ou de qualquer outra possibilidade ou condição de se pensar na superação da alienação, em outras palavras, teria eliminado qualquer possibilidade de uma revolução anticapitalista, numa capitulação à chamada tese da “vitória do capitalismo”, ou ainda, da do fim da história.

Gorz (1982) destaca a teoria do fim da classe proletária e do chamado fim da sociedade pautada no trabalho de forma abstrata, sem considerar a dupla dimensão do trabalho de Marx, entre valores de uso e de troca, trabalho abstrato e trabalho concreto. Marx (1996) destaca que:

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso (MARX, 1996, p.175).

No entanto, ao contrário de Gorz, de acordo com Marx (1978), o trabalho não pode chegar ao fim, pois a única forma da mercadoria obter valor de troca é a partir da força vital do trabalho. Por sua vez, o trabalho exclusivamente cria valor, ou ainda, resulta na única força capaz de agregar valor, um *quantum* a mais de força variável, para a obtenção de mais lucro como capital constante. Já que não é o maquinário que transfere valor ao capital, mas é o trabalho como força útil e viva necessária para a criação de máquinas, seja para operar essas mesmas máquinas, seja para criação de valores resultantes do processo de produção no ato da troca.

De acordo com Marx (1978, p.36) sem “trabalho assalariado [...] não existe produção capitalista, e, por conseguinte, nenhum capital e nenhum capitalista!”. Nessa mesma trilha, Antunes (2011, p.55), ao responder André Gorz em sua obra “*Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*”, destaca a impossibilidade da ruptura da relação entre trabalho e capital e vice-versa, pois ambos possuem uma relação mútua, evidenciando o fato de que “[...] enquanto perdurar o modo de produção capitalista, não pode se concretizar a eliminação do trabalho como fonte criadora de valor”.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Ao mesmo tempo que Antunes (2011) aponta a centralidade do trabalho, devemos observar que, segundo Granemann (2009, p.16), o que pode romper com a reprodução do capital é a impossibilidade de extração de mais-valia, pois sem ela o capitalismo cessaria seu processo de acumulação, pois “condenar o trabalho produtor de valor excedente ao desaparecimento equivale a banir, superar o capital como organizador de uma certa sociabilidade, aquela referenciada na mercadoria”. A referida autora acrescenta ainda que a supressão do trabalho inviabilizaria a sociedade do capital. Pois, “suprimi-lo é cancelar a sociabilidade característica do modo capitalista de produção”.

Marx (2011, p. 588-589) deixa claro que o “próprio capital é a contradição em processo, (pelo fato) de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo em que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte de riqueza” e complementa ao dizer que diminui “o tempo de trabalho na forma de trabalho necessário, para aumentá-lo na forma de trabalho excedente; põe, portanto, em medida crescente, o trabalho excedente como condição – *question de vie et de mort* – do (trabalho) necessário”.

Devemos compreender que a única coisa que o capital não pode abrir mão é do trabalho, este último é a lei fundamental do sistema, pois a única forma que atribui valor à mercadoria é a força de trabalho humana. Parece-nos que jamais o capital vai abrir mão dessa prerrogativa, pois aqui reside sua maior contradição. Ao mesmo tempo em que há o estabelecimento de uma relação intrínseca entre capital e trabalho, por sua vez, observa-se a existência de sua negação, da exploração e da fragmentação do próprio trabalho, sem o qual, o próprio capital não existiria.

Como não pode eliminar o trabalho vivo do processo de mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, o capital deve, além de incrementar sem limites o trabalho morto corporificado no maquinário tecno-científico, aumentar a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretalho em tempo cada vez mais reduzido (ANTUNES, 2011, p. 120-121).

Para Antunes (2011), de fato, mesmo com o aumento do trabalho morto e das condições objetivas em detrimento da perda do trabalho vivo e das condições subjetivas, isso ainda não seria capaz de suprimir decisivamente a dimensão do trabalho, condenando-o à sua finitude.

OS IMPACTOS DA NÃO CENTRALIDADE DO TRABALHO SOBRE O CONJUNTO DA CLASSE TRABALHADORA NA ATUALIDADE

O processo de reestruturação produtiva do capital promoveu mudanças nas esferas produtivas, sociais, econômicas, políticas, culturais da sociedade capitalista numa dimensão global. Tais mudanças passaram a ocorrer nos anos 80, do século XX, capitaneadas por um receituário neoliberal para a chamada recomposição de valor do capitalismo mundial em crise. O capital promove mudanças na esfera produtiva, afeta a correlação de forças entre as classes sociais e instaura a desarticulação do universo do trabalho. Observa-se o esgarçamento da fragilização da classe trabalhadora, implicando

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

numa série de terceirizações da força de trabalho, em uma crescente flexibilização das leis trabalhistas e num enorme retrocesso da ação sindical, dentre tantos outros fatores negativos. Mattos (2007) deixa claro o seguinte:

Os impactos de tal processo sobre os sindicatos foram evidentes. Entre outros motivos, porque: para conter as mobilizações, comparações internacionais de produtividade e novas propostas de ‘trabalho participativo’, ou seja, de colaboração entre capital e trabalho, foram associadas à ameaça de desemprego; houve transferência de plantas para áreas de menor atividade sindical; há uma crescente desregulamentação do mercado de trabalho; encolheram os setores tradicionalmente estruturantes do sindicalismo operário típico (como os metalúrgicos), e tudo isso se refletiu em fragmentação das organizações e diminuição da filiação sindical, em várias partes do mundo (MATTOS, 2007, p.50-51).

Com o advento da reestruturação produtiva, juntamente com apelos ideológicos diversos dos setores empresariais e da grande mídia, supostamente positivos, reificaram o processo de colaboracionismo de classe, cujo intuito foi o da diminuição dos conflitos sociais, da capacidade de enfrentamento tornada cada vez mais difícil e frente à redução ou ausência de atuação política enquanto classe, onde os focos de resistência foram desarticulados, corrompidos pela ideia vaga e ilusória de se “fazer parte da empresa”.

Sendo assim, a flexibilização do mundo do trabalho foi realmente uma anti-flexibilização da exploração em torno da extração da mais-valia, no modo de produção capitalista. O uso da tecnologia no sistema fabril fez aumentar a utilidade dos indivíduos tornando-os operários mais produtivos e mais dóceis.

Entretanto, a redução da jornada de trabalho, o desemprego crescente não são argumentos tão convincentes a ponto de decretarem o fim da sociedade de trabalho e nem permitir com que o trabalho perca a sua centralidade. Muito embora, a sociedade capitalista não consiga existir sem desemprego, na medida em que capital necessita da força de trabalho excedente, criando e retroalimentando um exército industrial de reserva necessário para sua reserva e reprodução de valores. Da mesma forma, o entendimento que se tem em relação à questão da pobreza, sob o ponto de vista do capitalismo, é de que essa é “uma necessidade do sistema, na medida em que o risco que ela representa, para cada um, é o motor a garantir que o ser humano desenvolva todo o seu potencial produtivo” (CARCANHOLO, 2008, p, 10).

Conforme já aludimos anteriormente, vive-se atualmente sob a égide da fragmentação da classe trabalhadora e do advento de novas formas de gestão da produção que reforça o aprofundamento do individualismo e da competitividade entre os trabalhadores, em detrimento do coletivo e das próprias relações sociais, numa flagrante tentativa de subjugar a luta de classes, de encobrir suas contradições em torno da colaboração amistosa entre classes hostis, deixando-se intocados os fundamentos da sociedade burguesa e da reprodução do capital.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Em suma, postular as afirmações do fim da sociedade trabalho soa equivocada na medida em que, ao retirar tanto a dimensão do trabalho concreto, retira-se também a dimensão subjetiva desse mesmo trabalho. Conforme salienta Netto e Braz (2007, p.42).

Na sua ação e na sua atuação, o ser social sempre encontra alternativas e sempre pode escolher – e a escolha entre alternativas concretas configura o exercício da liberdade: ser livre é poder escolher entre elas; o ser social é um ser capaz de liberdade. Pensar, conhecer, projetar, objetivar-se, escolher – tudo isso supõe a capacidade de se desprender do dado imediato, das singularidades dos fenômenos: supõe a capacidade de universalizar.

Dentro da concepção marxista, Karl Marx coloca a categoria trabalho como condição para a liberdade, pois possibilita o homem criar fora do circuito alienante “[...] como atividade material humana, transformadora do mundo e do próprio homem” (VAZQUEZ, 1977, p. 4). Isto é, esta atividade trazida pela dimensão da categoria trabalho revela-se como base de toda a práxis⁸, ou ainda, como elemento fundamental para a constituição do ser social.

A derrubada do capitalismo (e não do trabalho) pela consequência violenta da luta de classes foi expressa na obra o “*Manifesto Comunista*” de Marx e Engels (2005), naquele documento há uma clara perspectiva de classe, ou seja, a do proletariado como sujeito social, político, histórico, capaz de “suprimir o caráter miserável desta apropriação”, ou seja, da supressão da propriedade burguesa e da abolição da exploração do trabalho assalariado. Tal obra apresenta um projeto de luta possível que levaria à superação das desigualdades contra ordem social e política existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos evidenciar, em face da ofensiva do capital sobre o trabalho, a inadmissibilidade da suposição da categoria trabalho como não central ou, de acordo com seus críticos, a de que o trabalho tivesse acabado. As recentes tentativas das classes dominantes de aniquilamento dos direitos sociais de um lado; além da manutenção de privilégios e de acúmulo de rendimentos para os setores mais abastados, tanto do capital nacional quanto do internacional, por outro, dão a exata dimensão de que a não problematização acerca da luta de classes implica na desconsideração das conquistas e em direitos duramente adquiridos ao longo dos anos.

O deslocamento do eixo da luta de classe e sua composição, numa sociedade em disputa, desigual, como a sociedade capitalista, permitem ao capital sobrepor-se ao trabalho frente as mais profundas transformações ocorridas na economia, nas relações de trabalho, no acirramento dos ataques

⁸ De origem grega, o conceito de práxis é a unidade indissolúvel da teoria e prática que visa a transformação social, à vista disso seria interessante as leituras das obras chamada “*Dialética do Concreto*” e a “*Filosofia da práxis*” respectivamente de autoria desses dois autores: KOSIK (1976) e VAZQUEZ (1977), esse último, já mencionado acima.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

em relação aos direitos sociais da classe trabalhadora e nas próprias relações sociais, tornando-se deturpadas.

A luta de classes e sua problematização, a partir da Teoria das Classes, permitem a captação da essência sobre o real embate e da luta política por que estamos passando no país, além de problematizarmos acerca da pobreza, da violência e da não imutabilidade das coisas, considerando-se o desmantelamento de setores e serviços públicos não como algo natural, mas fruto de uma produção social desigual e perversa do capital em suas crises cíclicas e em busca de sua incessante recomposição rentável.

A renúncia da luta de classes representa a renúncia do não reconhecimento do trabalho como categoria precípua da sociabilidade humana e da constituição humana como ser social. Aceitar a tese do fim do trabalho é o mesmo que declarar que a classe proletária não deve se unir, devendo submeter-se à capitulação burguesa. No entanto, a luta de classes está em aberto e apenas no seu início.

REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2009. (Coleção Primeiros Passos).
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 15.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BABEUF, G. 1796. **Manifesto dos iguais**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/babeuf/1796/mes/manifesto.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2017.
- BRAZ, M; NETTO, J.P. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de serviço social; v.1).
- BUKHARIN, N. 1921. **A Teoria do Materialismo Histórico Manual Popular de Sociologia Marxista**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/bukharin/1921/teoria/index.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2017.
- CARCANHOLO. Apresentação. In: MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- CASSAB, L. A. Tessitura investigativa: a pesquisa científica no campo humano-social. In: **Revista Katálisis**, v.10, n. esp. p. 55-63, Florianópolis: UFSC, 2007.
- ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem [1876]**. Edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores (www.jahr.org). Versão para eBook. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobebook/macaco.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2017.
- GRANEMANN, S. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS/ CEAD-UNB – 2009.
- GOHN, M. G. M. A pesquisa na produção do conhecimento: questões metodológicas. In: **Eccos Revista Científica**, vol. 7, núm. 2, julho-dezembro, 2005, p.253-274. Universidade Nove de Julho, São Paulo, Brasil.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

GORENDER, J. Da Divisão do Trabalho às Ilusões Ideológicas. Introdução. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
GORZ, A. **Adeus ao Proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro, Forense: 1982.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. 2. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 13-61.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social** – os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: LECH, 1979.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

_____. Livro I - Capítulo VI (Inédito). In: **O capital**. 1ª. Ed. São Paulo: HUCITEC, 1978.

_____. Livro I – O processo de produção do capital. In: **O capital** - crítica da economia política. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996, v. I.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. Ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

MATTOS, M. B. Classes Sociais e Luta de Classes: a atualidade de um debate conceitual. In: **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro - 1º Semestre de 2007 - n.20, p. 33-55. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/158>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

NASCIMENTO, J. L. “Telhado de Vidro” nas ONGs: enfrentamento da questão social e desafios ao serviço social. In: **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 27. Jul. 2011. p. 91-105.

SPIRKINE, A. YAKHOT, O. **Princípios do Materialismo Dialético**. São Paulo: Estampa, 1975.

VAZQUEZ. A. S. **Filosofia da práxis**. 2. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.



BIOPROSPECÇÃO DE BACTÉRIAS COM CAPACIDADE PARA BIODEGRADAÇÃO DE HIDROCARBONETOS DE PETRÓLEO

Juciane Modesto dos Santos (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus Paranaguá, jucimodesto94@gmail.com
Josiane Ap. Gomes Figueiredo (Orientador),
Unespar/Campus Paranaguá, jo.gomesfigueiredo@gmail.com

Palavras-chave: Biorremediação. Micro-organismos. Manguezais.

1. INTRODUÇÃO

O petróleo é um líquido viscoso, constituído principalmente por carbono e hidrogênio. É um composto formado por um grande número de hidrocarbonetos alifáticos, alicíclicos e aromáticos usados no processo industrial para obtenção de óleo combustível, gasolina, parafina, medicamentos, entre uma variedade de outros produtos. Pelo fato do petróleo bruto ou derivado consistir de diferentes classes de hidrocarbonetos, propicia o crescimento de vários grupos bacterianos, especializados em compostos preferenciais (FIORAVANTI, 2012).

O petróleo tornou-se uma das principais fontes de energia do mundo moderno, sendo um importante recurso energético e matéria-prima da indústria química. Com a demanda crescente por energia, um grande número de produtos e subprodutos do petróleo acaba contaminando o meio ambiente (XU et al., 2013). Seja por contaminação no solo ou nas regiões costeiras marinhas, a contaminação por esses poluentes tem afetado ambientes que abrigam uma grande variedade de organismos residentes nestes locais.

Os componentes do petróleo são extremamente prejudiciais ao bioma nativo. As substâncias tóxicas contidas na sua composição causam impactos físicos e químicos, como a falta de oxigenação da água e a luminosidade inacessível para as algas realizarem fotossíntese devido ao recobrimento pela mancha de óleo (FELLENBERG, 1980; DA SILVA et al., 2012).

Além dos impactos físicos e químicos, os compostos orgânicos inclusos nos hidrocarbonetos de petróleo, os hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPA) apresentam propriedades tóxicas, cancerígenas, teratogênicas, mutagênicas e de toxicidade persistente (BALACHANDRAN et al., 2012). A maior fonte de contaminação de HPA (naftaleno, antraceno, fenantreno, etc.) no ambiente é devido aos afloramentos de petróleo, à combustão de automóveis e aos acidentes ambientais envolvendo petróleo e derivados (BIAZATI, 2009).

Em contrapartida, os hidrocarbonetos monocromáticos benzeno, tolueno, etilbenzeno e xilenos (BTEX) são altamente tóxicos e seus constituintes têm maior solubilidade em água, portanto, são os

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

poluentes com maior potencial de poluir o lençol freático (BRITO et al., 2010). Estes compostos podem levar ao desenvolvimento de problemas de saúde, desde irritação de olhos, mucosas e pele, passando por enfraquecimento do sistema nervoso central, depressão da medula óssea, com propriedades mutagênicas e carcinogênicas (HELENO et al., 2010).

A capacidade de degradar hidrocarbonetos do petróleo é apresentada por diversos gêneros microbianos, principalmente bactérias, fungos e leveduras (BALACHANDRAN et al., 2012, MA et al., 2015).

Nos oceanos, o petróleo derramado é carregado para ecossistemas costeiros a exemplo dos manguezais. Em condições ambientais satisfatórias ao seu crescimento e desenvolvimento, os micro-organismos providenciam uma vasta gama de serviços, dentre eles a biorremediação, alternativa promissora para recuperação de áreas impactadas (FIORAVANTI, 2012).

Para efetuar a biorremediação microbiana, uma das etapas consiste na seleção dos micro-organismos adequados. O conhecimento da capacidade de biodegradação por micro-organismos é uma estratégia essencial para a aplicação de processos biológicos na restauração de áreas contaminadas com hidrocarbonetos derivados do petróleo.

A contaminação de um ambiente com hidrocarbonetos por um lado acarreta, geralmente, o enriquecimento primário dos micro-organismos capazes de utilizá-los como fontes nutritivas e, por consequência, os micro-organismos que utilizam os metabólitos produzidos por estes primeiros também serão enriquecidos. Por outro lado, o impacto das alterações ambientais nas comunidades microbianas, torna-se um meio seletivo e redutor da diversidade biológica (VAZ, 2010).

O isolamento, a identificação e a caracterização de micro-organismos capazes de degradar biodiesel, é o primeiro passo no desenvolvimento dos processos de biorremediação (VAZ, 2010).

Neste contexto, o objetivo deste trabalho foi avaliar a capacidade de bactérias isoladas dos manguezais do Litoral do Paraná para degradação de hidrocarbonetos fazendo uso de indicador redox 2,6-Diclorofenol indofenol (DCPIP).

2. MATERIAIS E MÉTODOS

2.1. Micro-organismos:

Para o *screening* inicial de degradação em meio mínimo mineral (MM) foram escolhidos aleatoriamente 20 isolados pertencentes à coleção do Laboratório de Genética Molecular e de Micro-organismos (LAGEM) da UNESPAR - *Campus* de Paranaguá.

Após o *screening* inicial 40 bactérias foram submetidas ao teste com o indicador DCPIP, incluído as 20 inicialmente testadas que estavam preservadas pelo método de glicerol 10% (SIMONE, 1998).

Antes dos ensaios começarem as bactérias receberam um código para realização de ensaio randomizado simples cego, no qual o pesquisador não saberia como qual isolado bacteriano estava trabalhando.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

2.2. Fonte de carbono:

A fonte de carbono utilizada no experimento laboratorial foi o petróleo bruto cedido pela Petrobrás (BR). cuja composição apresenta 26% Petróleo Nigeriano, 21% Petróleo do Pré-Sal e 53% Petróleo da Bacia de Campos.

2.3. Meios de Cultura:

2.3.1. Meio Mínimo Mineral (MM)

KCl	0,700 g
KH ₂ PO ₄	2,0000 g
Na ₂ HPO ₄	2,1123 g
(NH ₄) ₂ HPO ₄	0,8250 g
NaNO ₃	1,0625 g
Água destilada	q.s.p. 1000 mL

Os ingredientes foram misturados em água destilada sob agitação. Completou-se o volume para 1000 mL. Autoclavou-se durante 20 minutos a 1 atm e guardou-se em refrigerador a 4 °C.

2.3.2. Solução micronutriente

MgSO ₄	1,0 g
FeSO ₄	0,05 g
MnCl ₂	0,05 g
CaCl ₂	0,05 g
Água destilada	q.s.p. 250 mL

Os ingredientes foram misturados em água destilada sob agitação. Autoclavou-se durante 20 minutos a 1 atm, guardou-se em refrigerador a 4°C e adicionou-se 0,25 mL desta solução 250 mL de meio MM no momento do uso.

2.3.3. Caldo nutriente

O caldo nutriente foi preparado adicionando 2 g de Nutrient Broth- Bacto ® em 250 ml de água destilada. O pH foi ajustado para 7,0 adicionando-se NaOH 1N e/ou HCl 1N conforme a necessidade. Autoclavou-se durante 20 minutos a 1 atm e guardou-se em refrigerador a 4°C.

2.3.4. Ágar nutriente

O ágar nutriente foi preparado adicionando 4g de Nutrient Broth- Bacto ®, 3g de ágar em 200 ml de água destilada. O pH foi ajustado para 7,0 adicionando-se NaOH 1N e/ou HCl 1N conforme a necessidade. Autoclavou-se durante 20 minutos a 1 atm e guardou-se em refrigerador a 4°C.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Tabela 1: Bactérias isoladas de manguezais do Litoral do Paraná

CÓDIGO*	Identificação	CÓDIGO **	CÓDIGO*	Identificação	CÓDIGO**
1B	<i>Escherichia sp.</i>	A125	21B	NI	A118
2B	<i>Klebsiella sp.</i>	A90	22B	<i>Vibrio sp.</i>	P119
3B	<i>Klebsiella sp.</i>	P143	23B	<i>Proteus sp.</i>	P43
4B	NI	A108	24B	NI	P216
5B	<i>Vibrio sp.</i>	P2 47	25B	<i>Klebsiella sp.</i>	A39
6B	NI	P323	26B	<i>Klebsiella sp.</i>	A58
7B	NI	P3 29	27B	NI	P392
8B	<i>Proteus sp.</i>	P88	28B	<i>Klebsiella sp.</i>	A59
9B	NI	P197	29B	<i>Staphylococcus sp.</i>	P194
10B	<i>Proteus sp.</i>	P264	30B	<i>Proteus sp.</i>	P251
11B	<i>Salmonella sp.</i>	P237	31B	<i>Proteus sp.</i>	P122
12B	<i>Proteus sp.</i>	P293	32B	NI	P180
13B	<i>Klebsiella sp.</i>	P257	33B	NI	P242
14B	NI	P3 328	34B	<i>Proteus sp.</i>	A128
15B	NI	P2 35	35B	NI	P91
16B	<i>Proteus sp.</i>	P341	36B	<i>Staphylococcus sp.</i>	P300
17B	<i>Salmonella sp.</i>	P152	37B	<i>Salmonella sp.</i>	A38
18B	NI	P268	38B	<i>Moraxella sp.</i>	P205
19B	<i>Proteus sp.</i>	P309	39B	NI	P147
20B	<i>Proteus sp.</i>	P188	40B	<i>Klebsiella sp.</i>	P100

NOTA: * Código utilizado durante o experimento randomizado simples cego; **Identificação da Coleção de Cultura do Laboratório de Genética Molecular de Micro-organismos (LAGEM) da UNESPAR- *Campus* de Paranaguá. NI. Não identificado.

2.4 Screening inicial

Primeiramente as bactérias escolhidas foram reativadas em placas de Petri contendo meio ágar nutriente durante 24 horas a 30 °C. Após a reativação das bactérias, as cepas foram padronizadas em suspensão microbiana de $1,5 \times 10^8$ Unidades Formadoras de Colônias (UFC) por meio do tubo 0,5 da escala de MacFarland para serem inoculadas em 5 mL do meio mínimo mineral juntamente com 250 µL de solução micronutriente e adicionado 1% de petróleo, então foram submetidas à agitação em *shaker* rotativo à 180 rpm durante 7 dias sob agitação contínua a 30 °C.

Logo após esse período, as bactérias foram para o caldo nutriente, por apenas 1 dia para a escala de McFarland para verificar a turbidez. Em seguida as cepas foram novamente submetidas à degradação visual em 200 mL de MM e 200 µL de solução micronutriente e por fim adicionado 2 mL de petróleo e então as bactérias foram colocadas sob as mesmas condições durante 21 dias. Os ensaios foram realizados em duplicata.

2.5 Avaliação de micro-organismos degradadores de petróleo com indicador redox 2,6 Diclorofenol indofenol (DCPIP).

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Após o *screening* inicial, foram realizados os testes com o indicador DCPIP, o mesmo foi distribuído em placas de ELISA de 96 poços, totalizando um volume final de 300 µL.

Os testes executados com DCPIP possui o princípio básico funcional que consiste na detecção da oxidação da fonte de carbono fornecida aos micro-organismos, que durante o processo de metabolização oxidam o hidrocarboneto e os elétrons que são liberados e transferidos aos aceptores (SANCHES, 2009).

O ensaio positivo é confirmado através da mudança da cor do DCPIP de azul, estado oxidado para incolor, estado reduzido (SANCHES, 2009).

Foi diluído 0,1g de DCPIP em 110 mL de água destilada e filtrada com membrana Milipore. Para que pudesse inocular os micro-organismos nas placas de 96 poços foi preparado uma mistura com 16 mL de MM e adição de 4 mL de DCPIP em tubos tipo falcon. Em cada poço foram adicionados MM com DCPIP (1g/L), cada um dos isolados ($1,5 \times 10^8$ UFC) acrescidos de petróleo em concentrações de 10, 15 e 20%, totalizando volume final de 300 µL. O experimento foi realizado em triplicata e para os controles não foram inoculadas bactérias. As placas foram cobertas com papel alumínio para que evitasse a foto-oxidação do indicador, em seguida foram submetidas à agitação de 120 rpm, a 30 °C durante 14 dias.

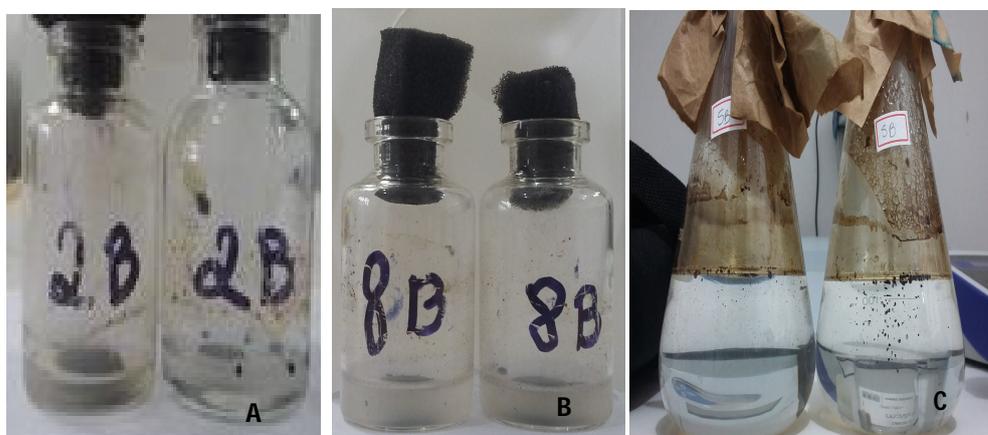
3. Resultados/ Discussão

3.1 *Screening* inicial

Conforme Fiovaranti (2012) os ensaios de seleção são realizados com a finalidade de verificar o potencial de degradação dos micro-organismos isolados com o uso do petróleo como fonte de carbono em até 24 horas, assim como foi feito no presente trabalho com o *screening* inicial.

No *screening* inicial, os resultados que puderam ser observados foram obtidos pela observação visual de degradação do petróleo, onde a quantidade de petróleo que foi adicionado, aparentava-se diminuindo após 24 horas até 21 dias (Figura 1).

A tabela 2 mostra os resultados obtidos de bactérias que degradam petróleo durante três semanas que ficaram nos *Erlenmeyers* na agitação do *shaker* à 120 rpm em 30° C.



III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Figura 1: Observação visual dos isolados de bactérias degradando petróleo em meio MM a 30 °C. A – B A90 e P88, respectivamente após 7 dias de inoculação em 5 mL de meio. C. Bactéria P247 após 21 dias de inoculação em 200 mL de meio.

De acordo com o *screening* inicial 7 bactérias apresentaram capacidade de utilizar o petróleo como fonte de carbono, sendo elas pertencentes ao gênero *Klebsiella* spp. (A90), *Vibrio* spp. (P247), *Proteus* sp. (P88 e P264) e não identificados (P323, P235, P268) (Tabela 2). Estas então foram submetidos ao Teste de biodegradabilidade utilizando o indicador redox DCPIP.

Tabela 2: *Screening* inicial de bactérias com capacidade de degradação de petróleo após 7, 14 e 21 dias.

Isolado	Código **	7 dias		14 dias		21 dias	
		1	2	1	2	1	2
<i>Escherichia</i> sp.	A125	+	-	+	+-	+	+-
<i>Klebsiella</i> sp.	A90	+	+	+	+	+	+
<i>Klebsiella</i> sp.	P143	-	-	+-	-	+-	-
NI	A108	+	+	+	+	+-	+-
<i>Vibrio</i> sp.	P2 47	+	-	+	+-	+	+
NI	P323	+	+	+	+	+	+
NI	P3 29	-	-	+-	+-	+	+-
<i>Proteus</i> sp.	P88	+-	+-	+	+	+	+
NI	P197	+-	+-	+-	+-	+-	+-
<i>Proteus</i> sp.	P264	+-	+-	+	+-	+	+
<i>Salmonella</i> sp.	P237	-	-	-	-	+	+-
<i>Proteus</i> sp.	P293	-	-	+-	+-	+-	+-
<i>Klebsiella</i> sp.	P257	-	-	-	-	-	-
NI	P3 328	+-	+-	+	+-	+	+-
NI	P2 35	+-	+-	+	+-	+	+
<i>Proteus</i> sp.	P341	+-	+-	+	+-	+	+-
<i>Salmonella</i> sp.	P152	+-	+-	+	+	+-	+-
NI	P268	+	+	+	+	+	+
<i>Proteus</i> sp.	P309	+-	+-	+	+	+	+
<i>Proteus</i> sp.	P188	+-	+-	+	+	+	+

NOTA: ** Identificação da Coleção de Cultura do Laboratório de Genética Molecular e de Microorganismos (LAGEM) da UNESPAR – Campus Paranaguá. NI. Não Identificado. 1 e 2 correspondem a repetições.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Desde a década de 1950, bactérias degradadoras de compostos do petróleo vêm sendo isoladas. Os principais gêneros são *Acidovorans*, *Acinetobacter*, *Agrobacterium*, *Alcaligenes*, *Aeromonas*, *Arthrobacter*, *Beijemickia*, *Burkholderia*, *Bacillus*, *Comomonas*, *Corynebacterium*, *Cycloclasticus*, *Flavobacterium*, *Gordonia*, *Microbacterium*, *Moraxella*, *Mycobacterium*, *Micrococcus*, *Neptunomonas*, *Nocardia*, *Paracoccus*, *Pasteurella*, *Polaromonas*, *Pseudomonas*, *Ralstonia*, *Rhodococcus*, *Sphingomonas*, *Stenotrophomonas*, *Streptomyces* e *Vibrio* (CRAPEZ *et al.* 2002, JACQUES *et al.* 2007, MANDRI & LIN 2007, SEO *et al.* 2009).

A atividade dos micro-organismos e a taxa de degradação dos compostos orgânicos são altamente influenciadas pela temperatura, a qual pode alterar a composição de petróleo e também da comunidade microbiana. De acordo com Fioravanti (2012) a biodegradação de poluentes por micro-organismos ocorre principalmente em temperatura entre 20 e 35 °C coincidindo com os resultados apresentados, cuja temperatura avaliada foi de 30 °C.

3.2 Avaliação de micro-organismos degradadores de petróleo com indicador redox 2,6 Diclorofenol indofenol (DCPIP).

Segundo o trabalho apresentado por Feltraco (2015) a utilização do indicador DCPIP pode detectar com sensibilidade e de forma qualitativa, a oxidação primária de hidrocarbonetos, sendo considerada uma técnica adequada para avaliar e investigar isolados com potencial degradação de petróleo.

Com a incorporação de um aceptor de elétrons como o DCPIP é possível determinar se o micro-organismo utiliza o hidrocarboneto como substrato observando a mudança da cor azulada deste indicador, no estado oxidado, para incolor, seu estado reduzido. (FELTRACO; 2015).

Os resultados obtidos com o indicador redox DCPIP, pode ser observado através da mudança de coloração do mesmo, onde os positivos foram considerados apenas aqueles que apresentaram mudança em todos os poços.

Pela visualização n mudança de coloração do indicador DCPIP em comparação com os controles a figura 2ª mostra as bactérias A128, P9, A38, P205, P147 e P100 capazes de degradar o petróleo e isto. A bactéria P300 conseguiu degradar apenas nas concentrações de 5 e 10%.

Na figura 2B é possível identificar que apenas a bactéria P180 não foi apresentado capacidade de degradação, como pode ser observado em que todos os poços que deram resultados positivos, comparado com o controle houve mudança de coloração.

Um resultado variado pode ser apresentado na figura 3. Foi possível perceber que houve degradação em todos os poços, exceto no controle, entretanto a degradação não foi homogênea entre as concentrações.

Na tabela 3 estão apresentados os isolados selecionados a partir dos resultados obtidos para as três concentrações de petróleo, indicando se houve a mudança de cor ou a redução da gota do petróleo.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Entretanto percebe-se que ocorreu uma variação na degradação entre as bactérias em função da concentração do petróleo e em ao isolado bacteriano.

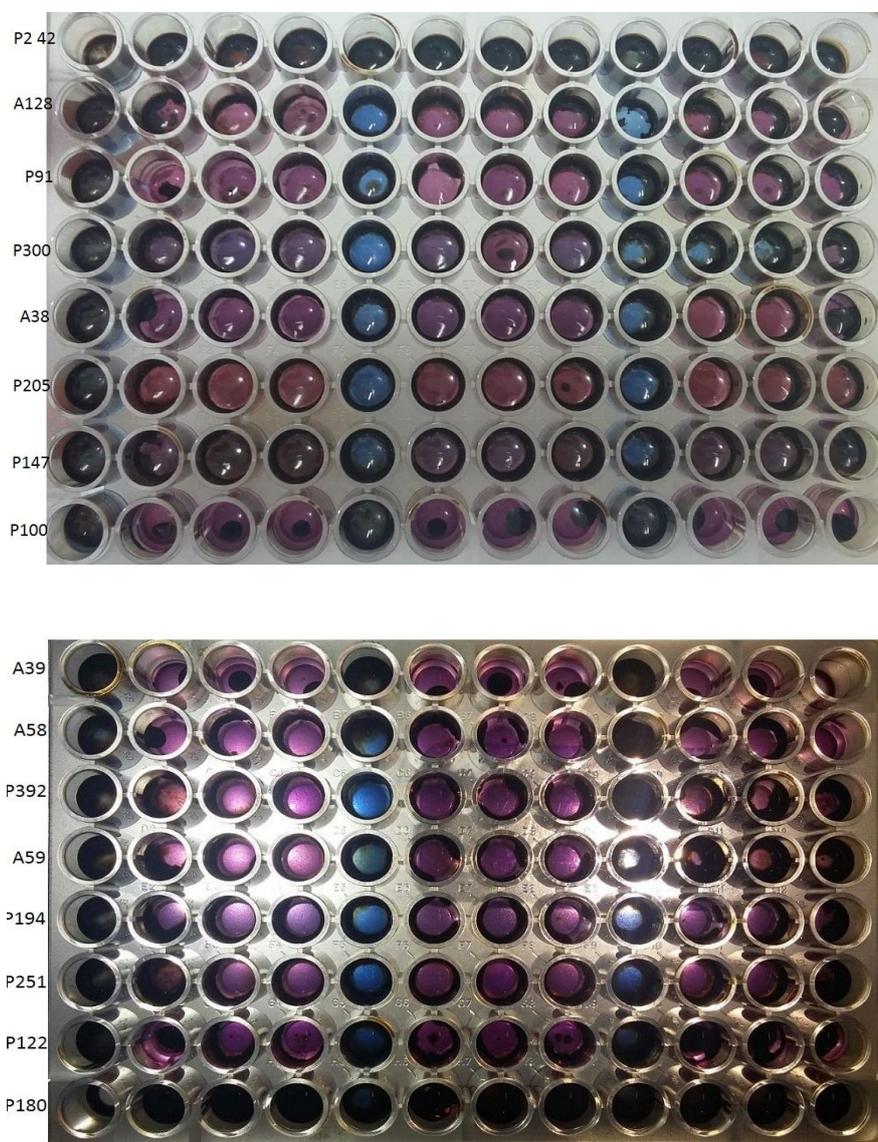


Figura 2: Teste realizado com o indicador DCPIP, em placa de 96 poços, no período de 168 horas. Os controles negativos estão nas colunas 1, 5 e 9. Cada poço da linha corresponde um isolado bacteriano com diferentes concentrações de petróleo (5, 10 e 15%, respectivamente), com repetições cada. Vista superior da placa.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

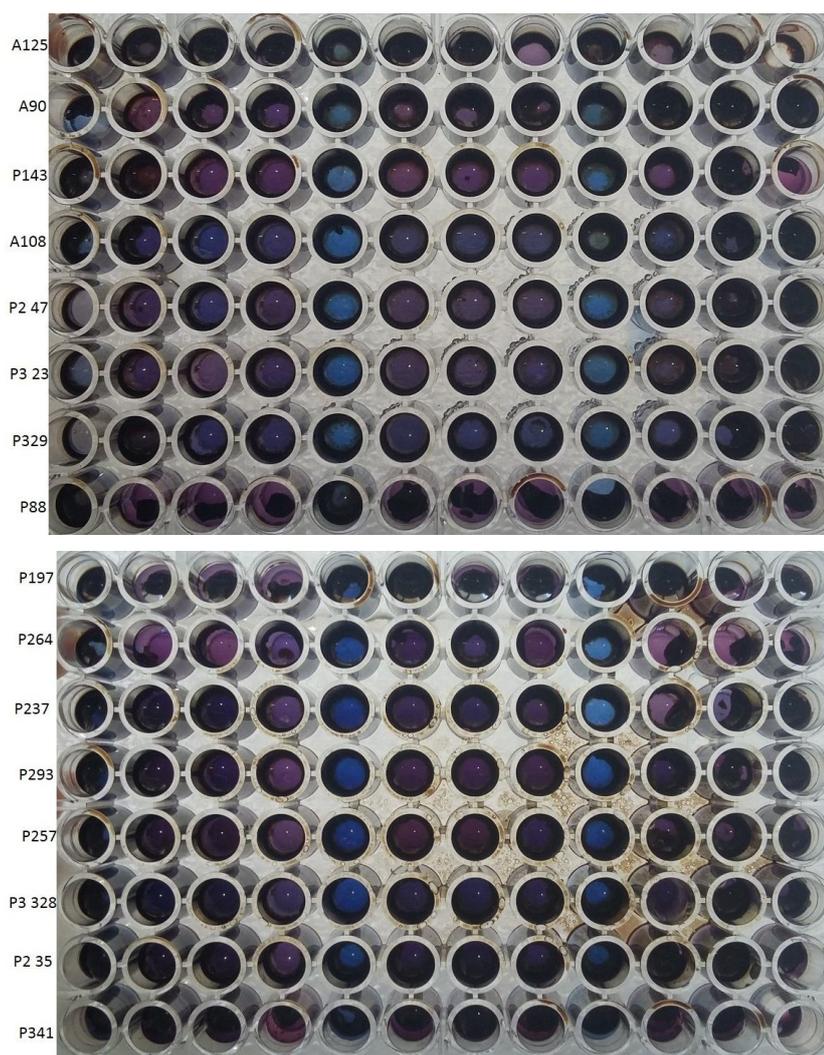


Figura 3: Teste realizado com o indicador DCPIP, em placa de 96 poços, no período de 168 horas. Os controles negativos estão nas colunas 1, 5 e 9. Cada poço da linha corresponde um isolado bacteriano com diferentes concentrações de petróleo (5, 10 e 15%, respectivamente), com repetições cada. Vista superior da placa.

Tabela 3: Avaliação de micro-organismos degradadores de petróleo com indicador redox 2,6 Diclorofenol indofenol (DCPIP).

Isolado	Código de origem	Petróleo 10%	Petróleo 15%	Petróleo 20%
<i>Escherichia sp.</i>	A125	-	+ -	+ -
<i>Klebsiella sp.</i>	A90	+	+	-
<i>Klebsiella sp.</i>	P143	+	+	+
NI	A108	+	+	+
<i>Vibrio sp.</i>	P2 47	+	+	+ -
NI	P323	+	+	+ -
NI	P3 29	+ -	+ -	+ -

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

<i>Proteus sp.</i>	P88	+	+	+
NI	P197	+-	+-	+-
<i>Proteus sp.</i>	P264	+	+	+
<i>Salmonella sp.</i>	P237	+	+	+
<i>Proteus sp.</i>	P293	+-	+-	+-
<i>Klebsiella sp.</i>	P257	+	+	+
NI	P3 328	+	+	+
NI	P2 35	+	+	+-
<i>Proteus sp.</i>	P341	+	+	+
<i>Salmonella sp.</i>	P152	+	+	+-
NI	P268	-	-	-
<i>Proteus sp.</i>	P309	+	+	+
<i>Proteus sp.</i>	P188	+-	+-	+-
NI	A118	+	+	+-
<i>Vibrio sp.</i>	P119	+-	+	+-
<i>Proteus sp.</i>	P43	+-	+-	+-
NI	P216	-	-	-
<i>Klebsiella sp.</i>	A39	+	+	+
<i>Klebsiella sp.</i>	A58	+	+	+
NI	P392	+	+	+
<i>Klebsiella sp.</i>	A59	+	+	+-
<i>Staphylococcus sp.</i>	P194	+	+	+
<i>Proteus sp.</i>	P251	+	+	+
<i>Proteus sp.</i>	P122	+	+	+
NI	P180	-	-	-
NI	P242	-	-	-
<i>Proteus sp.</i>	A128	+	+	+-
<i>Staphylococcus sp.</i>	P300	+	+	-
<i>Salmonella sp.</i>	A38	+	+	+
<i>Moraxella sp.</i>	P205	+	+	+
NI	P147	+	+	+
<i>Klebsiella sp.</i>	P100	+	+	+

NOTA: (-) não houve degradação; (+) houve degradação; (+-) degradação parcial.

CONCLUSÕES/ CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A partir dos resultados obtidos podemos concluir que as bactérias testadas possuem capacidade de biodegradação de hidrocarbonetos de petróleo. Esta pesquisa tem sido um estudo promissor na identificação de micro-organismos que degradam o petróleo, entretanto, novos estudos são necessários para confirmar nossos achados, entre eles o uso do indicador redox TTC (2,3,5-cloreto de trifeniltetrazólio), bem como a identificação molecular dos isolados com potencial pra a degradação.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos ao Laboratório de Avaliação de Impactos Ambientais (LAVIMA) na pessoa do professor Dr. José Roberto Caetano da Rocha pelo auxílio durante a execução de alguns experimentos. Este trabalho foi apoiado pela Fundação Araucária na concessão de bolsa de pesquisa de Iniciação Científica no período de 2016/17.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

REFERÊNCIAS:

BALACHANDRAN, C., DURAI PANDIYAN, V., BALAKRISHNA, K., IGNACIMUTHU, S. Petroleum and polycyclic aromatic hydrocarbons (PAHs) degradation and naphthalene metabolism in *Streptomyces* sp. (ERI-CPDA-1) isolated from oil contaminated soil. *Bioresour. Technol.*, p. 83-90, 2012.

BIAZATI, L. B. Estudo da degradação de hidrocarbonetos policíclicos aro-máticos a partir da reação de Fenton utilizando magnetitas dopadas com cobalto. 2009. Dissertação (Mestrado em Química e Recursos Naturais) - Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

BRITO, G. C. B., SOUZA D. B., Vasconcelos F. C. W. , BRAGA, L. C. A Importância da bioprospecção de microrganismos em áreas contaminadas com produtos derivados do petróleo. *Revista em Agronegócios e Meio Ambiente*, v.3, n.3, p. 291-310, set./dez. 2010 - ISSN 1981-9951

CRAPEZ, M.A.C.; BORGES, A.L.N.; BISPO, M.G.S. & PEREIRA, D.C. 2002. Biorremediação: tratamento para derrames de petróleo. *Ciência hoje*, 30: 179.

DA CRUZ, G.F; MARSAIOLI, A.J. **Processos naturais de biodegradação do petróleo em reservatórios.** *Quim. Nova*, Vol. 35, No. 8, 1628-1634, 2012.

DA SILVA, L. J.; ALVES, F. C. e DE FRANCA, F. P. A review of the technological solutions for the treatment of oily sludges from petroleum refineries. *Waste Manag Res*, v. 30, n. 10, p. 1016-30, 2012.

FELLENBERG, G. Introdução aos problemas da poluição ambiental. São Paulo: Springer, 1980.

FELTRACO, J. **Remediação de ambientes contaminados com hidrocarbonetos por microrganismos.** Poro Algre, julho 2015.

FIORAVANTI, L.K; CELINO,J.J; ROSSI-ALVA,J.C. **Isolamento, seleção e identificação de microrganismos degradadores de petróleo e seus derivados em sedimentos de manguezais contaminados.** *Cadernos de geociências*, v.9, n.2, novembro 2012.

HELENO, Fernanda F. et al. Otimização e validação de métodos analíticos para determinação de BTEX em água utilizando extração por headspace e microextração em fase sólida. *Quím. Nova*, São Paulo , v. 33, n. 2, p. 329-336, 2010

JACQUES, R.J.S. 2005. Biorremediação de antraceno, fenantreno e pireno em um argissolo. *Tese de Doutorado*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil. 188p.

LIMA, D.F; DE OLIVEIRA, O.M.C; CRUZ, M.J.M. **Utilização dos fungos na biorremediação de substratos contaminados por petróleo: estado da arte.** *Cadernos de Geociências*, v. 8, n. 2, novembro 2011.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

MA, J., YAN, G., MA, W., (...), WANG, Q., GUO, S. 2015. Isolation and Characterization of Oil-Degrading Microorganisms for Bench-Scale Evaluations of Autochthonous Bioaugmentation for Soil Remediation.

MANDRI, T. & LIN, J. 2007. Isolation and characterization of engine oil degrading indigenous microorganisms in Kwazulu- Natal, South Africa. *African Journal of Biotechnology*, 6 (1): 023-027.

SANCHES, Rafael de Jesus; **Seleção de micro-organismos com potencial de biodegradação de hidrocarbonetos e biodiesel**; Rio Claro /SP; 2009.

SEO, J.; KEYN, Y & LI, Q.X. 2009. Bacterial Degradation of Aromatic Compounds. *International Journal of Environmental Research and Public Health* 6: 278-309.

VAZ, Fernando de Souza; **Bactérias Degradadoras de Biodiesel, Diesel e Misturas em Tanques de Armazenamento**; Goiânia /GO; 2010.

XU, N;BAO,M;SUN,P e LI, Y. **Study on biodegradation and biodegradation of petroleum hydrocarbons by a microbial consortium. Bioresour Technol**, v. 149, p. 22-30,2013.

QUALIDADE E TÉCNICA DE CURTIMENTO EM COUROS DE ROBALOS

Anderson Ricardo dos Santos (PIC,CNPQ)
UNESPAR/Paranaguá – PR,
ander_santos1@hotmail.com
Profª Drª Kátia Kalko Schwarz-Orientadora
katia.kalko@unespar.edu.br

Palavras-chave: Peixe. Pele. Reaproveitamento.

INTRODUÇÃO

No Brasil ainda são poucos os estudos realizados com couro de peixes marinhos no qual pode se tornar um novo subproduto para a indústria de pescado, viabilizando um melhor aproveitamento dos resíduos sólidos e gerando uma nova fonte de renda.

O processamento de peixes sejam na indústria, peixarias ou ainda em mercados municipais, tem gerado uma elevada quantidade de resíduos, podendo ultrapassar 60% em relação ao peso total do animal (Souza, 2008; Viegas e Souza, 2011; Franco et al, 2014). Aproveitar a pele, que seria descartada, para transformar em couro tem sido um desafio a ser desenvolvido, para a geração de novas tecnologias curtentes, de trabalho e renda, bem como na diminuição deste subproduto no ambiente, transformando em eco-produto com valor agregado (Cardoso, 2010; Franco et al, 2014, Schwarz e Roveda, 2015).

A produção nacional da pesca de robalo entre os anos de 2009 a 2011 foi em torno de 3.700 toneladas ao ano, de acordo com o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA, 2011). No Estado do Rio de Janeiro em 2014 foi de aproximadamente duas toneladas (FIPERJ, 2014).

Por outro lado, ainda é pouco confiável o levantamento da pesca deste peixe no litoral paranaense, mas foi percebido pelo Curtume Comunitário de Couros de Peixes de Pontal do Paraná a presença em abundância deste peixe no período de verão, de 2008 a 2017, principalmente no Mercado Municipal de Peixes de Paranaguá.

A Secretaria de Ciência e Tecnologia – SETI/UGF-PR investiram entre os anos de 2004 a 2007 aproximadamente 1,5 milhões de reais em programas de reprodução e repovoamento desta espécie nas baías de Guaratuba e Paranaguá-PR, visto a grande importância que principalmente o robalo peva (*Centropomus parallelus*) apresenta nesta região de estuário, e como renda para a pesca artesanal. Talvez, seja este um dos motivos da presença maior desta espécie, além do robalo flecha (*Centropomus undecimalis*).

No litoral do Paraná, os robalos são comercializados nos Mercados Municipais de Paranaguá, Matinhos e Guaratuba, bem como em peixarias, podendo ser vendidos inteiros ou filetados. Quando

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017

filetados, sua pele é jogada no lixo ou descartada no ambiente, causando impactos.

O aproveitamento das peles de peixes marinhos descartadas, tem sido utilizada na transformação em couro, pelo Projeto Couro de Peixe da UNESPAR campus Paranaguá, com fomento da Fundação Araucária e da SETI/UGF-PR e da implantação do Laboratório de Análises de Couro e dos Materiais.

Pouco ou escasso são as pesquisas com couros desta espécie de peixe, ainda a literatura pertinente nada cita sobre as técnicas curtentes deste tipo de pele.

O processo de curtimento das peles de peixes consistem nas etapas de: remolho, caleiro, descalcagem, purga, desengraxe, piquel (curtimento propriamente dito), neutralização, recurtimento, tingimento, engraxe, secagem, amaciamento e acabamento. Para cada etapa quantidades de reagentes químicos e tempo de exposição aos mesmos são constantemente pesquisados (Souza, 2004; Souza, 2008; Viegas e Souza, 2011; Franco et al, 2014).

Porém, para cada espécie de pele de peixe uma nova técnica curterente é necessária, devido às características da epiderme, que podem variar conforme a idade, sexo, hábito alimentar entre outros fatores. Para tanto, o estudo histológico das peles dos peixes se fazem necessário, justamente para desenvolver técnicas que vão conferir ao produto final, o couro de peixe, qualidades inigualáveis e com baixo impacto ambiental, quando se pensa nos resíduos gerados pelo processo de curtimento (Cardoso, 2010; Viegas e Souza, 2011; Franco et al, 2014, Schwarz e Roveda, 2015).

Os principais agentes curtentes de couros são o cromo, taninos sintéticos e taninos vegetais. A preferência pelos taninos vegetais se dá pelo baixo impacto ambiental, deste curterente. Por outro lado, a maior problemática do uso dos taninos vegetais, é que os couros ficam bem mais duros, quando comparados com couros de peixes curtidos com óxido de cromo.

Para a verificação da qualidade dos couros, estes são submetidos a diversos testes físicos – mecânicos. Os testes confirmam que as peles apresentam resistência variável em função de uma série de fatores, tais como a espécie de peixe e composição das fibras colágenas, tamanho do peixe, técnica de curtimento empregada, região da pele e sentido ou direção do couro (longitudinal e transversal ao comprimento do peixe) entre outros (Souza, 2004; CYRINO, 2008).

Os testes de resistência para couros de peixes são os mesmos aplicados aos couros bovinos, o de resistência à tração (N/mm^2), à força máxima (N), à deformação de ruptura (mm), ao alongamento (%), ao rasgamento progressivo conforme ABNT – 11041 1997, ABNT – 11055, 2005. Sendo estes testes aplicados a corpos-de-prova retirados no sentido longitudinal, transversal e diagonal (Souza 2004, Santos et al., 2012; Franco et al, 2014).

O objetivo desta pesquisa foi estudar aspectos histológicos da morfologia da pele de robalos, desenvolvendo a melhor técnica curterente, e avaliar a resistência mecânica do couro desta espécie de peixe, transformação da pele em couro, e avaliação físico-mecânicos da resistência do produto final.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017

METODOLOGIA

Os experimentos foram realizados no Curtume Artesanal Comunitário de Pontal do Paraná/PR (PROVOPAR), Município de Pontal do Paraná/PR, na parte de curtimento, e para análises histológicas os testes de resistência foram realizados no Laboratório Multidisciplinar de Estudos Animais, da UNESPAR campus Paranaguá.

As peles de robalos *in natura*, e com excelente estado de conservação, foram adquiridas com pescadores e trazidas ao Laboratório Multidisciplinar de Estudos Animais, da UNESPAR, campus Paranaguá. Imediatamente, as amostras eram retiradas conforme ABNT- NBR 11032:1998 e 15187:2005 para fixação em alfaque (5% de ácido acético glacial, 10% de formol e 85% de álcool 80%, de acordo com SCHWARZ,2009).

O procedimento histológico para o couro de peixe foi dividido em 4 fases: emblocagem, corte, coloração em PAS (Periodic Acid-Schiff) e montagem.

Na primeira fase de emblocagem a peça ficou totalmente mergulhada no álcool 70% e identificada, lavada e retirado o álcool, e adicionado uma ou duas gotas de hematoxilina para dar cor ao material, e em seguida lavado para tirar o excesso de hematoxilina. Os banhos das amostras das peles de peixes foram feitos em álcool 80%, 90%, e por três vezes em álcool 100%, todos em um período de 10 minutos. Dentro da capela de extrusão de gases, todo o material foi colocado no Xilol P.A. por 30 minutos, até a peça ficar translúcida, e na sequência recebeu um banho de parafina histológica por 30 minutos à temperatura de 60 °C, na estufa, e após emblocada cada amostra.

Os blocos foram tremados e a identificação colada no bloco, com ajuste de 5 a 7 micrometros, no micrótomo foi utilizado o “banho maria histológico”, para que a amostra fique adequada, para ser colocada na lâmina histológica e secar.

Na montagem as lâminas foram colocadas em uma chapa aquecedora à 60°C, para derreter o excesso de parafina. Para o início da hidratação, cada amostra permanecerá no xilol I por 10 minutos; xilol II por 15 minutos; álcool 100% I por 2 minutos; álcool 100% II; 90%, 80%,70% por 2 minutos.

Na coloração PAS os processos consistiram em: colocar as lâminas no “berço” no álcool 70% por 2 minutos, água destilada por 2 minutos, ácido periódico por 10 minutos. Após as lâminas foram lavadas em água corrente por 5 minutos, e imediatamente passadas em banho de água destilada, seguindo para o Reativo de Schiff por 30 minutos, e realizado 3 banhos de 2 minutos cada em água sulfurosa.

As lâminas foram submergidas na hematoxilina por 20 segundos e lavadas várias vezes para sair o excesso de coloração. Em seguida deixadas em banho com água por 10 minutos, depois enxaguadas em água destilada, desidratadas em álcool 90%, álcool 100% I, álcool + xilol, xilol I e xilol II cada um

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017

por 5 minutos. A montagem das lâminas com a lamínula foram realizadas com “Permout®”.

Com relação ao procedimento de curtimento, o experimento foi realizado em um delineamento inteiramente casualizado, com dez repetições, sendo a unidade experimental o couro.

No quadro um, está demonstrado a metodologia inicial a que foi desenvolvida adaptados de Souza (2004) e Viegas e Souza (2011), conforme os resultados de maciês e de resistência mecânica dos couros de robalos. Para todo este procedimento, foram anotados as horas iniciais e finais de cada fase, documentando as alterações que ocorreram na pele em cada etapa de curtimento. As peles foram curtidas em fulão de madeira, com rotação aproximada de 16 rpm.

Quadro 1. Processo de curtimento a ser adaptado, para a transformação da pele de robalo em couro.

ETAPA	REAGENTES	OBSERVAÇÕES
<u>Remolho</u>	200% de água 4% de amaciante concentrado para roupas 1% de bactericida para couros 2% Tensoativo	1 hora no fulão – Esgotar (repetir o processo). Lavar as peles.
<u>Caleiro</u>	200% de água 3% Hidróxido de Cálcio 2% Soda barrilha 1% Tensoativo	3 horas no fulão – Esgotar e lavar. Repetir o processo até as peles ficarem inchadas e translúcidas. Esgotar e lavar as peles.
<u>Desencalagem</u>	100% de água 0,5% de desencalante 1% Tensoativo	30 minutos – Esgotar e lavar as peles
<u>Purga/Desengra xe</u>	100% de água 1% de enzima proteolítica 1% Tensoativo 0,5% de desencalante	1 hora – Esgotar e lavar as peles
<u>Píquel</u>	100% de água 4% Sal Acrescentar 1% Ácido Fórmico Acrescentar 10% Tanino vegetal	30 Minutos 15 Minutos 2 horas (descanso de 12 horas das peles, submersas nesta solução). Esgotar e lavar. Nesta

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017

		fase as peles já devem se transformar em couro. Esgotar e lavar os couros
<u>Neutralização</u>	100% de água 0,5% Bicarbonato de Sódio	30 minutos – Esgotar e lavar os couros
<u>Recurtimento/</u> <u>Tingimento</u>	100% água 4% Tanino vegetal 2% Anilina para couro Acrescentar 1% Ácido fórmico	1 Hora 1 Hora – Esgotar e lavar os couros
<u>Engraxe</u>	100% água a 40 °C 4% Óleo sulfitado 4% Óleo sulfatado 4% Amaciante comercial de roupas 1% Catalix® Acrescentar 1% Ácido fórmico	1 Hora 1 Hora, e lavar os couros
<u>Secagem</u>		Estender as peles sobre pano e secar a sombra. Amaciamento Manual

Estes couros ficaram extremamente duros com a metodologia descrita no quadro 1, e um novo método foi desenvolvido, conforme o quadro 2 e a partir desta nova técnica de curtimento de robalos, é que as análises de resistências foram realizadas.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017

Quadro 2. Processo de curtimento que foi desenvolvido a partir do quadro 1, para a transformação da pele de robalo em couro.

ETAPA	REAGENTES	OBSERVAÇÕES
<u>Remolho</u>	200% de água 4% de amaciante concentrado para roupas 1% de bactericida para couros 2% Tensoativo	1 hora no fulão – Esgotar (repetir o processo). Lavar as peles.
<u>Remolho</u>	200% de água 4% de amaciante concentrado para roupas 1% de bactericida para couros 2% Tensoativo	1 hora no fulão – Esgotar (repetir o processo). Lavar as peles.
<u>Caleiro</u>	200% de água 3% Hidróxido de Cálcio 2% Soda barrilha 1% Tensoativo	3 horas no fulão – Esgotar e lavar. Repetir o processo até as peles ficarem inchadas e translúcidas. Esgotar, lavar as peles e raspar em superfície áspera a parte interna da pele para maior penetração do cal que tem como função a abertura das fibras colágenas, bem como o seu relaxamento..
<u>Caleiro</u>	200% de água 3% Hidróxido de Cálcio 2% Soda barrilha 1% Tensoativo	Deixar as peles submersas na solução do caleiro, após três horas de batimento no fulão, por 12 horas. Após esgotar e lavar.
<u>Desencalagem</u>	100% de água 0,5% de desencalante 1% Tensoativo	30 minutos – Esgotar e lavar as peles
<u>Purga/Desengra xe</u>	100% de água 1% de enzima proteolítica 1% Tensoativo 0,5% de desencalante	1 hora – Esgotar e lavar as peles

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017

<u>Píquel</u>	100% de água 4% Sal Acrescentar 1% Ácido Fórmico Acrescentar 10% Tanino vegetal	30 Minutos 15 Minutos 2 horas (descanso de 12 horas das peles, submersas nesta solução). Esgotar e lavar. Nesta fase as peles já devem se transformar em couro. Esgotar e lavar os couros
<u>Neutralização</u>	100% de água 0,5% Bicarbonato de Sódio	30 minutos – Esgotar e lavar os couros
<u>Recurtimento/ Tingimento</u>	100% água 4% Tanino vegetal 2% Anilina para couro Acrescentar 1% Ácido fórmico	1 Hora 1 Hora – Esgotar e lavar os couros
<u>Engraxe</u>	100% água a 40 °C 4% Óleo sulfitado	
	4% Óleo sulfatado 4% Amaciante comercial de roupas 1% Catalix® Acrescentar 1% Ácido fórmico	1 Hora 1 Hora, e lavar os couros
<u>Secagem</u>		Estender as peles sobre pano e secar a sombra. Amaciamento Manual

Após curtidos os couros de robalos conforme o quadro 2, os mesmos foram levados ao Laboratório Multidisciplinar de Estudos Animais, da Unespar campus de Paranaguá, para serem secos, amaciados, mensurados o comprimento, largura e espessura, para dar prosseguimento para as análises de resistência, iniciando com a retirada dos corpos de provas em cada couro, conforme figura 1.



Figura 1. Em A, balancim para retirada dos corpos de prova. (Foto: Santos, Anderson Ricardo, 2017)



Figura 2. Em B, corpos de prova. (Foto: Santos, Anderson Ricardo, 2017)

Os corpos - de - provas foram retirados dos couros para determinação dos testes de tração - N/mm^2 , alongamento - % (ABNT – NBR 11041, 1997) e de rasgamento progressivo – N/mm (ABNT NBR – 3015, 1989). Com auxílio de um balancim no sentido longitudinal e transversal ao comprimento do corpo do peixe no Laboratório Multidisciplinar de Estudos Animais da UNESPAR, campus Paranaguá. Imediatamente, as amostras foram retiradas conforme ABNT-NB, em um ambiente climatizado em torno de $23^{\circ}C$ e umidade relativa do ar de 50%, permaneceram por 24 horas (ABNT - NBR 10455, 1988). Para os testes físicos – mecânicos, foi utilizado um dinamômetro (Máquina de ensaio universal) da marca Maqtest®, com velocidade do travessão fixa e capacidade de $100kgf/mm^2$.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os couros curtidos conforme o quadro 2, ficaram macios. Porém os couros de robalo peva, da metade do mesmo até a cauda ficaram duros em relação ao robalo flecha, e com isso pode-se concluir que o método de curtimento atendeu apenas o robalo flecha. Também foi percebido diferenças no desenho da flor da pele dos robalos analisados, conforme demonstrados na figura 2.



Figura 2. Couro curtido de robalo flecha (A) a esquerda, e robalo peva a direita (B). Diferenças nas características morfológicas do desenho da flor. (Fonte: SANTOS.Anderson Ricardo, 2017)

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017

Na tabela 1 abaixo, estão descritos os resultados das análises de resistência dos couros de robalo peva (*Centropomus paralellus*) e robalo flecha (*Centropomus undecimalis*), bem como suas características morfológicas.

Tabela 1. Resultados das características e dos testes de resistência dos couros de robalo peva (*Centropomus paralellus*) e robalo flecha (*Centropomus undecimalis*), somente a aplicação da força em N/mm².

Análise	Robalo Peva	Robalo Flecha
Tamanho do Peixe cm	46,4 X 12,4	47,3 X 13,6
Espessura mm	1,9	2,0
Força de tração alongamento N/mm ²	21,3	23,9
Força de ruptura transversal N/mm ²	18,7	19,1
Rasgamento Progressivo N/mm ²	30,8	31,6
Força de ruptura longitudinal N/mm ²	23,4	26,7

Os resultados demonstraram que o couro do robalo peva parece ser inferior ao robalo flecha em todos os parâmetros analisados, bem como no desenho da flor, maciez, facilidade de curtimento.

A espessura dos peixes analisados foram superiores aos encontrados por Franco et al. (2013) em tilápia, pacú e tambaqui. Isso se deve a diferenças das morfologias entre estas espécies de peixes, e o fato de os robalos serem marinhos, bem como o hábito alimentar na natureza. Os dados de espessura do couro de robalo flecha, de acordo com a ABNT NBR 13525:2016, sugerem que este pode ser utilizado em automotivos, moveleiro e cabedal de moda. No gráfico 1, fica mais visível a superioridade do couro do robalo flecha em comparação ao peva.

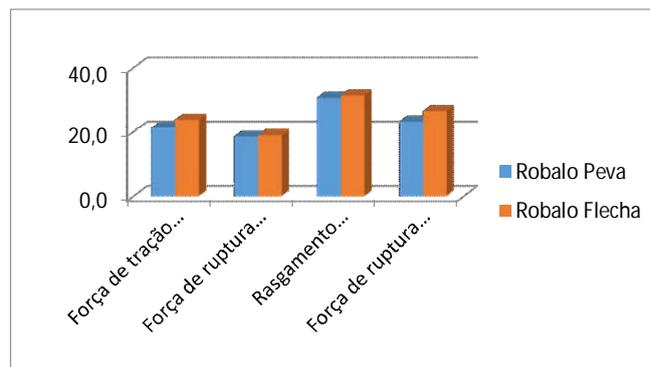


Grafico1. Gráfico comparativo da resistência do robalo peva em comparação ao Flecha.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017

Para as forças aplicadas durante o processo de análise das resistências, e considerando ainda a espessura dos couros estudados, de acordo com a ABNT NBR 13525:2016 os couros analisados de robalos podem ser utilizados na confecção de roupas, acessórios de moda, bolsas, carteiras, bijuterias, artesanatos, moveis e em como estofamentos de veículos.

As análises histológicas das peles *in natura* destes dois peixes apresentaram fibras colágenas, dispostas de forma diferente em cada espécie de robalo, como está na figura 3.

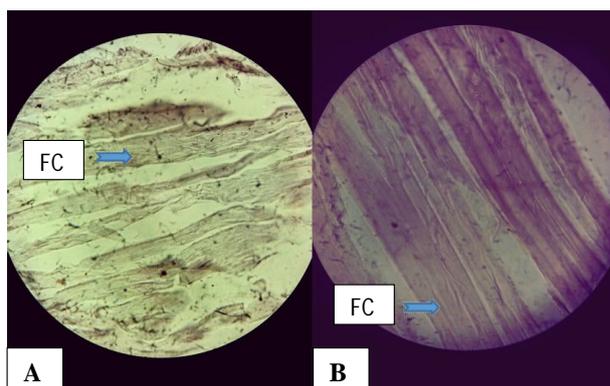


Figura 3. Foto micrografia das peles de robalo peva (A) e flecha em B. As fibras colágenas (FC) em B estão com aspecto integro e em maiores quantidades em relação a A aumento em 40X. Coloração PAS. (Fonte: SANTOS.Anderson Ricardo, 2017)

Os estudos histológicos da pele *in natura* de robalo peva, revelaram uma pele com fibras soltas, menos densas e com baixa elasticidade. Por outro lado, as fibras colágenas do robalo flecha apresentaram integridade, maior capacidade de deslizamento de umas sobre as outras, o que pode ter conferido um couro mais macio e maleável, além do aspecto e desenho da flor que apresentaram maior beleza em relação ao robalo peva.

Os aspectos histológicos de peles de peixes são estudados exatamente para conferir a qualidade dos mesmos. Fanco et al. (2013) analisaram peles de tilápia do Nilo, pacú e tambaqui e encontraram diferenças entre estas peles, sendo que as de tilápia apresentaram lamélulas maiores que as demais espécies, e que as fibras colágenas (FC) da tilápia foram mais finas no sentido transversal, enquanto as do pacú e tambaqui apresentaram FC mais grossas no sentido longitudinal, conferindo a tilápia menor resistência do que o pacú e tambaqui.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017**

Os dados do estudo com os robalos colaboram com os discutidos por Fanco et al. (2013), pois foram encontrados diferenças na morfologia da disposição das fibras colágenas das espécies estudadas, como observado na figura 3 e gráfico 1, em que os robalos flecha apresentaram melhores valores de resistência de força aplicada aos corpos de prova,

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para as peles de robalos, houve a necessidade da repetição de dois remolhos, e na fase de caleiro este teve que ser acrescido de três horas, em fulão com dezesseis rotações por minutos, além de estas peles precisarem ficar submersas a um banho de doze horas nesta solução, para abertura adequada das fibras, totalizando um tempo de curtimento de quarenta e três horas.

As peles de robalo peva, são diferentes aos do fecha por apresentarem maior entrelaçamento das fibras colágenas conferindo um aspecto duro após, e com menor espessura do couro de robalo flecha e desenho de pele (flor), principalmente na região caudal e de qualidade inferior ao robalo flecha.

O dado de espessuras dos couros de robalo fecha de acordo com a ABNT NBR 13525:2016, sugerem que este pode ser utilizado em automotivos, moveleiro, artesanatos em geral e cabedal de moda. Já os de robalos peva somente em artesanatos e acessórios de moda.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 10455: **climatização de materiais usados na fabricação de calçados e correlatos**. Rio de Janeiro: p.1-2, 1988.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 11041: **couros – determinação da resistência à tração e alongamento**. Rio de Janeiro, 1997.p.1-5.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. 11055: **couro -determinação da força de rasgamento progressivo**. Rio de Janeiro, 1997.p.1-4.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. 13525: **couro - Ensaio físico e químico em couro — Valores orientativos para aceitação de couros**. Rio de Janeiro, 2016.p.1-9.
- CARDOSO, J. O desing industrial como ferramenta para a sustentabilidade: estudo de caso do couro de peixe. **Revista espaço acadêmico**, nº 114, Nov,2010.
- CYRINO, J. E. P.; SCORVO, J. D. F.; SAMPAIO, L. A.; CAVALLI, R. O. **Tópicos Especiais em Biologia Aquática e Aquicultura II**. Sociedade Brasileira de Aquicultura e Biologia Aquática. Jaboticabal, 2008. 376p.
- FIPERJ. Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro. Secretaria de desenvolvimento Regional

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017

Abastecimento. Relatório final, 2014, p. 141.

FRANCO, M. L. R; FANCO, N. P.; GASPARINO, E.; DORADO, D.M.; PRADO, M;

VESCO, A. P. Comparação das peles de tilápia do Nilo, pacú e tambaqui: Histologia, composição e resistência. **Archivos de Zootecnia**, v. 62, nº 237, p. 21-32, 2013.

FRANCO, M. L. R; PRADO, M.; FERNANDES, V. R. T.; DELBEM, A. C. B.; LARA; J.

A. F.; BIELAWSKI, K.; GASPARINO, E.; VESCO, A. P. Pele de surubim: morfologia e resistência do couro com adição de óleo no engraxe. **Acta Tecnológica**, v. 9, nº 1, p. 1-8, 2014.

MPA.Ministério de Pesca e Aquicultura.Participação da aquicultura no setor pesqueiro nacional. 2011. Disponível em <http://www.mpa.gov.br/aquiculturampa/informacoes/producao>>Acesso em 21/05/2012.

SCHWARZ, K.K. Mananoligossacarídeo em Dietas para Larvas e Juvenis de Tilápia do Nilo. 2009. Tese (Doutorado em Zooecnia) Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Agrárias.Maringá – PR. 75p, 2009.

SCHWARZ, K. K. E ROVEDA, L. F. **Projeto Couro de Peixe e a Implantação de curtumes comunitários**. In: 33ª SEURS, UNIPAMPA, Bagé, 2015.

SOUZA, M. L. R. **Tecnologia para processamento das peles de peixes**/ Maria Luiza Rodrigues Souza – Maringá, PR: Eduem, 2004. 59 p.: Il. (Coleção Fundamentum; 11).

SOUZA, M. L. R. **Tecnologia para processamento das peles de peixe**. Maringá: Eduem, 2008, 59p.

VIEGAS, E. M. M. & SOUZA, M. L. R.. **Técnicas de Processamento de Peixes**.Centro de Produções Técnicas, Viçosa, p. 256, 2011.



ESTUDOS DA ARGUMENTAÇÃO: TEXTO E CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS

Fernanda Duarte Siqueira (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus Paranaguá, duartesiqueira94@gmail.com
Daniela Zimmermann Machado (Orientador), Unespar/Campus Paranaguá,
daniela.machado@unespar.edu.br

Palavras-chave: Argumentação. Texto. Sentido.

INTRODUÇÃO

O objetivo da pesquisa foi analisar a construção do sentido do texto, considerando especialmente os estudos da argumentação. Assumimos em nosso estudo que todo texto apresenta um raciocínio argumentativo, isto é, todo texto apresenta argumentatividade, o que é pressuposto pelo fato de a linguagem ser dialógica. E se afirmamos que todo texto é argumentativo, é verdade que todo gênero é também marcado por certa argumentatividade (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005 e Reboul, 2004).

Para constatar esta argumentatividade, investigamos, nos textos selecionados, os fatores da argumentação bem como os operadores argumentativos responsáveis pela construção do sentido do texto. Podemos afirmar que todo texto aponta para a defesa de um ponto de vista, mesmo de forma não explicitada.

Para esta pesquisa, realizamos leituras aprofundadas a respeito do tema e, para a compreensão do fenômeno argumentativo, trabalhamos com os gêneros coluna jornalística e notícia, entendendo-os como textos que veiculam uma opinião, que pode apresentar a sequência textual argumentativa explicitada (caso da coluna jornalística) ou a argumentação pode estar implícita, no caso do texto caracterizado pelo gênero notícia. Selecionamos uma coluna jornalística e uma notícia, respectivamente apresentadas: “A invisível realidade do tráfico de pessoas” de Fernanda Alves dos anjos e “Como bilhete deixado no banheiro de avião por aeromoça salvou menina vítima de tráfico humano” por BBC BRASIL, que serão apresentadas a seguir, procurando investigar a construção do sentido a partir da intertextualidade, das escolhas lexicais, dos pressupostos e inferências que contribuem para a construção da argumentação e do sentido do texto. Como critério de análise, seguimos o planejamento: investigação da discursividade, análise da constituição da sequência textual que define/caracteriza o texto e análise dos aspectos investigados, sempre observando a linha argumentativa do texto. Para a realização deste estudo, baseamo-nos em Perelman e Olbrechts-Tyteca

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

(2005), Fiorin (2015) e Koch (1996/2016) para o estudo da argumentação, em Adam (2008) para o estudo da sequência textual argumentativa e em Koch, Bentes e Cavalcante (2008), para o estudo da intertextualidade. Os textos analisados mostram que a intertextualidade e as escolhas lexicais promovem a construção argumentativa do texto, na medida em que esses recursos revelam, a partir da presença de outras vozes e das descrições definidas (escolhas lexicais) a explicitação de um ponto de vista. Observar esses elementos, atentando-se à constituição da sequência textual argumentativa faz com que tenhamos uma compreensão maior do fenômeno da argumentação.

Construir um sentido a partir da leitura, ao ponto de descobrir qual é a intenção passada pelo texto, é criar um elo de interação entre autor-leitor-texto (KOCH, 2008). A argumentação, nesse sentido, se dá a partir da decodificação feita pelo leitor no momento em que este tem o seu primeiro contato com o texto. É nesse instante em que serão estabelecidas as avaliações, julgamentos, críticas, isto é, todo um juízo de valor que será evidenciado pelo leitor. Todo esse processo interacional constitui o próprio ato da argumentatividade, este, crucial e muito presente em colunas e notícias jornalísticas, devido, sobretudo, ao alto teor persuasivo pregado por esses gêneros textuais. Importante destacar que a linha argumentativa é importante para a construção do sentido de qualquer texto, pois percebê-la faz com que entendamos a intenção dos textos. Por isso, a preocupação em investigar esse fenômeno intrínseco da linguagem.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS (DISCUSSÃO)

O homem convive em sociedade, onde precisa se comunicar uns com os outros, e fazem isso de diversas maneiras e uma delas é através da linguagem. Sendo ela um fator imprescindível que transmite valores, caracterizados pela argumentatividade.

a interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade. Como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor. Por outro lado, por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade – tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões. É por esta razão que se pode afirmar que o **ato de argumentar**, isto é, de orientar o sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois **a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia**, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neuro”, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade. (KOCH, 1996, p. 19)

Sobre a retórica, Perelman (1970, p. 20.) “ressalta que a argumentação visa a provocar ou a incrementar a ‘adesão dos espíritos’ às teses apresentadas ao seu assentimento, caracterizando-se, portanto, como um ato de persuasão”. Desta forma, é uma retomada dos termos elaborados pelos Antigos filósofos como Aristóteles:

Desse modo, o discurso foi-se tornando objeto central de diversas tendências da linguística moderna, como a análise do discurso, a teoria de texto e a semântica

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

argumentativa. Esta última, preocupada com a construção de uma macrossintaxe do discurso, postula uma pragmática integrada à descrição linguística, isto é, como um nível intermediário entre o sintático e o semântico, considerando, portanto, os três níveis como indissoluvelmente interligados. Em decorrência, postula que a argumentatividade está inscrita no nível fundamental da língua. [...]. (PERELMAN, 1970, p. 21.)

Troca de idéias, tomada de posições, discussão, tudo isso são formas de argumentação, somos solicitados a nos posicionar e emitir uma opinião a assumir um ponto de vista todo o tempo. E esse processo se dá independente da sequência textual que constitui o texto e o gênero. No caso de uma descrição ou narração há argumentatividade, pois a escolha do que narrar, como narrar e a escolha das descrições revelam um posicionamento por parte dos sujeitos/autores.

Argumentar é a maneira de influenciar o locutor através de argumentos que organizam idéias e estruturam o raciocínio que será em defesa da tese ou do ponto de vista. Portanto, a argumentação exige do sujeito explicações necessárias vindas de experiências empíricas para convencer o locutor de sua opinião.

A aceitação dessa afirmação feita por (Perelman, p.19) – nos faz refletir o que se costumamos chamar de dissertação e de argumentação, visto que a primeira teria de limitar-se à exposição de idéias alheias, sem nenhum posicionamento pessoal, porém, acontece que a simples seleção das opiniões a serem reproduzidas já implica, por si só, numa opção, bem como nos textos denominados narrativos e descritivos. O argumento não necessariamente se faz presente, mas a argumentação sim.

Também é importante dizer que os termos “argumentação” e “retórica” são utilizados como quase sinônimos, conforme se diz a presença de ambas em todo e qualquer tipo de discurso.

Perelman (1970), filósofo e jurista, ressalta que a argumentação visa provocar ou incrementar a “adesão dos espíritos” às teses apresentadas ao seu assentimento, caracterizando-se como ato de convencer, dirige-se unicamente à razão através de um raciocínio lógico e por meio de provas objetivas, capaz de atingir um “auditório universal”, possuindo caráter demonstrativo e atemporal, já o ato de persuadir por sua vez procura atingir a vontade e o sentimento do interlocutor por meio de argumentos plausíveis e tem caráter ideológico, subjetivo temporal, dirigindo-se para um auditório particular. Nesse sentido, as colunas jornalísticas que serão analisadas aqui trazem a maioria dos traços do ato de convencer com a intenção de atingir um todo, pois o ato de persuadir, é direcionado somente para um público particular o que não é o caso do gênero analisado.

Então, para que o sujeito possa persuadir o interlocutor e mudar sua opinião é importante que na argumentação tenha uma proposta que provoque em alguém um questionamento quanto a sua legitimidade, um sujeito que desenvolva um raciocínio para legitimar sua afirmação, e um outro sujeito que seja o alvo da argumentação. A argumentação e a retórica estão presentes em todos os discursos.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Todo enunciado diz algo, mas o diz de certo modo. Ao dizer, o enunciado representa um estado de coisas no mundo. Para cada significado, há um sentido que varia dependendo do histórico linguístico dos interlocutores.

Para cada enunciado, por haver diversas interpretações com intenções diferentes, usamos o senso comum para compreendermos a intenção que há no discurso, levando em consideração o contexto social e sua natureza linguística. Nesse sentido, podemos dizer que os enunciados se formam pelas comunicações e a estrutura dessa representação, colocando seus pontos de persuasão para a sua defesa dentro do discurso

A interpretação que está presente todo tempo nas comunicações tem como fundamento as suposições. A pressuposição está dentro da relação que se estabelece entre o texto e a sua enunciação. Para Ducrot, a pressuposição sempre esteve presente nos seus trabalhos sofrendo várias mudanças em seu conceito, em 1966, o estudioso define a pressuposição como condição de emprego do enunciado, como o passar do tempo Ducrot conceitua novamente a pressuposição como:

Pressupor um certo conteúdo é colocar a sua aceitação como condição anterior do diálogo. É por essa razão que o ato de pressupor é um ato social e portanto, usa a força de expressão para transformar-se imediatamente as possibilidades de fala do interlocutor, ou seja, modifica-se o seu direito de falar. A recusa dos pressupostos leva a rejeição do diálogo oferecido pelo falante no momento em que fala (DUCROT, 1996, p. 59)

A pressuposição existe em todo o momento e em qualquer discurso, sendo específica em cada área, no nível fundamental da língua baseando-se na coerência discursiva. O outro lado da pressuposição fica no segundo nível que inclui a retórica ou a pragmática aplicada, trazendo uma argumentação de grande eficácia. Esse estudo é relevante para compreender melhor o processo de argumentação. Como analisamos textos de caráter argumentativo, como a coluna jornalística, vemos que o leitor precisa fazer uma série de inferências para a compreensão geral do texto. A construção argumentativa desses textos requer que o leitor pressuponha e acione uma série de conhecimentos anteriores. Por exemplo, no texto “Como bilhete deixado no banheiro de avião por aeromoça salvou menina vítima de tráfico humano” já no título da notícia, o léxico nos permite ter uma ideia do que será apresentado, já que as palavras a palavra “aeromoça”; “menina”; “tráfico humano” nos remete a inferir a sequência de argumentos que nos será apresentada a seguir para que se comprove o fato afirmado.

As relações discursivas que se estabelecem entre enunciado e enunciação são denominadas ideológicas ou argumentativas, cada qual com a sua própria característica na linguagem e por meio dos operadores do discurso são possíveis se chegar a conclusão da tese, antes das suas proposições. As relações argumentativas ou pragmáticas estruturam os enunciados com ajuda dos operadores argumentativos na maioria das vezes. É essa argumentatividade que tessitura o discurso.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Outras duas questões discursivas foram importantes para a realização da pesquisa: o conhecimento da sequência textual argumentativa e os operadores argumentativos. Sequências textuais são características que indica se o texto é de forma argumentativa ou não, e os operadores argumentativos são palavras usadas para a ligação das orações dando um sentido dentro do texto.

A sequência textual argumentativa “se define por uma situação textual na qual um segmento de um texto constitui um argumento a favor de outro segmento do mesmo texto. (MARQUESI; ELIAS; CABRAL, 2017, p. 24). Adam (2001) sugere os seguintes encaminhamentos da construção da sequência argumentativa: a tese anterior, os dados e a conclusão. No texto de coluna jornalística, em que a sequência é explicitada, podemos observar como tese: as escolhas lexicais conferem coesão e coerência à sequência textual, reforçando, assim, a força argumentativa da locutora que procura demonstrar ao o leitor a complexidade que envolve o assunto “tráfico humano” e finaliza esse raciocínio dizendo que: “Culpar, portanto, as vítimas por sua própria sorte ou considerar que as causas do tráfico de pessoas são absolutamente pessoais significa desconsiderar que dinâmicas como estas, de formas distintas, estão presentes em cada país e reforçam o cenário para que o tráfico de pessoas possa se expandir”.

Percebemos que os critérios de análise da construção da sequência textual e das escolhas lexicais são fundamentais para a interpretação do texto e compreensão do sentido sendo cruciais para continuidade e progressão de ideias dentro do gênero coluna de jornal como a intertextualidade também é, pois relaciona os textos entre si mostrando influencias estabelecidas entre eles.

TEXTO ANALISADOS

Mulheres são as principais vítimas do tráfico humano

São Paulo--(DINO - 08 mar, 2017) - Dia Internacional da Mulher é momento para refletir sobre tráfico de pessoas e exploração sexual, alerta especialista. O problema é grave no Brasil. Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), apontam que o tráfico de pessoas é uma das atividades criminosas mais lucrativas do mundo, envolvendo cerca de 2,5 milhões de vítimas e movimenta aproximadamente U\$ 32 bilhões por ano. De acordo com o Relatório Nacional Sobre Tráfico de Pessoas, realizado pelo Ministério da Justiça, indica que entre os anos de 2005 e 2011, foram identificados 337 casos de brasileiros vítimas de tráfico para fins de exploração sexual. O país onde foi registrada uma incidência maior de brasileiras vítimas de tráfico de pessoas foi o Suriname, com 133 vítimas, seguido da Suíça, com 127, da Espanha, com 104 e da Holanda, com 71. A coordenadora do Curso de Relações Internacionais da Faculdade Santa Marcelina (FASM), Rita Do Val, relata que entre os motivos que favorecem o aliciamento de meninas e mulheres, são a desigualdade, pobreza e o número de rotas de tráfico de pessoas.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

A faixa etária de maior incidência do tráfico internacional de pessoas é entre 10 e 29 anos. Isto quer dizer que os aliciadores têm preferência por crianças e adolescentes, o que é alarmante, afirma Rita.

"Para evitar ser vítima desse tipo de crime, alguns cuidados são fundamentais, como analisar as propostas de emprego, buscando informações sobre o contratante, não acreditar em casamentos arranjados por agências e sempre avisar o maior número de pessoas sobre a viagem, o local de destino, endereço e informações sobre os contratantes. É importante viajar com o passaporte e uma cópia autenticada, que deve ser guardada em separado do original e não permitir que outras pessoas guardem documentos pessoais ou dinheiro", recomenda a especialista.

O professor de psicologia da FASM, Breno Rosostolato, explica que todos os casos de exploração sexual são crimes previstos em código penal, e as vítimas deste mercado sexual ficam à mercê dos exploradores, contraindo dívidas exorbitantes. Em consequência disso, sofrem ameaças que alimentam um cárcere psicológico, além de físico.

O psicólogo alerta que para combater estas práticas, é necessário ampliar a cooperação entre órgãos policiais de todos os países, além de instituir medidas que ultrapassem ações discretas e repressivas, como orientação à sociedade e comunidades marginalizadas. "Outra ação importante é traçar o mapa de onde se concentram essas práticas de trabalho escravo e exploração sexual, mobilizar a população sobre a calamidade que toma conta da vida de pessoas que são corrompidas e têm sua dignidade e liberdade esfaceladas".

O Brasil integra uma rede internacional de combate ao tráfico de mulheres e uma das ferramentas é o Ligue 180 Internacional. O sistema foi criado em novembro de 2011, atende atualmente 15 países ? Espanha, Itália, Portugal, França, Estados Unidos, Inglaterra, Noruega, Guiana Francesa, Argentina, Uruguai, Paraguai, Holanda, Suíça, Venezuela, Bélgica e Luxemburgo.

<http://economia.estadao.com.br/noticias/releases-ae,mulheres-sao-as-principais-vitimas-do-trafico-humano,70001692074>

Como bilhete deixado no banheiro de avião por aeromoça salvou menina vítima de tráfico humano

7 fevereiro 2017

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**



Direito de imagemSHELIAFEDRICKImagecaptionSheliaFedrick divulgou o caso ocorrido em 2011

Uma comissária de bordo americana salvou uma menina vítima de tráfico humano após desconfiar do modo como o acompanhante dela a tratava durante o voo e deixar um bilhete para a garota no banheiro.

SheliaFedrick, de 49 anos, viu uma adolescente com aparência desgredada sentada ao lado de um homem mais velho e bem vestido no avião em que estava trabalhando - o contraste entre ele e a garota, que parecia ter entre 14 e 15 anos, chamou sua atenção.

A menina "parecia que tinha vivido um inferno", contou a comissária à rede americana NBC. Para completar a situação, o homem não permitia que Fedrick conversasse com a adolescente.

Desconfiada, ela conseguiu se comunicar discretamente com a jovem, sussurrando para que fosse ao banheiro, onde deixou um bilhete.

A menina então escreveu uma resposta: "preciso de ajuda".

A adolescente era, na verdade, vítima de tráfico humano. Os instintos de Fedrick ajudaram a salvá-la: com o pedido de socorro em mãos, a comissária conseguiu mobilizar o piloto, que informou a polícia.

Quando o avião pousou, os policiais já estavam esperando no terminal.

O incidente ocorreu em 2011, em um voo da Alaska Airlines entre Seattle e San Francisco, mas foi divulgado pela imprensa americana nesta semana - a organização de caridade AirlineAmbassadors está tentando treinar funcionários de companhias aéreas para perceber situações como essa e ajudar a combater o tráfico humano.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

De acordo com a organização NationalHumanTraffickingHotline, que recebe denúncias do crime por telefone nos EUA, 7.572 casos foram relatados no país em 2016.

Medo e nervosismo



Direito de imagemGETTYIMAGESImagecaptionO incidente relatado por Fedrick ocorreu em um voo da Alaska Airlines

O site da AirlineAmbassadors enumera alguns sinais de que uma pessoa possa estar sendo vítima de tráfico humano.

Por exemplo: a vítima pode aparentar ter medo de seguranças uniformizados, não ter certeza de qual é seu destino e aparentar nervosismo.

Além disso, também pode responder a perguntas de uma forma ensaiada e estar usando roupas que não combinam com o clima do lugar para onde está indo.

Já os traficantes, de acordo com a AirlineAmbassadors, podem tentar responder a questões no lugar da vítima, observar cada movimento dela atentamente e não saber seu nome ou dados pessoais.

"Dizemos para as pessoas não tentarem resgatá-las, pois você pode colocar a vítima e você mesmo em perigo", explicou à NBC Nancy Rivard, fundadora da organização.

A AirlineAmbassadors orienta os comissários e comissárias a não enfrentar ninguém ou demonstrar abertamente preocupação ou inquietação.

Eles devem, a exemplo do que fez Fedrick no caso da Alaska Airlines, pedir ao piloto informe o aeroporto onde o voo vai pousar.

A jovem salva pela comissária hoje frequenta a universidade - e ainda mantém contato com ela.

Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38895589>. Acesso: 23 de janeiro. 2017.

ANÁLISE DA RETOMADA DOS ITENS LEXICAIS QUE CONCORREM PARA A CONSTRUÇÃO DE SENTIDO DO TEXTO NUMA PERSPECTIVA ARGUMENTATIVA

É preciso lembrar que os itens aqui analisados fazem parte de uma das possibilidades de se poder acompanhar e perceber como a escolha lexical pode ser crucial para continuidade e progressão de ideias dentro do gênero coluna de jornal. Há que se destacar ainda que existe quase que uma infinidade de recursos e aspectos que também concorrem para construção de sentido de tal gênero e que por motivo de espaço e objetivo, aqui não serão analisados.

No texto “Como bilhete deixado no banheiro do avião por aeromoça salvou menina vítima de tráfico humano” já no título da notícia, o léxico nos permite ter uma ideia do que será apresentado, já que as palavras como “aeromoça”; “menina”; “tráfico humano” nos remete a inferir a sequência de argumentos que nos será apresentada a seguir para que se comprove o fato afirmado. Dessa forma, para retomar a palavra “menina”, dentro da sequência textual, o locutor lança mão da sinonímia para estabelecer uma relação de equivalência entre a palavra menina e adolescente, menina e garota e menina e jovem, essas substituições conferem continuidade de significação à coluna, estabelecendo dessa forma, um nexos de referência que promove uma maior a inteligibilidade do texto.

Para reforçar os argumentos que levaram a comissária de bordo a ficar intrigada com a situação de refém da menina, o autor da coluna utiliza-se também de antonímias, as quais constituem uma relação de oposição que marcam as diferenças semânticas e apontam para um sentido contrário que confere coesão e coerência ao texto, isso pode ser percebido quando se faz a comparação entre o aliciador e a vítima, tais como: mais velho/adolescente; bem vestido/desgrenhada. O colunista para chamar a atenção do interlocutor e comprovar a veracidade do fato, lança mão de um argumento de autoridade, dito pela aeromoça que salvou a menina, a fim de prender a atenção do leitor e comprovar a indignação da comissária de bordo diante de tal situação, esse argumento diz que a garota “parecia ter vivido um inferno”.

O colunista segue dizendo que, para tentar se aproximar da adolescente, a aeromoça, que estava sendo impedida pelo aliciador de se aproximar da garota, utilizou palavras como: desconfiada, discretamente, sussurrando, palavras estas que convergem para o campo da significação que sugere mistério, preocupação, desconfiança. Assim, ao conseguir contato com a menina por meio de um bilhete, a comissária consegue mobilizar o piloto que fez com que a polícia prendesse o suspeito no terminal de desembarque.

Para fechar a coluna e demonstrar a preocupação da companhia aérea com a incidência do tráfico humano, o locutor faz uso constante de locuções verbais para dar dinamicidade ao texto e fazer com que o leitor perceba o que está sendo feito para identificação e como proceder diante de uma situação vivida pela aeromoça. Dessa forma, o colunista faz uso de um verbo auxiliar modal que expõe o ponto de vista da empresa aérea de como reconhecer um caso semelhante ao exposto na coluna: *pode* aparentar, *pode* responder, *pode* tentar, *pode* colocar). O valor semântico dessas locuções verbais

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

se encontra relacionado ao ato de indicar um fato no futuro próximo, tido como uma realização incerta, podendo ter um desfecho positivo ou negativo sugerindo ao leitor cuidado e atenção ao se deparar com situação semelhante. Por fim, o autor retoma a referente “menina”, por meio da palavra “jovem” e apresenta ao leitor a situação em que aquela vítima se encontra hoje, deixando implícito, que se não fosse a astúcia e a coragem da aeromoça, provavelmente, essa garota não teria tido a oportunidade de experimentar tal sucesso.

Já na notícia “A invisível realidade do tráfico de pessoas” de Fernanda Alves dos Anjos a expressão “tráfico de pessoas” que nitidamente ocorre numa frequência maior dentro da notícia, vem se repetindo sem ser substituída por algum referente sinônimo que o represente na sequência do texto, assim, o índice de ocorrência dessas unidades lexicais presentes na expressão “tráfico de pessoas” chamam a atenção para a concentração do tema da notícia e demonstram a intenção do interlocutor do que será apresentado, sinalizando, dessa forma, o núcleo semântico a ser apresentado o que confere continuidade e progressão à notícia, no sentido de “dizer o mesmo, expressar o novo”(ANTUNES, 2011, p. 62).

Dessa forma, a repetição da expressão “tráfico de pessoas” contribui para a amarração do texto, formando nexos que promovem a coesão e coerência da notícia, até porque, em torno dessas expressões apresentam-se palavras que formam predicções e auxiliam o leitor/ouvinte a fazer inferências e, assim, poder construir o entendimento do texto de forma coerente. Logo no início do texto, o conjunto de vocábulos que giram em torno do campo semântico da expressão “tráfico de pessoas” aponta para a gravidade do crime a ser discutido e sinaliza algumas das possíveis consequências deste ato por meio das seguintes escolhas lexicais: “privação de liberdade, a exploração, o uso da violência”, e assim, dando continuidade e progressão ao texto, a autora expande e exemplifica o sentido dessas escolhas lexicais, lançando mão de uma nova série de atrocidades sofridas pelas vítimas do tráfico humano, como pode-se perceber no seguinte trecho da notícia “As pessoas são exploradas em atividades sexuais, mas também para o trabalho escravo, em contextos urbanos e rurais; na extração de órgãos; em casamentos servis entre outras formas de exploração e sacrifício.”

E deixa claro sua opinião a respeito deste fato no seguinte segmento do texto “O tráfico de pessoas é a forma moderna da escravidão, ainda invisível a boa parte da sociedade. ” A partir deste ponto, são apontadas as possíveis causas de as pessoas serem atraídas para a armadilha e se tornarem vítimas de tal crime, e para isso a autora utiliza-se de itens lexicais que procuram justificar como as pessoas são envolvidas na trama do tráfico humano, tais como: pobreza; oportunidade; trabalho; violência doméstica: fatores ambientais; homofobia etc. A autora segue enumerando outros aspectos que também influenciam para que o tráfico humano aconteça e salienta que fatores políticos e culturais também contribuem para que o crime ocorra e para defender seu ponto de vista a locutora utiliza-se de itens lexicais que convergem para o campo semântico de tais fatores, como pode-se notar nos trechos a seguir: “aspectos culturais como a desigualdade e iniquidades de gênero e raça, geracionais, a cultura

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

patriarcal e a homofóbica”. E aspectos políticos: “políticas migratórias restritivas que criam barreiras à migração regular; modelos de desenvolvimento econômico como fatores de expulsão e atração de pessoas e serviços; a corrupção e conivência de funcionários públicos; e deficiências de respostas estatais no enfrentamento a este crime entre outros”.

Tudo isso, como se pode notar, dá progressividade ao texto e as escolhas lexicais conferem coesão e coerência à sequência textual, reforçando assim, a força argumentativa da locutora que procura demonstrar ao o leitor a complexidade que envolve o assunto “tráfico humano” e finaliza esse raciocínio dizendo que: “Culpar, portanto, as vítimas por sua própria sorte ou considerar que as causas do tráfico de pessoas são absolutamente pessoais significa desconsiderar que dinâmicas como estas, de formas distintas, estão presentes em cada país e reforçam o cenário para que o tráfico de pessoas possa se expandir”.

Para finalizar a matéria, a autora parte para o lado legal e alterna o referente, que tematiza a notícia ora como “fenômeno” ora como “tráfico humano” valendo-se, dessa forma, de um tipo de sinônimo que se aproxima, mas que não é um sinônimo perfeito, com isto, a autora amarra a significação do texto dando continuidade argumentativa à notícia e demonstra como está tramitando em âmbito nacional as leis e aponta os principais órgãos envolvidos para que isto ocorra. E finaliza a notícia ressaltando que: “Liberdade não se compra. Dignidade não se vende”. Deixando claro, assim, seu ponto de vista e a defesa de sua ideia.

É relevante ressaltar mais uma vez, que uma análise textual pode ser focada das mais diferentes formas, portanto, como já foi dito anteriormente, procurou-se aqui, analisar estes textos a partir das escolhas lexicais e suas relativas funções na armação dos textos conferindo-lhes continuidade e progressividade na perspectiva da argumentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse em compreender a construção do texto argumentativo bem como a construção do sentido do texto é imprescindível para as discussões acerca do texto e da compreensão da intencionalidade do produtor. Com as análises realizadas, podemos observar que, independentemente do gênero textual, a argumentação é um traço intrínseco a todos os textos. Com a pesquisa observamos que a argumentação existe de diversas formas.

Perelman é a favor do conceito da retórica que para ele é um forma de argumentação, é como um ato de persuasão, lembrando que os termos argumentação e retórica têm a mesma função.

Vimos que para cada contexto a argumentação ela se emprega modo específico, troca de idéias, tomada de posições, discussão, explicação, justificativa, auxiliando-nos com suas características argumentativas. Argumentar é como a pessoa usa a linguagem trazendo traços que convença e conduz o receptor e ter a mesma opinião que a sua. Montando uma estrutura de raciocínio

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

e organizando as idéias que defenda a sua posição. Cada tipo de argumento é colocado sob influência de explicações de experiências empíricas. E é a partir desse senso comum que conseguimos reparar a intenção do discurso.

Os enunciados são produzidos para representar as comunicações, e é através deles que são expostos os pontos de argumentação dentro do discurso. Todo enunciado diz algo, mas depende do contexto que se atua é que conseguimos interpretar, através do senso comum, pois cada interpretação te a sua intencionalidade.

Compreendemos que a pressuposição está intrínseca na relação texto e enunciado e para Ducrot pressupor é colocar uma condição anterior ao diálogo.

Quando olhamos para o texto sob a visão argumentativa, precisamos fazer várias inferências para a compreensão geral do texto.

Os operadores argumentativos e a sequência textual argumentativa são fatores discursivos de grande relevância para o desenvolvimento da pesquisa. Analisando a construção da sequência textual e suas escolhas lexicais, conseguimos entender o sentido do texto e observamos sua intertextualidade relacionada com outros textos.

As leituras sugeridas no início do trabalho, foram feitas, sendo de grande relevância para o desenvolvimento da pesquisa. Dando suporte e fundamentando ao trabalho.

Na análise exposta, observamos a importância da escolha lexical para a continuidade e progressão de idéias dentro do gênero coluna jornalística “como bilhete deixado no banheiro do avião por aeromoça salvou menina vítima de tráfico humano” o autor retoma as escolhas lexicais dentro de uma sequência textual nos levando a fazer inferências que dão sentido ao texto. Há a presença de argumentos que comprovem o fato investigado, nos mostrando como funcionam essas escolhas lexicais. Na segunda coluna “a invisível realidade do tráfico humano” a autora também retoma itens lexicais que nos leva a perceber o contexto geral do texto e o seu valor cultural e político, e essa sequência de escolhas nos remete a compreensão do que esta sendo dito.

Portanto, todo texto é argumentativo, cada qual no seu contexto diferente, e com os fatores argumentativos e os operadores argumentativos é que distinguimos qual a sua interpretação.

REFERÊNCIAS

ADAM, J.M. **Linguistique textuelle**: Des genres de discours aux textes. Paris: Nathan, 1999.

_____. **Les textes, types et prototypes** -récit, description, argumentation, explication et dialogue. Paris: Nathan, 2001.

ANTUNES, I. **Lutar com palavras**: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

ANTUNES, I. **O território das palavras**: estudo do léxico em sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

- BAKHTIN, Mikhail. **Gêneros do discurso**. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BRONCKART, J-P. **Atividades de linguagem, textos e discursos**. Por um interacionismo sociodiscursivo. Trad. Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.
- _____. **Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2006.
- BUIN, Edilaine. **Aquisição da escrita: coesão e coerência**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- FIORIN, J.L. **A argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.
- _____. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ed. Ática, 2005.
- FURLANETTO, Maria M. **Argumentação e subjetividade no gênero: o papel dos *topoi***. In: *Linguagem em (Dis)curso*, Universidade do Sul de Santa Catarina-v.1,n.1. Tubarão: Ed. Unisul, 2000.
- KOCH, I. V. **Argumentação e Linguagem**. São Paulo: Cortez, 1996.
- _____. Referenciação e orientação argumentativa. In: *Referenciação e discurso* [Koch, Morato, Bentes org.]. São Paulo: Contexto, 2005. p.33- 52
- MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- _____. **Os desafios da identificação do gênero textual nas atividades de ensino: propósitos comunicativos versus forma estrutura**. In: Anais III SIGET, UFSM, 2005.
- PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1996].
- PLATÃO. **Fedro**. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- PLANTIN, C. **A argumentação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- POSSENTI, S.. **Indícios de autoria. Perspectiva**. In: *Revista do Centro de Ciências da Educação da UFSC*, Florianópolis SC, v. 20, n. 1, p. 105-124, 2002.
- REBOUL, O. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004 [1998].
- RODRIGUES, R. H. **Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem**. In: A. J. Meurer; Adair Bonini; Désirée Motta-Roth. (Org.). In: *Gêneros: teorias, métodos, debates*. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, v. 1, p. 152-183.
- WACHOWICZ, T. C. **Análise linguística nos gêneros textuais**. Curitiba: Ibplex, 2010.



O CINEMA DE LEON HIRSZMAN E AS GREVES DO ABC

Lucas Jeison Souza Mazza (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus Curitiba II, lucasjeison@yahoo.com.br
Eduardo Tulio Baggio (Orientador),
Unespar/Campus, baggioeduardo@gmail.com

Palavras-chave: Cinema Brasileiro. Sindicalismo. Leon Hirszman.

INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende discutir e analisar um importante momento da trajetória de Leon Hirszman e do Cinema Brasileiro, com base nos pressupostos defendidos pela proposta metodológica da Teoria dos Cineastas (BAGGIO; GRAÇA; PENAFRIA), partindo de falas, entrevistas e anotações de Leon Hirszman, buscando ampliar a análise sobre sua cinematografia, visando compreender a articulação entre suas ideias, pensamentos e projeto de cinema.

Ao longo de nossa pesquisa, analisamos e discutimos toda a obra de Hirszman, o diálogo constante de suas ideias e de suas concepções políticas e estéticas. Para esse artigo final, o foco será duas das mais conhecidas obras do cineasta: *ABC da Greve* e *Eles não usam black-tie*. Dois filmes que, de certo modo, conseguem sintetizar parte significativa das ideias defendidas pelo cineasta ao longo de sua vida. Para isso, serão analisados os filmes, os escritos e entrevistas realizados pelo cineasta durante esse período e o contexto histórico e político no qual elas se inserem.

A obra de Leon Hirszman (1937-1987) é marcada pelo engajamento político. Isso não apenas pela temática de seus filmes ou pelo contexto em que foram realizados, mas pela reflexão sobre o próprio fazer e pensar o cinema brasileiro, traço fundamental de sua obra. O envolvimento direto com a fundação do Centro Popular de Cultura (CPC) na década de 1960 já demonstrava essa preocupação, cara a grande parte dos realizadores do Cinema Novo Brasileiro. A estreia Hirszman como diretor ocorreu com *Pedreira de São Diogo* (1962), um dos curtas-metragens integrantes de longa-metragem *Cinco Vezes Favela* (1962), marco do período. Ainda dentro da perspectiva de filmar e denunciar as agruras de um Brasil profundo, realiza *Maioria Absoluta* (1964), documentário de curta-metragem que aborda a questão do analfabetismo no país. Com esse filme Hirszman inicia-se na reflexão sobre o



fazer do cinema documentário, que seria onde concentraria em maior medida seu projeto de cinema. Ainda na década de 1960, com o curta *Nelson Cavaquinho* (1964), leva a câmera e microfone para o morro, buscando filmar o samba e a poesia do personagem e de seu meio. O samba, um dos símbolos da cultura popular brasileira, foi retomado com em *Partido Alto* (1982), cuja discussão se dará em torno das imposições mercadológicas ao gênero.

Se no documentário os temas de Hirszman estarão relacionados diretamente a luta de classes e a história do seu tempo – como em *ABC da Greve* (1979-1990), registro impactante sobre as greves de metalúrgicos no ABC Paulista – em suas ficções tais assuntos não estão ausentes. Dialogando com obras de Graciliano Ramos em *São Bernardo* (1972), Nelson Rodrigues em *A Falecida* (1965) e de seu companheiro dos tempos de CPC Gianfrancesco Guarnieri em *Eles não usam Black-Tie* (1981), Hirszman recria painéis históricos sob a luz do presente e de sua visão de mundo, construindo uma mise-en-scène de extremo rigor e intenso estilo cinematográfico.

O projeto de cinema de Hirszman é também marcado pela incompletude. Filmes como *Minoria Absoluta* e *A Emoção de Lidar* ou *O Egresso* não seriam completados, por razões que incluíam dificuldades para a realização e a censura, assuntos que estão presentes em suas reflexões sobre as dificuldades políticas do Cinema Brasileiro

A partir da obra cinematográfica de Leon Hirszman e de seu projeto de cinema realista expresso complementarmente em exposições orais, nossa pesquisa objetivou aprofundar a compreensão da obra do cineasta relacionando seu estilo cinematográfico e seu pensamento amplamente ligado ao contexto vivido no Brasil da época. Nos interessa a investigação sobre os atos criativos do cineasta, suas fontes e métodos, bem como os resultados estilísticos que obteve em seus 22 filmes, entre curtas e longas-metragens. Como citado anteriormente, o foco aqui será o documentário *ABC da Greve* e o longa de ficção *Eles não usam Black-Tie*.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada no decorrer da pesquisa baseou-se sobretudo nas ideias defendidas pela Teoria dos Cineastas, buscando os discursos fílmicos e os pensamentos verbalizados e escritos pelo realizados durante sua trajetória. Conforme escreveu Carlos Augusto Calil(1995), Hirszman raramente escrevia suas ideias, mas em contrapartida racionalizava e falava muito. Por isso partimos de entrevistas e depoimentos que Hirszman deu ao longo de 3 décadas de intenso trabalho em prol do cinema brasileiro. Em um primeiro momento, foi realizada a revisão de toda a filmografia do cineasta, buscando articular as similaridades, contrastes e contradições entre os filmes. Elementos como a busca por um realismo estético, o interesse pelo registro do mundo do trabalho, a crítica aos processos colonizadores da indústria cultural e a busca pela consolidação do cinema nacional serão constantes ao



longo das três décadas de atuação de Hirszman. Isso ficou claro ao assistirmos e traçarmos paralelos entre todos os seus filmes, bem como com o acesso a entrevistas e depoimentos de diferentes períodos de sua carreira

A processo de preparação do curso “Leon Hirszman: uma jornada no Cinema Brasileiro”, foi fundamental para uma compreensão mais abrangente da vida e obra do cineasta. Para fins pedagógicos, o curso foi dividido nos dois seguintes módulos:

Módulo 1

a) Quem é Leon Hirszman?; o cinema brasileiro nas décadas de 50 e 60- o advento do Cinema Novo; O CPC e o projeto nacional desenvolvimentista; o documentário sociológico; Nelson Cavaquinho: um cineasta em busca das imagens do povo. Exibição dos filmes “Pedreira de São Diogo”, “Maioria Absoluta” e “Nelson Cavaquinho”

b) O rigor e a *mise en scene* em Hirszman: debate sobre “A Falecida” e “São Bernardo”; diálogo com os cinemas novos nas décadas de 1960 e 1970; a contestação dentro de filmes educativos. Exibição de trechos de “A Falecida”, “São Bernardo”, “Megalópole” e “Partido Alto”.

Módulo 2

a) O cinema vai ao sindicato: debate sobre “Eles não usam black-tie” e “ABC da Greve”; o diálogo com filmes de outros cineastas como “Greve!”, “Braços Cruzados, Máquinas Paradas” e “Santo Dias”; as imagens do povo e do inconsciente: debate sobre a série de filmes feitos sobre os artistas do Centro Psiquiátrico Pedro II, coordenado por Nise da Silveira.

b) Leon Hirszman por ele mesmo: textos e entrevistas do cineasta; exibição do filme “Deixa que eu Falo” de Eduardo Escorel, conversa sobre entrevistas e depoimentos do cineasta.

Durante a pesquisa e no decorrer do próprio curso, foi possível selecionar para um debate mais aprofundado os filmes que dialogam diretamente com as greves do ABC que ocorreram a partir de 1979 e ao chamado Novo Sindicalismo, fruto direto de tais mobilizações- no caso os já citados *ABC da Greve* e *Eles não usam black-tie*. Pela metodologia da teoria dos cineastas, tal período mostra-se rico por contar com um número de entrevistas e depoimentos do cineasta.

Resultados/ Discussão

O Brasil, o final da década de 1970 foi um período onde as organizações populares, que em sua grande maioria haviam sido reprimidas e silenciadas a partir do golpe civil-militar de 1964, passaram a se reconstituir e reorganizar. Foi o caso dos movimentos de luta pela terra, associações de



moradores e sindicatos. Em 1978, eclodem as greves do ABC Paulista, onde trabalhadores da indústria automobilística protagonizaram um intenso movimento grevista, dando origem ao que ficou conhecido como o Novo Sindicalismo. Leon Hirszman, cineasta cujo projeto de cinema está intimamente ligado a uma perspectiva de classe, irá prontamente interessar-se em registrar tais acontecimentos. Nasce aí o projeto do documentário *ABC da Greve*.

Após a conclusão das filmagens do documentário, Hirszman irá realizar aquela que tornou-se sua obra mais conhecida e premiada: *Eles não usam black-tie*. Adaptação da peça de Gianfranco Guarnieri, marco dos tempos de Centro Popular de Cultura, a versão cinematográfica transpõe os acontecimentos para a capital paulista, onde chegam os ecos das lutas da região do ABC.

A experiência documental e a proximidade com o cotidiano das greves (registrado em *ABC da Greve*) serão preponderantes para a realização de *Eles não usam black-tie*, bem para como para uma maior definição daquilo que o cineasta chamaria de um projeto de cinema popular. Na realidade, ambos os projetos surgem em períodos muito próximos. Segundo Hirszman:

Eu estava em São Paulo trabalhando com o Guarnieri num roteiro, uma adaptação para o tempo presente de *Eles não usam black-tie*. Trata-se de uma situação de greve, de consciência e solidariedade de classe, que vamos adaptar a partir das experiências das greves do ano passado e deste ano. Assim, ao começar este filme, que vai se chamar talvez *ABC da greve* ou *Espíões de Deus*, não estava apenas a reboque, como um jornalista que documenta. Aquilo já fazia parte das nossas discussões diárias (HIRSZMAN, 1995)

Filmado no calor dos acontecimentos de 1979 no ABC, o filme só seria lançado onze anos depois- sendo finalizado um ano após a morte de Hirszman por Eduardo Escorel. Dentre os méritos de *ABC da Greve*, está o de registrar, com energia militante e reflexão cinematográfica, todo o espírito de uma época- a fase final da Ditadura Civil-Militar e a reorganização do movimento operário. Mesmo focando, evidentemente, na greve de 60 dias dos metalúrgicos do setor automobilístico, Hirszman ainda registra em sons e imagens o papel da Igreja católica como polo aglutinador da luta popular, o envolvimento de artistas na divulgação do movimento, a repressão policial, a veiculação midiática, os interesses das grandes empresas.

A voz no filme é a do homem comum. Lula, liderança do movimento, é filmado sempre na perspectiva do trabalhador, do chão de fábrica. Os entrevistados em sua grande maioria são os anônimos, explicitando o pensamento e o projeto de cinema de Hirszman: a força sempre vem de dentro da classe trabalhadora.

O nosso interesse é outro, recolher uma memória de coisas que desconhecíamos. Estamos saindo da casca do medo. Toda essa couraça que impedia que desabrochasse a consciência do real, do que se passa de fato no país. É assim que se evitam tragédias, explosões, de consequências muito piores. Esse filme ainda é um



reflexo de quem vive sob ameaça. No ponto em que estamos, o salto irá significar uma unidade do nacional-popular, uma vontade política nacional-popular em defesa da democracia. São Paulo está à frente disso. É por isso que esse filme vai sair de São Paulo, da sua classe operária, fundamentalmente(Hirszman, 1979)

A narração de Ferreira Gullar(cuja voz se faz presente em outros momentos da obra do cineasta) cumpre um caráter de contextualização e informação, mas nunca de ilustração ou direção do olhar. Quando um gerente da fábrica passeia por Santo André, indo das favelas onde moram os empregados até o bairro “quase europeu” onde moram os patrões, a contradição é apresentada em sua própria fala, não é forçada pelo entrevistador- que aliás, não vemos ou escutamos. O cineasta não se contenta em ver as pessoas de dentro do carro: é preciso andar pelas ruas, e no corpo a corpo, travar o diálogo.

Não era apenas reportagem, havia mesmo uma perspectiva de construir. Pois estávamos tentando dar voz ao avanço daquela consciência como documentaristas, não com os intelectuais que fazem a análise da coisa. Não é um filme de análise.(HIRSZMAN, 1995)

O tom de dever cumprido pelo fim da greve- comemorado por Lula e pelos demais dirigentes, pelo governo e pelas indústrias- não é compartilhado pelo filme. Os últimos planos mostram o retorno ao trabalho, a rotina, ao ponto, a insalubridade. O filme se encerra com um soldador, olhar que vaga, cansado mas firme. A maré não está pra peixe não, diz a sabedoria do samba.

Sobre *ABC da Greve*, ainda é relevante destacar o seu modo de produção “na guerrilha” bem como o modo de distribuição que Hirszman havia pensado para a circulação do filme: “O filme seria uma base para se construir uma nova organização, não só a nível de produção, mas também de distribuição de filmes”(HIRSZMAN, 1979)

Essa relação entre cineastas e sindicatos ocorreu com grande intensidade no período, onde podemos destacar as obras de João Batista de Andrade e Renato Tapajós. E podemos especular qual seria o impacto de um longa-metragem como *ABC da Greve* se o filme tivesse sido lançado na época.

Eles não usam Black-tie

Eles não usam Black-Tie é uma peça escrita por Gianfresco Guarnieri em 1958, e desde sua primeira montagem tornou-se um marco do projeto estético e político do Centro Popular de Cultura, no qual Leon Hirszman foi ativo militante. Vale lembrarmos também que o primeiro trabalho cinematográfico de Hirszman estava relacionado ao teatro(a montagem audiovisual que fazia parte da peça *A mais-valia vai acabar, seu Edgar*, de Oduvaldo Viana Filho.). Sobre essa ligação, Hirszman



diria: “O cinema tem que estar ligado ao teatro. Por que separar cinema, teatro, televisão, literatura, universidades, cineclubes?”(HIRSZMAN, 1995).

A frase acima relaciona-se, sobretudo, a questão de políticas culturais, a solidificação de instituições de defesa da democratização de obras independentes. No caso de sua adaptação de *Eles não usam black-tie* para um novo tempo e espaço, o filme veria financiamento da Embrafilme, o que levaria a uma difusão da obra a níveis internacionais, sendo esse seu filme mais premiado. A influência de *ABC da Greve*, da pesquisa e das filmagens em São Bernardo do Campo e Santo André são fundamentais para o êxito de *Eles não usam black-tie*: a recusa do maniqueísmo, a busca por uma noção contemporânea de realismo cinematográfico, o ato de abraçar as contradições e fazer delas o mote do filme: “Seria muito tolo o Guarnieri e eu cairmos no dogmatismo, enviando ao público mensagens prontinhas. É preciso reconhecer que o cinema ideológico fecha-se sempre em guetos”(HIRSZMAN, 1995)

A adaptação da peça de Gianfrancesco Guarnieri (que interpretará o personagem Otávio, e assinará o roteiro com Hirszman) não fará apenas uma transposição espaço-temporal, mas também irá adensar as relações- afinal, os tempos eram outros. O realismo cinematográfico de Hirszman terá aqui seu ápice, com o rigor da *mise-en-scene*, perceptível na habilidade em filmar as cenas em interiores (onde se desenrolarão os dramas de cunho pessoal e familiar) como nas ruas, onde a intensidade das discussões entre operários na porta da fábrica, repercutem a influência do corpo a corpo documental experimentado por Hirszman durante as filmagens de *ABC da Greve*. Dessa síntese, entre público e privado, entre o família e o sindicato, o filme exemplifica uma síntese do ideário de Hirszman sobre um Cinema Popular.

No cinema popular, a política tem um papel mais abrangente. A política está em tudo: nas pessoas, nas famílias, nas fábricas, em toda parte, enfim(...). Todas as lutas sociais passam pela família. Estão inter-relacionadas no sentido de que a família pode ser a base da resistência popular(...). Nesse sentido *Black-Tie* faz paralelo com Ozu, que usa a família como base para a discussão das relações sociais dos indivíduos(HIRZMAN, 1995)

A citação feita ao cineasta japonês Yasujiro Ozu é emblemática das filiações estéticas buscadas por Hirszman, e de o quanto seu projeto de cinema não se resume a pressupostos políticos e sociológicos. A preocupação em fugir da realização de obras meramente panfletárias configura uma tomada de consciência do papel que o cinema pode desempenhar, não enquanto veículo, mas como forma autônoma de pensar e ver o mundo. Ainda segundo Hirszman, o filme foi, a época de seu lançamento, bastante comparado ao Neorealismo italiano, isso viria justamente da relação entre o político e o cotidiano. Desse modo, e de acordo com Graça, Penafria, Baggio (2015), essa discussão pode ser acessada não somente nos escritos e depoimentos de Hirszman, mas em seus próprios filmes e



no diálogo que realizam entre si e com certa tradição do Cinema Brasileiro. O cinema, mas do que a arte “do que”, pode ser compreendida como a arte “do como”. De seu primeiro curta ficcional(*Pedreira de São Diogo*) até *Eles não usam Black-tie*, existem quase duas décadas de reflexões e práticas, em que Hirszman sintetiza que fazer um filme que se pretende popular é não só estabelecer quais os interesses do povo, mas de que forma falar desses interesses. Ou seja, o conteúdo do filme está expressa em sua própria forma, na maneira como os anseios do cineasta e de sua classe são representados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar o estudo das obras, ideias e pensamentos de Leon Hirszman é traçar uma jornada por importantes momentos da história política e artística do Brasil. Em 3 décadas de atuação e com duas dezenas filmes, o cineasta construiu uma obra sólida, vinculada a pressupostos éticos, estéticos e políticos, que, mesmo com mudanças, manteve seu núcleo duro: a construção de um cinema popular, nacional, crítico e independente.

A realização desta pesquisa, baseando-se nos filmes e nos escritos do cineasta, revelou aspectos que, não fosse o enfoque dado a voz do cineasta, dificilmente seriam acessados: a coerência entre projeto estético/projeto político, a semelhança entre os filmes, os ecos e articulações de referências artísticas(realismo crítico, neorealismo, teatro épico), o papel do cinema nos processos de transformação social.

Importante também destacar a coerência entre os discursos verbais do cineasta(que pouco escreveu, mas muito falou: em assembleias, depoimentos, entrevistas) com o discurso inerente a obra de arte(os filmes). O que a voz falava pode ser sentido nos enquadramentos, escolhas narrativas, pontos de vista. No caso dos dois filmes destacados no artigo, isso torna-se ainda mais evidente, dada a proximidade temporal e temática entre elas, além dos diversos depoimentos do cineasta sobre o período.

O estudo da obra de Hirszman(dentro da metodologia proposta) certamente não se encerra, e necessita de um maior aprofundamento e pesquisa, onde certamente poderão se desenvolver novos debates e descobertas calcados nas ideias e pensamentos de um cineasta que dedicou sua vida a pensar e, através dos filmes, recriar os anseios, contradições e história da classe trabalhadora.



REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGGIO, Eduardo Tulio; GRAÇA, André Rui; PENAFRIA, Manuela. *Teoria dos cineastas: uma abordagem para a teoria do cinema*. Revista Científica / FAP / UNESPAR - Campus de Curitiba II - FAP; Zelo Aparécida Martins dos Santos; Rafael Tassi Teixeira; Eduardo Tulio Baggio (editores). – v. 12 (jan./jul., 2015). - Curitiba: FAP, 2015

HIRSZMAN, Leon. *É bom falar*. Montagem de entrevistas por Arnaldo Lorençato e Carlos Augusto Calil. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1995

HIRSZMAN, Leon. *O espião de Deus*. Entrevista concedida Fernando Morais, Cláudio Kahns, Sérgio Gomes, Adrian Cooper e Uli Bruhn em 3 de abril de 1979. (Redação: Lúcia Nagib; revisão: C.A. Calil e Fernando Morais). Disponível em: <http://www.obore.com.br/cms-arquivo/O%20espi%C3%A3o%20de%20Deus>

SCHIMIDT, Laila Rotter. *Do palco ao écran : Eles não usam black-ti,*, São Carlos : UFSCar, 2012.

REFERENCIAS FÍLMICAS

ABC DA GREVE. Realização de Leon Hirszman. BRA, 1990.

ELES NÃO USAM BLACK-TIE. Realização de Leon Hirszman. BRA, 1981



REPRESENTAÇÕES ACERCA DA FUNÇÃO E DO VALOR DO CINEMA A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES DE LETRAS DA UNESPAR – CAMPUS DE PARANAGUÁ¹

Viviane de Jesus Nascimento² (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus de Paranaguá, vivi_nascime@hotmail.com
Beatriz Ávila Vasconcelos³ (Orientadora)
Unespar/Campus Paranaguá, beatriz.vasconcelos@unespar.edu.br

Palavras-chave: Cinema. Multiletramento. Estudos da Recepção. Formação de Professores.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo mais amplo reunir subsídios para o planejamento de práticas de formação do leitor crítico de cinema a serem desenvolvidas com os estudantes de Letras e outras licenciaturas, visando ampliar sua sensibilidade estética, sua visão crítica e sua inserção em um mundo de múltiplas linguagens, preparando-os para o trabalho com os multiletramentos na escola.

Em nível teórico, os objetivos mais específicos do trabalho visam compreender o conceito de *horizonte de expectativa* definido por Jauss (1994), o papel do receptor na leitura de obras artísticas, segundo os pressupostos da Estética da Recepção. Busca-se delinear ainda, por via de pesquisa quantitativa/qualitativa, as representações acerca da função e do valor do cinema entre os estudantes de Letras, revelando aspectos de seu horizonte de expectativas quanto a esta arte.

Para tanto, o trabalho ainda conta metodologicamente com uma pesquisa de campo realizada com estudantes dos primeiros e quartos anos dos dois cursos de Letras da Unespar –Paranaguá. Busca-se, assim, delinear, por via de amostra, o campo de experiência com relação ao cinema entre estes estudantes, verificando como definem o valor da própria experiência cinematográfica para si mesmos e do cinema, como uma via de fruição e de conhecimento. Um ponto importante a ser considerado refere-se à relevância que os sujeitos envolvidos atribuem ao cinema para a sua formação enquanto ser humano e enquanto professor. O intuito é investigar como julgam a sua experiência pessoal com o cinema, se ela pôde contribuir para a sua formação, o que é projetado sobre o que o cinema pode oferecer ao espectador, se considera útil o trabalho com o cinema em sala de aula e como imaginam

¹ Projeto de Iniciação Científica que está sendo desenvolvido na Universidade Estadual do Paraná - *Campus* de Paranaguá no período entre 2016 a 2017.

² Bolsista do Projeto de Iniciação Científica e aluna do curso de Letras – Português e respectivas Literaturas da Universidade Estadual do Paraná – *Campus* de Paranaguá.

³ Professora do curso de Letras da Unespar – *Campus* de Paranaguá e orientadora deste Projeto de Iniciação Científica.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

utilizar filmes na escola. Uma análise dos dados coletados por via deste questionário compõe a parte final deste estudo.

CINEMA E MULTILETRAMENTOS

Por o cinema se constituir em uma arte multimodal – que reúne elementos visuais, sonoros e textuais – realizar práticas de formação do leitor de cinema, que agucem sua sensibilidade estética e visão crítica, é algo muito potente para que os estudantes de licenciatura possam se preparar para o trabalho com os multiletramentos na escola. Segundo Roxane Rojo,

'multiletramento' significa que compreender e produzir textos não se restringe ao trato do verbal oral e escrito, mas a capacidade de colocar-se em relação às diversas modalidades de linguagem – oral, escrita, imagem, imagem em movimento, gráficos, infográficos etc. – para delas tirar sentido. Assim, desenvolver o multiletramento é ter o aprendizado ampliado para o campo da imagem, da música, das outras semioses que não somente a escrita. (ROJO, 2012, p. 31)

Neste sentido, a formação de professores requer avanços, sobretudo no que diz respeito à formação de professores de Língua Portuguesa, a fim de que sejam capazes de trabalhar com várias modalidades de linguagem e possam ampliar as habilidades de leitura de seus alunos em sala de aula para além dos textos verbais. A ampliação da ideia de letramento para além da linguagem verbal corresponde às demandas de um mundo contemporâneo, cada vez mais imerso sobretudo na linguagem visual e audiovisual. Assim, há a necessidade de uma prática reflexiva sobre os sentidos produzidos pela imagem, algo que se torna tão importante quanto saber ler e escrever. A realidade do mundo de múltiplas linguagens em que vivemos impõe, deste modo, a necessidade de ampliarmos a noção de letramento, o que já tem sido afirmado nos documentos oficiais de educação básica. As *Orientações Curriculares para o Ensino Médio*, por exemplo, propõe que no decorrer da formação na disciplina de Língua Portuguesa, o aluno, deve, dentre outras questões,

conviver, de forma não só crítica mas também lúdica, com situações de produção e leitura de textos, atualizados em diferentes suportes e sistemas de linguagem – escrito, oral, imagético, digital, etc. –, de modo que conheça – use e compreenda – a multiplicidade de linguagens que ambientam as práticas de letramento multissemiótico em emergência em nossa sociedade geradas nas (e pelas) diferentes esferas das atividades sociais – literária, científica, publicitária, religiosa, jurídica, burocrática, cultural, política, econômica, midiática, esportiva, etc. (BRASIL, 2006, p. 32)

Contudo, sabe-se que os discursos em prol das práticas do multiletramento não se concretizam em grande escala na escola cotidianamente. Por diversos aspectos, que vão desde a precariedade material das escolas públicas às dificuldades encontradas por professores não preparados para este tipo de trabalho, criam-se grandes impedimentos para a compreensão e interação com outras mídias e

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

linguagens e sua incorporação nas práticas docentes. Embora os discursos estimulem os professores a terem familiaridade com as múltiplas linguagens, quase não se vê nas capacitações docentes, especialmente nas grades curriculares das licenciaturas, espaços para a formação de um professor multiletrado, capaz de mediar a ampliação das habilidades de seus alunos para uma leitura crítica e uma produção para além do verbal (oral e escrito), contemplando variadas formas de linguagem.

Voltando-se especificamente para o cinema, a maioria dos educadores não possui uma formação ou nem sequer uma experiência cinematográfica relevante, que aponte para um envolvimento mais consciente e crítico com a sétima arte. Como consequência, o cinema permanece apenas como uma “ferramenta” de apoio às atividades desenvolvidas pelos educadores, não permitindo um trabalho realmente significativo e satisfatório relacionado a este tipo de linguagem. Desta forma, reduz-se o espaço para a sedimentação de uma real *experiência* com o cinema - naquele sentido que o educador Jorge Larrosa (2002) dá ao termo e que será melhor explicitado adiante neste artigo - não deixando espaço para que seja desenvolvida entre os alunos uma relação autêntica e subjetiva com esta arte. A prática de fruição e de leitura crítica dos filmes cede lugar a uma relação mais instrumental com o cinema, que permanece na escola, via de regra, reduzido a uma “ferramenta didática” de apoio a outras disciplinas.

Os referenciais teóricos da chamada Estética da Recepção, inicialmente desenvolvidos por Hans Robert Jauss na década de 70, colocam o leitor-espectador no centro da discussão acerca do valor atribuído a uma obra. Este valor é verificado a partir do histórico de leituras feitas de uma obra e da relação que se estabelece entre ela e os seus receptores, a partir de condições de leituras distintas e em períodos também distintos de suas histórias. O saber prévio do leitor, ou o *horizonte de expectativa* tal como denominado por Jauss, trata de um saber que antecipa a compreensão geral de uma determinada leitura que esteja sendo feita pelo sujeito, ou seja, refere-se às experiências sócio-culturais e históricas do indivíduo que permitem uma forma específica de leitura. Sobre este saber prévio Jauss explica que:

Ademais, a obra que surge não se apresenta como novidade absoluta num espaço vazio, mas, por intermédio de avisos, sinais visíveis e invisíveis, traços familiares ou indicações implícitas, predispõe seu público para recebê-la de uma maneira bastante definida. (JAUSS, 1994, p. 28)

Trata-se de uma construção de ordem social e histórica de formas preestabelecidas socialmente. Assim, para se compreender as possibilidades de formas de recepção de filmes entre os estudantes de Letras sujeitos de nossa pesquisa, torna-se necessário conhecer o universo do estudante e seu perfil etnológico, suas práticas de ver filmes, suas referências e repertórios e projeções sobre o cinema, do que pode ou não oferecer enquanto experiência. A partir daí, espera-se oferecer subsídios que auxiliem o planejamento de práticas que os levem a ampliar estes referenciais e suas próprias experiências com o cinema.

A FORMAÇÃO DO LEITOR DE CINEMA: ENTRE O HORIZONTE DE EXPECTATIVA E A EXPERIÊNCIA

Pensando nos subsídios para o planejamento de práticas de formação do leitor crítico de cinema, dois conceitos fazem-se relevantes: a noção de *horizonte de expectativa*, formulada por Hans Robert Jaus e o conceito de *experiência*, no sentido pensado por Jorge Larrosa (2002).

Para um projeto de formação do leitor-espectador de cinema, definir o saber prévio ou *horizonte de expectativa*, tal como formulado por Jaus (1994), é fundamental como ponto de partida, por orientar tal formação para o receptor e sua experiência com a obra, e não para práticas utilitárias focadas apenas em conteúdos, disciplinas e na explicação do professor. Esta relação dialética existente entre a obra e o saber prévio do sujeito, adquirido socialmente, está na base do método recepional para a formação de leitores de literatura, desenvolvido por Bordini e Aguiar (1993), que tem por base os pressupostos da Estética da Recepção de Jaus. Este método recepional, cujos passos também poderiam fundamentar um trabalho de formação de espectadores de cinema, põe no leitor o foco para a compreensão dos sentidos de uma obra e parte de seu horizonte de expectativas, de seu saber já constituído, na direção de uma ampliação deste horizonte, submetendo-o a fissuras e quebras de expectativa.

Em consonância com esta ideia, as possibilidades de um trabalho com o cinema aqui se baseiam no saber prévio do indivíduo e envolvem a *experiência* do aluno com a obra no sentido de transcender este saber inicial. Essa experiência é definida por Larrosa (2002) nos seguintes termos: “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca.” (LARROSA, 2002, p. 21). Ou seja, para Larrosa, a experiência tem como componente fundamental a capacidade de formação ou de transformação do sujeito, ao ocorrer a sedimentação de um conhecimento que vem diretamente de suas percepções subjetivas, de seu relacionamento com o objeto. É um caminho inteiramente diverso daquele trilhado no ensino de “conteúdos”. Os conteúdos até existem, mas eles não são o foco. O foco é a auto-formação do sujeito.

Alain Bergala, cineasta francês que tem uma significativa ação e obra no campo da educação para o cinema, afirma este caminho da experiência com muita convicção:

“Experiência. Se quisermos iniciar crianças no cinema. Não se deve partir do saber. Não se deve partir da cultura. Não se deve partir da história do filme. Isto é, na experiência, existe saber. O fato de uma criança ver o filme, sobre o qual, por exemplo, ela não sabe nada. Nós não a preparamos para ver esse filme. Então, ela entra no filme, ela tem uma inteligência do filme. Ela tem a maneira pela qual ela compreendeu o filme. A maneira pela qual ela se emocionou. A maneira pela qual ela foi tocada pelo filme. As imagens que ela reteve, por exemplo. Isto é, quando ela vê um filme de uma hora e meia, o que fica. Quais imagens a tocaram pessoalmente. Isto é, é sempre a partir daí que é preciso partir. Se quisermos iniciar jovens ou crianças no cinema, é preciso sempre partir das suas experiências. A experiência da travessia do filme. Não se deve partir de ideias. Não se deve partir de conceitos.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Chegaremos às ideias e aos conceitos depois. Isto é, primeiramente, eles dizem. Cada um pode dizer, por exemplo, como ele viveu a travessia do filme. Em seguida, a partir disso, podemos perguntar aos alunos como foi para eles a travessia do filme. E a partir daí, podemos fazer pontes, analisar. E pouco a pouco, chegar às ideias. Mas não se deve nunca partir da ideias. É preciso sempre partir de suas experiências (BERGALA apud FRESQUET, 2013, P. 48-49)

Contribuir para que licenciandos em Letras possam igualmente preparar-se para cumprir esta tarefa de mediação do trabalho com o cinema na escola, é, como já foi dito anteriormente, um objetivo amplo desta pesquisa. Afinal, filmes são linguagem, são produção de sentido, são textos, e poder lê-los e ensinar crianças e jovens a lê-los deve ser algo de que o professor e a professora de linguagem também possa fazer. Preparar o terreno para esta formação certamente requer que conheçamos estes estudantes, futuros professores, suas práticas com o cinema, seus saberes prévios já constituídos com relação a esta arte para que se possa, a partir daí, ter uma ideia do percurso que é necessário fazer para promover-lhes uma experiência rica com esta arte, uma experiência que possa se constituir como o fundamento para o seu trabalho futuro com o cinema na escola.

SOBRE A FUNÇÃO E O VALOR DO CINEMA ENTRE OS ESTUDANTES DE LETRAS DA UNESPAR – CAMPUS DE PARANAGUÁ

Na cidade de Paranaguá, localizada no litoral paranaense, com população estimada de 151.829 mil habitantes⁴, existem poucas salas de cinema ou espaços que promovam a exibição de filmes à população, sejam quais forem os estilos, gêneros e qualidade dos filmes. Todas as três salas de cinema estão localizadas na região central da cidade, dificultando o acesso principalmente para aqueles que residem em bairros mais distantes da área central de Paranaguá. Cineclubes, mostras de cinema e oficinas que possam aproximar as pessoas à arte cinematográfica também são atividades muito raras na cidade, restringindo-se a alguns espaços. Na Unespar – campus de Paranaguá, o projeto de extensão Fora das Grades: literatura e cinema com prazer e liberdade é uma das poucas iniciativas que tentam preencher esta lacuna, possibilitando o contato da comunidade com a arte cinematográfica, promovendo na cidade exibições de filmes fora de circulação comercial, oficinas e discussões críticas sobre filmes. É um raro espaço em Paranaguá que estimula o pensamento crítico sobre o cinema, através de uma prática reflexiva de fruição e de conhecimento, possibilitando uma experiência transformadora para os sujeitos por via do contato com esta arte. O foco do projeto Fora das Grades é o de promover entre os seus participantes uma real experiência com as obras, valorizando as subjetividades no relacionamento com os filmes e a construção gradual de um olhar mais sensível para o cinema e para o modo como ele nos põe em contato com a vida e conosco mesmos. Apesar deste trabalho do projeto Fora das Grades, a escassez de espaços que promovam mais amplamente, em

⁴ Última estimativa populacional de Paranaguá divulgada pelo site do IBGE referente ao ano de 2016 <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pr/paranagua/panorama> Acesso em: 03/08/2017

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Paranaguá, uma experiência com o cinema dificulta, para os estudantes que moram nesta cidade e em suas imediações, um contato mais significativo com esta arte e torna-lhes ainda mais difícil uma experiência cinematográfica relevante, que favoreça a fruição e o conhecimento enquanto futuros professores.

Diante deste panorama, observa-se que, entre os estudantes, o contato com o cinema acaba acontecendo de outras formas, através da internet e da mídia, por exemplo, sem que haja uma mediação que possa estimular uma prática reflexiva e ampliadora do olhar. Sem uma tal mediação, o cinema, via de regra, acaba ficando reduzido a uma atividade de mero entretenimento e as escolhas acabam sendo aquelas que a cultura de massas oferece.

O delineamento desta realidade dos estudantes de Paranaguá com relação ao cinema é relevante neste estudo, pois tem impacto na maneira como os estudantes veem a arte cinematográfica, bem como na função e valor atribuídos por eles ao cinema, o que impacta, por consequência, na forma como eles podem ver o cinema enquanto prática na escola.

Uma investigação sobre a função e o valor atribuídos ao cinema por sujeitos determinados fala necessariamente de suas experiências com esta arte, e, como tal, tange suas subjetividades. No entanto uma tal investigação não pode se constituir em uma investigação sobre meros indivíduos, uma vez que a função e o valor de uma certa arte em uma dada comunidade constituem-se em uma realidade sociocultural e histórica. Assim, é preciso sempre ter em vista a relação dialética entre obra, criação artística individual e partilhada socialmente, o horizonte de expectativa do leitor, definido socialmente, e a experiência subjetiva que este faz da obra. Tendo no horizonte estas três dimensões que afetam a recepção da obra artística, aqui especificamente o cinema, é que procedemos ao mapeamento de campo realizado com os estudantes de Letras da Unespar-Paranaguá.

O mapeamento, realizado por meio de amostragem, contou com sete estudantes do primeiro e do último ano das duas licenciaturas em Letras do Campus de Paranaguá (Letras-Português e Letras Português-Inglês). Foi elaborado um questionário com 13 perguntas, que visavam a obter informações sobre a função e o valor do cinema atribuídos pelos entrevistados. O questionário foi respondido pelos entrevistados por escrito. As perguntas feitas aos estudantes foram divididas em dois eixos de observação: no primeiro eixo de análise observa-se a experiência do sujeito enquanto leitor-espectador de obras fílmicas, no intuito de delinear suas impressões subjetivas. No segundo eixo verificam-se as expectativas destes estudantes de um possível trabalho com o cinema na escola, enquanto futuros professores. Os eixos correspondem aos dois subtítulos a seguir, respectivamente, para melhor organização da análise.

A experiência subjetiva dos estudantes de Letras da Unespar-Paranaguá

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Antes de entrarmos nas análises deste primeiro eixo da pesquisa, vale comentar um pouco a respeito do horizonte de expectativas dos entrevistados.

Enquanto estudantes de Letras, suas experiências subjetivas estão ligadas a um horizonte de expectativa que compreende também os conteúdos aprendidos no curso, constituindo-se como parte de um saber prévio geral do sujeito. Neste sentido, a relação dialógica entre uma obra fílmica e o saber prévio do sujeito enquanto estudante de Letras é reveladora de certos aspectos linguísticos e literários internalizados, observáveis nas entrevistas feitas com estes estudantes. As estruturas narrativas aprendidas na lida com textos literários, por exemplo, podem ser percebidas por um estudante ao assistir um filme, justamente por ter em seu horizonte de expectativas este conhecimento estrutural da narrativa, que lhe permite estabelecer relações entre as narrativas de obras literárias e as narrativas de obras fílmicas. *“Eu enxergo o cinema da mesma maneira que a literatura, uma vez que faz não só nos colocar no lugar e ou nos tirar do chão, nos faz também parar pra pensar no que está acontecendo. E o fato de ser imagético dá um maior impacto na pessoa”*, diz uma das entrevistadas, aluna de 4º ano de Letras Português-Inglês.

Do mesmo modo, mesmo se o leitor-espectador estiver diante de uma nova obra fílmica, de estrutura ainda não conhecida por ele ou “menos delineada”, será capaz de percebê-la através das relações entre o “horizonte mais restrito” de sua expectativa fílmica ou do “horizonte mais amplo” de sua experiência de vida, como preconiza Jauss:

Mas a possibilidade da objetivação do horizonte de expectativa verifica-se também em obras historicamente menos delineadas. E isso porque, na ausência de sinais explícitos, a predisposição específica do público com a qual um autor conta para determinada obra pode ser igualmente obtida a partir de três fatores que, de um modo geral, se podem pressupor: em primeiro lugar, a partir de obras conhecidas ou da poética imanente ao gênero; em segundo, da relação implícita com obras conhecidas do contexto histórico-literário; e em terceiro lugar, da oposição entre ficção e realidade, entre a função poética e a função prática da linguagem, posição esta que, para o leitor que reflete, faz-se sempre presente durante a leitura, como possibilidade de comparação. Este terceiro fator inclui ainda a possibilidade de o leitor perceber uma nova obra tanto a partir do horizonte mais restrito de sua expectativa literária, quanto do horizonte mais amplo de sua experiência de vida. (JAUSS, 1994, p. 29-30)

Transpondo a reflexão do Jauss sobre a literatura para o cinema, os conteúdos internalizados sobre o universo das Letras podem ser percebidos pelo sujeito através de sinais explícitos ou implícitos, além de outros conhecimentos historicamente adquiridos e que podem ser acionados durante a leitura de um filme. No que diz respeito a estes sinais explícitos ou implícitos, percebidos pelos estudantes de acordo com o seu saber prévio e de suas experiências com o cinema, foram observados aspectos recorrentes nas entrevistas. Destacam-se aqui três fatores recorrentes nas entrevistas para a abordagem sobre a função e o valor atribuídos ao cinema: 1) a relação entre ficção e realidade no cinema, 2) o caráter sensorial e emotivo das experiências fílmicas e 3) a reflexão que os filmes trazem aos estudantes.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Os depoimentos dos estudantes revelam que o cinema lhes permite uma fuga ou evasão da realidade, com a possibilidade de rever a vida real sobre uma nova perspectiva, através da ficção. O interessante neste ponto é observar que os estudantes estabelecem uma comparação entre elementos observáveis tanto em filmes como na literatura, acionando conhecimentos obtidos em seu percurso de formação na graduação. A relação entre ficção e realidade foi algo verificado em vários comentários dos estudantes, em mais de uma pergunta. Ao serem questionados sobre o que era atrativo no cinema e se filmes podem trazer algo de relevante em suas vidas e sociedade, alguns estudantes percebem que, na ficção, eles podem perceber as situações em que as personagens fílmicas estão colocadas na história e, colocando-se na perspectiva das personagens, identificando-se com elas, são despertadas sensações e emoções sobre situações apresentadas na história narrada. É o efeito catártico que a obra fílmica lhes provoca.

Este elemento das emoções despertadas por um filme aponta para a realização de uma experiência, uma vez que a experiência não é a vivência de um acontecimento externo, não é o que se passa, mas é “aquilo que nos passa, que nos acontece”, como disse Larrosa (2002, p. 5).

Se escutamos em espanhol, nessa língua em que a experiência é “o que nos passa”, o sujeito da experiência seria algo como um território de passagem, algo como uma superfície sensível que aquilo que acontece afeta de algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos. (LARROSA, 2002, p. 5)

Experienciar uma arte verdadeiramente implica não apenas em identificar certos elementos formais, certas informações sobre o seu contexto de produção, não implica em raciociná-la, mas deixar ser tocada por ela e, através dela, entrar em contato com aquilo que somos enquanto indivíduo e enquanto sociedade. Imaginar-se em uma situação no filme envolve este tipo de experiência que, por uma relação entre ficção e realidade, permite ao leitor-espectador colocar-se no lugar do outro. O que foi percebido ao analisar as entrevistas dos estudantes neste percurso investigativo é que o cinema é, realmente, um exercício de alteridade, reiterando as reflexões de Alain Bergala (2013):

O cinema é a forma de arte que, imediatamente, capturou a alteridade. (...) Então é evidentemente muito importante também pelo cinema, quando a criança ou adulto pode fazer a experiência direta da alteridade. Em um filme, por exemplo, um homem pode se identificar completamente com uma mulher, enquanto que na vida real é muito mais difícil. O cinema permite que nos coloquemos – é Sergey Daney quem dizia isso – o cinema permite que nos coloquemos no interior do outro, o que na vida real é extremamente difícil. (BERGALA apud FRESQUET, 2013, p. 34)

Uma experiência real com o cinema abre portas para a alteridade, para o colocar-se “no interior do outro”, uma vez que nos faz sentir este outro, trazendo-o para o interior de nós mesmos. Tais sentimentos despertados em um filme estabelecem uma ligação com a realidade, aquela que eu

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

sinto, trazendo uma reflexão a respeito de temas, ideias, comportamentos e valores postos pela obra, e tornando possível uma transformação de si e do outro através destas percepções.

As respostas dos entrevistados revelam o cinema como mais do que um simples entretenimento, afirmando-o como um deflagrador de reflexões. A reflexão está associada a vários elementos percebidos nos filmes pelos sujeitos, conforme seus horizontes de expectativas, indo desde valores morais, crenças até os aspectos formais, como os elementos visuais, tecnológicos, a atuação, direção, a fotografia, a trilha sonora, entre outros, elementos que possam, através do saber prévio do indivíduo, leva-lo a uma nova compreensão e a estabelecer relações com o mundo.

Tal compreensão pode ocorrer tanto por meio de um saber prévio já adquirido acionado pelo filme, como por meio da quebra do horizonte de expectativa do espectador. Alguns estudantes expressaram que, para um filme ser interessante, deve haver algum elemento novo ou até mesmo um certo desconforto para que haja uma mudança de perspectiva daquilo que já está posto para eles. Desta maneira, tirando os indivíduos de seu lugar de conforto, o cinema teria um papel transformador e formador de pessoas e do mundo.

Eis o valor atribuído ao cinema pelos entrevistados: o cinema vale positivamente enquanto potência transformadora da condição humana e, por consequência, do mundo, constituindo-se ainda como uma via de fruição e de conhecimento. Nas palavras de uma aluna do primeiro ano de Letras Português-Inglês: *“Acredito que todos nós somos transformados pelo que contemplamos. Os olhos não são apenas as janelas da alma, pra mim são também as portas, no caso do cinema e outras artes audiovisuais”*.

Mesmo para aqueles que veem o cinema como entretenimento e como uma mera representação da realidade através da ficção – sem vivenciarem uma ruptura entre o horizonte de expectativas já estabelecido e a possibilidade do surgimento de uma nova perspectiva –, ainda sim, o cinema tem relevância pelas relações entre ficção e realidade, pela vivência catártico-emotiva e pela experiência de alteridade que esta vivência possibilita.

Sobre as representações acerca da função do cinema, também podemos considerar este ponto: sua função, na maior parte dos depoimentos, é transformar os sujeitos, e, assim, contribuir para a sua formação. Embora a atribuição de uma função a uma obra artística seja algo bem questionável por sua natureza subjetiva e ampla, nesta pesquisa foi possível observar que a possibilidade dada pelo cinema aos sujeitos de aprenderem algo novo sobre a vida e sobre si mesmos, de se formarem e se transformarem com este aprendizado, foi por eles identificada como uma função desta arte. Segundo os entrevistados, filmes podem ensinar, o cinema pode formar, a experiência artística pode transformar.

[O filme] deve ter algo que mexa comigo, com a minha mente, que me faça sair do conforto dos meus pensamentos e me faça pensar em coisas novas. Quando um filme confronta nossas crenças (não só as religiosas), ele nos faz raciocinar, pensar

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

profundamente em um “algo mais” seja o que for esse algo. (Aluna do 1º ano de Letras Português-Inglês)

Não obstante, esta constatação, que parece muito clara quando os entrevistados falam a partir do ponto de vista de sua experiência subjetiva com o cinema, parece desaparecer ou entrar em conflito com suas visões e expectativas de trabalho com o cinema na escola, tal como se pode ver a seguir.

O cinema no espaço escolar na perspectiva dos estudantes de Letras-Paranaguá

Neste segundo eixo de análise, apresentam-se as impressões e expectativas dos estudantes sobre o trabalho com o cinema em sala de aula e as contribuições da arte cinematográfica para a sua formação enquanto futuros professores.

Sobre a maneira como esperam trabalhar com o cinema, todos os estudantes entrevistados julgaram ser útil e interessante levar o cinema para a escola. No entanto, este juízo positivo sobre o cinema é formulado mais a partir de lugares comuns, do que a partir da própria experiência dos sujeitos. O que os entrevistados experienciam com o cinema parece não se comunicar com o que acham que podem fazer com o cinema na escola. São recorrentes comentários que consideram a arte cinematográfica como um meio atrativo e lúdico de se trabalhar conteúdos, constituindo-se no ambiente escolar como uma “ferramenta didática”.

O cinema serviria, segundo os entrevistados, como uma linguagem diferente de fazer chegar aos seus futuros alunos os conteúdos disciplinares – uma maneira “descontraída” de trabalhar obras literárias, produções textuais, gêneros textuais, ou de promover o aprendizado de uma segunda língua – conteúdos disciplinares muitas vezes trabalhados de acordo com um modelo escolar que não se apresenta eficiente e é pouco atrativo para o público escolar, segundo os entrevistados. Resumindo, nesta perspectiva o cinema serviria para salvar a escola de seu marasmo, porém sem criar nenhuma fissura em suas estruturas.

Um olhar um pouco mais amplo sobre as possibilidades de trabalho com o cinema na escola emerge quando os entrevistados voltam-se para o que pretendem provocar em seus alunos. Para além de uma ferramenta didática e de uma preocupação com os modelos escolares desinteressantes de ensino, os estudantes apresentam uma preocupação com a reflexão e a subjetividade dos alunos. Aqui, os futuros professores parecem resgatar um pouco das experiências subjetivas que demonstraram ter vivenciado em relação ao cinema. Ao responder à pergunta “O que você acha que o cinema pode acrescentar em seu trabalho como professora/professor?”, uma aluna responde:

Vai parecer clichê, mas além de uma ferramenta para trabalhar o lúdico, a interdisciplinaridade e ampliar o conhecimento sobre a linguagem, o cinema aproxima esse aluno, o faz interagir (mesmo que não seja de maneira positiva) como o que está sendo posto no filme e vai se envolver, pois ele vai se por no lugar e confrontar com o que ele tem por visão de realidade. E, acredito eu, que isso seja

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

mais um tijolinho quebrado para quebrar o meio onde a humanidade dele se esconde. (aluna do 4º ano de Letras Português-Inglês)

É visível a negociação que esta aluna tem que fazer entre os lugares-comuns da educação (“ferramenta para trabalhar o lúdico”, “interdisciplinaridade”...) e as evidências que ela teve em suas experiências com o cinema (note-se que ela foi e é membro do Projeto Fora das Grades). Com poucas exceções, a se contar com esta, poucos alunos parecem ao menos tentar fazer uma ligação entre o que vivenciam em termos de cinema e o modo como esperam que o cinema contribua para a sua prática docente. É realmente digno de nota o fato de que, apesar das experiências subjetivas que os sujeitos entrevistados manifestam ter vivenciado no seu contato com filmes, eles ainda não veem um trabalho com o cinema como uma prática de fruição e de conhecimento e não conseguem pensar a presença do cinema na escola sem atrelá-lo, de alguma forma, aos conteúdos disciplinares. A experiência com o cinema, que deveria estar no centro de uma proposta de trabalho com o cinema no ambiente escolar, é reduzida à periferia, e esta redução limita a experiência cinematográfica e seu potencial formador e transformador dos sujeitos que ensinam e que aprendem.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, procurou-se apresentar um panorama dos aspectos envolvidos nas representações sobre a função e o valor atribuídos ao cinema por estudantes das licenciaturas em Letras da Unespar-Campus de Paranaguá. Os aspectos analisados aqui permitiram compreender, em certo nível, o horizonte de expectativas desses estudantes sobre dois eixos principais: um que se refere às experiências subjetivas dos indivíduos e o outro eixo que compreende as suas expectativas de um trabalho com o cinema em sala de aula.

Os dados colhidos, considerando estes dois eixos, podem fornecer subsídios para o planejamento de práticas que visam aprimorar a sensibilidade estética e visão crítica destes licenciandos sobre o cinema, pensando ainda em um trabalho com multiletramentos nas licenciaturas em Letras e na escola. O trabalho de formação do olhar para o cinema entre os estudantes de Letras deverá necessariamente levar em conta o contexto de vida destes estudantes, suas práticas de ver filmes, seu repertório, suas possibilidades de acesso às obras, seus gostos e desgostos. Apenas com base neste saber prévio é possível planejar uma prática formativa em cinema que seja realmente formadora e transformadora destes sujeitos e que não os atropela em seus processos de sentir e pensar.

Além disso, é preciso apostar na experiência e no relacionamento das subjetividades com as obras como caminhos pedagógicos, buscando superar a visão que muitas vezes limita a experiência em detrimento dos conteúdos e de saberes pré-estabelecidos, a visão limitadora que faz do cinema na escola uma ferramenta, um instrumento de apoio às disciplinas, e não uma arte que existe para ser experienciada. Experiências com o cinema têm sido algo vivido de maneira muito significativa no projeto Fora das Grades e a potência formadora e transformadora destas experiências atestam-se em

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

todos os sujeitos deste estudo que passaram por este projeto. No entanto, é preciso ir além. É preciso haver uma ponte que possibilite ligação entre este modo de aprender pela experiência com as expectativas de atuação na escola. É preciso que a experiência, como caminho formador e transformador, seja não apenas algo vivido, mas algo refletido por aqueles que estão se formando professores e querem trabalhar com o cinema.

Os resultados desta pesquisa nos mostraram que os estudantes de Letras da Unespar-Paranaguá tendem a reconhecer no cinema um valor positivo e transformador. As poucas, porém significativas, experiências com o cinema que estes sujeitos tiveram a oportunidade de ter em uma cidade desprovida de oportunidades de encontro com esta arte, mostraram-lhes que o cinema tem a função de ampliar a sua compreensão da realidade, os seus referenciais e valores, o seu reconhecimento das alteridades (por via da cartarse emotiva, da identificação com os personagens) e a sua própria compreensão de si, a partir deste espelhamento com o outro. Falta-lhes entender que isto que vivem, em termos de cinema, fora das grades, fora da escola, pode e deve ser a base para o trabalho que eventualmente pretendem realizar com o cinema na escola.

É preciso encontrar formas de possibilitar um trabalho mais consistente com o cinema nas licenciaturas em Letras, um trabalho que sedimente experiências, que forme os sujeitos e os ensine a formar com o cinema, ajudando-os a construir possibilidades para além da “ferramenta pedagógica”.

Os desafios são muitos: a superação de uma ideia de educação focada na transmissão de conteúdos, a superação da noção do cinema como ferramenta pedagógica de apoio, a criação de mais espaços que permitam ainda mais o desenvolvimento desta arte sob uma nova perspectiva, a inclusão do trabalho e da experiência com o cinema e os multiletramentos nas licenciaturas, a formação de futuros professores mediadores de conhecimento, que sejam capazes de trabalhar com variadas modalidades de linguagem e que, sobretudo, sejam, mais que “ensinadores de conteúdos”, deflagradores de experiência. O cinema, assim, obriga a educação a sair de seus lugares mais estabilizados e a buscar formas outras de ensinar e aprender.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Departamento de Políticas do Ensino Médio. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio.** Linguagens, Códigos e suas tecnologias. Brasília, 2006
http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf Acesso em 19/01/2017

_____. **Diretrizes e Bases da Educação,** Lei nº 9.394, Capítulo II da Educação Básica, Art.26, parágrafo 8º. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 20/01/2017

_____. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009(*), Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&category_slug=abril-2014-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 20/01/2017

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

- BORDINI, Maria da Glória; AGUIAR, Vera Teixeira. **Literatura: a formação do leitor** (alternativas metodológicas). 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- FRESQUET, Adriana. **Cinema e educação: reflexões e experiências com professores e estudantes de educação básica, dentro e “fora” da escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- LARROSA, Bondía Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**. n.19. Jan/ Fev/ Mar/ Abr 2002.
- JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. Trad. De Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.
- ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. **Multiletramentos na escola**. São Paulo, Parábola, 2012.



DRAMATURGIA EM DANÇA COMO RESULTADO DO CONVÍVIO SOCIAL NO COTIDIANO

Daiana Sarai Nunes (PIBIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus Curitiba II - Faculdade de Artes do Paraná (FAP), daianasarainunes@gmail.com
Gladistoni dos Santos Tridapalli (Orientador), glapalli@gmail.com
Unespar/Campus Curitiba II - Faculdade de Artes do Paraná (FAP)

Palavras-chave: Dramaturgia. Dança. Convívio Social.

INTRODUÇÃO

O presente projeto foi motivado pela reflexão acerca da possibilidade de uma construção dramaturgical a partir do convívio social no cotidiano. O que moveu a pesquisa foi perceber o modo como nos posicionamos perante outras pessoas em nosso convívio - como nos portamos em busca de reconhecimento social e como os discursos representativos de quem somos no mundo são renovados continuamente no cotidiano a partir de interações sociais. Pretendeu-se, portanto, investigar modos de transformar esses comportamentos artisticamente em dança a partir de experimentações em laboratórios práticos, construindo relações no corpo entre os assuntos estudados.

A metodologia empregada para realização da pesquisa incluiu revisão teórica e artística, assim como experimentações corporais em laboratórios práticos e encontros para orientação - essas atividades ocorreram de forma concomitante e foram acompanhadas por anotações e reflexões em diário. As atividades desenvolvidas sucederam-se entre a revisão teórica de autores relacionados aos temas discutidos e de obras artísticas - os estudos teóricos enfocaram: o entendimento de sociedade do sociólogo alemão Georg Simmel (1858-1818); conceitos do cientista social canadense Erving Goffman (1922-1982) em seu livro *"A representação do Eu na vida cotidiana"* (2002), o conceito de dramaturgia em dança da autora Rosa Hercoles em sua tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP intitulada *"Formas de Comunicação do Corpo - Novas Cartas sobre a Dança"* (2005) e as obras artísticas selecionadas ("Piti" de 1998 e "Vaidade" de 2001) foram da Cia Dani Lima (RJ), por estas serem movidas pela relação com o cotidiano.

CONVÍVIO EM SOCIEDADE

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

O convívio social é aqui compreendido como um conjunto de trocas de interações entre indivíduos ou grupos de indivíduos em determinada sociedade – a sociedade, segundo Georg Simmel (2006) é resultado de uma rede de interações sociais complexas decorrentes de razões e motivações diversas. Para ele, os indivíduos em sociedade “[...] em seu comportamento, se determinam plenamente por meio de suas influências recíprocas.” (SIMMEL, 2006, p. 18). A constante troca de influências entre os indivíduos ocorre em virtude das experiências vividas no cotidiano e é o elemento fundamental que concebe a formação de uma sociedade. Ele afirma que a sociedade: “[...] é um *acontecer* que tem uma função pela qual cada um recebe de outrem ou comunica a outrem um destino ou uma forma.” (SIMMEL, 2006, p. 18).

A sociedade humana para Simmel (2006) seria, portanto, configurada como uma unidade coletiva construída a partir de manifestações relacionais que emergem de interesses. Seria um meio de interação de onde surgem vínculos e influências:

[...] a sociedade, cuja vida se realiza num fluxo incessante, significa sempre que os indivíduos estão ligados uns aos outros pela influência mútua que exercem entre si pela determinação recíproca que exercem uns sobre os outros. (SIMMEL, 2006, p.17)

A REPRESENTAÇÃO DO EU NA VIDA COTIDIANA

Ainda refletindo sobre o convívio social no cotidiano, a presente pesquisa foi fomentada pelo autor Erving Goffman. Tendo Georg Simmel como um de seus referenciais, Goffman (2002) em seu livro intitulado “A representação do Eu na vida cotidiana” (do original em inglês “*The presentation of self in everyday life*”), descreve uma perspectiva sociológica da vida social organizada, através de metáforas da representação teatral para referir-se aos aspectos do comportamento humano em interações sociais no cotidiano. Considerando interação como “[...] influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata.” (GOFFMAN, 2002, p. 23), o autor relaciona os atores sociais à atores em um palco.

Ao relacionar seus conceitos com a linguagem teatral, afirma que o papel desempenhado por um indivíduo é talhado de acordo com os papéis desempenhados pelos outros presentes na interação e esses outros indivíduos constituem a **plateia**. (GOFFMAN, 2002, p. 9). Ou seja, ao tomar um determinado participante e seu desempenho em particular como referência, pode-se chamar aos outros indivíduos que “contribuem para a interação de **platéia observadores** ou **co-participantes**” (GOFFMAN, 2002, p. 23-24). Para Goffman, quando um indivíduo chega à presença de outros – a plateia – estes procuram obter informações a seu respeito. Essas informações servem, portanto, para “[...] definir a situação, tornando os outros capazes de conhecer antecipadamente o que ele esperará deles e o que dele podem esperar.” (GOFFMAN, 2002, p. 11) O autor define **representação** como “toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência.” (GOFFMAN, 2002, p. 29).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Ao longo de seu livro, o autor pretende descrever:

“[...] a maneira pela qual o indivíduo apresenta, [...] a si mesmo e a suas atividades às outras pessoas, os meios pelos quais dirige e regula a impressão que formam a seu respeito e as coisas que pode ou não fazer, enquanto realiza seu desempenho diante delas.” (GOFFMAN, 2002, p. 9)

O **desempenho** é definido por ele como “[...] toda atividade de um determinado participante, em dada ocasião, que sirva para influenciar, de algum modo, qualquer um dos outros participantes.” (GOFFMAN, 2002, p. 23). Partindo do ponto de vista do indivíduo que desempenha um papel apresentado aos outros, Goffman afirma que “[...] será do interesse dele regular a conduta dos outros, principalmente a maneira como o tratam. Esse controle é realizado principalmente através da influência sobre a definição da situação que os outros venham a formular.” (GOFFMAN, 2002, p. 13) Assim, “[...] quando uma pessoa chega à presença de outras, existe, em geral, alguma razão que a leva a atuar de forma a transmitir a elas a impressão que lhe interessa transmitir.” (GOFFMAN, 2002, p. 14). O autor define assim o termo **fachada**:

Será conveniente denominar de fachada à parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam a representação. Fachada, portanto, é o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação. (GOFFMAN, 2002, p. 29)

Em relação à comunicação entre os indivíduos durante uma interação social, o autor declara que um indivíduo **expressa** a si mesmo e sua plateia é de alguma forma, **impressionada** por ele (GOFFMAN, 2002, p. 12). Durante a interação, duas atividades são envolvidas:

A expressividade do indivíduo (e, portanto, sua capacidade de dar impressão) parece envolver duas espécies radicalmente diferentes de atividade significativa: a expressão que ele transmite e a expressão que ele emite. A primeira abrange os símbolos verbais, ou seus substitutos, que ele usa propositadamente e tão-só para veicular a informação que ele e os outros sabem estar ligadas a esses símbolos. [...] A segunda inclui uma ampla gama de ações, que os outros podem considerar sintomáticas do ator, deduzindo-se que a ação foi levada a efeito por outras razões diferentes da informação assim transmitidas. (GOFFMAN, 2002, p. 12)

O autor cita, portanto, duas formas de comunicação, chamadas por ele de “expressões dadas” e “expressões emitidas”. Em consonância com o livro de Goffman, a presente pesquisa enfoca nas expressões **emitidas**, definidas como “[...] de tipo mais teatral e contextual, a de natureza não-verbal e presumivelmente não-intencional, quer esta comunicação seja arquitetada propositadamente quer não” (GOFFMAN, 2002, p. 14)

As ações do indivíduo que desempenha um papel a outro indivíduo influenciam na definição da situação interacional. Essas ações podem ocorrer de diversas formas, mas destacamos as seguintes durante a pesquisa:

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

“Às vezes, agirá de maneira completamente calculada, expressando-se de determinada forma somente para dar aos outros o tipo de impressão que irá provavelmente levá-los a uma resposta específica que lhe interessa obter. Outras vezes, o indivíduo estará agindo calculadamente, mas terá, em termos relativos, pouca consciência de estar procedendo assim.” (GOFFMAN, 2002, p. 15)

Segundo Park (1950, p. 249, apud GOFFMAN, 2002, p. 27):

Não é provavelmente um acidente histórico que a palavra “pessoa”, em sua acepção primeira, queira dizer máscara. Mas, antes, o reconhecimento do fato de que todo homem está sempre e em todo lugar, mais ou menos conscientemente, representando um papel... É nesses papéis que nos conhecemos uns aos outros; é nesses papéis que nos conhecemos a nós mesmos.

Em certo sentido, e na medida em que esta máscara representa a concepção que formamos de nós mesmos - o papel que nos esforçamos por chegar a viver - esta máscara é o nosso mais verdadeiro eu, aquilo que gostaríamos de ser. Ao final a concepção que temos de nosso papel torna-se uma segunda natureza e parte integral de nossa personalidade. Entramos no mundo como indivíduos, adquirimos um caráter e nos tornamos pessoas. (PARK, 1950, p. 249 apud GOFFMAN, 2002, p. 27)

Os discursos representativos de quem somos no mundo, portanto, surgem e são renovados continuamente no cotidiano a partir de interações sociais.

DRAMATURGIA EM DANÇA

Ao buscar tratar dos referidos conceitos pertencentes às Ciências Sociais a partir do corpo que dança, sentiu-se a necessidade de aprofundar entendimentos acerca das especificidades da dramaturgia na dança e a pesquisa assim aproximou-se da autora Rosa Hercoles. Segundo Hercoles (2005), no final dos anos 80 surgiu dentro da dança a busca do entendimento do que seria a sua dramaturgia. A autora esclarece, porém que:

[...] a expansão dos domínios da dramaturgia para além dos limites exclusivos da prática teatral, fazendo-se presente em outras formas de arte, não se relaciona com a simples transplantação do conhecimento de um domínio em outro. Partindo-se do pressuposto de que a dança é uma área de produção de conhecimento e, como tal, discute, propõe e soluciona as questões específicas do seu fazer artístico, se impõe a necessidade de uma reflexão sobre o que vem a ser a sua dramaturgia [...] (HERCOLES, 2005, p. 9)

A criação em dança aqui apresentada é fomentada pelo conceito de dramaturgia proposto pela autora como a produção sígnica estabelecida a partir da tradução de um conceito ou ideia para a ação cênica, assim como a exploração de possíveis traduções por meio de protocolos investigativos particulares (HERCOLES, 2005, p. 11-12) que tem o corpo como mediador (HERCOLES, 2005, p. 128). Durante a pesquisa, esse conceito aparece como norteador para as ações em curso – o olhar para o convívio social no cotidiano é atravessado pelo entendimento de que:

A tradução dos conceitos e das idéias que emergem do processo de implementação de alguma questão temática no e pelo movimento se dá através de protocolos

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

investigativos particulares, onde são pesquisadas as possibilidades de existência material e formal destas questões no corpo que dança. Trata-se, portanto, de um processo de qualificação do movimento e de construção do conhecimento. (HERCOLES, 2005, p. 127-128)

CIA. DANI LIMA E A POÉTICA DO COTIDIANO DO CORPO

A companhia de dança carioca Cia. Dani Lima tem em suas obras a recorrência da busca por uma “poética do cotidiano do corpo”. Surgida em 1997 e fundada pela bailarina e coreógrafa Dani Lima, a companhia “[...] investiga as formas de expressão de um corpo mergulhado em questões de identidade-alteridade, memória e percepção [...]”, investindo em experiências transdisciplinares.¹

Durante pesquisa de referenciais artísticos, destacaram-se duas obras da companhia, *Piti* (1998)² – que trata do descontrole das emoções contidas - e *Vaidade* (2001)³ – reflexão acerca da construção de quem somos a partir do outro -, assistidas pelo *Youtube* e analisadas pela pesquisadora a partir de sua dramaturgia, a fim de identificar lógicas dramáticas desenvolvidas nas concepções, assim como a relação entre as “fachadas” (GOFFMAN, 2002, p. 29) configuradas. Segundo Rosa Hercoles (2005):

“Identificar a dramaturgia de uma peça coreográfica implica na discriminação do tipo de pensamento que está sendo implementado tanto no movimento quanto no ambiente cênico, observando-se quais as relações que foram estabelecidas entre todos os seus materiais constitutivos.” (HERCOLES, 2005, p. 126-127)

Seguem as sinopses das obras⁴:

Piti (1998)

“Espetáculo de estréia da Cia Dani Lima, *Piti* trata da histeria, do descontrole, da perda da razão, da loucura que nasce das emoções contidas. Dos pequenos chilikés do dia a dia às grandes explosões que podem transformar a vida de uma pessoa.”

Vaidade (2001)

“Vaidade não como linha de chegada, mas ponto de partida. Especular sobre suas origens psíquicas, trabalhar sobre depoimentos íntimos os mais diversos, abordando a vaidade como característica

¹ Informações disponíveis em: <<http://www.ciadanilima.com.br/a-companhia/trajetoria/>> **Site da Cia. Dani Lima**. Acesso em 03 de agosto de 2017.

² Disponível no Youtube: **Parte 1** - <<https://www.youtube.com/watch?v=420dIzzIsqw>> e **Parte 2**: <<https://www.youtube.com/watch?v=0dFvOnleUAM&t=161s>> Acesso em 03 de agosto de 2017.

³ Disponível no Youtube: <<https://www.youtube.com/watch?v=IWuqmwHFWuU>> Acesso em 03 de agosto de 2017.

⁴ Informações disponíveis em: <<http://www.ciadanilima.com.br/a-companhia/espetaculos/>> **Site da Cia. Dani Lima**. Acesso em 03 de agosto de 2017.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

intrínseca à vida urbana, teia de fundo das relações humanas. Vaidade como a necessidade que temos do espelho do outro para constituirmos nossa identidade, como a busca frenética do indivíduo por atenção e aceitação em sociedade”

OLHAR PARA O EXAGERO DO COTIDIANO ATRAVÉS DA DANÇA

A experimentação prática desenvolvida pela pesquisadora da presente pesquisa surgiu como um modo de sintetizar no corpo o que foi estudado e refletido, constituindo assim possíveis configurações dramáticas. Ao entrar em contato com o conceito de dramaturgia a partir da autora Rosa Hercoles (2005) – aprofundado anteriormente – percebeu-se a necessidade de estabelecer uma “lógica dramática” na configuração a ser construída, revelando assim “uma preocupação latente com a exploração das capacidades corporais envolvidas na tradução destas questões para o movimento” (HERCOLES, 2005, p. 20) Para Hercoles (2005), considerar que “em dança mover é agir, pensar sua dramaturgia implica no reconhecimento de que a construção da ação dramática ocorre, não exclusivamente mas prioritariamente, pelo movimento.” (HERCOLES, 2005, p. 127) Assim, buscou-se experimentar no corpo os conceitos estudados, relacionando-os com determinadas situações cotidianas.

Ao manter anotações em um diário acerca do tema aqui tratado, percebeu-se certo refinamento nas observações do próprio cotidiano da pesquisadora. A mesma passou a ficar a espreita de situações relacionais, desempenhadas pela própria e por outrem, refletindo sobre certas narrativas cotidianas.

É importante destacar aqui, a partir de Goffman (2002) os acordos implícitos entre quem desempenha um papel e quem é platéia nas interações sociais:

Quando um indivíduo desempenha um papel, implicitamente solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles. Pede-lhes para acreditarem que o personagem que vêem no momento possui os atributos que aparenta possuir, que o papel que representa terá as consequências implicitamente pretendidas por ele e que, de um modo geral, as coisas são o que parecem ser. (GOFFMAN, 2002, p. 25)

O autor refere-se ao indivíduo que acredita na impressão criada por sua representação como “sincero” e utiliza o termo “cínico” para o que não acredita em sua própria atuação. Destacamos aqui o cínico – este, segundo Goffman (2002), “[...] pode obter prazeres [...] experimentando uma espécie de jubilosa agressão espiritual pelo fato de poder brincar à vontade com alguma coisa que o público quer levar a sério.” (GOFFMAN, 2002, p. 26). O autor destaca, porém, que:

Não queremos dizer com isso, por certo, que todos os atores cínicos estejam interessados em iludir sua platéia, tendo por finalidade o que se chama de “interesse

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

pessoal” ou lucro privado. Um indivíduo cínico pode enganar o público pelo que julga ser o próprio bem deste, ou pelo bem da comunidade, etc. (GOFFMAN, 2002, p. 26)

Então, partindo de determinadas situações de interação social observadas no dia a dia anotadas no diário, em que se pensa identificar a ação de atores sociais “cínicos”, a pesquisadora interessou-se pelos momentos em que um indivíduo conta uma história para outro de forma a falsear informações. Por exemplo, ao fingir sofrimento por determinado assunto ou ao vangloriar-se de habilidades que não possui. Estimulada por essas situações, a pesquisadora passou a se perguntar: como move o corpo no momento dessas interações?

Ao tratar o falseamento de informações e emoções a partir da perspectiva do corpo durante experimentações dançantes em estúdio, emergiu o tema “Exagero em narrativas cotidianas” como algo que afeta o corpo e que despertou o interesse da pesquisadora a mover. Os movimentos surgem a partir da memória das situações vividas, observadas e anotadas e se transforma em imitação. É então intensificado, exagerado, e vai construindo-se como dramaturgia corporal. Percebe-se que os músculos da face são os mais implicados nos movimentos. O corpo começa a mover-se no lugar e aos poucos busca o deslocamento pelo espaço, exibindo seus exageros. O recorte de movimentações desenvolvidas tornam-se partituras corporais. O termo “fachada”, desenvolvido por Goffman (2002) é investigado no corpo e pelo corpo.

A pesquisadora adotou a informalidade como estratégia para mover – como um corpo que interage socialmente no dia a dia, enfatizando o exagero nessas situações. Ao exagerar, caricaturam-se posições corporais e expressões faciais, trazendo à atenção certas coisas que se escamoteiam no cotidiano. A intensificar os movimentos ao exagero, pretende-se gerar estranhamento e/ou reflexão no observador da cena (que é plateia), fazendo-o olhar para suas próprias ações na vida.

Segundo Hercoles (2005), “[...] o ato de dançar, quando além do domínio da espontaneidade, diz respeito à conquista de padrões de movimento especializados, distintos de nossas atividades cotidianas.” (HERCOLES, 2005, p. 12). A repetição dos movimentos e gestos cotidianos são cada vez mais intensificados e especializados, transformando-se em dança. As partituras corporais recortadas são configuradas a partir de escolha estética da pesquisadora e uma cena de dança é composta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a presente pesquisa, portanto, foram investigadas possíveis configurações dramáticas, através de uma perspectiva dançante em relação às interações humanas no cotidiano. O contato com as referências teóricas e artísticas aqui propostas possibilitaram um aprofundamento em determinados entendimentos e atravessaram a síntese corporal transformada em dramaturgia da dança. A poética criada a partir da insistência no exagero das comunicações narrativas cotidianas tem a pretensão de gerar estranhamento e em consequência, reflexão no observador que é afetado por ela.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Ao encerrar a pesquisa, percebe-se um alargamento das reflexões acerca de possibilidades dramáticas e processos criativos em dança.

REFERÊNCIAS

Artísticas:

Cia. Dani Lima - Site da companhia: <<http://www.ciadanilima.com.br/>> Acesso em 03 de agosto de 2017.

Obras artísticas da Cia Dani Lima analisadas, disponíveis no *Youtube*:

Piti (1998):

Parte 1 - <<https://www.youtube.com/watch?v=420dIzzIsqw>>

Parte 2: <<https://www.youtube.com/watch?v=0dFvOnleUAM&t=161s>>

Acesso em 03 de agosto de 2017.

Vaidade (2001):

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IWuqmwHFWuU>>

Acesso em 03 de agosto de 2017.

Bibliográficas:

ALVES, Fábio Lopes. **A dinâmica da sociabilidade em Georg Simmel**. Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales - Universidade de Málaga, Espanha - Julho de 2013.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia dos Santos Raposo. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

HERCOLES, Rosa Maria. **Formas de Comunicação do Corpo - novas cartas sobre a dança**. 2005. 138f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.



FABRICAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO: JÚLIA DA COSTA, A MEMÓRIA, A HISTÓRIA E O CAMPO LITERÁRIO

Ana Flávia Silva (PIBIC/Fundação Araucária)
Unespar/Paranaguá, ana.viafla@gmail.com
Liliane da Costa Freitag (Orientador),
Unespar/Paranaguá, lilianefreitag@uol.com.br

Palavras-chave: Júlia da Costa. Memória. Gênero.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa fora produzida com a intenção de identificar e analisar a construção da figura da poetisa Júlia da Costa enquanto personagem, que fora apropriada para a construção de uma memória local, tanto no Paraná quanto em Santa Catarina, mas principalmente no primeiro estado. Júlia da Costa viveu entre 1844 e 1911, nascida em Paranaguá no estado do Paraná, tendo passado a maior parte de sua vida em São Francisco do Sul, em Santa Catarina. As meta-narrativas literárias reconhecem Julia da Costa como poeta cuja capacidade literário-discursiva se deu em grande medida pelos componentes melancólicos de sua vida. Nas origens dessa suposição estão nos indícios de uma vida amorosa repleta de sabores. Esses discursos destacam que Júlia da Costa apaixonara-se por um rapaz mais jovem, e após sua decepção amorosa casara-se com um homem abastado da região. As meta-narrativas regionais atribuem esses dois fatos como razão para tal sentimento. Existem conflitos quanto a isso, como expostos por Carlos da Costa Pereira, em seu livro *Traços de Vida da Poetisa Júlia da Costa*. Os poucos dados biográficos sobre a poetisa criam um imaginário sobre Júlia da Costa, satisfazendo com isso determinadas necessidades regionais reguladas por políticas de memória que foram expressas de forma sólida principalmente em duas obras. A primeira delas, pertence ao campo literário, denominada de 'Vida de Júlia da Costa', é de autoria de Rosy Pinheiro Lima – consagrada pelo 1º Centenário de Emancipação do Paraná. Por outro lado, a obra *Traços de vida da Poetisa Júlia da Costa* do historiador catarinense Carlos da Costa Pereira, pode ser considerada uma réplica à abordagem literária de Rosy Pinheiro Lima, e seus discursos romantizados acerca de Júlia da Costa.

Em que medida os discursos sobre a biografia de Júlia da Costa constroem a poetisa enquanto personagem regional? Consideramos, através das ideias expostas pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1996) que todo discurso carrega sentidos e opera realidades; através disso podemos analisar que as duas obras citadas acima criam duas faces de Júlia da Costa a partir de mesmas fontes. No entanto, abordam temas em comum, tais como desamores, sentimentos de saudade pela terra natal. Porém,

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

enquanto a trama discursiva de Rosy Pinheiro Lima é marcada pela caracterização de Júlia da Costa como sujeito cuja criação é abalizada pelo sentimentalismo e inocência, os estudos de Carlos da Costa Pereira dirigem o olhar para outro horizonte. A Júlia da Costa unvida pela narrativa desse autor pode ser apreendida por um conjunto de práticas sociais e pelos vínculos com outros personagens, como, por exemplo, o marido da poetisa, o Comendador Francisco da Costa Pereira, o qual ocupa grande parte dos estudos do livro do historiador Carlos da Costa Pereira, as visões políticas de Júlia da Costa através do pseudônimo Americana, a figura de Benjamin Carvoliva – o jovem romance da poetisa.

De natureza bibliográfica, a pesquisa fora realizada inicialmente através do processo de heurística, coletando fontes tanto por meio de plataformas digitais quanto físicas a fim de localizar quais campos trabalham com a figura de Júlia da Costa. A partir dessas leituras, estabelecemos dois principais eixos para coletar vestígios acerca da construção de Júlia da Costa como personagem: aqueles vinculados ao campo literário, e aqueles vestígios pertencentes ao campo historiográfico; dentro das fontes descritas anteriormente, trabalhamos com mais dois eixos: as falas relacionadas ao feminino – que têm a intenção de ressaltar a poetisa como mulher enquanto categoria –, e também as falas que representam os conflitos de memória regionais.

Também nos preocupamos em coletar algumas representações discursivas de si, a fim de reconhecermos parte de suas visões de mundo na época. Embora esta pesquisa não traga esse enfoque, ressaltamos trechos que mostram sua participação política por meio do pseudônimo Americana, compreendendo assim os princípios que organizam as ações da personagem, ou o que para o sociólogo Pierre Bourdieu (1989) denomina-se *habitus*.

A PERSONAGEM EM CONFLITOS REGIONAIS

Júlia da Costa fora uma poetisa nascida no ano de 1844 em Paranaguá, no Paraná e que passara grande parte de sua vida em São Francisco do Sul, em Santa Catarina. Embora não se saiba exatamente¹ com quantos anos a poetisa deixara o litoral paranaense, ao analisar a cronologia de suas poesias tudo leva a crer que Júlia da Costa mudou-se para São Francisco do Sul ainda criança, entre cinco e dez anos. O autor Sacramento Blake expõe em seu Dicionário Bibliográfico Brasileiro que "na idade de dez anos (Júlia da Costa) órfã de pai, passou a residir com seu tio, o tabelião João José Machado da Costa, na cidade de São Francisco, da Província de Santa Catarina". Essas incertezas sobre a personagem dão margem à imaginação local, que faz com que os discursos regionalistas preencham lacunas de acordo com demandas sociais estabelecidas.

¹ É de acordo geral que Júlia da Costa mudara-se para São Francisco do Sul após a morte de seu pai, porém autores divergem sobre quando isso ocorreu. Para Carlos da Costa Pereira, Júlia deixara Paranaguá na idade de cinco anos; Rosy Pinheiro Lima defende que o falecimento do pai de Júlia da Costa ocorreu em 1849, tendo a poetisa já trinta e cinco anos. Percebemos que as obras de autoria paranaense por muitas vezes não reconhecem que Júlia da Costa tenha deixado Paranaguá com apenas cinco anos de idade.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Aqui, entendemos região segundo Pierre Bourdieu (1989): um espaço simbólico de identidade ultrapassando a delimitação física, estendendo-se às culturas e memórias que estruturam identidades coletivas. No caso de Júlia da Costa, as demandas regionais estão relacionadas às políticas de memória, tanto paranaenses quanto catarinenses. Estes discursos construídos com base em demandas memorialistas operam sentidos em seus receptores, e são produzidos com base em estruturas sociais assimiladas cognitivamente, como por exemplo, gênero: Júlia da Costa enquanto mulher, cujas atitudes vinculadas ao gênero feminino tratam de dar tom à sua produção.

O conflito regional se estabelece juntamente ao fato de Júlia da Costa ter nascido no Paraná, em Paranaguá – cidade pela qual expressava sentimentos de saudade em suas poesias –, e ter passado grande parte de sua vida em São Francisco do Sul, em Santa Catarina. Os dois estados reclamam o direito de incorporar Júlia da Costa em seu panteão memorialístico. As falas paranaenses, como as de Nascimento Júnior procuram colocar o casamento entre Júlia da Costa e o Comendador Francisco da Costa Pereira como motivo de sua reclusão ao final da vida – em decorrência de amantes do marido. Para além de supostas traições, os discursos paranaenses consideravam Francisco da Costa Pereira como um homem ciumento e grosseiro:

[...] Anjo exilado na terra, disse-me o ancião, pela beleza moral e dotes de espírito, o físico correspondia ao espiritual: linda, delgada, estatura média e olhos meigos, expressão fisionômica a impor simpatias, assim era a infeliz esposa do Comendador Costa Pereira, verdadeiro carcereiro enciumado duma alma que não soubera compreender e por isso a martirizava com grosseiras expressões burguesas. (JÚNIOR, 1944, p. 13)

Nascimento Júnior, citado acima, em mesma conferência para o 1º Centenário da poetisa Júlia da Costa realizado em Paranaguá compara a ida de Júlia da Costa para São Francisco do Sul com um sacrifício:

[...] Nessa altura de sua existência, estava a poetisa com 26 anos e casada, com o comendador Costa Pereira, enlace esse sem dúvida imposto à jovem que talvez não contrariar a família o teria aceitado. Resignada ao sacrifício e daqui partindo para S. Francisco, onde viveu até a sua morte, foi esposa dedicada ao homem que, entretanto, não correspondia ao seu ideal por feito burguês e educação comezinha. (JÚNIOR, 1944, p. 11)

Essas acusações foram rebatidas na obra do historiador catarinense Carlos da Costa Pereira de nome Vida de Júlia da Costa. Essa obra apresenta uma tentativa de desmentir os discursos paranaenses acerca do Comendador Francisco Pereira, ressaltando-o como uma figura íntegra e de destaque na sociedade de São Francisco do Sul:

[...] O que esses ilustres paranaenses escreveram sobre Júlia da Costa e seu marido é de estarrecer, pois, na cidade que ambos viveram e morreram, nunca se ouviu falar no que, com requintada minúcia, vieram aqueles a narrar em letra de forma. (PEREIRA, 1982, p. 03)

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Os discursos regionalistas procuram criar símbolos e personagens para identificação social. No caso de Júlia da Costa, que não possui uma biografia muito clara, essas lacunas biográficas são apropriadas e construídas com base em demandas memorialísticas.

Em vida, Júlia da Costa presenciou o período de transição para a república no país. Mostrava insatisfação com a nova política. Seu marido, Francisco da Costa Pereira participava ativamente do Partido Conservador, transitando entre títulos dentro do partido. O casal promovia bailes recebendo importantes figuras relacionadas ao Partido Conservador. Em trecho retirado do livro de Carlos da Costa Pereira podemos notar a agitação sentida por Júlia na Costa nesse período:

[...] – Muito bem. Foi a política, minha prima, que transtornou por algum tempo o sossego da nossa vida. Antes disso, todos cantavam, todos brincavam, porque as consciências estavam tranquilas. De cada canto surgia um escritor, de cada fumaça um poeta, e ficava a gente assim a modos de quem não sabe de onde lhe vem o fogo. Era um combate nas sombras, mas não de balas. As rosas choviam e o tiroteio prosseguia, alastrando o nosso caminho de murtas e lilases. [...] (AMERICANA, 1882)

Júlia da Costa, enquanto personagem, continuou participando da política mesmo após seu falecimento. É exposto por Luís Fernando Lopes Pereira (1996, p. 63) que a república, em seu caráter federalista, permite a criação de identidades regionais mesmo que buscando a ideia de nação a longa escala; e que para superar a ideia de monarquia, essas identidades são forjadas com base em uma ideia científica de progresso. Aqui entendemos que Júlia da Costa, mesmo sendo uma figura com posições favoráveis à monarquia, foi apropriada pelo movimento Paranista², criando assim uma identidade baseada nesse progresso intelectual; Júlia da Costa tem o título de “primeira poetisa paranaense” e de “uma das primeiras mulheres a publicar livros no Brasil”, percebemos assim a ideia de região e nação conjuntas em uma personagem.

Essa rivalidade entre os discursos catarinenses e paranaenses não se restringem apenas à poetisa, ela foi construída historicamente. Júlia da Costa falecera no ano de 1911, um ano antes do início da Guerra do Contestado, que colocou o Paraná e Santa Catarina em disputa por limites territoriais. Um ano após o Contestado, em 1913, o Centro Paranaense de Letras reuniu os poemas de Júlia da Costa em série chamada Flores Dispersas. E a figura da poetisa continuou sendo evocada e seus poemas, produzidos em São Francisco do Sul, que expressam saudade pelo litoral do Paraná foram utilizados para firmar a ideia de poetisa paranaense, e não pertencente ao estado de Santa Catarina. Ações paranaenses para abrigar o túmulo de Júlia da Costa em Paranaguá, ou a produção da obra de Rosy Pinheiro Lima “Vida de Júlia da Costa” para comemoração do 1º Centenário de Emancipação Política do Paraná, por exemplo, reforçam nossa constatação de que existe uma política de conservação de memória acerca de Júlia da Costa principalmente no Paraná e também de construção de identidade do estado, baseada em figuras heroicas e brilhantes de nascimento no Paraná.

² Conceito forjado no século XIX que traduz a tentativa de uma formação identitária no Paraná. Símbolos decorativos, paisagens e produções artísticas foram utilizadas como ferramenta para essa tentativa.

CONSTRUÇÕES DE GÊNERO EM JÚLIA DA COSTA

As bases memorialistas que auxiliaram na construção das faces regionais de Júlia da Costa obedecem da mesma forma a padrões de gênero e de época. Joan Scott (1995) entende gênero enquanto categoria de análise, tendo em vista que, para a autora, o gênero em questão tem capacidade de atuar operando sentidos de conhecimento e de poder na sociedade, e é nessa perspectiva que analisaremos Júlia da Costa: uma personagem ressignificada ao longo do tempo, sempre vinculada à essa categoria.

Segundo Bronislaw Baczko (1985) o imaginário social é um sistema coletivo que permite aos agentes expressarem suas representações identitárias, regulados por normas simbólicas, como códigos de comportamento ou consensos gerais que podem ser estimulados pelo acionamento de memórias, através de políticas que ressignificam seu nome. É muito comum observar no referido imaginário social, falas que ressignificam Júlia da Costa como “uma mulher à frente de seu tempo”, ou uma “ilustre parnanguara”³ e com isso, podemos perceber que esse discurso remete à ideia de uma mulher que transgrediu aos espaços pré-determinados a seu gênero naquele tempo histórico. Em se tratando de século XIX e XX, estava diretamente ligado ao mundo doméstico.

Esta colocação não tem intenção de exaltar a figura de Júlia da Costa como uma mulher excepcional a seu tempo, apenas de encontrar os vestígios que possibilitam construir as narrativas aqui trabalhadas.

Quanto aos vestígios deixados por Júlia da Costa, os mesmos referem-se à suas próprias manifestações do escrito. Andrea Lisly Gonçalves (2006, p. 99) engloba as cartas, poesias e diários como uma literatura do íntimo, muito praticada por mulheres, sendo até mesmo diretamente associada à uma escrita feminina em finais do século XVIII e por todo o XIX.

Júlia da Costa não possui uma autobiografia concretizada, mas sua poesia sempre partiu do espaço privado; sua escrita carrega seus sentidos biográficos, como podemos ver em seu modo de expressar a insatisfação com o período político:

[...] – Alto lá, menina; nada de bulha. Podem despertar outra vez os tais políticos e então teremos de suar...
– Tens razão, meu feitiço. Então a sessão é amanhã, não?
– Sim; peço que te vistas com todo o esmero; olha que sem enfeite não brilha a mulher. Um vestido bonito é uma carte de recomendação para aqueles que só apreciam a beleza da forma.
– Bem sei; lá me verás. Adeus, vou arranjar ainda o meu discurso. Até amanhã, borboleta. (AMERICANA, 1882)

É fato que a produção dos escritos de Júlia da Costa ultrapassara os espaços privados, e isso pode ser considerado como parte das características atribuídas de maneira grandiosa à sua

³ Para exemplo desses discursos na plataforma digital <<http://www.webartigos.com/artigos/julia-da-costa-uma-ilustre-parnanguara/47800/#ixzz42iHa0Atp>> Acesso em 12/07/2017 14:30.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

personalidade; não a escrita em si, tendo em vista que era algo comum entre mulheres alfabetizadas – como dito acima – mas sim, a transgressão do espaço privado para o espaço público, o qual traz à tona o reconhecimento de Júlia da Costa como artista, e não somente como uma mulher reservada ao espaço doméstico, produzindo materiais escritos à sua intimidade.

Zahíde Lupinacci Muzart, por sua vez, defende que Júlia da Costa estava ciente de sua condição de mulher nessa sociedade. “A inteligência nas mulheres é um dom fatal”, escreveu a poetisa Júlia da Costa.

Lendo Júlia da Costa, poemas e cartas, meditando sobre sua vida na pequenina São Francisco do Sul, conclui-se que a mediocridade do meio deve ter abafado um espírito ansioso por maior liberdade, maiores realizações e ambições. Encontra-se na sua poesia uma tentativa de liberação dos modelos e de rejeição dos valores impostos. E ela mesma era muito consciente da própria condição de mulher a escrever em um ambiente acanhado e sem ter tido todas as condições de desenvolvimento, que seu espírito teria ansiado. Na "Dedicatória" de Flores Dispersas – 1ª Série, publicado em 1867, lê-se o seguinte: "Não pode uma flor que cresce entre estufas, sem sol, sem orvalho, estender seus ramos e perfumar os campos com os gratos perfumes das flores da primavera." Analisando esta frase, podemos interpretá-la como um grito de revolta contra o meio acanhado e as injunções familiares: a estufa que abafava os desejos e as possibilidades da poetisa. (MUZART, 2001, p. 20)

A fala anterior, através de vestígios encontrados na escrita de si feita por Júlia, ressalta uma tentativa de esclarecer à quais estruturas a poetisa estava inserida. Com isso, podemos dizer que tendo conhecimento de sua situação na sociedade, Júlia da Costa transgrediu a esses espaços predeterminados, o que para o sociólogo Pierre Bourdieu caracteriza-se como uma forma de estratégia.

Ainda para Bourdieu (2003) as mulheres participam da história como objetos que transitam no mercado de bens simbólicos, fazendo com que o papel relacionado à estrutura feminina seja pouco transformado ao longo do tempo, assim como o papel masculino – que tem um valor diferenciado e maior se em comparação ao seu oposto. Um exemplo disso é a aparência de Júlia da Costa. Podemos pensar que as especulações dão uma margem flexível à criação de uma imagem. Localizamos no texto de Carlos da Costa Pereira um trecho que ressalta essa ideia:

Podemos afirmar que a natureza, nesse ponto, lhe fora mesquinha, devendo-se levar esse perfil que procuraram fazer da poetisa, à conta da extrema admiração pela conterrânea, por um lado, e rematada gabolice, por outro. (PEREIRA, 1982. p.53)

Os comentários que tangem a aparência de personagens masculinos atuantes nas obras aqui trabalhadas são praticamente inexistentes em comparação aos questionamentos sobre a aparência de Júlia da Costa. Isso ressalta a fabricação da poetisa enquanto personagem delimitada por parâmetros de gênero: enquanto homens são reconhecidos por seus feitos, a aparência nas mulheres se faz essencial para o reconhecimento e assimilação de suas ações. Ao se tratar de personagens masculinos, a identidade visual assimilada é muitas vezes dispensável, enquanto percebemos que a identidade visual feminina atua no poder que exercem de maneira simbólica através de suas obras, como ao associar as mudanças na aparência de Júlia da Costa como sendo diretamente decorrentes de

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

acontecimentos na vida da poetisa. Dessa forma, aparência e escrita se complementam, formando um conjunto a ser assimilado pelas meta-narrativas regionais.

Ainda sobre a aparência de Júlia da Costa, podemos entendê-la como personagem que se apoderou de táticas de transgressão às normas de gênero impostas na época, agindo de maneira contraposta aos modelos de feminino⁴ dominantes para além de sua escrita, também em sua aparência:

Criticavam-lhe a excessiva elegância de todas as horas, as flores e vidrilhos nos cabelos e eram um *quasi* escândalo a cabeleira pintada de negro e as faces muito rosadas, num tempo em que a pintura era privilégio das mariposas dos bairros escusos, banidas dos meios sociais. (LIMA, 1953, p. 114)

A citação acima localiza-se no livro de Rosy Pinheiro Lima, *Vida de Júlia da Costa* onde a autora, utilizando-se de uma escrita romantizada acerca da história da poetisa, coloca que a decisão de pintar os cabelos veio após a desilusão amorosa com Benjamin Carvoliva (p. 113). O rapaz, cinco anos mais novo que Júlia da Costa (um impedimento para o romance tendo em vista a época) trocava cartas frequentes com a poetisa e mesmo após ter deixado de responder suas cartas se fazia presente em suas poesias, fazendo com que muitos atribuam à essa decepção amorosa os sentimentos negativos expressos em sua escrita. Já, Carlos da Costa Pereira se apropria desse romance com Benjamin Carvoliva, para a partir dele criar uma imagem de que se Júlia da Costa era realmente infeliz em seu casamento com o Francisco Costa Pereira, ela não seria totalmente vítima.

Já os temas do casamento e a relação de Júlia da Costa com o Comendador Francisco da Costa Pereira são os temas principais da obra do historiador catarinense, Carlos da Costa Pereira sobrinho-neto do referido Comendador. Nesse embate regionalista, alguns intelectuais paranaenses culpam a figura do Comendador por uma imensa insatisfação de Júlia da Costa com a vida, denunciando supostas amantes de Francisco da Costa Pereira – dizendo ser esse o motivo do confinamento da poetisa ao fim da vida, o historiador catarinense busca esclarecer essa visão, acusando alguns discursos paranaenses de serem fantasiosos e até mesmo vergonhosos, procurando ao longo do tempo localizar vestígios que possam desmentir as publicações paranaenses negativas a respeito do Comendador Costa Pereira.⁵

Tanto os versos anteriores como os posteriores a 1871, isto é, não só os escritos quando ela era solteira como os escritos depois de casada, refletem essa tristeza doentia e essa saudade profunda da quadra infantil, vivida na terra que tivera que deixar saudade e tristeza, que, embora não se tenham extinguido, se atenuaram com o passar dos anos. (PEREIRA, 1982, p. 30)

A respeito das contendas, os autores estudados concordam que ao fim da vida Júlia da Costa recolhera-se, afastando-se da sociedade até sua morte, em 1911. Nas meta-narrativas regionais ainda

⁴ Dentro do modelo feminino de comportamento encontramos diferenciações: a mulher reservada ao espaço doméstico (modelo a ser seguido), e de mulheres que pertenciam à vida pública, como ressalta Rosy Pinheiro Lima (1953, p. 114) “as mariposas dos bairros escusos”. Júlia da Costa transitou entre ambos modelos além de muitas ocupar espaços em esfera masculina, como a vasta produção em jornais de época.

⁵ Ao longo de sua obra Carlos da Costa Pereira dialoga com a fala de Nascimento Júnior em conferência em Paranaguá no ano de 1944 sobre Júlia da Costa.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

são muito presentes falas sobre demência e loucura. Como quase tudo sobre sua trajetória, os vestígios de sua suposta loucura são esparsos e se repetem em diversas temporalidades. Aqui consideramos como uma outra delimitação de gênero: a mulher que se dissocia de sua imagem pública sem aparente justificativa tem sua saúde mental questionada, alimentando assim o imaginário público, que tenta dar sentidos às ações de um personagem, como por exemplo associar seu recolhimento às decepções relacionadas a traições seu casamento, ou questionamentos sobre como uma moça de vida bem estruturada pode abandonar a vida pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada, concluímos que Júlia da Costa foi ressignificada ao longo do tempo e de interesses regionais a fim de fabricar verdades. Como por exemplo, o significado local por trás do título de primeira poetisa paranaense, ou até mesmo de figura importante dentro da história catarinense são elementos que constituem identidades e sentidos na fala local. Essas verdades vão além de suas localidades, elas obedecem também a estruturas de gênero e de época, muitas vezes explanando as limitações e transgressões da poetisa dentro da sociedade do século XIX e XX. Ao mesmo tempo em que as meta-narrativas regionais julgam vestígios de sua história – como, por exemplo, sua aparência – também procuram justificar suas transgressões. Transgressões essas não somente ao tempo (como é feito ao considera-la mulher frente ao seu tempo), mas sim de espaço, tendo em vista que a escrita de Júlia da Costa ultrapassou o espaço privado, atingindo a esfera pública.

Os trabalhos do historiador Carlos da Costa Pereira e de Rosy Pinheiro Lima representam as diferentes faces de Júlia consolidadas, transitando entre a história, memória e até mesmo ficção como no caso da segunda autora. Essas faces consolidadas só se fazem possíveis através da linguagem autorizada que esses autores possuem dentro do campo de que falam, e nessa batalha por memórias regionalistas, os discursos não são reconhecidos apenas ao campo de escrita, mas também à região de que falam, tendo em vista que essas obras estão inseridas em políticas de memórias.

Por fim, consideramos Júlia da Costa um sujeito histórico, atuante em seu tempo, que para o campo da história pode ser um ponto de partida para o estudo de uma teia de diversas outras relações dentro de seu tempo e localidade. Não existem verdades ou dados biográficos acerca de sujeitos históricos capazes de produzir uma fiel história de todas as perspectivas. Na verdade, os discursos produzem histórias de realidades, de acordo com seu objeto e com seu pesquisador, que pretende iluminar situações específicas para assim estruturar ideias condizentes com seu local de fala, que nesse caso específico procuram incorporar Júlia da Costa em políticas de memória. E, ao final de tudo isso, talvez, se Júlia da Costa pudesse ter acesso a toda essa produção discursiva sobre si, não viesse a se reconhecer em nenhuma delas. Isso porque os processos narrativos não só restituem significados para um personagem em estudo, mas também fabricam novas historicidades.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

REFERÊNCIAS

- AMERICANA, (Júlia da Costa). As Priminhas. **Gazeta de Joinville**, 1º nov. 1882.
- BACZKO, Bronislaw. **A imaginação social**. In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. 1985.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- _____. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand. Brasil, 2003.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
- GONÇALVES, Andrea Lisly. **História e gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- LIMA, Rosy Pinheiro. **Vida de Júlia da Costa**. Curitiba: Escola Técnica de Curitiba, 1953.
- JÚNIOR, Nascimento. **Júlia da Costa: Conferência em Paranaguá**. p.04-16, 01 jul. 1944.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. **Um século de Poesia**. Curitiba: Centro Paranaense feminino de Cultura, 1959.
- _____. **Poesia - Júlia da Costa**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.
- _____. **Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 11(1): 336, jan-jun/2003.
- _____. **A liberdade na arte**. In: Revista Cándido, Biblioteca Pública do Paraná. Disponível em: <<http://www.candido.bpp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=219>> Acesso em 10 jun. 2017, 14:30.
- PEREIRA, Carlos da Costa. **Traços da Vida da Poetisa Júlia da Costa**. Florianópolis: FCC, 1982.
- PEREIRA, Luis Fernando Lopes. **Paranismo: Cultura e imaginário no Paraná da I República**. 276f. Dissertação (Mestrado em História - linha História das Ideias). SCHLA, UFPR, Curitiba, Paraná, 1996.
- PLAYSANT, Alcebíades. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. 5o. vol., p. 242, 1899.
- PROTAZIO, Beatriz Yoshida. FRANCESCHINI, Marcele Aires. **Arqueologia crítica da poesia paranaense de autoria feminina I: Júlia da Costa, Annita Philipowski, Maria Cândida de Jesus Camargo e Mary Camargo**. Paraná, Maringá, 2015.
- SAYÃO, Deborah Thomé. **Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu**. *Perspectiva*. Florianópolis, v. 21, n. 01, p. 121-149, jan. / jun. 2003.
- SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, pp. 71-99, jul./dez. 1995.
- TILLY, Louise. **Gênero, história das mulheres e história social**. UFSC. *Cadernos Pagu* (3), 1994, p. 29-62.



DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO NÃO FATAIS SEGUNDO FAIXA ETÁRIA

Renata Rodrigues Mendonça (PIBIC/ Fundação Araucária)
Unespar/Campus Paranavaí e-mail: re_rodrigues1992@hotmail.com
Willian Augusto de Melo (Orientador),
Unespar/Campus Paranavaí, e-mail: profewill@yahoo.com.br

Palavras-chave: Acidente de transporte. Causas externas. Epidemiologia

INTRODUÇÃO

Especificamente acidente de trânsito(AT) foi definido, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), como evento ocorrido em via pública, inclusive calçadas, decorrente do trânsito de veículos e pessoas, que resulta em danos humanos e materiais. Compreende colisões entre veículos, choques com objetos fixos, capotamentos, tombamentos, atropelamentos e queda de pedestres e ciclistas (IPEA, 2003).

Ao redor do mundo 50 milhões de pessoas ficam feridas e aproximadamente 1,2 milhões morrem a cada ano devido aos AT (PEDEN *et al*, 2004). Os AT no Brasil matam aproximadamente 43 mil pessoas por ano segundo os dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), do Ministério da Saúde (MS), evidenciando uma das principais causas de morte no país. Nas rodovias federais representam cerca de 20% dessas mortes (8.227 mortes em 2014), com cerca de 30 mil feridos graves por ano, com impactos diretamente relacionados com as verbas públicas e a renda das famílias atingidas (IPEA, 2015).

O Brasil é o quinto país com o maior número de acidentes de trânsito, segundo levantamento da Organização Mundial de Saúde (OMS) e Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). De acordo com o Ministério da Saúde, somente em 2014, mais de 40 mil mortes foram registradas por acidentes de trânsito e outras 170 mil internações foram contabilizadas no Sistema Único de Saúde (SUS) cerca de 117 mortes por dia, o que representa cinco mortes por hora, sendo 10.279 mortes em decorrência de acidentes com motocicleta (BRASIL, 2015). Na última década houve um aumento de 505% dos acidentes com motocicleta contra um crescimento de 57,2% dos acidentes com automóveis (BRASIL, 2011). O anuário estatístico do DETRAN/PR (2015) apresentou 21.124 casos registrados de acidentes de trânsito com vítimas no Estado do Paraná envolvendo motocicleta, perdendo apenas

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

para o número de acidentes automobilísticos com vítimas que contabilizou 31.063 casos (DETRAN, 2015).

As mortes ou as sequelas que permanecem a quem sobrevive aos AT geram um impacto que afeta direta e indiretamente na qualidade de vida e nas condições de saúde dos grupos populacionais expostos a essas causas. Além disso, representam um grande problema de saúde pública a ser enfrentado em todo mundo, atingindo um número muito maior de pessoas indiretamente, além de que, seus efeitos ultrapassam o sofrimento individual e coletivo, incidindo na cultura e no modo de viver das pessoas (BRASIL, 2009).

Os jovens têm sido constantemente identificados como as principais vítimas de AT o que pode estar associado a fatores como inexperiência, busca de emoções, prazer em experimentar situações de risco, impulsividade e abuso de substâncias psicoativas e álcool (Mascarenhas *et al.*, 2010).

Um aspecto relevante que deve ser considerado é a respeito da insuficiência de informações sobre causas externas no Brasil, pelo fato de que os dois sistemas, mortalidade e morbidade, fornecem uma descrição sucinta dos acidentes e violências, sem fornecer informações detalhadas do perfil da vítima e do provável autor da agressão nos casos de violências (BRASIL, 2009).

Essas três categorias, pedestres, motociclistas e ocupantes de automóveis, somadas representam, ao longo de todo o período, em torno de 90% do total de mortes no trânsito do País (WAISELFISZ, 2014).

Em 2014, o (IPEA) e a Associação Nacional dos Transportes Públicos (ANTP) realizaram um estudo relativo aos custos dos AT(nas rodovias brasileiras. Em 2014 ocorreram mais de 160 mil AT nas rodovias federais e tiveram custo total estimado de R\$ 12,3 bilhões. Destes custos 64,7% estavam associados às vítimas dos acidentes, como cuidados com a saúde e perda de produção devido às lesões ou morte, e 34,7% estavam associados aos veículos, como danos materiais e perda de cargas, além dos procedimentos de remoção dos veículos acidentados. Os AT com fatalidade tiveram um custo médio de R\$ 646 mil, enquanto os acidentes com vítima e sem vítima custaram, respectivamente, R\$ 90 mil e R\$ 23 mil. Os custos dos AT nas rodovias brasileiras se encontram numa faixa de R\$ 24,8 á R\$ 30,5 bilhões anualmente (IPEA; DENATRAN, 2015).

O aumento do número de mortes e a manutenção das taxas de mortalidade e hospitalizações sugerem o Brasil não está na direção correta no combate aos AT mesmo que no decorrer dos anos, fatores como a rede informatizada dos dados, facilidades de compra e melhora tecnológica de equipamentos (bafômetros, radares, lombadas eletrônicas e outros), maior segurança dos automóveis, desenvolvimento da engenharia de tráfego e serviços de emergência pré-hospitalar contribuíram para tentar diminuir as taxas de mortalidade e morbidade (BACCHIERI; BARROS, 2011).

Os AT estão frequentemente associados aos grandes centros urbanos e às grandes autopistas, porém as estatísticas oficiais mostram que muitos ocorrem também nas pequenas e médias cidades no interior.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Na medida em que aumentam as necessidades de deslocamento, em função do aumento da população, da mudança de hábitos, econômica, ou do aumento da renda, o espaço urbano tem tendência a sofrer adaptações de forma desconexa (MATSUMOTO & FLORES, 2012).

Técnicas de distribuição ou análise espacial são importantes ferramentas que auxiliam em subsidiar pesquisadores com dados precisos quanto a localização dos pontos críticos de acidentes. Isto permite planejamento para intervenções de engenharia do tráfego, atualizar o fluxo de funcionamento viário vigente, nortear o planejamento e gestão do trânsito e das ações de modelos de assistência em saúde efetivos às vítimas (DE SOUZA COSTA *et al.*, 2009).

As novas geotecnologias e a aplicação de estatística espacial possibilitaram criar diagnósticos sobre o comportamento dos acidentes de trânsito, possibilitando comparar estatísticas dos fatos no tempo e no espaço, revelando a evolução do problema e identificando e localizando o grau de gravidade no interior do município (MATSUMOTO & FLORES, 2012).

Este estudo justifica-se pelo fato de que o conhecimento georreferenciado pode estabelecer análises geográficas quanto a características e distribuição espacial dos acidentes de trânsito. Também pode identificar a ocorrência de padrões de agrupamentos, ou mesmo de disposições aleatórias ou regulares das ocorrências no perímetro urbano municipal, possibilitando atuações específicas e pontuais para controle e redução das morbidades e mortalidade decorrente de AT. Com base nestas considerações este estudo teve por objetivo caracterizar os AT ocorridos em uma metrópole do Noroeste do Paraná, no ano de 2013 e distribuir espacialmente as vítimas não fatais segundo faixa etária.

METODOLOGIA

Tratar-se de um estudo ecológico, descritivo e transversal com participação de vítimas de acidentes de transporte ocorridos no ano de 2011, no município de Maringá-PR.

Para obter os dados relacionados aos AT foram utilizadas as informações arquivadas nos Boletins de Ocorrência de Acidente de Trânsito (BOAT) do 4º Batalhão da Polícia Militar do Paraná.

Os indivíduos foram selecionados através de técnica de amostragem probabilística randomizada, adotando o erro padrão amostral de 5%, sendo acrescidos 10% para compensar eventuais perdas por ilegibilidade ou formulários não preenchidos.

Foram incluídas as variáveis sócio-demográficas como idade (categorizada como 15 a 29 anos como jovens e acima de 29 anos como adultos), raça/cor (branca e não branca), escolaridade (em anos de estudos), local de residência (bairro). As variáveis relacionadas aos acidentes de transporte foram dias da semana, horário da ocorrência (manhã, tarde, noite ou madrugada), tempo de habilitação (em anos).

Para a descrição dos resultados foi utilizada a estatística descritiva, medidas de tendência central para variáveis quantitativas e medidas proporcionais para variáveis qualitativas. As análises foram efetivadas pelos *softwares Excel*[®] conforme respectivas categorizações.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Para realização da distribuição espacial foram identificadas as medidas de coordenadas (latitude e longitude) através do Google Maps de todos os locais de ocorrência dos acidentes não fatais. A base cartográfica municipal, formada por rede viária foi disponibilizada pelo site da Prefeitura Municipal de Maringá-PR e pelo Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A compilação dos resultados e a produção cartográfica foram realizadas com auxílio do software QGIS 2.6.1, que é um software livre/open source multiplataforma de sistema de georreferenciamento (GIS) que provê visualização, edição e análise de dados georreferenciados.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual de Maringá (UEM) conforme preceitos éticos da resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde através do parecer 170.715/2012.

RESULTADOS

Em relação às características sociodemográficas das vítimas de acidentes de transporte terrestre, prevaleceu o sexo masculino com 358 casos (85,4%) e a faixa etária de 15 a 29 anos 244 (58,38%), sendo a média de idade 32 anos (desvio padrão $\pm 11,9$) (Tabela 1).

Tabela -1 Caracterização das Vítimas Segundo as variáveis sociodemográficas. Maringá –PR -2013.

Variáveis Sociodemográficas	N	%	95% IC*
Sexo (n=421)			
Masculino	358	85,04	(81,31-88,12)
Feminino	63	14,96	(11,87-18,68)
Idade (n=418)			
15-29 anos	244	58,38	(53,59-63,00)
30 ou + anos	174	41,62	(36,99-46,40)
Estado Civil (n=413)			
Com Companheiro	201	48,66	(43,88-53,47)
Sem Companheiro	212	51,34	(46,52-56,11)
Ocupação (n=403)			
Remunerada	372	92,4	(89,28-94,52)
Ocupação Não Remunerada	31	7,69	(5,47-10,71)
Escolaridade (n=407)			
Ensino Fundamental Completo	72	17,69	(14,29-21,69)
Ensino Fundamental Incompleto	57	14,03	(10,96-17,71)
Ensino Médio Completo	142	34,88	(30,41-39,64)
Ensino Médio Incompleto	38	9,33	(6,87-12,55)
Ensino Superior Completo	59	14,49	(11,40-18,24)
Ensino Superior Incompleto	39	9,58	(7,08-12,83)
Cidade de Residência (n=417)			
Astorga	2	0,48	(0,13-1,73)
Cidade Gaúcha	1	0,24	(0,04-1,34)
Colorado	1	0,24	(0,04-1,34)
Londrina	1	0,24	(0,04-1,34)
Mandaguari	1	0,24	(0,04-1,34)
Marialva	2	0,48	(0,13-1,73)

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Maringá	373	89,44	(86,13-92,04)
Paiçandu	3	0,72	(0,24-2,09)
Rolândia	1	0,24	(0,04-1,34)
Santa Fé	1	0,24	(0,04-1,34)
Sarandi	31	7,44	(5,28-10,35)

* IC – Intervalo de Confiança de 95%

As vítimas com estado civil categorizadas como “sem companheiro” (viúvos, solteiros, separados e divorciados) configuraram 212 (51,34%) casos. No que se refere a escolaridade dos sujeitos 278 (68,28%) possuíam boa escolaridade, ou seja cursaram o ensino médio incompleto ao ensino superior completo (8 anos ou mais de estudo).

A maioria das vítimas residiam na cidade de Maringá-PR (371 - 88,96%), sendo Sarandi o segundo município com maior número de ocorrências

Tabela 2: Distribuição dos acidentes de trânsito segundo variáveis relacionadas ao veículo e a ocorrência. Maringá – PR, 2013.

Variáveis	N	%	95% IC*
Tipo de Veículo (n=420)			
Bicicleta	8	1,9	(0,96-3,71)
Caminhão	7	1,66	(0,80-3,39)
Camionete	5	1,19	(0,50-2,75)
Carro	151	35,97	(31,50-40,64)
Moto	231	55	(50,21-59,69)
Ônibus	16	3,80	(2,35-6,09)
Patinete Motorizado	1	0,24	(0,04-1,33)
Trator	1	0,24	(0,04-1,33)
Avarias(n=411)			
Com Avarias	388	94,4	(91,74-96,24)
Sem Avarias	23	5,6	(3,75-8,25)
Situação de Veículos (n=412)			
Em Movimento	388	94,17	(91,47-96,05)
Estacionado	1	0,24	(0,04-1,36)
Parado	23	5,59	(3,74-8,23)
Região danificada do veículo (n=320)			
Central	3	0,93	(0,31-2,71)
Frontal Central	5	1,56	(0,66-3,60)
Frontal Lateral	23	7,18	(4,83-10,55)
Frontal Média	8	2,50	(1,27-4,85)
Frontal	148	46,25	(40,86-51,72)
Lateral	51	15,93	(12,33-20,34)
Média Esquerda	1	0,31	(0,05-1,74)
Média Direita	4	1,25	(0,48-3,16)
Pintura	44	13,75	(10,44-17,95)
Pósterio Esquerdo	9	2,81	(1,48- 5,25)
Traseira	24	7,50	(5,09-10,91)
Não Preenchido			
Atendimento pré hospitalar (n=414)			

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

SIATE	245	59,18	(54,38-63,80)
SAMU	0	0	(0,00-0,91)
Viapar	1	0,24	(0,04-1,35)
Não precisou de atendimento	168	40,58	(35,95-45,37)
Hospitalização (n=410)			
Hospital Universitário	4	0,97	(0,38-2,48)
Hospital Metropolitano	14	3,42	(2,04-5,64)
Santa Rita	92	22,44	(18,66-26,72)
Santa Casa	133	32,44	(28,08-37,11)
Não Preenchido	167	40,73	(36,08-45,55)
Classificação do tipo de acidente (n=420)			
Abalroamento Lateral	53	12,61	(9,77-16,13)
Abalroamento Transversal	161	38,34	(33,80-43,06)
Acidente Complexo	37	8,81	(6,45-11,90)
Animal Atropelado	15	3,57	(2,17-5,80)
Atropelamento	29	6,9	(4,85-9,74)
Capotamento	2	0,47	(0,13-1,71)
Choque	29	6,9	(4,85-9,74)
Colisão Frontal	9	2,15	(1,13-4,02)
Colisão Traseira	41	9,77	(7,27-12,97)
Engavetamento	2	0,47	(0,13-1,71)
Queda de Veículo	1	0,24	(0,04-1,33)
Queda de Moto	32	7,62	(5,44-10,55)
Queda de Passageiro	9	2,15	(1,13- 4,02)

Dentre os AT, observou-se maior proporção de ocorrências envolvendo motocicletas, (231 casos, 55,0%). É válido destacar que, há uma proporção considerável de acidentes envolvendo carros 151 (35,97%), sendo nestes, os danos mais frequentes na parte frontal 186 (57,49%) ocasionado por abalroamento transversal 161 (38,35%).

A unidade de atendimento móvel mais solicitada foi o Sistema Integrado de Atendimento a Traumas e Emergências (SIATE) 245 (54,18%) e a hospitalização ocorreu de acordo com a gravidade dos casos e disponibilidade de vagas, sendo a Santa Casa de Maringá a unidade hospitalar com maior número de encaminhamentos, realizando 133 (32,44%) atendimentos.

Tabela – 3. Caracterização dos acidentes de acordo com os dias da semana, horário da ocorrência (manhã, tarde, noite ou madrugada) e tempo de habilitação (em anos). Maringá -2013

Variáveis	N	%	95% IC*
DIAS DA SEMANA (n=420)			
Domingo	44	10%	(7,89-13,77)
Segunda-feira	62	15%	(11,68-18,47)
Terça-feira	57	14%	(10,62-17,17)
Quarta-feira	61	15,00%	(11,47-18,21)
Quinta-feira	64	15%	(12,11-18,98)
Sexta-feira	63	15,00%	(11,90-18,73)
Sábado	69	16,42%	(13,19-20,27)

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

HORÁRIO DA OCORRÊNCIA (n=420)

Manhã (07:00 ÀS 13:00)	128	30%	(26,26-35,03)
Tarde (13:00 ÀS 19:00)	156	37%	(32,65-41,86)
Noite (19:00 ÀS 00:00)	104	25%	(20,87-29,10)
Madrugada (00:00 ÀS 07:00)	32	8%	(5,44-10,55)

TEMPO DE HABILITAÇÃO (n=423)

< 2 anos	45	11%	(8,04-13,93)
2 - 5 anos	78	18%	(15,03-22,41)
5 - 10 anos	94	22,22%	(18,52-26,42)
10 ou + anos	144	34%	(29,68-38,68)
Não possuem	62	15%	(11,60-18,34)

Conforme observado na Tabela 3, os AT transcorreram com maior frequência no decorrer da semana, somando 307 casos, ou seja, 74% das ocorrências. Pode-se observar um incremento considerável aos sábados quando observado de forma isolada (69 casos – 16%).

Com relação ao horário, observou-se mais ocorrências em horários de "rush", ou seja, de maior movimentação em que as pessoas vão e retornam do trabalho que neste estudo foi período vespertino(37%) seguido do período matutino (30%).

Em relação ao tempo de habilitação dos condutores envolvidos, aqueles com tempo de 10 anos ou mais se destacaram - se com 144 casos (34%).

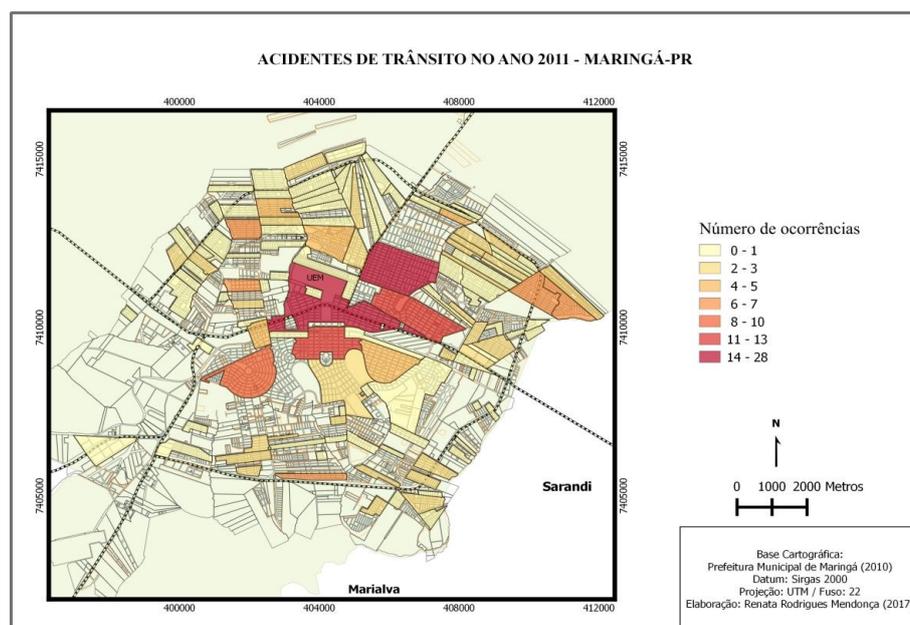


Figura 1: Mapa de localização dos acidentes de trânsito para o ano de 2011, Maringá.

O Mapa 1 apresenta os resultados para o número de incidências de AT por bairros . Pode-se observar que as áreas com maior número de ocorrência são os bairros como, Alvorada, Zona 7, Vila Morangueira e Centro. O mapa por local de incidência de acidentes não fatais serve, principalmente, para mostrar áreas importantes de alto risco para o mesmo, além de identificar o possível local de

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

atendimento pré-hospitalar dessas vítimas. As áreas com maior intensidade ficaram localizadas próximo ao centro da cidade, ou seja, o elevado número de acidentes nesses locais pode ser explicado pelo intenso tráfego de veículos, consequência da movimentação relacionada as atividades comerciais, econômicas e financeiras ali centralizadas.

DISCUSSÃO

Os resultados revelaram maior número de homens vítimas de acidentes de trânsito, o que caracterizou uma maior vulnerabilidade masculina em relação aos agravos para esse tipo de acidente. Alguns fatores como a maior exposição dos homens no trânsito, influenciam social e culturalmente para que assumam maiores riscos ao conduzir veículos provavelmente contribui para o predomínio do sexo masculino em acidentes (Ascari *et al.*,2013).

Estes achados reforçam outros estudos que associam o envolvimento de adolescentes e adultos jovens com acidentes de trânsito. Acredita-se que a sensação de liberdade a que o jovem contemporâneo está exposto, pode gerar uma necessidade de experimentar/testar novos limites, que por vezes culminam na associação de álcool e direção, excesso de velocidade e manobras perigosas que resultam no expressivo número de jovens envolvidos em acidentes de trânsito (Ascari *et al.*,2013).

Os AT estão relacionados também, com a imprudência dos jovens menores de idade que não possuem a carteira de habilitação, dirigem há pouco tempo e não têm domínio sobre as leis de trânsito. A partir desta realidade, infere-se que, além do risco envolvendo a intenção de correr e beber, há o fator do desconhecimento das leis e suas consequências (Benincasa *et al.*,2006).

A motocicleta foi o meio de transporte mais prevalente na ocorrência de acidentes. Apesar deste estudo não verificar a associação entre faixa etária e tipo de veículo, diversos estudos confirmam maior vulnerabilidade de jovens condutores de motocicletas. (MALTA *et al.*,2012), (DE MELO JORGE & ADURA), (PAIXÃO *et al.*,2015), (MOYSÉS 2012).

Nos últimos anos, o uso da motocicleta tem se modificado, quer por influência de fatores culturais e socioeconômicos quer pelas vantagens desse tipo de veículo em relação aos automóveis: menor custo de aquisição, de manutenção, tamanho reduzido que facilita deslocamentos, mesmo em congestionamento. O veículo de duas rodas é também crescentemente utilizado como meio de trabalho. Isto resulta no aumento do número de motocicletas no país e, conseqüentemente, na vulnerabilidade e exposição ao risco de acidentes dos usuários, tornando-se importante causa de incapacitação física ou morte (OLIVEIRA 2014).

No Paraná o número de motocicletas apurado em dezembro de 2008 pelo Detran foi de 710.856. Em 2015 já chegavam a 1,002,317 ,ou seja houve um crescimento da frota de motocicletas de aproximadamente 41% (DETRAN 2015).

De acordo com a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares, as dificuldades enfrentadas para manter o trânsito seguro estão

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

relacionadas a transtornos como, estresse, descumprimentos dos códigos de trânsito e situações alheias ao controle, que acabam por prejudicar o condutor durante o seu deslocamento (ABRACICLO, 2013).

A parte frontal do veículo foi a que mais sofreu danos, que é quando ocorre frente a frente e os veículos seguem na mesma direção em sentidos opostos. O tipo de acidente mais frequente neste estudo foi o abalroamento transversal que, segundo OLIVEIRA *et al.* (2012) é tipo de acidente em que a colisão ocorre transversalmente, quando os veículos transitam em direções que se cruzam, ortogonal ou obliquamente.

No que se refere ao grau de escolaridade das vítimas, a maior parte continham 8 ou mais anos de estudos, ou seja, possuem um nível considerável de formação, levando-nos a entender que são pessoas relativamente instruídas para interpretar e compreender as normas de trânsito. Foram encontrados resultados semelhantes em um estudo realizado no Distrito Federal onde 28,6% das vítimas atendidas em razão de acidentes de trânsito tinham 8 ou mais anos de estudo (ANDRADE *et al.*, 2012).

Este estudo revelou que a maior parte das ocorrências de acidentes de trânsito foram atendidas pelo Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergências (SIATE), este resultado corrobora com achados de um estudo realizado em Curitiba onde 75% dos atendimentos das vítimas e transporte ao serviço de emergência, foram realizados pelo SIATE (DI CREDO & FELIX, 2012).

De acordo com os dados registrados no presente estudo, a Santa Casa de Maringá foi o local onde foram atendidas a maior parte das vítimas. No Brasil 2011, foram registradas 973.015 internações hospitalares por causas externas, representando 8,6% de todas as internações realizadas nos serviços próprio e conveniados ao SUS. Desse montante, (15,8%) e por acidentes de transporte terrestre (ATT) (MASCARENHAS, 2015).

As hospitalizações por acidentes com motocicleta foram as que mais cresceram chegando a 366,1% nos últimos 14 anos. No ano de 2012 ocupou mais da metade das causas das internações por acidentes de trânsito registrados no SUS (WAISELFISZ, 2013).

Segundo dados de uma pesquisa realizada em Uberaba-MG, a maior parte das readmissões estão relacionadas com vítimas de acidentes de moto as mesmas acontecem 30 dias após a alta hospitalar. Grande parte das reinternações é devido a necessidade de continuar a avaliação terapêutica (PAIVA *et al.*, 2015)

Em relação ao dia da semana, independente do tipo do acidente, os AT transcorreram com maior frequência no decorrer da semana, conflitante á achados de outros autores que trazem os finais de semana com maior incidência, sendo esses dados justificado pelo grande número de eventos festivos ocorrido nesses dias (DE ANDRADE *et al.*, 2016).

No que se refere ao turno de ocorrência dos AT, houve prevalência no período matutino seguido do vespertino, assim como em um estudo realizado em Picos (PI). Contraposto ao que outros autores encontraram, quando registraram um aumento do número de atendimentos no horário noturno

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

se comparado ao diurno (DE ALMEIDA *et al.*, 2013), (GOLIAS *et al.*, 2013). Acredita-se, que a maior ocorrência nesses períodos é decorrente de acidentes de trabalho, já que os horários que os mesmos aconteceram são horários de deslocamento para o trabalho ou de retorno para o lar. À medida que as horas vão passando, o acúmulo de cansaço, influências climáticas, exigências, pressões e cobranças, ansiedade e preocupações desgastam o estado físico e mental das pessoas (MACHADO *et al.*, 2015).

Os resultados revelam que os condutores possuíam de 5 a 10 anos de habilitação, diferente do que foi encontrado em outros estudos, que apontam motoristas mais velhos como principais envolvidos em acidentes graves e fatais. Essa informação coloca em discussão a qualidade do processo de habilitação no Brasil. A inexperiência dos novos habilitados denuncia que a rigidez do código de trânsito que prevê carteira provisória até um ano não é suficiente para deixá-los aptos a dirigir veículos (DE ALMEIDA *et al.*, 2013)

Neste estudo as incidências de AT se concentraram no centro da cidade, em horários que consideramos que as pessoas estejam indo ou retornando do trabalho, ou seja, o elevado número de acidentes está diretamente relacionados às atividades de comércio e indústria do município, contraditório a achados de outros autores que estabelecem uma relação de lazer noturno/madrugada com a concentração de acidentes (MATSUMOTO, 2012).

A dimensão espacial nos estudos de acidentes de trânsito consiste em um importante instrumento para compreensão da dinâmica de eventos como AT, indicando áreas prioritárias para a intervenção. (MARÍN-LEÓN *et al.*, 2012). SOUZA *et al.*, explicam a relevância da espacialização dos acidentes de trânsito por esta fornecer subsídios para o planejamento e execução de políticas públicas, aumentando sua eficácia e eficiência na redução e prevenção desses agravos (MARÍN-LEÓN *et al.*, 2012)

Segundo conceitua o Ministério da Saúde do Brasil, mortes evitáveis são aquelas cuja evitabilidade é dependente de tecnologia disponível no Brasil, de tecnologia acessível pela maior parte da população brasileira ou de tecnologia ofertada pelo SUS. Nessa categoria de evitabilidade, encontram-se incluídas as mortes nos acidentes de trânsito que, no entendimento do próprio Ministério, podem ser reduzidas por ações adequadas de promoção à saúde, vinculadas a ações adequadas de atenção à saúde (WAISELFISZ, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise espacial de padrões epidemiológicos pode se transformar em um instrumento valioso na avaliação do impacto de processos e estruturas sociais na determinação de eventos de saúde. Conhecer a estrutura e dinâmica espacial permite a caracterização da situação em que ocorrem eventos.

Dentre os achados principais deste estudo prevaleceram os acidentes de trânsito na região central, no período diurno cuja maioria das vítimas eram, jovens do sexo masculino, motociclistas.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Essas ocorrências parecem estar associadas ao intenso tráfego existente por questões de deslocamento relacionadas a atividades profissionais e universitárias essencialmente.

Espera-se, portanto com este estudo permitir o monitoramento e contribuir para a educação da população, desenvolvendo medidas de intervenção no sentido de reduzir os índices das ocorrências de violências e acidentes, sobretudo na identificação de pontos críticos de localização dos acidentes e das suas conseqüências mais graves como os elevados índices de morbidade e mortalidade entre a população que utiliza os meios de transporte terrestres motorizados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Silvânia Suely Caribé de Araújo et al. Perfil das vítimas de violências e acidentes atendidas em serviços de urgência e emergência selecionados em capitais brasileiras: Vigilância de Violências e Acidentes, 2009. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 21, n. 1, p. 21-30, 2012.

ASCARI, Rosana Amora et al. Perfil epidemiológico de vítimas de acidente de trânsito. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 3, n. 1, p. 112-121, 2013.

BENINCASA, Miria; REZENDE, Manuel Morgado. Percepção de fatores de risco e de proteção para acidentes de trânsito entre adolescentes. **Boletim de Psicologia**, v. 56, n. 125, p. 241-256, 2006.

BACCHIERI, G., BARROS, A.J.D. Acidentes de trânsito no Brasil de 1998 a 2010: muitas mudanças e poucos resultados. *Rev Saúde Pública* 2011;45(5):949-63.

BRASIL. Ministério da Saúde. Viva: vigilância de violências e acidentes, 2006 e 2007. Brasília – DF, 2009. 154 p.

DE ALMEIDA, Rosa Livia Freitas et al. Via, homem e veículo: fatores de risco associados à gravidade dos acidentes de trânsito. *Revista de Saúde Pública*, v. 47, n. 4, p. 718-731, 2013.

DE ANDRADE, Luciene Miranda et al. Acidentes de motocicleta: características das vítimas e dos acidentes em hospital de Fortaleza–CE, Brasil. *Northeast Network Nursing Journal*, v. 10, n. 4, 2016.

DENATRAN – DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO. Evolução de receitas e despesas: 1998 a 2014. Brasília: Denatran, 2015 Disponível em: Frota de veículos: 2015. Brasília: Denatran, 2015b. Disponível em: IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; ANTP – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS. Impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas aglomerações urbanas brasileiras – relatório executivo. Brasília: Ipea e ANTP, 2003.

DI CREDO, Priscila Franco; FELIX, Jorge Vinícius Cestari. Perfil dos pacientes atendidos em um hospital de referência ao trauma em Curitiba: implicações para a enfermagem. **Cogitare Enfermagem**, v. 17, n. 1, 2012.

DE MELLO JORGE, Maria Helena P.; ADURA, Flávio Emir. Álcool e direção veicular. **Revista USP**, n. 96, p. 23-36, 2013.

DE SOUZA COSTA, Danielly Cristina; DE MORAES, Ronei Marcos. ANÁLISE DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO UTILIZANDO TÉCNICAS DE ANÁLISE ESPACIAL. 2009.

GOLIAS ARC, Caetano R. Acidentes entre motocicletas: análise dos casos ocorridos no estado do Paraná entre julho de 2010 e junho de 2011. *Ciência saúde coletiva* [online]. 2013; 18(5): 1235-46.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Associação Nacional dos Transportes Públicos. Impacto social e econômico dos acidentes de trânsito nas aglomerações urbanas brasileiras: relatório executivo. Brasília (DF): IPEA; São Paulo: ANTP; 2003.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Departamento Nacional de Trânsito. Impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas rodovias brasileiras: relatório executivo. Brasília (DF): IPEA; DENATRAN; 2006.

PEDEN, M.; SCURFIELD, R.; SLEET, D.; MOHAN, D.; HYDER, A.; JARAWAN, E.; MATHERS, C. Informe mundial sobre prevención de los traumatismos causados por el tránsito. Publicación Científica y Técnica Nro. 599. Washington: Organización Panamericana de La Salud.

MACHADO, Ana Larissa Gomes et al. Caracterização das vítimas de traumas por acidente com motocicleta internadas em um hospital público. 2015.

MALTA, Deborah Carvalho; DA SILVA, Marta Maria Alves; BARBOSA, Jarbas. Violências e acidentes, um desafio ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 9, p. 2220-2221, 2012.

MASCARENHAS, M.D.M., MALTA, D.C., SILVA, M.M.A., LIMA, C.M., CARVALHO, M.G.O., OLIVEIRA, V.L.A. Violência contra a criança: revelando o perfil dos atendimentos em serviços de emergência, Brasil, 2006 e 2007. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 26(2):347-357, fev, 2010.

MASCARENHAS, Márcio Dênis Medeiros; BARROS, Marilisa Berti de Azevedo. Evolução das internações hospitalares por causas externas no sistema público de saúde-Brasil, 2002 a 2011. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, n. 1, p. 19-29, 2015.

MARÍN-LEÓN, Leticia et al. Tendência dos acidentes de trânsito em Campinas, São Paulo, Brasil: importância crescente dos motociclistas. **Cadernos de Saúde Pública**, 2012.

MATSUMOTO, P.S.S.; FLORES, E.F. Estatística espacial na geografia: um estudo dos acidentes de trânsito em Presidente Prudente-SP. Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 12, v.1, janeiro a junho de 2012, p.95-113.

MOYSÉS, Samuel Jorge. Determinação sociocultural dos Acidentes de transporte Terrestre (ATT). **Cienc Saude Coletiva**, v. 17, n. 9, p. 2237-45, 2012.

OLIVEIRA, Nelson Luiz Batista de et al. Risco de lesões em motociclistas nas ocorrências de trânsito. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 46, n. 5, p. 1133-1140, 2012.

OLIVEIRA, Roberta Medeiros Vasconcelos. Perfil das vítimas de acidentes motociclísticos atendidos em um hospital público de Campina Grande-PB. 2014.

PAIXÃO, Lúcia Maria Miana Mattos et al. Acidentes de trânsito em Belo Horizonte: o que revelam três diferentes fontes de informações, 2008 a 2010. **Rev. bras. epidemiol**, v. 18, n. 1, p. 108-122, 2015.

SOUZA, Vanessa dos Reis de et al. Análise espacial dos acidentes de trânsito com vítimas fatais: comparação entre o local de residência e de ocorrência do acidente no Rio de Janeiro. 2008.

WASELFSZ, J. J. Mapa da violência 2014. Os jovens do Brasil. São Paulo:Sangari, 2014. 170p.



ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL: FATORES GERADORES DE VANTAGEM COMPETITIVA NA EMPRESA BECKHAUSER

Pedro Higor Gomes Campezato (PIBIC, Fundação Araucária)
Unespar/Paranavaí, pedro-410@hotmail.com

Júlio Ernesto Colla (Orientador)
Unespar/Paranavaí, julio.colla@unespar.com

Palavras-chave: Estratégia Organizacional. Vantagens competitivas. Fatores geradores.

INTRODUÇÃO

Um conceito muito utilizado no mundo empresarial e também no meio acadêmico, e em diversos cursos de graduação é a estratégia. No ambiente empresarial pode-se denominar de estratégia organizacional, e pode se caracterizar por ser uma ferramenta na qual uma empresa utilizará para obter a vantagem competitiva.

Porém, para se compreender a vantagem competitiva organizacional, é necessário assimilar o que é de fato a estratégia organizacional. Partindo do pressuposto que estudar a estratégia é estudar a forma como as organizações criam vantagem competitiva, logo, quanto maior a capacidade da organização estrategicamente, mais formas sustentáveis de gerar vantagem competitiva ela terá.

Na perspectiva de entender melhor a estratégia e sua colocação no meio organizacional, é interessante explicar um pouco da sua evolução, se iniciando no final dos anos 1960. Inicialmente, a estratégia foi inserida no contexto de pesquisa como um objeto de estudo, sendo esta posta pelos autores Rumelt, Schendel e Teece (1994). Assim nascia a área de estudos em estratégia.

Alguns anos mais tarde, a estratégia não só se torna um objeto de estudo, mas também passa a inteirar as estruturas das organizações, o qual começam a também ganhar importância (CHANDLER, 1962). Com a introdução da estratégia nas organizações, essa ficou responsável por determinar 'o que' a empresa quer realizar, qual o ramo pretendido seguir e onde quer chegar. Já a estrutura da organização fica representada pela forma em que a empresa conseguirá seu objetivo (CHANDLER, 1962). Logo, a prescrição da estratégia nos anos de 1960 foi uma característica marcante, tendo em vista a tentativa constante da adequação dos elementos internos e externos de uma empresa.

Já na década seguinte, em 1970, a visão processualista da estratégia ganha espaço através dos estudos de Henry Mintzberg, visão que será abordada mais à frente. Por conseguinte, os anos de 1980 o foco da estratégia ou modelo de estudo desenvolvido na época focava na indústria, mas que de acordo com Williamson (1985), não explicava o motivo em que empresas e indústrias do mesmo

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

nicho apresentavam resultados diferentes. Por fim, na década de 1990, o foco era a relação entre os recursos que a empresa possuía e o desempenho que ela apresentava (BARNEY, 1991).

Com a evolução da estratégia nos campos de estudo, nas estruturas organizacionais e também na indústria, se torna importante contextualizá-la atualmente através das teorias existentes e de uma base empírica, que serão apresentadas no presente trabalho.

A estratégia organizacional em sua literatura é rica, extensa e bem diversificada. Será ao longo do trabalho apresentado o que é a estratégia, o que é vantagem competitiva, e as estratégias como ferramentas para obter a vantagem competitiva. Assim, para este trabalho o conceito de estratégia será de uma ferramenta para adquirir a vantagem competitiva de uma organização, tendo como objetivo geral identificar e descrever os fatores geradores de vantagem competitiva em uma empresa do Noroeste Paranaense, Beckhauser Troncos e Balanças.

Portanto, esse artigo foi estruturado a partir dessa introdução às estratégias, seguindo de um referencial teórico enunciado em tópicos, após, a compreensão dos dados que foram identificados como práticas para obter a vantagem competitiva, seguidos da metodologia de pesquisa utilizada, as conclusões e referências.

O QUE É ESTRATÉGIA

A palavra estratégia apresenta inúmeros significados e é frequentemente usada para representar diversas teorias e planos, é usada tanto no mundo empresarial de forma abundante como no universo acadêmico. Whittington (2002) afirma que a estratégia não é algo perfeito, uma prática incontestável, e que por isso apresenta uma complexidade além do que se é apresentado nas práticas comuns, nos dogmas. Para explicar o que é a estratégia, o autor apresenta em seu livro “O que é estratégia” (2002), quatro abordagens genéricas do que é, ou as formas de se entender o que é a estratégia.

As abordagens que Richard Whittington enuncia são a abordagem clássica, a evolucionária, a processualista e a sistêmica. Essas linhas de pensamento serão diferenciadas em dois aspectos ou dimensões, os resultados da estratégia, ou seja, o que cada abordagem no final de seu objetivo irá alcançar, e os processos, de que forma ela irá chegar aos resultados desejados. A dimensão de resultado visa a estratégia buscando o grau de maximização de lucro ou não, e os processos pelos quais essas estratégias serão desenvolvidas, seja por processos emergentes ou deliberados (WHITTINGTON, 2002).

A abordagem clássica e a evolucionária acreditam que a maximização dos lucros são os resultados que se pode obter com o desenvolvimento das estratégias, enquanto as abordagens processual e a sistêmica olham os resultados não apenas da maximização do lucro, mas de uma pluralidade de resultados que se pode atingir.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Já na dimensão dos processos, ou seja, como a estratégia será desenvolvida, essas quatro abordagens adotam as perspectivas de processos deliberados ou emergentes. Os processos deliberados irão acontecer de uma forma organizada e planejada, que é o caso das abordagens clássica e sistêmica, enquanto a evolucionária e a processualista acreditam que os processos irão emergir de processos governados por acasos, confusão e conservadorismo (WHITTINGTON, 2002).

Essas quatro abordagens irão responder duas questões - o que é estratégia, e ela realmente importa? - já enunciadas por Whittington (2002), de diferentes maneiras. A abordagem clássica, responder de uma forma conservadora, com base nos livros, onde afirma que a estratégia será um “processo racional de cálculos e análises deliberadas” e que terá como objetivo, sempre obter e maximizar a vantagem de longo prazo, assim o sucesso de uma organização depende das estratégias e das decisões objetivas (WHITTINGTON, 2002, p.3).

No olhar da abordagem evolucionista, a estratégia abordada pelos clássicos voltada para o futuro, é irrelevante; ela afirma que as estratégias tanto de curto e longo prazo tendem a ser pouco eficazes devido ao ambiente que é “tipicamente muito implacável e imprevisível”. Assim, quem realiza as “escolhas” mais importantes é o mercado, e não o empreendedor; e que, as estratégias que são bem-sucedidas são apenas um processo de seleção natural que emergem e portanto não são deliberadas e calculadas (WHITTINGTON, 2002).

Já na visão da abordagem processualista, a estratégia de longo prazo é fútil, embora essa teoria concorde que as organizações precisam se ajustar ao ambiente. Os processualistas acreditam que “a estratégia emerge mais de um processo pragmático de aprendizado e comprometimento do que se uma série racional de grandes saltos para a frente”, como afirma Whittington (2002, p.4).

Por fim, a abordagem sistêmica acredita que a estratégia é importante, mas não da forma exaltada pela abordagem clássica. Também faz uma crítica voltada para os evolucionários sobre o mercado, pois, este pode ser manipulado ou iludido. Assim, além do desempenho financeiro, as organizações têm outros critérios para se apoiar. Os sistêmicos acreditam que a estratégia irá refletir os sistemas sociais específicos que ela participa, definindo assim, os interesses segundos os quais ela age e as regras de sobrevivência (WHITTINGTON, 2002).

Para se compreender como a estratégia se desenvolve dentro de uma empresa os autores Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2010), apresentam dez escolas que através da história moldaram o conceito da formulação da estratégia. As três primeiras escolas, sendo a escola de design, do planejamento e do posicionamento surgiram entre os anos de 1960 e 1980, e são de natureza prescritiva, ou seja, que se preocupam mais em como as estratégias “devem ser formuladas do que em como elas necessariamente se formam” (MINTZBERG; AHLSTRAND; LAMPEL, 2010, p.21). O que irá se diferenciar das seis escolas seguintes.

A escola empreendedora, a cognitiva, de aprendizado, do poder, a cultural e a ambiental, procuraram se preocupar “menos com a prescrição do comportamento estratégico ideal do que com a descrição de como as estratégias são, de fato, formuladas” (MINTZBERG; AHLSTRAND; LAMPEL,

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

2010, p.21). Assim, esses autores afirmam que cada escola em sua maioria, foram ou ainda são igualmente evidentes na prática, tanto nas empresas que utilizam dessas escolas, quanto das empresas de consultoria, ou seja, dentro do período de cada escolas, elas foram importantes para o desenvolvimento da administração estratégica (MINTZBERG; AHLSTRAND; LAMPEL, 2010).

Como por exemplo, a escola cognitiva, que como alguns autores no passado associavam a estratégia como empreendedorismo e descreviam a criação da estratégia pelo líder da organização. Assim, como a estratégia pôde ser identificada como uma visão pessoal, então sua formulação precisava ser entendida como um processo de obtenção do conceito na mente de um indivíduo, e por isso nasce a escola cognitiva (MINTZBERG; AHLSTRAND; LAMPEL, 2010).

A estratégia pode ser definida segundo Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2010) em duas, a estratégia pretendida e a emergente, o que eles chamam de estratégia como plano e como padrão respectivamente. Eles abordam a estratégia como um comportamento ao longo do tempo, e que se molda de diversas maneiras.

A estratégia como plano, a pretendida, será aquela em que a empresa escolheu para seguir e atingir um determinado objetivo, e a estratégia como padrão, a realizada, é a qual a empresa observa o comportamento do passado, o que eles chamam de padrão. “[...] ambas as definições parecem ser válidas: as organizações desenvolvem planos para seu futuro e também extraem padrões de seu passado. Podemos chamar uma de estratégia pretendida e a outra de realizada” (MINTZBERG; AHLSTRAND; LAMPEL, 2010), p.26) Além da estratégia pretendida e realizada, elas podem ser intituladas de deliberadas, que são aquelas que tiveram as intenções plenamente realizadas.

Porém, em consequência de um fator externo ou interno da empresa, quando uma estratégia deliberada não dá certo, ela é chamada de estratégias não realizadas. Assim, no meio do percurso surgem as estratégias emergentes, onde “um padrão realizado não era expressamente pretendido” (MINTZBERG; AHLSTRAND; LAMPEL, 2010, p.27). Logo, as estratégias emergentes são as que não foram planejadas e que são citadas por Barney e Hesterly (2011).

Para Barney e Hesterly (2011), as estratégias intencionais serão aquelas que a empresa dotará com base na sua missão, e será o primeiro caminho a percorrer, ou seja, a estratégia que a empresa planejou utilizar. Mas, com base na abordagem evolucionista de estratégia de Whittington (2002), onde enuncia o mercado, o ambiente externo, ou até mesmo o ambiente interno, acaba por forçar a organização a redefinir sua estratégia inicial, se adaptando, o que Barney e Hesterly (2011) chama de estratégia emergente.

VANTAGEM COMPETITIVA

De acordo com Barney e Hesterly (2011) a vantagem competitiva que uma empresa obtém é quando ela consegue gerar maior valor econômico do que suas concorrentes. Assim, o valor econômico será a “diferença entre os benefícios percebidos obtidos por um cliente que compra

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

produtos ou serviços de uma empresa e o custo econômico total desses produtos ou serviços” (BARNEY; HESTERLY, 2011, p.9). Logo, a vantagem competitiva de uma empresa será a diferença entre o valor econômico que ela consegue desenvolver em comparação com suas concorrentes.

Na vantagem competitiva há três situações, quando a empresa realmente tem a vantagem competitiva, ou seja, quando o valor econômico de uma empresa é maior que a de suas rivais; quando existe uma paridade competitiva, e quando há uma desvantagem competitiva com suas concorrentes. No caso da vantagem competitiva, Barney e Hesterly (2011) ditam duas vertentes: as vantagens competitivas temporárias (que duram pouco) e as sustentáveis (que duram muito). Assim também acontece com a desvantagem competitiva, onde existem as desvantagens temporárias e as sustentáveis.

Para se obter certeza, ou maior precisão de que a empresa adotou a estratégia correta, ou a que mais se aproxima das suas necessidades, é necessário adotar formas de mensurar essas vantagens competitivas que a organização está obtendo ou deixando de obter. Assim, Barney e Hesterly (2011) salientam duas maneiras de mensurá-las. A primeira pelo seu desempenho contábil, e a segunda pelo seu desempenho econômico.

O desempenho contábil nada mais é do que medidas que serão adquiridas por ferramentas, por exemplo os demonstrativos, que informam os lucros e perdas no balanço da empresa. Já nas medidas de desempenho econômico visam “comparar o nível de retorno de uma empresa com seu custo do capital” (BARNEY; HESTERLY, 2011, p.15). Tende a existir uma concordância entre as duas medidas, uma vez que a empresa apresentará resultados positivos em uma medida, a probabilidade de acontecer em outra medida é alta (BARNEY; HESTERLY, 2011).

O modelo VRIO (valor, raridade, imitabilidade e organização) é uma das ferramentas que podem ser aplicadas a empresas individuais para compreender se elas ganharão ou não vantagens competitivas, quão sustentáveis essas vantagens competitivas serão e quais suas fontes. Essa ferramenta está ligada diretamente com o tipo de estratégia adotada pela empresa, pois a ajudará mensurar se a estratégia adotada com base nos recursos e capacidades presentes da empresa está de fato promovendo a vantagem competitiva, sendo ela temporária ou sustentável (BARNEY; HESTERLY, 2011).

ESTRATÉGIA E VANTAGENS COMPETITIVAS

Além das abordagens de Whittington, Barney e Hesterly (2011) define a estratégia de uma organização como uma teoria de como obter vantagens competitivas. Porém, como já mencionado a estratégia não é uma prática perfeita, e por isso, a empresa precisa ter conhecimento se está seguindo a melhor estratégia e com isso reduzir a probabilidade de erros. Assim, o processo de administração estratégica apresentado por Barney e Hesterly (2011), sendo caracterizado por um conjunto de análises e escolhas que podem aumentar a chance de uma empresa escolher uma boa estratégia, terá como objetivo reduzir as probabilidades de fracassos.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

O processo de administração estratégia começa na missão da empresa, onde se encontra seu propósito a longo prazo. Após, é necessário entender quais são os objetivos dessa organização, que diferente da missão onde é uma declaração ampla de seus propósitos e valores, os objetivos serão alvos específicos e mensuráveis. Quando a missão e os objetivos da empresa estão claros é necessário realizar uma análise externa e interna, para assim, se escolher que tipo de estratégia a empresa irá adotar (BARNEY; HESTERLY, 2011).

A análise externa e interna ao ser conduzida, procura identificar as principais oportunidades e ameaças no seu ambiente de competição, como também compreende quais serão as forças e fraquezas da empresa. Logo após realizar essas análises, de acordo com Barney e Hesterly (2011), a escolha da estratégia pode ser aplicada em duas categorias: estratégias no nível de negócios e as no nível corporativo.

Nas estratégias no nível de negócios, serão estratégias que a empresa adotará para obter vantagens competitivas em um único mercado ou setor, o que difere das estratégias no nível corporativo, que englobará ações praticadas por empresas que visando obter a vantagem competitiva, opera em múltiplos mercados ou setores simultaneamente.

Seguindo o processo de administração estratégica, quando uma empresa escolhe qual tipo de estratégia implementar, é necessário realizar de fato a implementação estratégica com base em três políticas e práticas organizacionais específicas definidas por Barney e Hesterly (2011) sendo, a estrutura organizacional formal de uma empresa, seus sistemas informais e formais de controle gerencial e por fim sua política de remuneração de funcionários.

Essas práticas e políticas deverão estar consistentes com o tipo de estratégia adotada para que, se reforce com maior probabilidade de conseguir implementar de fato, a estratégia. Por fim, o objetivo final desse processo é que a empresa consiga implementar as estratégias de acordo com as análises já realizadas e obter a vantagem competitiva.

CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA BECKHAUSER

Para uma melhor compreensão da análise realizada nesse artigo, é necessário contextualizar a empresa em que foi possível observar práticas/estratégias - o que fora denominado de *Práxis Soft* e *Práxis Hard* - que geraram vantagem competitiva na empresa Beckhauser Troncos e Balanças localizada na cidade de Paranavaí.

A Irmãos Beckheuser e Cia LTDA é uma sociedade por quotas de responsabilidade LTDA que têm como principal atividade econômica a fabricação de equipamentos de pecuária, especificamente troncos e balanças para bovinos. A empresa iniciou suas atividades no ano de 1969, onde produziu por pouco tempo, carroças para tração animal, carrocerias e móveis. Em 1970, passou a produzir troncos para contenção de bovinos acreditando no desenvolvimento da pecuária brasileira,

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

resultando em um retorno inicial muito bom nos anos iniciais da empresa, o que permitiu um crescimento e a continuidade dos negócios.

Atualmente, a empresa se localiza na cidade de Paranavaí, Noroeste Paranaense, onde possui sua base industrial e administrativa. Utiliza o nome fantasia 'Beckhauser', uma marca mista registrada junto ao INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial). Atualmente, está no mercado de produtos pecuários com troncos de contenção para bovinos, balanças de pesagem eletrônica e equipamentos para a indústria frigorífica, usando como matéria-prima o aço e a madeira de lei. Porém, estando atenta aos problemas ambientais que o desmatamento da madeira nobre vem causando, a empresa se direciona para o uso do metal nas estruturas e derivados de petróleo, em substituição a madeira.

Já em 1990 começou a fabricar balanças com sua marca própria para pesagem de bovinos vivos, e em 1995, passou a comercializar balanças eletrônicas em parceria com uma empresa do exterior e registrada junto INMETRO. Na mesma década, fez o lançamento do primeiro tronco com balança conjugada do Brasil, referência de mercado em contenção racional e bovina, onde substituiu os sistemas de catracas por sistemas de pistões hidráulicos.

Com a crescente demanda e uma análise da pecuária brasileira, reconheceu-se a importância da região central, norte e nordeste para a pecuária nacional, onde a empresa inaugurou uma filial em Gurupi – TO. Em constantes mudanças, entre os anos de 2006 e 2009, lançou uma linha de balanças eletrônicas Beckhauser, incorporando a marca, a assinatura "Manejo Racional e Produtivo", que com essa nova linha de balanças introduziu no mercado o controle e pesagem Idbeck 3.0, o que colocou o produto da empresa entre os melhores equipamentos de pesagem para carga viva do mundo.

Acreditando no potencial dos mercados do Mato Grosso do Sul em 2011, a empresa inaugurou em Campo Grande a HSTORE, a primeira Loja Conceito Beckhauser, que dando seguimento à sua assinatura "Manejo Racional e Produtivo", em 2012, inaugura o Centro Experimental de Manejo Racional em Guairaçá – PR, e o lançamento da linha automação hidráulica em 2015, o que foi uma nova linha de balança, sendo mais uma proposta de inovação e solução de pesagem sob medida para o mercado.

As vendas de serviço e produtos que a empresa distribui, são basicamente diretas ao consumidor final, os clientes agropecuaristas. E por estar em contato direto com o cliente final, a Beckhauser procura atender esse mercado ouvindo o cliente para implementar melhorias nos produtos, bem como divulgar técnicas de manejo, além de prestar orientações específicas quanto ao melhor uso e manutenção adequada dos produtos que vende.

BECKHAUSER: PRÁXIS SOFT E PRÁXIS HARD

Como afirmado por Barney e Hesterly (2011), a estratégia será uma teoria que a empresa utilizará para obter vantagens competitivas, e que nesse trabalho fora denominado de *Práxis Soft*,

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

sendo as práticas organizacionais relacionadas com uma maior capacidade inovadora da empresa, e *Práxis Hard*, práticas que darão sustentação à empresa estudada.

Os fatores geradores de vantagem competitiva dentro da empresa Beckhauser no ano de 2013, de acordo com as entrevistas pode-se dar pelas seguintes *Práxis*: credibilidade, traços familiares, eficiência, conteúdo estratégico, gestão empresarial, e bem estar animal.

De acordo com Barney e Hesterly (2011), uma empresa obtêm uma vantagem competitiva quando consegue gerar maior valor econômico do que suas concorrentes. Sendo valor econômico, a diferença entre os benefícios percebidos por um cliente que adquire um produto ou serviço e o custo econômico total desses produtos ou serviços. Foi possível identificar que o cliente da Beckhauser identifica esse valor econômico e está disposto a adquirir o produto oferecido da empresa, ao invés das concorrentes. Podendo assim relacionar com o relato do entrevistado C:

Hoje, vamos fornecer um produto nosso. Quando ela fez isso, ela sentiu que tinha nome e credibilidade para o pecuarista aceitar um produto nosso. Se esses caras fazem tronco bem feito, eles não vão botar uma balança que seja porcaria, porque daí vai pro pau. Daí, a aceitação no mercado estava praticamente feita, porque para quem a gente tinha vendido tronco, a gente foi lá para vender balança.

A marca da Beckhauser está consolidada no mercado pela sua credibilidade, que vende o produto para o cliente e dá o suporte necessário para a instalação e futuros problemas que o produto poderá ocasionar. De acordo com a entrevistada D, a credibilidade da empresa se dá pela produção de produtos com um preço mais elevado, porém com maior qualidade e suporte, refletindo diretamente no posicionamento da marca. A entrevistada A ainda salienta que, quando o cliente tem razão, a empresa assume o erro de algum fenômeno o que dá uma credibilidade a mais:

Ela é sólida. Eu não tenho nenhuma dúvida disso. Ela tem uma situação financeira saudável. E ela tem uma estrutura sólida. Ela tem a confiabilidade do mercado. Ela é uma empresa gostosa de trabalhar pra te falar. As pessoas que entrar aqui não sai tão fácil.

Como a Beckhauser tem sua principal atividade econômica a fabricação e vendas de equipamentos de pecuária, em especial troncos e balanças, ela está dependente de um mercado normativo que exige um controle e um rigor muito grande por parte do produtor pecuário, como as normativas sobre o abate animal. Assim, uma outra *Práxis* é o bem estar animal que a empresa prega de acordo com o entrevistado B:

Mas agora o frigorífico está sendo pressionado pelo mercado para que uma carne que chegou lá batida, machucada, um animal que sofreu, o teor mesmo da parte aparentemente boa, o teor de pH, o padrão dela é baixo. É uma carne que escurece mais fácil, que não atende a exigência de sabor de quem quer comprar uma carne e pagar a mais por ela se ela for boa. Boa com repetição. Não adianta ser boa só um lote que deu certo lá. [...] nós entendemos que nós queremos isso. Nós praticamos isso. O bem estar. Fazer equipamentos que faça que volte para o bem estar do animal para uma pecuária de qualidade, de resultado.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Essas exigências de mercado são nacionais, quanto internacionais, de acordo com o entrevistado E. A União Europeia, a Ásia e outros mercados estão fazendo exigências para que a carne exportada vá com qualidade, e isso implica diretamente na estratégia organizacional da empresa, fazendo com que ela cumpra essas exigências, se tornando uma necessidade, mas também que pode se caracterizar por uma vantagem competitiva temporária, segundo Barney e Hesterly (2011).

Em relação ao desenvolvimento de produtos, a inovação da empresa - ligada à *Práxis* de conteúdo estratégico - em relação aos concorrentes de acordo com a entrevistada A, é significativa podendo ser caracterizada como um ponto forte:

Então ela investe muito no desenvolvimento de produtos. Então que eu me lembro sempre só crescendo. E eu acho que uma tônica bem forte nela é justamente a mudança. [...] é um ponto muito forte, sempre. Sempre em mudança.

Além de realizar mudanças constantes em seus produtos, a empresa tem um contato bastante aberto com o cliente, se caracterizando uma *Práxis Hard* de gestão empresarial, principalmente com a loja HStore localizada em Campo Grande, onde permite ao pecuarista entender as vantagens do manejo racional, estudar o comportamento do animal e o benefícios advindos ao adotar essa prática. Uma comparação feita pelo entrevistado C é a “evangelização do cliente”.

Na *Práxis Hard*, a eficiência está presente também na organização, pois ao entrar em questões operacionais da empresa, esta possui um sistema de compras que identifica as informações distribuídas pelos fornecedores de matéria prima, como por exemplo um histórico de um período, e com base nisso o gerente de compras poderá tomar a melhor decisão econômica para a Beckhauser, como afirma o entrevistado C:

Então já não dá mais para você decidir a compra baseado na informação que ele está passando. Eu já tenho o histórico dele. Já não me importo muito. Quando ele me passa um prazo, eu já tenho, mais ou menos, uma noção do que vai acontecer. Eu olho as outras compras, e pelo prazo que ele forneceu e o que aconteceu de entrega.

A empresa também recorre a consultorias de acordo com o entrevistado B, e indagado se é um ato de humildade para um empresário bem sucedido procurar um consultor ele afirmou que não, pois é uma soma muito grande de informações que se tem, onde o consultor se especializa, tem um *know-how* com mais foco, que geralmente a empresa não possui, e no final a organização se torna especialista em uma coisa de seu negócio, como por exemplo, uma melhor gestão financeira.

Os traços familiares também se caracteriza uma *Práxis*, possuindo seu ponto forte, que a empresa familiar tem uma característica onde geralmente opera um indivíduo que transmite os valores éticos para a empresa, bem como é o que direciona um norte para os funcionários, como afirma a entrevistada D:

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Está escrito na lista de valores de todo mundo, mas ter isso na prática, no nosso mercado de troncos e balanças é um mercado, que tem muito pouco controle, não tem uma associação de fabricantes, todo o mundo faz meia nota, e a gente não faz. E isso é uma postura que é de alguma coisa que vem da família, do meu pai que é o cara que está à frente desse negócio aqui hoje.

Podemos assim, verificar que a inserção dessas *Práxis Soft* e *Hard* dentro da empresa Beckhauser, são estratégias que a organização utiliza - desde a capacidade inovadora, como capacidade de sustentação - para criar um valor econômico maior em relação à suas concorrentes, obtendo assim, vantagem competitiva temporária e sustentável.

METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa utilizada nesse artigo tem como tipo uma pesquisa descritiva, pois visou identificar e descrever as características de uma determinada população ou fenômeno, que no caso foram as estratégias utilizadas pela empresa Beckhauser para gerar a vantagem competitiva. Além disso, é possível caracterizar essa pesquisa como descritiva em razão da utilização de coleta de dados, como as entrevistas (GIL, 2002).

Pode ser afirmado que a natureza da pesquisa é qualitativa, porque apresenta um processo diferente da pesquisa quantitativa. O presente artigo buscou pressupostos teóricos para nortear a sua investigação, bem como apresentou uma sequência de atividades, que, coletou dados através de instrumentos denominados entrevistas, interpretando-os, e apresentando-os (GIL, 2002).

A coleta de dados foi realizada em duas etapas. A primeira foi a caracterização de um referencial teórico sobre a estratégia organizacional e vantagens competitivas para dar base no estudo. A segunda etapa, se deu através das entrevistas semiestruturadas do ano de 2013, onde possuíam características de entrevistas narrativas. Pode ser definida como semiestruturada, pois a entrevista foi guiada por uma relação de pontos de interesse no qual o entrevistador foi explorando ao longo de seu curso, sem ter uma relação de perguntas previamente fixadas (GIL, 2002).

Por fim, foi utilizado para compreender os dados coletados e referenciá-los com a teoria, a análise de conteúdo. Segundo Bardin (1997), a análise de conteúdo pode ser caracterizada por um aglomerado de ferramentas metodológicas que irão se aplicar a discursos extremamente diversificados, e terá como referência principal analisar e descrever os conteúdos apresentados pelas mensagens analisadas, com base na inferência.

Moraes (1999) afirma essa ideia e expressa a análise de conteúdo como uma interpretação pessoal por parte do pesquisador ou entrevistador aos dados coletados. E reforça que não é possível uma leitura neutra, pois toda leitura se constituirá numa interpretação a partir de uma matéria prima, que poderá se constituir em entrevistas e materiais diversos, como livros, relatos, filmes, entre outros.

CONCLUSÃO

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

A partir do referencial teórico realizado sobre o que é a estratégia, sua contextualização no ambiente empresarial, suas escolhas e tipos, estratégias para obter vantagens competitivas, foi possível compreender com base nas entrevistas semiestruturadas previamente realizadas na empresa Beckhauser no ano de 2013, não só as estratégias deliberadas, mas também as emergentes, como por exemplo, as pressões externas que a empresa sofre em relação à exportação de carne por parte dos pecuaristas.

Além disso, as estratégias na empresa estão classificadas no nível de negócios, que de acordo com Barney e Hesterly (2011), serão estratégias que as empresas irão praticar para obter a vantagem competitiva em um único mercado ou setor. Hoje, a empresa está no mercado de produtos pecuários com a produção e venda de troncos de contenção de bovinos, balanças de pesagem eletrônica e equipamentos para a indústria frigorífica.

A empresa conseguiu obter vantagem competitiva com base nas suas estratégias, principalmente por meio do que fora denominado *Práxis Soft* e *Práxis Hard*. Nos resultados apresentados foi possível compreender as práticas caracterizadas como credibilidade, traços familiares, eficiência, conteúdo estratégico, gestão empresarial, e bem estar animal.

Assim, diante do exposto, este trabalho cumpriu seu objetivo geral de identificar e descrever os fatores geradores de vantagem competitiva em uma empresa do Noroeste Paranaense, Beckhauser Troncos e Balanças, além de reforçar com uma base empírica e teórica a estratégia organizacional como uma teoria de geração da vantagem competitiva em uma organização.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1997.
- BARNEY, J. **Firm Resources and Sustained Competitive Advantage**. Journal of Management, vol. 17, n. 1, p.99-120, 1991.
- BARNEY, J. B.; HESTERLY, W. S. **Administração estratégica e vantagem competitiva**. 3 ed. São Paulo: Pearson Education, 2011.
- CHANDLER, A. **Strategy and structure: chapters in the history of the American industrial enterprise**. 19 ed. Cambridge: MIT Press, 1962.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.
- MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégia: Um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
- RUMELT, R. P.; SCHENDEL, D. E.; TEECE, D. J. **Fundamental issues in strategy: a research agenda**. Boston: MIT Press, 1994.
- WHITTINGTON, Richard. **O que é estratégia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

WILLIAMSON, O. Transaction cost economics and organization theory. **Industrial and Corporate Change**, v.2, n.2, p.107-156, 1985.



ESTRUTURA POPULACIONAL DO SIRI EXÓTICO *Charybdis Hellerii* NA BAÍA DE PARANAGUÁ.

Milena Lopes Chaves (PIC, Voluntário)
Unespar/Campus Paranaguá, lopesmilena@gmail.com
Cassiana Baptista Metri (Orientadora), cassiana.metri@unespar.edu.br
Sara Regina Sampaio Pontes (Coorientadora) sararspontes@gmail.com
Instituto Federal do Paraná /Capanema -PR

Palavras-chave: Bioinvasão. Estuário. Portunidae.

INTRODUÇÃO

O complexo estuarino da Baía de Paranaguá (CEP) é um intrincado sistema de drenagem continental do litoral do Estado do Paraná, composto por um mosaico de áreas impactadas, como cidades, portos e marinas e áreas com alto grau de preservação, como manguezais, marismas e bancos não vegetados. A rica biota justifica a existência de várias unidades de conservação e sustenta importantes atividades extrativistas (CASTELLA et al. , 2006). Na região são observadas comunidades pesqueiras voltadas para a captura e beneficiamento de siris (ARINS, 2006; BAPTISTA, 2002).

Os siris são caranguejos da família Portunidae Rafinesque, 1815, facilmente reconhecidos pela hábil capacidade de natação. Esses animais essencialmente aquáticos habitam áreas de salinidade variada, e distribuem-se de acordo com a sua capacidade adaptativa e osmorregulatória.

Juntamente com outros braquiúros, os siris são extremamente abundantes na maioria dos estuários, sendo organismos de grande importância na cadeia trófica como consumidores da matéria orgânica acumulada (MANTELATTO & FRANSOZO, 1999) e como predadores, podendo afetar diretamente a abundância e a estrutura das populações de suas presas devido à sua voracidade (WRIGHT et al. , 1996; MANTELATTO & FRANSOZO, 1999). A importância destes organismos é ressaltada em habitats dependentes de uma base primária detritívora, tais como estuários (GRANGE et al. , 2000).

No Brasil, ocorrem 9 gêneros e 22 espécies (MELO, 1996), além de espécies exóticas como *Charybdis hellerii*, *Polybius navigator* e *Scylla serrata*, estas 2 últimas apresentando apenas 1 registro para o Brasil, representando, portanto, casos de introdução sem êxito (LOPES, 2009).

Para o Estado do Paraná foi registrada a ocorrência de 12 espécies de siris, distribuídas em 3 gêneros. *Arenaeus*, *Callinectes* e *Portunus*. Recentemente, outra espécie de portunídeo foi reportada, *Charybdis hellerii* (FRIGOTTO et al, 2006; BAPTISTA et al. 2011), demonstrando a invasão de espécies oriundas de outros locais.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

O portunídeo do indo-pacífico, *C. hellerii*, foi uma das espécies de crustáceos introduzidas por consequência da água de lastro ao longo da costa brasileira e tendo sido registrado no Estado do Alagoas, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, no Rio Grande do Norte, litoral de Pernambuco e no Paraná (LOPES, 2009). A espécie é reconhecidamente invasora em outras partes do Brasil, sendo relatados vários problemas resultantes de sua invasão, como por exemplo, a competição com as espécies nativas de siris. A distribuição geográfica de *C. hellerii* tem se expandido como resultado das atuais atividades humanas: invasão da parte leste do mar Mediterrâneo através do canal de Suez, e a invasão do Atlântico Oeste (TAVARES e MENDONÇA JR. , 1996).

Apesar de ser uma espécie comercial no sudeste da Ásia, no Brasil *Charybdis hellerii* não possui nenhum uso econômico. Assim, é comentado que a rejeição deste como alimento coloca a pressão do esforço de pesca unicamente sobre as espécies nativas (TAVARES & MENDONÇA JR, 2004).

No CEP, o primeiro registro da espécie foi de um único indivíduo coletado em janeiro de 2010 ao lado do Porto de Paranaguá, tratando-se de uma fêmea portando massa ovígera em estado inicial de desenvolvimento (BAPTISTA-METRI e METRI, 2011). Recentemente, foram encontradas expressivas concentrações da espécie na Ponta do Poço (MELPORT, 2012 e 2013) e na Ilha da Banana, região euhalina do CEP (BAPTISTA-METRI, obs. Pess), indica que a espécie está estabelecida na região, ocupando habitats rochosos.

Embora pouco se saiba sobre o impacto de *C. hellerii* sobre as comunidades nativas, as consequências ecológicas de sua introdução em habitats sensíveis como os recifes coralinos brasileiros podem ser graves. Ainda, o siri do pacífico pode competir com as espécies nativas por habitat e alimento (TAVARES & MENDONÇA JR, 2004). Além disso, a espécie pode ser potencial hospedeira do vírus síndrome da mancha branca, que causa manchas brancas no exoesqueleto de outros crustáceos, extremamente virulento e pode atacar uma variedade de tecidos, causando a mortalidade em um prazo muito curto. (WSSV – White Spot Syndrome Vírus) (FRIGOTTO et al, 2007).

Tendo em vista a importância ecológica e econômica dos portunídeos na região da Baía de Paranaguá, este projeto tem como objetivo analisar a estrutura populacional de *Charybdis hellerii* na região como forma de integrar os dados existentes para subsidiar o manejo dessas populações.

MATERIAIS E MÉTODOS

A área de amostragem ocorreu no Complexo Estuarino e Lagunar da Baía de Paranaguá (CEP), (Fig1). Esta área apresenta um mosaico de condições representado por diferentes profundidades, temperatura, salinidade, sedimentos, quantidade e matéria orgânica, e certamente os organismos apresentam estratégias para explorar ao máximo esta heterogeneidade ambiental. Isto acarreta numa biodiversidade elevada em escala regional (CASTELLA, et al. 2006). O CEP é classificado como um estuário parcialmente misturado, cujo gradiente de salinidade permite dividir o

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

complexo ao longo do eixo leste-oeste e norte sul em setores euhalino (salinidade média 30), polihalino, oligo e mesohalino (salinidade de 0 a 15) (LANA et al. 2001).



Fig1: Complexo Estuarino e Lagunar da Baía de Paranaguá (Google Earth).

Entre abril de 2015 a março de 2016, os animais foram coletados mensalmente em dois locais, um na Ilha das Cobras ($25^{\circ}28'48.97''S$; $48^{\circ}25'55.90''O$) e outro na Ilha das Bananas ($25^{\circ}25'18.39''S$; $48^{\circ}24'29.52''O$), ambas localizadas no setor euhalino da Baía de Paranaguá, PR. (Fig2, 3).

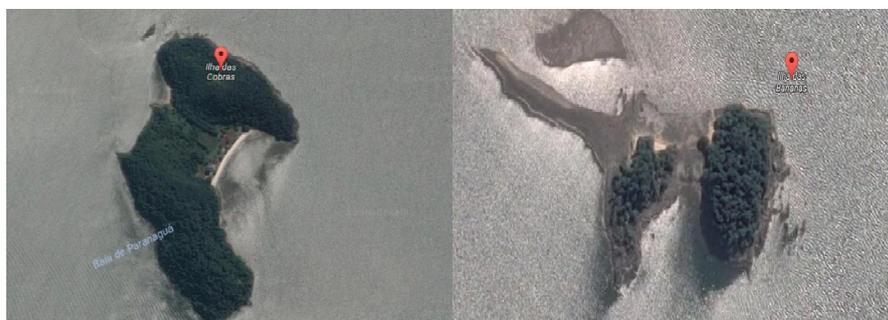


Fig2: Ilha das Cobras, (Google Earth). Fig3: Ilha da Banana, (Google Earth).

Ilha das Cobras apresenta uma área total de 16,5 hectares e é constituída de dois morros de formação cristalina (de até 55 metros) e uma área central de natureza sedimentar (SCHWARTZ, 1999). Durante a maré baixa de sizígia, na face oeste da Ilha, fica exposta uma área de cerca de 5 metros até a linha da água onde são observadas rochas soltas, intercaladas com grandes rochas de basalto e faixas de areia.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Na ilha da Banana são encontrados dois morros, mas de menor elevação se comparada a Ilha das Cobras, que ficam isolados pela água na maré alta. Neste local a faixa de areia se limita a uma pequena área na face norte entre os dois morros. Durante a maré baixa de sizígia fica exposto um extenso baixio de cerca de 50 metros de comprimento por 6 de largura que se estende em direção ao noroeste, totalmente coberto por rochas soltas que, a exemplo das rochas menores na Ilha das Cobras, podem ser removidas com a mão.

As coletas foram realizadas por meio de captura manual, revirando pedras durante a maré baixa de sizígia. As amostragens foram realizadas por duas pessoas durante 60 minutos, no período da manhã.

Os animais coletados em cada amostragem foram acondicionados em sacos plásticos devidamente etiquetados e depositados em isopor com gelo até o laboratório (LABEC), onde foram congelados.

Em laboratório, os indivíduos foram identificados (MELO, 1996) e sexados, pela análise da morfologia do abdômen. Em seguida, os indivíduos foram classificados como maduros ou imaturos, segundo a forma do abdômen nas fêmeas e pela sua condição de “selado” (ou não) nos machos, conforme Taissoun (1969) e Williams (1974).

Com a utilização de um paquímetro, com precisão de 0,05mm, foram mensurados largura e comprimento da carapaça com espinho dos exemplares coletados.

O peso foi determinado com balança analítica de 0,001g de precisão. O estágio de maturação gonadal foi determinado após dissecação e observação macroscópica das gônadas. (Tab. I).

Por fim, as fêmeas contendo massas de ovos, ainda têm os estágios de desenvolvimento verificado de acordo com a cor, pigmentação e grau de desenvolvimento do embrião. No caso, a massa ovígera laranja representa o estágio inicial (INI), pardo o intermediário (INT) e a cor vinho indica um estágio próximo à eclosão (AV) (BRANCO & AVILAR, 1992).

Tabela I. Estágios de maturação gonadal de Portunidae (adaptado de Pinheiro & Fransozo, 1998).

Estágio	Machos	Fêmeas
Imaturo	Gônadas não visíveis ou visíveis apenas sob aumento. Vasos deferentes filamentosos e opacos.	Gônadas não visíveis ou visíveis apenas sob aumento. Ovários filamentosos e opacos, mas translúcidos.
Em maturação	Filamentos dos vasos deferentes visíveis a olho nu, correspondendo a cerca de $\frac{1}{4}$ do tamanho do hepatopâncreas. Gônadas translúcidas a brancas.	Ovário filamentoso, mas visível a olho nu, com cerca de $\frac{1}{2}$ do tamanho do hepatopâncreas. Gônada amarela a laranja claro.
Maturo	Gônadas e hepatopâncreas com tamanhos similares até gônada maior que o hepatopâncreas, ocupando toda a	Ovário com tamanho similar a maior que o hepatopâncreas, ocupando toda a cavidade

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

cavidade brancas.	cefalotorácica.	Gônadas	cefalotorácica. escuro. Ova visível a olho nu.
----------------------	-----------------	---------	---

A estrutura populacional foi então estudada considerando a distribuição de frequência por classes de tamanho da população total, dos pontos amostrados e meses amostrados por classe demográfica. O número de classes será estimado utilizando-se a regra de Sturges.

A relação comprimento e peso e o tamanho de primeira maturação foram obtidos entre os sexos, por espécies. Na análise da relação comprimento e peso foram estimados pelos parâmetros 'b' e 'a' da função potência ($y=a \cdot x^b$) que é o modelo matemático comumente ajustado aos pontos empíricos da relação peso e comprimento da carapaça (P/CC).

O percentual de indivíduos jovens e adultos, para cada mês e em cada área, foi empregado em um gráfico de área.

Foram confeccionadas tabelas de distribuição de frequência em tamanho para cada sexo, obtendo valores percentuais de indivíduos adultos (em maturação e maturos) em cada classe de tamanho. Esses dados foram utilizados para a confecção de curvas de maturidade de cada sexo, tendo como variável dependente a frequência de indivíduos adultos, e independente, as classes de tamanho.

RESULTADOS

Foram coletados 229 indivíduos de *Charybdis hellerii*, sendo 206 deles encontrados na Ilha da Banana. A razão sexual encontrada foi de 2,67:1 e 2,28:1 na ilha da banana e das cobras, respectivamente. Observando a variação sexual ao longo do tempo não foi possível determinar um padrão de distribuição entre os sexos.

Em relação aos estratos populacionais, *C. hellerii* apresentou a maior proporção de machos adultos (150 indivíduos), seguidos pelas fêmeas adultas (33 indivíduos). Foram encontradas apenas 9 fêmeas ovígeras, todas em maio de 2015 na Ilha da Banana.

Do total de indivíduos coletados, foram utilizados 166 machos e 60 fêmeas para a confecção dos histogramas de frequência de largura da carapaça (baseando-se na largura da carapaça com espinho lateral). Machos e fêmeas apresentaram amplitudes de intervalos semelhantes, porém os machos apresentaram uma distribuição unimodal enquanto que as fêmeas apresentaram um claro padrão bimodal. As classes entre 42mm e 60mm apresentaram o maior número de machos enquanto que as fêmeas apresentaram maior abundância nas classes de 36mm e 48mm. (Fig 4).

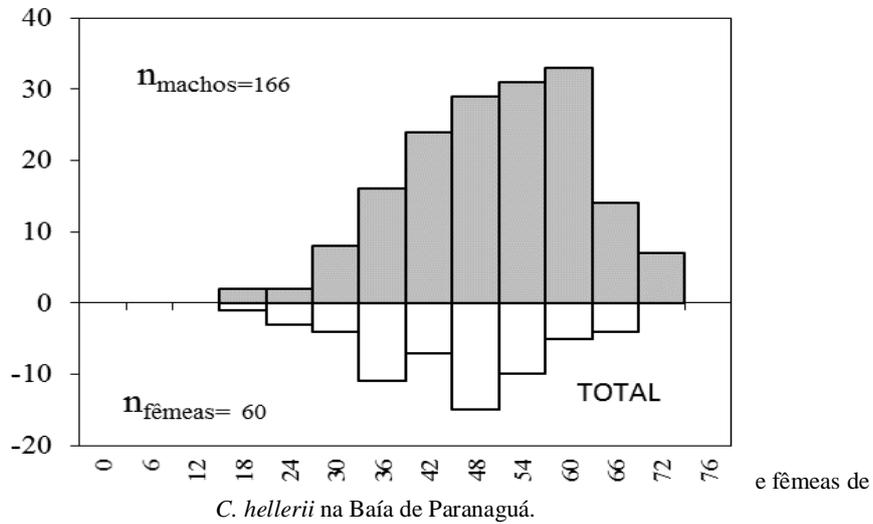


Fig 4. Hi

A variação das frequências da largura da carapaça de machos e fêmeas ao longo do tempo, mostrou a presença de indivíduos menores nos meses de maio, junho, junho e agosto, evidenciando assim um recrutamento no final do outono e inverno. O tamanho de primeira maturação das fêmeas de *C. hellerii* foi estimado entre 35 e 40 mm de largura da carapaça (OSHIRO, CONCEIÇÃO, 2001), assim, em todos os meses foram observados indivíduos de tamanhos condizentes com indivíduos potencialmente reprodutivo (Fig 5).

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

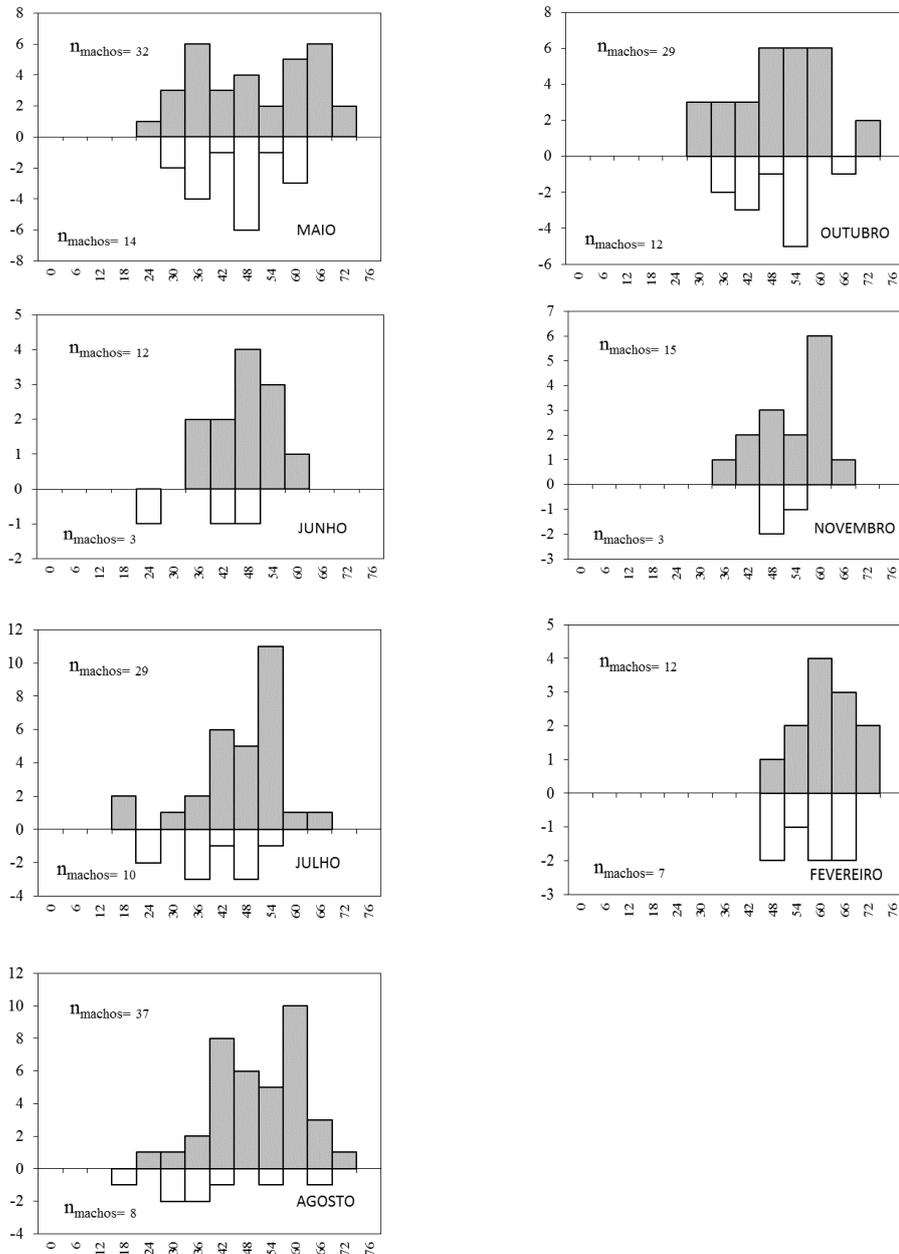


Fig 5. Distribuição mensal da frequência por classes de largura de carapaça (mm) de machos e fêmeas de *C. hellerii* na Baía de Paranaguá.

Já em relação ao test *t*, quando comparados, os tamanhos médios dos indivíduos da Ilha das Cobras foi menor que na Ilha da Banana para ambos os sexos (Machos= Média_{Largura Carapaça}= 42,73 mm; 52,45 mm; $p < 0,05$; Fêmeas= M_{LC} = 34,42 mm; 46,64 mm; $p < 0,05$ para Ilha das Cobras e das

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

bananas, respectivamente). O tamanho total dos machos obtidos nas duas áreas variou de 18,40 a 77,5 (M_{LC}= 51,84 mm ± 11,57 Desvio Padrão) e o peso de 1,31 a 91,57 g (M_P= 30,07 mm ± 18,68 DP). A largura da carapaça das fêmeas variou de 4,34 a 37,32 mm (M_{LC}= 46,06mm ± 11,24 DP) e o peso úmido de 2,01 a 53,09 (M_P= 20,77 mm ± 11,64 DP).

DISCUSSÃO

A maior proporção de indivíduos machos e adultos observada no presente estudo ser explicada por preferências diferenciadas de habitats entre os sexos e entre jovens e adultos como reportado para outra espécie de portunídeo *C. danae* que observaram padrões de uso de habitat diferenciados entre jovens e adultos, além de períodos de migração de fêmeas.

Os machos de *C. helleri* apresentam valores de carapaça diferentes dos registrados por Boss Jr & Delfim (2010) que foi de 77,5mm, enquanto as fêmeas apresentaram valores mínimos de 4,34mm.

Pudemos observar o predomínio de machos na região euhalina da Baía de Paranaguá o que pode indicar que essa espécie busca diferentes formas de estratégias adaptativas para a ocupação do ambiente.

CONCLUSÃO

O presente estudo demonstra que a população de *C. hellerii* é reprodutivamente ativa e está estabelecida na região. Isso se torna algo preocupante, evidenciando a necessidade de implantações de manejo para evitar o aumento da população deste siri invasor, que conseqüentemente pode vir a se tornar um grande problema para o equilíbrio ecológico da região. Como já verificado em outros locais, a sua ocupação pode provocar a diminuição ou desaparecimento das espécies de siris nativos, causando perdas para a pesca artesanal local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARINS, C. E. F. **A pesca dos siris (Crustacea, Portunidae) no complexo estuarino da Baía de Paranaguá, Paraná, Brasil.** 2006. 110 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Oceanografia) – Centro de Estudos do Mar, Universidade Federal do Paraná, Pontal do Paraná. 2006.
- BAPTISTA, C. **Os siris (Decapoda: Portunidae) do rejeito da pesca artesanal de camarões no Balneário Shangri-lá, Paraná.** 2002. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2002.
- BAPTISTA-METRI, C.; METRI, R Ocorrência de uma fêmea ovígera do siri invasor *Charybdis hellerii* em Paranaguá, PR, sul do Brasil. In: XIV Congresso Latino Americano de Ciências do Mar, Balneário Camboriú, Anais do XIV Congresso Latino Americano de Ciências do Mar, resumo n°368, 2011.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

- BRANCO J. O.; AVILAR, M. G. 1992. Fecundidade em *Callinectes danae* Smith, 1869 (Decapoda, Portunidae) da Lagoa da Conceição, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. **Rev. Brasil. Zool.** , 9 (3/4): 167-173.
- BOSS-JR H., OLIVEIRA M., DELFIM R., 2010. Novos registros do siri exótico *Charybdis hellerii* (A. Milne-Edwards, 1867) (Crustacea, Portunidae), no litoral do Estado de Santa Catarina, Brasil. **CEPSUL**, 1: 1-7.
- CASTELLA, R.; CASTELLA, P.; FIGUEIREDO, D.; QUEIROZ, S. (orgs). Paraná, Mar e Costa: subsídios ao ordenamento das áreas estuarina e costeira do Paraná. SEMA, Governo do Paraná. 144p, 2006.
- FONTELES-FILHO, A. A. 1989. **Recursos pesqueiros. Biologia e dinâmica populacional.** Imprensa Oficial do Ceará, Fortaleza, 296p.
- FRIGOTTO, S. F. & SERAFIM-JUNIOR, M. Primeiro Registro de *Charybdis hellerii* (Milne Edwards, 1867) (Cretácea) no litoral do Estado do Paraná. **Estud. Biol.**, 67 (29): 227-230, 2007.
- GRANGE, N.; WHITFIELD, A. K; VILLIERS, C. J.; ALLANSON, B. R. 2000. The response of two South African east coast estuaries to altered river flow regimes. **Aquatic Conservation: Marine and Freshwater Ecosystems**, 10: 155-177.
- LANA, P. C.; MARONE, E.; LOPES, R. M.; MACHADO, E. C. . The subtropical estuarine complex of Paranaguá Bay. In: Seeliger, U.; Kjerfve, B. . (Org.). **Coastal Marine Ecosystems of Latin America.** Berlin: Springer Verlag, v. 144, p. 132-145, 2001.
- LOPES, R. M. Informes sobre espécies marinhas no Brasil. Brasília: MMA/SBF, 440pp, 2009.
- MANTELATTO, F. L. M & GARCIA, B. R. Biological aspects of the nonindigenous portunid crab *Charybdis* in the Western Tropical South Atlantic. **Bulletin of marine Science**, 68 (3): 469-477, 2001.
- MELPORT, 2012. EIA/RIMA 'Projeto Litoral'- MEGAFUNA - Melport Terminais Marítimos LTDA, 2012.
- MELPORT, 2013. EIA/RIMA 'Projeto Litoral'- MEGAFUNA - Melport Terminais Marítimos LTDA, 2013.
- MELO, G. A. S. Manual de identificação dos Brachyura (caranguejos e siris) do litoral brasileiro. São Paulo: Plêiade, 603p,1996.
- OSHIRO, L. M. Y.; CONCEIÇÃO, L. Maturidade sexual em fêmeas de *Charybdis hellerii* (A. Milne-Edwards,1867) (Crustacea, Decapoda, Portunidae) da Baía de Sepetiba-RJ. **Anais da XI Jornada de Iniciação Científica da UFRRJ.** v. 11, n. 2, p. 213-216, 2001.
- PINHEIRO, M. A. A. & A. FRANZOZO. 1998. Sexual maturity of the speckled swimming crab *Arenaeus cribrarius* (Lamarck, 1818) (Decapoda, Brachyura, Portunidae) in the Ubatuba littoral, São Paulo state, Brazil. **Crustaceana, Leiden**, 71 (4): 434-452.
- SCHWARTZ, D. L. A comunidade de abelhas silvestres (Hymenoptera, Apoidea) da ilha das Cobras(Paraná, Brasil): aspectos ecológicos e biogeográficos. **Acta biol. Paran.**, 28 (1,2,3,4): 19-108, 1999.
- TAISSOUN, E. N. Los especies de cangrejos dei gênero *Callinectes* (Brachyura) em el Golfo de Venezuela e Lago Maracaibo. **Bol. Cent. Invest. Biol.** , 2:1-112. 1969.
- TAVARES, M, MENDONÇA JR. JB. *Charybdis hellerii* (Milne Edwards, 1867) (Brachyura: Portunidae), eighth nonindigenous marine decapod recorded from Brazil. **Crustacean Research** 25: 151-157. (1996).
- WILLIAMS, A. B. . The swimmingcrabsog genus *Callinectes* (Decapoda, Portunidae). **Fish. Bull.** ,72 (3): 685-798 1974.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

WRIGHT, R. A.; CROWDER, L. B.; MARTIN, T. H. 1996. Selective predation by blue crabs on the gastropod, *Bittium varium*: confirmation from opercula found in the sediments. **Estuaries**, 19(1): 75-81.



ETNOMUSICOLOGIA PARTICIPATIVA NO BRASIL: UM ESTUDO INICIAL

José Augusto Grassi Ignácio (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus de Curitiba II - FAP, agnes.ignea@gmail.com
Laíze Soares Guazina (Orientadora)
Unespar/Campus de Curitiba II - FAP, laizeg@yahoo.com.br

Palavras-chave: Etnomusicologia brasileira. Etnomusicologia participativa. Pesquisa bibliográfica.

INTRODUÇÃO

Este texto aborda os resultados da pesquisa de Iniciação Científica "Etnomusicologia participativa no Brasil: um estudo inicial em publicações da ANPPOM", realizada no âmbito da pesquisa "Música, diálogo de saberes e participação: experiências latino-americanas", de autoria da Prof^a Dr^a Laíze Guazina. Um trabalho semelhante a este foi empreendido por Guazina (2015), com foco nas publicações dos Anais dos Congressos da Associação Brasileira de Etnomusicologia. Com algumas mudanças de abordagem, seguimos com esse movimento, a partir das comunicações nos Anais dos Congressos da Associação de Pesquisa de Pós-Graduação em Música (ANPPOM).

O objetivo geral inicial da pesquisa de Iniciação Científica a que se refere esse texto foi o de mapear as comunicações nos Anais dos Congressos da Associação de Pesquisa de Pós-Graduação em Música (ANPPOM) de 2006 a 2016, que citassem o uso de metodologias participativas no âmbito da etnomusicologia brasileira. Os objetivos específicos elencados foram:

a) Mapear e analisar a presença dos termos adotados para as metodologias de natureza participativa, aplicada e/ou colaborativa utilizadas nas comunicações, com ênfase nos textos voltados às pesquisas participativas.

b) Mapear quais as práticas musicais e grupos envolvidos nos trabalhos;

c) Analisar e temas sociais presentes nos textos, com ênfase no mapeamento dos debates ligados a: gênero, educação, etnicidade e garantia de direitos.

d) Analisar quais as estratégias metodológicas descritas nos trabalhos interligadas às ações participativas.

Como será explicado mais detalhadamente à frente, ainda que inicialmente a pesquisa tenha sido proposta como um levantamento a ser realizado tendo em conta os Anais dos Congressos da Associação de Pesquisa de Pós-Graduação em Música (ANPPOM), no decorrer de seu

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

desenvolvimento ela foi ampliada, contemplando também um levantamento sobre as edições da Revista Música e Cultura, publicada pela Associação Brasileira de Etnomusicologia.

A justificativa para realização desta pesquisa residiu no significativo crescimento e popularização das pesquisas de perfil participativo no âmbito da etnomusicologia, como apontado por vários autores (GUAZINA, 2015; CAMBRIA, V.; FONSECA, E.; GUAZINA, 2016), que demandam maior compreensão sobre a atuação de etnomusicólogos/as bem como melhor análise sobre as características de tal produção. Em especial, pela associação de tais pesquisas com ações de engajamento social.

Conforme Gajardo (1999), existe um conjunto de metodologias participativas, denominadas pela autora como “estilos participacionistas de pesquisa”, que podem ser reconhecidas por utilizarem uma série de metodologias em que englobam diferentes níveis de participação no trabalho conjunto entre pesquisadores/as e participantes da pesquisa. Contudo, é preciso considerar que, quando tratamos do tema “participação” no âmbito da pesquisa etnomusicológica, em realidade, lidamos com um conjunto de estilos de investigação qualitativa ainda mais amplo, que engloba as pesquisas aplicadas, a chamada pesquisa-ação, além de diferentes noções sobre participação e colaboração na pesquisa.

O grupo de estudos de etnomusicologia aplicada do International Council for Traditional Music (ICTM), constituído por etnomusicólogos e etnomusicólogas de todo o mundo, usou o conceito de Antropologia aplicada de Spradley e McCurdy como base para desenvolver a seguinte definição:

Etnomusicologia Aplicada é a abordagem guiada por princípios de responsabilidade social que estende o objetivo acadêmico usual de ampliar e aprofundar o conhecimento em direção à resolução de problemas concretos e o trabalho tanto dentro quanto além dos contextos acadêmicos típicos (ICTM apud HARRISON, 2012, p.3 - tradução nossa).

Segundo Pettan (2010, p. 90 - tradução nossa), um dos membros do ICTM, a Etnomusicologia aplicada é um campo de estudos emergente que representa a necessidade de acadêmicos e acadêmicas em “empregar o seu conhecimento sobre música com eficiência de forma mais ampla para uma melhora da humanidade”. Ou seja, a Etnomusicologia aplicada advém da necessidade do conhecimento e da pesquisa se fazerem úteis para a sociedade, em oposição às pesquisas “puras” (teóricas) - ainda que esta ideia de “oposição” seja bastante frágil, pela insustentável divisão cartesiana entre teoria e prática na atividade de pesquisa. Como já colocado por Harrison (2012), a perspectiva acrítica de progresso que geralmente permeia as pesquisas aplicadas é colocada em xeque em debates recentes da área, como por exemplo a partir da crítica de Araújo (2008), que problematiza tais concepções por sua relação direta com perspectivas econômicas neoliberais.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Thiollent (1985, p.14) afirma que a pesquisa-ação é “um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo”, em que é muito importante que “os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo”.

Em resumo, os principais aspectos da pesquisa-ação envolvem uma “ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada” (THIOLLENT, 1985, p.16), de onde resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem investigados em pesquisa e suas necessidades de ações concretas. O objetivo da pesquisa “não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nessa situação” (Ibidem, p.16) e consiste em os resolver ou, pelo menos, esclarecê-los. Os atores da situação investigada acompanham de perto as decisões, ações e toda as atividades empreendidas, com a intenção de “aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o ‘nível de consciência’ das pessoas e grupos considerados” (Ibidem, p. 16).

Na pesquisa-ação, “a ênfase pode ser dada a um dos três aspectos: resolução de problemas, tomada de consciência ou produção de conhecimento” (THIOLLENT, 1985, p. 19), apesar de muitas pesquisas conseguirem contemplar apenas um ou outro destes aspectos. O amadurecimento metodológico e a experiência de organização de quem pesquisa são fatores preponderantes para uma pesquisa-ação que contemple os três eixos.

Thiollent e Oliveira (2016, p.358) consideram essa pluralidade como um “leque de possibilidades”, mesmo que esses termos tenham significados diferentes e representem, na prática, diferenças na organização do projeto de pesquisa, e na situação e comunicação entre pesquisadores e atores envolvidos:

Na terminologia metodológica, esse relacionamento é designado por termos como participação, colaboração, cooperação e, também, intervenção, parceria, que estão nas raízes de denominações adjetivadas: pesquisa participativa, colaborativa, cooperativa, intervencionista, em parceria (recherche partenariale) (DOUCET & DUMAIS, 2015).

A noção de “participação”, segundo Thiollent e Oliveira (2016) envolve um “compromisso recíproco”, como explicitado pelos mesmos autores, que se materializa nas diferentes modalidades e graus de intensidade com que a participação pode ser realizada. A “participação” envolve, ainda forte compromisso ou engajamento, que pode se configurar como militante e que era exigido nos anos 1960-80, e um cuidado direcionado à construção do relacionamento estabelecido entre pesquisadores e atores nos projetos, em que se busca um sentimento de pertença, compartilhamento ou reciprocidade. Já a colaboração é definida evidenciando diferenças específicas com relação à participação: é mais presente em pesquisas vinculadas à visão de trabalho “em redes e com parcerias e sinergias entre

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

grupos de pesquisa (Audoux & Gillet, 2015; Bonny, 2015). (...) é frequentemente pensada em redes relacionando os atores de modo flexível, sem estreita vinculação, com intensidade variável e intermitência das interações” (THIOLENT e OLIVEIRA, 2016, p.360).

Buscando abarcar as pesquisas que permeiam as lógicas de participação na América Latina, Gajardo (2010) delineou quatro diretrizes que tecem o que a autora chama de Pesquisas Participacionistas, nas quais a Pesquisa Participante está inserida. A primeira delas diz respeito à “explicitação de uma intencionalidade política e uma opção de trabalho junto aos grupos mais relegados da sociedade” (Ibidem, p. 16). Para a autora, há sempre uma dimensão política latente nas pesquisas desse tipo, geralmente ligadas às lutas emancipatórias da América Latina. A segunda é a

integração de investigação, educação e participação social como momentos de um processo centrado na análise daquelas contradições que mostram com maior clareza os determinantes estruturais da realidade vivida e enfrentada como objeto de estudo (GAJARDO, 2010, p. 16).

A terceira se dá com a incorporação de setores populares como atuantes no processo de produção de conhecimento, em que os problemas são identificados coletivamente e, a partir disso, as pesquisas são delineadas, considerando as realidades locais. Por último, a quarta diretriz se dá pela sustentação das atividades propostas de forma que os resultados do estudo não sejam uma produção teórica, mas se expressem em propostas reais que coloquem em perspectiva a mudança social.

Gajardo (2010) aponta que as principais influências desse tipo de pesquisa foram o colombiano Orlando Fals Borda e os brasileiros Paulo Freire e João Bosco Pinto. A partir da década de 60, as aplicações das proposições metodológicas destes três autores se misturaram e se retroalimentaram, resultando neste grupo de diretrizes.

Em consonância com Gajardo, Brandão e Borges (2007, p. 53) apontam que

as pesquisas participantes alinham-se em projetos de envolvimento e mútuo compromisso de ações sociais de vocação popular. Assim, geralmente, elas colocam face-a-face pessoas e agências sociais “eruditas” [...] e “populares” [...]. De modo geral, elas partem de diferentes possibilidades de relacionamentos entre os dois pólos de atores sociais envolvidos, interativos e participantes.

Diversas experiências chamadas de pesquisa participante surgiram entre as décadas de 60 e 80 em várias partes da América Latina e, em pouco tempo, foram difundidas por todo o continente (BRANDÃO; BORGES, 2007). Elas aconteceram dentro de unidades de ação social que atuavam em conjunto com comunidades populares e, em sua maioria, foram “postas em prática dentro de movimentos sociais populares emergentes” (Ibidem, p. 53) ou se reconheciam a serviço de tais movimentos.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

As pesquisa participantes contemplam diferentes possíveis posições dos agentes populares na gestão das esferas de poder, assim como nas ações sociais mais amplas em que as mesmas geralmente estão inseridas. A pesquisa se torna um “instrumento, um método de ação científica ou um momento de um trabalho popular de dimensão pedagógica e política” (Idem, p. 53) para o movimento.

Sobre a função e os efeitos da pesquisa participante, Brandão e Borges (2007, p. 54) pontuam:

A relação tradicional de sujeito-objeto, entre investigador-educador e os grupos populares deve ser progressivamente convertida em uma relação do tipo sujeito-sujeito, a partir do suposto de que todas as pessoas e todas as culturas são fontes originais de saber. É através do exercício de uma pesquisa e da interação entre os diferentes conhecimentos que uma forma partilhável de compreensão da realidade social pode ser construída. O conhecimento científico e o popular articulam-se criticamente em um terceiro conhecimento novo e transformador.

Ou seja, este tipo de pesquisa busca uma equalização dos discursos de quem pesquisa e quem, anteriormente, era pesquisado, trazendo as comunidades populares também para a posição de sujeito na produção acadêmica. Neste sentido, há um deslocamento das lógicas etnocêntricas de produção de conhecimento, reconhecendo o valor de outras visões de mundo além da que advém da matriz europeia. Considerando esse conjunto de perspectivas, a seguir será descrita a abordagem metodológica utilizada na pesquisa.

METODOLOGIA

Este estudo foi delineado como uma pesquisa bibliográfica, cuja finalidade foi possibilitar a construção de um panorama sobre as comunicações publicadas nos Anais dos Congressos da Associação de Pesquisa de Pós-Graduação em Música (ANPPOM) e sobre os artigos publicados nas edições da Revista Música e Cultura, que refletissem sobre estudos etnomusicológicos brasileiros baseados em metodologias participativas. Para tanto, foi realizado um levantamento e análise de termos, de modo a mapear e compreender os discursos presentes nesses materiais, tal como será descrito a seguir. Para compreensão dos discursos tornados visíveis por meio da busca de termos, tomamos emprestado a compreensão da arqueogenealogia foucaultiana.

A arqueogenealogia é a aglutinação da arqueologia e da genealogia. A arqueologia “propõe compreender como alguns discursos se legitimam e se consolidam por meio de regramentos produzidos socialmente para a formação de ‘verdades’ em um dado momento e contexto” (GUAZINA; IGNÁCIO, PRELO), sendo os discursos série regulares e distintas de acontecimentos discursivos que “são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer” (FOUCAULT, 2003, p. 22). Já a genealogia é fruto da busca por “uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto etc, sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história" (Ibidem, p. 7). Ou seja, a pergunta que guia o método é "por que isso é dito aqui, deste modo, nesta situação, e não em outro tempo e lugar, de forma diferente?" (FISCHER, 2001, p. 205).

Foucault (2003, p. 172) estabelece a relação entre ambas como a arqueologia sendo "o método próprio à análise da discursividade local" e a genealogia como "a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade". Por isso,

o método é útil por possibilitar a análise dos discursos - pensados como práticas - que compõem o material pesquisado, gerando um mapa aberto que permite entender alguns aspectos das pesquisas que utilizam as metodologias participativas na etnomusicologia brasileira (GUAZINA; IGNÁCIO, PRELO).

Para nós, "importa compreender como o objeto é abordado e compreendido" e "considerar o conjunto de condições que permitem que um determinado objeto se torne objeto de conhecimento em um dado momento e lugar" (GUAZINA; IGNÁCIO, PRELO).

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E BUSCA DE TERMOS

O processo de busca dos termos foi realizado em três diferentes etapas. O primeiro grupo de materiais em que a busca foi realizada tratou-se das comunicações da área de etnomusicologia presentes nos Anais dos congressos da ANPPOM que foram publicadas entre o ano de 2006 e 2016. As comunicações foram categorizadas em diretórios distintos para cada ano.

Construímos uma tabela com todas as comunicações a serem analisadas, atribuindo um código simples para facilitar o processo de identificação (ano-número de identificação - xxxx-xx) e os autores, a partir de ordem alfabética do título da comunicação em arquivos individuais (dos anos de 2006, 2007, 2013, 2014, 2015 e 2016) e ordem de publicação em arquivos conjuntos (2009, 2010 e 2011).

Separámos os arquivos de publicação conjuntos (2009, 2010 e 2011), selecionando apenas as comunicações da área de etnomusicologia, para facilitar o manuseio no leitor PDF. Construímos uma tabela com a identificação do arquivo e os termos buscados ("aplicada", "aplicado", "colaborativo", "colaborativa", "participativo", "participativa", "participante", "pesquisa-ação", "pesquisa ação", "pesquisa participativa", "pesquisa participante", "pesquisa colaborativa", "pesquisa aplicada", "etnomusicologia participativa", "etnomusicologia aplicada", "etnomusicologia colaborativa", "metodologia participativa", "metodologia colaborativa", "metodologia aplicada") encontrados em cada uma das comunicações, separada em dois arquivos para uma melhor visualização das

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

informações. A seleção desses termos deveu-se ao fato de que todos eles orbitam no conjunto das pesquisas qualitativas marcadamente dialógicas.

As publicações do ano de 2008 e 2012 não estavam categorizadas em sub-áreas da música no site da ANPPOM, tornando necessário um outro processo de seleção. Através da ferramenta de busca do leitor PDF, pesquisamos o termo "etnomusicologia" nas duas pastas com todas as comunicações dos dois anos, analisando o contexto em que o termo aparecia e se dizia respeito de fato a uma publicação desta sub-área de pesquisa em Música. A partir dos resultados, utilizamos do mesmo processo aplicado nos demais grupos de publicações, pesquisando as palavras-chave.

Com o material resultante em mãos, analisamos com maior profundidade o contexto em que os termos estavam inseridos, descartando os que tinham significado diferente do objeto da pesquisa, ou seja, o uso conceitual dos termos buscados e que refletiam escolhas metodológicas. Por exemplo: descartamos as publicações em que o termo "participativo" apareceu como adjetivo atribuído a um membro da prática estudada; incluímos os textos em que o mesmo termo denominava a metodologia utilizada nos trabalhos publicados analisados por nós.

Organizamos as comunicações em que os termos identificavam as metodologias utilizadas nos textos analisados - a saber, aplicada, participativa ou colaborativa. Geramos duas tabelas de análise destas comunicações, uma contendo informações institucionais (Instituição, vínculo com programa de pós-graduação, etapa educacional, região e estado, e, por último, fomento) e outra, uma tabela de conteúdo separada em duas partes, contendo na primeira parte informações de contextualização (quem pesquisa, onde pesquisa, tema do artigo) e na segunda informações metodológicas (termo utilizado e sua fundamentação metodológica, técnicas de pesquisa, estratégias de trabalho participativo do grupo de pesquisadores acadêmicos e não acadêmicos, efeitos na comunidade, crítica e debate social).

O segundo grupo de materiais levantados foram de artigos da Revista Música e Cultura, da Associação Brasileira de Etnomusicologia, publicados entre o ano de 2007 e 2014. Todo o processo de análise supracitado foi repetido com este grupo, gerando também duas tabelas, de informações institucionais e conteúdo. O motivo pelo qual ampliamos a busca foi o pequeno número de comunicações publicadas nos Anais dos congressos da ANPPOM vinculados às propostas de perfil participativo.

Ao todo, foram selecionadas 8 comunicações dos anais da ANPPOM e 5 artigos da revista Música e Cultura. Dentre as comunicações da ANPPOM, 3 eram de produções teóricas sobre o tema, 3 eram sobre pesquisas participativas em andamento e 2 diziam respeito a projetos de pesquisa a serem executados. Já nos artigos da Revista Música e Cultura, 2 eram artigos teóricos e 3 sobre pesquisas participativas em andamento.

DADOS E REFLEXÕES

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

A partir do objetivo geral inicial da pesquisa, muito resumidamente, descrevemos as informações coletadas a partir das tabelas, de modo a proceder, em seguida, as reflexões sobre os dados.

Nas comunicações da ANPPOM, os grupos envolvidos nas pesquisas foram: População do Complexo da Maré no Rio de Janeiro; Oficina de Choro do Colégio de Aplicação da UFRGS; grupos de capoeira de angola Zinga e N'Zinga em Salvador; Sarau Divergente no Rio de Janeiro. Nos artigos da Revista Música e Cultura, os grupos envolvidos foram: Cantadores e dançadores de coco na Paraíba; Comunidade negra dos Arturos em Minas Gerais; Associação cultural Arautos do Gueto em Minas Gerais; Crianças e adolescentes do grupo Capoeira de Angola do Espaço Cultural em Salvador e a população do Complexo da Maré no Rio de Janeiro.

Quase todas as pesquisas analisadas se relacionam com populações negras urbanas ou rurais. As questões colocadas como foco das pesquisas, no entanto, variam. Algumas buscam a preservação e manutenção de práticas musicais, como é o caso da Comunidade Negra dos Arturos; um segundo grupo busca autonomia e sistematização de práticas de ensino dos saberes produzidos pela comunidade, como por exemplo a Associação cultural Arautos do Gueto; e um terceiro grupo de pesquisas, como a que diz respeito ao Sarau Divergente, são relacionadas às práticas comunitárias de saraus de rua e sua importância para a população periférica. No entanto, é notável a relação entre as pesquisas e as situações de enfrentamento do racismo e classismo que atingem essa população.

Esse caráter de enfrentamento pode ser observado nas bases metodológicas mais comuns. Os dois autores que mais foram citados como referências de metodologia são Freire - que alicerçava sua teoria pedagógica e política nas lutas emancipatórias da América Latina - e Araújo que, influenciado por Freire, produz pesquisas de caráter participativo que se relacionam com a vida nas periferias, práticas musicais e etnomusicologia participativa.

Quanto a estratégias de trabalho, foi encontrada apenas uma comunicação da ANPPOM em que as mesmas estavam descritas, sendo ela "Pesquisadores Educadores ou Educadores Pesquisadores? Uma experiência de pesquisa e ação pedagógica participativa na Oficina de Choro do Colégio de Aplicação da UFRGS". Braga e Barth (2008) apontam que executaram um levantamento de temas, problemas e representações individuais sobre o choro e gêneros musicais afins no grupo; e uma instrumentalização teórico-metodológica dos seus integrantes para a pesquisa e o ensino e prática de avaliação e planejamento enquanto professores e pesquisadores na Oficina de Choro do Colégio de Aplicação.

Nos artigos da Revista Música e Cultura, duas descrições de estratégias foram encontradas. Em "O Trabalho de Campo em Pesquisa-Ação Participativa: Reflexões sobre uma Experiência em Andamento com a Comunidade Negra dos Arturos e a Associação Cultural Arautos do Gueto em

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Minas Gerais”, Lucas (2011) descreve os cursos de filmagem, elaboração de roteiro e edição para produzir o documentário sobre os Filhos de Zambi, atendendo à demanda da comunidade de investigar a história e as relações do grupo; o oferecimento de oficinas para a preservação da cultura dos Arturos e o auxílio na organização metodológica musical dos processos de ensino dos Arautos do Gueto nas pesquisas participativas estudadas. Em “Os meandros sinuosos entre história oral e documentação fotográfica: capoeira em Salvador nas fotos de Pierre Verger”, o procedimento descrito por Lühning e Pamfilio (2012) foi o de discussão com o grupo sobre as fotografias, debate sobre inquietações e reações às mesmas e produção conjunta de materiais para o livro físico sobre a Capoeira Angola em Salvador.

Encontramos duas definições autorais de tipos de pesquisa participativa. Tygel e Nogueira (2008, p. 240) escrevem que a Etnomusicologia Participativa “pode ser definida como a área da etnomusicologia que utiliza metodologias participativas em projetos de pesquisa e ação”. Sobre Pesquisa Participante, Lago (2014, p. 2) aponta que

esta proposta de ação parte do pressuposto que as comunidades tenham condições de conhecer a sua própria história e a partir deste (re) conhecimento compor uma nova narrativa sobre seus percalços e o pesquisador teria um papel de agente de pesquisa colaborando neste processo.

Os demais campos de busca das tabelas de conteúdo não encontraram resultados significativos para a análise. A partir das informações coletadas, traçamos algumas reflexões quanto ao panorama das pesquisas etnomusicológicas e quanto aos objetivos propostos para o presente estudo.

O número pequeno de publicações encontradas, apesar do contexto mais amplo de produção de conhecimento etnomusicológico indicar um crescimento do número de pesquisas na área (GUAZINA, 2015; CAMBRIA, FONSECA & GUAZINA, 2016). Como indicado em Cambria, Fonseca & Guazina (2016), compartilhamos a hipótese de que o caráter prático desse tipo de pesquisa leve mais ao fazer que ao documentar e publicar em diferentes veículos de divulgação da produção acadêmica. Outra hipótese para esse tópico é que, ao contrário do que foi apontado por Guazina (2015) sobre o crescimento das publicações de trabalhos com perfil participativo nos Anais dos Encontros Nacionais da Associação Brasileira de Etnomusicologia, talvez isso seja devido ao menor volume de publicações de trabalhos de etnomusicólogos/as em encontros científicos menos diretamente voltados ao debate etnomusicológico, como é a ANPPOM. Por outro lado, no que diz respeito à Revista Música e Cultura, a resposta pode estar relacionada com o fato dessa revista ter passado um certo tempo sem publicar novas edições, tornando-se um veículo de publicação acadêmica que, por certo tempo, não acompanhou a produção da etnomusicologia no país.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Também é perceptível que os modos de fazer de cada uma das abordagens analisadas diferem a cada contexto, tendo em vista sua natureza essencialmente qualitativa, ainda que possam ter propostas, diretrizes, estratégias e posicionamentos compartilhados. Isso se dá pelo compartilhamento, por exemplo, de bases epistemológicas muito semelhantes, mas com estratégias muito distintas.

É possível identificar uma “tendência a homogeneização de termos e concepções, invisibilizando diferenças históricas, políticas e metodológicas” (GUAZINA; IGNÁCIO, PRELO). O uso dos termos “participativa”, “aplicada”, “pesquisa-ação”, etc. sem uma base metodológica nítida e como se significassem a mesma coisa é frequente, o que indica a necessidade de ampliação das pesquisas e debates sobre o tema.

Podemos indicar a tendência de que quanto maior a importância da abordagem participativa, mais intenso o engajamento social e efetivamente mais participativo o processo da pesquisa, menor a tendência ao uso da nomenclatura “população pesquisada” para se referir às pessoas das localidades que atuam nas pesquisas: a nomenclatura utilizada passa então a ser “participantes” ou “pesquisadores/as não acadêmicos/as”. Essas diferenças de tratamento e compreensão sobre o papel da população não-acadêmica que participa das pesquisas participativas podem ser observadas tanto nas bases metodológicas quanto se repetem nas comunicações e artigos analisados. Sobretudo, não se trata apenas de um “jogo de palavras”, mas de um reposicionamento dos etnomusicólogos/as em relação às pessoas que participam da pesquisa, de modo a produzir mais equidade de posições de poder, como indicado em Cambria, Fonseca e Guazina (2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível inferir que contexto brasileiro tenha, atualmente, a influência de duas raízes epistemológicas principais: anglo-saxã e sul-americana. Ainda que historicamente essas influências dialoguem e sejam porosas, o histórico engajamento político das propostas participativas produzidas no contexto latino-americano, como aquelas presentes nos trabalhos de Paulo Freire e Orlando Fals Borda, são centrais para a composição de um posicionamento político de crítica social.

Sendo assim, ainda que não tenhamos condição de analisar nitidamente as consequências desse fluxo teórico-metodológico variado, é possível considerar as diferentes características de posicionamento político na construção desse conhecimento na etnomusicologia brasileira dada a influência de Freire, especialmente. Dentre tais características, a existência de certo *ethos* envolvido na produção do conhecimento a partir da pesquisa-ação participativa latino-americana, que se expressa na etnomusicologia brasileira:

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Existem evidências que nos levam a supor que a etnomusicologia brasileira tem uma profunda densidade social e política não porque desenvolve uma 'etnomusicologia aplicada' proveniente dos países europeus e EUA. Mas porque carrega consigo e exerce perspectivas no âmbito das epistemologias do sul, influenciadas pelas lutas emancipatórias, que se expressam e constituem os estilos participacionistas de pesquisa (GUAZINA; IGNÁCIO, PRELO)

Ainda que este tenha sido um estudo de pequena amplitude, seus resultados indicam a importância de investimento na construção de mais pesquisas e debates sobre tais contribuições, especialmente se puderem ampliar a complexidade dos estudos sobre as demandas específicas dos contextos de cada pesquisa participativa, seu funcionamento "na prática" e a influência das bases teóricas nesse processo.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, S. From Neutrality to Praxis: The Shifting Politics of Ethnomusicology in the Contemporary World. **Muzikološki Zbornik - Musicological Annual**, v. 44, p. 13-30, 2008.
- BRAGA, R. G.; BARTH, C. D. Pesquisadores Educadores ou Educadores Pesquisadores? Uma experiência de pesquisa e ação pedagógica participativa na Oficina de Choro do Colégio de Aplicação da UFRGS. **Anais do XVIII Congresso da ANPPOM**, p. 311-315, 2008.
- BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista Ed. Popular**, v. 6, p. 51-62, 2007.
- CAMBRIA, V.; FONSECA, E.; GUAZINA, L. "With the People": Reflections on Collaboration and Participatory Research Perspectives in Brazilian Ethnomusicology. **The World of Music New Series**. Vol. 5, p. 55-80, 2016.
- FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 197-223, novembro, 2001.
- FOUCAULT, M. Genealogia e poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- GAJARDO, M. Pesquisa participante: propostas e projetos. In: BRANDÃO, C. R. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2010. p. 15-50.
- GUAZINA, L. Etnomusicologia, política e debate social: contribuições para um estado da arte da etnomusicologia participativa no Brasil. In: **Anais do VII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Etnomusicologia**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- HARRISON, K. Epistemologies of Applied Ethnomusicology. **Ethnomusicology**, v. 56, n. 3, p. 505-529, 2012.
- HARRISON, K.; PETTAN, S. Introduction. In: HARRISON, K.; MACKINLAY, E.;

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

PETTAN, S. (Edit.) **Applied Ethnomusicology: Historical and Contemporary Approaches**. UK: Cambridge Scholars Publishing, 2010.

LAGO, J. M. P. Notas e reflexões a partir de escritos sobre a pesquisa de campo e suas implicações na Etnomusicologia. **Anais do XXIV Congresso da ANPPOM**, 2014.

LUCAS, G. O Trabalho de Campo em Pesquisa-Ação Participativa: Reflexões sobre uma Experiência em Andamento com a Comunidade Negra dos Arturos e a Associação Cultural Arautos do Gueto em Minas Gerais. **Revista Música e Cultura**, v. 6, p. 47-58, 2011.

LÜHNING, A.; PAMFILIO, R. Os meandros sinuosos entre história oral e documentação fotográfica: capoeira em Salvador nas fotos de Pierre Verger. **Revista Música e Cultura**, v. 7, n. 1, p. 70-87, 2012.

PETTAN, S. Applied Ethnomusicology: Bridging Research and Action. *Music and Arts in Action*, v. 2, i. 2, p. 90-93, 2010.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. In: **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2011.

THIOLLENT, M; OLIVEIRA, L. Participação, cooperação, colaboração na relação dos dispositivos de investigação com a esfera da ação sob a perspectiva da pesquisa-ação. **Atas Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa - CIAIQ**. Investigação Qualitativa em Ciências Sociais. Vol. 3, 2016.

TYGEL, J. Z.; NOGUEIRA, L. W. M. Etnomusicologia participativa: alguns pontos sobre conceitos e possibilidades. **Anais do XVIII Congresso da ANPPOM**, p. 240-244, 2008.



**SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO NO CINEMA BRASILEIRO:
o filme *Libertários* (1976), de Lauro Escorel Filho**

Guilherme Luiz Lourenço Gomez (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus Curitiba II, guilourenco.gomez@gmail.com
Prof. Dr^a Salete Paulina Machado Sirino (Orientadora)
Unespar/Campus Curitiba II, saletems@uol.com.br

Palavras-chave: Cinema e Movimentos Sociais; Documentário; Cinema Brasileiro

INTRODUÇÃO

A primeira Greve Geral do Brasil ocorreu em 1917, e completou cem anos durante a escrita deste trabalho. Essa greve histórica é abordada no documentário *Libertários* (1976), de Lauro Escorel Filho, cujo tema é a formação da classe operária e da organização sindical no país. No início do filme, a narração informa que as mudanças econômicas na virada do século XIX para o século XX levaram à formação de uma nova classe social: o proletariado urbano. Parte significativa dessa classe era formada por imigrantes italianos, que trouxeram ideias anarquistas e socialistas para o país. São apresentadas diversas greves e lutas vitoriosas do período da virada do século. Esses movimentos cresceram e radicalizaram-se, enfrentando repressão cada vez mais forte por parte do governo. Em um momento de elevação do desemprego e aumento dos preços, cresceu ainda mais a participação dos trabalhadores nas associações de classe existentes, e novas entidades foram criadas. Os conflitos tornaram-se cada vez mais acirrados até que, em um protesto, o sapateiro anarquista Antonio Martinez é baleado pela polícia e morre. O assassinato foi o estopim para uma grande greve geral que paralisou a cidade de São Paulo em 1917. A narração descreve as reivindicações, que também são informadas em cartela simples:

Aumento salarial de 85%
Proibição do trabalho de menores de 14 anos
Abolição do trabalho noturno para mulheres e crianças
Garantia de trabalho permanente
Jornada de trabalho de oito horas
Acréscimo de 50% nas horas extras
Respeito ao direito de associação
Libertação dos grevistas presos
Permanência no emprego dos grevistas presos
(SCOREL FILHO, 1976)



Imagem 1 – Fotografia da Greve Geral de 1917 em São Paulo. (ESCOREL FILHO, 1976)

Ainda que as reivindicações não tenham sido todas atendidas na ocasião da Greve Geral de 1917, houve o enraizamento da luta por essas pautas, o que contribuiu para a obtenção delas anos mais tarde. Os grandes movimentos de trabalhadores do início do século, cujas associações eram independentes do Estado e utilizavam de métodos bastante combativos, foram importantes para a conquista de direitos trabalhistas que perduram até os dias atuais. Assim, o filme *Libertários* tem importância histórica ao recuperar as lutas radicais do início do século em momento de intensa repressão e censura, em 1976. O filme é lançado pouco antes da ascensão que o sindicalismo presenciaria após anos de sufocamento.

Para abordar o filme, realiza-se uma breve contextualização da relação entre cinema e movimentos sociais no período. Jean-Claude Bernadet aponta a ausência das lutas sociais no cinema em *Cineastas e Imagens do Povo*, e Maria Carolina Granato Silva possui um extenso trabalho sobre a retomada dessa relação junto ao ascenso do sindicalismo em sua tese de doutorado intitulada *O cinema na greve e a greve no cinema: memórias dos metalúrgicos do ABC (1979-1991)*. Com referencial do pesquisador Felipe Corrêa, haverá uma explanação sobre a comum confusão entre os termos anarcossindicalismo e sindicalismo revolucionário, presentes de maneira pouco rigorosa na literatura sobre o movimento operário. Também utiliza-se o artigo sobre o filme de Rafael Rosa Hagemeyer, docente do Departamento de História da Universidade Estadual de Santa Catarina, intitulado *Imagens e História da Industrialização no Brasil: a pesquisa histórica e a produção do documentário Libertários*, de Lauro Escorel⁷. E, por fim, para a análise de alguns aspectos do filme, utiliza-se a obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, de Mikhail Bakhtin.

A PRODUÇÃO DE *LIBERTÁRIOS*

Lauro Escorel Filho assina a produção, direção e roteiro, enquanto Adrian Cooper realizou os trabalhos de montagem e seleção das imagens utilizadas no filme. Lançado em 1976, o filme foi viabilizado a partir do ambiente acadêmico, através de projeto intitulado *Imagens e História da Industrialização no Brasil (1889-1945)*, coordenado por professores¹ da Unicamp entre 1975-1977. A pesquisa teve relevância em recuperar arquivos e reconstituir a história da classe operária e suas lutas nessa época. Conforme Hagemeyer (2011), o projeto foi batizado com o nome fantasia que remete à industrialização para conseguir financiamento de entidades patronais e do governo (ainda durante a ditadura civil-militar) para sustentar a pesquisa que, na realidade, tratava do movimento operário no Brasil. Além da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPES) ter financiado a aquisição do Arquivo Edgard Leurenroth, relevante para a historiografia do movimento operário no país, houve financiamento da Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio, apoio do Social Science Research Program dos EUA para arcar custos de viagens para consulta de arquivos no exterior e apoio da Fundação Ford na finalização do projeto. Aparentemente, esses apoios não realizaram nenhum questionamento quanto aos resultados do projeto, que além do filme *Libertários*, produziu uma grande exposição de fotografias no Museu de Arte de São Paulo em 1977 e mais tarde o livro *A Classe Operária no Brasil (1889-1930): documentos*, que trata-se de uma coletânea de documentos levantados durante a pesquisa. Por não haver registros do filme na censura, é possível presumir que não foi feita solicitação para exibição da obra em cinema ou TV, tendo a circulação provavelmente ficado restrita à cineclubes e ambientes acadêmicos (HAGEMEYER, 2011). Mais recentemente, em 2014, o filme foi relançado em DVD pelo Instituto Moreira Salles, junto ao filme *Chapeleiros* (1983), documentário dirigido por Alan Cooper.

O CINEMA BRASILEIRO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

O filme *Libertários* é exemplar quanto à possibilidade de proximidade entre cineasta e equipe com um movimento social, ainda que de épocas passadas. Todavia, os movimentos sociais do país não estiveram presentes na cinematografia nacional em todo os períodos de sua história. Jean-Claude Bernadet (2003) averigua as motivações ideológicas desta ausência no final da década de 50 até o golpe civil-militar de 1964, intervalo de tempo marcado por diversas mobilizações. As Ligas Camponesas lutavam pela reforma agrária e melhores condições de vida dos trabalhadores no campo e, nas cidades, muitas greves aconteciam. Esses conflitos permaneceram sem presença no cinema nacional. Segundo Bernadet (2003, p. 47), a cinematografia do período foi demasiadamente influenciada pelo *desenvolvimentismo*. Este projeto ideológico pretendia o desenvolvimento industrial do país através de uma burguesia nacional cujos interesses seriam contrários ao do capital estrangeiro. O desenvolvimentismo reverberou em posturas de intenção conciliatória entre a classe trabalhadora e a

¹ A coordenação do Projeto *Imagens e História da Industrialização no Brasil* foi de Paulo Sérgio Pinheiro e Victor Leonardi, na época docentes do Departamento de Ciências Sociais da Unicamp.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

burguesia nacional, que se expressaram no cinema com a ausência dos movimentos sociais e sujeitos oprimidos organizados em luta. A crítica social esteve presente, principalmente em relação às condições miseráveis do campo, mas não chegava na luta das classes exploradas. Uma exceção foi o projeto inicial, de 1964, do *Cabra Marcado Para Morrer*, que lançado apenas em 1984. Dirigido por Eduardo Coutinho e produzido pelo CPC da UNE, o filme foi interrompido pelo golpe e finalizado na versão que conhecemos somente após duas décadas. O primeiro projeto do filme era de uma ficção que reconstituía a luta de trabalhadores da Liga Camponesa.

Essa postura de pacto entre classes, imbricada pelo desenvolvimentismo, perdurou até 1964. A partir desse momento, não foi mais possível sustentar que a burguesia nacional seria nacionalista ou anti-imperialista, já que estava associada ao capital internacional no golpe civil-militar. Somente com o fim dessa aliança que se possibilitou, ainda na mesma década, o surgimento de filmes que tratassem de questões urbanas e de personagens burgueses e proletários (BERNADET, 2003, p. 48).

Em 1976, Lauro Escorel Filho e os demais envolvidos recuperam as lutas radicais do início do século, num momento em que o sindicalismo brasileiro, do período ou do passado, não tinha presença no cinema. *Libertários* é um filme histórico que antecede o momento de relação renovada entre o cinema nacional e sindicalismo que iniciaria em 1978-79, junto ao ascenso do movimento sindical na região metropolitana de São Paulo. Da relação entre cinema e movimento social são produzidos filmes como *Braços Cruzados*, *Máquinas Paradas* (1979), de Roberto Gervitz e Sergio Toledo; *Greve!* (1979), de João Baptista de Andrade; *ABC da Greve (1979-1990)* de Leon Hirszman; e *Linha de Montagem* (1982), de Renato Tapajós. Segundo Silva (2008, p. 1), até hoje nenhum momento superou esse período quanto à aproximação entre cineastas e trabalhadores operários

ANARCOSSINDICALISMO NO BRASIL? AS PRIMEIRAS LUTAS SINDICAIS

É bastante recorrente² a referência do sindicalismo do final do século XIX e início do XX no Brasil como *anarcossindicalismo*, e dos militantes sindicalistas como *anarcossindicalistas*. A utilização de tal termo é justificado pela influência do anarquismo no movimento da época, com reconhecida atuação de militantes anarquistas, frequentemente em posições de destaque, além da variedade de periódicos anarquistas entre a classe operária. Mais recentemente, essa identificação que funde o sindicalismo brasileiro do período ao anarquismo vem sendo questionada por diversos autores e autoras, de maneiras distintas. Edilene Toledo³ é uma das pesquisadoras que não identifica o fenômeno brasileiro como anarcossindicalismo, mas como sindicalismo revolucionário. Para a autora, no entanto, a posição é justificada por um suposto distanciamento entre sindicalismo revolucionário e anarquismo, que constituiriam ideologias próprias e distintas, por vezes contraditórias. Toledo (2004)

² Assim o fazem, por exemplo, Paulo Sergio Pinheiro, pesquisador responsável pelo projeto acadêmico que possibilitou o filme, e Rafael Rosa Hagemeyer, autor de artigo sobre o filme citado no presente trabalho.

³ Intitulada *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*, a obra de Edilene Toledo foi publicada em 2004 pela editora da Fundação Perseu Abramo, instituição criada pelo Partido dos Trabalhadores

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

afirma que características como o uso dos sindicatos enquanto instrumentos de organização dos operários, a luta por ganhos econômicos e a perspectiva de reorganização da sociedade a partir desses sindicatos seriam antagônicos ao anarquismo, fazendo parte do sindicalismo revolucionário (TOLEDO apud CORREA, 2011, p. 63).

Felipe Corrêa (2011) também compreende o movimento brasileiro enquanto sindicalismo revolucionário, entretanto questiona essa oposição ao anarquismo desenhada pela autora. Para o autor, a análise de Toledo estaria equivocada por misturar de maneira desavisada elementos dos campos da ideologia e da estratégia. Ao tratar de ideologia, Corrêa (2011) utiliza a concepção “fraca”, ou “neutra” que a corresponde a um “conjunto de ideias e valores expressos em princípios político-ideológicos” ou “sistema de ideias conexas com a ação” (CORREA, 2011, p. 30). Já a estratégia corresponde à “escolha dos meios mais eficazes para se atingir determinados fins” (*ibidem*, p. 30). Assim, o anarquismo é definido por uma matriz ideológica que reconhece as relações de exploração e dominação presentes na sociedade e, por uma concepção ética, pretende erradicá-las a partir da prática política dos próprios sujeitos afetados. Essa prática acontece no campo da luta de classes, e deve carregar as características defendidas na nova sociedade: o internacionalismo, a autogestão, o federalismo, a ação direta, a democracia direta, a solidariedade e o apoio mútuo entre as classes exploradas. Entende-se que esse projeto de sociedade, um tipo antiautoritário de socialismo, será construído a partir de um projeto de revolução antiestatista e anticapitalista (CORREA, 2011, p. 31-50).

Sendo essa a espinha dorsal do anarquismo, existem diferenças no campo da estratégia. Em concordância com os fins e valores, e dentro da mesma ideologia, as diferentes concepções estratégicas levariam a distintas vertentes do anarquismo. Elementos como a contrariedade à luta por reformas e aposta na organização da sociedade futura através dos sindicatos, estariam então no campo das diferentes estratégias anarquistas⁴, e não intrínsecos ao anarquismo como um todo, como aponta Toledo (2004). O anarcossindicalismo estaria então situado entre as diferentes estratégias da ideologia anarquista, visando a transformação revolucionária a partir de sindicatos orientados ideologicamente pelo anarquismo. Nessa concepção, o sindicato é compreendido como o instrumento de organização dos trabalhadores nas lutas do presente e também como a base da organização da sociedade pós-revolucionária, com a distinção de ser o próprio sindicato anarquista, ideologia explicitada em seu programa. O anarcossindicalismo remonta à FORA argentina⁵ e à CNT espanhola, tendo a segunda

⁴ Segundo Corrêa (2011, p. 51), essas posições seriam minoritários no anarquismo global. Desdobramentos táticos de uma concepção insurrecional de anarquismo que defende atos de violência sem respaldo popular com o propósito de se tornarem gatilhos para revoltas e insurgências. Foi o responsável pela imagem do anarquista conspirador e terrorista no imaginário popular.

⁵ A Federación Obrera Regional Argentina (FORA) foi uma federação argentina de sindicatos fundada em 1901 que em 1905 aprovou em seu Congresso a adesão aos “princípios econômicos e filosóficos do comunismo anarquista”, fato que motivou uma divisão que em 1919 deu origem à FORA do V Congresso de orientação anarquista, e a FORA do IX Congresso, sem associação de nível ideológico. (COLOMBO, 2004)

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

chegado a constituir a maior força política durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) e aplicado seu programa em vasto território espanhol, atribuindo notoriedade à vertente.⁶

O sindicalismo revolucionário é caracterizado por uma ampla associação de trabalhadores com autonomia em relação à partidos, doutrinas e ideologias políticas. O nível de acordo seria do campo econômico: voltados para a luta imediata por melhores condições de vida, visando acumular força para uma transformação revolucionária da sociedade. O sindicato seria, desta forma, aberto para trabalhadores de diferentes correntes com o propósito de superar disputas do nível ideológico. Diferente do anarcossindicalismo, o sindicato não seria anarquista, mas, militantes anarquistas atuariam dentro do sindicato. Ambos sindicalismo revolucionário e anarcossindicalismo foram estratégias defendidas pelo anarquismo. Assim, o fenômeno brasileiro do fim do século XIX e início do século XX, abordado pelo filme *Libertários*, se adequa muito mais ao sindicalismo revolucionário do que ao anarcossindicalismo. Em acordo com termos utilizados na obra de Lauro Escorel, que não fala em anarcossindicalismo, o movimento sindical brasileiro não foi propriamente anarquista. Contudo - e esse fato está bem marcado no filme *Libertários* – houve importante contribuição do anarquismo em sua construção enquanto movimento autônomo, combativo e de intenção de transformação radical e revolucionária da sociedade.

SIGNO E LUTA DE CLASSE: UMA CONTRIBUIÇÃO DE BAKHTIN

Bakhtin trata a questão da linguagem no campo da ideologia. A ideologia é considerada no campo que constitui saberes como a ciência, a arte e a moral, (2004, p. 31), estando ligada à julgamentos em relação ao “verdadeiro, certo, justificado, bom” (ibidem, p. 34), por exemplo. Entende-se neste trabalho que a utilização do termo ideologia por Bakhtin aproxima-se da concepção “fraca”, que aproxima o conceito de ideário ou conjunturo de princípios e valores. É importante destacar que a utilização “dura” ou “crítica” do termo remete à obra *A ideologia Alemã*, de Karl Marx e Friederich Engels. Ainda que escrito entre 1845 e 1846, o trabalho só foi publicado pelo Instituto de Marxismo-Leninismo de Moscou em 1932, ainda incompleto (IASI, 2011). Assim, alguns teóricos marxistas, entre eles Bakhtin (*Marxismo e Filosofia da Linguagem* fora publicado originalmente em dois volumes anos de 1929 e 1930) não conheciam a definição presente em *A Ideologia Alemã* que relaciona ideologia à falsa consciência e dominação de classe. Desta forma, considera-se aqui equiparáveis as noções de ideologia utilizadas por Bakhtin e a utilizada por Felipe Corrêa, dentro da qual está o anarquismo, doutrina política sistematizada com elementos ideológicos.

Para Bakhtin, o estudo das ideologias deve se dar na análise dos signos tais como se apresentam materialmente na realidade. Ao se deter à consciência, compreende que ela mesma só se manifesta em material semiótico, como é o discurso interior.

⁶ A Condeferación Nacional del Trabajo (CNT) é uma confederação de sindicatos anarcossindicalistas que durante a Guerra Civil, ou Revolução Espanhola (1936-1939) teve papel essencial na coletivização de indústrias, serviços e áreas agrícolas do país, na resistência armada e na organização social, política e econômica da Espanha revolucionária.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico, não sobra nada. A imagem, a palavra, o gesto significante, etc, constituem seu único abrigo. Fora desse material, há apenas o simples ato fisiológico (...) (BAKHTIN, 2004, p. 35)

A palavra é especialmente relevante para o estudo das ideologias, sendo toda ela absorvida por sua função de signo e não existindo fora dessa dimensão. A palavra constitui o campo do discurso interior, tratar-se do “instrumento da consciência”, acompanhando toda e qualquer criação ideológica (BAKHTIN, 2003, p. 36-37). Considerando o material fílmico de *Libertários*, a narração – e por consequência, a palavra – tem papel preponderante. Interpretada por Othon Bastos, a voz do narrador tem papel determinante no significado das imagens utilizadas. Por exemplo, os planos dos interiores das fábricas, materiais de arquivo, eram originalmente parte do filme *Sociedade Anônima Fábrica Votorantin* (1922), realizado pelos próprios industriais, e não foram creditados por Lauro em *Libertários*. O filme da Votorantin é construído de maneira a criar “um senso de interesse comum e parceria harmoniosa entre capital e trabalho na construção do futuro” (XAVIER, 2009, p. 17). Ao comentar o uso desses materiais de arquivo no filme *Libertários*, Ismail Xavier (2009, p. 22) aponta a diferença dessas filmagens com as fotografias de arquivo. Em geral, de agrupamentos de trabalhadores ou retratos de indivíduos, os rostos apresentam traços fortes e de determinação, diferentes da aparência mais descontraída, ainda que sofrida, das imagens do *Sociedade Anônima Fábrica Votorantin*. Ainda que com essas intenções, as imagens feitas pelos industriais revelam crianças trabalhando e diversos trabalhos perigosos sem proteção.

Além de ressignificar as filmagens feitas pelos industriais, também ocorre o mesmo procedimento nas fotografias de órgãos de identificação e repressão do Estado. Nos primeiros, os trabalhadores aparecem sempre distantes, pouco aparecendo seus rostos e olhos. Já nas fotografias oficiais os trabalhadores são individualizados e por vezes olham diretamente para a câmeras. Essas antigas fotografias são filmadas com movimentos e reenquadramentos que atribuem a esses olhares significados de força expressiva, representando o projeto do sindicalismo revolucionário e das vitórias conquistadas.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.



Imagem 2 – Plano originalmente do filme *Sociedade Anônima Votorantin* (1922), utilizado em *Libertários*. (ESCOREL FILHO, 1976)

Ao atribuir novas significações às imagens produzidas por patrões e pelo aparelho de Estado, Lauro Escorel opera no campo que Bakhtin (2004, p. 46) chama de confronto de índices de valor contraditórios. Essas mesmas imagens, que materialmente constituem o mesmo signo, são compartilhadas em épocas diferentes com uma mesma comunidade semiótica, mas seus índices de valor são lugar de disputa.

Classe social e comunidade semiótica não se confundem. Pelo segundo termo entendemos a comunidade que utiliza um único e mesmo código ideológico de comunicação. Assim, classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua. Consequentemente, em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. Esta pluralidade social do signo ideológico é um traço da maior importância. Na verdade, é este entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir. (BAKHTIN, 2004, p. 46)

Arena da luta classes, os signos ideológicos são sempre marcados pelo “horizonte social de uma época e de um grupo social determinados” (ibidem, p. 44). É nessa chave que as imagens construídas para significar uma relação harmoniosa entre capital e trabalho, como as do filme *Sociedade Anônima Fábrica Votorantin*, são transformadas para representar a luta desses trabalhadores contra a exploração capitalista. É a atividade de criação artística, ideológica, que mobiliza os elementos do filme para construir um novo significado, agora identificado com os interesses dos operários, e não mais dos patrões. É emblemático o último plano do filme, em que um homem olha firme e diretamente para a câmera. A mesma fotografia já tivera lugar em momento anterior da obra, no contexto de um passaporte. Agora a teleobjetiva a aproxima e aplica *zoom in*, construindo grande dramaticidade para o desfecho do filme. A fotografia que outrora funcionava como registro de controle, servindo às leis de repressão e deportação apresentadas pela narração, torna-se imagem da resistência operária.

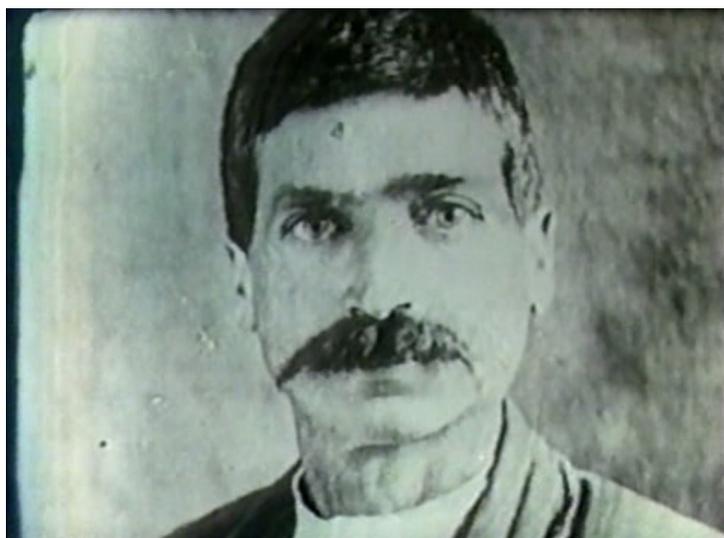


Imagem 3 – Último plano de *Libertários*, foto retirada de documento de um trabalhador anarquista. (ESCOREL FILHO, 1976)

LIBERTÁRIOS: DOCUMENTÁRIO HISTÓRICO E AUTORAL

Em *Libertários*, *Lauro Escorel Filho* se propõe a tratar objetivamente de um processo histórico-social determinado, mas não parece cair em pretensões de imparcialidade. A narrativa não é embalada por alguma história individual, e é pouco o espaço para o subjetivo. Seus protagonistas são uma classe (o proletariado urbano), em geral, e uma facção política (os libertários), em específico. A condução é realizada, em parte, pela “voz de Deus” do narrador, que dita os fatos e movimentos, ilustrados pelas imagens. Existem, no entanto, dois momentos em que a voz do narrador toma outro lugar, de personagens históricos.

No primeiro momento, Othon Bastos sai da posição de narrador para aparecer em imagem, num estúdio, interpretando um anarquista. Ele lê um trecho de um jornal libertário, para depois retornar à narração. Esse momento “fora” da lógica do restante do filme explicita a posição da obra em relação aos fatos históricos: a identificação é com os libertários. Assim, mantendo certa objetividade comum ao ambiente acadêmico, o filme não parece ter pretensão de neutralidade ou imparcialidade. O plano de Othon Bastos é seguido por outra filmagem realizada pela própria produção, a de uma bandeira negra ao vento, tais como as utilizadas pelos anarquistas e presente em algumas fotografias de protestos da época, algumas utilizadas como materiais de arquivo no filme. Ainda, em outro momento, o narrador volta interpretar um texto anarquista, mas em *voz over*, sem aparecer sua imagem.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

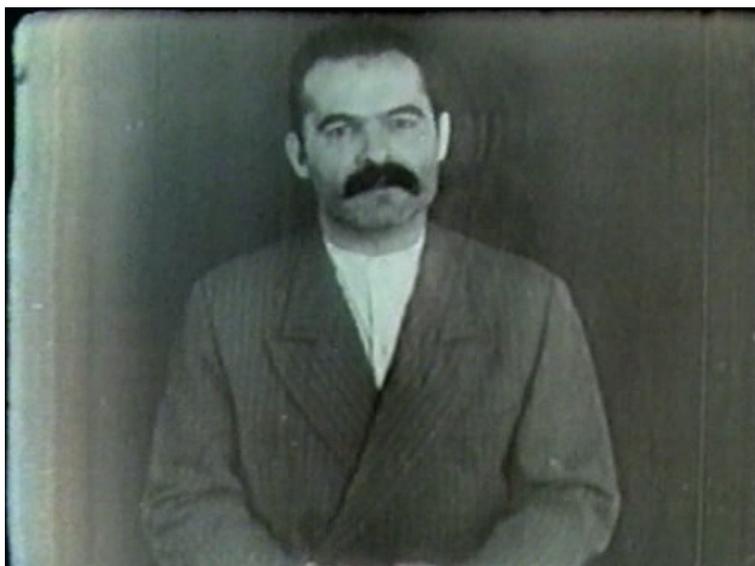


Imagem 4 – Othon Bastos deixa o lugar de narrador para interpretar um trabalhador anarquista. (SCOREL FILHO, 1976)



Imagem 5 – Filmagem da bandeira negra do anarquismo, utilizada no período. (SCOREL FILHO, 1976)

Além do personagem anarquista, o narrador também assume, em *voz over*, um discurso dos patrões e governantes. Esses discursos, no entanto, já foram contraditos por todo o desenvolvimento do filme até o momento, não abrindo margem para confusão quanto ao posicionamento do autor.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Nos créditos finais há uma bibliografia referenciando as obras utilizadas na pesquisa e elaboração do texto da narração. No entanto, não faz referência ao Arquivo Edgard Leuenroth, o que pode indicar um receio de o projeto acadêmico sofrer consequências pelo posicionamento político do filme. Essa hipótese é reforçada pela constatação de Hagemeyer (2011, p. 62) de que o livro que reúne os documentos fruto do projeto não menciona a existência do filme, ainda que indique a existência da exposição fotográfica.

Libertários tem sua importância ampliada pela necessidade da presença dos movimentos sociais no cinema. O filme retorna ao sindicalismo radical do início do século e anuncia profeticamente o ascenso que haveria em 1979. Alguns membros da equipe de *Libertários* trabalhariam nas filmagens e registros das novas greves que viriam. Adrian Cooper seria diretor de fotografia de Leon Hirszman em *ABC da Greve*, Othon Bastos interpretaria a narração em *Linha de Montagem*, de Renato Tapajós, e o compositor Carlinhos Vergueiro realizaria apresentações musicais em apoio aos metalúrgicos grevistas em 1980.

Além da importância de se recuperar um momento da história em que as classes exploradas tomaram o protagonismo de sua própria história, o filme destaca-se pela valorização da ideologia anarquista em momento histórico tão adverso. Tanto a repressão de Estado quanto as ideologias socialistas hegemônicas no período, ainda voltadas para a resistência armada de pequenos grupos, formavam um contexto pouco fértil para o anarquismo de massas.

Por fim, a obra de Lauro Escorel Filho é relevante por conjugar o documentário histórico – rico em termos de pesquisa bibliográfica e de arquivos - com criação autoral e constituição da memória dos trabalhadores no país. *Libertários* retoma essa luta em tom épico, e cria obra de arte para não deixar cair no esquecimento os heroicos feitos da classe trabalhadora.

FILMOGRAFIA CITADA

Greve! Direção: João Baptista de Andrade. Produção: Assumpção Hernandez. Roteiro: João Baptista de Andrade. Raiz Produções Cinematráficas, 1989 (37 minutos)

ABC da Greve. Direção: Leon Hirszman. Produção: Cláudio Kahns e Ivan Novais. Autoria do texto de locução: Ferreira Gullar. Taba Filmes, 1989-1991 (89 minutos)

Braços Cruzados, Máquinas Paradas. Direção: Roberto Gervitz e Sergio Segall. Produção: Geraldo Botelho Ribeiro e Hugo Amaral Gama. Roteiro: Roberto Gervitz e Sergio Segall. Distribuição: Cooperativa Cinematográfica Brasileira. Grupo Tarumã, 1979 (76 minutos)

Cabra Marcado Para Morrer. Direção: Eduardo Coutinho. Produção: Zelito Viana e Eduardo Coutinho. Roteiro: Eduardo Coutinho. Distribuição: Gaumont do Brasil. CPC - Centro Popular de Cultura da UNE - União Nacional dos Estudantes; MPC - Movimento de Cultura Popular de Pernambuco e Mapa, 1964-1984 (119 minutos)

Libertários. Direção e roteiro: Lauro Escorel Filho. Montagem: Alan Cooper. Bretz filmes, 1976 (27 minutos)

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Linha de Montagem. Direção: Renato Tapajós. Roteiro: Renato Tapajós. Tapiri Cinematográfica, 1981 (90 minutos)

REFERÊNCIAS

BERNARDET, Jean-Claude. **Cineastas e imagens do povo.** 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BERTHIER, Rene; LEVAL, Gaston; MANFREDONIA, Gaetano; [et. al.] **Espanha Libertária:** a revolução social contra o fascismo. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário, Expressão e Arte, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem:** problemas fundamentais do Método Sociológico no Estudo da Linguagem. 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

COLOMBO, Eduardo. A F.O.R.A.: o finalismo revolucionário. In: **História do Movimento Operário Revolucionário.** São Paulo: Imaginário, 2004.

CORREA, Felipe. Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário. In: **Ideologia e Estratégia:** Anarquismo, Movimentos Sociais e Poder Popular. São Paulo: Fásca, 2011.

HAGEMEYER, Rafael Rosa. **Imagens e História da Industrialização no Brasil:** a pesquisa histórica e a produção do documentário Libertários, de Lauro Escorel Filho (1976). Disponível em: http://www.anpuhsc.org.br/rev%20front%2018%20vers%20fin/art_dossie3_imagens%20hist%20industrializ_rafael%20hagemeyer.pdf Acesso em: 28 de agosto de 2017

IASI, Mauro. **Ideologia... quer uma pra viver?** In: Ensaaios sobre consciência e emancipação humana. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SILVA, Maria Carolina Granato. **O cinema na greve e a greve no cinema:** memórias dos metalúrgicos do ABC (1979-1991). Niterói, RJ: UFF, 2008. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2008_SILVA_Maria_Carolina_Granato_da-S.pdf Acesso em: 28 de agosto de 2017

SAMIS, Alexandre. O anarquismo no Brasil. In: **História do Anarquismo.** Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Fásca: Imaginário, 2008.

XAVIER, Ismail. Progresso, disciplina fabril e descontração operária: retóricas do documentário brasileiro silencioso. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 11, n. 18, p. 9-24, jan.-jun.2009. p. 22-23. Disponível em: http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF18/i_xavier_18.PDF Acesso em: 28 de agosto de 2017

ESTRUTURA DA VEGETAÇÃO ARBÓREA EM MANGUEZAIS DO COMPLEXO ESTUARINO DE PARANAGUÁ

Isabela Borin Olsemann (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus Paranaguá, isabelaolsemann@gmail.com
Luís Fernando Roveda (Orientador)
Unespar/Campus Paranaguá, lfernando.roveda@unespar.edu.br

Palavras-chave: Manguezal. Conservação. Bosque.

INTRODUÇÃO

Os manguezais são ecossistemas costeiros de transição que predominam entre as regiões tropicais e subtropicais. Sua vegetação arbóreo-arbustiva apresenta uma alta complexidade estrutural e funcional em resposta às condições de solo lodoso, pouco consolidado, ácido e com alta concentração de sais marinhos e pouco oxigênio (BALL, 1988; SCHAEFFER-NOVELLI, 2002; TUE, 2012). Devido à instabilidade deste ambiente as plantas utilizam os nutrientes disponíveis de forma oportunística (MADI, 2015).

A eficiência dos manguezais como um todo e mais especificamente da vegetação é evidente uma vez que participam de processos de decomposição, ciclagem de nutriente, tamponadores de processos de erosão costeira e barreira biogeoquímica de metais, além de proporcionar alimentação e refúgio para muitas espécies da fauna (HAMILTON & SNEDAKER, 1984; LACERDA 1997; ALONGI, 2009; BARBOSA, 2016).

No Brasil este ecossistema se estende desde a foz do rio Oiapoque, no Estado do Amapá até Santa Catarina, representando assim o maior ecossistema manguezal do mundo e de maior produtividade (KRUG ET AL., 2007). As espécies que predominam no Sul do Brasil são: *Rhizophora mangle* L. (mangue vermelho), *Laguncularia racemosa* L. (mangue branco) e *Avicennia schaueriana* Stapf & Leechm, e em outras regiões como Sudeste, Nordeste e Norte são encontradas outras quatro espécies: *A. germinans*, *C. erecta*, *R. harrisonii* e *R. racemosa* (MATIAS, 2017).

O Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP), situado no sul do Brasil, é margeado por 295,5 km² de cobertura vegetal de áreas úmidas, das quais os manguezais são as principais formações (NOERNBERG et al., 2006), e vem sofrendo com o desmatamento, aterros de lixo e ocupações irregulares, além de ser caracterizado como uma região portuária, no qual Leão & Amaral (2007) salientam que a influência antrópica no ambiente é parcialmente controlada por órgãos responsáveis.

Embora a vegetação dos manguezais tenha grande importância social, econômica e ecológica além de ser considerados como áreas de preservação permanente em vários dispositivos

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

constitucionais (Constituição Federal e Constituições Estaduais) e infra-constitucionais (leis, decretos, resoluções, instruções normativas) com limites de uso ou ação, os processos de urbanização, pesca, aumento das atividades portuárias e a expansão de aterros e marinas vem crescendo e consequentemente contribuindo com a sua perda desse ambiente (SCHAEFFER-NOVELLI, 2002; MATIAS, 2017).

A caracterização da vegetação através da associação de aspectos físicos e estruturais contribui no entendimento da evolução, distribuição e dinâmica das florestas diante das condições ambientais (LONDE, 2013).

Neste contexto, o objetivo do presente trabalho foi caracterizar a estrutura da vegetação de três diferentes manguezais no Complexo Estuarino de Paranaguá afim de comparar e indicar a influência da antropização.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho foi realizado no ano de 2017 em três diferentes mangues da Baía de Paranaguá, o primeiro no rio Itiberê, uma unidade de conservação do Parque Estadual do Palmito, que localiza-se entre as coordenadas (25°35' S e 48°32' W Gr.), e nos outros dois pontos foi necessário um barco para chegar até o mangue com forte influência antrópica situado nas proximidades do Rio da Vila (25° 33' 12.7''S e 48° 31' 54.2'' W) e Rio pequeno (25°35' S e 48°30' W Gr.) relativamente mais isolado da população. De acordo com a classificação climática de Koppen, a região é caracterizada como Cfa, clima subtropical, com a temperatura média 18°C no inverno (mesotérmico) e temperatura média no mês mais quente acima de 22°C, com verões quentes sem estação seca e isenta de geadas (IAPAR, 2016).

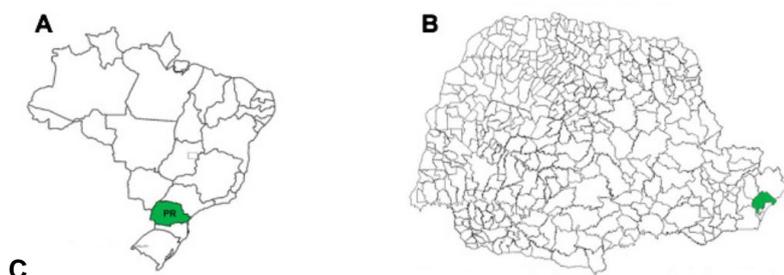




Figura 1 – Localização da área de estudo. A: Localização do estado do Paraná no Brasil; B: localização de Paranaguá - PR; C: detalhe dos três mangues avaliados, no qual a seta vermelha representa o Rio da Vila, seta amarela o Rio Itiberê e seta azul o Rio pequeno. Fonte: Google Earth

A área amostral foi delimitada em duas zonas, margem e centro. Considerou-se margem a área de até 20 metros de distância da margem do rio, em maré baixa, e paralela à mesma, após um intervalo de mais 20 metros, o centro, distanciando assim 40 metros da margem do rio. Estas divisões levaram em consideração o dossel das plantas. Em cada zona, foram divididas 5 áreas, com distância de 20 metros entre cada ponto. Entre as 5 áreas foram coletadas 3 sub amostras, posteriormente, determinado em cada subamostras o número de plantas, mudas (plantas menores que 1 metro de altura) e plantas mortas, e as plantas adultas avaliadas quanto à medição do perímetro da altura do peito (PAP) com o auxílio de uma fita métrica.

As médias foram submetidas a análise de variância em um esquema fatorial 3 (manguezais) x 2 (zonas) e x 3 (espécies), com cinco repetições, e quando constatado significância foram comparadas ao teste de Tukey ao nível de 5% no software ASSISTAT versão 7.6 Beta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os valores expressos na Tabela 1 indicam que o manguezal do Rio pequeno apresentou maior densidade de mudas com média de 11,45. Contrapartida as menores médias foram respectivamente 3,30 e 4,15 do Rio Itiberê e Rio da Vila, que não diferenciam significativamente entre si. No entanto, a densidade de plantas adultas e mortas são similares nos três manguezais avaliados, com uma maior representatividade no centro e menores perímetros na margem.

Tabela 1.

Média dos valores observados para densidade na região litorânea do Paraná

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

PARÂMETROS		PLANTAS m ²	MORTAS m ²	MUDAS m ²	PERÍMETRO cm
MANGUE	R. Itibere	0.47 a	1.65 a	4.15 b	12.98 a
	R. da Vila	0.38 a	0.75 a	3.30 b	14.28 a
	R. Pequeno	0.39 a	1.10 a	11.45 a	15.76 a
LOCAL	MARGEM	0.43 b	1.23 a	5.10 a	17.69 a
	CENTRO	0.35 a	1.10 a	7.50 a	10.99 b

Letras distintas apresentam diferença estatística ao nível de 5% de probabilidade de erro pelo teste de Tukey. Letras iguais não apresentam diferença estatística.

Os valores de densidade são superiores aos encontrado por Pereira et al. (2009), que variaram entre 345 ind ha⁻¹ em Anchieta no estado do Espírito Santo, entretanto, foram menores dentre os apresentados por Kilca et al. (2011) com 5.913,4 ind.ha⁻¹ e Castro et al. (2014) com médias de 13.333 ha⁻¹.

Os manguezais analisados não exibiram diferenças em seu desenvolvimento estrutural. Apesar de não terem sido realizadas análises de fatores abióticos, tais semelhanças podem ser atribuídas a frequências de inundação e tipo de sedimento, além dos fatores bióticos como a capacidade de dispersão e competição interespecífica.

Nas áreas estudadas constatou-se a presença dos três gêneros *Rizophora mangle* L., *Avicennia schaueriana* Stapf & Leechm., e *Laguncularia racemosa* L., o maior valor de importância na comunidade foram respectivamente de: 94,2% *R. mangle* > 10,14% *L. racemosa* > 4,59% *A. schaueriana*.

Tabela 2.

Densidade de plantas em manguezais sob diferentes estados de conservação.					
ESPÉCIE (m ²)					
PARÂMETROS		MB	MP	MV	Média
MANGUEZAL	R. Itibere	0.050 aB	0.002 aB	0.422 aA	0.158 a
	R. da Vila	0.026 aB	0.018 aB	0.334 bA	0.126 a
	R. Pequeno	0.050 aB	0.036 aB	0.302 bA	0.129 a
	Média	0.042 B	0.019 B	0.353 A	
LOCALIZAÇÃO	MARGEM	0.041 aB	0.004 aB	0.285 bA	0.110 a
	CENTRO	0.043 aB	0.033 aB	0.420 aB	0.165 b
	Média	0.042 B	0.019 B	0.353 A	

Letras minúsculas para colunas e maiúsculas para linhas. Letras distintas representam diferença estatística ao nível de 5% de probabilidade de erro pelo teste de Tukey. Letras iguais não apresentam diferença estatística. MB - mangue branco; MP - mangue preto; MV - mangue vermelho.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

A espécie *R. mangle* predominou no interior do estuário e apresentou maiores densidade quando comparada estatisticamente, conforme apresentado na (tabela 2), entretanto, na pesquisa de Maack (2012) a espécie que ocupou áreas próximo a margem da maré foram a *L. racemosa*.

Desta forma, é importante ressaltar que as espécies que dominam uma região podem variar significativamente, devido às condições que estão expostas como tolerância à inundação e à salinidade, competição intraespecífica, além da influência do estresse natural e antrópico (PETRI et al., 2011).

Em manguezais conservados é característico uma maior representatividade devido a menor frequência de distúrbios, assim como enfatiza Smith III (1992), no entanto os três manguezais não diferenciaram significativamente.

As espécies encontradas nos manguezais estudados são comumente registradas no Sul do Brasil, Linsingen e Cervi (2007) registraram uma quarta espécie *C. Erecta* em Parangá.



Imagem 2. Representa os três gêneros encontrados, A: *Laguncularia racemosa* (mangue branco), B: *Rhizophora mangle* (mangue vermelho), C: *Avicennia schaueriana* (mangue preto). Fonte: Autor.

Apesar do baixo número de espécie e tendência de formação de bosques monoespecíficos as plantas apresentam grande variabilidade estrutural (CINTRÓN & SCHAEFFER-NOVELLI, 1985). Na imagem 2 é possível observar algumas estruturas: (Imagem 2.A) o pecíolo vermelho, folhas opostas e inflorescência de cor branca, característico do mangue branco, (imagem 2.B) mostra o tanino que confere a coloração vermelha na planta após o súber e as raízes-escora ou rizóforos. E na (imagem 2.C) os pneumatóforos presente no (mangue preto).

Nos manguezais estudados a *R. mangle* também apresentou os maiores perímetros em relação às demais espécies, representado na (tabela 3), com médias similares nos três mangues avaliados. No entanto, independente do manguezal os maiores perímetros foram observados na margem. Isto indica um melhor desenvolvimento das espécies mais próximas a margem do rio, sugerindo que o ambiente contém as condições ideais para o seu desenvolvimento.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

A heterogeneidade na estrutura de bosque do manguezal pode ser condicionada por fatores abióticos, topografia, tipo de substrato, influencia das marés e nutrientes (SCHAEFFER-NOVELLI et al., 1990; CARMO et al., 1995; SOARES, 1999; SOARES et al., 2003; BERNINI & REZENDE, 2004; SILVA et al., 2005).

Entre os valores médios de densidade e perímetro o manguezal do Rio Pequeno apresentou o melhor desenvolvimento das espécies analisadas, sendo também o manguezal mais preservado, e distante de regiões urbanas.

Tabela 3.

Média do PAP das plantas adultas em manguezais sob diferentes estados de conservação					
PERÍMETRO (Perímetro em cm)					
PARÂMETROS		MB	MP	MV	Média
MANGUEZAL	R. Itibere	9.6	14.5	29.8	18.0 b
	R. da Vila	12.9	9.8	33.1	18.6 b
	R. Pequeno	17.8	28.1	33.6	26.5 a
	Média	13.5 B	17.4 C	32.2 A	
LOCALIZAÇÃO	MARGEM	17.5	11.3	36.8	21.9 a
	CENTRO	8.7	28.1	27.1	21.3 b
	Média	13.1 C	19.7 B	31.9 A	

Letras minúsculas para colunas e maiúsculas para linhas. Letras distintas apresentam diferença estatística ao nível de 5% de probabilidade de erro pelo teste de Tukey. Letras iguais não apresentam diferença estatística. MB – mangue branco; MP - mangue preto; MV - mangue vermelho.

Os dados de perímetro mostram que os bosques estudados apresentam um grande aporte se comparados aos valores médio dos trabalhos de Soares (1999) e Silva (2004). Os maiores perímetros das espécies foram respectivamente 33.6 mangue vermelho, 13,5 mangue branco e 17,4 mangue preto.

Tabela 4.

Comparação dos valores observados de DAP e PAP de diferentes autores e manguezais estudados:	
Autores	Médias
Soares et al. (2003)	11, 33 - 7, 83
Bernini & Rezende (2004)	16, 29 - 16,7
Silva, Bernini & Carmo (2005)	28,1 - 29, 6
Sales et al. (2009)	39, 4 - 97 ,1

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Pereira et al. (2009)	48,1 - 24, 2
Kilca et al. (2011)	54,27
Dos Santos (2013)	27,52 - 10,05
Castro et al. (2014)	10,9 -20, 6
Carvalho, Roveda (2016)	12,7 - 10,9

Compreender como os padrões da estrutura mudam devido a fatores naturais e antrópicos são de extrema importância uma vez que suas funções ecológicas estão diretamente relacionadas com a sua estrutura (LACERDA et al., 1997; LOVELOCK & ELLISON, 2007). Segundo Lovelock e Ellison (2007), as comunidades faunísticas representam um reflexo da estrutura florestal e influenciam a função do ecossistema.



Imagem 3. A: Rio da vila, próximo da área de coleta, impactado. B: Rio Itiberê, Unidade de conservação. Fonte: Autor.

Os manguezais de Paranaguá apresentaram diferentes graus de perturbação, visualmente analisando, quanto mais próximo do perímetro urbano maior as ocupações irregulares e consequentemente o despejo de lixo devido a falta de conscientização. O que torna importante o monitoramento destes ambientes para sua futura preservação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O manguezal do Rio Pequeno apresentou uma maior densidade de mudas e também um melhor desenvolvimento estrutural quando comparado aos demais manguezais que são influenciado

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

pelos fatores antrópicos que atuam na região. Torna-se importante um monitoramento constante destas áreas para a sua preservação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA B. R.; RODERJAN, C. V. Levantamento florístico e caracterização estrutural de um manguezal na APA de Guaraqueçaba, Paranaguá, PR. **Acta Biológica Catarinense**, v. 4, n. 1, jun-jul, 2017.
- AMILTON, L. S.; SNEDAKER, S. Handbook for mangrove area management. **Honolulu: East-West Environment and Policy Institute**, Homolulu, Hawaiip, 1984.
- BALL, M. C. Ecophysiology of mangroves. **Structure and foundation Trees**, Canberra, v.2, p.129-142, junho, 1988.
- BARBOSA, L. N.; LIMA, V.; FARIAS, J. F.; SILVA, E. V. da; 2016. Evolução espaço-temporal da vegetação de mangue no estuário do Rio Pacoti/Ceará, **Revista Geonorte**, Ceará, edição especial 5, v.7, n.26, p.144- 159, 2016.
- BERNINI, E.; REZENDE, C. E. Estrutura da vegetação em florestas de mangue do estuário do rio Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 18, n. 3, p. 491-502, junho, 2004
- CINTRÓN, G., SCHAEFFER-NOVELLI, Y. Introduccion a la ecologia del manglar. Montevideo, Uruguay: **Oficina Regional de Ciencia y Tecnología de la UNESCO para América Latina y el Caribe – ROSTLAC**, 191p, 1983.
- CUZZUOL, G. R. F. Composição química do sedimento e de folhas das espécies do manguezal do estuário do Rio São Mateus, Espírito Santo, Brasil. **Revista Brasil. Bot.** v. 29, n. 4, p. 689-699, out-dez, 2006.
- CUZZUOL, G. R. F.; Rocha, A. C. Interação do regime hídrico com as relações nutricionais em ecossistema manguezal. **Acta Botanica Brasilica**, v.26, p.11–19, out, 2012.
- IAPAR – **Instituto Agrônomo do Paraná. Médias históricas em estações do Iapar**. Disponível em: 1.o jan. 2016]. Disponível em: <http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1070>. Acesso em: 07, junho, 2017, 22:30.
- GOOGLE Earth**] Disponível em:
<https://earth.google.com/web/search/Rio+da+Vila,+Paranagu%C3%A1+-+State+of+Paran%C3%A1/@-25.58271482,-48.50967498,21.37027151a,3193.44412806d,35y,-0h,0t,0r/data=CigiJgokCfyAydmEkDnAEcNyBUmFlDnAGRVWmm7TQ0jAIRoWZocvRUjA> <url>. Acesso em: 07, julho, 2017, 14:20.
- KILCA, R. V. Estrutura de manguezais em diferentes estágios sucessionais no estuário do rio Piauí, Sergipe, Brasil. Pesquisas: **Botânica**, v. 61, p. 171-189, julho, 2010.
- KRUG, L. A.; LEÃO, C.; AMARAL, S. Dinâmica espaço-temporal de manguezais no complexo estuarino de Paranaguá e relação entre decréscimo de áreas de manguezal e dados sócio-econômicos da região urbana do município de Paranaguá – Paraná. In: **XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Florianópolis, Santa Catarina, p. 2753-2760, 2007.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

- LACERDA, L.D. Trace metals in mangrove plantas: why such low concentrations? In Mangrove ecosystem studies in Latin America and Africa. **Acta Limnológica Brasil**, Minas Gerais, v. 1, p. 3-27, 1997.
- LINSINGEN, L. V.; CERVI A. C. **Conocarpus erectus Linnaeus, nova ocorrência para a flora do Sul do Brasil**. Madrid: Adumbrationes ad Summæ Editionem, 2007.
- LONDE, V. Estrutura da vegetação de mangue associada ao gradiente de inundação no litoral norte do Espírito Santo, Brasil. **Revista Árvore**, v. 37, n. 4, agosto, 2013.
- MADI, A. P. L. M.; BOEGER, M. R. T.; REISSMANN, Carlos B. Composição química do solo e das folhas e eficiência do uso de nutrientes por espécies de manguezal. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental-Agriambi**, v. 19, n. 5, dezembro, 2015.
- MAACK, R. **Geografia física do estado do Paraná**. 4. ed. Ponta Grossa: UEPG, 2012.
- MARTINS, P. T. A.; COUTO, E. C. G.; DELABIE, J. H. C. Fitossociologia e estrutura vegetal do manguezal do Rio Cururupe (Ilhéus, Bahia, Brasil). **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 11, n. 2, p. 163–169, março, 2011.
- MATIAS, L.; SILVA, M. D. Monitoramento e análise da vegetação de manguezal no litoral sul de Alagoas. **Journal of Environmental Analysis and Progress**, v. 2, n. 3, p. 312-319, 31, Jul, 2017
- NOERNBERG, M.A.; LAUTERT, L.F.C.; ARAÚJO, A.D.; MARONE, E.; ANGELOTTI, R.; NETTO, J. Remote sensing and GIS integration for modelling the Paranaguá Estuarine Complex – Brazil. **Journal of Coastal Research**, 39, Santa Catarina: pag. 1627 – 1631, 12, julho, 2006.
- PINTO, L. M. Sequestro de carbono atmosférico no bosque do manguezal da APA da Serra do Guararú, Guarujá-SP. **Unisanta BioScience**, v. 6, n. 1, p. 51-57, 2017.
- PETRI, D. J. C. et al. Distribuição das espécies e estrutura do manguezal do rio Benevente, Anchieta, ES. **Biota Neotropica**, v. 11, n. 3, p. 107-116, novembro, 2011.
- PEREIRA, F. V.; FOLETTTO, F.; MOREIRA, T. M.; GOMES, J. M. L. Estrutura da vegetação em duas áreas com diferentes históricos de antropização no manguezal de Anchieta, ES. **Boletim do Laboratório de Hidrobiologia**, v. 22, p. 01 – 08, 2009.
- PERILLO, G. **Coastal wetlands: an integrated ecosystem approach**. Elsevier, 2009.
- SALES, J. B. L.; MEHLIG, U.; NASCIMENTO, J. R.; FILHO, L. F. R.; MENEZES, M. P. M. Análise estrutural de dois bosques de mangue do rio Cajutub. **Ciências Naturais**, Pará, v. 4, n. 1, p. 27–35, janeiro/abril, 2009.
- SANTOS, Nathália Moreira dos. **Os manguezais do complexo estuarino de Paranaguá**. 106 f. Tese Curso de Pós-Graduação em Sistemas Costeiros e Oceânicos, Centro de Estudos do Mar. Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, 2013.
- SCHAEFFER-NOVELLI, Y., CINTRÓN-MOLERO, G., ADAIME, R.R. Variability of mangrove ecosystems along the brazilian coast. **Estuaries**, v.13, n.2, p.204-218, 1990.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

SILVA, M. A. B.; BERNINI, E.; DO CARMO, T. M. S. Características estruturais de bosques de mangue do estuário do rio São Mateus, ES, Brasil. **Acta bot. bras.**, v. 19, n. 3, p. 465-471, novembro, 2005.

SMITH III, T. J. **Forest Structure**. Washington, D.C.: Coastal and Estuarine Studies, 1992.

SOARES, M.L.G. Estrutura vegetal e grau de perturbação dos manguezais da Lagoa da Tijuca, Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Biologia**, Rio de Janeiro, v.59, n.3, p.503-515, 1999.

SOARES, M. L. G. Diversidade estrutural de bosques de mangue e sua relação com distúrbios de origem antrópica: o caso da Baía de Guanabara (Rio de Janeiro). **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 26, p. 101-116, 2003.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y. 2002. **Manguezal, marisma e apicum**. Disponível em: http://www.anp.gov.br/guias_r8/perfuracao_r8/%C3%81reas_Priorit%C3%A1rias/manguezal_marisma_apicum.pdf. Acesso em 07, jun, 2017, 14:45.

TUE, N. T.; QUY, T. D.; HAMAOKA, H.; NHUAN, M. T.; OMORI, K. Sources and exchange of particulate organic matter in an estuarine mangrove ecosystem of Xuan Thuy National Park, Vietnam. **Estuaries and Coasts**, v.35, p.1060-1068, 2012.

TERCEIRO, A. M.; SANTOS, J. J. S.; CORREIA, M. M. F. CARACTERIZAÇÃO DA SOCIEDADE, ECONOMIA E MEIO AMBIENTE COSTEIRO ATUANTE À EXPLORAÇÃO DOS MANGUEZAIS NO ESTADO DO MARANHÃO. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 5, n. 3, p. 94-111, dezembro, 2014.



ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Myriã Foletto A. S. Queiroz (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus Paranaguá, myriafoletto@hotmail.com
Danielle Marafon (Orientador)
Unespar/Campus Paranaguá, danielle.marafon@unespar.edu.br

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Prática pedagógica.

INTRODUÇÃO

Nos últimos 40 anos, as discussões sobre o que é alfabetização e como alfabetizar se intensificaram no cenário educacional brasileiro e também mundial, sobretudo, após a constatação de que a apropriação da escrita, por si só, não é habilidade suficiente para quem vive em uma sociedade letrada. Dessa forma, e com a contribuição dos estudos da psicogênese da língua escrita, houve o reconhecimento da necessidade de que esse processo de alfabetização ocorresse em conjunto com o letramento, de modo a oportunizar às pessoas o contato com as diversas práticas sociais de leitura e escrita, colaborando assim, para uma aprendizagem mais significativa.

Nesse contexto, buscamos analisar como se dá o processo de ensino-aprendizagem da alfabetização e do letramento no município de Paranaguá, a fim de discutir quais as concepções das professoras alfabetizadoras sobre a leitura e escrita iniciais e a compreensão e repercussão dessas concepções nas suas práticas diárias.

O estudo teve como aporte teórico obras de autores como Emília Ferreiro (1991), Ana Teberosky (1990), Paulo Freire (2003), Mary Kato (1994), Magda Soares (2017) e Marli André (1995). Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo etnográfico, realizada em 3 escolas da rede pública que ofertam as séries iniciais do ensino fundamental no município de Paranaguá/PR. As professoras envolvidas na investigação também contribuíram respondendo a entrevistas semiestruturadas. A pesquisa resultou em 196 horas de observação e coleta de dados, que foram registrados em diário de bordo.

A CONSTRUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO

Os sistemas de escrita que existem atualmente no mundo foram desenvolvidos e propagados pelo homem. Eles não se deram ao acaso, possuem uma razão de ser, foram construídos historicamente e atendem as necessidades daqueles que os utilizam.

Segundo Ana Teberosky (1990), a escrita é uma antiga tecnologia desenvolvida para

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

suprir necessidades específicas de uma sociedade. Ela se apresenta de formas distintas, pois seu tipo bem como seu uso variam de acordo com a história de cada povo. Porém, com o desenvolvimento da imprensa, a principal finalidade da escrita passou a ser a uniformidade, com vistas a padronização, e a multiplicação e transmissão de conteúdos.

No que tange o sistema de escrita alfabética, notamos que, com o passar do tempo, o modo de conceber a apropriação da leitura e da escrita vem sendo modificada e reconstruída. Até meados dos anos 80, os métodos utilizados para alfabetizar, conhecidos com tradicionais, eram embasados no entendimento da escrita como um mero código de transcrição da língua oral. Segundo essa visão, o aluno aprendia por meio da repetição, memorização e treinamento, até adquirir habilidades de codificação e decodificação da escrita.

A partir da teoria da psicogênese da escrita apresentada em 1979 por Emília Ferreiro e Ana Teberosky, o enfoque do ensino passou do método, ou seja, de como o professor ensinava, para o processo de aprendizagem, nesse caso, como a criança aprendia. As autoras demonstram que a apropriação da escrita é desenvolvida em etapas, e mais que isso, ela é construída pelo sujeito, que passa então a ser visto como produtor do seu próprio conhecimento.

Nesse contexto, a escrita, tradicionalmente concebida como um código de transcrição, que presumia a aprendizagem como a aquisição de uma técnica, passou a ser defendida como a representação da linguagem e a aprendizagem desta como a apropriação de um novo objeto de conhecimento (FERREIRO, 1991).

A análise das concepções da escrita pela criança proposta por Ferreiro (1991), também estudadas no contexto brasileiro por Kato (1994), demonstrou a necessidade de se repensar as práticas de alfabetização, de modo a considerar que a aprendizagem da língua escrita precede ao ensino sistematizado proporcionado pela escola.

A criança vê mais letras fora do que dentro da escola: a criança pode produzir textos fora da escola enquanto na escola só é autorizada a copiar, mas nunca a produzir de forma pessoal. A criança recebe informação dentro mas também fora da escola, e essa informação extra-escolar se parece à informação linguística geral que utilizou quando aprendeu a falar. É informação variada, aparentemente desordenada, às vezes contraditória, mas é informação sobre a língua escrita em contextos sociais de uso, enquanto que a informação escolar é frequentemente descontextualizada (FERRERO, 1991, p. 38-39).

Nesse sentido, há um reconhecimento de que as práticas de alfabetização precisam estar relacionadas com as práticas sociais de leitura e escrita, ou seja, partir da realidade concreta dos alunos, considerando os conhecimentos que eles já possuem, a fim de promover um ensino mais significativo, viabilizando assim a aprendizagem.

Paulo Freire (2003) alega que a leitura do mundo é anterior a leitura da palavra, visto que as experiências vivenciadas por cada ser humano fundamentam as formas de como eles interpretam o mundo que os cerca. Dessa forma, defende que “a compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto” (p.11). Segundo o autor,

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

essa relação entre o texto e o contexto foi fundamental para seu processo de aquisição da língua escrita.

As práticas de alfabetização não devem negar a realidade do aluno, fazer isto seria reduzir sua condição humana, seria tratá-lo como um objeto que é alheio às relações que acontecem ao seu redor. Porém, a criança não apenas está imersa em uma sociedade que se utiliza da escrita em seus diversos meios comunicativos, como também interage com ele.

Nesse sentido, há de se compreender que a escrita não é apenas um registro, mas um meio de comunicação, portanto, possui uma função socializadora. Segundo Ferreiro:

Aqueles que conhecem a função social da escrita dão-lhe forma explícita e existência objetiva através de ações inter-individuais. A criança se vê continuamente envolvida, como agente e observador, no mundo “letrado”. Os adultos lhe dão a possibilidade de agir como se fosse leitor – ou escritor -, oferecendo múltiplas oportunidades para sua realização (livros de história, periódicos, papel e lápis, tintas, etc.) O fato de poder comportar-se como leitor antes de lê-lo, faz com que aprenda precocemente o essencial das práticas sociais ligadas à escrita (1991, p. 59-60).

No âmbito da alfabetização, falar de ensino contextualizado com a realidade do aluno que vive em um mundo letrado, compreendendo que a leitura de mundo dele precede a leitura da escrita e que as práticas de alfabetização precisam estar associadas às práticas sociais de leitura e escrita para que ocorra uma aprendizagem significativa, é falar de letramento.

Segundo Soares, o letramento pressupõe um ensino baseado na análise mais aprofundada da “imersão das crianças na cultura escrita, participação em experiências variadas com a leitura e a escrita, conhecimento e interação com diferentes tipos e gêneros de material escrito” (2017, p. 46).

Em síntese, o letramento é o que traz sentido a apropriação da língua escrita, sem ele a alfabetização torna-se mecânica e, conseqüentemente, sem significado para criança, colaborando, inclusive, para o surgimento de dificuldades durante o processo de ensino aprendizagem.

É preciso criar no espaço da sala de aula um ambiente letrado, onde a criança não veja apenas as letras do alfabeto, mas se veja envolvida diariamente e, constantemente, com a linguagem escrita, mesmo que ainda não saiba ler e escrever convencionalmente. A metodologia utilizada deve conceber a criança como um sujeito ativo, participativo, crítico, que constrói seus conhecimentos por meio de relações entre criança/criança, criança/adulto, criança/meio social e criança/objeto.

Especificamente cabe ao professor, possibilitar a inserção da criança no universo da linguagem escrita que exige um grau de abstração maior do que as outras formas, por tratar-se de uma representação de segunda ordem. Deve-se compreender a escrita como a representação da fala, que por sua vez já é a representação do mundo físico e abstrato. A escrita não está ligada ao desenvolvimento humano, e sim a aprendizagem, pois diferentemente da fala que é adquirida nas relações sociais, a escrita só é adquirida a partir de um trabalho organizado e sistemático.

Neste contexto, o professor é muito mais mediador do conhecimento e isto leva a construção de um saber significativo. Ser um profissional competente implica a dominação de

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

habilidades específicas da área que se vai ensinar (SCHON, 1992). Por isso, ao conhecer a língua que ensina, o alfabetizador dá o primeiro passo para a aquisição dessa competência. Imbernón (2005, p. 32) afirma que “a competência profissional, necessária em todo o processo educativo, será formada em última instância na interação que se estabelece entre os próprios professores, interagindo na prática de sua profissão”.

Assim, entendemos que para alfabetizar o professor precisa conhecer a língua que ensina, sua estrutura e seu funcionamento. Para que possa produzir mudanças, ele precisa buscar esse conhecimento e aplicá-lo em sua sala de aula. De acordo com Freire (1987) a alfabetização deve cuidar de libertar o homem de suas alienações.

O letramento tem sido um destaque positivo na constante luta por um ensino democratizante e inclusor. Ângela B. Kleiman, (2004) em seu livro Significados do Letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita, traz uma amostra da dificuldade de se definir um conceito ao termo letramento, bem como, um conceito interessante sobre o este termo postulado por Scribner e Cole. Segundo a autora:

A palavra “letramento” não está ainda dicionarizada. Pela complexidade e variação dos tipos de estudos que se enquadram nesse domínio, podemos perceber a complexidade do conceito. Assim, se um trabalho sobre letramento examina a capacidade de refletir sobre a própria linguagem de sujeitos alfabetizados versus sujeitos analfabetos (por exemplo, falar de palavras, sílabas e assim sucessivamente), então, segue-se que para esse pesquisador ser letrado significa ter desenvolvido e usar uma capacidade metalinguística em relação à própria linguagem. Se, por outro lado, um pesquisador investiga como adulto e criança de um grupo social, versus outro grupo social, falam sobre o livro, a fim de caracterizar essas práticas, e, muitas vezes, correlacioná-las com o sucesso da criança na escola, então, segue-se que para esse investigador o letramento significa uma prática discursiva de determinado grupo social, que está relacionado ao papel da escrita para tornar significativa essa interação oral, mas que não envolve, necessariamente, as atividades específicas de ler ou de escrever. [...] Podemos definir hoje o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos (p. 19).

Não se pode reduzir a palavra letramento a um único significado, como se os conceitos do letramento fossem únicos, reduzidos, capazes de serem decifrados em códigos binários. Seria, pois, incongruente abordar uma teoria tão extensa, ampla e profunda de forma tão sucinta e rasa.

Nesse sentido apontamos a necessidade de aprofundar os estudos sobre o processo inicial da alfabetização e do letramento no município de Paranaguá, em especial discutir quais as concepções das professoras alfabetizadoras sobre a leitura e a escrita iniciais e a compreensão e repercussão dessas concepções nas suas práticas diárias. Por isso, a preocupação em problematizar a relação entre as concepções de alfabetização e letramento no processo educativo constitui-se como aspecto fundamental no decorrer da pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Buscando responder a problemática “Quais as concepções das professoras alfabetizadoras do município de Paranaguá sobre leitura e escrita iniciais e a compreensão e repercussão dessas concepções em suas práticas diárias?”, nos embasamos na pesquisa de abordagem qualitativa do tipo etnográfico.

André (1995) explica que as pesquisas de abordagem qualitativa começaram a ser aplicadas no final do século XIX e são fruto das reflexões e críticas aos métodos positivistas/empiristas de coleta de dados, conhecidos como quantitativos, que se restringiam à mensuração e constatação dos dados observados, visto que os fenômenos humanos e sociais são muito complexos para esse tipo de análise e demandam um olhar mais sensível e interpretativo para realidade observada.

A pesquisa etnográfica, em termos gerais, estuda a cultura de determinado grupo social, porém quando esta apresenta um enfoque educacional, a preocupação passa a ser com os processos educativos. Portanto, com essa mudança de foco, houve uma adaptação da etnografia à educação, dessa forma, o que tem ocorrido no âmbito escolar são pesquisas do tipo etnográfico e não etnografia propriamente dita. Sob essa perspectiva, admite-se o não cumprimento de algumas obrigações da etnografia, como por exemplo, a exigência de grande permanência no local de estudo ou o contato com outras culturas por parte do pesquisador (ANDRÉ, 1995).

Quando o campo de pesquisa e o pesquisador estão imbricados em um mesmo contexto sociocultural não há um total desconhecimento de suas relações e práticas, como se espera de uma pesquisa etnográfica que estuda um contexto totalmente estranho e alheio à realidade do pesquisador, dessa forma a necessidade de tempo no local estudado diminui.

André (1995) explica que tanto o pesquisador etnógrafo quanto seu objeto de análise detêm perspectivas, pontos de vista e interpretações próprias de mundo que não estão estagnadas, mas em movimento. Então, se faz necessário que o referencial teórico que fundamenta a interpretação da realidade acompanhe esse ritmo dialético promovendo constantes embates entre teoria e prática (ANDRÉ, 1995).

Dessa forma, entende-se que o pesquisador necessita de um embasamento bibliográfico que fundamentará suas possíveis teorias, sendo que estas estarão sujeitas a alterações conforme o pesquisador for aprimorando sua compreensão quanto ao seu objeto de análise, a partir do estudo de suas ações, relações e do seu cotidiano.

A pesquisa etnográfica exige que o pesquisador tenha contato com seu objeto de análise. Trata-se de um processo contínuo de aproximação e distanciamento que facilita a reconstituição de relações, ações e linguagem, possibilitando a compreensão das estruturas de poder e mecanismos de dominação e resistência que permeiam o cotidiano escolar e resultam em concepções, condutas e comportamentos dos sujeitos envolvidos nesse contexto (ANDRÉ, 1995).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Se o objeto de pesquisa já é familiar ao pesquisador é essencial que este o desnaturalize, ou seja, busque enxergá-lo de forma não comum, não natural. A desvinculação entre pesquisador-objeto é essencial quando se trata de um estudo de caráter indutivo, pois a interpretação dos dados não podem sofrer influências pessoais alheias à pesquisa, sob pena de desacreditá-la.

Segundo André (1995), a pesquisa em educação do tipo etnográfico deve apresentar as seguintes características, utilizar técnicas tradicionais da etnografia, como a observação participante – que pressupõe a constante interação entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa –, a entrevista intensiva e a análise de documentos; ter o pesquisador como elemento fundamental na coleta e análise dos dados; valorizar mais o processo do que os resultados; preocupar-se com o significado, ou seja, ser sensível às interpretações pessoais dos sujeitos quanto a si mesmos, suas vivências e o mundo, buscando compreender a perspectiva deles; requer uma pesquisa de campo onde há interação, mas não intervenção; exige descrição minuciosa e indução de dados; busca a formulação de hipóteses e teses a fim de construir novos conceitos, relações e formas de compreender a realidade.

Esse tipo de pesquisa permite, pois, que se chegue bem perto da escola para tentar entender como operam no seu dia-a-dia os mecanismos de dominação e de resistência, de opressão e de contestação ao mesmo tempo em que são veiculados e reelaborados conhecimentos, atitudes, valores, crenças, modos de ver e de sentir a realidade e o mundo (ANDRÉ, 1995, p. 41).

Nesta perspectiva, compreendemos ser de fundamental importância desvelar os encontros e desencontros presentes no cotidiano da prática escolar, vinculados ao universo cultural de ocorrência dos fenômenos, cabendo ao pesquisador descrevê-la em suas múltiplas dimensões.

A ESCOLA E OS SUJEITOS

Para realização desse estudo, buscamos instituições da rede pública que ofertassem os anos iniciais do ensino fundamental. As escolas escolhidas como campos de pesquisa foram selecionadas de acordo com a proximidade e facilidade de acesso às pesquisadoras, pois, devido à proposta do estudo, pressupunha uma presença bastante considerável in lócus.

Tendo em vista o enfoque da pesquisa – alfabetização na perspectiva do letramento –, preferimos optar pelas turmas de 2º ano com base na hipótese de que elas estariam mais familiarizadas com a leitura e escritas do que as turmas de 1º ano, por exemplo.

Escolhidas as instituições, apresentamos a proposta de pesquisa aos responsáveis que nos indicaram as professoras. Na Escola I, fomos atendidos pela diretora que conversou com a primeira professora de 2º ano que avistou, portanto não houve nenhum critério. Na Escola II, fomos atendidos por uma professora que estava auxiliando a pedagoga, que se preocupou com a proposta de letramento e indicou a professora que julgou melhor trabalhar nessa perspectiva. Optamos por fazer a pesquisa em ainda mais uma escola, no contraturno, simultaneamente com a Escola II. Na Escola III, fomos

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

recebidas pela pedagoga que nos informou que não possuíam nenhuma turma de 2º ano no período da manhã, mas que tinham uma turma “fraca” de 3º ano, que estaria em nível de 2º ano.

As três instituições estão localizadas em bairros periféricos do município de Paranaguá/PR, ofertam a Educação Infantil (Pré) e as séries iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). O horário de atendimento dos estabelecimentos é das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min. Analisando o PPP (Projeto Político-Pedagógico) de cada escola, percebe-se que defendem o trabalho pedagógico sob uma tendência progressista, que objetivam formar cidadãos críticos e reflexivos, prezam pela mediação do ensino historicamente acumulado e acreditam que a apropriação do conhecimento é construída pelo aluno na sua interação com o meio e com outros sujeitos.

Para este artigo, com fins de sintetizar informações, elaboramos a Tabela 1 que divulga alguns dados relevantes sobre as escolas e turmas que contribuíram com a pesquisa.

Tabela 1

TABELA INFORMATIVA			
	ESCOLA I	ESCOLA II	ESCOLA III
ESCOLAS			
Nº de professores	41	44	26
Nº total de alunos	478	693	442
Nº alunos do integral	72	124	38
TURMAS PESQUISADAS			
Seriação	2º ano	2º ano	3º ano
Número de alunos	22	26	24
Idade dos alunos	Entre 6 e 9 anos	Entre 6 e 9 anos	Entre 7 e 11 anos

Fonte: Tabela elaborada com base nos dados levantados durante a pesquisa

COLETA DE DADOS

Partindo de uma observação participante, ou seja, interagindo com o objeto e com o meio sem intervir no processo, adotamos como procedimento de coleta de dados o diário de bordo, em que registramos dados observados tais como falas, gestos, e atividades.

Nas três escolas o início da pesquisa se deu da mesma forma. No primeiro dia houve a apresentação da pesquisadora e da proposta da pesquisa à professora. Optamos pela observação ser realizada nos fundos da sala, de modo a chamar a menor atenção possível e minimizar ao máximo as interferências nas relações e posturas da classe e da professora, buscando um ambiente mais natural.

As observações aconteceram durante aulas de língua portuguesa. As pesquisas tiveram duração de um bimestre (dois meses) em cada escola, totalizando 196 horas em sala de aula. No término das observações, as professoras foram convidadas a responder uma entrevista semiestruturada, elaborada para comparar sua prática pedagógica com seu discurso.

AS CONCEPÇÕES DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO POR MEIO DAS ATIVIDADES, OBSERVAÇÕES E ENTREVISTAS

Após coleta de material nas escolas, destacamos algumas observações e atividades para fins de análise. Tomamos como exemplo alguns diálogos, atividades impressas e escritas na lousa que traremos transcritas em quadros.

Escola I- No dia 10 de março de 2017, a Professora I entregou para cada criança uma folha impressa com uma atividade que trabalhava encontros vocálicos, conforme Imagem 1, e explicou como deveria ser executada. Não houve nenhum diálogo anterior com os alunos sobre a atividade.

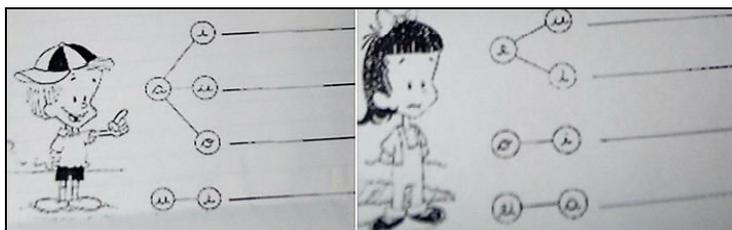


Imagem 1: Atividade de encontros vocálicos, realizada em 10/03/2017.

No dia 27 de março de 2017, a Professora I passou texto e as atividades no quadro para as crianças copiarem no caderno. Esse dia foi bem exaustivo, os alunos começaram a copiar no início da aula e a maioria só conseguiu terminar de realizar os exercícios perto da hora de ir embora, alguns levaram para terminar em casa.

PIPOTE Pipote o palhaço / É muito esquisito / Só vive pulando / E soltando grito / Parece que ele / Tá meio lelé / Pipote o palhaço / Não para de pé. / (Gi Barbosa)/ 1) Marque corretamente de acordo com o texto: A) Pipote é um... / () Palhaço / () Malabarista / () Trapezista
--

No dia seguinte, 28 de março de 2017, a Professora I passou mais atividades de cópia. Para desenvolver a atividade 3, ela solicitou que os alunos falassem palavras que comessem com a letra “P”, eles demonstraram bastante dificuldade, ao invés de associar com a letra inicial, a maioria das crianças relacionavam com algo ligado à palavra anterior, como cor exemplo, a professora falou “pato”, e um aluno disse “galinha”, por relacionar ao fato de também ser uma ave.

1) Copie a família silábica: / PA - PE - PI - PO - PU / pa - pe - pi - po - pu 2) Pinte a letra “p P” nas palavras abaixo: / pega / PIADA / papa / nada / PAPAI / pulo / pó / PIANO / pé / 3) Copie e leia: SAPATO / PAPAGAIO / PATO / PIÃO / PALÁCIO / PIRULITO / PEPINO

Escola II- No dia 05 de maio de 2017, conforme demonstrado na Imagem 2, a Professora II distribuiu uma atividade em material impresso para cada criança. Ela escreveu o texto da atividade no quadro e fez a leitura apontada. Depois, fez as mesmas perguntas contidas na atividade, que foram

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

respondidas oralmente pelas crianças. Em seguida, orientou na resolução dos exercícios.

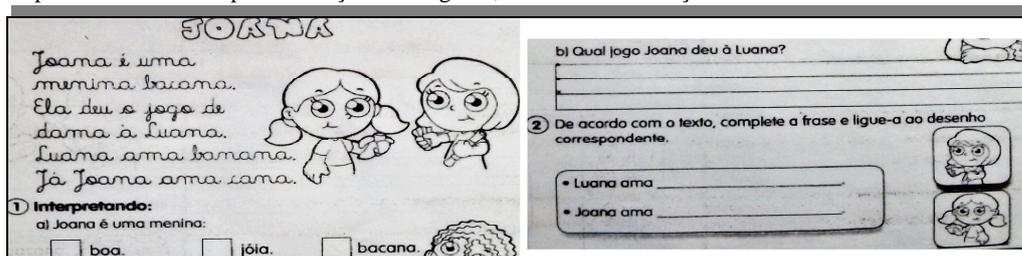


Imagem 2: Atividade proposta no dia 05 de maio de 2017

No dia 26 de maio de 2017, a Professora II explicou que iriam trabalhar com a letra “L” nos finais da sílaba. Ela escreveu a sílaba “AL” e leu para as crianças pedindo que identificassem o som que o “L” tinha. Ela usou como o exemplo o nome de um dos alunos da sala, “Miguel”. Depois escreve no quadro e lê com as crianças:

ALFACE - aface / AL - EL - IL - OL - UL / al - el - il - ol - ul

Para trabalhar com essas sílabas ela utiliza atividades do livro didático e também exercícios em material impresso como, por exemplo, o da Imagem 3.

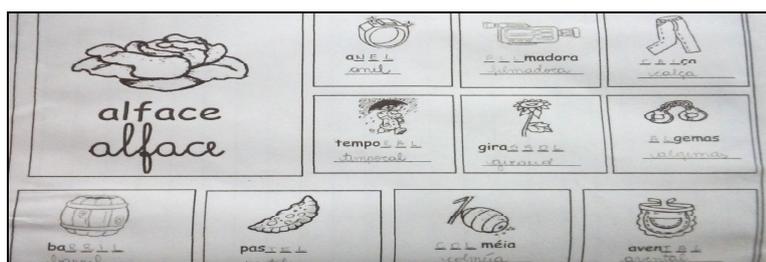
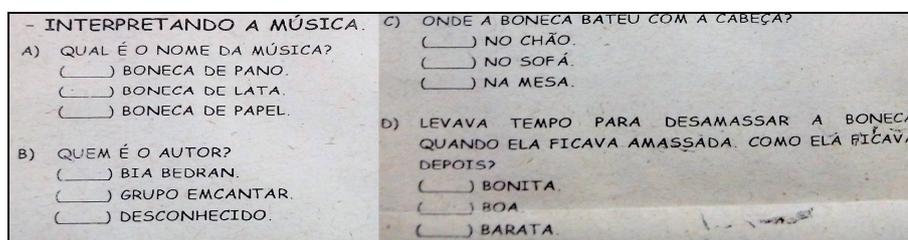


Imagem 3: Atividade de fixação trabalhada dia 26/05/2017

No dia 1º de junho de 2017, a professora trouxe a música “Minha boneca de lata” para as crianças ouvirem e dançarem, depois escreveu a música no quadro e trouxe alguns exercícios como demonstrados nas Imagens 4 e 5.

MINHA BONECA DE LATA

Minha boneca de lata bateu a cabeça no chão. Levou mais de uma hora para fazer a arrumação. Desamassa aqui pra ficar boa. / (Bia Bedran)



**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Imagem 4: Exercício elaborado pela Professora II e proposto no dia 01/06/2017



Imagem 5: Exercício de fixação executado dia 01/06/2017

No dia 08 de junho de 2017, a Professora II falou para a turma que queria escrever a palavra galinha, e pediu que os alunos soletrassem a para ela. Ela faz o mesmo com as palavras banho e gatinho, e explicou que “quando o ‘NH’ junta com as vogais, formam uma família” e escreve no quadro. Depois, a professora pede ajuda dos alunos para lembrar de palavras que possuem sílabas com “NH”, e escreve as palavras no quadro à medida que eles vão sugerindo. Em seguida, pergunta se eles conhecem a música da borboletinha, e as crianças começam a cartar, então ela escreve a letra da música no quadro para que copiem:

A BORBOLETINHA
 Borboletinha tá na cozinha, fazendo chocolate para a madrinha
 Poti potí, perna de pau, olho de vidro e nariz de pica-pau./
 NHA - NHE - NHI - NHO – NHU / nha - nhe - nhi - nho - nhu

Em seguida, foram distribuídos alguns exercícios para serem realizados e colados no caderno, como por exemplo, os da Imagem 6.



Imagem 6: Exercícios realizados dia 08/06/2017

Escola III- No dia 09 de maio de 2017, a Professora III comunica a turma que irão fazer leitura. Ela pega uma vara de madeira de aproximadamente 1,5 metro e aponta para os banners afixados no alto das paredes da sala. Ela pede que leiam em voz alta o alfabeto, o banner de palavras (como exemplifica a Imagem 7) em que ela fala as sílabas iniciais e as crianças as palavras, e, por fim, fazem a leitura do “Silabário das dificuldades ortográficas” (Imagem 8).

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**



Imagem 7: Banner de leitura de palavras a partir da sílaba inicial

SILABÁRIO DAS DIFICULDADES ORTOGRÁFICAS					GLA	GLE	GLI	GLO	GLU
QUA	QUE	QUI	—	—	PLA	PLE	PLI	PLO	PLU
BRA	BRE	BRI	BRO	BRU	TLA	TLE	TLI	TLO	TLU
CRA	CRE	CRI	CRO	CRU	VLA	VLE	VLI	VLO	VLU
DRA	DRE	DRI	DRO	DRU	CHA	CHE	CHI	CHO	CHU
FRA	FRE	FRI	FRO	FRU	NHA	NHE	NHI	NHO	NHU
GRA	GRE	GRI	GRO	GRU	LHA	LHE	LHI	LHO	LHU
PRA	PRE	PRI	PRO	PRU	GUA	GUE	GUI	—	—
TRA	TRE	TRI	TRO	TRU	AN	EN	IN	ON	UN
VRA	VRE	VRI	VRO	VRU	AR	ER	IR	OR	UR
BLA	BLE	BLI	BLO	BLU	AS	ES	IS	OS	US
CLA	CLE	CLI	CLO	CLU	AL	EL	IL	OL	UL
FLA	FLE	FLI	FLO	FLU	ANS	ENS	INS	ONS	UNS
					AM	EM	IM	OM	UM

Imagem 8: Silabário das dificuldades ortográficas

Em certos momentos, a professora interrompia a leitura para fazer algumas observações um tanto quanto confusas, como por exemplo “dinheiro tem o ‘NH’ da família da galinha”, “morango tem o ‘AN’ da família do anjo”, “vulcão tem o ‘UL’ da família da alface, “foguetes é só ‘gua - gue - gui’, igual a família do aquário”.

No dia 01 de junho de 2017, a professora explicou que iriam “revisar a família do as - es - is - os - us”

DITADO	
1-Estrela, 2-Escova, 3-Fusca, 4-Mosca, 5-Biscoito, 6-Espelho, 7-Asno, 8-Escola, 9-Fósforo, 10-Vestido	

Na palavra número 7 do ditado, um aluno perguntou para professora o que era asno, ela respondeu rispidamente: “asno é um animal!”.

Em seguida a professora passou alguns exercícios de fixação (como na Imagem 9) para as crianças realizarem.

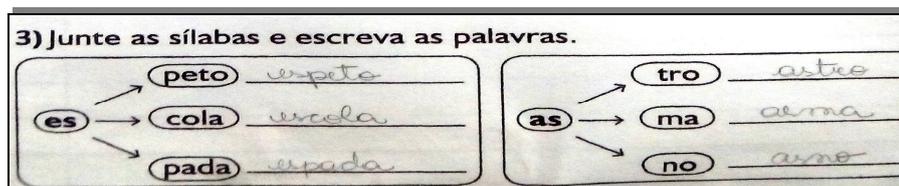


Imagem 9: Atividade realizada dia 01/06/2017

Um aluno que demonstrava bastante dificuldade em resolver os exercícios ele me pediu para que lesse a palavra asno para ele. Eu li. Notando sua expressão de dúvida, questionei se ele sabia do que se tratava, ele disse que não. Então, expliquei que era como um burrinho e ele exclamou: “Ah/

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Igual aquele do Shrek!”

No dia 13 de junho de 2017, a Professora III chegou na sala e passou um texto que ela copiou de uma cartilha que ela chama de “Livro de leitura”, que todos os alunos possuem, e depois passou algumas questões, segundo ela, de interpretação de texto.

1) Copie e leia com atenção!

PIRULITO

O palito do pirulito é amarelo / E o pirulito é colorido / O pirulito é de Vera / A garota fala: / - Eu adoro pirulito colorido! / ra - re - re - ro - ru

2) Responda de acordo com o texto: / a) Qual é a cor do pirulito? / b) De quem é o pirulito?

Os alunos começaram a comentar sobre o título que acabara de ser escrito pela professora, de repente, toda a turma estava cantando a música “Pirulito de bate bate”. A professora ignorou.

Depois a Professora III passou um exercício de fixação da família silábica da letra “R” para as crianças realizarem e colarem em seus cadernos. Em seguida, fez um ditado:

DITADO

1-Amarelo, 2-Careca, 3-Girafa, 4-Jacaré, 5-Coruja, 6-Caramelo, 7-Colorido, 8-Arara, 9-Vera, 10-Pirulito

Na última palavra do ditado, pirulito, as crianças mais uma vez começaram a cantar a música “Pirulito que bate bate”. Dessa vez a professora se irritou e gritou: “*Sem cantoria!*”.

O DISCURSO DAS PROFESSORAS SOBRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Além de concordarem em serem observadas, as professoras também contribuíram para a pesquisa respondendo uma entrevista semiestruturada, que questionava informações pertinentes à idade, tempo como docente e formação, e ainda trazia algumas perguntas: Na sua opinião, como se dá o processo de alfabetização? Você acredita que existe diferença entre alfabetização e letramento? Se sim, qual?

A professora I possui 40 anos de idade e atua como docente há 15 anos. Fez magistério, graduação em pedagogia e está cursando pós-graduação em educação especial. A professora acredita que a alfabetização tem início desde a educação infantil. Afirma que há uma diferença entre alfabetização e letramento, embora não saiba explicar, já que, segundo ela, não fez o curso de letramento.

A professora II possui 32 anos de idade, sendo que há 13 atua como docente. Fez magistério, é graduada em pedagogia e está cursando pós-graduação em neuropsicopedagogia. Para a professora II, “*a alfabetização sempre deve partir da vivência da criança e do conhecimento que ela possui. Também deve partir de um contexto, um texto, uma música, uma história.*”. Ela acredita que a diferença entre alfabetização e letramento está em que enquanto na alfabetização as crianças aprendem a ler palavras soltas sem compreender o que estão lendo, no letramento aprendem ler compreendendo.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

A professora III tem 49 anos e há 17 atua como docente. É graduada em Letras e pós-graduada em linguagens, códigos e suas tecnologias e em neuropsicopedagogia educação especial e inclusiva. Para a professora III, o processo de alfabetização deve começar com “*as vogais, em seguida junções, sílabas, formação de palavras. Uso leitura de cartazes, músicas como recurso de fixação, e, a partir disso, começam a formar frases*”. Ela alega que a alfabetização apenas ensina o símbolo, está ligado ao decodificar, já no letramento a criança aprende a ler e a interpretar.

CONFRONTANDO E DISCUTINDO AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E OS DISCURSOS DAS PROFESSORAS FRENTE À ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO

Emília Ferreiro (1991) evidencia que as práticas dos professores alfabetizadores estão embasadas na forma com que eles concebem o processo de aprendizagem. Portanto, analisando as atividades propostas e os diálogos tecidos em sala de aula, somados à observação dos gestos, expressões e posturas das professoras e seus alunos, e às entrevistas, podemos refletir sobre as concepções que sustentam as práticas das professoras que contribuíram para a pesquisa.

A professora I demonstra uma grande preocupação quanto ao rendimento da turma, no início das observações ela comentou que precisou retomar desde as vogais, depois consoantes, até a formação de sílabas e palavras, pois, segundo ela, “*eles não sabiam nada*”. Essa concepção da Professora I, de que o aluno não possui nenhum conhecimento anterior à escola, é confirmada pelo seu discurso ao afirmar que o letramento começa na educação infantil, desconsiderando o fato do letramento iniciar desde o momento em que a criança começa a interagir com uma sociedade letrada.

De modo semelhante, a professora III explicou que a turma é muito “fraca” e tem muita dificuldade, e que no geral estão em um nível de segundo ano e que alguns ainda não fazem a junção de sílabas e, por isso, precisou aplicar conteúdos do 1º ano no começo do ano letivo.

Esses relatos evidenciam uma concepção tradicional de alfabetização que enxerga a criança como uma tábula rasa, ou seja, sem conteúdo, desconsidera suas experiências e o conhecimento de mundo que ela já possui e por isso anula sua capacidade construir seu próprio conhecimento. Nessa “educação bancária” tão criticada por Paulo Freire (2008), o professor deposita o conhecimento no aluno, que, por sua vez é visto como um objeto e não um sujeito.

Notamos que a professora I e III apostam na eficácia da cópia. No caso da professora I, ainda que em uma aula ela utilize apenas o livro didático, os alunos precisam escrever o cabeçalho com a data, mês, ano, e nome completo da escola, e registrarem as páginas em que fizeram as atividades do livro. Segundo a professora, esse procedimento além de treinar a escrita, também é bom para os pais “*poderem ver que a gente está trabalhando*”.

A professora I acredita que seus alunos são muito “fracos” e precisam copiar bastante para se familiarizarem mais com a escrita, 63% das aulas observadas foram de cópias de textos e/ou

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

atividades. Essas aulas eram bastante exaustivas para as crianças, principalmente depois do 4º dia de observação em que a professora passou a escrever apenas com letra cursiva, por orientação da pedagoga da escola.

A cópia com fins de treinamento é uma prática bastante corriqueira nas salas pesquisadas. O treinamento é um recurso muito utilizado pelos métodos tradicionais de alfabetização, porém a cópia que visa apenas treinar a escrita do aluno acaba se distanciando do aprendizado. Nesse caso, a escola corre o risco de formar excelentes copistas analfabetos. Outra consequência do apego às atividades de cópia é que elas acabam interferindo na autonomia e na criatividade do aluno, afinal, as produções espontâneas não têm vez.

No caso da professora III, contabilizamos que a cópia do quadro se fez presente em 60% das aulas observadas. Os textos utilizados são retirados do “Livro de leitura”, que remete às cartilhas tradicionais, e depois ela passa algumas questões de interpretação de texto e/ou “exercícios de fixação” as como de pintar as sílabas trabalhadas na aula, separar palavras em sílabas, dentre outras.

A propósito, esses “exercícios de fixação”, que se caracterizam como atividades mecânicas, estavam presentes nas práticas das três professoras e totalizavam a grande maioria das propostas de atividades. Porém, além de se apresentarem de modo totalmente descontextualizadas com a prática social das crianças, elas são desconexas entre si. A preocupação em trabalhar determinado conteúdo fazia com que as professoras reunissem várias atividades desvinculadas umas das outras.

Se o letramento envolve práticas sociais de leitura e escrita, podemos verificar com base nessas observações, que não há uma preocupação por parte das professoras com o letrar, já que as atividades são desconexas até mesmo entre si, e ainda mais dos alunos.

Tomando como exemplo a atividade de encontros vocálicos explicitada na Imagem 1, notamos que há uma grande falta de entendimento quando à aprendizagem da criança. Emília Ferrero e Ana Teberosky (1985) demonstraram que no início do processo de aquisição da língua escrita, a criança desenvolve a hipótese de que palavras com poucas letras não podem ser lidas, portanto, essa atividade não faz o menor sentido para a criança.

O diálogo tecido pelas professoras I e III com os alunos eram, em sua maior parte, em torno das atividades propostas e questões de indisciplina, porém não temos registro de conversas que vinculem as atividades ao cotidiano dos alunos.

Analisando as entrevistas, percebemos que apenas a professora II fez menção a um ensino que parte da “vivência da criança e do conhecimento que ela possui” e esse discurso é consoante com sua prática em sala de aula. Ela buscava sempre trazer um contexto antes de iniciar as atividades, fazia perguntas buscando relacionar os temas trabalhados com as experiências dos alunos, também por três vezes utilizou letra de músicas conhecidas pelas crianças e cantou com elas. Contudo, na hora de trabalhar com a ortografia, por exemplo, ela acabava apelando para os já comentados “exercícios de fixação”.

As práticas de alfabetização na perspectiva do letramento defendem um ensino que parte

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

da realidade do aluno e que considere seus conhecimentos, possibilitando a construção de uma aprendizagem significativa.

Se analisarmos, por exemplo, as observações das aulas da professora III, vemos a dificuldade que os alunos demonstram frente às palavras que desconhecem o significado e textos sem sentido. Notamos que os alunos clamam por uma contextualização, fazem questionamento a fim de associar com algo previamente experimentado por eles, a fim de obter uma compreensão. Contudo, a professora parece não notar essa questão, e até mesmo desconsidera acontecimentos tão interessantes como o no dia 13/06/2017, em que a turma toda cantou por duas vezes a música “Pirulito que bate bate” e ela na primeira vez ignorou e na segunda repreendeu a atitude das crianças.

Quanto aos banners afixados nas paredes da sala da professora III, que seriam possíveis justificativas para explicações confusas como “*dinheiro tem o ‘NH’ da família da galinha*”, “*morango tem o ‘AN’ da família do anjo*”, “*vulcão tem o ‘UL’ da família da alface*”, “*foguete é só ‘gua - gue - gui’*”, “*igual a família do aquário*”. É notório que a grande parte das crianças não conseguem fazer essas associações que parecem tão simples e óbvias à professora. Isso porque elas não participaram da construção desses materiais, portanto, não fazem sentido para os alunos, para eles não passam de palavras soltas.

Sobre os exercícios de interpretação de texto utilizados pelas três professoras, convém ressaltar que a criança não é desafiada a interpretar o texto, ela apenas identifica a frase e copia a palavra no local indicado, ou então, assinala a alternativa que contém a palavra tal como no texto.

Cabe ainda ressaltar para o fato da professora III utilizar frequentemente o “Livro de leitura”, que remete às cartilhas tradicionais de alfabetização, como recurso didático. Por várias vezes, quando sobrava um tempo no final da aula, ela pedia para os alunos lerem os textos da cartilha e chamava cada um para avaliar o nível de leitura. Essa cartilha apresenta primeiramente o alfabeto, depois as vogais, encontros vocálicos, sílabas simples e sílabas complexas. Os textos de exemplo são textos curtos, com informações fragmentadas e sem sentido.

A cartilha trabalhada pela professora III baseia-se nos métodos tradicionais, pautados no entendimento da alfabetização como aquisição de uma técnica que deve ser desenvolvida mecanicamente por meio de repetição, memorização e treinamento. Porém, como evidenciado pela fala da professora, sua concepção vê esse método de alfabetização como o mais adequado.

Como vimos, atualmente, para quem vive em uma sociedade letrada a apropriação da escrita por si só não dá conta de desenvolver as demais requisitadas pelo mundo moderno. Se o indivíduo se limitar a simples codificação e decodificação do sistema de escrita alfabético e não conseguir compreender o significado e o sentido dos variados textos presentes em seu cotidiano, podemos afirmar que o letramento não ocorreu e que esse indivíduo sofrerá as penas da exclusão gerada pela falta de acesso ao conhecimento científico e cultural que essa alfabetização sem letramento implica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção dessa pesquisa era desvendar quais as concepções de alfabetização estavam por trás das práticas das professoras no município de Paranaguá/PR. E, contrariando toda tendência progressista – que já não é mais novidade –, constatou-se que as concepções tradicionais continuam, em grande parte, bem firmadas no terreno escolar.

Nesse sentido, a pesquisa etnográfica trouxe à tona algumas práticas docentes que denunciam uma concepção tradicional de educação, isto é, aquela onde o professor “reina” soberano e é autoritário tanto em suas posições quanto em sua metodologia de ensino e desconsidera e desconsidera os conhecimentos de mundo que o aluno já possui.

Cópias exaustivas e sem um objetivo, atividades descontextualizadas e descontínuas, uso de cartilhas de alfabetização baseadas em métodos tradicionais, atividades com fins de treinamento e memorização e não de aprendizagem, leituras diárias de banners com palavras soltas, leitura de frases soltas ou de textos sem sentido e explicações confusas do tipo “*Dinheiro é do ‘NH’ da família da galinha*”, “*Morango é do ‘NA’ da família do anjo*” ou “*Vulcão é do ‘UL’ da família da alface*” são algumas das práticas que pudemos observar em sala de aula que exemplificam bem essa concepção tradicional.

O estudo demonstrou que, embora as professoras saibam diferenciar alfabetização de letramento, as concepções apresentadas por elas sobre leitura e escrita estão, em sua maioria, distanciadas das práticas de sociais, isto é, descontextualizadas da realidade dos alunos, corroborando para uma educação sem significado e desinteressante para eles.

Portanto, por mais que a teoria se empenhe em comprovar a importância do letramento, a prática pedagógica dos professores se rende a concepções tradicionais que reforçam as desigualdades e afastam a escola de sua função de transformação social.

Percebemos que, quando o professor não reconhece que o aluno possui um conhecimento de mundo anterior à escola, quando não o percebe como um sujeito produtor do seu conhecimento, ele não vê a necessidade de práticas de letramento, justamente por não enxergar que o aluno precisa relacionar o ensino com sua realidade para que a aprendizagem faça sentido para ele. Se o foco principal da escola é o aluno, portanto, a primeira concepção que há de se mudar é em relação a ele.

A ideia de o aluno ser uma “tábula rasa”, uma “folha em branco”, sustenta a visão tradicional que concebe o aprendizado como uma simples transmissão de conteúdo. Nesse caso, o professor não é o mediador, ele é o depositante. Essa educação bancária, tão criticada por Paulo Freire, reafirma a desobrigação de uma educação contextualizada e, conseqüentemente, de uma alfabetização com vistas ao letramento.

Entendemos que a função pedagógica da escola é a formação humana, desenvolvendo o sujeito dentro de sua totalidade, considerando as concepções históricas, política e sociais, para que seja uma prática transformadora no meio social em que está inserida, oportunizando a ampliação do saber

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

do aluno através da mediação de conhecimentos sistematizados e formando um sujeito reflexivo, crítico e humanizado.

A alfabetização na perspectiva do letramento supõe práticas pedagógicas que vão de encontro à realidade do aluno e despertem seu interesse pelo conhecimento. E, além disso, ainda prevê a apropriação de escrita de forma a atender integrar o sujeito ao universo da linguagem de forma mais integral possível. Ao negar uma alfabetização embasada em concepções tradicionais, a escola abandona a possibilidade de reproduzir as desigualdades e passam a ser um instrumento de transformação social, que trabalha a favor da autonomia do sujeito.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.
- KATO, Mary Aizawa (Org.). **A concepção da escrita pela criança**. 2 ed. Campinas: Pontes, 1994.
- FERREIRO, E. **Reflexões Sobre Alfabetização**. 19 ed. São Paulo, Cortez, 1991.
- FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **A psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1985.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- IMBERNÓN, F. **Formação Docente e Profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- KLEIMAN, A B. **Os significados do Letramento: uma perspectiva sobre a prática social da escrita**. 7. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda. 2004.
- SARMENTO, M. J. O Estudo de Caso Etnográfico. In: ZAGO, N.; CARVALHO, M.P.de; VILELA, R. A. T. (Org.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 137-184.
- SCHON, D. **La formación de profesionales reflexivos**. Barcelona: Paidós, 1992.
- TEBEROSKY, Ana. **Psicopedagogia da linguagem escrita**. São Paulo: Trajetória Culturas, 1990.



RELIGIÃO E POLÍTICA: ANÁLISE DAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 2016 EM CAMPO MOURÃO

Keytellen Nayara Pereira Ramos (PIBIC – CNPq)
Unespar/Campus de Campo Mourão (keytellenpramos@gmail.com)
Cristina Satiê de Oliveira Pátaro (OR)
Unespar/Campus de Campo Mourão (crispataro@gmail.com)
Frank Antonio Mezzomo (Co-OR)
Unespar/Campus de Campo Mourão (frankmezzomo@gmail.com)

Palavras-Chave: Eleições Municipais. Candidatos evangélicos. Campanha Eleitoral

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve por objetivo analisar a campanha eleitoral de 2016, referente a candidatos à vereança no legislativo municipal de Campo Mourão-PR que de alguma forma expressaram vínculo com instituições religiosas evangélicas¹. Neste movimento, nosso intuito é tecer discussões acerca das inter-relações, imbricações e permeabilização de fronteiras entre os campos da religião e da política.

A pesquisa tangencia uma problemática que vem cada vez mais se evidenciando no campo político brasileiro: a crescente força política dos evangélicos, em especial dos pentecostais. A este respeito, conforme aponta a literatura, as Igrejas evangélicas têm buscado ocupar o espaço público, mais precisamente no campo da política formal, a partir de um processo de racionalização e planejamento, por meio da manifestação de apoio e/ou lançamento de candidaturas oficiais ao legislativo e executivo, seja nas esferas municipal, estadual ou federal (MACHADO; BURITY, 2014; CAMPOS, 2013; RODRIGUES; FUKS, 2015). Ao mesmo tempo, ainda que considerando os múltiplos condicionantes sociais na definição do voto, pesquisas vêm indicando que, entre os evangélicos – especialmente os pentecostais –, há maior probabilidade de que a religião influencie os processos eleitorais (NOVAES, 2004; BOHN, 2004). Trata-se, assim, de um fenômeno cada vez mais intenso e recente – década de 1980 –, e que vem sendo alvo de diferentes pesquisas no campo das Ciências Humanas e Sociais.

Com a diminuição da influência da Igreja Católica e a intensificação do pluralismo religioso, “foram introduzidos no Brasil diferentes sistemas religiosos com destaque para a vertente Protestante”

¹ Esta investigação de Iniciação Científica faz parte de pesquisa mais ampla, vinculada ao Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, que conta com apoio do CNPq e da qual participam acadêmicos de Iniciação Científica e estudantes do Mestrado Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD/Unespar).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

(ANDRADE, 2009, p. 109). Assim, a multiplicidade de crenças e ritos que se instalou no Brasil na virada do século XIX para o XX abriu espaço para que a atuação dos evangélicos não se restringisse somente ao campo privado. De acordo com Mariano (2003, p. 114):

Nesse contexto pluralista, as agremiações religiosas, para sobreviver e crescer, são compelidas a concorrer, e muitas organizações religiosas, além de reforçar seu proselitismo, estimulando o ativismo do clero e a militância dos leigos, procuram, como forma de atrair clientela e recrutar novos adeptos, conquistar novos nichos de mercado.

Vemos que, neste contexto em que as religiões buscam sua expansão em um cenário de grande concorrência, os evangélicos não se restringem sua participação social ao campo religioso, mas ampliam sua presença pública por meio da inserção na política. Nesse sentido, as religiões evangélicas mobilizam suas comunidades e seus fiéis, na organização de movimentos atuantes na esfera pública, em vista de avançar na esfera política para a defesa do que denominam “moral e bons costumes”.

Ao mesmo tempo, diante da pluralidade religiosa, uma das matizes da chamada laicidade do Estado impulsionou um movimento que “passou a garantir legalmente a liberdade dos indivíduos para escolherem voluntariamente que fé professar e o livre exercício dos grupos religiosos” (MARIANO, 2003, p. 112), abrindo espaço para o exercício que valoriza o pluralismo religioso e a liberdade do indivíduo. Ainda que diante da liberdade religiosa e da laicidade do Estado, é possível afirmar que o imbricamento entre religião e política “nunca se rompeu, apenas foi construído de diferentes maneiras, sem obedecer a uma lógica linear ou ao ditame de leis irresistíveis do desenvolvimento histórico” (BURITY, 2001, p. 30).

Podemos dizer que a ocupação do espaço público pelos agentes e instituições religiosas vem acompanhada de uma série de novas problemáticas, considerando inclusive que, em nome da legitimidade e da autonomia, “estas instituições não se limitam aos cuidados das almas individuais e levantam questões sobre a conexão pública e privada” (BANDINI, 2004, p. 12). Assim, é importante compreender que a participação dos evangélicos na política não se encerra apenas na intenção isolada de fiéis ou membros das Igrejas em ocupar os cargos públicos, mas reflete, quiçá, um “projeto evangélico” para a sociedade (VITAL; LOPES, 2013).

Diante do exposto, nossa pesquisa se debruça sobre a utilização de elementos religiosos durante a campanha eleitoral de candidatos evangélicos ao legislativo municipal de Campo Mourão. Em que medida esses candidatos assumem sua vinculação religiosa em sua marca política, no marketing de campanha, nos projetos e posicionamentos que defendem? De que forma se dá o apoio da instituição religiosa? Será possível perceber a construção de uma performance moralizante, na qual se articulem categorias e valores como justiça, família, doação, generosidade, humildade, força, entre outros? Estes são alguns dos questionamentos que se colocam como pano de fundo para nossa investigação.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

De acordo com dados do Tribunal Regional Eleitoral, 167 candidatos pleitearam uma das 13 vagas ao legislativo do município de Campo Mourão em 2016, dentre os quais podem ser identificados diversos *agentes religiosos* – que, segundo Oro, são aqueles “candidatos que reivindicaram abertamente a sua condição de líderes religiosos (membros da hierarquia ou participantes ativos de uma religião) ou que se apresentaram como representantes de uma organização religiosa” (ORO, 2001, p. 10). Dentre os agentes religiosos que concorreram às eleições municipais, a presente pesquisa se propôs à análise da campanha eleitoral de quatro candidatos²: Edilson Martins, membro da Assembleia de Deus (AD) e vinculado ao PR; Olivino Custódio, também vinculado à Assembleia de Deus e candidato pelo PSC; Toninho Machado, membro da Igreja Presbiteriana Renovada e vinculado ao PSC; e Pastor Pereira, candidato do PRP e Pastor da Assembleia de Deus Ministério de Madureira.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na busca por compreender as inter-relações entre as esferas da política e da religião, e no intuito de problematizar indícios acerca das questões apresentadas, a pesquisa se iniciou pela identificação dos candidatos, agentes religiosos, que estavam concorrendo ao legislativo municipal de Campo Mourão em 2016. Para tanto, foram sistematizados e tabulados os dados referentes ao candidato, vinculação religiosa, filiação partidária, ocupação, informações de contato (telefone, endereço, e-mail) e tipo de apoio religioso recebido.

Em paralelo a essa atividade, logo que se iniciou o período de propaganda eleitoral, em 16 de agosto de 2016, passamos também ao levantamento de dados produzidos no âmbito das eleições de tais agentes religiosos, visitando os comitês de campanha em busca de informações acerca dos candidatos e de materiais impressos, tais como: panfletos, santinhos e jornais produzidos pelos partidos e pelos candidatos. Acompanhamos ainda a divulgação dos jingles, propaganda eleitoral gratuita (rádio e televisão), além de postagens realizadas nas redes sociais, tais como fotos, vídeos e reportagens. Todos esses materiais foram registrados em formato digital e encontram-se arquivados em acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Realizamos, ainda, entrevistas com os quatro candidatos investigados, as quais foram agendadas com antecedência em data, local e horário. Edilson Martins, Olivino Custódio e Toninho Machado optaram por ser entrevistados em seus gabinetes junto à Câmara Municipal, visto que já atuavam como vereadores durante a gestão 2013-2016. Já Pastor Pereira escolheu seu escritório localizado junto à Igreja que pertence. As entrevistas foram baseadas em um roteiro semiestruturado,

² A partir dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, e considerando como critérios a vinculação à religião e a recorrência a elementos religiosos na campanha eleitoral, foram identificados 16 agentes religiosos concorrendo às vagas do Legislativo Municipal de Campo Mourão. São eles: Diego Reis (PRP), Edilson Martins (PR), Eliseu Lauback (PSB), Gerson Maciel (PPS), Irmão Val (PRB), João Marcos (PSC), Olivino Custódio (PSC), Otamar Pereira (PRB), Missionário Claudinei (PPS), Marlene Pereira (PSB), Pastor Joaquim (PROS), Pastora Jurema (PPS), Pastor Pereira (PRP), Pastor Valdir (PR), Teresa Lisboa (PPS) e Toninho Machado (PSC). Esta investigação de Iniciação Científica tematiza quatro desses agentes religiosos. Os demais candidatos são alvo de investigação de outros subprojetos de pesquisa.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

disponibilizado antecipadamente para os candidatos, buscando levantar informações acerca de sua trajetória política, as bases de sua candidatura, os apoios religiosos recebidos, as principais propostas de campanha, além de sua opinião sobre a atual conjuntura política do Brasil.

Cabe ressaltar que, em paralelo ao trabalho de coleta de dados e durante todo o período de pesquisa, foram realizadas leituras bibliográficas e estudos junto ao Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, além de orientações periódicas com os orientadores e demais estudantes envolvidos na pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo ocorrido em 02 de outubro de 2016 o primeiro turno das eleições municipais, pudemos verificar que dois dos candidatos analisados em nossa pesquisa obtiveram êxito, tendo sido eleitos para exercer o mandato junto à Câmara Municipal de Campo Mourão para a gestão 2017-2020. A Tabela 1, a seguir, sistematiza os dados dos quatro agentes religiosos/candidatos, ordenados pelo quantitativo decrescente de votos obtidos:

Candidato	Partido	Vinculação religiosa	Qtd. Votos	Situação
Edilson Martins	PR	Assembleia de Deus	1.293	Eleito
Olivino Custódio	PSC	Assembleia de Deus	769	Eleito
Toninho Machado	PSC	Igreja Presbiteriana Renovada	703	Não eleito
Pastor Pereira	PRP	Assembleia de Deus	271	Não eleito

Tabela 1: Informações dos candidatos nas Eleições Proporcionalis de 2016 – Campo Mourão. Fonte: Dados da pesquisa.

Na sequência, e em vista de compreender de que maneira os candidatos acionavam, em suas campanhas, elementos político-religiosos, apresentamos e discutimos os dados de cada um deles.

O primeiro agente religioso investigado foi Edilson Martins, que pleiteou pela segunda vez uma vaga na Câmara Municipal, tendo sido eleito com 1.293 votos. Casado, pai de 2 filhos, é membro e músico da Igreja Assembleia de Deus (AD). Em seus materiais de campanha, trabalhou com santinhos e perfurades com número e foto, utilizando desde a campanha passada, em 2012, o lema “Determinação e trabalho”, além de um jingle escrito e cantado por um pastor da AD.

Como estratégia de campanha, Edilson Martins fez uso diário e intenso das redes sociais, com postagens de fotos com o lema “#eu sou vereador Edilson Martins”. Nas postagens, aparece com amigos, familiares e, por diversas vezes, com membros das igrejas, evidenciando sua participação em cultos oficiais e em cultos domésticos. As postagens apresentadas no Quadro 1, a seguir, ilustram tal estratégia de campanha, sendo possível identificar, nas imagens, diversos líderes da AD de Campo Mourão que apoiaram sua candidatura:

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**



Imagem 1: Postagens de Edilson Martins durante a Campanha Eleitoral de 2016
Fonte: Dados da Pesquisa.

Na análise das imagens, é possível ainda perceber que diversas das fotos retratam as Igrejas de Campo Mourão, simbolizando o apoio dado pela própria instituição religiosa a Edilson Martins. Nesse sentido, é possível entender que “os veículos de informação são estratégicos não só na conquista de votos para os candidatos em particular, mas principalmente, na ampliação da capacidade de influência de denominação na esfera pública” (MACHADO, 2001, p. 144). Esse elemento fica ainda mais evidenciado quando verificamos que a ênfase da campanha de Edilson Martins esteve centrada em sua declaração de ser o representante da AD no Legislativo Municipal, além da menção diária ao apoio recebido de pastores e obreiros de sua Igreja.

Segundo afirma o próprio candidato, sua candidatura foi aprovada e é apoiada pela Igreja Assembleia de Deus. A este respeito, Edilson Martins esclarece que, em períodos eleitorais, as ADs realizam uma prévia na qual se manifestam todos aqueles membros que pretendem concorrer aos cargos públicos, em vista de atuar como representante da Igreja na esfera da política formal. Durante as prévias, há uma votação entre o corpo de obreiros³ da Igreja, em vista de decidir qual será o candidato apoiado pela instituição religiosa. A intenção, menciona Edilson Martins, é de apresentar somente um nome para que a Igreja não corra o risco de não eleger nenhum representante, atitude que confirma “a estratégia que passou a ser adotada pela AD em nível nacional a partir de 2002 [...] evitando a dispersão da campanha e consequentemente de eleitores” (MEZZOMO; PÁTARO; ONOFRE, 2014, p. 253).

Na entrevista realizada, Edilson Martins explicita de que forma compreende as relações entre religião e política. Segundo o agente religioso, a Igreja “não precisa da política, e não faz a política lá dentro, com intenção de que eu, enquanto vereador, possa contribuir pra minha comunidade. Eu não vou dar dinheiro, até porque ela não pode receber dinheiro, recurso público.” (MARTINS, Edilson. Entrevista, 2016). Assim, Edilson Martins compreende que não há um interesse de que a Igreja em si e a comunidade sejam beneficiadas com recursos públicos. Por outro lado, enquanto representante da

³ Pastores, Evangelistas, Presbíteros, Diáconos e Cooperadores.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

AD, o candidato considera importante sua participação na esfera da política formal, em vista de defender a Palavra de Deus, e de legislar em favor dos valores e dos princípios cristãos. Para exemplificar sua postura, descreve uma de suas atitudes enquanto vereador no ano de 2016, envolvendo a chamada “ideologia de gênero”:

Há poucos dias, tivemos um projeto do qual eu fui relator e votei contrariamente, que é a questão da ideologia de gênero. Sem menosprezar ninguém, sem difamar, com a maior intenção de resolver a situação, sem prejudicar as escolas municipais, as escolas estaduais, eu fui totalmente contra esse processo de ideologia de gênero. (MARTINS, Edilson. Entrevista, 2016).

Segundo Edilson Martins, seu posicionamento não visa a prejudicar os que defendem a ideia, mas sim preservar o pensamento cristão e os princípios bíblicos, e é por esse motivo que acredita que “a Igreja não precisa da política, mas ela tem que ter os políticos” (MARTINS, Edilson. Entrevista, 2016). Ainda durante a entrevista, o candidato afirmou que, caso obtivesse êxito na eleição, trabalharia em movimento contrário a qualquer atitude que “afronte a comunidade evangélica, católica, a família e os interesses da população, então o negócio é bem amplo.” (MARTINS, Edilson. Entrevista, 2016). Edilson Martins foi eleito com 100% dos votos dos obreiros da AD de Campo Mourão, sendo reconhecido enquanto representante da Igreja no Legislativo Municipal.

O segundo agente religioso analisado em nossa investigação é Olivino Custódio, também membro da Igreja Assembleia de Deus, mas que concorreu às eleições sem o apoio oficial da instituição religiosa. Casado, pai de 4 filhos, o candidato pleiteou seu quinto mandato junto ao Legislativo Municipal de Campo Mourão, estando na política desde 1982, e tendo sido eleito nos anos de 1982, 1989, 1993 e 2012.

Durante a campanha eleitoral, o candidato usou um chapéu como acessório indispensável em horário de trabalho, tendo o objeto se tornado um símbolo de sua campanha. A estratégia para chegar aos eleitores compreendeu a utilização de perfurades com número de campanha e foto, carro de som, participação em cultos, reuniões em casas e distribuição de santinhos (Imagem 1).



Imagem 1: Material de campanha – Olivino Custódio
Fonte: Dados da pesquisa

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Com a ajuda de sua equipe, composta oficialmente por 22 pessoas, além de voluntários, o candidato apostou nas redes sociais para a divulgação de seu nome. As postagens, em sua grande maioria, referiam-se a fotos e pequenos vídeos com amigos, parentes e membros da AD de Campo Mourão (Quadro 2).



Quadro 2: Postagens de Olivino Custódio durante a Campanha Eleitoral de 2016
Fonte: Dados da pesquisa

Ao analisar as imagens das postagens de Olivino Custódio, é possível identificar membros da AD, evidenciando, de alguma forma, a influência e a recorrência à religião em sua campanha, mesmo não sendo este candidato o político apoiado oficialmente pela instituição em questão.

A este respeito, em entrevista, Olivino Custódio afirmou ser um evangélico que nunca recebeu o apoio formal da sua instituição religiosa. Ao mencionar as articulações entre religião e política em sua trajetória, declarou-se independente e que sua Igreja (AD) já tem seu representante oficial – no caso, como pudemos verificar, Edilson Martins. Olivino Custódio, no entanto, declara discordar dessa postura da instituição religiosa em apoiar candidaturas, afirmando que:

Em minha opinião, a religião não é parte da política [...]. Não é que não deva ter candidato evangélico, candidato de uma denominação religiosa. Deve ter e deve ter também liberdade de expressão dentro da igreja. “Esse candidato é o meu e os outros não”, isso não é manifestação da Igreja, não deveria ser assim. (CUSTÓDIO, Olivino. Entrevista, 2016).

Mesmo com o posicionamento oficial da AD de manifestar-se em favor de um candidato, Olivino Custódio acredita receber apoio de muitos fiéis, o que, inclusive, é evidenciado pelo material de suas postagens nas redes sociais, nas quais pudemos identificar membros e fiéis da AD presentes em suas fotos, como apoiadores de sua candidatura. Esse movimento evidencia a complexidade das articulações entre as esferas da política e da religião, uma vez que a pertença institucional, e o próprio incentivo da instituição religiosa, parecem não ser determinantes na escolha do voto dos fiéis

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

evangélicos – tendência que, inclusive, já vem sendo apontada por outros pesquisadores (BOHN, 2004).

Ainda no que diz respeito às relações entre religião e política, podemos mencionar o posicionamento de Olivino Custódio, quando analisa a situação política do país, afirmando que:

O Brasil está passando a limpo. Precisa limpar, e eu acho que se limpa com eleição, ela é a maneira de corrigir. A gente vê muitos membros, até representante de igrejas cometendo coisas absurdas, usando a própria igreja pra cometer coisas erradas. Eu acho que a limpeza é necessária, e que deve ter a participação popular, como tem acontecido. (CUSTÓDIO, Olivino. Entrevista, 2016).

O interessante no posicionamento mencionado é o fato de o candidato exemplificar a situação política recorrendo justamente aos políticos religiosos, e evidenciando que o fato de o político estar vinculado a uma Igreja não o impede de incorrer em corrupção. Ao mencionar sobre suas atitudes em relação ao seu posicionamento no Legislativo, o candidato, que já exerceu diversos mandatos, declara ter consciência e faz questão de enfatizar que não são e não serão influenciados por questões religiosas. Assim, os motivos que o levam a uma boa conduta, segundo Olivino Custódio, não necessariamente se fundamentam na religião, mas no referencial moral herdado da família, pela criação que teve e que busca repassar a seus filhos. Ao mesmo tempo, declara que não vai praticar o que não considera correto, de modo que “se não é certo e a Igreja me ensina que não é certo, eu não devo fazer” (CUSTÓDIO, Olivino. Entrevista, 2016). Nota-se, deste modo, que, embora a religião não seja vista como fator determinante, seus princípios servem, na compreensão do agente religioso, como orientação para suas condutas e decisões.

O terceiro agente religioso pesquisado é Toninho Machado, que buscou sua reeleição em 2016. Candidato pela segunda vez ao Legislativo Municipal de Campo Mourão, é casado, possui 3 filhos, e é membro e obreiro da 2ª Igreja Presbiteriana Renovada (IPR) do município. Realizou sua campanha com mais ênfase no bairro em que já havia atuado como presidente. Fez uso de santinhos, perfurades e carro de som, além da produção de um jornal, que destaca as benfeitorias feitas no município através de suas indicações como vereador durante a gestão 2013-2016. O exemplar foi distribuído na cidade, com ênfase no bairro Lar Paraná⁴, onde reside.

Em entrevista, Toninho Machado afirma que não é o candidato oficial de sua igreja, e faz questão de mencionar que não é representante de nenhum grupo institucional no Legislativo, mas declara ter o apoio explícito de seu Pastor e de grande parte dos membros da instituição religiosa. Ainda em entrevista, declara que não é a favor da utilização do termo “representante”, afinal diz trabalhar em favor do povo, e não de uma determinada religião. Contudo, e de forma até inusitada, sua campanha, assim como seu jingle, tem por título “esse me representa”, sugerindo que esta fala seria de toda a população.

⁴ Trata-se do maior bairro periférico de Campo Mourão, considerado bairro industrial.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

A campanha de Toninho Machado, assim como as demais já mencionadas, também apostou nas redes sociais para a divulgação de seu nome. Foram divulgados vídeos apresentados por religiosos de outra denominação, como o Presbítero Leandro da Assembleia de Deus de Campo Mourão – que, de certo modo, contraria as orientações de sua Igreja e opta por apoiar um candidato de outra denominação –, e o Pastor Idekazu Takaiaima, Deputado Federal (PSC) e Pastor da Assembleia de Deus – Curitiba (Quadro 3), o qual fez várias declarações em favor da candidatura de Toninho Machado. Com tais atitudes, entendemos que, em muitos casos, as decisões políticas acabam por se sobrepor às questões religiosas, evidenciando as múltiplas vinculações que se colocam em disputa no tempo da eleição.



Quadro 3: Postagens de Toninho Machado durante a Campanha Eleitoral de 2016

Fonte: Dados da Pesquisa

Durante a entrevista, Toninho Machado relata que possuía oficialmente apenas cinco pessoas trabalhando em sua campanha, que contava também com alguns voluntários, amigos apoiadores que, segundo o candidato, foi uma conquista decorrente de seu bom atendimento durante a Gestão 2013-2016 junto à Câmara Municipal. Quanto ao apoio à sua candidatura por parte de sua Igreja, afirma que os membros da instituição religiosa são livres para votar em qualquer candidato. Segundo o agente religioso: “o Pastor fala que seu apoio é do amigo Toninho Machado, mas nem com isso, na minha igreja, eu posso dizer que é 100% comigo” (MACHADO, Toninho. Entrevista, 2016). Sobre os religiosos que possuem um ministério e são candidatos ou eleitos, declara que é contrário a essa participação na política:

Eu acho que aquele que é vocacionado e chamado para algum ministério, tem que cuidar daquilo para o qual foi chamado. Começou misturar a coisas, ele não vai saber fazer nem uma coisa nem outra direito, porque se eles acham que ser vereador é simplesmente vir aqui a cada quinze dias, estão enganados. [...] então deixa de ser pastor vai ser político. [...] Você tem que fazer o seu trabalho: é advogado, é advogado; é político, é político; é pastor é pastor; é cabeleireiro, é cabeleireiro. Eu vim para ser vereador, eu deixei de ser cabeleireiro. (MACHADO, Toninho. Entrevista, 2016).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Ao mencionar sobre sua atuação, compreende que a Igreja exerce uma grande contribuição, “no sentido da formação ética, da própria personalidade, da formação religiosa, do princípio, da fidelidade a Deus, do compromisso com a sociedade.” (MACHADO, Toninho. Entrevista, 2016). Se reeleito, afirma que a Igreja em si não terá influência em seu mandato, mas acredita que “a pessoa, sendo religiosa – de qual religião for –, não aceita coisa errada. [...] Eu só vou usar a minha influência religiosa aqui, na questão de formação, na questão de caráter, na questão de ética e os frutos que vão advir dessa minha formação, vão alcançar toda a sociedade.” (MACHADO, Toninho. Entrevista, 2016). Assim, é possível verificar que, mesmo afirmando que a religião não influencia nas questões políticas, o candidato apresenta os princípios cristãos como algo que orienta suas decisões.

Por fim, o último agente religioso analisado em nossa pesquisa é Pastor Pereira, obreiro responsável pela Assembleia de Deus, localizada no bairro Lar Paraná em Campo Mourão. O candidato realizou sua campanha acreditando no corpo a corpo. Pereira, como é conhecido, deu prioridade à campanha junto aos fiéis e à comunidade ao redor de sua Igreja, mas não deixou de utilizar santinhos, perfuradas e carro de som para a divulgação de seu nome nos demais bairros. Com o lema “Vem com a gente. Juntos somos mais fortes!”, o candidato se propunha a trabalhar em prol da comunidade, afirmando não precisar do recurso financeiro que recebem os vereadores.



Quadro 3: Postagens de Pastor Pereira durante a Campanha Eleitoral de 2016.

Fonte: Dados da pesquisa.

Em entrevista, o candidato afirma que a política não atrapalhará a sua atuação enquanto pastor responsável pela direção da Igreja, e que nos horários de culto pretende permanecer à disposição da instituição religiosa. Em sua campanha, declarou possuir 63 pessoas trabalhando, dentre os quais 42 como voluntários, sendo pastores das congregações e membros da Igreja. O candidato não fez uso muito intenso das redes sociais, e suas postagens se limitaram a apresentar sua candidatura e seu santinho.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Pastor Pereira acredita ter recebido o apoio dos fiéis, mas declarou em entrevista que vem de uma trajetória política familiar, e não religiosa. Ainda que sua trajetória política não seja ligada à religião, Pereira colocou seu nome à disposição para representar sua Igreja no legislativo. Segundo o agente religioso, a inserção dos candidatos da AD na política é discutida em reuniões que iniciam em ano anterior às eleições, sendo que foram feitas nove reuniões para que seu nome fosse apresentado na Convenção de Pastores como candidato oficial da AD de Campo Mourão.

Em relação às relações entre a Igreja e a política, Pastor Pereira compreende que:

A política e a Igreja andam juntas, e não tem como desvincular isso. Hoje tudo é política, tudo começa lá na Câmara e termina no gabinete do Prefeito, na Assembleia, no gabinete do Governador, ou no Congresso, ou no gabinete do Presidente, e as Igrejas estão inseridas nesse projeto, nessa junção. (PEREIRA, José. Entrevista, 2016).

O trecho acima destacado evidencia de que forma as esferas da religião e da política aparecem imbricadas na compreensão do agente religioso. Pastor Pereira não foi eleito, tendo obtido 271 votos, um quantitativo um pouco menor do que o número de fiéis que congregam em sua igreja, que corresponde a cerca de 300 pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos os materiais de campanha dos agentes religiosos investigados, podemos perceber aproximações nos recursos e estratégias empreendidos pelos candidatos, sendo as redes sociais a ferramenta mais utilizada para a divulgação de suas candidaturas. Em todos os casos, embora com intensidade variada, a religião é apresentada como elemento que influencia e orienta suas ações, diante dos princípios, valores e moral proporcionados pelos ensinamentos cristãos, que não permitirão que tomem decisões erradas.

Mediante as campanhas analisadas, observamos que os evangélicos, de alguma forma, buscam ter seus representantes no poder legislativo. Em alguns casos, inclusive, tal representação é declarada e oficializada pela própria instituição religiosa, sendo possível perceber que o apoio recebido das lideranças nas redes sociais demonstra certa preocupação em eleger representantes que trabalham em prol do que denominam de moral cristã e bons costumes. Ainda assim, cabe ressaltar que fica evidente uma preocupação dos candidatos em legislar para todos. Nesse caso, apressam-se em dizer que sua candidatura não visa favorecer a determinada instituição religiosa – ainda que este a represente – mas que será conduzida a partir de valores morais que atenderão a toda a população.

Por fim, destacamos que as campanhas e as compreensões dos agentes religiosos pesquisados evidenciam, em grande medida, aquilo que Procópio (2014) menciona: a presença de candidatos em lugares públicos, ao longo de suas campanhas, marca um rito político significativo, que tem por

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

intenção agregar ao candidato não apenas apoio, mas também colocá-lo como um representante legítimo de determinados agrupamentos coletivos.

FONTES

CUSTÓDIO, Olivino. **Entrevista**. Campo Mourão, 29 de setembro de 2016 (A/A).
MARTINS, Edilson. **Entrevista**. Campo Mourão, 26 de setembro de 2016 (A/A).
PEREIRA, José. **Entrevista**. Campo Mourão, 29 de setembro de 2016 (A/A).
MACHADO, Antonio. **Entrevista**. Campo Mourão, 15 de setembro de 2016 (A/A).

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maristela O. A Religiosidade Brasileira: o pluralismo religioso, a diversidade de crenças e o processo sincrético. **CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 14, p. 106-118, set. 2009.
- BANDINI, Claudirene de Paula. **Religião e Política: A participação dos pentecostais nas eleições de 2002**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.
- BOHN, S. R. Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. **Opinião Pública**, Campinas, v. X, n. 2, p. 288-338, out. 2004.
- BURITY, Joanildo A. Religião e Política na Fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, n. 4, p. 27-45, 2001.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. Evangélicos e política no Brasil: análise das eleições de 2002 a 2010 para a Câmara Federal. In: PÁTARO, C.; HAHN, F.; MEZZOMO, F. (Orgs.). **Instituições e sociabilidades: religião, política e juventudes**. Campo Mourão: Ed. Fecilcam, 2013, p. 63-101.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. Além da religião. **Cadernos CERU**, São Paulo, Série 2, n. 12, p. 139-150, 2001.
- MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 601-631, 2014.
- MARIANO, Ricardo. Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religioso sobre as igrejas pentecostais. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, 2003.
- MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; ONOFRE, Lucas. Evangélicos na política: as eleições proporcionais de Campo Mourão em 2012. **Rever**, São Paulo, v. 14, p. 244-264, 2014.
- NOVAES, Regina. Os jovens “sem religião”: ventos secularizantes, “espírito da época” e novos sincretismos – notas preliminares. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 321-330, 2004.
- ORO, Ari Pedro. Religiões e eleições em Porto Alegre: um comparativo entre 2000 e 2004. **Debates do NER**, Porto Alegre, v.5, n. 6, p. 9-34, dez. 2004.
- PROCÓPIO, Carlos Eduardo Pinto. A produção ritual da candidatura política. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 23, n. 23, p. 91-108, 2014.
- RODRIGUES, G. A.; FUKS, M. Grupos sociais e preferência política: O voto evangélico no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 87, p. 115-129, fev. 2015.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e política:** uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

O PÃO, O CIRCO E O CINEMA: MAZZAROPI E O PROFETA DA FOME

Guilherme Morilha (PIC – Fundação Araucária)
Unespar – Curitiba II
Dra. Salete Machado Sirino (Orientadora)
Unespar – Curitiba II

Palavras-chave: Circo, Cinema, Mazzaropi, Mojica, O Profeta da Fome.

Introdução

Neste artigo pretende-se a análise de dois filmes que vêm de um mesmo período histórico. Essa escolha se dá para elucidar as diferenças estéticas e políticas que um cineasta, um filme e um cinema podem apresentar apesar de sua contemporaneidade ser a mesma. O período é dos dois anos iniciais do Ato Institucional Número 5 (AI-5), medida emitida pelo regime militar – ditadura – em 13 de dezembro de 1968, que continha diversas restrições dos direitos políticos de civis, como a proibição de atividades ou manifestação sobre assuntos de natureza política, como consta em seu artigo 5º. Neste contexto, como falar do povo, do oprimido e não cair na censura?

Os dois filmes falam do povo, da grande maioria da sociedade brasileira explorada e marginalizada. Os dois filmes falam de circo. *Betão Ronca Ferro* (1970), dirigido por Geraldo Affonso Miranda e Pio Zamuner, foi lançado em 1970, com título e temática inspirados na novela *Beto Rockfeller* (1968-69), da TV Tupi. *O Profeta da Fome* (1969), dirigido por Maurice Capovilla, é um dos últimos filmes do movimento Cinema Novo e, segundo o próprio Maurice, é uma homenagem a Glauber Rocha.

O Palhaço Caipira



FIGURA 1 - Capa do DVD *Betão Ronca Ferro*. Direção de Geraldo A. Miranda e Pio Zamuner, 1970¹

¹ Fonte: <http://jornaltribunadonorte.com.br/>

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

O filme *Betão Ronca Ferro*, conta a história de Betão, um humorista circense e vendedor de amendoim que leva uma vida humilde com sua “muié” e sua “fia” Cláudia. Sua filha se casa com um jovem muito rico, Geraldo, contra a vontade da família dele. A partir deste momento o filme explora a infelicidade de Cláudia, que se vê numa casa cheia de intrigas. A sogra de Cláudia a despreza pela sua classe social e por ter trabalhado no Circo, mas se surpreende, próximo ao final do filme, ao descobrir que Cláudia toca piano maravilhosamente bem. A narrativa em si se torna menos importante do que as temáticas que aborda, como sempre faz em seus filmes, Mazzaropi contrapõe o rural e o urbano, o “jeca e a cidade”. Mas no filme *Betão Ronca Ferro*, coloca a rivalidade de classes neste contraste, contrapondo a simplicidade dos mais pobres com a luxuosidade arrogante dos mais ricos.

Para Roland Barthes, nos signos da linguagem, forma e conteúdo são inseparáveis. Nossa maneira de interpretar o mundo ou uma obra, inconscientemente, analisa o “como”, juntamente com o “o que”. (BARTHES, 1971, p. 43). Assim como não é possível dissociar a temática circense presente em *Betão Ronca Ferro*, da experiência cênica de Mazzaropi no circo. Deleuze e Guattari, discursando sobre filosofia e arte, reiteram: “Não há diferença entre aquilo de que um livro fala e a maneira como é feito.” (DELEUZE, GUATTARI, 1994, p. 2).



FIGURA 2 - Carlos Garcia, Amácio Mazzaropi e Geny Prado²

Amácio Mazzaropi entrou no Circo La Paz com 14 anos e, por toda sua vida, carregou o estilo mambembe em seu humor. No artigo “Memória Circense em Mazzaropi”, Gonçalves identifica a herança da teatralidade circense na filmografia do cineasta e expõe que mesmo após o sucesso, Mazzaropi mantinha apresentações constantes em circos de todos os portes. Tanto pela memória afetiva, quanto pela função do circo em seu processo criativo, como conta Virgílio Roveda (técnico de vários filmes do cineasta caipira), no documentário *Mazzaropi* (2012).

² Fonte: <http://troupemazzaropi.blogspot.com.br/2015/08/geny-prado.html>

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Mazza, você não tem mais necessidade de fazer show em circo! Ele me respondia: 'Não, não... Tenho sim. No circo é que eu fico sabendo se a piada ou se a gag vai funcionar. Eu solto a piada lá, se o público reagir positivamente, eu arquivo esta piada e a solto no próximo filme'. (ROVEDA apud SABADIN, 2012, s/p).

Coloco estas constatações para dizer que o circo no filme *Betão Ronca Ferro*, vai muito além de um tema. Tem o poder de uma camada auto-biográfica no Mazaropi ator-autor e o poder de uma camada simbólica, onde o povo do circo é colocado como a população (muitas vezes rural) mais simples e marginalizada do Brasil. Tendo esse circo como simbolismo de uma resistência popular perante a inescrupulosa burguesia (família do marido de Cláudia).



FIGURA 3 - Cena do filme *Betão Ronca Ferro*. Direção de Geraldo A. Miranda e Pio Zamuner, 1970

A estrutura dramaturgica do filme, ou seja, sua forma, também se completa na proposição circense. Sobre a estrutura dramaturgica do circo-teatro, gênero de teatro surgido nos picadeiros do século XX, o pesquisador José Cláudio Barriguelli expõe o que ele entende pelas duas subdivisões do gênero:

(...) na primeira, o circo-teatro apresenta as 'variedades' (termo semelhante ao usado pelos franceses no show ele 'varietes'), que são curtas apresentações de entretenimento do público, tais como malabaristas, atiradores de faca, comedores de fogo etc., ou então, apresentação de 'duplas caipiras' cantando músicas sertanejas, alternando-as com cenas cômicas (piadas, sátiras, show do palhaço etc.); a segunda constitui-se no elemento essencial e que dá o próprio sentido de ser do circo teatro: o drama. A designação de drama, a esta parte do espetáculo, não obedece ao critério comumente estabelecido pelo teatro, significa qualquer tipo de peça teatral - quer seja ela comédia, drama ou melodrama. (BARRIGUELLI, 1974, p. 107).

Qualquer semelhança, não é mera coincidência. A estrutura do filme *Betão Ronca Ferro* e de tantos outros filmes de Mazaropi seguem a mesma receita de bolo. Grandes cenas de apresentação da narrativa e dos personagens principais, cenas cômicas, números musicais (normalmente dois números por filme) e o clímax do arco dramático que no caso do filme aqui analisado, é o assassinato a mando de Geraldo, marido de Cláudia.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Outro padrão que Mazzaropi usava na forma de seus filmes era falar de um assunto efervescente na época, recurso muito usado na comédia. Tiago Gonçalves coloca essas temáticas em evidência, mostrando que os filmes de Mazzaropi eram dotados de urgência e contemporaneidade.

Em “A banda das velhas virgens” (1879), o comediante tratou da reciclagem; em “Jeca e seu filho preto” (1978), lidou com o racismo; e em “Jeca e a água milagrosa” (1980), tratou pela intolerância religiosa, abertura política e degradação dos rios. Já em “Jeca contra o capeta”, o comediante toca em uma temática de grande euforia na sociedade brasileira do momento da produção: A Lei do Divórcio, regulamentada em dezembro de 1977. (GONÇALVES, 2015, p. 9)

No caso do filme *Betão Ronca Ferro*, o que estava na boca do povo era a novela *Beto Rockfeller*, produzida e dirigida por Lima Duarte, a novela tratava de temas muito semelhantes ao filme de Mazzaropi. Contava a história de um jovem, que ascendeu socialmente através de sua namorada e trabalhava a dicotomia entre o universo da “alta sociedade” e o universo de seu bairro “simples”. Apesar da trama soar apenas como um clichê piegas, a telenovela *Beto Rockfeller* foi uma ruptura na teledramaturgia da época. Essa temática era uma novidade, pois as novelas até então falavam apenas de condessas e barões e, *Beto Rockfeller*, falava pra operários(as). Filmada apenas com uma câmera, traz uma complexa *mise en scène* de fluxo, onde explora muitos closes e entradas dos personagens em quadro³.



FIGURA 4 - Cartaz da novela *Beto Rockfeller*. Direção de Lima Duarte, 1968-69⁴

Lima Duarte, em entrevista para o jornal O Estado de São Paulo comenta sobre a liberdade artística que atingiu, justificando a importância desta novela na teledramaturgia brasileira: “Os personagens eram muito coloquiais, cotidianos, a gente inventava. (...) Eram pessoas tão prováveis, tão

³ Matéria do Canal Brasil sobre a novela *Beto Rockfeller*, que exemplifica visualmente a *mise en scène* citada: <https://www.youtube.com/watch?v=IXnNDsdzRmA>

⁴ Fonte: <http://novelasclassicas.blogspot.com.br/2011/06/novela.html>

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

possíveis, falando a nossa língua. Tinha muito caco no texto. Improvisávamos cenas inteiras.” (DAUROIZ apud DUARTE, 2008, s/p)

De personagens possíveis, apesar de caricatos, os filmes de Mazaropi são bem servidos. O dono do circo e sua ganância, como o patrão controlador e que paga pouco. O próprio Betão com seu jeito simples mas orgulhoso, o trabalhador humilde que não abre mão de suas tradições. São personagens que falam com o público de um lugar próximo, possível e real. No livro “Popular Cinema in Brazil”, falando das primeiras chanchadas – que muito se relacionam com o cinema popular de Mazaropi –, Shaw comenta sobre essa conexão entre o artista e o espectador popular.

"A tradição da chanchada articulava um desdém implícito pelo emprego lucrativo, inferindo que as pessoas comuns eram exploradas pelas regras trabalhistas do governo por pouca remuneração. Os espectadores portanto eram lembrados de sua situação econômica mas tranquilizados de que eles não estavam sozinhos." (SHAW e DENNISON, 2004, p.83)⁵

Mas é na força identitária desses personagens que o filme se sustenta. São estereótipos que nos vestem e usam do humor e da sátira para o autoconhecimento. Em *Betão Ronca Ferro*, o personagem Betão é paradoxal. Pois ao mesmo tempo que representa a resistência da simplicidade do povo perante ao capitalismo e a burguesia, acaba cedendo a indústria cultural ao fazer apresentações circenses em inglês, mudando o nome do circo para *New York Circus*. A crítica do filme é bem colocada em relação a isso. Contando uma pilha de dinheiro sobre a mesa, o personagem de Mazaropi exclama: “Vocês tão vendo? Eles só dão valor pro que é estrangeiro. Agora eles estão pagando três “vez” mais e vendo a mesma coisa.”



FIGURA 5 - Cena do filme *Betão Ronca Ferro*. Direção: Geraldo A. Miranda e Pio Zamuner, 1970

O filme é quase todo feito em planos gerais e médios, sua decupagem clássica e novelesca só se modifica nas cenas mais circenses de brigas, quedas, perseguições e, conseqüentemente, nas apresentações do circo em si. Mas um elemento interessante da escolha de decupagem são os

⁵ Tradução Livre. Versão original: “*The chanchada tradition articulated an implicit disdain for gainful employment, inferring that ordinary people were exploited by the government's work ethic for little reward. Audiences were thus reminded of their economic predicament but reassured that they were not alone.*”

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

travellings laterais na casa da família rica. Na maioria das cenas do interior da casa, *travellings* (muito mal executados tecnicamente) exercem uma função narrativa de glamourizar o ambiente e as discussões na casa.

Betão Ronca Ferro é considerado por muitos, um dos filmes com as piadas mais fracas de Mazaropi e ainda conta com momentos de extremo machismo do personagem (nas duas vezes que manda sua mulher calar a boca tampando a boca dela), mas mesmo assim, levou mais de 2,5 milhões de espectadores aos cinemas. A força popular deste artista é inegável.

Na aresta oposta do mesmo quadrado encontra-se *O Profeta da Fome*, com público irrisório, é um filme de cineasta/cinéfilo para cineasta/cinéfilo. Feito na mesma época, com o mesmo tema circense perpassando a narrativa e falando do mesmo povo, o povo brasileiro. Como tantas semelhanças circunstanciais e temáticas podem construir filmes tão distantes um do outro?

Nem Só De Pão Vive O Homem



FIGURA 6 - Cartaz do filme *O Profeta da Fome*. Direção Maurice Capovilla, 1969⁶

Já nos últimos anos do movimento cinemanovista, surge *O Profeta do Fome*. Em uma reflexão metalinguística sobre o manifesto *Eztetyka* da Fome (1965), de Glauber Rocha, o filme de Maurice Capovilla é capaz de acrescentar conteúdo ao movimento e analisá-lo criticamente ao mesmo tempo.

A película inicia-se em uma sequência agressiva em sua forma, dando tom ao filme. Com uma trilha sonora de suspense, um homem vestido de leão e o faquir (José Mojica Marins, dublado por Paulo César Pereio) brigam por um pedaço de carne. Os dois ficam ocupados em sua disputa e acabam

⁶ Fonte: Cinemateca Brasileira (http://www.bcc.org.br/cartazes/cartaz_fb/009318)

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

perdendo o pedaço de carne para um cachorro que passava. A atmosfera da cena lembra muito os filmes do próprio Mojica com seu personagem Zé do Caixão, mas em uma decupagem objetiva. No *raccord* do cachorro olhando para o pedaço de carne, subentende-se o resto da história. No plano final da sequência, o faquir roe um osso repetidas vezes, numa interpretação gestual quase brechtiana.



FIGURA 7 - O Profeta da Fome. Direção Maurice Capovilla, 1969⁷

A interpretação dos atores está ligada a forma cinematográfica e dramática em *O Profeta da Fome*, e passa por quatro tons. No primeiro, o silencioso gestual à moda Chaplin, acrescentado do suspense e do terror que a decupagem, a edição e o próprio Mojica trazem para a cena.

No segundo há um tom naturalista, porém mais focado nas ações físicas, com poucos diálogos. Maurice Capovilla, em entrevista para Alex Viany, conecta esse segundo momento do filme à comédia circense.

O circo é tradicionalmente visto como espetáculo de variedades, isto é, um conjunto de números de trapézio, malabarismo, animais amestrados, etc. Nas conversas que tive com os irmãos Seyssel, tradicionais artistas de circo de São Paulo, eles me afirmaram que o circo, para eles, ainda é e nunca deixará de ser um espetáculo de variedades. Mas acontece que esse circo acabou. O que existe é a comedinha, isto é, um *drama* em vários atos, representando até *bang-bang*, como cheguei a ver no interior de São Paulo. O circo mambembe não tem mais poder aquisitivo para montar espetáculos com artistas especializados. Como queria apresentar o circo com os números que faziam parte do tema inicial (colocação do problema da fome) e da estrutura do filme, tive de misturar as coisas, para não deixar de lado a tradição cultural e não perder o vínculo com a realidade. Todo o circo é, portanto, uma farsa, no estilo da Commedia dell'Arte, mas partindo da realidade cultural e vivida brasileira. (VIANY apud CAPOVILLA, 1970, s/p)

Em cenas de grande tensão, o faquir mastiga e engole lâminas de barbear, pregos e pedaços de vidro. Seu personagem vai cada vez mais longe, chegando até a se enterrar vivo pelo decorrer de

⁷ Fonte: Cinemateca Brasileira (<http://www.bcc.org.br/fotos/galeria/009318?page=1>)

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

um espetáculo. Em uma apresentação em que o domador amestra o leão (apenas um homem com uma roupa de leão), a vitrola que simulava o som do rugido do animal enrosca e, neste momento, o público se apercebe da máscara ilusória do *panem et circenses* (pão e circo). De espectadores passivos assustados pelo poder do leão (ou do domador), passam para um estado de revolta. Derrubam e destroem as grades que antes os “protegiam” do falso leão. É a linguagem da *mise en scène* cinematográfica sendo usada, num período de extrema repressão e controle do estado militar, para expurgar o sentimento de revolta popular e criar alegoria sobre a resistência diária do povo.

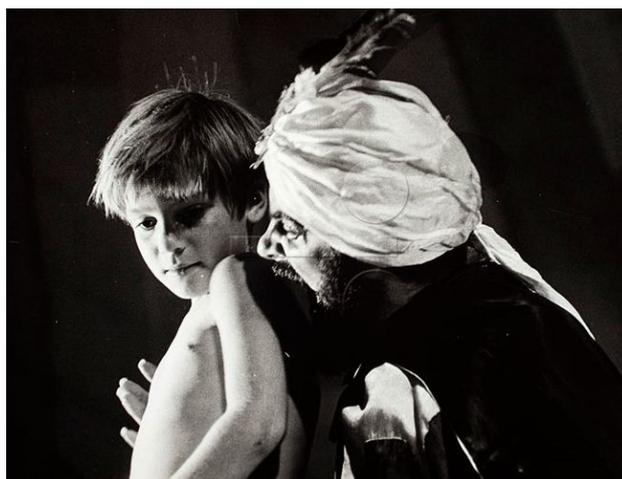


FIGURA 8 - O Profeta da Fome. Direção Maurice Capovilla, 1969⁸

O ápice da decadência desse circo chega quando, para atrair o público, resolvem que o faquir vai comer alguém vivo. Dom José, o dono do circo, exclama: “Neste picadeiro, vai se comer gente!” Filmado na linha entre a estética da fome e a estética do lixo, o circo (o cinema novo?) decadente, miserável e faminto, se alimenta do povo, se alimenta da fome do povo. Marina Meliande, reflete a relação da estética da fome no cinema novo como a de uma espetacularização da fome.

A fome se torna um ícone desse Cinema, uma bandeira cujo sentido se esvazia e perde sua força inicial. A fome como marketing de um Cinema que se quer com fome, justamente porque só é com ela. A fome como um espetáculo que se repete insistentemente e que, por isso mesmo, se torna uma representação da representação. A fome como o exótico que chama atenção do europeu e do próprio brasileiro distanciado dela. A perda no cinema de uma referência real da fome. (MELIANDE, 2006, s/p)

Em seu posicionamento metalinguístico, *O Profeta da Fome* é quase um ensaio. Também inspirado no conto *Um Artista da Fome* (1922), de Franz Kafka, o filme acaba com o faquir descobrindo que “o negócio é a fome” e, na tentativa de quebrar um recorde mundial de maior tempo sem comer, faz uma caravana pelo país, cobra ingresso para que as pessoas assistam-no em jejum,

⁸ Fonte: Cinemateca Brasileira (<http://www.bcc.org.br/fotos/galeria/009318?page=1>)

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

deitado dentro de uma caixa de vidro. É a fome exposta. É a fome profissional. É o espetáculo da fome.



FIGURA 9 - *O Profeta da Fome*. Direção Maurice Capovilla, 1969⁹

O gestual bem marcado e significativo brechtiano volta, no terceiro tom do filme, mas usando como base o “canto épico” da música de cordel. Numa clara alusão às cenas narradas pelo violeiro em *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964), esse trecho do filme de Capovilla não chega a altura poética dos versos de Glauber, mas cumpre sua função crítica. Mostra os personagens literalmente perdidos, que se perdem também figurativamente, por causa da fome. Em uma disputa para comer o pedaço de pão restante, o domador de leões fura o olho do faquir. As cenas de embate são todas filmadas com uma lente grande-angular e conseguem provocar a náusea da fome e exacerbar a desolação da paisagem.

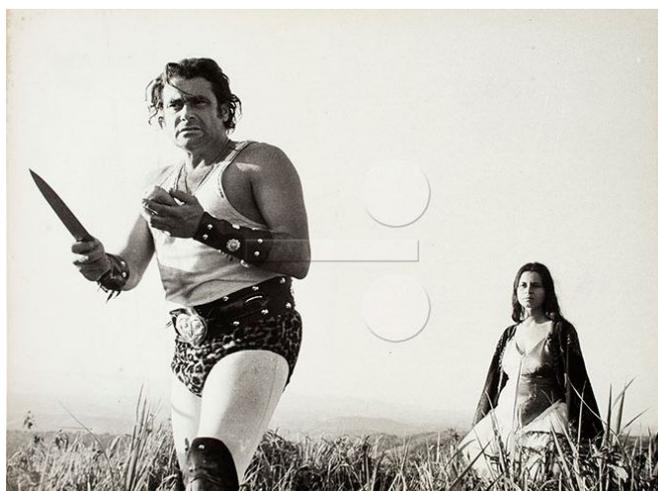


FIGURA 10 - *O Profeta da Fome*. Direção Maurice Capovilla, 1969¹⁰

⁹ Fonte: Cinemateca Brasileira (<http://www.bcc.org.br/fotos/galeria/009318?page=1>)

¹⁰ Fonte: Cinemateca Brasileira (<http://www.bcc.org.br/fotos/galeria/009318?page=2>)

Essa variedade de pesos e estruturas na dramaturgia provavelmente veio da influência de Fernando Peixoto, que dividiu a escrita do roteiro com Capovilla. Peixoto foi ator, diretor e escritor de teatro, muito ligado ao Grupo Teatro Oficina, fez diversas montagens das peças de Brecht. Sobre a parceria dos dois artistas neste filme, Alcides Freire Ramos constata “(...) que a parceria Peixoto-Capovilla não é algo isolado na trajetória de ambos. Ao contrário, é o resultado da necessidade de dialogar criticamente com a realidade brasileira do período, tanto do ponto de vista dos temas, quanto no que se refere às formas artísticas.” (RAMOS, 2005, p. 6)

O quarto tom constitui-se na farsa. Presente na parte final do filme anteriormente citada: o faquir em busca de seu recorde, viajando na caravana da fome. Tanto o absurdo do enredo quanto a interpretação dos atores, habita essa linha satírica. Mas este tom também está presente na parte documental que o filme traz, quando usa de narração e imagens de arquivo para criar uma colagem discursiva da fome na sociedade. Neste momento o filme se estabelece, de certa forma, opaco. Capovilla repete a mesma distância do público que problematiza na estética da fome. Ao colocar, “(...) Pelé, super-herói de gente com fome(...)”, se torna um filme consciente. No sentido em que se afasta da própria “gente” que retrata, torna-se o cineasta observador de um mundo externo a ele, propositalmente. No sentido de que sabe também que nunca estará no lugar de Mazzaropi. No lugar que atinge as “massas”. No lugar que o cinema novo, o cinema marginal e o cinema do lixo, não foram concebidos para ocupar. É consciente de sua forma (precária e transgressora) e é consciente de seu conteúdo (discursivo, metalinguístico, auto-reflexivo e transgressor). O “messias”, o profeta, o comunicador, fala com o povo de maneira simples (e *espetacular*). O cinema novo não. Mazzaropi, sim. Mazzaropi tem o poder da liderança profética das massas que os idealistas comunistas da época desse movimento gostariam de ter. Mazzaropi pôde catequizar multidões, pois, por mais paradoxal que isto pareça, este não é seu objetivo.

Semelhanças E Diferenças, A Identidade E O Desalinho

A relação, que por meio deste artigo será construída, entre os filmes *Betão Ronca Ferro* e *O Profeta da Fome* ficará mais clara a partir de agora. Após assistir os dois filmes, sabendo de seus contextos históricos e sua proximidade temporal, é difícil não enxergar o atrito entre as duas obras. Há tanto em comum e, ao mesmo tempo, tantas disparidades.

Para começar a falar das diferenças, que são mais óbvias, cito o grande pesquisador e teórico Ismail Xavier. Pretendo primeiramente situar o lugar desses dois filmes no cinema brasileiro. Xavier, sobre o filme de Capovilla, Mojica e a estética do lixo.

Florescido no período posterior ao AI-5, esse cinema é em geral assumido como a resposta à repressão na linha agressiva do desencanto radical; sua rebeldia elimina qualquer dimensão utópica e se desdobra na encenação escatológica, feita de vômitos, gritos e sangue, na exacerbação do kitsch, no culto ao gênero horror subdesenvolvido, esse produto da imaginação, misto de gíbi e circo-teatro, cuja

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

figura-símbolo é o Zé do Caixão e cujo horizonte estético é *À Meia-Noite Levarei Sua Alma* (1964) e *Esta Noite Encarnarei no Teu Cadáver* (1966), filmes de José Mojica Marins (Mojica é o protagonista de *O Profeta da Fome* – Capovilla, 1970 –, filme que se aproxima do Cinema do Lixo, em suas metáforas, em seu passeio pela disformidade). Enquanto estratégia de agressão, a estética do lixo é uma radicalização da estética da fome, é uma recusa de reconciliação com os valores de produção dominantes no mercado. Dela resultam filmes que, em média, talvez sejam muito datados, sintomas da época, mas nessa atmosfera exasperada também se engendra uma poética mais densa, em que a agressividade é ironia mais elaborada e se articula a um metacinema mais rigoroso. (XAVIER, 2001, p. 76)

O Profeta da Fome então se coloca com uma posição política e uma posição estética agressivas. Existe rigor entre sua proposta, sua forma e seu conteúdo. E existe uma metalinguagem que o torna auto-reflexivo e o distancia de um público mais *en passant*.

Betão Ronca Ferro por sua vez se coloca em seu tempo, refletindo a sua contemporaneidade em um micro-cosmos, nos pequenos detalhes. Nos trejeitos dos personagens, nos pequenos preconceitos e nos pequenos modismos de época. Sua proposta é sincera, sem muita subjetividade ou dúvidas. Mas leva uma bonita camada auto-biográfica – o que pode ter sido uma forma de homenagem também a esse mundo circense que tanto influenciou Mazzaropi. Neste último ponto, começamos a entrar na linha das semelhanças, já que o filme de Capovilla também se coloca como uma homenagem há um realizador, há uma estética, uma ideia.

Mas voltando as diferenças, os elementos mais cruciais que os diferem estão, primeiramente, na forma de retratar o povo e os artistas. De um lado, Ali Khan, um faquir, que observa o povo, ilude, provoca, faz com que acreditem que é o próprio Cristo (ou tão poderoso quanto ele), mas nunca é o povo. Do outro, Betão, um artista, humorista, mas antes de tudo, proletário. Fala como o povo, se veste como o povo, se importa, se conecta e, ao mesmo tempo, reflete o lugar da simplicidade, do comunitário e da identidade deste povo na sociedade.



FIGURA 11 - *O Profeta da Fome*. Direção Maurice Capovilla, 1969¹¹

¹¹ Fonte: Cinemateca Brasileira (<http://www.bcc.org.br/fotos/galeria/009318?page=9>)

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

O segundo elemento que em minha opinião os diferem grandemente, está no objetivo, no alvo do filme. Apesar das questões efervescentes que Mazzaropi aborda, seu filme inegavelmente é feito para entreter, divertir. E não somente pelo humor, mas por toda sua construção baseada em “o que o público quer” e em “o que o público gosta”. Já *O Profeta da Fome*, como dito anteriormente, é discursivo, ensaístico, agressivo e, ao meu ver, tem dois objetivos com isso. O próprio processo para o realizador, de ser um filme desafiador em estrutura e catártico em sua execução. E, num segundo objetivo, refletir sua época, seu cinema, suas posições políticas e ideológicas e fazer com que o próprio movimento cinemanovista se repense. Ou seja, um filme feito de cineasta para cineasta.

Mesmo sabendo que os objetivos divergem, os filmes *Betão Ronca Ferro* e *O Profeta da Fome* conseguem catalisar dois importantes pontos em comum. O povo brasileiro e o circo. O circo como representante dos marginalizados desta nação, o circo como lugar onde a sobrevivência à opressão externa é uma realidade cotidiana. É um povo-circo sobrevivendo às mudanças políticas, tecnológicas, industriais, ideológicas e sociais. O importante para mim, foi identificar essa simbologia e exibir a ligação que estes filmes e o cinema brasileiro tem com o universo circense e com a representação da resistência de nossa gente.

O último elemento que conecta esses filmes é extradiegético, e um dos mais interessantes. Como citado anteriormente, Mazzaropi começou sua carreira no Circo, mas apesar do início humilde foi um cineasta de grande sucesso, onde sua maior conquista foi a industrialização independente de seu cinema. Após vender sua casa em 1958, cria a PAM Filmes (Produções Amácio Mazzaropi), que além de produzir, era distribuidora de seus filmes por todo o país, de maneira independente das grandes corporações.

Apesar de não ter obtido o sucesso financeiro de Mazzaropi, Mojica teve uma história parecida. Forjou o seu cinema, de maneira independente, conseguindo muita projeção na Europa e nos Estados Unidos. Nenhum dos dois faziam filmes complexos, faziam filmes diretos, que contavam suas histórias e suas crenças, sem perder o espírito circense, de serem livres, levando eles mesmos suas artes para as praças.

Seja com Mazzaropi rindo do novo mundo ou com Mojica gritando o desalinho do cinema novo, que estas obras sobrevivam. Que o cinema brasileiro viva e viva, o circo!

Referências bibliográficas:

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, (edição brasileira) 1995.

BARTHES, Roland. **Elementos de semiologia**. São Paulo: Cultrix / USP, 1971.

SHAW, Lisa; DENNISON, Stephanie. **Popular Cinema in Brazil: 1930-2001**. Oxford: Manchester University Press, 2004.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

BARRIGUELLI, José Cláudio. **O teatro popular rural: o circo-teatro**. In: Debate e Críticas. São Paulo: n° 3, 1974.

GONÇALVES, Tiago. **Memória Circense em Mazzaropi**. Campinas: Revista do Lume / UNICAMP, n° 8, dezembro de 2015.

DAUROIZ, Alline. **'Beto Rockefeller foi um ruído na teledramaturgia'**. São Paulo: Jornal Online, O Estado de S. Paulo, 16 Novembro 2008. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/televisao,beto-rockefeller-foi-um-ruído-na-teledramaturgia,278466>. Acesso em: 04/06/2017.

ROCHA, Glauber. **Eztetyka da Fome**. In: Revolução do cinema novo. São Paulo: Cosac Anify, 2004.

VIANY, Alex. **O Circo da fome e seu faquir subdesenvolvido**. Rio de Janeiro: Publicado originalmente no Jornal do Brasil, 22-23 de fevereiro de 1970. Disponível em: <http://www.contracampo.com.br/21/circodafome.htm>. Acesso em: 04/06/2017.

MELIANDE, Marina. **O Profeta da Fome e o cinema novo: ou O Espetáculo da fome**. Online: Contracampo, julho de 2006. Disponível em: <http://www.contracampo.com.br/21/profetadafome.htm>. Acesso em: 04/06/2017.

RAMOS, Alcides Freire. **Sob o signo da estética do lixo: as parceiras de Fernando Peixoto com Maurice Capovilla e João Batista de Andrade**. Uberlândia: Revista de História e Estudos Culturais. Vol. 2, Ano II, n° 3, 2005.

XAVIER, I. **O Cinema Brasileiro Moderno**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

Referências filmicas:

Betão Ronca Ferro. Direção: Geraldo Affonso Miranda e Pio Zamuner. Cinematografia: Pio Zamuner. Roteiro: Kleber Afonso. Elenco: Amácio Mazzaropi, Geny Prado e Dilma Lóes. Produção e Distribuição: PAM Filmes, 1970. (100min), cor.

O Profeta da Fome. Direção: Maurice Capovilla. Roteiro: Maurice Capovilla e Fernando Peixoto. Cinematografia: Jorge Bodanzky. Elenco: José Mojica Marins, Maurício do Valle e Júlia Miranda. Produção: Fotograma Produtora e Distribuidora de Filmes. Distribuidora: Cinedistri - Companhia Produtora e Distribuidora de Filmes Nacionais, 1969. (93min), pb.

MAZZAROPI. Direção: Celso Sabadin. Elenco: David Cardoso, Hebe Camargo e Carlos Massa. Produção: Reza Brava Filmes. Distribuição: Imagem Filmes, 2012. (102 min), cor.

Beto Rockefeller. Direção: Lima Duarte e Walter Avancini. Roteiro: Bráulio Pedrosa. Elenco: Débora Duarte, Bete Mendes, Plínio Marcos e Marília Pêra. Emissora de Televisão: Rede Tupi, 1968-69. (327 capítulos), pb.

Deus e o Diabo na Terra do Sol. Direção: Glauber Rocha. Cinematografia: Waldemar Lima. Elenco: Yoná Magalhães, Othon Bastos e Maurício do Valle. Produção: Luiz Augusto Mendes. Distribuição: Copacabana Filmes, 1964. (125min), pb.



TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO CONTEXTO ESCOLAR INCLUSIVO

Beatriz Dutra dos Santos (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Paranavaí, bea-dutra@hotmail.com¹
Dorcely Isabel Bellanda Garcia (Orientadora)²
Unespar/Paranavaí, dorcelygarcia@hotmail.com

Palavras-chaves: Autismo. Políticas públicas inclusivas. Ensino.

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é compreender o Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação inclusiva, suas consequências para o processo de ensino e aprendizagem, evidenciando formas de intervenção e trazer contribuição para a comunidade acadêmica, por meio da pesquisa científica.

O acesso do público alvo³ no ensino comum tem remetido aos profissionais da educação sérios desafios. A escola deve adaptar-se ao alunado no contexto escolar inclusivo e o trabalho precisa ser desenvolvido com esses educandos com tais transtornos. A maioria dos educadores encontra uma grande dificuldade para lidar com este público, quando o assunto é o processo de inclusão no âmbito escolar. É preciso saber as principais características sobre o TEA e o que envolve a sua inclusão no meio social, já que aqueles que apresentam tais transtornos podem conter também problema cognitivo, de comunicação e interação social. “De acordo com o DSM-IV, o autismo refere-se a um transtorno no qual as pessoas manifestam as seguintes características: prejuízos na interação social, problemas de comunicação e atividades e interesses repetitivos, estereotipados e limitados” (WHITMAN, 2015, p. 28).

Todavia, com isso leva-nos a concluir que é difícil para um autista conviver em um grupo social, pois uma das características desse transtorno é a dificuldade de compreender estímulos auditivos e visuais, fazendo com que ele fique preso em seu mundo imaginário. A maneira de lidar com o educando com TEA não pode ser a mesma utilizada com os demais sem nenhum tipo de transtorno. Por essa razão, várias pesquisas surgiram ao longo do tempo procurando orientar os professores em sala de aula para que possam desempenhar técnicas educacionais estruturadas que objetivem um melhor desenvolvimento desse público. Uma das intervenções significativas nessa área que encontramos em muitas das leituras realizadas é por meio da abordagem comportamental.

¹ Aluna do 2º ano de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná.

² Profª Orientadora. Doutora em Educação, Membro do Colegiado de Pedagogia da universidade Estadual do Paraná/UNESPAR Campus Paranavaí.

³ Público alvo da educação especial: alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação (AH/SD).

ETIOLOGIA SOBRE O TEA E SUAS CLASSIFICAÇÕES

Como é uma criança com TEA? O que a torna diferente das demais crianças ditas normais? O que é alterado em seu desenvolvimento? Em primeiro lugar é necessário comparar o mundo de um indivíduo com TEA com outro que não possui tais transtornos. Quando o bebê se encontra no casulo protetor do útero, acaba recebendo mecanismos estruturados para que após o parto ele possa ir se adaptando paulatinamente ao mundo.

Porém, no caso dos autistas esse mundo pós-parto continua sendo um processo difícil, pois segundo Whitman (2015, p. 56): “A sintomatologia associada com o autismo apresenta um quadro de indivíduos com anormalidades sensoriais motoras e cognitivas”, enfrentando assim, grandes desafios quando buscam se adaptarem ao contexto que está inserido, ao mesmo tempo em que apresentam limitações ao tentarem, regular suas emoções e controlar as características de sociabilidade.

Há também grandes equívocos e mitos empregados às pessoas com autismo, como por exemplo: não olharem nos olhos, não demonstrarem afeto, não tem reações de felicidade, entre outros. Todos esses aspectos coincidem com uma época em que ainda não havia programas de intervenção, sendo lhes ofertados apenas os cuidados físicos básicos.

Até o momento não há um conceito biológico específico que caracterize o autismo, é por isso que suas bases neurobiológicas consistem em manifestações comportamentais. Por essa razão é significativo mencionar as características mais presentes para um diagnóstico de autismo, sendo elas: os problemas relacionados ao processamento sensorial, as típicas disfunções motoras, os problemas de interação social, algumas deficiências de linguagem, o interesse estereotipado por algumas atividades ou brincadeiras, entre outras coisas. Esses são os fatores utilizados de acordo com o DSM-IV para definição do TEA.

Entretanto é importante ressaltar para uma melhor compreensão que os fatores genéticos são associados a uma das principais causas do autismo, levando a um desenvolvimento diferente do compreendido como normal, é possível que haja uma influência epigenética ou uma alteração cromossômica nas estruturas funcionais da criança, levando-a ao desenvolvimento anormal. Todavia, não são apenas as causas genéticas que explicam a etiologia do TEA. “No autismo parece ocorrer diminuição da maturação do sistema límbico no período embrionário e prejuízos no circuito cerebelar, além de crescimento anormal do cérebro após o nascimento (KAJIHARA, 2011, p. 15)”.

Em meio a esses apontamentos é possível notar que as alterações cerebrais também estão presentes nos quadros de autismo, visto que no cérebro humano há uma composição formal de três unidades, uma vez que cada uma exerce uma função específica à organização de atividades características dos seres humanos normais, enquanto que aqueles que apresentam o TEA demonstram padrões patológicos, no qual os neurônios são estreitos e pequenos, se assemelhando a forma que eles ficam nos primeiros estágios da gestação. Fazendo com que esses problemas relacionados aos mecanismos estruturais influenciem a maneira que um autista irá se comportar.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

A pesquisa sobre o assunto teve início em 1943, pelo médico austríaco Dr. Leo Kanner e por volta de 1944, o Dr. Hans Asperger, também austríaco, se aprofundou nos transtornos da mesma categoria, mas ficou conhecido como Síndrome de Asperger, por ter sido descoberto por ele que este transtorno, apesar de ter características similares ao autismo clássico, apresenta traços diferenciados (MELLO, 2007, p. 15).

Hoje, segundo o Manual de Diagnóstico, o DSM-V, a denominação do Transtorno do Espectro Autista (TEA), não é colocado na classificação de doenças, mas sim classificado como transtorno. Nesse contexto é importante dizer que houve mudanças ao que se trata da classificação dos transtornos de desenvolvimento, mudando do DSM-IV para DSM-V, os fatos históricos proporcionam uma nova análise a partir dos dados científicos já contextualizados.

Essas alterações se devem as constantes descobertas ao longo do tempo. Repercutindo em revisões minuciosas, agregando a avaliações que se preocupam com os direcionamentos do DSM-V. Também é viável mencionar os princípios de revisão que atuam no campo das pesquisas, mantendo características relevantes dos DSM anteriores, por isso olham-se as alterações feitas entre o DSM-IV e DSM-V sem qualquer tipo de limitação, enquanto as condições fundamentadas no passado dão respaldo aos aspectos atuais (NASCIMENTO, 2014, p. 55).

Portanto, vale complementar que no DSM-V contém a definição e classificação mais atualizada sobre o TEA, pois engloba prioridades do tempo em que estamos, sendo significativas as diversas áreas de pesquisa, tanto médica, acadêmica, pois aborda fatos que estão na rotina de quem lida com os TGD. Vejamos:

Cada definição individual de transtorno que compõe os conjuntos operacionalizados de critérios diagnósticos forma a base dos propósitos clínicos e de pesquisa do DSM-5. Esses critérios foram submetidos à revisão científica, ainda que em graus diversos, e muitos transtornos passaram por testes de campo para avaliar. (NASCIMENTO, 2014, p. 53).

É importante esclarecer também que devido aos problemas de harmonia entre as classificações do DSM-IV e CID-10 foram encontradas relevâncias para adotar uma nova revisão do CID-10, que seria o CID-11, com previsão de ser publicado em 2017, mas até acontecer todas as revisões e publicações, ele continua sendo utilizado.

Devido ao lançamento iminente da CID-11 decidiu-se que essa interação, e não a CID-10 seria a mais relevante para receber a atenção de harmonização. Contudo, como a adoção do sistema de codificação da CID-9-MC continuará válida no momento de lançamento do DSM-5, será necessário utilizar os códigos do CID-9-MC (NASCIMENTO, 2014, p. 55).

Por essa razão as definições utilizadas para os Transtornos Globais de Desenvolvimento – TGD, de acordo com o DSM-IV (CID-10) e o mais recente DSM -V que ainda utiliza os termos do CID-10, apesar da sua estrutura organizacional ser feita visando à estrutura antecipada do CID-11. Encontra-se abaixo uma tabela para obter uma melhor compreensão de como encontramos essa classificação do TEA:

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Quadro 1 - Tabela correspondente ao DSM-IV E DSM-V

DSM-IV (CID-10)	DSM-V (CID-10), com a estrutura organizacional do CID-11
Transtorno de Asperger	Grau Leve
Transtorno Autista	Grau Moderado
Transtorno de Rett	Grau Grave
Transtorno Desintegrativo da Infância	Grau Extremo

Fonte: Riviéri (2004, p. 238-240); Nascimento (2014, p. 63).

Por conta destas classificações e mudanças de nomenclaturas é relevante mencionar que de acordo com o Manual de Diagnóstico DSM-V (2014) achou-se viável não se agrupar esses transtornos, bem como também procurou diagnosticá-los conforme os termos na linguagem revisada organizados como: “leve, moderado, grave e extremo”. Somente com base nesses critérios é que poderá ser feito um diagnóstico final, contemplando as características que descrevem o transtorno que o indivíduo possui e em que nível ele se encaixa.

POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS E OS ENCAMINHAMENTOS NO CONTEXTO ESCOLAR INCLUSIVO DOS ALUNOS COM TEA

No início da educação especial pouca era a atenção voltada a um ensino público. Pesquisas feitas no século XX apontam um grande percentual de crianças que frequentavam a educação pública, mas tinha baixos rendimentos no ensino. Levando, a tomarem medidas que avaliassem a inteligência das crianças, com o objetivo de identificar o nível de QI, relativo à sua idade “Nesse momento, acredita-se que a separação de alunos “normais” e “anormais” traria benefício para todos no processo educativo” (KASSAR, 2011, p. 63).

Tais afirmações vão ao encontro do que queremos apresentar em relação às classes homogêneas desse período da história, caracterizado pela exclusão dos indivíduos que possuíam algum tipo de deficiência, introduzindo ao ensino regular apenas aqueles que assumiam os padrões gerais daquele contexto. Em meados do século XX desenvolveram-se as escolas e classes especiais nas instituições públicas, com a finalidade de atender aos indivíduos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) visando à oferta de uma educação individualizada.

Com a Constituição de 1988, puderam promover aspectos significativos para a educação, estabelecendo o bem de todos, sem distinção. Abordando especificamente no art. 206 o termo de igualdade e permanência a todos na escola e também no art. 208 destaca-se o atendimento educacional especializado como uma obrigatoriedade do Estado, para que em termos gerais dê a preferência deste atendimento nas escolas de ensino regular. Em decorrência desses preceitos estabeleceu-se na década de 1990, com a Declaração Mundial de Educação para Todos e também com a Declaração de

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Salamanca em 1994, uma forte influência ao que se remete a produções das políticas públicas inclusivas (BRASIL, 2010).

A Lei de Diretrizes e Bases Nacionais (LDBEN) de 1996, especificamente no art. 59, traz os quesitos essenciais para que as escolas promovam aos alunos currículos, mediações e recursos necessários, visando o atendimento de acordo com as suas dificuldades e especificidades, tendo também em seu contexto escolar, profissionais qualificados para a inclusão deste público alvo as classes comuns.

No ano de 2006 com a Convenção dos direitos das pessoas com deficiência ao qual dita que o Brasil deve estabelecer em termos legais um sistema educacional inclusivo, visando todos os níveis de ensino, para pleno desenvolvimento da pessoa com deficiência. A partir dessa convenção, buscaram-se aspectos que possibilitem aos indivíduos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) uma melhor interação com o meio social, agregando maiores benefícios a sua condição.

Em 2008 foi entregue ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), o documento referente à Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) introduzindo neste documento artigos com o objetivo de esclarecer a perspectiva inclusiva no contexto escolar. Na Resolução de 2009 é instituído as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), modalidade educação especial, de forma complementar ou suplementar, em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) no contraturno, ou seja, este atendimento irá agir de maneira continuada no processo de ensino e aprendizagem regular, ampliando-se dentro da educação especial, a partir de métodos específicos para a necessidade de cada um. Por essa razão é importante salientar que esta política de 2008 tem como objetivo principal promover os recursos de acessibilidade ao público alvo, bem como garantir que esse processo esteja no currículo escolar, de forma que todas as instituições de ensino regular tenham a oferta do AEE, e se acaso não tiverem, possa fornecer os encaminhamentos viáveis para outra escola que detenha tais recursos aos alunos com NEE (BRASIL, 2010).

Todavia é importante mencionar outra iniciativa que fora relevante ao contexto inclusivo, firmado em 2007 pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), promovendo em especial a formação de professores para a educação especial, contribuindo para o âmbito escolar com as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), dentre outros termos, para melhorias do ensino em uma perspectiva de inclusão, assim como a garantia de permanência do público alvo ao ensino regular. A partir desta perspectiva é significativo trazer neste texto o Decreto de 2008, onde é regulamentado no artigo 1º do inciso I:

[...] atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular (BRASIL, 2008).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Podemos compreender com base no Decreto de 2008 a importância do AEE, de forma que este sistema deve fornecer os quesitos qualitativos para a inteira acessibilidade e organização, no sentido de acrescentar artifícios educacionais positivos aos sujeitos com deficiência ou com TGD – considerando este processo um meio de melhorar a formação do público alvo, atendendo as suas respectivas necessidades.

Dentro deste contexto histórico ainda, salienta-se sobre o Decreto do ano de 2009, citando no art. 1º que “A convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo Facultativo, apensos por cópia ao presente Decreto, serão executados e cumpridos tão inteiramente como neles se contém” (BRASIL, 2010, p. 31), colocando em vigor os Direitos das pessoas com deficiência., reafirmando os decretos anteriores, valorizando as leis aferidas em defesa deste público.

Porém, todas essas ideias remetem uma das políticas mais recentes como a de 2012, uma vez que ela é denominada como: A Instrução Nº 004/2012 do Professor de Apoio Educacional Especializado, visto que este profissional qualificado a essa função tem como objetivo, juntamente com o professor da sala de aula comum: “[...] a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno ao currículo e sua interação no grupo [...]” (PARANÁ, 2012, p. 2).” E o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), se aplica como um dever do Estado promover educação que contempla toda igualdade, bem como oportunidades para o público alvo, não lhe faltando os subsídios necessários em benefício de seu bem estar, de acordo com os termos de inclusão. Contudo é importante ressaltar que esse Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015, p. 1), introduziu no art. 2 falando sobre o direito à educação de forma que: “I – a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista.”

A educação especial teve avanços significativos ao que se trata de suas políticas inclusivas, visto que há alguns anos atrás este público passava despercebido e era excluído das instituições de ensino regular, não recebendo o apoio e condições mais viáveis para seu pleno desenvolvimento.

Vistas as leis da educação especial em um contexto geral, vale abordar neste âmbito uma lei específica, conhecida como “Lei Berenice Piana”, onde o presente artigo tem como finalidade enfatizar, sendo exclusiva ao TEA, considerando que até o momento foram destacados os decretos que abrangem a educação especial e seus encaminhamentos sobre a inclusão de modo geral, salientemos então através da Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, instituída em 2013, sobre os princípios de uma educação inclusiva:

[...] os sistemas de ensino devem efetuar a matrícula dos estudantes com transtorno do espectro autista nas classes comuns de ensino regular, assegurando o acesso à escolarização, bem como ofertar os serviços da educação especial, dentre os quais: o atendimento educacional especializado complementar e o profissional de apoio (BRASIL, 2013, p. 4).

Assim, entendemos a importância que os indivíduos com TEA têm referente às Políticas Públicas Inclusivas, remetendo-se a um ganho considerável, já que os possibilitam o reconhecimento e acesso ao ensino comum, em um ambiente propiciador de seu desenvolvimento educacional e social.

POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR DOS EDUCANDOS COM TEA

O AEE poderá ser disponibilizado em uma escola de ensino regular, nas classes comuns e com o auxílio de um professor especializado em Educação Especial em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), assim como em escolas especiais poderá aceitar esse aluno com TEA, desde que na instituição em que ele esteja matriculado não tenha os subsídios necessários para prestar o atendimento que ele necessita.

Dessa forma, os alunos com TEA primeiramente devem realizar a Avaliação Psicoeducacional no Contexto Escolar e confirmado o diagnóstico serão encaminhados para AEE no contraturno. Somente após avaliação criteriosa no contexto escolar e clínica complementar, identificando assim o tipo de necessidades educacionais especializadas (NEE), que o educando possui. Pois de acordo com a Política de Inclusão (2005), sendo encontradas dificuldades no processo de inclusão escolar dos quadros mais graves, não se devem optar por estratégias que reforcem a individualização ou a desresponsabilização do problema que o aluno apresenta, uma vez que irão precisar da intervenção de uma equipe educacional.

Ao que se trata da adaptação curricular referente ao contexto escolar, não se trata exclusivamente do educando, mas do encontro adentro da sala de aula, no qual também há questões referentes ao alunado, sua família, o professor, a experiência que ele traz a instituição escolar, o plano curricular, os regulamentos do Estado, as grandes expectativas que os pais compartilham. Não é possível pensar em uma adaptação escolar sem analisar vários contextos do aluno.

Assim, de acordo com os embasamentos teóricos estudados, nas políticas públicas inclusivas, pode-se compreender que são garantidas por lei as condições de uma educação no ensino regular ao TEA, nas salas comuns, juntamente com os demais alunos ditos normais. Para Filho e Lowenthal (2015, p. 133) “[...] a inclusão escolar é a melhor e a mais adequada estratégia para modificarmos os ambientes sociais a fim de incluir e socializar essas crianças”. Visto que essas experiências no contexto escolar trazem uma melhora significativa nos quadros autistas aos quais elas se encontram.

Se a criança for estimulada a descobrir seu potencial desde cedo, as dificuldades deixam de persistir em tudo o que ela faz, ela precisa de novos desafios para aprender a viver cada vez mais com autonomia, e não há lugar melhor do que a escola para que isso se concretize (FILHO; LOWENTHAL, 2015, p. 134).

Desta forma é viável enfatizar que a maneira pela qual o professor conduz a sua classe e o relacionamento que constrói com o educando com TEA é essencial, compreendendo que um ambiente escolar acolhedor proporciona um grande avanço em seu desenvolvimento. A inclusão exige um novo contexto escolar, no sentido de ampliar e diversificar o ensino para que esse esteja apto às características diversificadas. É impossível delimitar uma maneira mais apropriada a se trabalhar com

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

elas, pois cada caso é único. Em função disso, “a escola deve, com base na sua realidade e nas características individuais de cada aluno, buscar estratégias para que o processo de ensino-aprendizagem aconteça com qualidade”. (FILHO; LOWENTHAL, 2015, p. 138).

Com base nesses apontamentos é significativo mencionar que um dos métodos de intervenção mais utilizado com os indivíduos do TEA, é o Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Limitações Relacionadas à Comunicação (TEACCH), o qual envolve tanto o atendimento educacional, quanto o clínico. Assim, essa intervenção não somente abrange a área de aprendizado da criança, mas também as formas de lidar com os problemas comportamentais característicos do transtorno, leva a uma ação psicoeducacional.

A partir destes aspectos buscam-se constantemente analisar as estratégias desenvolvidas através deste método, no qual fora desenvolvido na Carolina do Norte (EUA), mas que é usado em vários países por contemplar resultados significativos em relação ao potencial de aprendizagem de crianças autistas. Como resultado constatou-se uma diminuição de estereotípias, comportamentos agressivo-agitados, entre outros que dizem respeito ao TEA.

Destaca-se que o método TEACCH procura trabalhar com situações estruturadas e não com situações livres. Pois, de acordo com Leon e Fonseca (2015, p. 186) “Um dos comprometerimentos cognitivos que os indivíduos com TEA apresentam é deter-se ao detalhe e deixar de compreender o contexto”. Por essa razão esse método busca organizar o ambiente, focando assim na apresentação de indicadores visuais, visto que os autistas compreendem melhor por meio de imagens. Desse modo, devido ao grande comprometimento cognitivo que esses indivíduos possuem, a aprendizagem mais adequada é aquela decorrente de experiências concretas. Por isso, ressalta Fonseca e Ciola (2016, p. 23) que “A organização da sala é fundamental, mas isso depende da pessoa que lá estará e das necessidades e tipo de apoio que ela necessitará em dado momento da vida”. Isso pelo fato de haver alguns equívocos em relação à maneira que o ambiente deve estar organizado, pois acreditam que a mesa tem de estar posicionada frente à parede e sem objetos visuais que permeiem em concorrência com aquilo que realmente importa para a sua aprendizagem, assim como a separação dos objetos de trabalho. Entretanto a forma que a mesa deve estar posicionada não é um critério estabelecido, uma vez que o objetivo principal é neutralizar os estímulos que não fazem parte do contexto de ensino.

[...] uma sala com a estrutura TEACCH vai ser organizada a fim de propiciar comunicação porque o ambiente tem que estar claro o suficiente para que a criança compreenda o que está sendo proposto, o que tem que ser feito e a ordem das atividades na garantia da previsibilidade (FONSECA; LEON, 2015, p. 182).

O TEACCH é o tipo de intervenção que vai além das estruturas externas compostas pelo contexto escolar, de modo que permite não só a organização dos materiais introduzidos por este espaço, mas também cria um tipo de estrutura interna que terá efeito fora do ambiente educacional, fazendo com que a criança tenha ocupações que visem a sua independência, necessitando do educador mais para o processo de aprendizagem. Sendo assim é necessário completar dizendo que, esse método

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

deve ser efetuado com a criança que possui TEA, caso ela já tenha sua avaliação definida, pois é essencial analisar primeiramente o perfil ao qual cada indivíduo se encaixa.

Cabe-nos mencionar uma das escalas utilizadas para a avaliação de TEA, conhecida no Brasil por “Perfil Psicoeducacional Revisado (PEP-R)”, o qual mostra o perfil cognitivo que a criança se encontra. Portanto, segundo Fonseca e Leon (2015, p. 184) “[...] valorizam-se a idade cronológica, a maturidade e a prontidão para a aprendizagem de algumas habilidades”.

Além do PEP-R há outra versão brasileira: “Escala de avaliação para autismo infantil (Cars)”, o qual se objetiva da observação dos comportamentos autistas de uma criança, buscando obter um diagnóstico e os encaminhamentos, no sentido de avaliar se o sujeito é ou não autista, se o grau de autismo é leve a moderado ou até mesmo o nível autista mais grave. Através desse instrumento pode-se compreender o grau de comprometimento que essa criança possui.

Por isso, por meio do PEP-R e Cars é possível o desenvolvimento de um currículo adaptado e individualizado, para a organização de atividades estruturadas através do método TEACCH, que para tanto devem ser planejadas com antecedência, seguindo as especificidades individuais existentes.

Considerando esses apontamentos, é imprescindível dizer que o TEACCH, quando usado adequadamente, ao quadro em que a criança se encontra poderá trazer resultados relevantes. No entanto é importante destacar que tais resultados não podem ser esperados rapidamente, ou seja, é um trabalho de longo prazo, voltado exclusivamente as características específicas de cada criança. Mas também, existem críticas a este método, uma delas seria a ideia que hipoteticamente ele deixa a criança “robotizada”, entretanto cabe-nos afirmar que a forma como esse processo é direcionado no âmbito educacional determina fatores positivos, então a suposta crítica de robotizar a criança não é consistente, ao contrário, esse indivíduo tende a se humanizar de maneira progressiva. “Mesmo que bastante restritos, se comparados com outras pessoas, representam progressos em relação às suas condições anteriores ao trabalho com o método TEACCH” (MELLO, 2007, p. 36).

O método comportamental “Análise aplicada do comportamento” (ABA), tem como objetivo ensinar a criança com TEA, habilidades que ela desconhece isso através de etapas. Cada etapa é ensinada individualmente, por meio de instruções. Um dos principais objetivos deste método é proporcionar a criança um aprendizado agradável, de forma que a estimule, tendo respectivos avanços em seu desenvolvimento, como ela conseguir identificar as diversas atividades propostas pelo professor (a). Assim é importante destacar que nesse método faz-se necessário a repetição das atividades para que possa se analisar as respostas problemáticas que essa criança venha a demonstrar.

[...] os dados e fatos registrados são analisados em profundidade, com o objetivo de detectar quais são os eventos que funcionam como reforço ou recompensa para os comportamentos negativos, desencadeando-os (MELLO, 2007, p. 37).

É interessante também falar sobre outro método, conhecido como Sistema de comunicação através da troca de figuras (PECS), que ajuda as crianças e adultos com TEA, entre outros transtornos de desenvolvimento, visando melhorar as habilidades associadas à comunicação, compreendendo

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

assim que a sua utilização é mais específica nos casos de maiores comprometimentos. Para tanto é importante mencionar que o PECS se baseia a uma aplicação de seis passos, fazendo com que a criança compreenda que através da comunicação é muito mais fácil ela conseguir algo que necessita. Além de trazer resultados relevantes, quando aplicado da forma correta, pois por meio dos cartões e da organização da linguagem elas tendem a progredir.

Essas abordagens comportamentais são muito importantes, pois contribuem para o processo de ensino aprendizagem dos indivíduos com TEA, uma vez que é feito um trabalho a partir de atividades estruturadas, visto que tanto os autistas, quanto as pessoas normais necessitam de organização para desempenhar melhor suas tarefas diárias – só que para aqueles com TEA esse processo é indispensável, cabendo assim ao educador buscar formas diferenciadas de trabalho.

No entanto não podemos deixar de ressaltar o trabalho desenvolvido por Vigotsky (2011), na teoria histórico-cultural, pois é possível através de um caminho indireto, quando as vias naturais estão interrompidas, chegar ao caminho direto, um exemplo disso é: “quando uma criança busca uma resposta para resolver uma conta, fazendo o cálculo pelo caminho indireto, ou seja, contando em seus dedos ou através de um objeto, para chegar ao resultado, mesmo que este esteja contextualizado em sua consciência, ela ainda não consegue abstraí-lo mentalmente sem o auxílio de um componente”. Isto mediante a uma situação problema, a qual por meio de uma ação resultará em um raciocínio para assim resolver-se o x da questão.

Quando surge diante de nós uma criança que se afasta do tipo humano normal, com o agravante de uma deficiência na organização psicofisiológica, imediatamente, mesmo aos olhos de um observador leigo, a convergência dá lugar a uma profunda divergência, uma discrepância, uma disparidade entre as linhas natural e cultural do desenvolvimento da criança (VIGOTSKI, 2011, p. 867).

É em conformidade com esses aspectos que se torna uma tarefa árdua para o profissional da educação, principalmente os que atuam nas classes regulares e que em muito dos casos não possuem uma especialização na educação especial para lidar com um aluno cujo desenvolvimento é adverso dos demais da turma. Por essa razão, vimos que é possível obter resultados significativos, através de atividades estruturadas pelo educador responsável e por meio de uma mediação adequada e sistematizada, bem como a família também é um importante auxiliar neste processo, pois podem fazer sua parte, assim como todo o contexto escolar de uma maneira ou de outra contribuí para um ambiente de inclusão, se investirem e acreditarem nas potencialidades. Em meio a todas estas questões e aspectos é que os resultados das pesquisas de Vigotsky (2011, p. 869) “[...] levam-nos a uma reavaliação radical do olhar contemporâneo sobre a educação da criança anormal”. Visto que diante desses estudos foi possível olhar de outra forma para o público alvo², compreendendo seu desenvolvimento melhor, assim como ser desconsiderada a ideia tradicional que era carregada sobre a deficiência ou transtorno, no qual impedia o desenvolvimento das potencialidades desta criança em função, de falta de conhecimento e perdas de algumas características associadas à etiologia do

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

autismo. Agora é sabido que o processo de escolarização, inserção do educando na cultura é aspecto indispensável para o processo de humanização do indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo explica o TEA trazendo seu conceito histórico, bem como as mudanças e descobertas ao longo do tempo referentes às suas características e etiologia. Foi possível, por meio das políticas públicas inclusivas, compreender que nem sempre esse público alvo³ fora visto e entendido como educandos que possuem potencialidades e com possibilidades para estarem em uma sala de ensino regular e se apropriarem dos conteúdos trabalhados.

Com o passar dos anos e as descobertas de programas e formas de intervenção, seja com enfoque educacional na perspectiva comportamental ou médica foi possível um melhor desenvolvimento de crianças com TEA. Também, para concluir, é indispensável enfatizar a grande contribuição da teoria histórico-cultural, cujo principal representante é L. S. Vigotsky, visto que ela é significativa quando se trata da criança anormal, destacando que “[...] o defeito exerce uma dupla influência em seu desenvolvimento (VIGOTSKI, 2011, p. 869)”. Pois esses defeitos propiciam obstáculos para chegar-se a um desenvolvimento, quando antes se acreditava que ele limitava a criança com deficiência ou transtorno. No entanto, por um lado Vigotsky (2011, p. 869) compreende que “o defeito causa uma dupla influência no desenvolvimento da criança”, uma vez que ele a limita de fazer as atividades que as demais crianças normais fazem. Já por outro lado, ele serve como um estímulo, objetivando assim a busca pelos caminhos alternativos, procurando se adaptar ao mundo de outra forma – ou seja, o caminho indireto presume em outra maneira de aprender e por sua vez se desenvolver-se. Assim como pôde ser contemplado por meio dos métodos diferenciados, aos quais demandam que o educador faça o uso de alternativas provenientes das necessidades que o seu aluno com TEA possui.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm>. Acesso em: 06 maio. 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 06 maio. 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 06 maio. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei federal n. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 05 maio. 2017.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária da Educação Especial. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – MEC/2008. In: _____ (Org.). **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2010. p. 14

_____. Secretária da Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Específica sobre o Autismo**. Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012. Nota Técnica nº 24/2013/MEC/SECADI/DPEE. Brasília, DF. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Desktop/lei%20especifica%20sobre%20o%20autismo%203.pdf>. Acesso em: 03 maio. 2017.

CAMARGO, J. S. et. al. **Apostila da disciplina de Transtornos globais do Desenvolvimento**. 2013. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/188876961/Apostila-Da-Disciplina-1-Transtorno-Global#scribd> Acesso em: 31 ago. 2015.

FILHO, J. B; LOWENTHAL, R. A Inclusão Escolar e os Transtornos do Espectro do Autismo. In: SCHMIDT, Carlo. (Org.) **Autismo, Educação e Transdisciplinaridade**. Campinas: Papirus, 2015. p. 133.

_____. A Inclusão Escolar e os Transtornos do Espectro do Autismo. In: SCHMIDT, Carlo. (Org.) **Autismo, Educação e Transdisciplinaridade**. Campinas: Papirus, 2015. p. 134.

_____. A Inclusão Escolar e os Transtornos do Espectro do Autismo. In: SCHMIDT, Carlo. (Org.) **Autismo, Educação e Transdisciplinaridade**. Campinas: Papirus, 2015. p. 138.

FONSECA, M. E. G; LEON de V. A Inclusão Escolar e os Transtornos do Espectro do Autismo. In: SCHMIDT, Carlo. (Org.) **Autismo, Educação e Transdisciplinaridade**. Campinas: Papirus, 2015. p. 182.

FONSECA, M. E. G; CIOLA, J. de C. B. **Vejo e Aprendo** – Fundamentos do Programa TEACCH: O Ensino Estruturado para Pessoas com Autismo. 2 ed. Ribeirão Preto, SP: Book Toy. 2016. p. 23.

KASSAR, M. C. M.. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional**. Curitiba: UFPR. 2011. p. 63.

MELLO, A. M. S. R de. Um bom começo: conhecer a questão do autismo. In: _____ (Org.), **Autismo: guia prático**. 6 ed. Brasília: CORE, 2007. p. 15-48.

MAZZOTTA, M. J. S.. Atendimento educacional aos portadores de deficiência. In: _____ (Org.). **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 16.

NASCIMENTO, M. I. C.. Introdução 7. In: _____ (Org.). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014. p. 50-59.

PARANÁ. Deliberação n. 02/2016 – SEED/SUED. Estabelece Critérios para o Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Multifuncionais na Educação Básica. In: _____. (Org.). **Dispõe sobre as Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual do Paraná**. Curitiba: CEE, 2016. p. 11.

_____. Secretária de Educação. **Transtornos Globais do Desenvolvimento**. 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/transtornos_globais%20(1)%20(1).pdf>. Acesso em: 25 ago. 2015.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

_____. Secretária de Estado da Educação Superintendência da Educação. **Instrução n. 004/2012 – SEED/SUED**. Estabelece Critérios para a Solicitação de Professor de Apoio Educacional Especializado na Área dos Transtornos Globais do Desenvolvimento na Educação Básica e Educação de Jovens e Adultos. Curitiba: 2012. p. 2.

RIEVIÉRE, A. O autismo e os transtornos globais do desenvolvimento. In: MURAD, Fátima (Trad.). **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 238-241.

SOUSA, P. M. L.; SANTOS, I.M. S. C. dos. **Caracterização da Síndrome Autista**. 2012. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0259.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

VIGOTSKI, L. S.. **A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal**. São Paulo: Educação e Pesquisa. v. 37. n. 4. p. 863-869.

WHITMAN, T. L. **O Desenvolvimento do Autismo: Social, Cognitivo, Linguístico, Sensorio-motor e Perspectivas Biológicas**. São Paulo: Ltda. 2015. p. 28-57.

VARIAÇÃO DE TAMANHO DE *Ucides cordatus* EM MANGUEZAIS COM DIFERENTES GRAUS DE ANTROPIZAÇÃO NA BAÍA DE PARANAGUÁ

Fábio Marcelo da Costa Júnior (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Paranaguá, fabiojr95@yahoo.com.br
Cassiana Baptista Metri (Orientadora)
Unespar/Paranaguá, cassimetri@gmail.com
Luis Fernando Roveda (Coorientador)
Unespar/Paranaguá, lfroveda@gmail.com

Palavras-chave: Caranguejo-uçá. Bioindicador. Contaminação.

INTRODUÇÃO

U. cordatus é um crustáceo braquiúro semiterrestre, com hábito noturno e que vive na região intertidal, onde escava galerias no sedimento do manguezal. Os adultos do caranguejo-uçá ocorrem em áreas de sedimento lodoso, com predomínio de silte e argila (<0,05mm), enquanto os estágios juvenis são mais freqüentes em sedimentos arenosos, com predomínio de areia fina (0,2 a 0,05mm) (PINHEIRO E FISCARELLI, 2001).

U. cordatus é considerado um dos componentes biológicos mais importantes do ecossistema dos manguezais por seu papel na ciclagem de matéria orgânica (CASTILHO- WESTPHAL, et al. 2008). A espécie habita os ecossistemas de manguezais, cuja principal característica é o baixo teor de oxigênio devido à elevada taxa de matéria orgânica em decomposição. Este crustáceo revolve o sedimento ao cavar suas tocas para se proteger dos predadores e assim promove de forma indireta a ciclagem dos nutrientes (MELO, 1996).

Ucides cordatus pode ser considerado um bom bioindicador, pois pode ser encontrado em grande parte do litoral brasileiro e demonstra sensibilidade a diversos poluentes (MERFA, 2010). SÁ (2012), ressalta que elevadas concentrações de metais induzem efeitos osmorregulatórios e respiratórios em crustáceos. Segundo Pinheiro et al. (2012), *U. cordatus* mostrou-se um bom bioindicador para metais pesados, pela capacidade de absorver estes químicos presentes na água e no sedimento, através de acúmulo pela vegetação que lhe serve de alimento (TOLEDO et al., 2007). A ação de metais pesados no organismo de *U. cordatus* também revelou sinais de comprometimento do sistema hormonal (CORRÊA JR et al., 2005) em laboratório constatou-se que metais como o cobre e manganês, podem provocar hipoglicemia.

NUDI et al. (2007) apontaram *U. cordatus* como um excelente bioindicador da presença de óleo em manguezais. SCHMIDT et al. (2013) demonstram que, dentre os animais presentes no manguezal, os caranguejos comerciais que habitam o limite entre a zona arbórea e a herbácea podem

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

ser propostos como boas espécies indicadoras para o monitoramento de mudanças climáticas globais, que se refletem em alterações do nível médio relativo do mar.

Estudos relacionados aos parâmetros populacionais de *U.cordatus* são realizados de forma constante ao longo da costa brasileira, já que estes estudos são mais baratos, sendo, portanto um estudo de fácil execução (NETO, 2011). O presente trabalho visa detectar diferenças nos parâmetros populacionais de *U. cordatus* em manguezais com diferentes graus de conservação na cidade de Paranaguá, PR.

MATERIAL E MÉTODOS

As coletas de dados foram realizadas no Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP) em Paranaguá – PR. O clima da região é tropical, superúmido, sem estação seca e isento de geadas. Apresenta um padrão sazonal de pluviosidade, sendo o inverno seco, com precipitações de até 60 mm e verão chuvoso podendo ultrapassar 1200 mm de precipitação (RODERJAN *et al*, 1997). As temperaturas médias mínimas anuais ficam entre 16 e 18 °C e as temperaturas médias máximas 25 e 27 °C, sendo que no inverno a mínima é de 12 °C e no verão é de 30 °C (MAACK, 1981).

As amostras foram coletadas em dois diferentes manguezais da região, um preservado (25° 34' 10.31"S; 48°31'45.88"O), localizado aos fundos da Floresta Estadual do Palmito – Paranaguá - PR, que é uma unidade de conservação ambiental e outro considerado degradado, próximo à área portuária.

Em uma única campanha amostral que ocorreu durante a maré baixa de sizígia, em cada manguezal foram coletados 40 exemplares de *U. cordatus* por um catador contratado utilizando o método do braceamento.

Em laboratório, após sedação por resfriamento, os indivíduos foram congelados. O sexo dos espécimes foi determinado de acordo com a morfologia do abdômen. De cada exemplar foram mensuradas com auxílio de paquímetro (0,01mm) as seguintes estruturas: a largura (LC), o comprimento (CC), além do peso úmido utilizando uma balança digital (0,01g).

Através de dissecação, o estágio de maturação gonadal para machos e fêmeas foi obtido por meio da visualização das gônadas, conforme proposto por (HATTORI, 2002).

Análise dos dados

Os tamanhos e pesos médios foram comparados por test t student e ANOVA unifatorial.

A relação do peso úmido pela largura cefalotorácica (P/LC) foi estabelecida para cada sexo e submetida à análise de regressão, com verificação do ajuste dos pontos empíricos à função potência ($Y=aX^b$) e significância estabelecida pelo teste t. Os indivíduos danificados ou com organismos epibiontes foram excluídos das análises e a taxa de crescimento em peso foi avaliada pelo grau de

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

alometria e confirmada pelo teste t, como isométrico (b=3), alométrico positivo (b>3) ou alométrico negativo (b<3) (Hartnoll 1982).

O índice de Fulton utilizado para comparar os fatores de condição de cada sexo e em cada local de amostragem foi obtido, segundo a fórmula:

$$F = \frac{(100 * P_{médio})}{LC_{médio}^b}$$

Onde: F= índice de condição de fulton; P= peso médio (g), LC= média da largura da carapaça (mm), e 'b' = coeficiente de crescimento.

RESULTADOS

Foram coletados 80 indivíduos, foram excluídos das análises os indivíduos avariados ou com patas faltando, dessa forma foram analisados 74 indivíduos. No manguezal da Floresta do Palmito foram coletados 36 machos e 1 fêmea, enquanto que no manguezal do Rio da Vila foram encontrados 29 machos e 8 fêmeas. A falta de fêmeas no manguezal do Palmito a comparação da razão sexual entre os manguezais analisados.

A variação dos valores de tamanho e peso dos indivíduos coletados então tabela I. A comparação desses parâmetros entre machos e fêmeas só foi no manguezal do Rio da Vila, onde apresentou uma maior média de peso para os machos.

Já entre machos dos dois manguezais, o teste t realizado não demonstrou uma diferença significativa (Tab. I).

Tabela I. Variação dos valores de tamanho e peso nos manguezais do Parque Estadual da Floresta do Palmito, PR, e Rio da Vila; ♂= machos, ♀= fêmeas, LC= largura da carapaça em milímetros, P= peso em gramas, n= número de indivíduos, min= valores mínimo, Max= valor máximo, M= média, DP= desvio padrão.

		Palmito		Rio da Vila	
		♂	♀	♂	♀
	N	36	1	29	8
LC (mm)	min	60,01	-	47,41	58,87
	max	78,40	-	78,73	71,84
	M	69,72	-	69,51	67,35
	DP	5,299	-	6,226	4,379
P (g)	min	101,64	-	54,37	91,27
	max	223,35	-	190,19	134,05
	M	150,6	-	155,06	124,3
	DP	30,83	-	29,95	17,18

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Os valores biométricos foram apenas obtidos no manguezal do Rio da Vila, já que não houve dados suficientes para se fazer uma análise no manguezal da Floresta do Palmito.

As variáveis que apresentaram diferenças entre os sexos foram o peso, a largura do abdômen, comprimento da quela maior e a altura da quela. (Tab.II)

Em comparação entre os machos dos dois manguezais, a variável morfométrica que apresentou diferença foi o Pleópode 1. (Tab.III)

Tabela II. Variáveis biométricas de *U. cordatus* no Rio da Vila. CW= Largura da carapaça, CL= Comprimento da carapaça, CD= Altura da carapaça, AW= Largura do abdômen, PL= Comprimento da quela maior, PD= Altura da quela maior, PW= Espessura da maior quela, Min.= Mínimo, Máx.= Máximo, DP= Desvio padrão, p = probabilidade do teste t de Student. *= $p \leq 0,05$, ns= não significativo.

Variáveis	Sexo	Mín	Máx	Média	DP	p
Peso	Fêmeas	91,27	148,5	124,29	17,18	*
	Machos	54,37	195,74	154,81	30,18	
CW	Fêmeas	58,87	71,84	67,35	4,24	ns
	Machos	47,81	78,73	69,51	6,23	
CL	Fêmeas	44,22	56,02	52,11	3,73	ns
	Machos	34,75	59,14	52,39	4,53	
CD	Fêmeas	38,15	49,99	43,93	3,92	ns
	Machos	37,07	48,46	43,59	2,50	
AW	Fêmeas	32,17	50,08	43,33	5,73	*
	Machos	17,32	29,03	24,94	2,53	
PL	Fêmeas	40,75	55,63	48,24	5,00	*
	Machos	39,28	77,16	62,62	10,08	
PD	Fêmeas	17,75	26,1	23,40	2,23	*
	Machos	16,92	33,71	27,32	4,53	
PW	Fêmeas	10,62	18,74	13,77	2,29	ns
	Machos	9,15	19,87	15,43	3,17	

Tabela III. Variáveis biométricas de *U. cordatus* em machos dos dois manguezais. CW= Largura da carapaça, CL= Comprimento da carapaça, CD= Altura da carapaça, AW= Largura do abdômen, PL= Comprimento da quela maior, PD= Altura da quela maior, PW= Espessura da maior quela, Min.= Mínimo, Máx.= Máximo, DP= Desvio padrão, p = probabilidade do teste t de Student. *= $p \leq 0,05$, ns= não significativo.

	Manguezal	Mínimo	Máximo	Média	DP	p
Peso	Palmito	101,64	223,35	151,49	30,44	ns
	Vila	54,37	195,74	154,81	30,18	
CW	palmito	60,01	78,4	69,9	4,87	ns
	Vila	47,81	78,73	69,51	6,23	
CL	Palmito	46,45	58,52	52,63	3,18	ns

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

CD	Vila	34,75	59,14	52,39	4,53	ns
	Palmito	35,13	47,33	42,98	2,94	
AW	Vila	37,07	48,46	43,59	2,50	ns
	Palmito	19,95	29,28	25,27	2,7	
GL1	Vila	17,32	29,03	24,94	2,53	ns
	Palmito	20,36	30,27	26,17	2,2	
GL2	Vila	17,32	29,03	24,94	2,53	*
	Palmito	4,26	7,86	2,26	1,00	
PL	Vila	3,88	7,46	5,71	0,96	ns
	Palmito	24,09	82,63	62,63	11,17	
PD	Vila	39,28	77,16	62,62	10,08	ns
	Palmito	19,34	35,32	28,22	3,91	
PW	Vila	16,92	33,71	27,32	4,53	ns
	Palmito	9,51	20,98	15,95	2,85	
	Vila	9,15	19,87	15,43	3,17	

No Manguezal da Floresta do Palmito as classes de da largura da carapaça (CW) predominantes nos machos foram entre 60 a 70mm (Fig. 1). No manguezal Rio da Vila, os machos apresentaram um predomínio de indivíduos nas classes entre 65 e 75mm, enquanto as fêmeas em 65 a 70mm (Fig. 2).

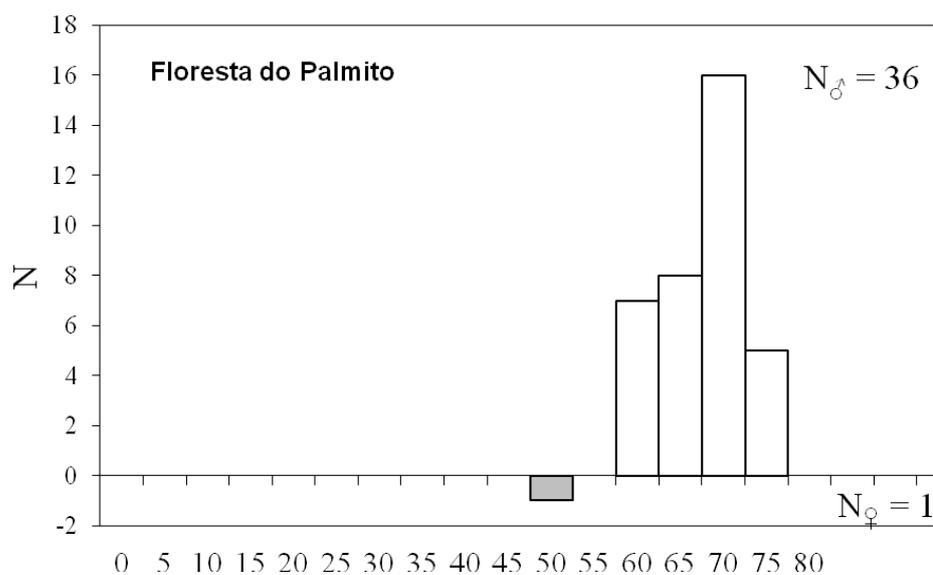


Figura 1. Distribuição de frequência de classes da largura da carapaça (CW) de machos e fêmeas de *U. cordatus* no manguezal Floresta do Palmito.

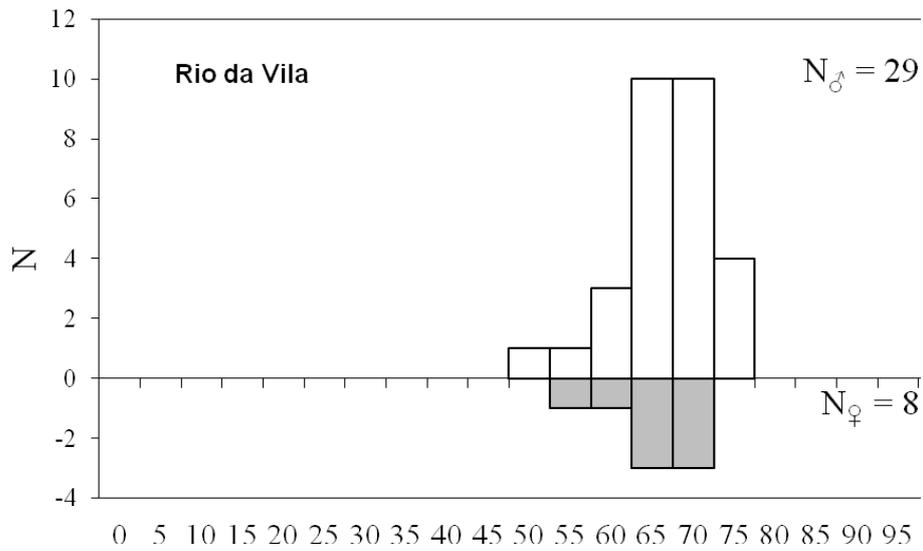
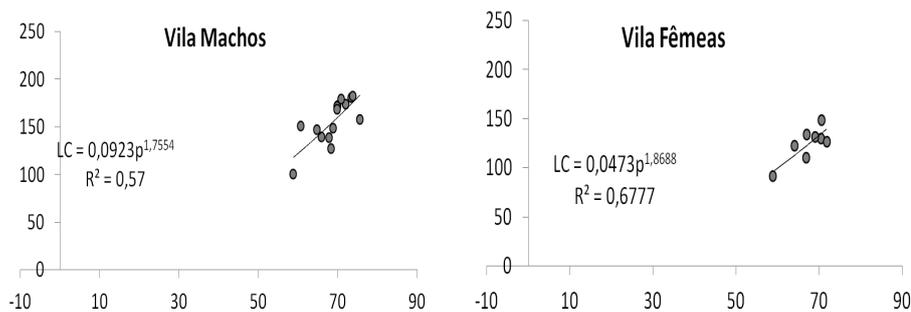


Figura 2. Distribuição de frequência de classes da largura da carapaça (CW) de machos e fêmeas de *U. cordatus* no manguezal Rio da Vila.

A regressão entre o peso úmido (P) e a largura da carapaça (LC) de cada sexo dos exemplares do manguezal Rio da vila, revelou que para uma mesma classe de tamanho as machos demonstram ser mais pesadas que as fêmeas. O crescimento corpóreo encontrado para machos foi alométrico negativo ($t_{machos} = -2,30$; $p > 0,05$); já para fêmeas o crescimento foi isométrico ($t_{fêmeas} = -1,12$; $p < 0,05$). Já para os machos da Floresta do Palmito o crescimento corpóreo foi isométrico ($t_{machos} = -1,01$; $p > 0,05$)



**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

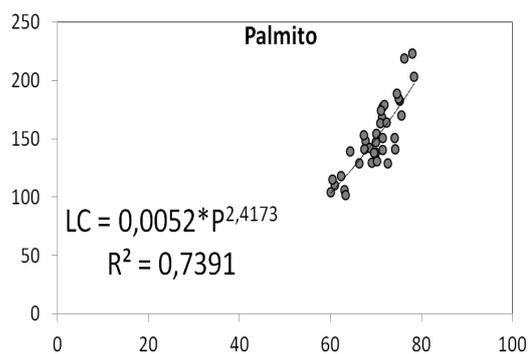


Figura 3. Regressão entre o peso úmido (P); pela largura da carapaça (LC) de machos e fêmeas de *U. cordatus* nos manguezais.

Os valores obtidos na análise de fator de condição de Fulton, demonstra que os machos de *U. cordatus* do manguezal Rio da vila foram 8,9 vezes mais pesados numa mesma classe de tamanho do que os na Floresta do Palmito (Tab. IV).

Tabela IV. Valores do fator de condição de Fulton estimado para cada sexo de *U. cordatus* entre as áreas estudadas.

	Machos	Fêmeas
Rio da Vila	9,088	0,473
Floresta do Palmito	0,533	x

No manguezal Floresta do Palmito dentre os machos o estágio de maturação gonadal foi o imaturo, o mesmo foi determinado para a fêmea (Fig. 4). No manguezal do rio da vila houve uma maior abundância de indivíduos em imaturos para ambos os sexos (Fig. 5).

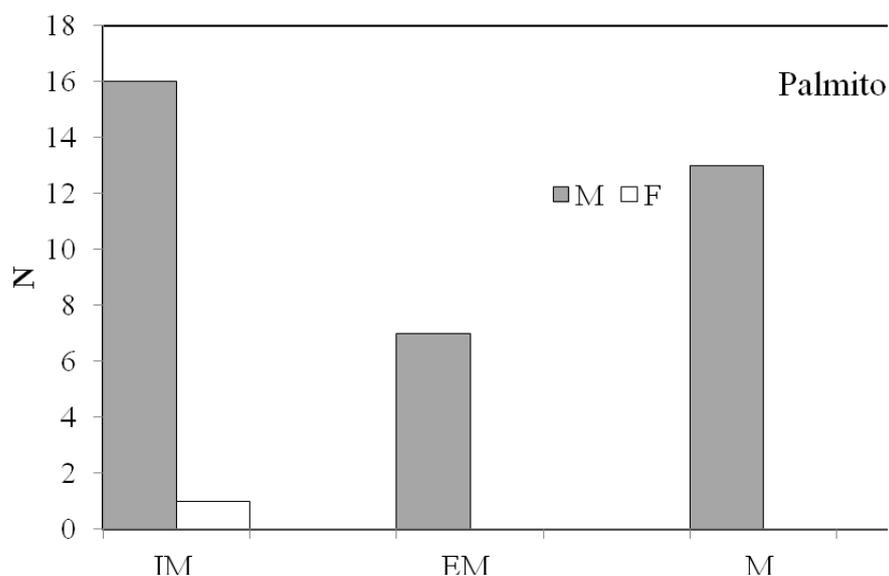


Figura 4. Abundância de machos e fêmeas em cada estágio de maturação gonadal determinado no manguezal Floresta do Palmito. IM= imaturo; EM= em maturação; M= maturo.

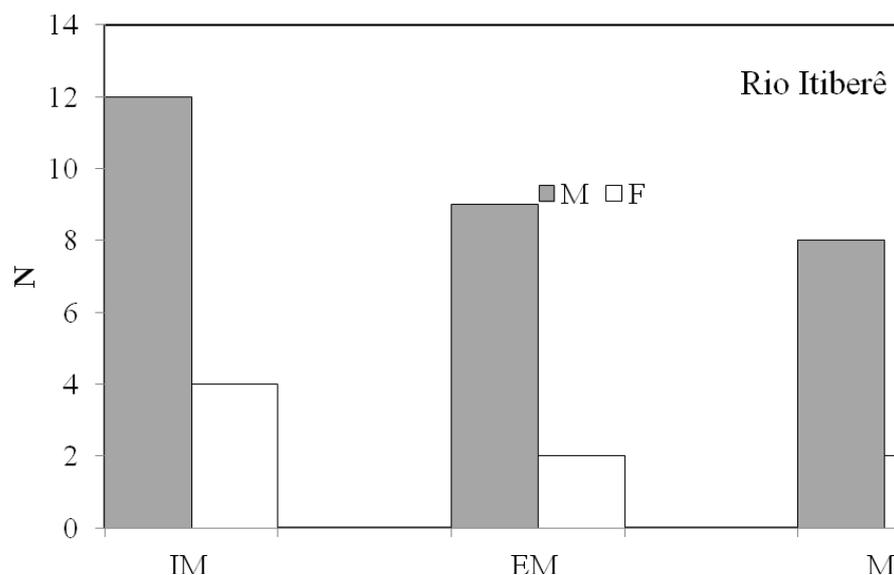


Figura 5. Abundância de machos e fêmeas em cada estágio de maturação gonadal determinado no manguezal Rio da Vila. IM= imaturo; EM= em maturação; M= maturo.

DISCUSSÃO

O presente trabalho demonstra a importância de *U. cordatus* como um bioindicador de qualidade ambiental de manguezais na cidade de Paranaguá. Estudos demonstram que a espécie

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

responde à presença de contaminantes ambientais (TOLEDO *et al.*, 2007; SÁ, 2012; NUDI, 2007). Porém, ainda, possíveis efeitos na estrutura populacional ainda não foram avaliados. Os padrões populacionais aqui determinados apontam para uma diminuição do tamanho corpóreo dos indivíduos oriundos de manguezal antropizado estudado.

A proporção sexual encontrada no presente trabalho foi de maior abundância de machos no manguezal do Rio da Vila sendo 29 machos e 8 fêmeas. Foi registrado por ARAÚJO e CALADO (2008) de (1:1,02) no manguezal do complexo estuarino lagunar Mandaú/ Manguaba, AL, CASTIGLIONE e COELHO (2011) encontraram um leve predomínio de machos no manguezal do rio Ariquindá e rio Mamucabas, ambos localizados no município de Tamandaré, PE. Enquanto, PINHEIRO e HATTORI (2006) apontou um número maior de machos do que de fêmeas nos manguezais de Iguape, SP.

A comparação das médias das variáveis morfométricas entre machos e fêmeas do manguezal Rio da Vila demonstraram dimorfismo sexual em relação ao peso, a largura do abdômen, comprimento da quela maior e a altura da quela. DALABONA *et al.* (2005) analisando a morfometria da espécie indicou que essas estruturas são caracteres sexuais secundários, sendo que o macho usa os quelípodos para atrair a fêmea durante a corte o que justifica o maior tamanho dessa estrutura para aumentar o sucesso da cópula e de combate com outros machos (PINHEIRO e FISCARELLI, 2001).

Os valores mínimos e máximos da largura e comprimento da carapaça entre machos e fêmeas de cada manguezal estão de acordo com os obtidos em 31 trabalhos realizados ao longo de toda costa brasileira e disponibilizados em NETO (2011). Aparentemente, os caranguejos no Rio da Vila, os machos apresentaram maior amplitude de tamanho com a incidência de indivíduos de menores tamanhos, como também foi observado na distribuição de frequência de tamanhos.

O tipo de crescimento reportado para *U. cordatus* é do tipo alométrico negativo que remete a um maior investimento no comprimento do que no peso (PINHEIRO e HATTORI, 2006 e ARAÚJO e CALADO, 2008), o que está de acordo com o tipo de crescimento determinado que foi o mesmo para os machos do manguezal do Rio da Vila. Porém, ARAÚJO e CALADO (2008) registrou uma tendência a isometria, este tipo de crescimento foi observado para as populações das fêmeas do Rio da Vila, e os machos da Floresta do Palmito.

Segundo (BRANCO, 1993), no manguezal de Itacorubi, em geral, machos de *U. cordatus* apresentam-se mais pesados que as fêmeas para uma mesma classe de largura. O mesmo padrão foi encontrado no presente estudo em ambos os manguezais. Entre tanto (ARAÚJO e CALADO, 2008) descreveram fêmeas mais pesadas que machos e (ARAÚJO *et al.*, 2012) reportaram valores da constante “a” igual entre machos e fêmeas. Esse dimorfismo sexual em relação ao peso é um padrão típico para vários caranguejos braquiúros, porém está relacionado com fatores ambientais (NOORI *et al.*, 2015).

O fato dos machos de *U. cordatus* maturarem com tamanho pouco superior ao das fêmeas deve-se provavelmente, ao menor investimento energético por parte dessas últimas no crescimento.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Isso ocorre por elas gastarem parte de suas energias para o propósito reprodutivo, propiciando aos machos a aquisição de tamanhos superiores com o mesmo recurso alimentar (HARTNOLL, 1985). Outros autores também obtiveram o resultado de que os machos atingiram a maturação sexual com tamanhos maiores que as fêmeas (PINHEIRO e FISCARELLI, 2001; PINHEIRO e HATTORI, 2006; CASTIGLIONE e COELHO, 2011).

CONCLUSÃO

No manguezal do Rio da vila os indivíduos apresentaram menores valores do fator de condição, apesar do estágio de maturação mais avançado. Isto indica menor desempenho em ganho de peso desses indivíduos, ou seja, considerando indivíduos de mesmo tamanho, aqueles do manguezal Rio da Vila são mais pesados. Este pode ser um forte indício de que a poluição está afetando as condições de saúde dos caranguejos. Análises dos contaminantes presentes e de sua bioacumulação nos caranguejos, bem como estudos dos órgãos potencialmente afetados devem ser realizadas para confirmar a influência desses fatores no crescimento de *U. cordatus*, associando às análises das medidas da carapaça e do quelípodo e o fator de condição, definidas neste trabalho como variáveis indicadoras de estresse ambiental dessas populações.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. S. L. C.; CASTIGLIONE, D. S., COELHO, P. A. Width-weight relationship and condition factor of *Ucides cordatus* (Crustacea, Decapoda, Ucididae) at tropical mangroves of Northeast Brazil. *Iheringia. Série Zoologia*, v. 102, n. 277-284, 2012.
- ANGULO, R.J.; MULLER, A.C. 1990. Preliminary characterization of some tidal flat ecosystems on the State of Paraná Coast. Brasil. In: Simp Símposio sobre Ecossistemas da Costa Sul e Sudeste Brasileira, ACIESP, p.158-168.
- CASTIGLIONI, D. S.; COELHO, P. A. Determinação da maturidade sexual de *Ucides cordatus* (Crustacea, Brachyura, Ucididae) em duas áreas de manguezal do litoral sul de Pernambuco, Brasil. *Iheringia Série Zoologia*, v. 101, n. 1-2, p. 138-144, 2011.
- CASTILHO-WESTPHAL, G., OSTRENSKY, A., PIE, M. e W., BOEGER. 2008. Estado da arte das pesquisas com o caranguejo uçá, *Ucides cordatus*. *Archives of Veterinary Science*, América do Norte, 13.
- MARTIN, F. 1992. Etude de l'écosystème mangrove de La Baie de Paranaguá (Paraná, Brésil): Analyse des impacts et propositions de gestion rationnelle. Tese de doutorado, Université Paris VII. 289p.
- MELO, G. A. 1996. Manual de identificação de Brachyura (caranguejos e siris) do Litoral Brasileiro. Fapesp: Plêiade, 630 p.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

MERFA, T. C. Determinação de metais pesados no caranguejo comestível *Ucides cordatus* (Crustacea: Decapoda). Rio Claro, Brasil, 2010.

NETO, J. D. Propostas de Plano Nacional de Gestão para uso o sustentável do Caranguejo uçá, do Guaíamum e do Siri-Azul. Brasília: IBAMA, p. 156, 2011.

Noernberg, M.A.; Lautert, L.F.C.; Araújo, A.D.; Marone, E.; Angelotti, R.; Netto Jr, J.P.B. & L.A. Krug. 2006. Remote sensing and GIS integration for modelling the Paranaguá Estuarine Complex – Brazil. Journal of Coastal Research, 39: 1627 – 1631.

PINHEIRO, M. A. A.; FISCARELLI A. G. M anual de apoio à fiscalização do Caranguejo uçá (*Ucides cordatus*). Itajaí, SC: IBAMA/CEPSUL, 2001. 43p.

PINHEIRO, M. A. A.; HATORRI, G. Y. Relative Growth of the Mangrove Crab *Ucides cordatus* (Linnaeus, 1763) (Crustacea, Brachyura, Ocypodidae) at Iguape, São Paulo, Brazil. Brazilian Archives of Biology and Tecnology, v. 49, n. 5, 2006.

SCHMIDT, A. J.; OLIVEIRA, M. A. Plano de ação para caranguejo uçá em Canavieiras, Uma. Caravelas: Alma/ECOTUBA/Critical Ecosystem Partnership Fund., 2006. 90 p.

TOLEDO, T. R.; TORRES, R. A; PINHEIRO, M. A. A. Avaliação do impacto genotóxico em *Ucides cordatus* (Linnaeus, 1763) (Crustacea, Brachyura, Ocypodidae) em sistemas de manguezais do sudeste do Brasil. XII Congresso Latino Americano de Ciências do Mar – XII COLACMAR, Florianópolis, 2007.

NUDI, A. H.; WAGENER, A. L. R.; FANCIONI, E.; SCOFIELD, A. L., SETTE, C.; VEIGA, A. Validation of *Ucides cordatus* as a bioindicator of oil contamination and bioavailability in mangroves by evaluating sediment and crab PAH records. Environment International, v. 33, p. 315-327, 2007.



ESTUDO DA ARGUMENTAÇÃO: O CASO DA DESCRIÇÃO DEFINIDA EM COLUNAS JORNALÍSTICAS

Vanessa da Silva Manoel Gavioli
Unespar/Campus Paranaguá, vsmgavioli@gmail.com
Daniela Zimmermann Machado (Orientador), Unespar/Campus Paranaguá,
daniela.machado@unespar.edu.br

Palavras-chave: Argumentação. Texto. Descrição Definida

INTRODUÇÃO

Argumentar é atividade inerente ao ser humano e em todas as nossas interações feitas, sejam elas orais ou escritas, marcamos nosso posicionamento argumentativo. Dessa forma, segundo Koch (2006, p. 17) podemos dizer que “a interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente pela argumentatividade”.

Corroborando com a linguista, Fiorin (2015, p.9) aponta que todo discurso tem uma dimensão argumentativa:

Todo discurso tem uma dimensão argumentativa. Alguns se apresentam como explicitamente argumentativos (por exemplo, o discurso político, o discurso publicitário), enquanto outros não se apresentam como tal (por exemplo, o discurso didático, o discurso romanesco, o discurso lírico). No entanto, todos são argumentativos: de um lado, porque o modo de funcionamento real do discurso é o dialogismo; de outro, porque sempre o enunciador pretende que suas posições sejam acolhidas, que ele mesmo seja aceito, que o enunciatário faça dele uma boa imagem.

Portanto, embasados nos estudos de Fiorin (2015) e Koch (2016), assumimos aqui o posicionamento de que todos os discursos são argumentativos. Os que se apresentam a argumentatividade bastante explícita apresentam em sua estrutura a sequência textual argumentativa, evidenciando em seu esqueleto as macroproposições, propostas por Adam, que fazem com que determinados textos se relacionem mais ao domínio do argumentar, como é o caso do gênero “coluna jornalística”.

O *corpus* desta pesquisa se baseia na análise de três colunas jornalísticas do escritor Cristóvão Tezza, todas publicadas na página da Gazeta do Povo: “A Inefável Sensação de Liberdade” (2010), “O pequeno burocrata” (2011) e “Enfim, a Carteira” (2009). Analisamos de que forma a construção argumentativa ocorre nestas três produções a partir do recorte feito em que nos

debruçaremos sobre a análise das descrições definidas e de que maneira essa estratégia imprime determinada orientação argumentativa nos textos mencionados.

Visto que o uso de uma descrição definida implica sempre uma escolha entre as propriedades ou qualidades capazes de caracterizar o referente, tal escolha será feita, em cada contexto, em função dos propósitos a serem atingidos pelo produtor do texto (...) (KOCH, 2002, p.40)

Ainda segundo a autora, a escolha de determinada descrição definida pode permitir ao leitor/ouvinte que este infira informações importantes a respeito das opiniões e crenças do produtor do texto, auxiliando-o na construção do sentido do texto.

Esta pesquisa justifica-se pelos estudos realizados como voluntária no “Programa de Iniciação Científica (PIC)” da UNESPAR, campus Paranaguá, bem como pela participação no grupo de estudos “Estratégias Argumentativas em Diferentes Gêneros Textuais”, coordenado pela professora Daniela Zimmermann Machado - orientadora deste trabalho de Iniciação Científica.

Considerando que a argumentação é inerente à linguagem, a proposta de se trabalhar com esse fenômeno mostra-se importante e relevante, a fim de que esta pesquisa apresente os indícios que sustentam o posicionamento e as escolhas lexicais do colunista escolhido para compor o *corpus* deste trabalho, explorando as evidências e inferências da argumentatividade. Além disso, os estudos da argumentação permitem ampliar nossas reflexões sobre os sentidos do texto - aqui, especificamente, do texto de gênero “coluna jornalística”.

Nesta pesquisa, que concerne à área de Linguística Textual, foi realizada a análise de três colunas jornalísticas do escritor Cristóvão Tezza já citadas aqui anteriormente: “A Inefável Sensação de Liberdade”, “O Pequeno Burocrata” e “Maratona do Detran - enfim, a carteira”, tais colunas estão disponibilizadas no anexo. Analisamos, portanto, de que forma a construção argumentativa ocorre nestas três produções a partir de nosso recorte de estudo em que nos debruçamos sobre a análise das descrições definidas e, além disso, de que maneira essa estratégia imprime determinada orientação argumentativa nos textos do colunista.

Delineamos dois focos para a realização de nosso trabalho: primeiramente, realizamos um aprofundamento da discussão teórica acerca da argumentação para, logo em seguida, focarmos na análise linguística de três colunas previamente selecionadas do colunista Cristóvão Tezza. Além disso, também foram exploradas teorias referentes a progressões textuais e às sequências textuais de Adam. Dentro da proposta de análise, faz-se necessária também uma investigação de alguns dos fenômenos de Referenciação abordados em Mônica Cavalcante (2011), além do subsídio teórico para o estudo da descrição definida. (Koch e Cavalcante, 2012)

Os resultados desta pesquisa apontam para o fato de que a seleção lexical é uma das mais importantes estratégias para uma boa argumentação e estabelecimento da argumentatividade em um texto. Diante disto, na análise linguística das colunas jornalísticas do escritor Cristóvão Tezza, percebemos que o uso de tal estratégia permite que um mesmo objeto tenha, a cada nova descrição definida, diferentes aspectos enfatizados.

Segundo Ingedore Koch (2002), a escolha de determinada descrição definida pode permitir ao leitor/ouvinte que este infira informações importantes a respeito das opiniões e crenças do produtor do texto, auxiliando-o na construção do sentido do texto. Analisamos de que forma a construção argumentativa ocorre nas três produções de Cristóvão Tezza a partir da percepção de que as descrições definidas possuem um cunho altamente argumentativo e de que essa estratégia imprime determinada orientação argumentativa nos textos mencionados. Segundo Koch (2006, p.88):

Visto que o uso de uma descrição definida implica sempre uma escolha entre as propriedades ou qualidades capazes de caracterizar o referente, tal escolha será feita, em cada contexto, em função dos propósitos a serem atingidos pelo produtor do texto (...)

No que diz respeito ao estudo das sequências textuais propostas por Adam, inferimos que os textos que apresentam argumentatividade bastante explícita apresentam em sua estrutura a sequência textual (doravante ST) argumentativa. Analisando o esqueleto das ST argumentativa, percebemos que as macroproposições propostas por Adam permitem que os textos pertencentes ao gênero coluna jornalística vinculem-se mais ao domínio do argumentar do que em outros domínios.

GÊNERO TEXTUAL E SEQUÊNCIA TEXTUAL ARGUMENTATIVA

Para início desta seção faz-se necessário considerar a definição de gênero textual e de sequência textual. Segundo Bakhtin (2003 p. 262), “os gêneros são tipos relativamente estáveis de enunciados” – enunciados estes “de natureza histórica, sócio-interacional, ideológica e linguística (MARCUSCHI *apud* MOZDZENSKI, 2005, p. 17) No que diz respeito aos aspectos composicionais, os gêneros caracterizam-se por apresentarem estilo, conteúdo temático e estrutura relativamente regular. O termo “relativamente estáveis” mencionado por Bakhtin nos leva a pensar em textos que se apresentam com uma configuração híbrida, podendo haver, portanto, a mescla de diferentes gêneros em um mesmo texto, fazendo com que a ocorrência de sua estabilidade composicional seja, portanto, relativa.

Neste estudo, a proposta foi trabalharmos com o gênero “coluna jornalística”. Tal gênero caracteriza-se por ser uma espécie de artigo de opinião em que geralmente o colunista aborda temas cotidianos com certo grau de humor e/ou criticidade, além de ser redigido e publicado com certa periodicidade em algum meio de comunicação. O gênero coluna jornalística, por sua vez, caracteriza-se por ser constituído pela Sequência Textual Argumentativa, que é característica do interior de seus textos e é deste conceito que iremos tratar a partir do próximo parágrafo.

Muito antes de Jean- Michel Adam estabelecer as bases teóricas sobre as sequências textuais, diversos autores já se dedicavam a proposições teóricas acerca deste tema. No entanto, foi com os trabalhos de Adam que a sequência textual se tornou, de fato, mote de estudo e passou a integrar espaços acadêmicos e a se apresentar como conceito relativamente consolidado no meio. Embora não haja consenso a respeito da quantidade exata do número de sequências textuais (doravante ST) entre alguns teóricos, baseamo-nos aqui na proposição de Adam que afirma ser cinco o número de sequências textuais: narrativa, explicativa, descritiva, dialogal e argumentativa. Neste trabalho enfocaremos apenas a última ST proposta por Michel Adam.

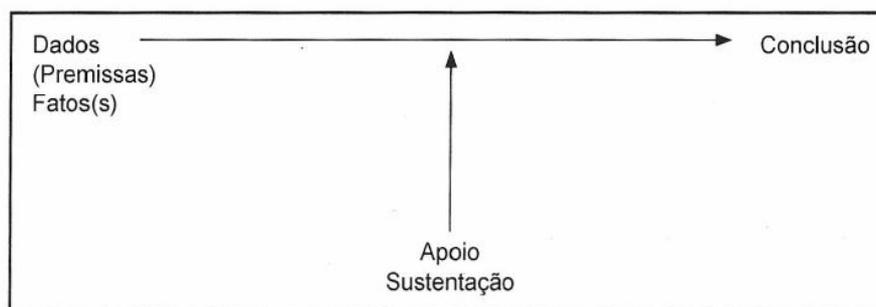
É preciso deixar claro que sequência textual e gênero textual são conceitos que se diferenciam e representam níveis de análise diferentes, no que diz respeito ao estudo do texto. A sequência textual pode ser definida como uma marca linguística observável dentro do texto, justamente por ela ser constitutiva deste. Já ao falarmos de gênero, estamos nos referindo ao conjunto de textos que se apresentam de determinada forma, devendo levar em conta para sua análise os fatores externos e internos do texto. Podemos dizer, a grosso modo, que o trabalho com os gêneros atua mais na superficialidade do texto, e que as ST apresentam-se de maneira mais aprofundada e cognitiva.

A Sequência Textual Argumentativa

De acordo com Adam, a sequência argumentativa é marcada pelas seguintes macroproposições: Tese> Fatos> Inferências e Construção de argumentos> Conclusão (nova tese).

Portanto, compreende-se que a argumentação estrutura-se em dois aspectos: **demonstrar-justificar** uma tese e **refutar** uma tese ou argumento de uma ideia adversa. O modelo de ST argumentativa apresenta-se como uma sucessão de quatro fases. São elas: a) a fase de premissas, em que se propõe uma constatação de partida, a nova tese; b) a fase de apresentação de argumentos, dos elementos que orientam para uma conclusão provável, podendo ser esses elementos apoiados em constatações, exemplos, etc; c) a fase de contra-argumentos, que operam uma restrição em relação à orientação argumentativa e que podem ser refutados por constatações, exemplo, etc; d) a fase de conclusão, que integrando os efeitos dos argumentos e contra-argumentos, reformula e estabelece a tese.

Como já dito anteriormente, as ST argumentativas podem: demonstrar e/ou refutar uma tese; ou refutar outras teses e/ou argumentos diversos. Em ambas as situações, o autor parte de um movimento de sustentação e apoio de suas teses, visando o encaminhamento para a conclusão. Segue abaixo um esquema de base das sequências argumentativas proposto por Adam:



Fonte: ADAM (2011: 233).

A REFERENCIAÇÃO COMO ESTRATÉGIA ARGUMENTATIVA

Iniciamos esta seção apontando o processo de coesão dentro de um texto. A coesão pode se dar de duas formas: por articulação ou por referenciação. Pelo recorte feito neste trabalho, abordaremos apenas a última mencionada logo acima, especificamente no caso da Referenciação por Descrição Definida. Podemos definir a referenciação como a ação de referir e, além disso, seus elementos são selecionados previamente pelo autor de um texto a serviço do seu projeto de dizer. No desenvolvimento textual, é comum estabelecermos diferentes formas de referir um mesmo objeto ou referente. Tal processo é fundamental para a produção e compreensão dos sentidos dos textos bem como para marcar a orientação argumentativa do autor. Segundo Machado (2013):

A referenciação não se restringe, pois, somente a não repetir formas de expressão referencial, mas ajuda a organizar o texto, a argumentar, a resumir, a introduzir novas informações, a definir, a veicular vozes diferentes ou pontos de vista discursivos, a chamar a atenção do leitor – isso para citar apenas algumas. (MACHADO, 2013, p. 122).

No que tange à argumentação textual através da referenciação, é preciso termos claro que, de acordo com os processos de referenciação realizados a partir da seleção e escolha de determinados itens lexicais, eles poderão contribuir para a argumentação textual, além de apontar a intencionalidade do autor. Dentre as inúmeras formas de referirmos um referente, como já mencionado, realizaremos

um recorte e trabalharemos apenas com a Descrição Definida. Seu conceito e propriedades serão abordados nos tópicos seguintes.

Descrição Definida

As descrições definidas são formas linguísticas constituídas, minimamente, de um determinante definido seguido de um nome. Segundo Koch (2006, p.87):

A descrição definida caracteriza-se pelo fato de o locutor operar uma seleção, dentre as propriedades atribuíveis a um referente, daquela(s) que, em dada situação discursiva, é (são) relevante(s) para a viabilização de seu projeto de dizer. Trata-se em geral, em geral, da ativação, dentre os conhecimentos supostamente partilhados com o(s) interlocutor(es) (isto é, a partir de um *background* tido por comum), de características ou traços do referente que o locutor procura ressaltar ou enfatizar.

Ainda no que diz respeito ao léxico e à argumentatividade textual, Fiorin (2016) afirma que a seleção lexical é uma das mais importantes estratégias para uma boa argumentação.

Diante disto, na análise linguística das colunas jornalísticas do escritor Cristóvão Tezza, percebemos que o uso de tal estratégia permite que um mesmo objeto tenha, a cada nova descrição definida, diferentes aspectos enfatizados. Além de que, possibilitam também que o autor faça novas seleções e recategorizações do referente/objeto. Portanto, a cada nova descrição, é como se novos aspectos relacionados às propriedades do referente fossem apresentados ao leitor.

ANÁLISE DOS DADOS

No primeiro texto analisado, “A inefável sensação de liberdade”, destacamos como elemento chave na construção do sentido do texto, a expressão “porta giratória” que aparece recategorizada no texto de várias formas, tais como “corredor polonês”, “liquidificador giratório”, “gaiola de vidro”, “porta de detecção de criminosos”, dentre outros. Essas escolhas lexicais revelam um posicionamento do autor e ajudam a dar o tom/ o sentido que o autor quer dar à crônica que é a de que é enorme toda a burocracia envolvida no pagamento de uma taxa em uma ida ao banco. As escolhas lexicais ao longo do texto corroboram com a tese do autor, que é a seguinte: “Por que um banco oficial é cartório obrigatório de uma taxa de licenciamento, e engendra uma assustadora incompetência para cobrá-la, é desses mistérios que só o Brasil explica” e ajudam a promover a progressão textual e a coerência do texto como um todo. Neste caso, percebemos que a tese e a conclusão do autor são as mesmas e que, a partir dos efeitos dos argumentos e contra-argumentos presentes no texto, estes estabelecem a tese do colunista. Tal qual as fases previstas pela Sequência Textual Argumentativa, nesta coluna percebemos

a presença dos argumentos e premissas propostos por Tezza. O autor, bem apropriado do gênero “coluna jornalística” e de como se estrutura um texto argumentativo, lança mão de diversos argumentos ao longo do texto para convencer o leitor de sua tese.

Percebemos aqui também a estratégia referencial de associar o referente explícito no texto através de uma inferência a um referente não explícito textualmente. É o que se vê quando estabelecemos a relação “Banco do Brasil” com “funcionário amarelinho”, ou então “agência” e “senha” referenciadas com banco.

No segundo texto analisado, podemos observar que a escolha lexical promove a construção do sentido do texto quando, por exemplo, o autor faz menção ao “Pequeno Burocrata”. Observando a contextualização da coluna, percebemos que se trata de uma experiência do autor sobre a ida ao banco em que ele relata, assim como na primeira coluna, sempre sofrer com a burocracia em locais como bancos. Ao mencionar “Pequeno Burocrata”, o autor faz uso da descrição definida para caracterizar, definir e argumentar acerca de seu posicionamento a respeito do funcionário do banco. Observamos a carga argumentativa do autor e podemos interpretar essa escolha lexical como uma crítica à enorme burocracia nos serviços prestados pelos bancos, sempre havendo um personagem principal - um funcionário -(ali discriminado, especificamente, pertencer ao Banco do Brasil) que faz essa burocracia ser posta em prática e está sempre a serviço dela.

As escolhas lexicais marcadas no texto como “suas vítimas”, “discreto”, “sedentário”, “de fala mansa”, “infernizar”, “via crucis bancária” são fundamentais para revelar o tom irônico e crítico que o autor deseja imprimir na crônica. Elas corroboram e estabelecem coesão com a descrição definida já apresentada logo acima “pequeno burocrata” e todas elas descrevem negativamente o funcionário do banco e/ou o sistema bancário como um todo revelando as opiniões e crenças do colunista.

Assim como nas outras crônicas, algum referente explícito pode ser inferido aqui neste texto a partir de outros elementos não explícitos apresentados, como “Banco do Brasil” e “agência amarelinha”.

Nesta crônica, em especial, há uma enorme quantidade de intertextualidade que exigirá um leitor maduro e mais experiente para a compressão dos sentidos gravados: “Ouvidoria do Hades”, “verso de Dante”, “corrida das espécies: pela camuflagem perfeita”, “quente”, “mau presságio: 13”, são alguns dos exemplos retirados da crônica e que são fundamentais para a total compressão textual por parte do leitor. É claro, desde que ele consiga estabelecer as relações necessárias. Por fim, notamos que a conclusão do autor se configura quando ele afirma que, afinal, “a vitória final do Pequeno Burocrata: você perde a

cabeça e diz um monte de desaforos. Ele sorri, alimentado, ganhando o dia, já de olho na próxima vítima, sentadinha adiante com a senha na mão.”, corroborando com as crenças e opiniões já expressas na progressão da crônica

No terceiro texto analisado, observamos a ocorrência de elementos intertextuais como nas expressões “Pão, circo e carteira de motorista”, “cascas de banana semânticas”, “Daqui a cinco anos tem mais”, dentre outras. Essas expressões marcadas em laranja no anexo representam um diálogo entre textos e se constituem como estratégias argumentativas. Elas representam uma intertextualidade e exigem mais do leitor para que ele descubra todos os intertextos presentes no texto com o propósito de conseguir detectar a presença da ironia, crítica e humor para o estabelecimento da construção de um sentido adequado com o propósito de dizer do autor. Dessa forma, as expressões mencionadas entre aspas logo acima, exigem do leitor o estabelecimento da relação com o seu conhecimento de mundo (como, por exemplo, em saber que a validade das carteiras de motorista são de cinco anos), ou a relação com outros textos (como em “pão, circo e motorista”), fazendo menção à Política do Pão e Circo estabelecida no Império Romano. Sem esta percepção do leitor, não há como ele construir o sentido de tal oração que já de início aponta a orientação argumentativa que Tezza seguirá ao longo da coluna. Todas elas corroboram e atuam igualmente para marcar o posicionamento argumentativo do autor. Outras orações também exigem do leitor que este infira outros sentidos e seja um leitor mais experiente para que possa compreender o tom da coluna: só quem já passou por um exame de vista para tirar a carteira no Detran, sabe que, de praxe, sempre tem a fase de diferenciar as cores, além do reconhecimento da sequência de letras minúsculas na luneta. Sem esse conhecimento de mundo, o sentido e compreensão desta oração ficará comprometido. Outra escolha feita pelo autor foi a de fazer referência à típica pressão e ansiedade de quem já passou por algum vestibular da Federal. Sem este conhecimento de mundo também não há como estabelecer o sentido desejado no propósito de dizer do autor.

Ao longo da coluna podemos perceber, tal como a sequência argumentativa dispõe, a fase de argumentos presente no texto. Na parte grifada em laranja no texto “Como tudo no país, a lei da reciclagem do saber do trânsito abriu o cartório do intermediário, agendado pelos deputados que assinaram a lei; se eu pagar 250 reais às autoescolas, não preciso fazer exame.”, Tezza revela um argumento que corrobora com o seu posicionamento a respeito da burocracia imposta pelo Estado Brasileiro que trabalha a favor da coesão e da progressão textual como um todo. Além disso, as escolhas lexicais vão de encontro com a sua proposta de deixar claro seu posicionamento a respeito da burocracia: “máquina burocrática impecável”, “funcionária severa”, “matadouro do agendamento”, dentre outras.



A presença dos conectivos se mostra fundamental para marcar o posicionamento argumentativo do autor. Nas três colunas o uso dos conectores “como”, “e finalmente”, “mas”, “já que” são alguns exemplos desta estratégia argumentativa e que, também, apresentam a repetição como artifício para um melhor convencimento do leitor.

A tese e conclusão do autor são marcadas pela oração: “Uma máquina burocrática impecável para um exame estúpido, cujo único objetivo, parece, é dar dinheiro às autoescolas, na clássica formulação do Estado brasileiro: crie dificuldades e venda facilidades.”, marcada em vermelho no texto anexado.

Afinal, em todos os textos analisados notamos as macroproposições apontadas por Adam: em todas as colunas percebemos que o autor parte da demonstração de algumas premissas. Logo em seguida, Tezza traz para dentro de suas colunas os argumentos, os contra-argumentos para, então, finalizar com a conclusão (que, no caso dos três textos escolhidos, referem-se quase sempre à conclusão de que ele tem pavor da burocracia em instituições bancárias por sempre ser vítima dos trâmites burocráticos.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possibilitou o aprofundamento do conhecimento na área da Linguística Textual bem como a confirmação de teorias que sustentam os estudos de argumentação. Além disso, certamente esta pesquisa servirá de base para trabalhos meus futuros na área da Linguística Textual. Finalmente, podemos concluir que, ao olharmos para as escolhas lexicais do colonista escolhido para compor o *corpus* deste trabalho, percebemos que o autor deixa transparecer as evidências e inferências da argumentatividade que ele deseja imprimir em seus textos. Além disso, os estudos da ST argumentativa e da argumentação realizados no decorrer deste projeto permitiram ampliar minhas reflexões sobre os sentidos do texto - aqui, especificamente, do texto de gênero “coluna jornalística”.

REFERÊNCIAS

BONIN, Adair. **A Noção de Sequência Textual na Análise Pragmático-textual de Jean-Michel Adam.** In Gêneros: teorias, métodos, debates. MEURER, José Luiz ; MOTTA-ROTH, D. ; BONIN, Adair. (Orgs.) Parábola Editorial, 2005.



CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

ILARI, Rodolfo. **Introdução à Semântica: brincando com a gramática**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KOCH, Ingedore Villaça. **Argumentação e Linguagem**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e Argumentar**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

KOCH, Ingedore Villaça. **Referenciação e orientação argumentativa** in Referenciação e Discurso. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

KOCH, Ingedore Villaça; BENTES, Anna Christina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Intertextualidade: Diálogos Possíveis**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

MACHADO, Daniela Zimmermann. Referenciação in **A Tessitura da escrita**. COSTA, Iara Bemquerer; FOLTRAN, Maria José (orgs.). São Paulo: Editora Contexto, 2013.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; KOCH, Ingedore Villaça. **Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada** in Gramática do Português Falado. Volume VIII. Novos Estudos Descritivos. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

MOZDZENSKI, Leonardo. A MINHA VOZ ALHEIA: algumas reflexões basilares sobre as ideias do Círculo de Bakhtin in **Revista EntreLetras Revista do Curso de Mestrado em Ensino de Língua e Literatura da UFT – nº 1 – 2010/II**

TEZZA, Cristóvão. **A Inefável Sensação de Liberdade**. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/cristovao-tezza/a-inefavel-sensacao-de-liberdade-2v8hzb9qxt7z26mjvcr9fcqby>. Último acesso: 27/06/2017.

TEZZA, Cristóvão. **O Pequeno burocrata**. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/cristovao-tezza/o-pequeno-burocrata-9fb649azkxe5urwy2r0tr7xam>. Último acesso: 09/08/2017.

TEZZA, Cristóvão. **Maratona do Detran - enfim, a Carteira!**. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/cristovao-tezza/maratona-do-detran--enfim-a-carteira-bgs2ydkid3hdeefajts7j7f2>. Último acesso: 09/08/2017

ANEXOS

Texto 1: A Inefável Sensação de Liberdade

Dia desses fui pagar o licenciamento do carro. Não pode ser pela internet – temos de ir fisicamente ao Banco do Brasil, como nos bons tempos. Andar para mim é exercício para levar a sério: enfrentei as calçadas curitibanas, cheguei à agência, passei pela porta de detecção de criminosos (tira celular, tira chaveiro, apalpa os bolsos, tira moeda, tira caneta) e subi correndinho dois lances de escada. Milagre: nenhuma fila! Mas o caixa, gentil, me informou que antes eu precisava pegar uma senha. Sim, é claro, uma senha! Olhei em torno, e alguém me avisou que a senha se pega do lado de fora da agência, na entrada. Desci correndinho os dois lances de escada, avancei intrépido de volta pela rotativa pega-ladrão, cheguei antes de uma velhinha ao poste das senhas, apertei o botão e peguei a senha – a maquininha faz roc-roc-roc e cospe o papel – e voltei ao corredor polonês de caçar meliantes (tira celular, tira chaveiro, apalpa os bolsos, tira moeda, tira caneta), subi rapidinho a escada e cheguei triunfalmente ao balcão com a minha senha.

– Ah! É licenciamento! Precisa pegar a ficha do Renavan no caixa automático do lado de fora da agência. – Ante o meu sorriso (eu ando bem educado ultimamente, exercendo aquela paciência que só a velhice dá), o caixa foi compreensivo: – Mas não se preocupe com a fila; tire a ficha e venha direto aqui comigo.

Maravilha! Agradei e – exercício físico sempre é bom – desci lépido os lances de escada, esperei aflito uma pequena fila diante da gaiola de vidro emperrada por uma senhora provavelmente com uma arma na bolsa, já que a máquina se recusava a girar para um lado ou para o outro, e ela lá dentro, figura de um filme mudo, brandindo uma sombrinha furiosa, fila do lado de cá, fila do lado de lá. Como não há mal que sempre dure, consegui chegar de novo ao lado de fora e corri a uma máquina, atrás da palavra mágica, “licenciamento”. Era preciso optar: “correntista”, “não correntista”. Naquele momento eu tive a certeza absoluta de que jamais seria correntista do banco, e a simples certeza me deu uma sensação inefável de liberdade. Com a ajuda de um funcionário amarelinho, consegui minha ficha. Voltei ao liquidificador giratório (só três na minha frente; foi rápido) e subi mais uma vez os lances de escada, tão animado que eu avançava de dois em dois degraus.

No caixa, seria ótimo se eu fosse pagar com cheque e não aceitassem – a crônica ficaria mais divertida (para o leitor). Mas, precavido, eu já fui com dinheiro vivo, porque um ano atrás tive de voltar por causa do cheque. Desci alegrinho as escadas pela última vez e finalmente cheguei à calçada, suspirando feliz: consegui! Por que um banco oficial é cartório obrigatório de uma taxa de licenciamento, e engendra uma assustadora incompetência para cobrá-la, é desses mistérios que só o Brasil explica.

Texto 2: O Pequeno Burocrata

Herdei de minha falecida mãe o horror aos **bancos**, aos quais ela só ia arrastada para devolver cartões não solicitados e atualizar cadastro. Mas semana passada tive de fazer a derradeira **via-crucis bancária** da dona Elin: fechar suas contas, na qualidade de inventariante. Tirei o dia ensolarado para “**deixar tudo certinho**”, como dizia ela, que detestava largar coisas pela metade. No **Itaú**, fechei a conta em 17 minutos cravados. Corri para a **Caixa Econômica** e levei outros 20 para resolver tudo. Tive a sensação rara e agradável de que o país está funcionando. E então adentrei o **Banco do Brasil** para onde sua pensão de viúva havia sido arremessada, anos atrás. Sempre que encontro uma **agência amarelinha** lembro do verso de Dante: “**Abandonai toda esperança, vós que entráis**”. Peguei a **senha**, de **mau presságio: 13**. Ao ser chamado, percebi em segundos que estava diante de um **Pequeno Burocrata**. **O leitor certamente já viveu essa experiência excruciante. É um ser solitário que se alimenta, sorridente, da irritação e do sofrimento alheios. Discreto, sedentário, de fala mansa**, o Pequeno Burocrata tem por habitat preferencial as repartições oficiais, onde ele se incrusta, **lento e poroso**, em mesas e balcões de contato com **suas vítimas**. Esse é o seu trunfo, **na corrida das espécies: pela camuflagem perfeita**, o **Pequeno Burocrata** não precisa procurar alimento. A **caça** vai a ele, indefesa. **O Pequeno Burocrata** ouve seu pedido, e sorri – a sobrevivência dele depende daquele pedido. Ele vai **infernizar** a sua vida. **O Pequeno Burocrata** contemplou a escritura do inventário, com carimbos, selos e assinaturas dignos de um título do Império, e telefonou ao Ofício de Notas para conferir se, de fato, ela era “**quente**”. Sim, é quente, disseram. Resolvido? **O Pequeno Burocrata** coça o queixo, indócil, e tem uma ideia: “É preciso reconhecer a firma do cartorário que assinou a escritura original.” Eu teria de levar o documento a um segundo oficial de notas que declarasse que o primeiro é verdadeiro. Respirei fundo e saí. Percorri cartórios e consegui, enfim, um carimbo, um selo e uma assinatura adicionais.

Voltei e esperei mais 40 minutos. Ele releu várias vezes o documento duplamente certificado da minha mão, conferindo-me “**todos os poderes que se fizerem necessários para representar o espólio em juízo ou fora dele, podendo praticar todos os atos de administração dos bens**”, etc., etc., e, **iluminado**, decide revogar o Código Civil e me diz agora que aquilo não serve para nada. Eu precisaria de uma outra procuração de cada um dos irmãos, passada em cartório, dando-me autorização para fechar a conta.



É a vitória final do Pequeno Burocrata: você perde a cabeça e diz um monte de desaforos. Ele sorri, alimentado, ganhando o dia, já de olho na próxima vítima, sentadinha adiante com a senha na mão.

Mas não desisti, dona Elin; fique tranquila. Recorri à Ouvidoria do Hades e tenho grandes esperanças de libertá-la deles.

Texto 3: Enfim, a Carteira

“Pão, circo e carteira de motorista” – foi a imagem solta que me ocorreu, embrião de alguma crônica, na manhã em que fui ao Detran para a segunda parte dessa odisséia miúda, agora enfrentando o temível “exame de conhecimentos”, marcado dez dias antes. Dessa vez cheguei mesmo às oito, com aquele ar de superioridade dos veteranos de guerra vendo os pobres calouros acotovelados na fila para o matadouro do agendamento. Aguentem firme, rapazes! Fui direto ao segundo andar, com um livro na mão, porque nunca se sabe o que o Estado nos preparou. Na tarde anterior havia lido as duas apostilas do Detran, em que aprendi o que é um ciclomotor e a quantos passos longos de distância do local de acidente devo colocar o triângulo. Já sabia que não se deve tirar o capacete de um motoqueiro acidentado, mas é bom lembrar. Aflitos colegas de prova se aglomeravam em torno das quatro filas de cadeira diante de uma mesinha guarnecida por uma funcionária severa (é engraçado como o formato de sala de aula se reproduz na arquitetura da burocracia – passamos pelos carimbos da vida para aprender).

Como tudo no país, a lei da reciclagem do saber do trânsito abriu o cartório do intermediário, agendado pelos deputados que assinaram a lei; se eu pagar 250 reais às autoescolas, não preciso fazer exame. O Estado, com sua eterna vocação para o controle, ou nos tutela, ou nos cobra. Pelo menos a máquina foi pontual: às 8h30 nos chamaram, hora do exame. Imediatamente formou-se uma fila espontânea. Sob ordens precisas e sem humor, botamos a impressão digital no aparelho e avançamos à sala de aula, um a um. Por mais doutor que seja o cidadão, basta sentar numa carteira escolar para o medo da orelha de burro lhe tolher os gestos – cada um dos candidatos, era visível, sofria da tensão típica de um vestibulando da Federal. O fiscal surgiu e deu detalhadas e pacientes explicações, ponto a ponto. Num momento, fez um ditado: pediu que escrevêssemos “Devo respeitar o pedestre”, e todos obedeceram. Imaginei que a função daquilo era testar os surdos. Depois, a prova de múltipla escolha: trinta questões mal-formuladas, pedagogicamente inadequadas, pegadinhas com negativas duplas e cascas de banana semânticas. Com meus anos de professor nas costas, imaginei o sofrimento dos colegas adultos já distantes daquele mundo que nem na escola mais faz sentido, a anos-luz da vida real. Uma máquina burocrática impecável para um exame estúpido, cujo único objetivo, parece, é dar



dinheiro às autoescolas, na clássica formulação do Estado brasileiro: crie dificuldades e venda facilidades. Duas horas depois, o exame médico, ali mesmo (há poucos dias terceirizaram esse exame, e pelo visto ficou pior). Olhos na luneta, verde, amarelo, vermelho, e uma fila de letras: VNHMD. A carteira chegou em casa em poucos dias. Daqui a cinco anos tem mais.



CRIAÇÃO DE PATCHES EM AMBIENTE MAX PARA EXPERIMENTAÇÃO

MICROTONAL

Paul Franz Wegmann Pena (PIC)

Orientador: Prof. Dr. Felipe de Almeida Ribeiro

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho foi a elaboração de *patches* em ambiente de programação MAX, onde fossem utilizados mecanismos de síntese no espectro microtonal. A importância do desenvolvimento da pesquisa no âmbito da criação musical com suporte tecnológico responde a uma necessidade atual, desde que a tecnologia se apresenta como facilitadora, possibilitando a criação de mecanismos que podem ser concebidos desde o início com o intuito de atender necessidades específicas do compositor contemporâneo.

As possibilidades de programação em MAX são relativamente infinitas – o limite é a imaginação do criador e o CPU do computador. Os mecanismos desta ferramenta podem ser usados de forma pontual e precisa, para construir apenas pequenos segmentos ou texturas, ou podendo chegar a dar origem a obras musicais inteiras. O ambiente de programação visual do MAX funciona como uma representação do mundo analógico: objetos com diferentes funções possuem entradas e saídas, recebendo dados ou sinal de áudio na entrada, sendo controlados por argumentos e mensagens que configuram o seu comportamento, e arrojando o resultado do processamento, seja de dados ou sinal, na saída. Desta forma, é possível pensar o MAX como uma sala cheia de componentes eletrônicos, sendo trabalho do compositor a seleção das peças necessárias para a invenção do circuito que precisa. Este circuito recebe o nome de *patch*.

A síntese sonora é o processo mediante o qual são criados novos sons, seja superpondo ondas sonoras ou sons complexos (síntese aditiva), ou filtrando sons complexos, retirando elementos do seu corpo espectral (síntese subtrativa). Já a síntese granular é feita a partir de pequenos fragmentos de sinal que quando processados dão origem a diversos outros timbres.

A escolha de incluir nestes *patches* o espectro microtonal responde também a uma necessidade da época atual que teve sua origem no início do século XX, com compositores como Alois Haba, Ivan Wyschnegradsky e Béla Bartók, que começaram ampliando a gama tradicional de doze sons por oitava a vinte e quatro (escala bicromática) ou mais notas por oitava. Alguns com intuito de levar afinações presentes na música folclórica da Europa oriental para a música erudita de concerto, outros com uma



visão mais abstrata, inclusive proto-espectral, termo utilizado por Lehman (2012) para referir-se ao período anterior à música espectral, e exemplifica nomeando compositores como Debussy, Ravel, Scriabin, Varèse, Messiaen, etc. os quais deram especial atenção ao fator tímbrico, como parâmetro composicional.

Alois Hába, compositor tcheco, criou o departamento de música microtonal no conservatório de Praga, na República Tcheca na década de 1930, onde eram feitos estudos de harmonia, percepção auditiva e composição utilizando a gama microtonal, que incluía intervalos de quartos de tom, sextos e oitavos de tom (Battan, 1980). Nos primórdios da microtonalidade, os intervalos menores do que o semitom ainda serviam um discurso musical ligado à tradição pós-romântica e serial, mas com o surgimento da estética espectral, nos anos setenta, a utilização da microtonalidade passa a servir o propósito de recriar intervalos que ocorrem naturalmente na série harmônica, sendo utilizados para criar timbres em diversos processos de síntese: instrumental, eletroacústica ou puramente eletrônica. Se trata de uma estética que se fundamenta nas propriedades acústicas do som, e que apesar de ter uma série de procedimentos técnicos comumente associados a ela, se trata mais de uma atitude composicional que entende o som como modelo estético do que de um conjunto de técnicas de manipulação sonora.

A pesquisa em sonologia e especialmente em criação musical com suporte tecnológico vem sendo realizada há décadas em outros países. MAX é um programa de computador criado inicialmente como um controlador de sintetizadores analógicos, que com o passar do tempo continuou sendo ampliado e aprimorado, chegando a ser utilizado hoje em dia nas principais universidades e centros de pesquisa do mundo, por tratar-se de uma potente ferramenta de suporte tecnológico voltada à criação musical.

METODOLOGIA

A metodologia empregada consistiu primeiro no estudo dos tutoriais de MAX contidos no próprio programa, de modo a compreender o funcionamento do mesmo. Nesta fase foram elaborados *patches* simples com o intuito de pôr em prática o conhecimento extraído dos tutoriais e arquivos de ajuda contidos no próprio MAX, assim como também outros tutoriais encontrados em diversos sites como *YouTube* e *blogs* de músicos de diversas partes do mundo que utilizam o programa.

RESULTADOS/DISCUSSÃO



Nesta pesquisa foram desenvolvidos uma série de patches em ambiente Max com o intuito de:

1) experimentar procedimentos em música eletroacústica; 2) elaborar *patches* para peças microtonais.

Estes primeiros *patches* envolveram processos de rastreamento de fundamentais, onde o programa, com um conjunto de instruções, aprende a reconhecer a nota que lhe está sendo enviada através de um instrumento musical conectado ao computador, em função de controlar um sintetizador que funciona mediante superposição de ondas senoidais, triangulares e quadradas. A primeira versão (figura 1) utiliza apenas um gerador de onda senoidal (*cycle~*) precedido pelo objeto *fzero~*, o qual, com o devido conjunto de mensagens e argumentos, tem a função de rastrear a fundamental da nota que está proporcionada pelo instrumento, neste caso, guitarra elétrica. Foi adicionado um compressor, para aumentar o máximo possível a duração do som da guitarra, e um monitor de sinal, localizado na parte central inferior.

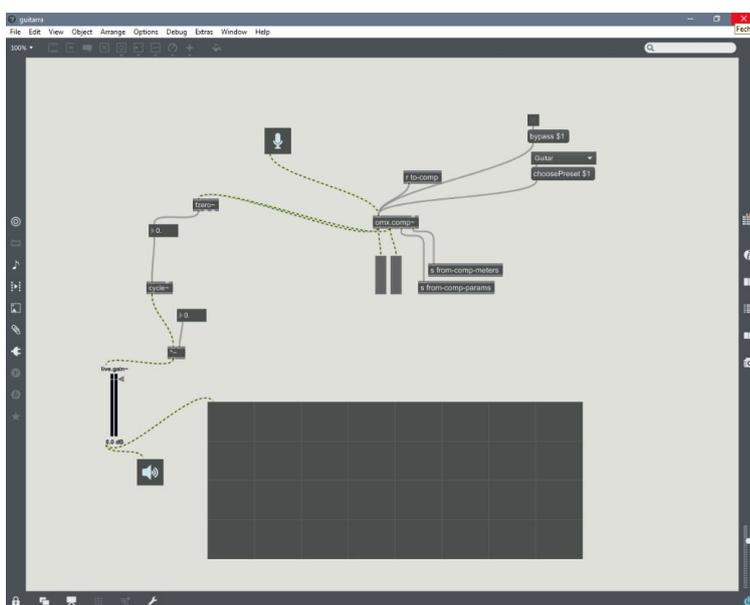


Figura 1

Posteriormente foram elaboradas doze versões deste *patch*, ampliando as funcionalidades e visando melhoras através da inclusão de mecanismos de controle de *envelope* ou ADSR, sigla que significa Ataque, Decaimento, *Sustain* (tempo que dura o som) e *Release* (fim do *envelope*). O número de vozes foi ampliado a quatro, e possui uma memória interna para salvar valores numéricos referentes às amplitudes das ondas, e diversos tipos de *envelope*, conforme mostra a figura 2.

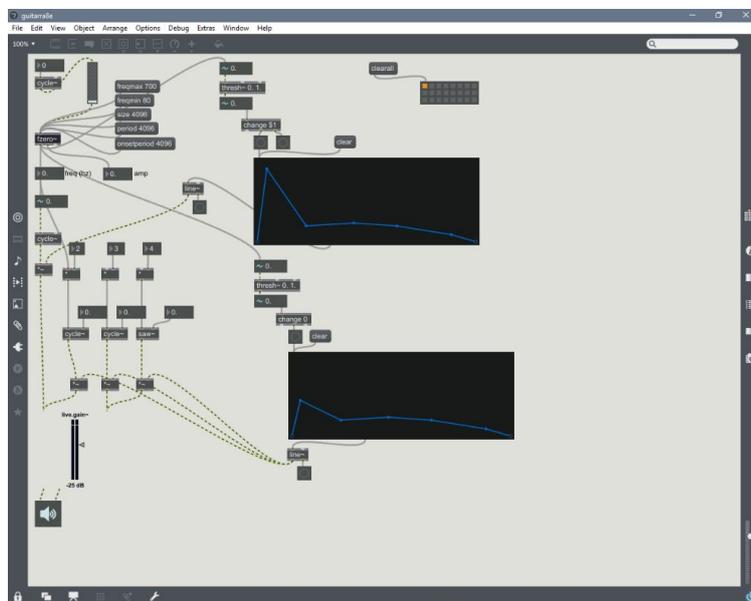


Figura 2. Décima segunda versão do primeiro patch.

Após a elaboração destes primeiros *patches*, foram desenvolvidas pesquisas de outras funcionalidades no MAX, como reprodução de amostras de som, transposição, mecanismos de sequenciamento de eventos com controle rítmico e utilização de valores aleatórios, que viriam a ser utilizadas mais tarde, passando a integrar *patches* mais complexos.

Na segunda fase da pesquisa deu-se início ao desenvolvimento de *patches* a partir das pesquisas realizadas no âmbito das funcionalidades básicas do MAX, e integradas depois em *patches* mais sofisticados que servem diretamente propósitos criativos e que foram testados e utilizados na obra *Reflexões sobre a imortalidade dos átomos*, obra musical do aluno bolsista que foi direcionado enquanto objeto de seu trabalho de conclusão do curso de composição e regência. A continuação, seguem os *patches* desenvolvidos em ordem cronológica e uma breve explicação dos processos envolvidos.

REPRODUÇÃO DE AMOSTRAS DE SONS DE ALTURA DEFINIDA COM TRANSPOSIÇÃO NA ESCALA BICROMÁTICA

Este mecanismo transpõe uma única amostra de som de altura definida, utilizando como intervalo mínimo um quarto de tom, tendo vinte e quatro notas por oitava.

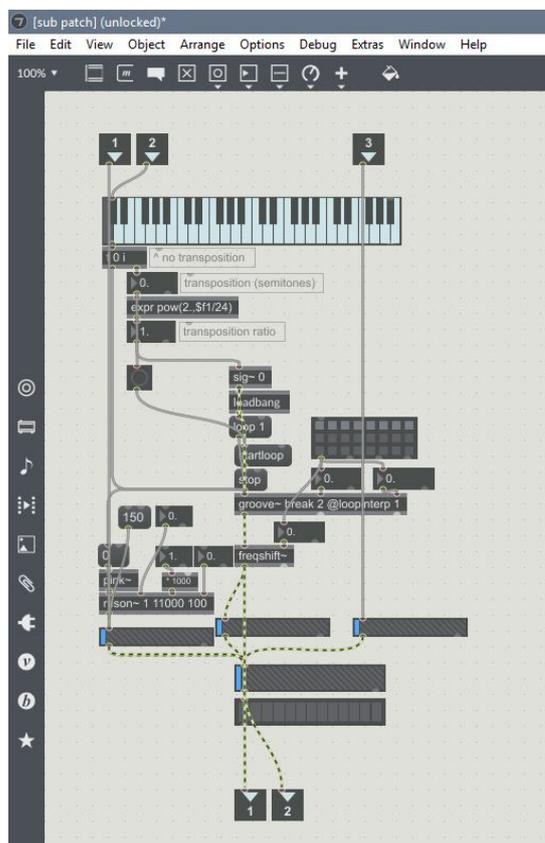
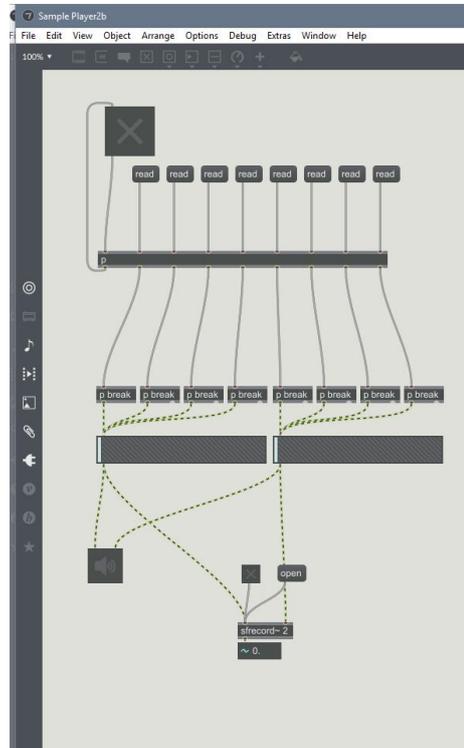


Figura 3a

O *patch* foi ampliado e melhorado, do qual resultou um reproduzidor polifônico de arquivos MIDI, conforme mostra a figura 3b.



CONVOLUÇÃO

Processo mediante o qual é possível a transformação de um som em outro. A transformação ocorre mediante um processo algorítmico chamado de FFT (*fast Fourier transformation*, ou transformação rápida de Fourier, em português). O *fader* central, em cor azul, localizado na região inferior central, supõe uma mistura de cinquenta por cento de cada som. Ao deslocá-lo para esquerda ou direita, se obtém mais som de um ou do outro *sample*.

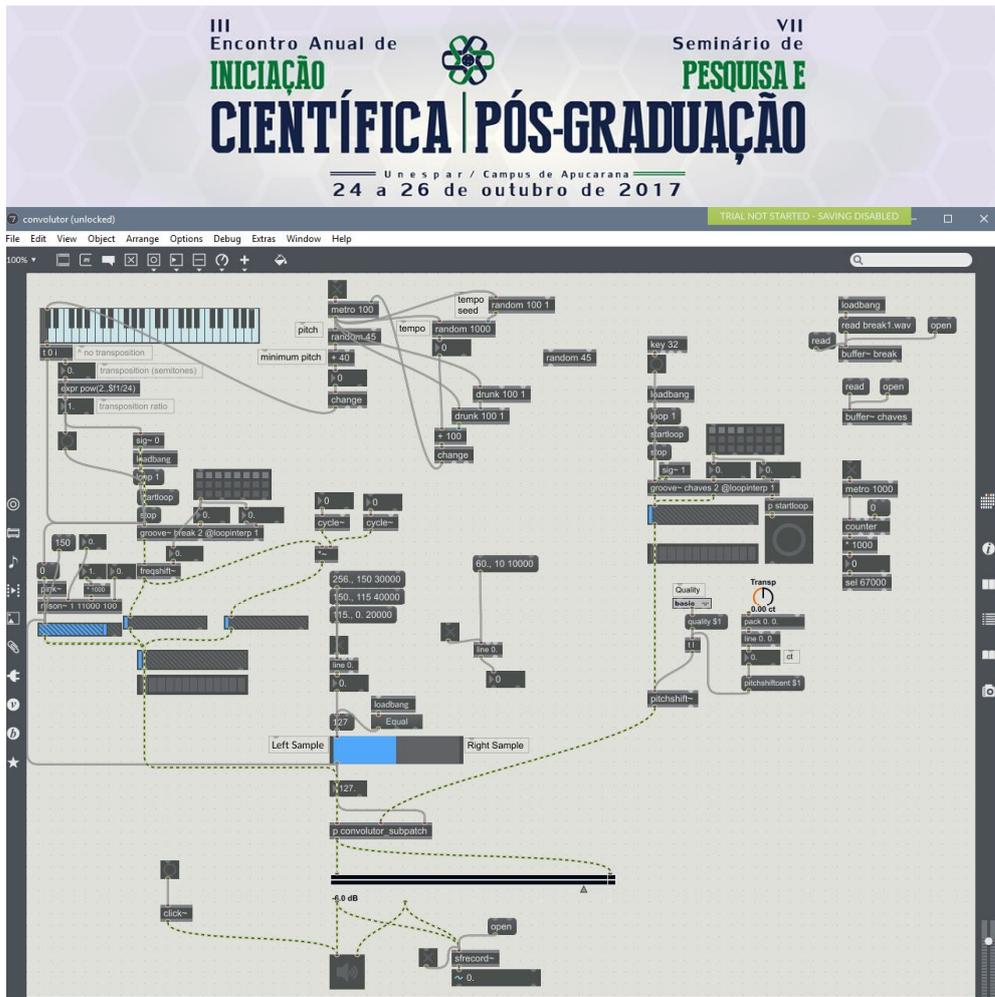


Figura 4.

MODULAÇÃO POR ANEL

Conhecido em inglês como *ring modulator*, é o processo que adiciona duas bandas laterais a uma frequência inicial de forma simétrica, podendo obter assim relações inarmônicas. Este *patch* foi desenvolvido para ser utilizado na peça objeto do TCC do aluno, incluindo-o como *subpatch* que gera uma espacialização giratória. Ele recebe o sinal, criando a modulação por anel, mas as vozes são geradas a partir de síntese subtrativa de ruído rosa, ficando cada vez mais “ruidosas” num espaço determinado de tempo. Este *patch* será utilizado para processamento de sinal ao vivo (*live electronics*) da primeira seção da obra.

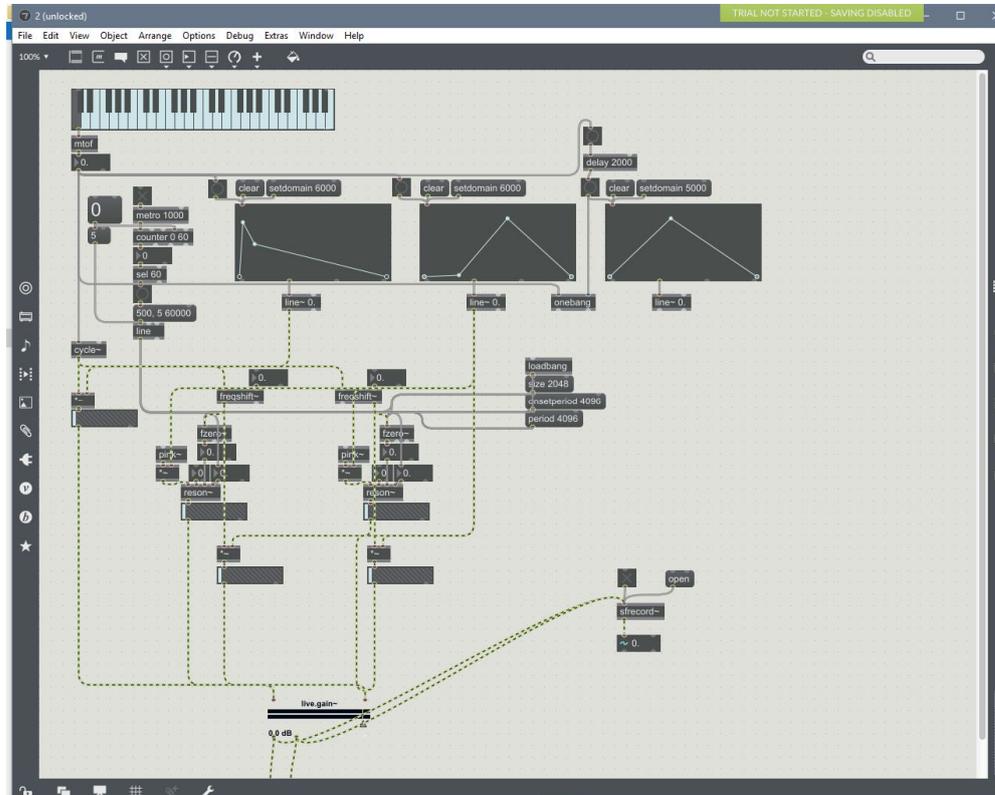


Figura 5.

SÍNTESE SUBTRATIVA VIA FILTRAGEM DE RUÍDO BRANCO E ROSA

Este *patch* foi desenvolvido para criar a segunda seção do *tape*¹ da peça anteriormente mencionada, onde a primeira “nota” surge como uma onda de ruído rosa em estado puro, transformando-se gradativamente em acordes, com notas cujas alturas se tornam cada vez mais definidas, devido ao filtro que, gradativamente, deixa passar com maior precisão a frequência desejada.

¹ Palavra inglesa que significa fita, em português. Provém dos primórdios da música eletroacústica, ao ser o mecanismo que reproduzia, antigamente, sons previamente gravados que seriam disparados no momento da *performance*, que podia ir acompanhada de instrumentos musicais, ou não. Neste último caso, estaríamos falando de música acusmática.

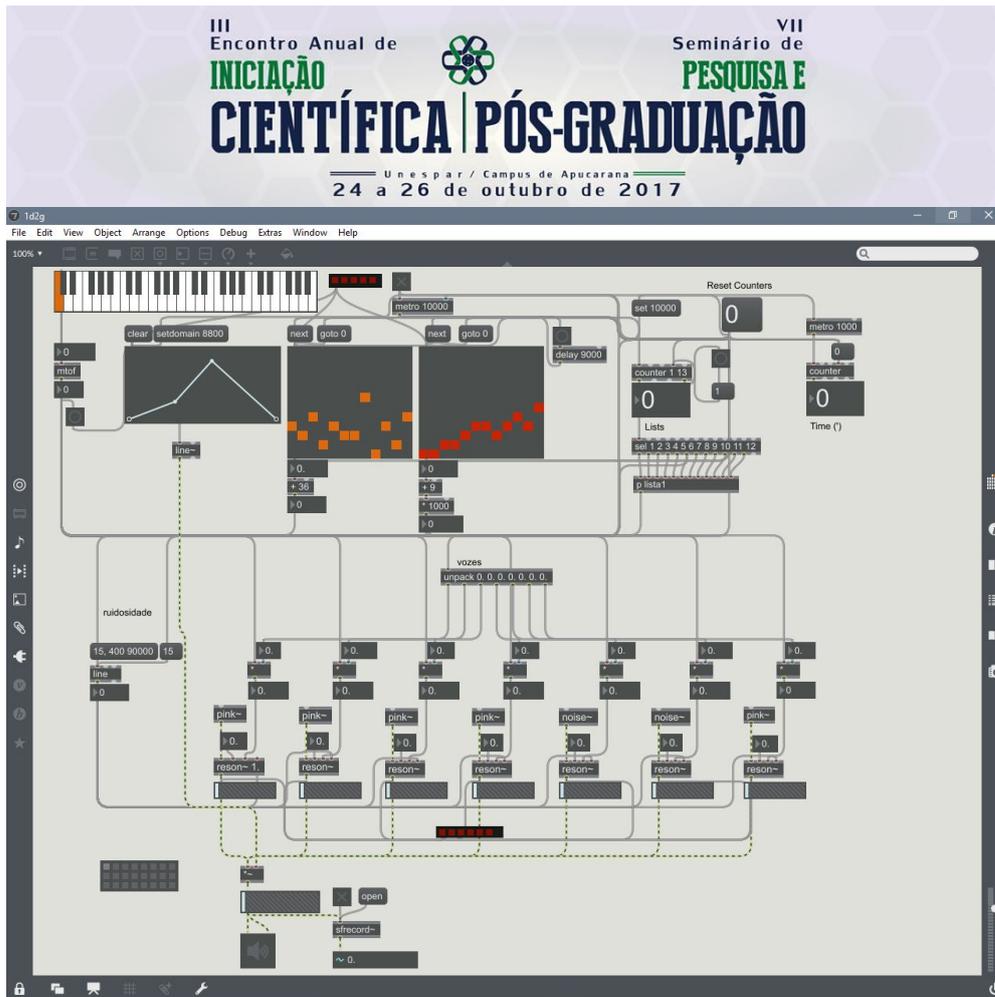


Figura 6.

O *patch* possui também um controle de *envelope*, e o controle das durações é produzido pelo objeto *itable* (preenchido com quadros laranja e vermelho). A relação entre as alturas é controlada de forma precisa por um sistema de listas, que contem valores numéricos que controlam diretamente os parâmetros do filtro ressoador aplicado ao ruído (*reson~*), como a frequência de corte, e a amplitude do espectro em volta da frequência de corte. Os valores dos controles de intensidade de cada voz podem ser salvos em memórias diferentes, através do objeto *preset*.

GERADORES DE SEQUÊNCIAS ALEATÓRIAS DE NOTAS E RITMOS.

A figura abaixo mostra a primeira versão, utilizando valores randômicos para controlar a escolha das notas.

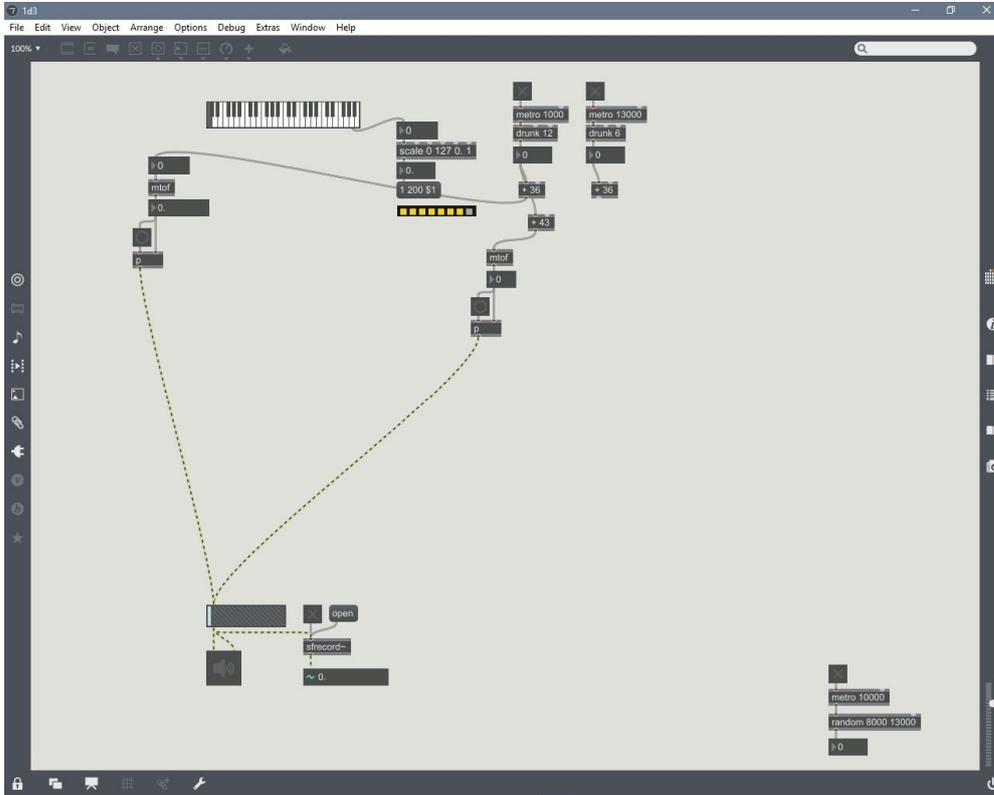


Figura 7.



Deste *patch* mais elementar, surgiram mais versões (figura 8), chegando a trabalhar com randomização de uma forma quase fractal, pois certos parâmetros que controlam o âmbito dos randomizadores foram também randomizados. Este mecanismo permite chegar inclusive a uma sorte de síntese granular, acelerando a velocidade em que os valores são gerados. A transposição de uma única amostra foi levada ao espectro bicromático, como foi feito com os *patches* anteriores.

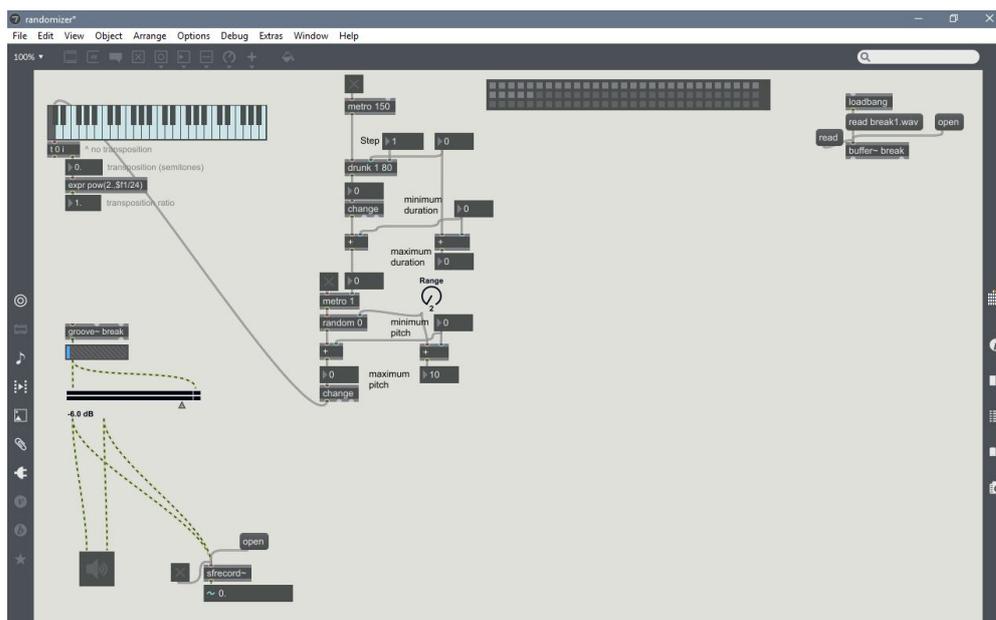


Figura 8.

Neste caso, a randomização opera no plano das alturas e das durações (ritmos). Ainda, pode-se controlar o valor mínimo e máximo de ambos, em milissegundos para o ritmo e notas MIDI (números inteiros) para as alturas, possibilitando seu controle direcional. Ouve-se uma massa sonora complexa, porém direcional. Esta informação é enviada ao objeto *groove~*, o qual realiza o processo de tocar a amostra na transposição desejada. A peça objeto do TCC do aluno utiliza este recurso para gerar uma nuvem de um certo número de alturas utilizando uma amostra de ceramofone², gerando assim uma textura pontilhista, mas que descreve uma direcionalidade dada pela transformação do valor mínimo e máximo de cada variável, no âmbito da altura e da duração.

² Instrumento de teclas percutidas construídas com barras de cerâmica.



Processos controlados com pedaleira MIDI e interruptor de pé.

Este *patch* (figura 9) oferece os seguintes processos:

- Modulação por anéis,
- *Delay*, que realiza cópias de fragmentos do sinal que são repetidas depois de um certo espaço de tempo controlado, podendo ser controlado também o número de repetições.
- *Freeze*, realiza a cópia de um fragmento de sinal e cria uma sequência ininterrupta, que maneja de forma algorítmica as interpolações entre elas, criando uma sorte de *crossfade*, o que permite ouvir um som sustentado *ad eternum*.

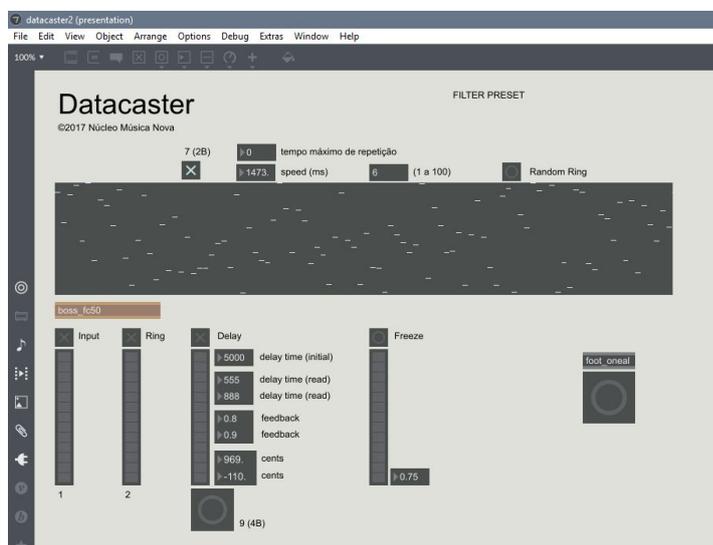


Figura 9

Foi elaborado também um sistema de controle via *footswitch*, um tipo de interruptor construído para ser acionado pelo pé do músico. Com ele é possível controlar parâmetros, disparar eventos ou transitar entre diferentes memórias salvas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Iniciação Científica de Paul Wegmann possibilitou ao estudante um estudo concentrado em Computação Musical com ênfase especial no tratamento espectral. O mesmo encontrou obstáculos por



não termos na UNESPAR a licença do software MAX (que é previsto no projeto aprovado deste docente, ID1358, Edital 03/2015 PRPPG). Nesse sentido, os patches foram produzidos em versão *trial* do software, o que nos impede de salvar as programações para distribuição online, tanto para confecção deste relatório quanto para difusão em periódicos da área. Para o relatório da IC, foram feitas capturas de tela.

REFERÊNCIAS

- BATTAN, Suzette Mary. Tese de Doutorado. Universidade de Rochester, Nova Iorque. 1980.
- LEHMAN, Stephen. *Liminality as a Framework for Composition: Rhythmic Thresholds, Spectral Harmonies and Afrological Improvisation*. Universidade da Columbia. 2012.



AVALIAÇÃO DOS MANGUEZAIS URBANOS COMO PONTOS CRÍTICOS PARA A EPIDEMIA DE DENGUE EM PARANAGUÁ, PR.

Stephany Crislainy Franco Alves (PIC)
UNESPAR/Campus Paranaguá, stephanycrislainy@gmail.com
Cassiana Baptista Metri (Orientador)
UNESPAR /Campus Paranaguá, cassiana.metri@unespar.edu.br

Palavras-chave: Mosquito. Lixo. *Aedes aegypti*.

INTRODUÇÃO

O complexo estuarino da Baía de Paranaguá (CEP) é um intrincado sistema de drenagem continental do litoral do estado do Paraná, composto por um mosaico de áreas impactadas, como cidades, portos e marinas e áreas com alto grau de preservação, como manguezais, marismas e bancos não vegetados (CASTELLA et al., 2006).

Os manguezais estão entre os ecossistemas mais sensíveis a impactos antrópicos em zonas estuarinas (SEVERINO-RODRIGUES ET AL., 2001; ALONGI, 2002), apesar de figurarem entre os mais produtivos e importantes ecologicamente (SCHAEFFER-NOVELLI ET AL., 2000; FAUNCE & SERAFY, 2006). Há uma relação direta entre a degradação de manguezais e a diminuição de estoques pesqueiros ou da qualidade ambiental como um todo (DIAS NETO, 2011).

Ainda assim, diariamente observa-se na região do CEP a degradação dos manguezais pelo lançamento de efluentes e resíduos, destruição direta, aterros etc. sendo que muitas famílias sobrevivem direta ou indiretamente deste ecossistema. Segundo Lana (1998), o atual estado de conservação dos manguezais no Paraná é um reflexo do processo de ocupação do Estado, que se deu pela ocupação pioneira no litoral. A cidade de Paranaguá foi o primeiro núcleo urbano do Estado e está inserida dentro da Baía de Paranaguá. Atualmente se observam vários bairros avançando sobre áreas de manguezais, caracterizando o município como possuidor de diversas manchas de manguezais urbanos. O avanço das moradias, aumento da densidade populacional e as baixas condições sanitárias destes bairros tornam os manguezais locais de acúmulo de resíduos sólidos variados, lançados pela população de entorno. Além disso, o próprio movimento de subida e descida das marés pode trazer lixo de outras áreas para os manguezais.

A recente epidemia de dengue observada em Paranaguá (SESA, 2016), fez ressurgirem e se multiplicarem as campanhas de conscientização, invariavelmente considerando a relação entre o acúmulo de lixo e a presença dos mosquitos vetores da espécie *Aedes aegypti* Linnaeus (1762). O lixo depositado em local não apropriado pode acumular água tornando-se foco de reprodução dos

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

mosquitos (CONSOLI E OLIVEIRA, 1994). Ainda assim observa-se grande quantidade de lixo em locais inapropriados e observa-se o aumento da epidemia.

O *A. aegypti* é uma espécie de mosquito bastante associada às concentrações humanas, sendo descrita como domiciliar ou peridomiciliar. Apesar de reproduzir em locais naturais de acúmulo de água, onde as fêmeas ovipositam, tem preferência por recipientes artificiais (CONSOLI E OLIVEIRA, 1994).

No caso do *A. aegypti*, a fase larvária é marcada por alimentação e crescimento, de modo que passam maior parte do tempo alimentando-se principalmente de material orgânico acumulado nas paredes e fundo dos depósitos (BRASIL, 2001). É pequena a capacidade de dispersão do *A. aegypti* pelo voo, quando comparada a *Aedes albopictus* (Skuse, 1894), de modo que a espécie percorre grandes distâncias, geralmente através do transporte de ovos e larvas em recipientes. A capacidade de resistência dos ovos dessa espécie a dessecação é um sério obstáculo para sua erradicação. (BRASIL, 2001) No Brasil, o *A. aegypti* é considerado uma ameaça à saúde humana, pois é facilmente infectado por vírus quando adulto, hospedando o vírus da dengue, febre amarela e recentemente, foi introduzido no Brasil a febre Chikungunya que também é transmitida pelo *A. albopictus*.

Apesar de não haver comprovação de sua participação como vetor da dengue, *A. albopictus* é outra espécie de importância sanitária, uma vez que é hematófago e utiliza uma vasta gama de animais inclusive seres humanos (SILVA et al. 2006), além de ter sido comprovada experimentalmente a sua capacidade de transmissão dos quatro sorotipos do vírus da dengue (CONSOLI E OLIVEIRA, 1994).

Considerando que a principal estratégia de combate à dengue envolve o combate ao mosquito vetor e, portanto, aos seus locais de reprodução (FUNASA, 2001), as autoridades vêm atuando no sentido de conscientizar a população, buscar locais de acúmulo de água nas residências e arruamentos da cidade, investindo no recolhimento de lixo. Entretanto, devido a vários fatores, especialmente à dificuldade de acesso, as áreas de manguezais urbanos têm sido negligenciadas. Entretanto, como afirmado anteriormente, estas áreas podem ser importantes na epidemiologia da dengue no município devido ao lixo acumulado e inexistência de saneamento básico (SILVA ET AL., 2006; BESERRA ET AL., 2009). Confirmado este fato, é importante que estas áreas sejam consideradas nas estratégias de combate à dengue.

O presente trabalho teve como objetivo avaliar se os manguezais urbanos são pontos críticos para a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, detectando a presença de larvas do mosquito e quantificando o lixo com potencial de acúmulo de água.

METODOLOGIA

As coletas foram realizadas no período de oito meses nos manguezais urbanos de Paranaguá, localizados no Bairro Rocío (25°30'19.6"S 48°31'58.9"W) e no bairro Ponta do Caju (25°31'43.9"S 48°30'48.4"W) (Fig. 1), ambos locais com alta incidência da doença entre os moradores.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Durante os oito meses de amostragem uma dupla de pesquisadores realizou uma caminhada durante uma hora em cada manguezal, buscando resíduos e focos do mosquito, quantificando o lixo presente no local, além de registrar os dados abióticos como: Temperatura ambiente, Temperatura da água, pH, Salinidade, Condutividade e Oxigênio dissolvido.

As larvas ou pupas encontradas foram armazenadas em álcool 70%, com uma etiqueta de identificação do local de coleta e tipo de recipiente encontrado e em seguida encaminhadas para análise laboratorial.

Os lixos encontrados foram classificados adaptando a classificação da Funasa (2001) em: latas, garrafas, recipientes de plástico, peças de carro, sacolas plásticas, utensílios domésticos e recipientes naturais.

Os dados abióticos foram tabelados e analisados de acordo com cada manguezal o valor mínimo e máximo de cada item, bem como a média e desvio padrão. Em seguida foi realizado o teste t , relacionando os dados abióticos entre os dois manguezais e analisando se houve diferença entre eles ($p < 0,05$). O lixo quantificado também foi tabelado e analisado de acordo com cada manguezal, observando valor mínimo e máximo, média e desvio padrão de cada item. Em seguida foi verificada a porcentagem de cada item nos manguezais para fazer a relação entre os dois manguezais.

RESULTADOS

As variáveis abióticas registradas estão sistematizadas na tabela 1. Com exceção das temperaturas, as variáveis ambientais apresentaram maiores valores médios no manguezal Rocio do que na Ponta do Caju (Tab. I)

Tabela I. Variáveis abióticas determinadas nos manguezais de Paranaguá entre setembro 2016 e junho de 2017. Mín= valores mínimos; Máx= valores máximos; M= média; DP= desvio padrão; ns= não significativo; *= $p \leq 0,05$.

Variáveis abióticas	Manguezal do Rocio		Manguezal da Ponta do Caju		<i>p</i>
	Mín - Máx	M ± DP	Mín - Máx	M ± DP	
T. Amb (°C)	22,30 - 39,30	27,05 ±5,40	22,90 - 32,00	26,40±2,84	ns
T. Água (°C)	20,20 - 29,60	22,89 ± 3,02	21,80 - 27,40	23,99±2,04	ns
pH	7,40 - 8,50	7,90 ±0,40	7,13 - 7,90	7,53±0,26	*
Condutividade ($\Omega \cdot m^{-1}$)	31,10 - 37,10	33,89 ±2,20	11,66 - 19,30	15,10±2,33	*
Salinidade	20,00 - 24,30	22,00 ±1,64	4,92 - 11,84	9,10±2,30	*
O ₂ dissolvido ($g \cdot l^{-1}$)	5,80 - 48,50	29,21 ±15,54	1,7 - 20,90	8,74±6,75	*

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.



Figura 1. Localização da área de estudo Manguezal do Rocio da Ponta do Caju (direita). Fonte: Modificado de www.fuiacampar.com.br e Google Earth

A temperatura ambiente e da água, como esperado, apresentou variação sazonal com maiores valores nos meses de verão e menores nos meses de outono e inverno (Fig. 2).

Já os demais parâmetros abióticos não apresentaram variação sazonal definida (Fig. 2), porém observou-se que no manguezal do Rocio apresentou um pH mais básico e maiores valores de condutividade, salinidade e O_2 dissolvido em relação ao manguezal da Ponta do Caju.

Essa variação dos dados abióticos pode ser explicada pela localização dos manguezais analisados, uma vez que o manguezal do Rocio se localiza na adjacência da Baía de Paranaguá, no setor euhalino com maior influência marinha. Enquanto que, na Ponta do Caju, o manguezal está voltado

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

para a gamboa do Rio Itiberê, cuja influência da drenagem dos rios da região é mais evidente acarretando em menores valores desses parâmetros.

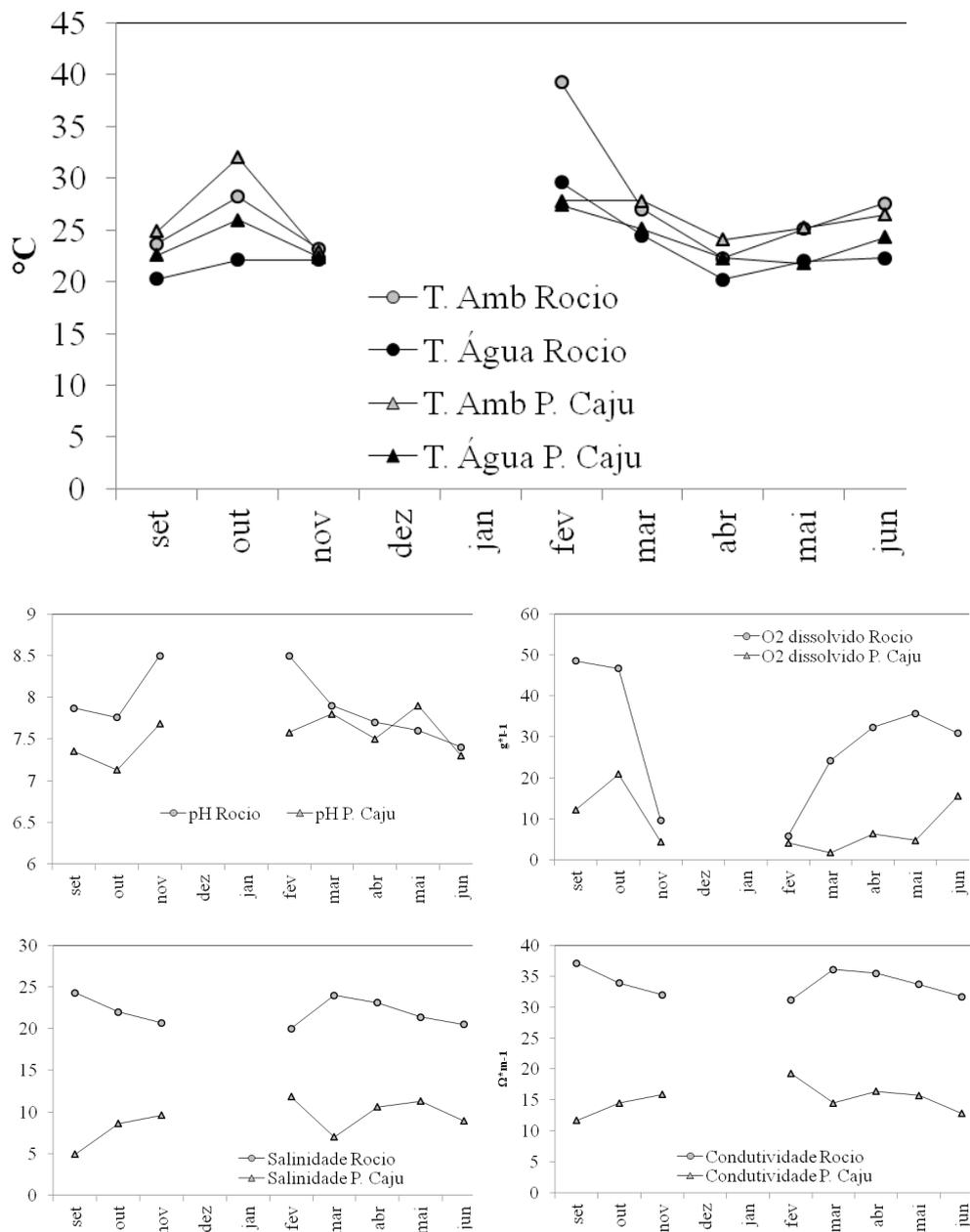


Figura 2. Variação dos dados abióticos obtidos nos manguezais da cidade de Paranaguá durante o período de coletas.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Durante os 8 meses de amostragens não foram encontradas larvas de Diptera, apenas um crustáceo alfeídeo e uma pupa de Lepidoptera, respectivamente (Fig. 3). A larva e a pupa foram encontradas no manguezal da ponta do Caju no dia 16 de setembro de 2016 em um galão de óleo e em uma chaleira, respectivamente.

Durante as amostragens foi quantificado um total de 2.073 itens ao longo dos 8 meses de amostragem, 966 no Rocio, sendo 58% sacolas plásticas e 19% recipientes plásticos e 1107 na Ponta do Caju, sendo 29% sacolas plásticas e 25% recipientes plásticos. O lixo quantificado foi separado adaptando a classificação da Funasa (2001) em: latas, garrafas, recipientes plásticos, peças de carro, sacolas plásticas e utensílios domésticos. A variação dos itens e sua contribuição no total do lixo quantificado pode ser observada na tabela 2.

Tabela II. Porcentagem total de itens e densidade do lixo quantificado nos manguezais de Paranaguá entre setembro de 2016 e junho de 2017. Mín= densidade mínima, Máx= densidade máxima, M= densidade média, DP= desvio padrão.

	Rocio				Ponta do Caju			
	Total (%)	Mín	Máx	M ± (DP)	Total (%)	Mín	Máx	M ± (DP)
Latas	10 (01%)	0,00	0,47	0,20 (0,16)	11 (01%)	0,00	0,38	0,17 (0,11)
Garrafas	191 (20%)	2,19	5,47	3,73 (1,04)	198 (18%)	1,75	4,63	3,09 (0,94)
Recipientes plásticos	182 (19%)	2,34	4,84	3,55 (0,83)	279 (25%)	3,63	5,25	4,36 (0,54)
Peças de carro	20 (02%)	0,16	0,63	0,39 (0,14)	91 (08%)	1,00	1,88	1,42 (0,26)
Sacolas plásticas	563 (58%)	9,84	12,03	11,00 (0,78)	320 (29%)	3,88	5,88	5,00 (0,59)
Utensílios domésticos	0 (0%)	0,00	0,00	0,00 (0)	208 (19%)	2,50	4,13	3,25 (0,57)



Figura 3. Crustáceo alfeídeo (a esquerda) e pupa (a direita) de Lepidoptera encontradas no manguezal da Ponta do Caju, em Paranaguá. Aumento 100 X.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

No manguezal do Rocio foram percorridos 160 m realizando a quantificação do lixo, resultando numa área amostrada de 64m², com uma densidade de lixo de x itens /m². No manguezal da Ponta do Caju foram percorridos 100m quantificando o lixo e resultou no total em 172,97 de densidade de lixo.

No manguezal do Rocio prevaleceram as sacolas plásticas, seguido de garrafas e recipientes plásticos. No manguezal da Ponta do Caju prevaleceram as sacolas plásticas, recipientes plásticos e utensílios domésticos, que, não foram encontrados no manguezal do Rocio.

Os utensílios domésticos foram encontrados sucessivamente durante o período de coleta no manguezal da Ponta do Caju, o que pode ser explicado pelo fato do manguezal ser localizado próximo a residências.

Leite *et al* (2014) demonstra que quando há proximidade dessas áreas com cidades e populações tendem a ocorrer um maior número de detritos e demonstrando também que o plástico é o componente com maior abundância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de não terem sido encontradas larvas de *A. aegypti*, o que pode ser atribuído a uma retração da epidemia observada no período de realização das coletas, o monitoramento dos manguezais é uma valiosa ferramenta para avaliar a importância do despejo de resíduos sólidos nessas áreas na proliferação do mosquito.

A quantidade de resíduos descartados foi surpreendente e refletiu um hábito diferenciado da população local, pois na Ponta do Caju foram observados um maior número de utensílios domésticos, itens de composição e tamanho não possíveis de serem carreados com a maré. Ao observar as atividades dos pesquisadores no manguezal da Ponta Caju, alguns moradores espontaneamente explanaram que não descartavam os resíduos no manguezal e ainda que organizam mutirões de limpeza, porém o que foi observado não corrobora com esses depoimentos, ou ainda demonstra que a situação é ainda mais grave, pois mesmo com a retirada ainda foram observados os mesmos itens (como geladeiras, banheira, sofás, cadeiras) e muitos outros resíduos sólidos. Além disso, foi possível observar uma maior densidade de lixo no manguezal da Ponta do Caju, apesar da área percorrida ser menor que a área percorrida no manguezal do Rocio.

A contribuição das áreas próximas a cidade de Paranaguá na acumulação de resíduos sólidos do complexo estuarino da baía de Paranaguá foi demonstrado por Possatto *et al* (2015). Os autores quantificaram todo resíduo sólido oriundo de arrasto de porta de camarões e encontraram maiores acumulações em áreas densamente povoadas da região.

Estudos realizados na região demonstram que o problema do lixo marinho transcende os limites da baía de Paranaguá, sendo transportado por correntes marinhas atingindo regiões ao Sul e ao Norte da baía. (KRELLING, *et al*. 2017).

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Os resíduos sólidos, em especial os plásticos, são considerados uma ameaça global, principalmente devido ao seu tempo de persistência.

O plástico é demonstrado como componente de maior abundância em diversos estudos. Em 1988, apenas nos Estados Unidos, foram produzidas trinta milhões de toneladas de plástico anualmente (O'HARA *et al.*, 1988). Os plásticos possuem diversas propriedades que fazem com que sejam um dos principais motivos de risco para o ambiente (PRUTER, 1987; LAIST 1987).

A quantidade de resíduos encontrados nos manguezais e as características destes resíduos refletem em vários aspectos e nos trazem grandes preocupações além do potencial de acumular água e tornar-se fontes da epidemia da dengue. O ecossistema sofre grande impacto com o acúmulo destes resíduos e espécies locais e de grande importância podem ser prejudicadas.

Durante o período de amostragens também foi observado o desmatamento dos mangues próximos às residências, o que demonstra a frágil situação dos manguezais urbanos de Paranaguá que estão sujeitos ao intenso impacto antropogênico, comprometendo o seu equilíbrio e os seus serviços ambientais. Haja a vista a importância desse ecossistema na preservação dos limites costeiros. No mês de outubro de 2016, os moradores da Ponta do Caju sofreram com uma maré excessivamente alta que inundou as casas, trazendo prejuízos à população (DIÁRIO 24H, 2016). Se os manguezais estivessem preservados com o seu potencial máximo de diminuição de ação de ondas, e a ocupação urbana respeitasse os limites desse ecossistema, certamente os efeitos desse eventos seriam menos drásticos.

Esse descarte excessivo reflete a necessidade urgente de ações que venham diminuir os resíduos nessas áreas e também conscientizar a população local para o despejo destes materiais em locais apropriados. Palestras e conversas mostrando a importância do ecossistema para a população poderiam ser medidas iniciais a serem tomadas, principalmente para a população próximas à estes manguezais. Além disso, projetos em parcerias com escolas e a população também poderiam ser uma maneira de conscientização e diminuição do descarte de resíduos nesses locais, pois a quantidade de lixo encontrada nos dois manguezais nos mostram a falta de preocupação e até mesmo a falta de conhecimento da população com o descarte destes resíduos e importância dos manguezais.

As consequências para a população tendem a se agravar com o acúmulo destes materiais caso não haja uma intervenção do poder público e de outros setores da sociedade.

A partir deste trabalho, podemos concluir que os manguezais urbanos analisados são pontos críticos para a proliferação do mosquito *A. aegypti*, pois apesar de não terem sido detectadas larvas e pupas da espécie, a quantidade de lixo encontrada tem grande potencial de acumular água e assim os manguezais tornarem-se focos de reprodução do mosquito. E conclui-se também, além disso, que a quantidade de lixo encontrada pode ocasionar danos ao ecossistema como um todo.

REFERÊNCIAS

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

- ALI, M.; RAVIKUMAR, S.; BEULA, J.; ANURADHA, V.; YOGANANTH N. **Insecticidal compounds from Rhizophoraceae mangrove plants for the management of dengue vector *Aedes aegypti***. *J Vector Borne Dis* 51, p 106-114, 2014.
- ALONGI, D. M. Present state and future of the world's mangrove forests. **Environmental Conservation**, Cambridge, v. 29, pg. 331–349, 2002.
- BESERRA, E., FREITAS, E., SOUZA, J., FERNANDES C. E SANTOS, K. 2009. **Ciclo de vida de *Aedes (Stegomyia) aegypti* (Diptera, Culicidae) em águas com diferentes características**. *Iheringia, Sér. Zool.*, 99(3):281-285.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Dengue: Instruções para pessoal de combate ao vetor: manual de normas técnicas. 3. ed. rev. **Brasília/DF**, 2001.
- CASTELLA, R. M. B., CASTELLA, P. R., FIGUEIREDO, D. C. S., QUEIROZ, S. M. P. (Orgs.). **Mar e Costa: Subsídios para o ordenamento das áreas estuarina e costeira do Paraná. SEMA**. Curitiba. 2006.
- CONSOLI, R. e OLIVEIRA, R. 1994. **Principais mosquitos de importância sanitária no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. 228 p.
- DEGENER, C.; ÁZARA, T.; ROQUE, R.; ROSNER, S.; ROCHA, E.; KROON, E; CODEÇO, C.; NOBRE, A.; OHLY, J.; GEIER, M.; EIRAS, Á. **Mass trapping with MosquiTRAPs does not reduce *Aedes aegypti* abundance**. *Mem Inst Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, Vol. 110(4): 517-527, 2015.
- DERICK, WILLI. **Maré alta causa alagamentos em vários bairros de Paranaguá**. *Diário 24h*, Paranaguá, 15 Set. 2016. Disponível em: <<https://diario24h.com/parana/litoral/mare-alta-causa-alagamentos-em-varios-bairros-de-paranagua/>> Acesso em: 10 Ago. 2017.
- DIAS NETO, J. (Org.). Proposta de plano nacional de gestão para o uso sustentável do caranguejo-uçá, do guaiamum e do siri-azul. **Ministério do Meio Ambiente/IBAMA**, Brasília. 2011.
- DUARTE, E.; PEREIRA, J.; OLIVEIRA, H.; LIMA, H.; PEREZ, A.; PILE, E. ***Aedes (Stegomyia) aegypti* (Diptera: Culicidae) em algumas ilhas de Cabo Verde: Tipologia dos criadouros e sua relação com a presença larval**. *Arq. Inst. Biol.*, São Paulo, v. 80, p. 359-362, 2013.
- ESPINOSA, M.; GIAMPERETTI, S.; ABRIL, M. e SEIJO, A. Vertical transmission of dengue vírus in *Aedes aegypti* collected in puerto Iguazú, Misiones, Argentina. **Rev. Inst. Med. Trop.** São Paulo, 2014.
- FAUNCE, C. H. & SERAFY, J. E. **Mangroves as fish habitat: 50 years of field studies**. *Marine Ecology Progress Series*. v. 318, pg. 1-18, 2006.
- FERREIRA, A.; NETO, F. Infestação de area urbana por *Aedes aegypti* e relação com níveis socioeconômicos. **Rev. Saúde Pública**; 41 (6): 915-22, 2007.
- FUNASA. 2001. Dengue: instruções para o pessoal de combate ao vetor, manual de normas técnicas. 3 Ed. Brasília : **Ministério da Saúde : Fundação Nacional de Saúde**, 84p.
- KRELLING, A. P.; *et al.* Transboundary movement of marine litter in an estuarine gradient: Evaluating sources and sinks using hydrodynamic modelling and ground truthing estimates. **Marine Pollution Bulletin**. 2017.
- LAIST, D.W., 1987. Overview of the biological effects of lost and discarded plastic debris in the marine environment. **Marine Pollution Bulletin** 18, 319–326.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

- LANA, P.C. Manguezais: diagnóstico, conflitos e prognósticos. Meio Ambiente e Desenvolvimento no Litoral do Paraná: Diagnóstico. **Universidade Federal do Paraná**. Curitiba, p.: 105-115, 1998.
- LEITE, A. S.; *et al.* Influence of proximity to an urban center in the pattern of contamination by marine debris. **Marine Pollution Bulletin**. 2014.
- LEITE, M. Análise da correlação entre dengue e indicadores sociais a partir do sig. Hygeia, **Revista brasileira de geografia médica e saúde**, 6 (11): 44-59, 2010.
- MAACK, R. **Geografia Física do Estado do Paraná**. 2. ed. J. Olímpio. Rio de Janeiro, 450 p., 1981.
- O'HARA, K., IUDICELLO, S., BIERCE, R., 1988. A Citizen's Guide to Plastics in the Ocean: More than a Litter Problem. **Center for Marine Conservation**, Washington DC.
- PINHEIRO, V.; TADEI, W. Frequency, diversity, and productivity study on the *Aedes aegypti* most preferred containers in the city of Manaus, Amazonas, Brazil. **Rev. Inst. Med. Trop.** São Paulo, 44 (5): 245-250, 2002.
- PRUTER, A.T., 1987. Sources, quantities and distribution of persistent plastics in the marine environment. **Marine Pollution Bulletin** 18, 305-310.
- RODERJAN, C.V.; GALVÃO, F.; KUNIYOSHI, Y.S.; HATSCHBACH, G.; KIRCHNER, F.F. **Levantamento da vegetação da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba – APA de Guaratuba**. Curitiba: Departamento de Silvicultura e Manejo, UFPR, 78p., 1997.
- SCHAEFFER-NOVELLI, Y., CINTRÓN-MOLERO, G., SOARES, M. L. G. & DEROSA, T. 2000. Brazilian mangroves. **Aquatic Ecosystem Health & Management**, Amsterdam, v. 3, n. 4 pg. 561-570, 2000.
- SERPA, L.; COSTA, K.; VOLTOLINI, J.; KAKITANI, I. Variação sazonal de *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus* no município de Potim, São Paulo. **Rev. Saúde Pública**, 2006.
- SESA, 2016. **Secretaria Estadual de Saúde do Paraná, Informe técnico 14 sobre dengue, chikungunha e zika vírus no Paraná**. Disponível em: http://www.dengue.pr.gov.br/arquivos/File/Dengue_Informe_Tecnico_14_2015_2016_SE_092016_ZIKA_CHIKUNGUNYA_2016_03_08_final__1.pdf
- SEVERINO-RODRIGUES, E., PITA, J. B. & GRAÇA-LOPES, R. Pesca artesanal de siris (Crustacea, Decapoda, Portunidae) na região estuarina de Santos e São Vicente (SP), Brasil. **Boletim do Instituto de Pesca**, São Paulo, v. 27, n. 1, pg. 7-19, 2001.
- SILVA, V.C., SCHERER, P.O., FALCÃO, S.S., ALENCAR, J., CUNHA, S.P., RODRIGUES, I.M., PINHEIRO, N.L. 2006. Diversidade de criadouros e tipos de imóveis frequentados por *Aedes albopictus* e *Aedes aegypti*. **Rev Saúde Pública** . 40(6):1106-11.



**FORMAS DE LEGITIMAÇÃO DO ARTISTA VISUAL NA CONTEMPORANEIDADE:
ESTUDO EXPLORATÓRIO DAS PERCEPÇÕES DE REPRESENTANTES DA
COMUNIDADE ARTÍSTICA DE CURITIBA**

Thais Paulina Gralik (PIBIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus 1, thaisgralik@gmail.com
Sandra Barbon Lewis (Orientador)
Unespar/Campus 1, sandrablewis@hotmail.com

Palavras-chave: Artista Plástico. Profissão. Legitimação.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, o ensino de Artes Plásticas na academia tem como foco principal preparar o futuro artista para compreender a arte, aprender a criar, ter uma produção e saber falar sobre ela. A pesquisa em arte, ou sobre arte, gira em torno do mesmo pensamento, e tem como foco o trabalho do artista, mas tendo em vista analisar seu próprio processo de criação, sua obra ou de outro artista e seus contextos históricos. Pouco se fala a respeito do artista como um trabalhador, suas dificuldades, contextos de trabalho, bem como questões práticas que envolvem leis e a realidade de sua profissão, como, por exemplo, opções que encontra para validá-la e/ou opções que encontra para sua sobrevivência enquanto artista.

Mesmo que seja desejável a participação de alunos de Artes Visuais em salões de arte, ou editais de arte, muitos não estão preparados para atender a certas exigências. Um exemplo é a 66ª Edição do Salão Paranaense (PARANÁ, 2017), no qual uma das condições para participar, no caso de ser selecionado ou premiado, é a de ter uma empresa de cunho cultural e artístico ou ser MEI-MICRO empreendedor individual (item 6.4). Durante o curso de bacharelado em Pintura na EMBAP¹, foi possível observar que diversos alunos tinham a intenção de participar em concursos de salões de arte, ou editais, mas se depararam com a dificuldade de não serem pessoas jurídicas, fato que pode impedi-los de participar.

A EMBAP tem oferecido para os alunos, nos últimos anos, uma disciplina optativa chamada “Gerenciamento e Documentação”, que se propõe a realizar “estudo e prática de organização de produção artística” em que se procura abordar o portfólio de artista, mostras de artes

¹ EMBAP: Escola de Música e Belas Artes do Paraná – Campus I da UNESPAR (Universidade Estadual do Paraná).

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

(de diversos tipos), as leis de incentivo à cultura e a política cultural, entre outros assuntos². Contudo, esta disciplina não inclui questões de legislação da profissão ou empreendedorismo, o que seria também proveitoso para os alunos.

Neste trabalho, partiu-se do pressuposto que “é possível analisar arte [...] como um trabalho e o artista como um trabalhador, reintegrando, desta forma, a atividade artística na esfera do trabalho e dos constrangimentos singulares que a constituem no presente” (RANNOU & ROHARIK, 2006, apud SEGNINI, 2012). No entanto, conforme Segnini (2012), apesar da crescente institucionalização da formação universitária do artista no país, a condição do trabalho em arte continua a ser caracterizada pela instabilidade.

Implantada em 1993, a Lei Municipal de Incentivo à Cultura do Município de Curitiba³ tem possibilitado algumas produções em todas as áreas artísticas. Ela oferece aos artistas plásticos a possibilidade de participar como pessoa física no edital da “Bolsa Produção para Artes Visuais”. Sendo bem sucedido e aceito na seleção do edital, o artista receberá uma bolsa produção mensal. Consequentemente, o valor total da bolsa deve ser aplicado inteiramente na produção artística do projeto a que se propõe a realizar o artista, sendo que o tempo de realização desta participação dura em torno de um ano e meio. Além disso, o artista deverá doar uma obra para o projeto e em troca pode colocar as outras obras participantes à venda – mas como não há garantias, essas vendas podem ou não ser concretizadas.

Essa situação indica algumas soluções no processo de legitimar a profissão de artista plástico pela participação em editais públicos ou privados e salões de arte, conseguindo assim expor seus trabalhos em locais considerados de consagração do artista, mas não há garantias de que seus direitos enquanto profissional das Artes serão preservados nem que ele conseguirá sobreviver da sua arte.

O RECONHECIMENTO LEGAL DA PROFISSÃO “ARTISTA”

A profissionalização do artista plástico/visual parece ser ainda uma questão pendente. Uma rápida pesquisa na lista de profissões identificadas e reconhecidas pela Classificação Brasileira de Ocupações (Concla), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), permite identificar que a ocupação 2624 contempla “Artistas visuais, desenhistas industriais e conservadores-

² O descritivo completo da disciplina está disponível no Edital nº 001/2017, em: <http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/2017/GRADUACAO/Disciplinas_Optativas/Edital_001_2017_Disciplinas_Optativas_Centro_de_Artes.pdf>.

³ A Lei Municipal de Incentivo à Cultura foi promulgada em 13 de novembro de 1991 e implantada em 1993. “O incentivo é baseado na renúncia fiscal pela Prefeitura de Curitiba de até 2% da arrecadação de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto Sobre Serviços (ISS).” Conforme a nova Lei de Incentivo à Cultura de 2005, 1% é destinado ao Mecenato Subsidiado e 1% destinado ao Fundo Municipal da Cultura, com base no ISS + IPTU “(antes era é 1,5 % para o Mecenato e 0,5% para o Fundo)”; Podem ser realizados “dois editais por ano o no Mecenato. Cada empreendedor só poderá ter projeto aprovado em um deles”[...]. Conforme site da Fundação Cultural de Curitiba disponível em: <<http://www.fundacaoculturaldecuitiba.com.br/leideincentivo/o-que-e/>>. Acesso em 27 nov. 2016.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

restauradores de bens culturais”⁴. O título 2624-05 explicita que “Artista (artes visuais)” são “Aquarelista, Artesão (artista visual), Artista plástico, Caricaturista, Cartunista, Ceramista (artes visuais), Chargista, Escultor, Grafiteiro (artes visuais), Gravador (artes visuais), Ilustrador (artes visuais), Pintor (artes visuais)”⁵. O mesmo *site* descreve as pessoas que tenham essa ocupação (2624) como aquelas que “concebem e desenvolvem obras de arte e projetos de design, elaboram e executam projetos de restauração e conservação preventiva de bens culturais móveis e integrados. Para tanto realizam pesquisas, elaboram propostas e divulgam suas obras de arte, produtos e serviços.”

O CBO 2002 descreve a estrutura de classificação do **Grande Grupo 2**, que compreende **Profissionais das Ciências e das Artes**, como aquele que.

[...] compreende as ocupações cujas atividades principais requerem para seu desempenho conhecimentos profissionais de alto nível e experiência em matéria de ciências físicas, biológicas, sociais e humanas. Também está incluído neste grande grupo pessoal das artes e desportos, cujo exercício profissional requer alto nível de competência como, por exemplo maestros, músicos, dentre outros. Suas atividades consistem em ampliar o acervo de conhecimentos científicos e intelectuais, por meio de pesquisas; aplicar conceitos e teorias para solução de problemas ou por meio da educação, assegurar a difusão sistemática desses conhecimentos. A maioria das ocupações deste grande grupo requer competências nível quatro da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações - CIUO 88 (1)⁶.

Este grande grupo compreende: Pesquisadores e profissionais policientíficos; Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia; Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins; Profissionais do ensino; Profissionais das ciências jurídicas; Profissionais das ciências sociais e humanas; Comunicadores, artistas e religiosos. (BRASIL, 2002).

Nem mesmo a tabela de “Natureza da ocupação” da Receita Federal⁷ considera a possibilidade de declarar-se como artista. Se optar por “Profissional liberal ou autônomo sem vínculo de emprego” poderá declarar sua ocupação principal como “Desenhista industrial (designer), escultor, pintor artístico e afins” (código 275).

Eventualmente, desenvolver sua produção e compartilhar um espaço com outros que desejam aprender a produzir determinado objeto de arte (pintar quadros, fazer gravuras, trabalhar com objetos tridimensionais, por exemplo) gera a necessidade de ter um ateliê. Neste caso, pode ser preciso manter-se como um profissional liberal, eventualmente sendo registrado como pessoa jurídica. Para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), no entanto, “microempreendedor individual” (MEI) é o profissional que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para isso, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por

⁴ Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/saibaMais.jsf>>. Acesso em 05 out. 2016.

⁵ Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>> Acesso em 25 out. 2016.

⁶ (1) Há quatro níveis de competências associados à CBO 2002. O nível 4 reúne os profissionais de nível superior constantes do GG 2. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/informacoesGerais.jsf>>. Acesso em 20 abr. 2017.

⁷ Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/programas/irpf/2010/Orientacoes/TABELASIRPF2010.pdf>>. Acesso em 01 jul. 2015.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular.”⁸ No entanto, não existe a opção “artista plástico”, mas o artista poderá escolher a opção “artesão”⁹.

Deve-se também levar em conta o que diz o Código Civil no artigo 966¹⁰:

Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa. (BRASIL, 2002).

Esta lei, como se pode ver, deixa clara a impossibilidade de o artista plástico poder se registrar como empresário, pois trabalha com uma atividade artística. Para a comercialização de obras, algumas galerias exigem que o artista seja uma pessoa jurídica, para que este possa realizar negociações junto ao galerista, para que este possa representá-lo e vender seus trabalhos.

A melhor opção, nesse caso e até o momento, é constituir uma sociedade simples, com registro no Cartório de Títulos e Documentos do local onde ele residir. As sociedades simples são “sociedades não empresárias. Têm por objeto o exercício de atividade rural ou intelectual, de natureza científica, literária ou artística. [...]. Pode se revestir das formas das sociedades empresárias (ex: sociedade simples limitada)”¹¹.

No entanto, isso exige do artista selecionar pelo menos uma pessoa para ser o seu sócio, pois não existe sociedade unipessoal. Outra possibilidade é fazer parte de uma cooperativa, uma fundação ou uma associação de artistas, seja local ou regional.

Contudo, no Relatório da PNA – Política Nacional das Artes (BRASIL, 2016), já existe um projeto de Lei Complementar para criar a categoria Artista Visual como Microempreendedor Individual, e que está em curso no Senado Federal. Trata-se do projeto n.º 427/2014 (PLP 427/14), de autoria do Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, e está apensado ao PLP 399/08.

Como consequência, legalmente e culturalmente, o artista plástico/visual ainda não é reconhecido no Brasil como um profissional cujo ofício é legalmente regulamentado. Ter uma profissão regulamentada significa que se pode “exigir formação técnica, cursos superiores ou diplomas específicos para o seu exercício” e, além disso, “tem como benefícios carteira profissional, piso salarial, jornada de trabalho e licença” (MUNDOCARREIRA, 2014). Assim, a consequência principal da “informalidade” de trabalhadores cuja profissão não é regulamentada é que eles não têm direitos e deveres definidos e assegurados como um cidadão que trabalha e contribui positivamente para a sociedade.

⁸ Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/As-atividades-permitidas-ao-MEI,-de-A-a-Z>>. Acesso em 01 jul. 2015.

⁹ Conforme listagem disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual/atividades-permitidas>>. Acesso em 01 jul. 2015.

¹⁰ Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91577/codigo-civil-lei-10406-02#art-966>>. Acesso em 24 mar. 2017.

¹¹ Disponível em: <http://www.contabeis.com.br/termos-contabeis/sociedade_simples> Acesso em: 01 jul. 2017.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

É importante distinguir entre reconhecer e regulamentar. O reconhecimento não tem a função de regulamentação profissional. Esta envolve muitas relações e está ligada a direitos e deveres entre profissionais, contratantes e Estado. O Sindicato Nacional dos Artistas Plásticos (SINAP-ESP) parece ter a mesma preocupação desta pesquisa com a regulamentação da profissão. Conforme informação publicada em seu *site*, ele “está envolvido neste objetivo e aguarda parecer jurídico sobre o assunto¹²”.

Segnini (2012) define três dimensões sociológicas da área artística da atualidade, importantes para esta pesquisa: “o crescimento da população ocupada no campo do espetáculo e das artes; a crescente institucionalização da formação profissional universitária do artista; a instável condição de trabalho em arte” (p. 95). Conforme essa autora, enquanto o número de ocupados de 2005 a 2007 no Brasil cresceu 13%, o número de profissionais de espetáculos e artes teve um crescimento que chegou a cerca de 30%; só em artes visuais registrou-se um aumento de ocupados em 36%. E esse fenômeno tem ocorrido também em outros países, como cita Menger (2002, *apud* Segnini, 2012), na França, nas duas últimas décadas do século XX, a população ocupada cresceu a uma taxa de 7,3%, enquanto que “o incremento dos ocupados nas profissões artísticas no mesmo período foi de 250%”.

A despeito da importância do aumento do setor na economia nacional,

[...] o trabalho artístico [...], expressa uma contradição quando observada a relação entre formação profissional e condições de trabalho, num contexto cada vez mais competitivo. Por um lado, é crescente a participação dos artistas entre os formados no curso superior; por outro lado, as condições de trabalho que vivenciam são caracterizadas por intermitência (de edital em edital, de cachê em cachê), multiatividades, trabalho sem perspectiva de longo prazo, sem proteção social (SEGNINI, 2012, p.99).

Esses fatores demonstram a necessidade de o Estado promover a economia da cultura, a fim de gerar, como sugere a Política Nacional das Artes, “empregos e renda por meio da profissionalização de cadeia produtiva da cultura” (BRASIL, 2016, p. 9) e da ampliação do acesso da população à produção de arte de qualidade. Mas, principalmente de promover dinâmicas que garantam atividades artísticas continuadas, com o propósito de atender uma necessidade antiga da área artística, em especial a dos artistas plásticos, para que possam dispor de meios sustentáveis para sua atuação profissional.

COM A PALAVRA, O ARTISTA

Esta pesquisa tem cunho qualitativo, pois, Godoy (1995) e Demo (2000) destacam como preocupação do investigador: o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento; o caráter descritivo e o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida. Assim, para esta investigação foram utilizadas a pesquisa documental e a entrevista como estudo exploratório.

¹² Disponível em: <<http://www.sinapespaiap.com.br/documentos>>. Acesso em 01 mar. 2017.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

A pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica podem ser sinônimas. No Dicionário de Metodologia Científica Appolinário (2009 *apud* SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p.5) define, tanto a bibliográfica quanto a documental, como “pesquisa que se restringe à análise de documentos”. Ele afirma ainda que é preciso conhecer também o tipo de estratégia de coleta de dados, pois há duas categorias: o local onde os dados são coletados (campo ou laboratório); e a fonte (documental ou campo): “quando a pesquisa não se restringe à utilização de documentos, mas também se utiliza de sujeitos (humanos ou não), diz-se que a pesquisa possui estratégia de campo”. Esta estratégia é fundamental nesta pesquisa.

A entrevista em profundidade, de acordo com Duarte (2005), é um recurso metodológico que busca recolher respostas “a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer” (p. 62). Esse gênero de entrevista é indicado quando se tem por objetivo saber como um determinado problema, ou assunto, é percebido pelos entrevistados, com a intenção de que estes forneçam elementos para a compreensão de uma situação ou estrutura de um problema.

Para compreender melhor as questões referentes à profissionalização e à legitimação da profissão a partir do ponto de vista dos artistas plásticos, foram realizadas 6 (seis) entrevistas, com perguntas fechadas e semi-abertas, organizadas em duas categorias de análise: (1) Vida profissional e (2) Profissão e legitimação, que foram respondidas por meio de questionário escrito (Apêndice A). Por fim, associou-se a este método a análise de conteúdo para obter uma melhor organização das informações coletadas, com base nos dados obtidos nas entrevistas.

O perfil dos entrevistados

As perguntas 1 e 2 do questionário permitiram definir que o universo desta pesquisa compreende artistas experientes e em início de carreira, domiciliados em Curitiba, conforme quadro resumo abaixo:

Quadro 1: Quadro-resumo do perfil dos Entrevistados

	Ano de Nascim.	Curso de Graduação	Pós-Graduação	Área em que atua
A	1956	Bacharelado em Pintura EMBAP (trancado, 1980)	-	Gravura, Desenho e Pintura
B	1958	Autodidata	-	Desenho, pintura e fotografia
C	1962	Bacharelado em Pintura EMBAP (1984)	Mestrado (2010) e Doutorado UTP (2014) Comunicação e Linguagens	Como artista plástico e professor universitário de fotografia, pintura e cinema
D	1963	Bacharelado em Pintura EMBAP (2014) e Ciências Contábeis	Poéticas Visuais EMBAP (2016)	Pintura, escultura e desenho
E	1965	Bacharelado em Pintura EMBAP (2006)	-	Pintura
F	1990	Bacharelado em Pintura EMBAP (2015)	Cursando – Poéticas Visuais - EMBAP (2016/2017)	Pintura

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Cada entrevistado foi identificado por uma letra (de **A** a **F**) a fim de preservar as identidades dos entrevistados, e eles foram organizados pelo ano de nascimento em ordem crescente. Cinco dos entrevistados são do sexo feminino e apenas um do sexo masculino; as idades variam de 27 a 61 anos. Quatro deles se formaram em Pintura na EMBAP; um frequentou apenas dois anos do curso de Pintura; um é autodidata.

Dentre os artistas experientes estão **A**, **B** e **C**. **A** é artista plástico reconhecido a nível nacional, fez cursos de desenho e gravura em metal em Nova Iorque, dá aulas em atelier próprio e em museus; **B** é autodidata e possui experiência como artista plástico desde 1990; **C** é artista plástico já conceituado e atua como docente desde 2002. Os demais entrevistados estão em início de carreira (formados em 2006, 2014 e 2015) sendo que dois fazem curso de especialização em poéticas na EMBAP. Somente **D** tem também formação acadêmica em outra área (Auditoria Contábil), além do bacharelado em Pintura.

Categoria 1 - Vida Profissional

O questionário utilizado continha uma seção intitulada “Vida profissional”, com cinco questões. Este item apresenta e analisa as respostas obtidas.

Todos os entrevistados declararam ter atelier próprio, mas nenhum deles possui registro como pessoa jurídica (empresa) ou como MEI; dois deles (**B** e **E**) não responderam a essas questões: um declarou ter um emprego fixo e o outro por ser aposentado. **D** respondeu que está “investindo em estudos”. **A** já teve uma microempresa por algum tempo, quando dava aulas mais seguidamente em seu atelier¹³. **C** respondeu que é sócia da irmã “numa empresa que não funciona há bastante tempo. Nunca tive necessidade de abrir uma empresa em meu nome pra atuar no campo da arte”. **F**, apesar de não ter registro como empresa ou MEI, considera-se uma empreendedora:

[...] tratando de ser uma empresa contribuem (sic) em construir como microempresa em fazer conjuntos de pessoas de artistas e fazer CNPJ para que venham (sic) ter possibilidades de ter patrocínios, reforça para projetos de culturas juntamente com a prefeitura, e pra (sic) própria fundação cultural de Curitiba. Mas posso me considerar empreendedora pela relação da venda e divulgação de minhas pinturas.

A resposta de **F** parece indicar como os artistas percebem essa questão: formar uma empresa (ou microempresa) juntamente com outros colegas artistas facilita a obtenção de patrocínios e a aceitação de projetos junto à prefeitura e à Fundação Cultural de Curitiba (FCC), e, além disso, pode possibilitar a exposição e a venda de obras de arte, pelo fato de haver a possibilidade de fornecer nota fiscal e outros documentos.

A Associação Internacional de Artes Plásticas, igualmente afirma, por meio da Declaração do Congresso Mundial sobre a Aplicação da Recomendação Relativa à Condição do Artista, disponível no site da ARTBR (2003), que “A constituição de grupos de artistas, especialmente

¹³ Explicação complementar conseguida por meio de informação verbal.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

no contexto de projetos inovadores, beneficia a mobilização de recursos. A criação de pequenas usinas culturais, geridas pelos próprios artistas, é um modo de produção e difusão que merece ser promovido”.

No entanto, como apresentado anteriormente, não é possível ao artista ser empresário, apenas sociedade simples, o que indica a falta de conhecimento específico sobre a legislação e procedimentos legais.

Porém, conforme o relatório de atividades da Política Nacional das Artes (BRASIL, 2015-2016), uma das propostas apontadas nos programas setoriais de Artes Visuais é “agilizar o projeto de lei que cria a categoria Artista Visual como Microempreendedor Individual, em curso no Senado Federal” (p. 62). E, já existem ações para que a profissão de artista plástico seja regulamentada.

Apenas um dos entrevistados declarou ser registrado como artesão (**D**), mas afirmou que preferiria ser registrado como artista plástico. Embora não tenham nenhum registro profissional, um deles afirma que “Seria melhor ser registrada como artista visual por ser esta a minha atividade de fato” (**A**). Quando fazem suas declarações de renda três optam por “autônomo” (**A, D e F**). Os outros três (**B, C e E**) podem optar por: servidor público, empregado de empresa do setor privado ou professor, pois desempenham essas profissões.

É possível reconhecer nas respostas dos artistas entrevistados alguns indícios dos problemas apontados por esta pesquisa, como a falta de regulamentação e reconhecimento da profissão de artista plástico. Com a regulamentação, muitas das dificuldades enfrentadas pelos artistas plásticos poderiam ser evitadas, ou, ao menos, minimizadas. Uma dessas dificuldades, sem dúvida, é o fato de a sociedade, em grande parte, não reconhecer as Artes Plásticas/Visuais como uma profissão séria e, como num ciclo, isso influencia para não haver regulamentação.

A Declaração do Congresso Mundial sobre a Aplicação da Recomendação Relativa à Condição do Artista, da UNESCO (1997), reafirmada em 2011, relembra que entre outras atribuições “a arte tem papel importante na educação, e que os artistas, com suas obras, podem influenciar o conceito de mundo de todas as pessoas, e especialmente dos jovens”; a arte pode também contribuir para uma melhor qualidade de vida, para o desenvolvimento da sociedade e a superação da intolerância. A declaração considera que os artistas devem ter a capacidade de defender os seus interesses específicos, mas que também tem o direito a serem reconhecidos como uma categoria profissional, e a constituir sindicatos ou organizações profissionais.

Categoria 2 – Profissão e legitimação

O questionário utilizado continha uma seção intitulada “Profissão e legitimação”, com quatro questões. A primeira perguntava sobre a venda da produção artística. Um dos entrevistados (**D**) afirmou que trabalha apenas por encomenda, **B** declarou que a venda ocorre de maneira esporádica; **E**

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

utiliza-se de galeria, exposição e feira e **A** é representado por uma galeria em Curitiba, mas também realiza vendas por meio de contatos diretos. **F** divulga suas obras pelas redes sociais e participa de mostras e exposições para que o público conheça seu trabalho, assim, os interessados podem entrar em contato direto.

Já **C** declarou que sua última venda aconteceu há três anos e que eram encomendas específicas. Depois de ter participado de uma exposição, um agente cultural mostrou interesse em representá-lo, mas não deu certo. Esse entrevistado acredita que há muitas dificuldades comuns a todos: ausência de mercado, disparidade de preços e o incômodo de comercializar o próprio trabalho. Por fim, ele revelou que doou uma obra sua para o acervo do Museu Oscar Niemeyer (MON) em 2016.

A segunda questão solicitava que o entrevistado declarasse se precisava trabalhar com outras atividades para garantir sua sobrevivência. **F** prioriza a pintura e o desenho, trabalhando também com caricaturas e ilustrações. **E**, como tem outra formação, desempenha atividade remunerada nessa área. **D** afirma que recebe auxílio da família. **C** optou pela carreira docente, que lhe permite pesquisar sobre arte, além de estar num ambiente artístico sem precisar se comprometer com as “dificuldades inerentes ao mercado de trabalho”. **B** é servidor público estadual aposentado e, portanto, recebe aposentadoria.

O entrevistado **A** declarou que, no começo da carreira, teve apoio da família e que trabalhou com alunos em seu atelier; atualmente, é aposentado pelo INSS. Ele acredita que a maioria dos artistas visuais não consegue viver de sua própria produção, portanto, alguns seguem carreira acadêmica; mas há aqueles que tentam patrocínios por meio de leis de incentivo, “o que alivia temporariamente a situação”. Por fim, ele afirma que o artista não é visto exatamente como um trabalhador, “mas como um diletante, alguém que talvez crie coisas interessantes, mas que deixa a desejar em termos de realização profissional – um sujeito à margem”.

Ao analisar essas respostas, pode-se perceber que vender arte não é algo simples. Como nem todo artista consegue vender regularmente, alguns aceitam fazer outros trabalhos, como ilustrações, caricaturas e encomendas de trabalhos que podem não ter relação com o que apresentam oficialmente em público. O artista que conta com uma galeria para representá-lo, como **A**, tem mais chances para que seu trabalho seja vendido.

É importante lembrar que as galerias hoje tendem a estabelecer uma relação comercial com o artista, o que pode resultar em exigir dele um CNPJ, e esse “acordo” geralmente é feito por meio de um contrato escrito. Entretanto, há galerias que negociam com o artista por meio verbal, apenas, o que não é aconselhável. Como afirma a Política Nacional das Artes,

Parece claro que o conjunto de leis atualmente vigente não é capaz de amparar de maneira adequada a complexa rede produtiva dos segmentos artísticos, seja sob a perspectiva de promover seu desenvolvimento e meios de acesso, como prevê a Constituição Federal, seja sob a perspectiva do amparo a seus fazedores e agentes diretamente envolvidos. A cultura e as artes estão sempre no esforço de se adequar ou buscar brechas às legislações que não consideram suas especificidades, produzindo permanentemente distorções à sua dinâmica na

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

sociedade e à lógica da legalidade na administração pública. Distorções essas amplamente conhecidas, como os contornos para enquadramento na Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos) no contexto do mecanismo dos editais públicos, a questão da adequação do uso da modalidade de premiação, das prestações de contas dos contemplados nestes mecanismos, **dos direitos trabalhistas e previdenciários dos profissionais do campo artístico**, o enquadramento na modalidade de Microempreendedor Individual (MEI) – instituída pela Lei Complementar nº 128 de 19 de dezembro de 2009 – das tributações sem distinção entre interesse público e privado que dificultam a circulação e difusão dos bens culturais, dos entraves burocráticos à internacionalização, etc. (BRASIL, 2016, p. 20-21, grifo nosso)

Conforme Segnini (2012, p. 95) “as instituições – Estado e mercado – constituem o contexto no qual se inscrevem os artistas e no qual desenvolvem seus trabalhos”. Assim, para se manter no mercado, o artista plástico/visual precisa, além de ter uma produção constante, participar e conhecer os mecanismos de funcionamento de editais, de financiamento, de leis de incentivo e de patrocínio e, principalmente, ter uma boa divulgação do seu trabalho.

A Declaração do Congresso Mundial sobre a Aplicação da Recomendação Relativa à Condição do Artista (ARTBR, 2003) sugere que os Estados promovam “mecanismos de auxílio para a entrada dos artistas no mercado profissional e a criar fundos de ajuda com essa finalidade”. Esse documento afirma ainda que, apesar de haver um crescente interesse pelo incentivo da criação artística pelo setor privado, o que ajuda a evitar a perda de talentos criativos por falta de recursos financeiros, é preciso haver o financiamento público das artes.

A terceira questão pedia que os entrevistados identificassem o que é mais importante realizar para ser reconhecido como artista profissional. **D** afirma que é “participar de Editais de Arte importantes”. Já para **E**, é “ter uma pesquisa consistente, inédita”. Para **F**, “é estar nos meios artísticos como eventos de galerias, abertura de exposições e ter em mãos o cartão de visita com o seu email e o site próprio do que você produz. E principalmente ter fundamento conceitual na contemporaneidade”. Para **A**, é “o trabalho constante, a pesquisa permanente, ter uma produção constante e, principalmente, conseguir criar uma linguagem própria, autêntica”. A resposta de **B** parece sintetizar as respostas anteriores ao afirmar que crê que seja “necessário ser talentoso, e, por conseguinte, a criação e a idealização de apoios de órgãos dotados de políticas públicas voltadas para mapear, catalogar, divulgar, promover e acompanhar o trabalho do artista”. Já **C**, por outro lado, afirma que

Em outras profissões, você é um profissional quando vive do seu trabalho. A complexidade da produção de arte permite a profissionalização através de outros tipos de avaliação como a realização de exposições. Se o critério de venda fosse o único vigente, o panorama daria mais visibilidade aos artistas que vendem em feiras públicas ou que trabalham diretamente com decoradores.

A quarta e última questão desta seção solicitava aos entrevistados que manifestassem sua opinião sobre a necessidade de uma lei específica para Artistas Visuais e qual a importância de sua existência. O entrevistado **E** declarou não ter uma opinião formada sobre o assunto. Para **F**, isso traria a valorização do trabalho do artista, como a lei dos direitos autorais. Já **B** acredita que isso “abriria um

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

leque maior dos direcionamentos organizacionais na profissão”, além de “atender e acompanhar as reais necessidades da classe e da abrangência das especificidades e aplicações das jurisprudências”.

O entrevistado **A** afirma que “O registro profissional é necessário em qualquer profissão e a emissão de nota fiscal quando temos que enviar os trabalhos para outras cidades ou países seria fundamental”. E **C** declara que

o aprimoramento da legislação é sempre importante e este é um assunto tão antigo que, para artistas mais velhos como eu, fica difícil retomar. Acho que esta é uma luta das novas gerações, que devem se unir para dar mais dignidade aos profissionais. Sei que parece derrotismo dizer que é importante e não fazer nada, mas acabei optando pela vida acadêmica, a qual me proporciona o retorno necessário ao artista/professor: estabelecer diálogos sobre produção e teoria da arte, evidenciando, inclusive, os problemas das políticas públicas em relação à produção e ao ensino da arte.

Por fim, para **D**, “a legislação vigente não comporta o artista visual”. Em seu relato escrito, ele declara que já atuou como suplente no Conselho Nacional de Cultura, na delegação das Artes Visuais, e suas propostas viabilizaram recursos para o artista popular e, principalmente, para organizar a categoria de artista visual. **E** fez um desabafo:

Nesta última proposta não tivemos sucesso, pois para nossos legisladores a categoria de artista visual não pode ser uma profissão, pois é um ‘estado de espírito’ em que qualquer pessoa poderá ser artista, um médico, advogado, técnico em informática, enfim qualquer pessoa poderá atuar no campo das artes visuais sem ter uma formação apropriada através de uma faculdade. Se tornar uma profissão limitará os demais pretendentes na área. Então fica a pergunta: o porquê da existência da graduação, pós-graduação em arte se não formam profissionais na área. Então cabe ao graduado, pós-graduado, mestre e doutor em arte se voltar para o magistério ou para outras atividades.

Neste momento, é preciso afirmar que ser artista plástico/visual profissional não é um “estado de espírito”, mas é ser alguém que se envolve a fundo em um trabalho que exige dedicação, formação e profissionalismo. É importante enfatizar que para ser reconhecido como profissional e conseguir divulgar (e comercializar) sua produção, não basta ao artista produzir arte, pois “O reconhecimento do artista e da sua produção não acontece pela vontade exclusiva do artista ou, principalmente, pela sua capacidade criadora, mesmo que essa seja a primeira impressão [...]” (VAZ, 2004, p. 162).

É importante que ele tenha uma rede de contatos na área artística, que sua arte seja promovida para que esta chegue ao público certo, e que tenha também uma participação ativa em editais, exposições, eventos e feiras. O sistema geral da arte tem enorme influência nesse processo. Dele fazem parte, o Estado, as instituições públicas e privadas (museus, galerias e centro culturais, etc.) e profissionais relacionados, como diretores de museus, marchands ou galeristas, curadores e outros agentes culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante esta investigação foi possível identificar algumas das formas de legitimação do artista plástico/visual mais em prática nos dias de hoje. Distinta da maioria das outras profissões, em que é suficiente ter formação em um curso superior para obter um registro profissional, e, assim, poder atuar na prática, a legitimação do artista profissional é uma questão complexa.

Pode-se pensar a princípio que a criação baseada na pesquisa, hoje considerada imprescindível para realizar um trabalho em arte bom e inédito e/ou “original”, como responderam os entrevistados nesta pesquisa, baste para que o artista e sua obra sejam aceitos, mas por si só ela não garante a legitimação do artista e sua obra.

Assim, atualmente, o processo de reconhecimento e legitimação do artista plástico está intrinsecamente ligado à sua entrada e participação no sistema oficial da arte, muito embora este não considere que o artista plástico é um cidadão trabalhador, cuja existência não é desvinculada do social e que necessita de condições de vida, de seguridade social e de trabalho adequados.

A política cultural em nosso país não considera as especificidades das linguagens, em consequência, as artes constantemente tentam se amoldar ou buscar lacunas nas legislações. O próprio Relatório da Política Nacional das Artes, realizado de 2015 a 2016, o demonstra e constata que há inúmeros dados que indicam seriamente o quanto a nação brasileira precisa adquirir conhecimentos sobre a natureza, a estrutura e a relevância da economia da cultura e das artes no sistema de desenvolvimento do país, e incorporar tais conhecimentos legalmente às suas práticas.

Na legislação brasileira, com relação às artes, há inclusive, disparidade de entendimento a cerca das diferentes linguagens artísticas. Os músicos, por exemplo, tem sua profissão regulamentada há quase sessenta anos, pela Lei 3.857/1960 e os artistas e técnicos em espetáculos de diversões, há quase quarenta anos, pela Lei nº 6.533/78.

Em um cenário onde diversos profissionais, entre eles os designers, os professores de educação física, e outros, têm pleiteado a regulamentação de sua profissão, o artista plástico formado poderia estar mais engajado nesta mesma luta, negociando coletivamente junto às entidades governamentais, para assegurar benefícios sociais e conquistar mais respeito e credibilidade pelo seu trabalho. Tudo enfim, leva a crer que uma legislação específica para artistas plásticos é necessária na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ARTBR. **Boletim informativo da Cooperativa de Artistas Visuais do Brasil**, Ano I, nº 9, São Paulo, 16 de novembro, primavera de 2003. Disponível em:
<http://www.artbr.com.br/cooperativa_dos_artistas_visuais_do_brasil/index9.htm>. Acesso em: 30 abr. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em 10 mar. 2017.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

BRASIL. Ministério da Cultura. Funarte. **Política Nacional das Artes** – Relatório de Atividades – Março de 2015 a Maio de 2016. Publicado em 31 mai. 2016. Disponível em: <<http://culturadigital.br/pna/files/2016/05/Relat%C3%B3rio-de-Atividades-da-Pol%C3%ADtica-Nacional-das-Artes-4.pdf>>. Acesso em 24 nov. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **CBO 2002** – Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/saibaMais.jsf>>. Acesso em 01 jul. 2015.

COELHO, T. **Dicionário crítico de política cultural**. 2ª ed. São Paulo: Iluminuras, 2012.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 62-83.

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, mar.-abr. 1995. p. 57-63.

MUNDOCARREIRA. Saiba quais são as profissões regulamentadas e não regulamentadas no Brasil. 11 de junho de 2014. Disponível em: <<http://www.mundocarreira.com.br/guia-de-carreiras/saiba-quais-sao-profissoes-regulamentadas-e-nao-regulamentadas-brasil/>>. Acesso em 09 jul. 2015.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. **66º Salão Paranaense**. Publicado em jan. 2017. Disponível em: <http://www.cultura.pr.gov.br/arquivos/File/MAC/66_Salao_Paranaense/RegulamentoSalao66.pdf>. Acesso em 20 mar. 2017.

SÁ-SILVA, Jackson R., ALMEIDA, Cristóvão D., GUINDANI, Joel F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I - Número I - Julho de 2009. Texto disponível em: <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6>>. Acesso em 25 fev. 2017.

SEGNINI, Liliانا R. P. Música, Dança e Artes Visuais: aspectos do trabalho artístico em discussão. **Revista Observatório Itaú Cultural**. n. 13 (set. 2012). São Paulo: Itaú Cultural, 2012. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/revista/revista-observatorio-ic-n-13-2/>> Acesso em 28 ago. 2016.

UNESCO. **Declaração final do Congresso mundial sobre a aplicação da recomendação relativa à condição do artista**. Jun. 1997. Disponível em: <http://docs.wixstatic.com/ugd/b3fc2d_3785443e8b6544eb98c7baa5ecafa8f4.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2017.

VAZ, Adriana. **Artistas plásticos e galerias de arte em Curitiba**: consagração simbólica e comercial. 2004. 284 f. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Paraná, 2004. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/33899/R%20-%20D%20-%20ADRIANA%20VAZ.pdf?sequence=1>>. Acesso em 20 mai. 2017.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

APÊNDICE A

Questionário elaborado para ser entregue aos artistas entrevistado

 QUESTIONÁRIO
<p>1. Dados do entrevistado (a) Nome: _____ Data de Nascimento: ____/____/____ Endereço: _____ Usa Facebook? () Não () Sim, apenas pessoal () Sim, tenho perfil profissional Naturalidade: _____</p>
<p>2. Fale sobre sua Formação Ateliers Frequentados; Cursos de Especialização, Graduação, Mestrado, Doutorado; etc. _____</p>
<p>3. Vida profissional</p> <p>a) Possui atelier próprio? () Não () Divide com outros artistas () Sim, onde? _____</p> <p>b) Possui registro como pessoa jurídica? () Não () Sim, por que decidiu fazê-lo? _____</p> <p>c) Você é um Microempreendedor Individual (MEI)? () Não () Sim Justifique: _____</p> <p>d) É registrado como “artesão”? () Não () Sim Se sim, preferiria ser registrado como Artista Plástico ou Artista Visual? Por quê? _____</p> <p>e) Quando faz sua declaração de Imposto de Renda, qual a opção de profissão você escolhe? () Autônomo () 2624-05 "Artistas visuais, desenhistas industriais e conservadores-restauradores de bens culturais", cuja descrição define: "Artistas (artes visuais): Aquarelista, Artesão (artista visual), Artista plástico, Caricaturista, Cartunista, Ceramista (artes visuais), Chargista, Escultor, Grafiteiro (artes visuais), Gravador (artes visuais), Ilustrador (artes visuais), Pintor (artes visuais)". () 3184-10 "Desenhistas técnicos de produtos e serviços diversos" que abrange "Desenhista técnico (ilustrações artísticas)" / "Desenhista de desenho animado, Desenhista de filatelia (selos)". () Outra. Qual? _____</p>
<p>4. Profissão e Legitimação¹</p> <p>a) Você consegue vender seus trabalhos? Como? b) Você precisa trabalhar com outras atividades, ou tem outros meios para sua sobrevivência? Quais? (ajuda de familiares, marido, etc.; emprego não relacionado com a área, etc...) c) O que é mais importante realizar para ser reconhecido como artista profissional? d) Para você existe a necessidade de uma lei que fosse específica para Artistas Visuais, como a Lei nº 6.533 para artistas e técnicos de espetáculos? Qual a importância disso?</p>
<p>¹ Perguntas semi-estruturadas.</p>



ANTROPOLOGIA E ARTE CONTEMPORÂNEA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL?

Kamila Tatiana da Cruz Bach (PIC, Fundação Araucaria)
Unespar/Campus Curitiba I, kamilacbach@gmail.com
Ana Lucia Vasquez (Orientador)
Unespar/Campus Curitiba I, antropologiaembap@gmail.com

Palavras-chave: Antropologia da arte; Arte contemporânea; Arte primitiva.

INTRODUÇÃO

Pensar a relação antropologia e arte levanta diversas questões; a antropologia possui relação com a arte? A arte é um aspecto cultural? Todos os povos possuem arte? Pode-se elaborar diversos questionamentos acerca deste tema, porém quando se pensa em arte, chega-se a uma questão central: o que é arte? Michael Archer, ainda no prefácio de um de seus livros, traz reflexões sobre classificação e significado de arte: na arte atual, poucas características técnicas podem atribuir status de arte a um objeto, em muitos casos esta classificação surge do contexto em que está inserida. Para Alfred Geel, em concordância com Archer, a arte está diretamente ligada a relação que o homem possui com o objeto, uma mística, quase religiosa.

Para analisar as relações entre arte contemporânea e antropologia, pensaremos uma série de itens, iniciando pela relação entre antropologia e imagens de forma geral, afinal a arte como obra visual também trata da imagem, e parece importante compreender as relações entre os dois campos para entender como a relação entre arte e antropologia se estabelece. Passaremos então, a pensar questões próprias da relação entre antropologia e arte, iniciando pela forma como se deu os primórdios desta relação.

Depois desses importantes esclarecimentos, chegamos às reflexões a respeito da arte contemporânea. Sempre que se pensa em arte, entra-se na discussão sobre a produção que está fora do eixo tradicional. Sendo assim, e não cabendo a este trabalho remontar à forma como a antropologia trabalha, trabalha-se uma revisão bibliográfica, propondo analisar obras e artistas contemporâneos e realizar paralelos entre estes e os temas abordados pelos autores trabalhados.

Posteriormente, propõe-se uma discussão entre antropologia e a arte de povos tradicionais ou não-ocidentais; esta discussão se baseia principalmente, no fato de que a maioria dos autores que buscam pensar a relação entre antropologia e arte acabam caindo em discussões sobre a arte do *outro*, do distante; nota-se uma dificuldade em tratar de nossa própria produção artística e, mesmo quando há esta proposta, os discursos acabam caindo na questão: podemos considerar arte as produções não-ocidentais, que em seu contexto não recebem essa denominação?

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Em busca rápida ao dicionário, encontra-se a seguinte definição para a palavra primitivo:

adj. 1. De primeira origem. 2. Dos primeiros tempos. 3. Não derivado. 4. Simples; rude. 5. Diz-se de povo ainda em estado natural, *p.opos.* a civilizado. 6. Relativo aos povos não letrados, que vivem em sociedades de organização mais simples e tecnologia menos desenvolvida do que aquelas ditas civilizadas e modernas. 7. E.Ling. Diz-se da palavra que serve de radical a outra. 8. Pessoa ou coisa primitiva (FERREIRA, 2010, P. 611)

Além deste significado a palavra é comumente utilizada com um sentido depreciativo, visando diminuir culturas consideradas por alguns, atrasadas. Considerando estas significações errôneas para descrever civilizações e que o termo “arte primitiva” possui característica ultrapassada e preconceituosa, neste trabalho utilizaremos, na falta de termo mais adequado, “arte de povos tradicionais” ou “arte não ocidental”, pensando no termo "ocidental" como referência ao eixo europeu de arte e cultura.

Ao longo do trabalho, nota-se que a significação e a produção de arte primitiva se aproximam muito das características e desenvolvimento da obra contemporânea, uma arte que vai se descobrindo e se ressignificando, questiona a sua própria existência e passa a ter mais repercussão social. Aqui se busca pensar e destrinchar estas complexas relações, de forma que possamos fomentar discussões sobre os temas antropologia e arte contemporânea.

METODOLOGIA

Esta pesquisa de caráter teórico, tem como base estudos de pesquisadores que se debruçaram, ao menos em parte de seu trabalho, sobre as discussões de antropologia e arte contemporânea.

Partindo da análise de autores da área da antropologia como: Alfred Gell, Clifford Gertz, Elsjé Maria Lagrou e Hal Foster, de estudiosos da história da arte contemporânea como Michal Archer, e da análise da produção de alguns artistas, como: Duchamp, Damiel Hist, Helio Oiticica, Cildo Meireles, entre outros, propõe-se uma reflexão, relacionando o campo da antropologia e o da arte contemporânea.

Pretende-se mostrar como em muitos aspectos a arte de povos tradicionais, muito estudada por antropólogos, se aproxima da produção contemporânea, tanto no aspecto de significado da arte quanto no que diz respeito ao seu objeto e chegando a aspectos formais. Pensando essas aproximações, discutem-se as classificações a respeito de um objeto e/ou produção ser ou não denominado como arte.

ANTROPOLOGIA E IMAGENS, ARTE PRIMITIVA E ARTE CONTEMPORÂNEA.

Para iniciarmos as discussões sobre antropologia e arte, considera-se aqui importante pontuarmos as relações entre antropologia e imagem, de forma bem genérica, afinal a arte visual também se enquadra na qualificação de imagem e as relações entre estes dois campos foram amadurecendo ao longo dos anos, que de forma mais acentuada ou mais sutil sempre trabalharam

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

juntas, o estudo antropológico e as imagens possuem uma relação que foi se tornando cada vez mais complexa e fomentando uma rica troca ao longo deste período, até chegar aos dias atuais e aos estudos da arte propriamente.

A relação entre antropologia e imagens por muito tempo se mostrou bastante ambígua; por um lado sempre possuíram uma ligação quase íntima, com seu nascimento paralelo ao da fotografia e contando com as representações gráficas como recursos auxiliares aos seus estudos e pesquisas; por outro lado, a subjetividade das imagens se mostra, para alguns, um problema ao usar imagens como fonte para pesquisa, como coloca Andrea Barbosa parece haver uma "resistência à sua qualidade epistemológica" (BARBOSA, 2014, P. 3).

Historicamente, muito antes da fotografia e da própria pesquisa antropológica, já se havia o costume de registrar graficamente o que vinha sendo encontrado nas civilizações recém-descobertas, através de desenhos e gravuras; era comum as expedições contarem com artistas que deveriam registrar as maravilhas e surpresas descobertos em lugares de diferentes culturas, é um tanto quanto óbvio pontuarmos que tais registros costumavam ser bastante tendenciosos, considerando que se trata de uma técnica que depende do olhar e subjetividade do artista; ainda assim, é inquestionável o valor desses registros que posteriormente, se tornam fontes de pesquisa diversas.

A fotografia foi utilizada por muitos anos de forma bastante simplista, um instrumento de trabalho, mero registro do que o etnógrafo estava vendo, e uma garantia de que estivera no local de que estava falando. Ainda não havia se formado um olhar preparado para enxergar a riqueza de detalhes sobre determinada cultura que as imagens podiam proporcionar, elas guardam informações sobre as relações sociais e culturais que ali se desenvolve e que nem sempre são facilmente vistas, dessa forma se transforma em um valioso material de pesquisa e análise.

Embora por alguns anos, as relações entre pesquisa e imagem tenham sido superficiais, mais recentemente, a partir dos anos 1990 e 2000, nota-se uma mudança no olhar da antropologia sobre as imagens, com a "complexificação das formulações dos problemas, perspectivas e práticas antropológicas (...) que a imagem e a antropologia começam um diálogo fértil" (BARBOSA, 2014, P. 4), deixa-se de lado a ideia trivial de registro e passa a notá-lo como um objeto de estudo completo em si, capaz de transmitir realidades e interações sociais e culturais.

Com a aceitação dessas novas possibilidades para a imagem, outros campos e relações sofrem transformações. Enquanto a relação com imagens se dava puramente para registro, era complicado estudar arte através desta ciência, que não acreditava no poder de linguagem complexa que pode conter uma imagem; com a purificação do campo de pesquisa e do próprio pensamento do profissional antropólogo,

as fronteiras entre História da Arte, imagens e Antropologia foram felizmente abaladas. Na virada cognitiva visual da qual participamos, essas ciências – Antropologia e História da Arte – outrora distintas, vão redescobrir a natureza e os horizontes de seus próprios começos. (BARBOSA, 2014, P. 7)

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

A relação entre antropologia e arte é firmada a partir de algumas questões; citaremos dois momentos, aqui considerados de grande relevância; um deles trata do momento em que se nota que os objetos de arte adquirem esse status pela forma como as pessoas se relacionam com eles, e "diferentes sentidos que a relação entre objeto e pessoa pode adquirir se constitui em problemática legitimamente antropológica." (LAGROU, 2003, P. 101).

Outro momento, trata de mudanças ocorridas na própria arte com os movimentos gerados a partir do modernismo. Historicamente a arte era um tema direcionado as elites, com as revoluções burguesas ela passa a integrar a vida dessa classe em ascensão, a partir dos movimentos modernistas e do início da produção contemporânea, ela não mais se restringe a estas selecionadas parcelas da sociedade; os movimentos que surgem abraçam as causas e lutas sociais e são utilizados por elas. Ela se torna mais próxima da população em geral, tanto em seus temas que refletem as lutas do povo, quanto em seus espaços de apresentação, a arte já não está mais fechada nas galerias, museus e espaços tradicionais, ela é vista nas ruas e espaços alternativos. Além disso, ela também não está mais fechada em suas próprias técnicas, a arte conceitual permite tudo em termos técnicos, inclusive sua utilização como meio de representações e lutas sociais diversas; com essas mudanças "a arte deslocou-se para o campo ampliado da cultura, espaço este pensado pela pesquisa antropológica" (FOSTER, 1996, P. 12).

Hall Foster, que se refere a produção atual como "arte quase-antropológica", em seu estudo *O artista enquanto etnógrafo*, trata justamente dos aspectos que trazem o artista atual para junto dos estudos do campo da antropologia, fusão que avança nesse momento em que a arte adentra os movimentos sociais e que os conceitos representam mais que a obra final; ele coloca que "o artista tornou-se uma paradigma da reflexividade formal, um leitor auto-consciente da cultura compreendida como texto" (FOSTER, 1996, P. 9).

Desde os questionamentos acerca da arte realizados por Duchamp, em que o artista "pedia que o observador pensasse sobre o que definia a singularidade da obra de arte em meio a multiplicidade de todos os outros objetos. Seria alguma coisa a ser achada na própria obra de arte ou nas atividades do artista ao redor do objeto?" (ARCHER, 2001, p. 3) e cada vez mais forte na produção contemporânea, não vemos a arte falando ou existindo sozinha. Objetos, formas, cores e a própria produção presente nos estudos da história da arte, vem sendo transformados, reconfigurados e reposicionados, desconstruídos para serem reconstruídos de forma que dialoguem com os dias atuais.

Micheal Archer, em seu livro *Arte contemporânea: uma história concisa* de 2001, pensa questões acerca da produção que se desenvolve a partir da década de 1960 e discute a complexidade de classificar o que é ou não arte; o autor ressalta que nenhuma característica formal da obra, como técnica, material, forma, lhe garante status de obra de arte, mas que isto vem do contexto que a circunda.

Anteriormente ao período que o autor estuda a arte possuía duas linhas básicas, e bastante amplas, a pintura e a escultura, ainda que artistas trabalhassem com outras linguagens, estas eram

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

predominantes. As vanguardas impulsionam outras formas de se fazer uma obra de arte, com isso os critérios estéticos também são deixados de lado, e se faz necessário descobrir outras formas de se pensar e compreender a arte.

Desde o início da década de 1960, quando movimentos sociais começam a realizar seu discurso através da arte, ela vem se expressando de forma a falar sobre questões que a envolvem. Várias artistas mulheres, ligadas aos movimentos feministas, dedicaram sua produção a questionar o machismo presente na sociedade e de forma parecida atuaram artistas contestando a segregação racial. As produções de contestação dessas realidades eram bem diversas, porém temos o exemplo da Pop Art, em que um movimento foi inteiramente inspirado no capitalismo, a forma de produção, o dinheiro, o consumo e a desigualdade característica dessa política. A arte passa a ter mais expressão, a falar mais sobre a sociedade onde está inserida, o artista passa a ter uma maior responsabilidade política e social.

Essas questões nos levam diretamente a um dos aspectos mais discutidos atualmente na arte, e que está muito presente na arte contemporânea: o conceito, palavra que ao ser consultado o dicionário, encontra-se a seguinte definição: “sm. 1. Formulação de uma ideia por palavras; definição. 2. Pensamento; ideia. 3. Reputação. 4. Parte de uma charada, logogrifo, etc., na qual se dá a chave para a solução proposta.” (FERREIRA, 2010, P. 183). Atualmente, visto como um dos aspectos mais importante em uma obra de arte, é interessante observarmos como esta característica se aproxima das obras chamadas primitivas, onde toda produção artística se baseia em alguma significação, os objetos não são meramente decorativos, algumas vezes nem possuem esta função, como muitas obras contemporâneas, o seu real valor está em seu significado e contexto.

O resultado passa a ter menos importância que a ideia e o processo, o artista plástico estadunidense Sol LeWitt, atuante nas correntes de arte minimalista e conceitual, traduziu em palavras a ideia de conceito quando implementado na arte, e é citado por Archer:

"Na arte conceitual", escreveu LeWitt, "a ideia ou conceito é o aspecto mais importante da obra. Quando um artista utiliza uma forma conceitual de arte, isso significa que todo o planejamento e as decisões são feitas de antemão, e a execução é uma questão de procedimento rotineiro" (ARCHER, 2001, p. 70).

Essa importância dada ao conceito é transmitida em várias vertentes artísticas que começam a ser marcantes na arte moderna e ganham força na contemporânea, movimento de arte conceitual, a performance, a arte efêmera, instalação, body art, e várias outros movimentos têm como base esta ideia.

Com essas alterações nos formatos da arte, portas se abrem para que se possa analisar e vislumbrar a arte de povos tradicionais, como obras de arte tão válidas quanto as produzidas pela civilização ocidental. Estamos condicionados a sempre pensar em arte nos padrões ocidentais/europeus; no ensino de história da arte pouco se fala de arte fora destes padrões, de outras histórias da arte, mesmo que esta arte, para nós, tradicional, seja influenciada e mesclada com outras vias artísticas espalhadas pelo mundo.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Sempre que se busca estudar arte fora desses padrões se cai em alguns questionamentos; Geertz cita que é comum ouvir estudiosos falarem que as culturas por eles estudadas pouco falam de arte, porém cabe observar que eles não tratam de arte da maneira, ou nas palavras que nós utilizamos; ele completa afirmando que não há dúvidas de que nesses povos há produção artística. Seguindo esta linha de pensamento, chega-se a questão, já tradicional nos estudos na área das artes, "O que é arte?"; diversos teóricos, filósofos e críticos desenvolveram teorias para classificar a arte em diversos momentos da nossa sociedade. Não cabe aqui discutir todas essas teorias da arte; então, considerara-se o que os autores em que este estudo se baseia dizem a respeito desse tema.

Para Alfred Gell (2001), a arte está intimamente ligada a relação que o homem possui com um objeto, uma mística, quase religiosa. Tomando a visão destes dois pesquisadores como verdadeira, pode-se crer que a maioria das sociedades possuem objetos artísticos, mesmo que não nomeiem o objeto desta forma. No estudo *A rede de Vogel*, o autor tem como ponto de partida a *Arte/Artefato*, que contou com curadoria da antropóloga Susan Vogel, nessa exposição em uma grande sala branca, tradicional de galerias, intitulada *Galeria de arte contemporânea*, havia uma rede, firmemente amarrada, sem nenhuma explicação ou placa com informação sobre a obra; nem ao menos dizia se aquilo era uma obra de arte. Tratava-se de uma rede de caça Zande, amarrada para ser carregada; de certa forma, a rede lembrava a produção do artista Jackie Windsor Faris, que faz esculturas com barbante amarrado. Sem saber de que se tratava, a maioria dos visitantes da exposição tomou a rede como obra de arte; Danto, filósofo responsável pelo catálogo da exposição e por algumas das teorias que buscam classificar o que é arte, entra em profundo debate sobre aquela peça ser ou não arte, sem, contudo, chegar a uma conclusão definitiva.

Gell busca, através de comparação, questionar se o objeto é um objeto artístico ou não. As comparações realizadas por ele podem ser divididas em dois tipos: comparação pelo formato da obra, e compara artistas que formalmente realizam obras muito semelhantes e uma comparação mais subjetiva, que diz respeito a relação que as pessoas desenvolvem com os objetos e obras de arte. Ao longo de seu estudo, ele investiga armadilhas utilizadas por povos tradicionais para caça e trata de colocá-las, ou pelo menos parte delas, em posição de obra de arte a partir de tudo que uma armadilha pode representar e significar, tanto para a civilização a qual pertence, quanto ao que pode adquirir dentro de uma exposição inserida em nosso contexto social: "as armadilhas para animais poderiam evocar intuições complexas a respeito do ser, da alteridade, do relacionamento." (GELL, 2001, p. 185).

O autor afirma que as armadilhas podem dizer mais sobre aquele povo do que eles mesmos; através das armadilhas podem se compreender as complexas relações que se desenvolvem dentro daquela comunidade e com o ambiente em que vivem, como compreendem a si mesmo e a seu entorno, assim como acontece na arte contemporânea, são objetos imersos em questões sociais próprias do ambiente em que são produzidos; para Geertz "A variedade da expressão artística é

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

resultado da variedade de concepções que os seres humanos têm sobre como são e funcionam as coisas. Na realidade, são uma única variedade” (GEERTZ, 1997, p. 181).

Um possível questionamento acerca dos objetos estudados por Gell e por outros autores que possuem estudos semelhantes, seria a função instrumental de certos objetos colocados como arte, como bancos, cerâmicas, cestos e as próprias armadilhas, porém este ressalva, referindo-se a Danto, que

a maior parte da produção pertencente à tradição artística ocidental não foi produzida para ser apreciada pelo público, mas para atender a propósitos instrumentais. As pinturas religiosas servem a funções litúrgicas (como peças de altar, objetos de devoção), retratos expressam semelhança, estátuas dignificam espaços públicos e soberanos, e assim sucessivamente (GELL, 2001, P. 180).

Diversos artistas modernistas e contemporâneos trabalham a questão de objetos na arte, seja transformando objetos cotidianos em objeto artístico ou como forma de contestar o que é arte. Logo no começo dos movimentos modernos a relação com objeto enquanto arte se transforma, ainda na primeira metade do século passado os artistas da revista e movimento D'Stjil se dedicavam a produção de cadeiras e outros mobiliários, que além de sua função instrumental, são objetos artísticos. Um pouco mais tarde, Duchamp inicia sua contestação sobre o que é obra de arte através da apresentação de diversos objetos cotidianos, apropriados e com pequenas alterações, como objetos artísticos. Nos Estados Unidos, Andy Warhol, que inicia o movimento da Pop Art, faz réplicas de caixas de sabão em pó e quadros com representação de sopas enlatadas e celebridades, entre outras obras que utilizavam o dia-a-dia dos norte-americanos para criticá-los.

O autor ainda traz exemplos de produções pós-Duchamp, reconhecidamente obras de arte, que estão muito próximas de serem armadilhas, como Judith Horn e sua instalação composta por espingardas, que penduradas ao teto descarregam líquido vermelho, parecido com sangue, ou Damien Hirst e seu tanque cheio de formol preservando um tubarão morto.

Podemos também citar artistas brasileiros que têm sua produção baseada em objetos cotidianos e a partir deles criaram impactantes obras de arte. Hélio Oiticica e sua série de bólides ou seus parangolés, são exemplos de obras totalmente produzidas a partir de apropriação de objetos corriqueiros e transmutados pelo que o artista quer representar através desses objetos. Cildo Meireles, é outro artista que vem desenvolvendo um trabalho altamente contemporâneo, ligado a realidade que está vivenciando e imerso em ácidas significações; podemos citar a instalação Desvio para o vermelho I, onde o artista monta um ambiente se utilizando apenas de móveis e objetos vermelhos, e os "Projetos Coca-cola", intervenções em garrafas de Coca-cola retornáveis. Ainda podemos citar, embora menos conhecida, a artista Elida Tesler, que produz obras de grande impacto visual e sensorial, através de objetos cotidianos, como as obras "Você me dá a sua palavra?", composta por prendedores de roupa, "Doador", montada com diversos objetos que possuem o nome terminando com o sufixo "dor". Estes são apenas alguns exemplos de artistas e obra em que objetos e utensílios do dia-a-dia se tornam protagonistas da produção em prol de um discurso, uma idéia, um conceito.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Muito próximo a estas ponderações sobre a arte contemporânea e objetos, temos a discussão promovida por Elsjé Maria Lagrou, em seu estudo sobre a produção artística indígena:

(...) interessa ver o que estes objetos e seus variados usos nos ensinam sobre as interações humanas e a projeção da sua socialidade sobre o mundo envolvente; é na sua relação com seres e corpos humanos que máscaras, ídolos, banquinhos, pinturas, adornos plumárias e pulseiras têm de ser compreendidas. (LAGROU, 2003, P. 101)

Em seu trabalho *Antropologia e Arte: uma relação de amor e ódio*, Lagrou apresenta estudos acerca da produção artística de algumas tribos indígenas da Amazônia; uma delas é a Kaxinawá, cujo primeiro fato importante colocado por ela é que dentro dessa sociedade, pensar em arte é pensar na relação entre objeto e corpo. Ela se dedica especialmente a analisar o ritual de passagem, de crianças para adultos, que é cheio de objetos significativos.

Nesses rituais, as pinturas corporais dos jovens participantes, não seguem senso estético pré-estabelecido, não devem ser bonitos, pelo contrário, quanto mais "mal-feita" estiver a pintura, mais admirada ela será e isso não se dá porque eles não possuem capacidade de fazer melhores pinturas; no mesmo ritual, os adultos possuem pinturas consideradas bonitas, seguindo os conceitos da estética, as linhas grossas e rápidas possuem um conceito para serem daquela forma, são consideradas mais eficazes para o ritual. Outros objetos presentes no ritual, como bancos e pendentives, não têm sua significação em si mesmos, na sua produção, uso ou decoração, mas adquirem significado em fusão com os cantos próprios do ritual.

Outra característica marcante na arte Kaxinawá, é que ela deve incitar à percepção, assim seus padrões de desenhos em tecidos, pinturas e cestarias são interrompidos no momento em que começam a ficar reconhecíveis; eles são formados no plano material e também no plano imaterial, e depende da percepção, imaginação e subjetividade de cada sujeito para ter sua forma completa.

Nota-se que a produção artística mundial é extremamente variável, já que, sendo um aspecto cultural, deriva da experiência local de cada povo, ela é afetada e afeta o meio em que está inserida. Assim como as pinturas renascentistas tinha como missão passar valores cristãos à população, as pinturas corporais "mal-feitas" dos Kaxinawá têm como função fazer com que a criança seja tocada ao máximo pelo ritual.

Em muitas produções artísticas, e mais forte na contemporaneidade, a teoria estética da arte, aquele que considera arte o que é esteticamente bem feito ou belo, é deixado de lado em prol da arte dizer um pouco mais sobre si mesma e a sociedade que a rodeia. Hoje vemos uma arte repleta de questionamentos a respeito de si mesma e do mundo em que vive; Michael Archer cita a seguinte afirmação do filósofo Theodor Adorno: "Hoje aceitamos sem discussão que, em arte, nada pode ser entendido sem discutir e, muito menos, sem pensar" (ARCHER, 2002, Prefácio). Esta é uma frase que diz muito sobre o atual momento da arte, tanto para a produção quanto para a compreensão, e todos esses questionamentos ajudaram a arte alcançar os moldes que tem hoje, em que não aceita nada pronto ou fácil, questionando inclusive seus próprios moldes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos a respeito de antropologia da arte, costumeiramente recaem sobre a arte não ocidental; sempre se analisa o que está longe, o considerado exótico. Muitas vezes essas discussões acabam se voltando para o questionamento desses objetos artísticos, não inseridos em nossa história da arte, devem ou não serem considerados arte.

Até o século XVIII, entende-se a dificuldade de acreditar que objetos não inseridos na cultura européia fossem considerados arte, lembrando que em tal período nem a antropologia havia se formado, e as relações com povos "primitivos" era, no mínimo, conturbada. A partir das mudanças ocorridas no século XVIII, revoluções e teorias acerca do ser humano, que abriu campo para o desenvolvimento da antropologia, e o início dos movimentos modernistas, as produções artísticas buscaram discussões e se desenvolveram de forma que a arte "primitiva" pode perfeitamente se enquadrar no conceito de arte.

As semelhanças só aumentam na arte contemporânea, com as mudanças ocorridas a partir de 1960, quando a arte passa a integrar os movimentos e lutas sociais, o conceito passa a valer mais que a obra física, Geertz afirma que

afinal de contas, não é só com estátuas (ou pinturas, ou poemas) que temos que trabalhar, mas sim com os fatores que tornam esses objetos importantes - melhor dito, que "afetam" de maneira importante aqueles que os fazem ou os possuem - e esses são tão variáveis como a própria vida (GEERTZ, 1997, P. 180).

Na contemporaneidade, compreende-se que a arte está tão inserida com o meio que a rodeia que é absorvida e alterada por este meio, e neste ponto seu discurso se aproxima muito ao da produção artística de muitos povos, que está intimamente ligada aos seus rituais, muitas vezes deixando conceitos estéticos de lado, como a tribo indígena estudada por Elsje Maria Lagrou; não seria este um exemplo em que o conceito supera as questões estéticas, discurso intimamente ligado à arte contemporânea?

Os exemplos apresentados por Alfred Gell estão ainda mais próximos da nossa produção atual, suas armadilhas possuem uma significação tão grande e tão universal, que mesmo em relatos provoca inúmeras reflexões; e não podemos deixar de lado a rede de caça que no momento em que adentrou um espaço expositivo adquiriu status de arte, pelo menos por parte dos visitantes. Podemos facilmente listar artistas que possuem uma produção muito semelhante da não-ocidental, seja na forma final, no conceito ou na forma de material.

A própria classificação de arte para alguns autores, como Archer e Gell, vem do contexto em que a obra está inserida e as relação que ela desenvolve com o que a rodeia. A arte esta intimamente interligada com as pessoas e cultura de cada povo, e neste ponto que se esclarece a importância do estudo antropológico focado nas produções artísticas.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Aceitando que tudo em arte é discutível, não podemos chegar a conclusões fechadas, estamos trabalhando com dois campos onde tudo é muito variável. A produção artística contemporânea é muito vasta, e segue se ampliando, o mesmo pode-se dizer a respeito dos estudos ligados a antropologia. Aqui entendemos que o funcionamento da arte de povos tradicionais e a produção contemporânea ocidental se aproximam em tantos aspectos que não se deve classificar uma como arte e a outra não, apenas avaliando o seu produtor, e ao longo desses estudos também percebe-se que os objetos podem tomar status de arte pelo significado que adquirem em contato com pessoas e outros objetos.

REFERÊNCIAS

ARCHER, Michael. **Arte contemporânea: uma história concisa**. São Paulo: Martins fontes, 2001.

BARBOSA, Andréa. **Imagem, pesquisa e antropologia**. Cadernos de Arte e Antropologia,[s/L] Vol. 3, n° 2/2014, pag. 3-8

CUNHA, Manoela Carneiro da. **A história dos índios no Brasil**. Introdução. São Paulo: Claro Enigma, 2012, P. 6 – 22.

FOSTER, Hal. **The return of the real: the avant-garde at the end of the century**. Tradução de Alexandre Sá; Angela Prada. The MIT Press. London; 1996.

GEERTZ, Clifford. A arte como sistema cultural. In: **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GELL, Alfred. **A rede de Vogel: armadilhas como obras de arte e obras de arte como armadilhas**. Tradução: Mareia Martins Campos e Laura Bedran. Revista do programa de pós-graduação em artes visuais – EBA – UFRJ. Ria de Janeiro, 2001, p. 175 – 191.

LAGROU, Elsje Maria. **Antropologia e arte: uma relação de amor e ódio**. **Ilha**, Florianópolis, v.5, n.2, p. 93-113 dezembro de 2003.



PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO NOROESTE PARANAENSE

Guilherme Alda Biscola (PIC), Unespar/Campus Paranaíba,

E-mail: guilhermealda96@gmail.com

Willian Augusto de Melo (Orientador), Unespar/Campus Paranaíba;

E-mail: profewill@yahoo.com.br

Palavras-chave: Violência. Criança. Adolescente. Epidemiologia.

INTRODUÇÃO

A violência é um evento sócio-histórico que sempre esteve presente na humanidade, sendo a mesma geradora de problemas emocionais, sociais e econômicos (MINAYO, 2005). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS):

Violência é definida como o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002).

Existem estimativas que no mundo em decorrência da violência física, sexual e psicológica, que de todos os adultos 25% relatam já terem sido vítimas de violência, a cada três mulheres uma sofre agressão física ou sexual pelo parceiro em algum momento na vida e uma a cada 5 relatam ter sofrido abusos sexuais durante a infância (OMS, 2014).

A partir de dados do censo de 2010, o Brasil tem uma população de 190,6 milhões de pessoas, sendo 62,9 milhões crianças e adolescentes dos 0 aos 19 anos, representando trinta e três por cento da população do país. Segundo o SINAN apenas no ano de 2011 ocorreram 39.281 atendimentos a faixa etária dos 0 aos 19 anos, correspondendo a 40% de todos os atendimentos a população brasileira neste ano (WAISELFISZ, 2012).

Dentre os principais tipos de violência cometidos as crianças e adolescentes em 2011 no Brasil, ocorreram predominantemente a violência física, em seguida a violência sexual, a violência psicológica ou moral em terceiro lugar e em quarto lugar a negligência ou abandono que prevalece principalmente na faixa etária dos 0 aos 4 anos (WAISELFISZ, 2012).

Entretanto, os casos em que são notificados são apenas uma pequena amostra perto da real proporção em que existe realmente dos casos de violência, devido muitas vezes existir medo de fazer a denúncia e também ao fato de ter uma aceitação social sendo usada como uma justificativa para educar (BRASIL, 2010).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Segundo a OMS, além de ferimentos físicos, os efeitos da violência para a saúde incluem incapacitação, depressão, problemas de saúde física e reprodutiva, tabagismo, comportamento sexual de alto risco e consumo abusivo de álcool e drogas (OMS, 2014).

Para combater a agressão que ocorre contra os jovens, a divulgação de informações referentes a este agravo é uma das formas, e conseqüentemente para isto, as três esferas de governo e da sociedade civil, devem planejar ações para o enfrentamento deste problema (WAISELFISZ, 2013). Outra medida necessária é a notificação, que é um instrumento de garantia e proteção social, que permite a realização de ações imediatas para o encerramento da violência (BRASIL, 2010).

Considerando o elevado número de ocorrência causado pela violência, há a necessidade de se identificar quais são as características que determinam este agravo, diante disto este estudo tem por objetivo analisar os fatores associados dos casos notificados de violência das crianças e adolescentes em comparação com os adultos no município de Paranavaí-PR no período de 2010 a 2014.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo epidemiológico, transversal e analítico, com análise de dados secundários. O estudo foi realizado no município de Paranavaí-PR, localizado no Noroeste do Estado do Paraná com população estimada de 87.316 habitantes em 2016, sendo considerada referência para os municípios pertencentes a 14ª Regional de Saúde composta por 28 municípios (IBGE, 2017).

As informações foram coletadas no banco de dados virtuais, de acesso e disponibilidade pública, o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), que por sua vez, é composto pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) onde os dados são provenientes da notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória (BRASIL, 2017).

A ficha de notificação/investigação individual de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contém variáveis sobre: vítima/pessoa atendida, ocorrência, tipologia da violência, conseqüências da violência, lesão, provável agressor, evolução e encaminhamentos. A ficha é preenchida nos serviços de saúde e outras fontes notificadores (asilos, centros de convivência, centros de referência para vítimas de violência) e os dados são digitados no SINAN no nível municipal e transferidos para as esferas estadual e federal para compor a base de dados nacional (BRASIL, 2017).

As variáveis estudadas foram analisadas conforme a sua disponibilidade no sistema de informação do SINAN, sendo as variáveis apresentadas em categorias, e posteriormente dicotomizadas para possibilitar a efetivação das análises estatísticas inferenciais.

As variáveis sociodemográficas foram compostas pelo sexo sendo categorizada da seguinte forma: masculino e feminino; a variável raça foi caracterizada como branca, preta e parda, sendo posteriormente dicotomizada em branca e não branca; a escolaridade foi categorizada como 1º a 4ª série incompleta do Ensino Fundamental, 4ª série completa do Ensino Fundamental, 5ª a 8ª série

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

incompleta do Ensino Fundamental, Ensino médio incompleto, Ensino médio completo, Educação superior incompleta, Educação superior completa, dicotomizada em \leq de 8 anos e $>$ de 8 anos de estudo; o local de ocorrência foi caracterizado em residência, escola, bar ou similar, via pública, comércio/serviços, outros, dicotomizada em residência e outros.

Foram coletadas variáveis relacionadas ao ato violento e tipo de violência, meio de agressão, agressor e relação com a pessoa atendida, evolução e encaminhamento da vítima.

As variáveis dependentes foram ser ou não vítima de violência e a idade <20 anos e ≥ 20 anos. As variáveis independentes foram os dados sociodemográficas, tipo de violência, tipo de agressor, encaminhamentos.

Para análise, os dados foram tabulados em planilha do Excel[®], onde calculou-se medidas de frequência simples e relativas, estimadas as medidas de associação como a *Odds Ratio* e posteriormente realizados os testes estatísticos empregando o Qui-quadrado de *Pearson* e Teste Exato de *Fischer* quando as frequências eram menores que 6 unidades. Para todas as análises foram consideradas o intervalo de confiança de 95% e nível de significância de 5% e realizadas no *software Epi-Info* versão 7.2.1.

RESULTADOS

Foram analisadas 166 ocorrências de violência no município de Paranaíba-PR do ano de 2010 a 2014. Dessas notificações houve predominância de vítimas do sexo feminino (61,4%), sendo 13,9% menores de 20 anos e 47,6% com 20 anos ou mais. O cálculo de coeficiente de mortalidade revelou que para cada dez mil mulheres, vinte e quatro foram vítimas de violência, enquanto no sexo masculino a cada dez mil homens dezesseis foram vítimas.

Tabela 1: Distribuição e análise de associação de crianças e adolescentes vítimas e não vítimas de violência segundo sexo e raça/cor. Paranaíba-PR, 2010 a 2014.

Variáveis	Vítimas		Não Vítimas		Total		OR	IC	p
	N	(%)	N	(%)	N	(%)			
Sexo									
Feminino	102	0,13	42206	51,73	42308	51,85	1,48	(1,08-2,02)	0,0156
Masculino	64	0,08	39218	48,07	39282	48,15	1		
Raça									
Branca	132	0,16	49245	60,36	49377	60,52	2,97	(1,98-4,44)	<0,000
Não Branca	29	0,04	32180	39,44	32209	39,48	1		
Não informado	5	0,01	0	0	5	0,01			

A raça predominante foi a de cor branca em 79,5%. Dessas notificações foram 18,1% menores de 20 anos e 61,4% das vítimas com 20 anos ou mais. Houve uma prevalência de que a cada dez mil

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

brancos, vinte e sete são vítimas de violência e tiveram 2,5 vezes maiores chances de a sofrerem comparados aos não brancos ($p < 0,01$). O local de ocorrência predominante foi a residência (74,7%), ocorrendo principalmente em vítimas do sexo feminino (67%) (dado não apresentado).

Tabela 2: Distribuição e análise sociodemográfica das vítimas de violência segundo faixa etária. Paranaíba-PR, 2010 a 2014.

Variáveis	< 20 anos		≥20 anos		Total		OR	IC	P
	N	(%)	N	(%)	N	(%)			
Sexo									
Masculino	14	8,4	50	30,1	64	38,6	0,96	(0,45-2,04)	1,0000
Feminino	23	13,9	79	47,6	102	61,4	1		
Raça									
Não Branca	6	3,6	23	13,9	29	17,5	1,12	(0,42-3,02)	1,0000
Branca	30	18,1	102	61,4	132	79,5	1		
Não informado	1	0,6	4	2,4	5	3,0			
Escolaridade									
≤ de 8 anos	6	3,6	31	18,7	37	22,3	1,08	(0,29-3,94)	0,7430
> de 8 anos	5	3,0	28	16,9	33	19,9	1		
Não informado	26	15,7	70	42,2	96	57,8			
Local ocorrência									
Residência	29	17,5	95	57,2	124	74,7	1,67	(0,64-4,40)	0,3734
Outros	6	3,6	33	19,9	39	23,5	1		
Não informado	2	1,2	1	0,6	3	1,8			

Com relação ao tipo de violência, a mais frequente foi a violência física ocorrendo em 95,8% das vítimas, porém a cada 100 jovens 88 são protegidos contra ela, em seguida foi a lesão autoprovocada ocorrendo em 41,6%, sendo predominantemente causada no sexo feminino. Na violência sexual foi constatado que os menores de 20 anos tiveram 12,6 vezes mais chances de sofrerem do que os adultos ($p = 0,0015$). Apenas 2,4% dos casos foram resultantes de outros tipos de violência (qualquer outro tipo de violência não contemplado nas categorias citadas, na ficha de notificação).

Tabela 3: Distribuição e análise dos tipos de violências segundo faixa etária. Paranaíba-PR, 2010 a 2014.

Variáveis	< 20 anos		≥20 anos		Total		OR	IC	p
	N	(%)	N	(%)	N	(%)			
Violência de repetição									
Sim	6	3,6	16	9,6	22	13,3	1,33	(0,47-3,71)	0,5879
Não	29	17,5	103	62,0	132	79,5	1		
Não informado	2	1,2	10	6,0	12	7,2			
Lesão autoprovocada									

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Sim	15	9,0	54	32,5	69	41,6	0,83	(0,38-1,78)	0,7007
Não	20	12,0	60	36,1	80	48,2	1		
Não informado	2	1,2	15	9,0	17	10,2			
Violência física									
Sim	32	19,3	127	76,5	159	95,8	0,12	(0,02-0,71)	0,0210
Não	4	2,4	2	1,2	6	3,6	1		
Não informado	1	0,6	0	0	1	0,6			
Violência psicológica /moral									
Sim	4	2,4	6	3,6	10	6	2,53	(0,67-9,55)	0,2287
Não	31	18,7	118	71,1	149	89,8	1		
Não informado	2	1,2	5	3	7	4,2			
Violência tortura									
Sim	2	1,2	2	1,2	4	2,4	3,66	(0,49-27,02)	0,2129
Não	33	19,9	121	72,9	154	92,8	1		
Não informado	2	1,2	6	3,6	8	4,8			
Violência sexual									
Sim	6	3,6	2	1,2	8	4,9	12,62	(2,42-65,76)	0,0015
Não	29	17,5	122	73,5	151	90,9	1		
Não informado	2	1,2	5	3	7	4,2			
Violência negligência /abandono									
Sim	1	0,6	0	0	1	0,6			0,2250
Não	35	21,1	124	74,7	159	95,8	-		
Não informado	1	0,6	5	3	6	3,6			
Outros tipos									
Sim	1	0,6	3	1,8	4	2,4	1,22	(0,12-12,13)	1,0000
Não	33	19,9	121	72,9	154	92,8	1		
Não informado	3	1,8	5	3	8	4,8			

O meio de agressão mais notificado foi o envenenamento, ocorrendo em 41% das vítimas e sendo ocasionado em 95,6% pela própria vítima (dado não apresentado), em seguida foi o uso de arma de fogo (21,1%) ocorrendo predominantemente no gênero masculino (74,3%) (dado não apresentado). Nos jovens foi visto que na variável relacionada a violência por força corporal a cada 100 jovens 74 são protegidos contra ela e na agressão por objetos perfuro cortantes a cada 100 jovens 85 são protegidos, porém a relacionada a outros meios (agressões não contempladas no meio de agressão, como por exemplo, asfixia por encerramento, exposição de ruídos de altíssima intensidade, indução, omissão, entre outros) mostrou-se como fator de risco para os jovens com 7,2 vezes maior chance de ocorrer.

Tabela 4: Distribuição e análise dos meios de agressão sofrida pelas vítimas segundo faixa etária. Paranavaí-PR, 2010 a 2014.

Variáveis	< 20 anos		≥20 anos		Total		OR	IC	p
	N	(%)	N	(%)	N	(%)			
Força corporal/ espancamento									

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Sim	2	1,2	23	13,9	25	15,1	0,26	(0,05-1,17)	0,0700
Não	33	19,9	100	60,2	133	80,1	1		
Não informado	2	1,2	6	3,6	8	4,8			
Enforcamento									
Sim	0	0	9	5,4	9	5,4			0,2102
Não	36	21,7	115	69,3	151	91,0	-		
Não informado	1	0,6	5	3,0	6	3,6			
Objeto contundente									
Sim	0	0	2	1,2	2	1,2			1,0000
Não	36	21,7	122	73,5	158	95,2	-		
Não informado	1	0,6	5	3,0	6	3,6			
Objeto perfurocortante									
Sim	1	0,6	19	11,4	20	12,05	0,15	(0,02-1,22)	0,0474
Não	35	21,1	105	63,3	140	84,34	1		
Não informado	1	0,6	5	3,0	6	3,61			
Substância/Objeto quente									
Sim	2	1,2	0	0	2	1,2			0,0501
Não	34	20,5	123	74,1	157	94,6	-		0,0501
Não informado	1	0,6	6	3,6	7	4,2			
Envenenamento									
Sim	16	9,6	52	31,3	68	41,0	1,12	(0,53-2,36)	0,8499
Não	21	12,7	77	46,4	98	59,0	1		
Arma de Fogo									
Sim	8	4,8	27	16,3	35	21,1	1,02	(0,41-2,50)	1,0000
Não	28	16,9	97	58,4	125	75,3	1		
Não informado	1	0,6	5	3	6	3,6			
Ameaça									
Sim	2	1,2	1	0,6	3	1,8	7,23	(0,63-82,21)	0,1272
Não	34	20,5	123	74,1	157	94,6	1		
Não informado	1	0,6	5	3	6	3,6			
Outros meios									
Sim	5	3	3	1,8	8	4,8	7,28	(1,63-32,35)	0,0105
Não	27	16,3	118	71,1	145	87,3	1		
Não informado	5	3	8	4,8	13	7,9			

Com relação aos agressores 16,9% dos casos houve suspeita do uso de bebidas alcoólicas, ocorrendo a maior proporção entre as vítimas com 20 anos ou mais, embora a idade da vítima não fosse estatisticamente significativa. Foi observado que jovens menores de 20 anos apresentaram maiores chances de serem agredidos pelo pai ou o padrasto, sendo este achado estatisticamente significativo ($p < 0,05$), como principal meio de agressão foi utilizada por eles predominantemente a violência física (dado não apresentado). Mesmo não apresentando significância estatística a própria vítima predominou em 48,8% e dentre estas vítimas 14,8% foram a óbito (dado não apresentado).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Tabela 5: Distribuição e análise da relação do tipo de agressor segundo faixa etária da vítima de violência doméstica. Paranavaí-PR, 2010 a 2014.

Variáveis	< 20 anos		≥20 anos		Total		OR	IC	p
	N	(%)	N	(%)	N	(%)			
Suspeita de uso de álcool									
Sim	3	1,8	25	15,1	28	16,9	0,44	(0,12-1,61)	0,2820
Não	22	13,3	82	49,3	104	62,7	1		
Não informado	12	7,2	22	13,3	34	20,5			
Pai									
Sim	3	1,8	0	0,0	3	1,8	-	-	0,0092
Não	31	18,7	124	74,7	155	93,4			
Não informado	3	1,8	5	3,0	8	4,8			
Mãe									
Sim	1	0,6	0	0,0	1	0,6	-	-	0,2151
Não	33	19,9	124	74,7	157	94,6			
Não informado	3	1,8	5	3,0	8	4,8			
Padrasto									
Sim	2	1,2	0	0,0	2	1,2	-	-	0,0452
Não	32	19,3	124	74,7	156	94,0			
Não informado	3	1,8	5	3,0	8	4,8			
Cônjuge									
Sim	0	0,0	9	5,4	9	5,4	-	-	0,2081
Não	35	21,1	115	69,3	150	90,4			
Não informado	2	1,2	5	3,0	7	4,2			
Ex-cônjuge									
Sim	0	0,0	5	3,0	5	3,0	-	-	0,5856
Não	34	20,5	119	71,7	153	92,2			
Não informado	3	1,8	5	3,0	8	4,8			
Namorado(a)									
Sim	1	0,6	0	0,0	1	0,6	-	-	0,2201
Não	34	20,5	124	74,7	158	95,2			
Não informado	2	1,2	5	3,0	7	4,2			
Filha(a)									
Sim	0	0,0	2	1,2	2	1,2	-	-	1,0000
Não	35	21,1	122	73,5	157	94,6			
Não informado	2	1,2	5	3,0	7	4,2			
Irmão(a)									
Sim	0	0,0	3	1,8	3	1,8	-	-	1,0000
Não	35	21,1	121	72,9	156	94,0			
Não informado	2	1,2	5	3,0	7	4,2			
Amigo(a)/conhecidos(as)									
Sim	3	1,8	14	8,4	17	10,2	0,75	(0,20-2,79)	1,0000
Não	31	18,7	109	65,7	140	84,3	1		
Não informado	3	1,8	6	3,6	9	5,4			
Desconhecida(a)									

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Sim	5	3,0	22	13,2	27	16,3	0,79	(0,27-2,27)	0,8003
Não	29	17,5	101	60,9	130	78,3	1		
Não informado	3	1,8	6	3,6	9	5,4			
Pessoa com relação institucional									
Sim	0	0,0	1	0,6	1	0,6	-	-	1,0000
Não	34	20,5	123	74,1	157	94,6			
Não informado	3	1,8	5	3,0	8	4,8			
Policial/agente da lei									
Sim	0	0,0	2	1,2	2	1,2	-	-	1,0000
Não	34	20,5	122	73,5	156	94,0			
Não informado	3	1,8	5	3,0	8	4,8			
Própria pessoa									
Sim	18	10,8	63	38,0	81	48,8	0,97	(0,47-2,03)	1,0000
Não	19	11,4	65	39,2	84	50,6	1		
Não informado	0	0,0	1	0,6	1	0,6			
Outros Vínculos									
Sim	1	0,6	5	3,0	6	3,6	0,78	(0,08-6,98)	1,0000
Não	30	18,1	118	71,1	148	89,2	1		
Não informado	6	3,6	6	3,6	12	7,2			

O principal local de encaminhamento das vítimas lesionadas foram os setores ambulatoriais (36,7%). Com relação ao desfecho dos casos, nas vítimas menores de 20 anos, foi observado que a cada 100 jovens 70 foram protegidos contra o óbito, enquanto os adultos apresentaram 3,2 vezes maior chance de virem a óbito.

Tabela 6: Distribuição e análise do tipo de desfecho da vítima de violência doméstica segundo faixa etária. Paranavaí-PR, 2010 a 2014.

Variáveis	< 20 anos		≥20 anos		Total		OR	IC	p
	N	(%)	N	(%)	N	(%)			
Encaminhamento no setor saúde*									
Encaminhamento ambulatorial	20	12,0	41	24,7	61	36,7	1,75	(0,72-4,23)	0,2776
Internação Hospitalar	10	6,0	36	21,7	46	27,7	1		
Não informado	7	4,2	52	31,4	59	35,6			
Evolução do caso									
Óbito por violência *	4	2,4	36	21,7	40	24,1	0,3	(0,10-0,93)	0,0308
Alta	33	19,9	92	55,4	125	75,3	1		
Evasão/fuga	0	0,0	1	0,6	1	0,6			

Houve grande incompletude nos dados (ignorados, em branco e não se aplica) para a variável escolaridade, com 96 casos, na lesão autoprovocada houve 17 casos e sobre o agressor 34.

DISCUSSÃO

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Com relação a maior prevalência evidenciada para o gênero feminino, isso pode ser explicada pelo fato de haver maior proporção deste gênero no município. Contudo, ao analisar estatisticamente foi evidenciada associação entre gênero feminino e a ocorrência de violência, ou seja, mulheres representam maiores riscos com relação aos homens (BRASIL, 2010).

As vítimas de raça/cor branca prevaleceram com relação as demais, sendo possivelmente devido a maior parte dos municípios (60,52%) pertencerem a esta etnia (BRASIL, 2010). Outra possível explicação seria o fato de que as mulheres de raça/cor branca são as que mais denunciam a agressão, em comparação com outros grupos étnicos, não significando portanto que as mesmas são mais agredidas (MOURA; NETTO; SOUZA, 2012).

Em um estudo realizado em sete municípios do Estado de São Paulo (CECÍLIO et al., 2012) e outro realizado no município de Tubarão-SC (CERVANTES; JORNADA; TREVISOL, 2012), foram observados resultados semelhantes referentes ao local de ocorrência e a violência física. Sobre o local de ocorrência também se observou que a maior parte destas notificações foram do sexo feminino (67%), o que conseqüentemente pode ocasionar graves impactos em diversos aspectos no trabalho, nas relações sociais e na saúde (física e psicológica) deste gênero devido a este tipo de violência (FONSECA; RIBEIRO; SOARES, 2012).

Os casos de violência sexual também predominaram nas vítimas do gênero feminino. Segundo estimativas do Fundo das Nações Unidas para a infância (UNICEF) em 2014, aproximadamente cento e vinte milhões de mulheres com idade inferior a 20 anos em todo o mundo (aproximadamente 1 a cada 10) foram expostas a violência sexual pelo menos uma vez na vida (UNICEF, 2014). Um dos motivos de ter menos vítimas do sexo masculino, submetidos a violência sexual seria devido a vergonha e a dificuldade dos meninos e homens de a relatarem, além disso, eles muitas vezes não percebem estas situações como de fato violência a considerando em alguns casos, como um comportamento de iniciação sexual (HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2012). Em comparação com os adultos, os jovens apresentaram 12,62 vezes mais chances de sofrerem violência sexual, o que é considerado um problema muito grave, pois este tipo de agressão perversa e doentia gera danos irreparáveis em seu desenvolvimento físico e emocional (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005).

Relacionado ao meio de agressão, o mais predominante foi o envenenamento tendo como o seu principal agressor a própria pessoa, fato que pode ser explicado como uma forma de tentar o suicídio através deste meio. O uso de arma de fogo mostrou-se como segunda forma prevalente de agressão neste estudo, ocorrendo principalmente no sexo masculino (74,3%), porém revelou-se maiores proporções deste gênero em estudo realizado em Goiânia-Go (94,7%) e outro realizado no Brasil (93,9%) para este meio de agressão (MACIEL; SOUZA; ROSSO, 2016; WAISELFISZ, 2013).

Relativo aos casos em que houve suspeita de uso de álcool (16,9%) pode ser explicado pelo fato das bebidas alcoólicas serem drogas lícitas e, conseqüentemente elas serem de fácil e livre acesso. Diante disto é necessário que sejam realizadas mais ações na educação individual e coletiva, alertando

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

sobre o consumo abusivo de álcool e da sua grande repercussão na violência (MARTINS; JORGE, 2009).

Referente aos casos em que tiveram o pai e o padrasto como principais agressores, sendo utilizada por eles predominantemente a violência física, estudiosos sugerem que este tipo de agressão está associado a uma aceitação cultural, sendo esta ação defendida como um método eficaz de educação ao comportamento dos filhos (CARMO; HARADA, 2006).

Em relação as violências causadas pela própria vítima, 12 destas foram a óbito (14,8%), de acordo com a Organização Mundial de Saúde a estimativa de que a cada adulto que se suicidou há mais outros 20 com intenção de suicidar-se (OMS,2014). Diante disto torna-se indispensável a prevenção e conscientização da comunidade que, em muitos casos acaba ignorando os sinais de depressão do indivíduo (ROCHA et al., 2014).

O fato do setor ambulatorial ter sido o principal local de encaminhamento, pode ser decorrente de que nele existem maior número de serviços às vítimas como Atenção Básica, Centro de Apoio Psicossocial (CAPS), Unidade de Saúde, Centros de Referência, Laboratórios, Serviços de média complexidade e urgência/emergência). Referente a evolução dos casos, as crianças mostraram maior proteção contra o óbito ao comparar com os adultos e idosos, devido sofrerem menores proporções de agressões físicas (a qual ocorre de diversas formas, como chutes, queimaduras, estrangulamentos, dentre outras e também podendo se manifestar em casos em que houve ferimentos por arma de fogo) e maiores proporções de violências sexuais (BRASIL, 2009).

Relacionado ao grande número de incompletude observado, conclui-se que as notificações nem sempre são realizadas por profissionais da área da saúde, sendo preenchidas em alguns casos, por funcionários administrativos, que nem sempre recebem treinamento adequado para estas funções, conseqüentemente não mensurando a sua importância (RIGHETTO et al., 2008). Foi também observado, a presença de uma variável com 2 apresentações nas fichas de notificação, a lesão autoprovocada e a pela própria pessoa, em que a pela própria pessoa é quando ocorre a violência autoprovocada, portanto os números de ocorrências das duas variáveis eram para estar iguais, porém foi observado maior número de casos relacionado a própria pessoa, sendo consequência do mal preenchimento da ficha de notificações (BRASIL, 2009).

As notificações de violência são essenciais, pois se obtém não somente informação do comportamento dos agravos, má também auxilia no desenvolvimento de ações para o enfrentamento dos determinantes e condicionantes e com isto garantir a atenção integral, a promoção da saúde e a cultura de paz (BRASIL, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Por meio do presente estudo, foi possível obter o perfil epidemiológico da violência ocorrida contra as crianças e adolescentes no município de Paranavaí- PR, reconhecendo as características deste grupo notificado e os predominantes fatores de risco associados a este agravo.

Foi constatado de que no município de Paranavaí-PR, as vítimas com 20 anos ou menos em comparação aos maiores de 20 anos têm maior risco de sofrerem violência sexual e outros meios de agressão, porém os mesmos apresentaram maior proteção contra a violência física, pela violência por força corporal e por objeto perfurocortante.

Houve limitação no estudo, fato decorrente da subnotificação dos casos e a incompletude das fichas de notificação, possivelmente prejudicando a análise e a interpretação dos fatores existentes, consequentemente fazendo com que os resultados se afastem da real dimensão da violência, exibindo apenas um vestígio do grave problema presente em nossa população.

Para que seja solucionada este agravo que permanece entre nossa sociedade, deve-se ser incentivada campanhas para que a população geral denuncie através de disque denúncia e que também seja implementado maior treinamento entre profissionais da segurança, saúde e educação, para que estes consigam identificar as situações de violência, encaminhar a vítima de forma correta e notificar os casos ocorridos, para que se diminua a prevalência deste agravo e as crianças e adolescentes possam viver de forma mais digna e saudável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=4118402> [Acesso em 20 de Junho de 2017]

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=411840>

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Impacto da violência na saúde das crianças e adolescentes: Prevenção de violências e promoção da cultura de paz. Brasília- DF, 2010. Disponível em: http://bvms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto_violencia_saude_crianças_adolescentes.pdf [Acessado em 27 de Junho de 2017]

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE; SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. Instrutivo de preenchimento da ficha de notificação/ investigação de violência doméstica, sexual e/ou outras violências. SINAN NET, versão de 27 de novembro, 2009. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/30_03_2012_8.40.46.6cb50967bbeb18008432b71da11ac636.pdf [Acesso em 15 de Maio de 2017]

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Vigilância de violências e acidentes. Brasília/ DF, 2013. Disponível em : http://bvms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sistema_vigilancia_violencia_acidentes.pdf [Acesso em 15 de Maio de 2017]

BRASIL. Ministério da Saúde. SINAN – SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO. Disponível em: <http://portalsinan.saude.gov.br/o-sinan> [Acesso em 03 de agosto de 2017]

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

- CARMO, C. J; HARADA, M. C. S. Violência física como prática educativa. Rev Latino-am Enfermagem, n. 14, v.6, nov-dez, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rlae/article/viewFile/2371/2578> [Acessado em 19 de Junho de 2017]
- CECÍLIO, L. P. P; GARBIN, C. A. S; ROVIDA, T. A. S; QUEIRÓZ, A. P. D. G; GARBIN, A. J. Í. Violência Interpessoal: estudo descritivo dos casos não fatais atendidos em uma unidade de urgência e emergência referência de sete municípios do estado de São Paulo, Brasil, 2008 a 2010. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, v.21, n. 2, p.293-304, jun, 2012. Disponível em: http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742012000200012 [Acessado em 30 de Maio de 2017]
- CERVANTES, G. V; JORNADA, L. K; TREVISOL, F. S. Perfil epidemiológico das vítimas de violência notificadas pela 20ª gerência regional de saúde de Tubarão, SC. Revista da AMRIGS, Porto Alegre, v.56, n. 4, p. 325-229, out-dez, 2012. Disponível em: <http://www.amrigs.org.br/revista/56-4/1056.pdf> [Acessado em 20 de maio de 2017]
- FONSECA, D. H; RIBEIRO, C. G; LEAL, N. S. B. Violência doméstica contra a mulher: Realidades e representações sociais. Psicologia & Sociedade, n.24, v.2, p. 307-314, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000200008> [Acessado em 19 de maio de 2017]
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA. UNICEF: Novos dados globais expõem alta prevalência contra crianças, 2014. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/media_27872.htm [Acessado em 22 de Julho de 2017]
- HOENDORFF, J. V; HABIGZANG, L. F; KOLLER, S. H. Violência sexual contra meninos: dados epidemiológicos, características e consequências. Psicologia USP, São Paulo, v.23, n. 2, abril-junho, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642012005000007> [Acessado em 22 de Julho de 2017]
- KRUG, E. G; DAHLBERG, L. L; MERCY, D. J. A; ZWI, A.B; LOZANO, R. *World report on violence and health*. Geneva, World Health Organization, 2002. Disponível em: <https://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf> [Acessado em 20 de junho de 2017]
- MACIEL, P.R; SOUZA, M. R; ROSSO, W. C. F. Estudo descritivo do perfil das vítimas com ferimentos por projéteis de arma de fogo e dos custos assistenciais em um hospital da Rede Viva Sentinela. Epidemiol.Serv.Saude, Brasília, v. 25, n. 3, p. 607-616, jul-set, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ress/v25n3/2237-9622-ress-25-03-00607.pdf> [Acessado em 20 de Junho de 2017]
- MARTINS, C. B.G; JORGE, M. H. P. M. A violência contra crianças e adolescentes: características epidemiológicas dos casos notificados aos Conselho Tutelares e programas de atendimento em município do Sul do Brasil, 2002 e 2006. Epidemiol. Ser. Saúde, Brasília, v. 18, n. 4, p. 315-334, out-dez, 2009. Disponível em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/ess/v18n4/v18n4a02.pdf> [Acessado em 22 de Junho de 2017]
- MINAYO, M. C. S. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. Impacto da violência na saúde dos brasileiros / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/impacto_violencia.pdf [Acessado em 21 de junho de 2017]
- MOURA, M. A. V; NETTO, L. A; SOUZA, M. H. N. Perfil sociodemográfico de mulheres em situação de violência de violência assistidas nas delegacias especializadas. Esc Anna Nery (impr.) v.16, n.3, p. 435 – 442, jul -set, 2012. Disponível em:

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452012000300002 [Acessado em 30 de Maio de 2017]

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência 2014. Núcleo de Estudos da Violência (Trad.) São Paulo: 2015. Disponível em: <http://nevus.org/wp-content/uploads/2015/11/1579-VIP-Main-report-Pt-Br-26-10-2015.pdf> [Acessado em 20 de junho de 2017]

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. Prevención del suicídio um imperativo global. Washiington, DC: OPS, 2014. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/136083/1/9789275318508_spa.pdf [Acessado em 26 de Julho de 2017]

PFEIFFER, L; SALVAGNI, E. P. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. Jornal de pediatria. Rio de Janeiro. Vol. 81, n. 5, p. 197-204, novembro, 2005. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/111608/000949357.pdf?sequence=1> [Acessado em 22 de Julho de 2017]

RIGHETTO, A.L.C; HUBER, J; MACHADO, J.C; MELO, D.G. Anomalias congênitas: validade das informações das declarações de nascido vivo em uma maternidade de Ribeirão Preto, São Paulo. Pediatría (São Paulo), v. 30, n. 3, p. 159-64, 2008.

ROCHA, E. A; GUIMARÃES, J. M; MAIA, L. G; PAULA, C. R; LEITE, G. R. Perfil Epidemiológico de notificações de todas as formas de violência. Rev enferm UFPE online, Recife, v. 8, n. 10, p. 3401-3411, out, 2014. Disponível em: http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/download/4720/pdf_6273 [Acessado em 30 de Maio de 2017]

WAISELFISZ, J. J. Mapa da violência 2012: Crianças e adolescentes do Brasil. 1º Edição Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Crianças_e_Adolescentes.pdf [Acessado em 20 de Junho de 2017]

WAISELFISZ, J. J. Mapa da violência 2013: Homicídios e juventude no Brasil. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf [Acessado em 27 de Junho de 2017]

WAISELFISZ, J. J. Mapa da violência 2013: Mortes matadas por arma de fogo. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf [Acessado em 20 de Junho de 2017]



A APLICAÇÃO DA ESCALA INDIVIDUALIZED MUSIC THERAPY ASSESSMENT PROFILE (IMTAP) NO TRABALHO DA MUSICOTERAPIA PARA RECONHECIMENTO DA MUSICALIDADE

Gustavo Henrique Costa
(Programa de Iniciação Científica da UNESPAR, Fundação Araucária)
Unespar Campus de Curitiba II - FAP
cohgus@gmail.com
Clara Márcia Piazzetta
Unespar Campus de Curitiba II - FAP
clara.piazzetta@unespar.edu

Palavras-chave: musicoterapia, avaliação IMTAP, musicalidade.

INTRODUÇÃO

Musicoterapia como prática profissional desenvolve-se por experiências sonoras e musicais, vivenciadas em ambientes terapêuticos. Possui abordagens, técnicas e métodos pautados na intervenção e ação terapêutica da área – processos musicoterapêuticos. Tem como objetivo a utilização da música e/ou seus elementos constitutivos intermediando a relação terapêutica, que possibilita o desenvolvimento dos aspectos biopsicossociais de um indivíduo, para integrá-lo na sociedade (BARCELLOS, 1985). Para isso usa experiências musicais vivenciadas nos relacionamentos que se desenvolvem através delas “como forças dinâmicas de mudança”. Os procedimentos para essa ajuda envolvem “avaliação, tratamento e avaliação” (BRUSCIA, 1987).

Musicoterapia é descrita como uma forma experimental de terapia porque ela é centrada na experiência do cliente (BRUSCIA, 2000). “A música originou infinitas formas de relação. Estas formas constituem a pedra fundamental da musicoterapia” (Alvin, 1967, p. 388). A atuação da Musicoterapia inclui o encontro entre o profissional musicoterapeuta, as pessoas que se dispõem à experiência e a prática musical (ARNDT et al, 2016).

Esta pesquisa após o parecer favorável do CEP, CAAE 54203216.3.0000.0094, realizou a aplicação da versão brasileira da Escala *Individualized Music Therapy Assessment Profile* (IMTAP) (SILVA et al, 2012) no domínio de musicalidade em participantes do Centro de Atendimento e Estudos em Musicoterapia - CAEMT com demandas de dificuldade em comunicação. Também realizou um estudo bibliográfico da utilização e aplicabilidade da IMTAP na Musicoterapia no Brasil. A fim de identificar, apresentar e compreender a metodologia das aplicações da ferramenta.

O curso de graduação em Musicoterapia da FAP tem como lugar de estágio o Centro de Atendimento e Estudos em Musicoterapia – CAEMT. Nele estudantes do curso de graduação em Musicoterapia realizam estágio curricular e extra curricular. O CAEMT tem por finalidade:

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Prestar atendimentos musicoterapêuticos a comunidade curitibana e paranaense; Promover a valorização e a integração da musicoterapia no âmbito regional, nacional e internacional; Apoiar o ensino, a pesquisa e a extensão na área da Musicoterapia, da Arte, da Saúde, da Educação e da Ciência; Assegurar a plena liberdade de estudo e pesquisa de todas as correntes musicoterapêuticas e Proporcionar à comunidade do corpo discente do Curso de Musicoterapia, um espaço de pesquisa, observação e atuação (FAP, 2016).

O uso do domínio musicalidade da tabela IMTAP no contexto é exclusiva para os limites teóricos e técnicos da musicoterapia, uma vez que o resultado permite fundamentar as intervenções. A escala desse domínio apresenta para preenchimento 94 questões agrupadas como nove subdomínios: fundamentos; andamento; ritmo; dinâmica; vocal; ouvido absoluto e relativo; criatividade e desenvolvimento de ideias musicais; leitura e escrita musical; acompanhamento.

O tema da avaliação em musicoterapia, buscou, por estudos bibliográficos, identificar instrumentos já construídos. Em especial a ferramenta *The Individualized Music Therapy Assessment Profile* – IMTAP (BAXTER et al 2007) traduzida e validada para uso na língua portuguesa por Silva et al (2012) e sua aplicação por musicoterapeutas brasileiros.

DESENVOLVIMENTO

Avaliação em Musicoterapia

O processo musicoterapêutico consiste de três etapas: 1) avaliação inicial, na qual o terapeuta avalia o paciente por meio de atividades musicais e reuniões com familiares, procurando identificar e definir metas e objetivos; 2) tratamento, etapa na qual o musicoterapeuta interage e trabalha com o paciente, utilizando as experiências musicais para evoluir em direção às metas estabelecidas; e 3) avaliação final, na qual o terapeuta irá avaliar as respostas apresentadas à problemática do paciente, tomando por base a avaliação inicial. (BRUSCIA, 2000).

Ao longo da história da Musicoterapia a avaliação musical de pacientes é parte dos processos musicoterapêuticos. Desde o início de sua sistematização, seguindo por uma visão médica, existiam mensurações que buscavam a influência da música nas alterações da pressão arterial, batimentos cardíacos ou ao tônus muscular (GREGORY, citado em SILVA et al, 2013).

A construção de ferramentas para avaliação de pacientes ou participantes do trabalho musicoterapêutico é contínua e cada vez mais especializada. No século XXI as propostas são construídas a partir de trabalhos clínicos e oferecem em seus resultados possibilidades de conhecer o desenvolvimento do processo musicoterapêutico bem como “fornecer aos musicoterapeutas um método para analisar e avaliar os recursos musicais” (CARPENTE, 2016, p1).

Muitos musicoterapeutas desenvolvem processos próprios de avaliação em Musicoterapia embasados em disciplinas de áreas afins em sua atuação, como psicologia e pedagogia. É importante

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

ressaltar que a utilização de instrumentos de avaliação não específicos da musicoterapia pode resultar em avaliações imprecisas (GATTINO, 2012). Os musicoterapeutas Paul Nordoff e Clive Robbins nos anos de 1970 ao proporem a Musicoterapia Criativa embasaram o trabalho em aspectos cognitivos musicais de cada pessoa. A musicalidade, segundo a visão da Filosofia da Música não é apenas um dom musical que poucas pessoas apresentam e desenvolvem como uma competência específica para o fazer artístico musical. Para eles, cada pessoa apresenta uma *Music Child* que é parte do seu self e ao responder “à experiência musical, encontra significado e interesse” (Nordoff& Robbins, 1977, p.1 apud PIAZZETTA, E CRAVEIRO DE SÁ. 2006). A avaliação proposta nessa abordagem musicoterapêutica visava identificar a *Music Child* através da ferramenta, *Response, relationship and musical communicativeness*. Os elementos fundamentais pautavam aspectos cognitivos do fazer musical do participante dentro de experiências musicais estruturadas de modo a favorecer a improvisação musical do participante, seu fazer espontâneo na comunicação musical construída na relação entre musicoterapeuta e participante.

Benenzon (1985) por influência do modelo médico e bases Psicanalíticas de atuação desenvolveu a Ficha Musicoterapêutica como etapa primária de interação terapeuta e paciente que permite focalizar o interrogatório sobre este mundo musical do paciente. “A razão deste primeiro encontro é a de explicar que para poder começar a terapia é necessário conhecer a história sonoro-musical do paciente e de seu ambiente em forma profunda e exaustiva” (Benenzon, 1985, p. 85). O autor preconiza a necessidade de uma testificação musical precedente ao tratamento, a fim de colher dados que ajudem a identificar a identidade sonora do paciente – ISO. Essa testificação é composta de duas partes, onde na primeira o paciente passa por uma experiência receptiva e na segunda convidado a experimentar uma série de instrumentos musicais (COSTA, 1989).

Até a primeira década do século XXI pode-se perceber a diversidade de propostas de instrumentos de avaliação (tabela 1) segundo o levantamento realizado por Wigram, (2000); Wigram, Nygaard Pedersen, Bonde, (2002); Layman et al (2002) (apud, Salokivi, 2012).

Nordoff& Robbins	1977	<i>Response, relationship and musical communicativeness</i>
Bruscia	1987	<i>Improvised music</i>
Wells	1988	<i>Emotionally disturbed adolescents (song choice, composition and improvisation)</i>
Goodman	1989	<i>Music Therapy Assessment for Emotionally Disturbed Children</i>
Rajimaekers	1993	<i>Diagnosis</i>
Grant	1995	<i>Cognitive, perceptual, motor and visual skills</i>
Pavlicevic	1995	<i>Musical interaction</i>
Sikstrom&Skille	1995	<i>Psychological function</i>

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Di Franco	1999	<i>Sound-musical profiles</i>
Lowey	2000	<i>Music Psychotherapy Assessment</i>
Layman, Hussey, Laing	2002	<i>Music Therapy Assessment for Severally Emotionally Disturbed Children</i>
Baxter, Berghofer, Nelson , Peters, Roberts, MacEwan	2007	<i>The Individualized Music Therapy Assessment Profile [IMTAP] (for pediatric and adolescent settings)</i>

Tabela 1: Modelos de avaliação em Musicoterapia (retirado da Dissertação de Mestrado de Salokivi, 2012)

Na atualidade os instrumentos construídos a partir da prática clínica buscam especificidades de atuação por clientela, como por exemplo, no trabalho com crianças com o transtorno do espectro autista - TEA. Ferrari (2013) organizou a escala ERI (Escala de Relações Intramusicales). Uma ferramenta de análise usada em pacientes com TEA de diferentes graus. A escala tem nove níveis variando de nenhum registro de interação com os sons e os instrumentos musicais, até o registro total, com a intenção comunicativa no fazer musical compartilhado com o musicoterapeuta. Para a construção dos registros nos nove níveis é fundamental a descrição da experiência musical apresentada à criança com a identificação do modo de interação aceito por ela. Assim avalia e registra, também, o fazer musical/musicoterapêutico do musicoterapeuta.

Avaliação Individualized Music Therapy Assessment Profile

Preocupados com as avaliações imprecisas, resultado de testes de outras disciplinas próximas a musicoterapia, e percebendo a necessidade de avaliação dos processos musicoterapêuticos, uma equipe de seis musicoterapeutas elaborou a Individualized Music Therapy Assessment Profile – IMTAP. Um grupo de protocolos de avaliação individual na musicoterapia que trabalha com processos de avaliação em diferentes níveis a fim de apresentar um “perfil” de cada participante em musicoterapia ao longo dos processos de intervenção (SILVA et al, 2012). Apresentado no formato de livro/manual inclui sessões de avaliação e exemplos de atividades e intervenções. O material acompanha um CD-ROM que proporciona ao terapeuta armazenar dados das sessões, e, mostram o desenvolvimento e áreas a serem trabalhadas no processo musicoterapêutico (Baxter et al, 2007).

O IMTAP foi concebido para avaliar as habilidades de crianças e adolescentes com necessidades especiais, várias deficiências graves físicas, distúrbios da comunicação, transtorno do espectro do autismo, distúrbios emocionais graves, prejuízos sociais, e dificuldades de aprendizagem. Vista como uma ferramenta de auxílio na elaboração de metas e objetivos terapêuticos, o IMTAP permite construir planejamentos de processos breves e longos, como uma linha de base para os objetivos e planos de tratamentos. Por meio de gráficos e tabelas trabalha com um conjunto de

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

informações detalhadas, fácil de compreender sendo possível abordar e avaliar conjuntos de habilidades gerais e específicas do participante nos processos de musicoterapia.

Configura-se por fichas de tabelas seccionadas em domínios independentes como: Musicalidade; Comunicação Expressiva; Comunicação Receptiva ou Percepção Auditiva; Motricidade Grossa ou Ampla; Motricidade Fina; Motricidade Oral; Habilidade Sensorial; Habilidades Cognitivas; Habilidade Emocional; e Interações Sociais. Cada um dos quais contém subdomínios, no total, 374 itens descritos como parâmetros de avaliação. Para registro dos acontecimentos utiliza do sistema NRIC (Nunca = 0%; Raramente = Abaixo de 50%; Inconsistente = 50 – 79%; Consistente = 90 – 100%).

Esse instrumento mostra-se abrangente de modo a apresentar um amplo espectro das condições em que se encontra o participante a partir da experiência musical compartilhada com o musicoterapeuta. Sua tradução e validação para o português permitiu aos musicoterapeutas brasileiros o acesso a essa ferramenta.

Esta pesquisa não utilizou dois (2) dos nove (9) sub-domínios do IMTAP – Musicalidade: ouvido absoluto e relativo, e, leitura e escrita musical dada às condições do participante selecionado não apresentarem competências para avaliar quando o participante busca e toca sons isolados equiparando-os. Quando toca melodicamente na tonalidade da música. Identifica o nome da nota ou tom mediante indicação sonora. Inicia canção no tom original. Toca melodia conhecida de ouvido. Muda o centro tonal para equiparar mudança na tonalidade. Transpõe música de ouvido. O sub-domínio Leitura musical avalia quando o participante toca acompanhamento simples usando cifras de acordes. Lê e toca notação rítmica simples. Toca melodia de canção a partir de indicações escritas. Lê notação em clave de sol. Lê e toca música em notação de clave de sol. Lê notação em clave de fá. Lê e toca música em notação de clave de fá. Lê e toca melodia e acordes simultaneamente. Lê e toca em clave de sol e fá juntas.

O sub-domínio **Fundamentos** deve ser sempre preenchido, podendo ser o único, pois busca avaliar o participante de modo amplo em aspectos que são detalhados nos outros oito (8) sub-domínios. Nos Fundamentos são observados quando ele é alertado pela música e manifesta prazer com a música. Observando indicações de desejo de explorar, tocar ou ter contato com instrumentos disponíveis no centro de atendimento. Quando ele toca instrumentos espontaneamente ou quando é apresentado a um instrumento. Avalia se canta espontaneamente e manifesta vocalizações em resposta à música, seus movimentos rítmicos em resposta à música respondendo a indicações musicais simples, engajando-se em atividade musical interativa, regulando-se com suporte musical.

O Sub-domínio **Andamento** avalia as tolerâncias de mudanças no andamento, demonstrando consciência de grandes mudanças quando toca um instrumento, as demonstrações de movimentos corporais inconscientes e movimentos corporais conscientes no andamento. Quando o participante toca de um (1) a quatro (4) compassos no próprio andamento ou no andamento do terapeuta, iniciando mudanças no andamento, adaptando-se tocando para equiparar mudanças no

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

andamento e tocando para seguir *acelerando*. Quando sustenta tocar interativamente no próprio andamento e quando toca interativamente no andamento do terapeuta, observando se toca subdivisões de pulsação básica e adapta-se tocando para seguir *ritardando*.

O subdomínio **Ritmo** avalia o participante quando imita padrão rítmico simples e intermediário, quando bate padrão rítmico de melodia ou palavras e sustenta imitação de padrões rítmicos variados. Quando altera padrões rítmicos em resposta à música, coordena dois padrões rítmicos diferentes, inicia diferentes padrões rítmicos durante a tomada de turnos. Quando inicia estruturas rítmicas envolvendo vários padrões desenvolvendo estruturas rítmicas envolvendo vários padrões, sustentando padrões rítmicos iniciados por si mesmo, adaptando-se tocando para equiparar mudanças no ritmo.

O sub-domínio **Dinâmica** avalia quando demonstra consciência de grandes mudanças na dinâmica e variedade de dinâmicas ao tocar. Quando tolera mudanças na dinâmica e inicia mudanças na dinâmica. Se segue indicação para mudança na dinâmica adaptando-se tocando em *crescendo* ou em *diminuendo*. Quando demonstra controle do *crescendo*, controle do *diminuendo* e uso expressivo do *diminuendo/crescendo*.

O Subdomínio **Vocal** busca avaliar as vocalizações inconscientes na tonalidade, as vocalizações em resposta a uma linguagem ou estilo musical específico, as vocalizações comunicativas na tonalidade da música. Quando vocaliza para completar frase de canção conhecida e canta no tom ou tonalidade, canta alturas de uma melodia com precisão, usando sensibilidade para componentes musicais. Quando canta em ronda (cânone), canta linha harmônica, expressando conteúdo e significado da letra da música, Quando cria improvisação lírica auto-expressiva e cria e canta estrutura de canção própria.

O sub-domínio **Criatividade e desenvolvimento de ideias musicais** avalia o participante quando cria melodia independentemente e improvisa melodia para padrão rítmico apresentado. Quando atribui diferentes instrumentos para ideias ou imagens apresentadas e atribuem diferentes motivos musicais para ideias ou imagens apresentadas. Cria música para poema ou história, improvisa palavras para padrões rítmicos apresentados e estrutura rítmica. Quando inicia motivo musical em atividade de chamada e resposta. Cria frase melódica com suporte harmônico, improvisa harmonia, prolongando estrutura de canção conhecida por meio de improvisação. Cria estrutura completa de canção. Transcreve idéias musicais usando símbolos ou notação. Improvisa expressivamente usando componentes musicais, em estilo musical reconhecível e Improvisa, em modo musical reconhecível e cria improvisação auto-expressiva.

O Sub-domínio **Acompanhamento** observa quando acompanha o terapeuta cantando/tocando. Vocalizando e tocando simultaneamente, na pulsação. Acompanhando a si mesmo com instrumento harmônico.

OBJETIVO

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Realizar a aplicação da *Escala Individualized Music Therapy Assessment Profile* (IMTAP) no domínio de musicalidade.

METODOLOGIA

Os passos da pesquisa envolveram uma busca bibliográfica e pesquisa de base empírica com apreciação de vídeos de atendimentos de musicoterapia.

O critério de inclusão para participação na pesquisa foi participante do CAEMT com demandas de dificuldade de comunicação. O critério de exclusão foi a não aceitação de participar na pesquisa por parte dos estagiários e/ou professor orientador (a) do centro de atendimento.

Os vídeos apreciados foram captados com a câmera modelo 'Filmadora Sony Hxr Mc2500 HD SD' tendo um alcance direcional de parte do Centro de Atendimento e Estudo em Musicoterapia. Nos atendimentos referentes às avaliações A2, B1 e B2 a captação era de aproximadamente 60% do espaço do *setting* musicoterapêutico. Enquanto A1 aproximadamente 80% devido ter disposto em outro ponto de apoio para filmagem.

Os vídeos dos atendimentos musicoterapêuticos apreciados avaliados nesta pesquisa seguiram uma rotina de atividades/intervenções sem um protocolo previamente estabelecido.

Os dois (2) participantes do CAEMT, "A" no segundo semestre de 2016 e, "B" no primeiro semestre de 2017 foram selecionados em parceria com os estagiários de musicoterapia e corpo de supervisores do Centro de Atendimento e Estudos em Musicoterapia, CAEMT, do campus FAP. Os estagiários responsáveis pelos atendimentos foram esclarecidos - TCLE e convidados a assinar o termo de consentimento livre e esclarecido. Os pais dos participantes do CAEMT assinam um TCLE ao ingressarem nos atendimentos.

Foram analisados quatro (4) vídeos de atendimentos em parceria com os estagiários que os realizaram. Sendo o primeiro atendimento de "A" realizado em 07/10/2016 com avaliação em 24/03/2017 e o primeiro atendimento de "B" realizado em 08/03/2017 com avaliação em 01/06/2017. Os resultados dessas avaliações foram denominados A1 e B1 respectivamente. O segundo atendimento, pós um período de sessões de "A" foi realizado em 17/05/2017 com avaliação 26/05/2017 e de "B" foi realizado em 17/05/2017 com avaliação 01/06/2017. Os resultados dessas avaliações foram denominados A2 e B2 respectivamente

Participaram da pesquisa as estagiárias "R", "L", "G" e "M"; sendo o atendimento A1 foi conduzido por "L", enquanto A2 foi conduzido por "G" e "M". Os atendimentos B1 e B2 foram conduzidos por "R". Essa diferença na condução dos atendimentos de "A" se deve à passagem de períodos de ano letivo ao decorrer da pesquisa.

Além dos encontros e conversas para o preenchimento da avaliação foram solicitados os descritivos de cada atendimento, onde contém informações e relatos da proposta do atendimento, das

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

ações musicais realizadas pela estagiária e respostas do participante. Os documentos disponibilizados para a pesquisa foram os relatórios progressivos de “L” em relação a A1 e “G” e “M” em relação a A2.

O pesquisador não participou dos atendimentos. Manteve reuniões com os estagiários para esclarecimentos sobre a ferramenta IMTAP no domínio musicalidade e uma cópia foi deixada com cada um. A apreciação dos vídeos e preenchimento da avaliação da IMTAP Domínio Musicalidade ocorreu da mesma forma com a presença dos estagiários. Onde a cada avaliação (A1, B1 e A2, B2) foram elucidadas dúvidas referentes às atuações de cada estagiária em cada atendimento e cada momento da sessão quanto a: compreensão da musicalidade apresentada nas ações de ambos estagiário/participante (relação intramusical); ofertas de possibilidades de interações musicais (relação intermusical); as tomadas de iniciativas de interação do participante; detalhamento da sessão em momentos onde a ação terapêutica não foi registrada pela captação do espaço pela câmera; assimilação e compreensão dos 94 tópicos de avaliação da IMTAP – Musicalidade.

RESULTADOS

O participante “A” da pesquisa iniciou atendimentos no centro de atendimento CAEMT por apresentar demandas de dificuldade de comunicação sendo atendido pela estagiária “L”. Participando do preenchimento de A1. “L” descreveu que “a dificuldade em comunicação é por conta da baixa escuta, que dificulta o entendimento da palavra escutada, comprometendo o desempenho em pronunciar em boa dicção as palavras. Algumas vezes “A” não responde por não ter me ouvido durante os atendimentos.” A estagiária “G” participou do preenchimento de A2.

A tabela de Musicalidade foi preenchida (A1 e A2) durante essas apreciações. Podemos observar os resumos das fichas IMTAP – Musicalidade de A1 e A2.

<i>Resumo</i>				
<i>Sub-domínio</i>	<i>n/a</i>	<i>Escore Bruto</i>	<i>Possível</i>	<i>Escore Final</i>
A. Fundamentos		40	÷ 40 =	100 %
B. Andamento		43	÷ 53 =	81,13 %
C. Ritmo		45	÷ 60 =	75 %
D. Dinâmica		35	÷ 45 =	77,77 %
E. Vocal		41	÷ 57 =	71,92 %
F. Ouvido Absoluto e Relativo			÷ 41 =	
G. Criatividade e desenvolvimento de idéias musicais		51	÷ 91 =	56,04 %
H. Leitura musical			÷ 52 =	
I. Acompanhamento		13	÷ 15 =	86,66 %
<i>Total do domínio (Musicalidade)</i>		268	÷ 361 =	74,23 %

DC= habilidades em domínio-cruzado

Imagem 1: Resumo da Ficha A1 do participante “A”. IMTAP – Musicalidade

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Resumo

<i>Sub-domínio</i>	<i>n/a</i>	<i>Score Bruto</i>	<i>Possível</i>	<i>Score Final</i>
A. Fundamentos		40	÷ 40 =	100 %
B. Andamento		53	÷ 53 =	100 %
C. Ritmo		55	÷ 60 =	91,66%
D. Dinâmica		39	÷ 45 =	86,86%
E. Vocal		41	÷ 57 =	71,92%
F. Ouvido Absoluto e Relativo			÷ 41 =	100%
G. Criatividade e desenvolvimento de idéias musicais		50	÷ 91 =	54,94%
H. Leitura musical			÷ 52 =	100%
I. Acompanhamento		13	÷ 15 =	86,66%
<i>Total do domínio (Musicalidade)</i>		291	÷ 361 =	80,60%

DC= habilidades em domínio-cruzado

Imagem 2: Resumo da Ficha A2 do participante “A”. IMTAP – Musicalidade

A exceção no item criatividade/desenvolvimento deu-se pela diferença de condução do atendimento. Visto que o atendimento referente à A2 seguiu de acordo com as indicações de musicalidade apresentadas por “A”. As estagiárias “G” e “M” no relatório descritivo relataram “que “A” preferiu utilizar os instrumentos de percussão e tocava sempre muito alto.” Ao decorrer da sessão “A” buscou em todas propostas de interação musical tocar instrumentos percussivos como Ganzá, Bongô, Rebolo e Tambor. “G” e “M” relataram que “nesse atendimento “A” foi para a bateria, tocou todas as partes da bateria com os braços alternados. Tocava com ritmo quaternário.” Podendo observar que certas características de condução entre A1 e A2 proporcionaram ofertas diferentes de experiências musicais.

O participante “B” da pesquisa iniciou atendimentos no centro de atendimento CAEMT por apresentar demandas de aspecto TEA, tendo dificuldade de comunicação e socialização, sendo atendido pela estagiária “R”. Participando do preenchimento de B1 e B2. Durante os atendimentos “B” não comunicou nenhuma palavra silábica, apresenta movimentos estereotipados, busca comunicar-se expressando sons guturais. A estagiária relatou que sempre busca, por meio de execução de canções improvisadas “trazer a atenção e foco de “B” para o *setting* musicoterapêutico, visto que a “B” responde as experiências musicais.”

Verificaram-se alterações progressivas para os itens Fundamentos, Andamento, Ritmo, Dinâmica, Vocal, Criatividade e desenvolvimento de ideias musicais.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Resumo

<i>Sub-domínio</i>	<i>n/a</i>	<i>Score Bruto</i>	<i>Possível</i>	<i>Score Final</i>
A. Fundamentos		11	÷ 40 =	27,50 %
B. Andamento		08	÷ 53 =	15,09 %
C. Ritmo		02	÷ 60 =	03,33 %
D. Dinâmica		05	÷ 45 =	11,11 %
E. Vocal		00	÷ 57 =	00 %
F. Ouvido Absoluto e Relativo	 	 	÷ 41 =	 %
G. Criatividade e desenvolvimento de idéias musicais		09	÷ 91 =	9,89 %
H. Leitura musical	 	 	÷ 52 =	 %
I. Acompanhamento		05	÷ 15 =	33,33 %
<i>Total do domínio (Musicalidade)</i>		40	÷ 361 =	11,08 %

DC= habilidades em domínio-cruzado

Imagem 3: Resumo da Ficha B1 do participante “B”. IMTAP – Musicalidade

Resumo

<i>Sub-domínio</i>	<i>n/a</i>	<i>Score Bruto</i>	<i>Possível</i>	<i>Score Final</i>
A. Fundamentos		18	÷ 40 =	45 %
B. Andamento		11	÷ 53 =	20,75 %
C. Ritmo		13	÷ 60 =	21,66 %
D. Dinâmica		07	÷ 45 =	15,55 %
E. Vocal		01	÷ 57 =	01,75 %
F. Ouvido Absoluto e Relativo	 	 	÷ 41 =	 %
G. Criatividade e desenvolvimento de idéias musicais		15	÷ 91 =	16,48 %
H. Leitura musical	 	 	÷ 52 =	 %
I. Acompanhamento		05	÷ 15 =	33,33 %
<i>Total do domínio (Musicalidade)</i>		70	÷ 361 =	19,39 %

DC= habilidades em domínio-cruzado

Imagem 4: Resumo da Ficha B1 do participante “B”. IMTAP – Musicalidade

Durante as conversas com as estagiárias, relataram que ao terem contato com a IMTAP – Musicalidade, a condução dos atendimentos previamente idealizados foram planejados para diversificar as oportunidades de relação musical a serem trabalhadas com o participante, dentro do contexto histórico dos atendimentos que já foram trabalhados. “R” comentou que a ficha IMTAP “relembra ao estagiário todo essencial da musicalidade a ser observada” podendo identificar quais atividades devem ser mais trabalhadas e outras menos exploradas. “G” relatou que após assistir os atendimentos com a utilização da IMTAP – Musicalidade, “pude ver acontecimentos e detalhes da sessão, antes não notados, e importantes para os próximos atendimentos.”

Discussões e Conclusão

A condução da pesquisa, considerando a coleta dos dados, com o preenchimento da IMTAP com base em vídeos acompanhado da estagiária que realizou os atendimentos; as reuniões periódicas com as estagiárias e supervisores musicoterapêutas do Centro de Atendimento e Estudos em Musicoterapia; os contatos com estagiarias para troca de informações e esclarecimentos de dúvidas pontuais pendentes, levaram a um conhecimento de base empírico com evidências quantificadas pela avaliação IMTAP Musicalidade.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

A pesquisa reflete sobre a importância da utilização de ferramentas específicas de avaliação para a musicoterapia dentro do CAEMT. Em especial a IMTAP, pois avalia as relações intra-musicais e inter-musicais em experiências que buscam desenvolver a comunicação por meio da musicalidade. Os domínios da IMTAP, segundo as estagiárias participantes, provocam no musicoterapeuta reflexões sobre a condução da sessão, de forma a diversificar as oportunidades de experiência musical a ser trabalhada com o participante da sessão, a fim, de ampliar as possibilidades de observação para compreensão da musicalidade do participante.

Os resultados das tabelas preenchidas com os vídeos do participante “A” (com dificuldades de comunicação e baixa audição) revelaram alterações progressivas com destaque para o item Ritmo de A1 75% para A2 91,66%. Os sub-domínios Andamento e Dinâmica também apresentaram alterações progressivas de A1 para A2, enquanto os sub-domínios Vocal e Acompanhamento mantiveram as porcentagens.

Os resultados das tabelas preenchidas com os vídeos do participante “B” (com transtorno do espectro do autismo TEA) apresentaram alterações progressivas para os itens Fundamentos, Andamento, Dinâmica, Vocal, Criatividade e desenvolvimento de ideias musicais, tendo Ritmo um aumento percentual significativo de B1 3,33% para B2 21,66%.

A pesquisa destaca um interesse e maior acessibilidade por parte dos participantes com instrumentos de percussão. Facilitando a percepção dos avaliadores perante o item ritmo. Nas sessões de atendimento os instrumentos de percussão foram mais procurados durante o desenvolvimento do vínculo (estagiário e participante). Segundo as estagiárias em ambos participantes ao decorrer das sessões o instrumento Xilofone é um dos mais utilizados por iniciativa própria dos participantes.

Na Musicalidade, com destaque para o ritmo, foi possível compreender, segundo a abordagem de Musicoterapia Criativa, uma parte da *Music Child* desses participantes que ao responderem à experiência musical proposta, encontraram significado e interesse.

REFERÊNCIAS

- ALVIN, Juliette. **Musicoterapia**. Buenos Aires: Editorial Paidós (version E. M. de Vedia), 1967.
- ARNDT, Andressa Dias, CUNHA, Rosemyriam, & VOLPI, Sheila. **Aspectos da prática musicoterapêutica: contexto social e comunitário em perspectiva**. *Psicologia & Sociedade*, 28 (2), 387-395, 2016. 2, 2016.
- BARCELLOS, Lia Rejane Mendes. **A Música utilizada como elemento terapêutico**. São João Del Rei: Anais do 2º Encontro nacional de pesquisa em música, 1985.
- BAXTER, H. T., Berghofer, J. A., MacEwan, L., Nelson, J., Peters K., & Roberts, P. ***The individualized music therapy assessment profile – IMTAP***. Foreword by Ronald M. Borczon. ISBN-13: 978-1-84310-866-5. 2007.
- BENENZON, Roland. **Manual de musicoterapia**. Rio de Janeiro: Tradução Clementina Nastari. Enelivros. 1985.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

BRUSCIA, Kenneth. **Improvisational models of music therapy**. Springfield, Illinois: Charles C. Thomas Publisher, 1987.

_____. **Definindo musicoterapia**. Rio de Janeiro: Tradução: Mariza Velloso Fernandez Conde. 2ª ed. Enelivros, 2000.

CARPENTE, John A. **The individual music-centered assessment profile for neurodevelopmental disorder**. North Baldwin, NY: Regina Publishers, 2013.

COSTA, Clarice Moura. **O despertar para o outro**. 1ª. Edição: Summus Editorial. 1989.

COVRE, Josiane Fernanda. **Contribuições da Musicoterapia para a comunicação de crianças com alterações da linguagem**. Goiânia, GO: Universidade Federal de Goiás, Escola de Música e Artes Cênicas (EMAC). Programa de Pós-Graduação em Música. 2015.

FAP. **Centro de Atendimentos e Estudos em Musicoterapia**. Disponível em:

<<http://www.fap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=129>. Acesso em: 31 de julho de 2017.

GATTINO, Gustavo. S.: Walter FF, Schüler-Faccini L. **Fundamentos sobre validade para o campo musicoterapêutico**. Salvador, BA: In: Musicoterapia ABd, editor. X Encontro Nacional de Pesquisa em Musicoterapia. Associação Baiana de Musicoterapia. 2010.

_____. **Musicoterapia aplicada à avaliação da comunicação não verbal de crianças com transtornos do espectro autista: revisão sistemática e estudo de validação**. Porto Alegre, RS: Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Medicina, Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente, 2012.

NORDOFF, Paul & Robbins, Clive. **Creative music therapy**. New York, NY: The John Day Company, 1977.

PIAZZETTA, Clara Márcia e CRAVEIRO DE SÁ, Leomara. **Musicalidade Clínica em Musicoterapia um estudo transdisciplinar sobre a constituição do musicoterapeuta como um “ser musical e clínico”**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Música da Escola de Música e Artes da Universidade Federal de Goiás, Goiania, Março 2006.

SANTANA, Allana G. M., SHIMOZE, Fabiane M., IKUTA Clara Y. **A experiência do uso da escala Individualized music therapy assessment profile (IMTAP) em pacientes com paralisia cerebral**, Revista Brasileira de Musicoterapia - Ano XVII nº 19 ANO. 2015.

SILVA, Alexandre Mauat da. **Tradução para o português brasileiro e validação da escala Individualizedmusictherapy assessment profile (IMTAP) para uso no brasil**. Dissertação de Mestrado, UFRGS. Porto Alegre, RS. 2012.



PROJETO DE ENSINO “LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL”: REFLEXOS À FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL

Ana Paula Costa Furman (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus de Campo Mourão, apfurman08@gmail.com
Adriana Beloti (Orientadora), adriana.beloti@unespar.edu.br
Unespar/Campus de Campo Mourão, adriana.beloti@unespar.edu.br

Palavras-chave: Formação Docente Inicial. Escrita. Revisão e reescrita.

INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa discute sobre as práticas de escrita realizadas com os estudantes do primeiro ano do Curso de Letras, das turmas de 2015 e 2016, por meio do projeto de ensino “Leitura e Produção Textual”, o qual foi incluído no curso como parte integrante da matriz curricular, sendo desenvolvido em parte da carga horária da disciplina de Língua Portuguesa I. Por meio deste trabalho, objetivamos estudar as práticas discursivas de leitura e escrita, realizadas por meio do referido projeto de ensino, para analisar o desenvolvimento dos estudantes no que diz respeito à capacidade linguístico-discursiva e à constituição de sua escrita e, assim, as contribuições para sua formação docente inicial e formação de sujeito sócio, histórico e ideológico, que pode atuar de maneira adequada, a partir de textos escritos, em diferentes situações de interação verbal social.

Acompanhar e analisar o trabalho desenvolvido pelo projeto de ensino “Leitura e Produção Textual” é relevante, porque podemos perceber qual a sua pertinência ao Curso de Letras, a fim de levantar dados e análises que possibilitem uma reflexão quanto a suas contribuições para a formação dos estudantes no que tange à leitura e à escrita. Ao constatar que o projeto é uma iniciativa positiva e, efetivamente, contribui para a constituição teórica, metodológica e prática de tais práticas discursivas, podemos oferecer dados que possibilitem reflexões sobre a escrita no Ensino Superior.

Para a realização desta pesquisa, o aporte teórico de sustentação corresponde ao do projeto de ensino estudado e analisado, que se pauta na concepção de linguagem como processo de interação (PERFEITO, 2005; ANTUNES, 2003), na perspectiva discursiva de leitura (ORLANDI, 2012) e no conceito de escrita como trabalho (FIAD; MAYRINK-SABINSON, 1991). O estudo desse mesmo aporte teórico do projeto de ensino é necessário para que possamos analisá-lo, acompanhá-lo e contribuir para o seu aprimoramento. Além disso, são esses estudos que possibilitam as reflexões acerca dos textos produzidos pelos acadêmicos, que se constituem como *corpus* de análise da pesquisa.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Primeiramente, apresentaremos uma discussão acerca do aporte teórico da pesquisa; na sequência, discorreremos sobre a metodologia do trabalho realizado, os resultados que foram obtidos, a conclusão e, por fim, as referências.

DISCUTINDO SOBRE A ESCRITA E A LEITURA

As práticas desenvolvidas no projeto de ensino “Leitura e Produção Textual”, no primeiro ano do Curso de Letras, ancoram-se na concepção de linguagem como processo de interação, pois parte do entendimento de que todo trabalho relacionado ao ensino e aprendizagem de língua portuguesa necessita de uma concepção que dê subsídio e embasamento teórico-metodológico. Assim sendo, para acompanhar e analisar as práticas desenvolvidas nesse projeto de ensino, nossa pesquisa também parte da concepção interacionista de linguagem, a qual considera que sujeitos sócio, histórico e ideologicamente constituídos realizam um trabalho coletivo de linguagem “[...] em sua natureza sócio-histórica e, então, ‘como uma ação orientada para uma finalidade específica [...] que se realiza nas práticas sociais existentes, nos diferentes grupos sociais, nos distintos momentos na história.’” (PERFEITO, 2005, p. 47). Isso implica em não concebermos a língua, simplesmente, como uma unidade invariável, um conjunto abstrato de formas, um ato individual ou um instrumento de realização da comunicação, mas como meio pelo qual ações são realizadas sobre o outro, em um trabalho interativo, pois, segundo Antunes (2003, p. 42), a língua “[...] se atualiza a serviço da comunicação intersubjetiva, em situações de atuação social e através de práticas discursivas [...]”. Ou seja, a língua sempre se renova em função dos diferentes usos que fazemos dela, conforme as diversas situações de interação verbal social.

A partir dos estudos da concepção interacionista de linguagem, existem diversos conceitos correlacionados, dentre eles, o de leitura em uma perspectiva discursiva (ORLANDI, 2012). Conceber a leitura dessa forma, implica em irmos além da leitura no nível da decodificação e reconhecimento dos signos linguísticos que compõem um texto, bem como no nível da interpretação, apenas reconhecendo o código, o que está comunicando e estabelecendo relações na superficialidade linguística, pois entendemos que a leitura não se restringe a um único sentido dado no texto ou pelo autor e, nem mesmo, limita nossa produção de sentidos. Isso não permitiria que o aluno pudesse desenvolver seus conhecimentos, mas o restringiria, pois caberia a ele ser o receptor de um saber dado e pronto. Isto é, o aluno não teria seu espaço de atuação no trabalho de leitura.

Sendo assim, na concepção discursiva, a leitura é dialógica, chegando ao nível da compreensão, em que pode haver relação entre autor, leitor, texto e outro(s) texto(s), considerando o contexto histórico, social, ideológico, político, econômico em que os sujeitos estão inseridos, isto é, considerando fatores extralinguísticos para a leitura do texto. No trabalho dialógico de leitura, são ativados os conhecimentos prévios que estão armazenados na memória de cada sujeito, experiências vivenciadas e leituras realizadas que mobilizam a produção de diferentes significados. Isso significa que essa produção de sentidos pode ser variável, pois cada sujeito possui constituição e

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

especificidades próprias que o permite realizar certas leituras e não outras, ainda que toda e qualquer leitura seja marcada pelas possibilidades materializadas no texto.

O processo da leitura passa pela decodificação e interpretação, para que possa chegar à compreensão, a essa mobilização dos sentidos e possibilitar um resgate das condições sócio-históricas e ideológicas do texto e, assim, os diferentes discursos que são produzidos. Por isso, a exterioridade e a historicidade fazem-se pertinentes e parte integrante desse processo de coprodução de sentidos, pois “A leitura é produzida em condições determinadas, ou seja, em um contexto sócio-histórico que deve ser levado em conta.”, como afirma Orlandi (2012, p.114). É importante conceber a leitura nessa perspectiva discursiva, porque permite espaço de atuação do leitor, o qual pode produzir vários e diferentes sentidos de acordo com a sua constituição, estabelecendo determinadas relações e não outras, a partir daquilo que a materialidade textual permite. Essa concepção interfere no trabalho de leitura com os alunos pelo fato de possibilitar que seja desenvolvida a capacidade de reconhecimento dos diferentes posicionamentos, das diferentes vozes que estão presentes nos discursos da sociedade que se materializam em textos. A compreensão dos mais diferentes textos e o posicionar-se, a partir deles, é o trabalho que a leitura na perspectiva discursiva busca efetuar, possibilitando, assim, o desenvolvimento de sujeitos críticos e atuantes nos mais diversos espaços da sociedade.

Uma das práticas do projeto de ensino em análise corresponde ao trabalho de produção textual, pautado na concepção de escrita como trabalho. Ao considerar essa prática pela perspectiva discursiva de linguagem, deixamos de conceber a escrita como dom e como consequência (SERCUNDES, 2004), pois ambas correspondem a um trato tradicional da língua e, assim, não resultam em um trabalho relevante e produtivo, não proporcionam reais condições para o processo de constituição da escrita de um sujeito. A concepção de escrita como trabalho, que acreditamos propiciar essa constituição, é proposta por Fiad e Mayrink-Sabykson (1991), as quais afirmam que

Assumindo que a linguagem é construída pela interação entre os sujeitos, entendemos que, na modalidade escrita de linguagem, essa construção envolve momentos diferentes, como o de planejamento de um texto, o da própria escrita do texto, o da leitura do texto pelo próprio autor, o das modificações feitas no texto a partir dessa leitura (FIAD; MAYRINK-SABYNSON, 1991, p.55).

Assim, esse trabalho com a escrita não concebe o texto como um produto pronto e acabado, mas como uma atividade decorrente de um processo que envolve quatro etapas distintas. A primeira corresponde ao momento de planejar a produção do texto, com base nas condições estabelecidas anteriormente para essa atividade, por meio de sistematização, rascunhos, tópicos ou, ainda, mentalmente. Como próximo momento, temos a escrita propriamente dita, em que materializamos aquilo que foi planejado na etapa anterior, lançando mão dos recursos linguísticos e gramaticais, por exemplo. Na continuidade desse processo, há a revisão, o trabalho de reflexão e análise para constatar se o texto produzido atende às condições estabelecidas e ao que foi proposto no planejamento e, ainda que esteja adequado, se é possível desenvolver as ideias apresentadas, para um resultado mais

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

produtivo, considerando as condições da proposta de produção. Por fim, temos a atividade de reescrever o texto, buscando adequar à situação de interação, a partir dos aspectos levantados na revisão. Vale ressaltar que as etapas de revisão e reescrita são processuais e recursivas (MENEGASSI, 1998), pois a todo momento pode-se voltar para o texto procurando perceber se o processo está sendo encaminhando de acordo com o que foi estabelecido para a produção.

A revisão é um aspecto muito pertinente no trabalho de constituição da escrita e desenvolvimento da capacidade linguístico-discursiva. Por meio dela, pode-se analisar, primeiramente, se o texto está de acordo com as condições de produção e com o comando – atendendo aos seis elementos: finalidade, interlocutores, gênero discursivo, suporte, circulação e posicionamento social (MENEGASSI, 2010) -, se está coeso e coerente, como também, se o conteúdo pode ser desenvolvido de alguma maneira, propiciando que o texto cumpra suas finalidades e funções sociais e comunicativas. A revisão efetuada pelo professor, a qual propicia um encaminhamento e direcionamento à produção textual do aluno, dá continuidade à interação e, dessa maneira, o professor atua como coprodutor do texto de seu aluno e não somente como corretor ou avaliador.

Tanto a revisão, quanto a reescrita são estratégias metodológicas e práticas que propiciam, de maneira significativa, a interação e o papel ativo entre os sujeitos envolvidos no processo de constituição da escrita. Posterior a isso, é na reescrita que todas as reformulações podem ser efetuadas ou não, cabendo tal escolha ao produtor do texto. Essa atividade é importante para a constituição da escrita, pois, como Jesus (2004) salienta, a reescrita deveria ser percebida como um trabalho cuja finalidade é explorar as possibilidades de realização da língua, já que é um meio pelo qual a interação acontece. Desse modo, o desenvolvimento linguístico-discursivo do aluno pode efetuar-se.

Como discutimos anteriormente, o professor cumpre papel significativo no processo de constituição da escrita de seu aluno ao assumir a tarefa de revisar o texto e não apenas avaliá-lo ou corrigi-lo (BELOTI, 2016) e, assim, assumir a posição de coprodutor do texto. Para essa atuação, há quatro tipos de correções que podem ser utilizados pelo professor na revisão do texto do estudante: as correções indicativa, resolutive e classificatória, propostas, inicialmente, por Serafini (1987), e textual-interativa, apresentada por Ruiz (2010).

A correção indicativa permite que o professor indique e marque palavras, acentos, períodos, entre outros elementos linguísticos e gramaticais que estão inadequados no texto. Essa correção efetua-se, na maioria das vezes, pontualmente no corpo e/ou na margem do texto, desse modo, não exige que o aluno realize uma grande alteração em seu texto, apenas no local específico que foi indicado. Esse tipo de correção pode não permitir que o aluno reflita sobre o que foi marcado como inadequado pelo revisor, porque, como isso está apenas destacado em seu texto por meio de um círculo, grifo ou qualquer que seja o tipo de indicação, ele pode entender ou não qual a razão daquela correção e não acatá-la em sua revisão e reescrita, interferindo diretamente no processo de desenvolvimento de sua capacidade linguístico-discursiva.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Na correção resolutiva, o próprio professor realiza a correção das inadequações, no corpo, na margem ou no pós-texto, que pode ser de palavras, frases ou períodos inteiros. Isso significa que ele assume a função de reescrever, ao acrescentar, retirar, substituir ou deslocar partes do texto do estudante. Pelo fato de o professor já resolver aquilo que precisa ser modificado no texto, a fim de adequá-lo, essa correção pode não possibilitar que o aluno compreenda o motivo de tal alteração e apenas acate ou ignore essa resolução em sua revisão e reescrita, não refletindo sobre os motivos de tal revisão.

Outro tipo de correção é a classificatória, pela qual o professor identifica os erros, geralmente linguísticos e gramaticais, realizando uma certa classificação, que ocorre por meio de um conjunto de códigos e símbolos, que são, na maioria das vezes, as iniciais de um termo metalinguístico alusivo à natureza da inadequação encontrada. Esse conjunto de códigos é acordado entre os sujeitos envolvidos, para que aquilo que precisa ser revisado e reescrito seja classificado no texto. A correção classificatória pode não ser compreendida pelo aluno, levando-o a não revisar e reescrever seu texto a partir daquilo que foi apontado, por isso, é preciso que o professor atente-se quanto a sua correção, a fim de que ela não seja muito ampla, ambígua ou vaga.

Na correção textual-iterativa, são efetuados bilhetes ou pequenos textos após o texto do aluno, isto é, na parte inferior da folha, mas nada impede que também sejam realizados na margem ou no corpo do texto. Esse tipo de correção trata da tarefa de revisão por parte do aluno e de correção do professor. O seu conteúdo pode estar relacionado tanto ao aspecto linguístico e gramatical, quanto ao discursivo do texto, isso significa que, por meio de apontamentos, comentários e questionamentos (MENEGASSI; GASPAROTTO, 2016), é possível que o professor oriente a reflexão de seu aluno quanto às inadequações que precisa revisar e reescrever, bem como, ao conteúdo que pode ser desenvolvido, propiciando um texto que cumpra a finalidade, função social e comunicativa. É característica desse tipo de correção a troca de turno efetuada por meio da “[...] interlocução aluno-produtor/professor-corretor/aluno-revisor.” (RUIZ, 2010, p. 48), propiciando, assim, a interação, um diálogo entre os sujeitos envolvidos, favorecendo à constituição da escrita desse aluno e, possivelmente, suas atuações em textos escritos nos diferentes contextos em que estiver inserido na sociedade.

A correção textual-iterativa realiza-se em três diferentes estratégias que podem ser utilizadas, conforme Menegassi e Gasparotto (2016): questionamento, apontamento e comentário. Cada estratégia busca atingir determinado(s) objetivo(s) e finalidade(s) na orientação da revisão e reescrita do texto do aluno. Desse modo, por meio delas, o professor, em sua correção, pode encaminhar a revisão e reescrita de maneira mais pertinente e significativa, considerando que são utilizadas conforme o contexto, que envolve maior ou menor proximidade entre professor e aluno, por exemplo. Ao efetuar uma correção textual-iterativa, pressupomos que a interação entre professor e aluno realmente aconteça. Contudo, ao utilizar uma determinada estratégia e não outra, o professor tem a possibilidade

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

de tornar essa correção, já de caráter dialógico, ainda mais pertinente e eficaz na orientação do trabalho de revisão e reescrita do texto, considerando os aspectos que devem ser revisados.

O questionamento é utilizado para questionar um aspecto que não está adequado, tanto em relação ao caráter linguístico e gramatical, quanto ao conteúdo. Ele pode ser efetuado, ainda, para levar o aluno a complementar partes de seu texto. O apontamento é mais usado quando a revisão e a reescrita é uma prática constante entre os sujeitos envolvidos, pois trata-se de uma maneira mais objetiva do professor efetuar a revisão para indicar a inadequação no texto do aluno, em decorrência dessa relação. É característica esse tipo de correção iniciar, geralmente, com um verbo no imperativo, indicando, assim, o que deve ser feito de maneira direta. No que tange o comentário, “Trata-se de uma revisão mais completa.” (MENEGASSI; GASPAROTTO, 2016, p. 1033), pois pode abranger um questionamento, apontamento e algum outro recurso cabível para essa situação e que seja de conhecimento dos interlocutores. Pode tratar de aspectos inadequados, do desenvolvimento textual, ser um meio de incentivar a reescrita e reconhecer o empenho/desempenho do aluno na constituição de sua escrita. Assim sendo, “[...] o comentário tende a ser o mais elucidativo e, portanto, mais compreensível ao aluno.” (MENEGASSI; GASPAROTTO, 2016, p. 1034). Essas correções que aqui foram pontuadas realizam-se na etapa da revisão pelo professor e são importantes ao estudante, por direcionar e encaminhar o desenvolvimento de sua produção textual. Assim, interferem diretamente no processo de revisão e de reescrita a ser realizado pelo produtor do texto.

Na reescrita, o estudante tem a possibilidade de efetuar algumas estratégias, a fim de atender ou não à revisão realizada pelo professor, as quais Gasparotto (2014), subsidiada em Fabre (1987 *apud* GASPAROTTO, 2014) denomina de operações linguístico-discursivas. São as operações de substituição, adição, supressão, deslocamento e uma proposta por Menegassi (1998): a operação de ignorar.

A operação de adição, como o próprio nome já diz, é realizada ao adicionar palavras, elementos gráficos ou uma nova parte ao texto, a fim de desenvolver ideias, adequar termos ou períodos. Por meio da operação de substituição, o aluno substitui determinado elemento, como acento e palavra ou, conforme a necessidade, trechos do texto, em detrimento de outros, a fim de tratar de algum conteúdo ou efetuar uma adequação linguística ou gramatical. Com a operação de supressão, uma palavra, elemento gráfico ou um trecho, que não está adequado, é retirado. O deslocamento refere-se à modificação de ordem de elementos do texto, como palavras, frases e trechos, objetivando, assim, a coerência textual. Por fim, pela operação de ignorar, o aluno pode não efetuar nenhuma adequação de seu texto, a partir da revisão realizada, por não conseguir perceber a natureza do que foi apontado, por considerar que tal modificação não é necessária, é irrelevante ou difícil de ser apropriada. A função dessas operações, de modo geral, exceto a de ignorar, é propiciar a adequação do texto à proposta de produção.

Realizar a leitura e reflexão do aparato teórico que pauta as práticas desenvolvidas no projeto de ensino é necessário e importante para que tenhamos condições de compreendê-lo e analisá-lo, por

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

meio das produções textuais dos acadêmicos e, assim, constatar a sua relevância para o Curso de Letras e para a formação desses sujeitos. Ademais, essa revisão bibliográfica, possibilita a recuperação de conceitos pertinentes para as análises e discussões feitas no decorrer do desenvolvimento do projeto de iniciação científica.

METODOLOGIA

Nesta pesquisa, analisamos o trabalho realizado pelo projeto de ensino¹ “Leitura e Produção Textual” desenvolvido nas turmas do primeiro ano do Curso de Letras de 2015 e 2016. Decidimos analisar os dois anos por acreditar que acompanhar o desenvolvimento do projeto em uma única turma não nos permitiria, talvez, perceber o seu impacto, no curso de Letras e na formação dos estudantes, de maneira mais abrangente. Os resultados que pudemos alcançar, ao acompanhar o trabalho realizado com as duas turmas, certamente, foram mais significativos do que se tivéssemos acompanhado apenas uma.

Na turma de 2015, nosso objeto de pesquisa foram os processos de produção de textos do segundo e do quarto bimestres, correspondentes ao gênero discursivo Resposta Interpretativo-Argumentativa e Comentário Crítico. A princípio, a proposta do nosso projeto era analisar a primeira produção dos estudantes no curso de Letras, contudo esta foi realizada em grupo e, por isso, optamos pela segunda produção, cuja atividade foi individual e permitiu-nos observar a especificidade e atuação de cada estudante, especificamente. Relativo à turma de 2016, as produções analisadas foram do primeiro e do quarto bimestres, conforme determinamos na proposta do projeto. A primeira produção, do gênero discurso Apresentação Pessoal, e a última produção do ano, do gênero discursivo Carta do Leitor. Na pesquisa, constatamos que um número consideravelmente pequeno de estudantes, das turmas dos dois anos, não realizaram a segunda versão dos textos. As produções destes, portanto, foram desconsiderados em nosso trabalho.

Inicialmente, lemos a primeira produção textual escrita dos estudantes do primeiro ano de 2015, realizada no segundo bimestre, a fim de obter uma visão geral desse processo de produção, bem como a atuação de cada acadêmico. Foram 29 textos, da primeira e segunda versões, e o gênero discursivo Resposta Interpretativo-Argumentativa. Após a análise, produzimos uma tabela contendo os aspectos positivos e negativos em relação à atuação dos estudantes que foram suscitados na leitura dos textos. Designamos tais pontos como: atendimento da proposta; não atendimento da proposta; estabelecimento de relações inadequadas quanto ao conteúdo; necessidade de retomar os textos/discussões antecedentes à produção; apresentação de discussões superficiais; apresentação de discussões completas; ausência de argumentação. Esse levantamento de dados foi obtido por meio da análise e comparação da primeira versão e da segunda que, ao final, resultou, também, em dados referentes à turma como um todo.

¹ Este projeto, proposto pela professora Adriana Beloti, foi aprovado pelas instâncias competentes em 2014, conforme consta no protocolado n. 7975/2014.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

O mesmo trabalho de leitura e análise foi efetuado com a última proposta de produção textual escrita do ano de 2015, do gênero discursivo Comentário Crítico. O processo de produção textual conteve apenas 21 textos, todos da primeira versão, porque, em decorrência do período de finalização de ano letivo, não houve segunda versão. Nessa produção, especificamos os pontos positivos e negativos, como: atendimento da proposta; não atendimento da proposta; estabelecimento de relações inadequadas quanto à temática; necessidade de retomar textos/discussões; apresentação de discussões superficiais; apresentação de discussões completas; ausência de argumentos. Feito isso, retomamos as análises realizadas acerca dessas duas produções para podermos refletir como foram as atuações dos estudantes do primeiro ano do Curso de Letras de 2015, no seu processo de constituição da leitura e da escrita e quanto às capacidades linguístico-discursivas.

Do trabalho realizado pelo projeto de ensino com a turma de 2016, na primeira prática de escrita, tivemos 112 produções, sendo 56 da primeira versão e 56 da segunda versão, do gênero discursivo Apresentação Pessoal, as quais foram lidas e, após, analisadas. Os aspectos que observamos neste processo foram: atendimento da proposta; não atendimento da proposta; apresentação de ideias completas; necessidade de desenvolver/completar as ideias. Referente à última produção do ano, do gênero discursivo Carta do Leitor, lemos e analisamos os 10 textos da primeira versão e os 10 da segunda. A partir disso, nesse trabalho de análise, os pontos constados como positivos e negativos trataram-se de: atendimento da proposta; não atendimento da proposta; necessidade de complementar/desenvolver as ideias; apresentação de ideias e argumentos completos; necessidade de retomar a proposta.

Concluídas as etapas de leitura e análise de todas as produções já mencionadas, voltamos a todos os resultados obtidos, a partir desse trabalho desenvolvido pelo projeto “Leitura e Produção Textual”, com o intuito de perceber as suas contribuições para a formação dos estudantes e, assim, ao Curso de Letras.

RESULTADOS DA PESQUISA

Este projeto foi realizado nas turmas do primeiro ano do Curso de Letras, dos anos de 2015 e 2016. Na primeira parte, analisamos o trabalho que foi desenvolvido na turma de 2015 e os resultados alcançados foram apresentados no relatório parcial do projeto, no início do ano de 2017. A segunda parte, correspondente às atividades de análise do trabalho realizado na turma de 2016, foi iniciada a partir do término da primeira e os resultados obtidos dessa turma em específico compõem este relatório final.

Na primeira produção textual escrita, do gênero discursivo Apresentação Pessoal, observamos na primeira versão um total de trinta e nove, dos cinquenta e oito alunos da turma, atendeu à proposta de produção, ou seja grande maioria dos estudantes. Possivelmente, o atendimento em grande parcela tenha ocorrido em função do gênero a ser produzido, Texto de Apresentação Pessoal, o qual não exigia dos alunos a leitura e compreensão de textos, mas uma breve descrição de fatos ocorridos no decorrer

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

de suas vidas relacionados à experiências durante a trajetória escolar, à escolha do Curso de Letras e quais eram suas expectativas em relação ao Curso.

A porcentagem de textos que não estavam de acordo com a proposta foi pequena, apenas dezenove. Os textos nos indicam que, em geral, os estudantes não tiveram um resultado positivo, em relação à proposta, pelo fato de não apresentarem todos os pontos que foram delimitados no comando de produção, realizando, em alguns casos, um comentário sobre sua personalidade, por exemplo, fugindo da temática que havia sido determinada à produção. Em praticamente todos os textos foi apontada a necessidade de complementação e desenvolvimento das ideias apresentadas, bem como descrição, com maiores detalhes, de algum fato relevante ao que havia sido determinado na proposta. Eles iniciavam um certo assunto e não davam continuidade, partiam para outro, sendo que, às vezes, tratava-se de algo significativo de acordo com o que foi estabelecido no comando de produção.

Ainda nesta primeira versão, observamos várias inadequações relacionadas ao aspecto linguístico e estrutural do texto, marcando lacunas na escrita dos estudantes, advindas, possivelmente, da formação antecedente a do ensino superior e que foi falha em certas questões, nesse caso, no trabalho com a escrita. Todos esses aspectos suscitados apontam para o fato de que grande parte dos alunos que ingressam no Curso de Letras precisam, ainda, trabalhar a constituição de sua escrita, para desenvolver as habilidades de escrita e a capacidade linguístico-discursiva.

Na segunda versão, os resultados foram positivos em relação ao atendimento da proposta de produção. O número de textos que estavam de acordo com a produção é significativamente maior do que aqueles que não atenderam. De cinquenta e seis textos, cinquenta e dois atingiram ao esperado e somente quatro não. Isso revela que os estudantes procuraram atender-se aos apontamentos realizados pela professora, a fim de adequar seus textos à proposta de produção. Houve um percentual positivo, também, na quantidade de textos que apresentavam ideias desenvolvidas e completas. Muitos estudantes observaram os apontamentos realizados na primeira versão e complementaram as ideias apresentadas. Para isso, por vezes, eles modificaram partes ou, ainda, quase todo o texto. Isso aconteceu, principalmente, com os textos que fugiram da proposta na primeira versão. Esses resultados são positivos, pois revelam que os estudantes compreenderam a necessidade e a importância da revisão e reescrita para o processo de constituição da escrita, de desenvolvimento das habilidades de escrita e da capacidade linguístico-discursiva.

Houve uma grande mudança da primeira para a segunda versão. Pelas alterações que os estudantes realizam em seus textos, podemos perceber que aspectos que não foram apontados pela professora também foram alterados. Conteúdos presentes na primeira versão do texto que, a princípio, não seriam pertinentes para aquela produção, foram suprimidos pelos estudantes na segunda versão. Isto é, percebendo a importância da revisão, os estudantes foram além daquilo que foi apontado pela professora e modificaram partes “desnecessárias” ou inadequadas àquela proposta de produção.

Na última produção textual do ano de 2016, do gênero discursivo Carta do Leitor, o número de estudantes que não atendeu à proposta foi quinze e que atendeu foi dezenove. Talvez esse dado esteja

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

relacionado ao gênero determinado para a escrita, Carta do Leitor, pois era necessário que os estudantes tomassem um posicionamento acerca da temática proposta, argumentassem e defendessem seu(s) ponto(s) de vista. Ocorreu que muitos estudantes não atenderam à proposta por não produzirem um texto de acordo com as finalidades, funções e características do gênero e, desse modo, não apresentaram um posicionamento e/ou fugiram da temática. As ideias que foram apresentadas, na maioria das vezes, eram muito genéricas e não poderiam ser consideradas, necessariamente, argumentos para aquela situação. Assim sendo, para a grande maioria dos estudantes, foi orientada a necessidade de desenvolver as ideias apresentadas ou a complementação delas, mesmo aqueles que atenderam à proposta de produção, bem como retomar as características do gênero e o texto de apoio da produção.

Menos da metade dos estudantes entregou a segunda versão de seus textos. Talvez, isso tenha ocorrido pelo fato de que o período letivo estava próximo do fim. De qualquer maneira, analisamos os textos que foram entregues, porém, sem a correção da professora que, em função do término do ano letivo, não realizou a revisão e correção com apontamentos nos textos, especificamente. Por isso, a leitura e análise necessitaram de uma maior atenção e acuidade, a fim de perceber a atuação dos estudantes sem o auxílio das correções e apontamentos.

No que tange à análise, observamos que sete dos dez estudantes apresentaram um desenvolvimento muito significativo em relação à primeira versão. Quase todos atenderam à proposta de produção, isto é, posicionaram-se frente ao tema, apresentando seu(s) ponto(s) de vista aliado(s) a ideias que garantem a questão argumentativa do texto, tudo isso de acordo com as características do gênero. O número de estudantes que atendeu aos aspectos relacionados ao gênero foi muito significativo também. Dos dez textos, sete deles estavam de acordo com as finalidades, funções e características do gênero. Os resultados positivos revelam que os estudantes compreenderam a necessidade e a importância de revisar e reescrever seus textos e, por fim, que todo o trabalho realizado no projeto de ensino contribuiu para o processo de constituição da escrita, de desenvolvimento das habilidades de escrita e da capacidade linguístico-discursiva dos acadêmicos, impactando diretamente em suas práticas de escrita e, ainda, futuramente em suas práticas docentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as produções textuais escritas da turma de 2016, pudemos observar que os estudantes apresentaram certa dificuldade na produção do gênero discursivo Carta do Leitor em relação à produção do gênero discursivo Apresentação Pessoal, pois o primeiro gênero é mais complexo em alguns aspectos, como a exigência da leitura e compreensão do texto de base e a tomada de um posicionamento, com argumentos. Contudo, a partir do acompanhamento daqueles estudantes que realizaram a primeira e a segunda versões da última produção textual escrita do ano de 2016, o resultado que alcançamos foi muito positivo, pois os acadêmicos compreenderam a escrita como trabalho ao revisarem e reescreverem seus textos atentando-se ao que a professora havia apontado e ao

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

que não tinha sido apontado. Ao compararmos a primeira atuação à última, percebemos que os alunos apresentaram um desenvolvimento relacionado à capacidade de argumentação, apresentação de ideias e relação com outros textos, para além dos exigidos na proposta, e, apesar de algumas inadequações no aspectos linguístico e estrutural, o aspecto discursivo, isto é, o conteúdo dos textos, estava relacionado ao que foi estabelecido no comando de produção. Na primeira versão da Carto do Leitor, na grande maiorias das vezes, foi apontada a necessidade de desenvolver/complementar as ideias apresentadas, o que foi adequado e atendido na segunda versão.

Para concluir, percebemos que o trabalho de leitura e escrita desenvolvido no decorrer do ano de 2016, na turma do primeiro ano do Curso de Letras, foi muito relevante e pertinente à formação docente inicial dos sujeitos envolvidos, pois, por meio da análise das suas atuações, eles demonstraram desenvolvimento em relação à escrita. Certamente, esse trabalho surtirá consequências positivas em práticas de leitura e escrita na graduação, nas futuras atuações como professores de língua portuguesa e na sociedade, entre outras contribuições que fogem daquilo que a análise dos textos nos permitiram perceber, tais como a contribuição enquanto sujeitos, ao discutir as temáticas que foram estudadas em cada proposta de produção.

Assim, avaliamos que o desenvolvimento deste projeto de ensino, ao trabalhar com práticas efetivas de leitura e de escrita, permite uma formação teórica, metodológica e prática, que, em um primeiro momento, reflete na atuação dos participantes nas diversas práticas discursivas de leitura e de escrita e, em um segundo momento, implicará em suas futuras atuações como professores de língua portuguesa, pelo fato de terem realizado, efetivamente, práticas de escrita, revisão e reescrita.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, I. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BELOTI, A. **A formação teórica, metodológica e prática dos conceitos de revisão e reescrita no PIBID de língua portuguesa**. 2016. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.
- FIAD, R. S., MAYRINK-SABINSON, M. L. T. **A escrita como trabalho**. In: MARTINS, M. H. (Org.). *Questões de linguagem*. São Paulo: Contexto, 1991. p.54-63.
- GASPAROTTO, D. **O trabalho colaborativo em práticas de revisão e reescrita de textos em séries finais do Ensino Fundamental I**. 2014. 325 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.
- JESUS, C. A. de. **Reescrevendo o texto: a higienização da escrita**. In: CHIAPPINI, L (Coord.). **Aprender e ensinar com textos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 99-117.
- MENEGASSI, R. J. **Da revisão à reescrita de textos: operações e níveis linguísticos na construção do texto**. 1998. 265 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis, 1998.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

MENEGASSI, R. J.; GASPAROTTO, D. M. Revisão textual-iterativa: aspectos teóricometodológicos. **Domínios de Linguagem**. Uberlândia, v. 10, n. 3, p. 1019-1045, jul./set. 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/domíniosdelinguagem/article/view/33021/18768>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

MENEGASSI, R. J. O processo de produção textual. In: SANTOS, A. R. dos; GRECO, E. A.; GUIMARÃES, T. B. (Orgs). **A produção textual e o ensino**. Maringá: Eduem, 2010. p. 75 – 102.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Leitura**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PERFEITO, A. M. Concepções de linguagem, teorias subjacentes e ensino de língua portuguesa. In: RITTER, L. C. R.; SANTOS, A. R. (Org.). **Concepções de linguagem e ensino de língua portuguesa**. Maringá: Eduem, 2005. p. 27-79. (Coleção formação de professores EAD, n. 18).

RUIZ, E. D. **Como corrigir redações na escola**: uma proposta textual-iterativa. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2010.

SERAFINI, M. T. **Como escrever textos**. Tradução Maria Augusta Barros de Mattos, Adaptação Ana Luísa Marcondes Garcia. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

SERCUNDES, M. M. I. Ensinando a escrever. In: CHIAPPINI, L. (Coord.). In: **Aprender e ensinar com textos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 75-97.



A POLÍTICA DA UNESCO PARA A DIVERSIDADE CULTURAL A PARTIR DOS ANOS DE 1990: ANÁLISE DE DOCUMENTOS

Suzana Cristina de Freitas (PIC)
Unespar/Campus de Paranavaí, suzygunner@hotmail.com
Maria Simone Jacomini Novak (Orientadora)
Unespar/Campus de Paranavaí, msimojacomini@hotmail.com

Palavras-chave: UNESCO. Políticas Educacionais. Documentos.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve por principal objetivo principal problematizar a política da UNESCO¹ para a diversidade cultural em especial a partir dos anos de 1990, com base na análise de documentos produzidos, publicados e divulgados pela UNESCO e em parceria com outros órgãos. Enquanto objetivos específicos verificou-se a necessidade de levantar as conferências realizadas pela UNESCO a partir dos anos de 1970, sistematizar os documentos oriundos destas conferências realizadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura no período delimitado e analisar os documentos e as proposições para a educação e a diversidade cultural.

Buscou-se também realizar leituras que conferissem uma visão de como se constitui e age a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, desta forma recorremos a bibliografias que tratavam da temática.

O tema da diversidade cultural e tolerância no âmbito educacional é uma premissa que vem sendo delineada desde os anos de 1990, após a crise internacional do capital e do aumento da pobreza, é possível perceber a consolidação de uma política internacional de reconhecimento e apoio a diversidade cultural, fomentada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e organismos internacionais.

Esta política almeja fomentar ações culturais e educacionais especialmente voltadas, às chamadas minorias étnicas, mulheres, crianças, indígenas, negros e grupos que se encontram na faixa de pobreza. Propondo sua inclusão em projetos de desenvolvimento com igualdade, através da educação. Neste contexto a educação é difundida como o grande trunfo para a salvação das mazelas desses povos e dos problemas mundiais. Esses povos em sua pluralidade estão localizados nos países em desenvolvimento como os provenientes da América Latina.

¹ A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi criada em 16 de novembro de 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros – hoje são 193 países – na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades. Disponível em <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>. Acesso em 06/01/2017.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

A escolha da UNESCO como órgão internacional para a pesquisa partiu do entendimento que este órgão difunde esse novo ideário que está em construção, logo sua atuação com uma proposta de ensino que considera a diversidade cultural, postulada desde sua criação, no pós-segunda Guerra Mundial. A UNESCO vem atuando no desenvolvimento de políticas públicas visando contribuir com a paz, tolerância, equidade entre os povos e a segurança mundial.

Criada em 16 de novembro de 1945, como agência integrante da ONU, ela é responsável, na área da educação, pela organização de conferências internacionais e regionais, nas quais são elaboradas diretrizes que devem ser aplicadas pelos seus países signatários. Suas áreas de atuação são principalmente a educação, ciência, cultura e comunicações, operando como um órgão para a disseminação de consensos.

Através de seus documentos amplamente divulgados entre os países signatários vemos a ideia de urgência na necessidade da convivência pacífica entre os povos, na tentativa de criação de uma “cultura de paz”, do cuidado e respeito à diversidade das culturas e na criação de uma atitude de tolerância.

O Estado enquanto agente que lança as práticas educativas do sistema escolar, irá abordar tais considerações dos documentos elaborando diretrizes e direcionando os rumos que as instituições devem seguir. O que problematizamos nesse contexto é que em um cenário, neoliberal de crise e pobreza as instituições universais não procuram questionar as desigualdades e assuntos econômicos, mas colocam ao viés da educação e do próprio indivíduo a chave da superação das suas moléstias, colaboram assim para os mecanismos de conformidades para a reprodução social de desigualdade, pautados na intolerância das relações culturais.

Quanto à metodologia a opção adotada foi o método histórico dialético. Esta opção se justifica porque o método escolhido considera que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social.

A educação como processo histórico e cultural vai se modificando a cada período e conforme as relações humanas estabelecidas em sociedade, adaptando-se a nova realidade. É nesse entendimento de educação como produto das relações sociais, que ocorrem tanto em nível local, regional, nacional e internacional que buscou-se inserir a discussão sobre os documentos da UNESCO para a educação e a diversidade cultural.

Enquanto procedimento, este trabalho realizou-se por meio de observação indireta, porque consistiu no levantamento dos dados possíveis sobre o assunto a ser pesquisado, independentemente das técnicas utilizadas. É neste estágio da pesquisa que se objetivou recolher informações preliminares sobre o campo de interesse.

Na pesquisa bibliográfica e documental utilizou-se de um plano de trabalho que conteve uma proposta de abordagem que buscasse valorizar: conceitos, palavras-chave, ideias principais, o problema da pesquisa, os objetivos e a hipótese, seleção e organização das fontes, fichamentos, busca de autores entre os selecionados para exploração mais profunda.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

A proposta em questão teve como característica desenvolver uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, realizada através de estudo bibliográfico e documental. Os documentos foram buscados no site da UNESCO, e o estudo bibliográfico a partir de sites e periódicos que abordavam a questão.

Acerca, sobretudo da pesquisa documental é fundamental caracterizar o documento considerando as seguintes ações: observar quando e quem fez o documento, quantas partes ele tem (como é organizado), como ele trata o tema. Partindo desses pressupostos a análise documental partiu do recorte temporal dos anos 1990, momento em que o capitalismo mundial enfrentava uma crise estrutural e há nesse contexto uma disseminação maior da pobreza especialmente em países em desenvolvimento.

[...] A mundialização concernente ao capital produtivo, comercial e financeiro implicou em uma interdependência de vários países e regiões, acompanhada de uma polarização maior entre países pobres e ricos” (NOMA, 2010, p. 57)

A perspectiva adotada entendeu-se pela pesquisa crítica, e nunca com critérios, hipóteses e conceitos prontos e acabados, mas sim por uma busca constante de elementos que propiciem o entendimento do objeto, sendo assim de acordo Minayo a partir da perspectiva da pesquisa qualitativa, que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que se pode ou não deveria ser qualificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade da vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2007, p.21).

Dos dados levantados sobre as Conferências e documentos que foram elaborados pela UNESCO sobre o âmbito educacional, temos o quadro a seguir:

Documentos UNESCO	Ano
Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.	1945
A Declaração das Raças	1950
Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais.	1978
Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.	1990

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Declaração de princípios sobre a tolerância.	1995
Educação um Tesouro a Descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, Jacques Delors.	1996
Nossa diversidade criadora: Relatório da Comissão Mundial de cultura e desenvolvimento, Pérez de Cuellar.	1997
Declaração de Nova Delhi sobre Educação para todos.	1998
Educação para todos: o compromisso de Dakar.	2000
Inforna Mundial sobre a cultura: diversidade cultural, conflito e pluralismo. (2000-2001).	2000-2001
Dos valores proclamados aos valores vividos: traduzindo em atos os princípios das Nações Unidas e da UNESCO para projetos escolares e políticas educacionais. Cadernos da UNESCO Brasil.	2001
Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural.	2002
Construindo um futuro comum: educando para a integração na diversidade.	2002
Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais e artísticas.	2005
Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais.	2006
Informe mundial. Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural.	2010

Considerando que foram levantados 16 documentos ao todo, para o desenvolvimento do artigo fez-se necessário o recorte em relação ao estudo de alguns destes, nesse caso o trabalho abordará mais enfaticamente os direcionamentos existentes na Constituição da UNESCO (1945); A Declaração das Raças (1950); Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais (1978); Declaração de princípios sobre a tolerância (1995) e Educação um Tesouro a Descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, Jacques Delors (1996).

CONTEXTO E SURGIMENTO DA UNESCO

A criação da UNESCO ocorre no momento em que o mundo vivenciava a bipolarização, sob tensão do pós Segunda Guerra Mundial. Enquanto elemento oriundo das relações sociais, a educação passa por mudanças e novas perspectivas que irão ser incorporadas. Segundo EVANGELISTA (2002):

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

[...] processar-se-á a construção de uma perspectiva de educação tecnicada, a ser enriquecida permanentemente pelos desenvolvimentos da ciência e da tecnologia. A noção de uma educação capaz de, adequar-se aos progressos técnicos da civilização, à medida que eles se concretizam, responder às exigências do progresso técnico e da produção por ele possibilitada. (EVANGELISTA, 2002, p. 40)

Importante salientar que toda a produção desses documentos sejam exclusivamente produzidos pela UNESCO ou em parceria com outras instituições estão inseridos em um contexto, um momento histórico de referência por isso a necessidade de conhecer o cenário político e econômico que dão base a elaboração dos mesmos.

Diante de tal cenário a UNESCO como agência integrante da ONU, responsável, pela organização de conferências internacionais e regionais que discutem sobre a educação, nas quais são elaboradas diretrizes que devem ser aplicadas pelos países integrantes, veremos a construção de um novo modelo educacional a ser seguido, mediante o ajustamento ao cenário mundial. Diante disto a UNESCO atua:

[...] como uma instituição que fixa padrões, trabalha para tecer consensos universais sobre temas emergentes, constituindo-se em um fórum central disseminador, para a região latino-americana e caribenha, de princípios e orientações gerais para a educação. (NOMA, 2010, p. 55).

A partir dos anos 1990, muitos países em especial da América Latina realizaram reformas quanto a currículos, formação docente, legislação, planejamento, ou seja, diversas áreas do sistema de ensino, mas isto sob a orientação das agências internacionais. Este processo de “remodelamento” educacional se dá pelo viés de que à educação é condição necessária e estratégica para a redução das desigualdades sociais e da pobreza cada vez mais latentes num sistema capitalista neoliberal. Essas reformas tiveram influência direta das agências multilaterais como a UNESCO e o Banco Mundial².

Em especial as publicações e documentos da UNESCO vão discutir e divulgar abordagens sobre a diversidade cultural, o multiculturalismo e a interculturalidade. Notamos que o conceito de tolerância é o que mais se destaca diante da análise dos documentos que tratam da temática.

Segundo Faustino e Carvalho (2015), a retomada da ideia liberal clássica de tolerância, elaborada no período de formação da sociedade capitalista, traz agora nos discurso das políticas educacionais internacionais e nacionais produzidas a partir dos anos de 1990, a finalidade de promover a coesão social.

² O Banco Mundial é uma organização internacional que surgiu da Conferência de Bretton Woods (1944) para atender às necessidades de financiamento da reconstrução dos países devastados pela Segunda Guerra Mundial. O nome oficial da instituição criada em Bretton Woods era "Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento" (BIRD). A instituição, que se capitalizou a partir da venda de títulos ao mercado garantidos pelos países membros, mudou gradualmente seu foco para os países em desenvolvimento, muitos dos quais se tornaram nações independentes no pós-Guerra. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/120-banco-mundial>. Acesso em 06/01/2017.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Na Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura adotada em Londres, em 16 de novembro de 1945, argumenta em suas primeiras premissas:

Que uma vez que as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz; [...]Que a grande e terrível guerra que acaba de chegar ao fim foi uma guerra tornada possível pela negação dos princípios democráticos da dignidade, da igualdade e do respeito mútuo dos homens, e através da propagação, em seu lugar, por meio da ignorância e do preconceito, da doutrina da desigualdade entre homens e raças; Que a ampla difusão da cultura, e da educação da humanidade para a justiça, para a liberdade e para a paz são indispensáveis para a dignidade do homem, constituindo um dever sagrado, que todas as nações devem observar, em espírito de assistência e preocupação mútuas; [...] (CONSTITUIÇÃO, 1945, p. 2).

Analisando esse trecho da Constituição o questionamento surge, a Guerra é motivada apenas por questões raciais? De preconceito? Coloca-se em pauta apenas o viés político e não argumenta o fator econômico que está atrelado as guerras.

Faustino e Carvalho (2015), apontam que após a segunda Guerra Mundial, destaca-se a criação, pelo bloco capitalista, de instituições responsáveis por disseminar uma política de paz mundial e estabilidade político-econômica. Organismos internacionais como a ONU³ adquiriram e seguindo a lógica do sistema de mercado, tornaram-se responsáveis por políticas públicas de tolerância e respeito às diferenças culturais.

OS DOCUMENTOS INTERNACIONAIS E SEUS DIRECIONAMENTOS

Informações constantes no documentos internacionalmente divulgados, como o Relatório Delors (UNESCO, 1996), e nacionais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais no Brasil (BRASIL, 1996), ficaram encarregados de levar práticas de tolerância, visando à construção da “cultura da paz”. Isto perpassa e irá refletir em recomendações desde metodologia de ensino a formação docente.

Documentos como a Declaração dos Princípios de Tolerância (1995) e Educação um Tesouro a Descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, Jacques Delors (1996), disseminam os novos rumos que a educação, para seguir no caminho da “cultura de paz”.

Nessa perspectiva segundo Fernandes (1960, p.xiv, apud EVANGELISTA, 2002, p. 203):

Não existe democracia racial efetiva, onde o intercâmbio entre os indivíduos pertencentes a “raças” distintas começa e termina no plano da tolerância convencionalizada. Esta pode satisfazer as exigências do “bom-tom” de um

³ A ONU (Organização das Nações Unidas) foi fundada no dia 24 de outubro de 1945, em São Francisco, Estados Unidos. O encontro intitulado de Conferência de São Francisco, realizado entre os dias 25 e 26 de abril de 1945, tinha como finalidade debater acerca da substituição da Liga das Nações por um organismo mais completo e contar com a participação de todos os Estados independentes. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/geografia/onu.htm>. Acesso em: 06/01/2017.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

discutível “espírito cristão” e da necessidade prática de “manter cada um em seu lugar”. Contudo, ela não aproxima realmente os homens senão na base da mera coexistência no mesmo espaço social e, onde isso chega a acontecer, da convivência restritiva, regulada por um código que consagra a desigualdade, disfarçando-a e justificando-a acima dos princípios de integração da ordem social democrática.

Na Constituição da UNESCO elaborada em 1945, evidencia-se em suas primeiras premissas o delineamento de seu projeto, da organização que surge na necessidade de criação de uma rede onde as nações fundamentem a paz na cooperação intelectual e moral da sociedade. Colocando a educação como instrumento de regulação social, incumbindo que por meio desta, sejam eliminadas as barreiras de desigualdades entre os povos do mundo.

Os documentos que serão elaborados nos anos seguintes pela organização, seguem a linha de livre circulação de fluxo de ideias e publicações internacionais, nas quais os meios de massa devem ser responsáveis para “[...] avançar o ideal de igualdade de oportunidades educacionais, sem levar em consideração raça, sexo ou quaisquer distinções, de natureza econômica ou social”.

A UNESCO deve lidar com interesses conflitantes e já na década de 1950 faz-se necessário focalizar o centro das discussões em torno da questão racial. Assim, cientistas de vários campos da ciência elaboraram as primeiras declarações, em primeiro momento sobre a raça, sobretudo na década de 1950 e, posteriormente nos anos 1970. Estes últimos documentos são elaborados num período que culminava com as primeiras medidas de segregação (apartheid) na África do Sul. Notamos assim como os documentos são elaborados de forma a atender as questões conflitantes mundiais.

A Declaração das Raças da UNESCO de 18 de julho de 1950, aponta em suas primeiras linhas, que a humanidade pertence a apenas uma espécie humana, *Homo Sapiens*, delimita que as semelhanças entre os homens são maiores que suas diferenças e essas caracterizam-se mais por manifestações culturais, do que biológicas. Perpetua que caráter e personalidade não dependem de raça, e por isto nenhum grupo deve se considerar superior. Além do mais a miscigenação entre etnias diferentes, geneticamente não perpetua nenhum “efeito biológico nefasto”, e que o casamento entre povos diferentes não deve ser negligenciado. No seu item quatorze, deixa implícito que a Guerra que findou-se deu-se por motivos fúteis, ligados a preconceitos e intolerância ao diferente, excluindo os interesses econômicos.

14 – Convém distinguir entre a “raça”, fato biológico, e o “mito da raça”. Na realidade, a “raça” é menos um fenômeno biológico do que um mito social. Esse mito tem feito um mal enorme no plano social e moral; ainda há pouco, custou inúmeras vidas e causou sofrimentos incalculáveis. Tem impedido o desenvolvimento normal de milhões de seres humanos e privado a civilização da colaboração efetiva de espíritos criadores. Ninguém deveria prevalecer de diferenças biológicas entre grupos étnicos para praticar o ostracismo ou tomar medidas coletivas. O essencial é a unidade da humanidade, tanto do ponto de vista biológico como do ponto de vista social. Reconhecer esse fato e pautar a sua conduta por ele, tal é o dever primeiro do homem moderno. (UNESCO, 1978, p.3)

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Em meados da década de 1950 estudos e pesquisas foram realizados no Brasil nas regiões Sudeste e Nordeste, já que internacionalmente tinha-se a visão de um país que convive em harmonia com as diversidades, especialmente com a população negra. Questionamentos levantados como estes estavam se integrando a sociedade brasileira que passava por um processo de expansão urbana, o resultado de tais pesquisas refletem que o país não era no período um local livre para a democracia racial, já que a população negra ficava as margens de tais transformações urbanas.

A segunda declaração aprovada e proclamada em Paris na 20ª reunião, em 27 de novembro de 1978, a “Declaração sobre raça e os preconceitos raciais” de 1978 já denota que o mundo passa por transformações no processo de descolonização e de outras mudanças históricas é preciso então recuperar a soberania desses povos, antes vivendo sob o julgo do colonialismo, agora precisam ser respeitados e devem adquirir sua autonomia. Atendendo aqui também o interesse do livre comércio do capitalismo.

No seu 1º artigo a declaração afirma que todos os seres humanos pertencem à mesma espécie e origem, os quais nascem iguais em dignidade e direitos e fazem parte integrante da humanidade, esta humanidade que deve ser uma unidade. Nesse segmento já aponta que os meios de comunicação devem divulgar esses novos preâmbulos (podemos notar como os meios de comunicação de massa desempenham papel marcante, na divulgação de ideologias).

Os livros e a formação docente devem trazer essas novas premissas, uma vez que os profissionais da educação serão incumbidos de levar as novas concepções de mundo a crianças e jovens. O Estado deve adotar medidas se necessárias via legislativa e especialmente atuar nas áreas de educação, cultura e informação.

Notamos a ênfase que se coloca, quanto a geração dos conflitos entre os povos, que este dá-se especificamente sobre questões de preconceito e intolerância, todavia, as maiores diferenças entre os povos num sistema capitalista está associada em relação a disparidades econômicas.

O artigo 9º desta declaração traz a educação como responsável por favorecer os grupos economicamente desfavorecidos, nos âmbitos da educação, área social, saúde, habitação e profissional. Interessante mencionar que este mesmo artigo trata dos povos migrantes que devem ter medidas e ações que garantam seus direitos básicos.

[...] Devem ser tomadas medidas especiais a fim de garantir a igualdade em dignidade e direitos dos indivíduos e dos grupos humanos, onde quer que sejam necessários, evitando dar a essas medidas um caráter que possa parecer discriminatório sob o ponto de vista racial. A esse respeito, deverá ser dada uma atenção particular aos grupos raciais ou étnicos social e economicamente desfavorecidos, a fim de garantir-lhes um plano de total igualdade sem discriminações ou restrições, a proteção das leis e dos regulamentos, assim como os benefícios das medidas sociais em vigor, em particular no que diz respeito ao alojamento, ao emprego e à saúde, de respeitar a autenticidade de sua cultura e de seus valores, e de facilitar, especialmente através da educação, sua promoção social e profissional. Os

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

grupos de povos de origem estrangeira, em particular, os trabalhadores migrantes e suas famílias que contribuem a desenvolvimento do país que os acolhe, deverão beneficiar-se com medidas adequadas destinadas a garantir-lhes a segurança e o respeito de sua dignidade e de seus valores culturais, e a lhes facilitar a adaptação ao meio ambiente que lhes acolha e a promoção profissional, com o objetivo de sua reintegração ulterior ao seu país de origem e a que contribuam ao seu desenvolvimento; também deve ser favorecida a possibilidade de que sua língua seja ensinada aos seus filhos. Os desequilíbrios existentes nas relações econômicas internacionais contribuem para exacerbar o racismo e os preconceitos raciais; como consequência, todos os Estados deveriam esforçar-se na contribuição da reestruturação da economia internacional sobre a base de uma maior igualdade. (UNESCO, 1978, p.3)

A partir da década de 1990, por meio da análise de textos legais do período, há uma tendência nas ações estatais para a integração do público atendido pela Educação Especial na rede regular de ensino. Entre esses documentos temos a Conferência de Jomtien (Tailândia), em março de 1990, que promulga a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos- Jomtien-1990”, na qual o Brasil, participa e não por acaso o MEC, em 1990, passou a considerar a educação especial no contexto da educação para todos. Nesse sentido, é interessante considerar que a inserção da educação especial nesse contexto tem uma relação com o fato de o Brasil ter sido signatário da Conferência Mundial Sobre Educação.

Vejamos como os delineamentos da educação brasileira são pautados e influenciados por organismos internacionais. Observando o fragmento do artigo 3º da Declaração dessa Conferência na qual trata “Universalizar o Acesso à Educação e Promover a Equidade”

[...] Da Educação [...]. As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo [...]. (UNESCO, 1998, p. 2)

Outorgou-se então a necessidade do acesso à educação às pessoas com “todo e qualquer tipo de deficiência”, definindo-se, inclusive, que essa ação deve ocorrer “como parte integrante do sistema educativo” a Declaração de Jomtien, apesar de ser bastante ampla e generalista, objetivou garantir o direito à educação especial e responsabilizar as autoridades dos países signatários por essa tarefa. Entendemos que, dessa forma, a citada Declaração impulsionou uma série de ações que, apesar de limitadas, trouxeram avanços na educação especial, no Brasil, na década de 1990.

Tais documentos mostram como as deliberações internacionais vão traçando os rumos da educação nos países signatários da UNESCO, especialmente os em situação periférica. Vejamos o caso do Brasil que a partir da Declaração de Jomtien esboça os primeiros passos para uma educação inclusiva, notamos como os documentos internacionais são referência para as políticas públicas e diretrizes educacionais.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em novembro de 1995, quando na 28ª reunião em Paris, a Declaração de Princípios sobre a Tolerância é promulgada, esta traz o significado de tolerância e o papel do Estado para divulgar a cultura de paz e harmonia que deverá substituir a cultura de guerra. Podemos trazer à tona um possível questionamento em que ponto essa harmonia não esconde uma velada, adaptação, trazendo sobre o viés de harmonia e cultura de paz uma visão de adaptação ao sistema imposto.

Locke (1632-1704) e Voltaire (1694-1778) autores clássicos do pensamento Liberal, já proclamavam e publicavam os primeiros escritos sobre o princípio de tolerância e respeito as diferenças para o crescimento econômico.

[...] No campo da economia, no início do século XXI, os interesses expansionistas de mercado têm conduzido a uma nova forma de imperialismo, pautado particularmente no predomínio do capital financeiro e em novos mecanismos de “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2005), levando, cada vez mais, os países das economias centrais a se militarizarem e encontrar nas guerras e na coerção as principais estratégias de domínio, exploração e controle econômico. [...] A ideia de tolerância para a paz tem sido revitalizada e difundida por organismos e organizações internacionais como uma estratégia de pacificação dos movimentos que explicitam a contradição e a incapacidade do sistema capitalista de conciliar acumulação com justiça social. (FAUSTINO; CARVALHO, 2015, p. 69)

Seguindo o pensamento (defendendo os interesses da burguesia), para Locke, o Estado ao promover os princípios de tolerância prega a ideia de um sistema que aceita e integra a todos, provendo liberdade das pessoas. Na abordagem liberal os problemas sociais são canalizados para as questões culturais e religiosas. A intolerância expressaria as causas de violência, exclusão e desigualdades.

O cenário dessa Declaração dos Princípios da Tolerância decorre no apelo à tolerância provocado pelas das incertezas diante dos mercados flexíveis e contratos de curto prazo, as inseguranças crônicas no emprego. Acirram-se os protestos sociais a partir dos anos de 1990, a exemplo dos movimentos em favor dos direitos civis na América Latina. Nesse cenário da força de trabalho descartável, buscam-se outras institucionalidades para preencher o vazio deixado pelas instituições sociais (Estado, família, partidos políticos, etc.).

As organizações internacionais buscam dar aos movimentos uma conotação cultural, ocultando ou secundarizando as questões econômicas. No período, os países membros foram mobilizados a discutir o tema da tolerância, do que resultou a aprovação da Declaração de Princípios Sobre a Tolerância. (FAUSTINO; CARVALHO 2015, p. 75)

Conforme as autoras, coube à educação, por meio de documentos internacionais, como o Relatório Delors (UNESCO, 1996), cuja produção se iniciou em 1993, e nacionais como os

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Parâmetros Curriculares Nacionais no Brasil (BRASIL, 1996), promover práticas de tolerância, visando à construção da “cultura da paz”.

A construção destes documentos estão ajustados em um cenário econômico neoliberal a sociedade advinda por momentos de complexas transformações, crises e lutas vai ter nos documentos educacionais o princípio de que o respeito as suas diversidades trarão uma convivência mais pacífica e justa, e que cabe a educação a construção desta cultura de paz.

A educação tem, pois, uma especial responsabilidade na edificação de um mundo mais solidário, e a Comissão pensa que as políticas de educação devem deixar transparecer, de modo bem claro, essa responsabilidade. É, de algum modo, um novo humanismo que a educação deve ajudar a nascer, com um componente ético essencial, e um grande espaço dedicado ao conhecimento das culturas e dos valores espirituais das diferentes civilizações e ao respeito pelos mesmos para contrabalançar uma globalização em que apenas observam aspectos econômicos e tecnicistas. O sentimento de partilhar valores e um destino comuns constitui, em última análise, o fundamento de todo e qualquer projeto de cooperação internacional. (DELORS, 2001, p.49)

Não se nega o papel determinante da educação em uma sociedade, todavia o que é colocado em pauta são as lacunas que ficam presentes na elaboração e disseminação destes documentos, como a questão econômica que não é discutida nem mencionada na maioria deles.

Delegar a educação e ao indivíduo como edificação da sua salvação para uma vida mais benéfica, é criar consensos sociais de que o ser individual é o único responsável por seu sucesso ou fracasso. Ao colocar o Estado e a educação no viés da diversidade, aberta a todos como posta para solucionar as mazelas dos povos em que recaem sobre as questões de diversidade cultural e religiosa os grandes geradores de guerras e desigualdades, mas excluem de discussão as disparidades econômicas que assolam esses povos, a partilha que pregam não se aplica ao campo econômico.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

REFERÊNCIAS

DELORS, Jacques. (Org). **Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão. Internacional Sobre a Educação Para o Século XXI.**3. Editora. São Paulo, Cortez, 2001. 288p.

EVANGELISTA, Ely G. dos S. **A UNESCO e o mundo da Cultura.** Editora.UFG, Brasília. 2003. 221 p.

FAUSTINO, Rosângela Célia. CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. **Tolerância e diversidade: dos princípios liberais clássicos à política educacional dos anos 1990.** Revista Horizontes, Volume 33, nº.2, p. 67-80, Julho/Dezembro. 2015.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** Vozes. 26ª Edição. Petrópolis: 2007.

NOMA, Amélia Kimiko. UNESCO e educação no Brasil a partir da década de 1990: percursos de uma pesquisa coletiva. **Cadernos de Pesquisa Pensamento Educacional.** Vol. 5, n. 11, set.-dez. de 2010, p. 54-73.

UNESCO. **Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura** (1945). Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf>. Acesso em 01/06/2017.

UNESCO. **Declaração das Raças da UNESCO** (1950). Disponível em: http://www.achegas.net/numero/nove/decla_racas_09.htm. Acesso em 01/06/2017.

UNESCO. **Declaração Sobre a Raça e os Preconceitos Raciais** (1978). Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/.../UNESCO.../declaracao-sobre-a-raca-e-os-preconceito....> Acesso em 01/06/2017.

UNESCO. **Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos- Jomtien** (1990) Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em 01/06/2017.

UNESCO. **Declaração de Nova Delhi sobre a Educação para Todos** (1993) Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br > Acervo > Direito a Educação>. Acesso em 01/06/2017.

UNESCO. **Declaração de Princípios sobre a tolerância** (1995). Disponível em Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131524porb.pdf>. Acesso em 01/06/2017.

UNESCO. **Educação para Todos: O Compromisso de Dakar** (2000). Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>. Acesso em 01/06/2017.



AS REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS(AS): CONCEPÇÕES MÚLTIPLAS

Laiza Suelen Barroso Campos (PIC, CNPq,
Unespar/Campo Mourão, laizacamposhistoria@outlook.com
Cristina Satiê de Oliveira Pátaro (Orientadora),
Unespar/Campo Mourão, crispataro@gmail.com
Frank Antonio Mezzomo (Co-orientador),
Unespar/Campo Mourão, frankmezzomo@gmail.com

Palavras-chave: Juventude. Universidade. Política.

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa trabalhamos com as representações de jovens universitários acerca da política, buscando compreender as múltiplas relações e influências que envolvem estes sujeitos – diversas e, por vezes, desiguais –, destacando-se, portanto, a relevância de pensá-los a partir de um olhar multidimensional. No campo das Ciências Humanas e Sociais, a categoria juventude vem sendo compreendida de diferentes formas, sendo os(as) jovens ora encarados(as) a partir de uma condição de transitoriedade – tendo na vida adulta o sentido para as suas ações presentes –, ora em uma perspectiva romantizada – proveniente do florescimento, na década de 1960, da indústria cultural voltada para o jovem e que traduz a juventude enquanto um momento de liberdade, prazer e comportamentos exóticos –, ora como um tempo de instabilidade, experimentações, acertos e erros condizente com a noção de uma identidade ainda em construção (DAYRELL, 2003).

Compartilhamos do entendimento de que “[...] não se pode definir sistematicamente aonde começa e aonde termina a juventude” (FERNANDES, 2010, p. 62)¹. Ainda que haja especificidades a serem consideradas em relação aos diferentes momentos vividos pelos(as) jovens, não podemos deixar de pensar, conforme Dayrell (2003), que os critérios que constituem a juventude são históricos e culturais, ao mesmo tempo uma condição social e um tipo de representação. Assim, construir uma noção de juventude implica em não considerá-la presa a termos rígidos, e sim como um processo que ocorre de modo variado em cada sociedade e tempo histórico determinado. Entendemos os jovens enquanto sujeitos sociais que constroem seu próprio modo de ser e, portanto, consideramos “a noção

¹ Deste modo, ainda que, empiricamente, nosso recorte atenda ao critério definido pelo Estatuto da Juventude, que delimita a Juventude pelo recorte etário de 15 a 29 anos, é necessário ter em vista que este grupo não pode ser definido a partir apenas de critérios biológicos ou vinculados à idade, sendo o contexto social, econômico, familiar, político, entre outros, elementos que precisam ser considerados nessa discussão.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes” (DAYRELL, 2003, p. 42). Desse modo, não há uma cultura juvenil unitária, e sim “culturas juvenis”, que apresentam pontos divergentes e convergentes, com pensamentos e ações comuns, porém frequentemente contraditórios entre si, sendo assim compreendida enquanto uma produção de determinada sociedade, que organiza tal objeto de múltiplas formas em função das diferenças sociais e de parâmetros concretos, como dinheiro, trabalho, educação; configurando, portanto, a dimensão simbólica da categoria juventude (ABROMOVAY; ESTEVES, 2007).

Neste contexto, investigar a participação do jovem na política implica reconhecer a complexidade de um campo que é multifacetado e ainda pouco discutido (CASTRO, 2016). A relação do jovem com a política não é direta e nem mesmo natural, isto é, não se nasce um sujeito político, torna-se um, na medida em que as experiências de opressão e injustiças são percebidas não como uma ação de responsabilidade do destino, mas sim de determinados grupos e indivíduos. Não significa, certamente, que existam injustiças específicas das quais todos os jovens sofrem, uma vez que se trata, como mencionado, de um grupo heterogêneo, marcado por enormes desigualdades sociais e culturais, o que faz com que nem todos usufruam das mesmas condições, além de dificilmente se perceberem enquanto uma única categoria social que se mobiliza em torno das mesmas causas (CASTRO, 2016).

Na perspectiva de Carrano (2012), uma das características das sociedades contemporâneas está na velocidade das mudanças das quais os jovens são considerados atores-chave, ora sendo beneficiados(as) por elas, ora sofrendo prejuízos e gerando novas contradições e desigualdades sociais. Para o autor, atualmente, os(as) jovens possuem maior autonomia em relação ao mundo adulto, sendo possível observar uma via de mão dupla entre aquilo que é herdado pelos(as) jovens e aquilo que cada um(a) constrói a partir de seus repertórios culturais. Carrano compreende que um dos processos produtores das identidades contemporâneas está relacionado ao fato dos(as) sujeitos(as) se reconhecerem socialmente a partir de suas diferenças, de modo que uma das tarefas mais importantes das instituições formativas está na possibilidade de contribuir para que os(as) jovens possam realizar escolhas conscientes sobre suas trajetórias pessoais, diluindo-se, assim, o peso da tradição familiar e/ou institucional.

De acordo com Fernandes (2010), os jovens da atualidade são fortemente criticados por serem desinteressados por política, serem imagéticos ou pouco associativos para questões sociais, ao mesmo tempo em que funcionam como uma espécie de “termômetro” da vida social, sendo neles depositadas as “esperanças, ansiedades, e medos de todo o conjunto da sociedade” (2010, p. 69). Por outro lado, “é preciso reconhecer o lugar de subordinação do jovem em nossa sociedade” (MATTOS; MESQUITA, 2013, p. 478), que se dá de diferentes formas e contextos, naturalizando e não problematizando a posição hierarquicamente inferior, tutelada e imatura à qual o jovem está sujeito. Quando se fala em participação do jovem na política numa perspectiva de “dar a voz” a esses sujeitos, tem-se em geral a manutenção de suas posições nos lugares aos quais “pertencem”, de acordo com sua diferença etária, fazendo com que traga em sua condição a possibilidade de perturbação. Precisamente, não se trata de

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

uma escuta que autoriza a voz dos jovens, mas de uma voz que perturba, justamente por não se adequar àquilo que se pretende ouvir (MATOS; MESQUITA, 2013).

Desse modo, aos investigarmos a relação entre jovens e a política, é importante uma perspectiva que não se prenda a visões dicotômicas, pensando os(as) jovens como apáticos demais em relação a política, ou, por outro lado, visualizando-os como inovadores(as), sujeitos(as) da liberdade. Tais visões estereotipadas e polarizadas guardam em si uma armadilha teórica e política impeditiva de refletir sobre as juventudes a partir de uma perspectiva de processo e de complexidade (MAYORGA, 2013). Além disso, estudos que partem de tal perspectiva tendem a individualizar o discurso acerca das juventudes e/ou a pensar a sociedade numa perspectiva individualizada, o que prejudica o entendimento da relação entre indivíduo e sociedade. Conforme Mayorga:

Indagar acerca da relação entre juventude e política exige a superação dessa perspectiva dicotomizada, pois tal indagação potencializada que o olhar dos pesquisadores esteja voltado à dinâmica e ao processo da relação entre juventude e política com foco nas *interações* e não nas *partes* (MAYORGA, 2013, p. 345, grifos da autora).

Diante do exposto, a presente pesquisa tem por objetivo investigar as representações acerca da política e das formas de participação, a partir da compreensão de jovens graduandos dos cursos de licenciatura da Universidade Estadual do Paraná, Câmpus de Campo Mourão². Assim, com base nas perspectivas e considerações trazidas anteriormente, buscamos investigar as relações entre as juventudes e a dimensão política, expressando a complexidade de seus entendimentos e de suas manifestações acerca do assunto.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa³ foi iniciada no segundo semestre de 2016, período em que o país e o estado do Paraná passavam por certa instabilidade política. Em âmbito nacional, a ex- Presidenta Dilma Rousseff (PT) vinha sendo alvo de intensos protestos que, em grande parte, contavam com a participação dos jovens, expressando descontentamento com a corrupção e a administração pública, movimento que culminou em seu afastamento do mandato e, posteriormente, em seu *impeachment*, levando à posse de seu vice, Michel Temer. Já no Paraná, o momento foi marcado por intensas manifestações contra as medidas governamentais do então governador Beto Richa (PSDB), principalmente no que diz respeito à educação estadual, afetando professores(as) universitários(as) e

² A Universidade Estadual do Paraná – Unespar é constituída por 7 Câmpus localizados nos municípios de Apucarana, Campo Mourão, Curitiba, Paranaguá, Paranavaí e União da Vitória, abrangendo cinco diferentes mesorregiões do estado.

³ Vale ressaltar que esta investigação de Iniciação Científica faz parte de uma pesquisa maior que vem sendo realizada pelo Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder desde 2013 e que conta com a participação de estudantes de iniciação científica e do Mestrado Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da instituição supracitada (PPGSeD/Unespar).

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

docentes da rede básica de ensino. Esses acontecimentos atingiram diretamente o cotidiano dos(as) jovens universitários, provocando diversas manifestações e debates. Ademais, tais instabilidades políticas promoveram e evidenciaram tensões, desigualdades e uma pluralidade de concepções acerca de diversas problemáticas sociais, colocando em questão temáticas como cidadania, democracia, economia, instituições, identidades, educação e sistema político/governamental.

Para a coleta de dados de nossa pesquisa, utilizamos como instrumento o survey eletrônico (por meio da plataforma SurveyMonkey), no qual agregamos questões que possibilitassem perceber o perfil, a trajetória dos jovens nos cursos de graduação e suas compreensões acerca da dimensão política. O questionário ficou organizado com o total de 49 questões, constituído por perguntas abertas, de múltipla escolha e escalas de avaliação.

Responderam o questionário um total de 47 acadêmicos(as), estudantes dos terceiros anos dos cursos de licenciatura da Unespar, Câmpus de Campo Mourão⁴ (com idade até 29 anos), sendo 9 (19,14%) correspondentes ao curso de História; 8 (17,02%) ao curso de Geografia; e 30 (63,82%) ao curso de Pedagogia. A maioria dos(as) jovens (40) encontra-se nas idades entre 20 e 23 anos, são, expressivamente, do sexo feminino (37 / 78,72%) e de cor/etnia branca (25 / 53,19%), enquanto que 10 participantes (21,27%) são do sexo masculino e, ainda, 17 (36,17%) declararam-se pardos(as), 3 (6,38%) se autodeclararam negros(as) e 2 (4,25%) amarelos(as).

No que concerne à renda familiar, nota-se que a maioria dos(as) participantes correspondem às classes C e D, de acordo com a classificação dada pelo IBGE, sendo que 43 estudantes (91,48%) possuem renda familiar entre um e dois salários mínimos. Constatamos ainda que 15 jovens (31,91%) trabalham com carteira assinada; 15 (31,91%) recebem bolsa de projeto vinculado à Universidade; 8 (17,02%) trabalham sem carteira assinada e 8 (17,02%) realizam estágio remunerado. Todavia, 6 (12,76%) dos universitários não trabalham e estão à procura de emprego; 18 (38,29%) declaram trabalhar, mas recebem ao mesmo tempo ajuda financeira da família; 15 (31,91%) recebem o apoio do pai; 13 (27,65%) o apoio da mãe e 34 (72,34%) sustentam-se com recursos próprios.

JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA E SUAS REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS

Para a discussão construída no presente trabalho, partimos da análise das questões abertas do instrumento aplicado⁵. Em cada uma das questões, as respostas de todos os participantes foram lidas e organizadas em categorias e subcategorias de análise, que expressam a compreensão dos jovens

⁴ O questionário foi aplicado aos Câmpus de Paranavai, Apucarana, Paranaguá, União da Vitória e Campo Mourão aos cursos de licenciatura. Para o presente trabalho, analisaremos os dados relativos aos cursos de Pedagogia, Geografia e História do Câmpus de Campo Mourão. Não obstante, outras investigações estão sendo desenvolvidas concernentes aos outros Câmpus da Unespar.

⁵ As perguntas aqui analisadas são: “Se num passe de mágica você pudesse mudar qualquer coisa no seu país, o que faria?”; “Considerando sua trajetória no Curso de Graduação realizado até hoje, que mudanças você considera que houve em sua forma de compreender: a) A sociedade e as pessoas; b) A política e as formas de participação; c) Os valores e a formação humana” e “Outros aspectos que você gostaria de acrescentar acerca das contribuições do Curso na sua formação”.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

participantes⁶. No conjunto de categorias e subcategorias construídas para cada uma das respostas, pudemos identificar algumas temáticas recorrentes e que se evidenciaram como mais relevantes nas representações construídas pelos jovens acerca da dimensão política. Neste texto, optamos por apresentar e discutir três dessas temáticas, apresentadas a seguir:

a) Sociedade e sistema de governo: tratam de questões relacionadas à organização social, ao sistema governamental e, principalmente, às estruturas estatais e econômicas, isto é, o modelo de governo, os políticos corruptos e o capitalismo. A principal manifestação dos participantes está relacionada às questões concernentes à desigualdade e pontuamos algumas queixas em relação às mídias e novas formas de tecnologia.

b) O papel do conhecimento científico: trazem o pensamento científico (maior confiabilidade e esclarecimento) em oposição ao senso comum, sendo que os(as) participantes apontam que o contato com o ambiente universitário serviu para mudar suas concepções acerca de várias situações do cotidiano e, principalmente, no que diz respeito à forma de compreender a política e as relações sociais.

c) Formação humana e alteridade: os participantes apontam para as desigualdades a que os indivíduos estão sujeitos durante suas trajetórias e que podem interferir em sua formação pessoal. Questionam algumas premissas da modernidade, como o individualismo, e aparentam posições de reconhecimento das diferenças e da importância de estabelecer o respeito nas relações sociais.

É importante ressaltarmos que estes eixos de análise não são categorias fechadas, e que os(as) participantes apresentam respostas complexas que mesclam uma diversidade de temáticas, as quais se inter-relacionam. Assim, o que orientou a divisão dos eixos foi a maior proximidade com a temática para a qual a resposta foi direcionada.

Sociedade e sistema de governo

Para a discussão deste eixo, ressaltamos primeiramente que há, nas compreensões expressas pelos jovens, uma mescla de problematizações e descontentamentos acerca da organização social e política, em especial questionando o sistema de governo, as desigualdades sociais de acesso aos recursos e oportunidades e o capitalismo. As insatisfações manifestadas pelos estudantes não estão ligadas apenas à forma de governabilidade ou às possibilidades de governar o país, mas outras problemáticas relacionadas a este eixo temático são colocadas em cheque pelos(as) participantes.

A desigualdade é o apontamento que mais aparece em todas as temáticas, ora em relação ao sistema econômico e à distribuição de recursos, ora em relação à formação humana – que é percebida por alguns(as) participantes como desigual ou que reforça algum tipo de desigualdade –, ora no reconhecimento da necessidade de políticas públicas que possam sanar tais discrepâncias. Nesse

⁶ Trazemos em apêndice os quadros com as categorias e subcategorias de cada uma das questões.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

sentido, destacamos algumas respostas que ilustram essa preocupação: Carmen (20 anos, Pedagogia)⁷ “acabaria com a fome e miséria mundo, transformando o mundo em um lugar sem tantas desigualdades sociais”; Carolina (29 anos, Pedagogia) acredita que “é necessário um olhar mais profundo para a camada social menos favorecida”. Já Vitor (20 anos, Geografia) “tornaria o Brasil um país desenvolvido, sem desigualdades sociais como existem hoje em nossa realidade”.

Milton (20 anos, Geografia), acredita que, para mudar o sistema político, seria necessário um “governo que colocasse a educação, a saúde, a segurança e a tecnologia como princípios fundamentais para o desenvolvimento de um país” (20 anos, Geografia). Beatriz (22 anos, Pedagogia) “mudaria as formas de políticas” e Maria (20 anos, História) declara que se “eu conseguisse pensar em alguma reforma política total que fosse suficiente para corrigir os erros, suprir e atender com mais urgência as demandas das camadas sociais mais necessitadas, com certeza seria essa a mudança que eu queria”. Assim, o bom funcionamento de uma sociedade/país parece depender das demandas evidenciadas, que se vinculam diretamente ao cotidiano desses jovens. Algumas pesquisa apontam que estas demandas passaram a ganhar maior visibilidade e serem problematizadas pelos jovens após as chamadas Jornadas de Junho de 2013, que foi em grande medida protagonizada pelas juventudes, especialmente por estudantes universitários(as) e secundaristas (MAYORGA, 2017; CASTRO, 2015). Neste movimento, que levou milhões de pessoas às ruas das principais cidades brasileiras, os vários cartazes escritos à mão mostravam a diversidade de pensamentos e posicionamentos, ao passo que evidenciava a ausência de lideranças de movimentos sociais, conduzindo a novas formas de ação e participação sociopolítica (MOREIRA; SANTIAGO, 2013).

A este respeito, é importante refletirmos sobre o contexto latino-americano, no qual o Brasil está inserido, cujos países vivenciam, dentre outros fatores, uma situação política muito semelhante, principalmente em relação à democracia, que também é uma das demandas dos(as) jovens. Nesse sentido, Carolina (29 anos, Pedagogia) destaca que “começaria mudando a constituição, para uma que seja democrática e não contraditória”. Segundo Kliksberg (2006), os jovens da atualidade nasceram em uma América Latina concreta, das décadas de 1980 e 1990, marcados por enormes transformações políticas tecnológicas, econômicas, sociais e culturais. O autor completa que para juventudes que vivenciaram momentos tão contraditórios, como o desenvolvimento de uma democracia, o aumento da pobreza e enormes desigualdades sociais, há de se considerar diferentes circuitos da vida juvenis. Desse modo, quando tratamos da conjuntura social, política e econômica na qual os(as) jovens brasileiros estão inseridos, entender o contexto da América Latina torna-se um movimento relevante, e implica a reflexão de que estamos inseridos(as) em um cenário marcado por enormes desigualdades, injustiças, discriminações, reivindicações por igualdade de direitos e acesso a bens e serviços, além de uma realidade histórica marcada pela negação física e simbólica dos(as) “outros” dentro de um contexto de extrema diversidade (CANDAU; RUSSO, 2010).

⁷ Os nomes utilizados para designar os e as participantes são fictícios, com o intuito de manter o sigilo sobre suas identidades.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Os(as) participantes também apresentam uma reflexão sobre o sistema e a sociedade e, principalmente, apresentam as mudanças em suas percepções proporcionadas pelo curso de graduação. Novamente, a insatisfação com o capitalismo e as injustiças/desigualdades aparecem em destaque nas respostas dos(as) jovens. A problemática do capitalismo parece ser o cerne dos apontamentos dos(as) participantes, principalmente na relação entre o referido sistema e as desigualdades e injustiças. Os trechos a seguir evidenciam essa compreensão:

Compreendo hoje a sociedade como ela realmente é. Entendo agora como se estrutura toda a ordem social dentro da Sociedade Capitalista, assim como, passei a me reconhecer enquanto sujeito da Classe Trabalhadora, que tem o Estado Burguês como seu maior "inimigo" (Carlos, 21 anos, Pedagogia).

Ampliou-se a minha forma de enxergar como a sociedade se desenvolveu mediante aos anos, como o capitalismo se sobrepõe as pessoas de baixa classe social, como algumas pessoas precisam conhecer mais sobre o desenvolver das crianças e jovens, para que não se cometa mais erros ou violência (Bianca, 23 anos, Pedagogia).

O capital esta acima de qualquer coisa (Beatriz, 22 anos, Pedagogia).

A causa das grandes tensões a respeito do capitalismo e das desigualdades está no fato, conforme Costa, Cervi e Mandalozzo, de que o Estado não pode negar a igualdade como valor central no pacto político, ao passo que o capitalismo precisa de dinamismo e liberdade econômica. Vencer este conflito é um dos grandes desafios para a democracia e, em especial, para os países latino-americanos, que vivenciam tais desigualdades de forma mais intensa e de diversas maneiras. Além disso, é preciso observar que o modo de produção capitalista é organizado em busca de lucratividade, tendo toda a atividade produtiva justificada pela capacidade de gerar lucros, em que o trabalhador é submetido a um processo de exaustão e insegurança (COSTA; CERVI; MANDALOZZO, 2010).

Por sua vez, evidenciam-se nos dados as formas de manipulação por meio das mídias e meios de comunicação. Para Vivian (21 anos, Pedagogia), a Universidade proporcionou mudanças em sua forma de ver “as questões políticas, sociais, a realidade de outras culturas, a verdade por trás da mídia, meios de comunicação, formas de manipulação da sociedade por esses meios, além dos políticos e religiosos”. Pedro (26 anos, História), por sua vez, considera que “A sociedade é muito influenciada pelos meios de comunicação, não conseguindo pensar por si mesma”.

De acordo com Lacerda e Gama (2010), estamos inseridos em uma sociedade na qual a informação ocupa a centralidade, e o modo pelo qual tal informação é gerada, armazenada, recuperada, processada e transmitida se modificou com o advento das novas tecnologias desde o início do século XX. Ainda segundo os autores, quando pensamos na relação dos jovens com as redes sociais, coloca-se em questão a efemeridade e descartabilidade dos vínculos construídos via internet/redes sociais. Por sua vez, os autores demonstram nos resultados de suas pesquisas uma nova perspectiva sobre as formas de interação entre estes(as) jovens na qual identificou-se que a maioria dos jovens utilizavam as redes sociais preferencialmente para comunicarem-se com amigos que já

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

havia feito em outros espaços anteriormente e, as redes sociais, acabaram sendo percebidas por aqueles(as) participantes como espaço de construção, reencontro e fortalecimento de amizades.

Por sim, sobre a temática do sistema e sociedade, também identificamos respostas relacionadas às contribuições do curso de Graduação no olhar para a situação de vulnerabilidade social, sobre as pessoas e a organização social, questões acerca das quais os(as) participantes percebem, muitas vezes, como problemas vinculados à má gestão pública/governabilidade e que precisam ser mudados. Nesse sentido, Carolina (29 anos, Pedagogia) considera ser “necessário um olhar mais profundo para a camada social menos favorecida”. A melhor compreensão do mundo, da sociedade, das relações de poder, das desigualdades e injustiças, proporcionada pelo ambiente universitário e, principalmente, pelos conhecimentos do curso escolhido, é o que chamamos a atenção neste momento, destacando a fala da participante Aghata, que declara que “o curso modificou meu modo de agir de pensar e de entender a sociedade, com o auxílio da dialética pude perceber as relações de poder e também e consequentemente compreender tanta desigualdade.” (23 anos, Pedagogia). Nesta mesma perspectiva de mudança ou melhor compreensão, Pablo (28 anos, Geografia) afirma que o curso “ajudou a compreender a forma que a sociedade vive devido a sua cultura”. Já para Eloá (22 anos, Pedagogia) o curso proporcionou “conhecimentos sobre o mundo, saber lidar com as pessoas, formação crítica”. De acordo com Oliveira e Panasiwicz (2014), o ingresso em uma universidade marca um momento relevante na biografia do indivíduo. O ambiente familiar, vivido em geral até o fim da adolescência, é confrontado com uma nova realidade de mundo proporcionada pelo ambiente universitário. Tal contato põe em questão antigos esquemas de pensamento, valores e comportamentos adquiridos no seio da vida familiar. Sendo assim, é possível compreender que tal mudança provoque transformações também nas concepções políticas, religiosas, econômicas, sociais e culturais dos(as) jovens que passam a vivenciar o ambiente universitário.

O papel do conhecimento científico

Neste eixo temático trazemos as compreensões acerca da dimensão política que de alguma forma atribuem importância para a educação e para a ciência. Nesse sentido, damos destaque às respostas dos estudantes acerca das contribuições que a trajetória no curso de graduação trouxe para sua compreensão acerca da política e das formas de participação. É possível perceber que os(as) participantes expressam que as aprendizagens do curso proporcionaram posicionamentos mais questionadores, em que o pensamento crítico parece trazer mais dúvidas ou problematizações do que certezas e conclusões, como, por exemplo, na fala da participante que procura “Entender o que se passa no meu país antes de julgar o que é apresentado na mídia” (Marcela, 21 anos, História). Vanessa (21 anos, Pedagogia), por sua vez, procura pensar as questões do país “de forma crítica e questionadora”. Já Alice (22 anos, História), entende que “Diante dos vários debates, podemos compreender melhor a distinguir cada coisa: a democracia, o governo, a política, ou seja, o que é o

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

sistema e quem faz parte dele”. Desse modo, o conhecimento proporcionado pelo curso de graduação merece destaque, principalmente porque as compreensões dos(as) participantes apontam para um maior esclarecimento advindo do ambiente universitário. Tal entendimento é reforçado pelos dados quantitativos do survey, a partir dos quais se verifica que 36 (76,59%) dos participantes concordam que o curso escolhido serviu para mudar suas concepções políticas. Ainda, quando perguntados sobre o nível de confiança na Universidade, os(as) participantes que consideram alta e muito alta representam 63,82%.

Neste sentido, é válido refletir sobre a constituição de um ideal de ciência e universidade no Brasil, no contexto latino-americano, reconhecendo que as dinâmicas sociais e institucionais se dão em uma configuração específica, marcada por discrepâncias e inconstâncias. A formação dos estados nacionais latino-americanos no século XIX, por exemplo, vem acompanhada de um ideal moderno estabelecido na Europa, em que se apresenta uma nova configuração estrutural das sociedades ocidentais. A educação, neste processo, tem papel fundamental, com a responsabilidade de difundir uma cultura homogênea e de base eurocêntrica (CANDAU; RUSSO, 2010). Por sua vez, isso só é possível uma vez que o princípio de modernidade supôs o desenvolvimento e valorização do pensamento científico, apregoado nas Universidades, que se caracteriza por um novo pensar, o “pensar racionalmente”, advindo das ideias iluministas que consistem em criticar, duvidar e permitir que a razão tudo permeie (FALCON, 1994, p. 37). De acordo com Trindade (2000), além do desenvolvimento científico, as universidades irão se formar pelo impulso dos Estados Nacionais que vão originar uma nova relação entre a Universidade e o Estado, em que a primeira caminha para um modelo estatal e para o fim do monopólio corporativo de professores. No caso brasileiro, o autor aponta que a concepção de universidade adotada pelo país no século XIX, e por outros países latino-americanos, é o Francês, em que a Universidade foi concebida de modo subordinado ao Estado, o que fazia da educação um monopólio estatal.

Assim, em um movimento que, de certa forma, expressa essa dinâmica, o conhecimento científico é apresentado pelos(as) participantes como um divisor de águas entre o que seria o senso comum e o que é a ciência, à qual os estudantes só puderam ter acesso por meio do ingresso na Universidade. Tal compreensão pode ser verificada nos trechos a seguir:

O curso me abriu os olhos, com ele pude ver tudo de maneira diferente, e sei que não conseguiria isso sem o mesmo (Vitor, 20 anos, Geografia).

Contribuiu para eu ver a sociedade de uma forma crítica da realidade existente, desmistificando a visão romantizada que a maioria da população tem (Vanessa, 21 anos, Pedagogia).

Contribui para ampliar o conhecimento que se obtinha antes, saindo do senso comum passando para o conhecimento científico (Alexandre, 20 anos, Geografia).

Certamente, a formação em nível superior pode promover um pensamento crítico e analítico, que permite aos sujeitos questionar as mensagens políticas, sociais, culturais e morais recebidas,

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

passando, a partir de então, a serem capazes de exercer uma intervenção política refletida. Ainda que suas ações possam ser limitadas por condicionantes estruturais, os(as) jovens têm a possibilidade de agir a partir de sua interpretação do contexto que o cerca (ALONSO, 2004). As universidades, dessa forma, podem exercer uma posição ativa, e devem formar sujeitos capazes de questionar a realidade, que atuem na transformação do mundo (ALBURQUERQUE, 2007).

Por fim, o último aspecto que remete ao conhecimento proporcionado pela universidade refere-se à “Docência”, isto é, o exercício de suas profissões, visto que se trata de jovens licenciandos(as). É importante perceber como estes(as) participantes direcionam o aprendizado dentro do campo acadêmico para o campo exterior, a sociedade, bem como percebem a importância de seus usos para o meio social, entendendo, por exemplo, as contribuições do curso “na maneira de entender o desenvolvimento da criança e poder fazer a diferença com métodos que realmente contribuam para o processo de ensino e aprendizagem de cada um, levando em consideração suas individualidades” (Lívia, 20 anos, Pedagogia). Para Ana (20 anos, Pedagogia), “A teoria vista no curso é completa; nos dá uma boa base para a nossa prática em sala de aula, e também para a vida em sociedade”. Vale ressaltar que a preocupação destes(as) jovens com a qualidade de sua formação e de seu desempenho profissional no futuro pode ser associado aos acontecimentos que abalam o Estado do Paraná no período em que aplicamos o questionário e, como mencionamos acima, movimentou os jovens do país inteiro, não só nas universidades como também nas escolas estaduais de nível fundamental e médio. Estas agitações podem ter causado questionamentos e reflexões, no caso dos(as) jovens universitários, voltando-se para a prática de ensino e aprendizagem à qual as licenciaturas de modo geral devem se preocupar, além das dinâmicas estruturais, sociais, econômicas que envolvem o contexto escolar.

Formação humana e alteridade

Ao analisar as representações dos jovens acerca da dimensão política, o último eixo temático que aqui destacamos refere-se à forma como os jovens compreendem as ações humanas, os valores e a formação, balizadas por questões sobre alteridade e individualidade.

Diante disso, um primeiro aspecto a ser observado é o modo como os jovens compreendem as influências das ações das pessoas no cenário político brasileiro. Nesse sentido, a maior ênfase recai sobre os atos de corrupção, entendidos como reflexo de um comportamento individualista exercido pelos políticos brasileiros, que é percebido e repudiado pelos(as) participantes, como Débora (23 anos, Pedagogia), a qual menciona que “acabaria com os políticos corruptos”. Luana (20 anos, Pedagogia), por sua vez, “Formularia medidas que visassem acabar com a corrupção, trazendo punições mais severas e que realmente se aplicassem. Com o intuito de constituir uma nação menos corrupta que investisse mais em políticas públicas e melhorias de qualidade de vida para os cidadãos.” Sofia (20 anos, Pedagogia) entende que “A política é uma coisa muito suja, onde muitos ingressam nela apenas

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

com o objetivo de roubar ou de ganhar mais dinheiro, e dificilmente ingressam para buscar melhorias para as pessoas.”

A associação política-corrupção parece-nos relacionada diretamente à conjuntura social e política que passava o Brasil no período em que aplicamos o questionário. Um dos maiores escândalos de corrupção do Brasil, que deflagrou a operação Lava Jato, comandada pela Polícia Federal, estava tramitando pelos tribunais e colocando em cheque toda a classe política brasileira. Esta dinâmica entre política e corrupção, como podemos verificar, tem reflexos evidentes nas respostas dos participantes, principalmente no que se refere à corrupção.

Além disso, a insatisfação manifestada gera também a necessidade de mudanças, não apenas na conduta da classe política, mas também das pessoas em geral. Os trechos a seguir ilustram essa forma de pensar dos jovens:

acabaria com a avareza e guerra pelo poder, pobreza, fome, desigualdades, preconceitos, por meio de políticas públicas, trazendo paz, amor e um pouco de consciência para essa nação (Vanessa, 21 anos, Pedagogia).

Acabaria com as guerras, com a fome e com a maldade que está presente no coração das pessoas (Augusto, 20 anos, História).

mudaria os governantes, colocaria alguém que se importasse com os outros (Madalena, 22 anos, Pedagogia).

Os(as) participantes também demonstram insatisfação com o comportamento das pessoas, os valores e o individualismo, que parece estar associado a uma suposta perda de valores. Catarina (21 anos, Pedagogia) menciona que os valores e a formação humana parecem estar se dissolvendo, principalmente por conta das novas tecnologias e meios de comunicação que poderiam estar diluindo as relações sociais e a transmissão de antigos valores. Em suas palavras: “os valores estão se perdendo e deixando de serem repassados devido a forte influência das mídias e das novas tecnologias”. Para Aline (22 anos, Pedagogia), “Sem dúvida, valores são essenciais e estão se perdendo. Acredito que é por meio da formação das crianças e jovens que haverá mudanças significativas em nosso país e no mundo”. Neste caso, o individualismo e a influência da sociedade no comportamento das pessoas parecem ser reflexos, talvez negativos, desta nova configuração das relações sociais, em que “a maioria das pessoas apenas pensam em dinheiro, e não se importam com as outras pessoas. Fazem qualquer coisa para conseguir o que querem” (Sofia, 20 anos, Pedagogia).

Por outro lado, por diversos momentos, os jovens manifestam que o curso de graduação vem proporcionando a possibilidade de colocar-se no lugar do outro, de reconhecer o outro e de respeitar o diferente. É o que demonstra a compreensão de Matheus, para o qual o curso “possibilitou não julgar as pessoas de forma superficial, procurando antes entender e respeitar a forma em que cada um se faz” (21 anos, História). Segundo Alexandre (20 anos, Geografia) “com o conhecimento adquirido ficou mais fácil observar os valores que existem nas pessoas e nos objetos ao redor, tendo cada um uma formação humana diferente, resultando em diversas culturas espalhadas pelo mundo”. Por sua vez,

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Beatriz (22 anos, Pedagogia) entende que “todo ser precisa de ter uma formação e seu valor respeitado”.

É possível perceber, também, que os(as) participantes parecem pensar criticamente o processo de formação das pessoas, buscando entender outros fatores que podem influenciar em suas concepções e, principalmente, a intelectualidade e a universidade são reforçados em seus discursos como os meios seguros de se entender “a realidade como ela realmente é” (Aghata, 23 anos, Pedagogia). Além disso, a própria formação humana é percebida como um conjunto de valores historicamente construídos e que “toma forma com o amadurecimento intelectual e social” (Pedro, 26 anos, História). É possível perceber também a alteridade como um dos eixos identificados: os(as) participantes demonstram a importância de se reconhecer a existência do outro, respeitando as diferenças reconhecendo que há em “cada um uma formação humana diferente, resultando em diversas culturas espalhadas pelo mundo” (Alexandre, 20 anos, Geografia), e a importância de “a sociedade desfrutar mais de seus direitos” (Carolina, 29 anos, Pedagogia).

Neste sentido, pensar a garantia de direitos em uma sociedade que precisa lidar com enormes diferenças e, principalmente, com a liberdade individual pregada pelo ideal da modernidade, é um enorme desafio. De acordo com Stuart Hall, a sociedade não é um todo homogêneo, como pensaram alguns sociólogos, mas, sobretudo na chamada modernidade tardia, são caracterizadas pela diferença e, principalmente, pela capacidade de articularem tais diferenças em determinadas circunstâncias (HALL, 2006). Desse modo, o respeito à diversidade que estes(as) jovens declaram em suas falas pode estar relacionado a esta nova forma de conceber as relações sociais, que não busca homogeneizar os indivíduos, mas tentar manter a individualidade e as diferenças em articulação com uma identidade social. Isto, em um contexto latino-americano, significa pensar a construção de estados que não só reconheçam as diferenças e pluralidades culturais, mas que, além disso, incorporem a possibilidade de estados pluriétnicos, plurilinguísticos, e que reconheçam a importância da articulação entre vários saberes seja capaz de construir uma ética plural e justa capaz de articular-se (CANDAUI; RUSSO, 2010; BENNO; SANDER, 2008).

CONSIDERAÇÕES

A principal ponderação a fazer a respeito do que os eixos de análise nos proporcionam abstrair acerca das representações políticas dos(as) participantes é que, diferentemente de algumas leituras sobre a juventude, os(as) jovens pesquisados mostram-se atentos aos acontecimentos políticos e sociais, além de reflexivos e analíticos sobre os fatos. Esse aspecto fica evidenciado na análise da primeira temática (Sociedade e sistema de governo), em que os(as) graduandos(as) manifestam fortemente seu descontentamento com o cenário político atual que proporcionou questionamentos e percepções que, por sua vez, foram, por eles(as), sentidos de diversas maneiras. Há, ainda um forte questionamento dos(as) jovens em relação à política, já que percebem as desigualdades e injustiças e

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

parecem preocupados em pensar soluções para os problemas sociais por meio de políticas públicas e do debate político, elegendo os candidatos e encontrando maneiras institucionais eficazes de fazerem suas vozes serem ouvidas.

Por outro lado, se estes questionamentos acerca da política são feitos pelos(as) pesquisados(as), isto só é possível, segundo apontam os estudantes, por meio do contato com o discurso científico apreendido na Universidade. É possível perceber uma forte polarização, por parte dos(as) jovens, entre aquilo que é científico e que é do senso-comum. A universidade, nesse processo, aparece como aquela que detém este conhecimento científico, e é percebida como capaz de transformar a concepção política dos(as) jovens, ou pelo menos de grande parte deles(as). Tais mudanças não são vistas de forma negativa, muito pelo contrário, eles(as) entendem como um esclarecimento de suas formas de compreender o mundo.

Por fim, as compreensões também nos remetem a pensar o eixo da formação humana, influenciada e constituída nas/pelas situações de desigualdade, por exemplo. Observamos que o processo de formação humana é também visto pelos jovens como desigual, na medida em que nem todos têm acesso às mesmas oportunidades de formação pessoal, seja de estrutura familiar e de convívio pessoal, seja de acesso a informação, educação, cultura e outros recursos. Seria este um fator que contribui para a despolitização social, e que permite a presença de maiores escândalos de corrupção e, principalmente, de políticos corruptos que são extremamente criticados pelos(as) jovens nesta categoria? É neste sentido que a individualidade acentua tais problemáticas, gerando uma espécie de mal estar social gerado pela constante ideia de que “a maioria das pessoas apenas pesam em dinheiro, e não se importa com as outras pessoas. Fazem qualquer coisa para conseguir o que querem” (Sofia, 20 anos, Pedagogia).

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. Juventude, Juventudes: Pelos outros e por elas mesmas. ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Elaine Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. (orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Unesco, p. 19-55, 2007.
- ALONSO, Osvaldo. **La lógica de los actores y el desarrollo local**. Pilquen, n. 6, p. 50-65, 2004.
- ALBURQUERQUE, Francisco. Teoría y práctica del enfoque del desarrollo local. **Observatorio Iberoamericano del desarrollo local y la economía social**, ano 1, n. 0, p. 39-61, 2007.
- BRASIL. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão; RUSSO, Kelly. Interculturalidade e educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 151-169, jan./abr. 2010.
- CASTRO, Lucia Rabello de. Reflexões sobre Juventude Brasileira e Engajamento Político Social. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 7, n. 12, 2015. Entrevista concedida a Thaís Serafim e Lara Grigoletto Bonini.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

CASTRO, Lucia Rabello de. Jovens na Política: tensões e paradoxos no contemporâneo. MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; HAHN, Fábio André. (orgs.). **Religião, cultura e espaço público**. São Paulo: Olho D'água, Campo Mourão: Fecilcam, p. 97-121, 2016.

CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil: Considerações sobre estudos recentes. **O social em questão**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 27, p. 83-100, 2012.

CEVI, Emerson Urizzi; COSTA, Lucia Cortes da; MANDALOZZO, Silvana Souza Netto. Democracia e proteção social: possibilidades e contradições no Mercosul. DANUTA, E. Cantoia Luiz. (org.). **Sociedade civil e democracia**: expressões contemporâneas. São Paulo: Veras Editora, p. 205-331, 2010.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003,

FALCON, Francisco José Calazans. **Iluminismo**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

FERNANDES, Sílvia Regina Alves. **Jovens religiosos e o catolicismo**: escolhas, desafios e subjetividades. Rio de Janeiro: Faperj, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.

LEITE, Ana Maria Alexandre; NUNES, Maria Fernanda Rezende. ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Elaine Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. (orgs.). **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Unesco, p. 197-227, 2007.

MACHADO, Antônio Pedro. **Impeachment no presidencialismo de coalisão**: estudo de caso do afastamento da Presidenta da República Dilma Rousseff. Escola de Direito de Brasília, Brasília, 2016.

MATOS, Amanda Rocha; MESQUITA, Marcos Ribeiro. A participação política de jovens no contemporâneo e seus desafios. **Psicologia e Sociedade**, Florianópolis, v. 2, n. 25, p. 478-480, 2013.

MAYORGA, Cláudia. Por Novas Instituições, Por uma nova política: o protagonismo dos jovens no Brasil. **Educação e linguagens**, Campo Mourão, v. 6, n. 10, 2017. Entrevista concedida a Ada Otoni Ferreira Fontanella e Laiza Suelen Barroso Campos.

MAYORGA, Cláudia. Pesquisar a juventude e sua relação com a política – notas metodológicas. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 343-350, abr./jun. 2013.

MOREIRA, Orlandil de Lima; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima. Vem prá rua: os protestos de junho. In: SOUSA, Cidival Moraes de; SOUZA, Arão de Azevêdo. **Jornadas de junho**: percursos e Leituras. Campina Grande: Udepb, 2013, p. 13-22.

OLIVEIRA, Pedro de Assis Ribeiro de; PANASIEWICZ, Roberlei. Tendências religiosas entre a população universitária: um estudo de caso. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 12, n. 36, p. 1160-1186, out./dez. 2014.

SANDER, Benno. Educação na América Latina: Identidade e Globalização. **Educação**, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 157-165, maio/ago. 2008.

TRINDADE, Héglio. Saber e poder: os dilemas da universidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 122-133, 2000.



TECENDO MEMÓRIAS, ATRAINDO OLHARES: a apropriação de padrões ornamentais e decorativos na expressão artística

Rita Isabel Vaz (PIC)
Unespar/Campus I Curitiba EMBAP, ritaivaz@gmail.com
Bernadette Maria Panek (Orientador)
Unespar/ Campus I Curitiba EMBAP, bernapanek8@gmail.com

Palavras-chave: Memórias. Apropriação. Deslocamento.

O vento apaga as pegadas das gaivotas. As chuvas apagam as pegadas dos passos humanos. O sol apaga as pegadas do tempo. Os contadores de histórias procuram as pegadas da memória perdida, do amor e da dor, que não são vistas, mas que não se apagam.¹

Introdução

Tecer, bordar, costurar e crocheter são atividades que relaciono com afetos, remetem a uma relação de proximidade/intimidade com fios, agulhas e tecidos. Na numerosa família, em que tive o privilégio de nascer, as habilidades manuais, que atravessaram séculos e oceanos, eram transmitidas pelas mães às filhas, desde a infância. Assim, aos cinco anos aprendíamos a fazer crochê, aos onze a costurar, bordar, fazer nossas próprias roupas. Tecidos, para mim, trazem inscrites memórias: portuguesas, africanas, indígenas, e entrelaçam histórias, numa mistura de cores e alegrias. Minha mãe usava a expressão "tempo longo" para designar um passado distante, e tecido vem desse tempo, porque remete à pele, ao tecido corporal, a tudo que envolve, aquece, conforta, enfeita e oferece possibilidades de forma, cor e textura.

O fascínio e encantamento que os tecidos exercem sobre meu imaginário, nesse tempo/espço em que existiam antes de mim e de meus antepassados, estão também nas mãos que os precederam, que os teceram. A transformação de fios em tecidos é mágica, fantasia para o olhar. Os fios se fazem na roca, entrelaçam-se no tear: urdidura e trama anunciam a magia.

O que realmente vale a pena nesta vida são as relações que estabelecemos com os outros, são essas relações que transformam objetos em afetos. E assim penso nas pessoas, relacionando-as aos tecidos que usaram ou que, na minha memória, as representam. Os tecidos de estampas delicadas e fundo preto me remetem à minha avó paterna, o xadrez de vermelho e cinza ao meu pai, os azuis de estampas florais à minha mãe, os tons de verde *dégradé* à minha irmã Maria, as cores verde-limão, laranja e rosa-choque à irmã Vania que nos anos de 1970, personificava minha referência de mulher adulta, os azuis claros à irmã Lidia, e assim poderia relacionar uma lista infinita de padrões.

¹ GALEANO, Eduardo. *O caçador de Histórias*. 1ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2016. p.13

Metodologia

Em um tempo em que a memória de todas estas pessoas se fez presente e tornou-se uma história a ser contada, confeccionei pequenos bonecos de pano e os reuni em uma árvore genealógica. Cada boneco trazia o tecido que representava determinada pessoa na memória afetiva. Para encontrar estes tecidos "imaginados" percorri brechós, vasculhei baús, desfiz roupas antigas. Antes disto, eu já sonhava tecidos, já os sondava com os olhos e começava uma coleção, pretendendo combiná-los na construção de objetos. As lojas de tecidos passaram a fazer parte dos roteiros de viagem e trouxeram estampas, texturas, lembranças, toques de diferentes lugares. Tecido é algo que envolve, adorna, acolhe, acaricia. Ficam soltos ao vento da imaginação, os olhos tocam antes das mãos. Nessa relação tecido/pele percebo as pessoas e posso atribuir a cada uma um tecido que seja sua própria pele. Tecidos são conforto, proteção, amor, expressam transformações. Primeiro são fios que se entrelaçam em tramas, depois, podem ser qualquer coisa que se queira, podem cobrir, vestir, enfeitar, enxugar, acariciar...

A canção/poema *A Linha e o Linho* provoca profundo enternecimento ao construir com delicadeza a imagem do aconchego da vida amorosa, inscrito na pele/tecido:

É a sua vida que eu quero bordar na minha,
como se eu fosse o pano e você fosse a linha [...]
Nossa colcha de cama, nossa toalha de mesa.
Reproduzidos no bordado.
A casa, a estrada, a correnteza.
O sol, a ave, a árvore, o ninho da beleza"².

Encontro nos tecidos as possibilidades apontadas por Matisse, quando defendia a pintura decorativa: "Um quadro num interior emana a seu redor, por meio das cores, uma alegria que nos deixa mais leves."³ Para ele a arte deveria funcionar como um lenitivo, como relaxamento do cansaço de um dia de trabalho, provocando sensações tranquilizadoras.⁴ Este deleite que busco nas estampas escolhidas que, em suas cores e formas, provocam sensações prazerosas. As estampas, como pinturas, decoram, redimem, provocam, dialogam. As impressões florais com suas cores vibrantes e alegres remetem à natureza, aos jardins, à primavera. As africanas contam histórias de convívio com a terra, com os animais, com a simbologia, misturam padrões geométricos e orgânicos. A padronagem indiana, *cashmere*, com seus tons laranja, verde-limão e rosa-choque traduzem memória afetiva, arraigada, ousadia e requinte sensual expressados nas roupas usadas nos anos de 1970, inspiração e representação de prazer e liberdade, de paz e amor, como bradava o lema dos *hippies*, enraizado no meu imaginário, janela aberta para um mundo de cores e padrões.

Percebo o mundo em suas contradições, reflito criticamente sobre a vida, sobre as relações entre as pessoas, sobre as injustiças sociais, as desigualdades; meus olhos não estão fechados para a

² GIL, Gilberto. *A linha e o Linho*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Escrita Fina. 2013. p. 8,20,22

³ MATISSE, Henri. *Escritos e reflexões sobre arte: Henri Matisse*. São Paulo: Cosac Naify, 2007. p. 357.

⁴ *Ibid.*, p.47

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

realidade que se mostra entre nuvens e trovões, porém busco o sol avermelhado do entardecer. Fazemos escolhas, como pessoas e como artistas. Meu trabalho pretende fazer a crítica daquilo que desagradada e provoca indignação, mas escolho fazê-la através da beleza, da vibração de cores e formas, buscando o toque, a pele, o invólucro, colorindo a vida e acreditando que nas relações entre as pessoas encontra-se o maior encanto. Os tecidos oferecem as possibilidades de expressão que busco pela função de envolver com maciez, pelo êxtase das cores, pelo ritmo dos padrões. Os tecidos dançam, vibram, voam, se alongam até as pessoas, enchem os olhos, provocam, relaxam. Os tecidos vestem o mundo.

A escolha das artistas Beatriz Milhazes, Leda Catunda e Joana Vasconcelos, para este estudo, pauta-se na existência da possibilidade de um diálogo entre a poética de cada uma delas com a minha. Em seus trabalhos utilizam-se de objetos femininos, deslocando-os do lugar comum para a arte. Suas cores são vibrantes, tratam de questões sociais e de gênero, inspiram-se na cultura popular: Milhazes e Catunda, do Brasil, Vasconcelos de Portugal. As artistas são contemporâneas e estão em processo de produção. Em suas obras identifico energia de vida, pulsação, vibração. Destacam-se esteticamente na ordenação das cores, na qualidade das formas, no jogo dos padrões e na utilização de tecidos.

Resultados/discussão

Interessa ao meu trabalho tanto a técnica da colagem, quanto a iconografia de Beatriz Milhazes. As cores vibrantes que utiliza em suas composições e a maneira como incorpora elementos do universo feminino, reinventando-os. Sua proposta de arte se pauta no prazer estético, Milhazes "queria misturar ideias construtivas e geométricas com decoração e simbolismo, pois isso se aproxima mais da vida"⁵. Constrói seu repertório iconográfico com base no cotidiano, no *design* e na arte. Provoca o convívio, numa mesma obra, de elementos de diferentes espaços⁶. Nas obras *Açúcar, Me perdoa... Te perdôo* e *Moon*, Milhazes utiliza a colagem como meio para explorar possibilidades, num processo de apropriação e revisão do imaginário visual⁷. Cria imagens e o resultado final é uma explosão de cores que ondulam e vibram provocando o olhar. A colagem é uma constante em seu trabalho, desde as composições da obra *Moon*, com embalagens de balas e bombons, passando pelo decalque de motivos colecionados e aplicados sobre plásticos, até os adesivos de vinil utilizados nas obras públicas⁸.

⁵ MILHAZES. In: MESQUITA, Ivo (Org.). *Beatriz Milhazes: pintura, colagem*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2008. p. 91.

⁶ COSTA, Oswaldo Corrêa da. In: MESQUITA, Ivo (Org.). *Beatriz Milhazes: pintura, colagem*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2008. p. 105.

⁷ MESQUITA, Ivo (Org.). *Beatriz Milhazes: pintura, colagem*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2008. p.17.

⁸ COSTA, Oswaldo Corrêa da. In: MESQUITA, Ivo (Org.). *Beatriz Milhazes: pintura, colagem*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2008. p. 91, 92.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.



Imagem 1: Beatriz Milhazes. Açúcar, 2009. Xilogravura e serigrafia, 80 x 120 cm Coleção Particular, RJ. Disponível em: <http://www.durhampress.com/artist/beatriz-milhazes/#0_7>. Acesso em: 25 fev. 2016.

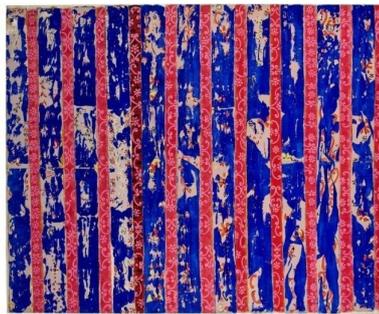


Imagem 2: Beatriz Milhazes, "Me perdoa... Te perdôo" (1989), Coleção MNBA (Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro, RJ). Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa9441/beatriz-milhazes>>. Acesso em: 25 fev. 2106.



Imagem 3: Beatriz Milhazes, MOON, (2007) colagem sobre papel, 160,0x190,0cm, Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa9441/beatriz-milhazes>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

Milhazes, no sentido que dá ao seu trabalho, aproxima-se de Henri Matisse: na afirmação da vida; no caráter gráfico das formas; no uso de cores puras e chapadas; na pintura como jogo tenso de articulações e embates entre planos e motivos; no gosto pelo decorativo, tomado como tema e estratégia pictórica⁹.

Tanto a disposição dos elementos no espaço pictórico, quanto as cores escolhidas não seguem um princípio estabelecido, mas seguem um sistema intuitivo. Ela experimenta diferentes combinações. Tanto no processo quanto na iconografia, a artista incorpora o que se associa ao universo feminino. Explora questões que vão além do belo ou ornamental, pois existe um contraponto entre beleza e exuberância e as imperfeições da superfície, e é esta tensão entre beleza e aspereza que vai demonstrar as contradições da sociedade e transcender a questão ornamental¹⁰.

Destacam-se as cores vibrantes, a coleção de padrões que remetem às estampas dos tecidos, a iconografia cheia de beleza e humor, a forma como apresenta cheia de brasilidade. O trabalho de pintura abstrata brinca com a linguagem ao dar às suas produções títulos poéticos e intrigantes, como:

- *Ei...Oi...E aí? Vem, Vamos!*
- *Com quem está a chave do banheiro 10.*

⁹ Op.cit., p.17

¹⁰ COSTA, Oswaldo Corrêa da. In: MESQUITA, Ivo (Org.). *Beatriz Milhazes: pintura, colagem*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2008. p. 93

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

- *Ramadés, após conquistar o Egito, declara seu amor para Aída.*

Fica evidente a presença de um discurso acerca das questões de gênero – nos motivos, que reportam às estampas presentes nos tecidos e aos crochês, rendas, buquês, trepadeiras, flores, colares, arabescos – que pertencem ao universo doméstico, porém são apropriados e deslocados. As formas geométricas e orgânicas, bem como as cores vibrantes, se sobrepõem e dançam frente ao olhar do espectador. Seu trabalho veste o ambiente e demonstra "o fascínio pelo carnaval e pela padronagem dos tecidos populares."¹¹. "As pinturas de Milhazes têm também um caráter social autoconsciente."¹² Seus motivos falam da feminilidade, tanto a construída socialmente quanto como modo de vida e de trabalho que muitas mulheres fizeram e fazem.

A segunda artista com a qual construo essa narrativa, Leda Catunda, se apropria de imagens que estão no mundo e sobre elas interfere e as reorganiza. Constrói o seu trabalho partindo de tecidos e objetos do cotidiano e utiliza-se da colagem, da costura, da sobreposição e vedação de pintura sobre estampas. Usa em suas obras uma "manualidade deliberada, que se baseia em atividades associadas ao ambiente doméstico e feminino."¹³ Explora o campo visual, atribuindo-lhe dimensões táteis. Escolhe formas orgânicas e arredondadas, dando-lhes conotações de afeto. Algumas paisagens são recorrentes em seus trabalhos, identificadas com a sua memória afetiva e assumem uma representação onírica, "evocam árvores genealógicas nas quais os elementos estão ligados menos por laços de família do que pelo mapeamento de uma paisagem social e afetiva."¹⁴



Imagem 4: Leda Catunda. *Itacaré*, 2008, acrílica s/ tecidos, 243x187cm. Disponível em: <http://www.ledacatunda.com.br/portu/>

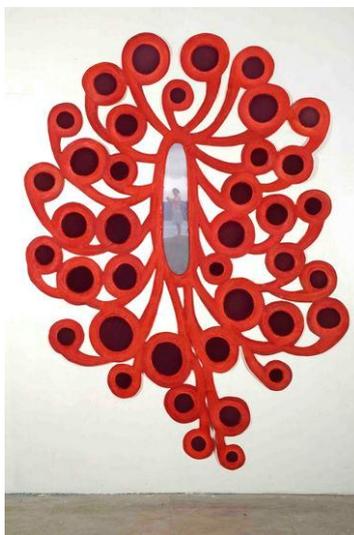


Imagem 5: Leda Catunda. *Amoroso*, 2008, colagem, 198x148 cm. Disponível em: <http://www.ledacatunda.com.br/portu/comercio.asp?>

¹¹ HERKENHOFF, Paulo. *Beatriz Milhazes: cor e volúpia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2006. p. 19

¹² SCHABSKY, Barry. In: PEDROSA, A. *Mares do Sul*. Rio de Janeiro: CCBB, 2003. p. 109

¹³ TONI, Lillian. In: MESQUITA, Ivo. *Leda Catunda 1983-2008*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009. p. 25.

¹⁴ TONI, Lillian. In: MESQUITA, Ivo. *Leda Catunda 1983-2008*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009. p. 31.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

comercio.asp?flg_Lingua=1&cod_Artista=92&cod_Serie=26
Acesso em: 20 de out. 2016

flg_Lingua=1&cod_Artista=92&cod_Serie=26
Acesso em 20 de out. 2016

No trabalho *Itacaré*, oferece uma imagem que vislumbra as qualidades do tecido, macia, confortável, com cenas de sonho, “nos oferece o paraíso”¹⁵.

A base do seu trabalho é a apropriação de diversos materiais de forma surpreendente, permeados por imagens do cotidiano familiar e urbano e "profundamente amoroso."¹⁶ Em *Memórias*, evoca algo orgânico como cérebro ou intestino, a pintura surge como "algo profundo no ser humano, integrado à sua vida".¹⁷ Em sua tese *Poética da maciez: pinturas e objetos*, explora a visualidade da pintura, apresentando uma série de trabalhos, *pinturas-objetos* com aparência visual e tátil amolecida, e reflete sobre a maciez conectando-se a obras de outros artistas que trabalham com o tema do amolecimento. Seu estudo teórico/prático demonstra o caráter feminino de sua produção, a predominância de formas redondas, ovais e de gotas, as superfícies de bordas grossas e roliças, como em *Almofadas Amarelas*.

Em *Mundo Macio, Todo Pessoal II e Amoroso*, harmoniza família e amigos. Apropria-se de imagens e de materiais macios, atribuindo-lhes novas representações. Essa maneira de Catunda lidar com as memórias afetivas e a busca da maciez por meio da utilização de tecidos encontra afinidade com a expressão que procuro no meu trabalho.



Imagem 6: Leda Catunda. *Memórias*, 1988, acrílica s/ tela, óleo s/ telinhas, 163x233cm. Disponível em: http://www.ledacatunda.com.br/portu/comercio.asp?flg_Lingua=1&cod_Artista=90&cod_Serie=6
Acesso em: 20 de out.2016

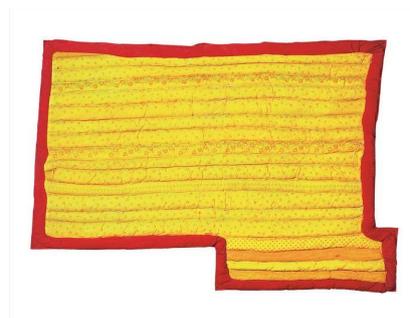


Imagem 7: Leda Catunda. *Almofadas Amarelas II*, 1991, acrílica s/ tecido, 231x305cm. Disponível em: http://www.ledacatunda.com.br/portu/comercio.asp?flg_Lingua=1&cod_Artista=91&cod_Serie=9
Acesso em: 20 de out. 2016

¹⁵ *Ibid.*, p.33

¹⁶ MESQUITA, Ivo. *Leda Catunda 1983-2008*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009. p. 39.

¹⁷ *Ibid.*, p.41

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**



Imagem 8: Leda Catunda. *Mundo Macio*, 2007, acrílica s/ tela e voile, 187x290cm. Disponível em: http://www.ledacatunda.com.br/portu/comercio.asp?flg_Lingua=1&cod_Artista=92&cod_Serie=25
Acesso em 20 de out. 2016

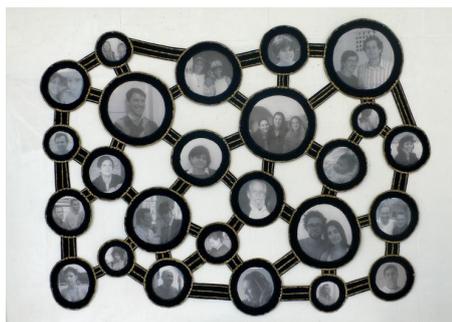


Imagem 9: Leda Catunda. *Todo Pessoal II*, 2008, acrílica s/ voile e tela, 226x 292 cm. Disponível em: http://www.ledacatunda.com.br/portu/comercio.asp?flg_Lingua=1&cod_Artista=92&cod_Serie=26
Acesso em 20 de out. 2016

Encontro a possibilidade de diálogo com a poética da artista tanto pela forma como se apropria de estampas, objetos e afazeres femininos, quanto pelo modo como os reorganiza e ressignifica, de forma afetuosa, poética e amorosa. Retrata suas memórias pessoais, mas está revelando um momento histórico, está tratando de questões da cultura brasileira e do universo feminino. O desdobramento que oferece em suas obras vai muito além do pessoal: se podemos reconhecê-la, podemos nos reconhecer como pessoas com questionamentos semelhantes num mundo sobrecarregado de imagens.

Joana Vasconcelos, ao deslocar objetos, oferece uma visão ao mesmo tempo cúmplice e crítica da sociedade contemporânea, discute as dicotomias artesanal/industrial, privado/público, tradição/modernidade e cultura popular/cultura erudita. Seu processo criativo envolve "apropriação, descontextualização e subversão de objetos pré-existentes e realidades do cotidiano".¹⁸

Vasconcelos não ignora as mazelas sociais, busca saídas, compromete-se também com as causas femininas por meio da beleza e de uma reinterpretação divertida, faz uma espécie de brincadeira visual. Não foge das tradições nem as trata de forma nostálgica, oferece novas interpretações utilizando-se dos materiais visuais, registra momentos de afirmação do prazer e da alegria. Embora exista em seu trabalho crítica cultural, existe também celebração¹⁹. Faz uma releitura do artesanato, recriando e ressignificando objetos de uso cotidiano, colocando-os em outro contexto. A utilização que faz dos tecidos encontra ressonância com o que busco para desenvolver minha poética, na qual os tecidos contam histórias de pessoas e lugares. Antes de artigos de coleção, eram objetos de afeto, peças de memórias. Agrada-me especialmente a forma como Vasconcelos preza a beleza, o colorido e a visão lúdica. Como utiliza o artesanato para criticar o lugar que ocupou durante séculos na vida cotidiana das mulheres, lembrando que o artesanato serviu para mantê-las no espaço privado e

¹⁸<http://joanavasconcelos.com/biografia.aspx>. Acesso em 25-fev-2016

¹⁹SARTWELL, Crispin. In: VASCONCELOS, Joana. *Material World*. London: Thames& Hudson, 2015. p. 308 [tradução livre Gabriel Vaz Amorim].

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

também, muitas vezes, como meio de sobrevivência, como trabalho. Em suas obras, desloca o artesanato para o espaço público e ao fazê-lo altera suas funções originais. Discute tanto as questões do feminino quanto do trabalho artesanal, de forma bem humorada, numa profusão de cores que não abandona a noção de belo, mas que a reforça. Mostra que é possível tratar de questões sociais, de injustiças e de indignação, com a beleza e a ludicidade, atraindo e provocando olhares.



Imagem 10: Joana Vasconcelos, *Valquíria #2*, 2004, tricô e crochê em lã feitos à mão, malha industrial, tecidos, poliéster, cabos de aço. 160 x 90 x 300 cm. Exposto na Livraria Martins Fontes, São Paulo, Avenida Paulista. Disponível em <<http://joanavasconcelos.com/info.aspx?oid=483>> Acesso em 01 de mar. 2016

Desperta intenso alvoroço o contato com a obra acima, exposta na Livraria Martins Fontes, em São Paulo. Pende do teto da livraria envidraçada, como se dançasse e nos convidasse a dançar, exala maciez, euforia e vibração. Indescritível o prazer visual, o estado de êxtase que em mim provocou. Faz parte da série *Valquírias*, que a artista iniciou em 2004 e segue realizando. Um trabalho "excêntrico, suave, complexo e convidativo, bem como estranho".²⁰ Utiliza o monumental, o gigante, desafiando grandes espaços, utilizando materiais macios. Ela brinca com a ideia de imenso e, ao mesmo tempo, com cada mudança de significado. Vasconcelos denominou a série de *Valquírias*, lembrando as divindades femininas da mitologia nórdica, "cujo dever era escolher o mais heróico entre os mortos em batalha para levá-los ao paraíso de Valhala"²¹. As *Valquírias* parecem também sobrevoar os espaços de exposição para realizar tarefas divinas. Elas têm aparência biológica e conotações antropomórficas. São estruturas orgânicas, acolhedoras, festivas e prazerosas. Construídas com ornamentos têxteis e com a colaboração de comunidades de mulheres artesãs, mistura técnicas de bordado, crochê, tecidos, formando uma relação multicultural. Para *Valquíria Enxoval*, utilizou o artesanato da cidade de Nisa, em Portugal reuniu bordados e objetos de olaria, reinterpretando-os à luz da contemporaneidade.

Em *Contaminação*, trabalho apresentado na Pinacoteca de São Paulo em 2008, reproduz formas orgânicas utilizando-se de tecidos trazidos de suas viagens à Turquia, Índia, África e Europa, agregando ornamentos, crochê, tricô e balangandãs de procedências diversas, alguns comprados na Rua 25 de Março, em São Paulo, no período da realização da montagem. Apresenta uma espécie de

²⁰ SARTEWELL, Crispin. In: VASCONCELOS, Joana. *Material World*. London: Thames & Hudson, 2015. p. 310 [tradução livre de Gabriel Vaz Amorim].

²¹ JUNCOSA, Enrique. In: VASCONCELOS, Joana. *Material World*. London: Thames & Hudson, 2015. p. 304 [tradução livre de Gabriel Vaz Amorim].

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

dragão de muitas cabeças que pende do teto e se espalha, subindo pelas paredes e ao longo do chão, dialogando com a arquitetura do Octógono da Pinacoteca. Esse estranho corpo, cresce, invade e contorna os vãos, seus tentáculos trançam-se pelas esculturas de Rodin, embrenhando-se pelos dois andares. É uma peça imensa, que sempre é vista em partes e "contamina" o ambiente numa explosão de cores e de infinitos detalhes. Esta série está relacionada às *Valquírias*, possui "mistério poético. Massas tentaculares de cores brilhantes e formas exuberantes se penduram ou se espalham por todo o espaço [...] para constituir metáforas" ²².



Imagem 11: Joana Vasconcelos. *Valquíria Enxoval*, 2009. Alinhavado de Nisa e outros bordados, aplicações em feltro, renda de bilros, frioleiras, olaria pedrada, tricô e croché em lã feitos à mão, tecidos, adereços, poliestireno, poliéster, cabos de aço. 400 x 530 x 1400 cm
Câmara Municipal de Nisa. Obra produzida com a colaboração de artesãs de Nisa. Disponível em: <http://joanavasconcelos.com>. Acesso em 20 de out. 2016



Imagem 12: Joana Vasconcelos. *Valkyrie Marina Rinaldi*, 2014
Croché em lã feito à mão, tecidos, adereços, poliestireno, poliéster 405 x 480 x 1244 cm
Coleção da artista/Cortesia Galerie Valérie Bach, Bruxelas
Disponível em: <http://joanavasconcelos.com/info.aspx?oid=2863>
Acesso em 20 de out. 2016



Imagem 13: Joana Vasconcelos. *Amazônia*, 2014
Croché em lã feito à mão, aplicações em feltro, tecidos, adereços, esferovite, poliestireno, poliéster, cabos de aço 1200 x 600 x 330 cm Coleção da artista
Disponível em: <http://joanavasconcelos.com/info.aspx?oid=2669>
Acesso em 20 de out. 2016



Imagem 14: Joana Vasconcelos. *Contaminação*, 2008-2010
Tricô e croché em lã feitos à mão, aplicações em feltro, malha industrial, tecidos, adereços, esferovite, poliéster, cabos de aço
Dimensões variáveis Pinault Collection
Disponível em: <http://joanavasconcelos.com/info.aspx?oid=33>
Acesso em: 20 de out.2016

²² Ibid., p.304

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.



Imagem 15: Joana Vasconcelos. *Contaminação*. 2008-2010. Tricô e crochê em lã feitos à mão, aplicações em feltro, malha industrial, tecidos, adereços, esferovite, poliéster, cabos de aço, dimensões variáveis. Disponível em: <<http://artepublica.blog.com/files/2008/12/Contamina%C3%A7%C3%A3o-Joana-Vasconcelos.jpg>> Acesso em 25 de fev. 2016

Outra série intrigante e lúdica é a *Bedspreads* (colchas). *Donzela* (2007) é um crochê branco pendurado na sacada de um edifício nobre, como se o vestisse, de forma irreverente e divertida. Foi apresentada em Portugal e na Itália; *Varina* (2008), um delicado crochê que veste a ponte Dom Luís I, na cidade de Porto. Nesses trabalhos contrapõe a delicadeza do crochê às estruturas arquitetônicas do edifício ou da ponte, criando uma imagem de ternura, aconchego e hospitalidade num ambiente inóspito. Transforma a cidade num lugar agradável, como se as edificações, esse espaço público, estivesse vestido para um cerimonial e fosse convite aos olhos e à imaginação.



Imagem 16: Joana Vasconcelos. *Donzela*, 2007
Crochê em algodão feito à mão, alumínio, cabos de aço
455 x 780 cm. Câmara Municipal de Santa Maria da Feira
Disponível em:
http://joanavasconcelos.com/det_en.aspx?o=939&f=1372
Acesso em 20 de out. 2016



Imagem 17: Joana Vasconcelos. *Varina*, 2008
Crochê em algodão feito à mão, cabos de aço
1500 x 3500 cm. Fundação Joana Vasconcelos, Lisboa
Disponível em:
<https://fotosafaris.wordpress.com/2008/08/14/varina-na-ponte-de-dluis/> Acesso em 20 de out. 2016

Considerações finais

Arrebatam-me os sentidos os trabalhos destas artistas na medida em que encontram ressonância em minhas memórias afetivas e projetam-se para um diálogo com o meu próprio trabalho. Ao visualizá-los vislumbro alegria, aconchego, maciez, conforto, cores e formas. Interessa-me especialmente o que eles têm de intrigante, de belo, de lúdico e, ao mesmo tempo, de contestador.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Meus trabalhos autorais estabelecem diálogo poético com estas artistas, entre tantas outras que trabalham com os mesmos materiais e com questões similares, remetem à ideia de tecer uma obra ao mesmo tempo em que se tece a vida, contando uma história, deixando "pegadas". Transitei por fios soltos e embaraçados, separei-os cuidadosamente, desfiz e refiz nós, urdindo tramas e tecendo memórias, para costurar histórias de um "tempo longo". O que espero dos trabalhos que proponho é que, aos olhos, mostrem esperança, delicadeza, beleza, amor e que transcendam estes limites, ressignificando nosso tempo.

Como proposta de trabalho, sob o título *Descansem em paz os mortos dentro de mim*²³, utilizo tiras de tecidos de procedências diversas que dialogam com as perdas pessoais e sociais. Descansam estes recortes de tecido, sobre uma estrutura de galhos secos, alongando-se e colorindo o ambiente. Discutem multiplicidade e incompletude, dores e prazeres, apontando à beleza. A escolha deste título marca a representação dos mortos dentro de mim como profundos rastros que definem minha maneira de estar e interagir no mundo. Em todas as situações em que me deparo com perdas por morte ou pelos tantos motivos que a vida nos impõe, recordo-me do livro *Descansem em paz nossos mortos dentro de mim*²⁴ e nele busco a aceitação do vazio que fica e a projeção da esperança que aponta o mastro enfeitado de plumas coloridas. Convivem em mim as marcas do "tempo longo" e as possibilidades do aqui e agora que vislumbram alegrias compartilhadas.



Neste trabalho busco enfeitar ossos e mastros²⁵, transformando-os em balangandãs que serão lançados para encantar os olhos das pessoas. Dançam os tecidos em sutis balanços, homenagem aos ausentes, em celebração aos presentes: "Parecem nos ensinar que para viver é preciso olhar a morte de frente, lamentá-la e depositá-la em lugar próprio e, se possível, tendo um mastro enfeitado como ponto de referência."²⁶

as com o livro *Descansem em paz os nossos mortos dentro de Sérgio Perazzo*, que discute a elaboração de situações de morte. a, razão de utilizá-lo para denominação do meu trabalho. *os mortos dentro de mim*. São Paulo. Francisco Alves, 1986.

²³Uma das histórias abordadas por Sérgio Perazzo descreve a elaboração da morte pelo índios Mairuns, contada por Darcy Ribeiro em sua obra *Maira*. Impressionou-me a forma como esses índios lidam com a morte de Anacã, chefe da tribo. Eles depositam o morto em cova rasa no centro da aldeia e convivem com todo o processo de decomposição até que restem apenas ossos que, desenterrados, são distribuídos entre os mais velhos da tribo que lavam, alisam e enfeitam com coloridas plumas, enquanto choram e lamentam a sua morte. Recolhem os ossos num cesto e os levam de canoa até a lagoa dos Mortos. No fundo da Lagoa fincam um mastro, amarram nele o cesto e remam para trás, sempre olhando para o lugar onde Anacã foi deixado. Convivem com a morte e celebram a despedida.

²⁶ PERAZZO, Sérgio. *Descansem em paz os nossos mortos dentro de mim*. São Paulo. Francisco Alves, 1986. p. 50

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Imagem 18: Rita Isabel Vaz. *Descansem em paz os mortos dentro de mim*
250 X 210 X 110 cm. Galhos de árvore e tiras de tecidos de procedências diversas. 2016. Acervo pessoal.

A obra que denomino *As veias aberta da América Latina*, reverenciando

Eduardo Galeano, fala por meio de um boneco de tecido, de cujo peito rasgado pende diferentes tecidos e se alastram pelo chão, de todas as atrocidades cometidas contra os povos nativos, ao mesmo tempo em que celebra a multiplicidade de nossas origens. Somos um pouco os que se foram, somos também os que permanecem e devem denunciar pela beleza, pela arte, projetando o colorido que sai das entranhas dos que foram massacrados, apontando para possibilidades de diálogo, solidariedade e compreensão do processo histórico.



Imagem 19: Rita Isabel Vaz. *Veias Abertas da América Latina*.
190 x 140 x 40 cm. Boneco de tecido claro, tiras de tecido. 2017. Acervo pessoal.

A obra *Pegadas*, referência às primeiras marcas que o homem primitivo visualizou no movimento dos seus próprios pés sobre o chão, consiste em passos carimbados, em diferentes direções, sobre tecido. Fala das impressões que deixamos no mundo, bem como das que carregamos em nós, e de como dialogam e determinam nossas relações com os outros seres e com a vida. É de alegria que estou falando, de possibilidades, qualquer que seja a proposta será sempre a de encontrar marcas no labirinto da vida.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.



Imagem 20: Rita Isabel Vaz. *Pegadas*
120 x 90 cm. Carimbo, bordado, sobre tecido de algodão.
2016. Acervo pessoal.

De tempos somos.
Somos seus pés e suas bocas.
Os pés do tempo caminham em nossos pés.
Cedo ou tarde, já sabemos, os ventos apagarão as
pegadas.
Travessia do nada, passos de ninguém? As bocas do
tempo contam a viagem.²⁷

O trabalho *Nós nos nós: somos feitos de muitos* fala, pelos carretéis de madeira perpassados por tiras de coloridos tecidos, dos muitos que habitam em nós. Peneira, carretéis e tecidos dialogam com atividades artesanais, com a possibilidade de transformar com as mãos, aludem as relações entre pessoas e como, dentro de nós, convive a diversidade. Discutem os nós das relações humanas, os embaraços e as possibilidades que se abrem se não deixarmos que se fechem em desesperanças, revelam beleza e amor.

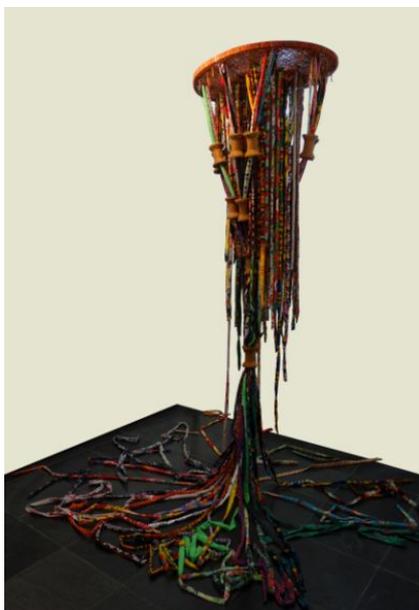


Imagem 21: Rita Isabel Vaz. *Nós nos nós: Somos feitos de muitos*.
265 x 90 x 90. Carretéis de madeira, tiras de tecidos
costuradas, peneira bordada.
2017. Acervo pessoal.

²⁷GALEANO, Eduardo. *As bocas do tempo*. Tradução Eric Nepomuceno. Porto alegre: L&PM, 2004. p. 7.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.



A obra *Arroubos de sonhos tecidos* mostra um manequim feminino coberto de tecidos, onde evoluções circulares ocupam o lugar da cabeça estendendo-se sobre o peito, o corpo como repositório dos devaneios, simbolizam a dimensão dos sonhos que se projetam do universo privado para o público. Projeto nesta representação do corpo feminino a história das mulheres, nossas origens africanas, indígenas, múltiplas, e o desejo de fascinar o mundo com muitas cores. Os diferentes padrões movimentam-se e criam um espaço onírico.

Imagem 22: Rita Isabel Vaz. *Arroubos de sonhos tecidos*.
210 x 150 x 150 cm. Manequim, tecidos, alumínio coberto com tecidos
Acervo pessoal

trabalhos, expressão de uma linguagem visual particular, reafirmam o mistério, o encanto tanto de suas cores e padrões quanto de suas texturas, falam de maciez, remetem aos afetos, à alegria. A ausência do colorido no mundo afirma a sua presença no meu trabalho, a mão transforma e leva para o mundo cor, movimento e ritmo. A padronagem presente nos tecidos contém a ideia de temporalidade, de processo, de crítica ao cotidiano.

Ressalto a importância histórica dos trabalhos manuais, enquanto meio de sobrevivência para muitas mulheres, embora confinadas no espaço doméstico, provocaram a transformação das relações de subordinação financeira. O trabalho de costureira, bordadeira, crocheteira, transcende o papel secundário no orçamento, para torná-la principal e muitas vezes única provedora, o que significa ao mesmo tempo liberdade e escravidão. Se por um lado a mulher conquista independência econômica, por outro estende sua jornada de trabalho indefinidamente, para cuidar dos filhos, dos afazeres domésticos e das costuras, bordados, crochês. O trabalho feminino no âmbito do "lar", na manutenção da casa, ou nas atividades manuais, construiu-se historicamente como "não-trabalho", portanto invisível. A percepção destas atividades acontece pela ausência, pela falta. A mulher não é reconhecida como trabalhadora pelo menos num primeiro momento, nem pelas próprias mulheres, que se autodenominam "do lar", nem pelos seus próximos que desqualificam esta categoria de atividade. Estes trabalhos imperceptíveis ganham visibilidade pelas lutas feministas em todos os campos. Poderia enumerar milhares de mulheres que exerceram papel fundamental para transformação do ser feminino, escolho aqui uma artista, Louise Bourgeois que nos anos de 1970, redimensionou o trabalho com tecidos e costura, por meio dos conhecimentos adquiridos da restauração de tapetes, meio de sobrevivência da sua família, retirando-os do espaço doméstico e utilitário para o espaço público da arte, o trabalho manual em sua obra surge como processo de transformação da realidade. Os trabalhos manuais, os adornos e ornamentos nas obras das artistas Beatriz Milhazes, Leda Catunda e Joana

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Vasconcelos reafirmam o fazer artesanal e feminino no espaço da arte. Algumas perspectivas foram abertas por meio dessa pesquisa que certamente se ampliam na minha relação com a arte. Esta é uma história recente que nos remete à memória do tempo presente, torná-la visível, afirmando sua existência e suas contradições, através da arte, é para mim um desafio.

Ao tecer essa narrativa, ao dialogar com as sensibilidades que as artistas mencionadas evocam nas urdiduras de suas obras e por fim ao me identificar e me ver enredada nos possíveis significados de seus trabalhos identifiquei minha poética e construí obras que modificam meu próprio olhar, almejando seduzir/transformar o olhar do espectador.

Referências

- GALEANO, Eduardo. **As bocas do tempo**. Tradução Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2004.
- GALEANO, Eduardo. **O caçador de Histórias**; tradução Eric Nepomuceno. 1ª ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2016.
- GIL, Gilberto. **A linha e o Linho**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Escrita Fina. 2013
- HERKENHOFF, Paulo. **Beatriz Milhazes: cor e volúpia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2006
- MATISSE, Henri. **Escritos e reflexões sobre arte: Henri Matisse**. Tradução Denise Bottmann, São Paulo: Cosac Naify, 2007
- MESQUITA, Ivo (Org.). **Beatriz Milhazes: pintura, colagem**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2008.
- MESQUITA, Ivo. **Leda Catunda 1983-2008**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009
- PAUL, Frédéric. **Beatriz Milhazes - Meu Bem**. São Paulo: Base7 Projetos Culturais, 2013
- PEDROSA, A. **Mares do Sul**, Rio de Janeiro: CCB, 2003.
- PERAZZO, Sérgio. **Descansem em paz os nossos mortos dentro de mim**. São Paulo. Francisco Alves, 1986
- VASCONCELOS, Joana. **Material World**. London: Thames & Hudson, 2015

Catálogos

CATUNDA, Leda. **Leda Catunda: Pinturas Recentes, curadoria Jacopo Crivelli Visconti**, Curitiba, Museu *Oscar Niemeyer*, 2013.

Teses, dissertações e monografias

CATUNDA, Leda. **Poética da Maciez: Pinturas e Objetos poéticos**. 2003. 140 f. Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo.

Sites internet:

<http://joanavasconcelos.com/biografia.aspx>

<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa9441/beatriz-milhazes>

http://www.ledacatunda.com.br/portu/depo2.asp?flg_Lingua=1&cod_Depoimento=42



AValiação Espectrofotométrica de Nitrato em Amostras dos Recursos Hídricos do Litoral Paranaense

Ana Carolina Carneiro da Silva (PIC, Fundação Araucária)
UNESPAR/Paranaguá, anacarolina.bio2014@gmail.com
José Roberto Caetano da Rocha (Orientador)
UNESPAR/Paranaguá, jose.rocha@unespar.edu.br

Palavras-chave: Nitrosaminas. Eutrofização. Método de Griess.

1. INTRODUÇÃO

Os recursos hídricos são ecossistemas aquáticos funcionais de ampla e essencial importância nos setores ecológicos e principalmente no econômico. Esses recursos são fundamentais nas mais diferentes áreas, porém se destacam em algumas áreas específicas como a agricultura, devido à irrigação de plantações e abastecimentos de animais e famílias. A escassez desse bem representa diminuição na produção de vegetais afetando a renda familiar de produtores rurais. A fauna e a flora são os primeiros organismos a perceber a falta da água, impactando negativamente sobre o meio ambiente (GOMES, 2011).

Os recursos hídricos comumente são depreciados devido à constante ocupação e uso incorreto do solo e despejo de poluentes nos corpos d'água (MENEZES *et al.*, 2010). Um dos maiores problemas ligado a poluição dos rios é a eutrofização, ou seja, o enriquecimento de nutrientes, tais como o fósforo (P) e o nitrogênio (N) que são os elementos químicos mais presentes em ambiente aquático (REIS; CAVALLET; ROCHA, 2013). Esses nutrientes normalmente são encontrados em baixas concentrações, obtidos como suplementos essenciais para o desenvolvimento, reprodução e sobrevivência de plantas e outros organismos (GUERREIRO; SÁ; RODRIGUES, 2012; LEITE, 2004). Porém quando ultrapassam limites determinados tornam-se poluentes ambientais. O processo de eutrofização é oriundo da introdução de despejos doméstico e industrial incorreto em afluentes (OLIVEIRA, 2010). Resultando na proliferação desordenada de algas e outros seres anaeróbicos acarretando na diminuição da concentração de oxigênio e luz, portanto, alterando a produção fotossintética (MERTEN, MINELLA, 2002; LIMA, 2006).

O nitrogênio é um elemento químico extremamente importante para diversas reações químicas e principalmente biológicas; vital para o metabolismo na vida aquática. O

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

macronutriente citado possui três formas iônicas que são classificadas a partir do seu número de oxidação (NO_3^- ; NO_2^- e NH_4^+). Dos três, o nitrato é a forma mais oxidada e também a mais estável do elemento, encontrado naturalmente em solos, águas e plantas, porém ele também é introduzido artificialmente a partir de descartes industriais e domésticos (CUNHA *et al.*, 2012; KENDLEIN, 2012; MELCHERT, 2005). Em águas naturais este íon é mais encontrado, no entanto, em baixas concentrações, visto que os seres vivos ali presentes utilizam o mesmo para o metabolismo de seu crescimento (MAZON *et al.*, 2005).

A potabilidade e qualidade das águas, sendo ela subterrânea ou superficial, são avaliadas a partir de características físico-químicas e microbiológicas que a mesma possui. Desta forma, determinar a concentração de nutrientes presentes em recursos hídricos torna-se um dos parâmetros mais importantes na caracterização do ecossistema e os possíveis eventos impactantes para o mesmo (REIS *et al.*, 2015; VARNIER *et al.*, 2010).

Em ecossistemas aquáticos, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) determina que para o bem-estar do meio, o íon não deve ultrapassar o limite máximo de 10mg. L^{-1} de N-NO_3^- . Em águas superficiais e subterrâneas quando as concentrações encontradas são superiores, o íon passa a ser considerado poluente ambiental, devido ao processo eutrofizante que o mesmo auxilia (SILVA, ROCHA, 2016). Esse contaminante inorgânico além de causar desequilíbrio ambiental em ecossistemas aquáticos, é prejudicial aos e seres humanos. Em bebês, o nitrato é rapidamente metabolizado a nitrito por ação de *Escherichia coli* (*E. coli*) convertendo a hemoglobina do sangue em metemoglobina causando a metemoglobinemia. Como consequência ocorre à diminuição de oxigênio levando o bebê a óbito (CORREA; ZACHARIAS; ROCHA, 2016; LUZ *et al.*, 2008). Em adultos a situação também é inquietante devido ao fato de que o nitrito, quando combinado com o agrupamento amina, resulta na formação de nitrosaminas, substâncias cancerígenas, induzindo a incidência de câncer de mama em mulheres e também de estômago. Havendo até mesmo relato de mutação em animais pesquisados (CLEMENTE *et al.*, 2014; SANTOS, 2013).

Os rios do litoral paranaense possuem características semelhantes, tais como a baixa profundidade, seus leitos serem pedregosos, perenes, calmos e na maioria apresentando coloração avermelhada devido à presença de ácido tânico (tanino). Além disso, os rios litorâneos representam imensa importância para os moradores locais e para os veranistas. Normalmente os mesmos geram lucros através de turismo de paisagem, prática de esportes de aventura, pesca esportiva e geração de renda por meio de comércio de peixes e passeios de barcos, especialmente na baía de Paranaguá, portanto, tornando-se locais utilizados comercialmente, além do apelo social (SILVEIRA, 2012).

Devido as fortes influências antrópicas ou não, que os rios recebem diuturnamente, torna-se extremamente importante monitorá-los continuamente, para determinar o nível de

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

contaminação que os mesmos recebem e assim questionar as autoridades públicas e privadas sobre o fato. Mantê-los preservados garante a sobrevivência de várias espécies de organismos que estão presentes ou que dependem do recurso hídrico em questão (FARAGE, 2009).

Existem várias metodologias analíticas que são utilizadas para a quantificação do íon nitrato em recursos hídricos. Entretanto no presente estudo, devido a disponibilidade de equipamento, foi utilizado a técnica espectrofotométrica através do método de Griess (RAMOS; SCHIMITT; CAVALHEIRO, 2006) com redução de nitrato a nitrito com zinco metálico (CORREA; ZACHARIAS; ROCHA, 2016). O método consiste da reação do íon nitrito com solução de sulfanilamida com bicloridrato de naftil-1-etilendiamina (NED) em meio ácido formando o azo composto de coloração rosada (RAMOS, SCHIMITT, CAVALHEIRO, 2006; RICE *et al.*, 2012).

O objetivo deste estudo foi de avaliar o nível de impacto ambiental que existe em alguns dos recursos hídricos da região litorânea paranaense, visto que o nitrato é a forma mais oxidada do elemento nitrogênio.

2. ÁREAS DE ESTUDO

Foram retiradas amostras de 10 pontos geográficos (Tabela 1) ao longo da Rodovia Engenheiro Rodovia Argus Thá Heyn (PR-407). Esses pontos estão em cada um dos lados dos rios: da Vila, São Joãozinho, Guaraguaçu, Peri e Balneário. Os dois primeiros estão localizados no município de Paranaguá. O terceiro está localizado na divisa dos dois municípios, ou seja, Paranaguá e Pontal do Paraná. Já os dois últimos estão localizados no município de Pontal do Paraná.

Pontos Amostrais	Localização	Coordenadas Geográficas
1A	Rio da Vila (Sentido Praia)	-25, 486148 -49, 031625
1B	Rio da Vila (Sentido Paranaguá)	-25, 585037 -48, 567356
2A	Rio São Joãozinho (Lado Direito)	-25, 664890 -48, 518402
2B	Rio São Joãozinho (Lado Esquerdo)	-25, 664907 -48, 518574
3A	Rio Guaraguaçu (Lado Direito)	-25, 671814 -48, 513035
3B	Rio Guaraguaçu (Lado Esquerdo)	-25, 671920 -48, 513145
4A	Rio Pery (Sentido Pontal)	-25, 687162 -48, 490173
4B	Rio Pery (Sentido Paranaguá)	-25, 687061 -48, 489971
5A	Balneário (Lado Direito)	-25, 697883 -48, 475548

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

5B	Balneário (Lado Esquerdo)	-25, 697693	-48, 495494
-----------	---------------------------	-------------	-------------

Tabela 1- Localização dos pontos amostrais em cidades do litoral paranaense.

Na tabela 1 acima, são indicadas as coordenadas geográficas da região amostrada. Nela são identificados os rios avaliados, sendo que o Rio da Vila tem a identificação 1 (A-B), o Rio São Joãozinho é 2 (A-B), o Rio Guaraguaçu é identificado como 3 (A-B), o Rio Pery é 4 (A-B) e por fim o Rio Balneário é identificado como o 5 (A-B). A e B indicam que sempre a posição amostrada foi dos dois lados da ponte em relação à rodovia.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

3.1. COLETAS DE AMOSTRAS

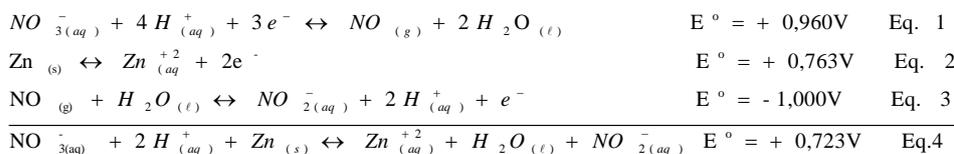
A coleta das amostras foi realizada em dois períodos amostrais, especificamente nos meses de Setembro/2016 e Março/2017. Essas coletas ocorreram em rios localizados ao longo da Rodovia Engenheiro Argus Thá Heyn, também conhecida como Rodovia das Praias (PR-407). A escolha destes pontos se deu, pois nessa rodovia ocorre um fluxo constante e intenso de carros, motos e caminhões, além dos moradores da região, portanto percebe-se intensa interferência antrópica.

As amostras foram recolhidas com o auxílio de coletor de polietileno e transferidas para garrafas de 500 mL que anteriormente foram acondicionadas com o material do rio. Após amostragem as porções foram levadas e mantidas em temperatura ambiente nas dependências do Laboratório de Avaliação dos Impactos Ambientais da Região de Paranaguá (LAVIMA) vinculado na Universidade Estadual do Paraná – *Campus* Paranaguá – PR (UNESPAR – Paranaguá).

3.2. METODOLOGIA ANÁLITICA

A determinação da concentração de nitrato (NO_3^-) nas amostras dos referidos rios foi obtida através da metodologia de Griess, após a redução de nitrato a nitrito usando zinco em pó (CORREA; ZACHARIAS; ROCHA, 2016). Para tanto, em 25mL da amostra ou de solução padrão foram adicionados 0,5g de zinco em pó, assim ocorre à redução do nitrato presente nas amostras a nitrito como representado na equação (Eq. 4). Após o tempo reacional de 120 minutos sem agitação, foram filtrados utilizando filtros de papel qualitativo. Ao filtrado foram adicionados 5mL da solução de sulfanilamida com bicloridrato de naftil-1-etilenodiamina em meio ácido. Depois de 15 minutos de formação da coloração rosa determinou-se as absorbâncias das soluções no espectrofotômetro U2M Quimis em 545nm. Os ensaios de cada solução padrão foram avaliados em cinco réplicas e os ensaios de cada amostra com três réplicas.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.



A quantificação do íon nitrato utilizou-se a equação da reta obtida com os resultados das soluções padrão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O íon nitrato (NO_3^-) normalmente não é encontrado em águas superficiais, porém, quando encontrado são tidos como locais que sofreram interferência antrópica (REIS *et al.*, 2015). A Rodovia Engenheiro Argus Thá Heyn foi avaliada devido às alterações provocadas pelas obras na paisagem da mesma, além de implantações de novos empreendimentos nas cidades por onde ela tem acesso.

Na Figura 2 está representada a equação da reta obtida a partir dos valores de absorbância em função das concentrações de nitrato presente em cada uma das soluções padrões. A equação da reta obtida foi **Abs. = 0,05819 + 0,33751 [N- NO_3^-], com $R^2 = 0,99719$.**

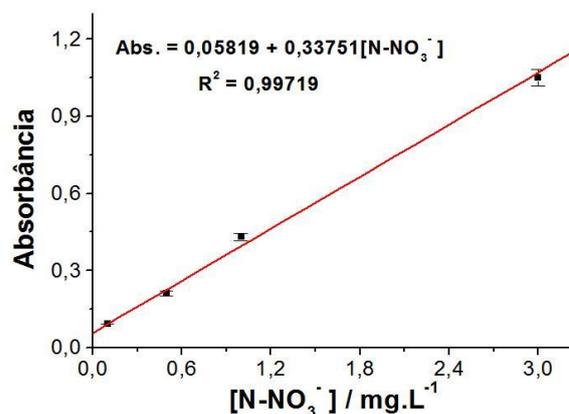


Figura 2 – Representação gráfica da equação da reta de nitrato que foi obtida utilizando soluções padrão de nitrato (0,1; 0,5; 1 e 3 mg.L^{-1}).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Com a equação obtida acima e os valores de absorvância das amostras reais determinou-se as concentrações de nitrato presente em cada uma das amostras dos rios avaliados. Esses valores são apresentados na Figura 3.

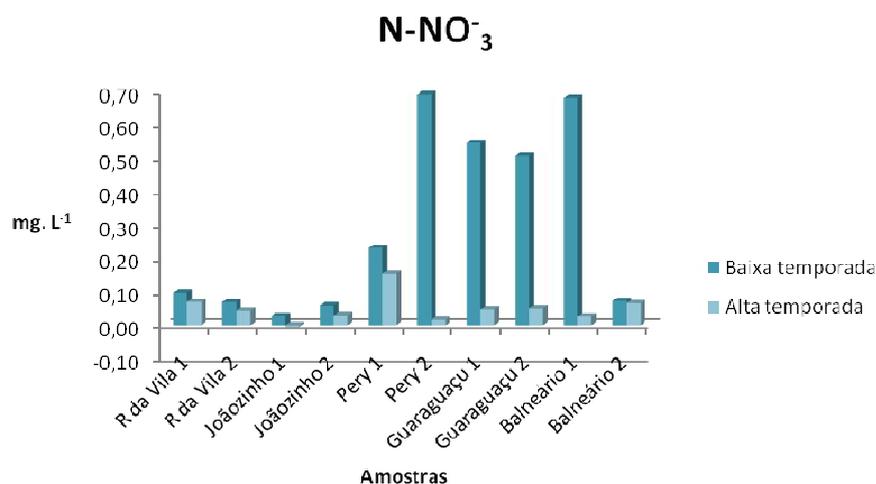


Figura 3- Concentração do elemento nitrogênio na forma do íon nitrato em cada um dos pontos amostrais dos rios do litoral paranaense na alta e baixa temporada.

Avaliando as concentrações do íon nitrato em todos os rios estudados na baixa temporada, que representa o período seco (setembro/2016), as mesmas variaram entre 0,03 a 0,69mg.L⁻¹. Sendo, portanto o íon encontrado em todos os pontos amostrais, mesmo que em baixas concentrações. No rio da Vila os valores ficaram entre 0,07 a 0,10mg.L⁻¹. Entretanto, no estudo realizado por França, Moraes e Rocha (2017) no mesmo período de baixa temporada no ano de 2014, não detectou o íon em nenhum dos pontos de amostragem. No rio São Joãozinho os valores ficaram entre 0,03 e 0,06mg.L⁻¹. Enquanto que Reis e colaboradores (2015) ao analisar 10 amostras aleatórias neste rio, constatou a presença do íon em apenas um dos pontos (0,77mg.L⁻¹), justamente aquele na confluência do rio com o Rio Guaraguaçu.

Os resultados das concentrações de nitrato, nesse período amostral, apresentaram valores abaixo do valor máximo permitido pela Resolução CONAMA 357/2005 para águas doces e superficiais, ou seja, 10mg.L⁻¹ de N-NO₃⁻.

Na amostragem denominada de alta temporada (março/2017), que também equivale a um período extremamente chuvoso, as concentrações de nitrato variaram entre 0,00 a 0,07mg.L⁻¹. Em todos os pontos amostrais se detectou a presença do íon nitrato, porém no ponto 1 do Rio São Joãozinho a concentração estava abaixo do limite de quantificação.No Rio da Vila os

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

valores obtidos foram entre 0,04 a 0,07mg.L⁻¹. Porém, França, Moraes e Rocha (2017) obtiveram valores superiores, porém o período amostrado foi em período seco, portanto sem chuvas. No São Joãozinho, que é um rio mais protegido devido a dificuldade de acesso os valores do íon nitrato variaram entre 0,00 e 0,03mg.L⁻¹. Esses resultados estão concordantes com aqueles obtidos por Reis e colaboradores (2015), visto que somente na embocadura do Rio São Joãozinho no Rio Guaraguaçu que o valor da concentração de nitrato encontrado por Reis e colaboradores (2015) foi maior. Esse fato é facilmente explicado pelo fato do volume do Rio Guaraguaçu ser muito superior ao do Rio São Joãozinho.

Portanto, constatou-se, que os maiores valores de concentrações do nitrato foram encontrados no período de baixa temporada, enquanto, os menores na alta temporada. Isto é explicado, devido que a última temporada avaliada também se caracterizou como período chuvoso, diluindo assim as concentrações dos íons presentes nas amostras.

5. CONCLUSÃO

Avaliando os resultados analíticos das concentrações do íon nitrato nota-se que os mesmos estão dentro dos parâmetros recomendados pelo CONAMA em sua Resolução 357/2005 em todos os pontos amostrais. Porém quando os resultados são comparados com resultados da bibliografia existente, percebe-se que as concentrações do íon nitrato nos rios avaliados vêm aumentando gradativamente, mesmo que em pequenas proporções. O monitoramento realizado durante esses dois períodos (baixa e alta temporada) constatou a importância de prosseguir com acompanhando desses parâmetros químicos nos rios localizados próximos a Rodovia Engenheiro Argus Thá Heyn.

6. AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Fundação Araucária e a PRPPG da UNESPAR pela bolsa PIC concedida conforme Edital 009/2016 da PRPPG-UNESPAR.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CLEMENTE, F.; MARINELLI, P. S.; OTOBONI, A. M. M. B.; TANAKA, A. Y.; OLIVEIRA, A. S.; NICOLAU, C. C. T. Verificação do teor de nitrito e nitrato em salsichas tipo hot dog em função dos métodos de cocção. Revista Analytica, São Paulo, v.12, n.73, p.72-78, 2014.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, Resolução nº357: Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências, Brasília, 17 de março de 2005.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

CORRÊA, J. A.; ZACHARIAS, M.; ROCHA, J. R. C. Avaliação do processo de redução de nitrato a nitrito em amostras de água utilizando zinco em pó. *Revista Analytica*, São Paulo, v.14, n.82, p.18-23, out/nov, 2016.

CUNHA, H. F. A., LIMA, D. C. I., BRITO, P. N. F., CUNHA, A. C. SILVEIRA JUNIOR, A. M.; BRITO, D. C. Qualidade físico-química e microbiológica de água mineral e padrões da legislação. *Ambi água*, Taubaté, v.7. n.3. p. 155-165, 2012.
Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.4136/ambi-agua.908>.

GUERREIRO, R. S.; SÁ, M. S.; RODRIGUES, L. A. P., Avaliação do teor de nitrito a nitrato em alimentos cárneos comercializados em Salvador. *Revista Intertox de Toxicologia, Risco Ambiental e Sociedade*, São Paulo, v.5, n.1, p.77-91, fev, 2012.

GOMES, M. A. F. Água: sem ela seremos o planeta Marte de amanhã. Março, 2011. Disponível em: < http://webmail.cnpma.embrapa.br/down_hp/464.pdf.

FARAGE, J. A. P. Influência do Uso e Ocupação do Solo na Qualidade da água e Capacidade Autodepurativa do Rio Pomba. 122f. Tese (Magister Scientiae)- Departamento de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2009.

FRANÇA, H. T. S., MORAES, S. R., ROCHA, J. R. C. Características Físico- Químicas das Águas do Rio da Vila em Paranaguá, PR. *ESPACIOS*, v.38, n.8, p.21, 2017. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a17v38n08/17380822.html>. Acesso em: 22/05/2017, 14:33.

KENDLEIR, C. P. Determinação do teor e nitratos e nitritos na água de abastecimento do município de Santa Rita. 68f. Monografia (Departamento de Química) - Centro Universitário La Salle- Unisalle, Canoas, 2010.

LEITE, A. E. B. Simulação do lançamento de esgotos domésticos em rios usando um modelo de qualidade d'água, SisBAHIA. 94f. Tese (Mestrado em Saúde Pública)- Departamento de Pós-Graduação em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, Rio de Janeiro Rio de Janeiro, 2004.

LIMA, E. C. R. Qualidade de água da baía de Guanabara e saneamento: Uma abordagem sistemática. 183f. Tese (Doutorado em Ciências em Planejamento Energético)- Departamento de Pós- Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LUZ, G. L, MEDEIROS, S. L. P., MANFRON, P. A., A. A. D., MULLER, L., TORRES, M. G., MENTGES, L. A questão do nitrato em alface hidropônica e a saúde humana. *Ciência Rural*, Santa Maria, v.38, n.8, p.2388-2394, nov, 2008.

MAZON, E. M. A., OLIVEIRA, A. C. G., BRÍGIDO, B. M., FREITAS, V. P. Estudo comparativo de métodos para determinação de nitrato em águas para consumo humano. *Revista Instituto Adolfo Lutz* v.64, n.1, 2005.

MELCHERT, W. R. Desenvolvimento de procedimentos analíticos limpos em sistemas de análises em fluxo para determinação de espécies de interesse ambiental. 80f. Tese (Doutorado em Química)- Departamento de Química. Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2009.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

MENEZES, J. M., PRADO, R. B., JÚNIOR, G. C. S., SANTOS, R. T. Manejo e conservação do solo e da água no contexto das mudanças ambientais. Rio de Janeiro: EMBRAPA Solos, 2010.

MERTEN, G. H., MINELLA, J. P. Qualidade da água em bacias hidrográficas rurais: Um desafio atual para a sobrevivência futura. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.3, n.4, p. 33-38, out./dez, 2002.

OLIVEIRA, P. S., A dinâmica dos nutrientes na água e a sua influência no processo eutrofizante do canal do mangue. In: *Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos- Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças- Espaço de Diálogos e Práticas*. Porto Alegre: Instituição de ensino organizadora, 2010. p.132

RAMOS, L. A.; CAVALHEIRO, C. C. S.; CAVALHEIRO, E. T. G. Determinação de Nitrato em Águas Utilizando Extrato de Flores. *Química Nova*, v. 29, p. 1114-1120, 2006.

REIS, C. S.; FRANÇA, H. T. S.; MOTYL, T; CORDEIRO, T. S.; ROCHA, J. R. C. Avaliação da Atividade Antrópica no Rio Guaraguaçu, Pontal do Paraná, PR. *Engenharia Sanitária e Ambiental*, v.20, n. 1, p. 389-394, 2015.

REIS, C. S., CAVALLET, L. E., ROCHA, J. R. C. Macronutrientes nas águas de irrigação em uma propriedade orgânica em Paranaguá-Pr. *Periódico Tchê Química*, v.11, p.85-91, 2013.

RICE, E. W.; BAIRD, R. B.; EATON, A. D.; CLESCERI, L. S. (ed.) *Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater*. 22nd Edition. Washington: American Public Health Association, 2012.

SANTOS, J. L. O. Estratégias analíticas para determinação de nitrito e nitrato em matrizes ambientais e alimentícias, empregando análises de imagens digitais. 130f. Tese (Mestrado em Química)- Departamento de Pós- Graduação em Química, Instituto de Química, Salvador, 2013.

SILVA, A. C. C., ROCHA, J. R. C. Determinação Espectrofotométrica de Nitrato em Amostras de Água Mineral. *Anais: Encontro Nacional de Iniciação Científica e Pós-Graduação*. Paranavaí: Universidade Estadual do Paraná, 2016.

SIVEIRA, L. U. (Coordenação) *Plano de Desenvolvimento e Zoneamento – PDZPO do Porto de Paranaguá*. Curitiba: Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (LABTEC), v.2, 345p. 2012.

VARNIER, C., IRITANI, M. A., VIOTTI, M., ODA, G. H., FERREIRA, L. M. R. Nitrato nas Águas Subterrâneas do Sistema Aquífero Bauru, Área Urbana do Município de Marília (SP). *Revista do Instituto Geológico*, São Paulo, v. 31, n.1/2, p.1-21, 2010.



ENRAIZAMENTO DE *Rhizophora mangle* L., SUBMETIDA A REGULADOR VEGETAL AIB E DIFERENTES ESTACAS.

Bruna Gomes Francisco (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Paranaguá, bruna.g.francisco@gmail.com

Luís Fernando Roveda (Orientador)
Unespar/Paranaguá, lfroveda@gmail.com

Palavras-chave: Estaquia. Manguezal. Propagação vegetativa.

INTRODUÇÃO

Manguezal é um ecossistema costeiro de transição entre o ambiente terrestre e aquático marinho, que se distribuem nas regiões tropicais e subtropicais do globo terrestre. O ecossistema de manguezal possui grande importância ecológica, sendo um ambiente de alimentação, desenvolvimento, reprodução e morada da fauna típica dos manguezais. A biota presente nos manguezais possui adaptação a fatores restritivos como salinidade, solo pobre em oxigênio e lodoso, mas com riqueza em matéria orgânica e que é regularmente alagado pela ação de marés (ANDRADE et al., 2016; CALEGARIO, 2012; CASASCO, SANTOS e QUIÑONES, 2014).

Através dos anos, a atividade humana vem alterando os ecossistemas. Deste modo, ocorre modificação na dinâmica do ambiente, transformando e comprometendo o equilíbrio do meio (RASP, 1999). O crescimento populacional nas áreas costeiras aumenta a atividade antrópica, como despejo de esgotos, desmatamento, atividade industrial e portuária. Desta forma, sendo fatores que ocasionam degradação das áreas de manguezais e impactam a fauna e flora local (CARVALHO & ROVEDA, 2016; KRUG, LEÃO & AMARAL, 2007; SOARES, 2010).

No litoral do Paraná o ecossistema de manguezal contém três das seis espécies arbóreas existentes, as quais compõem os bosques de manguezais podem-se citar o *Rhizophora mangle* L (mangue- vermelho), *Avicennia schaueriana* (mangue- preto) e *Laguncularia racemosa* (mangue-branco) (SCHMIDLIN et al., 2005; KOLM et al., 2002) O *Rhizophora mangle* L., (mangue- vermelho) da família Rhizophoraceae, é a espécie mais presentes nas florestas de manguezais do litoral do Paraná. O mangue- vermelho apresenta características tais como, glândulas de sais e raízes laterais. Além do mais, esta espécie pode ser avistada em áreas com maior nível de inundação pela ação de marés, terreno lodoso e concentração de sais. Outra característica da espécie, *Rhizophora mangle* L, é que apresentam substâncias como o tanino que é utilizado como corante na indústria, e também contém propriedades medicinais, agindo como antiinflamatório e antioxidante (FERREIRA et al., 2011).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

O método de estaquia é uma técnica de propagação utilizada para aquisição de mudas a partir de uma planta- matriz, sendo um procedimento de obtenção rápida de mudas (OLIVEIRA,2001). A formação de raízes no método de estaquia é essencial para a viabilidade destas mudas, que deverão se desenvolver na planta propagada (PIO et al.,2005) e mesmo parecendo uma técnica de fácil manuseio, o enraizamento não ocorre em todas as espécies, pois cada uma tem seu potencial rizogênico específico. Com isso, reguladores vegetais vêm sendo uma alternativa para que haja a propagação de espécies que possuem alguma restrição para a emissão de raízes (MINDÉLLO NETO, 2005).

A utilização de reguladores vegetais na técnica de estaquia objetiva o desenvolvimento radicular das estacas. Desta forma, o grupo de fito hormônios mais utilizado são as auxinas por oferecem funções biológicas de crescimento de órgãos, principalmente raízes. No entanto, a forma sintética das auxinas empregada na técnica é o regulador vegetal ácido indolbutírico (AIB) que desempenha formação radicular (BASTOS et al., 2005; MACHADO et al., 2005) O ácido indolbutírico(AIB) apresenta efeito indutor no desenvolvimento de raízes, deste modo podendo ampliar o número de espécies que terão o enraizamento esperado e com qualidade (CAMOLESI et al., 2007)

O presente estudo objetivou verificar a propagação vegetativa do mangue- vermelho (*Rhizophora mangle* L.), por meio da técnica de estaquia, avaliando-se a sobrevivência e capacidade de enraizamento das estacas, submetidas a regulador vegetal ácido indolbutírico (AIB) e diferentes métodos de retirada da periderme.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo foi realizado nas dependências da Universidade Estadual do Paraná, Paranaguá- PR (UNESPAR - *Campus* Paranaguá). A região apresenta alta umidade, sem período de seca e livre de geadas (KOEPPEN, 1948; IAPAR, 1978). O inverno é a estação do com menor índice pluviométrico, cerca de 60 mm de precipitação. No verão, entretanto, pode ultrapassar aproximadamente 1000 mm. Desta forma, sendo os picos de período seco e chuvoso respectivamente. Em relação às temperaturas médias do litoral do Paraná, encontram-se entre 16 e 18°C e 25 e 27°C, referindo-se as mínimas e máximas registradas, por essa ordem (VANHONI, 2008).

As estacas de mangue-vermelho (*Rhizophora mangle* L) foram obtidas em duas coletas, realizadas nos meses de Fevereiro e Março de 2017. A primeira coleta de estacas lenhosas ocorreu no bosque de manguezal no Parque Estadual do Palmito (25° 35' S e 48° 30' W) local que não há interferência antrópica. A segunda coleta, com estacas herbáceas ocorreu no bairro do Rocio (25° 30' S 48° 31' W) que possui proximidade com residências e o Porto de Paranaguá (Figura 1).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.



Figura 1: Locais de realização da 1ª coleta (A) estacas lenhosas e 2ª coleta (B) estacas herbáceas. Em círculo pontos de realização da coleta. Fonte: Google Earth, 2017.

As estacas foram retiradas da região apical das árvores com comprimento aproximado de 10 cm. Para evitar desidratação, foram cortados ao meio e retirados dois terços de folhas da base da estaca e as gemas mantidas (OLIVEIRA, 2009). Deste modo, com as estacas imersas em água, para a hidratação, ocorreu o transporte até a instituição de ensino, prosseguindo com o preparo laboratorial.

No laboratório, as estacas foram submetidas a regulador vegetal ácido indolbutírico (AIB) com concentração de 2000 mg L⁻¹ por dez segundos. As estacas foram submetidas ao método de estaquia com imersão basal, onde a base da estacas ficou continuamente imersas em água e 5 cm acima em substrato (areia). As estacas foram submetidas a diferentes tratamentos que consistia na retirada da periderme, sendo: 1- sem interferência (SN); 2- com anelamento na porção da estaca em contato com o substrato (A); 3- com retirada da periderme na região basal das estacas (R); 4- dois últimos tratamentos da retirada da periderme descritos (A+R) (Figura 2). Foram utilizadas número amostral de 28 estacas, subdivididas nos 4 métodos de retirada da periderme com 7 repetições.

As estacas de *Rhizophora mangle* L., foram plantadas em recipientes reaproveitados de garrafas PET. A forma do plantio ocorreu pelo método de indução basal, onde a base da estaca fica imersa em água, para mantê-la hidratada, e a região intermediária encoberta por substrato (Figura 3). O acondicionamento foi realizado em estufa aberta lateralmente com irrigação automática a cada 4 com duração de 5 minutos. Após 45 dias, o experimento foi encerrado por não haver resposta de enraizamento da espécie *Rhizophora mangle* L.

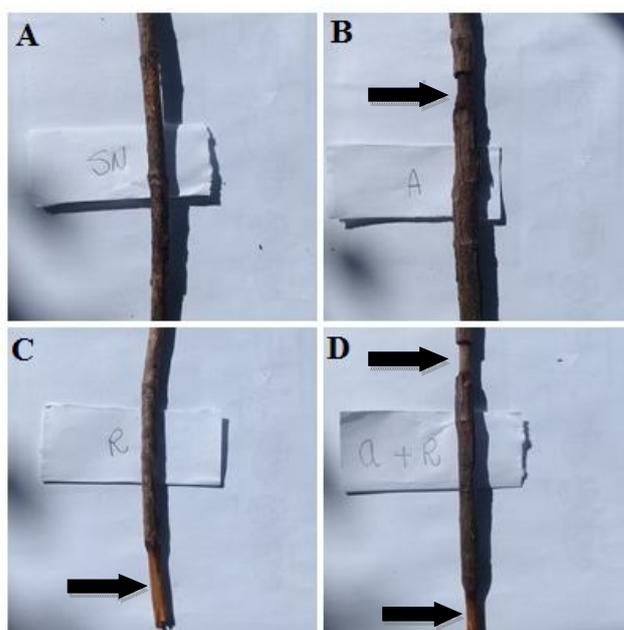


Figura 2: Procedimentos de retirada da periderme das estacas de *Rhizophora mangle* L., sendo: 1- sem interferência (SN); 2- com anelamento na porção da estaca em contato com o substrato (A); 3- com retirada da periderme na região basal das estacas (R); 4- dois últimos tratamentos da retirada da periderme descritos (A+R).
Fonte: O autor, 2017.



Figura 3: Método de indução basal, onde a estaca fica com a região basal imersa em água, enquanto, a porção intermediária encontra-se encoberta por substrato. Fonte: O autor, 2017.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Os dados obtidos foram submetidos à análise de variância e quando constatada significância pelo teste F, as médias foram testadas dentro de métodos pelo teste de Tukey ao nível de 5% de probabilidade de erro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados demonstraram tanto para estacas herbáceas quanto as lenhosas, que independente do método de retirada da periderme, indução hormonal e imersão basal, as estacas sofreram rápida desidratação não ocorrendo desenvolvimento de raízes. Podemos mencionar princípios próprios da planta e externos que atuam no processo de enraizamento das estacas, tais como, concentração dos hormônios vegetais que irá variar conforme a espécie, equilíbrio entre os hormônios reguladores e inibidores do enraizamento, capacidade genética da planta matriz para o desenvolvimento de raízes, idade fisiológica desfavorável, e fatores abióticos do ambiente natural da planta comparado com a que a estaca será acondicionada (XAVIER et al., 2009).

A tabela 1 apresenta o acompanhamento quinzenal das estacas herbáceas e lenhosas de mangue-vermelho até o dia que o experimento foi encerrado. Pode-se observar que as estacas desidrataram rapidamente, as herbáceas após 30 dias de experimento estavam mortas. Segundo Lima et al. (2006) estacas jovens tendem a perder maior quantidade de umidade, deste modo, desidratando de forma vertiginosa. Em relação às estacas lenhosas, outro fator que afeta a não formação de raízes é a presença de inibidores no desenvolvimento de raízes, conforme relatado por Pacheco (2007).

Tabela 1: Desempenho das estacas de mangue-vermelho (*Rhizophora mangle* L.) lenhosas e herbáceas no período de 45 dias.

DESEMPENHO DAS ESTACAS LENHOSAS DE <i>Rhizophora mangle</i> L. em dias				
DIA	1	15	30	45
	Estacas hidratadas	Estacas sem presença de folhas ou brotações	Estacas aparentemente sem resposta de enraizamento	Estacas mortas

DESEMPENHO DAS ESTACAS HERBÁCEAS DE <i>Rhizophora mangle</i> L. em dias			
DIA	1	15	30
	Estacas hidratadas	Estacas sem presença de folhas ou brotações e sem aparente resposta de enraizamento	Estacas mortas

O estudo realizado por Teixeira (2008) avaliou a propagação vegetativa de mangue-vermelho pela técnica de estaquia. Em um de seus experimentos de estacas *Rhizophora mangle* L. submetidas à

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

concentração de 5 g L⁻¹ de ácido indolbútrico e lesão mecânica na base, houve desidratação após 30 dias do início do experimento. O que confirma a não resposta da espécie pelo processo de estaquia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se no estudo que as estacas de *Rhizophora mangle* L. sendo submetidas ao ácido indolbútrico (AIB) e retirada da epiderme em diferentes posições não mostrou resposta no desenvolvimento de raiz.

Apontou-se que mesmo com recipiente que mantinha a porção basal da estaca imersa em água as estacas de mangue-vermelho desidrataram, e mostrando ausência resposta.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. S.; ALVES, N. M. S.; FARIAS, M. C. V.; SANTANA, B. L. P. Aspectos e conservação da biodiversidade na Comunidade Quilombola Santa Cruz – Brejo Grande/SE. **Revista de Geociências do Nordeste**, Rio Grande do Norte, v.2, n. 3, p. 832- 840, Maio, 2016.

BASTOS, D. C.; PIO, R.; SCARPARE FILHO, J. A.; LIBARDI, M. N.; ALMEIDA, L. F. P. de; ENTELMANN, F. A. Enraizamento de estacas lenhosas e herbáceas de cultivares de caqui com diferentes concentrações de ácido indolbútrico. **Revista Brasileira de Fruticultura**, São Paulo, v.27, n.1, p. 182-184, Abril, 2005.

CALEGARIO, G. **Aspectos estruturais da vegetação do manguezal do estuário do rio São João, RJ**. 73f. Dissertação (Mestrado em- Ecologia e Recursos Naturais)- Departamento de Ecologia, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2012.

CAMOLESI, M. R.; UNEMOTO, L. K.; SACH, P. J. D.; ROBERTO, S. R.; SATO, A. J.; FARIA, A. P.; RODRIGUES, E. B.; SILVA da, J. V. Enraizamento de estacas semilenhosas de pessegueiro “Okinawa” sob efeito de lesão e ácido indolbútrico. **Ciência Rural**, Rio Grande do Sul, v. 37, n.6, p.1805- 1808, Nov- Dez, 2007.

CARVALHO, J. I.; ROVEDA, L. F. Caracterização arbórea em diferentes manguezais. **Anais III Encontro Anual de Iniciação Científica**. Paraná: Universidade Estadual do Paraná, 2016.

CASASCO, B. S.; SANTOS, C. L. dos; QUINONES, E. M. Recuperação de manguezais brasileiros. **Revista Ceciliansa**, São Paulo, v.1, n.6, p. 1-5, Junho, 2014.

FERREIRA, F. S.; SANTOS, S. C.; BARROS, T. F.; ROSSI-ALVA, J. C.; FERNANDEZ, L. G. Atividade antibacteriana *in vitro* de extratos de *Rhizophora mangle* L. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, São Paulo, v.13, n.3, p.305-310, Janeiro, 2011.

GOOGLE EARTH-MAPAS. Disponível em: <<http://mapas.google.com>>

IAPAR - Instituto Agrônômico do Paraná. **Cartas climáticas básicas do Estado do Paraná**. Londrina, 1978.

KOLM, H. E.; SHOENENBERGER, M. F.; PIEMONTE, M. da R.; SOUZA, P. S. de A.; SCUHLI, G. S.; MACCIATTO, M. B.; MAZZUCO, R. Spatial variation of bacteria in surface waters of Paranaguá

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

and Antonina bays, Paraná, Brazil. **Brazilian Archives of Biology and Technology**, Paraná, v.45, n.1, p. 27-34, Março, 2002.

KÖPPEN, W. Climatologia: con un estudio de los climas de la tierra. Fondo de Cultura Económica. **México**, 1948.

KRUG, L. A.; LEÃO, C.; AMARAL, S. In: Dinâmica espaço-temporal de manguezais no Complexo Estuarino de Paranaguá e relação entre decréscimo de áreas de manguezal e dados sócio-econômicos da região urbana do município de Paranaguá – Paraná, 2007, Florianópolis. **Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, 2007. p. 2753-2760.

LIMA, R. de L. S de; SIQUEIRA, D. L de; WEBER, O. B.; CAZETTA, J. O. Comprimento de estacas e parte do ramo na formação de mudas de acerola. **Revista Brasileira de Fruticultura**, São Paulo, v.28, n.1, p. 83-86, 2006.

MACHADO, M.P.; MAYER, J. L. S.; RITTER, M.; BIASI, L. A. Ácido indolbutírico no enraizamento de estacas semilenhosas do porta-enxerto de videira ‘VR043-43’ (*Vitis vinifera* X *Vitis rotundifolia*). **Revista Brasileira de Fruticultura**, São Paulo, v.27, n.3, p.476-479, Dezembro, 2005.

MINDELLO NETO, U. R. Enraizamento de estacas de pessegueiro em função do uso de ácido indolbutírico e fertilizante orgânico. **Revista Brasileira de Fruticultura**, São Paulo, v. 27, n.1, p. 92-94, Abril, 2005.

OLIVEIRA, M. C. de; RIBEIRO, J. F.; RIOS, M. N. da S.; REZENDE, M. E. **Enraizamento de estacas para a produção de mudas de espécies nativas de matas de galeria**. Recomendação técnica EMBRAPA. Disponível em:

< <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/566480/1/rectec41.pdf>>

OLIVEIRA, Y de. **Micropropagação de *Melaleuca alternifolia* (Maiden & Betche) Cheel**. 92f. Dissertação (Mestrado em- Produção Vegetal)- Departamento de Fitotecnia e Fitossanitarismo, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, 2009.

PACHECO, J. P. **Estaquia de *Luehea divaricata* Mart. (Açoita-cavalo)**. 84f. Dissertação (Mestrado em- Engenharia Florestal)- Departamento de Concentração Silvicultura, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2007.

PIO, R.; BASTOS, D. C.; BERTI, A. J.; SCARPARE FILHO, J. A.; MOURÃO FILHO, F. de A. A.; ENTELMA, F. A. Enraizamento de diferentes tipos de estacas de oliveira (*Olea europaea* L.) utilizando ácido indolbutírico. **Ciência e Agrotecnologia**, Minas Gerais, v.29, n.3, p.562-567, Maio/Junho, 2005.

RASP, U. **Ambiente e saúde em área de manguezal: O caso de Vila Velha, Itamaracá- PE**. 109 f. Dissertação (Mestrado em- Saúde Pública)- Departamento em saúde coletiva, Instituto Aggeu Magalhães, Recife, Pernambuco, 1999.

SCHMIDLIN, L. A. J.; ACCIOLY, A.; ACCIOLY, P.; KIRCHNER, F.F. Mapeamento e caracterização da vegetação da ilha do Superagui utilizando técnicas de geoprocessamento. **Revista Floresta**, Paraná, v.35, n.2, p. 303-315, Maio/Agosto, 2005.

SOARES, I. A. **Análise da degradação ambiental das áreas de preservação permanente localizadas no estuário do rio Ceará-Mirim/RN**. 97f. Dissertação (Mestrado em- Desenvolvimento e Meio Ambiente)- Departamento de Oceanografia e Limnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, 2010.

TEIXEIRA, K. C. dos S. **Propagação de plantas de mangue visando a recuperação de áreas degradadas**. 148 f. Dissertação (Mestrado em- Desenvolvimento e meio ambiente)- Núcleo de Pós-

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, Sergipe, 2008.

VANHONI, F. E MENDONÇA, F. O clima do litoral do estado do Paraná. **Revista Brasileira de Climatologia**, Paraná, v.3, n. 10, p. 53-55, Agosto, 2008.

XAVIER, A.; WENDLING, I.; SILVA, R. L. da. **Silvicultura clonal: princípios e técnicas**. Viçosa, Editora: UFV- Universidade Federal de Viçosa, 2009.



A VALORAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UM ESTUDO NO PARQUE ESTADUAL LAGO AZUL EM CAMPO MOURÃO NO PARANÁ.

Rita Matielle Ast da Silva (PIBIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus Campo Mourão, rita.turismo@outlook.com
Juliana Teixeira (Orientadora)
Unespar/Campus Campo Mourão, julianatma@gmail.com

Palavras-chave: Áreas Naturais Protegidas. Valoração. Benefícios da Conservação.

INTRODUÇÃO

As Unidades de Conservação, no Brasil, da categoria Parque, possuem como objetivo a conservação da biodiversidade e a visitação pública conforme legislação nacional (BRASIL, 2000) e as orientações internacionais (IUCN, 1994). Porém, observa-se nesses locais deficiências com relação a gestão dessas unidades, por parte dos organismos públicos, que não investem adequadamente nos Parques brasileiros, os quais, apresentam comumente infraestrutura precária, recursos humanos escassos, dentre outras deficiências (DOUROJEANNI e PÁDUA, 2007). Portanto, questionou-se nessa pesquisa: Quais os demais benefícios, para além da conservação, como os econômicos e os sociais, as unidades de conservação possuem que contribuem para as localidades e regiões onde se inserem? Para a realização dessa pesquisa foi selecionado como objeto de estudo o Parque Estadual Lago Azul (PELA) localizado na região de Campo Mourão.

O objetivo geral da pesquisa, portanto, foi valorar os benefícios sociais e econômicos do Parque Estadual Lago Azul em Campo Mourão no Paraná. Com base no objetivo geral definiram-se os objetivos específicos que foram: a) Levantar informações gerais sobre o Parque Estadual Lago Azul; b) Selecionar metodologia para valoração dos benefícios sociais e econômicos; c) Selecionar os itens a serem valorados; d) Analisar os benefícios sociais e econômicos do Parque Estadual Lago Azul.

Justificou-se a relevância para a realização dessa pesquisa em razão da necessidade em levantar e apresentar os benefícios econômicos e sociais que o PELA traz para a localidade e região onde está inserido. Isso porque, sabe-se que o Parque é relevante com relação a preservação da biodiversidade regional, porém, há a necessidade em agregar resultados que apresentem também sua relevância por trazer demais benefícios econômicos e sociais que contribuem regionalmente. Esses resultados são importantes no momento das tomadas de decisões pelos órgãos gestores e pelos próprios gestores das Unidades e, ainda, são ferramentas indispensáveis para a captação de auxílios que contribuam na manutenção e expansão das atividades do Parque.

METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa dividiu-se a metodologia de trabalho em duas grandes etapas. A primeira delas contou com levantamento da literatura e documental relacionada ao tema sobre áreas naturais protegidas; valoração de benefícios sociais e econômicos e sobre o Parque Estadual Lago Azul. Em seguida, iniciou-se a segunda etapa que selecionou e analisou a metodologia de valoração dos benefícios econômicos e sociais desenvolvida e ofertada pela Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza (FGBPN) denominada “Roteiro para valoração de benefícios econômicos e sociais de unidades de conservação (FGBPN, 2015). Dentre os nove itens apresentados na metodologia para a valoração dos benefícios (a: Retorno da Imagem; b: Uso Público; c: Estimativa do benefício do serviço ambiental a partir da repartição de receitas tributáveis (ICMS Ecológico); d: Impacto de contratações e aquisições locais; e: Abastecimento de água para a comunidade local, a dessedentação animal, a irrigação e a geração de energia elétrica; f: Proteção do solo; g: Educação Ambiental; h: Pesquisa científica; i: Estimativa dos benefícios de emissões evitadas de Gases de Efeito Estufa (GEE)), foram elegidos os itens **a**; **b** e **c** em razão das especificidades da Unidade de Conservação pesquisada e também em razão do tempo para a realização da pesquisa e a quantidade de recursos humanos e financeiros empregados para seu desenvolvimento. Após a seleção dos itens a serem valorados foram realizados estudos para a compreensão e aplicação das metodologias e posteriormente estas foram aplicadas. Por fim, após estudos sobre a literatura empregada na pesquisa, a realização das análises, a produção das bases teóricas somou-se a elas os resultados e análises obtidos com o emprego das metodologias de valoração dos benefícios da Unidade de Conservação e a construção das considerações finais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O SNUC (2000) estabelece dois grupos de Unidades de Conservação (UC): as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável. As UC's de Uso Sustentável tem como objetivo conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte de seus recursos naturais. Fazem parte desse grupo: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2000).

Com relação às Unidades de Proteção Integral elas permitem somente o uso indireto dos recursos naturais e possuem como objetivo central a preservação da natureza. Compõem o grupo: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; Refúgio de Vida Silvestre. Os Parques Nacionais brasileiros, seguindo a lógica mundial, e correspondendo, portanto, a

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

categoria Parque Nacional instituída pela IUCN (IUCN, 1994), possuem como objetivo central preservar os ecossistemas naturais de relevância ecológica e que contenham beleza cênica singular “possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico¹” (BRASIL, 2000).

As Unidades de Conservação, portanto, podem ser definidas como:

[...] espaços territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente (SNUC, 2017).

Desta forma todas as áreas ambientais com suas características e propriedades próprias, que são asseguradas contra qualquer dano que possa ser causada para a mesma, é uma UC. Além de serem espaços de uso sustentável dos recursos naturais e incluírem as comunidades locais no desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis (SNUC, 2017).

Todas as atividades realizadas nas UC's estão voltadas para a preservação do meio ambiente local, como Filho cita “[...] seus objetivos estão sempre encartados nos ideais de preservação ambiental. [...]” (2009, p.30).

Desta forma pode se conceituar unidades de conservação como aquelas áreas em que seus limites são definidos, existe um órgão responsável por sua gestão, além das suas características e formas de vida serem protegidas.

Bensusan (2006) faz uma avaliação histórica das unidades de conservação, sendo que estas começaram a ser criadas no início do séc. XIX, mas sem nenhuma popularidade. A partir do séc. XX com a crescente degradação do meio ambiente houve um aumento dessas áreas protegidas.

No Brasil um dos precursores da criação das unidades de conservação foi André Rebolças, que trouxe esta proposta para o país inspirado no primeiro parque de conservação criado nos Estados Unidos, o *Yellowstone*. Este teve a ideia de instituir o parque das Sete Quedas e da Ilha do Bananal, mas não teve apoio. Anos mais tarde foi criado o parque Nacional Itatiaia no Rio de Janeiro (SERRANO e BRUHNS, 2007, p.106).

Bensansun (2006) explica que o primeiro parque a ser criado foi o *Yellowstone*, em 1872 nos Estados Unidos. Depois deste os países começaram a criar outros parques como a África do Sul e a Austrália em 1898, o Chile em 1926 e o Brasil em 1937. Ele ainda ressalta que em 2003, no 5º Congresso Mundial de Parques foi realizado um acordo, contendo algumas linhas de ação como o apoio ao desenvolvimento sustentável e à conservação da natureza; a utilização de um sistema global para as áreas protegidas ligado as paisagens relativas; mais efetividade dos planos de manejo; apoio ao desenvolvimento das comunidades locais e dos povos indígenas; apoio da sociedade para a área

¹ As políticas públicas de turismo no Brasil substituem, atualmente, o termo “turismo ecológico” pelo termo “ecoturismo” como segmento de atividade turística (BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

protegida; melhoras na gestão para reconhecer os valores da localidade visando à preservação; aumento dos recursos para as áreas; maior comunicação e compreensão dos benefícios destas áreas protegidas.

As UC's ao longo do seu surgimento foram modificando seu conceito, como Serrano e Bruhns afirmam:

[...] verificamos que, de uma categoria única e com objetivos por vezes conflitantes, passou-se a uma multiplicidade de figuras de UCs, que buscam compatibilizar usos e contemplam não só a proteção da natureza, mas também de culturas tradicionais, como é o caso das reservas indígenas e extrativistas. [...] (2007, p.106).

Assim o desenvolvimento das unidades de conservação se deu com o da sociedade. Com a criação das UCs, precisaram-se realizar encontros para unir os conhecimentos de cada país. Desta forma após a criação das unidades de conservação, foi necessário criar objetivos, metas e regulamentos para a organização destas áreas protegidas. Pureza explica que:

[...] O mais antigo registro apontava a necessidade de se preservar áreas naturais ou sítios culturais valiosos por questões religiosas ou históricas, por causa das espécies silvestres que habitavam tais locais, ou por sua beleza e características naturais próprias. Em uma fase posterior, o conceito relacionava-se aos recursos de alto valor, como mananciais de água, de caça, e de plantas medicinais ou madeira. E, mais recentemente, em manter a diversidade biológica (2015, p.23).

Desta forma a motivação para a criação das unidades de conservação foi se transformando com o tempo, e conforme as necessidades que os seres humanos e o meio ambiente tinham.

Dentro desse contexto, uma das unidades de conservação integral existentes atualmente é o Parque Nacional que se define como uma:

[...] área designada para proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para a presente e as futuras gerações e para fornecer oportunidades recreativas, educacionais científicas e espirituais aos visitantes desde que compatíveis com os objetivos do parque (BENSANSUN,2006).

O Ministério do Meio Ambiente ainda definiu Parque Nacional sendo uma:

Área destinada à preservação dos ecossistemas naturais e sítios de beleza cênica. O Parque é uma categoria que possibilita uma maior interação entre o visitante e a natureza, pois permite o desenvolvimento de atividades recreativas, educativas e de interpretação ambiental, além de permitir a realização de pesquisas científicas (2017).

Desta forma podemos definir Parque Nacional como uma área própria para visitação, com o objetivo de incluir o visitante no meio natural, fazendo com que ele obtenha consciência do quanto é importante o meio ambiente para os seres vivos, além de preservar aquele ambiente com todas as suas peculiaridades para as gerações atuais e as que virão.

Inicialmente os Parques Nacionais não tinham uma definição concluída, mas

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

[...] foi definido na Convenção para a Preservação da Fauna e da Flora em 1933, em Londres, em que se definem três características principais para a categoria: áreas controladas pelo Poder Público; áreas destinadas á visitação publica; e áreas destinadas á preservação da fauna e da flora, de interesse estético, geológico, arqueológico, onde a caça se tornara proibida” (DIEGUES, 1994 *apud* PUREZA, 2015, p.60).

Assim como toda categoria tem suas regras, os Parques Nacionais também tem as suas. Bensunsan (2006) diz que os parques são “[...] áreas controladas pelo poder público; áreas para a preservação da fauna e flora, objetos de interesse estético, geológico e arqueológico, onde a caça é proibida; e áreas de visitação pública.” Desta forma os parques nacionais podem ser definidos como aquelas áreas em que o ambiente e suas características são preservados e a população está inserida neste meio.

Portanto, nos Parques é permitido o Uso público que pode ser definido como o:

[...] processo de visitação das áreas protegidas, podendo se manifestar como atividades educativas, de lazer, esportivas, recreativas, científicas e de interpretação ambiental, que proporcionam ao visitante a oportunidade de conhecer, entender e valorizar os recursos naturais e culturais existentes (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE, 2005 *apud* VALLEJO, 2013, p.15)

Desta forma o Uso Público pode ser entendido como todas as atividades realizadas para integrarem a população e o meio ambiente, com o objetivo de sensibilizá-los sobre a importância deste ambiente para a vida humana.

Os benefícios obtidos a partir das visitas são inúmeros, como a geração de emprego e renda para a população da região, a valorização dos costumes e da história local, além de auxiliar na prevenção de possíveis problemas (VALLEJO, 2013, p.19). Já os malefícios podem ser múltiplos também como os ruídos dos grupos de visitantes, a compactação das trilhas, atividades muito barulhentas e de grande extensão como o *rally* podem gerar muitos impactos (VALLEJO, 2013, p.20). Simonetti e Nascimento confirmam explicando que “[...] o turismo em áreas protegidas deve ter o planejamento como elemento-chave para que os impactos que o ambiente possa sofrer sejam minimizados [...]” (2012, p.179).

Como Unidade de Conservação da categoria Parque o PELA, objeto dessa pesquisa, possui área destinada ao Uso Público e contempla como objetivo maior a preservação da biodiversidade local trazendo inúmeros benefícios para a região onde está inserido em razão de suas particularidades e características de Parque e de Uso Público.

O PELA está localizado no Terceiro Planalto Paranaense, tendo seu centro geográfico nas coordenadas 24° 05' 16,98" a 24° 13'59,58" de Latitude Sul e 52° 17' 48,85" a 52° 21' 22,36" Longitude Oeste, nos municípios de Campo Mourão e Luiziana (Imagem 1).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

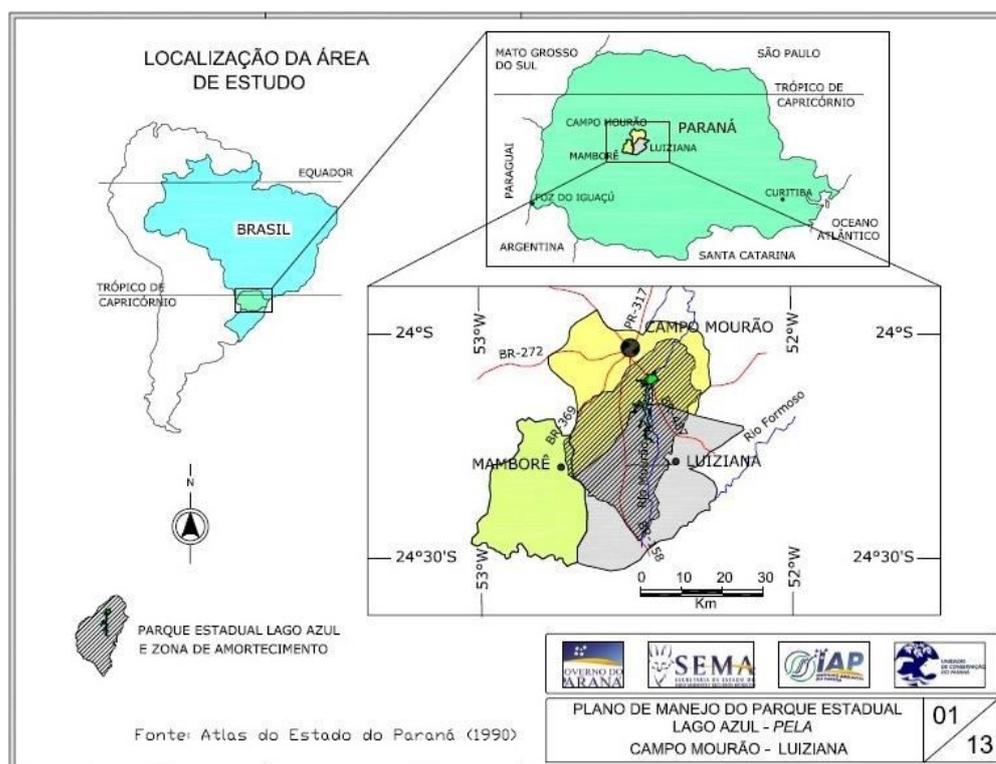


Imagem 01: Localização do Parque Estadual Lago Azul.
Fonte: Instituto Ambiental do Paraná (IAP), 2005.

O horário de funcionamento do parque é das 8:00 às 17:00 horas, de terças as sextas-feiras, e das 14:00 às 17:00 horas, aos sábados e domingos. Às segundas-feiras o parque é fechado para a visitação pública em função das atividades internas de manutenção e administração geral. Quanto aos recursos humanos, o parque possui um gerente, quatro guarda-parques, três estagiários, uma funcionária de serviços-gerais, cinco funcionários de manutenção, além de eventuais voluntários.

As áreas de uso público compreendem o Centro de Educação Ambiental (CEA); o estacionamento; a recepção; área de lazer; as estruturas de apoio ao visitante; a edificação destinada ao museu natural e as áreas de trilhas interpretativas (Aventura e Peroba).

Para compreender de quais formas o Parque contribui com a comunidade regional para além de sua importância de preservação da biodiversidade foram valorados alguns de seus benefícios. Neste caso da valoração ambiental e para os fins deste trabalho a valoração foi compreendida como o valor equivalente à determinada área e aos serviços ambientais que este espaço oferece, para que todos os recursos presentes sejam utilizados de forma correta. Assim Silva (2003) confirma que a: “[...] valoração ambiental reside no fato de criar um valor de referência que indique uma sinalização de mercado, possibilitando assim, o uso, “racional” e sustentável dos recursos ambientais [...]” (apud FONSECA; LIMA & REZENDE, p.2). O modo como é realizada esta valoração podem ser diversos, dentre eles estão o econômico e social.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

A valoração econômica define qual o valor real das áreas naturais e os serviços ambientais presentes nesta, desta forma Hufschmidt *et. al.* (1993):

[...] define que os métodos de valoração econômica ambiental são técnicas específicas para quantificar (em termos monetários) os impactos econômicos e sociais de projetos cujos resultados numéricos vão permitir uma avaliação mais abrangente.” (*apud* FONSECA; LIMA & REZENDE, p.2).

A valoração pode ser feita através do VET (valor econômico total), observando o valor de uso, ou seja, como é utilizado atualmente e quais atividades podem ser desenvolvidas, mas não são. O valor de não uso é atribuído á aquelas localidades em que o recurso não é utilizado, mas é muito importante para a comunidade local, ao meio ambiente e a todos os dependentes deste.

Além deste existem também: a) O Valor de opção: quanto os usuários estão dispostos a pagar para a manutenção dos recursos ambientais para o seu uso no presente e futuro; b) O Valor de uso indireto: estes são adquiridos a partir das funções ecossistêmicas como a qualidade da água e a manutenção climática; c) O Valor de uso direto: aquele obtido direto do recurso ambiental como a água potável; d) O Valor de existência: este equivale ao valor de não uso, avaliando as características próprias e os recursos ambientais existentes em áreas não utilizadas; e) O Método de preço Hedônico: avalia os imóveis, junto com as características do ambiente ao redor; f) O Método custo de reposição: avalia os custos utilizados em áreas naturais, com reparação dos danos negativos presentes na mesma; g) O Método dose-resposta: avalia quanto será gasto nos danos que surgirem na área natural a partir da realização de determinada atividade; h) O Método valoração contingente: avalia quais as preferências de cada indivíduo sobre os bens e serviços de um destino e qual valor classificam justo; i) O Método custo de viagem: avalia os gastos dos turistas desde o seu deslocamento até os equipamentos que utilizam, com o objetivo de definir qual o valor dos bens e serviços presentes e j) O Método de custos evitados: avalia todos os gastos efetuados pelos indivíduos com produtos substitutos dos bens ou serviços naturais;

De acordo com a revista de cultura e política Lua Nova valoração social é:

[...] o reconhecimento de certas qualidades diferenciais entre os sujeitos segundo formas culturais genéricas. Essas qualidades não são arbitrárias, restringindo-se aquelas que realizam fins sociais considerados importantes [...] (SOUZA, 2000, p.155, nº50).

Desta forma valoração são as características de cada cultura e os costumes que diferenciam cada indivíduo. Souza e Mattos explicam que na valoração social “[...] são postas em relevo as propriedades que tornam o indivíduo diferente dos demais, ou seja, as propriedades de sua singularidade. [...]” (2007, pag.106). Portanto valoração social são todas as características que diferem um indivíduo do outro.

Junto com as características dos indivíduos estão “[...] a sociedade em seu todo, incluindo os serviços diretos e indiretos que a natureza produz.” (LEVÊQUE, 2006, *apud* BRANQUINHO &

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

FELZENSZAWALB, 2007, Pag.96). Ou seja, na valoração social há a interação do ser humano com o meio que vive.

Há uma ligação entre valoração econômica e social, um avalia monetariamente os serviços ambientais com o objetivo de trazer os custos sociais para os serviços que não tem valor de mercado (VERA *et. al.* p.2)

Desta forma a valoração econômica traz benefícios para o social e vice versa, assim um serviço ambiental que não tem a opção de valor do mercado ambiental é valorado para que este seja valorizado e cuidado pela sociedade, conforme Silva (2003) cita “[...] acredita-se que através da precificação serão gerados incentivos para um uso mais racional dos bens.” (*apud* AMARAL; MIRRE, YOKOYMA & PESSOA, p.2).

A Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza (2015, p. 05), com o objetivo de “contribuir para futuros estudos dedicados a estimar a importância econômica e social de Unidades de Conservação (UCs)” elaborou metodologia de valoração dos benefícios econômicos e sociais dessas áreas com base em uma série de estudos nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural da própria Fundação. A metodologia denomina-se “Roteiro para a valoração de benefícios econômicos e sociais de Unidades de Conservação” e está disponível para todo o público de pesquisadores interessados pelo tema. Nesse sentido a presente pesquisa adotou a metodologia para aplicar no Parque Estadual Lago Azul e dentre os nove benefícios a serem valorados pela metodologia foram selecionados o Retorno de Imagem; O Uso Público e o ICMS Ecológico que serão retratados a seguir.

Com relação ao **Retorno de imagem**, para essa pesquisa foram selecionados *sites* de abrangência regional, que divulgaram o Parque Estadual Lago Azul (PELA) sem receber nenhum tipo de pagamento, ou seja, a mídia espontânea. Assim os benefícios gerados pelo retorno de imagem “[...] são calculados a partir de uma estimativa de valoração publicitária do espaço conquistado na mídia por determinada matéria jornalística (notícia, nota, reportagem ou transmissão) veiculada de forma espontânea, ou seja, sem ser paga.” (FGBPN, 2015, p. 12).

A ferramenta utilizada para procurar estes *sites* foi o Google, sendo este escolhido por que localiza inúmeras fontes de informação. Destas fontes de informação foram selecionados blogs, jornais, revistas e alguns *sites* institucionais, esclarecendo que só foram coletadas informações em mídias digitais no formato de texto, pois não foram encontrados vídeos regionais informativos que tratassem sobre o Parque Estadual Lago Azul e das mídias digitais em seus segmentos gerais excluímos as páginas de redes sociais como o *facebook*, *instagram*, entre outros.

Dentre os *sites* selecionados estão o Jornal da Tribuna, *Goio News*, G1, a Prefeitura de Campo Mourão, o Portal Paraná Turismo, *blog Viageiro.com*, etc. Todos os *sites* pesquisados tem informação nas reportagens aos seus leitores sobre o PELA, quais suas características, onde se localiza e horário de funcionamento.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Em diversos *sites* há notícias sobre o Parque Estadual Lago Azul, consequentemente divulgando-o. Nenhum destes sites recebeu pagamento por este serviço, assim são chamados de “mídias espontâneas” pois citam “[...] a unidade de conservação, seus atrativos naturais e cênicos, os serviços ambientais prestados, as pesquisas e sua importância regional, entre outros.” (FGBPN, 2015, p. 01).

Pode se calcular quanto custaria para o parque ser divulgado nestas mesmas páginas a partir dos itens” [...] tabela publicitária vigente do veículo de comunicação; índice de circulação, acesso ou pontos de ibope esperados, editoria na qual a matéria foi divulgada e posição conquistada na página; periodicidade e dia da semana. [...]” (FGBPN, 2015, p.11). Após levantamento dos preços praticados no mercado regional para publicação nesses meios de comunicação, constatou-se que atualmente em sites da localidade costuma-se vender o espaço nesses tipos de páginas por uma média de R\$ 660,00. Dessa forma o valor total que o Estado gastaria para divulgar o Parque Estadual Lago Azul em todas as mídias selecionadas que publicaram sobre a UC seria de R\$23.100,00 reais. Esse valor seria distribuído na economia local evidenciando o benefício da área protegida.

Sobre o **Uso Público** após a realização de estudos para levantar a valoração desse benefício, observou-se que pesquisas semelhantes já foram realizadas e que apresentaram resultados próximos aos desejados nessa pesquisa. Nesse sentido utilizou-se como fonte de pesquisa o trabalho de Lemes (2014) “Avaliação contingente da demanda turística do Parque Estadual Lago Azul” localizado entre Campo Mourão e Luiziana PR.” Dentre os pontos que a autora pesquisou está a disposição a pagar se caso o Parque cobrasse bilhete de entrada para seu uso.

O PELA estando na categoria Parque Estadual autoriza a visitação pública com objetivos educacionais ou de lazer. Este foi criado em 1997, inicialmente com o intuito de se criar a central da Usina hidrelétrica e posteriormente com a função de preservar o meio ambiente.

No estudo da autora encontramos diversas informações sobre o PELA, sendo de interesse maior a disposição a pagar (DAP) dos usuários. A autora aplicou 50 *surveys* (questionários) e, para calcular a Dap utilizou a Metodologia de Avaliação Contingente (MAC), sendo que este se baseia em aplicar questionários para identificar qual a disposição a pagar dos visitantes (VEIGA, 1998, p. 238). A Metodologia procura demonstrar o valor de uso desse ativo ambiental.

A autora coloca que o ICMS Ecológico por biodiversidade do PELA em 2012 girou em torno de R\$160.590,67. Sendo este o principal subsídio que o Parque recebe. Após realizar os levantamentos com os visitantes constatou-se que a média para da Dap resultou em R\$ 2,29 mensal e R\$ 27,48 anual e, ainda multiplicando esse valor pelo número de usuários ao ano obteremos um total de R\$6.125,75. A autora cita que se considerarmos 222 visitas mensais terão R\$2.675 ao ano, devido a baixa temporada o número de visitação diminui consequentemente a entrada monetária também diminuiria, tornando inviável o PELA sustentar-se apenas com a venda de bilhetes de entrada.

Por fim, o **ICMS Ecológico** foi analisado como mais um benefício a ser valorado, compreendendo-se que o mesmo é um incentivo fiscal do governo baseado no princípio do “protetor-recebedor” “capaz de introduzir critérios ambientais no cálculo da parcela de 25% de repasse feito aos

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

municípios que investem na conservação de seus recursos naturais, reduzindo as pressões decorrentes da urbanização e das atividades agrícolas.” (FGBPN, 2015, p.14). Esse benefício é distribuído aos municípios em que os mesmos definem conforme legislação estadual as formas de aplicabilidade em razão da cota parte do imposto distribuída ao município (FGBPN, 2015, p. 14).

Para valorar esse benefício, portanto, aplicou-se a metodologia utilizando o modelo de cálculo sugerido pela metodologia do roteiro. Assim, ao se aplicar a fórmula com os valores, entre o parâmetro estabelecido de 1,3 conservador e 1,5 otimista, obteve-se um resultado de 1,5 sendo caracterizado como otimista o benefício econômico gerado pela Unidade de Conservação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após levantamentos na literatura e em campo, com os resultados obtidos considerou-se que o Retorno de Imagem representou uma valoração publicitária de espaço conquistado na mídia estimada em mais de vinte e três mil reais. Este fato aponta para um grande espaço de divulgação do Parque e de interesse publicitário que se convertido em valores de mercado retornaria benefícios econômicos para a localidade.

Com relação ao Uso público (em razão da não cobrança de entrada para visitantes) obteve-se um impacto conservador com o levantamento da disposição a pagar dos usuários. Esse item refutou a hipótese de que o Uso Público do PELA possui forte apelo e retorno econômico para a UC. Esse fator reforça que políticas e ações voltadas para o fortalecimento do Uso Público do Parque devem ser tomadas, estimulando assim e incrementando seu valor. Já a Estimativa do benefício do serviço ambiental a partir da repartição de receitas tributárias (ICMS Ecológico) apresentaram impactos otimistas que comprovaram a grande relevância do Parque para a comunidade regional relativas a geração de recursos provenientes desses tributos.

Considerou-se por fim, que a existência do Parque Estadual Lago Azul é relevante no cenário social e econômico na região que se encontra, afinal para além da conservação da biodiversidade *per se* o Parque ainda contribui de maneira destacada na divulgação nos meios de comunicação sobre a importância da conservação da natureza; a relevância do Uso Público e o valor para os usuários e as receitas provenientes do ICMS Ecológico.

REFERÊNCIAS

- AMARALL, T. C; MIRRE, R. C; YOKOYMA, L; PESSOA, F. L. P. **Valoração dos impactos ambientais em cenários de reutilização hídrica na indústria**. Rio De Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.cobeqic2009.feq.ufu.br/uploads/media/103620871.pdf>>. Acesso em 3 de março de 2017.
- BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. **Ecoturismo: Orientações básicas**. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

BRASIL, SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Lex: 9.985, de 18 de Julho de 2000, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: Novembro 2015

BRANQUINHO, F; FELZENSZWALB, I. **Meio ambiente: experiências em pesquisa multidisciplinar e formação de pesquisadores**. Rio De Janeiro, MAUAD: 2007.

BRASIL, MINISTÈRIO DO TURISMO. **Ecoturismo: Noções Básicas**. 2º ed. 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em 27 de janeiro de 2017.

BENSUNSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. 1º ed. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2006.

BELLINASSI, S; PAVÃO, A. C; LEITE, E. C. Gestão e uso público de unidades de conservação: um olhar sobre os desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Ecoturismo**. Vol.4, nº2, São Paulo, 2011

BRITO, M. C. W. **Unidades de Conservação: intenções e resultados**. 1º ed. Annablume: São Paulo, 2000.

DOUROJEANNI, M. J.; PÁDUA, M. T. J. **Biodiversidade a hora decisiva**. 2. ed. Curitiba: UFPR, 2007.

EMEDIATO, L F. **Um projeto para o Brasil: a proposta da força sindical**. 2º Ed. Geração Editorial, Brasil, 1993.

FILHO, N. B. B. **Direito ambiental**. 2º ed. Curitiba: Brasil S. A., 2009.

FONSECA, R. A, LIMA, A. B. REZENDE, J. P. **Métodos de valoração dos bens e serviços ambientais: uma contribuição para o desenvolvimento regional sustentável**. 4º Congresso Internacional: Gobierno, Gestión y Profesionalización Em El Ámbito Local Ante Los Grandes Ritos de Nuestro Tempo. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/eventos-1/4o-congresso-internacional/eixo-3/418-3-5-format-metodos-de-valoracao-dos-bens-e-servicos-ambientais/file>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2017.

FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO À NATUREZA. **Roteiro para a Valoração de Benefícios econômicos e sociais de Conservação**. Curitiba PR, 2015.

IUCN. **Guidelines for Protected Area Management Categories**. Gland, Switzerland and Cambridge: IUCN, 1994.

JÚNIOR, Pedro Dos Santos Portugal; PORTUGAL, Nilton Dos Santos & ABREU; Gustavo Andrade. **VALORAÇÃO ECONÔMICA AMBIENTAL: UM ESTUDO ANALÍTICO E TEÓRICO DOS MÉTODOS E SUAS MULTI APLICABILIDADES**. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos08/196_196_196_VALORACAO_ECONOMICA_AMBIENTAL.pdf&gws_rd=cr&ei=m3G9WPjHKYWawgTusI6ICg>. Acesso em 4 de março de 2017.

LEMES, Ana Paula. **AVALIAÇÃO CONTINGENTE DA DEMANDA TURÍSTICA DO PARQUE ESTADUAL LAGO AZUL, Campo Mourão/ Luiziana PR**. 2014. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_ix_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CSA/11.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2017.

MATOS, A.; RIBEIRO, I; FERNANDES, A; CABO, P. **Análise crítica dos métodos de valoração econômica dos bens e recursos ambientais**. Disponível

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/2699/1/comunicacao_VIII_CIER.pdf>. Acesso em 3 de março de 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. (s/d) Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao>>. Acesso em 23 de janeiro de 2017.

MORSELLO, Carla. **ÁREAS PROTEGIDAS PÚBLICAS OU PRIVADAS: seleção e manejo.** 2º Ed. São Paulo Annablume: Fapeso, 2001.

PERUSSI, R. F. *et. al.* **TURISMO E MEIO AMBIENTE.** Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.

PUREZA, F; PELLIN, A; PADUA, C. **Unidades de conservação: fatos e personagens que fizeram a história das categorias de manejo.** 1º ed. São Paulo: Matrix, 2015.

SERRANO, Célia M. Toledo e BRUHNS, Heloisa T. **VIAGENS Á NATUREZA,** Turismo, Cultura e Ambiente. 8ªEd, Campinas SP, Papirus, 1997.

SIMONETTI, S. R; NASCIMENTO, E. P. **Uso público em unidades de conservação: Fragilidades e oportunidades para o turismo na utilização dos serviços ecossistêmicos.** II Seminário Internacional de ciências do ambiente e sustentabilidade na Amazônia, Manaus, Nº1, 2012. Disponível em: <[file:///C:/Users/usuario/Downloads/465-1275-1-SM%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/465-1275-1-SM%20(2).pdf)>. Acesso em 27 de janeiro de 2017

SOUZA, Jessé. **LUA NOVA: Revista de Cultura e Política. UMA TEORIA CRÍTICA DO RECONHECIMENTO.** Edição nº50. Editora CEDEC, 2000. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=UoA2GjGRfx0C&pg=PA155&dq=valora%C3%A7%C3%A3o+social&hl=pt-BR&sa=X&redir_esc=y#v=onepage&q=valora%C3%A7%C3%A3o%20social&f=true> . Acesso em 04 de março de 2017.

SOUZA, Rosemeri Melo e. **REDES DE MONITORAMENTO SOCIOAMBIENTAL E TRAMAS DA SUSTENTABILIDADE.** São Paulo, Annablume, 2007.

TAYLOR, C *et. al.* **Teoria crítica no século XXI.** 1º ed. 2007. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos08/196>>. Acesso em 3 de março de 2017.

SUASSUNA, Dulce. **Um olhar sobre as políticas ambientais: O Projeto Tamar.** Thesaurus: Brasília, 2007.

VALLEJO, Luiz Renato. **USO PÚBLICO EM ÁREAS PROTEGIDAS: Atores, Impactos, Diretrizes de Planejamento e Gestão.** Revista Universidade Federal Fluminense UFF, Nº1, vol.1, Niterói-RJ, 2013. Disponível em: <http://www.uff.br/var/www/htdocs/usopublico/images/Artigos/2013/Artigo_OL_2.pdf> Acesso em 27 de Janeiro de 2017.



BIOPROSPECÇÃO DE FUNGOS COM CAPACIDADE PARA BIODEGRADAÇÃO DE HIDROCARBONETOS DE PETRÓLEO

Caroline Alves Cordeiro (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus Paranaguá, carolalves494@gmail.com
Josiane Ap. Gomes Figueiredo (Orientador), Unespar/Campus Paranaguá,
jo.gomesfigueiredo@gmail.com

Palavras-chave: Biorremediação. Manguezais. Degradação.

INTRODUÇÃO

O petróleo é um óleo natural viscoso, constituído por carbono e hidrogênio. É um composto formado em grande parte por hidrocarbonetos alifáticos, alicíclicos e aromáticos usados no processo industrial para obtenção de óleo combustível, gasolina, parafina, medicamentos, entre uma variedade de outros produtos. A partir do desenvolvimento das cidades, aumentaram-se os estoques de petróleo assim como o seu transporte, sendo propenso aos riscos de acidentes envolvendo derrames deste óleo no meio ambiente (PEREIRA et al., 2009).

O petróleo ao longo do tempo se tornou fonte de energia do mundo moderno, sendo um importante recurso energético e matéria-prima da indústria química. Devido a elevada demanda e grande número de produtos e subprodutos do petróleo o meio ambiente acaba sendo contaminando (XU et al., 2013).

Derramamentos de óleo, especialmente acidentes em grande escala, têm trazido ameaças e tem causado grandes danos ao ambiente marinho costeiro, dentre estes a destruição do “habitat” de animais e plantas aquáticas, a devastação de toda a fauna e flora circundante, além de trazer sérios riscos de saúde para os habitantes locais (VENOSA e ZHU, 2006; DIAS, 2007).

Ultimamente inúmeras pesquisas relacionadas à remediação de áreas atingidas por hidrocarbonetos estão sendo realizadas com a finalidade de restaurar a qualidade dos solos e das águas subterrâneas contaminadas (MARIANO et al., 2007).

Tratamentos biológicos como o de biorremediação, tem se mostrado ao longo dos últimos anos como uma solução para eliminação de diversos poluentes, entre estes os produtos do petróleo, óleo bruto e graxas. Estes métodos são favorecidos por serem ecologicamente corretos, mais limpos, com custos baixos e de mais fácil aplicação em grande escala, além de não alterar o equilíbrio dos ecossistemas (YEUNG et al., 1997).

Biorremediação é a utilização de um conjunto de micro-organismos que são capazes de degradar componentes do petróleo em formas que são menos tóxicas, diminuindo assim os danos causados no ambiente onde está o derramamento (LIMA, et al., 2011).

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

A biorremediação de substratos impactados por petróleo e seus derivados utilizando fungos não é um estudo novo. Desde a década de 1973 estudos vêm sendo desenvolvidos utilizando fungos como biodegradadores em processos de biorremediação (LIMA, et al., 2011).

A habilidade em degradar hidrocarbonetos não é restrita a apenas gêneros específicos de micro-organismos, pois, vários grupos de bactérias, fungos, algas e algumas cianobactérias têm mostrado possuir essa capacidade (MARIANO, 2006)

Nas últimas décadas estudos vêm mostrando que os fungos são capazes de degradar vários poluentes orgânicos, apesar da maioria dos trabalhos desenvolvidos em processos de biorremediação com bactérias, e existir uma pouca valorização da utilização dos fungos (SINGLETON, 2001). A capacidade dos fungos de adaptar rapidamente o seu metabolismo a diferentes fontes de carbono e energia é um fator essencial para sua sobrevivência. Essa flexibilidade se deve a produção de uma grande quantidade de enzimas intra e extracelulares, capazes de degradar estes compostos inclusive polímeros complexos (SILVA e ESPOSITO, 2004).

Os fungos participam nas reações de transformação assimilando hidrocarbonetos como única fonte de carbono e energia, resultando na formação de dióxido de carbono. Essa transformação pode ser também através da reação de oxirredução (LIMA, et al., 2011).

Nos oceanos, o petróleo derramado é carregado para ecossistemas costeiros a exemplo dos manguezais. Em condições ambientais satisfatórias ao seu crescimento e desenvolvimento, os micro-organismos providenciam uma vasta gama de serviços, dentre eles a biorremediação (BRITO et al., 2006).

Por este motivo o estudo da capacidade degradativa dos isolados de coleções biológicas se mostram necessárias, visto que a utilização dos mesmos para biorremediação são importantes. Assim também podendo identificar quais espécies são mais eficientes.

MATERIAIS E MÉTODOS

As atividades experimentais desta pesquisa foram realizadas no Laboratório de Genética Molecular e de Micro-organismos (LAGEM) da UNESPAR Campus de Paranaguá.

Micro-organismos:

Os micro-organismos foram preservados pelo método de Castellani (CASTELLANI, 1963). Foram utilizados 10 fungos leveduriformes e 15 fungos filamentosos do LAGEM/UNESPAR e do Laboratório de Epidemiologia Molecular (LAEM) da Universidade Federal do Paraná (Tabela1).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Tabela 1: Isolados utilizados no estudo de bioprospecção de micro-organismos com capacidade para biodegradação de hidrocarbonetos de petróleo

Fungos							
Filamentosos				Leveduriformes			
Código	Nome	Local de isolamento	Coleção	Código	Nome	Local de isolamento	Coleção
1 F	2F1	CGS	LAEM	1L	A2C5(2)	PGUÁ	LAGEM
2 F	21M6	CGS	LAEM	2L	A287	PGUÁ	LAGEM
3F1	LGMF	CGS	LAEM	3L	A202	PGUÁ	LAGEM
3F2	LGMF	CGS	LAEM	4L	A231	PGUÁ	LAGEM
3F3	LGMF	CGS	LAEM	5L	A235	PGUÁ	LAGEM
3F4	LGMF	CGS	LAEM	6L	BO2	PGUÁ	LAGEM
3F5	LGMF	CGS	LAEM	7L	P2M3(35)	PGUÁ	LAGEM
3F6	LGMF	CGS	LAEM	8L	P2M3(42)	PGUÁ	LAGEM
4 F	1F1	CGS	LAEM	9L	P2M5(74)	PGUÁ	LAGEM
5 F	GM2	CGS	LAEM	10L	P2M3(74)	PGUÁ	LAGEM
6 F	18F5	CGS	LAEM				
7 F	37F10	CGS	LAEM				
8 F	12F3	CGS	LAEM				
9 F	24F6	CGS	LAEM				
10 F	PF	CGS	LAEM				

NOTA: * Código utilizado durante o experimento para estudo à cego; CGS – Isolados como patógenos de caqui provenientes de pomares de Campina Grande do Sul/PR. PGUÁ isolados de manguezais de Paranaguá

Fonte de carbono:

A fonte de carbono utilizada no experimento laboratorial foi o petróleo bruto cedido pela Petrobrás (BR) cuja composição apresenta 26% Petróleo Nigeriano, 21% Petróleo do Pré-Sal e 53% Petróleo da Bacia de Campos.

Meios de Cultura

Meio Sabouraud

Dextrose ou Glicose 40 g
 Peptona 10 g
 Ágar 15 g
 Água destilada q.s.p. 1000 mL

Os ingredientes foram misturados, exceto o ágar, em água destilada sob agitação. Completou-se o volume para 1000 mL. O pH foi ajustado para 7,0 adicionando-se NaOH 1N e/ou HCl 1N conforme a necessidade. Acrescentou-se o ágar. Autoclavou-se durante 20 minutos a 1 atm e guardou-se em refrigerador a 4°C.

Meio Mínimo Mineral (MM)

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

KCl	0,700 g
KH ₂ PO ₄	2,0000 g
Na ₂ HPO ₄	2,1123 g
(NH ₄) ₂ HPO ₄	0,8250 g
NaNO ₃	1,0625 g
Água destilada q.s.p.	1000 mL

Os ingredientes foram misturados em água destilada sob agitação. Completou-se o volume para 1000 mL. Autoclavou-se durante 20 minutos a 1 atm e guardou-se em refrigerador a 4 °C.

Solução micronutriente

MgSO ₄	1,0 g
FeSO ₄	0,05 g
MnCl ₂	0,05 g
CaCl ₂	0,05 g
Água destilada q.s.p.	250 mL

Os ingredientes foram misturados em água destilada sob agitação. Autoclavou-se durante 20 minutos a 1 atm, guardou-se em refrigerador a 4°C e adicionou-se ao meio MM no momento do uso 0,25 mL de solução micronutriente.

Caldo nutriente

O caldo nutriente foi preparado adicionando 2 g de Nutrient Broth- Bacto ® em 250 ml de água destilada. O pH foi ajustado para 7,0 adicionando-se NaOH 1N e/ou HCl 1N conforme a necessidade. Autoclavou-se durante 20 minutos a 1 atm e guardou-se em refrigerador a 4 °C.

Screening inicial

Optou-se por realizar um screening inicial de degradação somente no meio mínimo mineral (MM) com adição de petróleo para observação visual de degradação.

Os micro-organismos foram reativados em placas de petri contendo meio Sabouraud durante 7 dias com fotoperíodo de 12 horas a 28 °C.

Após a reativação dos micro-organismos, os mesmos foram inoculados em tubos contendo 5 ml de meio mínimo mineral (MM) com solução de micronutrientes acrescidos de 1% de petróleo e mantidos sob agitação contínua a 28 °C, 120 rpm e fotoperíodo de 12 horas durante 21 dias.

Os experimentos foram realizados em replicata (Figura 1 A-F). Para definir um micro-organismo positivamente para degradação foi usado o seguinte critério: todos os micro-organismos receberam a mesma quantidade de petróleo então foram comparados entre si e com o controle, aqueles que apresentavam menor quantidade de petróleo no meio foi classificado como positivo.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Os isolados que demonstraram degradação positiva foram novamente analisados em quantidade maior de meio MM (Figura 1 G-J). As leveduras previamente classificadas como positivas para degradação foram inoculadas em caldo Sabouraud e postos para crescer no shaker durante 7 dias. Por fim todos estes micro-organismos foram inoculados em Erlenmeyer contendo 200 mL de meio MM acrescido de 2 mL de petróleo e postos no shaker para crescer durante 21 dias, a 28 °C. Como controle foi utilizado apenas meio MM acrescido de petróleo.

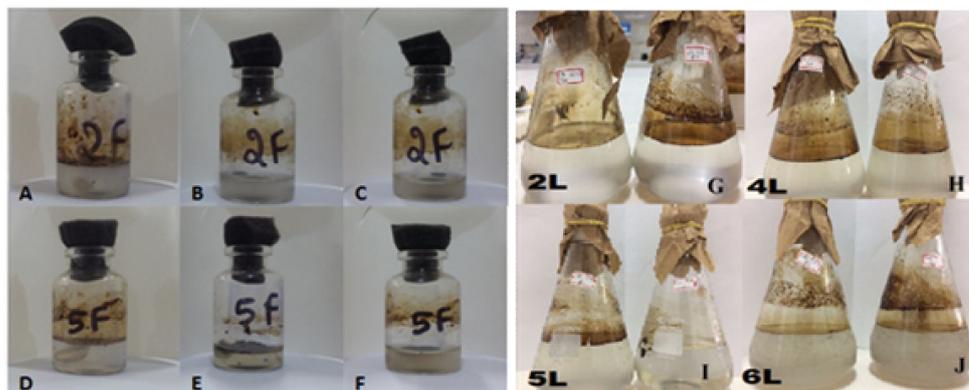


Figura 1: A – F. Observação visual da degradação do petróleo dos isolados fúngicos 2F (21M6) e 5F (GM2) inoculados em meio MM acrescido de 1% de petróleo após 7, 14 e 21 dias de inoculação, respectivamente. G – J. Observação visual da degradação do petróleo dos isolados 2L (A287), 4L (A231) 5L (A235) e 6L (BO2) inoculados em 200 mL Meio Mínimo Mineral acrescido de 2 mL de petróleo após 21 dias de crescimento.

Avaliação de micro-organismos degradadores de petróleo com indicador redox 2,6 Diclorofenol indofenol (DCPIP)

Depois de se obter os resultados do screening inicial foram realizados os testes com o indicador redox 2,6 DCPIP. Em placas de ELISA de 96 poços com um volume final de 300 µL.

Os testes executados com DCPIP possui o princípio básico funcional que consiste na detecção da oxidação da fonte de carbono fornecida aos micro-organismos, que durante o processo de metabolização oxidam o hidrocarboneto e os elétrons que são liberados e transferidos aos aceptores (SANCHES, 2009).

O ensaio positivo é confirmado através da mudança de cor do DCPIP de azul, estado oxidado para incolor, estado reduzido (SANCHES, 2009; BIDOIA et al., 2010).

Foi diluído 0,1g de DCPIP em 110 mL de água destilada, logo após filtrada em membrana Milipore. Para que pudesse inocular os micro-organismos nas placas de 96 poços foi preparado uma mistura com 16 ml de MM e adição de 4 ml de DCPIP em tubos falcon.

Sendo que em cada poço foi adicionado (1g/L) de MM e 2,6-DCPIP, com acréscimo de 50 µL dos isolados e o petróleo em concentrações de 10, 15 e 20%. As placas foram cobertas com papel alumínio para que evitasse a foto oxidação do indicador, em seguida colocadas sob a agitação continua a 120 rpm, 32 °C e fotoperíodo de 12 horas durante 2 semanas.

Avaliação de micro-organismos degradadores de petróleo com o indicador redox 2,3,5-cloreto de trifeniltetrazólio (TTC)

Em placa de 96 poços com volume total de 300 µL por poço, foi adicionado o meio mínimo mineral e Solução micronutriente 1m/L previamente autoclavado por 15 min a 120 °C, e adicionado de 20% de solução de TTC filtrado com membrana estéril de 0,22 µm. Após a mistura, o pH do meio foi ajustado para 7,0. Um inóculo de micro-organismos acrescido (106 células) com posterior adição de petróleo (5, 10 e 15%). Como controle negativo, não houve adição de micro-organismo.

A placa foi recoberta com papel alumínio para evitar a foto-oxidação do indicador-redox, por ser muito sensível, evitando resultados falso-positivos. Foi incubada a 30 °C por sete dias com homogeneização contínua. A avaliação ocorreu nos tempos 24, 48 e 168 horas pela observação da coloração de cada amostra.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Screening inicial

Segundo a literatura vários gêneros de fungos filamentosos e leveduriformes são capazes de realizar a degradação de hidrocarbonetos de petróleo. Em trabalho realizado por Fioravanti et al. (2012) foram isolados 306 micro-organismos sendo (67%) de bactérias, leveduras (29%) e fungos filamentosos (4%) na região da Baía de todos os Santos (BTS) e 47 micro-organismos próximo ao Rio Jequitinhonha (RJ) onde 58% eram bactérias, 38% leveduras e 4% filamentosos. Neste trabalho os autores isolaram bactérias potencialmente degradadoras de hidrocarbonetos de petróleo com um ensaio de seleção inicial com micro-organismos crescendo em diferentes fontes de petróleo (Hanson et al., 1993). Como resultado do ensaio de seleção foram obtidas 118 cepas bacterianas crescidas em petróleo sendo destas, 26 selecionadas como potenciais degradadoras de hidrocarbonetos de petróleo (FIORAVANTI et al., 2012).

A partir de nossa pesquisa no *screening inicial* com observação visual da degradação foram detectados 4 isolados de fungos (21M6, 1F1, GM2, PF) e 4 de leveduras (A287, A231, A235 e BO2) como capazes de assimilar petróleo como fonte de nutriente (Tabela 2).

LIMA et al (2011) em sua revisão bibliográfica onde consta que no Brasil vários estudos mostram que os gêneros *Aspergillus*, *Penicillium* e *Trichoderma* foram identificados como biodegradadores de hidrocarbonetos.

O gênero *Penicillium* foi definido como degradador de hidrocarbonetos de petróleo por diversos autores. Também o *A. niger* e algumas leveduras foram confirmados como degradadores destes compostos mais resistentes (SILVA e ESPOSITO, 2004).

Araújo e Lemos (2002), em seus estudos isolaram oitenta linhagens a partir de um solo contaminado com 5% p/p de petróleo, onde 75% destas linhagens apresentaram capacidade para

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

degradar hidrocarbonetos de petróleo. Os autores agruparam-os em quatro gêneros fúngicos (Aspergillus, Penicillium, Paecilomyces e Fusarium).

Tabela 2: Avaliação visual de fungos filamentosos e leveduriformes com capacidade de degradação de petróleo em meio MM

Fungos						
Isolado	Filamentosos			Leveduriformes		
	7 Dias	14 Dias	21 Dias	Isolado	7 Dias	14 Dias
2F1	+-	+ -	+ -	A2c5(2)	+ -	+-
21M6	++	++	+-	A287	++	+-
LGMF	-	+-	+	A202	+-	+ -
LGMF	+-	-	-	A231	+-	+-
LGMF	+	+-	+-	A235	++	+-
LGMF	+	+-	+-	BO2	+-	+-
LGMF	-	-	-	P2M3(35)	+ -	- -
LGMF	+-	-	+-	P2M3(42)	- -	+-
1F1	++	+ +	++	P2M5(74)	+-	+-
GM2	++	+-	++	P2M3(74)	- -	+-
18F5	+-	+ -	+-			
37F10	- -	+ +-	+-			
12F3	+-	++	++			
24F6	- -	- -	+-			
PF	+	+	+			

Nota: (-) não houve degradação; (+) houve degradação. (+-) degradação parcial.

Avaliação de micro-organismos degradadores de petróleo com indicador redox 2,6 Diclorofenol indofenol (DCPIP)

Os micro-organismos são participantes das reações de transformação assimilando hidrocarbonetos como única fonte de carbono e energia, resultando na formação de dióxido de carbono. Essa transformação ocorre também por reação de oxirredução. A oxidação de hidrocarbonetos aromáticos, por exemplo, é iniciada com uma oxidação de óxidos de areno pelo citocromo P450-dependente de monoxigenases (SINGH, 2006).

A técnica com indicador redox 2,6 DCPIP é fundamentada na alteração da cor do composto quando reduzido, ou seja, quando o indicador DCPIP está oxidado sua coloração é azul, e quando reduzido é incolor (BIDOIA et al., 2010). Esta mudança na coloração só é possível pois ocorre uma mudança na estrutura da molécula de DCPIP. O átomo de nitrogênio central é o aceptor de elétrons onde ocorre a mudança da dupla ligação entre nitrogênio e carbono em ligação simples. Esta mudança na ligação ocasiona a alteração da molécula. Assim sendo causa a mudança na coloração de azul para incolor. Esta mudança de cor pode, no entanto, ser usada em uma série de reações em que ocorram trocas de elétrons como a biodegradação de compostos (BIDOIA et al., 2010).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Os isolados de fungos leveduriformes que apresentaram resultados positivos em ambas as repetições foram submetidos ao teste com indicador redox 2,6 DCPIP. Seguindo este princípio foram analisadas as mudanças na coloração para 10 leveduras no qual 2 isolados (A231 e P2M3(35)) foram identificados como capazes de degradar hidrocarbonetos (Figuras 2 e Tabela 3).



Figura 2: Aspecto visual da coloração dos inóculos (leveduras) testados com indicador redox 2,6 DCPIP após 14 dias.

Tabela 3: Avaliação das leveduras com capacidade de biodegradação de petróleo através do teste com indicador redox 2,6 DCPIP.

Leveduras		
Isolados	7 Dias	14 Dias
A2C5 (2)	-	-
A287	+-	+-
A2O2	+-	+-
A231	+	+
A235	-	-
BO2	-	-
P2M3(35)	+	+
P2M3(42)	-	-
P2M5(74)	+-	+-
P2M3(74)	+-	+-

Nota: (-) não houve degradação; (+) houve degradação. (+-) degradação parcial.

A biodegradação de poluentes por micro-organismos ocorre principalmente em temperatura entre 20 e 35 °C (LEAHY; COLWELL, 1990). Os resultados de nosso estudo comprovam esta

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

afirmação, visto que os micro-organismos no screening inicial foram submetidos a 28 °C e nos testes com DCPIP ficaram submetidos a temperatura de 32°C.

Avaliação de micro-organismos degradadores de petróleo com o indicador redox 2,3,5-cloreto de trifeniltetrazólio (TTC)

Na presença de bactérias metabolicamente ativas, o TTC é reduzido a formazano vermelho. Portanto, o TTC é considerado como um método comparativamente rápido para avaliar a atividade antibacteriana de agentes antimicrobianos (MOUSSA et al., 2013). Assim, a mudança de coloração frente ao metabolismo microbiano auxilia a visualização do crescimento de micro-organismos.

O TTC é incolor e solúvel em água, entretanto quando entra em contato com micro-organismos capazes de degradar petróleo para utilizar como fonte de carbono, o TTC é reduzido a formazano vermelho,

Os experimentos com TTC foram monitorados nos períodos 24, 48 e 168 horas. De 25 micro-organismos testados no screening inicial, 10 fungos leveduriformes foram selecionados para avaliação com TTC frente às diferentes concentrações de petróleo (5, 10 e 15%) sendo classificados 4 isolados (A231, A235 e P2M3(35) P2M3(74)) como capazes de degradar hidrocarbonetos figura 3 e tabela 4.



Figura 3: Teste realizado com indicador redox TTC, com vista da placa de 96 poços, demonstrando o isolado P2M3(74) selecionado no período de 168 horas. Nas colunas 1, 5 e 9 estão os controles negativos (sem adição de inóculo). Cada linha corresponde a um micro-organismo e este testado para as três concentrações na mesma placa (5,10 e 15% respectivamente) em triplicata.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Tabela 4: Avaliação das leveduras com capacidade de biodegradação de petróleo através do teste com o indicador redox 2,3,5-cloreto de trifeniltetrazólio (TTC)

Isolados	24 horas	48 horas	168 horas
A2C5 (2)	-	-	-
A287	-	-	-
A2O2	-	-	-
A231	+	+	+
A235	+	+	+
BO2	-	-	-
P2M3(35)	+	+	+
P2M3(42)	-	-	-
P2M5(74)	-	-	-
P2M3(74)	+	+	+

Nota: (-) não houve degradação; (+) houve degradação.

CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral os experimentos desenvolvidos com leveduras de manguezais do Litoral do Paraná evidenciaram capacidade de biodegradação de hidrocarbonetos de petróleo. Os resultados obtidos no screening inicial e no teste com indicador redox 2,6 DCPIP apresentaram-se positivos para quatro isolados. Ambos os resultados corroboram com os resultados do indicador redox-TTC.

Somados os resultados estimulam a continuidade de estudos futuros, tais como a identificação molecular dos isolados promissores bem como a avaliação da biodegradação dos hidrocarbonetos de petróleo por Cromatografia Gasosa (GC).

Os fungos filamentosos ainda precisam ser submetidos à avaliação com os indicadores DCPIP e TTC podendo ainda aumentar o número de micro-organismos com capacidade de degradação de hidrocarbonetos de petróleo.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Laboratório de Avaliação de Impactos Ambientais (LAVIMA) na pessoa do professor Dr. José Roberto Caetano da Rocha pelo auxílio durante a execução de alguns experimentos. Este trabalho foi apoiado pela Fundação Araucária na concessão de bolsa de pesquisa de Iniciação Científica no período de 2016/17.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F.S.M.; LEMOS, J.L.S. **Isolamento e identificação de fungos degradadores de petróleo.** In: X JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL – CETEM/MCT. 2002, Rio de Janeiro. Resumo expandido. Rio de Janeiro, 2002. p. 2-8.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

BIDOIA, E.D, MONTAGNOLLI, R.N., LOPES, P.R.M. **Microbial biodegradation potential of hydrocarbons evaluated by colorimetric technique: a case study.** *Current Research, Technology and Education Topics in Applied Microbiology and Microbial Biotechnology.* A. Méndez-Vilas (Ed.), p: 1277-1288. 2010.

BRITO, E. M. S; GUYONEAUND, R; GÕNIURRIZA, M; RANCHOU-PEYRUSE, A. VERBAERE, A, CRAPEZ, M. A. C; WASSERMAN, J. C. A; DURAN, R. **Characterization of hydrocarbonoclastic bacterial communities from mangrove sediments in Guanabara Bay, Brazil.** *Research in microbiology*, v. 157, n.8, p. 752-762, 2006.

CASTELLANI, A. - **The "water cultivation" of pathogenic fungi.** *J. trop. Med. Hyg.*, v. 66, p. 283-284, 1963.

DA CRUZ, G.F; MARSAIOLI, A.J. **processos naturais de biodegradação do petróleo em reservatórios.** *Quim. Nova*, Vol. 35, No. 8, 1628-1634, 2012

DIAS, F.G. **Utilização de consorcio microbiano para biorremediação do meio ambiente contaminado com derivados de petróleo.** 2007. 106f. Tese (Doutorado em Engenharia dos Alimentos), Universidade Estadual de Campinas, São Paulo Campinas, 2007.

FIORAVANTI, L.K; CELINO, J.J; ROSSI-ALVA, J.C. **Isolamento, seleção e identificação de microrganismos degradadores de petróleo e seus derivados em sedimentos de manguezais contaminados.** *Cadernos de geociências*, v.9, n.2, novembro 2012.

HANSON, K. G; DESAI, G; DESAI, A. J. **A rapid and simple screening technique for potential crude oil degrading microorganisms.** *Biotechnology techniques*, v. 7, n.10, p. 745-748, 1993.

LEAHY, J. G.; COLWELL, R. R. **Microbial degradation of hydrocarbons in the environment.** *Microbial Reviews*, v.53, p. 305-315, 1990.

LIMA, D.F; DE OLIVEIRA, O.M.C; CRUZ, M.J.M. **Utilização dos fungos na biorremediação de substratos contaminados por petróleo: estado da arte.** *Cadernos de Geociências*, v. 8, n. 2, novembro 2011.

SINGH, HARBHAJAN. **Mycoremediation: fungal bioremediation.** John Wiley & Sons, Inc., Hoboken, New Jersey.617p. 2006.

MARIANO, A.P.; DE ANGELIS.D. F de.; BONOTTO, D. M. **Monitoramento de indicadores geoquímicos e avaliação de biodegradação em área contaminada com óleo diesel.** Vol.12 - Nº 3 - jul/set 2007, 296-304.

MARIANO, A. P. **Avaliação do potencial de biorremediação de solos e água contaminados por óleo diesel.** 2006, 162p. Tese (Doutorado em Geociências e Meio Ambiente), Universidade Estadual Paulista, Rio Claro – SP. 2006.

PEREIRA, N. J; GOMES, E. B de; SORIANO, A. U. **Biodegradação de hidrocarbonetos.** Rio de Janeiro, 76p. 2009. (Séries em biotecnologia, v.3).

SANCHES, R. J DE; **seleção de micro-organismos com potencial de biodegradação de hidrocarbonetos e biodiesel;** Rio Claro/SP;2009.

SILVA, M.; ESPOSITO, E. **O papel dos fungos na recuperação ambiental.** In: Espósito, E.; Azevedo, J.L. (orgs). **Fungos: uma introdução à biologia, bioquímica e biotecnologia.** Caxias do Sul: Educs, p. 337 –378, 2004.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

SINGLETON, I. **Fungal remediation of soils contaminated with persistent organic pollutants.** In **G.M. Gadd (ed.) Fungi in bioremediation.** v. 23, p. 79–96, 2001.

VENOSA, ALBERT D.; ZHU, XUEQING. **Guidance for the Bioremediation of Oil Contaminated Wetlands, Marshes, and Marine Shorelines.** In. **Bioremediation of aquatic and terrestrial ecosystem** / editors, Science Publishers. 400p, 2006.

XU, N; BAO, M.; SUN, P. e LI, Y. **Study on bioadsorption and biodegradation of petroleum hydrocarbons by a microbial consortium.** *Bioresour Technol*, v. 149, p. 22- 30, 2013.

YEUNG, P.Y.; JOHNSON, R.L.; XU, J.G. (1997), **Biodegradation of petroleum hydrocarbons in soil as affected by heating and forced aeration,** *J. Environ. Qual.* v.26, p. 1511–1576, 1997.



A INOVAÇÃO COMO IDEOLOGIA PARA O TRABALHO DOCENTE

Leandro Costa Discacciati
Unespar/Campus II Curitiba – lediscacciati@hotmail.com
Profa. Dra. Cintia Ribeiro Veloso da Silva
Unespar/Campus II Curitiba - cintia.veloso@unespar.edu.br

Palavras-chave: . Ideologia da inovação. Formação de professores – inovação na docência. Inovação no ensino das artes visuais

1. Introdução.

As forças econômicas exercem pressão nas políticas que determinam os processos educativos, em suas distintas vertentes, de modo que o termo inovação se faz cada vez mais presente nas práticas e discursos educacionais.

De acordo com a tese de doutorado de Cintia Ribeiro Veloso da Silva (2015, p.186), o sistema produtivo solicita que a educação precisa ser inovada, uma vez que as práticas pedagógicas são inapropriadas e não atendem as mudanças necessárias para as escolas do século XXI. O professor faz parte deste sistema:

[...] tal como qualquer outro trabalhador, sofre influências do sistema produtivo, no que se refere a tendências do modelo econômico. O mercado exige cada vez mais flexibilidade dos contatos trabalhistas, a diminuição dos direitos sindicais, o aumento do número de graduados no ensino superior, mas é indiferente à massa de cidadãos altamente preparados a disposição do mercado de trabalho (SILVA, 2015, p. 187).

Segundo esta tese, o sistema produtivo cria estratégias para que a educação e os sistemas de ensino funcionem a favor da sua manutenção e enriquecimento. Neste sentido:

Embora o professor seja colocado no centro do discurso da inovação conforme os argumentos acima, nem sempre se dá conta de que desempenha uma função de tamanha importância para o sistema econômico na sua atividade profissional. A consciência de que representa tal papel para o sistema produtivo é camuflada por uma ideologia que permite um maior controle sobre o campo educacional em favor do sistema produtivo (SILVA, 2015, p.188).

Diante desta contextualização crítica do uso do termo inovação na educação, considerando o discurso de que o professor inova a educação em favor de uma sociedade melhor, aparência que esconde a inovação como aspecto básico para a manutenção e o fortalecimento do sistema produtivo,

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

esta pesquisa traz a seguinte problemática: De que modo a ideologia da inovação está inserida no ensino, na atividade docente e na prática educacional artística?¹

Sendo assim, esta pesquisa de PIC teve como objetivo analisar o ponto de vista do professor do ensino superior sobre a inovação no ensino de artes visuais na educação básica, confrontando com a concepção de inovação estudada. Para tanto foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca do conceito de inovação e sua relação com a educação; foram entrevistados professores do ensino superior da licenciatura em artes visuais sobre a inovação no ensino de artes visuais; foram confrontadas as informações levantadas nas entrevistas com o referencial estudado e por fim, foi elaborado um artigo científico, tendo em vista realizar uma crítica à ideologia da inovação, a fim de construir uma análise do trabalho docente na prática educacional artística e formação dos professores no ensino das artes, abordando a atividade docente na ideologia da inovação no ensino das artes.

O projeto apresentado tem a finalidade de aliar os conhecimentos adquiridos no curso de Artes Visuais, a uma análise da ideologia da inovação, de forma crítica, através de pesquisa e entrevistas com professores atuantes na área acadêmica. A ideologia de inovação como prática de trabalho docente está ligada a atividades da ação artística e com elementos da função de formação do ensino das artes para a atividade docente no contexto educacional.

2. Metodologia.

Para esta proposta de pesquisa, serão selecionados conceitos abordando o tema de ideologia da inovação no ensino de artes visuais. Para tanto, foram estipuladas cinco estratégias de ação:

- 1) Pesquisa bibliográfica para leitura de teóricos indicados pela professora orientadora, sobre conceitos de inovação, a relação da inovação com a educação;
- 2) Registros analíticos e críticos sobre ideologia da inovação;
- 3) Entrevistas e Transcrições – a) Entrevista sobre inovação como ideologia para o trabalho docente, análise crítica do conceito abordado; b) análise de registros conceituais, bibliográficos e transcrições de áudio;

Seleção, estudo e análise do conteúdo das entrevistas;

Análise das representações da ideologia da inovação no ensino de artes visuais apontadas e reconhecidas nas falas das entrevistas.²

¹ Na versão anterior da pesquisa, proposta no pré-projeto, o problema proposto era: “qual o perfil do *professor considerado inovador* no ensino de artes visuais?”. Com as alterações realizadas na metodologia e nos objetivos da pesquisa, foi necessário reelaborar o problema da pesquisa.

² Houve uma alteração na metodologia da pesquisa desde o pré-projeto, o relatório parcial e os meses finais da pesquisa. Ao invés de realizar um levantamento de plataformas da internet de compartilhamento de experiências educacionais do ensino de artes visuais na educação básica que melhor possibilite traçar um perfil do professor

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

3. Resultados / Discussão.

A prática educativa proporciona uma renovação cultural, no entanto, ao contrário do que se pensa, “a inovação estimula a manutenção das relações tal como já são, ou seja, expressa uma visão conservadora da vida, da política, da economia e, evidentemente, da educação” (GRAMIGNA, 2010). Esta chamada “revolução” constitui o que hoje é chamada, por exemplo, de sociedade o conhecimento.

A organização das necessidades educacionais, na intenção de incorporar ou transformar o sistema econômico na atividade profissional, permite a consciência de um sistema produtivo, dentro da ideologia que estabelece condições para a emancipação humana através do trabalho. A extensão dos efeitos de uma reforma na educação pode ser percebida na educação básica, nos níveis superior e básico, a escolarização aumenta o capital cultural como consequência de oportunidades na educação. Sebarroja (2013, p. 509) esclarece:

Isso explica por que, em todos os movimentos de reforma, existem duas grandes palavras e conceitos-chaves como a igualdade de oportunidades e a igualdade do ensino, a partir dos quais são estruturados todos os discursos, os programas de ensino, as mensagens, as leis, as recomendações e as intervenções que, às vezes, mostram-se na realidade e, outras vezes, ficam na mera retórica.

Sendo assim, os currículos enfrentam reformas que fazem referência à crise na educação, acentuando a ideologia burguesa, de um modelo escolar analisado de forma organizacional explicado em uma exploração das classes:

A ideologia burguesa, [...], era um pensamento e um discurso de caráter legislador, ético e pedagógico, que definia para toda a sociedade o verdadeiro e o falso, o bom e o mau, o lícito e o ilícito, o justo e o injusto, o normal e o patológico, o belo e o feio, a civilização e a barbárie. Punha ordem no mundo, afirmando o valor positivo e universal de algumas instituições como a família a pátria, a empresa a escola e o estado, e com isso, designava os detentores legítimos do poder e da autoridade: o pai, o patrão, o professor, o cientista, o governante (CHAUI, 2014, p. 54).

No entanto, Marilena Chauí (2014, p.53) esclarece que ocorre o contrário, pois a ideologia tem como função:

[...] ocultar a divisão social das classes, a exploração econômica, à dominação política e a exclusão cultural, oferecendo aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, fundada em referenciais identificadores, como a Humanidade, a Liberdade, a Justiça, a Igualdade, a Nação (CHAUI, 2014, p. 53).

considerado inovador, foram realizadas entrevistas com professores de formação de docentes em artes visuais, sobre a ideologia da inovação no ensino de artes visuais. Essa alteração se fez necessária pela dificuldade em se encontrar os projetos em plataformas da internet e falta de tempo em continuar a busca. Sendo assim, não foram definidos parâmetros e referenciais de inovação para observar e caracterizar o professor inovador de artes visuais da educação básica, e nem o perfil do professor considerado inovador no ensino de artes visuais a fim de confrontá-lo com a concepção de inovação anteriormente estudada.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

A rigidez dos modelos sociais geram contradições na medida em que anunciam os movimentos de reformas com políticas neoliberais. É a partir desta contradição do capitalismo que Frigotto (2010, p.172) destaca que a função da escola “[...] se insere no âmbito não apenas ideológico do desenvolvimento de condições gerais da reprodução capitalista, mas também no das condições técnicas, administrativas e políticas” (Apud: SILVA, 2015, p.190).

Sob a ótica da ideologia dominante, a educação é determinada por meio de seus agentes, no seio da organização do capitalismo. A escola está configurada ideologicamente não só pela consciência de seus agentes, mas também é condicionada pela divisão do trabalho, que estabelece a alienação da força de trabalho como um fato natural. (SILVA, 2015. p. 193.)

A inovação como centro do discurso para as propostas docentes precisa de um diagnóstico real da educação, regulamentando propostas curriculares para a realidade social. O tema de inovação educacional nas escolas não é necessariamente novo, as atividades de trabalho pedagógico vinculado à formação profissional procuram satisfazer a sociedade atual e o modelo escolar. Os motores de inovação em práticas de ensino operam por meios de ações, como: “1) Adaptação dos planos de estudo e das pedagogias a fim de preparar os estudantes com a capacidade de aprender e aplicar novas atitudes durante a sua vida; 2) Reformar os sistemas de ensino e a formação profissional com o objetivo de assegurar uma educação eficiente e que satisfaça as necessidades da sociedade atual; 3) Aperfeiçoar a qualidade docente para melhorar os resultados; 4) Melhorar a seleção inicial dos professores; 5) Aprimorar a avaliação docente continuada para identificar as áreas em que se necessitam melhorias; 6) Reconhecer e premiar a docência eficaz” (OCDE: SILVA, 2015, p.195).

A questão que se coloca neste caso é o lugar do Estado e do mercado na regulação e no controle da escolarização, e, portanto, o peso e a defesa do público frente à escola privada e aos processos de privatização. Mais Estado ou mais mercado? Nas reformas educacionais progressistas, os poderes públicos – seja através de uma administração centralizada ou através de instancias territoriais descentralizadas – têm assumido um protagonismo especial na hora de estender o direito a educação obrigatória e gratuita a toda a população, algumas vezes, priorizando os investimentos na rede pública, outras, atendendo tanto a rede pública como a privada, mediante subsídios a esta última ou uma série de concessões que, na prática, convertem todo o serviço público do ensino em um serviço genérico e confuso, com as portas abertas a diversos processos e mecanismos de privatização: desde a educação infantil à universidade. (SEBARROJA, 2013, p. 513.)

A tragédia da educação resulta de contextos históricos e articulações políticas, que impressionam do ponto de vista neoliberal colocado pela nova forma do capitalismo mundial. As orientações para uma política educacional respondem a determinações globais enquanto conceito, prática e ideologia da inovação na educação; seguindo a definição de diretrizes, metas, objetivos e estratégias disciplinares, tendo em vista estes parâmetros determinados pela OCDE. Os interesses e as necessidades da educação refletem a experiência pessoal e social, adequado para o pleno

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

desenvolvimento das diversas capacidades do ser humano. O que resta dessas pedagogias inovadoras da pós-modernidade tem contribuído para a presença de novos discursos em torno da escola e da educação.

Inovação em práticas de ensino: São determinadas por práticas em que alunos aplicam os seus conhecimentos e as habilidades da vida real, a partir de atividades de interpretação de dados ou raciocínio. O objetivo de tal inovação é encorajar o engajamento, a motivação e incentivar habilidades de pensamento crítico dos alunos, tornando as aulas mais relevantes. As reduções dessas práticas podem ocorrer se os professores explorarem alternativas inovadoras ou tentarem gastar o tempo em diferentes atividades (SILVA, 2015, p. 197).

A atuação docente opera em uma ideologia peculiar pós-moderna com exemplos nítidos na educação. Podemos ver essa ideologia operando em toda parte. A ideologia da inovação faz parte de um conjunto de forças, que fazem parte do cenário da atuação docente. “Colocada no interior do trabalho docente, a ideologia da inovação constrói um discurso capaz de guiar a educação para que o professor seja capaz de formar mão de obra inovadora e consumidores capazes de reconhecer e valorizar um produto ou serviço inovador. Isto ocorre porque diante do sistema produtivo em seu estágio atual, a inovação é principal motor do desenvolvimento econômico, capaz de inovar nos métodos, processos e produtos, em todas as etapas da produção, circulação e distribuição de mercadorias, bem como, inovando o próprio sistema capitalista. É deste modo que encontramos, no campo da educação, tantas solicitações de projetos inovadores, professores inovadores, práticas inovadoras, ensino inovador”, segundo Cintia Ribeiro Veloso da Silva (SILVA, 2015, p.219).

Quais são as características comuns destas pedagogias inovadoras? A primeira é a aposta na educação integral e no desenvolvimento dos diversos componentes do desenvolvimento infantil: cognitivos, afetivos, sociais, éticos, estéticos, físicos, e sensoriais, onde não se entende a separação entre o trabalho manual e o intelectual, entre corpo e mente, entre razão e emoção, entre o saber que é transmissível e suas implicações ético-morais, entre jogo e trabalho, entre conteúdos instrumentais, científicos e artísticos, entre os diversos saberes e suas correspondentes linguagens. (SEBARROJA, 2013. P. 516.)

O estudo da inovação é determinante para o desenvolvimento econômico recuperando no alcance mundial um conjunto de métodos próprios para impulsionar esses processos de inovação. Além de renovar o conceito de inovação é preciso entender as diferentes concepções de Filosofia da Educação consolidando processos concretos da Educação. “A escola era entendida como um instrumento para “transformar os súditos em cidadãos”, portanto um instrumento de participação política, um meio de implantar a democracia efetiva. Ora, tratava-se de uma proposta que representava os anseios não apenas da classe dominante como também da classe dominada. Fica aí evidente o caráter hegemônico da burguesia, isto é, ela é não só classe dominante, mas também dirigente: seus

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

interesses são expressos de modo a abarcar também os interesses das demais classes: a ideologia liberal se torna consenso.” (SAVIANI, 1989, p. 23).

As imposições externas, que fazem que fazem parte do cenário de atuação docente no Brasil, expressam um conjunto de regras que gera a perda paulatina de direitos e de condições de trabalho, com a sobrecarga de novas exigências e atribuições que se distanciam cada vez mais da relação sensível entre o professor e o aluno. Enquanto isso, o prestígio social da profissão docente decai e aumenta a acusação de que o professor é o único responsável pela má qualidade do ensino. (SILVA, 2015. P. 219)

A expectativa da população altera movimentos na qualidade de ensino provocando exigências que tendem a incorporar a inovação na sociedade em seu conjunto. O papel do ensino na mudança social coloca a educação a serviço de uma revolução social, ultrapassando o significado de inovação das escolas tradicionais. A articulação da educação no cenário econômico político e ideológico da realidade social encontram critérios nas experiências do ensino escolar para ressaltar as limitações do trabalho docente. No Brasil as relações entre educação e mudança social possuem interesses caracterizados pelo “aparelho ideológico do Estado”. No estudo da instituição escola, as ideias e estilos novos estabelecem que o conhecimento escolar deva utilizar seu significado para desenvolver uma atitude favorável a inovação no ensino.

No modo de produção capitalista, esta orientação estabelece como um de seus componentes constitutivos principais a necessidade de sua reprodução, ou seja, a reprodução das forças produtivas e das relações de produção existentes. Para essa reprodução, a educação contribui de maneira decisiva e a escola é caracterizada como “aparelho ideológico do Estado”, cumprindo basicamente o papel de: - reprodução e distribuição dos agentes, de um lado o capitalista, de outro o trabalhador assalariado; - formação e qualificação de mão-de-obra, papel que a empresa também vem assumindo de forma crescente; - inculcação ideológica, pela qual se transmite as justificações da divisão do trabalho atual, da aceitação da condição de classe dominada para os operários, etc. (WANDERLEY, 1989. P. 36).

Quando analisamos os argumentos para justificar uma atitude inovadora na educação encontramos constantemente uma dificuldade de conceitos e aplicação prática. As apresentações das relações existentes entre os ideais políticos das ações neoliberais e a situação de colapso de um sistema público educacional sofrem a exaustão de um conflito com um mercado de trabalho carente. O resultado desta argumentação teórica coloca os processos reflexivos sobre a prática docente em funções sintomáticas de sincronismo entre pensamentos políticos e educacionais e a dificuldade constante de compreensão sobre uma possível abordagem inovadora no sistema de ensino. A carreira de professor é importante dentro do panorama institucionalizado no mercado de trabalho, a realidade educacional, entretanto ressalta os interesses de uma resistência encontrada nas práticas de ensino. As entrevistas com os professores de arte contribuem para a análise de uma discussão que compreendem a inovação no trabalho docente de diferentes formas e abordagens.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

O conceito de ensino da arte inovador é bastante amplo e divergente, conforme pode-se observar nos trechos de entrevistas abaixo:

“Vou te responder que eu não sei o que é um ensino inovador. Eu sei que essa palavra tem sido muito usada, muito ouvida tá na boca de muita gente, de fato no campo da educação, eu não sei como ela se aplica. Não tenho conhecimento sobre o que é um ensino inovador. O que é um ensino inovador? É um ensino que traz novidades, é um ensino que vai propor novas abordagens teórico-metodológicas, um ensino que repensa a educação. Não sei. Eu acho que isso é um título, mais uma tendência no meu ponto de vista, porque inovador foi John Dewey, inovador estava lá no começo do século 20. Inovador foi Paulo Freire. Inovador não quer dizer que seja contemporâneo, no meu ponto de vista. Então o ensino inovador, talvez seja aquele que repense mesmo o que não está dando certo e traga novas propostas no processo de ensinar e aprender. Pra mim é isso.” (Entrevista.1)

“No ponto de vista, pensando em inovador - aqui pensando no ensino da arte no Brasil e nas nossas condições de trabalho - se o ensino da arte conseguisse avançar um pouco mais na aprendizagem e nas questões das condições de trabalho e na aproximação do professor com o aluno. Mas isso não precisa ser inovador, isso é o que é necessário, não é utópico, mas é o que é necessário, seria algo que a gente deseja, almeja e pensa como uma proposição boa que desse certo. Nas relações profissionais no entendimento do que é um professor, o trabalho que o professor faz e nas condições de trabalho que ele tem também dentro da escola, isso seria um avanço. Mas não é isso o que nos temos, não precisa ser inovador, precisa ser, precisa acontecer.” (Entrevista.1)

“No meu ponto de vista, o termo inovador ele apresenta hoje uma ruptura de alguns valores, me parece que dentro de um sistema, dentro de um determinado sistema como o que nos estamos vivendo neoliberal ele tem uma conotação. Eu acredito em outra coisa não aquela que o modelo neoliberal apresenta para gente. Assusta-me um pouco esses documentos atuais que colocam a inovação numa perspectiva, apresentada como se a educação fosse uma grande concorrência de valores de pessoas. Eu vou falar do ponto de vista que eu acredito, mas que não está dentro desse modelo social-político-econômico que a gente está enfrentando atualmente. Para mim então a perspectiva inovadora é aquela em que o nosso aluno licenciado ou licenciando tenha condições de desenvolver autonomia autocrítica, nunca desconectado do seu potencial sensível, expressivo como professor, como pensador da arte, como produtor propositivo da arte. Então inovação para mim está ligada a esses valores, sempre uma questão crítica, mas uma questão também de autonomia na sua produção na sua forma de ver o mundo, basicamente é isso.” (Entrevista. 3)

“Pensando na coerência da resposta que eu dei anteriormente, o ensino da arte inovador é um ensino que possibilite ao aluno ao estudante de arte autonomia do pensar com profundidade, com crítica, com um conhecimento tal em que ele tenha opções do caminho que ele escolha, por opção política mesmo, por conhecimento por escolha. Opção por escolha parece ser uma coisa redundante, mas eu vejo aqui no ensino superior um papel fundamental de proporcionar esta construção para o estudante de artes. Essa opção implica em ele conhecer aspectos teóricos, aspectos poéticos e aspectos pedagógicos, aonde ele realmente tenha condição da escolha. Eu acredito fortemente que todo apontamento da educação contemporânea em arte rompe com essa dicotomia de um licenciado de um bacharel, no sentido que pensar arte é um conjunto. Na minha perspectiva inovação está na tangência desses pontos do processo de criação que envolve tanto a poética quanto aspecto pedagógico quanto a formação teórica desse

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

estudante. Na educação básica me parece que isso é um reflexo do que o estudante vai ter no ensino superior, se ele consegue construir ao longo do seu percurso acadêmico um processo de autonomia com essa crítica, com essa construção de conhecimento ele vai conseguir na educação básica também redimensionar os valores, os conceitos, os conteúdos, de forma que o seu trabalho docente também seja inovador. Parece-me que a gente tem uma chave muito importante no processo de avaliação e nos processos de construção dos conhecimentos nas disciplinas. Tem outro ponto importante, acho que inovação hoje está ligada muito a estratégias metodológicas a ferramentas que a gente adota tanto nos procedimentos pedagógicos quanto no processo de avaliação. Em muitos materiais que eu tenho lido - eu tenho acreditado muito e apostado muito - em um conceito que eu vejo pouco utilizado ainda no ensino superior que é a questão da interdisciplinaridade, eu acho que ela levanta um foco bastante importante." (Entrevista. 3)

"O conceito de inovação é confuso, traz a ideia de algo técnico da indústria. O conceito de inovação pedagógica não é adequado porque precisamos pensar em uma educação renovadora - proposta por Dewey- e não inovadora porque não estava pondo abaixo tudo aquilo que estava sendo feito, nada era obsoleto era uma reformulação da relação aluno professor e de conteúdos e metodologia de ensino. Quando a palavra inovação é aplicada na escola sempre é justaposto a tecnologia. A questão é nos precisamos de tanta tecnologia que suplante o saber. Na escola a inovação vem nesse sentido como técnica e indústria, isso incomoda porque na arte é ensinar a pensar de uma forma plástica e a expressar de uma forma não verbal e não escrita, qualquer coisa que possa instrumentalizar o professor para sua aula é um bem. Eu vejo o ensino da arte no ensino fundamental, que é interessante que o aluno tenha experiência prática, que o aluno faça gravura, que ele faça pintura, que ele faça modelagem, mas tem reflexões já no ensino médio, que poderiam ter aulas reflexivas de arte - ideias propostas por filósofos americanos. A tecnologia não pode suplantará o saber, essa é a questão. A palavra inovadora, pelo menos dentro da cultura escolar, ela está equivocada no sentido que não é possível, fazer uma aula sem o projetor, não é possível fazer uma aula sem que os alunos tenham WI-FI. E como era feito antes? Nós tivemos pessoas brilhantes sem nenhuma tecnologia na mão, e eles não sabiam menos de arte, então eu acredito que é um cuidado que nos educadores devemos ter pra não colocar a técnica acima do saber." (Entrevista. 4)

Desta forma, fica evidente que a inovação como centro do discurso para as propostas docentes precisa de uma discussão real sobre a importância da educação, regulamentando propostas curriculares para a realidade social em que ela está inserida. Os descasos dos modelos sociais políticos geram contradições nas propostas para a educação na medida em que anunciam os movimentos de reformas com políticas neoliberais ultrapassadas. Sendo assim, é importante reforçar que o contexto sócio-político influencia as práticas pedagógicas através da atuação do professor. É possível observar essa influência através do trecho da entrevista abaixo:

"Bom, no ensino superior para mim a inovação também está ligada muita a experiência do sujeito, é importante que o sujeito parta da sua experiência e a partir daquilo ele possa produzir inovação. Então uma reflexão entre o contexto da história da arte ou o contexto da arte local e a experiência do sujeito naquele conjunto de questões, eu acho que a partir disso ele pode gerar inovação." (Entrevista 2.)

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

A ideologia da inovação poderá atuar na atividade docente como objeto da prática educacional artística? Para responder esta pergunta é necessário aliar os conhecimentos adquiridos através das entrevistas com professores atuantes na área acadêmica com uma pesquisa na ideologia da inovação, de forma crítica. A ideologia de inovação como prática de trabalho docente está ligada às atividades da ação artística, os elementos da função de formação do ensino das artes para a atividade docente no contexto social e educacional, estas práticas docentes são resultados de uma abordagem crítica para os problemas sociais encontrados na educação.

4. Conclusões / Considerações Finais.

Quando recordamos o papel da educação na memória social compreendemos que as transformações necessárias solicitam novidades durante os períodos de crise. Conectar a inovação com o descobrimento do sistema social favorece o processo de distribuição da invenção moderna na educação.

Desta forma, a cultura da sociedade é sempre reformulada sobre uma nova ótica, a velha ordem está assimilada em uma nova fórmula social. A inovação é apresentada como um instrumento precedente de inventos científicos e ideias novas.

A resistência encontrada nas inovações é frequentemente demonstrada em um trabalho que procura especificar o caso da crise educacional na realidade política e econômica do Brasil, considerando a educação como uma agência de classes dominantes e dominadas. Outro problema é a crescente preferência pelo crescimento capitalista, quando, abordamos os métodos e sistemas de ensino. O modelo da educação é fundamentado para os interesses do sistema econômico, ressaltando os interesses da elite nos efeitos dessa realidade educacional do país. Dentro desta temática: “Ao nível educacional em geral muito se debate se as inovações devem vir pela teoria ou pela prática, pelo ensino ou pela pesquisa, pelas modificações nas atitudes dos alunos ou dos professores, seja por determinações estabelecidas nos organismos públicos e oficiais, ou seja, por deliberações tomadas dentro dos limites permitidos pela autonomia relativa das entidades privadas, ou pela síntese entre cada uma delas ou de várias delas. (WANDERLEY, 1989)”. “Com o redimensionamento da autoridade política, o setor da educação funciona no âmbito de uma governança educacional global, em que os Estados permitem que o mercado – por meio de seus agentes do sistema internacional – decida sobre a educação, o qual impõe suas regras e direcionamentos para este setor, que até então, era tradicionalmente uma responsabilidade exclusiva do estado. Este contexto rompe com a aparente harmonia entre o Estado-nação e a educação formal. (SILVA, 2015)”. Por último o trabalho docente desempenha uma função decisiva, aonde, baseamos nossos processos educacionais e competências para o sistema produtivo capitalista que responde de diferentes maneiras a essas determinações globais.

A partir da pesquisa e entrevistas realizadas, fica claro que a ideologia de inovação está inserida de forma divergente no ensino, uma vez que, entre os profissionais há uma necessidade de clarificação e alinhamento do conceito de inovação. Alguns professores defendem que inovação na

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

prática docente está alinhada com os desenvolvimentos tecnológicos enquanto outros acreditam que as velhas práticas pedagógicas do ensino das artes ainda se mantêm eficientes enquanto forma de ensino.

REFERÊNCIAS

CARBONELL, J. La aventura de inovar: El cambio em la escuela. Madri/Espanha: Morata, 2012.

CHAUÍ, Marilena. A ideologia da competência. In: Ideologia neoliberal e universidade. São Paulo, SP: Ed. Autêntica, 2014.

GRAMIGNA, A. La paradoja de la innovación inmóvil: reflexiones críticas sobre la mitología educativa de la agenda de Lisboa. Revista Española de Educación Comparada, n.16, 2010, p. 43-73

SAVIANI, Dermeval. Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas In: A filosofia da educação e o problema da inovação em educação / coordenador Walter E. Garcia – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

SEBARROJA, Jaume Carbonell. Saberes e incertezas sobre o currículo. In: SACRISTÁN, José Gimeno. As reformas e a inovação pedagógica: discursos e práticas. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, Cintia Ribeiro Veloso da. Trabalho Docente e Inovação: A perspectiva da OCDE para as políticas educacionais. Curitiba: UFPR, 2015.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas IN: Parâmetros sociológicos da educação / coordenador Walter E. Garcia – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

A Inovação como Ideologia para o Trabalho Docente

- Transcrição das Entrevistas

Inovação. Entrevista 1. M.

* O que é um ensino inovador?

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Vou te responder que eu não sei o que é um ensino inovador. Eu sei que essa palavra tem sido muito usada, muito ouvida tá na boca de muita gente, de fato no campo da educação, eu não sei como ela se aplica. Não tenho conhecimento sobre o que é um ensino inovador. O que é um ensino inovador? É um ensino que traz novidades, é um ensino que vai propor novas abordagens teórico-metodológicas, um ensino que repensa a educação. Não sei. Eu acho que isso é um título, mais uma tendência no meu ponto de vista, porque inovador foi John Dewey, inovador estava lá no começo do século 20. Inovador foi Paulo Freire. Inovador não quer dizer que seja contemporâneo, no meu ponto de vista. Então o ensino inovador, talvez seja aquele que repense mesmo o que não está dando certo e traga novas propostas no processo de ensinar e aprender. Pra mim é isso.

* O que seria o ensino da arte inovador?

No ponto de vista, pensando em inovador - aqui pensando no ensino da arte no Brasil e nas nossas condições de trabalho - se o ensino da arte conseguisse avançar um pouco mais na aprendizagem e nas questões das condições de trabalho e na aproximação do professor com o aluno. Mas isso não precisa ser inovador, isso é o que é necessário, não é utópico, mas é o que é necessário, seria algo que a gente deseja, almeja e pensa como uma proposição boa que desse certo. Nas relações profissionais no entendimento do que é um professor, o trabalho que o professor faz e nas condições de trabalho que ele tem também dentro da escola, isso seria um avanço. Mas não é isso o que nos temos, não precisa ser inovador, precisa ser, precisa acontecer.

*Você conhece algum exemplo de ensino da arte inovador?

No vale do Araçuaí, o Projeto Ararsempre, em Minas Gerais. Esse projeto é uma força de pensar a própria comunidade pelos seus lados positivos, por tudo que pode ser visto como um potencial criador de pessoas que são movidas a melhorar seu próprio espaço suas relações com a natureza, entre elas e com espaços de cultura também. Então esse projeto promove oficinas, capacitações, rodas de conversa, num trabalho afirmativo e coletivo. Isso se você for olhar lá para trás, não tem muita diferença do que Paulo Freire falava no ensino, não bancário e no ensino com diálogo, rodas de conversa. Na minha experiência na faculdade com o PIBID, tem sido algo muito marcante na formação dos futuros professores, porque eu sei que eu estou impactando com o meu trabalho, com as minhas propostas, com o meu envolvimento este grupo de treze alunos. Eu tenho retorno deles, eu vejo a participação, a gente sabe que o trabalho está fazendo bem. Eu me vejo na fala anterior do documentário (Projeto Ararsempre), porque o que eu faço é mobilizar as pessoas no que elas têm de positivo, eu acho que isso todo educador deve fazer, e não acho que precisa ser necessariamente na arte, mas na arte a gente forma e lida como pessoas mais sensíveis ainda, que elas estão mais conectadas com um mundo sensível que não é o mundo pragmático, e o mundo voltado para o

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

mercado de trabalho. No campo da educação, a pessoa precisa ter o domínio específico da sua área, ele tem que ser com conhecedor de arte do campo artístico para ser um bom professor. Ele quer se profissionalizar, ele vai para o campo de trabalho, mas ele vai ser bem sucedido se ele tiver essa segurança que ele tem um potencial de ser essa pessoa nesse mundo e ser uma pessoa sensível também nesse mundo, há espaço pra isso. Ontem mesmo os novos Pibidianos estão indo para a salas de aula fazer regência e uma aluna, uma bolsista acadêmica me falou: Eu estou com muito medo, eu me sinto uma impostora. É verdade todos nós nos sentimos impostores temos esse momento de medo. O que é o professor? Todos nos estamos juntos, fazemos parte desse coletivo, fazemos um grupo forte trabalhador, eu acredito na educação como um coletivo nas relações afetivas entre as pessoas, que elas trabalhem juntos para se fortalecer. Sozinho nós não temos tanta força. Em grupo você vai estar lá, mas nós vamos estar com você. Nesse sentido eu me vi lá junto com aquele projeto que também conversa em roda e busca soluções em conjunto e trabalha no coletivo e tenta potencializar o que tem de positivo nas pessoas.

Inovação . Entrevista 2. D.

* O que é um ensino inovador?

Para mim é um pouco ampla essa pergunta porque você vai usar metodologias, tecnologias, você vai ter sujeitos, tem uma estrutura, uma infraestrutura necessária para que ocorra de alguma forma essa produção de inovação. A minha experiência com a inovação ela vem de projetos com a Capes, CNPQ, nos quais estive envolvida por mais de cinco anos durante essa produção. Eram objetos bastante específicos na inovação da tecnologia, por exemplo, com jogos, usava a inteligência artificial que era aplicada no controle de barragens, no controle eletromecânico das barragens. Depois a partir de um recorte dessas práticas foi desenvolvido uma inteligência artificial aplicada em jogos de telefones celulares. Na época a tecnologia não tinha disponibilidade para o Brasil, isso foi desenvolvido para o mercado japonês, na verdade é um recorte bem específico, mas que proporcionou essa experiência em relação a inovação, em relação a essas práticas de pesquisa. Eu simultaneamente orientava a equipe e também acompanhava o desenvolvimento. Depois, em seguida, eu trabalhei em outra equipe mais descentralizada com varias instituições de ensino a PUC-RS, a Univale-SC, cada uma dessas instituições tinha um tipo de parte do projeto em desenvolvimento. A minha parte era praticamente os gráficos, porque como também era um jogo online para computadores para ensino e conteúdo da educação básica, o escopo do projeto era muito amplo, ele pretendia propor um jogo com conteúdos para o ensino fundamental: história, matemática, geografia. Foram feitas algumas atividades que exemplificariam essas práticas e dentro do jogo isso se desenvolvia com cenários, com personagens, eu produzi exatamente os gráficos, roteiros, storyboards, a bíblia do jogo. As outras partes da equipe

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

desenvolviam a inteligências, enfim tudo o que era necessário para colocar o jogo em movimento. Essa é uma questão bem técnica e que foi um avanço para mim no sentido de me aprofundar nessa área, principalmente da inteligência artificial, mas depois quando eu comecei a fazer doutorado e escolhi trabalhar com banco de dados, eu fiz uma análise de banco de dados, mas eu não consegui utilizar nenhuma inteligência artificial. Eu produzi manualmente um trabalho que já teria toda uma mecânica, uma possibilidade de inteligência artificial, um software que fizesse essa recolha. Como eu trabalhei com Ars Eletrônica todas essas informações estavam disponíveis no banco de dados. É uma área que eu gostaria de ter me aprofundado, porque tem muita inovação para essas análises.

* O que seria o ensino da arte inovador?

Bom, no ensino superior para mim a inovação também está ligada muita a experiência do sujeito, é importante que o sujeito parta da sua experiência e a partir daquilo ele possa produzir inovação. Então uma reflexão entre o contexto da história da arte ou o contexto da arte local e a experiência do sujeito naquele conjunto de questões, eu acho que a partir disso ele pode gerar inovação.

* Você conhece algum exemplo de ensino da arte inovador?

Eu já fiz diversas experiências sobre o ensino e o desenho, já que entrei cedo na instituição de artes , quando eu comecei a integrar esse corpo docente , eu fiquei incomodada, na verdade a minha prática era uma prática mais artística do que uma prática de ensino de artes. Isso me levou a investigar outras possibilidades e inclusive no ensino de desenho, ou mesmo, o próprio projeto cidade que hoje uma professora dessa instituição gerência e tem trabalhado muito com isso ao longo desse curso todo. Eu praticamente fui a primeira pessoa a discutir essas questões no ensino, porque me preocupava a forma como essas práticas eram realizadas na instituição sem uma relação corporal, talvez, e sem uma relação com o próprio local: a cidade, o corpo, para mim eram questões bastante importantes para se pensar essas práticas.

Inovação. Entrevista 3. N.

* O que é um ensino inovador?

No meu ponto de vista, o termo inovador ele apresenta hoje uma ruptura de alguns valores, me parece que dentro de um sistema, dentro de um determinado sistema como o que nos estamos vivendo neoliberal ele tem uma conotação. Eu acredito em outra coisa não aquela que o modelo neoliberal apresenta para gente. Assusta-me um pouco esses documentos atuais que colocam a inovação numa

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

perspectiva, apresentada como se a educação fosse uma grande concorrência de valores de pessoas. Eu vou falar do ponto de vista que eu acredito, mas que não está dentro desse modelo social-político-econômico que a gente está enfrentando atualmente. Para mim então a perspectiva inovadora é aquela em que o nosso aluno licenciado ou licenciando tenha condições de desenvolver autonomia autocrítica, nunca desconectado do seu potencial sensível, expressivo como professor, como pensador da arte, como produtor propositor da arte. Então inovação para mim está ligada a esses valores, sempre uma questão crítica, mas uma questão também de autonomia na sua produção na sua forma de ver o mundo, basicamente é isso.

* O que seria o ensino da arte inovador?

Pensando na coerência da resposta que eu dei anteriormente, o ensino da arte inovador é um ensino que possibilite ao aluno ao estudante de arte autonomia do pensar com profundidade, com crítica, com um conhecimento tal em que ele tenha opções do caminho que ele escolha, por opção política mesmo, por conhecimento por escolha. Opção por escolha parece ser uma coisa redundante, mas eu vejo aqui no ensino superior um papel fundamental de proporcionar esta construção para o estudante de artes. Essa opção implica em ele conhecer aspectos teóricos, aspectos poéticos e aspectos pedagógicos, aonde ele realmente tenha condição da escolha. Eu acredito fortemente que todo apontamento da educação contemporânea em arte rompe com essa dicotomia de um licenciado de um bacharel, no sentido que pensar arte é um conjunto. Na minha perspectiva inovação está na tangência desses pontos do processo de criação que envolve tanto a poética quanto aspecto pedagógico quanto a formação teórica desse estudante. Na educação básica me parece que isso é um reflexo do que o estudante vai ter no ensino superior, se ele consegue construir ao longo do seu percurso acadêmico um processo de autonomia com essa crítica, com essa construção de conhecimento ele vai conseguir na educação básica também redimensionar os valores, os conceitos, os conteúdos, de forma que o seu trabalho docente também seja inovador. Parece-me que a gente tem uma chave muito importante no processo de avaliação e nos processos de construção dos conhecimentos nas disciplinas. Tem outro ponto importante, acho que inovação hoje está ligada muito a estratégias metodológicas a ferramentas que a gente adota tanto nos procedimentos pedagógicos quanto no processo de avaliação. Em muitos materiais que eu tenho lido - eu tenho acreditado muito e apostado muito - em um conceito que eu vejo pouco utilizado ainda no ensino superior que é a questão da interdisciplinaridade, eu acho que ela levanta um foco bastante importante.

* Você conhece algum exemplo de ensino da arte inovador?

Eu posso olhar um pouco para o umbigo, mas eu gostaria de falar se for possível sobre dois exemplos. Tive um contato ano passado com uma professora doutora da USP que me cativou muito

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

profundamente com um trabalho que eu considero inovador e de grande relevância na formação de professores de artes visuais da USP aonde ela faz o seguinte: ela é professora ministrante da disciplina de metodologia da pesquisa, e o que ela fez? Ela desenvolveu um projeto que é interdisciplinar também envolvendo estudantes de primeiro a quinto período, já com a escola, e eles iniciam em passos desde os iniciais até os mais problematizadores ao longo desse período, aonde no campo pedagógico, esses alunos desenvolvem diários, desenvolvem portfólios e poéticas relacionadas a vivência pedagógica, este projeto hoje é uma referência muito importante porque mostra um trabalho que tem dado certo, que já desenvolve a vários anos junto com parceria da escola pública, parceira da universidade aonde eles têm esse trânsito. Eu acredito muito que seja um modelo, uma referência que a gente possa - desde que a haja vontade e possibilidade - de adotar também esse modelo. Aqui na FAP numa tentativa de construir essa aprendizagem de um modo mais significativo na disciplina de FRG e agora integrando desenho, fundamentos da linguagem visual, tridimensional, metodologia da pesquisa e fotografia, a gente vem desenvolvendo há vários anos, a mais de 15 anos, mas de modo interdisciplinar estamos indo para o quinto ano, o Projeto Cidade que iniciou na disciplina de fundamentos da representação gráfica, e que tem hoje repercutido de um modo bastante positivo. É o meu motivo de estudo da minha pesquisa de doutorado, se tornou em função da gente observar que ao longo desses anos, esse projeto tem ido para TCC, esse tem sido construído como poética pessoal dos alunos, sem uma separação rígida entre o que seja pedagógico e o que seja do campo poético artístico, acreditando exatamente nessa possibilidade de união, nessa possibilidade de conjunto, de se trabalhar conjuntamente esses dois campos de conhecimento. Acho que é isso.

Inovação. Entrevista 4. G.

* O que é um ensino inovador?

O conceito de inovação é confuso, traz a ideia de algo técnico da indústria. O conceito de inovação pedagógica não é adequado porque precisamos pensar em uma educação renovadora - proposta por Dewey- e não inovadora porque não estava pondo abaixo tudo aquilo que estava sendo feito, nada era obsoleto era uma reformulação da relação aluno professor e de conteúdos e metodologia de ensino. Quando a palavra inovação é aplicada na escola sempre é justaposto a tecnologia. A questão é nos precisamos de tanta tecnologia que suplante o saber. Na escola a inovação vem nesse sentido como técnica e indústria, isso incomoda porque na arte é ensinar a pensar de uma forma plástica e a expressar de uma forma não verbal e não escrita, qualquer coisa que possa instrumentalizar o professor para sua aula é um bem. Eu vejo o ensino da arte no ensino fundamental, que é interessante que o aluno tenha experiência prática, que o aluno faça gravura, que ele faça pintura, que ele faça modelagem, mas tem reflexões já no ensino médio, que poderiam ter aulas reflexivas de arte - ideias propostas por filósofos americanos. A tecnologia não pode suplantar o saber, essa é a questão. A

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

palavra inovadora, pelo menos dentro da cultura escolar, ela está equivocada no sentido que não é possível, fazer uma aula sem o projetor, não é possível fazer uma aula sem que os alunos tenham WI-FI. E como era feito antes? Nós tivemos pessoas brilhantes sem nenhuma tecnologia na mão, e eles não sabiam menos de arte, então eu acredito que é um cuidado que nos educadores devemos ter pra não colocar a técnica acima do saber.

* O que seria o ensino da arte inovador?

Como eu tenho uma ressalva em relação ao conceito de inovação. Eu vou reformular essa pergunta. Eu penso em como seria um ensino de arte ideal. E não inovador. Porque ideal está proposto desde que o ensino de arte se colocou na escola no fim do século 19. O que é ideal? Que de fato crianças e jovens tivessem acesso as quatro linguagens da arte, e que tivessem acesso de uma maneira especializada mesmo não aligeirada no currículo. Pra mim um ensino de arte inovador, se a gente vai usar essa palavra, era ter quatro aulas de arte no currículo igual a português e matemática, isso sim seria uma inovação, porque o currículo escolar não é democrático, o currículo escolar ele mostra a precariedade cultural da sua sociedade, quando sociologia, filosofia e arte, tem uma aula por semana, nos detectamos um desvio de compreensão de formação humana. Pra mim o ideal ou a inovação seria ter esse acesso de qualquer estudante a linguagem. Vou fechar minha reflexão com John Dewey, que não era um inovador, mas um renovador, que escreve sobre educação e democracia. Quando as pessoas tem acesso a educação, de fato, você tem acesso e demonstra que você tem uma sociedade democrática. Então se temos uma escola que prioriza aprender ler e fazer contas, não é uma escola democrática, se fossemos usar essa palavra inovação teria que ser nesse amplo sentido de inovação social, nós queremos formar um sujeito apto, não só a ler escrever e fazer contas, mas a pensar e a refletir, e especialmente e a se comunicar de uma forma não verbal e escrita, que é por meio da dança, das artes visuais, da música, do teatro, isso seria inovador. Essa é a sociedade que eu acredito, que eu luto, por essa escola que vai chegar nisso, e veja que eu não preciso de nenhum recurso técnico nessa minha fala, realmente um ensino de arte inovador é que todas as pessoas tenham acesso a ele, a todas as linguagens, isso seria um salto para a educação, penso que o restante que vem uma prensa, um projetor, é a perfumaria da arte.

*Você conhece algum exemplo de ensino da arte inovador?

Nós temos iniciativas de ensino da arte inovador, meio frustradas, mas que elas já aconteceram, e que elas reverberam na contemporaneidade, atualmente eu acredito que nos fazemos uma manutenção do ensino de arte renovador, a partir da escola nova, na melhor acepção desse conceito da escola nova, porque depois no Brasil nos tivemos uma escola tecnicista, e a escola nova não propunha isso. Eu preciso citar que nos temos no Paraná a experiência de 1948 da professora Emma Koch, é importante

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

pensar nisso, que ela propôs um ensino de arte com as quatro linguagens e que tirasse do currículo as aulas de geometria que eram específicas para formar aquelas gerações para trabalhar nas fábricas, pra estamparia pra móveis , naquele momento histórico, e traz esse ideal de escola e ensino de arte no qual, toda criança e jovem deveriam ter oportunidade de pintar, de desenhar de expressar-se, porque quando você tem régua, compasso e esquadro você não se expressa. Se eu for citar um lugar que ainda, uma ressonância disso, é a escolinha de arte do Paraná , que sobrevive e completa esse ano, 60 anos de existência, com uma serie de dificuldades técnicas, mas não de concepção de arte. Eu poderia citar a França ou o trabalho nos estados unidos de algum professor, poderia citar a Escola da Ponte, só que nos aqui no Paraná tivemos essa oportunidade que também não reverberou pro interior do estado, nós precisamos pensar que o interior do estado em 1948 não era interior, mas sertão, mas que uma escolinha de arte que funciona numa das maiores escolas da américa latina a 60 anos, e que além das aulas curriculares oferece oficina para os alunos e para a comunidade , e o que eu vejo no Colégio Estadual do Paraná que eu não vejo nas outras escolas, por capacidade curricular, por capacidade de concepção de importância da arte é que o aluno no currículo , ele fica seis meses com o professor de música, não é o ideal, mas é o que é possível fazer, no outro semestre ele vai para o professor de artes visuais, no ano seguinte por exemplo no ensino médio, porque ele tem aula nos dois anos do ensino médio, ele faz teatro e no outro semestre ele faz dança. Ele tem esses dois anos com quatro semestres com as quatro linguagens. No exercício tímido, pálido daquele ideal de inovação, mas que sobrevive e reverbera ainda lá da década de 50. O que nos teríamos que ter avançado, é que esse modelo deveria ter sido implantado em todas as escolas do país, e não somente no Paraná. A minha reflexão é que eu acredito na educação integral, penso que é uma tendência interessante pra nossa sociedade e que teria que ser uma escola interessante, que essas quatro linguagens e mais as reflexões da filosofia, da sociologia, a disciplina educação física contribuiriam muito nesses contra turnos, não é massificar os alunos em uma escola só das disciplinas clássicas, dentro do que o Brasil considera clássico, porque clássico pra mim é arte. Disciplinas hegemônicas, eu acho que a palavra é essa.

A Inovação como Ideologia para o Trabalho Docente

- Mapa Conceitual

● Inovação ¹. → Ensino ². →

→ A³. B⁴. C⁵. D⁶. →

³ “Segundo este discurso as condições dos professores para atender a demanda do sistema produtivo é fraca. Aponta que as práticas pedagógicas são inapropriadas e não atende as mudanças necessárias para as escolas do século XXI.” SILVA, Cintia Ribeiro Veloso da. Trabalho Docente e Inovação: A perspectiva da OCDE para as políticas educacionais. – Curitiba, 2015. Pg. 186.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

→ E⁷. F⁸. G⁹. H¹⁰. I¹¹. J¹². K¹³. L¹⁴. →

⁴ “O professor, tal como qualquer outro trabalhador, sofre influências do sistema produtivo, no que se refere a tendências do modelo econômico. O mercado exige cada vez mais flexibilidade dos contatos trabalhistas, a diminuição dos direitos sindicais, o aumento do número de graduados no ensino superior, mas é indiferente à massa de cidadãos altamente preparados a disposição do mercado de trabalho.” SILVA, Cintia Ribeiro Veloso da. Trabalho Docente e Inovação: A perspectiva da OCDE para as políticas educacionais. – Curitiba, 2015. Pg. 187.

⁵ “Assim, a partir da década de 1970 e até hoje, continua-se fazendo referência à crise da educação, agravada pela celeridade das mudanças tecnológicas, sociais e culturais na chamada sociedade da informação e do conhecimento, que afligem a instituição escolar de maneira muito lenta e instável.” Saberes e incertezas sobre o currículo. In: As reformas e a inovação pedagógica: discursos e práticas. SEBARROJA, Jaume Carbonell / Organizador, José Gimeno Sacristán ; tradução: Alexandre Salvaterra – Porto Alegre: Penso, 2013. Pg. 509.

⁶ “Embora o professor seja colocado no centro do discurso da inovação conforme os argumentos acima, nem sempre se dá conta de que desempenha uma função de tamanha importância para o sistema econômico na sua atividade profissional. A consciência de que representa tal papel para o sistema produtivo é camuflada por uma ideologia que permite um maior controle sobre o campo educacional em favor do sistema produtivo.” SILVA, Cintia Ribeiro Veloso da. Trabalho Docente e Inovação: A perspectiva da OCDE para as políticas educacionais. – Curitiba, 2015. Pg. 188.

⁷ “A partir deste ponto de vista, ao contrário do que se pode pensar – que a “revolução” proporciona pela inovação acarreta uma renovação cultural e social – a realidade é que a inovação estimula a manutenção das relações tal como já são, ou seja, expressa “uma visão conservadora da vida, da política, da economia e, evidentemente, da educação (GRAMIGNA, 2010)”. SILVA, Cintia Ribeiro Veloso da. Trabalho Docente e Inovação: A perspectiva da OCDE para as políticas educacionais. – Curitiba, 2015. Pg. 188.

⁸ “A extensão da escolarização tem efeitos contraditórios. De um lado, há um avanço na democratização do saber e no aumento do capital cultural por parte da população e, como consequência, na igualdade de oportunidades em relação à educação.” Saberes e incertezas sobre o currículo. In: As reformas e a inovação pedagógica: discursos e práticas. SEBARROJA, Jaume Carbonell / Organizador, José Gimeno Sacristán ; tradução: Alexandre Salvaterra – Porto Alegre: Penso, 2013. Pg. 508.

⁹ “Com efeito, tanto nos países desenvolvidos quanto naqueles em via de desenvolvimento, os efeitos mais visíveis dos processos de reforma são percebidos na extensão do direito à educação primeiramente até conseguir a cobertura total da educação básica e obrigatória e depois para estendê-la aos níveis superiores e inferiores.” Saberes e incertezas sobre o currículo. In: As reformas e a inovação pedagógica: discursos e práticas. SEBARROJA, Jaume Carbonell / Organizador, José Gimeno Sacristán ; tradução: Alexandre Salvaterra – Porto Alegre: Penso, 2013. Pg. 508.

¹⁰ “Isso explica por que, em todos os movimentos de reforma, existem duas grandes palavras e conceitos-chaves como a igualdade de oportunidades e a igualdade do ensino, a partir dos quais são estruturados todos os discursos, os programas de ensino, as mensagens, as leis, as recomendações e as intervenções que, às vezes, mostram-se na realidade e, outras vezes, ficam na mera retórica.” Saberes e incertezas sobre o currículo. In: As reformas e a inovação pedagógica: discursos e práticas. SEBARROJA, Jaume Carbonell / Organizador, José Gimeno Sacristán ; tradução: Alexandre Salvaterra – Porto Alegre: Penso, 2013. Pg. 509.

¹¹ “Além disso, o abismo entre o saber escolar, governado pela rigidez do código disciplinar, fragmentado em elementos compartimentados e desconexos, e a realidade atual e os novos desafios do mundo do trabalho e da cultura é cada vez mais amplo e profundo.” Saberes e incertezas sobre o currículo. In: As reformas e a inovação pedagógica: discursos e práticas. SEBARROJA, Jaume Carbonell / Organizador, José Gimeno Sacristán ; tradução: Alexandre Salvaterra – Porto Alegre: Penso, 2013. Pg. 509.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

O neoliberalismo, segundo Marilena Chaui articula que:

“O que chamamos de neoliberalismo nasceu e um grupo de economistas, cientistas políticos e filósofos, entre os quais Popper e Lippman, que em 1947 reuniu-se em Mont Saint Pèlerin, na Suíça, à volta do austríaco Hayek e do norte-americano Milton Friedman. Esse grupo opunha-se encarnadamente ao surgimento do estado de Bem-Estar de estilo keynesiano e social-democrata e contra a política norte-americana do New Deal. Navegando contra a corrente das décadas de 1950 e 1960, esse grupo elaborou um detalhado projeto econômico e político no qual atacava o chamado do Estado-Providência com seus encargos sociais e com a função de regulador das atividades do mercado, afirmando que esse tipo de Estado destruía a liberdade dos cidadãos e a competição, sem as quais não há prosperidade. Essas ideias permanecem como letra morta até a crise capitalista do início dos anos 1970, quando o capitalismo conheceu, pela primeira vez, um tipo de situação imprevisível, isto é, baixas taxas de crescimento econômico e altas taxas de inflação. O grupo de Hayek, Friedman e Popper passou a ser ouvido com respeito porque oferecia a suposta explicação para a crise: esta, diziam eles, fora causada pelo poder excessivo dos sindicatos e dos movimento operários, que haviam pressionado por aumento salariais e exigido aumento dos encargos do estado. Teriam, dessa maneira, destruído os níveis de lucro requeridos pelas empresas e desencadeado os processos inflacionários incontroláveis.” CHAUI, Marilena. A ideologia da competência. IN: Ideologia neoliberal e universidade. São Paulo, SP: Ed. Autêntica, 2014. Pg. 85-86.

→ M¹⁵. N¹⁶. O¹⁷. →

¹² “A ideologia burguesa, como explica Claude Lefort, era um pensamento e um discurso de caráter legislador, ético e pedagógico, que definia para toda a sociedade o verdadeiro e o falso, o bom e o mau, o lícito e o ilícito, o justo e o injusto, o normal e o patológico, o belo e o feio, a civilização e a barbárie. Punha ordem no mundo, afirmando o valor positivo e universal de algumas instituições como a família a pátria, a empresa a escola e o estado, e com isso, designava os detentores legítimos do poder e da autoridade: o pai, o patrão, o professor, o cientista, o governante.” CHAUI, Marilena. A ideologia da competência. São Paulo, SP: Ed. Autêntica, 2014. Pg. 54

¹³ “Pelo contrário, a função da ideologia é ocultar a divisão social das classes, a exploração econômica, à dominação política e a exclusão cultural, oferecendo aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, fundada em referenciais identificadores, como a Humanidade, a Liberdade, a Justiça, a Igualdade, a Nação. Como salienta Marx, o primeiro a analisar o fenômeno ideológico, a ideologia é a difusão para o todo da sociedade das ideias e dos valores da classe dominante como se tais ideias e valores fossem universais e aceitos como tais por todas as classes.” CHAUI, Marilena. A ideologia da competência. São Paulo, SP: Ed. Autêntica, 2014. Pg. 53.

¹⁴ Extraído de: SILVA, Cintia Ribeiro Veloso da. Trabalho Docente e Inovação: A perspectiva da OCDE para as políticas educacionais. – Curitiba, 2015. Pg. 190.

¹⁵ “Por trás de cada reforma, de maneira mais ou menos explícita, existem, ao menos, estes quatro modelos: social, escolar, de gestão e pedagógico. Esses modelos são química ou ideologicamente puros ou com algumas hibridizações e contradições, à medida que, nos dias de hoje, a linha divisória traçada por Norberto Bobbio e outros cientistas políticos entre a direita e esquerda vem se diluindo, sobretudo por parte desta última, devido ao seu difícil encaixe nos novos cenários socioeconômicos ou às suas próprias debilidades e renúncias ideológicas.” Saberes e incertezas sobre o currículo. In: As reformas e a inovação pedagógica: discursos e

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

→ P¹⁸. Q¹⁹. R²⁰. S.²¹. T²². U²³. V²⁴. →

práticas. SEBARROJA, Jaume Carbonell / Organizador, José Gimeno Sacristán ; tradução: Alexandre Salvaterra – Porto Alegre: Penso, 2013. Pg. 512.

¹⁶ “O projeto de escola inclusiva e abrangente se baseia na confiança de que educar alunos diversos é benéfico e possível, já que pode modificar as expectativas iniciais do aluno e resultar em determinado grau de mobilidade social.” Saberes e incertezas sobre o currículo. In: As reformas e a inovação pedagógica: discursos e práticas. SEBARROJA, Jaume Carbonell / Organizador, José Gimeno Sacristán ; tradução: Alexandre Salvaterra – Porto Alegre: Penso, 2013. Pg. 513.

¹⁷ “A questão essencial que se coloca é se educamos para a exclusão ou para a inclusão, com todas suas implicações relativas à igualdade de oportunidades, à equidade, à coesão e à justiça social. A escola por si só não tem como conseguir a igualação de alunos desiguais em função de sua procedência social, mas pode, de fato, ativar políticas e medidas de compensação escolar, de discriminação positiva, de reforço e atenção à diversidade, tratando de aliviar alguns déficits de origem dos alunos socialmente desfavorecidos.” Saberes e incertezas sobre o currículo. In: As reformas e a inovação pedagógica: discursos e práticas. SEBARROJA, Jaume Carbonell / Organizador, José Gimeno Sacristán ; tradução: Alexandre Salvaterra – Porto Alegre: Penso, 2013. Pg. 513.

¹⁸ “Sob a ótica da ideologia dominante, a educação é determinada por meio de seus agentes, no seio da organização do capitalismo. A escola está configurada ideologicamente não só pela consciência de seus agentes, mas também é condicionada pela divisão do trabalho, que estabelece a alienação da força de trabalho como um fato natural.” SILVA, Cintia Ribeiro Veloso da. Trabalho Docente e Inovação: A perspectiva da OCDE para as políticas educacionais. – Curitiba, 2015. Pg. 193.

¹⁹ “A questão que se coloca neste caso é o lugar do Estado e do mercado na regulação e no controle da escolarização, e, portanto, o peso e a defesa do público frente à escola privada e aos processos de privatização. Mais Estado ou mais mercado? Nas reformas educacionais progressistas, os poderes públicos – seja através de uma administração centralizada ou através de instancias territoriais descentralizadas – têm assumido um protagonismo especial na hora de estender o direito a educação obrigatória e gratuita a toda a população, algumas vezes, priorizando os investimentos na rede pública, outras, atendendo tanto a rede pública como a privada, mediante subsídios a esta última ou uma série de concessões que, na prática, convertem todo o serviço público do ensino em um serviço genérico e confuso, com as portas abertas a diversos processos e mecanismos de privatização: desde a educação infantil à universidade”. Saberes e incertezas sobre o currículo. In: As reformas e a inovação pedagógica: discursos e práticas. SEBARROJA, Jaume Carbonell / Organizador, José Gimeno Sacristán ; tradução: Alexandre Salvaterra – Porto Alegre: Penso, 2013. Pg. 513.

²⁰ “*Inovação em práticas de ensino*: São determinadas por práticas em que alunos aplicam os seus conhecimentos e as habilidades da vida real, a partir de atividades de interpretação de dados ou raciocínio. O objetivo de tal inovação é encorajar o engajamento, a motivação e incentivar habilidades de pensamento crítico dos alunos, tornando as aulas mais relevantes. As reduções dessas práticas podem ocorrer se os professores explorarem alternativas inovadoras ou tentarem gastar o tempo em diferentes atividades (OCDE, 2014a).” SILVA, Cintia Ribeiro Veloso da. Trabalho Docente e Inovação: A perspectiva da OCDE para as políticas educacionais. – Curitiba, 2015. Pg. 197.

²¹ Organização para a Cooperação e desenvolvimento econômico. (OCDE, 2010b) Extraído de: SILVA, Cintia Ribeiro Veloso da. Trabalho Docente e Inovação: A perspectiva da OCDE para as políticas educacionais. – Curitiba, 2015. Pg. 195.

²² “O neoliberalismo, portanto, não é a crença na racionalidade do mercado, o enxugamento do Estado e a desaparecimento do fundo público, mas a decisão de cortar o fundo público no polo de financiamento dos bens e serviços públicos – ou dos direitos sociais – e maximizar o uso da riqueza pública nos investimentos exigidos pelo capital, cujos lucros não são suficientes para cobrir todas as possibilidades tecnológicas que ele mesmo abriu. O neoliberalismo é o encolhimento do espaço público dos diretos e o alargamento do espaço privado

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

→ W²⁵. X²⁶. Y²⁷. Z²⁸. A²⁹. B³⁰. C³¹. D³². →

dos interesses de mercado." CHAUI, Marilena. A ideologia da competência. São Paulo, SP: Ed. Autêntica, 2014. Pg. 88

²³ "Em resumo, desintegração vertical da produção, tecnologias eletrônicas, diminuição dos estoques, velocidade na qualificação e desqualificação da mão de obra, aceleração do *turnover* da produção, do comércio e do consumo pelo desenvolvimento das técnicas de informação e distribuição, proliferação do setor de serviços, crescimento da economia informal e paralela, e novo meio para prover os serviços financeiros – desregulação econômica e formação de grandes conglomerados financeiros que formam um único mercado mundial com poder e coordenação financeira." CHAUI, Marilena. A ideologia da competência. São Paulo, SP: Ed. Autêntica, 2014. Pg. 91

²⁴ "A esse conjunto de condições materiais, precariamente esboçados aqui, corresponde um imaginário social que busca justificá-las (como racionais) legitimá-las (como corretas) e dissimula-las enquanto formas contemporâneas da exploração e dominação. *Esse imaginário social é o neoliberalismo como ideologia da competência e cujo subproduto principal é o pós-modernismo*, que toma como o ser da realidade a fragmentação econômico-social e a compressão espaço temporal gerada pelas novas tecnologias e pelo percurso do capital financeiro." CHAUI, Marilena. A ideologia da competência. São Paulo, SP: Ed. Autêntica, 2014. Pg. 91

²⁵ "Dentre as orientações disseminadas para as políticas educacionais, estão as que prescrevem a inovação da educação, do ensino, dos sistemas de ensino e do trabalho docente. Conforme explicitado anteriormente, das centenas de documentos elaborados e publicados pela OCDE, o *Measuring innovation in education: a new perspective* da OCDE (2014⁹) estabelece parâmetros para a avaliação da inovação na educação." SILVA, Cintia Ribeiro Veloso da. Trabalho Docente e Inovação: A perspectiva da OCDE para as políticas educacionais. – Curitiba, 2015. Pg. 202

²⁶ "Tendo em vista estes parâmetros determinados pela OCDE e considerando o mecanismo de disseminação das orientações desta organização sobre a inovação – enquanto conceito, prática e ideologia da inovação na educação – levantamos, como uma hipótese desta tese, que as políticas educacionais brasileiras sofrem os efeitos deste mecanismo e respondem a estes parâmetros quanto a inovação no trabalho docente" SILVA, Cintia Ribeiro Veloso da. Trabalho Docente e Inovação: A perspectiva da OCDE para as políticas educacionais. – Curitiba, 2015. Pg. 203

²⁷ "Quais são as características comuns destas pedagogias inovadoras? A primeira é a aposta na educação integral e no desenvolvimento dos diversos componentes do desenvolvimento infantil: cognitivos, afetivos, sociais, éticos, estéticos, físicos, e sensoriais, onde não se entende a separação entre o trabalho manual e o intelectual, entre corpo e mente, entre razão e emoção, entre o saber que é transmissível e suas implicações ético-morais, entre jogo e trabalho, entre conteúdos instrumentais, científicos e artísticos, entre os diversos saberes e suas correspondentes linguagens." SEBARROJA, Jaume Carbonell / Organizador, José Gimeno Sacristán ; tradução: Alexandre Salvaterra – Porto Alegre: Penso, 2013. Pg. 516.

²⁸ "Os clássicos por definição, nunca morrem - tampouco, os clássicos da educação – porque constituem um capital e um patrimônio rico em ideias, reflexões, práticas, intuições e provocações que nos ajudam a pensar e a repensar educação." SEBARROJA, Jaume Carbonell / Organizador, José Gimeno Sacristán ; tradução: Alexandre Salvaterra – Porto Alegre: Penso, 2013. Pg. 517.

²⁹ "Em um sentido similar, convém ressaltar o grande impacto que teve o relatório Delors ao fixar os quatro grandes pilares da educação: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a ser e aprender a conviver." SEBARROJA, Jaume Carbonell / Organizador, José Gimeno Sacristán ; tradução: Alexandre Salvaterra – Porto Alegre: Penso, 2013. Pg. 517.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

→ E³³. F³⁴. G.³⁵ H³⁶. I³⁷. J³⁸. →

³⁰ "O pós-modernismo corresponde a uma forma de vida determinada pela insegurança e violência institucionalizada pelo mercado. Essa forma de vida possui quatro traços principais: (1) a insegurança, que leva a aplicar recursos no mercado de futuros e de seguros; (2) a dispersão, que leva a procurar uma autoridade política forte, com perfil despótico; (3) o medo, que leva ao reforço de antigas instituições, sobretudo a família, e ao retorno das formas místicas e autoritárias ou fundamentalistas de religião; (4) o sentimento do efêmero e da destruição da memória objetiva dos espaços, levando ao reforço de suportes subjetivos da memória (diários, biografias, fotografias, objetos)." CHAUI, Marilena. A ideologia da competência. São Paulo, SP: Ed. Autêntica, 2014. Pg. 91

³¹ "As imposições externas, que fazem que fazem parte do cenário de atuação docente no Brasil, expressam um conjunto de regras que gera a perda paulatina de direitos e de condições de trabalho, com a sobrecarga de novas exigências e atribuições que se distanciam cada vez mais da relação sensível entre o professor e o aluno. Enquanto isso, o prestígio social da profissão docente decai e aumenta a acusação de que o professor é o único responsável pela má qualidade do ensino." SILVA, Cintia Ribeiro Veloso da. Trabalho Docente e Inovação: A perspectiva da OCDE para as políticas educacionais. – Curitiba, 2015. Pg. 219

³² Extraído de: SILVA, Cintia Ribeiro Veloso da. Trabalho Docente e Inovação: A perspectiva da OCDE para as políticas educacionais. – Curitiba, 2015. Pg. 219

³³ "O estudo da inovação – tal como a conhecemos hoje – foi iniciado por Schumpeter em 1911 e desenvolvido por outros economistas ao longo dos anos subsequentes. Contudo, a potência da sua teoria para o favorecimento do sistema capitalista só foi dimensionada a partir da crise estrutural do capitalismo e da busca por saídas para a reestruturação do sistema produtivo." SILVA, Cintia Ribeiro Veloso da. Trabalho Docente e Inovação: A perspectiva da OCDE para as políticas educacionais. – Curitiba, 2015. Pg. 220.

³⁴ "A reestruturação produtiva foi estudada minuciosamente por Harvey (2006), designando-a como *acumulação flexível*, determinada pela flexibilidade nos processos, nos mercados de trabalho, nos produtos e nos padrões de consumo, favorecendo a retomada de conceitos como inovação e destruição criativa valorizando o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz, o contingente da vida moderna, fundamentado nos novos modos de se compreender a realidade, como a teoria pós-moderna, que busca explicar os diversos fenômenos atuais, não sob o ponto de vista social, mas sim do indivíduo fragmentado, que a própria sociedade capitalista produziu (HARVEY, 2006)". SILVA, Cintia Ribeiro Veloso da. Trabalho Docente e Inovação: A perspectiva da OCDE para as políticas educacionais. – Curitiba, 2015. Pg. 221.

³⁵ "Em primeiro lugar, deve-se observar que a questão da inovação não tem sido objeto de preocupação *explícita* nos estudos de Filosofia da Educação. Não obstante isso, as diferentes correntes têm fornecido elementos a partir dos quais é possível abordar o problema em pauta. Há mesmo determinadas orientações que parecem emprestar uma importância fundamental a ideia de inovação. Basta lembrar aqui os casos de *Progressivismo* e do *Reconstrucionismo*, cujos nomes já evocam, de si, a problemática envolvida no conceito de inovação." SAVIANI, Dermeval. Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas / coordenador Walter E. Garcia – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. Pg. 15.

³⁶ "Como se pode perceber, não há lugar nesta concepção para o tema da inovação, Esta simplesmente não é considerada; e, se o é ocupa, obviamente, um lugar secundário, periférico, acidental. Compreende-se então, que não é daí que devemos esperar uma contribuição positiva para a compreensão do tema da inovação. Compreende-se também que é esta concepção "humanista" tradicional que está na base dos métodos tradicionais de ensino. Não se pode, pois, falar – dado que resulta contraditório – numa concepção

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

→ K³⁹. L⁴⁰. M⁴¹. N⁴². O⁴³ P⁴⁴ Q⁴⁵. →

"humanista" tradicional de inovação". SAVIANI, Dermeval. Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas / coordenador Walter E. Garcia – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. Pg. 17.

³⁷ "A concepção analítica de Filosofia da educação não pressupõe, explicitamente uma visão de homem nem um "sistema filosófico" geral. Pretende que a tarefa da Filosofia da Educação é efetuar a análise lógica da linguagem educacional. Dado que a linguagem educacional é uma linguagem comum, isto é, não formalizada, não "científica", o método que mais se presta à tarefa proposta é o da chamada análise informal ou lógica informal. A análise informal postula que o significado de uma palavra só pode ser determinado em função do contexto que utilizada. Entenda-se, porém, tratar-se do contexto linguístico e não do contexto sócio-econômico-político, ou numa palavra, histórico." SAVIANI, Dermeval. Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas In: A filosofia da educação e o problema da inovação em educação / coordenador Walter E. Garcia – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. Pg. 20.

³⁸ "Passemos agora à articulação do esquema acima apresentado com o processo concreto, isto é, com a atividade educacional tal como ela vem se manifestando no seio da organização social em que vivemos a qual assume feições características com a consolidação do poder burguês e a conseqüente formulação de sua visão de mundo: o liberalismo. A escola surge, então, como o grande instrumento de realizações dos ideais liberais. Forja-se, a partir da segunda do século XIX a ideia da "escola redentora da humanidade". Desencadeia-se a campanha pela escola pública, universal e gratuita. Surgem os chamados "sistemas nacionais de ensino"." SAVIANI, Dermeval. Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas / coordenador Walter E. Garcia – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. Pg. 21.

³⁹ SAVIANI, Dermeval. Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas / coordenador Walter E. Garcia – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. Pg. 23.

⁴⁰ "Começou a se advertir que nem sempre 'um povo ilustrado escolhia bem os seus governantes' e que se davam casos de povos instruídos, alfabetizados, que apesar de tudo continuavam 'elegendo Rosas', isto é, seguiam a demagogos, aceitavam tiranos e caudilhos, e deixavam de lado os melhores programas de governo, que se lhes ofereciam em cartilhas bem impressas". SAVIANI, Dermeval. Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas / coordenador Walter E. Garcia – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. Pg. 24.

⁴¹ "Portanto, o neoliberalismo por meio da globalização, expande os efeitos do modelo produtivo atual, submetendo a educação às novas determinações do capital conforme a reestruturação produtiva. Neste contexto a escola é conceituada em termos econômicos como uma *indústria de conhecimento* (BURBULES; TORRES, 2001; OCDE, 2009B.)". SILVA, Cintia Ribeiro Veloso da. Trabalho Docente e Inovação: A perspectiva da OCDE para as políticas educacionais. – Curitiba, 2015. Pg. 222.

⁴² "Em suma, podemos concluir que há diferentes concepções de inovação, segundo as diferentes concepções de filosofia da educação. Assim, de acordo com a concepção "humanista" tradicional a inovação será entendida de modo acidental, como modificações superficiais que jamais afetam a essência das finalidades e métodos preconizados em educação. Inovar é, pois, sinônimo de retocar superficialmente. De acordo com a concepção "humanista" moderna, inovar será alterar, essencialmente os métodos, as formas de educar. Já do ponto de vista analítico inovar não será propriamente alterar nem acidental nem essencialmente. Inovar será utilizar outras formas. Portanto, novo é o outro." SAVIANI, Dermeval. Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas. / coordenador Walter E. Garcia – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. Pg. 25-26.

⁴³ "Há um consenso generalizado no sentido de definir *inovação* como um dos processos de mudança social. Ao aceitar tal proposição, o investigador social depara, desde logo, com questões teóricas e metodológicas sobre o significado mesmo do conceito de mudança social, variável segundo as concepções dadas pelas divergentes teorias e modelos de análise do real, e segundo as práticas sociais diferenciadas dos grupos e classes sociais que realizam." WANDERLEY, Luiz Eduardo. Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas IN:

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

→ R⁴⁶. S⁴⁷. T⁴⁸. U⁴⁹. •

Parâmetros sociológicos da educação / coordenador Walter E. Garcia – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. Pg. 30.

⁴⁴ "Passamos agora a especificar o lugar da educação dentro da multidimensionalidade da vida social. Se ela pode ser concebida como um processo social específico, circunscrito no âmbito da escola, há um consenso entre os cientistas sociais de que se faz mister, para entendê-la, relacioná-la com as outras formas do processo educacional (sistemáticas e assistemática) e analisá-la em suas articulações com todas as dimensões importantes da sociedade: econômicas, políticas e ideológicas." WANDERLEY, Luiz Eduardo. Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas IN: Parâmetros sociológicos da educação / coordenador Walter E. Garcia – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. Pg. 31.

⁴⁵ "Alguns admitem que as escolas possam estimular mudanças no campo material e tecnológico, principalmente em certas sociedades capitalistas desenvolvidas, mas impedem transformações mais profundas nas relações sociais, nas normas da sociedade, perpetuando o *status quo*. Outros defendem que a escola é um lugar privilegiado de reprodução social das formações sociais capitalistas, onde basicamente se faz a inculcação da ideologia dominante e se reproduz a desigualdade social." WANDERLEY, Luiz Eduardo. Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas IN: Parâmetros sociológicos da educação / coordenador Walter E. Garcia – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. Pg. 31.

⁴⁶ "No modo de produção capitalista, esta orientação estabelece como um de seus componentes constitutivos principais a necessidade de sua reprodução, ou seja, a reprodução das forças produtivas e das relações de produção existentes. Para essa reprodução, a educação contribui de maneira decisiva e a escola é caracterizada como "aparelho ideológico do Estado", cumprindo basicamente o papel de: - reprodução e distribuição dos agentes, de um lado o capitalista, de outro o trabalhador assalariado; - formação e qualificação de mão-de-obra, papel que a empresa também vem assumindo de forma crescente; - inculcação ideológica, pela qual se transmite as justificações da divisão do trabalho atual, da aceitação da condição de classe dominada para os operários, etc." WANDERLEY, Luiz Eduardo. Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas IN: Parâmetros sociológicos da educação / coordenador Walter E. Garcia – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. Pg. 36.

⁴⁷ "Uma inovação é uma ideia prática, ou objeto que um indivíduo percebe como novo. No que diz respeito ao comportamento humano, pouco importa se a ideia é ou não 'objetivamente' nova, medida pelo período de tempo que vai da sua primeira utilização ou descobrimento. É a novidade *percebida* da ideia no indivíduo que determina sua reação diante dela. Se a ideia parece nova e diferente ao indivíduo, é uma inovação. (ROGERS, 1969).". Extraído de: WANDERLEY, Luiz Eduardo. Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas IN: Parâmetros sociológicos da educação / coordenador Walter E. Garcia – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. Pg. 39.

⁴⁸ Extraído de: WANDERLEY, Luiz Eduardo. Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas IN: Parâmetros sociológicos da educação / coordenador Walter E. Garcia – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. Pg. 45.

⁴⁹ Extraído de: SILVA, Cintia Ribeiro Veloso da. Trabalho Docente e Inovação: A perspectiva da OCDE para as políticas educacionais. – Curitiba, 2015. Pg. 223.



LAGARTAS E PLANTAS HOSPEDEIRAS DE LEPIDÓPTEROS (PAPILIONIDAE, PIERIDAE, SATURNIDAE, NOTODONTIDAE E ARCTIIDAE) ENCONTRADAS NA RESERVA NATURAL RIO CACHOEIRA, ANTONINA, PR

Emerson Luis Pawoski da Silva (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus Paranaguá, improvoski@gmail.com
José Francisco de Oliveira Neto (Orientador)
Unespar/Campus Paranaguá, jose.neto@unespar.edu.br

Palavras-chave: Lepidoptera; Ecologia; Vegetação.

1. INTRODUÇÃO

A Floresta Atlântica é um dos biomas brasileiros com maior destaque nacional, junto da Floresta Amazônica, no que se refere à riqueza e diversidade de espécies, sendo essas mantidas pela umidade do Oceano Atlântico que se encerra parcialmente na região do Escudo do Paraná, pela variedade topográfica e de solos, que permitem a existência de muitos nichos ecológicos (RIBEIRO et al, 2009; SCHMIEGELOW, 2004). Compreendendo a maior parte da costa brasileira, e estando entre o estado Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, essa formação tem maior extensão nas regiões sul e sudeste do país, onde há maior grau de conservação pela grande quantidade de Unidades de Conservação (INVITTI et al, 1999; SEMA, 1995). A importância do inventário ou guia de espécies locais reside no manejo de Unidades de Conservação, para uma gestão consoante a essa biodiversidade e dessa maneira, muitos pesquisadores fazem o levantamento de diferentes grupos e fornecem esses resultados a instituições e ao público em trabalhos de biologia da conservação (CULLEN et al, 2004).

Contendo 7.302 espécies de animais, o Brasil possui cerca de 70% da fauna mundial com 16% dos grupos taxonômicos, embora se acredite que esses números sejam subestimados. A maior parte dessas descrições é de insetos, onde se destacam Lepidoptera (LEWINSOHN, 2005). Esse grupo, além de bioindicador, é membro da teia trófica e age como polinizador exclusivo de algumas famílias vegetais, mas, muito pouco ainda é estudado sobre esses animais (BUZZI, 2010; CULLEN et al, 2004). Essa fauna também é bastante representativa na Floresta Atlântica, ao possuir 66% das espécies brasileiras, fazendo com que seja um importante local de estudo (BROWN & FREITAS, 2000).

Pesquisas com Lepidoptera podem ser feitas para todas as fases do desenvolvimento, ovos; lagartas; pupas, ou adultos, sendo esses últimos hábeis a reprodução, no entanto a fase mais longa e onde o indivíduo se encontra mais vulnerável é a de lagarta, pois a movimentação é mínima se comparada aos adultos e há necessidade de constante busca de alimento, o que os faz expostos a

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

predadores e parasitas (ALMEIDA & FREITAS, 2012). Conquanto considere-se o bioma no entendimento da ecologia dessa fauna, sabe-se da importância dos microclimas, que interferem na dispersão e comportamento da mesma (BONEBRAKE et al, 2010; CHAUVIN, 1967). Para o estudo dessa fauna podem ser usadas redes entomológicas para captura de adultos ou pela coleta manual de imaturos. A identificação pode ser feita por biologia molecular e pela morfologia, seja por aspectos externos ou por órgãos reprodutivos (ALMEIDA et al, 1998). Pela facilidade de manuseio e apresentáveis resultados, o estudo com lagartas é bastante recomendado em fragmentos florestais para o manejo dos mesmos (CULLEN et al, 2004).

2. METODOLOGIA

A Reserva Natural da Guaricica se localiza na cidade de Antonina no Estado do Paraná (25°18'49.14" S 48°41'44.06" O) e é uma Unidade de Proteção Integral mantida pela Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental, sendo criada por essa e pela The Nature Conservancy em 1991. A reserva é parte da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, onde ocorrem pesquisas científicas, ecoturismo e visitas escolares, embora sejam necessários permissão legal e seguro de vida para acesso ao local (SPVS, 2017). A região (Figura 1) observada foi classificada com duas formações florestais: Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas e Floresta Ombrófila Densa Submontana, com clima Cfa, na designação Köppen-Geiger, sendo relacionada a muitos rios e riachos (IBGE, 2012).

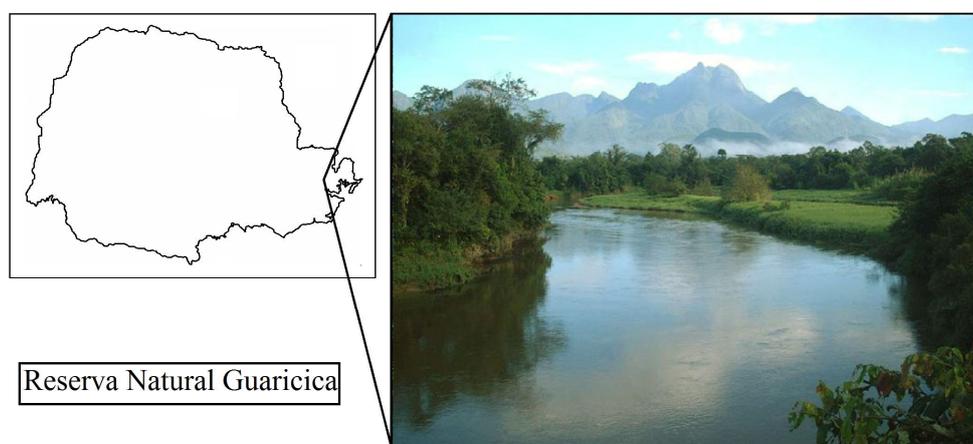


Fig 1: Localização da Reserva Natural Guaricica em Antonina, Paraná, Brasil. Fonte: SPVS.

Realizou-se a coleta quinzenalmente de julho de 2016 a junho de 2017, em horários de maior iluminação, como de 10:00 as 14:00. Na área buscou-se por imaturos, ovos e lagartas, de Lepidoptera preferencialmente de Papilionidae, Pieridae, Saturnidae, Notodontidae e Arctiidae, pela falta de informações (ALMEIDA & FREITAS, 2012), mas, indivíduos de outras de outras famílias também

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

foram capturados. Os animais foram percebidos nas folhas por sinais de herbivoria ou pelos ovos, nas porções adaxiais e abaxiais das folhas.

Os espécimes foram criados em potes plásticos em domicílio, sendo alimentados com as plantas hospedeiras, até os instares em que pudessem ser identificados os taxa. A determinação de Lepidoptera (BUZZI, 2010) e plantas hospedeiras (SOUZA & LORENZI, 2012) ocorreram via chaves de identificação e comparação com publicações sobre a reserva.

A conservação dos espécimes foi feita em frascos de vidro, com imersão em álcool 70% (ALMEIDA et al, 1998) e deposição no Laboratório Multidisciplinar de Estudos Animais da Universidade Estadual do Paraná – campus Paranaguá, para complementar a montagem de um guia de espécies de Lepidoptera do Paraná e Santa Catarina.

3. RESULTADOS

Identificou-se no presente trabalho 5 famílias, sendo essas Arctiidae, Lasiocampidae, Papilionidae, Saturniidae e Sphingidae, para 16 taxa, sendo 9 identificados, e determinou-se, igualmente, as plantas hospedeiras para cada espécime.

Tabela 1: Taxa de Lepidoptera capturados na Reserva Natural Guaricica em Antonina-PR.

Famílias/ Espécies	Planta hospedeira
ARCTIIDAE	
Morfoespécie 1	ASTERACEAE <i>Vernonanthura</i> sp.
Morfoespécie 2	ASTERACEAE Vernonieae 1
LASIOCAMPIDAE	
Morfoespécie 1	LAURACEAE <i>Nectandra</i> sp.
PAPILIONIDAE	
<i>Battus polydamas</i> E	ARISTOLOCHIACEA <i>Aristolochia macroura</i>
<i>Heraclides astyalus</i>	RUTACEAE <i>Citrus</i> sp.
<i>Heraclides hectorides</i>	RUTACEAE <i>Citrus</i> sp.
<i>Mimoides lysithous</i>	ANNONACEAE <i>Annona</i> sp.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

SATURNIIDAE	
<i>Automeris</i> sp.	MELIACEAE <i>Melia</i> sp.
SPHINGIDAE	
<i>Eumorpha pandorus</i>	VITACEAE <i>Cissus</i> sp.

A relação ecológica com as plantas hospedeiras de Arctiidae (Figura 2) da família Asteraceae ressaltou a importância da pesquisa na reserva, pois, a associação entre herbivoria e visitação floral, para *Vernoniae* (RECH et al, 2014) é pouco estudada (TARTAGLIA & HANDEL, 2014) e a resposta de esquila observada, pendurando-se em fios de seda, pode ser parte da relação com predadores (PRICE et al, 2011). Não foi possível a determinação dos taxa pela semelhança entre os mesmos na família, (ALMEIDA & FREITAS, 2012).



Figura 2: Arctiidae. A Morfoespécie 1; B-C Morfoespécie 2. B Vista dorsal; C Vista lateral.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

A Morfoespécie 1 de Lasiocampidae (Figura 3) não foi identificada. Apesar de ter-se descoberto a família, a ação de parasitos, tornou a morfologia externa indecifrável e embora, sua planta hospedeira seja bastante comum na reserva (SOUZA & LORENZI, 2012), não foram encontradas outras lagartas desse táxon.



Figura 3: A Morfoespécie 1.

As lagartas de Papilionidae (Figura 4) apresentaram as plantas hospedeiras esperadas, se comparadas a literatura, com única divergência para *Battus polydamas* que se alimentou de *Aristolochia macroura* e não de *A. triangularis*, porém isso pode ser explicado pela distribuição de Aristolochiaceae, uma vez que essa segunda é mais frequente em encostas montanhosas da Serra do Mar, enquanto a primeira em regiões costeiras (BERTI-FILHO & CERIGNONI, 2010). As lagartas Heraclides apresentaram resultados satisfatórios em prévios estudos, pois, seus adultos alimentam de néctar de *Lantana* sp., *Stachytarpheta* sp., *Ixora* sp., *Inga* sp., *Cordia* sp. e *Senecio* sp. nas proximidades, indicando a presença de alguma dessas plantas na reserva, a exceção das duas últimas que não pertencem a Floresta Atlântica (LEWIS, 2010) e sendo a primeira compartilhada com *B. polydamas* (OPLER & KRIZEK, 1984). Mimoides lysithous também se alimentou de planta semelhante à bibliografia, porém, sua presença em baixa altitude não era esperada (DOLIBAINA et al, 2011)



Figura 4: Papilionidae. **A** *Battus polydamas*; **B** Ovos de *Heraclides astyalus*; **C** *Heraclides hectorides*; **D** *Mimoides lysithous*.

Sendo um dos mais diversos e distribuídos gêneros (LEMAIRE, 2002) de Saturniidae (Figura 5) *Automeris* é um dos taxa mais difíceis de identificar, mesmo com indivíduos adultos. A amostra encontrada se alimentou das mesmas plantas designadas por outros autores e se encontra na categoria de perigosa a saúde por suas cerdas urticantes (CARDOSO et al, 2003). O padrão de cores do dorso não foi semelhante a nenhuma espécie documentada na região.

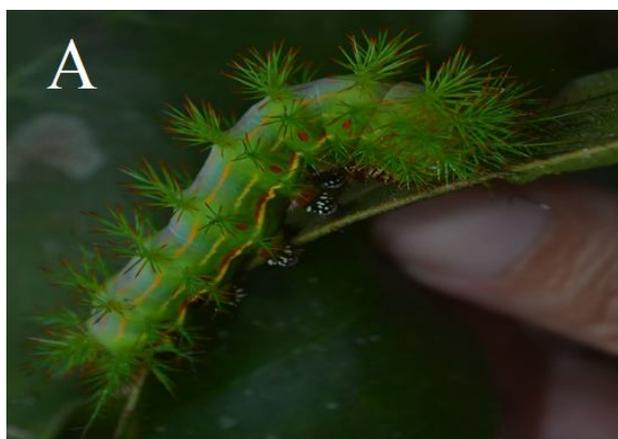


Figura 5: Saturniidae. **A** *Automeris* sp.

A lagarta da família Sphingidae (Figura 6) é muito pouco estudada no Brasil, com mais estudos publicados na América do Norte. A planta hospedeira identificada no campo pertence a

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

mesma família que a literatura sugere e os adultos se alimentam de néctar de Orchidaceae (CALHOUN, J. V. & WRIGHT, 2016).



Figura 6: Sphingidae. A *Eumorpha pandorus*.

As demais 7 taxa não identificadas apresentaram necessidade de determinação por biologia molecular, havendo incerteza mesmo quanto a nível de família e não foram, portanto, apresentadas.

4. DISCUSSÃO

Os 10 taxa identificados demonstraram a validade de estudos com essa fauna na Reserva Natural da Guaricica, revelando alguns aspectos quanto a presença de espécies vegetais distantes e relações ecológicas. Para obter um panorama mais útil a gestão da UC seriam necessárias mais amostragens e maior fomento para identificação molecular. As taxa observadas foram anexadas a outras pesquisas sobre Lepidoptera do Laboratório Multidisciplinar de Estudos Animais da Universidade Estadual do Paraná – campus Paranaguá para formação de um banco de dados sobre essa fauna na costa sul do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. C. & FREITAS, A. V. L. **Lepidoptera: Borboletas e Mariposas do Brasil**. São Paulo: Exclusiva, 2012.

ALMEIDA, L. M. et al. **Manual de Coleta, Conservação, Montage e Identificação de Insetos**. Ribeirão Preto: Holos, 1998.

BERTI-FILHO, E. & CERIGNONI, J. A. **Borboletas**. FEALQ. Piracicaba, Odessa, São Paulo, Brazil, 2010.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

- BONEBRAKE, T. C. et al. More than just indicators: A review of tropical butterfly ecology and conservation. **Biological Conservation**. 143: 1831-1841, 2010.
- BROWN, JR. K.S. & FREITAS, A.V.L. Atlantic Forest Butterflies: Indicators for Landscape Conservation. **Biotropica** 32(4b): 934- 956, 2000.
- BUZZI, Z. J. **Entomologia Didática**, Curitiba: UFPR, 2010.
- CALHOUN, J. V. & WRIGHT, D. M. Remarks on the recent publication of Titian R. Peale's "lost manuscript," including new information about Peale's Lepidoptera illustrations. **The Journal of Research on the Lepidoptera**. 49: 21-51, 2016.
- CARDOSO, J.L.C. et al. (Eds). **Animais peçonhentos no Brasil - biologia, clínica e terapêutica dos acidentes**. São Paulo: Sarvier, 2003.
- CULLEN, JR. L. et al (orgs.). **Métodos de estudo em Biologia da Conservação e Manejo da Vida Silvestre**. Curitiba: UFPR e Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2004.
- DOLIBAINA, D. R. et al. Borboletas (Papilionoidea e Hesperioidea) de Guarapuava e arredores, Paraná, Brasil: um inventário com base em 63 anos de registros. **Biota Neotrop.**, 11(1): 341-354, 2011.
- IBGE. **Manual técnico da vegetação brasileira: sistema fitogeográfico, inventário das formações florestais e campestres, técnicas e manejo de coleções botânicas, procedimentos para mapeamentos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012.
- INVITTI, A. L et al. **Mata Atlântica: nossa floresta em perigo**. Curitiba: Posigraf, 1999.
- LEMAIRE, C. **The Saturniidae of America - Hemileucinae**. vol 3. Keltorn: Goecke & Evers, 2002.
- LEWINSOHN, T. M. **Avaliação do estado de conhecimento da biodiversidade brasileira**. Vol 1, Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.
- LEWIS, D. S. A. 2010. **Phylogeny and revision of the genus *Heraclides* Hübner, 1819 (Lepidoptera: Papilionidae: Papilioninae: Papilionini)**. Dissertação (PhD) - University of Florida, Gainesville, 2010.
- OPLER P. A. & KRIZEK G.O. **Butterflies East of the Great Plains**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1984.
- PRICE, P. W. et al. **Insect Ecology: Behavior, Populations and Communities**. London: Cambridge University Press, 2011.
- RECH, A. R. et al (org). **Biologia da Polinização**. Rio de Janeiro: Projeto Cultura, 2014.
- RIBEIRO, M.. C. et al. The Brazilian Atlantic Forest: How much is left, and how is the remaining forest distributed? Implications for conservation. **Biological Conservation**. 142 (6): 1141–1153, 2009.
- RICKLEFS, R.E. **A Economia da Natureza**. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
- SCHMIEGELOW, J. M. M. **O Planeta Azul: Uma Introdução às Ciências Marinhas**. InterCiência, 2004.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

SEMA. **Lista vermelha de plantas ameaçadas de extinção no Estado do Paraná.** Curitiba: SEMA/GTZ, 1995.

SOUZA, V. C. & LORENZI, H. **Botânica sistemática: um guia ilustrado para identificação das famílias de Angiospermas da flora brasileira, baseado em APG II.** 3 ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2012.

TARTAGLIA, E. S. & HANDEL, S. N. Nectar plant preferences of *Hemaris* (Sphingidae: Lepidoptera) on co-occurring native *Cirsium* and non-native *Centaurea* (Asteraceae) inflorescences. **Journal of Pollination Ecology**, 13(19): 184-187, 2014.



PALAVRAS: DA DIMENSÃO FÍSICA À DIMENSÃO MÁGICA

Paula Fernanda Gallo Silva (PIC – Fundação Araucária)
Unespar/ Campus I Curitiba EMBAP
paula_fernanda_12@hotmail.com
Bernadette Maria Panek (orientadora)
Unespar/ Campus I Curitiba EMBAP,
bernapanek8@gmail.com

Palavras-chave: Poesia-Concreta. Livro de Artista. Tridimensionalidade.

Introdução

A empatia pela matemática desde jovem levou-me a um gosto por objetos e imagens simétricos ou que carregam em suas formas, a geometria como princípio. Durante uma parte da infância, lembro-me de morar numa casa cuja arquitetura moderna me fascinava, composta por grandes figuras geométricas, com a fachada que passava a sensação de solidez e estabilidade. Para uma criança pequena, aquela construção parecia gigantesca, e suas características principais, aliadas ao fato de aquele lugar ser meu lar, faziam com que me sentisse segura. Lembro-me das voltas das viagens e da sensação de ver aquela fachada sólida, com poucas cores, e de como aquelas paredes pareciam indestrutíveis, como aquela estabilidade e equilíbrio da fachada me passavam conforto.

Ainda criança, um dos meus passatempos prediletos era brincar com peças de montar. Passava horas encaixando e desencaixando, criando casas e formas com as peças de brinquedo, que são constituídas de paralelepípedos de diversas dimensões. Desafiava-me de construir coisas com outros formatos a partir da montagem das pecinhas, como sólidos geométricos que dessem a impressão de estarem fazendo curvas. Também gostava de relacionar as cores de forma específica na construção. Como um ritual, sentava no tapete da sala, separava cada pecinha por cor e formato, para somente depois, começar o que tinha em mente. As cores tinham significados para mim, e conseqüentemente para a peça em questão. E dificilmente brincava ou interagia com ele após o término. Minha diversão estava em construí-lo, e depois desmontá-lo. Hoje, a leitura da poesia concreta me trás sensações semelhantes as de infância, quando vejo a utilização dos espaços, cores e formas sendo tão poesia quanto as próprias palavras.

Um pouco mais tarde, entrando na adolescência, aprendi a desenhar com o auxílio de instrumentos como compasso, transferidor, escalímetro e esquadros. A afinidade com a geometria levou-me a dedicar horas e horas praticando desenhos, observando o mundo ao meu redor com olhos diferentes, onde buscava enxergar as conformações geométricas que compunham o mundo. Além

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

disso, especulava, por exemplo, como seriam suas planificações, como de um lápis ou a mesa do professor. Os desenhava, recortava e tentava montá-los. Posteriormente, passei a configurações mais complexas, como carros, pessoas e até mesmo meus cachorros.

A paixão pela literatura desde a alfabetização também foi outro fator que influenciou diretamente em minha visão de mundo. Passava a maior parte do tempo imersa em outros universos, vivendo outras vidas, aventuras de personagens aos quais me colocava diretamente em suas posições na imaginação. Esse hábito muito conhecido por familiares e amigos me permitiu o contato com diversos tipos destes livros. Dentre as poesias, ilustrações, fantasias, os meus prediletos eram os livros pop-up. Ter as páginas saltando aos meus olhos era mágico, e nunca me cansava de abri-las repetidas vezes tentando entender como aquilo era possível. A função da maioria dos livros é exercida apenas na dimensão planificada, e o que me fascina é a tridimensionalidade trabalhada em certos livros, comumente encontrados no campo das artes e na literatura infantil. Hoje posso observar essa qualidade tridimensional no trabalho de Lygia Pape, em seu livro de artista, *Livro da Criação*. Sem a utilização de palavras, a artista descreve a criação do mundo por meio de peças de papelão recortadas e desmontáveis, que constituem relevos abstratos e geométricos, com títulos que sugerem etapas da formação da humanidade, como a invenção da roda pelo homem, o início da marcação de tempo, a descoberta do fogo.

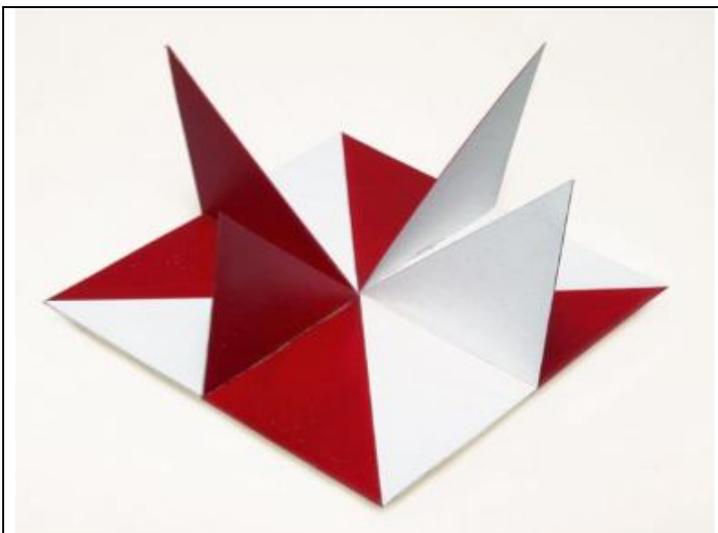


Imagem 1
Lygia Pape. *Fogo*, 1959. *Livro da Criação*, 1959 - 1960. São Paulo.
Disponível em
:<<http://festivalpublicuse.com.br/wp-content/uploads/2015/09/Livro-daCria%C3%A7%C3%A3o300x223.jpg>> acesso em 07-11-2016.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Discussão

A partir dos anos 60, com artistas brasileiros a exemplo de Lygia Pape, os livros ganham uma nova funcionalidade no campo das artes. Diferentemente dos livros ilustrados, que consistem basicamente em ilustrações baseadas em obras literárias, o livro de artista chega com uma proposta diferente, onde ele se torna a obra em si, a produção de um ou mais artistas em conjunto. Dessa forma, o livro de artista não é um livro onde são reunidos os registros das obras do artista, mas o objeto artístico em si, a obra original.

A poesia concreta vem com um dos propósitos de dar novas funções à palavra. Deixando de ter um sentido apenas literário, este estilo de poesia propõe também utilizar a palavra como forma, como imagem, explorando sua materialidade sem perder o sentido poético. Excluindo sua narrativa, a poesia concreta permeia no limite entre a literatura e a arte, explorando a palavra como objeto, utilizando-se de sua espacialidade e suas características visuais. A palavra se torna um objeto dinâmico, um organismo vivo, deixando o núcleo poético em evidência através de um sistema de equilíbrio, onde emprega fatores de proximidade e semelhança, com funções gráficas e/ou fonéticas. Além disso, a poesia-concreta adota o espaço da página como parte integrante da composição do poema, técnica proposta por Mallarmé e publicada pela primeira vez em 1897 e muito influente para o período posterior. Desta forma, ela se apresenta "... como uma espécie de ideograma para uma dada emoção, visando à apresentação direta do objeto." ¹

O movimento concreto na literatura, liderado por Augusto de Campos, Décio Pignatari e Haroldo de Campos propõe a aliança de outros elementos às palavras escritas dos poemas. Augusto de Campos é um poeta do período que, na pretensão de eliminar o eu lírico e o intimismo da poesia com seu autor, se utiliza de diversas técnicas e faz uso de diferentes procedimentos para alcançar seu objetivo. A junção da palavra escrita com as artes visuais, conceitos de publicidade, música e mesmo tecnologias digitais que estavam sendo pesquisadas durante o período, promovem novo sentido da poesia, onde sua forma de leitura, sonoridade composição visual são tão importantes quanto o sentido da palavra em si. ²

¹ CAMPOS, Augusto de; PIGNATARI, Décio; CAMPOS, Haroldo de. *Teoria da Poesia Concreta*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1975. p. 48.

² PEREZ, Luana Castro Alves. Cinco Poemas de Augusto de Campos, 2014. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/literatura/cinco-poemas-augusto-campos.htm>> Acesso em 24/10/2016.

OSC
ONT
EMP
ORÂ
NEO
SNÃ
OSA
BEM
LER

Imagem 2
Augusto de Campos. *Contemporâneos*, 2015. *Outros*, 2015.
Editora Perspectiva. São Paulo.
Disponível em:
< <http://www.cultura.mg.gov.br/images/2016/SUBSL/2015-marco-abril-1359.pdf>> acesso em 29-10-2016.

Como no poema acima, o autor utiliza a tipologia de forma que seu tamanho diminua verticalmente ao longo da página. A disposição é semelhante ao diagrama usado por médicos-oftalmológicos como auxílio para diagnósticos no exame para os olhos. Augusto o escreveu baseando-se na seguinte afirmação de Mallarmé: “(...) prefiro, diante da agressão, retorquir que alguns contemporâneos não sabem ler – a não ser no jornal”³, o poema é composto por fragmentos de palavras “osc/ont/emp/ ora/neo/snã/osa/bem/ler”, que formam a frase “os contemporâneos não sabem ler”. Além disso, encontramos outras possibilidades, como “os contemporâneos”, “neo não”, “não sabem”, “sabem ler”, “bem ler”.

Dessa forma, a poesia de Augusto de Campos ultrapassa a dimensão legível, utilizando fatores de proximidade e semelhança, como características visuais e/ou acústicas. Seu trabalho com o artista plástico Julio Plaza vem para reafirmar e enriquecer como a alteração plástica da palavra pode modificar o impacto causado com o espectador. Como Campos explica, “... postas de lado as pretensões figurativas da expressão, as palavras nessa poesia atuam como objetos autônomos.”⁴

Julio Plaza e Augusto de Campos fizeram parceria em algumas obras, dentre elas, criaram o livro de artista, *Poemóviles*, lançado em 1974. Neste livro de artista, por meio de cortes e dobras, Plaza trás as palavras da poesia-concreta de Campos, algumas já publicadas anteriormente, para a

³ Mallarmé citado por: RIBEIRO NETO, Amador. Outro do Mesmo Augusto Poeta. Revista Suplemento [online]. Edição 1.359. Minas Gerais. IMPRENSA OFICIAL MINAS GERAIS. Março/Abril 2015. Disponível na Internet: < <http://www.cultura.mg.gov.br/images/2016/SUBSL/2015-marco-abril-1359.pdf>>.

⁴ CAMPOS, Augusto de; PIGNATARI, Décio; CAMPOS, Haroldo de. *Teoria da Poesia Concreta*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1975. p. 48

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

terceira dimensão. Trabalham a relação entre a palavra em sua forma textual com sua forma plástica, relacionando também como as diferentes formas de legibilidade da palavra podem impactar o leitor, isto é, a utilização da palavra como imagem, forma e/ou objeto e como isso interfere em sua interpretação.

O livro-objeto composto por doze *Poemóviles*, cada um contendo um poema de Campos articulado num móbile de Plaza, trabalha a arte e a poesia de forma que, separadas ou fora de contexto, perdem seu sentido. A tridimensionalidade imposta às páginas do livro dão um novo significado às palavras, e/ou as intensificam. A utilização desta técnica faz com que as palavras abandonem seu espaço bidimensional, dando também um novo sentido à poesia concreta que já buscava a utilização da palavra como imagem ou forma, e as páginas saltam aos olhos do leitor já que as obras deste livro necessitam de movimento para acontecerem. Como uma escultura interativa, o leitor ao abrir e fechar as páginas, muda sua leitura e sentido do poema-concreto.

Um bom exemplo para ilustrar é o *Poemóvil* “Reflete”. Por meio da repetição do próprio reflexo da palavra em diversos sentidos. A imagem obedece a ordem da palavra, refletindo para cima, para baixo, para as laterais, e com a interação de abrir e fechar a página, este resultado é obtido como que para dentro e fora do papel. Portanto, a palavra utilizada ganha diversas formas de leitura neste objeto, pois além de seu significado textual, possui significado visual pela imagem e significado poético por sua interpretação.



Imagem 3

Julio Plaza; Augusto de Campos, "Reflete" (1974),
Poemóviles, São Paulo, 1974.

Disponível em:

< <http://www.ikrek.com.br/poemobiles/>> acesso em 25-02-2106.

“Entre” é outro *Poemóvil* que compõe o livro. Ao movê-lo com os dedos, podemos ler as palavras: “entreter”, “entrever”, “ter”, “ver”, “sub”, “verter” e “subverter”, além é claro, de seu título. Ao abrir o livro, o espectador nota que as palavras ganham um novo sentido, como forma e objeto, ainda enquanto texto.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.



Imagem 4

Julio Plaza; Augusto de Campos, "Entre" (1974), *Poemobiles*, São Paulo, 1974. Disponível em:
< <https://www.flickr.com/photos/lyurigami/6124238959>> acesso em 28-02-2106.



Imagem 5

Julio Plaza; Augusto de Campos, "Entre" (1974), *Poemobiles*, São Paulo, 1974. Disponível em:
< <http://sixmoment.com/subverter> > acesso em 28-02-2106.

Em 1975, Plaza e Campos lançam outra obra juntos, intitulada “Caixa Preta”, rompendo novamente com o formato tradicional de livro. Contém obras individuais – poemas concretos de Augusto de Campos e composições visuais de Julio Plaza, além da colaboração na construção de poemas-objeto. Nos suportes mais variados, como objetos que podem ser montados tridimensionalmente em cubos, os cubogramas, ou poemas recortados, que quando manipulados, mudam sua leitura e sentido. A inclusão de um disco, onde o cantor Caetano Veloso interpreta os poemas “pulsar” e “dias dias dias”, atesta a diversidade de meios em que os artistas trabalham na obra.

Augusto de Campos escreveu o poema “Viva Vaia” como uma homenagem à um evento ocorrido alguns anos antes, num festival de música, em 1968. Quando, durante a performance de “É proibido proibir”, Caetano Veloso entra no palco ao som de uma intensa vaia do público pelo teor de sua canção e sua forma provocativa de apresentação, com roupas coloridas e suas danças extravagantes, no já intitulado movimento Tropicália. Veloso faz um discurso acalorado, que mal pode ser ouvido sob as vaias de quem o assistia. Importante destacar, que em 1969, o cantor, junto com outros artistas brasileiros, foram forçados a deixar o país em exílio ao Regime Militar existente.

Posteriormente, este mesmo poema, “Viva Vaia”, fez parte do arranjo de obras no livro “Caixa Preta”, de Plaza e Campos, onde o poema pode ser visto na terceira dimensão através da dobra do papel. A tipologia empregada no poema integra símbolos que viram letras, podendo ser lidos como sons, como a utilização de um triângulo que pode ser interpretado como as letras “A” ou “V”. Além disso, o artista utilizou da cor vermelha para intensificar o impacto do poema, já que esta cor está relacionada com atenção ou alerta. Conforme se muda a posição do poema, a palavra lida muda de

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

“viva” para “vaia”, e vice-versa. Desse modo, a “poesia concreta explora a materialidade da palavra, a palavra como forma, como imagem...”⁵

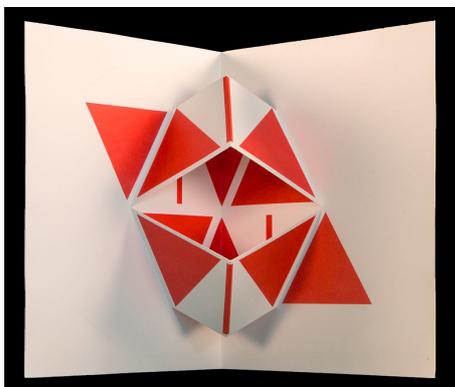


Imagem 6

Julio Plaza; Augusto de Campos, "Viva Vaia" (1975),
Poemóviles, São Paulo, 1975.

Disponível em:

<[http://www.getty.edu/research/exhibitions_events/exhibitions/
concrete_poetry/](http://www.getty.edu/research/exhibitions_events/exhibitions/concrete_poetry/)> acesso em 12-05-2105.

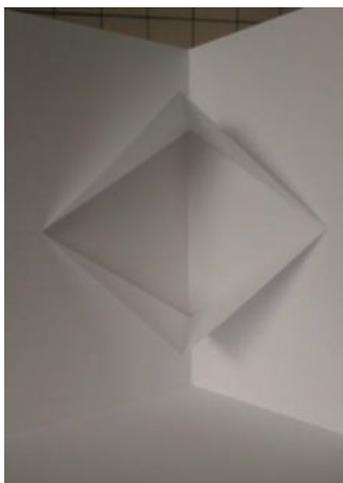
Metodologia

Desta forma, o objeto deste estudo trata de duas das dimensões da palavra: a espacial e a mágica. A dimensão espacial está relacionada com a forma física da palavra, como é empregada por Julio Plaza em *Poemóviles*, por meio da tridimensionalização de poemas concretos de Campos. Já a dimensão mágica diz respeito ao seu sentido, ao universo criado pelo autor ao qual o leitor é transportado quando entra em contato com as palavras em determinado contexto.

Envolvida com estas formas, direcionei minha pesquisa prática, iniciando com a tentativa de reprodução de alguns *Poemóviles*. Através da observação, identifiquei e refiz alguns dos cortes e dobras até chegar em resultados similares aos obtidos pelos autores.

⁵ PANEK, Bernadette. *Livro de Artista: O desalojar da reprodução*. São Paulo: USP, 2003. 140. Dissertação de Mestrado – Curso de Pós-Graduação em Artes, Departamento de Artes Plásticas, Escola de Comunicação e Artes – ECA Universidade de São Paulo – USP. p. 36

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.



Estudo de *Poemóbiles*. Papel Sulfite.
14,5 x 20,8 x 14,5 cm.
Disponível em acervo pessoal. 2016.

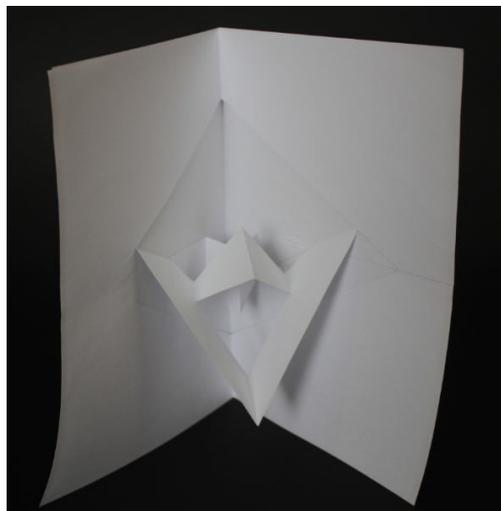


Estudo de *Poemóbiles*. Papel Sulfite.
14,5 x 20,8 x 14,5 cm.
Disponível em acervo pessoal. 2016.

Além disso, como inspiração nos trabalhos, realizei outros estudos, onde concretizei outra forma de tridimensionalização em que se faz necessária a montagem, além da interação de abrir a página. Outro modo para estudar a espacialização destas páginas foi por meio de pesquisas de peças já montadas, em que eu tentava, sem molde ou esboços prévios, reproduzir dobras, vincos e cortes, suas direções, dimensões, etc.



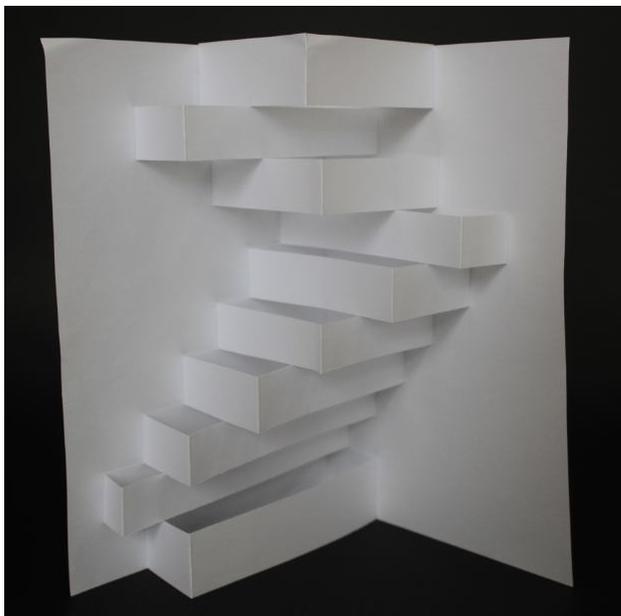
Estudo. Papel Sulfite.
14,5 x 20,8 x 14,5 cm.
Disponível em acervo pessoal. 2016.



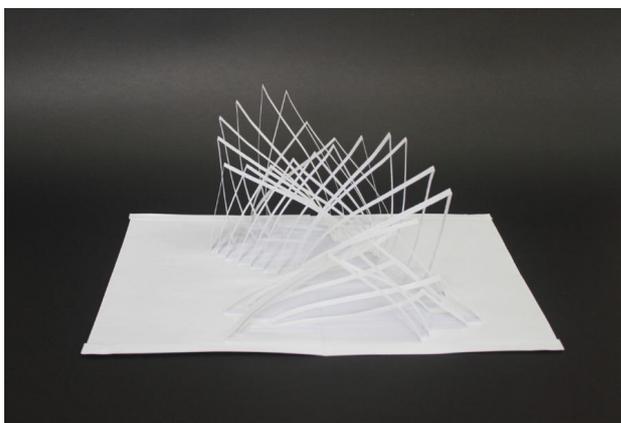
Estudo. Papel Sulfite.
14,5 x 20,8 x 14,5 cm.
Disponível em acervo pessoal. 2016.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Mais adiante, desenvolvendo trabalhos mais intuitivos, reparei em alguns aspectos relevantes. Todos os estudos foram desenvolvidos com esboços e cálculos prévios, mas como nos dois exemplos abaixo, matematicamente falando, o objeto possui simetria, mas visualmente essa informação se perde, e se transforma em algo mais orgânico e menos calculado.



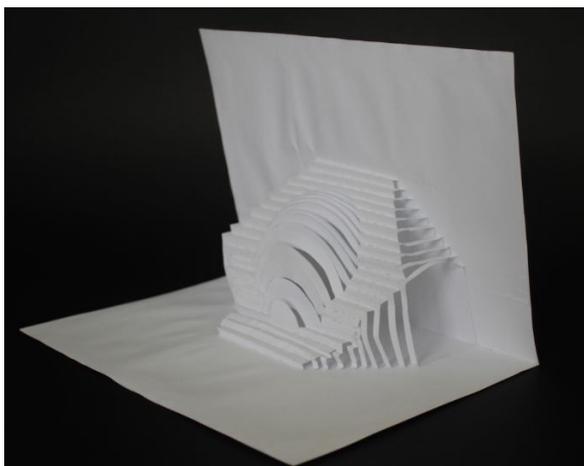
Estudo. Papel Sulfite.
14,5 x 20,8 x 14,5 cm.
Disponível em acervo pessoal. 2016.



Estudo. Papel Sulfite.
12,5 x 29,8 x 14,6 cm.
Disponível em acervo pessoal. 2016.

A materialidade do papel também oferece obstáculos. A variação da gramatura dos papéis utilizados também influenciaram nos resultados finais destes estudos, onde encontrei limites na forma das dobras, vincos e mesmo na colagem e abertura das páginas, dobras muito delicadas podem se desfazer ou amassar ao manusear a folha.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.



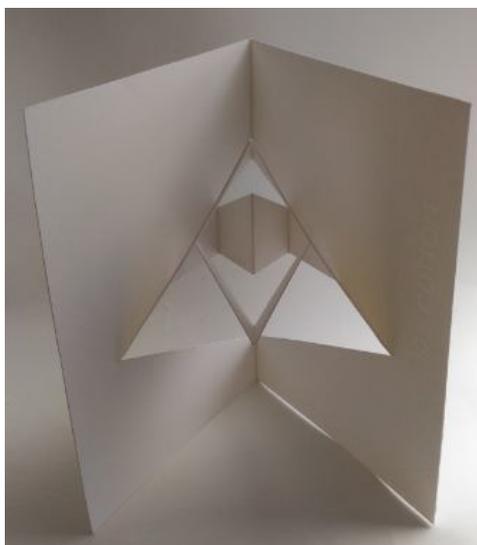
Estudo. Papel Sulfito.
14,5 x 20,8 x 14,5 cm.
Disponível em acervo pessoal. 2016.

Considerações finais

Entusiasmada neste livro-objeto, apropriei-me de poemas de Augusto de Campos, para empregá-los em *pop-ups* autorais. Como resultado final de toda a pesquisa teórica e estudos práticos, realizei um livro de artista composto por dez páginas, onde pude aplicar cada conceito e elemento que absorvi durante o período de pesquisa. Inspirada na magia de *Poemóbiles*, busquei encontrar a harmonia entre o formato planejado dos livros e trazendo-os à espacialidade, observando o nascimento e a morte de uma pequena escultura ao abrir e fechar de cada página.

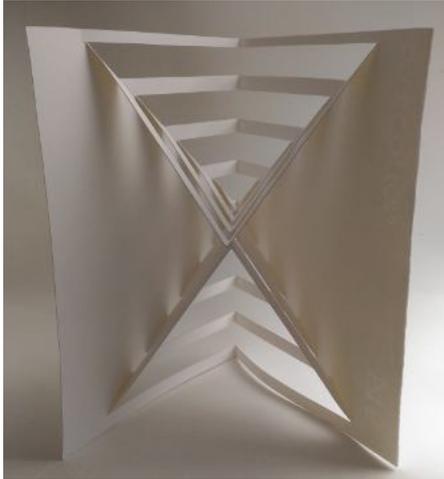


Paula Gallo. *O Tempo*. Corte e dobra em papel de algodão.
24,8 x 24,8 x 15,1 cm.
Disponível em acervo pessoal. 2017.



Paula Gallo. *Asadelta*. Corte e dobra em papel de algodão.
24,8 x 24,8 x 15,1 cm.
Disponível em acervo pessoal. 2017.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.



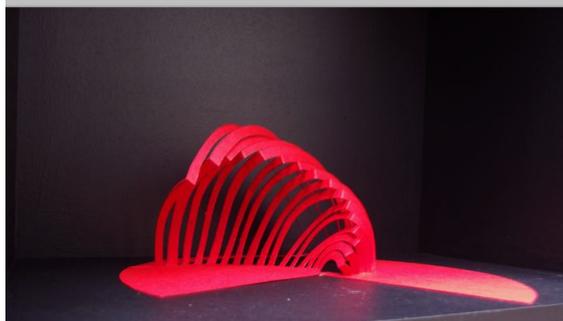
Paula Gallo. *Encontro*. Corte e dobra em papel de algodão.
24,8 x 24,8 x 15,1 cm.
Disponível em acervo pessoal. 2017.



Paula Gallo. *Vortex*. Corte e dobra em papel de algodão.
24,8 x 24,8 x 15,1 cm.
Disponível em acervo pessoal. 2017.



Paula Gallo. *Os Contemporâneos*. Corte e dobra em papel de algodão.
24,8 x 24,8 x 15,1 cm.
Disponível em acervo pessoal. 2017.



Paula Gallo. *Fogo*. Corte e dobra em papel de algodão.
13,8 x 16,5 x 5,8 cm.
Disponível em acervo pessoal. 2017.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.



Paula Gallo. *Detalhe*. Corte e dobra em papel de algodão. Disponível em acervo pessoal. 2017.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.



Paula Gallo. *Livro de Artista*. Corte e dobra em papel de algodão.
104 x 78 x 17 cm.
Disponível em acervo pessoal. 2017.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

REFERÊNCIAS

- BUENO, Lenice; WILLIAMSON, Andrew; KEE, Lucy. **Harry Potter – Um Livro Pop Up**. São Paulo, Editora Salamandra, 2011.
- CAMPOS, Augusto de; PIGNATARI, Décio; CAMPOS, Haroldo de. **Teoria da Poesia Concreta**. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1975.
- LEIRNER, Adolpho. **Arte Construtiva no Brasil**. São Paulo, DBA Melhoramentos, 1998.
- PANEK, Bernadette. **Livro de Artista: O desalojar da reprodução**. São Paulo: USP, 2003. 140. Dissertação de Mestrado – Curso de Pós-Graduação em Artes, Departamento de Artes Plásticas, Escola de Comunicação e Artes – ECA Universidade de São Paulo – USP.
- PAPE, Lygia. **Gávea de Tocaia**. São Paulo, Cosac & Naify. 2000.
- PEREZ, Luana Castro Alves. **Cinco Poemas de Augusto de Campos**, 2014. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/literatura/cinco-poemasaugusto-campos.htm>> Acesso em 24/10/2016.
- PIMENTEL, Luís Otavio; PAPE, Lygia; PEDROSA, Mário. **Arte Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro, Edição FUNARTE. 1983.
- PLAZA, Julio. **I Ching Change**. São Paulo, Edições Strip, 1978.
- PLAZA, Julio; CAMPOS, Augusto de. **Caixa Preta**. São Paulo, Edições Invenção, 1975.
- PLAZA, Julio; CAMPOS, Augusto de. **Poemóviles**. São Paulo, Demônio Negro, 1974.
- PLAZA, Julio; CAMPOS, Augusto de. **Reduchamp**. São Paulo, Demônio Negro, 1976.
- SILVEIRA, Paulo. **A Página Violada**. Porto Alegre, Editora da Universidade. 2001.
- Sites da Internet
- <http://jornalggn.com.br/noticia/nao-sei-se-o-que-faco-e-ainda-poesia-concretaaugusto-de-campos> - Acesso em 30/10/2016
- <http://brasilescola.uol.com.br/literatura/poesia-augusto-campos.htm> - Acesso em 30/10/2016
- <http://sibila.com.br/novos-e-criticos/os-excessos-contemporaneos-de-augusto-decampos/2306> - Acesso em 29/10/2016
- http://www.antonio Miranda.com.br/poesia_visual/poesia_entre_poemobiles.html - Acesso em 29/10/2016
- <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa2884/augusto-de-campos> - Acesso em 30/10/2016
- <http://oglobo.globo.com/cultura/livros/aos-84-anos-augusto-de-campos-lancalivro-inedito-fala-sobre-trajetoria-da-poesia-concreta-16807757> - Acesso em 30/10/2016
- <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa950/lygia-pape> - Acesso em 11/11/2016
- <http://doobjetoparaomundo.org.br/artista/lygia-pape/> Acesso em 11/11/2016
- <http://www.pinacoteca.org.br/pinacoteca-pt/default.aspx?c=exposicoes&idexp=1145&mn=537&friendly=Exposicao-Lygia-Pape---Espaco-Imantado> – Acesso em 18/11/2016
- <https://efemeridesdoefemello.com/2013/09/15/o-discurso-de-caetano-no-festivalinternacional-da-cancao/> Acesso em 28/11/2016
- <http://mirandasa.com.br/?p=16968> Acesso em 24/11/2016
- <http://tropicalia.com.br/identifisignificados/e-proibido-proibir> 24/11/2016



LAGARTAS E PLANTAS HOSPEDEIRAS DE LEPIDÓPTEROS (NYMPHALIDAE, NOCTUIDAE, NOTODONTIDAE E GEOMETRIDAE) ENCONTRADAS NA RESERVA NATURAL RIO CACHOEIRA, ANTONINA, PR.

Luan Xavier Santos Mattos (PIBIC, Fundação Araucária)
Unespar/Paranaguá, luanmattos.bio@gmail.com
José Francisco de Oliveira Neto (Orientador)
Unespar/Paranaguá, oliveira.neto.bio@gmail.com

Palavras-chave: Larvas. Herbivoria. Mariposas.

INTRODUÇÃO

A região da Mata Atlântica possui uma fauna de borboletas muito diversas, onde representa cerca de 2/3 das espécies brasileiras, sendo muitas das quais consideradas raras e difíceis de encontrar. Hoje, encontra-se uma grande parte das populações de borboletas da Mata Atlântica em fragmentos menores que 1.000 há (BROWN & FREITAS, 2000a, p.71-116; BROWN & FREITAS, 2000b, p. 934-956). Nos ambientes complexos e variáveis, as populações são muito instáveis (BROWN & FREITAS, 2000; BROWN & FREITAS, 2000b, p. 934-956) e vivem numa dinâmica de metapopulações, colonizando novos habitats e se extinguindo em outros, ano após ano (SAWCHIK et al., 2002, p. 287-296).

Os lepidópteros da Floresta Atlântica são representados por um número altíssimo de espécies (SILVA, 2008). Os lepidópteros incluem insetos com altíssima importância econômica (pragas de agricultura, material artesanal e polinização de plantas cultivadas), ecológica (base de cadeia alimentar, polinização de plantas silvestres e indicadores de qualidade de habitat) (FREITAS et al., 2006, p. 357-384), social (fauna carismática) e médica (lagartas urticantes e produção de compostos químicos úteis) (UEHARA-PRADO et al., 2005, p. 96-106; VIEIRA, 2008).

Conhecer melhor as espécies e os fatores que interferem em suas demografias é essencial para o manejo dessa biodiversidade e para o controle de pragas. Porém, há dificuldades no estudo de seus estágios juvenis: os ovos e as lagartas ocorrem em plantas específicas, além de serem muito difíceis de serem encontradas. Algumas espécies só são conhecidas na fase adulta.

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo obter informações básicas sobre a fase larval, tais como a aparência geral e a planta hospedeira, de lepidópteros das famílias Nymphalidae, Noctuidae, Notodontidae e Geometridae ocorrentes no litoral do Paraná.

METODOLOGIA

Foram incluídas outras áreas de pesquisa ao projeto, devido a dificuldades de coletas na área original. Foram realizadas caminhadas semanais em trechos de cerca de 500 metros da Floresta Estadual do Palmito – PR, e em Balneário Barra do Sul/SC, que também faz parte da planície litorânea sul-brasileira. Essas coletas foram realizadas com o intuito de reconhecer novos locais de coleta e potenciais plantas hospedeiras. Ao longo das caminhadas foram selecionadas as plantas de interesse para investigá-las a cada visita, principalmente aquelas que apresentavam sinais de herbivoria e/ou oviposição. No momento da coleta, o foco foi direcionado para a 4 famílias de lepidópteras (Nymphalidae, Noctuidae, Notodontidae e Geometridae). Os ovos e lagartas foram coletados com as próprias mãos e com o auxílio de pinças e pincéis juntamente com ramos da planta hospedeira na Floresta Estadual do Palmito – PR, Pontal do Paraná e Balneário Barra do Sul duas vezes ao mês, e direcionadas para o Laboratório Multidisciplinar de Estudos Animais – LABMEA para que finalizassem seu desenvolvimento até a fase de borboleta. Nos casos em que houve mais de uma lagarta da mesma espécie, pelo menos duas foram coletadas, pois serviram tanto para um meio de garantia da espécie como também para a melhor identificação da mesma. As lagartas foram mantidas vivas até o final da metamorfose, acondicionadas em potes plásticos e alimentadas com as próprias plantas hospedeiras coletadas juntamente com o indivíduo. Nos casos das plantas hospedeiras conhecidas, foram realizados inspeções de folha por folha, a procura de ovos e lagartas. As lagartas parasitadas ou com sinais críticos foram imediatamente sacrificadas e conservadas em álcool 96%.

A identificação das espécies dependeu-se da perfeita identificação das plantas hospedeiras, da morfologia da lagarta, das crisálidas e do adulto, de forma que ainda não estão totalmente concluídas. Além disso, foram utilizada literatura de pesquisadores do Sul e Sudeste, como Brown & Freitas (2000a, p.71-116), Casagrande & Mielke (2007), Santos (2010), Uehara-Prado et al., (2004, p. 1-25), Urbanetz (2010), que incluem a extensa bibliografia de autores atuantes na região.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

RESULTADOS/DISCUSSÃO

A família Nymphalidae foi a mais abundante e facilmente identificável, devido ao maior número de bibliografia e sítios da internet disponíveis. Foram registrados 8 ninfalídeos: *Myscelia orsis* foi encontrada em *Delachampia* sp. (em Guaratuba); *Heliconius besckey* foi encontrada em *Passiflora villosa*; *Dryas iulia* foi encontrada em *Passiflora capsularis*. *Adelpha plesaura* foi encontrada em uma rubiácea não identificada. *Marpesia petreus* foi registrada em *Morus* sp. e *Diaethria clymena* foi registrada em *Tremma micranta*. *Colobura Dirce* e *Historis odius* foram encontradas em *Cecropia* sp. *Archeaoprepona demophom* foi encontrada em uma espécie de *Nectandra* (esta espécie demorou 4 meses para completar a metamorfose). A subfamília Danainae foi representada por três espécies, (*Danaus plexippus* em *Asclepias curassavica*, *Mechanitis lysimnia* em *Solanum* sp e *Epityches eupompe* em uma solanácea desconhecida. Quatro lagartas pertencentes a três espécies diferentes de notodontídeos (ainda não identificadas) foram encontradas em *Morus* sp. (Lauraceae), *Ocotea* sp. (Lauraceae) e *Tapirira guianensis* Aubl. (Anacardiaceae). Uma espécie de notodontidae foi encontrada em grupos de algumas dezenas em árvores de *Alchornea* sp. (Euphorbiaceae) e *Tremma micranta* (Urticaceae). A família geometridae foi representada por 4 exemplares de espécies diferentes encontrados em Minispermaceae, Malpighiaceae (*Cyllopoda* sp.) e Phyllantaceae, Lagartas de noctuídeos não foram encontradas ou foram encontradas fora de sua planta hospedeira e não foram incluídas aqui. Sua ausência nos registros não deve ser confundida com ausência no local, uma vez que elas são mais discretas dos que os exemplares das outras famílias aqui pesquisadas. Este trabalho está confirmando alguns dados já bem documentados na literatura (especialmente em relação aos Nymphalidae) mas está trazendo novas informações sobre Notodontidae e Geometridae. Alguns gêneros de plantas foram mais importantes para o encontro de espécies, como *Alchornea* (2 famílias), *Cecropia* (2 espécies, 1 família), e *Morus* (2 espécies, 2 famílias), *Tremma* (2 espécies e 2 famílias) e *Passiflora* (2 espécies).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Tabela 1 – Relação de lagartas criadas e suas determinadas plantas hospedeiras.

Família	Família da planta hospedeira	localidade	Espécie	Data da coleta
Geometridae 1	Hidrophyllantaceae	Baln. Barra do Sul	Não identificada	Dezembro-2016
Geometridae 2	Malpighiaceae	Baln. Barra do Sul	<i>Cylopora</i> sp.	Dezembro-2016
Geometridae 3	Myrtaceae	Baln. Barra do Sul	Não identificada	Dezembro 2016
Notodontidae 1	Lauraceae	Baln. Barra do Sul	Não identificada	Novembro 2016
Notodontidae 2	Myrtaceae	Baln. Barra do Sul	Não identificada	Novembro 2016
Notodontidae 3	<i>Moraceae</i>	Baln. Barra do Sul	Não identificada	Novembro 2016
Nymphalidae1 1	<i>Calophyllum brasiliense</i> (Clusiaceae)	Baln. Barra do Sul	<i>Eunica volumna</i>	Outubro 2016
Nymphalidae2	<i>Passiflora vilosa</i> (Passifloraceae)	Baln. Barra do Sul	<i>Heliconius beskei</i>	Novembro 2016
Nymphalidae3	Moraceae	Baln. Barra do Sul	<i>Marpesia petreus</i>	Dezembro 2016
Nymphalidae4	<i>Nectandra</i> sp	Baln. Barra do Sul	<i>Acheaopreona demophon</i>	Maió 2017
Nymphalidae5	<i>Passiflora capsularis</i>	Baln. Barra do Sul	<i>Dryas iulia</i>	Maió 2017
Nymphalidae6	<i>Asclepias curassavica</i>	Baln. Barra do Sul	<i>Danaus gilippuss</i>	Março 2017
Nymphalidae7	<i>Solanaceae</i>	Baln. Barra do Sul	<i>Epityches eupompe</i>	Junho 2017



Figura 1 - Lagartas criadas e fotografadas na primeira fase do projeto (parcial): A-*Myscelia* sp, B-*Adelpha plesaure*, C a F- Geométrídeos não identificados, G, I e K- Notodontídeos não identificados. H- *Marpesia petreus*, J- *Diethria clymena*, L- *Heliconius beskeyi*.



Figura 2 - Outros ninfalídeos encontrados e criados: *Archeaoprepona demophoon* em *Nectandra* sp. (Foto maior), e à direita, de cima para baixo, *Mechanitis lysimnia* em *Solanum* sp., *Danaus erippus* em *Asclepias curassavica* e *Dryas iulia* em *Passiflora capsularis*. No centro, pré-pupa de *Epithyches eupompe*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de lagartas e dificuldades logísticas nos fizeram incluir novas áreas de coleta. Interessantemente, o outono e o inverno também foram os períodos de maior abundância de lagartas, mas com a presença de menos espécies do que o observado nos anos anteriores. Pelo menos 5 espécies de *Adelpha*, *Consul fabius*, 3 de Memphis, *Prepona laertes*, *Siderone galanthis*, espécies facilmente encontradas nos outros anos, não foram encontradas neste ano. O trabalho constatou a dificuldade na identificação de mariposas e a relativa facilidade na identificação de borboletas da família Nymphalidae. Um banco de tecidos foi produzido com as lagartas que não completaram a metamorfose.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

REFERÊNCIAS

- BROWN JR, K. S.; FREITAS, A. V. L. **Diversidade de Lepidoptera em Santa Teresa, Espírito Santo, Brasil.** 2000.
- BROWN, JR. K. S.; FREITAS, A. V. L. Diversidade de Lepidoptera em Santa Teresa, Espírito Santo. **Boletim do Museu de Biologia Mello-Leitão**, nov. ser.11/12: 71 - 116. 2000a.
- BROWN, JR. K. S.; FREITAS, A. V. L. Atlantic Forest Butterflies: Indicators for Landscape Conservation. **Biotropica** 32 (4b): 934- 956. 2000b.
- CASAGRANDE, M. M.; MIELKE O. H. H. **Uma nova subespécie de *Parides buninchus* (Hubner) (Lepidoptera, Papilionidae, Troidini) do interior da Bahia, Brasil.** 2007.
- CASAGRANDE, M. M. et al. **Borboletas (LEPIDOPTERAS) ameaçadas de extinção em Minas Gerais, Brasil.** 1998.
- FREITAS, A. V. L. **Immature Stages of *Adelpha malea goyama* Schaus (Lepidoptera: Nymphalidae, Limenitidinae).** 2006.
- FREITAS, A. V. L. et al. Insetos como indicadores de conservação da paisagem. Páginas 357-384, Capítulo 15 In: **Biologia da Conservação: Essências.** 2006.
- SANTOS, J. P. **Guia de borboletas frugívoras das Florestas Ombrófilas Densas e Mista do Rio Grande do Sul, Brasil.** 2010.
- SAWCHIK, J. et al. Metapopulation dynamics of the bog fritillary butterfly modeling the effect of habitat fragmentation. **Acta oecologica.** P 287- 296. 2002.
- SILVA, G. C. **Diversidade de borboletas Nymphalidae na mata Atlântica do Parque Municipal da Lagoa do Peri, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.** 2008.
- UEHARA-PRADO, M. et al. Guia das borboletas frugívoras da Reserva Estadual do Morro Grande e região de Caucaia do Alto, Cotia (SP). **Biota Neotropica** 4(1): 1-25, 2004.
- UEHARA-PRADO, M. et al. Biological traits of frugivorous butterflies in a fragmented and a continuous landscape in the south Brazilian Atlantic Forest. **Journal Lepidopterists' Society** 59: 96-106. 2005.
- URBANETZ, C. et al. **Chave de identificação de espécies lenhosas de um trecho de Floresta Ombrófila Densa Atlântica, no Sudeste do Brasil, baseada em caracteres vegetativos.** 2010.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

VIEIRA, R. S. **Borboletas frugívoras da Reserva Florestal.** Adolpho Ducke. 2008.



Ó QUÃO DESSEMELHANTE! A SONORIDADE DO ÁLBUM *TRANSA*, DE CAETANO VELOSO

João Pedro Schmidt (PIC)
Unespar/Campus Curitiba II - Faculdade de Artes do Paraná
jotape_sch@hotmail.com
Allan de Paula Oliveira (Orientador)
Unespar/Campus Curitiba II - Faculdade de Artes do Paraná
allan74oliveira@gmail.com

Palavras-chave: Caetano Veloso. Sonoridade. MPB dos anos 70.

INTRODUÇÃO

A música popular brasileira se estabeleceu com grande força, no século XX, através da canção. Gêneros como o samba, o baião, o frevo e a seresta, entre muitos outros, cresceram e se tornaram extremamente populares no Brasil, principalmente com a invenção do fonograma e do rádio, que possibilitaram a difusão desses estilos musicais em todo o país. No final dos anos 50, um gênero impactou grande parte da produção musical que ocorreu nas décadas seguintes no Brasil: a bossa nova.

Concebida por um grupo de músicos do Rio de Janeiro que incluía artistas como Tom Jobim, João Gilberto, Vinícius de Moraes, Carlos Lyra, Newton Mendonça, Ronaldo Bôscoli e Nara Leão, a bossa nova representou diversas mudanças no estilo da canção da época. Ela propôs uma nova levada rítmica, que se aproximava do samba, mas de forma geral era mais lenta; uma nova forma de pensar harmonia e melodia na música brasileira, que fazia maior uso de tensões e dissonâncias — influenciada pelo jazz americano e a música impressionista de Ravel e Debussy; e uma nova emissão vocal, leve e próxima à fala, que eliminava os ornamentos e a expansividade que eram presentes no canto popular de grande difusão radiofônica até então.

No início dos anos 60, uma nova geração de músicos da bossa nova começou a buscar uma música mais nacional, e este grupo então se apartou da música estrangeira que influenciava o movimento até aquele momento e buscou referências em novos lugares: no samba do morro de artistas como Zé Keti, Cartola e Nelson Cavaquinho, e no baião e xote nordestinos de Luiz Gonzaga e João do Vale. Este último se uniu ao Zé Keti e à Nara Leão e, juntos, promoveram o *Show Opinião*, em 1965, que hoje é considerado por diversos autores como um marco do surgimento do gênero MPB, como é conhecido hoje (CALADO, 1997).

Ainda em 1965, surgiram nas redes de televisão os Festivais de Música Popular Brasileira que, nesse sentido, ajudaram a consolidar o gênero supracitado. Dois movimentos nasceram e cresceram dentro desses festivais: o que ficou conhecido como o da canção de protesto, representado por músicos

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

como Chico Buarque, Edu Lobo, Geraldo Vandré e Sergio Ricardo, e o tropicalista, concebido por Caetano Veloso e Gilberto Gil, que incluía também músicos como Tom Zé, Gal Costa e Os Mutantes.

Embora houvesse certa rivalidade entre os movimentos, nos anos 60, pelas propostas estéticas distintas, muitos dos elementos tropicalistas foram englobados pelos músicos da canção de protesto na década de 70, e o contrário também ocorreu. Dessa forma, a MPB estabeleceu sua sonoridade de forma hegemônica e se tornou uma instituição (NAPOLITANO, 2002).

Uma característica marcante da produção musical desse gênero no período foi o peso do LP como referência musical, em tal dimensão que se pode sugerir que o LP, neste período, constitui uma unidade. Os álbuns eram pensados como um conjunto com sonoridade e universo próprios, e as canções ganhavam força não individualmente, mas sim como parte do contexto do álbum. Lorenzo Mammí (2014), ao falar sobre o que ele chama de *Era do Disco* no século XX, aponta que “o LP não foi apenas um suporte, mas uma forma artística” (p. 1). Ele também coloca que o disco, ao se tornar LP (*long playing*), “já não era mais um som: era um mundo para o qual concorriam diversas linguagens, um sistema de códigos, um modelo de vida” (p. 8) e coloca que o disco passa a ser uma unidade. O LP *Transa*, de Caetano Veloso (1972), se encaixa dentro desse entendimento, e possui uma sonoridade que integra todas as canções nele presentes.

Colocadas todas essas questões, o objetivo geral do trabalho foi analisar a sonoridade do LP *Transa*, de Caetano Veloso (1972), com dois objetivos específicos: identificar as citações e referências musicais presentes no álbum e comparar a sonoridade do *Transa* com a da MPB do período.

A justificativa desse trabalho realizado se dá em alguns eixos. O primeiro é a importância de Caetano Veloso e sua obra para a música do Brasil. Veloso é considerado um dos compositores mais respeitados no cenário musical nacional, sendo que a *Revista Rolling Stone Brasil* (2008) o colocou em quarto lugar em sua lista dos *100 maiores artistas da música brasileira*. Caetano Veloso já foi citado e estudado por publicações de diversas revistas de música internacionais e até mesmo no conhecido jornal *The New York Times* (ROTHER, 2002).

Considerando essas informações, o desenvolvimento de pesquisas que se proponham a estudar a obra desse compositor é de grande relevância, pois, se entendemos Caetano Veloso como parte essencial da MPB, a análise de suas obras significa a geração de produção científica que é de grande valia para o campo acadêmico da música. Além disso, o álbum *Transa*, especificamente, é considerado por muitos como o melhor trabalho de Caetano Veloso e é constantemente citado em listas dos considerados melhores álbuns da música brasileira. Na lista que a *Revista Rolling Stone Brasil* (2007) elaborou intitulada *Os 100 maiores discos da música brasileira*, baseada na opinião de diversos jornalistas e músicos que participaram da votação, o álbum *Transa* aparece na décima colocação.

O segundo eixo que justifica essa pesquisa é o contexto histórico estudado. O LP gravado em 1971, durante o exílio de Caetano Veloso em Londres, e lançado em 1972, nos chamados “Anos de Chumbo” da Ditadura Militar no Brasil. Nesse período de forte opressão e censura, a música popular assumiu um papel político central de resistência, como forma de protesto e denúncia de mazelas

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

sociais. Marcos Napolitano (2002, p. 3) coloca que “a MPB, mais do que reflexo das estruturas sociais, foi um polo fundamental na configuração do imaginário sócio-político da classe média progressista submetida ao controle do Regime Militar”. Por esse motivo, considero de extrema importância o estudo do que se produzia musicalmente à época.

O terceiro eixo que justifica essa pesquisa é a produção de conhecimento em um tema que ainda é pouco estudado no campo da música. A obra de Caetano Veloso já foi amplamente estudada por historiadores e acadêmicos do campo da Literatura, nesta última com foco quase exclusivo nas letras das canções. Porém, foram poucos os trabalhos dentro dos Estudos de Música Popular que se propuseram a estudar o compositor e analisar outros elementos musicais que não fossem a letra, como os timbres e arranjos, por exemplo. Dentre as pesquisas que o fazem, a grande maioria tem foco no período tropicalista de Caetano (final dos anos 60); são raros os trabalhos que foquem em sua produção na década de 70. Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida aqui procurou contribuir para a expansão dos estudos sobre esse tema.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLOGIA

A análise do disco *Transa* ocorreu com a observação de alguns conceitos. Robert Walser (2003) propôs dois conceitos que foram fundamentais no desenvolvimento dessa pesquisa. O primeiro deles foi a *atenção a valores*, através do qual ele diz que não se interessa em estabelecer juízo de valor sobre as peças musicais, mas sim em entender como e porquê fãs e críticos musicais discutem sobre o valor da música. Mais do que isso, o autor propõe “incluir valores como aspectos cruciais de análise e reabilitar o conceito de objetividade como a consideração principal da intersubjetividade” (WALSER, 2003, p. 38) ¹.

O segundo conceito trazido por Walser (2003, p. 38) e que nos foi de grande valia foi o de *bifocalidade de perspectiva*, que significa ter “conhecimento e empatia de um *insider* para entender o poder da música e posição crítica e perspectiva histórica de um *outsider* para localizar e explicar aquele poder dentro de um contexto maior” ².

Walser trabalha dentro do campo de Estudos de Música Popular, assim como Philip Tagg (1982), cujo trabalho também guiou a pesquisa aqui realizada. Nesse clássico artigo dos anos 80, Tagg estabelece alguns dos princípios para a análise de música popular e é pioneiro nesse sentido. Uma das principais propostas do autor foi que, embora a partitura possa ser utilizada para análise, o foco não estará nela. Ele coloca que a notação não deve ser a fonte principal de material de quem faz análise, uma vez que a música popular não é concebida para ser vendida ou distribuída desta forma, e muitos

¹ Tradução livre. Original: “(...) embracing values as crucial aspects of analysis and rehabilitating the concept of objectivity as the principled consideration of intersubjectivity”.

² Tradução livre. Original: “enough insider’s knowledge and empathy to understand a music’s power, and enough outside’s critical stance and historical perspective to locate and explain that power within a larger context”.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

parâmetros importantes de expressão musical são difíceis de serem codificados na notação tradicional (TAGG, 1982).

Além dos autores supracitados, Felipe Trotta (2008) também foi de grande importância por trazer o conceito de *sonoridade* como uma ferramenta de análise. Entende-se, então, neste trabalho, sonoridade como:

(...) o resultado acústico dos timbres de uma performance, seja ela congelada em gravações (sonoras ou audiovisuais) ou executadas *ao vivo*. Trata-se, portanto, de uma combinação de instrumentos (e vozes) que, por sua recorrência em uma determinada prática musical, se transforma em elemento identificador (TROTТА, 2008, p. 3-4).

No mesmo trabalho, Trotta também dialoga com Philip Tagg. O primeiro coloca que os *musemas* (unidade mínima de significação musical), conceito criado por Tagg (1982), se relacionam com a própria ideia de sonoridade, e que esta é “capaz de estabelecer associações entre uma música recém-ouvida e as simbologias e categorias musicais compartilhadas pelos indivíduos e grupos sociais” (TROTТА, 2008, p. 6). Ainda sobre o conceito, o autor adiciona um apontamento importante para a compreensão do que se entendeu por sonoridade aqui:

Em sua teoria semiológica, o ouvinte “descobre” anafonias entre a música recém-ouvida e sua bagagem musical anterior (culturalmente apreendida) e, deste encontro, elabora seus significados e identificações. De fato, ao ouvir uma música pela primeira vez, inevitavelmente buscamos semelhanças entre alguns de seus elementos e outros previamente conhecidos. (...) Vale ressaltar que tais anafonias não estabelecem ligações exclusivas ao componente sonoro de uma prática musical, mas também a toda uma extensa gama de relações não musicais, associadas a atitudes, pensamentos, visões de mundo, sentimentos, modos de ser e vivenciar o cotidiano, as experiências, enfim, a própria vida (TROTТА, 2008, p. 4).

Quanto à metodologia aplicada, a pesquisa realizada foi qualitativa, como descreve Minayo (2001), dizendo que a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Foi também uma pesquisa documental, focada na análise específica do LP *Transa*, fundamentada por Gil (2008, p. 51), que diz que “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

ANÁLISE DO DISCO *TRANSA*

A audição analítica do álbum nos permitiu identificar o universo sonoro permeado por Caetano Veloso na construção do álbum *Transa*. A primeira canção do disco, *You don't know me*, já apresenta a sonoridade que estará presente no resto do álbum: Caetano Veloso cantando, na maior parte, em inglês, acompanhado de banda, com guitarra, violão, baixo, bateria e percussão. É

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

importante notar que essa foi a primeira vez que o cantor trabalhou com esse tipo de formação instrumental em seus discos; no período tropicalista, seus álbuns eram marcados pelas orquestrações grandiosas de Rogério Duprat, e mesmo seu LP *Caetano Veloso* de 1971, que foi feito no exílio em Londres e é considerado mais intimista que os anteriores (CALADO, 1997), ainda contou com a sonoridade da orquestra em canções como *Maria Bethânia* e *In the hot sun of a Christmas day* — embora, aqui, colaborando para o tom intimista e melancólico do álbum. A formação de banda e sua sonoridade característica são elementos presentes no LP *Transa* do início ao fim.

Na canção *You don't know me*, a letra que diz em trechos “me sinto muito sozinho”³ aponta que a melancolia do álbum anterior ainda está presente. O fato de Caetano cantar em inglês pode ser entendido como um direcionamento da mensagem da canção ao lugar em que ele vivia naquele momento: Londres. O título da canção é traduzido como “vocês não me conhecem” e, pensando nesse sentido, o compositor estaria expressando que a solidão sentida se relaciona com o fato de que ele está em um lugar que não conhece seu universo cultural, estético e sonoro.

Caetano canta em seguida, na mesma canção, diversas citações de músicas brasileiras, como quem apresenta a si mesmo. Primeiramente, traz a canção *Maria Moita*, de Carlos Lyra e Vinicius de Moraes, no trecho: “nasci lá na Bahia de mucama com feitor, o meu pai dormia em cama, minha mãe no pisador”. Logo em seguida, faz referência à canção *Reza*, de Edu Lobo e Ruy Guerra, ao cantar “laia, ladaia, sabatana, Ave Maria”. Em seguida, a voz de Gal Costa aparece em segundo plano cantando uma canção de Caetano Veloso, *Saudosismo*. O trecho cantado por ela surge acompanhado da batida da bossa nova, com a letra “eu, você, nós dois, já temos o passado, meu amor, um violão guardado, aquela flor, e outras mumunhas mais”. Essa, por sua vez, faz referência à canção da bossa nova *Fotografia*, de Tom Jobim (1959), cuja letra diz: “eu, você nós dois, aqui neste terraço à beira-mar, o sol já vai caindo e o seu olhar parece acompanhar a cor do mar”. Por fim, Caetano Veloso ainda traz a citação da canção *Hora do adeus*, de Onildo Almeida e Luis Queiroga (1967), lançada por Luiz Gonzaga, unindo o baião ao plano de referências estabelecido no disco até ali: “eu agradeço ao povo brasileiro, norte, centro, sul inteiro, onde reinou o baião”. É interessante notar que essas citações não ocorrem somente no âmbito da letra; as melodias dessas músicas se mantêm como nas gravações originais, mas aqui se integram ao contexto sonoro do LP *Transa*.

Nos primeiros segundos da segunda faixa do disco, *Nine out of ten*, ouve-se um trecho de *reggae*, gênero musical que à época não era conhecido mundialmente como hoje. Caetano entrou em contato com essa música em Londres, na *Portobello Road* (citada na canção). Em entrevista, o cantor observa:

Eu me apaixonei pelo reggae, junto com Péricles Cavalcanti, que gostava de passear comigo por Portobello. Nem sabíamos ainda o nome do novo ritmo. Quando aprendemos, passamos a repeti-lo em conversas com muita excitação. Quando compus a música (a que, para mim, tem a melhor das letras em inglês que escrevi), pedi a Moacyr Albuquerque, o baixista, que tentasse reproduzir a linha de baixo dos

³ Tradução livre do trecho “feel so lonely”.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

reggae que ouvíamos. E ele foi perfeito nessa pioneira entrada do reggae na música brasileira (VELOSO, 2012, s/p).

Em seguida, a primeira canção do álbum cantada inteiramente em português, *Triste Bahia*. Ela se inicia com instrumental tipicamente afro-brasileiro (o berimbau e as outras percussões que a acompanham), um violão em *ostinato* (mantendo uma frase rítmica e melodicamente constante), e um baixo dobrando o violão. O tema central da canção é a Bahia; Caetano traz com isso elementos como a capoeira e a influência africana, centrais na cultura baiana, e a letra gira em torno do poema “Triste Bahia”, de Gregório de Matos.

Caetano faz uso da ideia de roda de capoeira nos momentos em que acrescenta as diferentes citações musicais. Ele reverencia diversas vezes o Mestre Pastinha (Vicente Ferreira Pastinha), que foi um dos mestres de capoeira de grande importância para o período, e propagador da Capoeira Angola. Caetano traz o trecho “Pastinha já foi à África pra mostrar capoeira do Brasil” que aparece na gravação “Eu já vivo enjoado”, do disco Pastinha Eternamente, de 1969. Da mesma canção, Caetano traz outra citação ao cantar: “eu já vivo tão cansado de viver aqui na Terra, minha mãe, eu vou pra lua, eu mais a minha mulher, vamos fazer um ranchinho todo feito de sapê, minha mãe eu vou pra lua e seja o que Deus quiser”.

Ainda na mesma gravação de Pastinha (1969), que reúne diversas canções de roda de capoeira de domínio público, é possível identificar outro trecho que Caetano Veloso utiliza na canção *Triste Bahia*: “ê ô galo cantou (o galo cantou, camará), ê cocorocó (ê cocorocó, camará), ê vamo-nos embora (ê vamo-nos embora, camará), ê, pelo mundo afora, ê pelo mundo afora camará”. Os trechos que estão entre parênteses são as partes de repetição da letra por um coro, o que ocorre tanto na gravação de Pastinha, quanto na de Caetano, procedimento comum em rodas de capoeira.

Em seguida na mesma canção, Caetano Veloso cita um trecho da canção *O Vapor De Cachoeira*, de domínio público, que havia sido gravada anteriormente pelo grupo Trio Nordestino (1967): “o vapor de cachoeira não navega mais no mar”. Ainda na *Triste Bahia*, cita também o trecho da canção *Afoxé*, de Dorival Caymmi, compositor que muito influenciou Caetano Veloso (CALADO, 1997): “afo-xé leí le-í - ilê-ô, afo-xé leí le-í - ilê-ô”. É uma canção provavelmente anterior a 1947, pois aparece no livro *Cancioneiro da Bahia*, de Caymmi, cuja primeira edição é daquele ano. No livro aparece com a grafia *Afoché* e não são encontrados registros de Caymmi da época. Ela foi gravada, porém, pela cantora Vanja Orico (1964), em seu álbum homônimo. Posteriormente, Caymmi a gravou em diversos momentos, utilizando a grafia *Afoxé*. Neste trecho da canção de Caetano, o instrumento agogô é acrescentado, característico do gênero afoxé.

Outros trechos de canções da tradição baiana estão presentes na *Triste Bahia*, nas partes: “Maria pé no mato é hora, arriba a saia e vamos embora”, “pé dentro, pé fora, quem tiver pé pequeno vai embora” e “ó virgem mãe puríssima”. São músicas de domínio público que são cantadas em rituais como a Lavagem de Nossa Senhora da Purificação, que ocorre em Santo Amaro da Purificação

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

(Bahia), cidade natal de Caetano Veloso, e que foi, por muitos anos, liderada por Dona Canô, tradicional moradora da cidade e mãe do cantor (PITA, 2009).

A canção *Ponto do guerreiro branco*, de autor anônimo, gravada por Maria Bethânia em 1969 também é citada no trecho: “bandeira branca enfiada em pau forte, trago no peito a estrela do norte”. O andamento da música a partir deste momento segue mais rápido; os instrumentos crescem em intensidade e a sensação é a de um ritual religioso, como se subentende também pelas citações musicais acrescentadas por Veloso. A repetição da palavra *bandeira* no final da canção soa como um mantra, até o final explosivo.

A faixa seguinte do LP *Transa*, intitulada *It's A Long Way*, continua o processo de integração de elementos musicais diversos ao contexto do álbum, porém, enquanto a canção *Triste Bahia* reuniu diversas referências baianas, *It's A Long Way* traz a música estrangeira integrada à brasileira. Caetano Veloso (1997) cita, em seu livro *Verdade Tropical*, a lembrança de dizer a um jornalista, no início do tropicalismo, a frase: *sou baiano e estrangeiro*. É possível identificar essa forma de pensar na construção deste LP de 1972 — mostrando que, mesmo depois de terminado o tropicalismo, a proposta estética continuava viva de alguma forma no compositor.

A música segue com a formação instrumental similar ao resto do álbum (violão, baixo, percussão). Caetano canta logo no início: “Acordei essa manhã cantando uma canção antiga dos Beatles”⁴, já trazendo a principal referência estrangeira do disco. Na *It's A Long Way*, como em outros momentos no álbum, o compositor faz uso de repetição de palavras como forma de integração de ideias musicais diferentes; Aqui, a repetição é da palavra *long*.

Em seguida, trazendo o lado brasileiro novamente, Caetano Veloso canta: “os óio da cobra verde, hoje foi que *arreparei*, se *arrepentrasse* há mais tempo não amava quem amei”, e também depois: “arrenego de quem diz que o nosso amor se acabou, ele agora está mais firme do que quando começou”, versos do paraibano Zé do Norte na canção *Sodade meu bem, sodade*, que ficou conhecida na gravação da cantora Vanja Orico, em 1953. Voltando aos Beatles, Caetano ainda faz referência à canção *The Long And Winding Road*, de John Lennon e Paul McCartney (1970) no verso em que canta “it’s a long and winding road”.

Caetano inclui na canção a citação: “A água com areia brinca na beira do mar, a água passa e a areia fica no lugar”, versos da canção *Água com areia*, de Jair Amorim e Jacobina (1961). Também faz referência ao afro-samba *Consolação*, de Baden Powell e Vinicius de Moraes, nos versos: “e se não tivesse o amor, e se não tivesse essa dor, e se não tivesse o sofrer, e se não tivesse o chorar”. Por fim, Veloso traz outra referência a Dorival Caymmi (1948), ao citar o trecho: “no Abaeté tem uma lagoa escura, arrodada de areia branca”, da canção “A Lenda do Abaeté”.

A quinta faixa do álbum, *Mora Na Filosofia*, é a única composta inteiramente por outros autores, no caso Monsueto Menezes e Arnaldo Passos (1955). A canção foi lançada originalmente pela cantora Marlene, para o carnaval daquele ano, e essa gravação não contava com instrumentos

⁴ Tradução livre do trecho: “woke up this morning singing na old Beatles song”.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

harmônicos de acompanhamento, apenas melódicos (a voz e um trompete realizando contracantos) e a percussão carregada daquele samba feito para os desfiles. A gravação de Caetano Veloso, porém, gira em torno da levada rítmica e harmônica do violão tocado, com andamento consideravelmente mais lento que o da interpretação de Marlene. O cantor confere à canção uma melancolia que não era presente na gravação original, principalmente através da emissão vocal e das notas sustentadas por períodos mais longos. Depois da introdução levada apenas por voz, violão e um baixo constante, a bateria é acrescentada. A sonoridade é de um *samba rock* — como o de Jorge Ben Jor, porém, como dito anteriormente, carregado de uma melancolia que também não é comumente presente na música deste último. Terminando com súbito crescimento da música, caracterizado pelo aumento da intensidade dos instrumentos, do andamento, Caetano passa a cantar a melodia uma oitava acima e a canção atinge seu ápice até a finalização.

Vejo a inclusão desta canção no álbum como uma retomada de uma tradição musical específica, através de uma nova proposta sonora. No livro *Verdade Tropical*, Caetano Veloso (1997) fala sobre os grupos dos anos 50 que buscavam a modernização musical através da imitação da música americana. Ele coloca que a bossa nova, nesse sentido, teve procedimentos diferentes, dizendo que buscaram “o canto de Orlando Silva e Ciro Monteiro, a composição de Ary Barroso e Dorival Caymmi (...), em suma, todo um mundo de que aqueles modernizadores queriam se desmembrar” (p. 36). Veloso ainda completa que a bossa nova “marcou, assim, uma posição em face da feitura e fruição de música popular no Brasil que sugeria programas para o futuro e punha o passado em nova perspectiva” (p. 36). A escolha da canção *Mora Na Filosofia* para o disco *Transa* pode ser entendida, então, como uma retomada dessa proposta estética que tanto influenciou Caetano Veloso (CALADO, 1997). Ao mesmo tempo, observando os diferentes universos sonoros que o compositor uniu neste álbum — da bossa nova, da canção de protesto, do baião, do *reggae*, das canções folclóricas baianas, das rodas de capoeira e do *pop rock* —, a inclusão desta canção de Monsueto Menezes e Arnaldo Passos pode ter também outro significado. Se levarmos em consideração que nos álbuns tropicalistas de Caetano, lançados entre 1967 e 1969, este tipo de samba não teve presença relevante, isso pode significar que, no disco *Transa*, ocorreu, por fim, a deglutição (no entendimento antropofágico oswaldiano) deste gênero nessa proposta sonora de Caetano Veloso. Entendo, então, que as propostas da bossa nova e tropicalistas estabeleceram aqui este tipo de diálogo.

A penúltima faixa do LP, *Neolithic Man*, trabalha com ideias de contraste, principalmente o de som e silêncio (seja silêncio total ou silêncio da voz). Um baixo pedal (constante) soa em toda a parte A da canção e a ideia de repetição de palavras como forma de união de ideias musicais contrastantes também está presente nesta faixa, primeiramente como a repetição de “you won’t see me” (você não me verá) e, depois, do verso “que tem vovó, pelanca só”. A música segue com aumento considerável da percussão nessa repetição que soa ritualística e mântica.

Nostalgia, a última faixa do disco, é também a mais curta, com um minuto e vinte e dois segundos de duração. Nesta, Caetano inclui no universo do *Transa* a sonoridade do *blues* e, com a

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

gaita de boca tocada por Angela Ro Ro, evoca ainda a música *folk* americana de artistas como Bob Dylan. O que soa na faixa é a representação clara, no álbum, da imagem de Caetano Veloso acompanhado de *banda*, e dos processos composicionais que ocorriam também, nesse sentido, em grupo, sem soar destoante por causa disso; pelo contrário, ajudando a criar uma unidade sonora ao LP.

O DISCO TRANSA NO CONTEXTO DA MPB

Após a identificação das citações e referências musicais e extramusicais do LP *Transa*, a pesquisa aqui desenvolvida teve foco na comparação do disco com o contexto da MPB da época. Para isso, três álbuns do período foram selecionados: o álbum *Construção*, de Chico Buarque (1971), *Elis*, de Elis Regina (1972) e *Clube Da Esquina*, de Milton Nascimento e Lô Borges (1972).

A escolha desses discos se deu por alguns motivos. Primeiramente, por serem álbuns de artistas que, como Caetano Veloso, surgiram na MPB nos anos 60, nos festivais de música popular brasileira. Segundo, os três álbuns representam renovação e mudanças estéticas para esses artistas: o de Elis Regina foi o primeiro de sua carreira que recebeu arranjos de Cesar Camargo Mariano, parceria que permaneceu em toda aquela década e até o fim da carreira da cantora; o de Chico Buarque, marcado pelos arranjos de Rogério Duprat, foi seu primeiro álbum lançado após o exílio na Itália e é carregado de críticas ao regime militar; o de Milton Nascimento e Lô Borges foi o primeiro álbum que reuniu o grupo mineiro que se intitulava Clube da Esquina. Além desses motivos, os três álbuns são considerados fortes representantes da música popular nacional, e foram todos incluídos na lista dos 100 maiores discos da música brasileira, lançada pela Revista *Rolling Stone* (2007) — *Elis* em 98º lugar, *Clube da Esquina* em 7º, e *Construção* na 3ª colocação.

Ouvindo o álbum de Elis Regina, é possível notar claramente as mudanças de sonoridade, com relação à sua produção musical dos anos 60. Neste disco de 1972, a cantora mostra uma interpretação mais contida, aliada a um repertório que contribuiu para isso; essa contenção se apresenta também nos instrumentos que levam a maior parte do álbum: o baixo, o violão, a bateria (esta com uso frequente de baquetas do tipo vassourinha, menos impactantes que as baquetas tradicionais) e o piano elétrico, tocado por Cesar Camargo Mariano, que aparece com destaque em todas as faixas.

Canções como *20 Anos Blue*, *Atrás Da Porta*, *Cais* e *Boa Noite Amor* permitiram que Elis Regina mostrasse sua habilidade de transmitir emoção pelo canto, enquanto outras como *Águas De Março*, *Nada Será Como Antes* e *Bala Com Bala* trazem brilho ao disco com suas levadas vibrantes, mas o tom intimista é constante no álbum. Comparando-se a Elis Regina do programa *Fino da Bossa*, que interpretou a canção Arrastão em 1965, à Elis do álbum de 1972, pode-se dizer que em ambos os momentos a cantora dialogava com o jazz, porém a primeira permeava a estética do *samba-jazz* e do *bebop*, e a dos anos 70 se aproxima mais do *cool*.

O LP *Construção*, de Chico Buarque, continuou no caminho do samba que o compositor trilhou desde o começo de sua carreira. Porém, aqui, ele adiciona elementos que não haviam aparecido

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

anteriormente. A marca do exílio está presente no álbum nas diversas críticas ao regime militar, que não constavam de forma tão aberta em suas composições anteriores. Os impactantes arranjos de Rogério Duprat contribuem para que as críticas toquem de forma pungente e são parte essencial de canções como *Deus Lhe Pague* e *Construção*. As letras de Chico Buarque se voltam à vida do trabalhador comum, como nesta última citada e em *Cotidiano*, expondo mazelas sociais e a rotina de sobrevivência destes. Ainda que canções como *Acalanto* e *Valsinha* mostrem o compositor num caráter intimista, é o samba que se faz presente na maior parte do disco, em canções como *Desalento*, *Cordão* e *Samba de Orly*.

O terceiro disco utilizado aqui para comparação, *Clube Da Esquina*, de Milton Nascimento e Lô Borges, embora também esteja dentro deste contexto da MPB, traz ainda outro universo de referências musicais a esse meio: da reunião de diversos músicos, os mais variados gêneros musicais também se uniram. Lô Borges, em suas composições, carregou muita influência dos Beatles, que aparece no tratamento dado às músicas e nas harmonias vocais em canções como *Trem Azul*, *Um girassol da cor de seu cabelo*, *Trem De Doido* e *Paisagem da Janela*. Toninho Horta trouxe a visão jazzística em suas harmonias, enquanto Wagner Tiso, de formação musical erudita, adicionou também este elemento a suas orquestrações.

De Milton Nascimento veio a forte característica modal nas harmonias, como em *Cais*, e a influência da música hispânica, mostrada na gravação de *Dos Cruces* e em composições como *San Vicente* e *Tudo Que Você Podia Ser*. Estas últimas são caracterizadas pelo violão rasqueado, que também é associado a uma música rural de Minas Gerais. Com todas essas referências, ainda coube no álbum o samba *Me Deixe Em Paz*, de Monsueto de Menezes, compositor também presente no álbum *Transa*. No *Clube da Esquina*, como no álbum de Caetano, a música de Monsueto recebeu tratamento sonoro diferente do original, embora os resultados sejam bastante distintos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados trouxeram diversas informações relevantes para a resposta ao objetivo dessa pesquisa: a análise da sonoridade do LP *Transa*, de Caetano Veloso (1972). Essas respostas ocorreram por meio da identificação das citações e referências musicais presentes no álbum e comparação da sonoridade do *Transa* com a da MPB do período, mais especificamente com os álbuns *Construção*, de Chico Buarque (1971), *Elis*, de Elis Regina (1972) e *Clube da Esquina*, de Milton Nascimento e Lô Borges (1972).

O trabalho realizado nessa pesquisa indicou que o LP *Transa* apresenta procedimentos que o tornam único no campo da MPB do começo da década de 1970, sobretudo na comparação com álbuns contemporâneos. O primeiro de Caetano dentro de um formato de banda, o álbum foi construído na união de universos distintos. Estes incluem a música baiana de Dorival Caymmi, o baião de Luiz Gonzaga e a bossa nova de João Gilberto. Além dos citados, o disco *Transa* garantiu espaço também

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

aos afro-sambas de Baden Powell e Vinicius de Moraes, à canção nacionalista (ou de protesto) de Edu Lobo e Carlos Lyra, à música *pop* dos Beatles, aos *sambões* modais de Monsueto Menezes, às canções de roda de capoeira e à música caribenha. Por fim, Caetano ainda estabeleceu diálogos com a poesia de Gregório de Matos e concretiza a proposta antropofágica de Oswald de Andrade.

Mesmo com alguns elementos convergentes, na comparação com o contexto da MPB da época, o *Transa* de Caetano Veloso soa único na proposta estética. Elis Regina se estabelece, no álbum *Elis* de 1972, dentro da sonoridade do jazz; o *Clube da Esquina* dialoga com o jazz e o rock e os une a elementos musicais latino-americanos; Chico Buarque, com o *Construção* de 1971, transita por novos caminhos dentro da sonoridade do samba.

O álbum de Caetano, de certa maneira, não se prende a nenhuma das sonoridades citadas. Na união de diversas referências musicais e na justaposição do arcaico e do moderno de forma orgânica (proposta que já vinha desde o movimento tropicalista), Caetano Veloso se consolida com uma sonoridade *pop*. Ele coloca em diálogo o universal e o regional e, através da canção, internacionaliza a MPB, enquanto, ao mesmo tempo, carrega mais referências brasileiras em suas composições do que anteriormente.

REFERÊNCIAS

CALADO, Carlos. **Tropicália: a história de uma revolução musical**. São Paulo: Editora 34, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

MAMMÍ, Lorenzo. A era do disco. **Revista Piauí**, seção Questões da música. Edição 89, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. A música popular brasileira (MPB) dos anos 70: resistência política e consumo cultural Actas del IV Congreso Latinoamericano de la Asociación Internacional para el Estudio de la Música Popular IASPM-AL. México, Distrito Federal, 2002.

OS 100 MAIORES artistas da música brasileira. **Rolling Stone Brasil**, Editora Spring, outubro de 2008. Disponível em: <<http://rollingstone.uol.com.br/listas/os-100-maiores-artistas-da-musica-brasileira/caetano-veloso/>>. Acesso em: 19 de julho de 2016.

OS 100 MAIORES discos da música brasileira. **Rolling Stone Brasil**, Editora Spring, outubro de 2007. Disponível em: <<http://rollingstone.uol.com.br/listas/os-100-maiores-discos-da-musica-brasileira/bittransaib-caetano-veloso-1972-philipsb/>>. Acesso em: 19 de julho de 2016.

PITA, Cristina Santos. Aos 101 anos, Dona Canô lidera fiéis na Lavagem de Nossa Senhora da Purificação. **Portal A Tarde** (Bahia). Notícia publicada no dia 25 de janeiro de 2009. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1246047-aos-101-anos,-dona-cano-lidera-fieis-na-lavagem-de-nossa-senhora-da-purificacao>>. Acesso em 15 de julho de 2017.

ROHTER, Larry. A Revolutionary Who's Still on the Move. **The New York Times**, Nova Iorque, 17 novembro 2002. seção Music. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2002/11/17/books/music-a-revolutionary-who-s-still-on-the-move.html?pagewanted=2>>. Acesso em: 19 de julho de 2016.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

TAGG, Philip. Analysing Popular Music: theory, method and practice. **Revista Popular Music**, 1982.

TROTTA, Felipe. Gêneros musicais e sonoridade: construindo uma ferramenta de análise. **Revista Ícone**, Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE, Recife, v. 10, n. 2, 2008.

VELOSO, Caetano. Caetano Veloso fala sobre “Transa”. **Zero Hora**, entrevista por Marcelo Perrone, publicada em 24 de junho de 2012. Disponível em:

<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2012/06/caetano-veloso-fala-sobre-transa-3800240.html>>. Acesso em 15 de julho de 2017.

_____. **Verdade Tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

WALSER, Robert. Popular music analysis: ten apothegms and four instances. *Analysing Popular Music*. Cambridge University Press: Cambridge, editado por Allan F. Moore, 2003, p. 16-38.

REFERÊNCIAS DISCOGRÁFICAS

ALMEIDA, Onildo. QUEIROGA, Luiz. Hora Do Adeus. In: GONZAGA, Luiz. **Óia eu aqui de novo**. RCA/BMG, 1967. LP. Faixa 6.

AMORIM, Jair. JACOBINA. Água com areia. In: RIBEIRO, Pery. **Água com areia**. Odeon, 1961. Compacto 78 rpm. Faixa 1.

BORGES, Lô. NASCIMENTO, Milton. **Clube da Esquina**. EMI-Odeon, 1972. 2 LPs.

BUARQUE, Chico. **Construção**. Phonogram/Philips, 1971. LP.

CAYMMI, Dorival. Afoché. In: ORICO, Vanja. **Vanja Orico**. Chantecler Discos, 1964. LP. Faixa 3.

_____. A lenda do Abaeté. In: _____. **A lenda do Abaeté**. Odeon, 1948. Compacto 78 rpm. Faixa 1.

DOMÍNIO PÚBLICO. Eu já vivo enjoado. In: PASTINHA, Vicente Ferreira. **Pastinha Eternamente**. DT Editora, 1969. LP. Faixa 2.

_____. O vapor de cachoeira. In: TRIO NORDESTINO. **Vamos xamegá**. CBS, 1969. LP. Faixa 10.

_____. Ponto do guerreiro branco. In: BETHÂNIA, Maria. **Maria Bethânia**. EMI-Odeon, 1969. LP. Faixa 3.

GUERRA, Ruy. LOBO, Edu. Reza. In: LOBO, Edu. **A música de Edu Lobo Por Edu Lobo**. Elenco, 1964. LP. Faixa 7.

JOBIM, Tom. Fotografia. In: TELLES, Sylvia. **Amor de gente moça**. EMI-Odeon, 1959. LP. Faixa 5.

LENNON, John. MCCARTNEY, Paul. The long and winding road. In: THE BEATLES. **Let It Be**. EMI-Abbey Road Studios, 1970. LP. Faixa 10.

LYRA, Carlos. MORAES, Vinicius de. Maria Moita. In: LEÃO, Nara. **Nara - 1964**. Elenco, 1964. LP. Faixa 9.

MENEZES, Monsueto. PASSOS, Arnaldo. Mora na filosofia. In: MARLENE. **Mora na filosofia**. Continental, 1955. Compacto 78 rpm. Faixa 1.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

MORAES, Vinicius de. POWELL, Baden. Consolação. In: CARDOSO, Elizeth. **Elizeth interpreta Vinicius**. MoviePlay, 1963. LP. Faixa 5.

NORTE, Zé do. Sodade meu bem sodade. In: ORICO, Vanja. NORTE, Zé do. **Meu pinhão**. RCA Victor, 1953. Compacto 78 rpm. Faixa 2.

REGINA, Elis. **Elis**. CBD/Philips, 1972. LP.

VELOSO, Caetano. Saudosismo. In: COSTA, Gal. **Gal Costa - 1969**. CBD-Philips, 1969. LP. Faixa 5.

_____. **Transa**. Polygram/Philips, 1972. LP.



AS CORES DO BRASIL NO CANCIONEIRO DE WALDEMAR HENRIQUE

Tauana Romanelli Assumpção (PIC/Fundação Araucária)
Unespar/ Campus I, tauanaromanelli@gmail.com
Beatriz Helena Furlanetto (Orientadora)
Unespar/ Campus I, beatrizhelenafurlanetto@gmail.com

Palavras-chave: Música brasileira. Modernismo. Waldemar Henrique.

Introdução

Este trabalho investiga, no cancionero de Waldemar Henrique, os aspectos da cultura brasileira referentes às três raízes étnicas predominantes – portuguesa, indígena e africana – considerando sua afinidade e participação no movimento modernista, proposto por Mário de Andrade.

A investigação fundamenta-se na análise bibliográfica e documental.

O texto apresenta os resultados do processo investigativo, desenvolvido a partir da leitura e análise das obras bibliográficas e partituras do compositor, bem como da audição de gravações. São apresentadas a vida e a obra de Waldemar Henrique, sua proximidade ao ideário nacionalista de Mário de Andrade e uma breve discussão sobre as preferências do compositor para a interpretação de suas canções. Para ilustrar os elementos das culturas indígena, portuguesa e africana no cancionero de W. Henrique, faz-se uma análise interpretativa dos versos de quatro canções, apontando a riqueza prosódica e a expressividade dos temas melódicos.

Neste caminho foi possível constatar, no gesto composicional do compositor, as ferramentas utilizadas para retratar os temas folclóricos e populares do Brasil, nos quais se revelam as influências étnicas e suas imbricações no cancionero de W. Henrique.

Waldemar Henrique: vida e obra

O compositor, pianista e escritor Waldemar Henrique da Costa Pereira é natural de Belém/PA (1905-1995), filho de pai português e mãe de origem indígena. Passou sua infância na cidade do Porto, em Portugal, onde despertou seu interesse pela música. Em entrevista concedida ao jornalista João Carlos Pereira, Waldemar Henrique declara:

Foi nessa minha ida a Portugal que eu conheci a música verdadeiramente [...] Eu ficava ouvindo a música lá no camarote, com uma tristeza e ao mesmo tempo embevecido, a viagem toda; eu não queria dormir, eu queria ouvir essa música; toda noite eu queria ouvir essa música. Depois, eu fiquei compreendendo que desde essa

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

época a música já tinha uma forte ação sobre minha sensibilidade (PEREIRA *apud* SILVA, 1984, p. 25).

Waldemar Henrique retornou ao Brasil em 1917, época em que iniciou seus estudos musicais e viajou várias vezes para o Amazonas, o Tocantins, as ilhas de Marajó e Mosqueiro, cujo folclore e cantigas inspiraram várias obras, como *Olhos Verdes* e *Valsinha do Marajó*. Estudava música – solfejo, piano, violino, harmonia, composição e canto – sem o apoio da família. Foi a partir de 1929, quando entrou para o Conservatório Carlos Gomes, que a música tornou-se a atividade central da sua vida, consagrando-o como um grande nome da música brasileira.

Sua primeira composição de sucesso foi *Minha Terra* (1923), para canto e piano. Em sua produção musical constam canções, peças para piano solo, coro, orquestra, músicas para novela, teatro e filmes. Suas obras têm como tema o folclore amazônico, indígena, nordestino e as representações das crenças e dos hábitos das populações afrodescendentes na Amazônia e no Brasil (SILVA, 2016).

W. Henrique fez uma breve estada na cidade do Rio de Janeiro, onde teve oportunidade de divulgar seu trabalho com grande aceitação, sendo reconhecido como a *voz da Amazônia, o moço do folclore amazônico*:

e foi ali, segundo disse o próprio Waldemar, que se acreditando ‘mensageiro da Amazônia’, escreveu toda uma série de lendas, danças, acalantos, lundus, chulas, cocos, carimbos, batuques e refez outras, como o “*Chorinho, Senhora dona Sancha, Foi boto sinhá*” (CLAVER FILHO, 1978, p.27).

Em 1930 retorna para Belém com mais prestígio, “prossegue seus estudos e intensifica sua produção de composições e espetáculos musicais na capital paraense, além de assumir, em 1931, a direção artística da Radio Clube do Pará - PRC-5, que dirigiu até 1932” (SILVA, 2016).

Durante sua trajetória profissional, W. Henrique também atuou politicamente em prol da cultura regional e, conseqüentemente, nacional. No início de 1930 fez parte de um grupo de artistas – como Gentil Puget, Jayme Ovalle e os poetas Bruno de Menezes, Antônio Tavernard e Abguar Basto – que buscava plasmar uma identidade para a região Amazônica, considerando a presença do índio e do negro na região (BRITO *apud* SILVA, 2016, p.22).

Percebe-se que W. Henrique vai de encontro às ideias propostas no movimento modernista, à geração de compositores e artistas contemporâneos a ele. Assim, é coerente considerar sua postura musical consoante ao ideário nacionalista proposto por Mário de Andrade.

Waldemar Henrique e o Nacionalismo de Mário de Andrade

Em 1923, Waldemar Henrique escreveu sua primeira composição de sucesso *Minha Terra*, para canto e piano, aumentando sua visibilidade em meio à atmosfera nacionalista. Um ano antes havia acontecido a Semana de Arte Moderna, em São Paulo, que inaugurou simbolicamente o modernismo no Brasil.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

De acordo com Travassos (2000, p. 21), entre os anos de 1922 e 1945, o modernismo apresenta duas fases: a primeira é marcada pela atualização estética e pela luta contra o romantismo, na música, e o parnasianismo, na poesia; “a segunda fase enfatiza a preocupação com a realidade brasileira e introduz o tema da nação nos debates culturais e estéticos”, em busca de apropriar a arte aos novos tempos.

Este movimento nacionalista, liderado por Mário de Andrade, se firmou como corrente estética hegemônica até a década de 1940, e pode ser sintetizado em cinco proposições:

- 1) A música expressa a alma dos povos que a criam; 2) a imitação dos modelos europeus tolhe os compositores brasileiros formados nas escolas, forçados a uma expressão não autêntica; 3) sua emancipação será uma desalienação mediante a retomada do contato com a música verdadeiramente brasileira; 4) esta música nacional está em formação no ambiente popular, e aí deve ser buscada; 5) elevada artisticamente pelo trabalho dos compositores cultos, estará pronta a figurar ao lado de outras no panorama internacional, levando sua contribuição singular ao patrimônio espiritual da humanidade (TRAVASSOS, 2000, p.33-34).

Em síntese “[...] a meta ambiciosa do modernismo nacionalista era fazer com que todos os compositores falassem a língua musical do Brasil como quem fala sua língua materna” (TRAVASSOS, 2000, p.38).

Mário de Andrade, o expoente do movimento modernista no Brasil, em seu livro *Ensaio sobre Música brasileira* (1972), ao discutir o ideário de música nacionalista, expõe sua percepção sobre a música brasileira, afirma que há uma distância entre a produção musical e a entidade racial. Observa que os elementos culturais utilizados ainda pertenciam as nossas raízes étnicas, ou seja, ainda eram portugueses, africanos ou ameríndios, os quais apenas fundidos poderiam ser considerados brasileiros.

Em 1935, em São Paulo, Waldemar Henrique conheceu Mário de Andrade (1893-1945) e vários artistas engajados no movimento modernista, como Camargo Guarnieri (1907-1993), Menotti Del Picchia (1892- 1988), Lasar Segall (1891-1957), Tarsila do Amaral (1886-1973). Assim, inteirou-se do ideário nacionalista de Andrade e sua crença de que a música brasileira deveria ter uma finalidade social, ser uma arte interessada, para servir ao bem coletivo e à nacionalização das manifestações artísticas (SILVA, 2016).

Porém, mesmo antes de conhecer Mário de Andrade, W. Henrique já compunha de forma consoante ao nacionalismo. Em 1930, o compositor atuava com um grupo de artistas do Pará que defendia, a nível regional, uma ideia semelhante ao pensamento de Andrade, de expressar a cultura das raízes étnicas brasileiras. Além desse posicionamento político cultural, as obras de W. Henrique mostram seu lado sentimental, o apreço pelo folclore de sua terra, pelos costumes do povo ao qual pertence. Assim, ao valorizar e se inspirar na cultura regional do Pará, o compositor já se mostrava identificado com a causa nacionalista em seus trabalhos de criação e harmonização, que trazem referências aos temas populares.

W. Henrique era um compositor erudito, formado em escola de música, dotado das técnicas clássicas e do sentimento de admiração e valorização para com a cultura do norte e nordeste

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

brasileiros. Depois de conhecer Andrade, sua atenção se ampliou para as demais regiões do Brasil, atuando em prol da música nacionalista.

Tal fato confirma-se na declaração do próprio W. Henrique, citada por Claver Filho (1978, p. 90): “Liguei-me a uma corrente nacionalista de pesquisa de expressão do que seria *nosso*, ao folclore, ao popular com suas características formais e rítmicas, harmonizando temas do povo”.

De acordo com Barros (2005), há uma influência mais direta do pensamento de Mário de Andrade sobre o compositor, quando ele utiliza temas folclóricos das demais regiões do Brasil, uma vez que foi através do contato com ele que o compositor começou a recolher e harmonizar tais temas. Mas não se pode ignorar o fato de que ele já possuía essa postura de valorizar e divulgar a cultura de sua região, essa atitude atenciosa com as questões culturais era instintiva, e compreender e aderir à corrente nacionalista foram consequências dessa natureza.

Diferentes considerações devem ser feitas sobre a presença do “folclore geral”, e do “folclore amazônico” na obra de Waldemar Henrique. O primeiro é decorrente de pesquisas e coleta de material, o segundo está impregnado em seu imaginário e lhe é, naturalmente, uma grande fonte de inspiração. Em relação ao folclore amazônico, não podemos, simplesmente, entender a presença dele na obra de Waldemar Henrique, mas considerá-lo como fonte de inspiração, algo que movia seu espírito criador. O próprio compositor pode nos ajudar a entender o papel deste folclore no seu gesto composicional (BARROS, 2005, p.14).

Canções de Waldemar Henrique

No catálogo de obras de Waldemar Henrique elaborado por Silva (2016)¹, há 194 obras vocais classificadas como canções, toadas, batuques, valsas, cantigas, marchas carnavalescas, modas, modinhas, lundus, chulas etc. O compositor também harmonizou pontos rituais, canções folclóricas e populares.

O trabalho de harmonizador, de adaptador e compositor realizado por Waldemar Henrique com o melhor critério – conclui o crítico – faz ressaltar as características melódicas, rítmicas e modais da música popular brasileira... o êxito foi enorme e unânime e deixou nos assistentes do círculo Medina o desejo de uma nova audição dos dois artistas brasileiros, a quem damos nossas boas vindas (CLAVER FILHO, 1978, p.38).

Aproximadamente 30 obras vocais possuem versos do próprio W. Henrique, e muitos escritores por ele musicalizados foram seus parceiros em mais de uma obra. Por ser escritor e compositor, é possível entender seu apreço pela palavra, as mensagens e afetos transmitidos através dela.

Em algumas entrevistas, W. Henrique afirmava que, em suas obras, o cantor deveria se guiar

¹ Observou-se que das 255 obras catalogadas, 194 são obras vocais com diferentes classificações, entre as quais há 93 canções e 17 obras para teatro, onde o compositor cria o enredo, os personagens, as canções e a música instrumental.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

em função do entendimento do texto, ou seja, mais importante que uma perfeita linha melódica, seria o intérprete expressar com competência a poesia musicada. Uma das principais intérpretes de suas canções foi a sua irmã, Mara.

A intérprete que eu considero ideal para as minhas músicas é a intérprete que põe seu primeiro cuidado na interpretação do texto; seria uma declamadora que cantasse, porque a cantora lírica habituada a cantar textos para os quais ela dá pouca importância... ela se preocupa com a emissão vocal privilegiada, de respiração, de afinação; há mesmo cantoras que desenham toda a melodia belissimamente, mas não se percebe o texto que ela cantou... Todas as minhas canções mereceram um respeito ao texto; esse texto, para mim, é que tem valor... (GODINHO *apud* BARROS 2005, p.17).

Essa forma de trabalhar a prosódia é mais uma característica que vai de encontro ao pensamento modernista proposto por Mário de Andrade, a preocupação com a relação do texto e a linha melódica vocal.

Em suas obras vocais, W. Henrique utiliza, ainda, a tessitura melódica como ferramenta facilitadora para que o intérprete execute um canto declamado. Isso possibilita que uma mesma canção seja confortável para vozes masculinas e femininas sem alterar, para o ouvinte, a qualidade de entendimento da mensagem contida nos versos entoado.

Cores de brasilidade em Waldemar Henrique

Com o intuito de ilustrar os elementos das culturas indígena, portuguesa e africana presentes no cancionário de W. Henrique, foram selecionadas quatro obras de diferentes classificações: Minha terra (Canção), Cobra grande (Canção Amazônica), Abaluaiê (Ponto-ritual) e Boi-bumbá (Batuque Amazônico).

Minha Terra (1923) apresenta poesia e música de W. Henrique, e foi interpretada por sua irmã Mara, em 1934, no Rio de Janeiro e em São Paulo. A letra foi ligeiramente retocada por Ribeiro de Campos, em 1932 e, em 1968, o compositor fez um arranjo da canção para coro a cinco vozes. A obra integrou o repertório do “Coro dos Apicás”, de Lucília Villa-Lobos (SILVA, 2016, p. 99).

Em 1936, a canção foi acolhida como um hino nacional, pois a letra enaltece o Brasil em versos, cuja prosódia concilia a melodia das palavras e a música com espontaneidade. A melodia apresenta uma tessitura confortável, com intervalos que favorecem cada ideia e afeto entoado pelo intérprete. Composta em compasso binário, sua rítmica é simples e há uma nota para cada sílaba, o que torna fluente a poesia e permite ao intérprete acentuar agilmente as tônicas das palavras.

No início de seus versos percebe-se certa admiração e carinho pela pátria. “*Este Brasil tão grande amado, é meu país idolatrado/ Terra do amor e promessa/ Toda verde, toda nossa/ De carinho e coração*”. De acordo com Claver Filho (1978), a melodia é constituída de duas notas que se alternam várias vezes, numa espécie de barroquismo acentuado. É possível observar que notas longas

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

e agudas são utilizadas para dar mais expressividade à frase, recurso musical que favorece a pronúncia cantada.

Em seguida, a letra nos remete à paisagem bucólica e ao perfil brejeiro dos sertões brasileiros e seus costumes. “*Na noite quente enluarada o sertanejo está sozinho/ E vai cantar para namorada no lamento do seu pinho*”. Nesta parte, a melodia sobe para uma nota mais aguda através de um salto de quinta², parecendo representar a noite enluarada e a namorada para qual o sertanejo canta, galanteador. “*E o sol que nasce atrás da serra/ A tarde em festa rumoreja/ Cantando a paz da minha terra/ Na toada sertaneja*”. Aqui, a mesma melodia apresenta outra emoção, a nota aguda e longa destaca a beleza do nascer do sol e o quanto é especial a perspectiva de onde se vê este acontecimento, “*atrás da serra*”, ou seja, em meio à natureza.

A palavra *rumoreja* completa a descrição deste cenário com um desenho e tessitura melódicos que destacam o fraseado *cantabile*; o ritmo, constituído por sons de maior duração, gera uma sustentação de fonemas que reforça a expressividade da melodia e da letra da canção. Assim, a tarde que *rumoreja* parece representar o som da paz de nossa pátria, como uma paisagem delineada pelo cantor ao interpretar a obra.

“*Este sol, este luar / Estes rios e cachoeira/ Estas flores, este mar/ Este mundo de palmeiras*”. Nesta parte, W. Henrique usa notas repetidas, finalizando as frases com uma nota longa e de diferente entonação que valoriza a tônica da última palavra; a altura dos sons se torna mais aguda em cada frase, acrescentando uma força dramática que parece complementar e engrandecer as características do cenário natural, enaltecendo a paisagem do Brasil.

“*Tudo isto é teu, ó meu Brasil, Deus foi quem te deu...*” A melodia caminha em direção ao agudo e “teu” é alcançado através de um semitom, após uma sequência de tons, soando como um elemento de contraste melódico; a palavra “Deus”, entoada com uma nota aguda alcançada através de um salto de sexta, ganha destaque e força dramática na canção.

“*Ele por certo é brasileiro*” é entoada em região vocal confortável para o cantor, sugerindo a utilização da voz falada, sendo que “*Ele*” refere-se a Deus, da frase anterior. Em seguida, “*Brasileiro como eu*”, a melodia é ascendente com a sustentação do som agudo em fermata³ na palavra *brasileiro* e depois a melodia é descendente, em “*como eu*”, referindo-se ao povo brasileiro. Assim, essa frase musical parece representar uma hierarquia: Deus, Pátria e o ser humano.

A poesia mostra reverenciar o encontro entre a sacralidade do universo indígena e do universo católico, os quais são representados, respectivamente, pela natureza e por Deus. Musicalmente, esse encontro sagrado é percebido na linha melódica ascendente, que coloca ambos, a natureza e Deus, em um pedestal.

² O salto de quinta indica que ocorreu, na linha melódica, um intervalo musical. “Intervalo musical é uma diferença de altura entre dois sons; é a relação existente entre duas alturas; é o espaço que separa um som do outro. A classificação do intervalo é feita segundo o número de notas contidas no intervalo”, conforme Bohumil Med (1996, p. 60).

³ Fermata é um sinal que indica o prolongamento de uma nota ou uma pausa além do seu valor habitual.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Cobra grande (1934), com letra e música de W. Henrique, é a canção nº 2 da série Lendas Amazônicas e, segundo Silva (2016), foi dedicada ao Dr. Décio Pacheco Silveira. A lenda da Paranaíma⁴ inspirou esta obra, que narra o mito da cobra, também denominada boiuna de prata, que fecunda uma cunhatã (índia), cujos filhos gêmeos, Honorato e Maria Caninana, são um misto de homem e cobra ou apenas cobras. Independente das variações regionais, eles são uma representação do bem e do mal – um protege a tribo e o outro aterroriza quem está a sua volta. No final, o bem vence o mal.

Esta canção, segundo Claver Filho (1978), é considerada, dentre as lendas amazônicas, uma demonstração de escrita pianística mais imitativa, com saltos violentos, ritmos ousados, e o piano, em seu desenvolvimento, sai algumas vezes, das constantes folclóricas, se difere também, por haver um jogo de blocos de acordes, incomuns na escrita de W. Henrique. Já a linha melódica do cantor, assim como as demais canções da série, é construída à base de recitativo e utiliza, em geral, um ritmo binário, constantes do folclore nacional.

W. Henrique utiliza esta edição da respectiva lenda para escrever os versos da *Cobra-Grande*:

Uma vez por ano a Boiúna sai de seus domínios para escolher uma noiva entre as cunhatãs da Amazônia. E, diante daquele enorme vulto prateado de luar que atravessa vertiginosamente o Grande-Rio, os pajés rezam, as redes tremem, os curumins escondem-se, chorando, imenso delírio de horror rebenta na mata iluminada... Credo! Cruz! (CLAVER FILHO, p.86, 1978)

Na obra, o cantor atua como um narrador, e traz para o ouvinte o medo e terror ao qual a Cobra-Grande é associada – “*Credo! Cruz! Lá vem a Cobra Grande, lá vem a boiuna de prata! A danada vem rente à beira do rio... e o vento grita alto no meio da mata! Credo! Cruz!*”. Neste trecho, a exclamação mencionando cruz deixa explícita a mistura da lenda ameríndia com as crenças do cristianismo trazidas pelos europeus. Apesar do enredo ser de uma lenda regional e de origem ameríndia, o compositor escreve um texto a partir da lenda utilizando apenas duas palavras próprias do falar do “cabôco” do Norte – Cunhatã e Boiúna – conforme observa Aliverti (2005).

O narrador observa os dois personagens, um é a noiva cunhatã que dorme amedrontada, e com quem ele interage, aconselha e alerta. “*Cunhatã te esconde, Lá vem a Cobra-Grande... á... á... Faz depressa uma oração pr’ela não te levar á... á...*”. Depois conta para o ouvinte: “*A noiva cunhatã está dormindo medrosa, agarrada com força no punho da rede, E o luar faz mortalha em cima dela, Pela fresta quebrada da janela...*”. De acordo com Aliverti (2005), o medo está explícito nesta canção, “*á... á...*” é uma expressão de temor, o luar está clareando a figura da jovem cunhatã e a deixa exposta à predadora, por isso a expressão “*faz mortalha em cima dela*”.

A parte do piano traz indicação de W. Henrique com as seguintes expressões: misteriosamente, com temor, brusco, assombrado. Referencia, portanto, o segundo personagem, a boiúna de prata, rápida e silenciosa, representada logo no início, através de um tema arpejado,

⁴ Conhecida como demônio das profundezas das águas, a este monstro os índios dão o nome de Paranaíma que quer dizer Parana=rio e maíma=mãe. <http://www.paratur.com.br/portal/turismo-no-norte/belem>.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

descrevendo a chegada e o deslizar dela pela floresta. Este mesmo motivo finaliza a música enquanto o cantor-narrador afirma: “*Éh Cobra Grande, lá vai ela...*” (BARROS, 2005).

A estrofe do meio da obra descreve o cenário. “*A floresta tremeu quando ela saiu... quem estava lá perto de medo fugiu... e a Boiúna passou logo tão depressa, que somente o clarão foi que se viu...*” É possível compreender de duas maneiras a afirmação de que a floresta tremeu: o solo que se abala com a presença da gigantesca boiúna, ou a floresta como a mãe natureza que treme de medo. Esta última, parece demonstrar a visão de mundo do indígena, que concebe a mata como ser vivo.

O texto de W. Henrique utiliza, ainda, uma representação simbólica da cobra presente no imaginário popular, onde se descreve que a Cobra-Grande, além de proporções gigantescas, possui olhos com luz própria, como faróis que servem para hipnotizar suas vítimas. “Seus olhos, fora da água, têm uma luz própria, forte e brilhante, que hipnotiza e paralisa suas vítimas e desnorteia os navegantes. Do seu rastro fundo no chão surgem os rios e igarapés” (ALIVERTI, p.288, 2005).

“Toda a estrutura da obra mantém sabiamente um profundo contato com a estrutura do texto. Cada seção da música corresponde a partes distintas do texto” (ALIVERTI, p. 291, 2005). Waldemar Henrique usa estratégias como fermatas para a linha do canto, facilitando que o suspense seja mantido, e a estrutura da harmonia reforça a atmosfera de terror e medo.

Abaluaiê⁵ é uma canção que W. Henrique fez em 1948, um arranjo que entrelaça a melodia original de um Ponto Ritual de Candomblé de Ilhéus (Bahia) a outros motivos folclóricos. O compositor declara: “Eu tinha necessidade de estudar o folclore baiano, aquelas coisas de xangô, de candomblés, porque conheci um senhor que me tinha alertado que era uma coisa maravilhosa, mas que tinha que passar um tempo lá” (SILVA, 2016, p.7).

A primeira audição da obra foi em 1948, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa do Rio de Janeiro, e homenageou a esposa do jornalista Roberto Marinho. Foi um evento de grande relevância para projetar o compositor nacional e internacionalmente, classificado pela imprensa carioca como um dos três maiores acontecimentos artísticos daquele ano (CLAVER FILHO, 1978, p. 36).

Abaluaiê ou Obaluaiê⁶, termos iorubás⁷ que significam rei e senhor da terra, conhecido também por Babá Igbona, pai da quentura ou Omolu, este poderoso orixá é representado por três cores – preto, vermelho e branco – simbolizando três tipos de sangue ou *axés*. Sua trajetória de resistência e sobrevivência o tornou símbolo de conexão entre a vida e a morte, estabelece um cordão energético entre o mundo espiritual e o terreno. Inclusive, é o orixá que une o espírito ao feto no útero materno,

⁵ Abalau-aiê – Orixá da varíola no culto Jeje-nagô no Rio de Janeiro e Bahia. É o mesmo Obaluaiê do Rio de Janeiro, Bbaiú-aiê de Cuba, Afomã, Xaponã, Saponã, Omonulu, contraído comumente em Omulu. Nos xangôs de Recife diz-se abalu-aiê, abalu-aê, Abaluché, identificado como São Sebastião (CÂMARA CASCUDO, 1999, p.19).

⁶ Ele é filho de Nanã e Oxalá, fruto de um adultério, por isso nasceu com o corpo cheio de marcas e feridas como um castigo aos seus pais por seus atos. Oxalá na mitologia é marido de Iemanjá. No entanto, quando sua mãe o rejeita por causa de sua aparência, e o abandona para que a maré-cheia o leve embora, Iemanjá o encontra quase morto, mordido por caranguejos, e acaba se compadecendo, cuidando dele e cobrindo seu corpo com vestes de palha para que suas cicatrizes não fossem expostas.

⁷ Iorubá, povo africano (do sudoeste da Nigéria, República do Benim e República do Togo) trazido para o Brasil, recebeu a denominação de *nagô* (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2010).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

quando este alcança um desenvolvimento celular básico. É provável que este Ponto Ritual faça parte do *Olubajé*, o ritual específico para o orixá Abaluaiê, indispensável em terreiros de candomblé, atuando em prol da longevidade, saúde a todos os filhos e participantes do *axé*. Ele é cultuado e adorado com muito respeito, é temido por seus desígnios, sendo considerado repressor e perigoso, uma manifestação do divino muito severa, porém se torna um pai bondoso e amável aos humildes, honestos e leais (PESSOA DE BARROS, 2013).

A canção inicia com o piano representando os instrumentos percussivos utilizados no terreiro e, na primeira estrofe, o cantor representa um leal filho do axé, demonstra o respeito e a humildade perante o orixá – *Perdão, Abaluaiê, perdão! Perdão, ah! Orixalá, perdão! Perdão, ah! Meu Deus do Céu perdão! Abaluaiê, perdão!* W. Henrique escreve uma linha melódica em que a palavra perdão está sempre mais grave que a sílaba tônica do nome do orixá, talvez como uma maneira de ilustrar a reverência e respeito daqueles que são devotos a ele. A última súplica é nítida, do compasso 14 ao 17, utilizando células rítmicas e melodia descendente, como um gesto de se ajoelhar perante Abaluaiê: pronuncia-se o nome do orixá, depois um breve silêncio ilustra um suspirar, e o canto em melodia descendente implora o perdão.

O filho de axé humildemente insiste em seu pedido de perdão e declara o reconhecimento do poder que Abaluaiê possui – “*Ó Rei do Mundo, perdão – Abaluaiê! Êle veio do mar – Abaluaiê! Êle é forte, êle veio – Abaluaiê! Salvar*”. Ele veio do mar, ele sobreviveu com a ajuda de Iemanjá, sua mãe adotiva, e veio salvar os filhos do axé. Observa-se que a pronúncia escrita por W. Henrique é exatamente como o cantor deve executar a obra, um linguajar regionalista, próprio dos rituais que o inspiraram.

A expressão “*Atotô lu-Abaluaiê*” é uma saudação ao Orixá. “*Cambonê sala na muxila gôlo ê! Bença meu pai! – Cambonê*”⁸, a segunda expressão cantada pelo filho de axé, é a forma de chamar o médium que está intermediando a comunicação com Abaluaiê. Neste momento, a saudação é direcionada a ele. Esta canção provavelmente faz parte de uma reverência de abertura, encerramento e/ou agradecimento pelo atendimento espiritual dado nos terreiros, ou centros de umbanda, por isso finaliza com o pedido de benção ao orixá.

Boi-Bumbá é um batuque amazônico com letra e música de W. Henrique, uma das suas obras mais conhecidas e que foi interpretada por Bibi Ferreira no filme “O fim do rio”, de Arthur Hank. Existem vários arranjos desta obra para grupos vocais e, dentre eles, o que mais se destaca é o de Lidmer para o madrigal da Bahia (SILVA, 2016).

O Bumba meu Boi é um folguedo⁹ popular ou uma dança dramática presente em todo país com características próprias em cada localidade, representada em festejos de São João e conhecido nas fronteiras do Pará, ao adentrar a Amazônia, como Boi Bumbá. Na obra de W. Henrique há quatro

⁸ Cambono ou Cambone pode ser considerado o auxiliar nas sessões de terreiro e umbandas, ou o médium que incorpora um espírito.

⁹ Conforme Furlanetto (2013, p.14), “folguedos são festas populares de espírito lúdico que se realizam anualmente, em datas determinadas, em diversas regiões do Brasil”.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

canções que fazem referência a este festejo: Boi-bumbá (1934), Boi Tunga (1934), Meu boi vai-se embora (1936) e Boi Canarinho (1948).

Sua apresentação varia nas festividades do catolicismo, além de São João, no Norte, é encenado em festividades natalinas no Nordeste e no carnaval do Sudeste, conforme Câmara Cascudo (1999), três ciclos festivos de grande importância nacional. O enredo do boi bumbá ou bumba meu boi

se desenvolve, basicamente, em torno de um rico fazendeiro (elemento branco) cujo boi de estimação é roubado por Pai Francisco, negro escravo (elemento africano) da fazenda, que mata o animal do seu senhor para satisfazer o desejo de sua esposa grávida, Mãe Catirina, que quer comer a língua do boi. Pajés e curandeiros (elemento ameríndio) são convocados para reanimar o animal e, quando o boi ressuscita urrando, todos os brincantes cantam e dançam em uma enorme festa para comemorar o milagre (FURLANETTO, 2013, p.15).

O Boi-Bumbá surgiu na época da escravidão, sendo um tema folclórico que une as três raízes étnicas predominantes na cultura brasileira. Ainda que a própria partitura descreva: “Boi-Bumbá – dança de origem afro-brasileira implantada nos tradicionais festejos joaninos de Belém do Pará”, evidenciando apenas as raízes africana e europeia, em sua história há o elemento ameríndio.

A introdução pianística tem acentuação percussiva e a indicação batucando. A canção tem duas estrofes e refrãos, andamento rápido, caráter alegre e extensão vocal (uma oitava: dó3 – dó4) confortável para intérpretes de diferentes classificações vocais¹⁰ e estéticas de canto¹¹, cuja rítmica simples favorece a inteligibilidade do texto.

“*Êle não sabe que seu dia é hoje/ Êle não sabe que seu dia é hoje*” repete-se quatro vezes em linha melódica descendente, onde o cantor anuncia o dia do festejo.

“*O céu forrado de veludo azul-marinho / Veio ver devagarinho / Onde o Boi ia dançar... êle pediu prá não fazer muito ruído / que o Santinho distraído / Foi dormir sem se lembrar.*” Podemos dividir essa estrofe em duas partes, a primeira constituída pelos dois primeiros versos, no qual é possível compreender o anoitecer pelo viés indígena, a natureza que interage com o humano e vem ver onde o folgado irá ocorrer. A linha melódica é descendente até a palavra *onde*, alcançada por um salto de sétima, e dela volta a descer, dando destaque justamente ao citar que o boi vai dançar e que o festejo vai ocorrer. Na segunda parte, os três últimos versos soam em uma linha melódica descendente com pequenos saltos (intervalos musicais de terças) na primeira sílaba da palavra *santinho* e no verbo *foi*, depois retorna-se o movimento descendente, finalizando o fraseado na mesma nota em que será iniciado o refrão.

“*E vem de longe o eco surdo do bumbá sambando / A noite inteira, encurralado, batucando... / Bumba, meu ‘Pai do Campo’ ô-ô / Bumba, meu Boi-Bumbá Bumba, meu Boi Bumbá... / Bumba, meu Boi-Bumbá...*” Neste refrão, W. Henrique compõe uma linha melódica com notas repetidas até a sílaba tônica da palavra *sambando*, onde há um salto de terça, e depois retorna às notas repetidas, dando um

¹⁰ Vozes Femininas: Soprano, Mezzo-soprano, Contralto. Vozes Masculinas: Contraltino/Contratenor, Tenor, Barítono e Baixo (PACHECO, 2006).

¹¹ Estética da música vocal é a técnica vocal utilizada para cantar: canto lírico, *belting* (técnica vocal para musicais) e popular, que possui sonoridade híbrida, podendo caminhar pelas demais estéticas.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

efeito percussivo ao canto. Em seguida, o executante e o ouvinte podem sentir um contraste na entoação da frase “*Bumba, meu ‘Pai do Campo’ ô-ô / Bumba, meu Boi-Bumbá*”, valorizando a sensação de empolgação dos festejos populares, que também é reforçada pela construção melódica, ligeiramente mais aguda e em movimento ascendente, da frase “*Bumba meu Pai do campo ô ô*”.

“*Ele não sabe que seu dia é hoje*”, o segundo texto da estrofe musical ilustra o final do folgado: “*Estrêla-d'alva lá no céu já vem surgindo... / Acordou com quem 'stá dormindo / Pra ouvir o galo cantar... / Na minha rua resta a cinza na fogueira / Que levou a noite inteira / Fagulhando para o ar...*” Aqueles que festejam estão acordados na madrugada de céu limpo e podem enxergar a estrela d'alva¹² e ouvir o galo cantar. A cinza da fogueira é o vestígio da alegre festa do Boi-Bumbá.

É na afirmação que encerra a canção “*Bumba¹³ meu Boi-Bumbá*”, a poesia brinca de forma afetuosa com a palavra bumba, fazendo uma última referência à batucada e seus instrumentos musicais típicos, e ao ato de dançar no folgado. A melodia do refrão, onde o intérprete saúda o “*Bumba meu ‘Pai do Campo’ ô, ô*” até o final da canção “*Bumba meu Boi-Bumbá*” caminha em movimento descendente, como as chamas da fogueira que diminuem gradativamente até serem brasa e, por fim, cinza.

Considerações finais

Pode-se afirmar que Waldemar Henrique foi considerado “A voz da Amazônia” pois apreciava profundamente a cultura do Pará. As lendas, mitos, rituais religiosos, festejos e demais elementos culturais regionais são retratados musicalmente com riqueza e espontaneidade, pois são conteúdos adquiridos em sua jornada pessoal. Posteriormente, através de pesquisas, o compositor ampliou sua atenção para o folclore nacional, incluindo de forma acessível e intimista novos temas populares em seu cancionário.

Foram selecionadas obras do compositor de diferentes classificações: Minha terra (Canção), Cobra grande (Canção Amazônica), Abaluaíê (Ponto-ritual) e Boi-bumbá (Batuque Amazônico). As quatro canções possuem trechos recitativos e compasso binário, que é uma constante do folclore. Pode-se dizer que a influência religiosa europeia do catolicismo faz ponte com as crenças de origem indígena e africana. Isso está impresso em alguns temas folclóricos provavelmente em decorrência da colonização do Brasil.

¹² Planeta vênus: Vésper, à tarde, estrela da tarde, boeira, papa-ceia. Matutina, estrela da manhã (CÂMARA CASCUDO, 1999, p. 907). O planeta Vênus foi confundido com uma estrela por gerações, o brilho que recebe do sol o faz visível de maneira semelhante a uma estrela no período matutino (Estrela D'Alva) e no vespertino (Estrela Vésper), gerando a ideia de que eram duas estrelas diferentes. Disponível em: <http://astronomiareal.blogspot.com.br/2012/05/porque-muitos-chamam-o-planeta-venus-de-18/06/2017>.

¹³ Bumba é interjeição, zás, valendo a impressão de choque, batida, pancada. Bumba-Meu-Boi será “Batel Chifra, meu Boi! (...)” (CÂMARA CASCUDO, 1999, p. 192).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Ainda que se observe a predominância do universo indígena na Cobra Grande, dos orixás de origem africana em Abaluaiê e da presença de Deus, do catolicismo europeu, em Minha terra, essas influências por vezes se mostram mescladas, como em Boi-bumbá.

No cancionário de W. Henrique, os temas étnicos são expostos através de gestos composicionais que unem uma prosódia quase perfeita ao lirismo dos versos literários, desenhando uma linha melódica carregada de expressividade. O canto soa espontâneo e transita livremente entre os universos da música vocal erudita, popular e folclórica.

Bibliografia

ALIVERTI, Márcia Jorge. Uma visão sobre a interpretação das canções amazônicas de Waldemar Henrique. **Estudos Avançados**, v.19, n.54, São Paulo, 2005, p.283-313. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200016. Acesso em: 29/02/2016.

ANDRADE, Mário de. **Ensaio sobre a música brasileira**. São Paulo: Martins, 1962.

_____. **Pequena História da Música**. São Paulo: Martins, 1962.

BARROS, Maria de Fátima E. **Waldemar Henrique: Folclore, Texto e Música num único projeto – a canção**. Dissertação (Mestrado em Música). 168 f. Universidade de Campinas, 2005.

BOHUMIL MED. **Teoria da Música**. 3ª ed. Brasília: MusiMed, 1996.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. **Folclore do Brasil**. Rio de Janeiro, Lisboa: Fundo de Cultura S.A., 1967.

_____. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 10ª ed. São Paulo e Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

DIAS, Robert Madeiro. **Em águas e lendas da Amazônia: os outros brasis de Waldemar Henrique e Mário de Andrade (1922-1937)**. Dissertação (Mestrado em História). 201 f. Universidade Federal do Pará, 2009.

FURLANETTO, Beatriz Helena. A arte cômica do boi-de-mamão paranaense. **Anais do IX Fórum de Pesquisa em Arte**, Curitiba, ArtEmbap, 2013. Disponível em: http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/Forum/IX_Forum_de_Pesquisa_em_Arte/Anais/002_Beatriz_Furlanetto.pdf. Acesso em: 04/08/2017.

MARIZ, Vasco. **A Canção Brasileira de Câmara**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 2002.

MORAES, Eduardo Jardim de. **A brasilidade modernista**. Sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MOREIRA, Nélio Ribeiro. Identidade amazônica e música regionalista na primeira metade do século XX: Waldemar Henrique e a perspectiva primitivista do Modernismo Brasileiro. **Revista Estudos Amazônicos**, v. VI, n. 2, 2011, p. 139-165.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

PESSOA DE BARROS, J. Mito, memória e história: a música sacra. **Espaço e Cultura**. Disponível em: <http://www.e-publicações.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/7228>. Acesso em: 04/08/2017.

PACHECO, Alberto. **O canto antigo italiano** – uma análise comparativa dos tratados de canto de Pier Tosi, Giamattista Mancini e Manuel P. R. Garcia. São Paulo: FAPESP Editora Annablume, 2006.

SANTOS, Isabela de Figueiredo. **Lendas Amazônicas de Waldemar Henrique**: um estudo interpretativo. Dissertação (Mestrado em Música). 201 f. Universidade Federal Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SILVA, Edison Santos da. **A Presença da Cultura Afro-brasileira na Música de Waldemar Henrique**. Dissertação (Mestrado em Artes). 117 f. Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, 2016.

TINHORÃO, José Ramos. **Pequena História da Música Popular** (da modinha à canção de protesto). 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1974.

TRAVASSOS, Elizabeth. **Modernismo e música brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.



FRAGMENTOS DE HISTÓRIA INTELLECTUAL: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA ACERCA DE LEOCÁDIO JOSÉ CORREIA

Jorge Tibilletti de Lara (PIC, bolsista Fundação Araucária)
Unespar/Campus Paranaguá, jorge.tibilletti@gmail.com
Profa. Dra. Liliane da Costa Freitag (Orientadora)
Unespar/Campus Paranaguá, lilianefreitag@uol.com.br

Palavras-chave: Leocádio José Correia. Análise historiográfica. História Intelectual.

INTRODUÇÃO

A imensa quantidade de atributos de sentido e adjetivações dados à imagem de Leocádio José Correia produzem uma espécie de desconforto ao ter que delimitar em algumas linhas introdutórias quem foi - e para alguns ainda é - este personagem. De homem de ciência à espírito de luz, passando por inúmeros outros atributos tais como médico humanitário, político, intelectual, jornalista, escritor, abolicionista, monarquista, conservador, ilustre e ilustrado, além de patrono de instituições religiosas e de ensino. Nascido em 1848 na cidade de Paranaguá, teve a sua trajetória demarcada entre a medicina e a vida pública. Após completar a sua formação na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, passa a atuar como médico junto à Paranaguá e demais localidades litorâneas. Em 1875, assume a Inspeção de Saúde dos Portos de Paranaguá e Antonina, atuando em várias conjunturas epidêmicas. No campo político, era membro do Partido Conservador, tendo assumido cadeira na Assembleia, atuando como deputado provincial e ainda como vereador na cidade de Paranaguá. Em 1885, um ano antes de sua morte, assumiu ainda a Inspeção Paroquial das Escolas, seu último cargo público.

Leocádio José Correia ainda fora membro de agremiações culturais tais como o “Club Litterario” e publicou suas ideias em periódicos como “O Itybere”, sendo o teatro e a poesia lugares simbólicos de inserção do personagem de grande visibilidade junto a sociedade paranaguense. O coletivo dessas práticas e da inserção de Leocádio nesses vários campos sociais de atuação, o fabricaram enquanto sujeito. Dentro das narrativas acerca do personagem em questão, existem aquelas oriundas do que chamamos neste trabalho de campo literário-ficcional, caracterizadas sobretudo pelas obras *A Vida do Dr. Leocádio* (1979; 2007), de Valério Hoerner Jr., e *Brumas do Passado* (1995), de Rubens Corrêa.¹ Os discursos vinculados à este campo vêm se perpetuando e reafirmando a

¹ A produção biográfica e literário-ficcional acerca desse personagem data de bem antes de 1979, como trata em sua tese de doutorado Marilane Machado (2016). Entretanto, como resultado de um projeto levado a cabo pela prefeitura municipal de Paranaguá, *A Vida do Dr. Leocádio* é publicado em 1979 e depois pela SBEE em 2007. Por outro lado, em 1995 viera a público o romance biográfico-ficcional de autoria de Rubens Corrêa. Outros fragmentos de memória são encontrados em Paranaguá, por exemplo, como a Rua Dr. Leocádio Correia, mas

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

importância do “ilustre filho de Paranaguá” junto ao panteão cívico local, além de estabelecer uma relação entre a sua existência e a sua “vida” póstuma, no mundo dos espíritos e do espiritismo.

Numa outra esfera - não muito distante -, está um outro campo de produção discursiva, caracterizado neste trabalho como campo científico². Nesse processo de mapeamento em meio aos ‘arquivos de memória’ sobre Leocádio José Correia, destacamos, nesse sentido, a necessidade de construir uma análise historiográfica acerca do mesmo. Assim, os trabalhos do campo científico serão tomados aqui como fontes primárias. No bojo desses trabalhos estão, sobretudo, pesquisas que visam as ações de Leocádio José Correia em relação à educação, ao espiritismo e à medicina.³ A opção que tomamos ao longo da pesquisa de focar mais sistematicamente nas produções do campo científico deu-se, sobretudo, ao percebermos pontualmente duas coisas: num primeiro momento, o mar de documentos e significados, atributos de sentido e adjetivações, discursos e políticas de memória voltadas à imagem de Leocádio José Correia; num segundo momento, ao tomarmos contato com a o estado da arte da historiografia acadêmica acerca de Leocádio. Assim, dividimos as produções discursivas e privilegiamos às produções acadêmicas sobre o sujeito em questão, visando propiciar uma análise historiográfica.

Nesse sentido, tendo como objetivo traçar uma análise historiográfica e sistemática sobre as produções acadêmicas acerca de Leocádio José Correia, procuraremos entender como esta historiografia se constitui em relação às produções do campo biográfico e literário-ficcional. Existe intertextualidade entre os trabalhos acadêmicos acerca de Leocádio? Como cada autor estabelece seus postulados? Estas são as perguntas norteadoras de nossa IC, que buscará trazer contribuição significativa aos estudos acerca de Leocádio, às políticas de memória em geral e à historiografia acadêmica.

A CONSTRUÇÃO DAS FONTES E A INTERPRETAÇÃO DO CAMPO

Através do conceito de campo⁴, operamos uma divisão entre a produção biográfica e literário-ficcional e a produção acadêmica acerca de Leocádio, focando, então, nossas análises na produção de

também espaços médicos (clínicas) e escolas com o nome desse personagem. Por sua vez, Curitiba possui a Instituição de Ensino Superior Faculdade Dr. Leocádio Correia. Além disso, a peça de teatro recente intitulada “Leocádio José Correia, a vida continua”, ligada à Sociedade Brasileira de Estudos Espíritos (SBEE), procura dar vida à memória sobre Leocádio.

² Aqui novamente utilizamos o conceito de campo. Ele é basal para o nosso estudo, pois através do mesmo operamos uma divisão entre estas produções discursivas trabalhadas. Entendemos campo, segundo Pierre Bourdieu (1989), como um espaço simbólico onde agentes e sujeitos disputam determinadas posições. Sendo assim, no campo científico inserem-se as produções discursivas oriundas da academia, ou seja, trabalharemos aqui sobretudo com a historiografia acadêmica.

³ No que tange aos trabalhos que buscam a relação de Leocádio com a educação está FUCKNER (2009). Já em relação ao espiritismo, MAIA (2016). Com relação à medicina e a saúde pública existe a dissertação de DOLINSKI (2013). Esses trabalhos serão nossas principais fontes nesta IC. Entretanto, procuraremos compreendê-los na relação com os demais trabalhos que focam suas análises na imagem de Leocádio ou em seu entorno.

⁴ Outros conceitos e noções que também nortearam e nos ajudaram nas análises das fontes foram o de representação (CHARTIER, 2002) e lugar-social (CERTEAU, 2015).

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

cunho acadêmico, ou seja, na historiografia. Assim, mapeamos e catalogamos entre 10 a 15 trabalhos acadêmicos que tiveram como pelo menos um de seus objetos principais Leocádio, sua imagem ou as representações dela. Listaremos aqui, pois, os três principais trabalhos mapeados, para logo a seguir apresentarmos a metodologia aplicada.

Seguindo uma ordem cronológica, por primeiro está Fuckner (2009). Este trabalho trata-se de uma tese de doutorado em Educação defendida na UFPR no ano de 2009, intitulada “Lar Escola Dr. Leocádio José Correia: História de uma proposta de formação na perspectiva educacional espírita (1963-2003)”. Logo após, temos Dolinski (2013), com sua dissertação de mestrado em História das Ciências e da Saúde intitulada “Espaços de cura, práticas médicas e epidemias: febre amarela e saúde pública na cidade de Paranaguá (1852-1878), defendida na COC-Fiocruz em 2013. Por último, o mais recente trata-se de uma tese de doutorado em História intitulada “Leocádio José Correia: vida, memória e representações”, defendida por Marilane Machado de Azevedo Maia na UFPR no ano de 2016.⁵

Ao mapearmos as produções acadêmicas existentes, identificamos as três acima citadas como as principais, tendo em vista a natureza dos trabalhos - duas teses de doutorado e uma dissertação de mestrado -, e o lugar de Leocádio nas problemáticas específicas de cada um deles. Os demais trabalhos catalogados ajudaram a compor um quadro para nossas análises, mas permanecem no entorno destes três principais pois são trabalhos que: ou tratam de uma maneira muito tímida o nosso personagem; ou apenas reiteram e reproduzem determinadas discussões, teses e afirmativas acerca das principais atribuições de sentido e imagens de Leocádio.

Munidos de nosso instrumental conceitual pautado na sociologia interpretativa de Pierre Bourdieu e nos postulados teórico-metodológicos de Roger Chartier e Michel de Certeau construímos uma ficha documental com o objetivo de produzir uma análise sistemática do material selecionado e um quadro intertextual do mesmo. Estruturamos a ficha com as seguintes perguntas pontuais: em qual dos campos (científico, religioso, político, literário, etc) o autor insere Leocádio, e em qual dos campos o próprio autor se insere (lugar social, instituição, abordagem)? Como o autor se relaciona com outros trabalhos sobre Leocádio e com os próprios trabalhos de Leocádio (intertextualidade e trato às fontes)? Quem é Leocádio (conclusão do autor)?⁶

Através do modelo de ficha documental, fomos construindo ao longo do trabalho as fichas documentais de cada fonte analisada. Relacionando todo esse material fichado com os outros fichamentos de nossas leituras teóricas e metodológicas, conseguimos situar cada trabalho analisado em seu lugar, abordagem e problemas específicos. Os trabalhos foram, então, nesse sentido, coletados,

⁵ Além dos principais citados no corpo do texto, ainda selecionamos vários outros que se inserem no entorno das discussões, e que estão catalogados para a pesquisa. São estes: MARTINS (2007); MIKOSZ (2004); LEANDRO (2003); COSTA (2001); SILVA (2014); SIQUEIRA (1980; 1989); DOLINSKI (2012); MAIA (2012; 2015); FUCKER (2008); dentre outros de menor relevância.

⁶ Além das perguntas pontuais também colocamos na ficha dados como autoria, data e suporte documental, para termos uma ficha que nos propiciasse maior possibilidade de análise e que seguisse os postulados da crítica documental historiográfica.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

agrupados, cotejados e sistematizados, sendo submetidos ao escrutínio histórico e organizados processualmente. Deste modo, obtivemos extratos de um panorama geral das produções acadêmicas acerca de Leocádio José Correia.

NOS INTERSTÍCIOS DOS DISCURSOS

Exporemos agora os principais resultados e discussões suscitadas, tendo como ponto de partida das discussões a tese de Fuckner (2009)⁷. Nesta tese, a autora teve como objetivo norteador a constituição de aspectos da trajetória histórica do Lar Escola Dr. Leocádio José Correia, tendo como baliza temporal os anos de 1963 a 2003. O trabalho dividiu-se em duas partes, intituladas respectivamente “Espiritismo e Educação: uma construção histórica” e “Da Teoria à Vivência na Prática”. Tendo como dimensão os postulados da História Cultural, sobretudo à luz de Roger Chartier e Pesavento, a autora utiliza de fontes escritas e orais para compor o seu rol documental. Na primeira parte, Fuckner analisa os antecedentes do pensamento educacional espírita, tendo como norte a obra de Hippolyte Léon Denizard Rivail (Allan Kardec). Na segunda, a autora procura compreender a figura de Leocádio José Correia e todos os seus atributos - sobretudo a partir de sua atuação como Inspetor Paroquial das Escolas de Paranaguá entre 1885 e 1886 -, além de discutir como e se as suas ideias permaneceram nas instituições de ensino cujo o qual é patrono e mentor intelectual.

A autora procura fazer uma divisão em sua tese entre o Leocádio personagem histórico do século XIX - o médico importante de Paranaguá, o Inspetor Paroquial abolicionista e demais adjetivos recorrentes - e o espírito de luz e patrono das ações de entidades espíritas por ela estudadas:

Ao produzirmos este relato trabalhamos permanentemente com dualidades. Rivail professor, pedagogo / Kardec codificador; Doutor Leocádio o personagem histórico inserido na Paranaguá do século XIX / o espírito do Irmão Leocádio, um personagem central da organização da SBEE e patrono da escola. Escola aliás criada a partir de orientações do próprio Leocádio. (FUCKNER, 2009, p288-89)

Nesse sentido, Leocádio representa o norte simbólico, ideal e espiritual dessas instituições espíritas de ensino pela autora trabalhadas. Dos vários *Leocádios* possíveis, sobressai o Leocádio Inspetor Paroquial, o médico preocupado com a educação, com o desenvolvimento humano através das escolas e com o papel político de instituições como o “Club Litterario”, do qual fazia parte. (*ibidem*, p175-176). Entretanto, um Leocádio também comentado pelos outros trabalhos (DOLINSKI, 2013; MAIA, 2016) aparece: conflituoso e polemista, se desentendendo com outro intelectual, Professor Cleto, por desavenças político-ideológicas:

Os embates entre ambos estender-se-ão por todo o período da inspetoria de Leocádio e serão agravados quando, segundo a correspondência consultada, Leocádio teria constatado irregularidades na prática do referido professor e encaminhado relatórios com as atividades do

⁷ FUCKNER, Cleusa Maria. **Lar Escola Dr. Leocádio José Correia**: história de uma proposta de formação na perspectiva educacional espírita (1963-2003). Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

professor Cleto, o qual teria redigido incorretamente os relatórios de alunos destinados a exames finais, tendo alterado nomes de alunos e filiações. (FUCKNER, 2009, p181)

Para Fuckner, Leocádio com o seu discurso médico, e através de seus relatórios como inspetor, se enquadra dentro de um pensamento no qual a educação era vista não só como mecanismo de ascensão social, moral e religiosa - Leocádio defendia o catolicismo -, mas também como um remédio para os males da sociedade (*ibidem*, p192). A autora considera Leocádio alguém desvinculado em vida da religião espírita, defensor da Igreja, se pautando em COSTA (2001)⁸ em determinados momentos do texto, para ensejar sua discussão a respeito da relação catolicismo/espiritismo no Brasil (*ibidem*, p98-99). E uma de suas problemáticas consiste nessa relação acerca da imagem de Leocádio e de como foi-lhe atribuído o rótulo de “Espírito de Luz” posteriormente (*ibidem*, p194). Mesmo a própria autora considerando historicamente - ou seja, em termos documentais - impossível estabelecer alguma afirmativa sobre a relação de Leocádio com o espiritismo, tenta constituir algumas conjecturas sobre. Isso pode se dar porque busca uma relação entre a figura histórica de Leocádio e o mito entorno do mesmo. Ao tratar do Leocádio enquanto mito, a autora cita o trabalho monográfico de Mikosz e Souza (2004)⁹ (*ibidem*, p205). O trabalho citado em questão trata-se de uma monografia de conclusão de curso (História), defendida em 2004 na Fafipar. A autora ainda cita mais outro trabalho que estuda a permanência de Leocádio como espírito (MARTINS, 2007)¹⁰ (*ibidem*, p206). Na argumentação da autora “podemos refletir que o Dr. Leocádio Correia viveu e morreu dentro de um modelo comportamental que possibilitou, por parte de seus contemporâneos, a construção mental de um mito histórico e filosófico”. (*idem*, p207). E então, conclui afirmando que “Leocádio José Correia, para nossos entrevistados, representa o ideal, o modelo, o apoio, o caminho”. (*ibidem*, p279)

Partido de uma perspectiva, abordagem e problemática bastante distante de Fuckner está Dolinski (2013)¹¹. Um dos objetivos do trabalho de João Pedro Dolinski é “discutir a trajetória profissional e a importância para a saúde e ciência local do médico Leocádio José Correia”. Isso se insere dentro de todo um escopo de objetivos, discussões e problemáticas que este trabalho possui. Leocádio, um dos personagens tidos como norte para a compreensão da saúde pública e da ciência médica em Paranaguá, é colocado como um agente de grande relevância para a compreensão dos espaços de curas e das práticas médicas nestas localidades.

⁸ COSTA, Flamarion Laba da. **Demônios e Anjos** – O embate entre espíritas e católicos na República Brasileira até a década de 60 do século XX. Tese. (Doutorado em História). UFPR, Curitiba, 2001. A autora também cita LEANDRO (2003), com seu trabalho onde aparece a poesia “Scenas do Mar” de Leocádio.

⁹ MIKOSZ, R.L e SOUZA, I.A., Dr. Leocádio José Correia: O Homem e o Mito Uma Análise Histórico-Cultural. (61f). Monografia (Graduação em História) - Departamento de Ciências Humanas da Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de Paranaguá. Paranaguá, 2004.

¹⁰ MARTINS, M. B. P. **Leocádio José Correia** – Leocádio, o Pedagogo do Amor. (68f) Monografia (Graduação em Teologia Espírita). Faculdade Dr. Leocádio José Correia: Curitiba, 2007.

¹¹ DOLINSKI, João Pedro. **Espaços de cura, práticas médicas e epidemias: febre amarela e saúde pública na cidade de Paranaguá (1852-1878)**. Dissertação. (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

Esse trabalho se insere dentro das discussões da história da saúde pública, história das doenças e história da medicina. O enfoque do autor é a história local, ou seja, delimitou-se Paranaguá como palco. Nesse sentido, o autor:

Ao longo da pesquisa buscarei articular a perspectiva local com a nacional, procurando apontar semelhanças (em um nível mais abrangente) e diferenças (numa perspectiva particular) entre, por exemplo, aspectos demográficos, econômicos, políticos e sanitários. Portanto, este trabalho adota como metodologia a história comparativa, uma vez que, segundo Vera Alice Cardoso Silva (1990), além de denotar as continuidades e rupturas no interior dos processos de mudança econômica e social, a história regional proporciona fonte inestimável de substratos para a comparação. (DOLINSKI, 2013, p19).

No primeiro capítulo da dissertação, Leocádio José Correia é pouco citado. Isso se dá pelo fato de que o autor parece operar uma divisão bastante sistemática em seu trabalho. O capítulo primeiro, sendo destinado à reconstituição do quadro sanitário, conjuntura econômica, repartições públicas e espaços de cura (Capitania dos Portos, Companhia de Menores Aprendizes Marinheiros, Santa Casa de Misericórdia, lazareto da Ilha das Cobras e a Inspetoria de Saúde do Porto de Paranaguá), pouco trata dos sujeitos que fizeram parte desses espaços, incluindo Leocádio. Parece haver uma preparação do campo, do palco, onde no segundo capítulo, Leocádio subiria e assumiria a sua posição de personagem central. Essa posição é, sobretudo, a de um “agente de saúde”, um *homem de ciencia*, médico singular na história da saúde pública em Paranaguá.

Também tratado como um sujeito conflituoso e polemista, Leocádio José Correia exerceu as artes de curar em uma cidade periférica. Segundo Dolinski (2013), suas postulações acerca da etiologia da febre amarela estavam em sintonia com as teorias médico-científicas vigentes na época. Tinha sido discípulo do médico João Vicente Torres-Homem, e suas observações se assemelhavam com a de outros médicos como Max Von Pettenkofer. Nesse sentido, para Dolinski, Leocádio condensa não só todos os atributos de sentido que lhe são colocados pela memória coletiva, imaginário e grupos sociais que manipulam a sua imagem, mas sobretudo é um personagem importante para a compreensão dos espaços de cura, da saúde pública e do tipo de ciência médica presente na localidade e recorte temporal em questão.

O terceiro dos três principais trabalhos acadêmicos acerca de Leocádio José Correia trata-se da tese de doutoramento de Maia (2016)¹². Nele, a autora Marilane Machado insere Leocádio José Correia com mais intensidade no campo religioso, mais precisamente no campo das religiões mediúnicas. Mas até chegar a este ponto, ela constrói em sua tese um percurso baseado em três eixos. Num primeiro momento, faz um exercício de escrita biográfica, se pautando a todo momento por documentos (leis, livros, etc) públicos, e com isso vai relacionando com o personagem Leocádio para costurar a sua trajetória e preencher os “buracos”, fazendo a crítica das biografias existentes sobre ele

¹² MAIA, Marilane Machado de Azevedo. **Leocádio José Correia: vida, memória e representações**. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

bem como utilizando uma quantidade grande de periódicos (ex: Dezenove de Dezembro). O segundo eixo da tese trata-se de uma investigação do processo de construção memorialística de Leocádio e sua transformação de um personagem histórico em um personagem mitificado. Por fim, a autora analisa a presença de Leocádio nas religiões mediúnicas (sobretudo no espiritismo kardecista e umbanda).

A produção da autora se insere no campo da História das Religiões e Religiosidades e da Biografia Histórica. Os referenciais conceituais da autora e da sua tese perpassam os conceitos de campo e habitus de Pierre Bourdieu, representações sociais e apropriações de Roger Chartier, memória coletiva de Maurice Halbwachs, dentre outras ferramentas interpretativas de memória e discurso.

Segundo Marilane, Leocádio fazia parte da ilha letrada que era a elite brasileira do século XIX (MAIA, 2016, p238). Médico, político, e homem de letras, constantemente envolvido em conflitos e polêmicas que permeavam a vida política da Província e tinham relação com a sua atuação como médico. Na tese da autora, o Leocádio histórico antecede o Leocádio mítico. O que, nos primeiros capítulos, procura-se demonstrar como parte de um contexto, nos demais capítulos é visto como excepcionalidade. Leocádio permanece então como um médico e intelectual polêmico, conflituoso e ativo por um lado e herói, apóstolo do bem, santo e grande homem por outro (*ibidem*, p239). Um bem simbólico paranaense, um médico espiritual? A autora afirma que para além de um bem simbólico do espiritismo paranaense, Leocádio seria “um bem simbólico para o espiritismo no Brasil” (*ibidem*, p242). Focando na sua vida, nas memórias e nas representações, a tese não dá fim à imagem de Leocádio, mas comporta os vários *Leocádios* dentro de uma mesma narrativa. Sendo assim, o Leocádio da tese é uma figura fronteiriça, pois permanece na fronteira da história, da memória e das representações. O que ele foi e como atuou se confunde com o que queriam que tivesse sido e com o que ele ainda é para as religiões mediúnicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após expormos algumas das discussões e resultados da análise das três fontes principais - o que nos propiciou um panorama geral do estado da arte da historiografia acadêmica sobre Leocádio José Correia -, podemos ensejar algumas conclusões e considerações finais do nosso trabalho de iniciação científica. A primeira diz respeito à falta de diálogos entre estas produções discursivas, quer seja na leitura da trajetória de Leocádio ou de objetos e discussões que cercam as práticas do personagem. Através do cruzamento das fichas documentais destes trabalhos percebemos que, para além dos diferentes problemas, abordagens e especialidades historiográficas, os trabalhos pouco dialogam entre si. É o caso de Fuckner e Maia. Em certa parte de sua tese Fuckner (2009) trata de uma questão problema para Maia (2016), qual seja, a divulgação da morte de Leocádio nos periódicos Dezenove de Dezembro e Gazeta Paranaense:

O mesmo jornal Dezenove de Dezembro, por ocasião do falecimento de Leocádio José Correia, publica apenas uma nota lamentando a morte do grande médico, enquanto que a Gazeta Paranaense publica em destaque no noticiário “Sabemos que sepultou-se hontem esse nosso inditoso amigo, sendo

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

que o seu enterro, foi acompanhado por mais de duzentas pessoas [...] Em virtude desse passamento fecharam-se as Repartições públicas, sendo que não haverá aula nas escolas públicas por três dias.” (20/05/1886, p. 2). (FUCKNER, 2009, p184)

Fucker não chega a investigar a fundo este problema, que mais tarde seria investigado por Maia. Entretanto, através da análise da tese de Maia (2016), não foi possível constatar nenhuma menção à este problema já identificado por Fuckner. Podemos considerar, nesse sentido, um dos elementos que constitui a falta de diálogos ou inexistência de intertextualidade entre os autores que trabalham entorno da imagem de Leocádio José Correia?

Por sua vez, Maia (2016) utiliza muito timidamente as outras produções acadêmicas acerca de Leocádio.¹³ Apenas nas considerações finais, a autora procura situar a sua produção perante esses outros trabalhos acadêmicos. Para tanto, utiliza como norte o trato às fontes que esses trabalhos e demais produções sobre Leocádio - sobretudo as biografias - empreenderam, bem como suas respectivas documentações. Em nota de rodapé a autora lista alguns trabalhos identificados¹⁴. Entretanto, no corpo do texto destaca que:

Enquanto, através dos documentos produzidos pelo próprio Leocádio José Correia em seus campos de atuação, o objetivo desses outros historiadores foi acessar questões pertinentes a suas problemáticas de pesquisa no contexto analisado, nesta tese fizemos o caminho inverso, procuramos acessar o personagem, suas concepções e escolhas, através das características contextuais. (MAIA, 2016, 242)

Com isso, a autora demarca o seu espaço dentro do campo de produções acadêmicas acerca de Leocádio. Além do “caminho inverso”, existem algumas diferenças pontuais entre esta tese e as demais produções, como a utilização de fontes inéditas e a análise crítica das biografias sobre Leocádio¹⁵. Segundo a própria autora, os demais historiadores que trabalharam com Leocádio, se pautaram por documentos semelhantes (referentes as inspetorias de saúde e paroquial de Paranaguá) e abordaram questões como saúde pública¹⁶, doença e a educação na Província do Paraná no século XIX. (MAIA, 2016, p242)

Nesse sentido, percebemos que muitas - porém não todas - destas produções do campo acadêmico bebem, sem fazer grandes críticas, das produções discursivas do campo literário-ficcional. É fato que todas partem de um mesmo ponto, ou seja, dos aspectos biográficos e dos atributos de sentido produzidos pelo campo literário-ficcional sobre Leocádio. Tais aspectos condensam

¹³ A relação da autora com Dolinski (2013) é estritamente sobre a atuação de Leocádio frente às tensões e embates político-administrativos e médico-científicos do período e da localidade, às epidemias de febre amarela em Paranaguá, o lazareto de Ilha das Cobras e a comissão sanitária. A autora também utiliza fontes inéditas de Dolinski para compor a sua narrativa. Quanto à Fuckner (2009), Maia faz referências indiretas, em nota de rodapé, tratando especificamente dos processos de mudanças de algumas instituições como o Centro Experimental de Estudos Espíritas Afonso Pena (CEEEAP) e organizações espíritas como a Sociedade Brasileira de Estudos Espíritas (SBEE), em Curitiba.

¹⁴ São eles: SIQUEIRA, 1989; FUCKNER, 2009; DOLINSKI, 2013; SILVA, 2014 (MAIA, 2016, p242)

¹⁵ Ponto no qual os outros trabalhos não tratam, acabando, nesse sentido, por fixarem-se em “lugares comuns”, ou seja, bebem das mesmas fontes biográficas sem questioná-las como fontes históricas e pô-las à prova.

¹⁶ Dolinski (2013), no que tange à intertextualidade dialoga bastante com os trabalhos de Dalledone Siqueira (1980; 1989). Esta, por sua vez, pioneira no estudo da saúde e doença na província do Paraná, pouco se refere ao personagem Leocádio, por mais que utilize fontes, um recorte temporal que perpassa a sua vida, e tenha como objeto de seus trabalhos espaços e instituições do qual o mesmo fez parte.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

fragmentos da memória coletiva e asseguram a sua presença no panteão cívico local. Por fim, podemos concluir através desta pesquisa de iniciação científica que existe um percurso na produção acadêmica acerca de Leocádio, e que compreender esse percurso em relação com as demais produções do campo literário-ficcional sobre esse personagem é um caminho para traçar a historicidade de sua identidade intelectual.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia**, Da Universidade, Brasil, 2002.
- CORRÊA, Rubens. **Brumas do Passado: Doutor Leocádio, médico de homens e de almas**, 1989.
- _____. **Brumas do Passado: Dr. Leocádio – médico de homens e de almas**. Editora IPES, Curitiba, 1995.
- COSTA, Flamarion Laba da. **Demônios e Anjos – O embate entre espíritas e católicos na República Brasileira até a década de 60 do século XX**. Tese. (Doutorado em História). UFPR, Curitiba, 2001.
- DALLEDONE, Márcia Teresinha Andreatta. **Condições sanitárias e as epidemias de varíola na Província do Paraná (1853-1889)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História do Brasil, UFPR, Curitiba, 1980.
- DOLINSKI, João Pedro. **Espaços de cura, práticas médicas e epidemias: febre amarela e saúde pública na cidade de Paranaguá (1852-1878)**. Dissertação. (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013.
- FUCKNER, Cleusa Maria. **Lar Escola Dr. Leocádio José Correia: história de uma proposta de formação na perspectiva educacional espírita (1963-2003)**. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- HOERNER Jr, Valério. **A vida do Dr. Leocádio**. Paranaguá: Edição da Prefeitura Municipal de Paranaguá, Paranaguá, 1979.
- _____. **A vida do Dr. Leocádio**. Sociedade Brasileira de Estudos Espíritas, Curitiba, 2007.
- LEANDRO, José Augusto. **Gentes do grande mar redondo: riqueza e pobreza na comarca de Paranaguá – 1850-1888**. Tese (Doutorado). UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, 2003.
- MAIA, Marilane Machado de Azevedo. **Leocádio José Correia: vida, memória e representações**. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.
- MARTINS, M. B. P. **Leocádio José Correia – Leocádio, o Pedagogo do Amor**. (68f) Monografia (Graduação em Teologia Espírita). Faculdade Dr. Leocádio José Correia: Curitiba, 2007.
- MIKOSZ, R.L e SOUZA, I.A., **Dr. Leocádio José Correia: O Homem e o Mito Um Análise Histórico-Cultural**. (61f). Monografia (Graduação em História) - Departamento de Ciências Humanas da Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de Paranaguá. Paranaguá, 2004.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

SILVA, Noemi Santos da. **O “batismo na instrução”**: projetos e práticas de instrução formal de escravos libertos e ingênuos no Paraná provincial. Dissertação. (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SIQUEIRA, Márcia Teresinha Andreatta Dalledone. **Saúde e doença na província do Paraná (1853-1889)**. Tese. (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1989.



AS MULHERES NA CRÍTICA DE ARTE DE FERNANDO BINI

Ana Paula Krachinski (PIC, Fundação Araucária)
UNESPAR/Campus I, ana.paulascheffer@hotmail.com
Katiucya Perigo (Orientadora)
UNESPAR/Campus I, katiucya@yahoo.com.br

Palavras-chave: História da Arte Contemporânea Paranaense, Crítica de Arte, Gênero.

1. INTRODUÇÃO

O estudo da História da Arte nos mostra que no início do séc. XIX, a arte era vinculada a salões e academias, onde o crítico exercia a função de juiz e tinha a difícil tarefa de ensinar ao expectador a respeito da obra de arte. É considerando esta tarefa de crítico de arte que passamos a estudar a produção escrita de Fernando Bini, que é crítico, membro da Associação Internacional de Críticos de Arte, membro da Associação Brasileira de Críticos de Arte, curador e professor de História da Arte. Nosso recorte são as artistas mulheres que tiveram e têm seus trabalhos estudados por ele e que têm importante relevância no cenário cultural do Estado do Paraná.

Nesta pesquisa estamos aprofundando nossos desafios, pois parte dela foi realizada no ano de 2015/2016, com algumas das críticas de arte que Fernando Bini escreveu para o Jornal da Associação Brasileira de Críticos de Arte (ABCA). Primeiramente foi realizado um levantamento bibliográfico e teórico sobre o tema, onde foi explorada parte da literatura que visa aprofundar a compreensão da tarefa do crítico de arte. As leituras nos permitem afirmar a importância do Crítico de Arte, que consegue teorizar a prática, que expõe em sua escrita o que há de mais íntimo e simbólico no processo criativo que muitas vezes se encontra nas origens e histórias de vida das artistas.

No conjunto da produção de textos críticos do paranaense Fernando Bini (1949), é possível identificar em torno de vinte escritos dedicados à artistas mulheres. Neles, evidencia-se o papel decisivo que o crítico tem nas exposições no que diz respeito a auxiliar o público a se aproximar mais da obra de arte, elucidando aspectos menos evidentes. Dentre as artistas destacam-se: Alice Yamamura (1954-2008), Constanca Nery (1936), Cristina Mendes (1962), Dani Henning (1967), Deise Marin (1965), Elisabeth Titon (1949), Guilmar Silva (1943-2008), Helena Wong (1938-1990), Ida Hannemann de Campos (1922), Leonor Botteri (1916-1998), Mainês Olivetti (1952), Marta Berger (1964), Tânia Bloonfield (1963) e Violeta Franco (1931-2006). Os textos sobre essas profissionais são confrontados com referenciais teóricos como os artigos que compõem o livro “Arte, crítica e mundialização”, publicado pela Associação Brasileira de Críticos de Arte, textos do crítico norte americano Clement Greenberg; textos do crítico brasileiro Mario Pedrosa, entre outros. O uso da

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

leitura especializada junto à outras fontes primárias de pesquisa têm sugerido questionamentos. A quantidade de mulheres nesta área tem sido menor do que a de homens, contudo, trata-se de um grupo bem significativo que reúne artistas de notoriedade na cena artística local desde as primeiras décadas do século XX. Se vê, então, que a presença feminina se fez constante nas vitrines mais conhecidas do circuito artístico, desempenhando papel marcante na história da arte local. A presença da figura feminina no âmbito das artes plásticas foi determinante para o seu desenvolvimento e consolidação, o que fez com que a arte que desempenhavam fosse crescendo e se solidificando substancialmente. Esta maneira feminina se enraizou e delineou como seria a arte brasileira. Este pensamento vem de encontro com o que escreveu Tadeu Chiarelli (2002, p.20) “... a produção realizada por mulheres, desde o início deste século, no Brasil é fundamental para se pensar a própria arte brasileira tanto do ponto de vista de sua estruturação enquanto circuito, quanto daquele referente a certas especificidades poéticas”.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa é documental e de caráter exploratório, baseada na abordagem da historiografia recente. Para a realizarmos de forma satisfatória, buscamos um contato estreito nas referências bibliográficas, que evidenciam a importância que o papel do crítico exerce sobre as artistas e suas obras, como apontam os textos de Clement Greenberg (1967), Anne Cauquelin (2005), Lisbeth Rebollo Gonçalves, Jacques Leenhardt e Mariza Bertoli, no livro *Arte, Crítica e Mundialização* (2008). Depois da leitura dos textos passamos a estudar cada artista em questão. Para isso buscamos aprofundar o conhecimento sobre elas através do setor de pesquisa e documentação do Museu de Arte Contemporânea do Paraná (MAC), da Caixa Cultural e visitas ao Museu Oscar Niemeyer, que abriga um grande número de obras das artistas, cujas imagens serão utilizadas neste trabalho. Nestes setores de documentação e pesquisa tivemos acesso a livros e catálogos de exposições das artistas e logo percebemos que a crítica de Fernando Bini exerceu papel relevante para a realização dos materiais encontrados. Dentre os textos que Bini escreveu, estão textos de curadoria para exposições, de catálogos, de inauguração de sala de exposição e também homenagens póstumas. Nestes artigos o crítico e curador estabelece uma conversa entre a obra e o leitor.

Após este levantamento e as leituras, passamos à análise de alguns textos escritos por Fernando Bini sobre dezoito artistas paranaenses. São elas: Alice Yamamura (1954-2008), Ana Lúcia Procopiak, Claudia de Lara, Constança Nery (1936), Cristina Mendes (1962), Dani Henning (1967), Deise Marin (1965), Elisabeth Titon (1949), Guilmar Silva (1943-2008), Helena Wong (1938-1990), Ida Hannemann de Campos (1922), Leonor Botteri (1916-1998), Mainês Olivetti (1952), Marta Berger (1964), Sandra Bonet, Sandra Hiromoto (1968), Tânia Bloonfield (1963) e Violeta Franco (1931-2006). Ao analisarmos este material, nos deparamos com uma vasta gama de informações que nos

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

levaram, além da elaboração deste trabalho, a planejar outros desdobramentos para esta pesquisa, como a elaboração de um livro com a coletânea de textos que Fernando Bini escreveu sobre as artistas já mencionadas. Também acabamos por deixar de tratar de algumas artistas que não tivemos tempo hábil para nos debruçar durante a pesquisa.

3. DISCUSSÃO

Analisamos as críticas de Fernando Bini, em diversos formatos: impresso e virtual. Desta forma, podemos sentir que as críticas observadas, foram decisivas para que tivéssemos êxito no trabalho desenvolvido até agora, visto que as mesmas asseguram a memória para a posteridade, uma vez que a crítica confere status ao trabalho. O texto crítico sobre as artistas e suas obras, inseridos nestes meios de acesso, principalmente pelo meio virtual, proporciona novas formas de apreciação da arte, além das conhecidas tradicionalmente. Isto nos leva ao encontro do que diz Tania Regina de Luca (2005, p. 124)

[...] modernos meios de reprodução, impressão e difusão coletivas de imagens técnicas, textos, vozes e reclames “vincaram” na técnica e na sensibilidade literária, novas formas de compreender o tempo, o personagem, a narração, a subjetividade.

O texto crítico de Fernando Bini, é uma ferramenta que liberta o pensamento e a imaginação do leitor. É a partir da crítica de arte que muitas vezes, o apreciador passa a entender e apreciar a obra. Fernando Bini é professor por excelência e não se furta ao admitir que este é o ofício que vem em primeiro lugar. “Primeiro sou professor, depois vem o resto”. (Bini,2015)

Com uma longa carreira de professor de História da Arte, Bini busca estabelecer a difusão de novos hábitos de escrita, a qual valora as demandas sociais, políticas, históricas e estéticas de diferentes segmentos, presentes na sociedade atual. Escrever de forma clara e sem a necessidade de um vocabulário rebuscado, é uma preocupação para Bini. Além disso, o material, de linguagem clara possibilita à posteridade uma forma eficaz de pesquisa para docentes, discentes e pesquisadores de forma geral. Novamente Tania Regina de Luca (2005, p. 121) embasa este pensamento quando afirma que:

[...] a publicação de catálogos relativos a acervos institucionais abarca o itinerário da imprensa em diferentes espaços e, além de se constituírem em importantes instrumentos de pesquisa, permitem apreender o rápido incremento e a diversidade desses materiais.

Para otimizar este trabalho, separamos as artistas mencionadas por Bini na sua crítica em três grupos, uma classificação que ele mesmo já estabeleceu anteriormente.

Paraná Tradicional: tendo Ida Hannemann de Campos (1922) como representante;

Paraná Moderno: representado por Leonor Botteri, Violeta Franco e Helena Wong;

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Paraná Contemporâneo com as representantes: Alice Yamamura (1954-2008), Ana Lúcia Procopiak, Claudia de Lara, Constança Nery (1936), Cristina Mendes (1962), Dani Henning (1967), Deise Marin (1965), Elisabeth Titon (1949), Guilmar Silva (1943-2008), Mainês Olivetti (1952), Marta Berger (1964), Sandra Bonet, Sandra Hiromoto (1968), Tânia Bloonfield (1963).

Acreditamos que esta separação possibilitou no processo de pesquisa um caminho para compreendermos a importância de cada uma destas mulheres, no cenário cultural do Estado do Paraná em sua época, bem como a relevância cultural que a poética e os ideais de cada uma tiveram no decorrer de todo o processo, perante uma classe de maioria masculina. Contudo, neste pequeno espaço não será possível nos aprofundarmos em cada uma delas. Em conversa informal com a filha de uma das artistas sabemos que na Curitiba das décadas de 40 e 50 a figura da mulher estava intrinsecamente ligada à dedicação à casa e à família, o que não é novidade. A pintura, bem como todo o envolvimento com a área das artes era como um passatempo. Depois que tinham feito todos os afazeres domésticos, passavam a dedicar o seu tempo para a pintura e desenho. Só conseguiam ter aulas mulheres cuja condição financeira era confortável, uma vez que o material, não era barato, tampouco de fácil acesso.

3.1 Paraná tradicional

Dentre as artistas pesquisadas neste trabalho, a que simboliza este período importante dentro das artes do estado do Paraná é Ida Hannemann de Campos (1922). A artista conquistou medalha de bronze na 1ª edição do Salão Paranaense, realizado em 1944, com a tela “Bêbado”, cujo retratado era funcionário de seu pai (Henrique Hannemann). Sobre o quadro premiado, ela o define como perfeito e revela ¹“eu comecei aula com o Viaro em 41, é isso mesmo, tá certo, mas ele não ajudou, eu pintei sozinha”. Aluna de Guido Viaro² (1897-1971), a artista se dividia entre o cuidado de sua casa e as aulas de pintura. Mencionamos a premiação no Salão para enfatizar o destaque que ela obteve, visto que o salão era uma importante vitrine.

No texto crítico sobre Ida Hannemann de Campos (BINI,2015) externa a admiração pela pintora, desenhista, ilustradora, tapeceira, gravadora, muralista, escultora, que com 70 anos de produção ainda pinta. Com uma temática variada nos quadros, não se vê diferença dos pintados em 1943 e os de 2013. As cores continuam primaveris e a vontade de descobrir um detalhe a mais na paisagem faz com que mesmo lentamente, ela não se canse de pintar. Nos seus quadros tudo é agradável, não há rupturas. Nos anos 50, com a influência da guerra ela deforma a natureza, sintetiza as árvores e os pássaros sem perder o preciosismo das cores. O olhar da artista segundo o crítico, ultrapassa toda a arte do Paraná, pois desde cedo foi orientada por Viaro a pesquisar de acordo com a própria vontade.

¹ HANNE
² Trata-se de



. Entre o pincel e a pena. Vídeo i
licado no Brasil Guido Viaro. ION. 2013.



**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Ida Hannemann de Campos. Natureza morta em azul,
óleo sobre tela, 80,5 x 60,1 cm. Acervo MAC, 1972

Ida Hannemann de Campos. Pedreira
Carmim, Óleo sobre tela, 100 x 100 cm, 2013.

3.2 Paraná Moderno

Leonor Botteri (1916-1998), Helena Wong (1938-1990) e Violeta Franco (1931-2006), o que todas têm em comum? É provável que seja o fato de terem sido alunas ou terem, de alguma forma tido contato com Guido Viaro (1897-1971). Foi por meio de Viaro e também de Poty Lazzarotto (1924-1998) que a tendência dita “expressionista” fica marcada na Curitiba dos anos 50. O expressionismo³ foi a modernidade no Paraná e abriu o espaço para a abstração.

É interessante destacarmos quais foram os momentos em que estas artistas despontam no cenário artístico. Em 1949, a artista Violeta Franco recebe amigos artistas em sua casa. Eis que surge a “Garaginha”, que se transforma num importante centro irradiador do modernismo artístico no Paraná. Ainda nesta cidade, é fundadora, juntamente com Fernando Velloso (19330, Nilo Previdi (1913-1982) e Loio Pérsio (1927-2004), do Clube da Gravura do Paraná, em 1953 o qual dirige até 1956. Leonor Botteri participa em 1943, de sua primeira coletiva, o 1º Salão Primavera de Curitiba, recebendo o prêmio homônimo. Já Helena Wong participa do Salão Paranaense de Belas Artes de 1959, o que pode ser considerada como a sua estreia no meio local

Como já dito, elas foram orientadas por professores como Guido Viaro e Poty Lazzarotto que, usavam como técnicas de ensino, descobrir a veia criativa de cada aluno e incentivá-lo, sem impor sua própria linguagem. No ateliê de Guido Viaro o clima era de liberdade e ele sempre motivava os alunos para o fato de que a arte não deveria ser uma cópia.

Neste sentido destacamos a relevante participação destas mulheres no meio artístico efervescente no período, onde Violeta Franco, como ela mesma afirma, desde cedo insatisfeita com o movimento artístico pacato, conservador, tradicional e o ambiente provinciano no qual estava inserida, se aproxima do expressionismo alemão presente desde suas primeiras obras. Guido Viaro a orientou na pintura, mas foi o curso que fez com Poty Lazzarotto que determinou o caminho que a artista seguiria. Com os trabalhos ligados a figuração subjetiva, centrado no homem, trabalha os fatos do cotidiano, onde as deformações gráficas são inspiradas pela gravura e determinantes para a estética expressionista. Trabalhou com pintura e gravura e chega a afirmar que para ela a pintura significa liberdade e a gravura, disciplina. Na crítica (BINI, 2001) que Fernando Bini realiza da artista, destaca

³ O termo expressionismo tem sentido histórico preciso ao designar uma tendência da arte europeia moderna, enraizada em solo alemão, entre 1905 e 1914.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

o importante papel das reuniões que aconteciam na garagem da casa de seus avós, para as discussões que questionavam os movimentos artísticos, espaço que também tinha se transformado em atelier da artista. Destacamos a importância da liberdade que o crítico deve ter para a elaboração de um texto. Este significado da crítica vem de encontro com o que diz Clement Greenberg (1909-1994).

Atribuir uma posição ou linha a um crítico é, de fato, querer tolher-lhe a liberdade. Pois no próprio caráter involuntário do juízo estético reside uma liberdade preciosa: a liberdade de ser surpreendido, dominado, de ter suas expectativas contrariadas, a liberdade de ser inconsequente e de gostar de qualquer coisa em arte que seja bom - a liberdade, em suma, de deixar a arte permanecer aberta.

Este fato de Violeta Franco sediar este espaço para reunir e discutir o que estava tangenciando o fazer artístico da época e as suas atitudes audaciosas para uma mulher em seu momento histórico, a coloca ao nosso ver, como a figura mais emblemática para definirmos o que seria o momento em que o Paraná “tradicional” encaminha-se para o moderno.



Violeta Franco. Brasil, sem data, acrílica sobre tela 96,7 x 130,2 cm. Transferência DC/SEC.

Na crítica para Leonor Botteri (1916-1998), Bini faz uma referência muito íntima sobre a artista e deixa claro seu deslumbre pela mesma. Ele destaca quatro quadros. Nostálgica por natureza, segundo o crítico, ela marca a tendência expressionista da arte no Paraná. O que impressiona é o número de obras com a figura feminina nas mais diversas idades, ora com o rosto banhado pela luz, ora com parte do mesmo coberto com uma das mãos, como se a artista quisesse enxergar apenas parte da realidade. Parafraseando Bini “(...) o olhar que nada olha, o olhar fixo, o esplêndido isolamento” (BINI, 1998). Em outro momento ele afirma que “a interpretação não tem fim” na obra “Menina”. Estas afirmações possibilitam entender o quanto as obras de Botteri são especiais, pois reproduz na tela o seu interior inquieto, meditativo e isto ajuda a anular as rejeições que sofreu.



**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Leonor Botteri. Autorretrato (Abstração), s.d. óleo sobre tela. Acervo MuMA/FCC.

Leonor Botteri. Menina do Campo, óleo sobre tela, 63,5 x 54 cm. Acervo da família.

Nascida em Pequim, Helena Wong (1938-1990) muda-se para o Brasil no início dos anos 50. Sua obra traz inquietação e deslumbramento (BINI, 2000). Sua pintura torna-se a sensação dos momentos vividos e o sentimento de sua existência, como se a obra fosse uma auto-análise. Helena Wong quando se via frente a um problema, lançava mão da apurada técnica como se aquilo fosse algo que nascera com ela. Wong se encontrava na arte. O desenho surge no momento em que a artista fica impossibilitada de fazer as traquinagens infantis. A caligrafia entra na arte de Helena Wong por ter relação estreita com a pintura. Estuda com Thorstein Andersen (1905-1964), filho de Alfredo Andersen (1869-1935)⁴, desenvolve uma visão pictórica ocidental, confrontando com sensibilidade a sua tradição oriental ao realismo eclético. Coloca a sua vida na arte, com estudos repetitivos de incansáveis exercícios.



Helena Wong. Abstração em Preto e Branco. 1962, 67,2 x 77,7 cm. Óleo sobre tela - Coleção Museu Oscar Niemeyer.

3.3 Paraná Contemporâneo

Dentro deste último grupo de artistas que formam o “Paraná contemporâneo” destaco o texto que Fernando Bini homenageia a artista Alice Yamamura por motivo de sua morte. Assim ele escreveu: “Todos os corações de Alice Yamamura.

O ano de 2008 não está poupando os artistas paranaenses. Mas Alice não morreu, ela atravessou o espelho que reteve sua imagem. O artista não morre, sua obra, que é seu espelho, o eterniza. Desde seu início as formas cerâmicas de Alice Yamamura buscaram o silêncio, a tensão e o equilíbrio. A expressão contida da educação oriental se fazia presente em suas “Cabeças”. Partindo do mais simples processo cerâmico, sem nenhuma sofisticação, parecendo inspirada nos “poteiros pré-históricos”, ela descobre a magia ligada aos mitos originais, demiurgos, telúricos e feéricos. Como numa reação alquímica Alice explode: ela sempre foi toda coração. Surgindo de uma simplicidade quase ingênua, o seu domínio técnico de um artesanato preciso aliado à plasticidade do material, transformava o simples no sofisticado, carregando-o de história e significações, tudo o que está contido em um coração; ela então enche as salas, sobe pelas paredes e encontra, enfim, no meio de todo o ruído, o

⁴ Alfred Emil Andersen foi um pintor, escultor, decorador, cenógrafo, desenhista e professor norueguês radicado no Brasil.

III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.

silêncio desejado. Eis o que ela nos deixou como mensagem: “Criação é tudo e envolve qualquer área. Acredito que todos podem ser criativos aplicados ao seu trabalho, não é privilégio de artistas...” (Alice Yamamura). Trabalhou com diversos materiais, mas a terra, o barro, foi seu material privilegiado e agora ao olharmos a “terra” continuamos na presença de Alice” (BINI, 2008).



Alice Yamamura, Da série Oi, coração, 1999. Cerâmica vidrada e água, 40 x 70 cm.

Alice Yamamura (1954 – 2008) foi ceramista, escultora e professora. Nasceu em Paranavaí, no noroeste do estado. Estando na capital paranaense, se inscreveu no “Centro de Criatividade” e fez, por dois anos aulas de pintura e cerâmica, nas quais aprendeu técnicas. Posteriormente começou a ministrar aulas de cerâmica a pedido de algumas pessoas. Ficou conhecida como a artista dos corações, tema de suas peças. Sua obra se destaca pela simplicidade da forma e do tratamento dado com a técnica. No texto crítico, observa-se que Bini não fala de uma obra específica, mas nos coloca à frente de todas pela maneira com que descreve a artista e seu processo de criação. Na crítica descreve que a artista usa a convivência como parte agregadora de sua obra. Bini percorre o mesmo caminho que a artista percorreu na elaboração da obra, contudo ele não parte da argila mole e moldável, mas da peça pronta, exposta, carregada com todos os seus significados e histórias. É partindo dela, que o crítico nos coloca em contato com o processo de criação da artista, suas alegrias e frustrações seus sonhos e pesadelos. Desta forma, Fernando Bini ultrapassa o limite da escrita, pois nela, deixa fluir toda a sua admiração e conhecimento que tinha sobre a artista. Desta forma, Bini toma como postura de crítico o que Otília Arantes descreve no livro Política das Artes:

Ao partir da experiência perceptiva, onde termina o criador, o crítico, isto é, o recriador do processo, refaz o caminho daquele, mas em sentido inverso. Só assim chegará ele, afinal, diante da natureza última da obra, tal como a concebeu o artista. É a pessoa estética do crítico que empreende essa marcha, a partir da obra gradualmente percebida, através das séries perceptivas, até as origens que a motivaram.

Guilmar Silva (1943-2008) artista plástica e funcionária da Fundação Cultural de Curitiba por 22 anos. Guilmar era coordenadora de Artes Visuais, função que exercia paralelamente à sua atividade como artista. Ao longo de sua carreira, iniciada no curso de Pintura da Escola de Música e Belas Artes do Paraná (1977), realizou mais de 70 exposições individuais e coletivas por todo o Brasil. Realizou trabalhos nas áreas de gravura, pintura, história da arte, estética, entre outros.

“Explosão de formas e cores” (BINI, 2001). Estas são as principais características que as obras de Guilmar oferecem ao observador. Artista espontânea e organizada, Guilmar conduz esta organização

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

espacial e pictórica do cubismo até a abstração. Suas obras apontam, pela vibração cromática, uma explosão sem controle, mas são produzidas com inteligência de execução. Trabalhos com geometria de formas dinâmicas, unido a um cromatismo que resulta num exigente exercício de pintura, na maneira como ilumina o fundo, proporcionando claridade que faz surgir uma profundidade, onde a pintura respira.

A tela é uma arena dentro da qual a artista age, luta. Os recortes de jornais que insere em suas telas com escritos realçam o valor da matéria pictórica. A artista chega a declarar, “são tagarelas demais”.

Na crítica Bini fala, acima de tudo da técnica que a artista tem ao executar suas obras e chega a declarar que a artista parece brincar cada gesto da artista, o expectador necessita de um certo distanciamento do quadro, para que possa entender a espontaneidade dos gestos produzidos. Segundo a filha, era o mais admirado por Guilmar Silva.



que a artista tem ao executar suas obras e finaliza reconhecendo que para entender o gesto e distanciamento do quadro, para que possa entender a espontaneidade dos gestos produzidos do quadro que segundo a filha, era o mais admirado por Guilmar Silva.

Guilmar Silva. Espaçoave I.1,40x 150 cm. Acrílica sobre tela. 2001

Cristina Mendes (1962). Obra cheia de significados. É assim que Fernando Bini descreve as obras de Cristina Mendes (BINI, 2001), pois sua arte possui três vertentes: o conhecimento que a artista tem dos movimentos da arte, o caráter decorativo da arte e a terceira o crítico nomeia como “utilização do seu código pessoal”. As “Balangas” são colares usados como adornos corporais que a artista elabora com elementos que coleta e outros feitos pela própria artista ou que ela ganhou de amigos. Estes adornos corporais lembram o trabalho de tecelagem, trabalho essencialmente feminino. Suas obras remetem aos elementos cheios de simbolismos que vem da terra a procura do céu. É na terra que esta artista busca a intimidade com o material, sempre ligada ao misticismo das religiões populares como as sete linhas da Umbanda com a evocação dos Orixás, dos caboclos e dos pretos velhos. Os desenhos acompanham as obras, e estes auxiliam na decifração dos códigos e neles a artista mostra que nada está ali por acaso. Neste processo ela prima em sair do processo intelectualizado, com uma arte extra artística. Elabora isso com exercícios existenciais e espirituais, que ajuda a colocar o homem em contato com ele mesmo. Esta análise da crítica de Fernando Bini, que aponta para informações que ajudam o observador a determinar as ligações que a artista fez, vem de encontro com o que expõe Mariza Bertoli (BERTOLI, p. 159):

Interpretar é proceder a uma série de desenvolvimentos, transições e relações que ligam o pensamento latente ao conteúdo manifesto. É sempre investimento de sentido sobre um objeto expressivo, porque busca o lugar social, o espaço de manifestação de inúmeros traços informadores e de determinações que estão na sua origem.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Para ver as imagens da artista e mais informações acesse o endereço:

<http://www.sintomnizado.com.br/cristinamendes>

Constância Nery (1936)

Nasceu em Iguatã, pequena cidade do interior de São Paulo onde cursou a Escola Paulista de Propaganda e Marketing. Começou a expor em 1969 e alguns anos depois passou a dedicar-se a pintura como atividade principal.

“Constância Nery é uma pintora espontânea e não ingênua como a tradução da palavra *naif* nos faz entender” (BINI, 2003). É desta forma que Fernando Bini inicia a crítica que fez para Constância Nery, onde justifica que o motivo que leva a artista a ter o *naif* como técnica de produção é o resultado da emoção aliada ao fato da artista viver grande parte de sua infância e juventude no campo, cercada de fazendas de café, algodão, arroz e também pelo contato com as festas e folguedos populares. A artista faz questão de não abandonar suas raízes, isto faz com que seu enquadramento seja planejado para a valorização dos efeitos, com personagens centralizados valorizando a ação, representando a realidade como ela vê. Fernando Bini nos ajuda a entender em sua crítica, o valor do processo artístico como também teorizar o que existe de mais relevante no discurso pictórico da artista, cuja elaboração é visceral. Nos ajuda a entender esta postura do crítico, Mariza Bertoli, no livro *Arte, Crítica e Mundialização* (Bertoli, 158):

Ajudar a ver é a função da crítica de arte. A produção artística já nasce destinada, portanto sua finalidade é chegar ao receptor por todas as vias e em todos os formatos necessários para atingir a universalidade do público ao qual se destina.



Constância Nery. Festa Junina, 60 x 90 cm, óleo sobre tela, 2005.

Constância elabora sua obra como resultado da emoção, com a qual externa na forma de pintura, tudo o que viveu na infância, transformando os objetos de real para imaginário. Os tons de verde enaltecem a paisagem bucólica do trabalho rural com personagens de rostos expressivos e diferenciados. Sempre buscando o melhor, Constância apresenta uma criação coerente ao longo dos anos.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

Deise Marin e Tânia Bloomfield

Percebe-se que escrever a crítica sobre Deise Marin⁵ e Tânia Bloomfield⁶ foi um presente para Fernando Bini. Como já possuía uma amizade com as artistas e estas por sua vez participaram da residência artística que aconteceu em Faxinal do Céu (2003), da qual Bini foi um dos organizadores, ele por sua vez, com delicadeza, vocabulário acessível e desenvoltura ímpar ajuda o leitor a entender os detalhes que levaram as artistas a elaborar as obras. São artistas que estão ativas no circuito artístico do Estado.



Deise Marin. Eu não sou este corpo. Silicone, Aço e sangue de animal. 3 x 3 x 3,5 m. 2003.



Tânia Bloomfield. Da cinza à cinza, do pó ao pó. Madeira, terra, areia, cinzas e anel de prata. Conjunto: 3,22 x 1,35 x 0,51. 2003

http://muvi.advant.com.br/artistas/d/deise_marin/deise_marin.htm
http://muvi.advant.com.br/artistas/t/tania_bloomfield/tania_bloomfield.htm

Devido à utilização de materiais ordinários do dia a dia, as obras das duas artistas tornam-se de difícil compreensão. É aí que entra o papel do crítico em de algum modo completar a obra junto ao público não iniciado.

Partindo das obras de Deise e Tânia, podemos evidenciar que a crítica de arte, bem como a exposição da obra de arte, são maneiras de comunicar ao público o que está se fazendo dentro deste campo no nosso Estado. Possibilitar com a crítica ou texto de curadoria, um melhor entendimento dos processos e do capital artístico presente na obra, é uma tarefa que exige comprometimento e entrega por parte do crítico e da artista. Desta maneira, nos baseamos no que diz Rebollo apud Bertoli, Stigger (2008, p.47):

A exposição, portanto, é um lugar de comunicação e acaba sendo um espaço público para o conhecimento sobre arte. Lugar onde as pessoas podem ver arte, ver o que é produzido nesse campo; um lugar de ativação estética, de vivência estética, de exercício de um conhecimento sensível. A exposição é compreendida como lugar onde se põe a arte para uso social.

⁵Artista e professora de Design da UFPR.

⁶ Professora graduada em Artes pela UFPR e artista cujos trabalhos foram expostos na III Bienal Mercosul.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa com enfoque nas artistas mulheres do Estado do Paraná, buscou aproximar a visão que o crítico tem sobre as obras e suas idealizadoras. A maestria com que conduz a divisão entre períodos que elas viveram e vivem dentro da história cultural do Estado, bem como o relevante papel que desempenharam e ainda desempenham em um contexto por vezes dominado pela figura masculina. Como tivemos acesso a um vasto número de documentos, dos mais variados tipos, para escolhermos as artistas com as quais trabalharíamos enquanto pesquisa, verificou-se que Fernando Bini escreveu críticas para 55 artistas homens, enquanto que para artistas mulheres encontramos 22 críticas. Este número discrepante entre os gêneros mostra a dura realidade que as artistas do passado e de hoje enfrentaram para que conseguissem adentrar no circuito cultural, desenvolver seus trabalhos mesmo com a ideia de *hobby*, permanecer atualizada dos processos que estavam acontecendo no meio e conseguir com que sua arte fosse tão notada quanto a dos homens.

Na busca por curiosidades sobre as artistas dentro da crítica de Fernando Bini, informações muito relevantes sobre as mesmas foram amalgamando nossa pesquisa. Artistas com uma diversidade técnica, com longevidade na produção, com um ímpeto e sem medo de transgredir as regras para se colocar no meio profissional, artistas que sofreram violências e rejeições, com desenvoltura para unir a cultura e técnica oriental à ocidental, artistas identificadas pelo amor, onde o crítico faz o percurso da mesma para entender sua obra, artista que conceitua sua obra com uma convivência menos hierarquizada com o público, a artista que não é ingênua, muito menos inocente, mas autodidata e espontânea que opta pelo *naif*. Estas impressões e o número de documentos à nossa disposição, alavancaram a pesquisa a ponto de não conseguirmos abordar neste relatório as dezoito artistas que o projeto pretendia, ainda que todas tenham sido estudadas. Desta forma, entendemos que esta pesquisa possibilita outras investigações quanto ao papel desempenhado pelas mulheres artistas, dentro do circuito cultural do Estado do Paraná e as influências que a arte paranaense sofreu com estas mulheres, dispostas a mudar a maneira com que se fazia arte no estado e no país.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, O. (org). **Política das Artes/Mário Pedrosa**. São Paulo: EDUSP, 1995.
- BERTOLI Mariza, STIGGER Veronica (org). **Arte, crítica e mundialização**. São Paulo. ABCA: Imprensa oficial do Estado, 2008.
- BINI, F. A. Fernando. **Entre o pincel e a pena**. MAC, 2015.
- BINI, F. A. Fernando. **Leonor Botteri e a beleza petrificada**. EMBAP, 1998.
- BINI, F. A. Fernando. **Violeta Franco, a natureza por expressão**, 2001.
- BINI, F. A. Fernando. **Pintores contemporâneos do Paraná**, 2000.

**III Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Apucarana, 24 a 26 de outubro de 2017.**

- BINI, F. A. Fernando. **Todos os corações de Alice Yamamura**, 2008.
- BINI, F. A. Fernando. **Guilmar Silva, o exigente exercício da pintura**.2001.
- BINI, F. A. Fernando. **Cristina Mendes, balangas e baangandãs**, 2001.
- BINI, F. A. Fernando. **Constância Nery: a emoção de sonhar a realidade**.2003.
- BINI, F. A. Fernando. **Corpo e memória de Deise Marin e Tânia Bloomfield**. Jornal da ABCA, São Paulo, p. 10-10, 2003.
- BLOOMFIELD, Tânia. **Da cinza à cinza, do pó ao pó**. Madeira, terra, areia, cinzas e anel de prata. Conjunto: 3,22 x 1,35 x 0,51. 2003.
- http://muvi.advant.com.br/artistas/t/tania_bloomfield/tania_bloomfield.htm
- BOTTERI, Leonor. Autorretrato (Abstração), s.d. óleo sobre tela. Acervo MuMA/FCC
- BOTTERI, Leonor. **Menina do Campo**, óleo sobre tela.
- CHIARELLI, Tadeu. **Arte internacional brasileira**.2º Ed. São Paulo: Lemos Editorial,2002.
- DE LUCA, T. R. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: Pinsky, C. B. (org). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.p. 111-153.
- FRANCO, Violeta. Brasil, sem data, acrílica sobre tela, 96,7 x 130,2 cm.
- GREENBERG, C. **Clement Greenberg e o debate crítico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001
- HANNEMANN, Ida de Campos. **Natureza morta em azul**, óleo sobre tela, 81 x 61cm. Acervo MAC, 1972.
- HANNEMANN, Ida de Campos. **Entre o pincel e a pena**. Vídeo institucional. Capacitação MON. 2013
- HANNEMANN, Ida de Campos. **Pedreira Carmim**, Óleo sobre tela, 100 x 100 cm, 2013.
- MARTINS, Maria Helena (org) **Rumos da Crítica**. São Paulo, Senac 2000.
- MARIN, Deise. **Eu não sou este corpo**. Silicone, aço e sangue de animal. 3x3x3,5 m. 2003.
http://muvi.advant.com.br/artistas/d/deise_marin/deise_marin.htm
- NERY, Constância. **Festa Junina**, 60 x 90 cm, óleo sobre tela, 2005.
- SILVA, Guilmar. **Espaçonave I**.1,40x 150 cm. Acrílica sobre tela. 2001
- YAMAMURA, Alice. **Da série Oi, coração**, 1999. Cerâmica vidrada e água, 40 x 70 cm.
- WONG, Helena. **Abstração em Preto e Branco**. 1962, 67,2 x 77,7 cm. Óleo sobre tela Coleção Museu Oscar Niemeyer.

Unespar - Apucarana. 24 a 26 de Outubro, 2017